

242





Scielo

SUPPLEMENTO D' «A LAVOURA»

ACTAS DA DIRECTORIA



Acto da 108.ª Sessão de Directoria em 8 de Janeiro de 1901

EXCELENCIA DO R. D. J. M. A. TRABALHO

No dia 8 de Janeiro de 1901, às 3 1/2 horas da tarde, presentes os Srs. Drs. Moura Brazil, Aristides Calro, Pablo Leal, Wenceslho Bollo, Jacy Monteiro, Sérgio do Carvalho, Alberto Jacobina e Barão de Capucho, Antônio Augusto Pereira da Fonseca, Carlos Raulino, Demétrio Schoerl, Frederico Raulino e Dr. Augusto Bernacchli, é aberta a sessão.

EXCEDENTE

Cartas do Exm. Sr. V. A. Rosa o Silva, Vice-Presidente da Repúblia, agradecendo e retribuindo felicitações pela entrada do novo anno; cartões dos Exms. Srs. M. Okochi, Ministro do Japão; Dr. João Felipe Pereira, Prefeito; Marechal Mallet, Ministro da Guerra; Dr. Epitácio Pessoa, Ministro da Justiça; Dr. Thomas Coelhano, Secretário do Presidente da Repúblia; Dr. Olyntho de Magalhães, Ministro das Relações Exteriores; do Director Geral dos Telegraphos; do Dr. Antônio B. Lopes Ribeiro Júnior, Director da Imprensa Nacional; do General Quintino Lacyanya, Presidente do Estado do Rio; do Dr. Alberto Torres, do Sr. Antônio Augusto Pereira da Fonseca, do Dr. Gustavo R. P. d'Utria, Director do Instituto Agronómico do Campinas; do Sr. Nestor Passos, 1º Secretário do Centro Catártinense, e dos Srs. Arens & Irmãos, agradecendo e retribuindo saudações pela entrada do novo anno.

Carta do Sr. Presidente da Câmara Morenthal do Menos Ayres, accusando o recebimento da carta de 26 de novembro último e da colecção d'A Lavoura.

Ofício do Dr. Arthur L. de A. Primo, Presidente do Conselho Municipal da cidade do Porto do Cachorro de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, respondendo à circular de 5 de novembro último.

Ofício do Dr. Victor Ferreira do Amaral o Silva, Presidente da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, comunicando a existência do Phylloxera em os vinhedos daquella Estado e pedindo informações à Sociedade.

Ofício do 1º secretário da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, accusan o a remessa de um vidro com raízes de vinhedos phylloxerados.

Ofício do Sr. Dr. Leandro A. R. da Costa, Director da Secretaria do Ministério da Indústria, remetendo um pedido da *Executive Corporation*, por ordem do Sr. Ministro e pedindo que a sociedade lhe dê os esclarecimentos necessários.

Carta do Director da Colonia Roraima acusando o recebimento da carta de 2º de novembro proximo passado e pedindo informações sobre agricultura.

Carta do Sr. Amadeu Mendes, 1º secretário do Gremio Litterario Charles Ferreira, pedindo a continuação da remessa d'A Lavoura à aquella Instituição.

Carta dos Srs. Bromberg & C., do Porto Alegre, confirmado a carta do 18 de dezembro último e comunicando que os pulverizadores tiveram da Comissão de Tarifas uma classificação mais justa.

Carta do Sr. A. Delpech, desta Capital, pedindo eliminação do seu nome do scelo efectivo.

ORDEN DO DIA

O Dr. Oliveira Bello diz que fôra procurado pelo Sr. Eneides Plaisant, Secretario da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, quo lhe fallâra para ceder-lho temporariamente os productos quo aquella Sociedade envirâra para o Museu, afim de figurarem em uma exposição de productos paranaenses, quo se la realizar nesta Capital.

Nao obstante lhe parcerjista a solicitação, tanto mais quanto, o Sr. Plaisant assumia inteira responsabilidade, não decidió o caso sem ouvir alguns collegas da Directoria, o depois de ondil-los fez entrega dos mesmos productos, mellante uma lista assignada pelo Sr. Plaisant e que se achâa na secretaria.

Fallaram sobre o assumpto o Sr. presidente e outros membros da directoria, sendo aprovada unanimemente a deliberação do Dr. Oliveira Bello.

O Dr. Moura Brazil chama a atenção da Sociedade para as uvas allí ex-postas pelo distineto horticultor Sr. Pereira da Fonseca, que em todos os ramos de sua especialidade revela-se um homem opioso e de grande competencia. Como vidente, o Sr. Pereira da Fonseca evidenciâra mais una vez o seu esforço bem dirigido, a sua longa experiência, pois os productos allí exhibidos são de natureza a merecer os mais francesos e entusiasticos louvores.

O Sr. Demetrio Schotterl diz que o seu compatriota Salomão Boufarah, de Santa Cruz da Estrella, promptificou-se a fornecer ovulos de bichos de sopa a quem quela dedicar-se a sericultura.

O Dr. Pereira da Fonseca diz que tem a disposição dos sericultores, mudas de diversas variedades de amoreira.

O Dr. Moura Brazil diz que dirigiu-se ao Sr. Ministro da Viação, para tratar do passos e transporte para a fazenda de Santa Monica, sendo promptamente atendido.

Em seguida, refere-se ao sistema de parceria que é o unico capaz de regularizar o serviço agricola e a necessidade de tornal-o extensivo aos retrantes corenenses que tem chegado ao Estado do Rio. Muitos desses infelizes têm sido submetidos ao regimen do salário e attendendo no interesse de ambas as partes contratantes era preciso fixal-os ao solo por meio da parceria. Os empregatários de serviços agrícolas já estão especiando com esses homens, e urge debellar essa exploração. Neste sentido, lembrou ao presidente do Ceará que a Sociedade Nacional de Agricultura poderá incumbir-se de localizar esses trabalhadores.

O Dr. Bernarechli diz que como membro da comissão encarregada do cumprimento os Exmos. Srs. Dr. Alberto Torres e general Quintino Bocayva, deu cumprimento a sua missão apresentando a SS. Exas. os devidos cumprimentos, por parte da Sociedade do Rio.

O Dr. Aristides Caro convida a directoria a visitar a fazenda de Santa Monica a examinar os trabalhos realizados e pronunciar-se sobre outros que reclamam urgente execução. Des que lhe foram remetidos com destino à mesma fazenda: encelyptus, arvores fructíferas, plantas diversas pelo Sr. Antonio Augusto Pereira da Fonseca e um curso de enha na polo Sr. Julio Correia e Castro.

Reforça-se as molestias quo tem apparcido nas videiras e pede um pulverizador, o quo foi aprovado.

O Dr. Fabio Leal propõe que a sociedade não se utilize para a propaganda do café dos 300 contos consignados no orçamento, sem que o Centro do Café concorde com os governos de Minas e S. Paulo.

O Dr. Aristides Caro falla sobre a necessidade de adquirir-se estrume do Matadouro do Santa Cruz.

Alludindo ao assumpto o Dr. Moura Brazil preconiza a applicação do estrume de curral de mistura com cal e phosphato, julgando prejudicial em certos casos a applicação do adubo chimico puro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão.

Acta da 100^a sessão da Directoria em 20 de Janeiro de 1901

PRESIDÊNCIA DO SR. DR. MOURA BRAZIL.

No dia 20 de janeiro de 1901, às 3 1/2 horas da tarde presentes, os Srs. Drs. Moura Brazil, Fabio Leal, Birata Ribeiro, Aristides Cunha, Wenceslho Bello, Jucy Montelro, Sergio de Carvalho, o Barão de Capimorto, Dr. Bonifacio do Castro, Srs. Demetrio Schiorni, Filippo Amiqui e Brazilio Cochrane, á aberta a sessão.

E proposto e aceito socio efectivo o Sr. Prudente Rosa Corrêa, da estação de Sarandy, São Paulo.

EXPEDIENTE

Ofício do Sr. Theophilo Ribeiro, Director da Secretaria das Finanças do Estado de Minas, dizendo que a Sociedade não está bem informada sobre o Imposto da manteiga e declarando ser esse um dos ramos da Indústria mineira que tem merecido maior benefício por parte do Governo daquela Estado.

Cartão do Exm. Sr. Presidente da República agradecendo as solicitações pela entrada do novo anno.

Cartões do Dr. Alfredo Mala, Ministro da Indústria; do Dr. Americo Werneck, Secretario da Agricultura do Estado de Minas; do Director dos Correios, do Dr. Ricardo Ernesto F. de Carvalho, do Dr. Francisco de P. Rodrigues Alves, Presidente do Estado de S. Paulo; do Dr. Soárez Vieira, Governador do Estado da Bahia; do Dr. Manoel Páixoto Guimaraes, Secretario da Câmara Municipal do Espírito Santo de Guarapari; do Sr. João Gitarana, Secretario da «Sociedade Recreio Familiar» de Pão de Açucar, Estado de Alagoas, agradecem o retribuem felicitações pela entrada de novo anno.

Ofício do Exm. Sr. Dr. Olyntho do Magalhães, Ministro das Relações Exteriores remettendo as informações que recebera do Consulado Geral em Buenos Ayros, sobre a importação e exportação diretas dos productos brasileiros e platinos.

Carta do Exm. Sr. Araújo Silva, Consul do Brasil em New Castle, enviando a tradução de um artigo publicado em um jornal de Londres.

Cartões do Director da Biblioteca Pública do Maranhão e do Sr. Alexandre Monles, 1º Secretario da Sociedade Fraternidade ou Intruigão Commercial, de S. Félix enviam felicitações pela entrada do anno novo e agradecem a remessa d' *Alavoura*.

Ofício do Director da Biblioteca da Capital do Estado da Bahia, pedindo remessa da lavoura e desejando bons festos.

Ofício do Sr. C. Ronchon, Presidente da Câmara do Commercio Francez, nesta Capital, acusando o recebimento do ofício de dezembro ultimo e agradecendo as informações prestadas.

Ofício do Dr. Victor Ferreira do Amaral, Presidente da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, confirmando o ofício de 31 de dezembro ultimo e remetendo um vidro contendo nove pacotinhos de raizes de videiras phylloxera para serem examinadas.

Carta do Dr. José Augusto de Oliveira, de Alagoas, comunicando a fundação da Sociedade Alagoana de Agricultura, em Maceió, filial à Sociedade N.º da Agricultura.

Ofício do Sr. Salvino de Almeida Pires, Presidente da Câmara Municipal, do Missão Volha, comunicando não lhe ser possível remetter produtos daquela municipal para o Museu por causa da secca que afflcta aquelle Estado.

Ofício do Dr. Alfredo Ozorio de Cerqueira, de Barreiros, comunicando a fundação «Club Agricola de Barreiros», no Estado de Pernambuco.

Ofício do Sr. Mario Lagardo, Bibliothecário do Clube Brasileiro Commercial, nesta Capital, fazendo votos pela prosperidade da Sociedade em o anno novo, e agradecendo a remessa da colleção da lavoura.

Carta do Sr. Salomão, Bonfá de Santa Cruz da Estrella, remettendo uma bela amostra de seda e perguntando se o Governo da União decretou prémios para os concorrentes.

Ofício do Sr. Dr. Julio Cesar de Magalhães Costa, Presidente da Sociedade Agricola Manausense, comunicando eleição do nova directorio daqella sociedade para o biennio de 1901 a 1902.

Carta do Sr. Paulino Guimaraes ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, desta capital, agradecendo a remessa dos ns. 31 a 33 d'A *Lacoura* e dos fascículos de 5 a 7.

Carta do Sr. Pedro Domingos Lopes, de Santa Maria Magdalena, comunicando sua mudança para a Capital daquelle Estado.

Carta do Sr. Dr. J. Saboya de Albuquerque, de Sobral pedindo a remessa do sementes de alfalfa do Turkestan.

Carta do Sr. Antonio Melo, de S. José do Egypto, Pernambuco, pedindo sementes de feijão da China.

Ofício do Sr. Alexandro Leon de Carvalho Rondon, 1º Secretario da Sociedade de Agricultura da S. José dos Pinhaes, comunicando a fundação daquella sociedade e pedindo diversas informações.

Carta do Sr. Carlos Renaux, de Brusque, Santa Catharina, pedindo a remessa de quatro sacos de sementes de algodão.

Carta do Sr. Joaquim Ignacio Loureiro, de Maceió, pedindo os estatutos da sociedade.

Carta do Sr. Francisco Inglez, de Itapira, acusando o recebimento da carta de 5 do corrente o tratando da parceria agrícola.

Carta do Dr. Augusto Moura, Presidente da Camara Municipal da villa de Simidouro, oferecendo os serviços daquella Camara em prol da propaganda agrícola.

Carta da Legação Italiana, nesta capital, convocando para assistir à missa que manda celebrar, no dia 30 do corrente, pelo repouso da alma do Exm. Sr. Conde P. de Antonelli.

Carta do Sr. Joaquim V. d' Oliveira Maia Outeiro, comunicando a remessa para Santa Monice de sete armários, uma cestante e de um gazometro e prometendo a religião da despesa feita com o embarque dos referidos objectos na importânciam de 40\$00.

Carta do Capitão de Mar e Guerra José Carlos de Carvalho, desta Capital, remettendo os livros e mais papeis pertencentes ao Centro da Lavoura do Café.

Ordem do dia — O Dr. Moura Brazil alludo aos produtos que foram oferecidos ao Museu Permanente por diversos industriais de herva matte no Paraná, tendo servido da intermediário o Sr. Euclides Plaisant e apresenta à Mesa algumas certas ao mesmo dirigidas, nas quais aquelles senhores declararam que alguns dos produtos, depois de figurarem na exposição devem ser distribuídos pelas pessoas indicadas nas referidas certas.

Demorando-se a inauguração do Museu, o Sr. Plaisant manifesta o desjo de tornar efectivas as determinações dos referidos industriais.

Sobre o assumpto falam os Srs. Sergio de Carvalho e Oliveira Bello, ficando resolvido que a Sociedade manifestasse ao Sr. Plaisant que, sendo o seu propósito inaugurar, ainda que provisoriamente, o Museu, no mais curto prazo possível, aguardaria essa oportunidade para dar cumprimento a tal deliberação.

O Dr. Oliveira Bello trata da necessidade urgente e inadiável de Inaugurar o o Museu Permanente; diz quo, na dificuldade de conseguir-se instalação definitiva, seria proveitoso dar ao Museu instalação provisória.

O Dr. Moura Brazil demonstra a impossibilidade de ser alugada nenhuma casa para esse fin, atentas as despezas a que seria obrigada a Sociedade, e refere os esforços que tem empregado para obter nenhuma casa para o Museu. Proseguindo nessa ordem de considerações, refere todas as tentativas que fez junto ao Ministério da Guerra, da Justiça e da Viação, para realização desse *desideratum*, não tenho, entretanto, realza lo seus desejos, por circunstâncias quo os seus collegas conhecem.

Falam sobre o mesmo assumpto o Dr. Oliveira Bello, quo propôs se peça a antiga Ucharia do Paço, e o Dr. Moura Brazil quo, em aditamento a medida sugerida por seu collega, propõe se ouvindo esforços para obter algumas salas no proprio edifício da Estatística, onde se fará nenhuma instalação provisória, atô que se obtinha um edifício apropriado. Ambas as propostas foram approvadas.

O Dr. Beruacchi refere a conferencia que teve em S. Paulo com o Dr. Rodrigues Alves, sobre a propaganda do café, por delegação do Sr. Presidente, e manifesta a opinião do S. Ex. sobre o assumpto. O imposto de 2 %, não foi votado por atingir a grande somma de 600 contos, que, no conceito de S. Ex. seria excessiva, atenta a situação do Estado. Houve quem propusesse um imposto mínimo, o que não lhe parecia suficiente, senão certo, porém, quo S. Ex. concorda com a propaganda e para garantir o éxito desti ja conta com pessoal.

O Dr. Aristides Cire refere-se aos trabalhos da Santa Monica, sobre os

quem apresentará relatório na própria sessão, o qual corresponderá ao anexo flido.

O Dr. Moura Brazil referiu-se à máquina de descascar arroz, Invenção do Sr. Joaquim da Silva Xavier, a qual figura por 1:000\$000.

O Sr. Xavier promptificou-se a esclarecer o granitamento, já tendo seu filho, que é machinista, dado começo aos trabalhos respectivos. Pensa que a Sociedade deve concorrer com as despesas do passagem.

O Sr. Presidente refere também que o ex-deputado italiano Barão Guglielmini pretende realizar no dia capital uma conferência sobre o café, a sumptuoso do que se occupa com o maior interesse e em resposta a essa comunicação oferecerá como lhe cumpriria a sua das suas Causas Sociedade.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu a sessão.

Acto da FCG - sessão da Directoria em 25 de Fevereiro de 1901

PRESIDENCIA DO SR. DR. MOURA BRAZIL.

No dia 7 de fevereiro de 1901, às 3 1/2 horas da tarde, presentes os Srs. Drs. Moura Brazil, Barata Ribeiro, Fabio Leal, Aristides Carre, Venceslau Bello, Domingos Sergio de Carvalho, o Barão de Cupanema, os Drs. Bonifácio de Castro e Augusto Bernacchini é aberta a seção.

EXPEDE NTOS

Ofício do Exm. Sr. Dr. Enclide Maia, Governador de Alagoas, neocando o recebimento do ofício de n. 1.350 e comunicando a fundação da Sociedade Alagoana de Agricultura.

Ofício do Exm. Sr. Dr. Olyntio de Magalhães, Ministro das Relações Exteriores, remettendo o relatório que foi apresentado àquelle Ministério, pelo encarregado de negócios do Brasil em Berne sobre a viticultura na Suíça e seu assun qualvo brochuras e um volumoso cartonado que o acompanharam.

Ofício do Exm. Sr. Dr. Olyntio de Magalhães, Ministro das Relações Exteriores, enviando o relatório que foi mandado aquelle Ministério pelo 1º secretario da nossa Legação em Paris sobre a viticultura em França.

Carta do Exm. Sr. Dr. José P. da Costa Motta, Ministro do Brasil em Santiago, remettendo diversas publicações.

Carta do Sr. Manoel Duarte Drummond, de Sant'Anna dos Ferros, Salto, Minas, pedindo sementes.

Carta do Sr. Salomão Busarali, de Santa Cruz da Estrela, remettendo 10 kilos de casulos de bleio da sela.

Carta do Sr. Crispino M. dos Santos, deste Capital, Secretario do Instituto Brasileiro de Odontologia, convidando para a sessão solene que se reallizará no dia 7 do corrente, as 8 horas da noite, no edifício da Associação dos Empregados do Comércio.

Circular do Centro Itabirano, de Itabira de Mate Dentro, Minas, pedindo as publicações da Sociedade.

Carta do Dr. Adalberto Ferraz do Lago, de Belo Horizonte, agradecendo sua inscrição como socio efectivo e pedindo os estatutos da Sociedade.

ORDEM DO DIA

O Dr. Fabio Leal comunicou que, em companhia do Dr. Jacy Monteiro, visitou a fazenda de Santa Monica e refere-se a diversos melhoramentos, que, no seu entender, são imprescindíveis.

Trata especialmente do rego para canalização das aguas que deve servir de força motora para a máquina de descascar arroz e pensa que a directoria poderia

solicitar da Repartição de Obras alguns tubos que possam ser utilizados para tal fim.

Do contrario, serão consideráveis as despesas necessárias para aquele melhoramento.

O Dr. Moura Brazil refere-se à necessidade da obtenção de estrume para a fazenda de Santa Monica e às providências que tem dado para obtê-lo.

O Dr. Aristides Calro fala sobre as dificuldades que se tem oposto à realização desse *desideratum*, concorrendo, entre outras a razão apresentada pelo Director do Mutadouro, quanto à falta de pessoal.

Relativamente aos tubos para canalização d'água, nelelo do alvitre do Ilustre Dr. Fábio Leal, o Dr. Moura Brazil, Ineumán, o Dr. Oliveira Pello de entender-se sobre o assunto com o Dr. João Manoel da Silva, Engenheiro das Obras Públicas.

O Dr. Aristides Calro trata da situação da Fazenda de Santa Monica, alindando os trabalhos realizados e reiterando a solicitação já feita à Directoria de um auxiliar para os serviços de lavaria.

O Dr. Moura Brazil observa que seria preferível que o Dr. Calro permanecesse ali superintendendo todos os serviços, pois tem motivos para não acreditar nos chamados chefe de cultura, mormente quando se apresentam como sabios em agro-nomia. Faria baseado em longa experiência e pensa que a Sociedade deve preferir o alvitre que suggerio.

Dr. A. Calro diz que vai pensar sobre o facto e oportunamente responderá à Directoria.

E por nada mais haver a tratar o Sr. Presidente levanta a sessão.

Acta da III^a sessão de Directoria em 20 de fevereiro de 1901

PRESIDENCIA DO R. DR. MOURA BRAZIL

No dia 20 de fevereiro de 1901, às 3 1/2 horas da tarde, presentes os Srs. Drs. Moura Brazil, Fábio Leal, Aristides Calro, Jaey Moutinho, Sergio de Carvalho, Neves Armond, o Augusto Bernarech e aberta a sessão.

É proposto e aceito socio honorário o Dr. Antônio Carlos Simões da Silva, desta Capital, apresentado pelo Dr. Domingos Sergio de Carvalho.

EXPEDIENTE

Ofício do Governador do Estado do Piauí, acusando o recebimento do ofício, desta Sociedade de 20 de novembro último, e comunicando que irá providenciar no sentido de serem remetidos os produtos daquela Estado para o Museu.

Ofício do Director Geral da Secretaria do Ministério da Indústria, em resposta ao do n. 1.372 desta Sociedade, pedindo os nomes, idades e profissões dos 10 imigrantes sírios que seguem para a fazenda de Santa Monica.

Ofício do Dr. José M. de Moraes Barros, vice-consul do Brasil em Bremen, remetendo uma enxada contendo plantas secas de trigo, aveia e cevada, destinadas ao Museu da Agricultura.

Ofício do Dr. Gustavo A. da Silveira, Director da Estrada de Ferro Central do Brasil, comunicando não poder dar passagens gratuitas aos 10 imigrantes sírios, por não ter autorização.

Carta do Sr. Alceu Viletor Rodrigues, do Catalão, Estado de Goyaz, pedindo a remessa de sementes de soja, feijão chinez, aveia e outros produtos.

Carta do Sr. Dr. Adalberto Ferraz, comunicando a recepção de diversos números d'A Lavoura, e pedindo diversas informações.

Carta do Sr. Dr. A. Morales de los Rios, desta Capital, acusando o recebimento do ultimo ofício, relativo à questão de extravio dos papéis, e pedindo para ser considerado como retirado o pedido de demissão de socio efectivo.

Carta do Sr. Frederico Augusto A. da Silva, de Sete Lagoas, Minas, pedindo algumas informações e a indicação de livros que tratem detalhadamente do anil.

Carta do Sr. Eddelis de Paula Xavier, de Lapa, Estado do Paraná, dando alimento informações e pedindo 700 grammes de sementes de cebolas.

Carta do Sr. José Plácido de Castro, do Pará, remettendo um vale postal com a quantia de 50\$ sua amabilidade como socio, do anno de 1901.

Circulor do Club Recreativo dos Artistas, com sede na cidade de Amargosa, Estado da Bahia, pedindo as publicações da Sociedade.

Officio do Dr. Alfredo Osório de Carneira, 1º Secretario do Club Agrícola do Borborema, Estado de Pernambuco, comunicando que o Sr. Dr. José Cardoso Moura Brazil foi aceito socio honorário daquelle Club, o enviando o diploma.

Offiche postal do Sr. Jeno Ferreira da Rosa, pedindo para ser remetida à *Lecena* para Pogos de Cadias, e mão para Celdas.

Cartas do Exm. Sr. Dr. Victorino Monteiro, Deputado pelo Estado do Rio Grande do Sul, oferecendo a Sociedade, por intermedio do Sr. Dr. Moura Brazil, 2^o kiles de semente de alface.

Carta do Sr. José Plácido de Castro, confirmando a remessa da quantia de 50\$, de sua amabilidade do anno de 1901.

Carta do Sr. Torquato Alves de Almeida, da Cidade do Pará, Estado de Minas Gerais, pedindo para ser incluido na *Lecena* um trabalho sobre a manigoba, e no mesmo tempo remessa da mesma.

Carta do Sr. A. B. Baully, da estação de Monte-Lilano, Estrada de Ferro do Melhoramento do Brasil, pedindo os estatutos da Sociedade.

Telegrama do Sr. Carlos Renau, de Brusque, Estado do Santa Catharina, relerando o pedido de sementes do algodão.

Circulor do Sr. Dr. Fernando Mendes de Almeida, representante geral da Exposição Pan-Americanana no Brasil, convidando a Sociedade Nacional de Agricultura para fazer parte da Comissão Central Brasileira.

Officio do Sr. O. da Silva Prales, 2º Secretario da Sociedade Brasileira para Ammação da Criação e Agricultura, sede em Paris, participando quo por proposta das socios Drs. Eximis. Srs. Drs. Domingos Jageririba, Virgilio Gordilho e Rodolpho Miranda, foi eleito o Dr. José Cardoso de Moura Brazil, membro honorário. Remetendo igualmente estatutos, e diversos exemplares de suas publicações.

Officio do Sr. Frederico Faeó, pedindo 4 mezes de licença, a contar de 1 de março proximo futuro.

ORDEM DO DIA

O Dr. Jacy Monteiro observa que na acta da sessão anterior está alterado o nome do Engenheiro das Obras Públicas a quem se affidou, que era o Dr. José Manoel da Silva, Engenheiro-Chef do 1º Divisão.

O Sr. Sergio de Carvalho diz quo na acta da penultima sessão foi omitido o nome do Dr. Bonifacio de Castro, proposto e aceito, por unanimidade de votos, socio efectivo.

O Sr. Presidente manda que se insira na acta da sessão as corrigendas indicadas.

Em seguida, o Sr. Presidente apresenta á Sociedade o Dr. Antonio Carlos Simões da Silva, quo, por occasião do visito do Sr. Presidente da Republica no Rio da Prata, fôr investido da missão de representar a Sociedade Nacional de Agricultura, em carácter particular, junto ás sociedades congêneres da Republica Argentina, do Uruguaian e do Chile, missão quo o distinto brasileiro exerceu na altura os atributos quo o distinguem, honrando o Brazil e a Sociedade quo com o maior acerto o investiu de tão distinelli encargo.

O Dr. Simões da Silva, depois de agradecer as palavras quo lhe foram dirigidas, refere demolidamente a longa e utilissima excursão quo fez pelas tres Repúblicas, visitando não só suas capitais e cidades mais importantes, senão tambem diversas regiões do interior, podendo assegurar pelas instituições agricolas quo teve occasão de visitar, quo é extraordinario o desenvolvimento daquellas Repúblicas em agricultura e nas diversas industrias quo com ella se relacionam. O orador descrevo succinctamente o alto valor da Exposição de Valerino; refere-se a diversas instituições argentinas, á escola de veterinaria de La Plata, onde o ensino pratico é dos mais perfeitos; vindos á viticultura e á vinificação no Chile, cujos vinhos equiparamse aos melhores da Europa; ao empenho com quo os criadores chilenos, como os platinos, desenvolvem o aperfeiçoamento das raças de gado vacuum e cavallar; e tratando da Republica Oriental, teve as mesmas expressões de aplauso.

o entusiasmo pola orientação a que obedecem no seu território os diversos ramos do serviço agrícola.

Em seguida, o Dr. Simões da Silva apresentou uma grande coleção de amentes procedentes da República Argentina e oferecidas pela Bolsa de Buenos-Ayres, fazendo notar o cuidado que presidiu à confecção daquela valiosa mimosa, é outra também considerável que lhe foi oferecida no Chile, a par de um catálogo com passas e diversas amostras de produtos agrícolas.

Completando sua exposição, o Dr. Simões da Silva apresentou à Sociedade grande número de publicações agrícolas das três Repúblicas que visitou, demonstrando que a Sociedade Nacional de Agricultura pôde hoje estreitar relações com todas as suas congêneres das Repúblicas Argentina, do Chile e Oriental.

Concluiu declarando que por toda a parte, onde teve de exhibir a carta de apresentação da Sociedade, lhe foram dispensadas as mais distintas provas de consideração.

O Sr. Sérgio do Carvalho diz que os serviços prestados pelo Ilustre Dr. Simões da Silva no desempenho da sua missão, são de natureza a merecer por parte da Sociedade todas as maiores provas de reconhecimento e consideração, que viás mal poderão traduzir o muito que S. S. merece pelo brilhante êxito que conquistou. — Propunha que se lhe crevesse na acta um voto expressivo de gratidão por tão nobre desvolumento à causa da agricultura brasileira, então corporizada na Sociedade Nacional de Agricultura, conferindo-se-lhe o título de socio honorário.

O Dr. Moura Brazil secundou o orador precedente e referindo-se com francas expressões de entusiasmo e elogio, no modo correctíssimo porque o Dr. Simões da Silva desempenhou a missão com muita destreza e talento e acendrado patriotismo, o aplaudiu com entusiasmo a proposta oferecida a deliberação da Casa.

Fallaram ainda sobre a provelta e brillante exorsão do Dr. Simões da Silva os Srs. Bernaceli, Jacy Monteiro e Neves Armond, sendo aprovada a proposta sem discussão e por unanimidade de votos.

O Dr. Simões da Silva diz que agradece a alta distinção que lhe acaba de ser conferida, e declara que ao aceitar o encargo que o Sr. Presidente entendeu committer-lhe, obedece às aspirações da estima que lhe devota o ao interesse com que encara todas as questões atinentes à agricultura nacional.

O Dr. Fábio Leal apresenta a seguinte proposta, que foi unanimemente aprovada:

«Proponho que, por offício, se felicite o nosso socio honorário, o Dr. Ricardo Ernesto Ferreira do Carvalho, pela nomeação com que foi distinguido pelo Governo de São Paulo, para o cargo de Director da Escola do Praieirinha, o pehr que honra o nosso Boletim com algumas notícias e larga colaboração.»

O Dr. Aristides Caire falou sobre a fazenda do Santa Monica ficando deliberado que o assumpto referido constituiria objecto da ordem do dia da sessão seguinte.

O Dr. Sérgio do Carvalho propõe que se inclua também a questão relativa à fazenda Grande, o que é aprovado.

O Dr. Moura Brazil refere-se em sentidos termos, e pediu que fosse lançada na acta um voto de pesar pelo falecimento do Dr. João da Matta Machado.

Nada mais havendo a tratar levantou-se a sessão.

Acta da 112ª reunião da Directoria em 26 de fevereiro de 1901

PRESIDENCIA DO SR. DR. MOURA BRAZIL

No dia 26 de fevereiro de 1901, às 3 1/2 horas da tarde, presentes os Srs. Dr. Moura Brazil, Fábio Leal, Dr. Aristides Caire, Wenceslao Bello, Augusto Bernachi, Dr. Bonifácio do Castro, Dr. Neves Armond, Barão Andréa Guglielmini, visitante, ex-diputado ao Congresso Italiano, e E. Jacy Monteiro, e aberta a sessão.

EXPEDIENTE

O Sr. Dr. Ladislão A. do Almeida Fortuna, distinto advogado nesta Capital, pede ao Dr. Moura Brazil que sejam sócios desta sociedade os Srs. Tortuliano Ramos, fazendeiro em Dores do Pirahy e Manoel José Melrelles Guerra, fazendeiro no Calçado, freguesia do Rio Preto, município de Petrópolis.

Apresentadas à aprovação da directoria foram unanimemente aceitos como sócios efectivos.

Ofício do Sr. Arnaldo Pinheiro da Silva, 1º secretário, partilhando a fundação do club — Associação Agrícola Piontini, em Guarapuava, Estado do Paraná.

Ofício do Ministério do Exterior, remetendo um prospecto da Exposição Pan-americana, Unida, por intermédio da legação brasileira em Washington, que deixando ver representados os produtos brasileiros, pede remessa de pimentas de diversas qualidades.

Telegramma do Exm. Sr. Dr. Manoel Ferraz de Campos Sales, milho digno Presidente da República, agradecendo a directoria da Sociedade as felicitações enviadas no dia do seu aniversário.

Carta do Sr. José Alves de Souza Carvalho, de Paracatu, Minas, pedindo informações sobre a manjericão e a maneira do seu plantio, duração da planta e outros mistérios.

Carta do Sr. R. de Paula Aragão, de S. Paulo, pedindo a assinatura d'A Lavoura.

Carta do Sr. Antônio Vicente do Magalhães, de Gurjaná, Minas, pedindo a correção dos facultativos 5 e 6 da propaganda escrita pelos Irm. Germano Velt e Wenceslao Bello.

Carta do Sr. Frederico R. Vidiella de Montevideo, pedindo informações sobre a palmeira no Brasil.

Carta do Sr. Fontoura Xavier, comum brasileiro em Nova York, remetendo um catálogo ilustrado de sementes da casa W. Atlee Burpee & C., de Philadelphia.

Carta dos Srs. Herbert Brothers, de Nova York, remetendo catálogos e preços correntes de diversos machinhos, pedindo o auxílio da Sociedade para com os nossos lavradores.

Carta do Sr. Henrique Kopf, secretário da Sociedade Nacional de Agricultura na colônia de Itajá, Estado de Santa Catarina, pedindo a remessa d'A Lavoura.

ORDEN DE DIA

O Dr. Aristides Cairo expõe as condições em que se encontra a fazenda de Santa Mônica, as dificuldades com que tem lutado para organizar os serviços a seu cargo, de que, não tendo recompensa fixa na fazenda, nem sempre as ordens que transmite no seu serviço tem cabal execução.

Alhube as reformas que se tornam necessárias naquela propriedade, a diversos servos que reclamam instantaneamente a maior solicitude, culhados ininterruptos, o que só poderá ser facilmente observado sob a imediata inspeção do quem tem a responsabilidade delles perante a sociedade.

Sugaltada a questão da necessidade do director de culturas residir permanentemente na fazenda de Santa Mônica, em vista das ponderações que acabam de ser ouvidas e da difícil natureza já comprovada de encontrar pessoa que reuna os atributos imprescindíveis no cargo de chefe das culturas, o Dr. Aristides Cairo, respondendo à interpelação que lhe foi dirigida, diz que poderá fixar residência ali com a ordenado mensal de 1:000\$ que alias não compensa totalmente os prejuízos e alterações que a mudança lhe acarretará.

Discutida a questão pelo Sr. presidente e outros membros da directoria, foi aprovado por unanimidade de votos que se fixasse o ordenado de 1:000\$ no director de culturas, Dr. Aristides Cairo, estabelecida a condição de fixar sua residência na fazenda de Santa Mônica.

O Sr. Presidente discute a questão relativa à Peúta, que entra também na ordem do dia, e pensa que quanto antes se deve concretar a cereja que divide o terreno, preparar terra para as plantações do agosto, cavar das videiras e iniciar viveiros de árvores frutíferas, sendo a proposta aprovada.

Os Drs. Bello e Jacy Monteiro se premitem a ir, sempre que possível, examinar os serviços que ali vão ser realizados.

O Dr. Jacy Monteiro refere-se em termos encorajadores ao Dr. Assis Brazil, nome que simboliza o devotamento, o esforço e o mais acendrado amor à causa da lavradora nacional, posto no serviço de um talento de eleição, avigorado por uma cultura que saiu dos moldes da educação theorica que, em geral, é o apanágio do homem público no Brasil.

O ilustre presidente da Sociedade Brasileira para animação da criação e agricultura, graças à felicita prática que só imprime à propaganda a que se dedica

enimutativamente com as funções do seu alto cargo, tem prestado à Sociedade Nacional de Agricultura serviços inestimáveis, que se reflectem sobre a lavoura do paiz, despertando novos estímulos entre aquelles que a representam.

Por essa atitude patriótica, o Ilustre brasileiro merece ser incluído entre os sócios honorários da instituição que tão assinalados serviços lhe deve, homenagem que, aliás, lhe parece muitíssimo modesta, porque S. Ex. é de direito um benemerito, por seu apoio decidido à causa a que tem consagrado o prestígio do seu nome e o vigor do seu talento.

O título que lhe vai ser conferido não representa uma retrâmbia ao devotamento que se lhe deve, mas um prello de gratidão do admiradores reconhecidos.

Aprovava a oportunidade para congratular-se com a sociedade pelo alta distinção que nenhuma ser concedida ao seu digno presidente com o título de sócio honorário da Sociedade Brasileira para animação da erudição e agricultura.

O Dr. Moura Brazil agradece as congratulações dos seus colegas e apela, com entusiasmo, a proposta oferecida pelo Dr. Jacy, a qual é aprovada por unanimidade do votos.

O Dr. Jacy Monteiro refere-se ao facto do Dr. Ennes de Souza (ex-presidente da sociedade), ter perdido em ultima instância a negociação judicial que lhe moveu a sociedade e não só não entregou os muitos e valiosos objectos a esta pertencentes, como nem as custas judiciais que para andamento do processo a sociedade adiantou.

O Sr. Sergio de Carvalho fala sobre o empenho que deve ter a sociedade em solicitar ao Exm. Sr. Ministro da Viação a regulamentação da lei sobre auxílios à sericultura, como também as providências necessárias sobre a obtenção de uma casa para o Museu Permanente.

Em sessão anterior fora escolhida a antiga charrua do paço e torna-se necessário que se procure obter aquello próprio nacional para o seu indicado.

Pensa também que a sociedade deve dirigir-se às municipalidades do paiz solicitando que se inscrevam como membros da Sociedade Nacional de Agricultura, que, por deficiência de meios, não pôde dar cabal solução a todas as questões que lhe estão afetadas.

Todas as propostas foram aprovadas, ficando assentado que a directoria procuraria o Exm. Sr. Ministro da Viação para tratar da distribuição da verba orçamentária, relativa à sericultura, e tratar da obtenção do predio para o Museu.

E por nada mais haver a tratar, o Sr. Presidente suspendeu a sessão.

Acta da 113^a Sessão de Directoria em 19 de março de 1901

PRESIDENCIA DO R. DR. MOURA BRAZ.

No dia 19 de março de 1901, às 3 1/2 horas da tarde, preso os Srs. Drs. Moura Brazil, Cândido Barata Ribeiro, Fábio Leal, Neves Armond, Augusto Pernachi, Aristides Calro e E. Jacy Monteiro é aberta a sessão.

EXPEDIENTE

Ofício do Director Geral da Indústria, 1^a sessão da Secretaria de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, pedindo de ordem do Exm. Sr. Ministro informações e remessa de algumas obras que tratem sobre o fabrico do vinho alim de atender a um pedido da colônia de Ijuhy no Estado do Rio Grande do Sul.

Ofício de Antônio Dias Barbosa e outros fazendeiros em Itamaraty, enviando a esta Sociedade uma expedição sobre a baixa do café, pedindo o auxílio da sociedade alim de ver se consegue que esse producto tenha o preço que merece, assim de poder a lavoura cafeeira sair do estado precarne em que se acha.

Ofício do Governador do Estado do Pará, enviando relações e mensagens de diversos Gouvernadores.

Ofício de Amílcar Savassi, Director do Núcleo Colonial Rodrigo Silva em Barraeira, Estado de Minas Gerais, encerrando um remessa de uma calxinha contendo sementes de bicho de seda, assim como enviando uma amostra de seda colhida na sua colônia no mês passado.

Ofício de Adolfo Cuymerle, Gerente da Sociedade Rural Argentina, em Buenos Ayres, agradecendo a esta Directoria em nome do seu Presidente, D. Ezequiel Ramon Mexia, o nomeamento de socio honorário da Sociedade Nacional de Agricultura.

Ofício do Director do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, Belém, Estado do Pará, acusando o ofício desta Sociedade do 5 de dezembro do mês passado.

Ofício do Dr. Joaquim Fernandes de Barros Lima, Secretário, participando a fundação da Sociedade «Congresso dos Agricultores», dos municípios do norte do Estado de Mato Grosso, na cidade do Pássaro do Campanhão.

Ofício do Director Antônio Toledo Piza, Repartição de Estatística e do Arquivo, em S. Paulo, remetendo como oferta à Secretaria da Sociedade, 83 volumes de diversas obras e retores do tempo do Império, de 1852 a 1889, assim como os da República até o anno de 1900.

Ofício do Dr. Miguel R. Galvão, 2º Secretário do Clube do Engenho, participando o novo directorio.

Carta de Pedro Martins, da Sua Família do Tinguiá, acusando o recebimento das sementes de soja e feijão da China, tendo dado bom resultado o feijão, o quanto não soja aguarda o seu resultado, do que dará conhecimento à Sociedade.

Carta de Miguel José Tarbesa, de Dorez do Indaiá, Minas, pedindo remessa de arroz do Japão.

Carta de F. Albert, chefe de secção do Ministério da Indústria e Obras Públicas, em Santiago, Chile, pedindo à Sociedade reimessa de todos as publicações que possam interessar a botânica.

Telegramma da Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, agradecendo as felicitações enviadas pelo Presidente do Dr. Manoel Brazil sobre a inauguração da sua exposição.

Telegramma da comissão Aguda Quixadá, no Ceará, pedindo à sociedade a remessa de passagens diversas; carta dos Srs. Blum & C., desta capital, pedindo remessa de quatro sacos com sementes de algodoeiro para o Sr. Carlos Renau, morador na colônia Brusque, Estado de Santa Catharina.

Ofício do Vice-Consul do Brazil na Ilha da Madeira o Hon. Sr. C. Celso de Saloia e Silva, remetendo pelo vapor alemão *Rolland*, 100 bacellos de videiras de diversas qualidades.

Ofício do Sr. A. George Cahn, delegado consular da França em Tanahá, Estado do S. Paulo, pedindo providências à Sociedade sobre a baixa do café, fazendo outras considerações, e apresentando bases para a boa collocação nos mercados da Europa.

Carta do Sr. João Baptista de Castro, desta Capital, pedindo que a Sociedade estende a metade da baixa do café, e fazendo outros considerandos.

Carta do Sr. J. G. R. de Avellar, morador em Juçarépagná, propondo-se para administrador da fazenda Santa Monica.

Carta do Sr. Augusto Celso de Moura, morador em Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, pedindo o preço da assinatura d'A Lavoura.

Ofício do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do 16 do corrente, encerrando o ofício desta Sociedade de 12, sob o n. 124, no qual participava que o Dr. Domingos Sergio de Carvalho seguiu para Montevideu como representante desta sociedade no 2º Congresso Scientifico Latino Americano.

Ofício do Secretário da Intendência Municipal de Brotas, Estado da Bahia, pedindo remessa d'A Lavoura e mais fascículos sobre a propaganda agrícola assim de fazer parte do seu arquivo.

Na discussão da acta da 112ª sessão da Directoria, em 26 de janeiro proximo passado, pediu a palavra o 1º Secretário, para declarar ter havido engano na respectiva redacção: foi o Dr. Moura Brazil quem propôz fosse nomeado o Sr. Dr. Assis Brazil socio honorário da Sociedade Nacional de Agricultura.

ORDEM DO DIA

O Dr. Moura Brazil queixa-se amargamente por vários factos que tem chegado ao seu conhecimento, da pressão, verdadeira perseguição que o Banco Hypo-

thecario está exorciendo contra os fazendeiros que se acham infelizmente na dependencia desse mesmo banco; e, depois de relatar alguns daquelles factos, propõe que sejam a respeito pedidas providencias no Governo atin do entrar este em acordo com o banco no sentido de modificher, attenuar, melhorar a sorte dos fazendeiros hypothecados.

O Dr. Fabio Leal pede a palavra, o desenvolvendo succinctamento a questão de que tem também conhecimento, demonstra a improteudade dos esforços do Governo.

A' vista das declarações do Dr. Fabio Leal o Dr. Moura Brazil retira a sua proposta.

Dissentem em segredo a questão do Museu de Agricultura cuja inauguração tem sido tantas vezes adiada por falta, principalmente de casa, de local onde se possa fazer condignamente a respectiva instalação.

Lembra o Dr. Moura Brazil, que em ultimo caso, se faça a inauguração do Museu na sede da Sociedade, sede por demais aconchegada; mas em todo caso que alguma causa se faça. Peca o Dr. Venceslao Bello de offerecer ao Sr. Ministro da Viação pedimento mais numa sala na Repartição de Estatística, onde funciona a Sociedade; — pergunta se esse ofício foi feito.

O 1º secretario informa que o Dr. Venceslao Bello não pode comparecer à presente sessão conforme comunicou verbalmente, devendo ter prompto entretanto o mencionado ofício.

O Dr. Moura Brazil propõe e é aprovado, que se dirijam circulares nos Presidentes e Governadores dos Estados, às Camaras Municipaes e n particulares, pedindo remessa de productos agricolas, para o Museu permanente de agricultura, productos que devem vir acompanhado de informações exactas e minuciosas sobre preço, peso, uso, procura, etc.

Continuando com a palavra o Dr. Moura Brazil, refere-se à grande safra que é de esperar, de milho e de feijão no corrente anno; e propõe que se dirija ao Sr. Ministro da Viação, municioso ofício demonstrando a necessidade do abatimento de tarifas da Estrada de Ferro Central do Brasil para facilitar a saída desses productos.

Li critica a questão e aprovada a proposta.

E' apresentado em sessão o um excellente anno ter de arroz colhido na fazenda de Santa Monica e beneficiado na maehina do Sr. Joaquim da Silva Xavier que de sua invención tem patente privilegiada.

O 1º Secretario presta informação sobre a casa da Fazenda Grande da Penha,

E' autorizada a despesa de 40.000 para reparos na referida casa atin de poder residir nela o Sr. Lucio Albuquerque que, provisoriamente fiscalizara o serviço que na mesma fazenda se vai iniciar.

O Dr. Fabio Leal mostra mais uma vez as dificuldades com que luta a Sociedade para satisfazer seus compromissos: tem empregados a pagar, despesas a fazer como toda a sociedade tem e os socios, não todo, é bem de ver, mas grande numero, tem se atrasado no pagamento de suas anuidades. Recebemos no entanto ás centenas pedidos e grandes pedidos de somosas, publicações e até de matrículas do Lavoura, como se a Sociedade tivesse tudo isso de graça e a farta para distribuir por todos. Lembra que as Camaras Municipaes poderiam facilmente auxiliar a Sociedade inserindo-se como socios efectivos, o que já fizeram varias Camaras dando desse modo exemplo. E propõe que nesse sentido seja dirigido um apelo ás Camaras Municipaes. Essa proposta é aprovada.

E por nada mais haver a tratar o Sr. presidente levanta a sessão.

Acta da 11ª sessão de Assembleia Geral, ordinária, realizada no dia 23 de abril de 1901

Aos 23 dias do mes de abril de 1901, não tendo comparecido o Exm. Sr. Barão de Capanema, presidente interino da Sociedade Nacional de Agricultura, ocupa a cadeira da presidencia o Sr. Dr. Luiz Carlos Barbosa de Oliveira, servindo de secretarios *ad hoc* os Drs. Augusto Bernacchi e Aristoteles Calaça, membros depositarios, estando presentes o Sr. Carlos Moreira, tambem membro depositario, e

os Srs. Drs. Antônio Augusto da Fonseca, Francolinha Carmelino, Eurico Jacy Monteiro de Oliveira, P. P. de José Plácido de Castro, E. Jacy Monteiro, J. Jacy Monteiro, João R. Dantas, Oscar Varady, João Baptista de Castro, J. J. Bizarro, capitão do mar e guerra José Carlos de Carvalho, Drs. Oscar Wernock, Julio da Novas, J. Cordeira de Carvalho, Srs. Miranda Ribeiro, Luiz D. do Lago, Drs. Domingos Sergio do Carvalho, Domingos Jacy Montelro, Srs. Luiz Carlos Duque Estrada, Cornelio da Souza Lima, Drs. Fausto Nunes Leal, Aristides Coire, Horacio R. Antunes, Antonino Fialho, Wenceslho Bello, Sra. Jens Sand, Demetri Schutte, Drs. Neves Armond e A. L. Caetano da Silva.

O Sr. presidente abriu a sessão da Assembleia Geral, declarando que via com extremo prazer o concurso e amizade com quo os ilustres conselhos tinham recebido o segundo appelo da Assembleia Geral, para proceder a eleição da nova Directoria, o que, segundo os estatutos, a 1^a sessão de Assembleia Geral não tinha podido funcionar por falta de numero que embora na segunda convocação a Assembleia Geral pudesse funcionar com qualquer numero, notava-se, entretanto, com prazer que os conselhos presentes se eram em numero superior ao exigido para uma primeira convocação, motivo pelo qual reabrilhava-se chamando sobre isso a atenção.

Em seguida o Sr. presidente deu a palavra ao Dr. Augusto Bernaceli, a fim de proceder à leitura das duas actas anteriores, aproveitando a presença dos ilustres conselhos presentes, reunidos em Assembleia Geral.

Durante a leitura da primeira acta, o Dr. Jacy Monteiro deu um aparte pedindo que se substituisse o nome Barão do Agua Clara, por engano escrito, pelo de Barão de Capanema, na pagina 11, na linha 1^a, o também o Dr. Horacio Antunes deu um aparte declarando que não havia dados suficientes que demonstrassem a intervenção do Governo contra a Sociedade Nacional de Agricultura, que pelo contrário ella tinha muitas provas a favor e que lamentava que a Directoria o desse a entender, ao que o Dr. Augusto Bernaceli respondeu que realmente o seu facto era de agradável, mas que, diante do artigo publicado no *Jornal do Commercio*, a Directoria, como ella própria o declarou, sentia falar em suas forças e não lhe restava outra solução.

Terminada a leitura da segunda acta que constava sómente da 1^a convocação da Assembleia Geral, consignando tão sómente que tinha deixado de funcionar por falta de numero, segundo os estatutos, ambas postas a votos foram unanimemente aprovadas e por todos os presentes assinadas.

Depois deu-se uma carta dirigida ao Dr. Jacy Monteiro, do conselho Dr. José Caetano de Almeida Gomes, que declarava não poder comparecer a sessão, mas que estaria de pleno acordo sobre tudo quanto se resolvesse.

Em seguida pediu a palavra o Sr. João da Silva Gandra, que propôz fosse acordado à Directoria resignataria, attentos os serviços que prestou à Sociedade e à agricultura nacional. O Dr. Horacio Antunes pondera que não obstante aplaudir os conselhos emitidos pelo conselho Sr. Gandra, entende que não se deve insistir na questão perante a Directoria resignataria, porque esta já declarou formalmente que não voltaria ao seu cargo.

O Sr. Dr. Sérgio de Carvalho declarou que o Dr. Monra Brazil o autorisou a dizer que não necessitaria a re-eleição, fazendo idêntica declaração os demais membros da Directoria passada que se achavam presentes.

O Sr. Silva Gandra retirou então a proposta que apresentara, substituindo-a por outra que mandava collocar na sala das sessões os retratos dos Directores, o que foi unanimemente aprovado.

Depois foi aceita pelo Sr. presidente uma proposta escripta e assinada pelos Drs. Horacio R. Antunes e Aristoteles Calçada, em que apresentavam o Dr. José Matoso Sampaio Correa, agricultor no Estado do Rio e leito da Escola Polytechnica, para seu efectivo.

Não haverão nñguem que sobre isso pedisse a palavra, foi a proposta posta a votos e então unanimemente aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. presidente anuncio que ia sa proceder a eleição da nova Directoria, quando o Dr. Bello deu a palavra e declarou que, sendo já tarde, propunha que a nova Directoria fosse eleita por aclamação, enviando então à mesa a seguinte proposta assinada por elle e pelo Dr. Horacio Antunes :

Propomos a seguinte Directoria :

Para presidente, o Dr. Antonino Fialho; 1º vice-presidente, Dr. João Baptista de Castro; 2º dito, Dr. Luiz Carlos Barbosa de Oliveira; 3º dito, Dr. Aristoteles Gomes Calçada.

Director de Propaganda, Capitão do Mar e Guerra Dr. José Carlos do Carvalho;
Director de Culturas, Dr. Bernardo Dias Ferreira; 1º secretario, Dr. José Mattoso Sampaio Corrêa; 2º dito, Augusto Bernacchi; 3º dito, Sr. Carlos Moreira; 1º tesoureiro, Sr. Jens Sand; 2º dito, João da Silva Gandra; *Wenceslao Bello*, Capital Federal, 23 de abril de 1901. — *Horacio Antunes*.

Não havendo ninguém que pedisse a palavra, foi posta a votos e unanimemente acclamada a nova Directoria, pelo que o Sr. presidente interino, Dr. Luiz Carlos Barbosa de Oliveira, convidou imediatamente o Dr. Autônomo Fialho e demais membros presentes a assumirem os seus cargos na mesa.

Assumindo, pois, a presidencia o Dr. Autônomo Fialho e os demais membros presentes, disse o Sr. Presidente que agradeceu em seu nome e dos companheiros a hora que acabavam de ter e que contavam com o auxilio de seus conselhos e ex-Directores, para dar-lhe exacto cumprimento.

Neste momento irromper um salva de palmas à nova Directoria, que comovida agradeceu.

O Sr. capitão de mar e guerra José Carlos do Carvalho, depois de dirigir à missão que teve o Dr. Sergio no seio do Congresso Latino Americano, cumpria marcar dia e hora em que o ex-Delegado Brasileiro pudesse expor o resultado de sua missão, que teve aquello certame.

O Sr. presidente declarou, em resposta, que na sessão proxima, que se realizará na quinta-feira, será então determinado o dia em que o Dr. Sergio de Carvalho poderá realizar a sua conferencia sobre o assunto e para a qual serão expedidos convites especiais.

Fallaram ainda os Drs. Oliveira Bello e Fabio Nunes Leal, declarando que, embora não continuassem na Directoria, promptificavam-se, contudo, a prestar os seus espontâneos serviços, crentes como estão da necessidade imprescindivel do desenvolvimento da nossa lavoura e da existencia da Sociedade Nacional de Agricultura.

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Sr. presidente encerrada a sessão de Assembléa Geral.

Para constar, lavrou-se a presente acta para os devidos efeitos, que passo como secretario a assinar.

Acta da 11ª sessão da Directoria em 2 de maio de 1901

PELO SR. VICE-PRESIDENTE, DR. AUTÔNOMO FIALHO

A's 3 1/2 horas da tarde do dia 2 de maio de 1901, achando-se presentes os Srs. Drs. Autônomo Fialho, João Baptista de Castro, Luiz Carlos Barbosa de Oliveira, Aristóteles Cataguá, Sampaio Corrêa, Augusto Bernacchi, Carlos Moreira, capitão de mar e guerra José Carlos de Carvalho, Jens Sand, Barão de Capanema, Wenceslao Bello, Jaey Monteiro, Fábio Leal, Aristides Cairo e Sergio de Carvalho, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

Ela é aprovada a acta da sessão anterior.

O expediente consta do seguinte:

Ofício do 1º secretario da Associação Agrícola e Pastoril Taquarense, comunicando a fundação d'quelle Associação.

Ofício do Presidente da Câmara Municipal da Varginha, no Estado de Minas Geraes, agradecendo a remessa d'A Lavoura e pedindo a admissão da Câmara Municipal de que é Presidente como associada da Sociedade Nacional de Agricultura.

Carta de Joaquim Pereira Torres, do Sumidouro, no Estado do Rio de Janeiro, pedindo remessa de videiras de diversas qualidades e de sementes de hortaliça.

Carta de Ignacio Celestino da Motta, de Theophilo Ottoni, no Estado de Minas Geraes, pedindo que lhe seja remetidas algumas sementes de sija.

Carta do Secretario do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, agradecendo a remessa d'A Lavoura.

Carta de Antonio Joaquim do Nascimento, de Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro, pedindo informações sobre o plano do algodão.

Carta de Alexandre Marcondes Monteiro, de Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo, pedindo informações sobre o emprego do capim colonia como pastagem.

Carta do Frederico Augusto Alvares da Silva, de Sete Lagoas, no Estado da Minas Geraes, acusando o recebimento d'A *Lavoura* e de um folheto sobre o café.

Carta de Stanislaw Kraszynski, de S. Carlos do Pinhal, no Estado de S. Paulo, pedindo que lhe seja enviado o original de uma carta dirigida à Sociedade pelo Sr. Arnald Brondum & Comp., de Varsavia.

Carta do Dr. Antônio José de Miranda Carvalho, de Parahyba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro, remetendo uma ordem da quantia de 50\$, para pagamento da sua arrendada do corrente anno.

Ofício do João Baptista Remusat, de Pouso Alegre, no Estado do Minas Geraes, comunicando a fundação de uma bibliotheca pública naquella cidade e pedindo a remessa d'A *Lavoura* para o archivo da mesma bibliotheca.

Carta do Alphons Victor Rodrigues, de Catalão, no Estado de Goyaz, acusando o recebimento d'A *Lavoura* e das sementes de soja.

Carta de Salomão Burfarah, de S. Luiz da Estrela, pedindo informações sobre os casulos do blein da cana, que enviara à Sociedade.

Telegramma do Dr. Domingos Sergio de Carvalho, envlendo saudações à Directoria da Sociedade.

Ofício do Secretario Geral do Governo do Estado do Espírito Santo, remetendo diversos relatórios.

Carta do Alferio Osorio de Cerqueira, enviando a quantia de 50\$, importânciada sua arrendada relativa a 1901.

Carta de Octavio F. do Amaral, Secretario do Interior no Governo do Estado do Paraná, envlendo diversos relatórios e pedindo a remessa d'A *Lavoura* e de outras publicações da Sociedade.

Carta do engenheiro João de Carvalho Borges Junior, pedindo à Directoria que lhe seja feito um dia para realizar uma conferencia sobre «A situação financeira do Estado do Rio de Janeiro».

Ofício do Dr. Ricardo Ernesto Ferreira do Carvalho, Director da Escola Prática e Agrícola do Piracicaba, no Estado de S. Paulo, agradecendo os comprimentos que lhe fôrto feitôs pela Directoria da Sociedade por occasião da sua nomeação para aquele cargo.

Ofício do Secretario do Governo do Estado da Parahyba, remetendo diversos relatórios.

Ofício do Secretario do Governo do Estado do Ceará, remetendo diversos relatórios.

Carta do M. D. da Costa, da Capital Federal, em que suggero algumas idéias para melhorar a actual situação do mercado do café.

Carta do Bromberg & Comp., de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, acusando o ofício da Directoria datado do 28 de Fevereiro proximo passado e agradecendo a remessa d'A *Lavoura*.

Carta do Dr. Antonio José de Miranda Carvalho, da Parahyba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro, pedindo à Sociedade a indicação do melhor fabricante de máquinas para o preparo da farinha da mandioca.

Carta de Torquato Alves de Almeida, do Pará (cidade), no Estado do Minas Geraes, pedindo a inserção d'A *Lavoura* no seu trabalho sobre a manjinha.

Carta do Dr. Regino de Pauls Aragão, de S. Paulo, pedindo informações sobre as condições dos socios que residem no interior.

Carta do Albel Chateney, secretario geral da Sociedade Nacional de Agricultura em França, com sede em Pariz, felicitando a sociedade.

Telegramma do Ministro da Agricultura da Republica Argentina, Dr. Ezequiel Ramos Mexia, envlendo saudações à sociedade.

Carta de Joaquim Pereira Torres e outros Lavradores do Sumidouro, no Estado do Rio de Janeiro, pedindo a intervenção da sociedade junto aos Governos da União e do Estado do Rio de Janeiro, para que sejam tomadas medidas que ponham termo às dificuldades com que luta a lavra.

Carta da directoria da Associação Rural del Uruguay, em Montevideo, comunicando à directoria da sociedade.

Ofício do Dr. Ezequiel Ramos Mexia, presidente da Associação Rural del Uruguay, felicitando a directoria da sociedade pela acerda escolha do Dr. Domingos Sergio de Carvalho como seu representante no Congresso Sul-Americano.

Carta de José Gonçalves da Moraes Carvalho, pedindo exoneração do socio.

Carta de José Villola de Anrade, de Angustura, no Estado do Minas Geraes, pedindo que lhe sejam remetidas sementes de soja e de capim jaraguá.

Carta do A. B. Ballly, da fazenda Monte Líbano, agradecendo a renessa d' *A Lavoura*.

Carta do João R. Duarte, pedindo exoneração de socio.

Ofício do engenheiro civil João de Carvalho Borges Junior, pedindo exoneração de socio.

Carta de Jons Sand & C., negociantes, enviando sementes de « soja gigante » e pedindo a plantação dessas sementes na fazenda de Santa Monica.

Carta do 1º secretario da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, com sede em Curitiba, remetendo segundas vias dos ofícios de 31 de dezembro de 1901 e de 7 de janeiro de 1901.

ORDEN DO DIA

O Sr. Dr. Aristides Cairo, ex-director das culturas da fazenda de Santa Monica, apresenta à directoria os relatórios que elaborou sobre aquella fazenda e que abrangem os períodos da sua direcção compreendidos entre 28 de fevereiro de 1901 e 31 de dezembro do mesmo anno, e entre 1 de janeiro de 1901 e 11 de abril do mesmo anno.

O Sr. Dr. Fabio Leal diz que ao actual tesoureiro fez entrega dos dinheiros da sociedade que estavam em seu poder o pede que seja nomeada uma comissão de verificação das contas ; diz mais que a quantia pertencente ao Centro da Lavoura do Café do Brasil, que lhe fora confiada por deliberação da ultima assembleia geral, tem tido applicação determinada por aquella mesma assembleia, não sei lo possível, porém, fazer a entrega imediata dos saldos que ainda espera a apresentação de algumas contas que devem ser pagas.

O Sr. Dr. Wenceslao Bello chama a atenção da nova directoria para a fazenda de Santa Monica e mostra a necessidade de entender-se já a directoria com o novo director de culturas.

O Sr. Dr. Presidente comunica que já tinha designado o sábado proximo para conferenciar com o director de culturas.

O Sr. Dr. Sergio de Carvalho, justificando a demora havida na publicação d' *A Lavoura*, pensa ser necessária a impressão de alguns números daquele boletim da sociedade em qualquer typographia particular.

O Sr. capitão de mar e guerra J. Carlos de Carvalho diz que a nova directoria não se desculpará da publicação do folhetim e que neste sentido irá entender-se com o director da Imprensa Nacional.

Em seguida pede ao Sr. Presidente para, interpellando o pensamento da directoria, solicitar do Sr. Dr. Wenceslao Bello o seu valioso auxilio na organização do Museu de Agricultura.

O Sr. Dr. Presidente, concordando com as opiniões emitidas pelo Sr. capitão de mar e guerra José Carlos de Carvalho, transmite ao Sr. Dr. Wenceslao Bello o pedido da directoria, pois espera que o Ilustrado consocio não negará os seus serviços a tão util empreendimento.

O Sr. Dr. Wenceslao Bello, agradecendo a indicação do seu nome, pede para ser dispensado da commissão, por isso que deseja muito auxiliar a nova directoria, mas trabalhando em comissões mais obscuras.

O Sr. Dr. Presidente declara que não pôde receber o pedido de dispensa apresentado pelo Sr. Dr. Wenceslao Bello, que, à vista da insistencia, aceita a commissão.

O Sr. capitão de mar e guerra J. Carlos de Carvalho diz que, tendo a seu cargo o serviço de propaganda, não mais pode se ocupar com o Museu de Agricultura; pede portanto a sua exoneração do cargo de secretario daquella commissão, indicando o Sr. Dr. Jacy Monteiro para substitui-lo.

O Sr. Dr. Presidente nomeia o Dr. Jacy Monteiro para a commissão de organização do Museu de Agricultura, que fica então composta dos seguintes Srs. Wenceslao Bello, Jacy Monteiro, Sergio de Carvalho e Augusto Bernacchi.

O Sr. Dr. Wenceslao Bello historia a fundação do Centro da Lavoura do Café do Brasil, e encerra dizendo que a sociedade pôde escolher um dos dous alvitres que tembra ou a reconstituição do centro com uma nova directoria, ou a sua extinção, passando todos os seus encargos à sociedade.

O Sr. capitão de mar e guerra J. Carlos de Carvalho fala como ex-secretario do Centro, referindo-se à falta de interesse com que elle foi tratado pelos governos estaduais e pelos particulares; para fazer justiça, declara que, em

S. Paulo, que sempre teve o desejo de querer lutar com o monopólio do café, assim como fez com o da imigração, apenas um homem trabalhou pelo Centro; o Sr. Conselheiro Leônidas de Carvalho, julga mais conveniente que a sociedade chame a si os encargos do Centro.

Passando a tratar da propaganda do café, para responder à pergunta do Sr. Dr. Fábio Leal sobre os recursos de que dispõe a sociedade para a execução proveitosa daquella propaganda, entende que, com o auxílio dos 300:000\$ dados pelo Governo, já é possível fazer muito.

Vê vantagens na organização de exposições permanentes do nosso café em várias cidades da Europa e da América, escolhendo-se para isso 20 tipos do Brasil, comprados aqui, e diz que, de acordo com esta maneira de pensar organizará e apresentará a sociedade um projecto, do cujo exame se verifica que a pequena quantia de 9:000\$ permite fazer exposições em 36 cidades das mais importantes.

O Sr. Dr. presidente submette à discussão o projecto da extinção do Centro da Lavoura do Café do Brasil, «com consequência da remuneração dos seus sócios», conforme propõe o Sr. Dr. Sérgio de Carvalho.

O Sr. Dr. Aristides Cairo lembra que os 300:000\$ fornecidos ao Centro são só à sociedade e que, portanto, não pode esta utilizar-se daquela quantia. Não concorda portanto com a idéia sugerida da extinção do Centro.

O Sr. Dr. Presidente julga conveniente o adiamento da discussão, o que é aprovado.

O Sr. Dr. Sérgio de Carvalho, aproveitando a oportunidade da reunião da directoria, oferece algumas amostras do café que trazem da República Argentina onde o café brasileiro é vendido na casa «La Braziliense» como sendo proveniente de Java, Bolívia, Cuba, etc., fazendo-se portanto propaganda contra o Brasil com o dinheiro brasileiro.

Offeroce igualmente algumas amostras de lás e sementes obtidas no Mercado do Cereais de Montevideu.

Laz entregar a sociedade de duas medalhas com que foi galardoado pela Association Rural del Uruguay.

Reverte-se em seguida no boletim da sociedade, julgando conveniente que seja dedicado o número do mês de Abril ao Congresso Científico Latino-Americano, devendo ser solicitada a colaboração de todos os representantes do Brasil naquele Congresso; desta forma será retribuída a gentileza com que foi a sociedade distinguida pelos membros de Congresso.

Allude ao facto, que teve ocasião de ver relatado, de receber o Rio Grande do Sul cabeças de gado estrangeiro, considerado tuberculoso pela Municipalidade de Montevideu, chamando para ello a atenção da Sociedade.

Referindo-se à crise do assucar, lembra que precisa ser agora restabelecido o antigo comércio desse género com a República Oriental do Uruguai, que é hoje abastecida do assucar pela Alemanha, e não pela República Argentina e Brasil.

Julga que os produtos brasileiros podem vantajosamente concorrer com os alemães e comunica que neste sentido, já teve ocasião de expor as suas idéias ao Exm. Sr. Dr. Alfredo Mariz e general Quintino Bocayuva.

O Sr. Dr. Presidente, respondendo ao Sr. Dr. Sérgio de Carvalho, agradece em nome da directoria, a offertas valiosas das amostras de café, de lás e de sementes, e comunica que a directoria mandara colocar em um quadro as medalhas offertadas pelo ilustre consocio, como prova de reconhecimento aos muitos e dignos serviços por elle prestados à sociedade.

O Sr. Dr. Fábio Leal pede que seja designado o dia em que procederá o Sr. Dr. Sérgio de Carvalho à conferência sobre a missão de que foi incumbido pela Sociedade como seu representante no Congresso Científico Latino Americano.

O Sr. Dr. Jacy Monteiro lembra que tem vantagens na distribuição de convites especiais para aquella conferência.

O Sr. Presidente declara que de acordo com o conforencista, fixou o dia 11 de maio corrente, às 7 horas da noite, para realização da conferência. Conforme propõe o Sr. Dr. Jacy Monteiro, mandará fazer os convites especiais a que S.S. se referiu.

O Sr. Dr. Wenceslao Bello lembra a conveniência de mandar a directoria imprimir os diplomas da sociedade, para que possam ser distribuídos, atendendo-se assim às muitas reuniões e festas por diversos membros da sociedade.

Os Srs. Jans Sand e João de S. J. va Gandra propõem para socio efectivo ao Sr. Oscar Heinzelmam morador em Petrópolis, a rua Monsenhor Bacellar n.º 1 A.

E' aprovado unanimemente a proposta dos Srs. Jens Sand e João da Silva Gandra.

O Sr. Dr. Sergio de Carvalho propõe para sócios correspondentes os seguintes Srs:

Dr. Susveia Guarch;

Assoeaction Rural del Uruguay;

Dr. Rodolpho Fonseca, Vice-Presidente da Asociacion Rural del Uruguay;

Dr. J. Arachavaleta, director do Museu de Montevideo;

Dr. Lucio Rodrigues Diez, Director do Departamento de Granadiera y Agricultura;

Engenheiros Agronomos:— DD. Felix Buxareo Dribe, Teodoro Alvarez, Julio Frommel, Teodoro Visuirez, Ruy Lopez, Juan C. Blanco Sienna, residentes todos em Montevideo;

Dr. Carlos Rey do Castro (Peru);

Dr. Carlos Berg (República Argentina);

Engenheiro Agrônomo Girola (República Argentina).

E' aprovada a proposta do Sr. Dr. Sergio de Carvalho.

As 1 horas e 40 minutos da tarde é encerrada a sessão.

Acta da 112ª reunião da Directoria em 2 de maio de 1901

PRÉSIDENTIA DO SR. DR. ANTONINO FILHO

No dia 7 de maio de 1901, às 3 1/2 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Antonino Filho, Baptista Castro, A. Gomes Calaça, Sampalo Corrêa, A. Bernacchi, Jens Sand, José Carlos, Jacy Montelro, A. Caire, W. Belio e Sergio de Carvalho, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

E' lida e aprovada a acta da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte:

Carta do Jules Bell, professor de botânica em Saint-Sulpice, França, agradecendo à Directoria da Sociedade os diversos boletins que lhe tem sido enviados e sustação da remessa do mesmo boletim.

Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Cabo Frio, no Estado do Rio, pedindo sementes de fumo, café, algodão e manjericão, para atender aos pedidos dos lavradores do município.

Ofício da Sociedade Agrícola e Pastoral Castronse, do Castro, no Estado do Paraná, comunicando a aprovação da nova directora e a do Dr. Monira Brazil para presidente honorário da mesma sociedade.

Carta do J. Teixeira da Silva, do Porto, agradecendo a remessa d'A Lavoura.

ORDEN DO DIA

O Sr. Presidente, comunicando à Directoria as providências diversas que tem tomado no desempenho do seu cargo, diz que irá em breve visitar a fazenda de Santa Monica, e convita a Directoria para uma visita à fazenda da Penha no próximo domingo. Diz que tem todo o empenho em melhorar a situação financeira da Sociedade.

Comunica que, em companhia do Sr. José Carlos, dirigiu-se ao Sr. Ministro da Viação, a quem fez o pedido de uma sala para instalação do Museu de Agricultura, e que espera a resposta de uma carta que, neste sentido, enviou ao mesmo Sr. Ministro, depois de uma conferência que teve com o Sr. Dr. Mendes da Rocha, Director da Estatística.

Comunica mais que, em companhia ainda do Sr. José Carlos, visitou a Imprensa Nacional, entendendo-se com o Dr. Director sobre a publicação do boletim da Sociedade.

O Sr. Gomes Calaça lombra a conveniência de fazer público nos jornais da Capital os convites para as reuniões semanais da Directoria.

O Sr. Sergio de Carvalho pede para ser dispensado do cargo de secretário da A Lavoura, não concedendo o Sr. Presidente o pedido de dispensa.

O Sr. Jacy Monteiro, referindo-se à contribuição anual, declara nehâ-la excessiva; lembra, portanto, que se modifiquem as disposições regulamentares que a ella se referem.

O Sr. W. Bello, diz que, a modificação lembrada pelo Sr. Jacy Monteiro, importando em uma reforma dos estatutos, só pode ser autorizada por uma Assembleia Geral.

O Sr. Jacy Monteiro declara não concordar com a opinião do Sr. Dr. Bello, base quase, para isso, em algumas disposições regulamentares, que ló.

O Sr. A. Bernacchi, diz que já teve ocasião de organizar umas bases para reforma dos estatutos, tendo-as entregue ao Sr. Jacy Monteiro.

O Sr. Presidente diz que é conveniente adiar a discussão do assunto, pedindo ao Sr. Jacy Monteiro que o esteja, para explaná-lo em uma das próximas sessões.

O Sr. Bernacchi referindo-se à eleição do Sr. Dr. Moura Brazil para presidente honorário da Sociedade Agrícola e Pastoral Castrense, fez a seguinte proposta:

« Proponho que se agradeça por ofício a directoria da Sociedade Agrícola e Pastoral Castrense a eleição do Sr. Dr. Moura Brazil para presidente honorário daquela sociedade, o que se comunicou essa resolução ao Sr. Dr. Moura Brazil, dando-lhe o nosso respeito, notícias nos jornais desta Capital. »

E' aprovada unanimemente a proposta do Sr. A. Bernacchi. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a sessão. Para constar se lavrou a presente acta.

Sociedade Nacional de Agricultura

114º ao 116º de Directoria (extraordinária) realizada no dia 13 de maio de 1901 para ouvir o Sr. Dr. Domingos Sergio de Carvalho sobre o Congresso Latino Americano realizado em Montevideo.

Estiveram presentes os Srs. Cândido Jucá, Joaquim José Pereira, E. C. Antônio Lopes do Amaral, Carlos Moreira, Manoel Cavaleante de Albuquerque, João da Silva Gandra, José Antônio Fortes, Dr. Pn. Aristides Caldeira, Domingos Sergio de Carvalho, Wenceslao Bello, Aristides Calaça, Marques de Paranaguá, Dr. Neves Armond, Sampaio Corrêa, José Carlos de Carvalho, João Baptista de Castro, E. Jacy Monteiro, Jenys Sand, Fábio Leal, Dr. Barbosa Rodrigues, Manoel Bonfim Carvalho e Augusto Bernacchi. Não se lavrou acta por ser conferência pública,

Acto da 112ª sessão da Directoria em 21 de maio de 1901

PRESIDÊNCIA DO SR. DR. ANTONINO FLALHO

Em o dia 21 de maio de 1901, às 3 1/2 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Antonino Flalho, João Baptista de Castro, Aristóteles Gomes Calaça, José Mattoso de Sampaio Corrêa, Augusto Bernacchi, José Carlos de Carvalho, Jenys Sand, João da Silva Gandra, Fábio Nunes Leal, Aristides Caldeira, Bonifácio de Castro, Horácio Antunes, Wenceslao Bello, Domingos Sergio de Carvalho, E. Jacy Monteiro e Vicente do Aguilar Paiva, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

E' lida e aprovada a acta da sessão de 7 de maio do corrente.

O expediente consta do seguinte:

Ofício do Sr. Dr. T. Cochrane, secretário do Presidente da República, acusando o desta sociedade de 6 do corrente mês, sobre a eleição e posse da nova directoria.

Ofício do Exm. Sr. presidente do Estado de S. Paulo, acusando o desta sociedade de 6 do corrente mês, sobre a eleição e posse da nova directoria.

Ofício do Exm. Sr. presidente do Estado do Rio de Janeiro, acusando o desta sociedade de 6 do corrente mês, sobre a eleição e posse da nova directoria.

Ofício do Exm. Sr. Prefeito do Distrito Federal, acusando o desta sociedade, de 6 do corrente mês, sobre a eleição e posse da nova directoria.

Ofício do Exm. Sr. Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, acusando o desta sociedade, de 6 do corrente mês, sobre a eleição e posse da nova directoria.

Carta do Exm. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores acusando o desta sociedade, de 6 do corrente mês, sobre a eleição e posse da nova directoria.

Ofício do Exm. Sr. Director Geral dos Telegraphos, acusando o desta sociedade, de 6 do corrente mês, sobre a eleição e posse da nova directoria.

Ofício do Exm. Sr. director da Estrada de Ferro Central do Brasil, acusando o desta sociedade, de 6 do corrente mês, sobre a eleição e posse da nova directoria.

Ofício do Exm. Sr. presidente do Estado do Rio Grande do Sul, acusando o recebimento do ofício da directoria, do 11 de março do corrente anno.

Ofício do Exm. Sr. Ministro da República Oriental do Uruguai, acusando o desta sociedade, de 6 do corrente mês.

Carta da comissão Benjamin Constant, convocando a directoria para a sessão solene do 11 de maio do corrente anno no salão do Honra da Escola Polytechnica, em homenagem à independência do Paraguai.

Carta do Edmundo de Lacerda, da Bahia, pedindo informações sobre diversos livros de agricultura.

Carta de Jers Sand & C., negociantes nesta praça, enviando sementes do ervilha e do manjedoura e tagalorénsis assim de serem plantadas na fazenda de Santa Monica.

Carta de Eurico do Oliveira Santos, de Porto Alegre, pedindo sementes de manjuba.

Carta do Dr. Alvaro Martins, do Ceará, enviando diversos exemplares do seu poema « Agonia Suprema », para serem vondidos pela sociedade em beneficio dos lavradores pobres do Ceará.

Carta do Exmo. Sr. Ministro da Indústria, Dr. Alfredo Maia, capeando uma outra do Sr. Chas V. Page da « Iowa Seed Company » para Directora dar informações sobre a mesma.

Carta do Manoel Corrêa de Almeida, desta Capital, apresentando desenho da máquina de sua Invenção para o preparo de farinha de mandioca.

Ofício do Secretário da Sociedade de Agricultura « Alagoana » participando a fundação da mesma sociedade.

Carta de Josué Toledo Amparo, pedindo diversos números da « Lavoura ».

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente declarou que deixou de ser mencionada na acta da ultima sessão uma referência que fez sobre a administração da fazenda de Santa Monica e que por isso a reproduz.

O Dr. Caldeiro declarou que não influiu de modo algum para a eleição do Dr. Bernardo Dias Ferreira para Director de Culturas, pelo contrario, allegou a seus companheiros varios motivos, entre outros que sendo esse seu parente havia as desvantagens de tornar-se elle suspeito para se referir à administração passada; e o Dr. Caíre pareceu continuar de algum modo responsável pela administração da fazenda.

Em nome da nova directoria o Sr. Presidente declara ao Dr. Caíre que, pelo contrario, estava satisfeito com a eleição do novo Director de Culturas, pois via em suas afinidades com o antecessor mais uma vantagem a acrescer á da aptidão do Dr. Ferreira, porquanto a substituição do premissos ex-Director por pessoa inteiramente estranha a seus intuios e planos constituiria uma discontinuidade e mudança brusca, que, no seu entender, prejudicariam os interesses da fazenda e Sociedade, pelo que havia pedido e esperava que o Sr. Dr. Caíre continuasse a auxiliar a nova Directoria com seus conselhos.

Quanto a orientação que deverião ter no futuro os trabalhos da quella fazenda disse o Sr. Presidente entender que não deveria ser feita agora modificaçāo alguma, mantendo-se no plano traçado pela ex-Directoria até ulterior conhecimento da propriedade e dos recursos que a Sociedade poderá dispor para esse fim.

O Sr. Presidente comunica à Directoria que do Exm. Sr. Ministro da Viação espera ainda uma resposta do pedido que fez de mais duas salas na repartição da Estatística, para os trabalhos da Sociedade.

diz que o mau tempo impediu que realizasse no dia fixado a projectada visita à fazenda da Penha.

O Sr. Horacio Antunes pedindo a palavra justifica uma proposta que submette Directoria, lembrando que a Sociedade não pode conservar-se silenciosa diante da idéia da queima do café, levantada em São Paulo pelo Sr. Dr. Vicente de Carvalho, a que julga anti-económica.

Pensa que a opinião da Sociedade acerca deste assumpto de magna importância, deve ser manifestada com a maior urgência.

Em seguida, justificando a segunda parte da sua proposta, refere-se a falta de trabalhos feitos no Brasil e dos quais se possa inferir um conhecimento perfeito sobre a situação e a cultura do café, já no nosso país, já no estrangeiro.

Que no intuito de adquirir essa somma indispensável de conhecimentos os governos de diversos países, entre os quais está a Holland, têm enviado diversos embargos às imções produtoras do café, o pensa que este deve ser o preceder do Brasil.

Apresentando a sua proposta espera que ella mereça a atenção da Sociedade.

Proposta :

« Propõe que a Sociedade Nacional de Agricultura, tendendo à importância que o conhecimento perfeito da situação da cultura do café, em diferentes regiões do globo, pode trazer à lavoura nacional, orientando-a e guindando-a nos seus entendimentos, resolva nomear, por comitê de crédito aberto destinado à propaganda, um ou mais comissários que vão a essas regiões estudar o assumpto sob o ponto de vista cultural e económico.

Sala das sessões da Sociedade Nacional de Agricultura, em 21 de Maio de 1901.
Horacio Antunes.»

O Sr. Presidente, depois de ter sido julgada objecto de deliberação a proposta do Sr. Horacio Antunes, da a palavra ao Sr. Sergio de Carvalho.

O Sr. Sergio de Carvalho, diz que di cima dos conceitos emitidos pelo Sr. Horacio Antunes na justificativa que faz da segunda parte da sua proposta por isso que não salve em que aproveitarão ao Brasil os estudos a que se refere a mesma proposta.

As informações sobre a cultura do café no estrangeiro são hoje bastante completas e constam de publicações feitas nas diversas revistas Norte-Americanas, no que diz respeito ao Mexico, e na Revue des Cultures Coloniale, quanto no que se refere a França.

No Brasil, onde há uma falta sensível de dados estatísticos, a monographia do Sr. Porto Alegre é muito importante e pode prestar reais serviços aos interessados no assumpto.

O Sr. Horacio Antunes, respondendo ao Sr. Sergio de Carvalho, diz que as informações obtidas nos livros estrangeiros não são satisfactorias, citando como exemplo, um trabalho que pôs sue sobre a cultura do café no Congo e enja faltura nata polo ser deprehensão quanto ao plantio do café naquella região da África.

Vê vantagem não pequena na ida do lavrador, o maior interessado, nos países produtores de café; sómente de ta forma poderá elle observar com reais vantagens os diferentes processos de culturas, ao envez de basear-se em dados não verdadeiros, apresentados por estranhos, que não tem o menor interesse no melhoramento daquelle genero de produção.

Mostra que a sua proposta atende aos fins importantíssimos da Sociedade, e fins que não se alinham no serviço de distribuição de sementes.

O Sr. Jacy Monteiro diz que a questão do café está hoje muito bem estudada e desenvolvida sob diversos pontos de vista.

Não vê, portanto, vantagem na segunda parte da proposta do Sr. Horacio Antunes.

Declara que concorda com a primeira parte da mesma proposta e pensa que a Sociedade deve manifestar-sa contra a queima do café.

O Sr. Presidente declara adjada para a proxima sessão a discussão da proposta do Sr. Horacio Antunes.

O Sr. Baptista da Castro, convençido da necessidade e alcance social e económico da formação de syndicatos agrícolas, encarando a urgência que temos no Brasil de

acilmatar essas instituições que se firmam no espirito de solidariedade e união dos agricultores de quaisquer países, tanto em essencia dessas instituições como em seus corolários ; crédito agrícola por meio de caixas rurais, seguro mutuo abrangendo chinvas de pedras ou granito, mortalidade do gado, socorros mutuos, aposentadorias, etc.; não podendo nem devendo a Sociedade Nacional de Agricultura deixar de tomar a iniciativa de animação que lhe cabe no intuito de fomentar a união dos agricultores brasileiros, em torno dos seus legítimos interesses e aspirações dentro ou fora das épocas de crise como actualmente acontece, através da propaganda a solução procurada para solvemos o problema que se prende, tanto à propaganda eficaz para o aumento do consumo do café brasileiro como para a venda mais directa aos consumidores, pelo facto de podermos manter com os syndicatos europeus em perfeita comunhão de vistos os interesses solidários os seus effeçissimos efeitos de negoço.

Propõe:

« 1º Que a Sociedade Nacional de Agricultura constitua entre os seus membros uma comissão encarregada da propaganda e animação, pelos meios conhecidos para a formação de syndicatos agrícolas nos municípios dos diversos Estados da União.

2º Que essa comissão de acordo com a propaganda do café, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, entre desde já em relação com o Syndicato Central dos Agricultores de França e seus congêneres de outros países da Europa, para, nildos, estabelecerem relações que tenham o fim promover as vendas directas dos cafés brasileiros pela cooperação desses mesmos syndicatos europeus.

Sala das sessões, 21 de maio de 1901. — *João Baptista de Castro.* »

O Sr. Presidente diz que a proposta do Sr. Baptista de Castro fica sobre a mesa para ser discutida na proxima sessão.

O Sr. Sergio de Carvalho justifica as seguintes propostas:

« Proponho que a Sociedade Nacional de Agricultura, por sua Directoria, ou por uma comissão escolhida do seu seio, se dirija ao Conselho Municipal pedindo para ser convertida em lei a conclusão do Congresso Científico Latino Americano sobre a esterilização do leite e a adoção do processo de Stock, como meio de verificar-se o cumprimento desta providência.

Proponho que a Sociedade solicite do poder competente sua adhesão às conclusões desse congresso com respeito à polícia sanitária, para que seja organizado entre nós esse serviço de incontestável importância para a Higiene Pública. »

O Sr. Presidente diz que a proposta do Sr. Sergio de Carvalho fica sobre a mesa para ser discutida na proxima sessão.

E por nada mais haver a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão, e lavrou-se a presente acta para os devidos efeitos.

Acta da 118ª sessão da Directoria em 28 de maio de 1901

PRESIDENCIA DO R. DR. ANTONINO FIALHO

Aos 28 dias do mês de maio de 1901, às 3 1/2 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Antônio Fialho, João Baptista do Castro, Aristóteles Gomes Calaça, José Carlos de Carvalho, José Mattoso Sampaio Corrêa, Augusto Bernacchi, Luis Sand, João da Silva Gandra, Barão do Capanema, Drs. Aristides Caires, Wenceslao Bello, Paulino Timoco, E. Jacy Monteiro, Alberto Jacobina, J. M. Bouchaud, Dr. Bernardo do Figueiredo, Domingos Sergio de Carvalho, Demetri Schoueri, Jorge Salabré Maluf, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

E' lida e aprovada a acta de 21 de maio corrente.

O Sr. Dr. Wenceslao Bello reclama contra uma frase do Dr. Horacio Antunes, na sessão anterior, e que consta de acta lida, acerca dos fins da sociedade, dizendo o Sr. Horacio Antunes que não foi seu intuito criticar o modo do proceder da diretoria da sociedade, e pelo Sr. Dr. Bello julga encerrado o incidente.

EXPEDIENTE

Ofício do governador do Estado da Bahia, acusando o desta sociedade, de 6 do corrente mês, sobre a eleição e posse da nova directoria.

Ofício do governador do Estado de Pernambuco, acusando o desta sociedade, de 6 do corrente mês, sobre a eleição e posse da nova directoria.

Ofício do ministro da marinha, acusando o desta sociedade, de 6 do corrente mês, sobre a eleição e posse da nova directoria.

Ofício do secretário do Estado do Paraná, em nome do governador, acusando o desta sociedade, de 6 do corrente mês, sobre a eleição e posse da nova directoria.

Ofício do director geral dos correios, acusando o desta sociedade, de 6 do corrente mês, sobre a eleição e posse da nova directoria.

Ofício do secretário do Estado de Goiás, em nome do presidente, remettendo diversas mensagens dos annos de 1891 a 1900.

Ofício de Ricardo Belgrano, da cidade de Campanha, Minas, remettendo, por ordem do secretário do governo do Estado de Minas Geraes, o conhecimento de 500 garrafas de vinhos nacionais.

Carta do Dr. José Antônio Martins, de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, enviando a quantia de 50\$, sua aumuidade do corrente anno.

Carta do presidente da Câmara Mercantil-Bancária al Sur-Provincia de Buenos-Ayres, comunicando a eleição da nova directoria.

Carta do Dr. Francisco do Azarias Queiroz Botelho, do Carmo do Rio Claro—Minas, enviando a quantia de 50\$, sua aumuidade do corrente anno.

Carta do ministro brasileiro no Chile, enviando à sociedade diversos boletins sobre a agricultura.

Carta de Henrique Marinho, Petrópolis, pedindo os numeros de *A Lavoura*.

Carta de Octavio da Silva Prates, 2º secretário da Sociedade Brasileira para animação da criação e agricultura em Paris, França, agradecendo a remessa de *A Lavoura*.

Carta do Antônio de Medeiros, da Capital Federal, partilhando a fundação do *Jornal dos Agricultores*, e enviando o prospecto.

Carta do 1º secretário da Associação Commercial do Porto, Portugal, remettendo o relatório do anno de 1900.

OPINIÃO DO DIA

O Sr. Presidente põe em discussão apenas a primeira parte da proposta do Sr. Horácio Antunes, tendendo às considerações feitas pelo mesmo socio sobre a importância da publicidade imediata da deliberação da sociedade acerca do projecto da quinina do café do Dr. Vicente de Carvalho.

O Sr. Horácio Antunes requer a leitura em sessão de uma carta sobre a «Crise do café», publicada pelo Dr. Vieira Sonto em o *Correio Paulistano*; procedida a leitura dessa carta, tomam a palavra sobre o assumpto em discussão os Srs. barão de Capanema, Wenceslao Bello, Horácio Antunes e Augusto Bernacchi, condenando todos o projecto do Sr. Dr. Vicente de Carvalho.

O Sr. Wenceslao Bello submette a discussão a seguinte conclusão, que foi aprovada unanimemente.

A Sociedade Nacional de Agricultura, estudando em todas as suas faces o projecto do Sr. Dr. Vicente de Carvalho, sobre a queima do café, para o fim de valorizar a nossa produção, condena-o como violento, contrário aos preceitos económicos e ineficaz, acreditando que outros são os meios a adoptar para chegar nos mesmos almejados fins.

8 de maio de 1901. — *Wenceslao Bello.* »

O Sr. Augusto Bernacchi comunica que em breve terá ocasião de fazer alguma conferência sobre as crises no Brasil, e então referir-se-ha ao caso especial do café.

1º adiada a discussão da segunda parte da proposta do Sr. Horácio Antunes e o Sr. Presidente submette a discussão as propostas do Sr. Baptista de Castro, sobre a fundação de syndicatos agrícolas, tomando a palavra sobre o assumpto os Srs. presidente, Baptista de Castro, Augusto Bernacchi, Sergio de Carvalho, Wenceslao Bello e Horácio Antunes, propondo este ultimo a nomeação de uma comissão

ção de cinco membros, incumbida de formular umas bases para organização dos syndicatos agrícolas.

Approvada unanimemente a proposta do Sr. Horacio Antunes, o Sr. presidente nomeia a seguinte comissão: Barão de Capanema, Baptista do Castro, Augusto Bernacchi, José Carlos de Carvalho, Domingos Sergio de Carvalho e Wenceslao Bello.

Em vista do adiantado da hora, o Sr. Horacio Antunes requer o adiamento das discussões das propostas do Dr. Sergio de Carvalho, constantes da ordem do dia, tendo sido concedido unanimemente o adiamento requerido pelo Sr. Horacio Antunes.

O Sr. Baptista de Castro fez a seguinte proposta:

« Propõem que a Sociedade Nacional de Agricultura mande publicar em avulso os trabalhos emanados do nosso conselho da propaganda do café o Sr. José Carlos de Carvalho, bem assim os trabalhos quer sobre o café quer sobre a Indústria pastoril do Exm. Sr. Dr. Assis Brasil, nosso ministro em Washington, para serem distribuídos com os boletins *A Lavoura*.

Sala das sessões, 28 de maio de 1901. — *João Baptista de Castro.* »

E' approvada unanimemente a proposta do Sr. Baptista de Castro, bem como a seguinte emenda do Sr. W. Bello. Emenda: Seja incluído nesse numero o artigo do Sr. Dr. Baptista de Castro, inserto no *Jornal do Commercio* sobre planta textis do Brazil.

28 de maio de 1901. — *Wenceslao Bello.* »

O Sr. Jacy Monteiro lembra com pesar a data do passamento do Sr. Dr. Campos da Paz, ex-vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, um dos maiores propagandistas da agricultura, e em seguida entrega à directoria o trabalho da comissão incumbida de organizar um projecto sobre medidas a empregar contra a importação de plantas pesteadas.

O Sr. Presidente, comunicando que a comissão de direcção, nomeada na última assembleia geral, já fez entrega dos serviços internos à nova directoria, diz que aprova a occasião para agradecer os serviços prestados pelos companheiros daquella comissão.

O Sr. Jacobina fala sobre a industria pastoril, que julga dever merecer a atenção da directoria, promettendo o Sr. presidente estudar o assunto.

O Sr. Sergio de Carvalho entrega as amostras de assucar que receben de Montevideo e a que já se referiu na última sessão.

O proposto, é unanimemente aceito socio o Sr. Dr. Bernardo José de Figueiredo.

Assignaram a proposta os Srs. Wenceslao Bello e Aristides Caldeira.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, marcando o dia 4 de Junho futuro para de novo se reunirem, e para constar se lavrou a presente acta para os devidos efeitos.

Acta da 119^a sessão da Directoria em 4 de junho de 1901

PRESIDENCIA DO SR. DR. ANTONINO FIALHO

No dia 4 de Junho de 1901, às 3 1/2 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Antonino Fialho, Baptista de Castro, Sampalo Corrêa, Augusto Bernacchi, José Carlos de Carvalho, Barão de Capanema, Demetrio Ribeiro, Jacy Monteiro, Wenceslao Bello, João da Silva Gandra, Jens Sand, Dr. Aristides Caldeira, Sergio de Carvalho, Bonifacio de Castro, Carlos Custodio Nunes e Demetrio Schouuri é aberta a sessão.

E' lida o approvada a acta da sessão do 28 de maio proximo passado.

EXPEDIENTE

Ofícios do presidente e governador dos Estados da Paraíba, Ceará e S. Paulo, accusando o recebimento do ofício desta Sociedade do 6 do passado sobre a eleição e posse da nova Directoria.

Ofício das Camaras Municipaes de Campos, Barra de S. João, S. Roque, Cunha, do Director da Biblioteca Nacional, da Associação dos Empregados do Comércio, Associação Christã de Mogos e da Camara Municipal da Villa do Salto, acusando o destas Sociedades de 6 da passado sobre eleição e posse da nova Directoria.

Ofício do Presidente do Estado de Matto Grosso, enviando diversas mensagens.

Ofício do secretario do Estado de Minas Geraes, avisando ter dado ordem ao Dr. Ricardo Belgrano, da Cidade da Campina, assim de remetter à Sociedade 500 garrafões de vinho nacional.

Ofício do Dr. Ricardo Ernesto Ferreira da Carvalho, Director da Escola Prática «Luz de Queloz» em Piracicaba, S. Paulo, convidando a Directoria da Sociedade para a inauguração da mesma escola a qual terá lugar em 3 de junho.

Carta do Dr. João Evangelista da Frotte e Vasconcellos, Bibliothecario da Faculdade de Direito do Recife, pedindo diversos numeros d'A Lavoura.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente declara em discussão a segunda parte da proposta do Sr. Hélio Antunes, relativa à propaganda do café, mas a reperimento do Sr. Sergio de Carvalho, é adiada a discussão para a proxima sessão visto não ter comparecido o autor da mesma proposta.

O Sr. José Carlos da Carvalho apresenta à Sociedade o Sr. Demetrio Ribeiro, que expon um projecto de propaganda do café, e de outros generos de produção brasileira, pela formação de uma empreza, da qual faga parte a Sociedade, que se incumbir desse serviço.

Depois de terminada a exposição do Sr. Dr. Demetrio Ribeiro, o Sr. José Carlos faz a Sociedade a seguinte consulta:

1.º Convira ou não a Sociedade de Agricultura que elle se associe a uma empreza de propaganda em favor do Brasil na Europa?

2.º Podera ella destinar a quantia de 300;000\$ que elle foram concedidos pelo Parlamento?

3.º A Empreza de Propaganda organizará seu capital sem capital, não só com o concurso dos 300;000\$ mais ainda com a subscrição que será aberta entre fazendários e Indústrias brasileiros.

Rio 1 de junho de 1901.— *José Carlos.*

O Sr. Presidente nomeou a seguinte comissão para emitir parecer sobre a consulta do Sr. José Carlos: João Baptista do Castro, Wenceslao Bello e Sergio de Carvalho.

O Sr. Sergio de Carvalho justifica e submette à discussão a seguinte proposta, que foi unanimemente aprovada:

Proponho que a Sociedade Nacional de Agricultura queira providenciar no sentido de tornar efectiva a disposição orçamentaria sobre os premios conferidos a sericultura.

O Sr. Jacy Monteiro justifica e submette à discussão a seguinte proposta que foi também aprovada unanimemente:

PROPOSTA

Continuando os jornais desta capital, illudidos na sua boa fé, a intitular o Sr. Eanes de Souza *presidente da Sociedade Nacional de Agricultura* proponho que novamente se dirija as illustradas redações d'esses diarios uma mensagem, como foi feito em junho de 1898, protestando contra esse e outros factos.

Sala das Sessões, 1 de Junho de 1901.— *E. Jacy Monteiro.*

O Sr. Presidente referindo a offerta do vinho nacional feita à Sociedade pelo secretario de agricultura do Estado de Minas, diz que pretende organizar um jury de competentes para ser procedido ao exame do mesmo vinho, lembrando o Sr. Jacy Monteiro que se remetta uma amostra ao Dr. Daniel Heining er para que proceda a analyse.

O Sr. José Carlos diz que se compromete a levar umas amostras ao Laboratório Nacional de Análises.

O Sr. Bernacchi propõe, e é unanimemente aceito socio o Sr. Carlos Custodio Núñez.

Para constar lavrou-se a presente acta.

Acta da 120.ª sessão da Directoria em 11 de junho de 1901

PRESIDÊNCIA DO SR. DR. ANTONINO PIAGGIO

No dia 11 de junho de 1901, às 3 3/4 horas da tarde, presentes os Srs. Drs. Antonino Piaggio, João Baptista de Castro, José Mattoso, Sampaio Corrêa, Augusto Bernacchi, José Carlos do Carvalho, Jens Sund, João da Silva Gandra, R. Jacy Monteiro, Wenceslau Fello, Horacio Antunes, Domingos Sergio do Carvalho, Barão de Capanema, Aristides Caire, Fabio Nunes Leal e Cornelio do Souza Lima, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

É lida o posta em discussão a acta da sessão de 4.º do corrente mês, que é aprovada.

EXPEDIENTE

Ofício do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, acusando o desta Sociedade, de 6 do passado, sobre a eleição e posse da nova Directoria.

Ofícios dos Presidentes das Câmaras Municipais de Cunha Frio, da cidade de Itaparica e da cidade de Pelotas, acusando o desta Sociedade, do 6 do passado, sobre a eleição e posse da nova Directoria.

Ofício do Director Geral da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras, de S. Paulo, acusando o desta Sociedade, de 6 do passado, sobre a eleição e posse da nova Directoria.

Ofício de A. Cândido Rodrigues, 3^a secção da Secretaria do Agricultura, Commercio e Obras Públicas, de S. Paulo, acusando o desta Sociedade, de 6 do passado, sobre a eleição e posse da nova Directoria.

Ofício do Director da Escola Polytechnica de S. Paulo, acusando o desta Sociedade, de 6 do passado, sobre a eleição e posse da nova Directoria.

Cartas de Amador da Cunha Bueno, Dr. A. C. Valdetaro e João Carlos de Souza Ferreira, pedindo a eliminação dos sócios.

Carta do Dr. Philippo Ladem do Faria, de S. Carlos do Pinhal, S. Paulo, acusando a circular do 6 de maio do corrente anno.

Carta do Secretário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, agradecendo a remessa d'A Lavoura.

Carta da Directora da Sociedade Perseverança e Auxílio do Estado de Macau, pedindo a remessa d'A Lavoura.

Carta do Edorlo de Oliveira, Presidente da Sociedade Rural Argentina, de Buenos Aires, enviando três exemplares sobre a agricultura.

Carta do Secretário do Centro Literário e Recreativo do Piracicaba, S. Paulo, pedindo a remessa d'A Lavoura.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente declara em discussão a proposta seguinte do Sr. Dr. Horacio Antunes:

«Proponho que a Sociedade Nacional de Agricultura, tendendo à importância que o conhecimento perfeito da situação da cultura do café, em diferentes regiões do globo pôde trazer à lavoura nacional, orientando-a e guiando-a nos seus entendimentos, resolva nomear, por conta do crédito aberto destinado à propaganda do café, um ou mais emissários que vão a essas regiões estudar o assunto sob o ponto de vista cultural e, económico. Sala das sessões da Sociedade Nacional de Agricultura, 21 de Maio de 1901.—Horacio Antunes.»

O Dr. Itornelio Antunes faz a seguinte comunicação:

Uma Região — Não tentarmos expor o nosso plano de valorização do café, só tivésmos a certeza de que essa questão pediu ser resolvida de um golpe, pela intervenção do Estado ou de um grupo de capitalistas envozes de organizar um sindicato de resistência à especulação.

Concedendo à opinião geralmente necessita de que a causa da desvalorização do café este reido especificamente na produção excessiva, para a qual o Brasil só o exclusivamente concorre; produção que, considerada economicamente industrialmente, precisa ser corrigida pela eliminação de uma parte considerável, representada pelos baixos preços e escoriais, pensamos que toda a questão se reduz pura e imediatamente a uma seleção racional da mercadoria em questão.

Como, porém, esse resultado é facilmente conseguido pelo esforço isolado e individual de cada produtor, não sempre desconfiado da falta de solidariedade e empreendimento acreditá-la na Intervenção do seu Deus, *o homem*, capaz de valorizar um produto que as circunstâncias de momento aconselham a repudiar, embaraçaria a organização de usinas regionais e em triplas função de — fornecer tipos exportáveis, servir de intermediários na venda de café e funcional como entre estes e região lancheira para canção do *caravat* emitido.

Estabelecidas em todos as regiões cafetárias, essas usinas seriam o ponto do partida para um novo nível superior — o Banco Regional de Crédito Agrícola, iniciando suas operações visando sómente os lucros da comissão de venda, da formação do tipo e da criação do seu próprio *cartão*, em breve tempo e suas usinas, pelo conhecimento perfeito de seus committentes, alargariam as suas operações abrangendo ob-jetivo agrícola, com a supersetorização do endoso de dous ou tres fazendeiros da zona.

Na phase de iniciação, antes de possuir um cadastro perfeito de seis freguesias, a usina prestaria o enorme serviço de adiantar imediatamente, sob entrega do café (fato o decréto da porcentagem do produto inferior) 40 a 50 do seu valor, de acordo com um cotação combinada, proporcionando ao agricultor, por meio de canção a somma preia para poder esperar a colheita do café e registrar a especulação.

Para a organização de estabelecimentos dessa ordem ou, antes, para atrair os apertos locais a juntar-se à fundação, os governos federal, estadual e municipal e neorreriam com os seguintes favores e regalias:

1.º Concessão de privilegio de entreposto e autorização para emitir *cartões* sobre os café que recebessem a consignação;

2.º Abatimento de 2% nos direitos de exportação para os cafés vendidos por intermédio das usinas;

3.º Fim do direitos municipais por cinco anos para todas as operações, estabelecidos e machineados das usinas.

E neomittantemente com a decretação do abatimento do 2% para os cafés vendidos ou exportados pelas usinas, os governos estaduais taxariam fortemente os cafés inferiores, de modo a dificultar a sua exportação, excepção feita para o mo café — torrado, em grão, pó ou extracto, exportado para as Repúblicas sul-americanas, onde é de toda a conveniencia facilitar a propaganda.

Com a criação desses estabelecimentos e a decretação de medidas que corrassem a exportação de cafés inferiores, terímo appar-lhe a resistência dentro do país, intercessando o agricultor na venda de seu produto, facilitando-lhe no mesmo tempo os meios para esperar um preço remunerador da sua mercadoria e, mais que isso, preparar o advento do crédito real e pessoal, que se pôde ser levado a efeito por instituições que funcionem em campo limitado, conhecendo perfeitamente a sua freguesia e com negociação prompta e rápida para evitar abusos ou fraudes.

Essas usinas teriam, tanto quanto possível, uma distribuição de acordo com as circunstâncias mundiais, não importando, todavia, que agissem em zonas ou regiões mais extensas, determinadas por circunstâncias da ordem económica.

Esta criação supõe uma lucuna enorme na nossa economia rural e não pretendo nem pretendo favores directos do Estado, que simplesmente se limitaria a fiscalizar, por meio de prepostos, as operações realizadas e a exportação dos cafés que fossem consignados às usinas.

A diferença de 2% nos direitos dos cafés exportados tem sua perfeita compensação na taxa interior que o Estado recebe sobre um produto valorizado, além de proporcionar indirectamente vantagens de outra ordem, como o bem estar da classe agrícola.

A isenção de direitos municipais também não afectará os municípios respetivos, interessados na prosperidade dos seus habitantes.

Resta saber se haverá possibilidade de se realizar captações para esses estabelecimentos.

Acreditamos que, mesmo dentro do país, com auxílio dos captações referidas à procura de boa colheita, se poderá conseguir o *desideratum* almejado, desde que o capitalista souber que a empresa lhe oferece lucros perfeitamente garantidos, a saber:

2 %, diferença de direitos estaduais para o café vendido ou exportado pela usina;

3 %, comissão de venda;

2, 5 %, comissão de preparo e formação de tipos;

1, 5 %, se for só para a formação do tipo;

25 %, do produto dos catés baixos, e escolha, no caso de venda;

7 % da cunção do *warrants*.

E' preciso notar que o capital de movimento não poderá ser muito grande, admitida a pronta venda, determinada pela eliminação de uma massa considerável de catés baixos, proporcionando o restabelecimento do nível entre a oferta e a procura.

Apparolhada a Iavoura com estabelecimentos dessa ordem, a resistência será effeza e a especulação desaparecerá totalmente.

Esta medida de par com outras medidas que berateceu o custo de produção e estimulem o benefício racional do produto, serão suficientes para evitar situações como a que do momento atravessámos.

Tudo que se afastar deste terreno procurando intervir nos processos que reglam o comércio desse gênero nos países estrangeiros, é em pura perda e só pôde dar uma idéia de nossa fatuidade e fraqueza.

Contentemo-nos em vender bem o nosso café, sem ludigar do ganho ou lucro do intermediário estrangeiro e sem pretenções a ir corrigir as praxes estabelecidas por capitalistas e simpatizantes bastante fortes para com um sopro fazer desaparecer essas veleidades. Tão pouco nos importemos si o nosso café é vendido como Moka ou Java, desde que dessa situação não nos advier prejuízo; quando muito avise-se ao consumidor por uma propaganda feita pelos nossos consules, como propõe o Sr. capitão do mar e guerra José Carlos de Carvalho.

Sem captações de reserva, sem inórios de negócios promptos e decisivos, não podemos dispersar forças em tentativa vãs, de que já temos tido experiências dolorosas em diversos ensaios.

Arrememos a nossa defesa dentro do país, sem recorrer ao Governo, que nada pôde e nada deve fazer, a não ser no circuito de medidas indirectas, e mandemos ao estrangeiro estudar as zonas produtoras, para flearmos sabendo o que estão fazendo, produzem, por quanto produzem e o que podem alcançar.

E', em resumo, sujeito à crítica e emendas o projeto de usinas regionais, que o capitão do mar e guerra José Carlos de Carvalho contemplou no seu plano como de medidas, depois de informações que lhe forneci.

Rio do Janeiro, 29 de maio de 1901. — *Hiracio R. Antunes.*

O Dr. Sergio de Carvalho diz que é inopportuna a discussão, antes de haver qualquer solução definitiva quanto aos 300:000\$. Lombra, então, a preliminar de uma segunda consulta ao Governo com respeito aquela quantia.

O Sr. Presidente prometeu tomar em consideração a idéia aventada pelo Sr. Sergio de Carvalho, e dà a palavra ao Sr. Bernacchi, que faz a seguinte comunicação:

«Propusse que se consulte ao Governo se não se poderia aproveitar os 300:000\$ destinados à propaganda do café do Brasil que devia ser feita pelo Centro da Iavoura de Café do Brazil e que hoje não existindo mais, que não se poderia dar melhor aplicação a esse dinheiro. A fazenda de Santa Monica prestar-se-hia admiravelmente para uma escola meramente prática de agricultura, destinada, mediante uma pequena remuneração, a preparar agricultores e dar assim o exemplo da necessidade de outras escolas. Capital Federal, 11 de junho de 1901. — *Augusto Bernacchi.*»

A comunicação do Sr. Augusto Bernacchi fica sobre a mesa até ulterior deliberação.

O Sr. José Carlos de Carvalho comunica que já estão impressos os números da *A Lavoura*, relativos ao mês de fevereiro, e que em princípio do julho estarão promptos os números de março a junho.

O Sr. Fábio Leal presta conta dos dinheiros gastos com a publicação da nota da última assembleia geral. Foram julgadas boas e aprovadas todas as contas a cargo do tesoureiro.

O Sr. Presidente propõe e é aprovado que o saldo seja aplicado à compra de mobília.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente dá por terminados os trabalhos e levanta a reunião às 5 horas da tarde.

Acto da 121^a sessão da Directoria em 28 de Julho de 1901

PRESIDÊNCIA DO SR. DR. ANTONINO FRALHO

No dia 28 de Julho de 1901, às 3 1/2 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Antonino Fralho, João Baptista de Castro, Sampaio Corrêa, Augusto Bornaceli, Jeny Sund, João da Silva Gandra, E. Jacy Montelro, Aristides Cairo, Itamar do Caponeira, Wenceslao Bello, Domingos Sergio de Carvalho, Hermano Jopport, Fábio Leal, Luiz Gilson, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

E lida e posta em discussão a nota da sessão de 11 de junho próximo passado e aprovada.

EXPEDIENTE

Ofício dos Presidentes dos Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Goyaz, Paraíba e Sergipe acusando a circular do 6 de maio próximo passado, sobre a eleição e posse da nova Directoria.

Ofício dos Presidentes das Camaras Municipaes de Petropolis, Paraty, Pará, Minas, Montarayba, Taitinga, Amparo, Dom Pedro, Sant'Anna do Livramento, S. José do Rio Pardo, Villa da Lagoa Grande, Monte Mór, acusando o ofício do 6 de Maio proximo passado sobre a eleição e posse da nova Directoria.

Ofício do Sr. Bernardo Dias Ferreira, Director das Culturas da Fazenda de Santa Monica, remetendo a folha de pagamento do pessoal até 31 de maio do corrente anno.

Ofício de Franklin Hermogene Dutra, remetendo cópias do projecto dirigido ao Exm. Sr. Presidente da Republica, da Estado do Rio de Janeiro, e Assembleia do Estado do Rio sobre a formação de um e sociedade comum para o comércio do café, e pedindo o parecer da Directoria da Sociedade.

Ofício do Director da Escola Agricola Pratice Luiz de Queiroz, de Piracicaba, S. Paulo, pedindo a remessa do autógrafo da Monographia dos Melhoramentos dos terrenos de cultura.

Ofício do Dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, socio honorario morador em Piracicaba, S. Paulo, acusando o ofício do 6 de maio proximo passado.

Ofício do Director do Instituto Agronomico de Campinas, acusando o ofício de 6 de maio proximo passado.

Ofício de Manoel Ferreira Paulinho, desta Capital apresentando proposta para o arranjoamento do Campo da Fazenda tirando da Penha.

Ofício do Presidente do Instituto Geographico e Historico da Bahia, acusando o ofício circular do 6 de maio proximo passado.

Ofício do Secretario das Obras Publicas da Estado do Rio Grande do Sul, acusando o ofício de 6 de Maio pp.

Ofício do Presidente do Gremio Litterario « Carlos Ferreira », do Amparo, Estado de S. Paulo acusando o ofício do 6 de maio proximo passado.

Ofício da Directoria do Club Beneficente da Lavoura e Commercio de Monte Verlo, acusando o ofício de 6 de 6 de maio proximo passado e dando aviso da sua nova Directoria.

Ofício do Secretario do Club Recreativo dos Artistas, dando conhecimento da sua nova Directoria.

Ofício do Director da Faculdade de Medicina e pharmacia da Bahia, acusando o ofício de 6 de maio proximo passado.

Proposta de Coelho Cintra C.^a para arrendamento de uma parte de terras na Fazenda Santa Monica.

Carta do Dr. F. M. Draenert, de Uberaba, Minas, acusando o ofício circular de 6 de maio proximo passado.

Carta do Presidente do Centro Agrícola Lagendo, Lage do Murialé, acusando o ofício do 6 de maio proximo passado.

Carta de Torquato Alves de Almeida, pedindo a publicação na *Lavoura* do seu escripto sobre a manjuba.

Carta de Pedro Crusxen, Ijuvamento, Estado do Rio Grande do Sul, acusando a circular de 6 de maio proximo passado e pedindo o diploma.

Circular da comissão do Club Commercial Litterario e Recreativo na Estância Sergipe, pedindo a remessa da *Lavoura*.

Carta do consul do Brazil em Londres, enviando os folhetos e mais dados sobre uma futura exposição que terá lugar em Londres em maio de 1902, dedicada especialmente aos países do centro Sul America e Repúbl. Mexicana, e das colônias adjacentes.

Carta de Antônio Ventura de Oliveira Castro, S. Caetano da Vargem Grande, Minas, pedindo mudas de videiras.

Carta de Bernardo A. Guinão Paixoto, de S. Paulo, pedindo sementes de soja.

Carta de Jacob Weber, Pedras Grandes, Santa Catharina, pedindo sementes de fumo, algodão e pastagem.

Carta de Joaquim Muniz, Agudo, S. José dos Pinhaes, Paraná, pedindo providências sobre a crise da lavoura.

Carta do Alexandre José do Viveiros, Ibiúna Castello, Mongão, Maranhão, romando a quantia de 40\$ sendo 25\$ para a sua amuidade e 15\$ para a compra de sementes.

ORDEN DO DIA

O Sr. Presidente distribuiu nos Srs. Augusto Bernacchi, Baptista de Castro e Sergio do Carvalho as comunicações feitas à Sociedade pelos Srs. Joaquim Muniz, Franklin Dutra e J. Chérinont, para que aqueles sócios emitem a respeito o seu parecer. Pele mais ao Sr. Aristides Caire que responda as consultas feitas à Sociedade pelos Srs. Torquato A. de Almeida e Antônio Castro, sobre o plantio de videiras e sobre a Sericicultura.

E' apresentada uma proposta para arrendamento de parte da fazenda Grande da Peulha, e julgada prejudicada por ter vindo fora de tempo.

E' apresentada e distribuída ao Sr. Dr. Aristides Caire para dar parecer sobre uma proposta dos Srs. Coelho Cintra & Comp., para arrendamento das exóries existentes na fazenda da Santa Monica.

O Sr. Wenceslao Bello propõe que a Sociedade mande comprimentar o Sr. Amerlin Salgado, recentemente chegado do Pernambuco. Sendo aprovada unanimemente a proposta do Sr. Wenceslao Bello, o Sr. Presidente decretará que dará cumprimento ao resolvido pela Sociedade e que convidará o Sr. Amorim Salgado a assistir as sessões da Sociedade.

E' aprovada a conta apresentada pelo Dr. Director de Culturas, requisitando a quantia de 1:115\$00 para pagamento das despesas diversas feitas na fazenda de Santa Monica.

O Sr. Wenceslao Bello faz a seguinte proposta que é unanimemente aprovada:

«Propõe que sejam providos os lugares de membro do Centro da Lavoura do Café do Brazil, vagos pela renuncia do Exm. Sr. Dr. Moura Brazil e seus dignos compatriotas e que para esses lugares inclua os actos dos directores da Sociedade Nacional de Agricultura.

2 de julho de 1901 — Wenceslao Bello.»

O Sr. Bernacchi propõe o é unanimemente aprovado que se oficie ao Governo solicitando-o pelo cumprimento do *fund ng loan*.

O Sr. Wenceslao Bello comunica que o Sr. Dr. Barbosa de Oliveira pediu-lhe para declarar que não tem comparecido as sessões por motivo de ordem superior, mas que o fará logo que puder.

O Sr. Presidente referindo-se ao ordenado do director de Culturas, propõe e é unanimemente aprovado que seja esse de 500\$ mensais.

São fixados do 1508 e 208, respectivamente os ordenados dos empregados da Secretaria da Sociedade, João Frederico do Queiroz Fagô e Augusto Gomes Ferreira.

O proposto é manutenção aceito socio Sr. Leon Gilson, agrimensor e agricultor, residente no Estado do Cunhauro.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente dá por terminados os trabalhos, pedindo o comparecimento na proxima terça-feira 9 do corrente, e levantáu-se às 6 horas da tarde, o para constar só lavrou a presente acta.

Acta da 122^a sessão da Directoria em 9 de Julho de 1909

AUDIENIA DO SR. ANTONIO FADILLO

No dia 9 de Julho de 1909, às 3 3/4 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Antônio Fadillo, João Baptista do Castro, Sampaio Corrêa, Augusto Bernacchi, José Carlos de Carvalho, José Santí, José da Silva Gandra, Barão de Capomota, Jacy Montelro, Wenceslau Bello, Horacio Antunes, Virgilio Franklin, Francisco da Rocha Lima, Aristides Cairo, Paulo do Amorim Salgado, Fábio Nunes Leal, Domingos Sergio de Carvalho, Archias Modrado, Augusto Roberto W. Paece, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

E' lida e posta em discussão a acta da sessão de 2 de corrente, que é aprovada.

EXPEDIENTE

Ofício do Dr. Lourenço Grandão, Inspector do 6º Distrito Agrícola do Serviço Agronômico do Estado de São Paulo, Iguape, enviando o programma da sessão agrícola e industrial, e pedindo a remessa da *A Lavoura*.

Ofício do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, acusando o ofício de 6 de maio próximo passado.

Ofício do Presidente da Câmara Municipal do Sumidouro, Estado do Rio, pedindo inscrição de socio contribuinte.

Ofício do Director de Culturas, Dr. Bernardo Dias Ferreira, enviando a fólia de pagamento da fazenda de Santa Monica, relativa ao mês de junho próximo passado na importação de 836\$20.

Ofício do Presidente do Estado do Amazonas, da Câmara Municipal da Cidade do Porto (Portugal), Câmara Municipal de Cruz Alta, Câmara Mercantil de Barraes (Sul Província de Buenos Aires, República Argentina) acusando a circular de 6 de maio do corrente anno sobre a eleição e posse da nova Directoria.

Ofício do Secretário da Associação Commercial da Cidade do Porto (Portugal) acusando e agradeceendo a remessa da *A Lavoura* e outros fascículos.

Proposta do Dr. Bernardo Jose do Figueredo, para arrendamento de uma parte do campo da Fazenda Grande da Penha.

Carta do Antônio Nunes Braga, morador em Campo Místico, Minas Geraes, enviando trinta garrafas com vinho misional.

Carta de Américo Silvestre das Fartas, morador no Engenho Capioba em Nazaré (Itália) pedindo diversos números da *A Lavoura*.

Carta do Secretário do Grêmio Unido das Classes, com sede na cidade de Amargosa (Bahia), pedindo diversos números da *A Lavoura*.

Carta do Dr. Von Thering, Museu Paulista, S. Paulo, remetendo um trabalho sobre laranjas bichadas para ser publicado na *A Lavoura*, bem assim dando cópia de um parecer sobre a propagação das pestaças vegetais e os meios de combater a sua importação.

Carta do Dr. Raphael Ferreira, morador em Juiz de Fora, S. Paulo, pedindo a remessa da *A Lavoura*.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente cumprimenta e agradece o comparecimento da Comissão Pernambucana, representada na pessoa do Dr. Anônimo Silgado.

O Sr. Wenceslão Bello pede que na acta anterior seja declarado que a Sociedade resolvora oferecer os seus préstimos à Comissão Pernambucana, para auxiliá-la no desempenho da sua missão.

O Sr. José Carlos de Carvalho apresenta a seguinte proposta:

« No intuito de bem servir aos patrióticos desejos do Governo de Minas Geraes com relação à propaganda da Indústria do vinho *nacional* de produção mineira, proponho que, na qualidade de Director de propaganda, a Sociedade solicite do Sr. Ministro da Fazenda que o Laboratório Nacional de analyses dê parecer a respeito da qualidade das amostras do vinho que foi remetido à mesma Sociedade, para que se possa então iniciar trabalho do tão grande interesse para o país. »

Sala das sessões, 9 de julho de 1901. — *José Carlos.*»

Posto em discussão, o Dr. Horacio Antunes pediu permissão para apresentar um additivo louvando essa proposta, dizendo, porém, que acha insuficiente a analyse chimica; que será preciso também um exame commercial, ao que o Sr. Presidente e José Carlos responderam já está isto resolvido, sendo aceito o additivo.

O Sr. Wenceslão Bello apresenta a seguinte proposta:

« Estando nesta Capital o Exmo. Sr. Dr. Alberto Flávio, Ministro Brasileiro na Repùblica do Uruguai, e devendo chegar brevemente o Exmo. Sr. Dr. Assis Brasil, com igual representação nos Estados Unidos, proponho que a Directoria, em nome da Sociedade, apresente ao primeiro os cumprimentos de boa-vinda e se faça representar por ocasião do desembarque do segundo, assegurando a ambos a gratidão da Sociedade pela solleltude com que tem atendido às suas solicitações, e ao segundo especialmente pelos valiosos serviços já prestados com dedicação aos interesses agrícolas do Brasil. »

Capital Federal, 9 de julho de 1901. — *Wenceslão Bello.*»

Sendo postas em discussão, foi unanimemente aprovada.

O Sr. Presidente apresenta a Directoria uma proposta de arrendamento da caixa da fazenda de Santa Monica e o respectivo parecer do Dr. Aristides Calre, que motiva a algumas clausulas da proposta.

A Directoria autorizou o Sr. Presidente a resolver como melhor entender.

O Sr. Presidente observa que não foi incluída na acta a decisão da Directoria mandando aceitar a proposta do Dr. Bernardo José de Figueiredo para o arrendamento de um pasto na Fazenda Grande da Ponha e redigir a minuta do contrato. Ficou prejudicada uma proposta do Sr. Manoel Ferreira Pinheiro por ter chegado fóra do tempo, o já depois de se ter realizado a aceitação da primeira.

O Sr. Horacio Antunes propõe a organização de um « Congresso Agrícola » dos lavradores de açúcar e café, oferecendo para isso, si for preciso, o salão do Club de Engenharia, em nome da Directoria do Club.

O Sr. Wenceslão Bello aplaudiu a lembrança, porém, faz notar que a Sociedade Nacional de Agricultura já organizou o plano de um Congresso de Agricultura a realizar-se por ocasião da inauguração do seu Museu Agrícola e o projecto do Dr. Horacio Antunes poderia ser para abreviar a sua realização, que tem sido impossível executar até hoje apesar dos maiores esforços feitos para isso, já trazendo várias monographias, escritos para esse fim por especialistas, e grande número de amostras de produtos agrícolas do país e do estrangeiro.

O Sr. Wenceslão Bello propôs um substitutivo modificando a proposta do Sr. Horacio Antunes:

Substitutivo: — « Proponho que a Sociedade realize com urgência o Congresso de Agricultura já projectado, modificando para esse fim o respectivo regulamento attendendo à urgência da sua realização. »

Capital Federal, 9 de julho de 1901. — *Wenceslão Bello.*»

Sendo posto a votos, foi unanimemente aprovado.

O Sr. Horacio Antunes, em vista do substitutivo do Sr. Dr. Wenceslão Bello, aprovado, retira a sua proposta.

O Sr. Presidente nomeia a seguinte comissão: Drs. Wenceslão Bello, Fabio Nunes Leal, João Baptista de Castro, Domingos Sergio de Carvalho e Horacio Antunes.

Tendo o Sr. Horacio Antunes pedindo dispensa, foi nomeado em seu lugar o Sr. capitão de mar e guerra José Carlos de Carvalho.

O Sr. José Carlos de Carvalho pede seja determinada a data da realização do Congresso e propõe que seja depois de 10 de setembro, si os outros membros da comissão concordarem, o que foi posto a votos e aprovado.

O Sr. Horacio Antunes lembra a conveniência de se nomear uma comissão de agricultores em cada Estado, para promoverem a sua representação.

O Sr. Presidente agradece a cooperação do digno conselheiro distinuto agricultor da Bahia e do Dr. Barbosa Lima, que se achava presente.

O Sr. Dr. Amorim Salgado agradece a gentileza da Sociedade e aplaudindo os seus patrióticos exemplos de dedicação à lavoura.

O Sr. Wenceslão Bello deseja que a visita do Dr. Amorim Salgado, representante da comissão pernambucana seja o laço de congregamento das sociedades agrícolas do norte e do sul do Brasil para a união da classe que representam, o que esta Sociedade tão ardente mente deseja ver realizada pela organização dos syndicatos agrícolas.

O Sr. Dr. Amorim Salgado responde que não pouparia esforços para corresponder a esse desiderium.

O Sr. Presidente agradece.

O Sr. José Carlos de Carvalho considera o dia de hoje como sendo dia festivo pelo fato suspeito de se aclararem presentes nesta sessão da Directoria os bons distinguidos brasileiros os Srs. Archilas Modrado e Virgílio Franklin.

O Sr. Sérgio de Carvalho pede para aditivar a essa manifestação de agrado os nomes dos Drs. Rocha Lima e Augusto Peccá presentes e diz que tem prompto o parecer sobre o convite dirigido à Sociedade pelo consul do Brasil em Londres a respeito da exposição que se realizará em maio de 1902, que respondeu ao trazer, e cujo parecer é favorável à aceitação do convite, o que fará na próxima sessão.

O Sr. Modrado agradece o oferecimento os seus préstimos.

O Sr. João Baptista do Castro e Augusto Bernacchini propõem para Socio o Dr. Amorim Salgado, que com prazer unanimemente aceito.

O Sr. Dr. Jacó Montenegro e Augusto Bernacchini podem desculpa por não terem podido comparecer à sessão de recepção do Dr. Amorim Salgado e seus companheiros da comissão.

O Sr. Presidente, em vista do ofício em que a Câmara Municipal do Sumidouro pediu a sua Incorporação no número de sócios desta Sociedade, a propõe com especial agrado, sendo unanimemente aceita.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente diz por terminados os trabalhos, agradecendo o comparecimento dos bons dignos collegas da Directoria, e marcando novo encontro para 16 do corrente às três horas da tarde e levanta às 6 1/2 a sessão.

Para constar se lavrou a presente acta na Capital Federal em 9 de julho de 1901.

Acta da 16ª sessão da Directoria em 16 de julho de 1901

PRESIDENTE DR. G. DR. ANTONIO PIALE

No dia 16 de julho de 1901, às 3 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Antonino Piallo, João Baptista do Castro, José Carlos de Carvalho, Augusto Bernacchini, José Sandi, João da Silva Gandra, Aristoteles Gomes Calaça, Barão de Caponema, A. Maurício de Calemello, Consul do Brasil em Tanger, Wenceslão Bello, Domingos Sérgio de Carvalho, Fabio Nunes Leal, Aristides Calro, Pedro Tomás y Martín e Euclides Plaisant, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

EXPOIENTE

Ofícios dos Presidentes do Estado de Mato Grosso, da Câmara Municipal de Santo Antônio, da Câmara Municipal de Nazareth, Bahia, acusando o ofício de 6 de maio do corrente anno, sobre a eleição e posse da nova Directoria.

Carta do José Antônio Filgueiras, de Leopoldina, Minas, pedindo demissão de socio.

Carta de João Vieira de Rezende morador em S. José do Calçado, pedindo informações sobre o plantio de gengibre.

Carta da Directora da Queensland, acusando e agradecendo a remessa d'«A Lavoura».

ORDEM DO DIA

O Sr. José Carlos do Carvalho pede a palavra e sendo-lhe concedida dá conhecimento da sua comissão allá comunicando que lhe foi dirigida pelo Sr. Francisco Ribeiro Guimarrães, lavrador em Campo Limpo, na Estrada de Ferro Leopoldina, relativa a exportação que o mesmo Sr. pretendo fazer de uma porção do café em saco de algodão resguardado por costos de taquara com o fim de preservar o café da humidade, fermentação e outros inconvenientes dos acundicionamentos actuais.

O Sr. Francisco Guimarrães pede que não lhe seja cobrado frete na Estrada de Ferro Central sobre o peso da taquara a título de ensaio.

O Sr. Presidente promete empenhar-se com o Sr. Ministro afim de que seja isso concedido.

O Sr. José Carlos do Carvalho diz também que recebeu do conselheiro Leonelio do Carvalho uma comunicação relativa a organização em Campinas, de uma sociedade de lavradores de café para fazer directamente a exportação do mesmo produto para o estrangeiro.

Pede o mesmo Sr. que a Sociedade ainda sua perda de tempo convoque o Congresso para setembro, para o que o Sr. Presidente promete fazer o possível.

Os Srs. Wenceslao Bello e Baptista de Castro apresentam para sócios os Srs. professores Archias Medrado, engenheiro em Minas, residente em Ouro Preto, Minas, e Adolpho Xavier, agrônomo em Itumbiara, Distrito Federal, o que foi unanimemente aceito.

O Sr. Presidente convida os membros da comissão executiva do Congresso Agrícola a reunir-se em sessões extraordinárias afim de dar começo a seus trabalhos ficando assentado que essas reuniões teriam lugar todos os dias as duas horas da tarde.

O Sr. Sergio do Carvalho apresenta um memorial procedente da Bahia e assinado pelos industriais de assucar Passo Cardoso e Leste, sobre uma reclamação forte ao Sr. Ministro da Fazenda relativa a restituição de impostos cobrados pela Alfândega da Bahia, sobre máquinas e utensílios para o fabrico de assucar pertencente aquelles industriais, e pede que a Sociedade interponha junto ao Sr. Ministro da Fazenda o seu prestígio em favor de tão justa pretensão. O Sr. Presidente está sciente, e fará o possível para conseguir o que justamente desejam.

Os Srs. Sergio do Carvalho e Augusto Bernacchi propõem para sócio o engenheiro Dr. Samuel das Neves, que foi unanimemente aceito.

O Sr. Wenceslao Bello pede a palavra que lhe é concedida. Como relator da comissão encarregada de dar parecer sobre a proposta apresentada pelo Sr. Dr. João Baptista de Castro da necessidade da criação de syndicatos Agrícolas o bem como sobre o projecto das Minas Regionaes organizado e apresentado pelo Dr. Horacio Autunes, declara que depois dos necessários estudos veiu desempenhar-se de sua missão honrosa apresentando conjuntamente assignado com os seus companheiros o projecto que elaborou de uma norma de estatutos de Syndicatos Agrícolas e um projecto de legislação relativa a esse syndicato elaborado pelo Sr. Dr. Fabio Nunes Leal e destinado a ser submetido à aprovação do Congresso Nacional.

O Sr. Presidente então declara que ficará sobre a mesa para ser discutido na terceira-feira próxima.

O Sr. João Baptista de Castro como relator apresenta o parecer escrito por elle e pelo Dr. Aristides Caldeira assignado em 12 de julho do 1901, respondendo ao pedido feito pelo Sr. Franklin Hermogenes Dutra, solicitando a manifestação da Sociedade sobre as bases de uma associação commercial que o mesmo Sr. pretendo fundar mediante favores dos Poderes Públicos, demonstrando o dito parecer que a Sociedade não cabe emitir parecer sobre empreendimentos meramente mercantis.

O Sr. Presidente depois de consultar a Directoria manda archivar esse parecer.

O Sr. Sergio de Carvalho como relator apresenta por não ter feito na sessão anterior o seu parecer escrito e assignado por si e pelo Sr. Joao da Silva Gandra

o respeito do convite feito pelo Consul do Brazil em Londres para que o Brazil se faça representar na proxima exposição que se efectuará em Londres, sendo o parecer favorável a o seu convite.

O Sr. Presidente agradece o parecer e manda pôr sobre a mesa assim de ser resolvido pela Directoria.

O Sr. José Carlos de Carvalho pede a palavra e apresenta a seguinte proposta:

«Propomho que uma vez approvado o parecer sobre a conveniencia do Brazil concorrer a exposição de Londres, convocada para maio de 1902, seja levada essa reunião ao conhecimento do Governo, solicitando-se para isso o indispensável auxilio.»

Posta em discussão foi unanimemente approvada.

Estando esgotada a ordem do dia o enigma mais pedindo a palavra o Sr. Presidente levanta a sessão às 6 horas da tarde, marcando nova reunião para segunda 21 do corrente, pedindo o comparecimento de seus collegas, e para consular se lavrou a presente acta.

Acta da 12ª sessão da Directoria de 23 em Julho de 1901

Presidente do S.º D. ANTONIO FAJALHO

Acta 12º dia do mes de Julho de 1901, às 3 horas da tarde, presentes os Srs. Dr. Antônio Fajalho, João Brito da Castro, José Carlos de Carvalho, Sampaio Correia, Augusto Bernardo, Aristoteles Calheiros, Jems Saod, João da Silva Gandra, comissário da comuna representada pelo Dr. E. de R. Leito e Oliveira e Luiz da Anchieta Leão, Barão de Capanema, Wenceslau Bello, Aci Tides Castro, Manoel Clementino do Monte, Horácio Antunes, Domingos Sergio de Carvalho, Fausto Leal, Inácio Monferrato, Manoel Henchel, Górmanno Breitbach, Pedro Gannard, M. Teixeira Pedro Tomás y Martín, Roberto Herserognelle, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

São lidas e postas em discussão as actas de 9 e 16 do corrente, as quais são approvadas.

EXPERIMENTO

Ofício do Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores, remetendo o relatório encarregado pela Legação Brasileira dos Estados Unidos da América do Norte, sobre a cultura e o comércio do trigo naquela paix.

Ofício das presidências das Caixas Municipais de Acaraí, Gravatá e Belmonte, Bahia, S. Fernando, acusando o ofício de 6 de maio do corrente anno sobre a eleição e posse de nova directoria.

Cartas do Ministro Itambiê no Chile enviando diversos folhetos sobre a crenilatria.

Carta do presidente da Sociedade de Agricultura Alagoana, Maciá, pedindo o auxilio da Sociedade sobre a esse assunto e outras providências. Da conego Antônio Marques Henriques, agricultor na Apparecida do Norte, Estado do S. Paulo, pedindo sementes de pimenta Cayenne; da Vicente Arthur Palva, morador na vila de Alegre, recomendando os Srs. Martins & Coop.; dos Srs. Martins & Comp. da vila de Alegre, pedindo que a sociedade indique numa casa comercial para onde possam enviar os faveradores os seus cafés para os mercados de New-York, Havre, Hamburgo ou Cimbra.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente diz que, achando-se presentes os representantes da Sociedade do Agronegócio Alagoano, que veem cumprimentar a Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura e fazer uma exposição do estado actual da lavoura no Estado de Alagoas, reolve adiar a discussão do parecer apresentado pela respectiva comuna acerca a organização da sociedade agrícola no Brasil e sobre o projecto

dos ushos regionaes, submetido à consideração da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura pelo Sr. Iloracio Antunes.

Comunicou mais quo, procurando dar desempenho à comissão do quo foi incumbido pela Directoria em sua ultima sessão, visitou o Sr. Dr. Assis Brazil, nosso ministro em Washington, a quem apresentou, por parte da Sociedade, os seus cumprimentos.

Em seguida dâ a palavra ao Sr. Dr. Leite o Oiticica, representante da Sociedade do Agricltura Alagoana.

O Sr. Dr. Leite o Oiticica historia a fundação da Sociedade de Agricultura Alagoana quo, procurando desempenhar-se dos seus compromissos, resolveu ultimamente nomear uma comissão quo viesse se entender com o Governo da União para fazer uma exposição da crise por que passa, no momento actual, a lavoura do assucar do Estado das Alagoas, podendo com o maximo empenho o auxilio do mesmo Governo para a solução da crise.

Refere se fôs grandes exigencias de imposto o ladoal e neste sentido declara quo o Estado das Alagoas cobra sobre o assucar um imposto de 6% sobre una taxa maxima, além de 30% adicionais, para substituir o imposto quo foi abolido do industria e profissão de todas as outras classes laboriosas; de mais 5%, também adicionais, destinados à amortização de dívidas estaduais e à manutenção de um asylo de mendicidade e do montepio dos empregados públicos estaduaos.

A lavoura, declara o orador, não pôde supportar estes impostos excessivos, além dos quoas ainda paga uma serio de 200 réis a título de comissões, guias, comunicações de venda, etc. attingindo tudo à importancia de 800 réis por saca de assucar.

Procurou o Governo na occasião em quo aqui se achava uma comissão de lavradores campistas, interessando-se pelo auxilio quo elles obtiveram; mais tarde voltou a tratar do mesmo assumpto com o Governo, a pedido dos lavradores do seu Estado, fazendo sentir quo a lavoura alagoana satisfazia-se com um empréstimo de quinhentos contos (500:000); apesar, porém, de todos os esforços empregados, o Banco da Republica declarou quo não podia pôr à disposição dos lavradores alagoanos quantia superior a duzentos contos (200:000,00), allegando que o Governo do Estado estava em condições de auxiliar os conformo declaração feita em um artigo publicado no *Jornal do Brazil* por um chefe político do Estado de Alagoas.

O Governo Federal nega, portanto, o auxilio devido, porque pensa quo no governo do Estado cumpre o dever de auxiliar a lavoura quando o pôde fazer; o orador declara que, deante destes factos, vé no proceder da União a maior correção, e pensa quo a lavoura só pôde salvar-se pela organização de um centro dos productores do assucar quo trabalho pelos interesses dessa classe.

Com dados estatisticos, quo apresenta, prova quo não ha super-produção de assucar; existe sim, falta de uniao dos productores, o que por isso quo considera como medida do salvamento a criação do centro.

Neste sentido, porém, a iniciativa deve partir das sociedades agricolas; para esse fui, a Associação congenere de Alagoas, que representa neste momento, quer unir-se a Sociedade Nacional de Agricultura.

Pede, portanto, a Sociedade Nacional de Agricultura para esposar a sua causa, para quo a classe dos lavradores possa se tornar independente.

O Sr. presidente agradece e felicita o Sr. Dr. Leite o Oiticica pela sua bella exposição e declara quo a Sociedade Nacional de Agricultura aceita com a maior alegria a proposta da Sociedade Alagoana, para quo ambas trabalhem conjuntamente em prol da lavoura. Aproveita igualmente a occasião para comunicar nos representantes da digna Sociedade de Alagoas a proxima reunião do Congresso de Agricultura, convocado pela Sociedade Nacional de Agricultura, pedindo o concurso valioso daquella associação.

Submette out seguida à consideração da Directoria o programma do Congresso quo, depois de preposta discussão, em quo tomam parte os Srs. presidente e Iloracio Antunes, é aprovado.

O Sr. Jacy Monteiro apresenta a seguinte proposta, quo é aprovada unanimemente:

1.º Quo se insira em acta um voto de profundo pesar pelo passamento do Dr. Honório Augusto Ribeiro, membro efectivo da Sociedade Nacional de Agricultura e do Conselho Superior;

2.º Quo se nomeie uma comissão para comparecer as missas do 7º dia que serão rezadas no dia 25;

1.^a Line se offere à Exma. família do Ilustre morto, apresentando posseus, dando conta da presente proposta.

Sala da se. ses., 23 de Julho de 1901. — *P. Jacy Monteiro.*

O Sr. presidente nomeia para representar a Sociedade nas exequias do Sr. Dr. Honório Ribeiro o Sr. Jacy Monteiro e João da Silva Gandra.

O r. João Baptista do Castro pedindo a palavra, diz, que:

« Embora o mais obscuro membro desta corporação, impelido pelo entusiasmo de perfeita pola bella prova que com tremendo brilho trouxeram para o humor redondo mundo Santos Dumont — a recompensa dos seus labores intelligentes o pertinaz —, vencendo por sobre o espago que domina a capital intelectual do mundo — Partiu na primeiras derrotas submettidas à volição do homem, no tocante ao magnifico e secular problema concernente ao governo dos aerostatos;

« Bastando alem disso momentos de reflexão para aniquilar-se o seu numero de recordações dali descorrentes na superfície da terra, de tacando-se desde logo a desobediencia, tornada possível, dos nossos pôlos, que pareciam impenetráveis, zombando dos sacrifícios desenvolvidos pelos sabios exploradores do mundo, que prenderam arrancar-lhes o trono no céu;

« Invariavelmente, interpretar os sentimentos de admiração desta corporação para com o nosso benemerito compatriota Santos Dumont,

proponho:

1.^a Que seja lançado em acta um voto de admiração pelo brilhante triunfo que calha de conquistar perante o mundo civilizado o benemerito brasileiro Santos Dumont;

2.^a Que o r. presidente ilique autorizado a telegraphar, em nome da Sociedade Nacional da Agricultura, a tão ilustrado cavaleiro, testemunhando-lhe igunes sentimentos.

Sala da se. ses., 23 de Julho de 1901. — *João Baptista do Castro, Wenceslado Bello.*

É aprovada unanimemente a proposta dos Srs. Baptista do Castro e Wenceslado Bello.

Os Srs. Antônio Fialho e Horácio Antunes propõem para socio o Sr. Dr. Manoel Antônio Teixeira, lavrador, sendo unanimemente aprovada esta proposta.

O Sr. Jacy Monteiro apresenta à Directoria o Sr. Dr. Simões da Silva, socio honorário.

Não havendo nada mais a tratar, o Sr. Presidente suspende a sessão.

Acta da 122^a sessão da Directoria em 20 de Julho de 1901

PRUDÊNCIA DO SR. DR. ANTONINO FIALHO

No dia 20 de Julho de 1901, às 3 1/2 horas da tarde, presentes os Srs. Drs. Antônio Fialho, João Baptista do Castro, Sampaio Corrêa, Augusto Bernacchi, José Carlos do Carvalho, Jeny Sand, João da Silva Gandra, Barão de Capanema, Wenceslado Bello, Simões da Silva, Horácio Antunes, Aristides Cairo, Raymundo do Vale, Pedro Tomás y Martín, Antônio Leite da Luz e Alberto Jacobim, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

EXPLICATIVO

Offícios dos presidentes das Camaras Municipais de Benvenuto e Jamariá, acertando a crelur da 6 de maio do corrente anno, o das de S. Roque e Campos dos Goytacazes, do 10 do corrente mes.

Carta do Sr. Antônio Leite Torrinha, ramal do Jahu, Estado de S. Paulo, pedindo a monographia do Dr. Góis Jau d'Ultra, sobre as plantas toxílis.

Carta da comissão da Imprensa Brasileira, convidando a Directoria da Sociedade a manifestar-se a manifestação feita à Confederação Helvética.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente submette à discussão o parecer e o projecto de organização de syndicatos agrícolas no Brazil, apresentado pela comissão que se achava incumbida daquele trabalho, bem como o parecer da mesma comissão sobre o projecto do «sistema regional», elaborado pelo Sr. Horacio Antunes.

Depois de uma pequena questão de ordem, sobre a qual falham os Srs. presidente, Horacio Antunes, Wenceslao Bello e José Carlos, discute o parecer da comissão o Sr. Horacio Antunes, que manifesta-se contrário ao projecto de syndicatos agrícolas, por considerar que ellos não resolvem a crise da lavoura no momento actual, crise que requer uma solução prompta, declarando mais que o programa apresentado pela comissão é muito vasto e, por isso mesmo, difícil de ser executado.

Pede, portanto, à comissão que reforme o seu projecto, organizando um programa mais compatível com as condições actuais.

O Sr. Wenceslao Bello responde, como membro da comissão, às objecções apresentadas pelo Sr. Horacio Antunes, e diz que a latitudo do projecto em discussão é explicável, pois, que honra da parte da comissão, que o elaborou, o desejo de organizar um programa que servisse de modelo na organização dos syndicatos agrícolas.

O Sr. José Carlos propõe adiamento da discussão, requerendo que se mande imprimir o projecto da comissão, para que possa elle ser lido e discutido convenientemente.

O Sr. Presidente, consultando a Directoria, declara adiada a discussão do projecto, até que dello sejam tirados diversos exemplares, para serem distribuídos pelos sócios.

O Sr. José Carlos procede à leitura de uns quadros que confecciona sobre os direitos pagos pelo assucar nos países estrangeiros. Em seguida apresenta a Directoria o Sr. Sá Valle, consul do Brazil em Barcelona, o que muito tem trabalhado em bem da lavoura do Brazil.

O Sr. Presidente, em nome da Directoria, cumprimenta o Sr. Sá Valle a quem agradece os esforços que tem empregado pela lavoura do Brazil. Respondendo, o Sr. Sá Varella declara que os bons préstimos estão sempre à disposição da Sociedade Nacional de Agricultura.

O Sr. José Carlos, referindo-se nos bons auxílios que ao Centro da Lavoura de Café do Brazil tem prestado o Sr. Pedro Thomaz y Martín no serviço de propaganda do café brasileiro em Espanha, delegado do Centro naquela paiz, fêz seguinte proposta: (1)

«Proponho para sócio desta Sociedade o Sr. engenheiro Pedro Thomaz y Martín, residente em Valencia, Reino da Espanha, e que anda em 1900 desempenhou o cargo do delegado do Centro da Lavoura de Café do Brazil, naquela paiz.

Sala das sessões, 30 de julho de 1901. — *José Carlos de Carvalho.* — *Wenceslao Bello.*»

E' unanimemente aprovada a proposta acima, dos Srs. José Carlos e Wenceslao Bello. O Sr. Sá Valle diz que teve occasião de apreciar, em Barcelona, o trabalho de propaganda do café feito pelo Sr. Pedro Thomaz y Martín, na Espanha.

O Sr. Gandra comunica que a comissão nomeada para representar a Sociedade nas exequias do Dr. Honório Ribeiro cumpriu o seu dever.

O Sr. Presidente nomeia os Srs. Baptista de Castro e Augusto Bernacchi para representarem a Sociedade na festa pela Imprensa Brasileira dedicada à Confederação Helvética, o por nada mais haver a tratar, levanta a sessão.

Acta da 122^a sessão da Directoria em 13 de agosto de 1901

PRESIDENCIA DO SR. DR. ANTONINO FIALHO

No dia 13 de agosto de 1901, às 3 horas da tarde, presentes os Srs. Drs. Antonino Fialho, João Baptista de Castro, Sampaio Corrêa, Augusto Bernacchi, José Carlos de Carvalho, José Sand, João da Silva Gandra, Barão de Caponha,

Aristides Calro, Wenceslao Bello, Fábio Nunes Leal, Domingos Sergio de Carvalho, o Dr. Presidente declarou aberta a sessão.

São lidas e aprovadas as actas de 23 e 30 de julho proximo passado.

EXPEDIENTE

Ofício do Dr. Bernardo Dias Ferreira, Director da Culturas da Fazenda da Santa Monica, remetendo à conta do pessoal e pedindo a quantia da 18\$000 para complemento da mesma.

Ofício do Presidente da Câmara Municipal da cidade do Rio Grande do Sul, pedindo segementos de encalyptos.

Ofícios dos presidentes das Camaras Municipais de Piancó, Torres, Salinas, Minas Vellhos, União, S. Sebastião do Oeste, Ibotê, cidade do Rio Grande do Sul, acenando a cirenlar do 6 de maio do corrente anno, sobre a eleição e posse da nova Directoria.

Ofícios dos Presidentes das Camaras Municipais de Barreiros, Cunha, S. Francisco do Sul, Varginha, Pelotas Itacava, Canta Gallo, cidade do Rio Grande, acenando a cirenlar de 16 de Julho proximo passado o Interavendos como sócias.

Cartas do Dr. Boaeficio do Castro, participando a sua mudança para Ouro Fino, Minas do Sr. F. Canella, desta Capital, remetendo desenhos do Machismo de lavora; da Companhia mexicana e Importadora do S. Paulo; do Sr. Dr. Bernardo Dias Ferreira, Director da culturas da Fazenda de Santa Monica, envolvendo o inventario do material que existe na calera; de J. Ferreira da Rosa, pedindo informações sobre os semeadores de milho; do Sr. Santos Dumont, do Pariz, agracindo a Directoria o Telegramma de felicitações.

ORDEM DO DIA

O Sr. José Carlos diz que, tendo em vista os bons serviços de propaganda do café na Europa, prestados pelo Sr. Engenheiro Pedro Thomaz y Martin, é de pedir que se entregue ao mesmo senhor, em consignação, o café da Fazenda de Santa Monica, para ser vendido na Europa.

O Sr. Augusto Bernaceli manifesta-se contrário a essa idéa e pede que sejam marcados dias para reunião da Directoria do Centro da Lavoura do Café do Brasil, permitindo o Sr. Presidente provisoriamente a respeito.

Approveda a proposta do Sr. José Carlos, o Sr. Presidente declara adiada a discussão do projecto de syndicatos agrícolas o goberno à consideração da Directoria uma proposta de socio, assinada pelos Srs. Carlos Raulino e Wenceslao Bello, e, não havendo quem dedisse a palavra foi unanimemente aceito socio o Sr. Coronel Olympio Pinheiro da Silva, agricultor no município de Rezende, no Estado do Rio.

O Sr. Sergio de Carvalho lembra a conveniencia de se pedir ao Sr. Comendador Bethencourt da Silva, mais uma sala que se preste para organização do Museu de Agricultura, declarando o Sr. Presidente que vai requisitar a verba necessaria para instalação do referido Museu.

O Sr. Bernaceli comunica que, representando a Sociedade Nacional do Agrícola, foi presente à festa comemorativa da Independência da Suissa, realizada por iniciativa da Imprensa Brasileira, no theatre S. Pedro de Alcantara.

E, por nadie mais haver a teatro levantou-se a sessão, levando-se a presente nota que vai por mim assinada e o será por todos os sócios presentes à proxima sessão.

Acta da 128ª sessão da Directoria, em 20 de agosto de 1901

PRESIDÊNCIA DO DR. ANTONINO PLATHO

No dia 20 de agosto da 1901, às 3 horas da tarde, presentes os Srs. Drs. Antônio Platho, João Baptista de Castro, Scopião Corrêa, Augusto Bernaceli, José Carlos de Carvalho, Barão de Capimona, Wenceslao Bello, Domingos Sergio de Carvalho, R. Jacy Monteiro, Fábio Nunes Leal e Aristides Cairo, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

EXPEDIENTE

Ofício do Presidente do Estado de Mato-Grosso, acusando o desta Sociedade, do 6 de maio do corrente anno.

Ofício do Presidente da Câmara Municipal da Barra do Corda, Estado do Maranhão, acusando o desta Sociedade, do 6 de maio do corrente anno.

Ofícios das Camaras Municipais de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas; Monte Mór, Estado de S. Paulo, inscrevendo-se como sócias.

Ofício de Theodoro Alvarez, Montevideu, acusando o desta Sociedade, de 19 de julho proximo passado.

Ofício do Presidente da Câmara Municipal da Villa de Sunidouro, pedindo informação de livros agrícolas para sua bibliotheca.

Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Caldas, Minas, dando aviso para o pagamento das suas anuidades dos annos de 1900 e 1901.

Carta do Dr. Fernando Avelino Corrêa, Muzambinho, Minas, pedindo informação sobre galinhas denominadas «Handan».

Carta da Directoria do Grêmio Litterario «Castro Alves» da cidade de Castro Alves, Estado da Bahia, pedindo romances d'«A Lavoura».

Carta do Dr. Lourenço Granato, Inspector do 6º Distrito Agrícola em Iguape, Estado de S. Paulo, remetendo à Sociedade o diploma de honra.

Carta de Manoel Dias Rodrigues, de Valença, Estado da Bahia, pedindo remessa, d'«A Lavoura».

Carta de Antônio José Leite, de Torrinhas, ramal de Jahu, Estado de S. Paulo, enviando amostras de floras.

Carta de Plínio Costa, do Campim Grossos, Estado da Bahia, pedindo oliminação de socio.

Carta de Josué de Toledo, Amparo, S. Paulo, pedindo diversos numeros d'«A Lavoura».

ORDEM DO DIA

O Sr. José Carlos oferece à Sociedade, em nome do Sr. Costa Motta, uma collocação do boletins da «Sociedad Fomento y Fabril» do Chile e pede que se envie a essa Sociedade os exemplares d'«A Lavoura».

Comunica que, tendo sido convidado para ir por paizes do Mediterrâneo como fiscal do Sr. Pedro Tomás y Martín, que firmou contrato da venda na Europa dos cafés de alguns lavradores dos Estados do Rio de Minas, pretendo seguir para aqueles paizes em breve, onde os seus préstimos estão à disposição da Sociedade como Director da Propaganda.

O Sr. Presidente diz que a Sociedade não podia ter melhor representante na Europa do que o Sr. J. Carlos, mas que ainda não conseguiu nada do positivo do Sr. Ministro da Indústria, relativamente aos 300:000\$ votados pelo Congresso para o serviço da propaganda do café na Europa.

E' accosta a proposta do Sr. J. Carlos, que agradece a confiança em si depositada pela Sociedade.

O Sr. Horacio Antunes propõe para socio, o é unanimemente aprovado, o Sr. Hugolino Mello Mattos.

Não havendo nada mais a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão.

Acta da 129ª sessão da Directoria em 27 de agosto de 1901

PRESIDENCIA DO SR. DR. ANTONINO FIALHO

No dia 27 de agosto de 1901, às 3 1/4 da tarde, presentes os Srs. Drs. Antonino Fialho, João Baptista de Castro, Sampayo Corrêa, Augusto Bernacchi, José Carlos de Carvalho, João da Silva Gandra, Barão do Capuema, Aristides Caire, Wenceslão Bello, Horacio Antunes, Fabio Leal, E. Jacy Mentoiro e Sergio do Carvalho, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

EXPOIMENTO

Ofício do Sr. Ricardo Belgrano, Director do Ensino da Viticultura em Belo Horizonte, Estado do Minas Gerais, dando as informações pedidas sobre o preço e quantidade do vinho produzido na e dado da Campanha.

Ofício do Dr. L. Rodriguez Dey, de Montevideo, agradecendo a nomeação do sócio correspondente.

Ofício da Directoria da «Agricultura Rural do Uruguai», Montevideo, agradecendo a nomeação do sócio correspondente.

Ofício do Sr. R. Fomeu, Montevideo agradecendo a nomeação do sócio correspondente.

Ofícios dos Drs. Presidentes das Camaras Municipais do Itapeveri, Colonia S. Paulo; de Pago Fundo, Rio Grande do Sul; Petropolis, S. João Marcos, Estado do Rio, do Cachoeira do Itapemirim, e Estado do Espírito Santo inscrevendo-se como sócias.

Carta do Dr. Felix Barreto Oribé, Montevideo, agradecendo a nomeação do sócio correspondente.

Carta do Dr. Gabriel Francisco de M. Junqueira, do Engenho Iro Passos Central, pedindo os efeitos da Sociedade.

Carta do Antônio José Maria Monreal, Bom Jardim, Estado do Rio, pedindo sementes de diversas qualidades.

Carta do Sr. Bernardo Dias Ferreira, director de culturas da fazenda do Santa Moula, pedindo sementes para café e batatas para plantio.

Convite da comissão da colônia Rio-Grandense, convidando a Diretoria da Sociedade para assistir às exequias que irão celebrar na igreja da Candelária pela memória do estadista Gaspar da Silveira Martins.

ORDEM DO DIA

O Sr. Wenceslito Bello, depois de várias considerações, apresenta a seguinte proposta: «Proponho que seja encaminhada para o Centro da Lavoura do Café do Brasil, a quem compete resolver, a indagação que na sessão passada foi feita pelo Dr. Socorro de Carvalho, relativa à propaganda do café na Europa.»

E' aprovada a proposta.

O Sr. Baptista do Castro diz que, assumindo a máxima importância todo o qualquer medida legislativa ou administrativa que se entenda com os interesses da agricultura nacional, projeto que seja designada uma comissão para estudar o projecto recentemente apresentado ao Congresso Nacional sobre o monopólio do café, nos termos em que está concebido pelo Exmo. Sr. Dr. Barros Franco, autor do projecto.

Que os concordemos a que chegar essa comissão, após discussão no seio da Sociedade Nacional de Agricultura, tornar-se público pela imprensa, e si houver lugar representante nos poderes competentes sobre a conveniência e praticabilidade do projecto ou suas inconveniências.

Salvadas as sessões, 27 de agosto de 1911. — José Baptista do Castro.

E' aprovada a proposta, votando, só com restrições, o Sr. Augusto Bernacchi.

O Sr. Presidente nomeia para a comissão a que se refere a proposta os Srs. Baptista do Castro, Fabio Leal e Aristides Cairo.

O Sr. Horácio Antunes faz a seguinte proposta:

«Proponho que a Sociedade Nacional de Agricultura apresente ao Centro da Lavoura do Café do Brasil a ideia de aproveitar a somma de 300.000\$ para a propaganda, como subsídio, em auxílio a uma ação da pessoa idonea, mediante garantia que se mantenha da venda do café o todo o trabalho de propaganda nos países do Sul da Europa, cedendo ao encarregado da propaganda momento o excesso do preço do café e parte cotação do dia do embarque sobre a de venda, prestando o encarregado dessa propaganda conta desembolsamentos semanalmente.»

Para que a Sociedade não offra prejuízo algum o tombe sempre o fundo da propaganda intacto, o encarregado da propaganda, além da identidade prestará

uma caução de 30.000 em apólices para qualquer diferença que se verifique em cada semestre.

A Sociedade estabelecerá todas as condições do publicitado o serviços, que deverão prestar os encarregados desse serviço, tendo em vista especialmente que o café seja vendido e propagado como de procedência brasileira. *Horacio Antunes.*

Fica sobre a mesa para ser discutida.

O Sr. Sergio de Carvalho diz que a Sociedade deve nomear uma comissão que trabalhe junto do Dr. Lauro da Costa, Director da Secretaria de Indústria, e Viagem, na regulamentação dos prémios aos agricultores. Aceita a idéia do Sr. Sergio de Carvalho, o Sr. Presidente nomeia para aquella comissão os Srs. Wenceslao Bello, Sergio de Carvalho e Doméstico Schiorni.

O Sr. Aristides Cairo fala na conveniência de dirigir-se a Directoria da Sociedade ao Sr. Ministro do Japão, sabendo em que estado se acham as negociações estabelecidas pela Directoria passada, relativamente à vinda de algumas famílias japonezas para serem instaladas na fazenda de Santa Monica, a título de experiência.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, e para consular se lavrou a presente acta.

Acta da 120^a sessão da Directoria em 10 de setembro de 1901

PRESIDÊNCIA DO SR. DR. ANTONINO PIAGGIO

No dia 10 de setembro de 1901, às 3 horas e um quarto, achando-se presentes os Srs. Drs. Antônio Fialho, Sampaio Corrêa, Augusto Bernacchi, José Carlos de Carvalho, Jens Sand, João da Silva Gandra, E. Jacy Monteiro, Wenceslao Bello e Aristides Cairo, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

Procedendo-se à leitura das actas de 30 de julho e 20 de agosto, postas em discussão, são aprovadas.

EXPEDIENTE

Ofícios dos Presidentes das Camaras Municipais de Belém, Itapemerim, Casas, Tietê, Mymbi, inscrevendo-se como sócias.

Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Peripéry, Piauhy, acusando a circular de 6 de maio do corrente anno.

Ofício do Dr. Paulo de Amorim Salgado, de Pernambuco, acusando o ofício do 21 de junho deste anno.

Ofício do Presidente da Câmara Municipal da cidade de Bragança, S. Paulo, inscrevendo-se como sócia.

Ofícios do secretário do Ceará, enviando o relatório que apresentou ao Presidente do mesmo Estado; dos Presidentes das Camaras Municipais da Parnahyba, Piauhy, de Taguatinga, Pernambuco, inscrevendo como sócias; do secretário da Sociedade de Agricultura Alagoana, Maceió, representando sobre o assuar e pedindo outras providências à Sociedade junto ao Governo da União; do Presidente da Câmara Municipal do Içá, Amazonas, acusando a circular de 6 de maio do corrente anno.

Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Caratéus, Ceará, acusando a circular de 6 de maio último.

Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Barra do S. João, Estado do Rio, acusando a circular de 26 de agosto do corrente anno.

Ofício do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura de Lima, Peru, remetendo quatro caixas com batatas amarellas para plantio.

Ofício do Sr. R. Belgrano, de Belo Horizonte, Minas Geraes, acusando diversos ofícios.

Ofício do Sr. J. Arechavaleta, de Montevideu, acusando o ofício de 4 de maio ultimo.

Carta de Carlos Raulino de Rezende, Estado do Rio, apresentando para socio a firma Level & Bayly on Alberto Level, nome individual.

Carta de Carlos D. Girota, Buenos Aires, acusando o ofício do 19 de julho do corrente anno.

Carta de Leon Gilson, da estação do Camimorelo, E. F. Central, pedindo diversos numero d'*A Lavoura*.

Carta de Carlo Berg, Buenos Aires, acusando o ofício do 19 de julho do corrente anno.

Carta de Leopoldo Pianka, de Santa Matilde, Espírito Santo, pedindo divergências.

Carta da redação do *Jornal do Agricultor*, Bananal, S. Paulo, pedindo a remessa d'*A Lavoura*.

Carta de Fontoura Xavier, comitê do Brazil em New-York, ouvindo um de encontro de um novo instrumento destinado a investigar as propriedades do café.

Carta do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, enviando diversas amostras de café de Irenópolis, Estado de S. Paulo.

Carta de Frederico Soleri, de Genova, Itália, remettendo uma photographia e duas sobre o café.

Carta do Presidente da Associação Commercial de Jaraguá, Alagoas, paralelamente a eleição da nova Directoria.

Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Campinas, S. Paulo, inscrevendo-se como socia.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente comunica à Directoria que com o fim de auxiliar a viagem do diário director de propaganda marítima e guerra José Carlos de Carvalho, que, vnu aos portos do Mediterrâneo iniciar a propaganda do café, oficiou ao Sr. Ministro da Indústria, requisitando parte da verba de trezentos contos de réis votada pelo Congresso Nacional para aquele serviço especial de propaganda a pedido do Centro da Lavoura.

Depois de lida essa communicação pelo Sr. Presidente, estabelece-se discussão sobre o assunto, tomando parte nello o Srs. Presidente, José Carlos de Carvalho, Oliveira Bello, A. Bernacchini, Jacy Monteiro e Sampaio Corrêa, declarando o Sr. Presidente que, não tendo interpretado bem a deliberação da Directoria na sua ultima reunião, em virtude da qual a Sociedade não completa o serviço de propaganda do café, que deve ser exercido pelo Centro da Lavoura do café do Brasil, foi levado a assignar o ofício alludido ao Sr. Ministro da Indústria, e que havendo dúvida acerca daquele ofício, submette o seu acto à aprovação da Directoria.

A todo respeito manifestaram-se contra o acto do Sr. Presidente os Srs. Bernacchini e Sampaio Corrêa que lamentaram não poder approvear o procedimento do Sr. Presidente, porque, «de imediato, anulariam o voto vencedor que tinham dado em 11 de setembro e em virtude do qual só no Centro da Lavoura do café cabia a propaganda do Café».

A vista do resultado o Sr. Presidente submette a votação a seguinte consulta:

Dejeto do resultado da votação anterior e da resolução tomada pelo Sr. Ministro da Indústria, accedendo ao pedido constante do seu ofício, deve encarregar para o Centro da Lavoura a questão da propaganda no estrangeiro, ficando a Sociedade dispensada de se encarregar, cu deve continuar as operações já iniciadas em nome da Sociedade?

Votam opinando para que se encarregue para o Centro da Lavoura a questão da propaganda do estrangeiro, os Srs. Sampaio Corrêa, Bernacchini, Sand, Gandra e Antônio Fidão, que o seu justifica o seu voto.

Sim, isto é, que seja remetido ao Centro o serviço de propaganda, por ter sido este o seu intuito ao fazer o pedido de recursos ao Ministro da Indústria, respondendo assim deliberações da Directoria em sessões passadas. Tem também dúvidas sobre a organização proposta ate hojo para a reconstituição do Centro o aceita pela Directoria, o que, acertanto, não constitui impedimento para que elle seja legalmente completado a funcionar com as suas atribuições.

Foi votado vencido o do Sr. José Carlos de Carvalho que declarou assim proceder «por ter dúvidas sobre a legalidade da reconstituição do Centro, uma vez que deixou de existir o concurso dos Delegados do S. Paulo, Minas e Espírito Santo.»

Os Srs. Sampaio Corrêa e Antônio Bernacchini declararam que, se concordassem da intenção de votar feita pelo Sr. Presidente, o em que diz que o seu intuito diri-

gindo-se ao Sr. Ministro da Vingão foi o de pedir recursos para que o Centro da Lavoura pudesse iniciar o serviço de propaganda, teriam votado aprovando o acto do mesmo Sr. Presidente, à semelhança do que fizeram os seus colegas da Directoria.

O Sr. Presidente diz que, estando o Centro desfalcado da maioria dos seus membros, na proxima sessão será providenciado sobre o seu complemento.

O Sr. Gandra, 2º tesoureiro, faz entrega de dois balancetes das operações da caixa sendo um da Fazenda Santa Monica e outro da secção do contribuintes fechados em 31 de agosto do corrente anno, os quais tiveram approvação da Directoria.

O Sr. Carlos Raulino propõe e é aceito socio o Sr. Alberto Level, agricultor em Riozende, no Estado do Rio.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente dá por encerrados os trabalhos, levantando a sessão ás cinco e meia horas da tarde, e para constar se lavrada presente acta para os devidos efeitos.

Acta da 123ª sessão da Directoria em 15 de outubro de 1901

PRESIDÊNCIA DO R. DR. ANTONINO FIALHO

No dia 15 de outubro de 1901, ás 3 1/2 horas da tarde, achando-se reunidos os Srs. Drs. Antonino Fialho, João Baptista do Castro, Sampaio Corrêa, Augusto Bernacchi, Aristóteles Gonçalves Calaça, José Sand, João da Silva Gandra, Domingos Sorgio de Carvalho, E. Jacy Monteiro, Wenecílio Bello, Aristides Cairo, Oscar Varady, José Ferreira Ramos, Alberto Jacobina e Pedro Tomaz Martin, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

É lida e posta em discussão a acta da ultima assembléa realizada em 10 de setembro ultimo, a qual foi aprovada unanimemente.

EXPEDIENTE

Offício do Ministro da Justica e Negocios Interiores, acusando o ofício do presidente da Sociedade, de 9 do corrente, concedendo o tempo preciso ao Dr. Sergio de Carvalho para os trabalhos do Congresso de Agricultura.

Offício da directoria da Sociedade Agricola União dos Operarios do Bangú, remetendo os estatutos.

Ofício do presidente da assembléa geral da Companhia União Pastoril, na cidade de Franca, S. Paulo, participando a eleição da nova directoria.

Ofício do presidente da Camara Municipal da Cidade de S. Francisco do Sul, Santa Catharina, pedindo sementes de algodão.

Ofício do presidente do Centro Agricola do Maranguape, Ceará, participando a eleição da nova directoria.

Ofício do presidente da Camara Municipal de Flores, Rio Grande do Norte, participando que por enquanto a Camara não pôde inscrever-se como socio.

Ofício do presidente da Camara Municipal do Boquim, acusando a circular do 6 de maio do corrente anno.

Ofício do presidente da Associação Commercial do Maranhão, pedindo a remessa de vinte sacos com arroz em casca, de tiguape ou outras procedências.

Ofício do secretario do governo de Minas Geraes, remetendo o relatorio da Secretaria, relativo ao anno de 1900.

Ofício do secretario do governo de Minas Geraes, remetendo diversas garrafas com vinho, pertencentes ao Sr. José Francisco de Oliveira, de Carnaúba e ultimo Courbassier de Passa Quatro, para serem analisados.

Ofício do presidente da Sociedade Agricola União dos Operarios em S. Pedro e S. Paulo, pedindo providências para que a Sociedade auxilie assim de evitá-lo o que se está passando em suas terras por um bando de malfeitos.

Ofício do secretario da Sociedade São de Setembro, da cidade de Mundo Novo, Estado da Bahia, participando a eleição da nova directoria.

Ofício do director da Estrada do Ferro Central do Brazil, pedindo novas informações sobre a data e estação em que foram despachados os volumes com objectos de bicho de seda para o Museu de Agricultura.

Ofício do secretário do Clube dos Invenções em Ibaté, Pernambuco, pedindo a remessa a d' A. Lazearia.

Ofício do redactor chefe da *Revista Alvorada*, em Maciço, remetendo vindu o clube revista alvin da seção de tribunais.

Ofícios dos presidentes das Câmaras Municipais da Villa da Araçagiaria, S. Paulo; do Aracatu, Bahia; de Guaratinguetá, São Paulo; do Prata, do Salinas, do Itabira do Matto Dentro, do Cravinho, Paraty, Minas Gerais; de Camocim, da Villa e de Santo Amaro e do Tanquinho, S. Paulo; do Belo Horizonte, Espírito Santo, encrevedendo-o como socio.

Ofício do presidente do Centro Agrícola de Maranguape, Estado do Ceará, encrevedendo-o como socio.

Cartas de Raimundo Miguelhae, da Jacurá, Ceará, pedindo a remessa a d' A. Lazearia; do secretário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, agradecendo a remessa a d' A. Lazearia; do Dr. do Figueiredo & C., desta capital, enviando a *Câmara Agrícola*; do Linz Grise, Maciel da Silveira, da província do Pará, declarando que não existe Câmara Municipal; do Bernardo Dias Ferreira, director de cultura da Fazenda da Santa Mônica, remetendo a Folha de pagamento relativa ao mês do agosto do corrente anno; do Dr. H. von Thuring, director da Muzeu Histórico, S. Paulo, consultando a directoria se aceita o seu trabalho sobre a resultante ação a cada, pondo termo a distribuição inserida, para ser publicado na *A Lazearia*; da direcção da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, La Boa, pedindo a remessa a d' A. Lazearia; da Estrela & Maluf, da C. Linz da Bahia, Matto Grosso, pedindo informações sobre o plantio do algodão, do Bernardo Dias Ferreira, director de culturas, pedindo cemocnta sacos para café e seis sacos de formoeira; do Alberto Duman, de Maceió, Estado do Rio, pedindo indiar essa para a compra de telhas da China; do Dr. Moura Brazil, agradecendo a nomenclatura de presidente honorário da Comissão de Agricultura e enviando-nos suas fotografias desse; do Manoel José Timóteo, de Bonfim, Pernambuco, remetendo a quantia de 50%, anuidade do correto anno, da Câmara Municipal do Benfim.

Telégramma do chefe do polícia da cidade de Petrópolis avisando ter dado as provas e pedidas por este sua cidade.

Falito do Dr. Benevides Cavalcanti, Capital Federal, a indicando o pagamento.

OICRM DO DIA

Depois de discutido diverso, os amputos de pequeno interesse para a sociedade é tradição invendê-la tratar, levantava-se a questão, levando-a a presente acta para o devido efeito.

Acto do 132º sessão do Directorio em 26 de outubro de 1901

ESTADO DA GUARANHÉA

No dia 26 de outubro de 1901, às 3 1/2 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Antônio Fialho, José Matoso, Sampaio Corrêa, Augusto Bernacchini, Domingos Sergio de Carvalho, Aristóteles Calaça, Jens Sand, João da Silva Gandra, Alberto Jacobina e Pedro Tomás y Martínez, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

EXCEDENTE

Ofícios dos presidentes das Câmaras Municipais de Jananá, Minas; do Parati, Rio; Prudente; de Divina Pastora, Sergipe, encrevedendo-o como sócios.

Carta do presidente da Câmara Municipal da Barra do Ceará, Maranhão, encrevedendo-o como sócio; do Bernardo Dias Ferreira, director de culturas, declarando que achandose-lhe impossível comparecer, para com a Directoria cumprimentar o Exm. Sr. Presidente da República; do Arthur das Neves de S. Paulo

pedindo os trabalhos do Congresso da Agricultura; do C. Rey de Castro de Assumpção, Paraguai, acusando o ofício n.º 1523, de 19 de Julho do corrente anno; do Dr. Simão da Cruz, de Rio Branco, Minas, propondo para soolo o major dojo dos Santos Parva Junior fazendeiro em Ubá; do Redactor chefe do jornal de agricultura Tropical, Paris, pedindo a remessa d'A *Lavoura*.

Proposta do Pedro Tomás y Martín apresentando proposta para a venda do café da fazenda de Santa Monica.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente diz que tem de referir-se a fazenda de Santa Monica cuja administração precisa ser modificada a bem da redução das despesas.

De combinação com os seus companheiros do Directorio para lá enviou em 15 de Junho do corrente anno o Sr. João Martin além de auxiliar nos trabalhos de administração o actual director das culturas o Sr. Bernardo Dias Ferreira.

Pelas informações que tem de mesmo director das culturas sabe que o serviço tem melhorado muito com a actividade do Sr. Murillo e pensa que a directoria deveria fazer uma visita àquela fazenda para julgar do andamento dos trabalhos.

Desde já, porém, assevera que na situação actual a administração de Santa Monica não pode comportar grande despesa e tem-se dado algum impulso aos trabalhos de campo preparando-se a plantando cerca de quarenta hectares com apparatus mechanicos de cultura, não convindo por ora proceder-se a experiencias geotípicas de chimita agrícola que necessitariam grande aumento de despesa e a assistencia de um agronomo competente que não é fácil encontrar e achando mais conveniente encetar esses estudos agronomicos superiores sómente depois do destruído o terreno e normalizada a moradia dos trabalhos de campo e contabilidade agrícola, pensa que se deve agora restringir a administração de Santa Monica à uma só pessoa, à minha especie de administrador inteligente que dirija os trabalhos de conformidade com os planos da directoria e que tenha a instrução necessária para bem registrar todos os pormenores do serviço afim de firmos desde já estabelecendo os elementos de comparação económica dos trabalhos agrícolas.

O Sr. Bernacchi faz diversas observações apoiando o Sr. Presidente.

O Sr. Jacobina historia as diversas fases porque tem passado a administração de Santa Monica que conhece bem como membro que foi da antiga directoria.

O Sr. Presidente acompanhando as observações do Sr. Jacobina diz que com a saída do Sr. Dr. Aristides Cairo encontra colaboração em Santa Monica a sociedade sente ter perdido, ficou combinado reduzir-se o ordenado do director das culturas a quinhentos mil réis mensais.

Este porém queixando-se de não ter quem o auxilie nos trabalhos de campo foi lhe enviado o Sr. Martin que pelo preço apropio a opinião do mesmo director devo receber quatrocentos mil réis.

Actualmente, forçado a conservar uma só pessoa bastante activa para dar conta de todo o serviço o debixa da direcção imediata do director das culturas como antigamente quando este não residia na fazenda, recebendo esse empregado sómente trezentos mil réis, cessando por tanto temporariamente a residência do director das culturas na fazenda afim de lhe suprimida uma forte verba de despesa. Pelas informações que tem do director das culturas o Sr. Bernardo Dias Ferreira é elle da mesma opinião que se approuou em manifestar, reconhecendo a necessidade na redução de despesas, e propondo ficar o Sr. João Martin como administrador. Ficou combinado a viagem da directoria a Santa Monica para proxima terça feira.

O Sr. Bernacchi apresenta uma proposta para a nomeação de membros do Conselho Superior. A proposta para a nomeação de membros do Conselho Superior, lhe sobre a meia para ulterior deliberação depois de algumas observações do Sr. Dr. Sergio do Carvalho.

Os Srs. Jens Sand e Gandra propõem para socio efectivo o Sr. João Francisco Braga Mello despachante geral da alfândega. Foi aceito unanimemente.

O Sr. Wenceslão Bello apresentou para soolo os Srs. Dr. Manoel Victorino Pereira, Dr. Sylvio Ferreira Rangel, Dr. Mattoso Camara e Dr. Demórito Cavalcanti do Athuquerque.

São aceitos por unanimidade de voto.

O Sr. Bernocchi propõe que se inscreva na acta um voto do honvorável Sr. Dr. Santos Dumont pelo, sans Importantes trabalhos o desembalar sobre a direcção dos bufeos.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente diz por terminados os trabalhos, levantando-se a presente acta para os devidos efeitos.

Veto da 1223ª sessão do Directorio em 23 de novembro de 1901

PRESENCIA DO SR. DR. ANTONIO FAUJO

No dia 5 de novembro de 1901, às 3 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Antônio Faújo, João Baptista do Castro, Aristóteles Calçari, Augusto Bernocchi, José Saad, João da Silva Gandra, Senador Nogueira Paranaguá, Ministro Oriental, Barão Andréa (Ingheland), Wenceslão Bello, Aristides Caire, Carlos Raniero, Domingos Sergio de Carvalho, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

EXPEDIENTE

Ofício do Ministro das Relações Exteriores remetendo um livro e mais publicações sobre a viticultura em Portugal.

Ofício do Ministro da Indústria, Vilação e Obras Públicas, partilhando a nomeação do Dr. Demetrio Nunes Ribeiro como delegado do Governo no Exterior sobre a propaganda do café.

Telegramma do governador do Estado da Bahia, agradecendo o telegramma dirigido pela Presidência sobre o roboatório de Inveras.

Cartas de Losdorf & Piana, da Colônia Alfredo Chaves, pedindo sementes; do Alcides Xavier de Convéea pedindo a remessa d' *A Lavoura*; do Ministro Brasileiro em Washington, Estados Unidos, pedindo capim Jaraguá; de Domingos do São Pedro, do Rosário do Santa Fé, Argentina, remetendo um esboço de estudos da Companhia Proteção à Lavoura, Limitada, nilm da directoria dar parecer.

DIRDEM TO DIA

O Sr. Bernocchi pergunta se ainda devo falar sobre a mesa a lista representada para preencher o Conselho Superior. Tendo-se deliberado que sim.

O Sr. Gandra pede informações ao Sr. Presidente se não lhe mola a respeito da Uncharia.

O Sr. Presidente declara que o Governo pretendo fazer um pavilhão de agricultura, e que, nela que a Uncharia não se presta para o que precisamos.

Leva ao conhecimento da Directoria algumas medidas legislativas que já foram exentadas no Congresso que constam do *Doce Official* sobre questões de fretes dos transportes do Lloyd Brasileiro, prolongamento de estradas, trampon postal, &c., e uma verba de \$33.000\$ (trinta e seis contos de réis) que foi rejeitada, mas espera seja futuramente votada como auxílio à manutenção da Fazenda da Santa Monica.

O Sr. Wenceslão Bello pede a palavra e declara que tudo isso é muito bom, mas que discordo do prolongamento das estradas de ferro da central, por exemplo que nela soaria muito mais razoável que se prolongasse o ramal da Santa Cruz, zona próxima da Capital.

O Sr. Presidente responde que isso não obedece o plano da Central, e não sabe se tem elementos para isso e diz mais que ainda não o fez nada sobre o crédito agrícola o syndicatos agrícolas, porque sólo matéria nova não pode entrar como enenda.

O Sr. Ministro Oriental pede a palavra e declara que o estudo das enfermidades dos animais merece o maior estudo e que não se deve poupar esforços nesse sentido porque elas pregridam dia a dia a febre apitosa, a tuberculose bovina, a tristeza etc., está invadindo o Brasil pelo Rio Grande do Sul, Uruguai e até dire-

etamente e por isso deve ter uma disposição especial, e não saiba se existe alguma causa n' respecto.

O Sr. Wenceslao Bello declara que já o manifestou neste sentido.

O Sr. Ministro Oriental continua dizendo que entrou tendo já falado com o Sr. Presidente, e com a Sociedade para que se fizesse um laboratório para esses estudos não só para os animais, como para questões agrícolas, porquanto os frutos estão sujeitos a muitas molestias que devem ser estudadas e a Europa pôde nos servir para guia nesse sentido de modo que as pessoas do laboratório podem olvidar investigações e faz tanto empenho para isso que conhecendo alguma causa destes trabalhos, está pronto a nos ajudar em tudo que puder.

O Sr. Dr. Aristides Cairo concorda plenamente com as ideias expandidas pelo Exmo. Sr. Ministro Oriental Dr. Frederico Suárez e acha pôde tudo quanto se possa fazer nesse sentido.

O Sr. Presidente agradece a valiosa offerta, e declara que já se tem feito alguma causa nesse sentido, falando com o Dr. Alfredo Mata, Ministro da Vilação, assim de aprovar o material do antigo laboratório do bacteriologista Dr. Domingos Freire e relativamente à verba já se comunicaram com o Dr. Xavier da Silveira, Prefeito do Distrito Federal, e nesse sentido, por intermédio do Dr. Augusto Bernaceli o que esperava uma resposta no seu sentido.

O Sr. Augusto Bernaceli ia tomar a palavra quando o Dr. Sergio de Carvalho pede urgência para comunicar que needs de saber por um portador que o Sr. Ministro mandou remover todos os aparelhos do Instituto Bacteriológico do Dr. Domingos Freire para a Saúde Pública, e que recendo que todos esses aparelhos fossem perdidos aconselhava o Sr. Presidente da Sociedade a tomar posse dos objectos imediatamente. O que o Sr. Presidente promete fazer.

O Sr. Augusto Bernaceli então declara que se reservava para dar conta da missão de que fora encarregado junto ao Sr. Prefeito no dia da sessão, mas visto essa Interpellação declarar efectivamente que já em conversa com vários companheiros do directorio tinha dito que fallara efectivamente com o Dr. Xavier da Silveira sobre as verbas não só para a fazenda da Penha como na subvenção do instituto bacteriológico do Dr. Domingos Freire com a finalidade de autorizar a Sociedade de ampliar os seus estudos sobre phyto pathology e zootecnia durante a excursão que fizeram juntos até Santos e que o Sr. Prefeito dissera que fazia o maior empenho em realizar o nosso desejo que não permitia esforços nesse sentido, mas que se não podesse ser já contudo prometia fazer alguma causa e de que nunca se esqueceria dos serviços da Sociedade Nacional de Agricultura que os tem na maior conta possível.

O Sr. Presidente agradece então em nome da Sociedade o serviço prestado pelo Dr. Augusto Bernaceli, respondendo por esta forma as perguntas do Dr. Gauch.

O Sr. Baptista de Castro pede que se procure realizar praticamente os syndicatos porque tudo o mais decorrerá d'ali e deve já ser approvado um projecto no Congresso nesse sentido.

O Sr. Presidente responde que como disse sempre no Congresso, isso depende de um projecto que certamente se fará, mas que em todo o caso já pode comunicar que enviaram encravados nesse sentido e que não cessará de trabalhar para a sua realização.

O Sr. Aristides Cairo deseja muito saber informações do parágrafo do seu relatório que apresentou sobre o estado da fazenda da Santa Monica e porque não foi publicado até agora, porquanto tem ouvido incrépitudes e não é justo que isso continue e que deseja intimamente a sua publicação.

O Sr. Presidente responde que está na Typographia Nacional para ser publicado e que si não o foi até agora é porque é muito extenso e tem havido muito trabalho, mas que naturalmente a sua publicação não tardará, que enquanto as incrépitudes nem por sombra isso é exento, porquanto não há nem súper tempo para trabalhos de comparações e que naturalmente quem tem fallado são particularmente que nada tem que ver com a Directoria e que elle também deseja a publicação do relatório afim de toruar publico pela descrição dos trabalhos do relatório do estado em que a Sociedade recebeu a fazenda Santa Monica e de que se tem feito até agora, porquanto é voz corrente que aquella fazenda é explendida em terras, cafés, etc., enquanto o seu terreno é safado e foi recebida do Banco da República sem nenhuma cultura e com o cafezal em matto e tudo em possíssimas condições.

O Sr. Presidente comunicou que esteve com alguns companheiros de Directoria em Palácio e fôrça com o Exmo. Sr. Presidente que declarou ter gostado

intuito do Congresso Agrícola e que tudo que fosse possível o Governo fazer não pouparia esforços.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a sessão e ou Augusto Bernacchi lavra a presente acta que assinou.

Acta da 132^a sessão da Directoria em 12 de novembro de 1901

Presidente do dia: Dr. ANTONIO PIALE

No dia 12 de novembro de 1901, às 11 $\frac{1}{2}$, da tarde, presentes os Srs. Drs. Antônio Piale, João Baptista de Castro, Augusto Bernacchi, Jens Sand, João da Silva Gandra, Aristóteles Calçada, Aristides Cairo e Wenceslao Bello, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

EXPEDIENTE

Cartas de C. S. Bentecos, estudos sobre a raça de sulus, Alberto Dumans, pedindo informações sobre soja e feijão da China; do Alonso Pestana de Aguiar, fazendo reclamação contra a Estrada de Ferro Sapucahy; da directoria da Revista Agrícola Alagoana agradecendo a remessa d'A Lavoura; de Bernardo Dias Ferreira, Director de Cultura, participando que não pode comparecer à sessão de hoje.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente suggeriu à Directoria um projecto de modificação no pessoal administrativo da fazenda de Santa Monica com o intuito de reduzir as despesas. Como sabem os seus colegas foi marcada a gratificação de 500\$ mensais ao Director de Culturas o qual não tendo auxiliares e se lheendo com isto os trabalhos folhado um ajudante, o Sr. João Martin que por combinação com o mesmo director o em vista da sua eficaz cooperação recobre 40\$ por mês.

Reconheço que com o impulso dado à organização dos serviços, dentro dos limites dos recursos quo a Sociedade dispõe, pode-se neste momento reduzir as despesas, conservando-se apenas um empregado como administrador da Fazenda subordinado à direcção e fiscalização do Director de Culturas, e entendo que a esse empregado não poderá a Sociedade abonar mais que 300\$ mensais.

Assim, pois, na situação em quo se acha a administração da Fazenda, e se for o avulto que acaba de sugerir nesse pela directoria, terá de ficar na fazenda como administrador, e nas condições propostas, ou o Sr. Bernardo Dias Ferreira, si o quizer, oxonerando-se do cargo do Director de Culturas, ou o Sr. Martin, continuando o Sr. Bernardo Dias Ferreira no seu posto subsidiado ou não, pelo modo que a directoria entender.

Autorizado pelo mesmo Sr. Bernardo Dias Ferreira comunica aos seus colegas que este director prefere conservar-se no seu posto, mesmo sem ordenado, ficando o Sr. Martin, a quem julga muito capaz, com o cargo da administração pratica.

Informando seus colegas sobre o andamento dos trabalhos de Santa Monica, diz que tem havido actividade e regularidade nos serviços em via de organização o quo tem razões para estar satisfeito com o Sr. Martin. Muito lhe recomendou uma perfeita contabilidade e avaliação do custo de todos os serviços, elementos de estudo económicos imprestáveis e geralmente discutidos entre nós.

O campo de culturas, (trabalhado) com instrumentos aratórios na área de 40 hectares totais ou mais, está todo plantado e tratado convenientemente, oferecendo bointo aspecto com a excepção de alguns logares em quo o terreno de qualidade inferior e talvez castigado pela seca que reinou no principio da estação e exigiu replanta das cérveas.

Não foi possível este anno irrigar, nem estrumar sonão nenhuma pequena extensão.

Há falta de estruínos que é necessário preparar.

7167

Como sabem os collegas, sem estrume e sem roga não se melhoram terras e a fazenda não tem gado suficiente nem havia estrumaria que só ultimamente foi feita e já vao dando bom resultado.

O campo será também brevemente irrigado podendo depois disto prestar-se a cultura do inverno (estação seca).

O Sr. Wenceslão Bello pede a palavra e diz historlando os projectos e tentativas da antiga directoria da qual fez parte que concorda com o alvitre proposto pelo Sr. Presidente e que poder-se-hia considerar o Sr. Bernardo como em comissão e convindo realmente que de agora em diante classe um pratico à testa dos trabalhos, e para este efeito julgava apto o Sr. Martin. Que o Director de Culturas além do passo do que gosa poderia receber uma certa remuneração à título de gratificação ou indemnização dos sacrifícios a que está sujeito, obrigando-se a visitar semanalmente os trabalhos e trazer a Directoria a par do movimento da fazenda.

Os Srs. Presidente e Dr. Oliveira Bello trocam idéas a respeito de que se deverá fazer em Santa Monica.

O Sr. Dr. Aristides Caire concorda com as opiniões apresentadas a respeito da modilhação na administração da fazenda e pede que a publicação do seu relatório de antigo director de Culturas, seja feita quanto antes porque não só ali descreve o trabalho que executou na fazenda durante a sua gestão e dá uma idéa do estado em que a deixou, como respondendo à certas duvidas, traça o plano que na sua opinião deve ser seguido, declarando mais que se não fossem os contratempos que sobrevieram entras seriam as condições daquela fazenda.

O Sr. Dr. Wenceslão Bello entende que o cascalho velho devo ser tratado servindo esse de demonstração.

O Sr. Dr. Aristides Caire lembra que tinha preparado algumas covas, em terreno safare que foi estrumado próximo à fazenda e que poderiam ainda ser aproveitado.

O Sr. Dr. Wenceslão Bello insiste para que se procure tirar ressalta do cascalho velho podendo-se fazer em suas proximidades um curral e uma extrumelha afim de fornecerem o adubo necessário.

O Sr. Dr. Bernacchi concorda com o Dr. Oliveira Bello e chama a atenção da Directoria para a lista dos nomes propostos para o conselho superior, que durante tres sessões esteve sobre a mesa, e consulta ao Sr. Presidente se não conviria submettel-a à aprovação do seus collegas.

O Sr. Presidente declara que, si não houver quem peça a palavra para fazer observações, submetterá ao juiz da Directoria.

Ninguem podendo a palavra, é submetida a votos e aprovada unanimemente a seguinte proposta para membros do Conselho Superior:

CONSELHO SUPERIOR DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

1. Dr. José Cardoso de Moura Brazil.
2. Dr. Fábio Nunes Leal.
3. Dr. Felippo Aristides Caire.
4. Dr. Wenceslão A. Leite do Oliveira Bello.
5. Dr. Eurico Jacy Montelro.
6. Dr. Domingos Sergio do Carvalho.
7. Dr. Amaro Forreira das Neves Armond.
8. Dr. Alberto de Araújo Forreira Jacobina.
9. Antonio Maximo Pinto Souza.
10. Dr. Joaquim Xavier da Silveira Junior.
11. Dr. Noemio da Silveira.
12. Dr. Senador Mancel Moraes Barros.
13. Dr. José de Barros Franco Junior.
14. Senador Joaquim Nogueira Paranaguá.
15. Dr. J. da S. Fenecca Hermos.
16. Leopoldo Morales de Los Rios.
17. Paulino Luiz Tinoco.
18. Dr. Manoel de Mendonça Guimarães.
19. Dr. Adolphe Morales de Los Rios.
20. Dr. Leandro A. Ribeiro da Costa.
21. Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida.

22. Dr. Horacio Rodrigues Antunes.
23. Comendador Domingos Thoedoro do Azevedo Jnular.
24. Dr. Joaquim Mattoso Cunara.
25. General José Ferreira Rainos.
26. Dr. J. J. Pizarro.
27. Antônio Augusto Pereira da Fonseca.
28. Dr. Joaquim Cornelio da Fonseca Lima.
29. Dr. Eduardo Augusto do Caldas Brito.
30. Luiz do Lago.
31. Dr. Sylvo Ferreira Rangol.
32. Dr. Luiz da Silva Castro.
33. Dr. José Agostinho dos Reis.
34. Dr. Antonio Vaz Pinto Coelho da Cunha.
35. Dr. Manoel Victorino Pereira.
36. Dr. Oscar Varnay.
37. Comendador João Valverde de Miranda.
38. Dr. João Felipe Pereira.
39. Dr. Belarmino da Gama e Souza.
40. Dr. João Teixeira Soares.
41. Dr. Carlos M. da Motta Ribeiro de Rezende.
42. Dr. Democrito Cavalcanti de Albuquerque.
43. Dr. Fernando da Rocha Paranhos.
44. Dr. Bernardo José de Flignelredo.
45. Dr. Boulafacio de Castro.

Capital Federal, 26 de outubro de 1901. — *Augusto Bernacchi.*

O Sr. Dr. Wenceslao Bello apresenta as seguintes proposas:

« Propõe que a Directoria empregue todo o seu esforço e empenho junto ao Governo da União, afim de obter o edifício da antiga Ilustraria do Paço Imperial para a sua sede e instalação de seu museu permanente. »

« Propõe que a Directoria, no intuito de bem desempenhar a honrosa incumbência que lhe foi commetida pelo Congresso de Agricultura, e para esse fim, promover, activa e dedicadamente, como convém à responsabilidade que a sociedade assumiu, a realização das medidas reclamadas pela lavradora, resolva:

1.º Notar as comissões das estatuações a que o Congresso se referiu, relacionando-as com elas para a realização das medidas que dependem dos Estados.

2.º Promover, desde já, junto ao Prefeito e Conselho Municipal do Distrito Federal as medidas que delles dependem.

3.º Nomear uma comissão que represente a Sociedade junto à Comissão Parlamentar e procure auxiliá-la em seus trabalhos, outra que se incumba de estudar e promover a bon marcha das questões dependentes dos Estados, outra para igual fim em relação aos do Distrito Federal; e não havendo quem sobre elas possesse a palavra, são submettidas à votação e unanimemente aprovadas.

O Sr. Dr. Baptista da Castro apresenta uma proposta para a admissão do Sr. J. G. do Círmo, engenheiro agrônomo, como socio, assinando-a conjuntamente com o Sr. João da Silva Gandra.

Submetida à votação é unanimemente aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, e para constar se lavrou a presente acta.

Acta da 133ª sessão da Directoria em 19 de novembro de 1901

PRESIDÊNCIA DO SR. DR. ANTONINO PIALHO

No dia 19 de novembro de 1901, às 3%, horas da tarde, presentes os Srs. Drs. Antonino Pialho, João Baptista da Castro, José Mattoso Sampaio Corrêa, Augusto Bernacchi, Bernardo Dias Ferreira, Jens Sand, João da Silva Gandra, Aristides Cairo e Wenceslao Bello, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

EXPEDIENTE

Ofício do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, agradecendo a remessa d'*A Lavoura* e diversas monografias.

Ofícios dos presidentes das Camaras Municipais de Batatais e Dous Corregos, S. Paulo, inscrevendo-se como sócios.

Ofício do Director Geral da Secretaria da Indústria, Viação e Obras Públicas, participando de ordem do Exm. Sr. Ministro não poder ceder o predio denominado — Ilcharia do Pago, assim como acusando o recebimento de diversos livros, monografias, para serem enviados a Colonia Agrícola de Iunhy, no Estado do Rio Grande do Sul.

Ofício do Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho, Presidente do Centro Agrícola Comumercial Paulista, acusando o desta Sociedade de 5 e o corrente.

Ofício do Director da Estrada de Ferro Central do Brasil, pedindo novas informações sobre a data do despacho dos volumes com castigos de bichos de seda.

Ofício de Bernardo Dias Ferreira, apresentando o relatório sobre a fazenda do Santa Moura, parte monetária, e deslizando da remuneração de quinhentos mil réis mensais, e continuando no cargo de Director de Culturas.

Ofício de Serafim Julemon, de Mojabanha, Pará, pedindo a remessa d'*A Lavoura*.

Carta do Dr. H. von Herring, do S. Paulo, remetendo para ser publicado n'*A Lavoura* o seu trabalho sobre uma lei federal de caça e proteção às aves.

Carta de Justino de Bacre, morador em Araguari, Minas Gerais, pedindo uma assinatura d'*A Lavoura*.

Carta do Eduardo Oliveira, de Buenos Aires, perguntando se foi recebido um trabalho enviado à Sociedade.

Carta do Angusto Alves da Rocha, do Piauhy, pedindo diversas sementes.

Carta do Dr. Thomaz Cochrane, agradecendo os pezames.

Cartão do Dr. Paulino José Soares do Sonza, agradecendo os pezames.

Telegramma do Presidente do Estado de Sergipe, dando aviso de brevemente enviar amostras de assucar destinado à exportação.

ORDEN DO DIA

Depois de discutidos diversos assuntos de pequena importância para a Sociedade, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, o para constar se lavrou a presente acta.

Acta da 136^a sessão da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura em 26 de novembro de 1901

PRESIDENCIA DO SR. DR. ANTONINO FIALHO

No dia 26 de novembro de 1901, às 4 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Antonino Fialho, João Baptista de Castro, Jens Sand, João da Silva Gandra, Ministro Oriental, Conselheiro Leoncio de Carvalho, Aristides Caire, Domingos Sergio de Carvalho e Alberto Jacobina, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

Não se achando nenhum dos secretários, o Sr. Presidente convoca o Dr. Sergio de Carvalho para servir como secretário na presente sessão.

EXPEDIENTE

Ofício do Ministro da Viação pedindo informações sobre agricultura para o Departamento do Dublin.

Ofício do presidente da Câmara Municipal do Canguçu, Rio Grande do Sul, inscrevendo aquella Câmara como socia.

Ofício do presidente da Associação Comercial do Maranhão acusando o recebimento do arroz, envlendo sua importâcia, bem assim sobre a eleição da Directoria.

Ofício do presidente da Câmara Municipal do Rio Novo, Estado do Minas, acusando o ofício de 19 de outubro do corrente anno.

Ofício do secretário do Governo do Estado de S. Paulo, acusando o ofício de 25 de outubro ultimo.

Ofício do Dr. José Matoso Sampaio Corrêa, pedindo a exoneração do cargo do 1º Secretário.

Ofício do Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, de Curitiba, Paraná, pedindo informações sobre o trabalho do bicho da seda.

Carta de Pedro Alexandrino de Almeida, desejando ser socio da Sociedade.

Carta de Theophilus Cerqueira Moraes pedindo diversas sementes.

Carta do Paulo de Amorim Satgado, de Pernambuco, acusando o telegramma sobre o assunto e fazendo outras considerações.

Carta de A. Morales de los Rios, acusando o ofício de 20 do corrente.

Carta de Ozias Soares Telvira, pedindo sementes de eucalyptos.

Carta de Antônio Teixeira de Faria, pedindo sementes.

Carta de Joaquim Perolra Torres, de Simões, pedindo mudas de vidoeiros.

Carta do Jo 6 Ferreira Ramos, da Capital Federal, acusando o ofício de 12 do corrente.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente congratula-se com os seus collegas da Directoria pela proxima do Exm. Sr. Conselheiro Leonel de Carvalho a quem se refere em termos elogiosos evindos dando os seus esforços em prol da divulgação do ensino agrícola.

O Sr. Leonel de Carvalho agradece as referências do Sr. Presidente e afirma no que tem feito no propósito de estabelecer neste Capital uma escola prática da agricultura, em consonância com as deliberações do Congresso de Agricultura.

Refero-se a conferência que teve com o Exm. Sr. Presidente da República o mais tarde com o Exm. Sr. Dr. Alfredo Main, Ministro da Vilação, e o Dr. Prefeito do Distrito Federal manifestando-se confiante nas promessas com que lhe asseguram o êxito daquelle compromisso.

Pensa que, além da escola prática que deverá ser estabelecida neste Distrito por acordo entre a Prefeitura e o Governo da União, poderá ser instalada numa escola identica na Fazenda de Santa Monica de acordo com a opinião extornada por alguns membros da Sociedade, aproveitados para isto os campos de experiência e demonstração daquella Fazenda.

O Sr. Bernardo Dias Ferreira apresenta, como director de culturas o relatório da Fazenda de Santa Monica, correspondente ao período da sua administração e diz que atenta à situação da Sociedade, desiste dos seus honorários a partir de 15 do corrente mês.

O Sr. Presidente faz diversas considerações sobre o assumpto, ficando deliberado que o Sr. J. Martin continuasse como administrador da mesma Fazenda, com o ordenado de trezentos mil réis (300\$) mensais.

Lido o requerimento em que o Sr. Dr. Sampaio Corrêa pede a sua exoneração do cargo do 1º Secretário, foi deliberado por unanimidade do votos, que a Sociedade aceitando o pedido de demissão, em consequência dos termos decisivos em que é feito, signifiquem ao ilustre consocio o seu sincero pesar por ver-se privada de um auxiliar digníssimo, pelo excesso o grande competência com que exerceu suas funções, lamentando que lhe não seja possível prosseguir no cargo que tanto sembro honrar.

O Sr. Sergio de Carvalho propõe e é unanimemente aceito socio efectivo da Sociedade o Sr. major Arthur Diniz Lagardo.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente dá por terminados os trabalhos, lavrando-se a presente acta.

Em tempo:

O Dr. Sergio de Carvalho refere-se ninalha em termos elogiosos no Sr. Bernardo Dias Ferreira o propõe, o que é aprovado, que se consigne também em acta um voto de louvor e agradecimento à esse Ilustre consocio, pelo modo por que desempenhou o cargo do Director de culturas na Fazenda de Santa Monica.

Acto da 132^a sessão da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura em 3 de dezembro de 1901

PRÉSIDENCIA DO SR. DR. ANTONINO FIALHO

No dia 3 de dezembro de 1901, às 3 $\frac{1}{2}$, horas da tarde, presentes os Srs., Drs., Antonino Fialho, João Baptista do Castro, João da Silva Gandra, Aristoteles Gomes Calaça, José Sand, Domingos Sergio do Carvalho, Aristides Cairo, Conselheiro Leonel de Carvalho, Antônio Augusto Pereira da Fonseca e Americo Faria da Cunha, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

Não se achando presente nenhuma dos Srs. secretários, o Sr. Presidente convida no Sr. Dr. Sergio de Carvalho para servir de secretário na presente sessão.

EXPEDIENTE

Ofícios dos presidentes das Camaras Municipaes de S. Bento de Sapucahy, da Lapa, das Dores da Boa Esperança, do Cannavieiras, da Capital da Bahia, inscrevendo-se como sócios.

Ofício do presidente da Camara Municipal de Batatas, S. Paulo, acusando o ofício n.º 1721.

Ofício de Americo Faria da Cunha, da Capital Federal, remettendo amostras de café, do qual tem privilégio, e pede o parecer da Directoria.

Ofício do presidente da Comissão Municipal de Agricultura, em Cunha, pedindo feijão da China.

Carta de Antonio Augusto Pereira da Fonseca, Capital Federal, oferecendo três sacos de sementes de algodão de Aracajú.

Carta do Eduardo Augusto de Celdas Brito, desta Capital, declarando que aceita o lugar do membro do Conselho Superior.

Carta do Dr. H. P. von Horng, Museu Paulista, de S. Paulo, remettendo diversos documentos sobre a peste vegetal, para publicação n'A *Lavoura*.

Carta do presidente do Syndicato dos Agricultores de França, Pariz, remettendo o recibo da mensalidade.

Carta do Ananias Baracuhy, da villa de Pilões, Estado do Rio Grande do Norte, pedindo sementes de trigo, etc.

Carta do Telles Quirino & Nogueira, de Santos, ordenando o pagamento da quantia de 622\$240 a Souza Filho & C.

Carta da Directoria da Biblioteca Maçônica da Loja Caridade 2^a em Therezina, Piauiy, pedindo A *Lavoura* e diversas monographias.

Carta de Joaquim Pereira Torres, de Sumidouro, pedindo informações sobre o plantio de videiras.

Carta de Pedro Cruxem do Livramento, Rio Grande do Sul, remettendo a annualidade de 1900 e pedindo diversos numeros d'A *Lavoura*.

Carta de R. G. Reydel, Capital Federal, sobre a reclamação do fio do blecho da soda.

Carta de Francisco Harregen & C., de Bigé, Rio Grande do Sul, enviando a quantia de 80\$, annualidade o diploma de Polro Craxem.

Carta de José Lysô Lopes, do Buenos Aires, fazendo diversos considerandos sobre o Congresso de Agricultura.

ORDEM DO DIA

O Sr. Dr. Sergio de Carvalho fala sobre a falsificação do café, criminosa-mente praticada nesta capital, e diz que a Sociedade deve intervir junto ao Prefeito do Distrito Federal, para que cesse esse abuso quo nos desacredita como principal paiz cafeeiro.

Fica resolvido que a Sociedade oficiaisse ao Sr. Dr. Prefeito do Distrito para que concinta os encarregados do serviço de hygiene a impedir o abuso referido.

Em seguida o Dr. Sergio de Carvalho lembra à Sociedade a urgencia de dirigir-se aos governadores dos Estados assinareiros e dos próprios industriais, pedindo-lhes amostras de assinar, no intuito de auxiliar as negociações iniciadas pelo Mistorio das Relações Extorioros.

O Sr. Pereira da Fonseca refere-se aos prejuízos que sofrem os cultivadores desta Capital com os animais soltos nas ruas, alusão que reclama prompta e eficaz providência, tanto mais quanto inclui em proibição expressa no Código de Posturas, ficando resolvido que se oficie ao Prefeito sobre o assunto.

Tendo sido apresentadas algumas ministras de um preparado do café pelo Dr. Américo de Faria Cunha, o Sr. Presidente nomeou a seguinte comissão para os examinar: Drs. Baptista de Castro, Caixa e Gandra.

O Sr. Presidente autoriza o Sr. Augusto Gomes Ferreira a apresentar, na próxima sessão, uma lista do pessoal da secretaria sugerindo a organização que se lhe deve dar, tendo em vista a boa marcha do serviço.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão.

Acto da 128^a sessão da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura em 10 de dezembro de 1901

PRESIDENCIA DO DR. ANTONINO PIAUH

No dia 10 de dezembro do 1901, às 3 horas da tarde, presentes os Srs. Drs. Antonino Piauhy, João Baptista de Castro, Aristóteles Caluça, Augusto Bernacchi, José Sand, João da Silva Gandra, Aristides Cairo e Antônio Augusto Pereira da Fonseca, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

Não se achando presente nenhum dos Srs. secretários, o Sr. Presidente couvidou o Sr. João da Silva Gandra, segundo tesoureiro, para servir como secretário na presente sessão.

Depois de aberta a sessão, compareceu o Sr. Augusto Bernacchi, 2º secretário.

RAPORTANTE

Ofício da Câmara Municipal de D. Pedro, [Estado do Rio Grande do Sul, inscrevendo-se como socia.]

Ofício do secretário do Club Brasileiro Commercial, dando aviso da nova Directoria.

Ofício da Directoria do Club Agrícola do Alto Iimbó solicitando a Directoria da Sociedade pelo bom êxito do Congresso Nacional de Agricultura.

Carta de Augusto Lewin remetendo bases para a montagem de machilhos na fazenda de Santa Mônica, para uma fábrica de iatéculos.

Carta de Jesuíno do Nascimento Portella, de Bagé, pedindo a renomada d'A Lavoura.

Carta do director do Banco Agrícola do Brasil, oferecendo uma chacara no Meyer.

Carta de José Sand & Comp., desta Capital, remetendo seis sacos contendo batatas para serem plantadas na Fazenda de Santa Mônica.

Cartas de Joaquim Xavier da Silveira Júnior, Luiz do Lago, Sylvio Ferreira Rangel, Dr. Antônio Vaz Pluto Coelho da Cunha, Manoel Mornes Barros, Antônio Augusto Pereira da Fonseca, Dr. Bonocrito Cavalcanti e Noemio da Silveira, partilhando que aceitam o lugar do membro do Conselho Superior.

É aprovada uma proposta do Sr. Augusto Lewin, representante da Companhia de machilhos e apparelhos para Indústria de iatéculos *Svenska Centrifugefabrik Bolag de Sto hundra, Suecia*, oferecendo-se a fornecer o instalalh gratuitamente uma fábrica de iatéculos (escolha) no Brasil, em lugar indicado pela Sorteade, debaixo de certas condições.

A Directoria resolve aceitar a proposta, no caso do Sr. Augusto Lewin modificar as condições, suprimindo a cláusula que obriga a Sociedade a recommendar exclusivamente os seus apparelhos, ficando o Sr. presidente de se entender com o proponente neste sentido.

A Directoria resolve que se oficie ao Dr. Sampalo Corrêa, primeiro secretário, aceitando a sua exoneração, agradecendo os serviços valiosos prestados à sociedade e manifestando os sentimentos de que se acha possuída pela perda da sua colaboração.

E o Sr. Presidente autorizado a liquidar a conta corrente bancionada que a Sociedade tem no Banco da Republica do Brasil, depositante no mesmo banco em conta corrente do movimento o saldo que se apura da venda das inscrições desse banco, deduzida a importância do débito.

O Dr. Bermecchi diz que, fez as comunicações aos membros do conselho superior intimamente escolhido.

A Directoria resolve mandar visitar o prestatoso companheiro Dr. Domingos Sergio do Carvalho, que se acha doente, o que ficou sem efeito por ter o mesmo comparecido no final da sessão.

O Sr. Jens Sand, 1º tesoureiro, pede providências sobre a conta da fazenda da Poinha, o que seja autorizada a venda dos títulos para obter recursos.

É concedida a autorização.

O mesmo Sr. 1º tesoureiro pede que a Sociedade examine a situação da fazenda da Poinha que se acha precária, estando quasi exgotados os recursos destinados ao seu custeio.

O Sr. Presidente nomeia os Srs. Drs. Baptista de Castro, Sand e Gandra para estudarem as condições em que se acha a dita fazenda e proporão o que julgarem neocerto.

O socio Sr. Pereira da Fonseca apresenta um bello exemplar da videira Malaga Branca em cachos.

A Directoria felicita o Sr. Pereira da Fonseca pelos seus constantes esforços em benefício do desenvolvimento da viticultura.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão, lavrando-se a presente acta para os devidos efeitos.

Acta da 139ª sessão da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura, realizada em 17 de dezembro de 1901

PRESIDENCIA DO R. DR. ANTONINO FIALHO

No dia 17 de dezembro de 1901, às 3 1/2 horas da tarde, presentes os Srs. Drs. Antonino Fialho, João Baptista de Castro, Aristoteles Gómes Calaça, Augusto Bernacchini, Jons Sand, João da Silva Gandra, Aristides Caire, E. Jacy Menzel, Carlos Raulino e Américo Faria da Cunha, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

EXPEDIENTE

Ofício do secretário geral do Governo do Estado de Sergipe, remettendo amostras de açúcar.

Idem do presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, inscrevendo-se como socio.

Idem do secretário da Associação Beneficente dos Despachantes Municipais, participando a sua instalação e a eleição da nova directoria.

Carta de diversos lavradores de S. Miguel do Arapenga, Minas Geraes, pedindo informações sobre o plantio de diversos cearões.

Idem de Alfonso Fonseca, Maromim, Estado de Sergipe, fazendo diversas considerações gerais sobre a agricultura.

Idem do Dr. João Teixeira Soares, participando o recebimento da circular como membro do projecto das escolas agrícolas.

Idem do Dr. José Maria Carneiro da Cunha, Pernambuco, remettendo amostras de açúcar.

Idem do director do Colégio Salesiano, em Santa Rita, Niethoroy, acusando o recebimento de diversos números d'A Lavoura.

Idem de E. Courret, de Campos, Estado do Rio, acusando a carente da nomeação de socio e ordenando o pagamento da annuidade.

Idem da directoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, convidando a Directoria para assistir à sessão magna aniversária que se realiza a 15 do corrente mês.

Idem do Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, de Curitiba, Paraná, necessitando a remoção de 300 exemplares da monographia sobre a herva matte e fazendo sentir alguns erros de impressão.

Idem de Jean Vial, de Albi, departamento de Tarno, França, pedindo a colocação de um lugar como jardineiro horticultor.

ORDEN DO DIA

O Sr. Presidente propôs um voto de louvor e agradecimento ao digno companheiro o Sr. Dr. Aristoteles Calaça, pelos bellissimos specimens de uvas europeas e americanas que apresentou em sessão, algumas já accommodadas artisticamente em elegante caixa.

Foi apresentada e aprovada uma proposta para sócios efectivos com os seguintes nomes: Antônio Corrêa Dantas, Gonçalo do Faro Rollemberg, Dr. José Mathias Letto Sampaio e Delfino do Faro Sobral, moradores em Marolim, Estado do Sergipe.

O Sr. Presidente nomeia a seguinte comissão, para examinar os estatutos e elaborar as modificações que a prática aconselhem serem necessárias, além de ser apresentado ao Conselho Superior no anno vindouro: comissão, Drs. Wenceslão Bello, Sérgio de Carvalho, Aristoteles Calaça, Baptista de Castro, João da Silva Gandra e E. Jacy Monteiro.

Foi aprovada a seguinte proposta pelo Dr. Augusto Bernacchini o sub-assessorado pelo Dr. Aristoteles Calaça: Proposta: Sendo indispensável que a Directoria esteja constantemente a par do andamento dos serviços das fazendas de Santa Monica e da Penha, propomos que o director de culturas visite com frequencia essas propriedades e compareça pelo menos uma vez por mês à sessão de directoria, além de fornecer todos os esclarecimentos, sem prejuízo das informações e documentos por escrito que devem ser regularmente enviados. Capital Federal 17 de dezembro de 1901.

Posta a votos foi unanimemente aprovada.

O Sr. Sérgio de Carvalho propôs que, valendo-nos da gentileza e patriotismo portos à prova pelo Exm. Sr. Dr. Prefeito, se lhe peça por ofício que procure também coligir a destruição das matas no alto dos morros, porquanto essa má prática acarreta graves prejuízos.

Posta a votos, foi unanimemente aprovada.

O Sr. Sérgio de Carvalho dá também uma explicaçâo, assim de evitar qualquer incorreção sobre erros que porventura tenham saído na publicação da memoria sobre o matte, porquanto, além de ter encarregado, para revisá-la, o Sr. Paquet e outros ainda no Diário Oficial, fez nova revisão e que, se não foi possível evitá-la, não lhe cabe a culpa.

O Sr. Presidente, apresentando a tabella do pessoal subalterno da secretaria, declara que, apesar de em sessão anterior lhe ter a Directoria conferido autorização de aumentar os vencimentos conforme julgasse de justiça, não queria valer-se disso e que vinha novamente conversar com os companheiros. A sessão de Directoria foi secretariada pelo Sr. Sérgio de Carvalho no dia 13 de dezembro, porquanto o Dr. Augusto Bernacchini, segundo secretario em exercício do primeiro, achava-se doente.

O Sr. Presidente declara que, considerando os serviços prestados pelo Sr. Augusto Gomes Ferreira, propôs, de acordo com outros companheiros, o seu aumento de ordenado, que era de duzentos e cincuenta mil réis, para quatrocentos.

O Sr. secretario Bernacchini fez ponderar que achava mais razoável o aumento proporcional de todo o pessoal, porém, o Sr. presidente disse que os meios da secretaria não comportavam essa alteração e então aprovou-se o aumento para quatrocentos mil réis unicamente para o Sr. Ferreira.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente dá por terminados os trabalhos, levantando a sessão e para constar se lavrou a presente acta para os devidos efeitos.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANNAES

DO



CONGRESSO NACIONAL DE AGRICULTURA

INSTALADO A 20 DE SETEMBRO DE 1901 NO RIO DE JANEIRO

Memorias, Monographias, Indicações, Projectos e Pareceres

2 VOLUME

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

1907

006



ANNAES DO CONGRESSO NACIONAL DE AGRICULTURA

SEGUNDO VOLUME

Memorias, Monographias, Indicações, Projectos e Pareceres

12º Secção

FAVOURA COMMERCIO E PROPAGANDA DO AFGAR
E SUO PROJECTO.

MONOGRAPHIA sobre o aperfeiçoamento da cultura da canna de assucar tendo em vista o aumento de sua riqueza saccharina.

Dra. PAULO DE AMORIM SALGADO.

Lo verdadero fabrico, la cosa de mas, por excellencia en costo en el flete, en los gastos de extraccion, esto en el campo, en el cual la naturaleza por medio de un mestizo o mestizano transforma en azucar, llevando de ordinario aparte el efecto, los elementos absorbidos por la canna, del aire y de la tierra.

(D. ALVARO RUIZ — *Extra-
do Progresso — I, part. 150.*)

PROLOGO

A convite da digna Comissão incumbida de promover a organização do um Congresso de Agricultura para comemorar a descoberta do Brasil, elaboré esta monographia sobre o aperfeiçoamento da cultura da canna tendo em vista o aumento de uma riqueza em assucar. Agricultor desde 1870, não tendo podido aperfeiçoar o cultivo da saccharifera grammisa, tantas as viésstulos por que tem passado essa lavoura; o bulbilhosismo, a molestia da canna, o insucesso dos primeiros engenhos contraos—o desta região (Cabo) ainda perna eco do fogo morto—e actualmente a falta de braços e desorganização do trabalho rural, além de outras muitas causas que estão afrophilando a agri-

666 — 1

cultura, obrigam o lavrador a forçar suas convicções para continuar no empirismo do velhos processos culturais há muito condonados pelos princípios científicos.

Aqui om Pernambuco, não temos institutos agrícolas e menos ainda estações agro-nómicas e instituições analogas, quo abundam nas colônias francesas e Inglesas, e só à custa de penosos sacrifícios tenho tentado pequenos ensaios, na maior parte, sem resultados compensadores.

Desejando, porém, corresponder à gentileza da illustre Comissão, escrevi as noções, que sobre o assumpto tenho adquirido, procurando dello tratar, «com o maior cunho pratico» conforme exige o art. 11 do regulamento. Dovo comtudo observar quo esse trabalho limita-se à lavoura da zona atravessada pela Estrada do Ferro de Pernambuco do Recife ao S. Francisco, onde aliás existe o maior numero de fábricas de assucar (*asins*), apparelhadas de mehlnismos aperfeiçoados e onde mais adiantada está a cultura da canna.

Engenho Garapu (município do Cabo), om Pernambuco, 11 de abril de 1900.— Paulo de Amorim Salgado.

A SELEÇÃO DA CANNA

Os resultados obtidos por Mr. Manaury no fabrico do assucar da canna em San Isidro (República Argentina) por meio do moenda de triplo pressão com embebição, demonstram que a industria da canna já pôde sup-

plantar a do beterraba, pois conseguiu o Ilustre profissional extrair da canna 15 % do peso em assucar e 85 de pureza, mais 0,75 % do que se tira da planta europea da mesma riqueza e de suco igualmente puro. O *Jornal des Fabricants de Sucre*, de 30 do novembro de 1898, publicou detalhadamente esses resultados, que reproduzi no *Commerce de Pernambuco* do 25 de dezembro daquele anno. Da beterraba se extraio na melhor fabricação 12,50 do assucar branco, havendo 2,50 de perdas, e da canna extraiu M. Manaury 13,25 do assucar da mesma qualidado com perda apenas de 1,75; a matéria prima em ambos os casos com igual pureza (85 %) e a mesma riqueza (15 %).

Chegou, portanto, a oportunidade para o cultor da saccharifera graminea augmentar a proporção do assucar e o quociente da pureza. Em Pernambuco, para esse desideratum, já se deu grande passo depois que conseguiu-se a reprodução da canna por meio do semente da flecha.

Em 1892, pouco depois de ter assumido as funções do cargo do prefeito do município do Cabo, dirigi uma circular aos municípios, convidando-os a tratarmos dos interesses da lavoura e especialmente pedi-lhes que fizessem ensaios de plantação da semente de flecha da canna, pois já não ora sem grandes vantagens práticas o assumpto, à vista dos resultados, naquella época, conseguidos na estação agronómica do Cadd, na ilha Barbadas. No *Jornal do Recife*, do 3 de maio de 1892, publiquei aquella circular, que foi transcrita no *Jornal do Agricultor* (Rio de Janeiro), tomo XXVII, pag. 338. Tive a felicidade de ser elleazmente auxiliado pelo coronel Manoel Cavalcanti de Albuquerque (de sandosa memória), proprietário do engenho Cachoeirinha, município da Escada.

Em breve podemos expôr, no salão da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco as duas primeiras plantas obtidas, e em 3 de maio do anno seguinte publiquei no *Diário de Pernambuco* minuciosa descrição dos 10 touceiros conseguidos neste anno.

— Naquelle eldado tomo do *Jornal do Agricultor*, à pag. 281, está ella reproduzida.

Das considerações com quo precedeu esta publicação o proveeto engenheiro Henrique Augusto Millet, naquelle época gerente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, seja-me permitido citar as seguintes palavras, porquanto se referem muito particularmente ao objecto desta monographia.

«Os países intotropicos precisam, para salvarem-se, que a canna, imitando o que se dou com a beterraba, aumente até duplicá-la, a proporção da saccharoso, que ainda hoje é a mesma apresentada há uns 200 ou 300 annos; para conseguir este resultado com a plantação por tóros, os processos culturais tão importantes e a natureza não nos oferecem outro meio senão a reprodução sexual, isto é, por meio de sementes fecundadas, da própria canna, que, em virtude das leis da hereditariedade e da variação, produziram variedades, ás quais aplicar-se-ha a selecção. Desconhecida até bem pouco tempo, a possibilidade de obter das minuscúlas sementes de flecha a reprodução da canna não é mais sujeita a duvidas, e nesti metade ultima do século XIX as ilhas Barbadas, Guadeloupe e Martinique têm presenciado tantamens deste genero seguidos do mais favorável exito.

O processo quo indiquei na elrenlar endereçada aos municípios do Cabo é o mesmo que seguiram os agronomos do Barbadas com pequenas modificações; mas os agricultores de Pernambuco vão conseguindo facil germinação da flecha sem se preocuparem com as lois da selecção.

Temos observado quo nas regiões onde ainda se cultiva unicamente a canna cayanna, as sementes não nascem, tonha olla embora grande desenvolvimento.

E' muito provável quo a fecundação das flechas se realize pela influencia das diversas variedades de canna, o assim se explica como da flecha de uma canna provêm typos de cōros diversas, igualmente já se sabe quo

de flecha da canna do mato do deserto, germinar com mais facilidade. A sementeira deve ser feita em cedros ou canteiros, cheios de terra vegetal bem curtida, sendo melhor a de matto virgem.

Antes de fazer a plantação devemos recuar o esperar que brotem as hojas das uncinhas, cujas sementes sempre há na terra, para depois de estirpar, só espalhar a flecha madura, colhida no mesmo dia, preferindo-se aquela que for mais consistente ao tacto. Espalha-se a semente sobre a superfície da terra do calxio ou do canteiro, calcando-se a mão e impondo-lhe com regador do furo muito pequeno para que a semente não suba enlaçada à sementeira.

E o viveiro deve estar abrigado do vento, que traz sementes, cujo nascitumento embaraça a germinação da flecha. Deve-se também procurar ter um sombrão, que possa dispensar a ressaca antes de nascer a semente, que por certo não procriará havendo excesso de humidade ou deslocação da semente pelo jacto d'água.

No fim de seis dias, começam a nascer as plantinhas; primeiro brota uma folha com extremidade superior arredondada, que vai estreitando para o pecíolo. Nasce depois outra, alternada, com a extremidade uguda e assim durante um mês vão emergindo as caninhas,umas coloridas de verde claro e verde e ciano, roxas e muito amarellas. Estas últimas derrubam o morrem, as demais vão crescendo rapidamente, exigindo contudo assidua inspeção contra as formigas, lagartas, etc. Não menos prejudicial é o mosgo e outras vegetações que cobrem o terreno e que devem ser estirpar, revolvendo-se a terra de modo a não offender as raízes das plantinhas e cobrindo-se com fumo bom curtido e misturado com areia fina para dar maior firmeza às hastes.

No fim de dois meses, quando as folhas já têm mais de palmo se pôde transplantar. As covas devem ter um pé de profundidade e um metro de diâmetro e cheias de terra vegetal, curtida, misturada com areia.

Da preferencia, só plante flecha da canna cayanna, a variedade predilecta em muitas regiões e tem-se-lhe o mejo de verificá-la que cada toucolra, proveniente embora da mesma flecha, apresenta cores diferentes, o que se explica com a influencia das qualidades diversas da canna, cultivadas no mesmo canavial, onde o vento e os insectos se encubram da fecundação das flechas.

Entretanto, o colorido da canna da planta varia modificando nas socalcas e na reprodução por rizos.

O característico, porém, das canas provenientes da flecha é o grande desenvolvimento dos botões ou germens, vantagem notável, porque as variedades actualmente aqui cultivadas custam a nascer, mesmo a canna *Luzia*, que há uma dezena de anos nasce admiravelmente.

N. Briset (*Guide du Planteur de Canne*) e alguns escriptores contestam a utilidade da reprodução da canna pola flecha. Sobre a epigrapho «Echos da Tavoura» publicada no *Commercio do Pernambuco*, de 21 de Junho de 1898, não só o processo do plantio da flecha como as vantagens, já hoje factostavéis, da propagação da canna por esse sistema. Na Luislândia, em Rodesland, na Manriela, etc., sous governos têm auxiliado os agricultores da canna nas experiências de selecção por esse processo; e as estações agronómicas trabalham activamente nesse sentido. Em Java, são os próprios lavradores e proprietários das usinas que mantêm as estações e nellas ostnda-se com grande empenho o melhoramento da canna. Aqui os poderes públicos só se lembram da favonra para extorquir-lhe o imposto; não há escolas agrícolas e menos ainda estações agronómicas.

Do que fia exposto segue-se que o primeiro passo para o agricultor conseguir o aperfeiçoamento da cultura, sob o ponto de vista da riqueza saccharina, é a selecção da planta, propagada pela semente de flecha. Ila, porém, tantos tipos variados desse método, que não é fácil a escolha. As canas,

que crescem breutas, tendo as folhas elevadas e largas (abarcando estas com vasto pecíolo comprido gommos e desprendendo-se facilmente quando secam), formam o melhor espécimen quando têm cor clara. Si as folhas se estendem lateralmente em forma de leque, vê-se bem, não podem fornecer a haste nutrição regular, pois elas mesmas não se desenvolvem, em pouco tempo pendem e não obstante ficam adherentes ao colmo. A canna *Bois Rouge* é um exemplo. Os tipos de gommos curtos contém numero desproporcionado de nós, parte destituída de assinar. As variedades do cor escuro, verde intenso ou roxa, são mais viçosas, formam touceiras, onde constantemente rebentam filhos. Na occasião do corte poucas canas maduras há na touça, donde resulta deficiência do assinar. Outros requisitos para a selecção, resorutos à facilidade da cultura, etc., como sejam mais favoráveis ao plantador do que à usina, delles, não trato, além de não sahir do programma.

Em appendice offereço à consideração do leitor o mappa organizado pelo Sr. Alfredo John Watts, secretario adjunto e auxiliar technique da Sociedade Auxiliadora da Agricultura do Pernambuco, a quem incumbi na qualidade de gerente dessa Associação, de publicá-lo. O illustre chimico analyssou as canas constantes da referida tabella, em fevereiro deste anno, e notou a superioridade das novas variedades, oriundas da semente, sob o ponto de vista da riqueza saccharina e ausonela dos sítios e outras impurezas, servindo de comparação a variedade actualmente cultivada, a *Lancier*, importada em Pernambuco do Jardim Botânico do Rio do Janeiro, em 1880. Na occasião em que foram feitas as analyses, o tempo não era favorável ao rendimento em assinar, porque o mez anterior tinha sido, em sua última quinzena, chuvoso.

Preocuppado ultimamente com a diminuição progressiva da safra do assucar do Pernambuco, tendo em vista a extensão que ora se cultiva, attribuiu o facto não tanto a irro-

gularidades das estações e perseguição dos insectos, principalmente o bezouro, que nestes últimos annos tanto tem devorado os cannavales, por occasião do nascimento da cana e a lagarta, que, na safra passada, devastou em quasi toda a zona assucareira as plantas, já desenvolvidas, mas principalmente à cultura.

O agricultor pernambucano já não planta na epocha apropriada, nem só ainda faz as capinas e a colheita.

A desorganização do trabalho rural, a inconstância dos braços que se dão aos labores agricolas, a alta do salario, exigida principalmente pela carestia da alimentação, a iniqua do capitais e o juro elevado, tudo isto coloca o agricultor na contingencia de só plantar no rigor do verão, fazendo ao mesmo tempo a colheita pela qual pôde le obtendo os suprimentos, tudo fôra da epocha apropriada. A cana é collida ainda verde ou já passada, é plantada quando o sol tem exaurido a humidade, tão necessaria à primeira phase vegetativa da planta, e ilupa quando o matto ameaça aniquilá-la, as socas poucas vezes são capinadas e de tudo isto resulta empobrecimento do solo em grande extensão plantado, sem corresponder-lhe a produçao. Em tais condições a cana fornecida à fábrica é pobre de assucar e seu suco difficult de ser elaborado.

Tão má situação da laboura é o reflexo do estado anarchico do paiz, que não permite aos poderes locais se ocuparem da organização do trabalho agricola, da polícia rural, do instituições bancarias, da instrução profissional e técnica, etc.

Quando, em 1889, iniciei a propaganda em favor do plantio da flocha, a administração do Estado tratava de auxiliar a fundação de fábricas centrais, quo, de facto, montaram-se com auxilio do Tesouro, mas pressuntamente lutam com dificuldade para ter matéria prima.

Ocorreu-me que, durante a actual phase, devia se cultivar em maior escala a canna ubá, exactamente aquella variedade que tem

o pior aspecto, mas é a unica que não se extingue uma vez plantada em terreno fértil, passa a reproduzir após cada corte em sementes sempre viçosas, que nem exigem lâmpas.

Em contrapunha de sua expansão vegetativa, resistente ao sol e ao frio e, é muito dura e por isso é dignificante o extrago que resiste aos raios, raposas, guarda-s, capivara e etc.

Não obstante apreciar tantas vantagens dessa variedade não tenho aumentado sua produção, limitando-me a conservá-la às margens das estradas, mas para elle tenho pelliz a atenção das pessoas competentes, que aqui tem vindo. O meu distinto amigo, o Sr. Dr. Daniel Henninger, quando esteve em Pernambuco em comissão do estudo da molestia da canna, analyseou a canna *ubá* e no relatório que, em 1883, apresentou ao ministro da Agricultura, mais da mesma vez refere as analyse das variedades. A pag. 21 do relatório lê-se:

N. 60. Canna *ubá* plantada em terreno massapé enxerto ao lado da Cayanna n. 14 idade 11 meses — engenho Garapu — Não estava doente — 1.073 de densidade do enxó, 19 % de saccharose e em 100 cent. cub. de caldo o 0,2 do glycoso.

N. 61. Canna *ubá* plantada proxima do mesmo engenho, terreno massapé enxerto — 11 meses — canna perfeitamente saudável — 1.082 de densidade, 20,9 de saccharose e 0,2 de glycozo.

N. 62. Canna *ubá* plantada na horta do mesmo engenho, 1.073 de densidade, 16,9 de saccharose e 0,3 de glycoso.

N. 63. Canna *ubá* plantada na horta do engenho Velho, 1.088 de densidade, 22,7 de saccharose e 0,3 de glycoso.

A canna *ubá*, diz o mesmo relatório à pag. 22, é a variedade que em circunstâncias iguais contém menos glycoso, não dando tanto caldo como as outras. A pag. 41 noto o illustre chímico que a unica variedade, que lhe parece indemne da moléstia é a *ubá*, porque parecendo constituir não uma variedade é sim verdadeira especie, compre-

hendo-se que as condições favoráveis à sua vegetação possam ser diferentes das exigidas pelas outras espécies. O Sr. Dr. Henninger supõe que a canna *ubá* aqui encontra ainda no solo os sítios necessários ao seu desenvolvimento.

A meu pedido, o gento da grande fundição de Sudenthalgo (em Magdeburgo, Alemanha), Hans Nitzeh, falecido no Rio de Janeiro, há mais nove annos, analisou alguns specimens, por elle mesmo collidos neste engenho. Tendo à vista a carta, que, em 22 de março de 1888, elle me dirigiu, della copio a seguinte analyse:

	URIX	DAU MÉ	ASEG CAR	NAO ASEG CAR	PUREZA
1 Canna Cayanna, doente.....	19,62	11,06	18,61	1,01	95,8
2 Canna Cayanna, n. grossa.....	23,45	13,02	21,23	2,21	90,8
3 Canna Cayanna, n. fina, (verde).	17,8	10,06	14,25	3,55	80,4
4 Canna ubá velha	21,22	12,0	19,82	1,40	93,4
5 Canna ubá nova, (verde).....	21,83	12,1	17,28	1,60	79,0

N. 13. Canna Cayanna, plantada em massapé enxerto, próximo ao edifício do engenho Garapu, idade 11 meses, parcela pondo doente; a não ser no xaré nas folhas, não apresentava nenhum dos outros caracteres da molestia: 1.070 de densidade, 1,08 de saccharose e 11 de glycoso.

Submettendo essas analyses e informações acerca da canna *ubá* à aprovação do digno superintendente das usinas Ribeirão e Cacau, obtive a seguinte resposta, que, com a devida permissão, publiquei no *Commercio de Pernambuco*, de 21 de março ultimo, acompanhada de algumas das considerações, que acabo de fazer:

« As duas espécies que temos em vista são: a *ubá* e a cayanna do somento de flocha, todas duas secas.

Canna *ubá*: 10^a folha naselada no matto, fina, gommos compridos, muito dura, pondo caldo — Levada nos cortadores do canas da fabrica obtivemos talhadas muito boas. As talhadas são levadas à prensa do laboratorio

o o caldo sujeito à analyse dá o seguinte resultado: cor muito clara do caldo, o precipitado formado pelo sub-acetato de chumbo é esbranquiçado e não esverdeado como o normal.

Grado Brix do caldo 17,2, Baumé 9,72—Polarisação ou assucar % no caldo 17,70. Parte não assucar 1,5—Quociente de pureza do caldo 91,2. Assucar % na canna 13,71.

Por estes dados podemos concluir que o caldo é normal e não apresenta nada de especial.

Canna cayanna de semente de flecha: O caldo apresenta cor normal assim como precipitado do sub-acetato de chumbo. A analyse chimica dá a seguinte composição para o caldo: Grado Brix 17, Baumé 9,5—Polarisação ou assucar % no caldo 16,24. Parte não assucar 0,76—Quociente de pureza do caldo 95,5. Assucar % nas cannas 14,29.

Os dados acima nos mostram o caldo excepcionalmente puro e rico em saccharose. Temos aqui canas com maior porcentagem de assucar, porém, tão puro caldo é raro encontrar. A analyse foi repetida, dando sempre o mesmo resultado. E' isto talvez devido também à qualidade do terreno.

Para achar a porcentagem da assucar sobre as canas procedemos à analyse directa das mesmas, processo Sikel por meio do extração com alcool. Os resultados, que se obtém da comparação ou antes proporção entre assucar no caldo e nas canas, não é certo; para se ter porcentagem exata da assucar na canna só a analyse directa é verdadeira. A polarização do caldo ou assucar % no caldo só pode servir para o proprio caldo.

Das analyses do Sr. H. Nitzsch, comunicadas pelo Sr. Dr. Paulo do A. Salgado, notamos que justamente a cayanna *doente* é a que apresenta caldo com o maior quociente de pureza e mesmo excepcionalmente elevado (95,8). A canna cayanna sã só deu 90,8 para quociente de pureza, o que é normal. Revendo o calculo destos quocientes achamos que devem ser 94,8, 90,5, 80,05, 78,9 e não

95,8, 90,8, 80,01, 79,0, como se vê da comunicação. O unico queociente que confere com os meus calculos é de 93,4.—*Didio de Mattos Siqueira.*

Engenho Central do Cacaú, 1 de fevereiro de 1900.»

O projecto gerente do engenho central do Cacaú repara que nas analyses do H. Nitzsch a cayanna *doente* manifestou maior quociente de pureza do que a canna sã. Nesta região do valle do Cabo a molestia da canna não determinava a morte da planta, como acontecia nos terrenos secos e só neste caso diminuia e desaparecia o assucar.

Em partidos férteis e frescos a canna, logo que era atacada do mal, não crescia, mas ilheava madura, apurando-se, por consequência, o suco. Nas terras fracas, as folhas secavam e o vegetal perdia. Entretanto, no primeiro caso, o caldo permanecia rico em assucar, a substância muellaginosa característica da molestia, não diminuía, antes se tornava mais densa e adheria às tachas *bangue*, formando cascalho, que concorría para queimar o assucar.

Do que acabo de expor acerca da canna *ubd*, vulgarmente aqui conhecida por *canna tabaco* (que não é a que se chama canna brava), se vê que merece ser cultivada e pode competir com as melhores, se não exceder-lhes sob muitos pontos, sobre tudo sob a facilidade de cultura e resistência aos estragos dos animais e à seca.

Em 1867 tratou-se no Rio de Janeiro dos resultados obtidos em Campos com o cruzamento de algumas variedades de canas, que algumas pessoas diziam ser provenientes de enxerto. Uma comissão do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, composta dos Drs. Paes Leme e Nicolau Moreira, verificou que o caso não era de enxerto, conforme a lei da physiologia vegetal, pois nenhuma aderência dou-se entre as variedades e que os factos apontados entravam no grande quadro dos phenomenos morphologicos, conhecidos dos naturalistas e horticultores. A canna S. Julião, obtida pelo fazendeiro de

Campos, proveniente da junção da canna molho com a canya ou a canna Silveira da Motta, produto da *ubá* com a canna violeta, crelo que ainda não cultivadas no Estado do Rio do Janeiro a contento dos plantadores e dos fabreante. Em Pernambuco não se tentava este processo, mesmo antes de plantar-se a flecha.

Conseguida pela seleção a variedade mais saccharina é muito provável que, devidamente cultivada e propagada a flecha que produzir, nasçam canas ainda mais ricas ou melhor organizadas para haurirem do solo e do ar os elementos necessários à formação do assucar. Os agricultores devem preparar viveiros, onde possam escolher os melhores tipos para a reprodução.

Em muitos engenhos ainda está enraizado o costume de destinarem para sementes a canna que não presta para moagem: de haste nodosa, rachitica e collida na capoeira. Essa pretensa economia é causa de nascer a planta mal e depois da nasceda não resiste à seca, aos insectos, ao excesso de humidade, exigindo replantas, que, por serem extemporâneas e dispendiosas, por quanto só se pôde replantar com enxada, salvo si deve-se arar todo o parido para restabelecer o cannaval, não compõem o trabalho, pois não ilegam as replantas maduras na época da colheita. Além disto, a má semente é uma das causas de molestias e de degeneração da planta.

Não basta a seleção da canna para se conseguir seu desenvolvimento em riqueza saccharina: a qualidade do terreno e os processos culturais muito influem e não menos a regularidade das estações.

QUALIDADE DO TERRENO

Os terrenos arenosos, ricos de limo e frescos ou irrigáveis são os mais apropriados, seguindo-se os silico-argilosos.

Nas terras secas não são menos prejudiciais à formação do assucar do que o terreno em que as águas não têm esgoto. O

Ilustre Sr. Dr. H. Henningor, no seu relatório já citado, declara, à pag. 45, que a molestia da cana é devida à falta de sais potásicos, que ou não existem em quantidade suficiente ou não se acham em estado assimilável e assim aconselha o emprego desse correctivo, mas como as mudas de canas, enviadas pelo Governo, foram facilmente propagadas, mostrando-se resistentes ao mal, não se fizeram experimentos culturais com a potassa.

N. Bassot (Guide Pratique du Fabreant du Sucre), vol. I, pag. 498, declara: 1º, que a canna contém apenas $\frac{1}{4}$ por cento de matérias minerais, cabendo ao acido silíceo cerca de metade do peso das cinzas, à potassa uma 5ª parte, à soda $\frac{1}{16}$ e as demais substâncias toca a cada uma $\frac{1}{12}$ na proporção das matérias fixas; 2º, que a priori a canna de a sucar é uma planta à silice, como todos os cereais; 3º, que é também uma planta à potassa, como a beterraba, ainda que em menor quantidade; 4º, que sendo pouco avida da soda, absorve comodato facilmente esta base quando se acha em contacto com os saes solúveis e contém proporções quase iguais de acido phosphoric e sulphurico, de cloro, de cal e de magnesia.

Tomando a média das cinco analyses, procedidas por J. Stenhouse em cinzas de canas boas da Trindade, do Demerara, da Ilha Grenade, da Jamaica e de outros países, organizou o seguinte quadro:

MATERIAS MINERAIS

	1º, NAS CINZAS DE CANNA EM 100 PARTES	2º, NA PRÓPRIA CANNA EM 100 PARTES
Acido silíceo	1,623	2,221,914
" phosphoric "	0,762	0,032,467
" sulphurico "	0,706	0,031,2288
Chloro	7,237	0,034,1376
Cal	7,012	0,031,8016
Magnesia	0,845	0,033,8756
Potassa	21,584	0,147,0888
Soda	1,081	0,049,5888

O Sr. Dr. Henninger, no citado relatório à pagina 36, publicou o seguinte quadro:

ANALYSES DAS CINZAS DE CANNAS DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO

NÚMEROS	VARIETADES	PROCEDÊNCIA	COMPOSIÇÃO DE 100 PARTES DE CINZAS												Fe (Pho. *) (%)
			Có 2	Só 3	Ph 2	Sí 02	K cl	K 2 O	Ná 2 O	Ca O	Mg O				
3	Cayanna .	Algodoões .	1.49	1.18	10.26	57.97	pq. 1	8.42	pq.	4.94	10.84	5.20	Terra estru- mada com semente de algodão e cal.		
4		Cedro . . (1)	pq.	3.05	5.15	54.32	1.98	44.96	pq.	4.78	11.72	3.73			
12		Velho (2º)	7.63	31.76	...	26.18	1.57			
21		Barbalho .	pq.	3.73	10.65	55.56	pq.	8.04	pq.	6.72	11.18	1.62			
23		" .	pq.	3.91	7.36	58.27	1.78	7.24	0.82	5.12	11.55	2.35			
25		" .	pq.	2.69	6.71	48.07	7.88	17.49	1.41	3.29	10.46	2.09			
26		" .	pq.	5.09	10.80	38.35	9.45	22.35	0.12	4.09	8.41	0.81			
30		Boa-Vista .	0.06	5.34	6.57	52.86	8.59	10.40	0.06	4.9	10.06	1.10			
32		Garapú . .	pq.	2.56	9.63	43.97	6.23	18.54	0.32	7.15	10.82	0.78			
36		Sta. Amelia .	1.45	2.98	6.89	32.10	14.88	32.2	pq.	4.68	6.12	1.71			
37		Sapucay . .	pq.	3.51	9.34	33.20	5.92	37.99	pq.	2.07	5.01	2.93			

(*) Esta observação deve referir-se aos nrs. 25 e 26, pois só no Engenho Barbalho se empregou esse estrume.

(1) pq=Pequena quantidade—(2)—Dosou-se apenas alguns elementos por ter pouca cinza.

NÚMERO	NATUREZA DO TERRERNO	IDADE EM MESES	ASSUGAR EM 100 PARTES DE GALDO		OBSERVAÇÕES
			Saccharose	Glycose	
3	Massapé	14	19.3	1.1	Plantada em varzea, pouco doente.
4	Mossapé escuro.	14	18.0	0.5	Idem, doente. Tinha exsudação gom- mosa no côrte.
12	Massapé	14	13.9	0.7	Idem, não parecia doente.
21	Silico argilloso.	13	20.1	0.4	Abundante exsudação gommosa.
23	Silico argilloso.	14	19.4	0.5	Doente. Tinha olhos laterais desen- volvidos.
25	Silico	14	17.3	0.9	Parecia doente, apresentava gomma.
26	Silico	14	20.0	0.7	Doente, pouca maleria.
30	Muriquipe	14	12.7	2.7	Plantada em meia encosta. Doente.
32	Muriquipe	13	18.5	0.6	Parecia pouco afectada.
36	Granito em decomposição	10	18.9	1.3	Estava perfeitamente sa.
37	Arisco preto.	14	21.7	0.2	Sá e muito desenvolvida. Tendo tres metros de haste.

Nº	VALIDADES	PROPRIEDADES CRITICAS	C			NO			AHQ			ECL			RIO			NAT			C.A.O.			M.O			ZET (%)				
			C	N	O	N	A	O	N	A	O	N	A	O	N	A	O	N	A	O	N	A	O	N	A	O	N	A	O		
41	Imperial	Mas-sangana,	2,44	2,54	10,50	18,42	10,60	3,69	0,49	3,63	10,39	0,90	3,63	11,21	0,90	3,63	10,39	0,90	3,63	11,21	0,90	3,63	10,39	0,90	3,63	11,21	0,90	3,63	10,39	0,90	
42	"	Barbalho,	4,04	6,87	50,88	51,20	17,10	0,80	4,38	11,21	0,72	4,38	11,21	0,72	4,38	11,21	0,72	4,38	11,21	0,72	4,38	11,21	0,72	4,38	11,21	0,72	4,38	11,21	0,72		
43	Almador	Velho,	1%	1,2%	31,27	31,27	24,00	0,72	1,05	24,00	0,72	1,05	24,00	0,72	1,05	24,00	0,72	1,05	24,00	0,72	1,05	24,00	0,72	1,05	24,00	0,72	1,05	24,00	0,72		
44	"	Algodonosa,	0,02	0,6	6,60	47,77	7,03	22,00	0,91	2,50	7,10	1,05	2,50	7,10	1,05	2,50	7,10	1,05	2,50	7,10	1,05	2,50	7,10	1,05	2,50	7,10	1,05	2,50	7,10	1,05	
45	"	Mas-sangana,	0,44	0,44	27,10	7,09	44,85	0,94	1,05	44,85	0,94	1,05	44,85	0,94	1,05	44,85	0,94	1,05	44,85	0,94	1,05	44,85	0,94	1,05	44,85	0,94	1,05	44,85	0,94	1,05	
46	"	Barbalho ("),	3,30	11,51	31,00	5,45	20,30	0,91	3,1	22,00	0,91	3,1	22,00	0,91	3,1	22,00	0,91	3,1	22,00	0,91	3,1	22,00	0,91	3,1	22,00	0,91	3,1	22,00	0,91	3,1	
47	Ilha	Anta Amélia	0,1	2,62	9,90	47,70	7,05	22,00	0,91	2,11	22,00	0,91	2,11	22,00	0,91	2,11	22,00	0,91	2,11	22,00	0,91	2,11	22,00	0,91	2,11	22,00	0,91	2,11	22,00	0,91	
48	"	Algoloses	4,63	6,41	46,47	8,82	24,18	0,91	2,11	24,18	0,91	2,11	24,18	0,91	2,11	24,18	0,91	2,11	24,18	0,91	2,11	24,18	0,91	2,11	24,18	0,91	2,11	24,18	0,91		
49	Uba	Anta Amélia	0,09	0,60	1,78	22,48	17,84	21,5	11,76	1,30	21,5	11,76	1,30	21,5	11,76	1,30	21,5	11,76	1,30	21,5	11,76	1,30	21,5	11,76	1,30	21,5	11,76	1,30	21,5	11,76	1,30
50	"	Uba Apú	3,57	11,62	47,53	0,91	16,90	0,40	4,11	16,90	0,40	4,11	16,90	0,40	4,11	16,90	0,40	4,11	16,90	0,40	4,11	16,90	0,40	4,11	16,90	0,40	4,11	16,90	0,40		

(*) Estrumado com sangue e cinzas.

ANALYSE SACCHARIMETRICA DESTAS CANNAS

Nº	TIPO DO TERRENO	IDADE EM MESES	ABRECAÇÃO 100% EM CALDO	Saccharina		Glycose		ZET (%)	
				Saccharina	Glycose	Saccharina	Glycose	Saccharina	Glycose
41	Mas-sapé.	14	20,4	0,2	Perfeitamente sa.				
42	Silico argiloso	13	12,6	0,3	Terreno não estrumado — Estava				
43	Massapé.	14	19,7	1,4	sullo.				
44	Idem.	14	15,7	2,3	Varzea, sado.				
45	Idem.	Ignora-se	20,0	1,4	Terreno sujeito a inundações —				
46	Idem.		16,0	4,4	Sado.				
47	Silico argiloso	13	16,0	4,4	Estrumada e bem desenvolvida —				
48	Idem.		17,0	2,4	Sado.				
49	Idem.	10	17,0	2,4	Estrumada com sangue e cinzas —				
50	Massapé.	11	18,0	1,0	Sado.				
51	Terra de matta, granito	12	20,3	9,9	Junto de um riacho que inunda os				
52	Massapé concentrado	11	20,0	0,2	leceros próximos — Sado.				
53	Terra de matta, granito				Terra de matta virgem.				
54	Massapé concentrado				Próximo à casa do engenho — Sa.				

Trasladando estes mappas, quero mostrar que a riqueza saccharina da canna não depende tanto dos elementos inorgânicos, como a opinião geral dos clínicos, e quanto aos elementos orgânicos parece-me que tom razão V. Basset (obra cit., 321), quando sustenta que «nos palzes em que se cultiva a canna, o adubo por excellencia é a palha e o matto enterrado verde o que na Lulzilândia alterna-se esta cultura com o de alguma leguminosa, cuja casca e folhas se utilizam como estrume, após a colheita dos favos.

6056 — 2

Nenhum plantador, acrescenta o abalhado agronomo, deu-se bem com os adubos azotados.»

Com efeito, ainda está em lembrança neste municipio o que aconteceu ao coronel José de Moraes Gomes Ferreira, proprietário do engenho Barbalho, que tendo arrematado um carregamento de guano, sangue em pó, pellets, etc., avariado de um navio procedente do Peru, e palhou nos partidos do canna esses productos tão azotados, que vigoraram extraordinariamente as cannas do

mindo a sobrepujar os outros (não adubados), quer em altura e grossura, quer em abundância das folhas, mas não deram assucar e o próprio mel não rendeu um aguardente.

O assucar é uma substância, cujos elementos são apenas água e carbono, não contém azoto nem alcalis.

O fabricante conhece as dificuldades de manipular um caldo de canna, que contenha sais ammoniacas e alcalinos e outras substâncias : o assucar difficilmente crystalliza nestas condições e osse elementos concorrem para inversão, em grande proporção, da matéria saccharina, que se transforma em mel ; Entretanto, não se pôde preservar do adubo azotado no terreno, limitando-se quanto possível ao necessário para estimular a vegetação.

Já se vê que a canna não é exigente quanto à composição chímica do solo, pois havendo humidade o sôndo o terreno perneavol, bem como o sub solo, como em geral são os silicic-argilosos e os silicosos, que formam a maioria da zona agrícola do Pernambuco, encontra os requisitos para seu desenvolvimento e para a formação do assucar.

Os adubos ricos em azoto podem engrossar e fazer crescer o colmo, aumentar mesmo a selva, mas prejudicam a pureza do suco e sua riqueza em assucar prismatico.

O cal é excellento correctivo para terras frias ou que contêm humo em excesso, que olla decompõe.

A potassa que poderão fornecer tanto as cinzas das fornalhas como a calda ou o resíduo das distillarias, misturados com as cinzas (o estrume líquido não se applica com proveito), é em regra o melhor adubo mineral para a canna.

O estrume do enral, os detritos da moagem da canna, as espumas ou cachaça, tão ricas de cal, o bagacinho, águas do lavagom, são substâncias ammoniacas, estimulantes da vegetação, que devem ser applicadas cautelosamente, assim d' não prejudicarem a formação da saccharosa.

No caso citado ; do engenho Barbalho, si seu proprietário não se visso coagido a despejar immediatamente nos partidos o carregamento de guano, porque o mão cheiro e as moscas eram insopportáveis, enquanto fosso o terreno massapê, quo armazena o ammoniaco e o estrume fosso regularmente misturado por meio de lavras sucessivas, teria vantagens, si houvesse cultivado previamente outra planta ou abandonado à capoeira o partido para no fim do um anno ou doux voltar à canna.

O engenho S. Ignacio, situado tambem no valle do Pirapama, tendo sido os primeiros em quo apareceu a molestia das cannas, estava com suas terras cançadas, como demonstrava a mosquinhez de suas lavouras, pelo quo seu proprietário, o conselheiro Luiz Felippo de Souza Leão, deixou de cultivá-lo durante tres annos. Tanto bastou para que a vegetação exponha so desonolvesse por todo o terreno e voltasse este à primitiva fertilidade, crescendo vigorosas e ricas as cannas, sem quo mudasse o sistema de cultura e se empregassem ostrumes e corrctivos.

No citado engenho Barbalho tentou-se um afolhamento: a cultura alternada da canna e da mandioca. Aqui neste engenho Garapé experimentou o alquelve. Lavralo o terreno em diversas direções e gradeado frequentemente para extirpamento das plantas adventícias, foi no fim do seis meses plantado.

Outros ensaios foram feitos, todos sem resultados. E assim continha om uso a volta e rotineira prática—a capoeira ; cortada a seca flea o cannavial abandonado por douz ou mais annos, o matto se desenvolve, gramineas, leguminosas, malvaceas, euniferos em breve cobrem o terreno e basta este periodo de repouso e a formação do humo, ocasionala pola decomposição do folhame, para apropiar o solo à cultura da canna. Aproveitam alguns agricultores para pastagom o cannavial, apôs a colheita das secas pelo gado ; tem menos valor do

que a canna da terra humífera vegetal, não adequa a canna o preparada pela capoeira, que, além disso, oferece pouco à combustão preliminar do terreno para o proceder, em seguida, o plantio da canna, com isto quemaria grande quantidade de insetos e os germens microorganicos, que produzem o elemento o crescimento da planta, é certo que o fogo consome grande parte do humus e, convicto disto, poucos agricultores recorrem a elle, embora alguns se vejam obrigados para simplificar o trabalho, a falta de braços, a quitar o pântano.

Boaço a geral propaganda contra o fogo, applicado a terrenos destinados à cultura, tem-se diminuido notavelmente e a destruição, mas por outro lado vao aumentando as pragas do bezouro, do cupim, do pão do gallinula e do lazarta, cada qual mais devastadora.

As primeiras de trocam a canna ao nascer e a ultima é de lhe já crida, roendo-lhe as folhas e mesmo a haste quando está tenra.

Do que fica exposto se pôde conhecer as qualidades, que deve ter o terreno para produzir canna de suco apurado e rico em saccharose.

Entretanto, o te resulta o tambem depende do methodo de cultura e da regularidade das estações.

Systema da Cultura da Canna:

Os methodos de plantar canna, usados neste Estado, são: plantio a enxada ou a arado. Excepcionalmente, em alguns engenhos os agricultores têm sido obrigados à plantação com cavador: faz-se um buraco por meio de uma estaca inclinada a 30° com o solo, alarga-se com o mesmo instrumento e abri-se assim um pedaço de canna com tres gommos ou com a bandelra, fleando com um botão ou germe à flor da terra o a bandolra acima da superficie do terreno. Por ahi nasce a planta livre do ataque do pão do gallinula, inseto que só offenso dentro do terreno onde abriga-se elle do sol. Este methodo é penosa tarefa, exige

o emprego forçoso dos frangos do operario que trabalha em posição inclinada, é, portanto, demorado e caro, a planta não pôde medrar a menos que o terreno não seja muito fértil. De preferencia, na se mesmas terras de pau, as mais frequentadas daquelle verme.

O plantio é enxada pôde ser de mergulho, de rego ou de covata. No primeiro caso, fendo-se a terra com um ou dois golpes de enxada, levanta-se num rebolo de terra, e enquanto admitta a passagem do rebolo da canna (liso com dous ou tres nós), deixando-se cair sobre elle a mesma talhada na posição em que se achava o calcando-se com a enxada para que não haja espaço, em que penetre o ar (como dizem os lavradores), que secaria a semente. É o systema adoptado nas plantações de ladeiras e encostas, em terreno de recente derruba, onde ficaram tocós e ralzes. Em tais condições, apesar de não haver revolvimento do solo e extirpação de ralzes, a canna de envolve-se vigorosamente e na época do cério está madura e rica, embora não tenha completado o anno. Entretanto, não havendo chuvas regulares no inverno e o verão entrando cedo, a canna não amadurece, murcha a haste e o caldo torna-se difícil de elaboração dando pouca assucar. Muitas vezes aparecem nessa ocasião algumas dias de chuva, que melhoram notavelmente a situaçāo, e a planta revigora e ainda pôde amadurecer, outras vezes essas chuvas vêm jardilhamento e ella lança rebentos neros, que são em grande detrimento do assucar.

Há tambem o methodo de plantar, a que se chama *mergalho em pé*: o pedaço da canna, isto é, a semente, é colocado em angulo de 22° e si o terreno é humido empregase a extrevidade superior da canna, bandeira fleando dous gommos dentro da terra e o palmito fôr conservando a aquella inclinação. A leva lisa sobre a semente na posição primitiva. A parte superior da bandelra lança raizes e o olho terminal cresce e mais tarde rebentam os germens dos nós.

A plantação de rego consiste em colocar um pedaço de canna com três olhos ou gommos horizontalmente em uma cova de 1/2 palmo de profundidade e comprimento igual ao da semente.

Se o tempo não é chuvoso, toda a terra que cai volta ao rego, ficando o terreno revolto; se, porém, o solo está húmido e há chuvas, apenas *toma-se o sol*, isto é, cobre-se a semente com pouca terra, sómente a porção no essário para abrigá-la da luz.

No sistema do covotus, cava-se mais larga e profundamente. Devem elas ter sete polegadas de profundidade, 22 de comprido e 13 de largura. Colocam-se horizontalmente dois tóros de canna em cada una e cobre-se com ligolra camada de terra raspada dos lados da superfície do terreno ou de estrume bem curtido, ficando a terra proveniente das covetas em monticulos, que se vão arrasando, pouco a pouco, por occasião das impas. No *Jornal do Agricultor*, tomo XII, pag. 368, descrevi esses processos mais minuciosamente. O plantio à enxada exige grande numero de braços e por isso é muito caro.

A plantação por meio de instrumentos aratorios é mais expedita e menos dispendiosa. Perde-se, porém, maior quantidade de semente, que deixa de nascer, já porque não fica tão criteriosamente assentada, já porque é deslocada nas evoluções das lavras. A grada por sua vez, arranca muitos tóros e atira toucotas de matto e grandes torrões sobre os regos, que pesam em cima da semente e não a deixam germinar. Se o dono não visita frequentemente o trabalho, se não fiscaliza ossas múltiplas operações para em tempo acudir a essas e outras eventualidades terá mais tarde o trabalho difícil e perigoso dos replantos.

Eis os métodos aqui geralmente usados para plantar a canna: nesses não se observam os princípios agronomicos, quem dãam se revolver o terreno para reluzil-o a um tolo homogeneo penetrado pelos agentes atmosféricos que beneficiam os elementos orgânicos e minerais, respondendo-os às diversas combinações

a similares à vegetação. A permeabilidade do terreno e outras condições físicas do solo não são atendidas e por isso as canas não podem resistir a tempestade de verão e ao inverno prolongado. Ao mesmo tempo, o plantio unido, isto é, sem arejo contínuo para que possam ser vivificadas pela luz e pelo calor, concorre para si tornarem anomalias de suco aquoso, pobre de assucar, com pouca resistência à ventania, que vira a toucota expondo-lhe as raízes ao sol ou quebra a canna e a obriga a acamar, lançar ralzes e renovos aéreos, que aloram-lhe o suco.

Alguns agricultores não têm conseguido as vantagens esporadas das lavras da capoeira para se enterrar o matto verde; mas a dificuldade está em não ter um tempo próprio para osto serviço. Ou chuvas abundantes encharcam a terra ao ser revolvida ou por falta absoluta delas deixa o solo consolidado e difícil de ser lavrado.

No primeiro caso as plantas enterradas permanecem verdes ou custam a entrar em decomposição e quando apodrecem, as agnus dissolvem os saes, que vão para o sub-solo ou perdem-se o ammoniaco, ao entrar o verão por causa da contracção do terreno que se abre em múltiplas fendas quando é argiloso.

No segundo caso toda a atenção do agricultor se abrange na colheita da safra fundada que são destinados os 100 dias uteis de outubro a janeiro e na fundação da safra nova, operações que se realizam simultaneamente e com as maiores dificuldades de braços. Entretanto é dispensável essa lavra da capoeira, pois o terreno ontorgue à própria natureza, quando elle é fértil, cobre-se em poucos meses de plantas diversas, muitas das quais, pela facilidade com que se despojam das folhas, criam espessa camada humífera.

Muitas são leguminosas que da atmosfera absorbem ammoniaco e o entregam ao solo, que o armazena, quando osto é argiloso.

E' excelente prática visitar o agricultor a formação da capoeira para mandar extir-

par as plantas daninhas, como o capim, ervas e peles do capim, traçuetos, etc., facilitando a propagação do legum nome tuberoso, inúmagine, e todo que dotados de largas e abundantes folhas produzem fumo e conservam o solo fresco.

No fim do inverno, roça la o campo Ira a foice o gancho e queimada antes da floração completamente seca, assim de que a intensidade do fogo não consuma a crosta orgânica do solo. Inclina-se em colvaras o ramo, raízes e outros detritos que se separaram à combatação.

No fogo perdem os insectos e muitos gommos parásitas, dilatando a camada arável, que torna o acesso á influência atmosférica e mais fácil de ser lavrada.

Preparado assim o terreno, deve-se arar superficialmente, calhando a terra do um milho sobre o outro e depois dão uma lavra em sentido transversal. Cortado e revolvida assim o solo, em dia que não seja chuvoso, pois a água torna-se compacta à talha, que emerge do solo é conveniente que ella se borre ao deprendêr-se da alveia, para se agrade em diversas direções, para que a terra fique limpa de raízes e outros detritos que tudo se inclina no próprio local. Segue-se o traçuelo dos levados do rega ou do esgoto; podem ser delineados à corda e marcados com a enxada e afinal abertos com o arado em sua total profundidade. Isto é levado que se apurfejam com enxada, podem se entrecortar formando o quadro de meio hectare, mas, nas ladeiras só podem seguir ao longo delas encostando o monto e não de alto a baixo.

Com tal disposição nos montes as águas das chuvas ao correrem pela encosta se distribuem pelos canais diminuindo a impetuosidade e, portanto, não carregam a crosta humífera nem escalam as toscas do canavial; ao mesmo tempo a água que se conserva nas vielas vai embobendo e fertilizando as camadas inferiores.

Preparada as levadas, procede-se à plantação. A canna destinada à reprodução

deve ser escolhida, preferindo-se a do planta, ainda não bem madura, por quanto as canas verdes apodrecem nos terrenos húmidos e secam mais depressa nos altos (o suco mais aquoso que elas contêm evapora-se mais depressa), as extremidades da haste não servem para semente; polis os pôes, isto é, os últimos três gommos inferiores e a ponta, a saber o palmito, não germinam regularmente; podem ser aproveitados para alimento do gado - bem como as canas que floresceram, aquelas, cujos botões não se desenvolveram ou se acham estragados, os que furem enfezados, desfeitos, etc. A cuidadosa seleção dos proprietários volta a dispensar a operação das replantas e pois começo a semente para que na época da colheita estejam todas as canas da mesma idade e madureza, mais saccharinas e o suco mais puro.

Transportada a semente, deve ser dividida em seções de três olhos e aproveitados os que estiverem saudáveis e os gommos bem conformados.

Os sulcos do arado, destinados a receberem a semente, ha de ser mais profundos do que os da primeira, mas não devem atingir o sub-solo, que só pode ser estéril ou estar inerto por falta de beneficiamento atmosférico. Si a lavra preparatoria, por ter pena espessa o solo cultivável, teve de ser superficial, em todo rega, no qual deve ser deposita a semente, ha de ser mais profundo para que a canna reponha em camada ainda humida, que não foi pulverizada pelo arado. No fim do inverno, época em que se começa a plantação, ha neste regiao vento impetuoso e depois dias sucessivos de muito sol e tanta ventania como a luz solar ressoa mais rapidamente a terra, que foi roçada; a camada pulverizada, porém, por ocasião da primeira lavra demora a evaporação do solo subjacente, onde fica depositada a semente e apenas a ação capilar se restabelece já as herbas daninhas estão cobrindo o solo e exigindo os amanhos, que feitos à enxada ou a capinadores mecânicos mobilizam novamente o solo e diminuem a capillaridade.

Por outro lado, esta superfície revolvida é uma esponja que absorve qualquer chuveiro ou o orvalho que caiu das folhas o que refresca a planta.

Si a irrigação puder ser feita, seja por submersão, seja por imersão, essa superfície fica impregnada de humidade, muito útil à sementeira.

Este sistema de plantar é o que concorre para maior riqueza da canna e pureza do suco e ao mesmo tempo é o menos dispendioso. Si o terreno, por abundância de tocos não for arável, não é difícil extirpar os com os aparelhos mais ou menos complicados, do que se usa em outros países.

Si os tocos estão secos, basta uma braça sobre ellos para reduzir os a cinzas, até mesmo as valzes.

Nas ladeiras muito largas pôde-se usar um manojo, puxado por animais para mover o arado.

No vértice do monto, si a mata ainda permanece, dessa arrastam as chuvas os elementos fertilizantes pelas encostas; si o cunha, porém, está descoberto, pôde-se fazer um depósito de água, abastecida por uma bomba contínua (*belier*) ou moinho de vento.

Não cessarei de recomendar a rega e a drenagem, como necessárias para o desenvolvimento da canna e formação do assucré, notando-se, porém, que a água estagnada é mais nociva do que a secca.

Após a plantação pôde-se, não havendo chuvas abundantes, passar a grada, que descorre o nível o terreno sulcado pelo arado e em seguida o rolo Croskill, atrás do qual se pronderá pela base do tronco uma árvore de espinho com os galhos e folhas. O solo completa o descorroamento da grada e o espinheiro aperfeiçoa o gradeamento desmanchando a crosta que o solo deixou. As sachas e mondais ficam mais fácies, porquanto o terreno, assim tratado, as plantas adventícias se desenvolvem com exuberante felhagem, mas com pouco raizamento e por isso mais facilmente se extirpam.

Além do frequentes limpas exige o cannaval cuidadosa fiscalização para se evitar estragos de animais; os roedores, podem ser apanhados em armadilhas ou envenenados. As borboletas, fura-canças, caem à noite e põeem em vasos com água o kerozeno tendo sobre elles lampões acesos e rodeados de reflectores; assim também se atraem os besouros.

Estes insetos devem ser queimados para se evitar que os ovos prossigam. Nas partidas de canas costumam os agricultores destruir as árvores. Seria preferível que plantassem, pois nelas se abrigam as aves, que caçam insetos. Si elas pela sombra podem prejudicar algumas toncelras de canas, bonificam a todas onde chegam as folhas e resíduos, que formam humus ou mitigam os ardores do sol, a impetuosidade dos ventos e si numra região desenvolvorem pola pâda, o as multiplicarem, modificar-se-lão as condições climáticas da zona.

O nascimento da canna pôde ser aprofundado por meio da irrigação e esta de preferência deve ser à tarde, porquanto a lavoura aproveita melhor a água à noite. De dia com os raios solares a evaporação é mais fácil.

Em fevereiro e março, quando a canna vai filhando é conveniente cortar-se a haste menor, quando manifestar tendência a omitir flecha, pois a canna flechada não cresce mal e absorve muitos elementos nutritivos para alimentar a flor. Nossa mesma ocasião arranca-se a *sapata*, isto é, as primeiras folhas que já se acham secas e ainda aderentes na parte inferior da tonça. Assim desalojam-se os insetos e os botões se apresentam em germinar.

Nas limpas sempre se deve arrancar a folha seca; é porém prejudicial tirar-se a folha ainda verde, pois está nutrindo o gommo respectivo, que ficará atrofiado si a folha for antes do tempo tirada.

Em poucos engenhos se usa da plantação em linha, em geral planta-se muito juntas, isto é, a semente é colhida no intervallo de 12 polegadas no sulco feito pelo arado,

llando para largura o espaço e tricotamento necessário para o instrumento abrir entre rcos.

O agricultor para cortar a replanta o para não deixar espaço às plantas adventícias vê-se obrigado a assim proceder. Salvo em terrenos excepcionalmente férteis, a canna assim plantada não formará touceira regular nem os colmos engrossarão, o suco verá apeno o o polore de amarelo.

As palavras do exímio agrônomo Dr. Alvaro Reynoso, que elab. ante de começar esta monographia, expõem a razão desse facto! A exposição dos raios do sol, o arrejamento entre as touceiras e humidade na terra são os grandes factores da amarela nas cellulæ da canna. Por isto aconselha o ilustrado actor urbano que a melhor direcção que convém dar aos raios do arado, de tinados a recolher a semente, é de norte a sul, pois cada milha da canna receberá pela manhã os raios do oriente por um lado e os do poente por outro. Entre os renques o espaço não pôde ser menor do que 15m para que essa exposição se faça, embora racionalmente se deve o preferir que uma touceira distasse de outra nunca menos de dois metros, para que as raízes de uma não sejam procurar alimento no terreno destinado à outra.

Em solo permeável o do bom produção as raízes só estendem num raio de um metro e aprofundam 20 cent. Uma plantação que guarda essa distância, isto é, conservando essa distância de dois metros, torna-se aceitável as limpas por instrumentos aratários e dará o melhor resultado quanto à quantidade e qualidade da irrigação e poderá evitar a evaporação da humidade do solo.

Nesta zona intertropical o sol do verão ardilhando sobre grande extensão do terreno deserto, que forma o intervallo das touceiras plantadas com aquela distância, secaix o solo, crestará as folhas e prematuramente a canna amadurecerá sem a elaboração regular da matéria saccharina,

enix pureza não atingindo no que é o apetecido. Sendo de acordo com o exposto o plantio em sulco e não em distância de 1m,50 de um sulco a outro, creio que se evitam tales inconvenientes. Neste engenho é a plantação que adotei há muitos anos nos terrenos planos efectuando-se as limpas com o arado alemão da Rnd. Saek (Lelpzag), denominado arado das vinhas — puxado por um cavalo, enix descrição fiz no *Jornal do Agricultor*, tomo XIII, pag. 150. A época do corte das canas e o seu transporte imediato para a fábrica, onde sem demora devem ser manipuladas, são outras exigências para que se não perca o assucar. Vinte dias antes do corte devem-se cessar completamente a irrigação e arrancar a folha seca das canas e mesmo aquelas que dominarem pela cor amarela que já não estão maturando a frute, assim se completará a matarla e se apurará o suco. No corte devem ser decapados os gommos superiores, que o tiveram abraçados pela folhagem ainda verde, elles só contêm saccharose em diminuta quantidade e muita glycoso. Pôlo esgu extenuado da planta ser aproveitada na distillaria ou como alimento, que o gado muito aprecia.

Eis o que me parece necessário descrever acerca da cultura sob o ponto de vista do programma. Resta-me tratar das estações, de enix regularidade tanto depende a riqueza saccharina da canna.

ESTAÇÕES

Temos na zona da canna de assucar duas estações: o verão, de setembro a março e a estação das chuvas, de abril a agosto.

Sí ha chuvas em outubro e em janeiro não sendo copiosas, aumentam as probabilidades de boa safra nova. As de outubro auxiliam poderosamente o nascimento, e do janeiro a illação.

Na colheita da safra fundada, as chuvias do principio do anno prejudicam o rendimento saccharino. O verão e o inverno rigorosos são

nocivos principalmente aquello, nas plantações dos altos e este nas planícies.

A irrigação e a drenagem attenuam o rigor das estações. Nesta região atravessada pela Estrada do Ferro do Pernambuco, do Recife ao S. Francisco, os maiores rios — Jaboatão, Pirapama, Ipojuca e Una, com seus numerosos afluentes fornecem água para os motores de muitos engenhos, mas pouco aproveitam para as irrigações.

Há também muitos correlos e vários lugares, onde a água do sub-solo está a pequena profundidade. Todos esses inconvenientes podem som grandes dificuldades ser aproveitados para rega por meio de tanta variedade de bombas, pulsometros, moinhos de vento, poços artesianos, etc. Já é tempo de auxiliarem as empresas da fábricas centenas de fornecedores de canas a se utilizarem desses recursos naturais. (1)

A drenagem é mais difícil: exige conhecimentos teóricos e práticos para ser profissionalmente executada e capital não pequeno para escavações, encanamentos, etc. Consegue-se, porém, alguma causa aproveitando-se os canais da irrigação ou abrindo levadas especiais para esgoto do excesso de água. Si, porém, não há desaguadouros em declive, pôde-se abrir um receptáculo onde cheguem as águas, que assim formam um lago cujo líquido será evaperado pelo próprio sol e pelo vento.

Geralmente, o sob-solo em sua primeira camada ou em alguma das outras é permeável e com a profundidade precisa podem ser também cavadas as levadas, embora estreitas, e depois entulhadas de galhos de árvores, seixos, etc. e cobertas do terra

(1) Na maior parte dos canaviais deste engenho conservo um sistema simples de irrigação que consiste em levados de 50 cent. por 25 cent. de profundidade mais ou menos e guardando uma distância de 25 metros paralelos, cortados em ângulo recto por outros na distância de 40 metros. A água é derivada de um canal que vem do rio Pirapama para a roda hidráulica do engenho. O largo percurso desse canal e a ressaca do rio, que exige frequentes reparações, não me permitem colher todas as vantagens da rega, que muitas vezes fica interrompida.

formando assim um corpo esponjoso, que pela capilaridade e pressão atmosférica atraí a água e infiltrá-a para o sub-solo. Há também o recurso dos leirões, nos quais se pôde misturar areia, pois a canna nesses plantados de modo que haja espaço enxuto, onde as raízes se espalham, a sabor, um metro de ralo para cada tonelaria e 25 cent. de profundidade, tudo no inílio, podem dar vantagens compensadoras, mesmo quanto à riqueza saccharina. Já ficou dito quanto é conveniente para isto se conseguir que o terreno seja silico, argiloso-humífero e permeável.

Permeando esta exposição do que me pareceu, tendo em vista o programma, necessário, escrever acerca da tese, que foi-me apresentada, apresso-me em oferecê-la à digna comissão, dando-me por muito satisfeita si esta monographia pudor ter alguma utilidade à laboura da preciosíssima canna de açucar, que ainda tem todos os requisitos para recuperar sua primíssima superioridade no grande mercado do universo.

Engenho Garapu (Cabo, Pernambuco, 16 de abril de 1900). — *Paulo de Amorim Salgado.*
(Vide mappa om fronto.)

—

PARECER sobre a monographia apresentada pelo Dr. Paula de Amorim Salgado «Aperfeiçoamento da cultura da canna de açucar, tendo em vista o aumento de sua riqueza saccharina.»

Dividiu o autor essa monographia em quatro capítulos: o primeiro, mais longo, muito minucioso, justamente por ser o mais importante e cujo assumpto deve merecer da lavrador a máxima atenção,— trata da *selecção da canna, obtida a planta por meio da semente da flecha*; o, como? «, não basta a selecção da canna para se conseguir seu desenvolvimento em riqueza saccharina», trata o segundo capítulo da *qualidade do terreno*, o terceiro dos processos culturais e o quarto das estições,—que são de grande influencia para a realisação daquelle desideratum.

No primeiro capítulo o Dr. Amorim mostra a variedade que tem grande da plantação da canna pelo contento da fibra, fiz o estudo de algumas variedades de canna obtidas por eu e meio o Indio como deve ser feita a colha do tipo preservado. A o 1º primeiro capítulo se reporta um quadro que vem anexo à monografia, e intendo num *tabula de ríspida de diversos quidatios da canna da semente da flcha com a analise do seu alcool com detalhadas informações sobre as variedades de canna experimentadas.* E o quadro por si só vale uma monografia.

No oitavo capítulo o Autor estuda os terrenos mais propícios à cultura da canna; insiste na questão da estruturação dos cannaválos, apresentando dados científicos sobre o assunto, preconiza a estrumação verde e o aproveitamento do *vinhate* e resíduos da moagem e da fabricação.

No terceiro capítulo é feita a critica dos processos culturais empregados no país, com julgamentos observações a respeito. Recomenda o instantaneamente a irrigação e a drenagem dos cannaválos; aconselha-se o modo de caçar apanha de um dos insetos daninhos à canna.

No quarto capítulo, finalmente, a irrigação e a drenagem voltam a ser o assunto em discussão, sobre que se insiste, como unico meio de mitigar, de attenuar o rigor das sazões.

Cada um destes quatro capítulos contém, além do assunto do respectivo título, preciosos conselhos, que os nossos lavradores devem tomar como leis, se quizerem progredir.

A monografia do Dr. Paulo do Amorim Salgado precisa ser distribuída profusamente entre os nossos lavradores de canna. E, se mo fosse permitido, pediria que esse impresso fosse vulgarizado sob o seguinte título: «*Guia prático do lavrador de canna do Brasil.*»

S. S. — 27 Setembro—1901 — E. J. J. Monteiro, presidente.

603 — 3

MEMORIA

Dr. José Maria CECILIO DA CUNHA

A Convocação d'este Congresso promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura, marcará o inicio de uma nova era para as Indústrias agrícolas do Brasil, as quais de lo muito preel avançar a fazer conhecer suas necessidades.

Nenhum organismo com mais autoridade do que o do Congresso, poderá reclamar do governo do país a adopção de medidas que possam assegurar o desenvolvimento das Indústrias brasileiras, com resultado para os capitais empenhados e conseqüentemente enriquecimento do país.

Não pretendo, no trabalho que se segue, que o governo venha em auxílio directo da Indústria produtora do álcool, que é a base da riqueza do Estado do Pernambuco e que certamente virá a ser também desenvolvida em outros Estados da União, mas simplemente que venha correr como probabilidades de êxito, pela adopção de medidas adequadas, as tentativas do iniciativa particular.

Em um congresso das classes produtoras do Estado de Pernambuco, realizado na Associação Commercial da cidade do Recife, a 7 de Agosto ultimo, li o trabalho adianto transscrito, o qual envio como memoria da minha adesão ao Congresso convocado pela Sociedade Nacional de Agricultura, a realizar-se na Capital Federal de 20 a 30 d'este mês.

Antes, porém, da transcrição do aludido trabalho, me seja permitido fazer algumas considerações sobre a inadiável necessidade que tem a patriótica Sociedade Nacional de Agricultura de pedir ao governo a adopção não demorada de algumas medidas, como sejam, abolição de impostos inter-estaduais, realização do tratado commercial com o Chile e Uruguai e isenção de direitos da importação sobre lamparinas, candleiros e todo o material destinado a instalação da iluminação por meio de álcool.

Relativamente ao tratado com o Chile, questão de que altres já se ocupou o Con-

gresso Legislativo Nacional, cumpre observar que se o governo não se impessar em levar a effeito quanto antes, talvez não tenha mais oportunidade para fazê-lo porque n'aquelle paiz, já começam a ser tentada a cultura da beterraba para fabricação de açucar, industria que conseguiu o auxilio pelo governo de dois centavos por cada kilogrammo de açucar obtido.

Isto quer dizer que mais tarde o governo d'aquelle paiz não poderá sem grave prejuízo da fortuna publica, permitir na entrada do açucar do Brazil, pois é de esperar que, sob tal regimen proteccionista, se desenvolva grandemente ali a produção do açucar do beterraba.

E' pois de urgente necessidade que seja realizado esse acórdão, que viria certamente assegurar o consumo no minimo da ultima parte da nossa produção açucareira, enquanto aquele paiz importa da Europa quan-tidão superior a 40,000 toneladas de açucar annualmente. Com a Republica Oriental do Uruguai seria muito conveniente tambem um convenio ser estabelecido, para entrada ali de nosso açucar, em troca da enorme quantidão de xarque que importa o Brazil daquella procedencia; entretanto, todo açucar ali consumido é de origem europeia e em quantidão approximada de 15,000 toneladas. Já não é possível ao Brazil tentativa somelante com a Argentina, porque ali a produção do açucar é de mais de 140,000 toneladas, quantidão esta superior às necessidades do consumo interno, tanto assim que, acaba de ser criada uma associação denominada « Union Nacional Azucareira », para o fim de se encarregar da exportação do excesso da produção sobre o consumo, monopolizando todo o açucar produzido, para a maneira da que é excentado na Russia, assegurar nos productores algum bonobelo.

Sí, em tempo opportuno, o Brazil tivesse promovido algum convenio com a Argentina, conforme tive occasião de escrever, há doze annos passados, hoje teria para onde escoar o excesso da sua produção.

E' assim de toda prudencia que seja aproveitada a oportunidade, o que a Sociedade Nacional de Agricultura pega a realização de convenios com o Chile e Uruguai, assim de obter o que sucedeu a respeito da Argentina.

Sómente para a patriotica Sociedade Nacional de Agricultura podemos appellar, para o fim de pedr-lhe que conceita, rovista da como se veda do melhorado pela aliança geral das classes productoras no Congresso por ella convocato, todos os productores do açucar para que elles se agrimem e constitua uma associação encarregada de regular a collocação dos productos, pois os factos ocorridos nos outros paizes productores do açucar, são fegito muito eloquente e provitosa.

E' impossivel continuar n'este paiz a produçao de açucar sem ser regulamentada, a menos que seja pretendido que esta se limite as necessidades do consumo interno.

Ao contrario penso, o comigo o maior numero dos que se ocupam deste assumpto, que, a Industria deve ser alargada por meio dos melhoramentos, assim de se obter o produto a preço baixo e no mesmo tempo remunerado para o productor, e isto só será conseguido pela maior produção devido ao aperfeiçoamento do trabalho no campo, como na fabrica. O que tem sido observado nos outros paizes poderá nos guiar a estabelecer entre nós, attendidas as diferenças que nos forem peculiares.

Teslo que se tem a observação em outros paizes não será muito penoso projectar instituição que possa ser adoptada as nossas condições. E' isto principalmente que pedimos seja proposto por esse Congresso que poderá operar com o apoio unânime das classes productoras do Brazil.

ASSUCAR E ALCOOL

Hoje que a comissão tem de dar conta do desempenho do mandato que lhe foi conferido pelas classes productoras desto Estado, eu, aproveitando a oportunidade, venho por

mon turro propôr algumas outras medidas complementares o tendentes ao fim que se pretendo.

Em artigos publicados n'« A Provinha » de 25 e 27 do mes proximo passado, sob o titulo « O futuro do assucar nos m'reados do Brasil » feiou provada a necessidade imprevisivel de se determinar a quantidade de nossa produçao de assucar, que deve ser feita em tipo para exportação estrangeira, de modo a valorisar a parte que ficar para o consumo interno do paiz.

E' isto que ora deve ficar assentado, nomeando-se uma comissão que se encarregue de determinar, por meio dos comissários, a quantidade que cada agricultor deverá produzir de assucar para a exportação estrangeira, sendo, ao mesmo tempo, marcado o período durante o qual deverá perdurar o tipo de tal fabricação. Essa comissão se incumbirá de distribuir circulares pelos agricultores e proprietarios de uinas nas quais dará os motivos da medida e resultados prováveis da sua execucao.

A presente assemblea deverá nomear uma outra comissão, ou um delegado, que vá representar a no Congresso que terá logar no Rio de Janeiro, em setembro proximo, no qual fará discutir a adopção de igual medida nos Estados tambem productores de assucar, pois não seria justo que nós exportássemos grande parte da nossa produçao e a vantagem dessa medida fosse fechada por aquelles que não tivessem concorrido com igual contingente, exportando para o estrangeiro parlo de sua produçao.

Não precisa insistencia maior sobre a conveniencia de exportar para o estrangeiro parte da nosa produçao, para o fim de moralizar os preços da parte que ficar para o consumo interno, tão banal ella é, além do que é facto incontestavel que toda industria pôde supportar preços infimos em parte de seus productos, contanto que na parte restante possa resarcir o que tiver perdido na outra.

E para este fim não ha senão os dous meios apontados nos citados artigos : 1º) a inven-

gência do governo, cobrando no consumo um tributo para dalo depois como premio na exportação para o estrangeiro, o quo é actualmente impraticavel entre nós, além do quo a medida a ser tomada é imposta pelas circumstancias da tala urgencia ; 2º) o acordão em que os productores entram de fabricar determinado tipo para o estrangeiro, de maniera a aliviar a balança de consumo intorno do excesso da produçao, o quo terá como resultado seguro a elevação dos preços em beneficio dos productores.

Sob o regimen dos premios vivem todos os grandes productores, como a Alemanha, França, Austria, Hungria, Heligria e Holanda, e sob o do acordão vivo a Russia, onde os resultados obtidos ultrapassaram todas as previsões.

Certamente não poderá ser este um regimen definitivo, mas, provisoriamente, nem um outro poderá igualá-lo, além do quo a sua applicação poderá mesmo perdurar por um periodo mais dilatado do quo a primeira vista parece.

Não será diminuindo a produçao quo se obterá a valorisação maior dos productos, mas, tratando-se de aperfeiçoar, quer a cultura, quer a extraçao, e, conseguimento augmentando a produçao, seja sobre a área de cultivo, seja sobre a quantidade a trabalhar em fabricação, e que se conseguirá diminuir o custo por unidade, de modo a poder o producto lutar com os similares nos mercados internacionaes.

Demais, não ha paiz productor de assucar que o produza somente para as suas necessidades, ao contrário; todos tem excesso superior talvez a 65 %, entretanto, cada dia o que se procura fazer, é correr do probabilidade, do exito à Industria, ameaçada pela peste, já procurando mesmo internamente alongar o consumo, já preparando os productos para a luta de competencia.

Os productores estão, com muita razão, convencidos de quo, sendo o assucar um genero cujo consumo cresce com o progresso da humanidade, quo cada dia, precisa do

mais alimento por excellencia produtor do calor, não cogitam de diminuir a produçao, muita de augmentala, cercando-a das necessarias cantolas.

Entre nós, se outras fossem as nossas condições, isto é, se houvesse mais facilidade dos meios de comunicação, certamente a nossa produçao não bastaria para o consumo interno, porque ninguem ignora que o açucar chega aos centros consumidores, mesmo marítimos que sejam, a preços inabordáveis por todas as bolsas, de sorte que alli o torna o açucar, tão necessário à alimentação, quasi um artigo de luxo.

Presentemente mesmo, se não fora a crise geral, com certeza, com os pequenos stocks os preços seriam outros; mas, o que se verifica é a falta de confiança, o retrahimento, determinando a diminuição das transacções.

Estando assim justificada a nenhuma conveniencia da diminuição da produçao, cumpro ainda ponderar, em favor da preferencia dada ao acordo, que nos mercados internacionais estão instituidos impostos relativos aos premios concedidos pelos países exportadores, o que evidentemente, nullifica em grande parte o resultado do premio, sobretudo porque coloca os productos dos países em que não há premios, em posição relativamente mais vantajosa, e dali a explicação em parte dos resultados mais vantajosos obtidos pelos produtores russos. O delegado ou comissão deverá também submeter a apreciação daquelle Congresso legislativo federal para fazer alguma coisa no sentido de salvar a industria productora do alcohol.

Em conversa que tive com o ilustre membro da Comissão, o meu amigo Sr. José Maria de Andrade, disso que, ao contrario do modo como pensar, ou julgava poderíamos encontrar, mesmo entre nós, o mais largo consumo para o nosso alcohol, se procurassomos utilisá-lo na iluminação publica, pondo de parte, por ora, outras applicações como força motriz, etc., etc.

A applicação do alcohol na iluminação já saiu do campo das experiências para o da

prática, na Europa, e nomeadamente na Alemanha.

Na França começa a ser largamente aplicado, si bem que mais retardadamente do que naquelle país por uma questão apenas de imposto, que só por ultimo a França adoptou.

Permita-se-me uma pequena digressão para melhor salientar o trabalho operado naquelles países. Pelo facto de ser o alcohol grandemente tributado, de que resulta uma receita onorme para os Estados, ora necessário que a parte aplicada a outro uso que não o de bebidas, fosse aliviada do pesado imposto que pagava, do contrario não seria possível o alongamento do seu consumo, mas ali estava justamente a maior dificuldade, porque poder-se-lá dar a fraude para lesar o fisco.

Com efeito, um alcohol destinado à iluminação, e portanto isento de imposto como bebida, em vez de ser aplicado aquello lá, poderia ser vendido para bebida, em detrimento do fisco e sacrifício da industria, que não obtoria melhora no preço por falta de alargamento do consumo. Foi por isso cogitar de desnaturar o alcohol, isto é, torná-lo próprio para o uso como bebida, afim de ter elle o destino desejado, aplicando-se além da iluminação a outras muitas causas; mas o custo do trabalho de desnaturação elevava por sua vez o preço do alcohol, pois era necessário que a desnaturação fosse tal, que tornasse de todo impossível a fraude, ou que o falsificador não pudesse, mesmo por uma distilação fraccionada do alcohol desnaturado, eliminar as matérias empregadas para desnaturá-lo, e de novo o applicasse como bebida.

A Alemanha, talvez, por se preocupar menos do que a França de alguma fraude que pudesse ter lugar, viu alongar-se o consumo de sua produçao de alcohol, apesar de estar apenas em começo a applicação daquelle producto à iluminação e a outras industrias.

Assim é que, não obstante estar estatisticamente provado que a exportação do alcohol

em todos os países productores tem diminuido progressivamente do ultimo anno a esta parte, a Alemanha tem dado consumo ao seu excesso de produção sem exportá-lo, isto porque elle tem sido applicado na fabricação do vinagre, do molteamento, na produção do aquacelamento e principalmente na iluminação.

Para boa inteligência do que se affirma examinem-se as cifras do quadro seguinte :

Ano	Alecol produzido em litros Industriais	Consumo por habitação
1893-1890	1.043.133 litros	1,9
1894-1891	919.063	1,8
1897-1898	880.433	1,6
1891-97	867.158	1,6
1895-1896	808.273	1,5
1894-1895	718.800	1,4
1893-1894	661.394	1,3
1892-1891	696.670	1,2
1891-1892	551.300	1,1
1890-1891	519.104	1,0
1893-1890	531.375	1,1
1895-1894	431.274	0,9

Do exame resulta que a produção tem sido sempre em augmento, que o consumo tem aumentado em consequencia, e que a produção aumentou de 400,000 hectolitros nos tres últimos annos. Comparadas as duas últimas safra, verifica-se que a applicação industrial do alecol abrange 23 % da produção total na safra do 98 a 99, e 21 % na do 97 a 98, convindo notar que o preço do de-naturação aumentou de 3,50 marcos para 4,50 por hectolitros, e, não obstante, está patente o aumento de applicações industriais. Entretanto, o mesmo não acontece em França, onde ainda aíora o governo oferece um premio de 20,00 francos em favor de quem descobrir um desnaturation mais vantijo do que o actual e capaz de dar talas as garantias ao fisco, só bem que já existe, ainda uma lei pelo qual foi aumentado o imposto sobre o alecol destinado ao consumo como bebida e concedido um premio

por hectolitro do alecol de naturação, com o fim de baratear a de naturação, que deve reduzir a 25 centimos de solto e incrementar o consumo por applicação industrial.

Efectivamente, sob este regimen tem sido iniciado um grande movimento nas applicações industriais do alecol, como força motriz, nos automóveis, em motores fixos e na iluminação, para o que têm sido organizadas exposições e certamente nos quais os fabricantes de excellentes tipos de lampadas e máquinas fixas ou móveis têm exposto seus productos com enorme aceitação.

Numa ultima conferencia, feita por Lindet, este mostrou que a applicação do alecol na sua Indústria iria necessariamente aumentar de 247 centímetros cúbicos por habitante quanto era então, numa vez que tinha sido pela ultima vez facilitada a desnaturação do alecol e porque a divisa deveria ser : «A applicação a usos industriais ou aniquilamento da Indústria productora.»

Mas nós não nos achamos no mesmo caso porque, não havendo imposto a pagar sobre litro de alecol produzido, não haverá motivo de ser levado o fisco, e assim nos resta sómente aplicar por ora uma parte do alecol produzido à iluminação, e teremos deste modo encontralo um consumo certamente superior à nossa produção.

Para isto, porém, será necessário que venha o governo geral em auxílio indirecto cercar de probabilidades o de exito n' tentativa.

Será preciso que seja taxada com imposto forte a entrada do kerosene, de modo a determinar a procura do alecol para iluminação; mas este augmento não deve ser exagerado para evitar que o preço do alecol suba demasiadamente e seja o proletariado obrigado a despesar mais do que o razoável com artigo necessário. Ou ainda poderia ser instituída uma especie de tarifa móvel para o kerosene, segundo a qual, o imposto seria maior ou menor em proporção ao preço do alecol.

Por este sistema ou outro semelhante conseguir-se-á preço remunerador para o álcool, sem exploração das classes mais desfavorecidas de moços pecuniários. Além disso precisaria o Congresso Federal diminuir o imposto sobre benzina, de modo a permitir que fosse importada certa quantidade para servir de mistura ao álcool empregado nas lampadas ordinárias, e que não usadas pelas classes pobres.

E' este o meio de reduzir do 90% o gasto de álcool nas lampadas de flama livre adicionando 20 centímetros cúbicos de benzina em 100 centímetros cúbicos de álcool ou 20%.

Quanto nos outros tipos de lampadas, ao alcance das classes mais favorecidas, o álcool só pode ser empregado só, porque nessa classe os indivíduos não se preocupam muito com uma insignificância de aumento de consumo dendo que a luz seja superior à do kerosene; mas, está justamente demonstrado, pelos trabalhos de Sorel e Lindet, que não há aumento do consumo de álcool o que sómente com este se pôde conseguir a luz incandescente, o que não é possível com o kerosene, pelo seu muito mais elevado ponto de ebulição e, portanto, ser muito mais prático e assoldado o uso do álcool do que o do kerosene.

Dopois, si tivessem de ser calculadas as diferenças infinitesimais existentes entre diversos moços de iluminação, certamente não só teria passado do antigo azeite ao kerosene, desto ao gaz carbonico, à iluminação por electriedade, ao acetylene, etc.

O que só procura naturalmente é, em condições iguais de dispêndio, um substituto do kerosene, que seja mais assoldado, mais prático, melhor e, sobretudo, que venha enriquecer o país que encontrará vastíssimo campo para o desenvolvimento da indústria verdadeiramente sua o não artificialmente criada como muitas outras.

E' útil, antes de concluir, indicar alguns tipos de lampadas para álcool. Existem muitos tipos cada qual mais aperfeijoados,

entre os quais citarei a lampada da Sociedade Belga Continental, denominada Regna, a da Sociedade Phobo, a lampada Leconte, e outras mais, parecendo-me, porém, mais aperfeijoadas a da Sociedade Phobo.

Finalmente julgo de toda oportunidade que seja pedida no Congresso Nacional a decretação do sistema de alcoometria ponderável, em vez de volumétrica, como meio de corrigir abusos muito frequentes, sistema que hoje adoptado em todos os países adiantados o que faz termo a multas e repetidas queixas.

PARECER

A Comissão encarregada de dar parecer sobre as conclusões ou melhorias reclamadas na memoria do Sr. Dr. José Maria Carneiro da Cunha, para conjurar a crise da baixa do preço do azeite e em favor da indústria da produção do álcool, vem expor-vos sucintamente sua opinião.

O trabalho do Sr. Dr. José Maria Carneiro da Cunha exprime perfeito conhecimento das necessidades da lavoura da canna e merece nesse apoio que com prazer aqui damos.

De acordo em geral com o seu modo de encarar a crise, discordamos sómente em poucos pontos do modo prático de attendor á necessidade do momento, e por isso examinando cada uma das medidas fazemos nossas observações para dar no fim as conclusões que convém adoptar em benefício da lavoura da canna imediata ou remota-mente.

«I.— Isenção de impostos inter-estadonos.»

Concordando integralmente com a abolição dos impostos inter-estadonos, observaremos, entretanto, que não sendo possível imediatamente aos Estados abrir mão desse fator importante de sua recolta, convém antes adoptar o remedio offeaz, imediato, já proposto nesta seção por um dos signatários do parecer, a saber: «Criação de um imposto estadual na razão de 100 réis por kilo do

«socar branco e 50 réis por kilo de azucar do cér.»

O modo de applicação sera o mesmo proposto.

Desta sorte não só os Estados não fleam privados desta rosota, como obtém-se logo o fim desejado com a abolição dos mesmos impostos.

«Promover o Congresso do Agriculatura um acordo dos produtores para fabricarem determinada quantidade de um tipo para exportação.»

A Comissão está de acordo com esta medida, até porque o tipo será indicado naturalmente pelo o numero de azucar da exportação.

«A Sociedade Nacional do Agriculatura concita o produtor de azucar a constituiram uma associação em arregada de regular a collecção dos produtores.»

A Comissão propõe que seja substituída esta conclusão pela que o Sr. Emmanuel Courret apresentou, por ser mais completa, para a criação de syndicatos agrícolas.

A Comissão julga necessária a adopção das medidas reclamadas em favor da Indústria da fabricação do alcohol.

Portanto propõe que sejam adoptadas as seguintes medidas ou conclusões:

Para conjurar a crise da baixa do preço, Em lugar das medidas I e II a seguinte:

1.º Criação de Imposto estatal para premio do azucar de exportação, conforme a proposta do Sr. E. Courret, apresentada nesta seção.

2.º Promover o Congresso do Agriculatura um acordo dos produtores para fabricarem determinada quantidade de um tipo de azucar para exportação.

Esta medida deve ser proposta no Congresso do Agriculatura para outros Estados produtores de azucar.

3.º Determinar uma comissão de agricultores, consultando os comissários, a quantidade que, durante um tempo determinado, cada agricultor deve produzir para a exportação estrangeira.

4.º Necessidade urgente do governo celebrar tratados de comércio para favorecer a exportação do nosso açucar para os países não productores.

5.º O Governo promove a reunião dum preço de transporte por agua e por terra, nas linhas da navegação e estradas de ferro, para os produtores da lavoura.

6.º A Sociedade Nacional do Agriculatura concilie os produtores de azucar e alcohol a constituiram associações encarregadas de regular a collecção dos produtos.

MEDIDAS A FAVOR DA INDÚSTRIA DA FABRICAÇÃO DO ALCOOL

1.º Taxar imediatamente o kerosene entrado no país, com:

a) Imposto fixo ou;

b) por meio de tarifa móvel para o kerosene conforme o preço do alcohol ;

c) diminuir o imposto sobre a benzina importada ou outro agente que quando no alcohol torno mais barata e melhor a loz ;

d) isentar de direitos de importação as lampadas, candeeiros e material empregado na iluminação ou produção de força motriz por meio do alcohol.

2.º Soltar ao Congresso Federal a decretação do sistema de alcôometria ponderal em substituição da volumétrica.

Rio do Janeiro, 25 de setembro de 1901.

Concordamos,—Francisco M. Sodré Pereira,
—Emmanuel Courret,

MEMÓRIA—A Indústria açucareira no Brasil

O PRÉMIO DO AZUCAR.—SEU PESO.—SEU MECANISMO.—SUAS CONSEQUENCIAS.—SUAS OPORTUNIDADES.

Dr. Augusto Ruyos

Offerem os mais variados aspectos a vida económica dos povos. Quando caminha a produção e o consumo paralelamente se desenvolve, tudo prospera; desde porém que haja um desequilíbrio entre aqueles dois elementos, surgem as perturbações.

A superprodução afoga o produtor, a escassez empobrece o consumidor.

Em ambos os casos, os interessados não se entendem e o intermediário os esfola ganancioso e sem misericórdia.

A prosperidade só se pôde manter com o equilíbrio e este deve constituir o alvo do administrador, o do economista. Um preço médio é a felicidade.

E mil vezes preferível, entretanto, um preço pouco acima do médio, constante, inalterável, do que um estado de oscilações frequentes e accentuadas. O preço excessivamente alto é sempre a vespura da miséria do produtor.

A's vezes a produção não aumenta e no entanto os preços balançam excessivamente.

E que, então, o consumo se restringe, seja porque o consumidor se abastece de outras fontes, seja porque adquire novos hábitos seja em si mesmo porque lhe faltam os recursos habituais e é forçado a entrar no regime de penuria.

O Brasil está neste último caso, em relação ao açúcar.

Não temos propriamente excesso de produção; o que se vê é a limitação do consumo, porque a baixa do café, motivada pela sua superprodução, reduziu a fortuna pública, diminuindo todas as rendas.

Com o retrahimento do consumo, o artigo superabunda no país, e só há um meio de aliviar a situação, sem liquidar de vez o produtor: é atirá-lo sobre os mercados estrangeiros.

Para conseguí-lo, não conheço senão um agente: é o premio de exportação.

Premiando o nosso açúcar, ele busca forçosamente o mercado consumidor porque é só com essa condição que nós tornamos efectivo o premio.

Presontemente o açúcar exportado deixa, no porto de embarque, 9\$ ao remetente por sacca de 60 kilos. Como ele obtém ainda 10\$ no mercado nacional, é evidente que ali procurará permanecer e virá contribuir para a baixa. Se lhe dermos um premio de

6\$, com a condição de sair do país, ello imediatamente, deixará o porto, porque conseguirá apurar 15\$000.

As remessas se repartirão enquanto houver vantagem na exportação.

Mas o consumidor nacional não pôde preverindir do açúcar e só encontrará um meio de o reter: é pagá-lo a 10\$000.

Logo, em todo o país os preços subirão de 6\$ a sacca ou 10\$ réis por kilo.

Ora, é evidente que, para obter um tal resultado, bastará fazer exportar apenas uma parte do açúcar produzido, porquanto as necessidades do consumidor nacional, embora diminuídas, exigem um mínimo que não pôde ser reduzido; por conseguinte o total do premio a pagar é relativamente pouco avultado.

Em o nosso caso, não podemos consumir menos de tres milhões de sacas; e como a produção total é de cinco milhões, ou 300.000 toneladas, é intuitivo que teremos que exportar dois milhões.

Concedendo um premio de 100 réis por kilo ou 6\$ por sacca, teremos de despendere, para toda a exportação, 12 mil contos de premios.

Para resumir essa quantia será necessário que cada produtor contribua com 40 réis por kilo ou 2\$400 por sacca de açúcar fabricado. Ora, já vimos que em todo o país os preços flaram elevados de 100 réis por kilo ou 6\$ por sacca; logo o produtor terá imediatamente um lucro igual à diferença; isto é, de 3\$000 por sacca.

Quem é que paga o premio?

Fica demonstrado que a concessão do premio se traduz em uma elevação geral do preço do açúcar em todo o país, logo é todo o Brasil, não todos os consumidores que o pagam e é por meio da alta do preço do artigo que os engenhos se indemnizam da quantia que lhes é cobrada por ocasião da fabricação.

É evidente que o lucro do produtor seria muito mais avultado se fosse maior o premio concedido.

Se, por exemplo, a fabricar pagarem 110 réis por kilo e concede em um premio de 20 réis, os lucros não seriam inferiores a 7\$ por saca, em relação aos preços actuais.

Se o caminho melhorar, os productores terão conveniencia em levantar o premio fim do melhor inter com os seus competidores, nos mercados estrangeiros.

O premio da exportação tem um poder irrestrito no universo.

Nos mercados estrangeiros elle vai deslojar os varejares já ali afreguezados que não estiverem apoiados em um baixo custo de produção, e, de modo, provoca o alimento arábica, tornando-se um elemento comercial da primeira ordem.

No interior elle atraiu para os portos de exportação o alugar de toda a parte, produzindo uma ação pronunciada, num certo vacuo que, para ser prevenido se traduz em uma alta movimentação do producto, até restabelecer o um justo equilíbrio entre os preços do produção e do consumo. O premio domina como soberano regulador do mercado.

A applicação do premio da exportação traz consequencias da natureza industrial e económica.

Para a industria, elle representa muitas vezes a salvação, como na hora presente. Chama em socorro do productor agonizante, o concurso, pequeno, sem sacrifício, de todos os consumidores, concurso que ao mesmo tempo que ampara o productor, garante, para o futuro, a existencia da industria, o defendendo todas as classes contra uma ulterior extinção do producto.

E' essa mesma função protectora que traduz a influencia económica do premio. No estrangeiro é uma arma do combate e da propaganda; no interior é um elemento igualitário, equitativo e conservador. É um arreio e uma couraça e traz sempre no topo, sujeitando aos olhos commerciares do mundo interno, o pavilhão vigoro da patria.

Arma formidável, o premio pode redundar em um abuso.

Se armaria o Brasil no exterior erosionando imposto interno de 1\$ por kilo e um premio de 1\$400, os mercados estrangeiros teriam de abrir alas, mas o consumidor naciona ver-se-ia em difficultade.

O consumo interno se restringiria e o artifício cairia aílal por terra, mas não sem ter provocado sérias perturbações.

Contra o premio, porém, existem duas armas invencíveis: — no exterior, o fechamento dos mercados por meio dos impostos de compensação, — no interior, o abaixamento do imposto de importação.

Baixasse o de imposto a 800 réis o kilo e por mais alto que estivesse o preço do assucar, na occasião, a baixa até aquello nível seria imediata porque seriamos inválidos de choque pela produção estrangeira que anda à espreita de todos os mercados.

Felizmente é o Governo Federal o arbitro da situação.

—
O emprego judicioso, moderado, intelligente do premio traduz-se sempre nos mais altos benefícios.

Sem importar no malo levo sacrifício, para o consumidor, o premio lhe assegura, no entanto, por um preço acessível a todos o perfeitamente equitativo, o não de um género da primeira necessidade.

Contributo decisivo para abrigar o paiz das fluctuações bruscas e consideráveis dos mercados, transformando o caminho tortuoso e difficult em que, entre nós, a todo momento se chocam e se aggridem a oferta e a procura, em uma estrada ampla e rectilínea onde a vontade e um harmonia se encontram o productor e o consumidor, disputando os reciprocos interesses, sem os risos de uma ciúma, sem o receio do mal atropelo.

Para a industria, um premio razoável, que em grande parte a elle revertesse com a clausula de ser aplicado no aperfeiçoamento

dos seus orgãos, seria de vantagens inestimáveis.

Viria, como aconteceu na Europa, preparar-lhe um alto grão de prosperidade, habilitando-a a lutar vantajosamente com os seus competidores e determinando um abalhamento geral no custo da produção do assucar, um benefício de toda a nação.

Em momentos críticos o prémio pôde salvar a indústria do um mal-entendido desastre, levando-a a buscar no estrangeiro, o dinheiro que não encontra no país o do qual não pôde prescindir, sob pena de morte (como agora nos acontece), assim de não deixar parecer os cannavineiros que lho asseguram a matéria prima e fazer face às despezas das fábricas que lho garantem a subsistência.

No Brasil, um prémio de 10 a 200 réis por kilo, me parece extremamente moderado. Não importaria no mais leve sacrifício para ninguém o proporcionaria ao produtor uma remuneração modesta, suficiente apenas para garantir a existência da indústria.

A aplicação do prémio já devia ter sido feita há mais tempo; ninguém poderá contestar que, se ele tivesse vigorado na safra próxima passada, alguns dos grandes Estados do Norte não estariam se debatendo nas garras immisericordosas da crise que nos opprime.

No estrangeiro, teríamos lido buscar dinheiro em troca do nosso assucar, em vez da o termos deixado perder-se nos cannavineiros já formados à custa de muito trabalho, ou no silêncio das usinas, montadas à custa de tanto sacrifício e à sombra das mais justificadas esperanças.

Não veríamos agora, pelo retrailimento do consumo, na época em que devem abrir as portas às usinas do Pernambuco, do Alagoas, do Sergipe, do Parahyba, do Maranhão, da Bahia, de metade do Brasil, emfim, formentar, apoderar, no fundo dos armazéns o fruto da tanto esforço, o pão de tantos brasileiros, quando no entanto o esfumos offerecendo por muito menos do que nos custam, e por um preço que ninguém encontra, em parte alguma do mundo.

E, depois da safra, o que é que nos estará reservado?

Reflitam bem os interessados e não percam um dia, não hesitem: o prémio imediato ou o suicídio.

Augusto Ramos, Ionto da Escola Politécnica de S. Paulo.

Exposição feita porante a Comissão do Congresso do Lavoura, Comércio e Propaganda de Assucar e seus produtos pelo delegado da lavoura de Campos, Emmanuel Courset, em 21 de setembro de 1901.

SR. PRESIDENTE

Encarregado pela lavoura campista da representação no Congresso de Agricultura, venho submeter por escríptio a V. Ex. a exposição oral que fiz sobre os meios que se me afiguram mais acertados, assim não só de conjurar a crise actual que ameaça aniquilar nossa lavoura, como também dar-lhe os meios de encarar do fronte o futuro e contribuir com o resultado do seu trabalho para o progresso de nossa terra.

Para fazer-vos conhecer os antos explicar que as razões que me levaram a considerar que o projecto ora apresentado é o unico que em virtude do estado do país é capaz de resolver a crise, por não podermos contar com auxílio directo do governo federal, ou estadual, devo remontar a mezes passados, ainda ao tempo em que o assucar dava o preço compensador, isto é 600 rs. o kilo.

Os preços elevados da então causaram-me apprehensões, por julgar que uma reacção para a baixa ora porque o lavrador contando com lucros extraordinarios, aumentava as plantações com gastos excessivos.

A lavoura actual, Sr. Presidente, é orlunda da lavoura feita pelo braço escravo, e bem poucos são os lavradores que poderão libertar-se da rotina improvidente a que os havia acostumado esse modo de trabalho. Eu creio absolutamente no futuro da lavoura de canna no Brazil e estou convencido de que no

dia em que ella for praticada com os combate-
mentos científicos, no dia em que o fabrico se
fiz e com as máquinas que existem mais aper-
feiçoadas, o assucar do canav do Brazil irá
concorrer com vantagem nos mercados dos
países da Europa que procurem o artigo,
esta Indústria é assistida por prémios e fa-
vor e governamentais. Para chegarmos a
esse fim o preço não só auxiliar de prompto a
nossa laboura que agorisa como conhecê-lo
e instalar de gradual, mas seguramente operar
as transformações precias.

Antes de fixar a linha atenção nas medidas
suggeridas no presente projeto, e talvez outros
que submetto à votação apreciação, porém que
não derão resultados esperados.

Em meado do anno passado, creio que em
Julho ou agosto, preocupando-me o modo
porque começava a operar-se no mercado de
assucar para levá-lo a balxa, convoquei
uma reunião de meus collegas na laboura e
expuz-lhes a manobra pela qual os grandes
compradores da Capital premiavam a balxa
em proveito próprio. Dovo explicar, Sr. Pres-
idente, o modo por que se fazem as vendas do
nosso assucar na praça do Rio do Janeiro
para a facil comprehensão da manobra dos
balxistas.

Contra o conhecimento do assucar que en-
viámos aos comissários nacionais 70 % da
importância dos preços da occasião, pagando
a esses comissários, além da comissão de
5 %, mais 2 % sobre tres meses, juros de 9 a
10 % pelos allanamentos feitos até a pro-
stação da conta de ronla que ás vezes é bas-
tante retardada, o ainda carregam, arma-
zonagem, seguro, sellos de contas.

Dizia eu, na reunião, que os balxistas ope-
ravam por este modo: vendido o assucar
pelo comissário a 500 rs. o kílio, deduzidas
as despezas, o assucar dava ao productor
cerca de 40 rs. o kílio. Mandavam elles os
comissários a Campos, milhares de dinheiros e 14
compravam o assucar a 400 até 420 rs., como
não havia comissário o outras despezas da
consigação, e o produto leva-lhes na Ca-
pital por menos da quo o preço estabelecido

pelo comissário, cerca de 40 a 50 rs. Do
porto de o genero, com folga de alguns dias
para a nova compra, dirigiam-se aos nos-
os intermediarios, oferecendo-lhes menos 40 a
50 rs. O comissário com recôlo de não po-
der vender a mercadoria, cedia, avisando ao
productor da balxa sobrevida. O comprador
voltava do novo a Campos, a comprar genero
por menos do quo o preço do Rio, e as-
sim conseguia reduzir o preço a 240 a 250
rs.

Na reunião a quo acima aliadíi me con-
selhava aos meus amigos que não vendessem
a esse compradores nião com aumento de
1.000 a 2.000 rs. o saco nem dos preços da
Capital; não foi seguido este conselho, porque
um dos nossos collegas, que também é com-
merclante, propôz nessa occasião, da parte
do sua poderosa firma, estrangolar estabu-
leida no Rio do Janeiro, não só a cunhão
da balxa como a fixação do preço de 800 rs.
o kílio durante tres meses.

Aos espíritos mais esclarecidos afigurou-se
logo que essa promessa era illusória, porém
ella cederia a maioria dos interessados que
não cogitaram nisso de outros meios de defesa.
Não se tendo realizado essa promessa, a nossa
situação tornou-se mais precaria por paten-
toar a nossa fraqueza. No entanto como os
preços nela continuaram regulares, com
esperança de melhora, a laboura continuou
no seu apan. Em setembro, porém, desse
mesmo anno e em consequência da crise il-
lustrou que combatia a maioría dos bancos
e também antiquíssimas e honradas firmas
commerciais, a crise da laboura do cana-
tocou o seu auge.

Com o desaparecimento das duas impor-
tantes casas comerciais, a Companhia Cen-
tral e Comércio Nacional, cessou a defesa dos
nossos interesses, e os poucos comissários
que subsistiram, recusavam-se a receber noi-
sos, allegando não terem compradores,
não poderem fazer mais os allanamentos do
costume. Como, porém, o lavrador havia de
viver, pagar operários e solver compromissos,
não dispondo dos recursos ordinários fornecidos

eldos pelo commissario, viu-se na dura urgencia de entregar ao seu credor assinar um logar de moeda corrente e por preços vls. O resultado desto modo de operar foi que em logar do oito ou dez vendedores que havia no mercado do Rio de Janeiro, houve 30 ou 40 precisando dispor do genero, como é facil prover; dahi resultou a aviltação do valor do genero, que já não chegava para pagar o custo do fabrico.

Foi dobaixo do triste estudo quo acabo de expor quo se intencionava a safra desto anno. O desanimo era immenso e a população exemplar estava aterrada diante da situação quo não parecia facil de ser melhorada por pordurarem todos os effetos quo a originaram.

Foi nessa occasião que algumas amigos quo me distinguem com a sua confiança o conhecem a minha dedicação pela laboura, encarregaram-me de procurar um melo, cujos effetos immedios permitissem ao lavrador ao menos aproveitar as canhas. A minha opinião na occasião ora quo o unico melo de defesa consistia em fortalecer o commissario armando-o com elementos quo lhe permittissem resistir por algum tempo ás tentativas dos compradores quo, seja dito do passagem, eram os nucleos quo lucravam com essa situação, visto quo cinqüanto pagavam um preço insimo pelo genero quo nos compravam e revendiam por preço elevado ao consumidor. Eses elementos consistiam na dilatação dos prazos dos saques que contra elles teríamos de fazer. Tal concessão tornava-se penosissima para a laboura, porque além de concederem prazo dilatado, ella não encontrava sino com muita dificuldade e a juros ruinosos desconto para seus saques.

Urgidos pela necessidade, os meus collegas derão-me carta branca para resolver como melhor podesse no interesse da classe. Nessa occasião já havia germinado em meu espirito o plano do projecto quo ora exponho e cuja execução devia adiar para mais tarde, visto quo o seu resultado era demorado e a laboura precisava de recursos immediatos.

Em virtude dessa commissão vim a esta

capital e reuni os commissarios do então, perguntando-lhes se poderiam acudir com ellecia à laboura do Campos, si ella concedesse prazo mais dilatado para o fornecimento do dinheiro. Depois de diversas conferencias declararam-se dispostos a nos ajudarem os Srs. Walter Block & Comp., Albano de Castro, Companhia Alliança Mercantil, M. Maia, Carlos Rorbi e Lourenço Cavaleante, faltando a annuencia da Irmão Th. Wille C. quo não haviam comparecido e quo procurada por mim mais tarde recusou-se a entrar em acordo com os outros collegas, declarando-me que só tomaria o compromisso de cooperar para a alta, si todos os productores de assinar, do Estado, lhos mandasseom o seu assinar a consignação. Recusei por diversas razões anular a proposta do Sr. Th. Wille & Comp., sendo a principal não me julgar autorizado a tomar compromisso dessa ordem e também por não julgar possivel ou elleiaz a defesa dos nossos interesses com um só commissario ou vendedor, excepto si fosse directamente o lavrador ou seu associado.

Em vista da recusa dos Srs. Th. Wille & Comp. os demais commissarios declararam-se impotentes para a resistencia, visto a falta de união da classe.

Foi então, Sr. Presidente, quo tive a idéa de impetrar do Governo Federal recursos pecuniarios para auxiliar a laboura, e exposta esta idéa aos commissarios elles me declararam quo, obtido esse auxilio, podiam prescindir do concurso da casa do Th. Wille & Comp.

Por essa occasião já estava amadurecido em meu espirito o plano quo tive de expor, e com o nobre deputado pelo Estado do Rio, o Ilustre Sr. Dr. Nilo Peçanha, procurei logo no seguinte dia o Sr. Ministro da Fazenda.

Em caminho para o Tesouro Federal declarei ao Sr. Dr. Nilo Peçanha quo desistia de expor o meu plano ao Sr. Ministro, porque havia urgencia em obter o auxilio do Tesouro. O Sr. Dr. Nilo não tinha esperança de quo o Sr. Ministro concedesse auxilio

em dinheiro, porém como Campista me aconselhava a lutar por este favor com o Ex. Recebido pelo Dr. J. Murtinho que o dirigiu ouvir a minha explicação, a qual opoz objecção que tive a fidelidade do de fazer, Sr. Ex. terminou o interrogatório que com o Tesouro não corría risco de perda de dinheiro, a Fazenda encontraria auxílio da parte do governo e para o fim entendeu-se com a diretoria do Banco da R. punitiva.

A vista de se promover, proutou com dono e ministro delegado e pelo collega ter uma entrevista com o Sr. Dr. Chateio de Melchior no Banco da República e ficou combinado que o Banco emprestaria sob exigência de assinar deputado em trapiche a 5% do valor do gênero no mercado. Foi o acordo feito nessas condições que se denominou *Convenio Arrosto de Campista*, para reduzir a baixa do preço, surtindo imediatamente efeito, elevando-se o preço que era então de 20 a 250 a 300 e 350 reis.

O que se havia conseguido não era, não um recurso de momento ou o inicio de nova orientação a que devia obedecer a Fazenda da canna.

Os interessados na baixa, vendo-se ameaçados pelo *Convenio Campista*, puseram-se em campo e aproveitaram-se da falta de recursos com que davam muitos lavradores, estes que na vez para recusavam qualquer auxílio, ofereceram ao produtor adiantar-lhes 70% ou mais em moeda e de pronto, com o fim de romper o convênio; o inselimento numa parte dos lavradores acertando essa ofensa deu cana a desfazer-se o convênio e levar a Fazenda rotulada as condições anteriores, fixando de novo o assucré.

Foi então que com o último recurso para a ação do preço, tratou-se da exportação para o exterior de uma quantidade de novo assucré que já nem ocorrera se acumulava em nossos mercados.

Era a exportação, que só se faria com sacrifício, visto que o preço do exterior era inferior ao do enxto, e foi abraçada por uma

parte dos fabricantes, que, por motivos que não vêm a propósito mencionar nesta exposição, deixava de efectuar-se a exportação.

Vendo baixados todos os intentos, cogitados os recursos para que os melros suggeridos item aitem o a maior em preço que permitisse em seu fabrico, convenceu-me de que só o modo adoptado por quasi todos os países que produzem a cana poderia não produzir sua valorização imediata como também a cutar de vez as bases para a organização completa da Fazenda e fabricação da cana de cana.

Antes, porém, de elaborar o seu projecto fiz uma viagem às Repúblicas do Prata, afim de ver se havia possibilidade de renovar-se, especialmente com a República do Uruguai, o comércio de produtos de nossa Fazenda, especializando o assucré, de que em outros tempos aquello país foi um grande consumidor. A resolução dessa viagem foi motivada pela leitura de uma *Varia do Jornal do Commercio*, a qual se referia a uma renúncia que houve na Sociedade Nacional da Agriculura.

O ministro Presidente daquella república fará entrever a possibilidade da renovação desse comércio, e tendo informações anteriores por intermédio de nossos agentes consulares de que o assucré do Brasil não podia concorrer com o da Argentina em tanta medida resolvi ir pessoalmente estudar allá o que tão, por me terem parecido insuficientes os dados obtidos. As pessoas, aí as foram numerosas, em Montevideo, com as quais tive a ventura de travar relações, declararam-me que muito desejavam ver o seu país comérciar com o nosso, mas parecia-lhes impossível actualmente recuperarem assucré do Brasil, porque a Argentina que também produzia assucré de cana, premiando os seus assucrareiros de exportação com 1,60 pesos por 10 kilos, arrodava daquele modo todo o produto que não gozasse do igual favor ou prémio. A República Argentina assim como a França, Áustria, Alemanha, Bélgica e outros países offre-

etivamente cobrando Imposto Interno do consumo sobre a totalidade do assucar produzido, todos dão, se bem me lembro, premio para a exportação da 4^a parte de sua produção, o é isso o malo que actualmente entre nós salvará a laboura da canna agonisante e lhe inculará forças para reerguer-se vigorosamente e contribuir poderosamente para a riqueza e prosperidade do paiz.

Encaremos seriamente a nossa situação.

A produção do todo o Brazil é calculada approximadamente nesta safra em 5 milhões de sacos de assucar ou 300,000 toneladas, sendo 2,000,000 de sacos ou 120,000 toneladas de assucar branco, e 3,000,000 ou 180,000 toneladas de assucar de cér.

A nossa situação angustiosa exige remedio adequado à constituição da Indústria e específico. Eis aqui esse remedio. Proponho, para adoptarmos o régimen do premo o unico que poderá debellar a crise em que a laboura agonist, que cada Estado, productor do assucar, crê sobre todo o assucar produzido um imposto para exportação com applicação especial e exclusiva, a razão de 100 reis por kilo de assucar, de crystal branco e 50 reis por kilo de assucar de cér o que dê como premio de exportação 6\$000 reis por saco de assucar até o total de 2,000,000 de sacos ou 120,000 toneladas.

Calculo que o produto do imposto attingirá a 21 mil contos de reis e será empregado a saber: 12,000 contos no maximo em premios de exportação, e o restante, deduzidas as despezas de arrecadação, e a importancia do imposto estadual consignado no orçamento da receita, em fundação das usinas aperfeiçoadas e no melhoramento da cultura da canna do assucar e ensino agrícola como os representantes da laboura dos Campos terão occasião de propor.

A criação do imposto, cobrança, applicação serão reguladas pelos Estados, guardada a harmonia em suas disposições principaes, para manter-se em todos os Estados o seu e plano económico e industrial.

Alguns Ilustres Brasileiros que têm se ocupado da questão objectaram-me que a America do Norte, por exemplo, será contraria a esses premios. Além de não atingir a razão disso ou não vejo outro meio de atender radicalmente as nossas necessidades, e posso ainda oppor a essa opinião que, quer premiados ou não, a America do Norte que não consumirá os nossos assucares, o tendo já franqueado os assucares do Porto Rico e Hawal, também franqueará os da Cuba e não nos será favorável, tal é a opinião corrente ali, como verás de uma carta que vou ler o ponho à vossa disposição, por mim recebida de um importante negociante de Nova York, no qual mandei ha mezes quantiosa amostra do nosso assucar. Diz a carta que a America não receberá assucar de outro qualquier paiz logo que esteja organizado e completo o trabalho em Cuba.

O Imposto não visa a crear monopolio e nem causar a elevação exagerada dos preços, ello tem por fim tão somente garantir a estabilidade de um preço remunerador no mercado interior, permitindo dessa forma ao lavorador contar com valores certos, embora variáveis, para o ensteamento da fábrica e para calcular com a possível aproximação suas despezas e satisfazer seus compromissos nos prazos e nas condições estipuladas. E' preciso, sustentar o seu crédito desemponhando-o com regularidade e puntualidade.

O plano que acabei de esboçar não só encerra um beneficio real para a laboura sem prejudicar as rendas dos Estados, como também firmará o credito e robustecerá a organização da laboura. Aceito e executado o projecto proposto, não está resolvido todo o problema da laboura; é preciso tambem transformar o sistema de vendas ou comércio do assucar nas praças do Brazil.

Os commissarios tais quais existem não nos prestam mais os serviços que os tornavam necessarios. A situação em que se acham os principaes compradores, por serem poucos em relação à importâcia da praça do Rio de Ja-

uelho, ou coloca na posição de impor aos colonizadores que pensem viver a cobraria do tributo, pregar prejudicando inteiramente os productores e que são a ruína da Indústria açucareira.

E' necessario a criação do eixo, embora com alguns dos actores comunista, para a venda do assucar e do álcool, organizados, tendo por base a associação de interesses ou reunião de estabelecimentos entre vendedores e produtores, aprovando-se para esta nova organização o auxilio com que o Governo da União socorro à Lavoura pondo a disposição della por meio da canção por depósito do gênero, avultada somma, como tive o prazer de dizer-vos. Esta lida fala apenas embogaçada, porque é a associação dos lavradores que cabe dar-lhe desenvolvimento e aplicação no plano geral da reorganização agrícola e industrial de nosso país.

As conclusões com que me compro encorajar esta exposição vos serão apresentadas como vós disser, pelos representantes da Lavoura composta no Congresso do Agrícola. Estas conclusões conterão todas as medidas que a lavoura do Campo reclama. — Emmanuel Conret.

MEDIDAS PROPOSTAS E REQUERIDAS COMO

Conclui-se a Exposição sobre o meio imediato de conjurar a crise, melhorando as condições actuais do mercado do assucar da cultura da cana e fabrício desse produto.

1. Criação de um imposto estadual na razão de 100 réis por kilo de assucar branco e 50 réis por kilo de assucar do eixo.

O produto desse imposto será aplicado exclusivamente:

a) Como prêmio ao assucar exportado para o exterior do Brasil até 2/5 da produção total e a razão de 6\$600 por saco de 50 kilos de assucar;

b) A despesa do arrependimento;

c) A Indemnizar o estado da importação do Imposto de exportação ora estabelecido.

Serão abolidos quaisquer outros impostos sobre o assucar.

d) Ao melhoramento da cultura da cana e à criação da fábrica de extração a vaporizada, sob a direcção de syndicatos agrícolas ou de uma comissão dos agricultores do esculha do seus colegas.

II. Convenio ou associação dos fabricantes de assucar e álcool para regular a venda e colheita de aos produtores por meio de casas especiais nas respectivas prazas.

Rio do Janeiro, 21 de setembro de 1901,
— Emmanuel Conret.

CRIAÇÃO DE SYNDICATOS AGRÍCOLAS

Importa organizar syndicatos agrícolas *ad instar* dos existentes em outros países, devendo ser constituídos por fabricantes, lavradores, plantadores, jornaleiros, operários agrícolas e comerciantes.

Os syndicatos terão por fim a organização industrial da lavoura, seu desenvolvimento e seus melhoramentos, e a defesa de seus interesses, conforme as condições especiais de cada município, e promover o mundo agrícola e fabril, teórico e pratico, e exposições de produtos e instrumentos da cultura.

Rio do Janeiro, 23 de setembro de 1901,
— Emmanuel Conret.

ENSINO AGRÍCOLA

Urge promover a criação de escolas agrícolas, modestas, experimentais, para o ensino distrital, teórico e pratico da cultura, e do preparo, extração e fabricação do assucar e seus congêneres.

Estas escolas terão dois professores, sendo um de agricultura teórica e prática, e outro chimico, da fabricação do assucar e seus congêneres.

As escolas serão fundadas e manifadas com uma quota tirada do producto do imposto criado para prêmio de exportação do assucar e por meio da subscrição do Estado e contribuições dos municípios e dos particulares; e ficarão sob a direcção de uma comissão do

agricultores, organizados ou não os syndicatos agrícolas.

Rio do Janeiro, 23 de setembro de 1901.
— Emmanuel Couret.

PARECER

A Comissão nomeada para dar parecer sobre as medidas sugeridas pelo Sr. E. Couret concorda com elas.

1º Para conjurar a crise actual, melhorando as condições do mercado do açucar, da cultura da canna e fábrico desse producto;

2º Para o estabelecimento do ensino agrícola;

3º Para a criação dos syndicatos agrícolas, entende que devem ser adoptadas, em virtude de sua evidente e urgente necessidade, como ficou demonstrado cabalmente na exposição feita pelo Sr. Couret perante esta secção.

Portanto passa a formulá-las assim de que sejam submetidas à discussão e aprovação desta secção:

I

MEIO IMEDIATO DE CONJURAR A CRISE, MELHORANDO AS CONDIÇÕES ACTUAIS DO MERCADO DE ASSUCAR, DA CULTURA DE CANNA E FÁBRICO DESSE PRODUTO.

1º Criação de um imposto estadual na razão de 100 réis por kilo de açucar branco e 50 réis por kilo de açucar de cér.

O producto deste imposto será aplicado exclusivamente:

a) como prémio ao açucar exportado para o exterior do Brasil até 2/5 da produção total e à razão de 6\$000 por sacco de 60 kilos de açucar;

b) A despesa de arrecadação;

c) A indemnizar o Estado a importância do imposto de exportação ora estabelecido, ficando abolidos quaisquer outros impostos sobre o açucar;

d) Ao melhoramento da cultura da canna e à criação de fábricas de extração a vapor selada, sob a direcção de syndicatos agrícolas ou de uma comissão de agricultores do conselho de seus colegas.

2º Convenio ou associação dos fabricantes de açucar e álcool para regular a venda e collocação desses produtos por meio de casas especiais nas respectivas praças.

II

ENSINO AGRÍCOLA

Urge promover a criação de escolas agrícolas, modestas, experimentais, para o ensino distrital, teórico e prático da cultura e do preparo, extração e fabricação do açucar e seus congeneres.

Estas escolas terão dois professores, sendo um de agricultura teórica e prática e outro, químico, de fabricação do açucar e seus congeneres.

As escolas serão fundadas e mantidas com uma quota tirada do producto do imposto criado para prémio de exportação do açucar, e por meio de subvenção do Estado e contribuições dos municípios e dos particulares, e ficarão sob a direcção de uma associação de agricultores, estojam ou não organizados syndicatos agrícolas.

III

CREAÇÃO DE SYNDICATOS AGRÍCOLAS

Importa organizar quanto antes syndicatos agrícolas *ad instar* dos existentes em outros países, devendo ser constituídos por fabricantes, lavradores, plantadores, jornaldeiros, operários agrícolas e comerciantes.

Os syndicatos terão por fim a organização industrial da lavoura, seu desenvolvimento e seus melhoramentos, e a defesa de seus interesses conforme as condições especiais de cada município, e promover o ensino agrícola e fabril, teórico e prático, e exposições de produtos e instrumentos de cultura.

Rio do Janeiro, 25 de setembro de 1901.

Concordamos.— Dr. Francisco Portella.— Jodo Antonio Tavares.— Herculano Bandeira de Mello.

Proponho as seguintes emendas à 1ª parte das conclusões do trabalho do Sr. E. Couret:

Em vez de — « Um imposto estadual do

100 réis por kilo de azeite branco e 50 réis por kilo de azeite ar do cor, diga-se:

Um imposto é igual na razão de 70 réis por kilo do azeite fabricado.

Azeite conto-se:

c) Ao aperfeiçoamento da indústria, sob a direção do governo, por meio de premios a fábricas de usina de azeite aperfeiçoadas, de capacidade máxima de 6 toneladas de azeite por dia de 16 horas.

Sala das comissões, 27 — 9 — 1901. — Augusto Ramos.

Ementa à proposta do Sr. Emmanuel Courret:

Art. 1º Onde se diz «criação de um Imposto estatal» diga-se:

Criação de um Imposto estatal de fabricação, colhendo as respectivas fábricas.

Rolagem a dinar d' do seguinte modo:

d) Ao aperfeiçoamento da indústria do azeite, tanto na parte cultural como na industrial e comércial, à criação de escolas agrícolas e à constituição de syndicatos agrícolas que zelam pelos interesses da classe em todos os suas manifestações.

Sala das comissões, 28 de setembro de 1901.

— Dr. Francisco Portella. — E. Jacy Monteiro. — Augusto Ramos.

Ementa à proposta E. Courret:

II

ENSINO AGRÍCOLA

Divulgação da instrução agrícola e profissional e encorajamento prático.

Rio, 28 de setembro de 1901. — E. Jacy Monteiro.

MEMÓRIA — A Indústria azeiteira no Brasil

Dr. Augusto RAMOS

I

Nenhuma indústria brasileira merece, na hora presente, maiores cuidados e mais desvelada atenção, do que a do azeite, quer por parte dos que dirigem a alta administração do país, quer dos que estudam a sua

-5-

economia e quejam contribuir para o melioramento dos seus enormes embarques netos.

Representa o café, em dúvida, maior valor intrínseco na riqueza nacional e ninguém lhe poderá recusar o lugar de arbitro supremo e indicativo na hierarquia económica dos nossos productos, pois, se do choque nos fatos, o Brasil ver-se-á arrastado à posição do último mundo dos artigos mais indispensáveis às suas primeiras necessidades.

No entanto, sob o ponto de vista mais elevado, mais nacional mesmo, se não permittem a expressão, o assucar oferece uma influência mais collectiva, pois interior, *de um modo directo*, pela área considerável onde pode ser produzido, o bem-estar e a fortuna de maior numero de nossos habitantes.

Um outro motivo existe que deve atraí-lo para o assucar os desvelos dos que tem a obrigação de orientar o trabalho nacional e de o amparar nos seus desfalecimentos, roendo-o de meios que lhe provinham e lhe suavizam as crises.

Esse motivo decorre da diferença capital que existe entre o modo de produção do café e do assucar. A importância da produção do café responde principalmente na parte cultural; a do assucar responde, em essencia, na parte industrial, e como a cultura do café só faz proveitosamente mesmo com processos rudimentares, tradicionais, o seu éxito depende quasi que exclusivamente da natureza do solo e do trabalho braçal (admitindo que elle se faça em zonas apropiadas).

A do assucar, ao contrário, depende, para ser proveitosa, do preparo intelectual dos seus directores e da perfeição dos apparatus em ação, isto é, de dotos que só pelo estudo se adquirem e de instrumentos que só no estrangeiro se encontram e continuamente se aperfeiçoam.

Esses elementos discordantes, no passo que facilitam extraordinariamente a produção cafeeira, cumulam de dificuldades a in-

dustria do assucar e a tecem trazido de muitos annos atrasada.

Acrece ainda quo nós temos, por assim dizer, o monopólio do café e, na luta universal, é quasi sómente a parte commercial que nos preocupa, tendo por objectivo principal arredar os intermediários e os obstaculos aduaneiros affir do, mais intimamente, nos approximarmos dos consumidores.

Com o assucar, além de todas essas difficultades a vencer, proclamam faltar com formidaveis concurrentes quo, no lado dos inoxgotaveis recursos de que dispõem, conseguiram uma organização incomparavel quer sob o ponto de vista da direcção, quer em relação aos elementos estatisticos de provisão mathematica com quo entram em accão.

Quando baixam os preços do café, somos nós quo determinamos esse phenomono com o excesso da nossa produçao, somos victimas do nossa pujança productiva.

No entanto agora que vendemos o nosso açucar por um preço inúnea visto, existem ainda grandes mercados internacionaes quo se abastecem com açucar que não é nosso e da onde nos vemos arredados por numerosos concurrentes que fabricam um producto melhor e mais barato do que o nosso.

Somos esmagados pola nossa fraqueza industrial.

Mas essa situação pôde ser melhorada por um conjunto de medidas quo vamos tentar indicar. Para agirmos com segurança, porém, será necessário fazer o estudo alá repleto de ensinamentos, da industria açucareira nos principaes países productores e examinar om seguida os elementos de combate com quo possamos contar na luta formidável em que se acham empenhados quasi todos os povos do mundo civilizado.

II

Na luta pela conquista dos mercados acham-se, ha muito, fronte a fronte, o açucar de cana e o açucar de beterraba.

A fabricação apropriadável do açucar de beterraba data dos tempos napoleonicos e, até ha pouco tempo, localizou-se sempre na Europa continental.

O açucar de cana é muito mais antigo e tem sido cultivado principalmente na America, na Asia e na Africa.

Na Europa é a Alemanha o maior paiz açucareiro e essa industria, já adiantada ali, em 1870, tornou, desse anno out d'ante, um incremento fabuloso, aprofundando-se simultaneamente a parte cultural, a fabricação dos apparelhos e os processos de fabricação.

A Austria, a França, a Belgica e a Russia constituem outros tantos centros productores de primeira ordem, dotados dos elementos mais adiantados da industria.

A França, por muito tempo estacionarla e rotineira, recusou-se a seguir os progressos do seu rival, conservan-lo-se até ha poucos annos em lamentavel atraso, cuja responsabilidade cabe em parte aos seus legisladores. E' assim quo só se resolveu abandonar as covadeiras e práticas quando se viu esmagada pela Alemanha coberta de fabricas trabalhando pela diffusão. E' assim ainda que só ultimamente está adoptando as bombas de ar seco e os condensadores barometricos, de uso corrente na Alemanha ha mais de 30 annos.

E' assim finalmente quo, ao influxo de uma lei inconveniente, na occasião, pela qual o imposto incidia no açucar produzido, enquanto, na Alemanha, ello posava sobre a beterraba, a França conservou por muitos annos quasi estacionarla a riqueza saccharina da beterraba, que, entretanto além-Rheno, subia constantemente até atingir o grão elevado quo ali hoje se admira.

Actualmente as diferenças de apparelhagem, de cultura e de processos tendem a nivelar-se em todos os países productores, o não se introduz nenhum melhoramento quo se não espalhe com rapidez.

A Invenção de processos novos tornou-se já até uma mania ou, antes, um instrumento de especuladores, pols diariamente os vemos

negar nos dias combateiros anteriores, tal qual formaram, na moderna therapeutics, o novo e iluminador da ephemera direção o peral o os soltos.

Um quanto tempo se passava na Europa com a beterraba, o maior de uma sofrida alternativa do floreamento e decadência o em certos períodos houve adoptar as melhorias menores. Introduziu-se na fabricação europeia. Generalizaram-se, por exemplo, as apparelhos do vapor, tanto para o cozimento como para a vaporização, e houve mesmo ocasiões em que a fábricação emparelhou com a da Europa, com exceção da parte relativa à extração do callo, em que até hoje se envergaram ainda, na qual totalidade das indústrias, e impondo, enquanto com a beterraba, como diâmetro, nenhuma malha trabalha nem a difusão.

Na parte cultural fuzilmente é que não progrediu, ou mesmo, em certos países, retrogradou-se, e é nos últimos anos é que surge a expectativa de aperfeiçoamento com a cultura por meio de elementos que não se acostumava vivendo.

Por muito tempo parecia a todo o mundo impossível a vitória da beterraba, face as vantagens indissociáveis da cana. A ignorância era inerente, porém, querendo ceder o passo à canela e à tenacidade dos europeus, e enquanto a produção do açucar da cana se conservou quase estacionária, o açucar europeu d'envolveu-se espantosamente e foi pouco a pouco avastillando os mercados, e hoje a sua produção é superior ao duplo da da cana real.

O quadro que segue no ver o mostra claramente o movimento dos dois produtos nos últimos anos, e em como o aumento, de ano para ano, do açucar produzido em todo o mundo.

Com o e para o crescimento na produção do açucar da beterraba, dê-se o que ora de prover. Os diversos productores chocaram-se nos mercados de consumo e cada país tratou de promulgar leis que lhe facilitaram o triunfo na concurença travada,

creando assim o sistema que tem dado o maior e impulsionado, mas de tal modo artificial, pelo excesso de sua duração, que presentemente os grandes países exportadores do açucar na Europa, acham-se em uma posição tal a arrebatadora a ver a cada momento irromper o vulcão que guardamento lhe surgiu aos pés.

Por inventar o premio do açucar, segundo o qual todo o açucar oferecido à exportação é livrado do imposto de consumo interno e recebe ainda do principal governo uma certa quantia por milhão exportada, que lhe permite nos mercados estrangeiros apresentar-se em excellentes condições de preço e vantajosamente com os demais concorrentes.

Na Alemanha, França e Áustria o premio da exportação é concedido directamente; na Rússia essa concessão é velada por um sistema especial que, afinal de contas, conduz aos mesmos resultados.

A França, além das vantagens enumeradas, favorece ainda a produção do açucar por meio de premios à fabricação.

Ora, é claro que as verbas necessarias ao pagamento desses premios devem sair do proprio país que os concede e o resultado foi a elevação do imposto de consumo do açucar e o encarecimento deste dentro do paiz.

Dali resultaram duas consequencias finas: alto preço do açucar para a população do paiz productor e baixo preço para o paiz importador.

Por a Inglaterra principalmente quem se aprovou. A custa sobretudo das classes consumidores da Alemanha, da França, da Áustria e da Rússia, de um semelhante sistema, o tom obtido por um preço baixo não só o açucar para a sua alimentação propriamente dita, como para a criação e florescimento das suas indústrias do confertos e outras, tanto por isso o açucar.

Prescrevia-se, por exemplo, o seguinte facto (que hoje subsiste com pequena diferença):

	1899-0	1898-9	1897-8	1896-7	1895-6	1894-5	1893-4	1892-3	1891-2	1890-1	1889-0
Assucar do beterraba:											
Austria-Hungria	1,100	1,02	89	930	781	1,045	834	703	744	707	70
Alemanha	1,770	1,730	1,844	1,824	1,637	1,831	1,320	1,240	1,194	1,320	1,261
Francia	900	782	773	708	625	745	540	560	610	687	771
Russia	900	755	720	720	747	601	617	430	512	553	418
Bulgaria	270	200	231	280	220	210	220	163	160	184	209
Hollanda	170	130	123	156	163	80	72	65	43	67	53
Dinamarca	40	40	44	44	43	37	27	20	20	20	20
Espanha	80	60	84	100	79	70	41	30	26	22	17
Romania, Italia e Hungaria	70	40	40	40	50	40	40	43	41	41	41
Total	5,300	4,794	4,664	4,800	4,240	4,698	3,782	3,344	3,415	3,640	3,560
Estados Unidos	95	42	41	40	50	20	20	12	5	2	2
Total geral	5,395	4,830	4,720	4,820	4,276	4,718	3,802	3,356	3,420	3,642	3,565
Assucar da canna:											
Bahamas	40	52	62	53	30	52	67	70	60	65	60
Brazil	180	150	200	180	210	250	240	200	180	220	160
Cuba	400	310	345	220	240	378	1,100	820	932	710	499
Demerara	70	91	91	110	88	108	118	110	95	106	117
Egypto	100	100	9	85	80	70	70	65	60	45	50
Guadeloupe	30	33	35	46	49	42	42	50	48	20	40
Hawaii	270	240	225	200	200	110	135	125	127	120	112
Jamaica	27	27	30	30	30	30	30	30	30	25	23
Java	700	670	512	473	605	4-8	413	431	435	411	333
Louisiana	150	235	310	230	210	320	270	205	163	200	125
Martinique	30	31	28	37	40	31	30	30	20	33	37
Mauricio	130	137	120	171	140	118	141	70	115	120	123
Natal, Mayotte	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42
India Oriental	20	20	30	50	50	50	50	50	50	50	50
Peru	100	75	65	65	65	60	55	50	40	40	40
Philippines	100	132	100	102	200	102	215	270	210	178	173
Porto Rico	50	52	50	52	40	50	50	45	60	40	54
Réunion	40	40	41	50	48	35	40	35	40	35	32
Saint-Croix, Pottl-Ant	45	45	45	45	45	50	50	45	50	45	45
Trinidad	50	52	40	53	50	52	48	50	50	50	48
Total do assucar de canna	2,504	2,587	2,514	2,384	2,556	3,437	3,260	2,769	2,785	2,597	2,438
Assucar do beterraba	5,395	4,930	4,729	4,840	4,270	4,718	3,860	3,356	3,420	3,642	3,565
Total geral	7,899	7,417	7,213	7,221	6,832	7,855	7,069	6,425	6,235	6,239	6,703
Porcentagem sobre o total:											
Assucar da canna	32,4	34,9	34,8	33,4	37,5	40,0	46,2	45,3	41,7	41,7	37,
Assucar do beterraba	67,7	65,1	65,2	66,9	62,5	60,0	53,8	54,7	55,3	58,3	62,

Ao passo que em França se pagava um franco por um kilo de assucar, podia-se comprar com igual quantia, na Inglaterra, tres kilos do mesmo assucar fabricado pela mesmíssima França!

Como o imposto interno do assucar, nos países assucareiros, é pago por todas as classes consumidoras e, como relativamente à população, os productores daquelle género são, na Europa, em pequeno numero, é claro

que sobre os seus productores põe o imposto, que deixa muito nenhum embaraço oferece ao desenvolvimento da industria.

Há, portanto, recebendo a todo momento novos impulsos, tem crescido espontaneamente; e com as exportações a avolumaram e, à vez mais, também aumentaram as quantidades necessárias aos premios, para suportá-los, os governos, muito aliviado, aumentaram a taxa do Imposto do consumo interno, a cargo de toda a população!

Nenhum país o prestou melhor a um esplêndido jogo tão criminoso quanto contraprodutivo como a França, onde a taxa do Imposto por 100 kilos era:

em 1871 do 40 francos
em 1881 do 50 ▶
em 1887 do 60 ▶
em 1898 do 61 ▶

Em poucos anos chegaram no seguinte resultado os países produtoros — grande aumento da produção — pequeno aumento do consumo interno.

Hoje o consumo por cabeça é anualmente o seguinte:

França.....	14 kilos
Alemanha.....	15 ▶
Austrália.....	8 ▶
Inglatera.....	40 ▶

A produção chegou a tal ponto que os mercados já não comportam e a crise está iminente.

Os Estados Unidos, cujo consumo por cabeça é de 30 kilos, além de só abastecerem em grande parte da Cuba, preclamaram a favor da nova colonia — Porto Rico e Philippinas, e proteger igualmente a produção interna, cujo desenvolvimento antecipa o espanto e depois que, há poucos anos, introduziram a cultura da beterraba. Por isso já estabeleceram o importo de compensação, aumentando as diretas de entrada de uma quantia igual ao premio com que estiver favorecido o assucar importado de qualquer procedencia.

A importação dos Estados Unidos é do cerca de 2 milhões de toneladas. Com a cultura da beterraba, a sua produção total atingirá em três anos talvez a 500 mil toneladas.

Nesse mesmo prazo, Cuba, Porto Rico e Philippinas lhe poderão fornecer um milhão. Portanto, só precisará de 500 mil toneladas, cujo fornecimento lhe será devidamente garantido por igual toda a Europa.

A seu turno, a Inglaterra, não só quanto tem limitada a capacidade de consumo, como sente a necessidade de proteger o assucar das suas colônias e Indist. pela abolição dos premios por parte dos productores do continente europeu, ameaçando-os igualmente com o Imposto de compensação. Já no corrente anno estabeleceu um Imposto sobre todo o assucar que importar.

A situação agravou-se ainda mais com o rápido e extraordinário desenvolvimento da industria assucareira em quasi todas as regiões do mundo, a tal ponto, que vários países que há apenas quatro annos importavam quase todo o assucar que consumiam, não só produzem agora o que precisam, como já começam a exportar o excesso da produção, estipulando premios perfeitamente análogos aos dos seus ex-fornecedores.

Aí vemos:

A Itália que há quatro annos tinha 4 fábricas, hoje tem 29.

A România tem um excesso de produção.

A Espanha, que antes da ultima guerra se abastecia da Cuba, já fundou numerosas fábricas na metrópole e já exporta. Com exceção de quatro ou cinco pequenos países da Europa, todos os outros já dispõem o assucar estrangeiro.

A Argentina já não consome o que produz.

O Peru dobrou a sua produção em sete annos, Java em 10 annos; o Egypto em oito annos e juntamente agora a beterraba à canna, mas mesmo assim; e a Cuba, cuja produção subiu a pouco mais de 200 mil toneladas em 1895 e 1896, já produz novamente o triplo e muito brevemente excede um milhão.

Tem havido varias conferencias internacionaes com o fim de chegarem, os grandes paizes productores da Europa, a um accordo do modo a abolirem os premios concedidos ao açucar; mas sem resultado.

As maiores diferenças têm sido oppostas pela França, cujos governos bem reconhecem a urgencia de uma solução, mas, escravos de sua fraqueza politica interior, têm capitulado ante as exigencias dos proprietarios de usinas que, estendidos na riqueza e na influencia adquiridas, contunham a explorar as outras classes do paiz, sem reflectirem que muito breve, queira ou não queira o governo, terão fechados os mordados e ficarão inundados pela propria produçao, pois, mesmo que reduzissem de metade a taxa do imposto interno, o que não é facil, por causa do desequilibrio orçamentario, ainda assim o consumo não augmentaria proporcionalmente nos primeiros annos, sendo imprescindivel a ação do tempo nos phenomenos da tal natureza.

Hoje, em quasi todos os paizes, se pôde produzir canna ou beterraba, o disso têm plena consolidação todos os interessados.

A área cultivável da beterraba, principalmente, alargou-se do um modo assombroso.

Por toda parte os governos promovem a criação da industria do açucar ou auxiliam o seu desenvolvimento. Ha menos de um anno o Uruguai prouulgou uma lei vantajosissima à instalação de usinas de beterraba — será talvez um mercado perdido, em breve.

O Mexico favorece a produçao, que encontra, aliás no paiz, condições excellentes do vida. O Chile pensa já no mesmo assumpto.

A India impõe direitos de compensação aos açucareiros premiados da Europa e os faz refuir para o continente.

O Japão lança um imposto sobre o açucar e cinda de tirar provisoriamente os fertos terrenos da ilha Formosa, recebendo por enquanto o açucar do Java, que é hoje o

mais adiantado dos paizes productores do açucar de cana.

Que importa que em alguns de tantos paizes seja o custo da produçao mais elevado do que na Europa, em Java ou Cuba? Ali estão as Alfandegas para anular as diferenças e ali estão os proprios productores germanicos a darem o exemplo dos syndicatos para elevar o preço do producto.

Forçoso é, pois, confessar que, com exceção da Inglaterra, cuja importação não excede de 1 1/2 milhão de toneladas, os mercados se vão fechar e de um ou outro ponto surgirão contingentes em busca de consumidores.

O que irão, portanto, fazer do açucar que não podem consumir, Alemanha, Austria, França, Russia, Belgica e Hollanda, cujo excesso o total da produçao sobre o consumo, no corrente anno, é computado em mais de tres milhões de toneladas?

A crise terá uma outra consequencia. Com o augumento das usinas do açucar e o aperfeiçoamento incessante de sua apparelhagem corollarlo da pujança nunca vista desta industria, multiplicaram-se na Europa as fábricas de moachinas e apparelhos, as quais têm enriquecido os seus accionistas, mas terão de sofrer um formidavel choque com o retrahimento iminente da industria açucareira europeia. Serão milhões e milhões de francos empatados e de pequena applicação na Europa.

Esses estabelecimentos buscarão ancosos outros mercados no estrangeiro e concorrerão com a sua industria e provavelmente com alguns capitais para o desenvolvimento das fábricas de açucar nas numerosas regiões que buscam libertar-se da Importação de açucar europeu. Serão por conseguinte, outros tantos elementos a contribuirem para a limitação dos mercados consumidores, e para que refluir com mais promptidão para o continente europeu os açucareiros que ali forem produzidos. E' bem provável que também no Brazil se faça sentir as consequencias de um tal estado de cousas.

III

Aprovação dum modo geral, embora encantamento, como fizemos, as condições actuais da Indústria e sua barra, no mundo, as suas tendências naturais e orientação que lhe devem imprimir as necessidades e convencendo-as de que os produtores e consumidores, vamos estabelecer as condições em que vivo a agricultura no Brasil; a influência sobre ella da concorrência universal e a orientação a que devo obecer assim de prosperar. Procuramos em seguida indicar as medidas que nos parecem convenientes a esse objectivo.

O Brasil não posso estar atica e tem feito o seu dever a fazer o possível para continuar nessa; o povo não se sente quer de sua existência; os governos não compreenderam ainda o seu alcance. As nossas repartição e tutela nem ora a dominação merecem em vez da tutela do perniciosa.

E' mil vezes melhor não dizer nenhuma das preter informações inexatas.

Singrani imagina o que respeiro que se apadrina de quem procura colligir informações para um estudo qualquer. Por toda a parte se barra com a inocencia, a indiferença, senão a má vontade dos encarregados do serviço e o resultado é abandonar-se a tentativa ou achar a indefinição.

Um assumpto industrial só tem uma fonte, mas essa é incompleta:

São os relatórios dos consulentes estrangeiros que fazem verdadeiros milagres para colher as maiores informações que remetem aos respectivos governos.

O dados em que me vou basear, por consequência, são apenas approximados e foram collidos em fontes e para diversas ou deduzidos por generalização. São todavia suficientes para as conclusões rigorosas a que pretendo chegar.

—

O azeite produzido no Brasil e que pelas fábricas é remetido aos portos do mar, affin-

do ser vendido, pode ser avaliado em 5 milhões de sacas ou seja 300 mil toneladas.

A maior parte desse azeite é produzida pelos Estados do Norte.

Campinas produz cerca de 400 mil sacas e São Paulo fabrica menor do 200 mil.

A produção brasileira já foi um pouco maior, mas há uns ou seis anos começou a declinar para novamente aumentar no anno de 1900 e no anno corrente.

O azeite produzido é quase todo consumido no Brasil. Nas safras abundantes, porém, recorremos à exportação, dirigindo-nos preferencialmente aos Estados Unidos e à Inglaterra.

Neste ultimo paiz concorremos em 1899 e 1900 com a Alemanha, a Áustria, a Holanda, a Bélgica, a França, Java, as Filipinas, Peru, Maurícia, Guyana, Honduras e outras províncias.

Pois bem; de todos os países citados, o Brasil foi o que menos forneceu, pouco excedendo a sua quota da metade da menor dasquelas fornecedoras. Em relação aos Estados Unidos o contingente brasileiro é igualmente pouco animador. E no entanto, no consumo interno tivemos preços miseráveis e um cambio excelente para a exportação.

Se nos estás fechando os portos os nos vizinhos, Uruguai, Chiloé, Bolivia, o Mexico; si, na exportação já sofremos a concorrência dos outros vizinhos, a Argentina, o Peru a Guyana, etc.; si ha muito estudos batidos pela Europa nasceadra, é evidente, pelo caminho que levam as coisas, que dentro em muito poucos annos estaremos fatalmente encerrados em nosso país e forçados a consumir, nós mesmos, todo o azeite que produzirmos. Sórd essa, aliás, como demonstramos nema, a sorte de outros produtores.

Enquanto os Estados Unidos não nos fecharem definitivamente os portos em beneficio de sua propria produção e não nos fizer o mesmo a Inglaterra, com o fim de amparar as suas colônias, poderemos tentar concorrer aquelles dois grandes mercados abertos por

algum tempo ainda à voracidade do mundo assucareiro.

Para o conseguir, porém, será indispensável que o custo da produção do nosso açúcar seja, no máximo, igual ao dos nossos principais concorrentes. Vamos ver se é isso possível e quais os meios de que devemos lançar mão para que o seja.

Para isso tomou-se comparar o custo da produção do nosso açúcar com o do açúcar estrangero.

E' extremamente difícil determinar o custo da produção do açúcar em qualquer país e principalmente no Brasil, onde elle apresenta tão acentuadas variações que chegam a parecer extravagantes. Em 1899 em Campos o custo da produção foi de 25\$ a saca; no corrente anno tem-se produzido até a 6\$000.

Em outros países não há também fixidez, embora não sejam tão pronunciadas as oscilações.

E' que habitualmente a parte cultural e a parte industrial não pertencem ao mesmo possuidor.

O custo industrial não é elevado principalmente para o açúcar de canna; o pouco flutua. Também sucede o mesmo à produção cultural; esta porém, sempre que se lhe depara oportunidade, exige, como remuneração, preços proporcionaes ao do açúcar e se estes estão altos, as usinas são obrigadas a comprar a canna a peso do ouro.

Para conhecer, portanto, o custo mínimo de produção do açúcar, será necessário determinar o custo cultural efectivo, mélio da canna e entrar com esse custo no trabalho das usinas.

Com a beterraba tem-se dado o seguinte curioso facto, aliás porfaltamente explicável: o açúcar tem baixado constantemente de preço e, entretanto, o preço da beterraba tem subido sem cessar. E' que sua riqueza sacharina tem sempre melhorado — o que infelizmente não se deu com a canna.

Para não alongar este trabalho daromos

sómente o custo da produção do açúcar na Alemanha, quanto à beterraba; e em Cuba, Java e Perú, em relação à canna.

Nenhum país produz, em média, mais barato do que esses e, portanto, o custo do seu açúcar é que deve servir de padrão para ser comparado ao custo da produção do açúcar brasileiro.

IV

Determinação do custo da produção do açúcar:

ALLEMANIA

O valor da beterraba tem subido constantemente de preço apesar da marcha inversa do preço do açúcar.

Em 1899-1900 foi de cerca de 24 francos em média o custo da tonelada.

O custo da fabricação, ao contrario, tem diminuído sempre, graças, sobretudo, ao augmento de capacidade das usinas, traduzido uma alta concentração industrial.

Na Alemanha, os dous milhões de toneladas de açúcar são produzidos em cerca de 400 usinas apenas.

O custo da fabricação, que era de 20 a 25 francos há 25 annos, é agora de 11 a 12 francos por tonelada de beterraba fabricada.

Hoje o custo da produção pôde ser avaliado em 25 francos por 100 kilos ou, ao cambio de 12, em 200 réis por kilo.

No Peru, o custo médio de produção é de 16 a 17 francos por 100 kilos, o que corresponde, ao mesmo cambio, a mais ou menos 135 réis o kllo.

Em Cuba o custo da produção pôde ser avaliado também em 20 francos, admittindo uma extração média de 10% em açúcar, pelo menos, em relação ao peso das canas.

Nessa quantia figura o custo da canna como 12,50 francos a tonelada ou 10\$ ao cambio de 12 e o resto representa o custo de fabricação e as despesas geraes, inclusive amortização.

Ao cambio de 12 teriamos 10\$ por 100 kilos ou 160 réis por kilo.

JAVA

Quer sob o ponto de vista cultural, quer em relação ao trabalho industrial, Java ocupa hoje o primeiro lugar entre todos os países productores da canna de açucar.

Cabo no gosto holandês, ali representado, a glória de conservar para o açucar da canna um lugar de honra ao lado do açucar europeu, constitindo um exemplo seguido aos cultivadores daquella graminea e amparando-os no combate desfalcamento em que iam caindo no embate da baterabá triunfante.

A essa bella ilha, modestamente oculta na vastidão das mares atlânticos, dove o Brasil é mais profundo reconhecimento, pôs ali, no sopé de suas montanhas, que pode contemplar, balouçando-se no influxo do progresso e do trabalho a bandeira e a paixão da regeneração de sua Indústria açucareira, que hoje no debate esmagala pela improvidência a inepcia nossa.

O solo e clima de Java são apropriados ao cultivo da canna. E' forçoso confessar, todavia, que, mais do que as suas condições naturais, cabo ao esforço e à espalhade de seus filhos o grande adeitamento da Indústria açucareira, que todos lhe reconhecem.

Basta acompanhar o aumento da produção de açucar, por unidade da área cultivada, que ali se observa, há mais de 50 anos, para que o facto se evillene. Com efeito, essa produção por hectare tem sido a seguir em toneladas de açucar:

Em 183....	1 tonelada
Em 1880....	5 toneladas
Em 1888....	8
Em 1895....	8 1/2
Em 1898....	10

>

E' com o auxilio do arado, dos fertilizantes e da irrigação, da chimica e da meca-

000-6

nica que tem sido conseguido tão extraordinário resultado.

Por isso motivo o custo da produção do açucar não é tão baixo como no Peru e em algumas zonas do Brasil, onde a riqueza do solo e a propriedade do clima que dispensam o trabalho do homem o reagem até contra a sua eficiencia intervenção.

Contudo esse custo é ainda muito favorável e pôde ser aviltado em 20 francos por 100 kilos de açucar ou 160 réis por kilo, isto é, igual ao custo da produção do Cile.

BRAZIL

Nenhuma região do mundo oferece ao cultivo da canna condições mais favoráveis do que as de várias zonas do alguns Estados do Brasil, desde S. Paulo até Maranhão.

E' incontestável, sem dúvida, que nos próprios Estados açucareiros encontram-se grandes extensões de terreno desfavoráveis e impróprias.

Não é menos verdade, entretanto, que a área apropriada é imensa e seria capaz por si só de alimentar o consumo mundial.

Em S. Paulo, no Rio, em Pernambuco ou Sergipe encontram-se terreno cuja produção atinge a 160 toneladas de canna por hectare, capazes, portanto, de oferecer mais de 15 toneladas da açucar.

A produção média, entretanto, é relativamente muito baixa e varia com o estado do solo, a época e o modo da plantação e outras circunstâncias que sobrevêm. Improvisos, outros orlendas de nos a improvidência ou ignorância.

As condições em que se efectua o cultivo oferecem, entretanto, grande analogia nos diversos Estados, com exceção, talvez, de S. Paulo, onde o trabalho é muito mais caro.

Todavia, a diferença resultante não é tão sensível quanto poderia parecer à primeira vista.

O jornal operario é quasi igual em Campos e no Norte, sendo neste um pouco mais barato.

Os terrenos que circundam as usinas, em qualquer dessas duas regiões, são, em sua maior parte, cultivados há muito tempo, encontrando-se em Campos e, provavelmente em Pernambuco, trechos que com pequenos intervalos produzem canna há mais de 100 anos, mantendo sensivelmente a mesma capacidade produtiva, sem receberem a menor dose de um fertilizante qualquer e muitas vezes desconhecendo a ação benéfica do arado e muito menos da irrigação.

São os mesmos os sistemas do trabalho, produzindo-se a canna por administração, por empregada ou por parceria.

Também a riqueza sacharina da cana varia difere, variando em geral de 9 a 11 grãos Baumé, na estação apropriada à colheita. Vou, por isso, determinar o custo de produção do assucar em Campos o adoptar como custo médio nas zonas assucareiras do Brasil.

As usinas em Campos abastecem-se de cana, comprando-a ou produzindo-a em terrenos de sua propriedade. Em geral custam-lhes menos as desta última procedência.

O plantio se faz com as pontas de cana (olhaduras) ou com a própria cana, sendo este sistema menos frequente por ser mais dispendioso.

O trabalho de produção da canna divide-se em : 1º, preparo do terreno ; 2º, plantio; 3º, tratamento ou capinação (carplião); 4º, corte da cana; 5º, transporte até a usina.

O preparo do terreno faz-se a enxada ou a arado, tendendo este último a generalizar-se, facilmente. Como esse próprio pode ser mais ou menos completo, o seu custo não é uniforme. Além disso, alguns terrenos fornecem um só corte e precisam, para produzir, sofrer novo preparo e ser plantados de novo.

Outros produzem dois cortes e outros três ou mais. É necessário, pois, tomar um caso médio e determinar-lhe o custo.

Pelas informações collidas e observações próprias, penso não me afastar da verdade adoptando o dispêndio de 100\$ por hectare para o preparo e plantio do terreno.

O tratamento do cannavial não excede em geral de 10\$ por hectare, favorecido o interessado habitualmente com a colheita do milho, cujo cultivo é permitido entre as ruas das canas.

Quanto ao custo do corte, ele não excede em geral de 1\$500 por carro ou 1\$ por tonelada e como a produção média é, em geral, de 60 toneladas, aquella operação pode ser avaliada em 60\$000.

Resta determinar o custo do transporte.

Este é variável com a distância; pode-se adoptar como média, facilmente, 2\$ por tonelada ou 120\$ por hectare.

Recapitulando, temos por hectare :

Preparo do terreno e plantio.....	100\$000
Tratamento.....	40\$000
Colheita.....	60\$000
Transporte.....	120\$000
Total.....	320\$000

Dividindo esse custo por 60 toneladas, que é a produção obtida, conclui-se que o custo de produção por tonelada é de 5\$300.

Esse preço não é ultrapassado em Campos, nem mesmo attingido e firmemente acredito que poderá ser mantido no Norte como regra geral.

Pelos relatórios e informações de algumas usinas de Pernambuco e Sergipe estou informado de que o custo de cada tonelada de cana tem sido mais elevado ultimamente.

Para isso, porém, têm influído causas transitorias que podem ser removidas ou naturalmente desaparecem.

Em primeiro lugar sempre notar que a maior parte das usinas não se contentam em

trabalhar durante três ou quatro meses da estação própria e não muito além.

Isso indica evidentemente que o trabalho oferece largas margens de lucros, pois o rendimento não é o mesmo em época diferente. Resulta daquela circunstância que na maioria têm forçado a produção da canna e para o conseguirem têm elevado os preços e vantagens em benefício dos productores.

A necessidade habitual de adiantar dinheiro importa quase sempre em uma liquidação de favorável à usina (muitas vezes já provista e por elle aceitada).

O transportes igualmente encarecem a matéria prima e assim também o fornecimento de sementes (pontos) no primeiro anno da cultura do seu terreno qualquer. Por ultimo convém levar em conta os altos preços absolutamente anormais das afas de 1888-1890 a que se referem os relatórios e informações o forçoso será admitir a facilidade sendo conveniente em condições alta remuneradora aos plantadores de canna. Dadas estas explicações, entenhamos, como é o mérito da proliferação de cada tonelada de canna, o preço de 5\$30.

Vejamos o custo da fabricação e as outras despesas que pesam sobre a usina.

Em um trabalho regular e havendo o necessário equilíbrio nos elementos de fabricação, quanto maior for a usina menor se gasta, proporcionalmente.

Afin de calcular com margem, escolherei uma usina modesta, fabricando 12,000 sacas de 50 kilos em 120 dias, ou o conteúdo cerca de 75 toneladas da canna por dia de 14 horas, com uma só turma.

As despesas diárias serão:

50 pesos na fabricação a 2\$50	75\$000
Cal, lubrificante e pequenas reparações diárias	40\$000
Combustível - 71/2 toneladas a 8\$00.....	60\$000
Lucros.....	80\$000
Imprevistos.....	2 600
	275\$000

A devolver:

500 litros de álcool	60\$000
Total	215\$000
Um 120 dias	25:800\$000
Reparações gerais e comervaçao ..	0:000 000
Administracão e gastos gerais ..	18:000 000
Amortização	30:000\$000
Total da despesa anual... ..	93:800\$000

Canna empregada 9,000 toneladas.

Custo de fabricação de cada tonelada 10\$100.

Juntando o que quantia ao custo da canna, temos por tonelada da canna fabricada 15\$700.

Admitindo um rendimento anual frequente atingido de 8 %, teremos que cada tonelada produziria 80 kilos e o custo de produção final seria de 15\$700 - 110 réis.

80

E o custo de produção não é excedido num país fabrilizado do Norte o conhecido varas e lhas do Campinas que mesmo não extrahindo mais de 8 % de açúcar, consegue o custo de produção bastante inferior a 200 réis por kilo.

Vê-se, portanto, com exceção do Peru e de Cuba, nenhum país poderá disputar no Brazil a vitória na concorrência do açúcar.

No cálculo exposto eu admiti um rendimento de 6 toneladas por hectare. É frequente não ser atingido esse resultado e a muitos parecerá prudente não tomar por base mais de 50 toneladas. Isto é perfeitamente exacto, mas convém advertir que essas colheitas reduzidas se referem a canas de noivas. No seu caso, porém, as despesas se reduzem e o custo da tonelada de canna torna-se ainda menor.

Em primeiro lugar quasi desaparece o custo do preparo do solo, que é substituído pelo do trabalho de arrastar a palha que importará em 20\$ por hectare, no máximo.

O corte e o transporte da canna se redu-

zem proporcionalmente e chegaríamos ao seguinte:

Arrodamento da palha.....	20\$000
Tratamento.....	40\$000
Côrto de 40 toneladas.....	10\$000
Transporte de 40 toneladas.....	80\$000
 Total.....	180\$000

Custo de produção de uma tonelada: 4\$000, ou vez de 5\$300, o, portanto, muito mais favorável. Vejamos se o preço que deduzimos, de 196 réis o kilo, poderá ser ainda reduzido. Nada é mais fácil de conseguir; basta reflectir que se pôde eliminar completamente o dispêndio de combustível — como fazem hoje as usinas bem instaladas, que aproveitam todo o poder calorífico do bagaço. Por outro lado, não há nenhuma dificuldade prática em conseguir elevar a 10% a extração do açúcar da canna brasileira, sem mesmo faltar mão de fusão.

Cuba conseguiu-o em grande parte das usinas; o mesmo se observa no Egypto e em Java.

Si admittirmos esses dous aperfeiçoamentos, teremos reduzido o custo de produção a 150 réis por kilo.

Existem em Campos várias usinas gastando muito menos do que essa que acima figurei para servir de base aos meus cálculos.

Entre elas, lhe visitai, que me deixou funda impressão. É a Usina do Beco, pertencente ao Sr. commandador Antonio Manoel da Costa, septuagénario que a dirige há muitos anos, mantendo-a sempre em estado admirável, digna de servir de modelo aos seus companheiros Indústrias.

Esta usina fazia 100 saccos por dia. O pessoal nella empregado era de 28 pessoas entre as quais alguns meninos. Enquanto trabalhavam as moendas, não gastava um pão de lenha. Esta só era necessária durante uma ou duas horas por dia.

Quando a visitei, a usina despendia o seguinte diariamente:

Pessoal da usina, inclusive administração	80\$000
Cal, lubrificantes e diversos.....	30\$000
Lenha (mais ou menos).....	20\$000
Sacos.....	80\$000
 Total.....	210\$000

Produção, 100 saccos ou 6 toneladas de açúcar. Custo da fabricação por kilo, 35 réis.

A canna do que se abastece a usina ora em parte comprada e em parte produzida em suas próprias terras, por administração. O digno proprietário me informou e demonstrou muito detalhadamente que cada carro de 1.500 kilos de canna cultivada pela própria usina, custava menos de 5\$, incluindo o transporte. Adoptando esta quantia e admitindo uma extração de 8% em assucar, sobre o peso das cannas, que certamente era excedida, acharemos que cada carro produziria 120 kilos de açúcar e, portanto, o custo deste, que cabia à parte cultural, era de 42 réis.

Para cobrir o custo de conservação e reparações, que, como verifiquei, para os annos anteriores, ora insignificante, podemos admittir a verba proveniente do alcool produzido, que podia ser avaliada em 8 a 10 contos na safra.

O custo de produção de assucar, portanto, não incluindo a amortisação, ora nas condições em que encontrei a usina de $35+42=77$ réis por kilo. Si adicionarmos à verba correspondente a amortisação do estabelecimento, esse custo se elevaria, no maximo, a 110 réis por kilo.

A usina nada oferecia de extraordinário, nem na cultura, que era feita em terrenos há muitos annos cultivados, nem na apparatus, que era a do tipo communum. O que impressionava era a regularidade do trabalho e sobretudo o funcionamento admirável das fornaliñas do bagaço, cujo sistema o fórmula, aliás, nada tinha de especial.

Si em vez de um triplice efeito a usina possuisse em quadruplo e mais longas fossem as caldeiras de vapor, o se impregnasse, como

em Java, a reposição dupla, evidentemente nem mais nem menos vantagem do duplo lito a extração em vez de 100, iria a 110% do avarar, sobre o preço das canáveras o custo da fabricação não atingiria a 100 por cento, (A cana tinha 11 Boa-mo.)

Iria futil a qualquer linha de Campos obter as vantagens da Usina do Rio, pois que só o desenvolvimento científico as condizem ao resto da maioria dellas. Poisemos, para concluir: primeiro que o avarar em Campos pôde ser prolongado de 100 já (embora o não seja) a 110 reis o litro; segundo que mediante aperfeiçoamento, não dispensando bem demorados, o seu custo de produção não poderá decer a menos do 100 reis.

Acredito que em muitas zonas do Noroeste os mesmos resultados poderão ser conseguidos. Pela, pois, demonstrado que nenhum país do mundo oferece à Indústria do açúcar condições superiores ao Brasil. Para prosperar e manter-se Indostructível, essa indústria só tem noce a lado de uma com a organização.

V

MEDIDAS APPLICAVELIS À INDÚSTRIA AÇUCARERA NO BRAZIL

As medidas devem ser de três categorias, porque devemos ter três objectivos.

1.º Medidas tendentes a um modo geral a conservação e aperfeiçoamento da Indústria.

2.º Medidas tendentes a amparar a produção actual, na quadra difícil que através devo a preparar-lho rapidamente condições estáveis do prosperidade.

3.º Medidas que habilitem o produtor nacional a intervir com eficacia nos mercados estrangeiros, ainda existentes, com os seus formidáveis concorrentes, oferecendo-lhe elementos que lhe permitam exportar, sem prejuízo, numa parte da sua produção.

-

A primeira ordem de medidas deve consistir em promover o abalvamento do custo da produção, melhorando os métodos culturais e os processos de fabricação.

Para o con qual convirá vulgarizar os processos modernos de cultura pelo preparo conveniente do solo e pela seleção das sementes. Só pelo exemplo serão conseguidos resultados agradáveis. Convirá, pois, fundar em várias zonas, criterio amento e colhidas, campos de demonstração ou estações experimentais, modestas, mas bem orientadas.

Um relações à parte industrial será mister incentivar no espírito dos interessados a convencimento das modificações a introduzir em cada estabelecimento. Será indispensável, para que tenha eficacia, a mais criteriosa intervenção, por parte dos homens escolhidos para uma tão delicada missão.

Devem possuir, além de um provado bom senso, o mais sólido preparo técnico e o mais afiado espírito pratico da manobra a conseguiram tirar todo o partido das instalações existentes, seja quanto à segurança e vantagem dos resultados, seja quanto à economia e praticabilidade das modificações. Não será fácil encontrar pessoal adequado, no entanto a medida se impõe e deve ser enfrentada.

A 2^a e 3^a ordens de medidas acham-se muito intimamente ligadas e podem ser tratadas em conjunto. A fim de vencermos a crise que nos opprime, é indispensável dar prompto consumo ao assucar produzido e proporcionar ao produtor os meios de vender os seus produtos sem a precipitação a que tem sido forçado, sob a pressão das mais urgentes necessidades e cujo efeito único só tem aproveitado aos intermediários.

Este ultimo objectivo pode ser conseguido principalmente proporcionando-se aos produtores por meio do crédito os recursos que lhes são indispensáveis. É claro que o crédito só deve ser concedido mediante as mais sólidas garantias, mas deve ser prompto e absolutamente acessível a todos os que se acharem em condições de o solicitar. Em outro lugar e ocasião, trataré de se detalhar, que interessaria, nessa do contas a toda a produção nacional, seja qual for a sua natureza.

As medidas conducentes a proporcionar ao

assucar produzido num consumo facil e prompto, são de duas ordens.

Primeiro: as que se traduzem na completa eliminação das dificuldades existentes entre o productor e o consumidor, dificuldades representadas pelo alto preço, irregularidade e morosidade dos transportes e pela inconveniente applicação das medidas fiscais.

Segundo: as que facilitam a exportação. O nosso assucar não encontra no paiz um consumo suficiente. Devemos, portanto, encaminhar para o estrangeiro uma parte da nossa produção. Mas aíl encontra elle concorrentes apparelhados de toda sorte de auxílios, directos e indirectos, naturaes e até artificiales.

Os grandes productores com quem vamos lutar, têm linhas regulares de transportes, mas mais favoraveis condições, o que absolutamente nos falloco.

Dispõem da facilidade de transacções já ha muito preparadas e cultivadas. Conhecem a fundo o mercado e sabem explorá-lo por meio de permutas, habilmente estudadas. Possuem avultados capitais e illimitado crédito.

Operam à sombra do formidável prestigio de potencias da primeira ordem, que lhes não pouparam facilidades e apoio.

Encontram, emfin, na legislacão da sua patria, vantagens inconcebíveis, traduzidas em auxílio material avultado.

Nós não possuímos nada disso, e teremos portanto de lutar nas mais desfavoráveis condições.

E' natural, é justo, é indispensavel que nos organisemos de modo a dispor ao menos de alguns elementos identicos aos dos nossos adversarios.

Entre esses elementos sobresalhem, por um lado, os tratados comerciaes com alguns dos paizes a quem podemos suprir; e, por outro lado, não só a eliminação dos impostos de exportação, como a concessão mesmo do premio à exportação e uma medida de primeira ordem, com uma unica restrição: deve ser temporaria.

Na Europa o premio é hoje um contraseuso, porque já produziu os desejados efeitos e passou à classe dos abusos.

Forçoso é reconhecer, nisto obstante, que foi a arma poderosa que elevou a Indústria assucareira ao grão do adiantamento que ostenta na hora presente e que constitue uma gloria do engenho human.

E' necessário dar ao Brazil essa formidável arma de combate, com a condição apenas de a retirar quando for opportuno.

Essa arma, allás, cahira por si mesma, logo que todos os paizes conseguirem produzir o assucar de que precisaram — como é agora a tendência geral, o que antes não sucedia.

Como, porém, aplicar praticamente as medidas reclamadas pela Indústria assucareira, e onde encontrar os necessarios recursos? Evidentemente em seu proprio selo.

E' mistér e urgente crear-se o imposto de consumo e delle retirar as verbas necessarias à realização daquellas medidas.

Esse imposto só pode ser cobrado pelo Governo, e é isso que lhe devemos solicitar.

Tambem devem caber ao Governo a distribuição dos premios de exportação, unico meio de a tornar praticavel.

Quanto às medidas geraes, tendentes a apoiar a Indústria, ossas convém sejam aplicadas pelos proprios interessados; e o Governo lhes deve restituir, para esso fim, como uma fraccão do imposto de consumo por elle cobrado, a verba necessaria, da qual os productores, por meio de seus delegados farão a applicação com inteira autonomia e obedecendo sómente ao seu criterio e competencia.

Seria conveniente que o imposto cobrado oferecesse margem para a criação de pequenos estabelecimentos de crédito agricola, cuja organisação e direcção deverão ficar igualmente a cargo dos interessados.

Fica entendido que aos Estados productores será mantida uma renda perfeitamente igual à que recebem actualmente, sendo para aquelle fim retirada em primeiro lugar da

renda geral do Imposto de consumo, que proponho, a necessaria verba.

Rio, 25 de setembro de 1901. — Augusto Ram s.

NOTA — Quando apresentei este modo de trabalho ao Congresso da Agricultura, ora reunido, ali encontrei em discussão a proposta do Dr. Góis, relativo à Indústria de Campões — r. I. ministro Correia, ilustrando variâncias dadas em 1º fechado da Indústria no café, entre as quais algumas tendentes a desenvolver o café a agricultura e à indústria e outras a aumentar tanto o Imposto de Importação e premios à exportação. Deuse um feliz encontro de idéas, indicando vehementemente de que nos achamos no verdadeiro caminho capaz de conduzir a indústria do café no Brasil à posição preponderante que há muito devia e tem ocupando na luta internacional.

Antes de concluir meu parecer devo fazer um additamento às medidas que acima indiquei. Trata-se do seguinte:

Afin é a gorar ao Governo do país os elementos capazes de imprimir à Indústria uma orientação compatível com a economia e conveniencia nacional, julgo acertado reservar ao mesmo Governo uma verba, retribuída igualmente da renda do Imposto de consumo, destinada a ser por elle aplicada exclusivamente como premio à fundação de usinas aperfeiçoadas, de capacidade produtiva não superior a 6 toneladas do café em 15 horas de trabalho. — Augusto Ram s.

PARECER

A memoria apresentada pelo Sr. Dr. Augusto Ramos sobre a Indústria assucadeira do Brasil é um estudo completo da situação dessa Indústria sob o ponto de vista económico e commercial, e, comparando-a com a de outros países, chega a concluir as animadoras para o Brasil.

Ponto que o café representa maior valor intrínseco na riqueza nacional, entretanto

sub um ponto de vista mais elevado o mais racional, permitida a expressão, o açucar oferece uma luthomelia mais collectiva, pela intercessão dum modo directo, pela área considerável, em que pode ser produzida, o bem essencial, a fortuna do maior numero de nos sogtacados.

Tomais, faz ver a diferença capital que existe entre o modo de produção do café e do açucar. A importancia da produção do café repousa principalmente na parte cultural; a do açucar repousa em sua parte na parte industrial; e como a cultura do café se faz provavelmente mesmo com processos rudimentares, tradicionais, depende quasi exclusivamente da natureza do solo e do trabalho brasil, ao passo que a do açucar depende, para ser produzida, do preparo intellectual dos seus diretores e da perfeição dos aparelhos em ação.

Favorece ao café o ter morrido exterior, que para o açucar é preciso conquistar em concorrência com os açucareiros de outros países, cuja indústria está perfeitamente organizada.

Com um espirito analytico e synthetico, esclarecerlo e bom dirigido, entra no estudo profundo da indústria assucadeira dos outros países, para colher elementos com que se arme a nossa para organizar-se e produzir em condições económicas de qualidade e custo a que vencam a resistência que nos faz, nos mercados do mundo, o açucar estrangeiro.

Depois de expor e comparar a produção dos outros países e no nosso, e de verificar as despezas e lucros, explicando-as, chega à conclusão de que actualmente podemos produzir com summa vantagem e exceder a todas as indústrias estrangeiras, numa vez que nos organizemos para fazer com todos os melhoramentos a fabricação do açucar, guiados pelos principios científicos, e para essa organização propõe varias medidas que não podemos deixar de reproduzir, para dar-las depois em conclusão.

« E essas medidas devem ser de tres categorias, porque devemos ter tres objectivos :

1º, medidas tendentes do um modo geral à conservação e aperfeiçoamento da Indústria ; 2º, medidas tendentes a amparar a produção actual na quadra difícil que atravessa e a preparar-lhe rapidamente condições estáveis de prosperidade ; 3º medidas que habilitem o produtor nacional a lutar com eficácia nos mercados estrangeiros, ainda existentes, com os seus formidáveis concorrentes, oferecendo-lhe elementos que permitem-nos exportar sem prejuízo uma parte da sua produção.

« A primeira ordem de medidas deve consistir em promover o abaixamento do custo da produção, melhorando os métodos culturais e os processos de fabricação.

« Para o conseguirem convirá vulgarizar os processos modernos de cultura pelo preparo conveniente do solo e pela seleção das sementes. Só pelo exemplo serão conseguidos resultados agradáveis. Convirá, pois, fundar em várias zonas, criteriosamente escolhidas, campos de demonstração ou estações experimentais modestas mas bem orientadas.

« Em relação à parte industrial será mestre intentar no espírito dos interessados a conveniência das modificações a introduzir em seus estabelecimentos. Será indispensável, para que tenha eficácia, a mais criteriosa intervenção por parte dos homens escolhidos para uma tão delicada missão. Devem possuir, além de um provado bom senso, o mais sólido preparo técnico e o mais atilado espírito prático, de maneira a conseguirem tirar todo o partido das instalações existentes, seja quanto à segurança e vantagem dos resultados seja quanto à economia e praticabilidade das modificações. Não será fácil encontrar pessoal adequado; no entanto a medida se impõe e deve ser enfrentada.

« A segunda e terceira ordens de medidas acham-se muito intimamente ligadas e podem ser tratadas em conjunto.

« Além do vencimento crise que nos opprime é indispensável dar prompto consumo ao assucar produzido e proporcionar ao produtor os meios de vender os seus produtos sem precipitação, a que tem sido forçado sob a

pressão das mais urgentes necessidades, e cujo efeito unico só tem agravado nos intermediários. Este ultimo objectivo pode ser conseguido principalmente proporcionando aos produtores, por meio do crédito, os recursos que lhes são indispensáveis. É claro que esse crédito só deve ser concedido mediante as mais sólidas garantias, mas deve ser prompto e absolutamente acessível a todos os que se acharem em condições de o solicitar. Em outro lugar o occasão ou tratarei desse detalhe que interessa aílhal de contas a toda a produção nacional, seja qual for a sua natureza.

« As medidas conducentes a proporcionar ao assucar produzido um consumo fácil e prompto são do duas ordens :

« 1.º As que se traduzem na completa eliminação das dificuldades existentes entre o produtor e o consumidor, dificuldades representadas pelo alto preço, irregularidade e morosidade dos transportes e pela inconveniente aplicação das medidas fiscais ;

« 2.º As que facilitam a exportação.

« O nosso assucar não encontra no país um consumo suficiente. Devemos, portanto, encaminhar para o estrangeiro uma parte da nossa produção. Mas ali encontra elle concorrentes apparelhados de toda a sorte de auxílios directos e indirectos, naturais e até artificiais. Os grandes produtores com quem vamos lutar tem linhas regulares de transporte, nas mais favoráveis condições, o que absolutamente nos fallece. Dispõem da facilidade de transacções já há muito preparadas e cultivadas. Conhecem a fundo o mercado e sabem explorá-lo por meio de permutas habilmente estudadas. Possuem avultados capitais, ilimitado crédito. Operam à sombra do formidável prestígio do potenciais de primeira ordem, que lhes não pouparam facilidades e apoio. Encontram, em si, na legislação da sua pátria vantagens inconcebíveis, traduzidas em auxílio material avultado. Nós não possuímos nada disso e teremos portanto de lutar nas mais desfavoráveis condições.

« É natural, é justo, é indispensável que nos

organismo é de melhoria da produção do algodão elemento fundamental para os alverados. Entretanto o seu aumento deve ser feito por um lado ou tratado e comumeração com alguma das partes, a que é permitido impor, e por outro lado não só a eliminação do imposto de importação econômica e imediata do premio a tal loja a menor exportada. O premio à exportação é uma medida de primaria ou tem com sua unica razão, — devoção temporária. Na Europa o primitivo é hoje um costume, porque já produzido os efeitos pretendidos para a classe dos burocratas. Força é reconhecer, não obstante, que se a armada portuguesa que elevou a indústria a escravidão ao grão de dendêamento que os sente na hora presente, e que é instituto uma glória ao engenho humano. É necessário dar ao Brasil e a formidável arme do combate, e em a cunha, o apenas de retrir quando for opportuno. A arme, deve, calhar por um motivo que talvez o palze e magistrarem para invadir a África, de que pretendem, como afora a tendência geral, o que antes não acollia. Como, porém, apesar de praticamente a medida reclamada pela indústria a escravidão e ontem contrariar nesse sentido? Evidentemente em seu próprio caso. E' naturalmente creando um imposto de consumo e della retirar as verbas necessárias a realização daquella medida, que o imposto só pode ser cobrado pelo governo e é o que lhe devemos solicitar.

«Também ao governo deve saber a distri-tinção dos premios de exportação, unicamente de a tornar praticável.

«Quanto às medidas gerais, tendentes a apor-se ao a indústria, e a convém sejam aplicadas pelos próprios interessados, o governo lhe deve restituir para esse fim, com uma fração do imposto de consumo por ele cobrado, a verba necessária da qual o produtor, por meio de sua delegacia fará aplicaçao com plena autonomia, obedeindo no entanto ao seu criterio o competencia.

«Elabertaremos o governo de uma Carta

roupa cláusula de pazas em troca da liberdade que elle nos outorga do direito de pensarmos e sua competência oficial. Saria conveniente que o imposto e brado offereça o margem para a criação de pequenos estabelecimentos de produção agrícola, enja organização e direcção deverão ficar igualmente a cargo do intelectual.»

CONSELHO

Das as medidas reclamadas:

I — Facilidade do transporte de transações.

II — Tratados comerciais para colacção de nosso tecido em países convidadores.

III — Abolição do imposto de exportação.

IV — Criação do imposto de consumo para premio à exportação, para o aperfeiçoamento da indústria e fundação de pequenos bancos agrícolas, a cargo exclusivo dos interessados.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1901.
M. Pinto, o Portela, Relator.

Concordamos com as conclusões — Em 30 de setembro de 1901. — Joaquim Vaz Braga do Rio Barro. — Emmanuel Correia. — José Pinto de Almeida — Sernada.

CARTA

Sra. do Congresso Agrícola — Não podendo comparecer à reunião do Congresso Agrícola, que, sem dúvida, por meio de acertadas medidas e prudentes conselhos, prestará um relevante serviço à lavoura nacional, tomo a liberdade de oferecer vinte (20) exemplares da *Revista Agrícola da S. I. da Agricultura Alagoana*.

A crise que soffre a lavoura do cana nesse Estado é ainda o duraodora, com variações causas, e sómente delloradoras promptas por parte dos poderes públicos e da própria lavoura poderão mitigá-la.

Pela leitura da *Revista* vota o Congresso qual o estado precário da principal lavoura de Alagoas — a cana de açucar — que é quasi a única de exportação estadual o bem a um quarto de suas mais urgentes necessidades.

Estudando e defendendo na imprensa diária do Estado, na *Revista* e na Sociedade de Agricultura Alagoana todas as questões que interessam à laboura nacional, principalmente a da canna de açucar, cheguei à convicção de que são necessárias e urgentíssimas as medidas indicadas na nota junta, mas dependentes dos poderes públicos da União e outras da própria laboura.

Ao Congresso Agrícola, composto de pessoas competentes, cabe a patrocinar missão de interceder dos poderes da União a adopção das deliberações tomadas em comitê pela própria classe agrícola, por isso mesmo de dígitos, rendo em nome dos agricultores alagoanos, a esse congresso — sinceras homenagens do agrado dos membros.

Subscrivendo-me — O redactor chefe da *Revista*, Francisco Edílio Rodrigues da Costa.
Maceió, 10 de setembro de 1901.

—

Medidas necessárias e urgentes da laboura de canna de açucar que devem ser promovidas pelos poderes públicos da União.

1.º Redução das tarifas das estradas do ferro e de outros meios de transportes marítimos.

2.º Intervenção da União, por meio de medidas oneróreas, para a extinção da guerra de tarifas inter-estaduais, proibindo-se a taxação do açucar, algodão, aguardente, tecidos e mais mercadorias que deverão ter entrada livre em qualquer mercado dos Estados da República, respeitado assim o princípio da Constituição Federal.

3.º Criação ou facilitação dos meios de organizar-se nos Estados o crédito agrícola e a adopção de warrants nos bancos.

4.º Approvação urgente de uma lei de locação de serviços que garanta o locador o locatário.

5.º Aquisição de novos mercados estrangeiros para o açucar, devendo o Governo promover tratados a respeito e dispensar outros favores a exportador.

6.º Criação de institutos de crédito agrícola que operem nos Estados açucareiros,

devendo ser dispendidos vários favores pelos Governos da União e Estados, tais como — isenção de impostos inclusive os 2 1/2 sobre dividendos, e a concessão da garantia de juros de 5 % por 10 anos, ou mesmo o reforço da garantia de egual juro e prazo, dada pelos Estados do Alagoas, Pernambuco e Sergipe aos bancos açucareiros que se organizarem, não excedendo o capital de cada um desses bancos de dois mil contos de réis.

7.º Sollecitação ou intervenção amistosa do Governo Federal perante os governadores dos Estados do Norte, produtores de açucar, para a extinção do imposto de exportação do açucar, que poderá ser substituído pelo territorial ou pelo de indústria e prolissão ou outro direcção mais equitativo.

—

Medidas necessárias que devem ser promovidas p la propria laboura

1.º O emprego de todos os esforços em bem do aperfeiçoamento da produção e beneficiamento do açucar.

2.º A promoção de uma propaganda permanente, tonaz, systemática, no estrangeiro e no país sobre a collocação dos diversos tipos de açucar.

3.º O inicio e desenvolvimento da polycultura apropriada ao solo alagoano a par da grande laboura de canna.

4.º O estabelecimento de campos de experiência sob a inspecção da Sociedade de Agricultura Alagoana.

5.º A organização de um ou mais syndicatos agrícolas, organizados entre os agricultores idóneos, para a valorização dos produtos e sua collocação em novos mercados.

6.º A união, perseverança, solidariedade e prestação de todos os meios e apoio geral da classe agrícola à utilíssima Associação de Agricultura Alagoana, devendo esta ser federada à Sociedade Nacional de Agricultura da Capital Federal,

Brasília, 11 de setembro de 1901. — Fizemos o *Relatório* da Comissão, relatório elaborado pela Comissão de Agricultura. A' comissão,

RELATÓRIO sobre a representação da Revista Agrícola da Sociedade Agrícola do Amazonas.

A representação dirigida ao Congresso Nacional da Agricultura pelo Dr. Francisco Lúcio de Lima da Costa, relator do Projeto de Lei, aprovado pelo Conselho de Agricultura Amazonense, trata o pagamento das condições da Encomenda Unica e da Indústria Minera no Estado do Amazonas.

As entidades também nessa Importante questão da dívida interior crise que perdura e se agrava para a classe agricultora de valorização dos principais gêneros do Brasil e do território nacional, alerta o Ministro Relator a necessidade de imediatismo, que ponham sobre os atenentes e a efetiva situação.

Contra a competência no bem rostralizado o Conselho Nacional da Agricultura e concorre com a implementação de várias ideias, entre da iniciativa do governo da República, ou com a colaboração de todos os outros que devem ser adequada pela própria Devoção.

Entre as primeiras figuram a da criação do Instituto do crédito rural e o do estabelecimento de warrants como meio indispensável de auxílio prompto e eficaz ao trabalhador.

Para os relatos do momento não estavam previstos de maior interesse, porque dizem diretamente com o movimento do Pátria e da nação, o pena da paralisação do trabalho.

O relatório final é extenso, entre os mais que na transcrição a operação do projeto e numeroso de iniciativa legislativa, mantendo em grande medida permanente reabastecimento para as transações de crédito.

O relatório da Comissão traz um benefício considerável, visto que além

de primitivo no agricultor acuidade do dinheiro, evita a Intervenção abusiva do Intermediário para a venda dos produtores.

Com a lei, segundo a opinião dos melhores economistas, nada poderá obter para limitar essa negociação quanto à indebito que no entanto se abroqueia o grano na liberdade do comércio.

A despeito, porém, de todo dependendo da iniciativa particular, com a fundação das cooperativas e do crédito agrícola, sendo para isso a previsão autorização do Governo para funcionarem como sociedades de crédito mútuo, ali pena de direito e impostos sobre os bens valores mobiliários. A memória do que praticou a França por proposta do ministro da agricultura M. Melina, convencida em lei a 6 de novembro de 1891.

De acordo da opinião mantida no item que refere a Intervenção do governo federal contra a taxação a que obrigam os Estados e produtor do outro em geral.

A Constituição do 24 de fevereiro de 1900 quando a esse respeito pela seguinte forma:

Art. 11. I - relativos aos Estados, como é devido, § 1º, Criar imposto de transito pelo território de um Estado, ou na passagem de um para outro, sobre produtos de outros Estados, da República, ou estrangeiros, e bens destinados a os veículos da terra e aqua que o transportarem.»

Esta regração é politiva e indiretível, o que não acontece com disposições transcrições e guarda, que dizem:

Art. 7. Rº da Constituição é cláusula da União de relações, 3º, Direitos de cesta, selaria, etc., de direitos, quando houver o comércio e colégio em mercadorias nacionais e estrangeiras e transversais que já tenha pago imposto de importação.»

Tomou-se entendido geralmente que o legislador constituinte não teve em vista por qualquer forma essa regra artigo a competência tributária dos Estados, mas sim simplesmente orientar do modo exato o transporte das mercadorias de um aparto a outra.

O Imposto de entrada, saída e estada do navios, mencionado no citado § 3º é o antigo Imposto de tonelagem, de ancoragem e outros do natureza identica que subsistiam na legislação administrativa do antigo regimen, Imposto que os Estados não se arrogam o direito de lançar o quo não se pode confundir com os impostos de consumo com quo gravava as mercadorias que entram para o gyro intorno do seu commercio.

Acresce ainda quo uma reforma radical como a do quo cogita a representação, abalizaria por completo o sistema orçamentario daquele Estado, como dos demais quo não encontram nos dispositivos constitucionais acima referidos a incompetencia de taxação allegada.

Esse assumpto, entretanto, é demasiadamente contravertido, tem sido mais de uma vez levado ao conhecimento do Congresso Legislativo da União e actualmente pende de parecer da Ilustre commissão de Constituição, Legislação e Justiça, um projecto do digno deputado dr. Serzedello Corrêa em quo o problema da desregularização das rendas é meticulousmente tratado.

Ainda um outro ponto em quo divirjo dos fins da reclamação é aquello quo pede a officiosidade do governo da União peranto os governos dos Estados do Nordeste para a extinção do Imposto de exportação do açucar.

O Imposto de exportação é o imposto base da organização tributaria dos Estados, como o da importação o é da União.

Pedir áquelles quo proscindam da sua principal fonte de renda é condemná-los ao aniquilamento.

A substituição deste Imposto pelo territorial equivaleria da mesma forma a sua extinção.

O imposto territorial, dizem os economistas, só pôde ter exito quando recaia em terrenos valorizados e implica a organização de um cadastro geral oneroso e do praticia difficult.

Ora, no Estado do Alagoas, pelo menos,

parece-me inexequível, não só porque grande parte das terras ainda não se acham valorizadas, constitulndo verdadeiros latifundiós, como porque as condições financeiras do Estado não permitem ao son thesouro as despesas quo prelminarmente uma tal reforma reclama.

As medidas restantes attendem ás necessidades goraes da laboura resumindo-se todas ás seguintes

CONCLUSÕES

Medidas em favor da laboura da canna quo devem ser promovidas pelos poderes publicos da União.

1.º Redução das tarifas das estradas de ferro e dos fretes de transporte marítimo.

2.º Intervenção da União por meio de medidas energicas, para a extinção da guerra de tarifas inter-estaduais, prohibindo-se a taxação do açucar, algodão, aguardente, tecidos e mais mercadorias quo deverão ter entrada livre em qualquer mercado dos Estados da Republica, respeitado assim o princípio da Constituição Federal.

3.º Criação ou facilidade do organizar-se nos Estados o crédito agricola e a adopção de warrants nos bancos.

4.º Approvação urgente de uma lei de locação de serviços quo garanta o locador e o locatário.

5.º Aquisição de novos mercados estrangeiros para o açucar, devendo o Governo promover tratados a respeito e dispensar outros favores ao exportador.

6.º Criação de Institutos de crédito agricola quo operem nos Estados açucareiros, devendo ser dispensados varios favores pelos governos da União e dos Estados, taos como isompeço de impostos inclusivo os 2 1/2 sobre dividendos, e a concessão da garantia de juros do 5% por 10 annos, ou mesmo o reforço da garantia de iguaos juros e prazo, dada pelos Estados do Alagoas, Pernambuco e Sergipe aos bancos agricolas quo se organizarem, não excedendo o capital de cada um desses bancos de dous mil contos de réis.

7.* Solução ou intervenção unílio é do Governo Federal perante os governadores Estaduais do Norte, produziram de achar, para a extinção do imposto de exportação de cana-de-açúcar, que põe em dificuldade pelo território o solo da Indústria e proíbe o seu cultivo direto no Brasil equitativo.

Modelo que deve ser proposto pela propria laboura

1.* O emprego de todos os esforços em bem do aperfeiçoamento da produção e desenvolvimento da cana-de-açúcar.

2.* A promoção de uma propaganda permanente, tenaz, sistemática, no estrangeiro e no paiz sobre a colheita dos diversos tipos de açúcar.

3.* O inicio e de envolvimento da polycultura apropriada ao solo Alagoano a par da grande laboura da cana.

4.* O estabelecimento de campos de experiência sob a inspeção da Sociedade da Agricultura Alagoana.

5.* A organização de um ou mais sindicatos agrícolas, organizados entre os agricultores filhos, para a valorização dos produtores e sua colheita em novos mercados.

6.* A união, por overança, solidariedade e prestígio do todos os meios e apoio geral da classe agrícola a util - una Associação do Agriculatura Alagoana, devendo esta ser federada à Sociedade Nacional da Agricultura da Capital Federal.

Rio, 25 de setembro de 1901. — Dr. José Antônio Duarte, relator.

—
A comissão nomeada para dar parecer sobre o relatório supra, é de opinião que as conclusões formuladas pelo secretário da Fazenda e em remittidas às comissões ou reuniões reunidas, assim deverem tomadas na devida consideração.

Salvador, 20 de setembro de 1901. —
Inácio Lobo, presidente. — E. Norberto Grecino. — Christovam Cras.

PROPOSTA

Considerando que a crise do açúcar é devida à super-produção e que o consumo natural está no aumento do consumo e aplicação do capital excedente a outros ramos de produção.

Considerando que não podemos contar com o mercado dos Estados Unidos, colocado nas vizinhanças das Antilhas, onde com mais vantagem se pode abrilecer.

Considerando que não podemos contar com os principais mercados europeus, os quais tendo noceidade de defender o açúcar do bateiraba, não suportariam a concorrência do nosso produto e forçariam os respectivos governos a gravá-lo de impostos para evitar uma crise geral na população dos campos, crise que provocaria a desordem, a miséria, a devalorização das propriedades e consequente diminuição das receitas públicas, Indústria e Transações ligadas à cultura do bateiraba;

Considerando que não devemos apelar para os mercados estrangeiros antes de explorar as reuniões, ainda inexploradas, do mercado interno;

Considerando que o açúcar do bateiraba penetra largamente em no só mercado sob a forma de doces, confitados e leites, prejudicando a produção e consumo da açucar nacional no seu próprio paiz;

Considerando que o Brasil, de norte a sul, é rico em frutas diversas, muitas delas especiais ao nosso solo, e que certas frutas convenientemente conervadas podem ser objecto de exportação para paizes que não as possuem;

Considerando que a exportação, além de constituir um novo ramo da riqueza particular, oferecerá um meio indireto à exportação do nosso açúcar e um meio directo no seu consumo no seu próprio paiz;

Considerando que o desenvolvimento da pomocultura, encontrando mercado francos nas fabriken, importaria desde logo em um acréscimo de valor de mais de cem mil mil-

los em relação às propriedades situadas ao redor das capitais e grandes cidades, atenuando a crise geral do capital e do trabalho nos centros industriais;

Considerando que as indústrias nascentes não comportam o peso dos impostos, por ser sempre difícil a primeira fase do aprendizado e da experiência, em que naufrágio muitos capitais quando o comércio ainda não adquiriu condições de prosperidade e resistência;

Considerando que o desenvolvimento da produção interna do um gênero actualmente importado dará em resultado a menor procura de letras de cambio;

Considerando, por outro lado, que a exportação provável dessa espécie de mercadorias, algumas de produção quasi privativa do país, redundaria na maior oferta de letras;

Considerando que o cambio resulta afinal da lei da oferta e procura, e que elle tem tudo a ganhar com a diminuição da procura, ou aumento da oferta de letras ou concorrência simultânea desses dois factores;

Considerando que a diminuição da receita adinaneira seria compensada no caso vertente pela alta do cambio, encorajamento dos capitais, melhoria do crédito, attenuação da crise comercial, valorização da propriedade territorial, hoje depreciada, revertendo tudo isso em solução às dificuldades internas;

Considerando que a pomo-cultura, a conservação e o comércio das frutas, que representam só no da California um valor equiparado ao do nosso café, pôde também representar entre nós um valor considerável;

Considerando que essa indústria, eminentelemente natural, não forçou senão por momentos as condições normais do comércio, provocando logo depois o equilíbrio dos preços pela concorrência das próprias fabricas, visto como possuímos em larga escala todos os elementos fundamentares dessa indústria, com enorme proveito para a riqueza pública e particular;

Considerando finalmente que as frutas em conserva, os confeitos e licores não constituem gêneros de indispensável necessidade, o que portanto a elevação momentânea dos preços, até que se desenvolva fatalmente a concorrência interna, não afecta propriamente a vida das classes menos favorecidas:

Proponho que o Congresso Nacional de Agricultura solicite do Governo Federal e dos Governos Estaduais as seguintes medidas:

1º Uma forte elevação das tarifas aduaneiras aplicadas aos licores, confeitos e frutas em conserva;

2º Isenção dos impostos de exportação e produção durante dez anos para os mencionados preparados;

3º Prémios de animação e favores possíveis às grandes fábricas que forem estabelecidas com capitais nacionais ou estrangeiros para o preparo daquelles gêneros;

4º Redução das tarifas e rapidez nos transportes para as frutas e legumes, cujo comércio fundado nos baixos preços, não é possível em parte alguma sem essas medidas preliminares.

Capital Federal, 26 de setembro de 1901.—
Américo Verneck.

PROPOSTA

Considerando que o futuro da indústria assucareira do Brasil depende da resolução dos três seguintes problemas:

1º Aperfeiçoamento da cultura por meio da cruzamentos entre variedades e espécies e criteriosa e progressiva seleção, no intuito de ser aumentada a riqueza saccharina da canna do assucar, à semelhança do que tem sido feito com a beterraba e do que já foi iniciado em Pernambuco;

2º Aperfeiçoamento dos processos industriais de extração, por meio da difusão, para melhor aproveitamento da matéria-prima;

3º Dilatação do mercado no intuito não só de amparar a produção actual, mas

alha e permitir um nível o conveniente de exploração.

Considerando que o primeiro problema é obter o tempo e os meios de força e o suor da terra para a exploração que se acentuará rapidamente, é muito certo que este é o resultado mais prematuro e desfavorável do ponto de vista actual e imediato.

Considerando que juntamente com a cultura de mercadorias externas, deve preconizar o interesse do aumento da consumo interno e proponha-lhe adivinhar-se ac. Ita no Início, o dr. Dr. Américo Werner:

Considerando que a lavoura açucareira não pode e não deve centrar sua actividade à exortação e bem orçamento patrões de governo, porque dessa própria muito depende a felicidade da etnia, porque está para isso.

Considerando que numerosos exemplos da Europa demonstram que o remedio para a crise das culturas de alforria pode ser a interação de indústria e riqueza comunitária, que se aproveitem os triticos, em vez de darem-lhe a futil e remuneradora no excesso de consumo em especie,

Considerando que o amparo é o ideal considerando sua transformação natural em mercadoria, conselhos o Dr. Werner:

Considerando que, para o o fim, o mesmo princípio de provável efetivação gura exalto é o da união e corporação de esforços.

Propõe-se que o Centro — do Agric平tura acabe com a lavoura das regiões australas que se organizam em syndicatos agrícolas para o cultivo de arvores frutíferas, a par de outras culturas de canna, em cooperativas de produção e parceria formada entre agricultores e fabricantes, e entre os feitos com o excesso de produção d'aqueles genéricos breves e fruto comum.

Conselho do Arcebispo, 21 de outubro de 1911.— Dr. Werner o d. L. d. Oliveira Della.

INDICAÇÃO

I

Considerando A lavoura da canna

Considerando que tem falhado muito a medida de tirar a lucratividade da canna do país, haja em efeito também diminuição da produção em peso por superfície de cannaval, evidentemente falhando;

Considerando que esse é dos factos em si o resultado do atraso em que se encontra a lavoura;

Considerando que se tem elevado o preço da unidade do açucar produzido pelo lavrador, não sómente pelos factos citados no primeiro considerando, mas ainda pela diminuição do acúmulo e manutenção de trabalho com a riação e com quanto alta das saláries;

Considerando que actualmente o lavrador é poder ter resultado vantajoso da sua lavoura mudando havendo, isto é, reduzindo a superfície de cultura e aumentando a produção, o que deveria ter feito de 1885 quando o brasil aídeu a conegor a faltar;

A Sociedade India no Congresso do Agric平tura quis recomendar instantaneamente ao lavrador a prática e vulgarização dos seguintes preceitos applicados com método e entorno a recta aeronave:

1. Escolha da variedade da canna a plantar.
2. Seleção direamente para o plantio.
3. Estruturação
4. Irrigação do cannaval.

Considerando por mim, que uma vez melhorada a qualidade da canna o angematudo ou teor açucarino, as fabriques de açucar não devem mais comprares a matéria prima por peso bruto, e sim pelo peso em assucar;

A Sociedade India outrossim no Congresso de Agricultura que solicita os engenheiros centrais de açucar a adoptarem a seguinte medida:

«O preço da canna será dado não pelo peso bruto de a matéria prima, mas por seu título em açucarosa.»

II

Com relação à fabricação do açucar:

Considerando que essa indústria no Brasil está atrasada e continuará nessas condições ou pior, se não fôr em tempo melhorada;

Considerando que, com o coeficiente do 7 ou 8 por cento de extração, raras vezes excedido nos Engenhos Centraes, fôr muito onerada a fabricação e não dará proveito ao fabricante;

E considerando entretanto que já se tem obtido em outros países, e não é de hontem, mas de alguns anos atraç, até 13% do açucar, trabalhando canas de 15% de tituto, com a triplice pressão e fabricação cuidadosa;

A 2^a seção indica ao Congresso do Agric平tura que aconselha aos fabricantes do açucar a introdução dos melhoramentos necessários em suas fábricas e o máximo cuidado na fabricação.

III

Comércio e propaganda do açucar:

Considerando ser da máxima necessidade desenvolver o comércio, quer externo quer interno, do açucar do país e promover a sua propaganda:

A 2^a seção adopta as seguintes indicações que traz ao conhecimento, discussão e subsequente votação do Congresso do Agric平tura:

1^a Organização de tratados de comércio com a República Oriental, Chile e outros países, tendo em vista principalmente favorecer a entrada do açucar do Brasil.

2^a Execução das medidas propostas pelo Dr. Amerílio Werneck com o fim de desenvolver o consumo interno do açucar.

Como medidas necessárias para desenvolver ainda o proteger a lavoura de cana e a fabricação e comércio do açucar, a 2^a seção indica:

1^a Redução ao mínimo possível das tarifas

nas estradas de ferro e companhias de navegação.

2^a Severas providências no sentido de reprimir os abusos das quebras de peso, fraudulentas e outras tantas tantas faltas de que se queixam productores e exportadores.

3^a Providências no sentido de impedir que os materiais da Importação permaneçam longo tempo nas Alfândegas com grave prejuízo para os importadores e consumidores.

4^a Organização dos syndicatos agrícolas com responsabilidades e direitos solidários.

5^a Criação de bancos regionais do crédito.

6^a Divulgação da instrução agrícola e profissional essencialmente prática.

7^a Criação do imposto estadual sobre o açucar fabricado para ser principalmente aplicado como prêmio de exportação (Proposta E. Couret, delegado da lav. de Campos).

8^a Regularização do trabalho rural.

A 2^a seção deixa de indicar como medida necessária a repressão da vadiagem pelos desastrosos e injustos abusos a que pôde dar lugar essa medida no interior do país.

S. S. 27 de setembro de 1901.—E. Jacy Monteiro.

CONCLUSÕES APRESENTADAS PELO SR. EMMA-NUL COURET, DELEGADO DA LAVOURA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS.

I

Modo imediato de conjurar a crise, melhorando as condições actuais do mercado de açucar, da cultura da canna e fabrico desse produto.

1º

Criação de um imposto estadual na razão de 100 réis por kilo de açucar branco e 50 réis por kilo de açucar da cér.

O produto deste imposto será aplicado exclusivamente:

a) Como prêmio de açucar exportado para

o exterior do Brasil até 9% da produção total e à razão de 6^o por saca de 60 kilos de açúcar;

b) A dozeça do arroçadão;

c) A limitar ao Estado da Importânci a do imposto de exportação, ora estabelecido, fixando o valor que puder outro imposto sobre o açúcar.

20

Convenio ou associação dos fabricantes de açúcar e etanol para regular a venda e coloção dos seus produtos por meio de casas exportadoras respectivas pratas.

II

ENSINO AGRÍCOLA

Urge promover a criação de escolas agrícolas, modelas, experimentais, para o ensino de trigo, fibra e prática da cultura, o da prepação, extração e fabrico do açúcar e dos conzíneres.

Estas escolas terão dous professores, sendo um do agricultura teórica e prática e outro chinéco de fabricação de açúcar e seus conzíneres.

As escolas serão fundadas e mantidas com uma quota tirada do produto do imposto criado para premio de exportação do açúcar, e por meio de subvenção dos Estados e contribuição dos municípios e dos particulares, sob a direção de uma associação de agricultores, estejam ou não organizados os syndicatos agrícolas.

III

CREAÇÃO DE SYNDICATOS AGRÍCOLAS

Importa organizar quanto antes syndicatos agrícolas a maior das existentes em outros países, devendo ser constituídos por fazendeiros, lavradores, plantadeiros, jardineiros, operários agrícolas e comerciantes.

Capital Federal, 25 de setembro de 1901.

CARTA

Engenho Terra Nova, em Santo Amaro, Bahia, 7 de setembro de 1901.

Exmo. Sr.: — Acusando o recebimento do visto offeito de 21 de Julho do corrente anno, no impanhado do regulamento do Congresso do Agriculatura ali proposto, e, de pleno acordo não sómente quanto ao enunciado como quanto aos nobres e patrióticos intutos do mesmo, não podendo, em virtude de incommodos phisicos notoriamente conhecidos, comparecer a essa comissão, como tanto desejava, limito-me a emitir ligeiras considerações a respeito da Inverva do canna, a que me dedico.

A situação actual da laboura é pessima, em vista dos baixos preços dos seus productos e de alta das alardas dos trabalhadores rurais. Suas maiores necessidades são novos mercados de consumo; auxílio directo e urgente, em dinheiro, do governo federal e do governo estadual, em reação conjunta; estabelecimentos de crédito real, que não existem no te estado e em todo o norte, crelo; instrução agrícola esencialmente prática, visando a criação de novas culturas, como a dos cereais, especialmente a do trigo; novas plantas de fibras textil e medicinais, como a ramie, a amoreira e a quina; a restauração da cultura do algodão, etc.; baixas tarifas do transporte para os gêneros de produção nacional nas ferro-vias do centro e norte do paiz, e exemplo do que se tem feito já no sul; e meios indiretos na legalização do obrigar os desocupados das cidades a empregarse na laboração agrícola.

Os meios praticos e urgentos de atenuar a crise da laboura do canna são a improssão dos intermediarios entre a produção e o consumo pela instituição dos syndicatos agrícolas com direitos e responsabilidades solidárias, fazendo elles o papel de prestamistas a longos prazos e moderados juros para com seus associados; a emissão

de letras hypothecarias, warrants, etc., para a fundação e sustento dos bancos de favoura; tratados favorecedores da exportação o consumo do nosso assucar em paizes estrangeiros, concedendo-nos a clausula da nação mais favorecida quanto à importação nos povos que assim procederem relativamente a nós o exposição permanente do mesmo nos consulados do Brazil no exterior e a introdução e distribuição de novas sementes de canna mais ricas de assucar e de mais precoce utilização industrial.

Convém ainda dizer, pelo que sei de ouvir aos respectivos cultores, que, da mesma sorte quo o assucar e o café, o algodão e o fumo também precisam do esforço amparo da digna Sociedade Nacional de Agricultura e do poder público em sua tripla esfera de competência.

Quanto ao gado, o quo se limpõe, no menor humilde modo de ver, é o melhoramento da raça indígena pelo cruzamento com outras raças aperfeiçoadas do modo a constituir os tipos classicos do animal de corte, tiros e lactação. E' o quo já está tentando este Estado na fazenda modelo installada no termo de Sant'Anna do Catá sob a direção do eminente agrologo Dr. Francisco Marques do Araújo Góes, que infelizmente, viu-se obrigado, pelo estado da sua saude, a deixar o relevante posto que sua grande Intelligença e conhecimentos gerais e especiaes lhe haviam grauegado como justa compensação nos seus desinteressadissimos esforços pelo progredir da agricultura bahiana.

Terminando este esboço, é meu dever pedir venia à Illustrada Comissão Executiva do Congresso Agrícola para a deflencia do erro, esperando que se dignará de corrigir-lhe os erros e suprir-lhe as lacunas.

Saudio o fraternidade.— Exms. Srs. membros da Comissão Executiva do Congresso Agrícola.— Rio de Janeiro.— José Pacheco Pereira.

PARECER sobre o ofício-memorial dirigido ao Congresso de Agricultura pelo Sr. José Pacheco Pereira, de Santo Amaro, Estado da Bahia.

Relator — R. Jacy Monteiro.

O Sr. José Pacheco Pereira, tendo em vista o estado pessimo em quo se acha actualmente a favoura do cana pelas baixas preços dos respectivos productos e altos salários do trabalhador agricola, indica como sendo as maiores necessidades dessa favoura:

- a) abertura de novos mercados do consumo;
- b) auxílios directos e urgentes, em dinheiro, do governo da União e do governo do Estado em ação conjunta;
- c) estabelecimento de crédito agrícola no Estado;
- d) instrução agrícola essencialmente prática, visando a criação de novas culturas;
- e) baixas tarifas de transporte para os generos de produção nacional;
- f) repressão da vadiagem.

Como meios praticos de attenuar a crise, indica a suppressão dos intermediarios, entre o productor e o consumidor, instituindo-se:

g) os syndicatos agrícolas com responsabilidades e direitos solidarios, cabendo-lhes o papel de prestamistas a longos prazos e juros moderados para com os seus associados, o em seguida lembra:

- h) a emissão de letras hypothecarias para a fundação e custeio dos bancos de favoura;
- i) o estabelecimento de tratados favorecedores da exportação e consumo do assucar brasileiro em paizes estrangeiros;
- j) A exposição permanente do nosso assucar nos consulados brasileiros; e por ultimo;
- k) a introdução e distribuição de novas sementes de canna mais ricas em assucar e de mais precoce utilização industrial.

E, como se vê, todo um programma quasi completo,—faltando o que realmento

—

arionamento, a liberdade de importar e pôr de lado o mercadoria excedente, programado que o levará direitamente para o porto do Conselho do Arrozicultor no ponto que o arrozamento é tecnicamente completo, não devendo permanecer mais tempo do que é permitido, apesar da autorização que lhe é dada em execução.

Aplicando-se o programa apresentado pelo Dr. José Pacheco Peixoto, com as devidas restrições, a situação proposta que seria a permanência do arroz em estoque para a sua colheita definitiva.

S. P. — 1 de setembro de 1901. — R.
José Montanez.

TRAÇOADO DA CARTA DE W. H. CROMAN & CO. DO NEW YORK, DATAADA EM NEW YORK, ANO 10 DE AGOSTO DE 1901, E DIRIGIDA A WALTER, LIMA & CIA. DO RIO DE JANEIRO.

Anexo: — Anexo nº 6.

Recebemos a sua carta strada de Vitoria encaminhada-nos a favor de 1º de Julho próximo para nós e depois de competente exame nela achamos ser um arroz centrifugo e apropriado para o consumo, com 91 a 91 grãos e que vender-se-ha na taxa de 91. E' a unica qualidade de arroz bastante conhecida no mundo e o Sr. V. Mes. pode vender o arroz grande quantidades, por exemplo: 20 toneladas em mais por cada embarque, não duvultar para vender mais de 300 do custo e fret, como verão pela factura assinada, aqui incluída.

O mesmo presidente da fábrica é com tendências para baixar os preços e pintado ainda hixia em vista das enormes量 de arroz exibida diariamente. A demanda por esta arroz é grande e crescente, o que torna o mesmo muito lucrativo, se vendida a 91.91. I. f., equivalente a 4.000 Réis. Dito preço é de cem por cento menor que o julgado pelo Conselho de Limonaria, ou seja, 4.000 Réis. O mesmo é devido ao resultado verificado na compra e no pagamento das respectivas tarifas, e a menor do Porto Rico o Havai, o qual é maior nos estados

livres de direitos, mas que sólido é limitada, e porém operado no comércio de arroz, que no proximo ajuste de tarifa, com relação à Cia. e a mercados de que procederiam, é um benefício não dado aos produtores, e como tal não pode produzir suficiente quantidade para abastecer os Estados. Mas, podemos bem julgar que então a concorrência do Brasil era impotente.

Sob a presente tarifa os arrozeiros contribuiriam 14 paixões 1.000 e, por libra de direito. A importação da Cuba (a menor) no anno passado aumentou 290.000 toneladas sobre o anno anterior.

Em relação a este negócio polem V. Mes. usar o seu colégio habitual até que com o aumento do novo no colos seja convencido num colégio especial.

Sem mais somos com toda a satisfação do V. Mes. Anhang o Crédito. — (Assinatura) W. H. Croman & Co. Rio.

MEMÓRIA ácerca dos impostos sobre o azeitar das velhas subvençionadas no Estado de Pernambuco.

DEPARTAMENTO DE SELOS

• O dia 10 de 1º de outubro de 1890 e 31 de Julho de 1901 a lei da 11 de dezembro de 1890, daquelle Estado, autorizam a vila de Olinda a imposta de selos de 10 centavos de arroz e azeite.

A decretação das apódeos, que atingiu a 31 de outubro, taxava a libra de azeite e outras oleagens, não permitindo a menor variação, a vantagem de que foram e continuaram eficazmente para aumentar o preço que do arroz e melhorar a sua qualidade, concorrendo para tal efeitos consideravelmente a riqueza e felicidade que este trazem a todos os expoentes (fazendeiros). Todavia, existem pessoas que acham que tal imposição é contrária ao direito internacional, naquela parte, visto que preenche o direito de criar uma república que é um projeto não qualificado, com

justa razão, Imposto-castigo, e que no orçamento destes três últimos annos tem sempre figurado, sendo na vigente lei refigido nestes termos:

«§ 2º do art. 1º. Os productos das usinas e engenhos que receberam, por empréstimo, auxílio dado pelo Estado e não estiverem em dia com o pagamento de juros e respectiva autorização, pagaráo, além dos Impostos de exportação, as taxas seguintes:

Por sacco, que contiver até 75 kilogrammas de assucar branco, 18000. Idem idem de maseavado, 500 réis. Por dezena ou fração de dezena que exceder, 75 kilogrammas, 130 réis, si o assucar for branco e 65 réis, si for maseavado.

Por volume que contiver até 50 litros de aguardente, 120 réis. Idem, idem de álcool, 250 réis. Idem idem de mel, 120 réis. Por dezena ou fração de dezena que exceder de 50 litros, 20 réis si for aguardente, 50 réis si for álcool e 20 réis si for mel.

O governador poderá cobrar oses impostos ou por occasião da exportação dos productos ou nas próprias usinas, estações de caminho de ferro ou portos de embarque, podendo para esse fim expedir regulamentos e adoptar as providencias que forem necessárias, bem como a criação do pessoal preciso.»

Conclusão — Solicitar dos poderes daquelle Estado a revogação dos impostos de entrada e sacos de assucar e entrada do álcool e aguardente das usinas subvençionadas. — *Paulo de Amorim Salgado*, goerente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura do Pernambuco.

—

Plano de locação de serviços, adequados aos engenhos de Pernambuco

«Os proprietários e rendeiros do ministério... abaixo assinados, se compromettem a organizar sobre as seguintes bases o trabalho de seus engenhos:

Art. 1º Pagar a seus jornaleiros que se matricularem na municipalidade mais 20 % sobre a diária ou jornal.

Art. 2º Adiantar os encargos da matrícula e fornecer ao matriculado uma chapa que este usará e na qual se acha o nome do engenho.

Art. 3º Descontar 10 % no salário do cada dia, applicando esta quota: 1º, à amortização da quantia adiantada para matrícula; 2º, às multas que o trabalhador incorrer.

Art. 4º O producto das multas será recolhido ao cofre de beneficencia do engenho e servirá para socorros aos invalidos, ondertos, escolas ou outro fim humanitário.

Art. 5º No fim de cada trimestre será pago ao trabalhador o saldo da quantia descontada na forma do art. 3º.

Art. 6º Não terá direito a este saldo: 1º, o trabalhador que se retirar sem licença do patrão; 2º, o que for despedido por insubordinação, embriaguez, maus costumes ou acto criminoso, e o que ilzer parede ou *gravar*.

Art. 7º Sorá sujeito à multa: 1º, o trabalhador que por imperícia, desenho ou propósito commetter danno, pelo qual não responda perante a justiça ou a polícia; 2º, o que maltratar animaes, que lhes forem emiliados para trabalhar ou zelar o tratar; 3º, o que extraviar ferramenta ou a estragar por imperícia ou propositalmente; 4º, o que se ausentar sem licença do patrão; 5º, o que não comparecer a prestar serviços por occasião de incendios, inundações, invasões ou qualquer calamidade.

Art. 9º Aos lavradores igualmente far-se-há desconto, mas sómente de 5 % sobre o producto líquido das milhares, desconto que receberão no ajuste de contas da safra seguinte, abatidas as multas em que tiverem incorrido.

Parágrafo único. Não receberá o saldo desses 5 %: 1º, o lavrador que não tiver safra da planta, mesmo nos casos de força maior; 2º, aquele que incendiou expodras; 3º, o que não tiver feito a conservação da estrada, ponto ou linha de demarcação que lhe foi previamente indicada; 4º, aquele que exceder o prazo que lhe foi marcado para se retirar do sitio, salvo força maior.

Art. 10. Será multado o lavrador, 1%, que não rende no aviso e não prestar auxílio para ocorrência de incêndio, inundação ou qualquer calamidade, 2%, que não declarar, transferir ou outro objeto todo o engenho, imóveis e a terra ou a propriedade, 3%, que vender a terra ou comete outro qualquer dano pelo qual não tenha de responder, perante a justiça ou a polícia, 4%, que prestar trabalho em outro engenho, 5%, que violar sua habitação ou romper que perturbem o seu repouso, 6%, que não zelar a terra, 7% do valor da plantação, 7%, que quembrar pelejos de cana e nos partidos em excesso à autorização do proprietário.

Art. 11. A multa não excederá de 8 reis por jardineiro, nem de 10, para os lavradores por infecção. — *Paulo de Araújo Silveira, a lavrador em Pernambuco.*

Protocolo para efectuar de lavrador a pedido da comissão de Pernambuco.

• A Municipalidade de ..., em additamento a um protocolo de reta.

Art. 1. Na secretaria e farta, no dia prevamente designado em libro composto, tenho o alerta e rubricado a inscrição do lavrador e empregado agrícola, que para este fim se apresentarem, bem como os que pretendem ser empregados em serviço doméstico.

Lei. A inscrição consta o nome, idade, nacionalidade, filiação, cor, etado, clima do ocupado e suas características que possam servir para verificação da identidade do inscrito, a data da inscrição e espaço para observação.

Art. 2. Pela inscrição, fará entre que houver um cedreto com 10 folhas numeradas e rubricado por quem a tiver feito a sua inscrição, contendo as características a que se refere o parágrafo anterior e uma chapa de metal anelado com o numero de ordem da inscrição.

Art. 2. Pela inscrição pagará o inscrito 100 reis, pela cedreto 18 e pela chapa 50 reis.

Parágrafo único. Se a cedreto ou a chapa se perder, poderá emcriptar outra, pagando 18 por qualquer de os objectos.

Art. 3. O locatário do engenho poderá escrever ou marcar e escrever na cedreto o nome, contractado ou dito, deles para trabalhar no campo sob o comando de R... Quando o trabalhador se de pedir ou for despedido, poderá o locatário atestar na cedreto o comportamento e aptidão para o trabalho.

Art. 4. O locador, dentro de 30 dias, estando obrigado a apresentar na secretaria a cedreto com o atestado ou a de pedido, bem como o novo encargamento em outro engenho, a travesse effectuado. Penta 28 de maio ou cinco dias de prazo.

Art. 5. Pela avelegação pagará o locador 40 reis.

Art. 6. O locatário, por carta dirigida ao encarregado da comissão, avisará o dia em que houver o levantamento da cedreto, deixado o trabalho e mandará o atestado que lhe foi dada.

Art. 5.º O encarregado da Inscrição terá 200 reis de emolumentos pela matrícula e 100 reis pela avelegação, pagos pela Municipalidade.

Art. 6.º O total receberá da secretaria respeitado a inscrição e lavraro auto de Infecção e de porreto do art. 1º. — *Paulo de Araújo Silveira, a lavrador em Pernambuco.*

Banco de Crédito Agrícola para os fabricantes de azucar de Pernambuco

• Em 10 de abril deste anno una comissão da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, nomeada para estudar a crise da cana e se estendeu ao Estado, apresentou ao governador as estimativas feitas para a criação de um banco de crédito agrícola, para considerar a falta de capital de movimento a que é motivo, como a mesma era difficultade dada pela Secoura. A comissão propôs um banco fundamental que possa obter por subscrição dos próprios agricultores um capital de 500 contos, com o qual

Iniciaria o baneo suas operações, ficando habilitado para cobrar um imposto de 30 réis por sacco de açucar de 75 kilos que entrasse em cidade do Recife, vindos dos engenhos do Estado, imposto que redundaria em beneficio do contribuinte, voltando para elle em lucros do accionista.

Tendo S. Ex. declarado que o fudaria o assumpto para resolvê-lo oportunamente, e não o tendo feito até esta data, submetto o assumpto ao conhecimento da respectiva Comissão do Congresso de Agricultura, concluído que o governo do Pernambuco e dos demais Estados, que se acham nas mesmas condições, deve quanto antes criar uma taxa de 300 réis por sacco de açucar que entrar no mercado, sendo essa taxa arrecadada por um banco, que forneça capital de movimento à lavoura respectiva, voltando para o contribuinte em lucros de accionista a mesma taxa. — *Paulo de A. Salgado*, gerente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura do Pernambuco.»

PARECER

Plano de locação de serviços, adequado aos engenhos de Pernambuco. — Projecto de posturas para medicina de trabalhadores agrícolas dos engenhos de Pernambuco:

«Tratamos destes dois projectos simultaneamente porque um é complementar do outro.

Sómente o estudo acurado das necessidades práticas da systematização do trabalho na lavoura do Estado de Pernambuco, poderia levar o signatário des projectos acima à sua confecção.

Acredito ser o unico meio de reprimir a vagabundagem e o alcoholismo — hábitos inveterados na maioria dos trabalhadores daquelle, como de muitos outros Estados, e amparar a lavoura das constantes intermitências, tão prejudiciais, resultantes da nenhuma responsabilidade do trabalhador para com os deveres que lhe são impostos pelo trabalho.

Ao proprietário falece a confiança para com o trabalhador, a este não assiste responsabilidade pelos prejuízos que da aquelle, abandonando-lhe o serviço extemporaneamente, levando consigo ferramenta, viveres e o que encontra, para novam ente ter guarda em outra parte, do onde saiu da mesma forma, em uma série continuada de desatuos sem repressão por parte da polícia ou dos proprietários que se julgam e são para isto impotentes.

Os dous projectos si, executados, lhes impõem obrigações acordes, allás *in toto* cont o estado actual de nossa civilização, servindo-lhes de correctivo, trazem-lhes o estímulo, grande factor de todos os desenvolvimentos. A iniciativa particular tem fontado e conseguido alguma causa a este respeito, a official fará o resto.

Rio (Capital Federal), 25 de setembro de 1901. — *Joaquim Pessoa Guerra. — Joaquim Viríssimo do Rego Barros.* »

PARECER

Concluo — «O governo de Pernambuco e dos demais Estados, que se acham nas mesmas condições, deve quanto antes criar uma taxa de 30 réis por sacco de açucar que entrar no mercado, sendo essa taxa arrecadada por um banco que forneça capital de movimento à lavoura respectiva, voltando para o contribuinte em lucros de accionista da mesma taxa.».

— Estamos de pleno acordo com a idéa que esta comiu não encerra e, tanto mais, quanto venha nella a salvaguarda futura da lavoura da canna.

O imposto, que será pago pelo accionista com muito melhor boa vontade do que o faz relativamente aos que lhe tributa o Estado, e também alguns municípios em enjo seio lavoura o *intuito benéfico da protecção*, formará depois de algum tempo, uma fonte a reorner nos múltiplos casos que a necessidade o tem ensinado a prever e o abrigará das

Fixa do imposto que se aborrete em virtude do direito de comércio que o Brasil tem, é a vez da crença de que a medida pode levar a um resultado de juro de 10% de imposto de importação. O imposto presente é de 10% e o do Brasil é de 10%.

(Ribeirão Preto) — *José Vitorino*

PARECER

ESTA VOZ manifesta os poderes daquele Estado (Pernambuco) a favor do imposto de entrada de 10% sobre o café da alíquota de 10% da indústria de transformação.

Parte-se da base da taxa de 10%.

Atende-se a um pedido o de entregar de um compromisso, apesar da Ribeirão Preto, de que a indústria de transformação do café (em Pernambuco), onde tal produto é feito de renda de muitas entradas, é principalmente do Brasil, antes de todas dos produtores, como o Rio Grande do Sul, que é a indústria relevante, com um imposto de 10% sobre o seu imposto.

E' esse o fundo trágico do Estudo de Pernambuco, oprimir, privar de viver e trair, é o fundo mais importante, à qual exerce impôsto um dolo e pior da maldade.

A opinião do Dr. Paulo de Andrade Salgado é também a mesma.

(Ribeirão Preto) — *José Vitorino*

EPISÓDIO

ASSEMBLEIA FEDERAL DE AÇÃO NÔTA

MEMÓRIA

DO DEPUTADO

O projeto que o actual Congresso Agrícola emanou, ideal e praticável, que, servindo de aviso ao Brasil, na Europa, permitisse, entre nós, no governo, fazer alianças com a indústria profissional pastorial, que reclama, para o seu completo desenvolvimento, cuidados especiais.

Este projeto expõe o que contém imediatamente considerações gerais, atentas à vislindação do imposto, que comporta obra de grande folgo, e que a crescente do tempo de que disponemos não nos permite tratar nessa matéria, o que só faremos em futuras reuniões.

Exarando em forma de parecer o projeto original, sujeitamente à votação do Congresso, o seu conteúdo, o que nos foi dado formular, parecendo-nos que de momento só aquilo que mais de perto podem interessar e reclamam da importância da classe rural brasileira.

A taxa econômica, entre nós, em sua natureza, deve ser industrial agrícola, devendo ocupar o primeiro plano na ordem dos phenomenos que prenderam actualmente a atenção do país inteiro, o isto porque é nelas que temos as entidades que o nosso esforço é firmado no seu prosseguimento.

E' chegado, pois, o momento de encarar os verdadeiros interesses da agricultura nacional, e a agitação que ultimamente se tem feito, a ponto de determinar a reunião do actual Congresso Agrícola, no alimentar a esperança de que este com as medidas que surgerão dará solução a uma crise que não pode o não deve predominar, sendo pelo contrário projeto que encontremos um ou mais derivativos pelas quais o clima se torna attenuada.

Vamos entrar em uma época completamente nova, cheia de alegria, e isto pela força das circunstâncias que a crise econômica nos dá. Indeindo, e em nível profissional, e da política francamente agrícola.

Mais do que nunca o Governo do paiz necessita de uma estabilidade e ao mesmo tempo da homogeneidade na sua collaboração, para que os projectos sujeitos ao seu exame possam contar com soluções utiles e proveitosas. O actual Governo encarou com superioridade as vistos a questão financeira, exceptando um plano do qual não quiz systematicamente se afastar; empro-lho, agora, abordar fundamento o problema da produção nacional, adoptar um plano e na sua execução persistir com a mesma firmeza e tenacidade com que se honra em relação ao primeiro, deixando iniciada essa tarefa, que será completada pelo futuro Governo, e todos que o sucederem.

Política agricola, sim, porque a massa de interesses que a classe da lavoura representa é maior em todos os paizes do mundo do que a que é representada pela dos operários das cidades, e com especialidade no Brasil, onde a nossa industria é incipiente. E quando um paiz como o nosso é assobrado por crises que vão se perpetuando, convém resolvê-las, supprimindo as causas que reflectam maior numero de efeitos; e nñguem de boa fé, contostará que aquellas residam na lavoura.

Política agricola, sim, porque a solidariedade e a federação dos interesses devem aproximar umas das outras as populações rurais, pela organização de sociedades e syndicatos como meios de defesa, e essas aglomerações têm laços muito mais fortes e valiosos, para o movimento social, político e principalmente económico do paiz.

E nos parece que o momento para essas agromiações é chegado.

A' semelhança do quo se fez na Alemanha e em França, a organização dos syndicatos agrícolas precisa ser formada entre nós, porque a importânciâ dessa instituição não precisa ser encarada.

As sociedades de agricultura, quo entre nós vão prestando relevantes serviços, não podem desempenhar o seu programma convenientemente, porque não se acham preparadas para julgar das necessidades reclama-

das pela lavoura, porque com a indifferença dos mais interessados elas não poderão triunfar no trabalho a que se impuzeram, porque as dificuldades sobrelevam as mais extraordinárias energias.

A ação da Sociedade Nacional de Agricultura deve assentar na organização dos syndicatos agrícolas.

Assim, tornarão possível o conhecimento do quo se for exceptando na nossa lavoura, e pela cohesão do movimento rural, uma nova força de impulsão fará com que tais corporações representem papel mais saliente. Junto dos poderes dirigentes da Nação, credendo ao mesmo tempo a sua missão.

Não nos propomos aqui desenvolver este ponto, porque o nosso lbum é chamar a atenção dos nossos eraldores para tais organizações, que trarão vantagens indiscutíveis ao desenvolvimento da industria pastoril, porque armados em as relações os problemas mais complexos do ramo industrial a quo se deparam encontraram certamente facilidades de solução, quo de outra forma não obtêm.

Os esforços mais decisivos devem partidos intrepidamente, demonstrando que o espírito de iniciativa particular é capaz de energias proprias e que o Governo intervindo encontrará terreno preparado para quo a sua ação medre, obtendo os resultados almejados.

A ação do poder publico e da classe agrícola deve ser conjunta e convergir para o mesmo ponto, não convindo desviar nem sobreearregar a atenção daquelle com assuntos quo escapam ao objectivo conveniente; pois, as cogitações do Governo assumptos como esse, da transformação da exploração por que devem passar as indústrias pastoril e agrícola, precisam firmar-se em bases claramente assentadas.

Só assim o Governo, quo tem a responsabilidade da direcção dos negócios publicos, poderá medir até que ponto a iniciativa provocada merece o seu apoio e quais as quo de sua iniciativa própria são de natureza a satisfazer os agricultores, dando-lhes novas

meios de ação, nas garantias ilícitas, enfim, destrinada prosperidade.

Em França o sr. Mâline tem o batido do direito em favor da agricultura daquela páiz, obtendo leis que restringem a matéria, o pôde no dizer que a iniciativa dos syndicatos ali é obra exclusivamente sua.

Tiveram os povos melhor a nos a r. possibilidade nisto último decennio, dando uma direção conveniente à produção tão desenvolvida do café, e não reglamentaram o preço o de outro por que estavam a parando, nos encerrando em feira da crise nemal desse proletário.

A improvvisação é talvez o factor moral mais perniciosa dos que concorrem para a depressão do nosso mélo esplêndente, porque, ao aliançar-se com o pecuário, este queria o de pre-empriedo todo, e outros para virem nello o elemento seguro da no a intensidade, por deixarmos no arco a solução desse mal palpante problema de no a vida econômica, e, a maior do terreno, tiraram maiores vantagens daquelle factor moral, e mo de tantos outros, que não registramos para não tirar do a cumprido restrito que nos foi comunicado.

Vimos em um período curto de no a existência política (1860-1892) um de enfervado jogo de batalha, que afortunadamente saiu do mal o exame, e em o fundamento sério e positivo que devia preceder a toda a intervenção de interesses, atirou por terra as no a maiores follias intituições do progresso. Podemos exigir que a confiança e a restabeleça, que o crédito amedrontado volta novamente a desempenhar o seu papel, quando os donos de terras ainda se sucedem ininterruptamente, e nada se obtém do solo e proveitoso?

São, por certo,

E proclamo resgirmos contra o lado da natureza, mas com maior ponderação, reflectidamente, e é voltando as vistas para as indústrias agrícolas, que podermos triunfar de todas as dificuldades, que nos a oprimiram no momento actual.

Tudo que não for proclamamento isto, não resultará no mais leve efeito, porque resolvida e a primeira parte, teremos de obter a deputadora União em que nos aparamos, o que só alcançaremos fomentando o desenvolvimento Intelligent e praticamente as fontes de produção agrícola; e, mais ainda, buscando com ardente empenho mercados exteriores para o consumo dos nossos produtos, na proporção da seu crescimento interno.

Maior tarefa seria enumerar os continuos exercícios da iniciativa particular nas diferentes nações da Europa e dos Estados Unidos da America, auxiliada sempre pelos governos, já para dar maior ovulação à superabundância da produção, tentando novos mercados, já melhorando as condições de competencia, que as exposições, principalmente a regionais, servem de estímulo.

O Brasil, que não se contentou, infelizmente, ao incrementar a a produção do café, deve estar convencido que é encaminhando com providencia as no a tentativas, que poderão ser estas levadas a bom termo.

Sem uma propaganda contínua e persistente, com organização estável para um período longo nos grandes centros de consumo, nada obtencemos que possa satisfazer ao futuro da cultura do café, porque as oscilações de alta e baixa no preço confundirão a preocupar a atenção dos interessados; medida essa que não exclui outras de efeitos mais imediato, que devem ser quanto antes adoptadas.

Exponemos este facto para demonstrar que ao desejando que tom havidu de no a parte é preciso que se proceda um período de iniciativa francamente particular auxiliada pelo Governo, por que esperar também tudo de te seria nada querer.

Não somos excentristas, o no se empenho é que se consulte o interesse de todos os ramos da produção nacional, quer no trato do mate do Paraná ou Matto Grosso, quer no trato dos preços frutos dos Estados do

Norte, porque é o conjuncto das forças vivas da Nação que está em causa.

Entrando no assumpto propriamente da nossa secção, diremos que a presente exposição tem dois objectivos: appollar para a classe dos criadores nacionaes, mostrando que é chegado o momento de abandonar a rotina; que, os horizontes da industria pecuária nas suas muitas ramificações são mais vastos, que do qualquer outra onde seja reclamada a actividade humana; além do que é a que pôde melhor resistir às crises intermitentes a que toda exploração industrial está sujeita; e, chamar a atenção do Governo, solicitando o seu valioso concurso em prol de tão importantes interesses até aquí não só descurados, mas até impatrioticamente ignorados.

Ainda agora o Exm. Sr. Ministro da Viação, a quem o paiz já devo tão relevantes serviços, no seu relatorio lembra a necessidade de serem removidas as causas acumuladas que determinaram a crise actual, em beneficio da riqueza publica e particular do paiz.

Sóia longo fazermos o histórico e o desenvolvimento da industria pastoril entre nós; o certo, porém, é que desde o inicio do nosso periodo colonial até hoje não tem ella passado de uma riqueza latente, que as novas gerações cabo impulsivar com vantagens reais para a comunhão nacional.

O terreno está aplanado; ao lado de uma natureza inoxgostável e fertilissima, vemos a cada passo o influxo do homem, que a desbravou preparando a estrada por onde os conquistadores contemporaneos têm de percorrer.

O mais difícil está feito. A marcha progressista da industria pastoril foi lenta e quasi sempre entorpecida por factores de toda ordem; a superioridade das culturas mais rendosas, ao atraço do commercio internacional; e, apesar da escassez quasi absoluta da instrução técnica na grande maioria dos nossos criadores, essa industria acha-

se mais ou menos generalizada em alguns dos nossos Estados, ministrando recursos para a subsistencia de boa parte da população e concorrendo por via do imposto para as rendas publicas.

Os institutos zootecnicos e as escolas práticas de agroenteritura que se fundarem, difundirão o ensino; e com os conhecimentos científicos, os nossos criadores irão abandonoando os costumes rotineiros.

Os campos explorados pela industria pastoril devem a sua valorização à obra civilizadora do gado, que vai deixando por onde passa marcos de adiantamento, de progresso, quer sejam estes representados pelos ranchos de criação, quer pelas grandes *Cidades de Carne* dos Estados Unidos.

O nosso ideal não pôde reposar na organização europeia, que absolutamente não consultaria os nossos interesses, não poderia servir de modelo à nossa exploração industrial, e nem seria adaptável ao meio em que agimos, por serem outros e diversificantes os elementos que nos oferece a natureza prodiga, selvatica e virgem que possuímos, sem que desconheçâmos a importância daquellas organizações.

Isto não quer dizer que não tomemos os productos aperfeiçoados das raças de gado, que com esforço ingente a velha Inglaterra ha mais do seculo o meio cultiva. Para a transformação que almejámos, pois, teremos de ir buscar alli e em outros paizes o cruzamento selezionado do seu melhores tipos.

O que não faremos e não podemos é nem nos conviria adoptar, sóia a criação em estabulos, que só dia resultado onto a densidade de população e estreiteza de espaço são caracteristicos do paiz. Na Europa, as raças do gado se multiplicão, tomando soições proprias da cidade a cidade, se desenvolvem o prospero em pequenas propriedades rurais, muitas vezes, mantidas pelo proprietário, o que se não dá entre nós.

No Brazil, como nas Republica do Prata, o problema da industria pastoril se nos apresenta sob um aspecto muito diferente à vista

da parte lado de norte e campo. A vastidão imensurável da América do Sul e a exortação daqueles que nos permitem trazer uma exploração vantajosa, no direcção de adoptar o processo europeu na vila Europa.

Ainda de que o nosso maior desideratum é conquistar um espaço no mundo europeu, e isso só podemos alcançar tirando partido das riquezas imensas que temos riqueza natural, mas por um processo muito pratico, que é condutor de umido e continente a recte do norte sul, e o solhando de preferir nela a parte mais valiosa ou lo a Indústria pastoral para melhor melhorar, e do outro lado a adoptar reformas que deixem margem para lucros notáveis de competência, o que facilitará implantando o sistema de refrigeração de carnes em geral.

A carne exportada da América do Norte pelos processos da *hamburgue* vai a todos os pontos mais remotos da Europa; e a sua expertise, o do gado em geral, que é considerável, permitiu maior expansibilidade, porque o custo da produção, apesar do salário elevado nessa América, é muito inferior; porque podemos fazer o mesmo que aquelle atlantico povo, quando é positivamente certo que a República Argentina já o tem preconizado o exemplo.

E' a um instante o gado vacum, e portanto o criado, o seu quanto dade tal, na Província do Rio Grande, Paraná, Matto Grosso, Goyaz, Minas e em alguns Estados do Norte da República, como o Piauhy, que já não seria desejado, mas um um crime, se fizessemos diferente. A solução de um problema que tanto concorre para incrementar a riqueza nacional. Regozitando assim o interior do país de excellento gado, não raro temos talvez o desejo de importar a doméstica de que, mal informado talvez, sustentava que não faltava o gênero ate para o norte e sul. O que se observava previdosamente é que a utilização de qualidade e capacidade de tal, como é abatido e vendido na Capital da República, deixaria de ser, quer se trate do velho entimo, em limitante

quantidade importada, quer se trate do gado nacional.

A importação do gado para o Distrito Federal, mesmo do gado menor, se faz de modo incompleto, forma jumentina e atentaria dos maiores e melhores preceptos da higiene. O gado é maltratado e depois da matança a preparação da carne é mal feita; quando entram ao consumo, é um produto do peior qualidade e as mais das vezes proibição à saúde pública.

Chegando a isto a anomalia poneo Brasil, do bravo um dos primeiros países do mundo em gado vacum e na capital da República fazermos uso da peior espécie de carne verda. Ia um correctivo?

Há um meio de ser atacado o problema, de sorte que fiquem por uma vez resolvidos os pontos de maior atenção dos criadores e os consumidores?

E o que re-poulo afirmativamente.

E quanto à tentativa de se comprehendimento para a regularizar a lei do actual comércio das carnes verdes, o Governo do Estado de Minas dello já cogitou, e uma empreza é a em vista de formação.

O atumpto é notoriamente reconhecido da importância capital, porque é daquelas que tem de consultar várias ordens de interesses, antitheticos alcuni delle, mas resolvidos os maiores culminantes. Tais se ha posto um ponto final em questão tão invata. E estes são os da comunitariedade produtor.

As mesmas insuficiente vista do comunitariedade, o uso, costume, modos e ideias populares aos novos criadores, que se vêm habendo de recorrer para oferecer a sua mercadoria em pura especie, faltando assim todos os que o fizerem, e tão exigindo uma transformação radical no modo pelo qual se tem exercitado o ramo do ofício publico, que reflecte de perto o direito do proprietário.

Methodical, para, é um dever de que se interessou sinceramente pelas coisas genuinamente nacionais.

No geral, pois, nas normas communs de

um commercio abandonado a si mesmo, que o problema encontrará solução ; mas sim em uma methodisação intelligentemente feita pelo poder publico, respeitadas todas as condições do commercio e da lei e consultados os principios da liberdade comercial, garantindo todas as aptidões.

E' o que deve fazer o Governo.

E' o que indicaríamos se fizessimo.

Qual o processo — o plano a adoptar-se ?

Todo aquello, que satisfaga as condições imprescindíveis quo um tal assumpto reclama para o seu mais completo e regular funcionamento, desde a garantia constitucional até ás mais rigorosas prescripções hygienicas.

O transporte, o acondicionamento, a escolha dos animaes saudos, a attenuação dos caidores pelo processo da refrigeração, e outras muitas medidas, é o que aconselharíamos fossem adoptados entre nós.

A carne importada de Minas, em frio, quanto baste para sua perfeita conservação, será muito superior á que é abatida actualmente no Matadouro de Santa Cruz, onde o gado chega estropiado e cansado da penosa viagem, sem alimento e sem agua.

O transporte da carne em frio, dos campos de criação, muito deve concorrer para a utilisação do producto puro, porfisito, melhor e saboroso, e a menor custo do frete nas ferrovias, porque limitado a volumes em frigoríficos ou camaras frias, a viagem pôde ser feita com pequena velocidade, o que em estrada de ferro significa um frete minimo ; operando-se tudo em prol do consumidor e do productor.

Um outro ponto que também é digno de atenção é o que se refere ás balanças especiais para o peso das rezas, unico meio de garantir os interesses do criador, que venderá o seu gado pelo valor real, ao contrario do que se tem faltado até aqui.

Ainda outro não menos importante é o que se refere à sanidade do gado, devendo exigir a autoridade sanitaria a mais rigorosa inspec-

ção no acto de o abater, medida quo dentro de um período relativamente curto dará os melhores resultados, porque os criadores, haveristas e boiadeiros não trarão aos matadouros gado quo pudesse ser *in limine* rejeitado.

Dove ser uma obra da regeneração completa essa do fornecimento de carne verde aos grandes centros, e quo reclama a atenção dos governos locais e da União, garantido pela melhor forma possível o interesse dos industriaes e concomitantemente os da saúde publica.

O publico actualmente compra mais ou menos a parte quo o açougueiro quer vender e não a quo elle quer comprar ; a qualidão melhor tom o mesmo preço quo a inferior ; o osso é dado mais ou menos como elemento nivelador da qualidade ; a sofreguidão do vender, para quo a carne não deteriora, tira a calma ao vendedor e ao comprador ; depois de certa hora do dia pôde-se dizer quo não ha mais o artigo á venda ; tudo se faz precipitadamente de manhã ; emfim é um serviço de organização primitiva e resistente ás modalidades comerciaes, quo a hygine, a physica e a chimica condonão, que a técnica e a experiença reclamão se modifiquem.

Tudo isso será corrigido pelo sistema quo Minas pretende pôr em prática com a organização de seus matadouros, o quo devo ser limitado por outros Estados da Republica.

Com tal organização, a carne na mais rigorosa estação de calor se conservará em perfeito estado, ao contrario do quo actualmente sucede.

Do tudo isso resultará :

- a) certeza da venda da carne boa, em seu perfeito estado ;
- b) aproveitamento na sua totalidade, isto é, não se dará perda do um só kilogramma, daí :
- c) a não precipitação na venda ;
- d) a certeza de quo não haverá carne deteriorada, como actualmente sucede ;
- e) dado o não perdimento, o seu preço fi-

era muito mais rebarbativo, porque o projeto sempre não estabelecia dia de acordo com a perda aleatória, e de lá que esta não tinha mais o ar, deixado entrar nos cálculos para o ar, se o artigo, ou como factor para o tornar mais barato.

Na realidade, o consumo do Rio do Janeiro é um tanto da carne tomada diretamente nos campos de criação, perfeito, melhor e mais barata, em vez de ser de extra pelo calor e pelo tempo.

Para demonstrar a importância do nosso futuro comercial em relação à exportação da carne verde, basta lembrar o que diz Paul de Rondeix em relação à criação de os grandes centros de aeração nos Estados Unidos:

« On ne peut pas consommer dans le pays toute la viande qu'on y produit ; il faut, donc, l'exporter et comme on ne peut l'exporter que très loin, sur d'autres continents, il faut la mettre en état de voyager soit la forme la plus commode ; dès lors, il se forme nécessairement des établissements d'abattage non plus en vue de la consommation locale, comme en France, mais en vue de l'exportation et, comme l'exportation offre en marché presque sans limite, ces établissements vont être non plus de petits ateliers, mais d'immenses fabriques de conserverie. »

Telle est la raison première de ces grands *packing-houses* où l'envoient chaque jour des milliers d'animaux.

Il est clair que toute aeração n'est pas également bonne pour ces vastes entrepôts ; ils doivent se trouver à *près des ports* ou *à longue distance*, pour recevoir los bœufs, los porcos ou los moutons, avec le moins de frais de transport possible, et, de plus, être pourvus de moyens de communications nombreux et fiables avec les ports d'embargo, et d'où la viande dûment préparée est expédiée en Europe.

Ainsi, *Villes de Viande* se mantêm e desplazam a medida que los países d'élevage se

d'engraçamento recuam verso l'Ouest, avec le développement de la colonização ; elles aussi ont marché vers l'Ouest.

Lorsque M. Tolson volt prosterar un publico parisién, vendo-lhe um tipo d'americain, « marchand de porc salado », ce fut à Cincinnati qu'il place la résidence de M. Thomas Crandall, à cette époque, Cincinnati tenait la tête en effet, dans cette industrie, et long temps elle resta baptisée au surnom significatif de *Porkopolis* ; Chicago naissait à peine alors, plus tard elle entra en scène avec Louisville, Saint Louis, Indianapolis, Milwaukee, qu'elle devait promptement dépasser ; aujourd'hui elle a pour rivales Kansas City et Omaha ; domain qualche bonrg ignoré du Texas comptera peut-être parmi les grandes villes de viande.

En jetant le yeux sur uno carlo dos E.U., on se rend compte que Chicago, Omaha et Kansas City, les trois plus importantes villes de viande, formo une ligne brisée, a l'ouest de laquelle se trouvent los E.U. producteurs de viande.

Cette ligne coupe l'Amérique du Nord au Sud et sépare en réalité l'Ouest de l'Est, los pays neutres des pays civilisés. Il existe, il est vrai, d'autres centres moins connus, mais les douze E.U. (Ohio, Indiana, Illinois, Iowa, Missouri, Kansas, Nebraska, Minnesota, Wisconsin, Michigan, Kentucky et Tennessee) sur la surface de quels ils sont disséminés, occupent précisément cette situation intermédiaire entre l'Ouest et l'Est.

Partout où, dans ces E.U., los moyens de communication son nombreux, il s'établit quelque *packing-house*, et là où elles atteignent leur plus grand développement, los *packing-houses* prennent des proportions formidables.

C'est ainsi que Chicago est à la fois le plus grand centro de chemins de fer et le plus grand centro de *packing-house*. Cinquante et uno lignes, appartenant à trenta douze compagnies différentes, partent de Chicago, pour rayonner sur toute la surface des E.U., do-

L'Atlantique au Pacifique du golfe du Mexique au Canada, et quatre millions et demi de porcs, plus deux millions et demi de bœufs y ont été abattus dans l'espace d'un seul annee (1889-1890).

C'est là d'ailleurs que les maisons les plus considérables, Armour, Swift, Hammond, ont leur siège principal.

Essa pagina transcripta textualmente do excursionista frances dá-nos idéa exacta da grandiosidade do assumpto, que, segundo elle, tem por campo a explorar-se uma exportação quasi sem limites e de outro, que a exploração deve ser assentada junto dos campos de criação. E' essa nossa opinião sem desconhecer que dentro de alguns annos a maior organisação da America do Sul, nesse genero, poderá ser installada no Rio de Janeiro, quando sahirmos do periodo modorrento em que nos achamos, e for convenientemente utilizada essa riqueza latente da nossa patria.

Aconselhamos hoje, à semelhança dos Estados Unidos, que as primeiras tentativas de imitação sejam feitas nos Estados criadores, enquanto nos preocupar apenas o consumo local, para mais tarde, quando o problema apresentar uma outra face, a da exportação, ser em definitiva organizada as grandes *paching houses* no Rio de Janeiro.

Já que nos ostendemos um pouco sobre o assumpto, juntaremos a este trabalho a tradução que fizemos da *Statistical Publishing Co.*, sobre a organisação, processo da exploração e utilisação do boi, do porco e do carneiro como é feita em Chicago.

E' uma leitura que será proveitosa, orientando o espirito dirigente do nosso criador, que compreenderá o alcance de por em prática novos meios, que o levem a aperfeiçoar uma Indústria tão bem iniciada já entre nós.

A polícia sanitária do gado morreu do Governo frances, em 17 de abril de 1897, o seguinte decreto :

« Art. 1.^o Ficam criados no Ministerio da Agricultura num lugar do inspetor geral e do inspetores dos serviços sanitários dos animais.

Art. 2.^o Estes funcionários tanto por missão asssegurar o bom funcionamento dos serviços sanitários departamentais, de velar pela applicação rigorosa das prescrições da legislação sobre polícia sanitária dos animais, no que concerne às doenças contagiosas, a inspecção das feiras e mercados, à vigilância dos matadouros, das matanças particulares e dos enraios.

a) Deverão igualmente vigilar a desinfecção do material de transporte dos animais.

b) Em caso de epizootias em uma região, poderão ser commissionados pelo Ministro da Agricultura com o fin de tomar as medidas necessárias para a combater.

c) De uma forma geral, deverão informar a Administração da Agricultura sobre todos os factos que interessarem o serviço sanitário dos animais.

Art. 3.^o O vencimento desses funcionários é o seguinte : Inspecto geral de 1^a classe, 10.000 francos; de 2^a classe, 9.000 francos; de 3^a classe, 7000 francos.

a) Inspector de 1^a classe 5.000 frs.; de 2^a classe 5.000 de 3^a classe, 4.000 frs.

b) A promoção de classe não poderá ter lugar senão depois de tres annos de exercicio pelo menos na classe precedente e segundo os recursos do orçamento.

Art. 4.^o As despesas de viagem deste funcionario, serão reembolzadas, mediante requerimento, de acordo com as bases seguintes:

a) Inspector geral : despesa de estadia 20 frs., por dia; ajuda de custo : por vias ferreas, 15 centimos por kilometro; por caminhos terrestres, 50 centimos por kilometros.

b) Segundos inspectores : despesa de estadia 15 frs., por dia; ajuda de custo por vias ferreas, 15 centimos por kilometros; por via terrestre, 50 centimos.

Art. 5.^o As disposições contidas no de-

creto do 1 de Janeiro de 1885 é relativamente ao serviço militar de animais no interior, de revogar daquele que permitia contratar a propriedade do mesmo de resto.

Paris, 17 de Abril — J. M. Ione.

O Governo da União Federal tem regulado o seu trabalho, pela forma mais conveniente ao interesse e de uma federação; a inspeção faz-se por via dos funcionários federais e n'interpac, dando o maior exponibilizado resultando limitar o gasto, nos serviços devo ser o cumprir a sogra pelo novo Governo em quanto que fala tão do ponto à saúde pública.

Podíam-se nos alargar em novas considerações, porque a Igreja é praia do Interessante a um ponto, não dispõe de tempo, e convém que a presente exposição não se limite a esse ramo da Indústria pastoril, compreendo já no momento actual o que maltratado reclama.

A forma praticada, que nos parece mais adaptável ao desenvolvimento da Indústria pastoril, desbuxo do ponto de vista da criação, deve ser a do Impulsionamento direto pelo Interessado, auxiliado, entretanto, pelo poder público.

As autoridades que nos pareceram mais seguras da direção e realização a execução do meu plano que seria Inaplicável, pela dificuldade de methodizar, aí que o processo de criação exige em um país tão vasto, além de despendos elevados, e a mim acorsselharmos que todo o esforço nesse sentido fosse realizado pelo sistema Instruto, como em disso o ponto da presente exposição já salientamos.

Uma autoridade ou syllicate que organizasse um estabelecimento modelado, e cada ou faixa, onde sejam adoptados processos de meios de agricultura moderna, entre outros mais afanados e práticas das diversas raças do gado, no para o mercosul Industrial.

entivelo devido apoio do poder público mediante importação que fôr em de proveito à comunhão social.

Monta los convenientemente alguns desses estabelecimentos com os elementos de que necessita a Indústria pastoril para o seu aperfeiçoamento, o Patrício criador e terá oportunidade de ver mal um ramo do gado accentuar-se, fornecendo-o nova fonte de renda para as finanças da Republica.

Esse estabelecimento encontrará quanto à raça bovina, terrreno regularmente apalhado, visto o grande adiantamento em que nos achamos em algum Estado, principalmente nos do Rio de Janeiro, Rio grande e Minas Gerais, de forma que a sua negociação será de effetto imediato.

As vantagens do tipo de associações constituiu sobretudo na Importação das raças cavallares, lanigera e lema.

A falta entre nós, tão notável, de animais de força e tiro, a diferença com que faltamos na obtenção dos mesmos para o exercito e polícia, e os preços exagerados que o Governo despende para o seu uso, mostra que os criadores naclonaram preconcernente-bão imediatamente desse ramo da Indústria pastoril em virtude do lucro, que o mesmo oferece e, teremos ainda por essa forma aproveitado intelligentemente os nossos campos dando-lhos outro valor e libertando a força de cavalaria macilenta da contingência em que tem vivido sobre a pressão estrangeira.

Quanto à Lanigera sobre-alo a simples via, que a criação da envolvida desbuxo do duplo aspecto do peso e da lã, facilitaria o fornecimento da matéria prima às nossas fábricas e aliás um elemento Industrial que entraria em concorrência nos mercados mundiais com a Nova Zelândia e as Repúblicas do Prata.

O criadouro criado em Lisboa mal colletou mais, a clinica que fôr mais diligente nos nossos campos como o gado bovino. Em tudo que diz respeito ao seu envolvimento desse tipo, principalmente da lanigera, deve

aparecer o esforço directo ou indirecto do homem proporcionando-lhe os meios de vida.

E' muito vulgar ouvir-se, que o carneiro não se acclimata entre nós, mas quererem que com elle se dê o mesmo que com o bovino é mostrar completo desconhecimento da natureza dessas duas espécies de gado.

O carneiro oxige pastores, provédios, abrigos, curraes especiais e uma vigilância contínua e até cães especiais que o contenham nas manadas, e isto quor se trato da Europa, da Australia, ou da Republica Argentina. E' o que não temos praticado. Se não se põe ao alcance do robambo tudo de que necessita, elle se perde ou se deteriora; a dolceza extrema de sua constituição o torna sujeito a uma quantidade de molestias, que precisão ser evitadas e tratadas.

O mesmo não se dá com a criação do gado vaccum, que nada reclama de extraordinário para sua propagação rápida, além de que a vigilância nessa raça é mais prática e os cuidados em relação às molestias que o atacão são mais fáceis ao homem debellar, e estas em muito menor numero.

A criação do carneiro, em summa, é interessantíssima, lucrativa, e nós a aconselharmos fosse feita em grande escala, à semelhança da Australia, da Republica Argentina, pelos nossos criadores.

O seu futuro está destinado principalmente à America do Sul, porque no processo, que o homem faz diariamente por via do seu esforço na Industria, quer se trato da matéria prima — a lá para as fábricas de tecelagem; quer se trato de fornecimento da carne, estes productos serão então obtidos por preços que desafiarão toda e qualquer concorrência.

O resultado pôde ser assombroso na exploração dessa industria, se a paciencia, os detalhes os mais insignificantes, a assiduidade e constança forem postos ao seu serviço. Quem não quizer posar essa responsabilidade e não encarar de anhimo proviniente o seguro um plano de antemão traçado para ser ex-

cutado, não se proponha o nem se abalancie a esta tentativa, a menos que não se trate de criação muito limitada, porque o resultado será completamente negativo.

Em se tratando do carneiro, lembremos a conveniencia de mandar o Governo da Republica por quem tenha competencia compôr um tratado sobre a criação das diversas raças do gado, de forma a levar aos pontos mais afastados do paiz as noções praticas e que possão servir de compendio aos nossos criadores, consultados os elementos das diversas zonas do paiz.

Os trabalhos esparsos, que seguidamente são publicados da elucidação dos problemas que dizem respeito ao assumpto, produzem bons resultados, mas não satisfazem, por completo, ao passo que o mesmo não se dará com um livro que possa ser manuseado a toda hora, a todo momento, e que à força de o ler será elle retido de memoria pelos interessados.

A raça suína merecerá de tais organizações cuidado igual senão superior ás precedentes devido a certos pontos de vista. A instalação de secções especiais para a engorda, a alimentação e o estudo que desta se deve fazer serão um dos seus principaes fins. Limitar o sistema de engorda seguido pelos Norte-Americanos seria o nosso *desideratum*.

Uma voz dissidente praticamente tal sistema, alguns Estados, o do Rio Grande, o do Minas e outros poderão fornecer aos demais da Federação Brazileira, o toucinho e a banha hoje largamente importados dos Estados Unidos; e, como ao nosso paiz está destinado o mais extraordinario futuro, dia virá em que podermos concorrer até na exportação com aquella grande Nação.

O cruzamento e a selecção têm na raça suína também muita importância como nas já descriptas, o diremos que o cruzamento em todas elas deve ser iniciado pelo reproductor macho e a mesma regra deverá se adoptar mesmo quando se trate sómente da melhoria por selecção.

O syndicato que se organissasse o solicita³³⁰

o auxílio da polícia pública, se sujeitaria à proscrição e reincidentes para o e fim adoptá-la e as obrigações decorrentes das favores, dentro de quaisquer prazos determinar as seguintes:

a) — A só receber o auxílio pretendido, depois de completamente montado o estabelecimento, com todos os melhoramentos necessários, antes praticar da ariedadina e resto lama, compor de demonstração pela mecanica racional o respetivo gado da raça, nojeto nisso à approvação da comissão por parte dos governos Federal, Estadual e Municipal.

b) — A fazer acompanhar os reproductores de raça estrangeira, dos respectivos atestados de nacionalidade e filiação,

c) — A manter um Herd Book que registre as cruzamentos e as seleções obtidas;

d) — A fornecer aos criadores, por preço razoável, reproductores obtidos pelo cruzamento ou pela seleção, e a receber as somas das diversas raças para serem encaminhadas no estabelecimento.

e) — A franquear o estabelecimento ao fiscal do governo, sempre que for conveniente ou este requerimento por um inspetor, e assim entender o mesmo Governo.

f) — A fazer funcionários regularmente o estabelecimento durante um prazo, que será fixado, porém nunca inferior a cinco anos, sob pena de impenhorar ao Governo pela restituição do auxílio concedido.

g) — A introduzir, por conta do criador, reproductores da raça.

h) — O syndicato espontaneamente poderá em qualquer tempo exonerar o da responsabilidade, restituindo o auxílio recebido.

As raças que indicamos devem de preferir-se importá-las no país, e as seguintes:

RAVINA

De raça britânica e aconselha preferência, e de trabalho.

Devem ser preferidos, para o desenvolvimento da pecuária, reproductores Durham,

— 10 —

Horseford, Normandos Contentinos, Charolais, Holstein Friesian (Estados Unidos), Bretão, Jersey, Guernsey, Shetland e outros tipos da raça Sul-a, a raça Hollandeza e a Jurásica.

O cruzamento deve ser feito com os nomes dos tipos conhecidos: a Acaeraú e a vaca Jumqueira, e com a Hollandeza do Rio e 7/8 pura, já obtida entre nós.

CAVALLAR

Devem ser importados reproductores árabes, platnos e europeus, acompanhados de suas respectivas raças. A raça árabe por excelência. O Percheron e as raças platnos cruzadas com equas puras e crioulhas.

LANICERA

Devem ser importados os melhores tipos que a observação indicar como adaptáveis ao nosso clima e pastagens, harmonizando tanto quanto possível, o peso e a produção do leite, servindo de base para esse empreambendimento as raças Merlin, Rambouillet, Lincoln, a raça Inglesa acclimada no Rio da Prata e, sobretudo, a sub-raça face negra argentina, provenientes do cruzamento das raças inglesas Southdown e Oxfordshire, apropriadas às pastagens pobres, muito forte, excelente para corte e de baixa abundância lama.

LIMA

Devem ser importados de preferência os tipos norteamericanos e Ingleses: Berkshire, Yorkshire e Poland Chino.

A industria pastoriaria, com dúvida, das mais rendosas, porque, prezando muitas amarras e dificuldade poderá manifegar, se o preço da carne baixa, o da lã, do couro ou da manteiga, dos cavalos ou das bestas pôde elevar-se o investimento.

Mas como tais artigos em todo o mundo são de primória necessidade, somos levados a crer que tenderão a se fazer mais e mais procurados.

Raciocinando por essa forma não poderíamos deixar de chamar insistenteamento a atenção dos nossos criadores, lembrando-lhes a necessidade de uma intervenção radical para o aperfeiçoamento dessa indústria do balho do aspecto varlo com quo ella se nos apresenta.

Competencia profissional, prática e zelo são os requisitos exigidos para que o criador tire todos os proveitos da indústria pastoril, a qual pôde resistir melhor do que outra qualquer às adversidades a quo todas as causas estão sujeitas.

LACTICINIOS

Por nos faltar o tempo e mesmo porque neste momento é a manteiga, da indústria de lacticínios que mais preocupa a atenção, quer das indústrias, quer das que se interessam pela pureza do produto, só a ella nos referiremos e mesmo assim muito sucintamente.

Os nossos legisladores, à semelhança do que fez o Parlamento francês, por mais de uma vez tem agitado a matéria, reclamando providências do Governo e propondo leis especiais de tarifa.

Entendemos em primeiro lugar que deve ser taxativa a proibição da manteiga margarinada, e em segundo lugar que a taxa sobre a manteiga pura deve ser muito mais elevada que a da actual tarifa, não cesse o argumento de que ainda não produzimos esse género em quantidade suficiente para o consumo.

O facto é verdadeiro, mas com uma lei protecionista, em tres annos no maximo, o nosso mercado poderá estar repleto desse género e aperfeiçoado como o temos, salido de algumas de nossas fábricas.

O facto de não produzirmos o suficiente para o consumo não basta, porque a França produz café em suas colonias, entretanto a sua tarifa é, como se sabe, exageradíssima para esse producto.

Os países productores de manteiga tem feito leis especiais contra as fraudes implantadas na fabricação dessa produto, pongamos que identicas medidas devem ser adoptadas, não só quanto às importadas, como quanto às fabricadas no país, e que houverem sido fabricadas com matérias nocivas à saúde pública.

Nos limitamo-nos a trasladar para aqui o teor da lei francesa, para que limitemos tão alavancado procedimento, fazendo nosso trabalho o estudo pelos moldes dessa lei.

Lei de repressão à fraude no comércio de manteiga e à fabricação de margarina; de 16 de abril de 1897.

O Senado e a Câmara dos Deputados tem adoptado,

O Presidente da República promulga a lei do teor seguinte :

TÍTULO I

Art. 1.º É proibido designar, expôr, pôr à venda ou vender, importar ou exportar, sob o nome de manteiga, com ou sem qualificativo, todo o produto que não for exclusivamente feito com leite ou da nata proveniente do leite ou de um outro, com ou sem sal, com ou sem colorantes.

Art. 2.º Todas as substâncias alimentícias, que não a manteiga, quaisquer que sejam suas origens, sua procedência e sua composição, que apresentem o aspecto de manteiga e sejam preparadas para o mesmo uso que este último produto, não poderão ser designadas senão sob o nome de margarina.

A margarina assim definida não poderá em caso algum ser adicionada de matérias colorantes.

Art. 3.º É proibido a quem quer que se entregue à fabricação ou preparo da manteiga, fabricar, deter em seus depósitos ou em qualquer lugar que seja, margarina ou óleo-margarina, nem deixar fabricá-la, e deter por uma outra pessoa nos lugares ocupados pela manteiga.

A mesma proibição é feita aos inter-

materiais, comumente e variáveis do mimo, etc.

O artigo primeiro parágrafo do presente artigo não se aplica aos varejadores cooperados ou filiais que não praticam negócios com o exterior.

A margarina ou o óleo-varetaria não podem ser introduzidos no território, não é-lhe visto de guisa de pagamento para estes, ou pela ação do imposto principal.

A quantidade de margarina ou óleo-varetaria que cada quantitativo provavel da «fábrica» do Estado, ou da nação com o óleo-margarina, ou que esta provavel de uma alíquota de mandado, não poderá exceder a 30 por cento.

Art. 4.º Todo aquele que quizer vender à fábrica ou da margarina, ou do óleo-margarina, deve fazer a declaração, em Paris, na Prefeitura da Policia, o seu departamento, no dia da comunicação que quer dar a fábrica a fabrica.

Art. 5.º Os lojistas, nos quais fábricas ou armazéns, ou depósitos ou lojas vendem margarina ou óleo-margarina devem ter um sinal distintivo, com cara de três milímetros, pelo menos, 50 centímetros (0,50) de altura a palavras «fábrica», o ponto ou varas da margarina ou do óleo-margarina».

Art. 6.º A fabrica da margarina ou do óleo-margarina só sujeita à vigilância do inspetor municipal pelo varejista. Estes compradores temem por não poder a fábrica, a entrada de matérias primas, a qualidade das mesmas e das matérias da margarina ou do óleo-margarina. Elles são alegadas de que as regras preceituadas pelo Governo, com o parecer da comissão de higiene publica foram rigorosamente observadas. Elles têm o direito de se opor ao emprego das matérias determinadas no artigo anterior, de rejeitar da fábrica e de rebatê-lhe, podendo intervir a autoridade fiscal das finanças da presente lei, dentro de razões de tempo razoável, intervindo para sua execução.

Art. 7.º O inspetor mencionado no

artigo pode penetrar em qualquer tempo e com todo o licença das fábricas da margarina ou do óleo-margarina sujeitas à sua vigilância, no armazém, adega, celeiro e caixa ou telha suas dependências, bem como em todos os depósitos e varas da margarina ou do óleo-margarina.

Art. 8.º O tratamento das luas portuárias a cargo da estabelecimento algueiros, o desembarco pretendido em Conselho de Estado para a execução da lei nella fixará a importância bem como o modo da percepção das taxas.

Art. 9.º As caixas, valises e recipientes quaisquer, contendo margarina ou óleo-margarina devem talas trazer, por todos os lados, em caracteres visíveis e indeleveis, a palavra «margarina» ou «óleo-margarina». Os elementos componentes da margarina devem ser indicados pelas aliquotas e polas facturas dos fabricantes e varejistas.

No comércio em grosso, os recipientes deverão ainda imbrigar em caracteres bem visíveis o nome e o endereço do fabricante.

No que diz respeito à margarina destinada à exportação, o fabricante será autorizado a substituir a sua marca da fábrica, pela do comprador, com a condição que esta marca traga em caracteres visíveis a palavra «margarina».

No comércio à varejo, a margarina ou o óleo-margarina devem ser entregues sob a forma de pacotes cubos com um sinal trazendo sobre um dos lados ou a palavra «margarina» ou «óleo-margarina» o ponto em um invólucro, trazendo, em caracteres visíveis e indeleveis, a mesma designação, bem como o nome e endereço do vendedor.

Quando os pacotes forem rotulados, a marca fará figura entre si em um invólucro trazendo a referida inscrição.

Art. 10. A margarina ou óleo-margarina importada, exportada ou expediida devem ser, em forma de caixas, pôrtos com recipientes da fábrica e trazendo as indicações mencionadas no artigo precedente.

Art. 11. É proibido expôr, por a venda

ou em deposito, o vendor em um lugar qualquer, margarina ou oleo-margarina, sem que sejam encerrados nos recipientes indicados no art. 9º e trazendo as indicações ali prescritas.

A ausencia destas designações indica que a mercadoria exposta, posta em deposito ou à venda é de manteiga.

Art. 12. Nas contas, facturas, conhecimentos, recibos de estradas do ferro, contractos de venda e de entrega e outros documentos relativos à venda, à expedição, ao transporte e à entrega da margarina ou do oleo-margarina, a mercadoria deve ser expressamente designada, conforme o caso, como «margarina» ou «oleo-margarina». A ausencia destas formalidades indica que a mercadoria é manteiga.

Art. 13. Os inspectores designados no art. 6º e, em caso de necessidade, profissionaes especiaes nomeados pelo Governo tem o direito de penetrar nos lugares onde se fabrica para venda, ou naquelles em que se prepara o vende manteiga, tirar amostras da mercadoria fabreada, preparada, exposta, posta à venda ou vendida como manteiga. Podem da mesma maneira tirar amostras na alfandega, ou nos portos ou nas estações das estradas do ferro.

Tanto quanto for possível, a retirada de amostras será feita na presença do proprietário da mercadoria ou do seu representante.

As amostras serão remetidas aos laboratorios designados por decisão ministerial para serem submettidas a analyse chimica e a exame microscopeo.

Em caso de fraude provada, o processo verbal será dirigido e transmitido, com o relatorio do chimico profissional, ao Procurador da Republica, que instruirá o processo imediatamente.

Art. 14. Cada anno, o Ministro da Agricultura, sob parecer da comissão consultativa de estações agronomicas e laboratorios agricolas :

1.º Prescreverá os methodos de analyse a

seguir para o exame das amostras de manteiga retiradas como suspeitas de falsas;

2.º Fixará a taxa das analyses;

3.º Detorá a lista dos poritos chimicos encarregados de fazer a analyse legal das amostras retiradas.

Art. 15. As amostras retiradas são pagas aos detentores na forma do orçamento do Estado, assim como as despesas da visita e da analyse.

Em caso de condenação, as custas correm por conta dos delinquentes.

TITULO II

PENALIDADES

Art. 16. Aquelles que tiverem scientemente contravindo as disposições da presente lei serão punidos do prisão de seis dias a treze meses e de uma multa de 100 a 5.000 francos, ou de uma destas duas penas sómente. Todavia serão presumidos de ter conhecido a falsificação da mercadoria aquelles que não puderem indicar o nome do vendedor ou o remettente.

Os carreteiros ou companhia do transport por terra ou por agua, que tiverem scientemente contravindo as disposições dos arts. 1º e 12, não serão passíveis senão de uma multa de 50 a 500 francos.

Aquellos que tiverem impedido os inspectores e poritos designados nos arts. 6º e 13º de cumprir suas funções lhes reensando a teada nos locaes de sua fabricação, de depósito e de venda, e tirar amostras, serão passíveis de uma multa de 500 a 1.000 francos.

Art. 17. Aquellos que tiverem scientemente empregado matérias deterioradas prejudiciais à saúde publica para a fabricação da margarina ou do oleo margarino serão passíveis das penas referidas no art. 4º do Código Penal.

Art. 18. Em caso de reincidencia no que se seguir à condenação será aplicada sempre o maximo da pena.

Art. 19. Os tribunais poderão sempre

douar que os julgamentos da condenação pronunciados contra as infrações do art. 1, 2, 3, 5, 6, 9, 10 e 11 se o publicador por extrato em integralmente na jornal que elles designarem o affidado a um locaror a praças ou a frando tenha sido committido, a fim como nas portas da casa, da loja, da fábrica ou dos armazéns do delinquente, o isto à custa do condenado.

Art. 21. Atribuir-se-ão multas fruidamente de 1 milhão, exposta, pelas a venda, vendidas, importadas ou exportadas, fiação em peço do autor do delito, não devendo confundir as conformas disposições do art. 5º da lei de 7 de março de 1851.

Art. 22. As disposições do art. 43 do Código Penal são applicáveis aos delitos previstos o punitivos pela presente lei.

Art. 23. Um regulamento de administração pública estabelecerá todos os meios a tomar para a execução da presente lei, o particularmente sobre todas as formas individuais e peculiares para o estabelecimento e venda das fábricas de manteiga e de óleo margarina, sobre a vigilância das fábricas de manteiga, dos varejos da manteiga, da margarina e de óleo marinha, mercados, sobre a retenção e verificação das amostras de mercadorias importadas, sobre a delação dos funcionários e propositos para esta vigilância e sobre as garantias a emitir para assegurar o segredo da fabricação.

Este regulamento deverá ser feito em um prazo de três meses, com que é feito o paço em cada local. Impor a execução da presente lei, em todos os casos em que a aplicação do dito regulamento não for necessária.

Art. 23. São abrogaadas a lei de 41 de março de 1857 e todas as disposições contrárias à presente lei.

Art. 24. A presente lei é applicável a Algoaria e colônias.

A HISTORY OF THE CHICAGO UNION STOCK YARD AND PACKING HOUSE

(Published annually by Statistical Publishing Co.)

Os primeiros entrepostos de gado intabecidos em Chicago, foram localizados no cruzamento das avenidas Ashland e Ogden com a rua West-Madison, e foram chamados o *Bull Pen* (curral de bois). Esta denominação extendia-se a um pequeno espaço de terreno triangular, o sitio dos velhos currais, até bem pouco tempo antes, quando levantou-se sobre aquello terreno um edifício de aço e cantaária. O *Bull Pen* foi construído em 1848 e foi o primeiro mercado regular de gado que se estabeleceu em Chicago. Sóis anos depois, a Michigan-Southern Railroad abriu entrepostos no genau, junto da esquina das ruas do Término e Vinte e Dois. Estes entrepostos foram fechados em 1865.

Em 1850 os entrepostos *Myrick* na avenida College Grove, entre as ruas Vinte e Nove e Trinta e Três, foram edificados por J. H. Sherman. Esses entrepostos tinham capacidade para receber 5,000 bovinos e 30,000 porcos. As estradas de ferro Michigan Central e Illinois Central cada uma tinha trilhos e giradores (switches) para transmitir dentro da mesma.

Tais entrepostos, com outros menores em diferentes partes da cidade encarregavam-se de enilar de todo o gado em ponto que ficou provado evidentemente que os interesses referentes ao gado em Chicago deviam ficar concentrados em um único local, assim de facilitar a remoção das reses e dos porcos e diminuir as despesas. O inconveniente de haver localizado os entrepostos tão longe uns dos outros foi causa de se compreenderem os entrepostos da União (*The Union Stock Yards*) e a Companhia do Transporte (*The Transit Company*).

Um prospecto foi lançado no outono de 1864, dando como resultado uma subscrição que montou à importunela de \$1,000,000. A companhia foi devidamente organizada e

firmou os seus compromissos com o Governo em 13 de Fevereiro de 1865. T. B. Blackstone foi o seu primeiro presidente e F. H. Winston o seu primeiro secretário. Trzentas e vinte goiras (cada geira valo 40 acres ou 17 contares) de terra quasi a oeste da rua *Halstead*, na cidadela do Lago (*Town of Lake*), foram compradas a João Wentworth por \$100,000. O trabalho foi começado no novo sítio em Junho de 1865 e cinco dias antes do anno novo foram abertos ao comércio os entrepostos. As entradas nos primeiros dias foram de 613 rezes, 17,764 porcos e 1,433 carneiros.

Os entrepostos foram alinhados e ruas e aças, cruzando-se umas com as outras em ângulos rectos.

Cerca de 120 geiras foram ocupadas com curraos ao serem inaugurados os entrepostos, porém, o desenvolvimento da comarca depois deu lugar a acréscimos de quando em vez, atô que no momento presente acham-se cobertas pela mesma 200 goiras.

Os curraos são de varios tamanhos, tendo alguns a capacidade da carga de um vagão, enquanto outros poderão conter a carga de 10 vagões.

Nos primeiros annos da historia dos *Union Stock Yards*, curraos para 1,200 rezes e ao mesmo tempo curraos para 1,000 porcos e carneiros eram suficientes para accommodar todo o gado que entrava no mercado de Chicago, ao passo que hoje se exigem mais 2,000 (rezes) e 1,500 (porcos e carneiros) para os outros, assim de satisfazer com dificuldade os pedidos que lhe chegam.

Cerca de 20 milhas de aças e ruas, umas maciçamente assentadas e outras aterradas com cascalhos e matorias carboníferas (*cinders*), ligam osses curraos com as plataformas para carregar e descarregar os vagões de 20 ferrocarris que entregam o gado; 50,000 rezes, 20,000 porcos, 30,000 carneiros e 40,000 cavallos podem encontrar comodos hoje nos referidos entrepostos.

As entradas totaes de gado durante o anno

de 1856 foram: rezes, 393,007; porcos, 7,714,435; carneiros, 207,987; cavallos, 1,553. Para o anno de 1892: rezes, 5,571,790; vitellas, 197,576; porcos, 7,914,435; carneiros, 2,145,079; cavallos, 66,998. As entradas totaes desde quo os entrepostos do gado foram abertos, até o 1º de dezembro de 1892, foram: rezes, 40,542,483; vitellas, 1,129,176; porcos, 131,353,711; carneiros, 20,542,483; cavallos, 695,213, perfazendo o grande total para 27 annos e cinco dias de 194,238,919 cabeças de gado, 70,895,916 das quais foram embarcadas, ficando 121,343,000 quo foram abatidas ou de que se dispôz de qualquer outro modo em Chicago.

AS MAIORES ENTRADAS

As maiores entradas de gado em um dia:

Rezes, 25 de abril de 1892.....	32,677
Vitellas, 6 de novembro de 1891.....	3,068
Porcos, 8 de dezembro de 1884....	66,597
Carneiros, 9 de maio de 1893.....	22,337
Cavallos, 8 de Junho de 1889.....	1,237
Carros, 25 de abril de 1892.....	2,175

As maiores entradas de gado em uma semana:

Rezes, semana finalizada em 19 de setembro de 1891.....	95,524
Vitellas, semana finalizada em 16 de julho de 1892.....	8,479
Porcos, semana finalizada em 20 de novembro de 1880.....	300,488
Carneiros, semana finalizada em 6 de maio de 1893.....	69,966
Cavallos, semana finalizada em 21 de fevereiro de 1891.....	3,679
Carros, semana finalizada em 16 de janeiro de 1892.....	8,457

As maiores entradas de gado em um mes:

Rezes, setembro de 1892.....	385,406
Vitellas, setembro de 1891....	31,398
Porcos, novembro de 1880....	1,111,997
Carneiros, abril de 1893.....	240,783
Cavallos, março de 1890.....	12,027
Carros, dezembro de 1891.....	31,910

As maiores entradas de gado em um anno:

Rezes, 1892.....	3.571.746
Vitellas, 1891.....	205.383
Porcos, 1891.....	8.600.705
Carnelros, 1890.....	2.182.667
Cavallos, 1890.....	101.566
Carros, 1890.....	311.557

VALOR DO GADO DURANTE 27 ANOS

1866..	\$12.765.328	1880..	\$143.057.626
1867..	42.375.241	1881..	183.097.710
1868..	52.506.288	1882..	196.670.221
1869..	69.171.217	1883..	201.252.772
1870..	62.090.631	1884..	187.387.680
1871..	60.331.082	1885..	173.598.002
1872..	87.500.000	1886..	166.741.754
1873..	91.321.162	1887..	176.614.597
1874..	115.010.140	1888..	182.202.789
1875..	117.533.942	1889..	203.321.924
1876..	111.185.050	1890..	231.344.870
1877..	99.024.100	1891..	239.434.777
1878..	106.101.879	1892..	253.836.592
1879..	114.705.834		

Grande total..... 3.701.252.727

Peso médio dos porcos, 1892. 223

CLASSIFICAÇÃO DOS PREÇOS PARA OS CAVALLOS, MENSALMENTE, DURANTE O ANNO DE 1892

	Cavallos de carroça	Uso geral	Cavallos para tilbury	Parellhas para carro	Cavallos para sella	Cavallos para ruas
Janeiro.....	\$150.00	\$100.00	\$105.00	\$350.00	\$125.00	\$105.00
Fevereiro.....	155.00	115.00	110.00	370.00	130.00	110.00
Março.....	160.00	114.00	111.00	365.00	140.00	110.00
Abril.....	162.00	117.00	118.00	380.00	150.00	110.00
Malo.....	153.00	120.00	120.00	382.50	150.00	110.00
Junho.....	140.00	115.00	125.00	380.00	150.00	110.00
Julho.....	145.00	110.00	120.00	370.00	140.00	105.00
Agosto.....	145.00	108.00	115.00	365.00	135.00	105.00
Sotembro.....	150.00	109.00	120.00	350.00	135.00	100.00
Outubro.....	143.00	105.00	105.00	340.00	120.00	90.00
Novembro.....	135.00	95.00	110.00	340.00	115.00	90.00
Dezembro.....	135.00	100.00	110.00	345.00	100.00	95.00

Número total de cavallos vendidos nos entrepostos de gado

da União (*Union Stock Yards*) durante o anno do 1892. 65.815

Valor..... \$9.560.780

Os entrepostos de gado da União (*The Union Stock*) constituem, sem dúvida, o maior mercado de gado em pó do mundo.

Todo o gado é alimentado immodificamente após a sua chegada aos entrepostos; a Companhia de Entrepostos do Gado (*The Stock Yards Company*) fornece forragem aos seguintes preços:— Feno do \$1.00 a \$1.50 por com *weight*, o covada a \$1.00 por *bushel* (fanga); os direitos do ourral (*yardage*) cobram-se sobre rezes e cavallos 25 cents por cabeça; porcos, 8 cents por cabeça; carneiros, 5 cents por cabeça; vitellas, 15 cents por cabeça. A agua para o gado é obtida principalmente de poços artesianos existentes de tempos em tempos à proporção que um acréscimo de fornecimento tenha se feito necessário. A profundidade média de tais poços é de cerca de 1.300 pés.

O edifício da bolsa do gado (*The Exchange Building*) acha-se situado perto dos centros norte e sul dos entrepostos e 1/4 de milha da *Halsted street*. Contém os escritórios da companhia conjuntamente com os escritórios de umas 140 ou mais firmas commissárias.

80
ESTAMPA
RIO DE JANEIRO
JANUARIO 1880
BOSTON
HOTEL TRANSIT
HOTEL (hospedaria), construída pela companhia e a ella pertencente, é largamente considerada a melhor hospedaria ou deposito a que se encontra na cidade.

A bolota e o pavilhão de cavalos do *Dexter Park* é provavelmente o maior edifício do mundo destinado exclusivamente à venda de cavalos e mulas. É de 185 pés de largura por 530 de comprimento e custou \$100,000. Contém um carril de exposição (*display track*) de 36 pés de largura e 530 de comprimento, com tres logares para fazer virar, tolos e cobertos por um zimbório de ferro e clarabóia. Contém também um amphitheatre com a capacidade para 3.000 pessoas, cada assento dando vista para o carril (*track*). É o mais completo recluso para a exposição e venda de cavalos sob coberta do mundo.

O *Chicago Drovers Journal* (o jornal dos machantes do Chicago) é provavelmente o mais conhecido jornal diário da América que trata do gado. Além da edição diária, elle dá uma edição semanal e outra semi-semanal. É seu redactor e proprietário o Sr. Harvey L. Goodall.

O numero de firmas que fazem o negoço nos entrepostos como empacotadores (*packers*) e outros é de cerca de 100, 20 das quais acham-se mais ou menos identificadas do manoiria proumiente com o negocio do carnos de conserva. As varias plantas são orçadas no valor de \$25,000,000, com um capital de cerca de \$50,000,000. O numero de empregados é de quasi 40,000 e as folhas de pagamento annuas dos \$30,000,000. O valor orgiado do producto annual, nos dous ultimos annos foi do perto de \$300,000,000. Ha alguns 30 annos, quando ora feito negocio menos de 15 % do que uma daquellas firmas conseguiu o anno passado, quando o batedeiro e os seus empregados tinham que trazer o gado por milhas ao longo de estradas atolando, era impossivel uma pro-

visão tal como se encontra nos factos do hoje. Actualmente não ha uma grande estrada de ferro no país que não tenha ligação com este local e em vez de o batedeiro tocar o seu gado e os porcos com trabalhoamento, perda e sem conforto, a entrega é feita mesmo à sua porta aos commissários com mutua vantagem para os mesmos. A questão da pastagem tanto no que diz respeito a methodo como a local, foi então objecto da maior solicitude.

Hoje os carros de diversos formatos aperfeiçoados para o transporte do gado evitam todo o inconmodo, e não ha tempo a perder desndo que as rezes e os porcos são embarcados, o que se faz com pouca quebra, si a houver, no peso e sem danno algum. A pastagem é feita sem descarregar e sem demora. Cerca de 150 milhas de carris de estrada de ferro cruzam por todos os lados os entrepostos, propriedade da companhia, que tambem possue e opera as locomotivas.

As varias estradas têm um acordo com a companhia para todo frete e trasiego, tanto dentro como fóra dos entrepostos e a companhia, por sua vez, não só fica responsável pelo carregamento, de um lado, como tambem pelos impostos do frete do outro. A chegada do gado opera-se geralmente durante a noite e de manhã cedo, enquanto os despachos de saída são feitos do tarde e do noite, vindos dos pontos oppostos dos circuitos e suprimento e o pedido, como de regra. Os trens occidentaes entram pela manhã e o frete oriental saí pela tarde. A proporção que os tres entram, o seu carregamento é tomado pelos empregados da companhia e todos os detalhes quanto á propriedade, consignação, quantidade, descrição e pagamentos são anotados, e em todos os casos a companhia toma a responsabilidade e dirige os movimentos do producto ate este ser propriamente descarregado ou pago.

Enquanto o maior numero de rezes vêm dos proprietários directamente consignadas

aos commissarios, que os vendem em nome daquelle, ainda é matéria de frequente ocorrência terceir os proprietarios a direcção dos movimentos e a disposição dos productos por si mesmos, e além disso acontece que representantes de varias casas na Béira comissaria entraram no paiz e compraram por especulação, aguentando com todos os riscos de embarcar-as no mar por si mesmos.

Com o desarrigar do gado vem o movimento para os enraes particulares; seguem-se a pastagem e a agrada, e depois a vida real do negocio — a venda. Nenhumha descrição, ainda mesmo graphica, pôde se dar do movimento e estropio dos entrepostos do gado pela mancha. Roses, porcos, carneiros e cavallos movem-se em todas as direcções, portões gyram abrindo-se e fechando-se com rapidez. Comissarios, proprietarios e compradores correm para aquí e para acolá, e sujeitos que berram montados em velozes cavallinhos vaquedros chegam e sahem. Todos, porém, movem-se tudo em vista alguma causa; alli ningnem está ocioso. Um homem sem negocio é causa desconfiada. Com a venda das rezas coincidem a pesagem e a inspecção das mesmas.

A inspecção é feita com o intuito de descobrir algum animal doente ou cançado, e se houver algum em tais condições, é este rejeitado da leva como comprado em numeros especies ou pôde ser pesado com outros, sendo dada uma indemnisação pelo danno. As balanças usadas são capazes de pesar 100.000 libras. Um carro de rezas pesando cerca de 25.000 libras pôde ser facil e rapidamente pesado de uma só vez e ainda atingir sómente 25% da capacidade das balanças.

A UTILIDADE DE UM NOVILHO MORTO

As rezas são compradas e vendidas a peso e o mesmo acontece com os porcos, que, como aquellas, são transportados sobre viaductos para os tablados onde são abatidos. Um novilho, quando numra vez para ali tocado, conta o seu ultimo dia, e tem pouco

6056-1t

tempo para pensar ou conjecturar (se para tal tem capacidade) sobre o seu destino final, ainda que o seu modo de proceder multissimas vezes nos faça a nós, que o observamos, crer que elle tem um vistumbre de idéa da sorte que o aguarda.

Quando elle avança o primeiro passo sobre o viaducto, que liga ao edifício onde se faz os packings, deixa atrás toda a esperança, e esse viaducto é como a *Ponte do Suspiro*, e assim podia ser chamado com propriade — alli não há só suspiros.

Entretanto, o estolido do choco do bala-deiro e o alarido que faz vem a propósito. Ao chegar ao *packing house*, o novilho vê-se sossinho metido dentro de um curral pequeno e estreito, e, se olha para elma, vê um homem empunhando um malho comprido com um cabo fino suspenso sobre a vittima. Esta onve o tilintar das correntes e o barulho do goludaste, e além dos compartimentos ao lado, sente o cheiro do sangue de facto, e então parece ter a realidade de que se acha em desagradável posição.

Vira para a direita e para a esquerda, levanta a cabeça e dá urros de medo e de raiva; olha para a pessoa que tem o malho suspenso sobre elle, com os olhos sanguineos e ferozmente supplices; a boeca lança escuma e o suor corre por todos os pelos do corpo. Mas o tempo urge; já o homem do malho levantou o seu terrivel instrumento; o novilho move com a cabeça, e assim ganha outro instante de vida, e então, como um relampago, o malho cai no alto da testa, justamente na base que media entre os chifres, e a vittima cai inerto como um pedaço de potro molle.

Uma alavanca é puxada e o assoalho sobre o qual jaz a roz morta é virado; ao mesmo tempo as divisões do lado abreem-se e o novilho resvala para outro compartimento. Abi um homem decepa-lhe a cabeça, a golpes de facão. Outros mettem ganchos nos tendões das juntas do jarrete; outros põe-se a tirar-lhe o couro e, em espaço de tempo incriavelmente pequeno, o novilho está sus-

ponso o prompto. Um homem com uma enorme machadilha separa-lhe a espinha dorsal e, então como o porco, elle desliza por um carril (*along an overhead track*) para dentro de uma câmara frigorífica. Nesse mesmo tempo o coração e o ligado são destacados dos bôfes e outras porções do corpo e dependurados em ganchos cabidos. Todo o soro é tirado das entranhas e do ventro.

Os *bi-products* do novilho são: carno da face, coração, ligado, lingua, pancreas, sebo, sangue, estomago, trâchea-arteria (forro da passagem da boca para o estomago, usado para recheio de salchichas), boxiga, couro, chibata e miudos. A cabeça do novilho é esfolada, e a pele conjuntamente com a das pernas e a da canda vai para a fábrica de colla. As bochechas são cortadas das mandíbulas (queixadas) e são empregadas na fábrica de salsichas de Bolonha. A lingua é metida na salmonura e defumada. O *skull* vai para a fábrica de colla, onde é fervido, e d'ahi para a fábrica do ossos e d'ahi para a de fertilizadores. Dos cascos também a fábrica de colla e a de ossos tirão partido, de que obtém-se igualmente óleo do mocotó (*neatsfoot oil*). Cem as pancreas só faz a pancreatina; as porções do ligado e do coração são empregadas para o fabrico de várias espécies de salchichas. Todo o sangue e miudos vão para o fertilizador e os chifres são vendidos para serem convertidos em cabos de faca, botões e pontas.

E' pela economia e utilização absoluta de toda a porção do novilho que torna-se possível ao empacotador tirar qualquer lucro pelos preços em que são actualmente vendidos aos moreadistas as carnes preparadas.

O Sr. P. D. Armour, da Armour & Company, em sua Inserção porante a Companhia Especial do Senado dos Estados Unidos, há alguns annos, disse que o lucro líquido que tem a sua Companhia pelo abatimento e venda de um novilho pesando em pé 1.144 libras é de \$1.22, e esse pequeno lucro tornou-se possível sómente pelo extreme cui-

dade que se teve em realizar toda a porção do animal morto.

O homem que abato de uma a vinte rezas por dia não tem probabilidade de competir com aquele que abato milhares, pois que não pôde tirar lucro dos miudos, que o outro tirou.

Durante o anno a que se refere o Sr. Armour, diz elle que a sua Companhia abateu 340.679 rezas com um lucro de 108.101,40 dollars para a Companhia.

HISTÓRIA DE UM PORCO

Corre de 6 horas, em uma manhã de março, um trem chegou aos outropostos de gado da União do Chicago (*The Chicago Union Stock Yards*); trem comboiando uns 20 carros carregados de porcos das fazendas de trigo do Kansas. O carregamento desse trem era consignado a um certo comissário, que tava de uma só vez os porcos desembarcados, mettidos em curraes cobertos e alimentados.

Alguns compradores das diferentes *packing houses* começaram a fazer pedidos, e uma vara particular foi comprada para um dos maiores *packers*. Foram imediatamente mettidos em balanças e pesados (os porcos são comprados por peso); depois tocados através de aléas e *cutes* até que chegaram a um declive que dava para um viaduto, sobre o qual foram tomados até que entraram na *packing house* no porcoiro andar. Ali uma porção dellos foram mettidos em um pequeno curral. Entre ellos se achava um sujeito, que amarrou numa pata a uma das pernas traseiras do primeiro porco que lho veio às maos, e num instante o porco, grunindo desesperadamente, foi guindado por meio de um guindaste a vapor, indo parar defronte de um carniceiro que o aguardava, o qual empunhava uma faca comprida e fina. Virou a roda o porco até que enfrentou com a gueia do animal e, com toda a feroza, entrou-lhe a lâmina de aço no pescoço cerdoso. Depois arrancou a faca e esperou outro que vinha.

Nesso entretanto, o primeiro porco escorrega pelo carrilh abaixo, com um empuxio ou dous talvez, e cai no tanque a ferver. Ali é o animal virado e revirado por um instante e é depois alçado para a machine de raspar. De cada lado acham-se sujeitos que raspam as cerdas que a machine deixou de raspar. Do novo o animal morto é golpeado e então vem um sujito que o destripa. Um outro corta-lhe a cabeça, um outro tira-lhe as cerdas que ficam aqui e acolá, com agua fria, e assim por diante o o molha em seguida na geladeira.

Nesse entretanto, o sebo está sendo tirado das entradas; as tripas são mandadas para um lugar, o coração e o fígado para outro; as entradas são limpas e mandadas para um compartimento onde são preparadas. Parte da cabeça vai para o compartimento das salchichas e o sebo dos intestinos para a refinação do banho. Em geral gastava-se monos de 12 segundos desde que se mette o gancho em uma das pernas até que o animal morto, preparado e assediado segue para a gola-deira.

Agora vem a divisão das partes. O alto da cabeça, as orelhas e a canda vão para fazer-se *headcheese*; o coração e o fígado são convertidos em chouriços; as tripas, em revestimentos para salchichas; o estomago, em pepsina. As cerdas vão para os campos (das crinas) próprios, onde são colhidas e entardalhadas para o mercado. Os pés são postos em salmoura dentro de pequenos barris, e a lingua é tratada da mesma maneira. O sangue é aparado da sangria, e, depois de secar, é convertido em fertilizador. Depois de 18 a 36 horas o animal é levado para um compartimento, para ser pleado e ali é elle colocado sobre um ceço, e sujitos armados de poderosas machadinhais picam-no. Esses sujitos são pessoas peritas de tal modo que de um golpe e exactamente no devido lugar, talham o animal por completo. Os pernis e as costellas depois de serem preparados, são encaminhados para o salgador,

que por muitas semanas conserva-os em contacto com uma solução de sal, assinar granulado e outros ingredientes, de que cada fabricante tem a sua fórmula secreta, com todo o zelo guardada. O manejo frequente assegura a plena absorção desta solução no sistema arterial da carne.

Enquanto este processo segue a sua marcha, os pernis e as costellas permanecem dentro de enormes tubos de salmoura.

Quando a carne tem ficado completamente impregnada de sal, dizem que os pernis são beneficiados, depois tiram-nos e lavam-nos em agua fria, e ficam elles prontos para o processo de desumação.

As desumações beneficiam de 10,000 a 20,000 pernis, sendo a desumação propriamente dita feita com lenha de *hickory* e coberta com serradura. Só pessoas peritas no serviço é que podem trabalhar nas desumações, pois um pouco de fumaça quanto demais ou desigualmente distribuída, grandes danos facilmente poderia causar. Muito incommodo é occasionado a todos os preparamadores do pernis pelos pernis azedos como comumente são denominados. Um pernil só pode ter o melhor aspecto e tor melhor cheiro e ainda apresentar um ponto azedo na junta. Esse defeito é causado pelo modo de tratar o porco vivo previamente mencionado. Sendo dado um luço em uma das pernas e esto sanguinudo o animal, que é pesado, do chão, comprime a junta, e as cordas muitas vezes rompem alguma pequena arteria. Esta compressão faz um coágulo de sangue na junta, que mais tarde torna-se a causa do ser aquele pernil rejeitado polo inspector. Uma modesta fortuna aguarda aquelle que inventar um processo rápido e eficaz de tratar os porcos sem usar o actual luço para perna. As costellas e o toucinho são tratados da mesma maneira que os pernis.

Algumas partes do porco que chega aos entrepostos, uma manhã, talvez sejam servidas no almoço do dia seguinte em forma de salchichas, no dia immedio em *head cheese*, uma semana mais tarde em puro

toncinho refilado. Um moz mais tarde gao servidos os pés; alguns mezes mais, compraremos toncinho para o almoço do corpo, e em anno começaremos a comer partes em porco do prato o pornil.

BENEFICIAMENTO DOS MUDOS

Salchichas

A fabricação de salchichas feita pelos varios fabricantes nos entrepostos do gado (*Stock Wards*) no ultimo anno importou em cerca de 75.000.000 de libras. Provavelmente 1/4 destas foi do Bolonha. As salchichas de Frankfort e do porco são tambem fabricadas em larga escala. Neste compartimento o fabricante pôde empregar muitas das partes das rezes e dos porcos que de outra maneira seriam desperdiçadas ou iriam para os fortificadores. Aqui encontra elle emprego para todos os intestinos do porco e do carneiro, bem como para o fígado, coração e para a carne das bochechas. No compartimento das salchichas é tudo arranjado tendo em vista o maximo asselo. As milhas de varas de salchichas, das quaes milhares de libras são obra de um dia, produzem um apparato maravilhoso.

Depois de ter sido picada a carne para salchichas, instruida e temporada, é esta introduzida por um machinismo automatico por baixo de um tubo grosso, que tem uma pequena abertura da forma de uma ponta do dodo, sobre a qual é passado o envolucro ou bainha (da salchicha) e o enchimento é com admirável rapidez feito, sendo o movimento da carne interceptado por uma corredica, quando o envolucro está quasi cheio.

Depois de recheiar as salchichas—se são de porco—são estas dependuradas em cabidos e collocadas na geléira; se são do Bolonha, são tiradas para a desumação, desumadas algumas horas e depois cozidas ao fogo. As de Frankfort são tratados quasi da mesma maneira. O *head cheese* (preparado que se faz com as carnes da cabeça, as quaes são mettidas em

uma forma de queijo e tomam a forma deste producto) é tambem um producto desto compartimento.

SEBO

No momento actual, em que o gaz e o oleo tem levado de vencida a vela do sebo dos antigos tempos, suscitou-se a questão do que os fabricantes fariam da imensa quantidade de sebo tirada do gado que abatiam. Antes que a questão assumisse a proporção a que chegou actualmente, foi encontrado um emprego para o mesmo, e hoje milhões e milhões de libras são convertidas em azeite, a maior parte do qual é exportada para a Espanha.

Essa é a base o o fundamento da *butterina*. E' doce, salinhar, puro o claro. É feito do puro sebo do folha, derretendo-o e coando-o em taxas sobre carris onde lhe é permitido ficar em um compartimento conservado a uma temperatura sufficientemente quente para preserval-o de endurecer a ponto de ficar granulado. Depois é tirado e mettido na pronta, correndo o azeite para as terças (*tierces*) e ficando a estearinha nas prensas.

Este oleo é misturado com uma certa porcentagem de manteiga pura e batido com leito azedo. Sondo o resultado um producto que não pôde ser distinguido do mais alto grão de manteiga da nata, o que quer dizer, ser muito mais saborável.

COLLA

Caseos, tutano dos chifres, revestimentos dos ossos e dos centros são os mudos com que se faz a colla.

A enorme quantidade desse material que foi desperdiçada nos primeiros tempos, é agora utilizada com tal vantagem, quo a quantidado de colla fabricada pelos *packers* nos entrepostos sobe a perto de 15.000.000 de libras annualmente. Os pedaços quaisquer de couro, osso, chifre, etc., são lançados nas taxas grandes e cosidos. A agna em que tais pedaços são cosidos, depois de ser despejada, é lançada em caldeiras vasas maiores e

servidas a uma baixa temperatura, até que é reduzida à consistência do xarope, e então é despejada em taças de 20 pollegadas de comprimento por 8 de profundidade e de 7 de largura, e é posta a esfriar e assentando em uma massa sólida de geléa polida como espelho, porém dura. Depois do processo de endurecer estes blocos, são estes tirados das taças e cortados em finas talhadas, por machinhas especiais, e postos nos crivos nos compartimentos próprios para a seca. Eis como se faz a colla.

EXTRACTO DE CARNE

O processo de fabricar extracto de carne consiste em extrair os sucos do carne magra, fazendo passar agua fria pela carne. O suco obtido é então cozido até coagular a albumina, até que fique um líquido branco claro. Este é reduzido à consistência de uma massa dura em uma caldeira vasta, sendo cozido a uma mui baixa temperatura. E fabricantes que usam este processo exigem que sómente sejam garantidos os sucos da carne que forem necessários e que se lhe não trem nem gelatina, colla, fibrina ou gordura, pois que nenhuma daquellas partes são solúveis em agua fria, porém não sómente o são os sais da carne. É esta a razão dada para a superioridade exigida do producto obtido por esse processo sobre todos os outros.

IÃ

Outr'ora os fabricantes vendiam as pelles dos carneiros e ovelhas com a Iã e tudo. Agora a Iã tem um compartimento especial. A Iã é extraída por meio de mecanismos aperfeiçoados e as pelles são salgadas e vendidas aos curtidores. A Iã é lavada em machinhas antes de ser desquida, e a agua é escorrida da mesma por meio de escorredores (*grippers*) que fazem 2.000 circumvoluções por minuto. Depois de desquida e enxugada por enxugadores de ar quente é metida em fardos e vendida às fabricas de tecidos.

PEPSINA

A pepsina é fabricada do forro membranoso do estomago do porco, por um processo que consiste em dissecar esse forro do estomago, e depois de lava-lo e coloca-lo em vaselhas de barro, as quais são mettidas em taxas razas e cercadas d'água conservadas a uma temperatura de cérea de 101 graus Fahrenheit. Os taes forros membranosos do estomago são cobertos d'água acidulada, que os digere em poucas horas, e depois disso o líquido é escorrido e cendo, tomando uma cor natural pela adição de um aleal. Depois é seccado em pratos razos em camaras de ar quente, a uma temperatura de 124 graus Fahrenheit. Este processo de secar leva de 6 a 12 horas, conforme a exposição do líquido posto nos pratos, depois do quo é raspado fóra. Eis como se fabrica a pepsina que se vende a peso no commercio. Pepsinas em pó ou granulos são fabricados desse *scale* moendo com cylindros. Um grão da pepsina feita desta maneira tem o poder digestivo de cérea de 4.000, ou, em outras palavras, um grão da mesma digerirá 4.000 grãos de clara de ovo fortemente coada. Ha varias preparações feitas de pepsina; a pepsina de glicerol e as pastilhas de pepsina são as principaes. A pepsina é de um valor inestimável para a cura da dyspepsia e para outras formas de indigestão.

PANCREATINA

E' este um producto comparativamente novo, e é feito da glandula do pancreas, encontrada em todos os animaes e communmente chamada *liver sweetbread*. O seu valor medicinal acha-se na ação que tem sobre o fígado e no poder de digerir as gorduras. O processo de fabricá-la é diferente do da pepsina. As glandulas de pancreas são cortadas finas e batidas em agua acidulada e secadas sobre paño, e depois disso o producto é tratado por um processo de gazolina, que lhe extraí a gordura, e' depois reduzida a pó. Ha uma essencia e glicerole feitas della tambem.

FERTILIZADORES

Quando uma porção de um boi, porco ou carneiro, não pôde ser utilizada com melhor proveito pelo *packer*, vai essa para as fábricas de fertilizadores, onde, se o sangue é secado e reduzido a pó. Toda a água que foi servida para lavar, esfregar e limpar na *packing-house* é escorrida dentro de taças, fervida e evaporada até à consistência de xarope. É metida então em fornos, para cozer ou secar, e depois é misturada com osso calcinado e sangue seco, e collocada em caixotes que são devolvidos aos fazendeiros para adubar os campos de trigo, cujo crescimento auxilia, para engordar mais porcos e rozos, e em tempo opportuno volta de novo, para sofrer o mesmo processo, numa especie de rotação.

BUTTERINA

A butterina é composta de manteiga, óleo de manteiga, banha neutra e óleo de carno.

A manteiga do creme e a manteiga propriamente dita de Elgin, feitas na fábrica diariamente são os productos de leito usados na butterina.

O óleo de mantiga é feito espremendo o óleo da semente do algodão americano. É um óleo vegetal puro e nutritivo, usado em pequenas quantidades e para amolhecer os tecidos da butterina.

A banha neutra é banha do folha pura gelada, cozida a uma baixa temperatura, e depois é metida em um banho de água fria pura cerca de 48 horas, que tirasse todo o cheiro, deixando ficar uma matéria perfeitamente neutra.

O óleo de carne (*oleo oil*) é feita da mais escolhida banha de carne de vaca, esfriada em água gelada, depois dissolvida a uma temperatura de 140° Fahr. Desta é espremidas um óleo perfeitamente solúvel, conhecido sob a denominação de *oleo oil*, que é o unico producto da carne usada na butterina.

Os ingredientes acima mencionados, quando propriamente combinados, salgados e beneficiados, tal qual a manteiga formam o que

se denomina butterina, que é um dos maiores e mais saudos artigos de alimentação em uso geral.

OSSEOS

Depois é extraída a colha dos ossos, os quais não têm nenhum valor para as fábricas são postos a secar e moídos para fertilizador. Os ossos das pernas das rezes são serrados em pedaços e depois de cozidos são postos a secar e embarcados para as fábricas do pentes ou de botões.

PELLOS E CERDAS

O pelo extraído dos couros e as cerdas dos porcos são levadas para um campo e expalhados no chão para serem beneficiados. São remexidos e separados tal qual se faz com o feno até que ficarem inteiramente secos, depois são enfardados e metidos em sacos. As melhores cerdas são vendidas para os fabricantes de escovas e o resto vai para os fabricantes de coelhos, etc.

LIMPEZA

Se há cousa que os *packers* preconisem e sobre a qual insistam, é a limpeza. A este ponto ponto prestam elles a maior atenção, e a carne e os outros productos dessas grandes casas são tratados com muito mais cuidado do que nos matadouros menores do paiz. Não há o menor sinal de sujo. Os carregadores dos wagões, que pegam nos quartos de carne verde, são obrigados a usar todos os dias blusas de lona limpas e brancas. Um homem que expectorasse no scallio seria imediatamente despedido. E' também expressamente proibido dizer palavradas na maior parte das *packing-houses*, sobretudo na de Swift.

E' verdadeiramente interessante um passeio por um grande matadouro. A destreza admirável dos carniceiros, as invenções mecanicas para auxiliar o trabalho, o sistema methodico empregado a extrema limpeza, e, sobretudo a rapidez e o silencio com que

tudo é executado, assombram o estranho como uma maravilha.

EMPACOTADORES NOTAVEIS

Empacotadores (*packers*) notaveis — Entre as firmas notaveis que fazem negocio no distrito do entreposto como empacotadores (*packers*) figuram as seguintes : Swift & C., Armour & C., Nelson Morris & C., Libby, Mackell and Libby, The Anglo American Provision Company, The Chicago Packing and Provision Company, Jones and Stiles, Moran and Healy, The International e outras.

Soltand Company são os maiores abatedores e exportadores do carno preparada no mundo. Em 1892 elles abateram 1.180.498 rezes, 1.134.692 porcos e 1.013.527 carneiros. A venda que fizeram naquelle anno montou a \$90.000.000. Elles têm, além dos do Chicago grandes matadouros e *packing-houses* em South-Omaha, Kansas — City e em East Saint Louis, e empregam mais de 3.000 carros frigoríficos para transportar os seus productos aos mercados onde são distribuidos por mais de 200 casas filiaes estabelecidas nas principaes cidades dos Estados Unidos e da Europa. Têm laboratorio pharmaceutico, em quo fabricam pepsina, pancreatina, rennetina, extracto de carno e carno fluida, tudo de excellento qualidado e pelos melhores processos.

As suas exhibições na Exposição Columbiana são bem dignas de visita, principalmente a quo se acha no Pavilhão da Agricultura, que é unica e bellissima, sendo um carro frigorífico de vidro, chato, de tamanho por completo, carregado com todas as espécies de productos seus.

Swift and Comp. acham-se tambem entre os maiores fabricantes de colla do mundo e tem uma fabrica moderníssima e completa, segundo a planta que elles exhibem na *Union Stock Yards*.

O nome de Armour tornou-se numa palavra casrola. As suas carnes preparadas em latas chegaram aos pontos mais remotos do mundo.

O autor deste trabalho foi apanhar latas desgarradas com o rotulo Armour and Comp.,

nos alcantis mais desolados das montanhas Rochosas, na Columbia ingloza, etc. São elles os maiores abatedores e *packers* (preparadores) de porcos de Chicago e andam ronte com Swift and Company no numero de rezes. Pelos seguintes algarismos pôde-se fazer a ideia dos negocios feitos por Armour and Company — A firma fez negocios na importancia de \$ 66.000.000 durante o anno que terminou o 1º de Abril de 1891.

Os porcos abatidos pola casa subiram a 1.714.009 ; rezes, 712.00 ; carneiros, 413.300. Os empregados da Armour and Comp. andaram naquelle periodo em 7.900, e os ordenados que lhes foram pagos importaram em 3.800.000 dollars. A firma tinha 2.250 carros frigoríficos. A área total coberta pelos edificios da firma foi de 50 goiras ; a área total do pavimento dos edificios, 140 goiras ; camara frigorífica, 40 goiras ; capacidade de armazenagem dos edificios, 130.000 toneladas.

A *Armour Glue Works* (officinas de colla Armour) fabricou 7.000.000 de libras de colla dentro do mesmo periodo, 9.500 toneladas de fertilizadores, graxas, etc.

O terreno coberto polos edificios desse departamento cobre 15 goiras, e o numero de empregados é de 600.

Nelson Morris and Company é o torcelo membro do triunvirato dos *packers* de Chicago. Fazem um movimento imenso, e tem filiaes espalhadas por todo o paiz e são largamente interessados em engordar as rezes.

A *Chicago Packing and Provision Company* é uma consolidação de um grande numero de *packers* em menor escala, que fazem uma das maiores comunhães dos entrepostos.

Libby, Melkell and Libby são principalmente enlatadores (*canners*) de carnos, e nesse serviço elles empregam o numero de 2.000 rezes por dia, ás vezes.

Os seus productos são conhecidos em todo o mundo, em uma futura edição nos esforçaremos por falar com mais desenvolvimento dos *packers*, pois o tempo e o espaço nos obrigam a germos breve nesta edição.»

MODO DE PÔR AS CARNES EM LATAS

As carnes conservadas são enlatadas por muitos dos mais importantes fabricantes tais como Nelson Morris & C., Arnoux & C., o Libby Me Nell & Libby, os quais são na realidade os industriais de maiores extensos negócios. Swift & C. não enlatam carnes. No enlatar a carne salgada, esta é justamente arrancada dos ossos e imediatamente salgada, depois do que é cozida e acondicionadas em latas por mecanismos automáticos, tocados sobre as vidas de gente porita. As latas são perfeitamente cheias com uma quantidade suficientemente justa, conforme a escala, em muito menos tempo do que se leva para dizer-l-o. As latas são depois tampadas e processadas.

Este último trabalho consiste em meter a lata, quando fechada, em um retorta aquecida a vapor, que produz no conteúdo calor e fermentação impulsionando ar para a tampa. Depois a lata é perfurada por um instrumento em forma de agulha, e o ar escapa com ruído. O contendo, de novo tapado hermeticamente, lhe assim a prova das mudanças de clima a que possa ser exposto. Depois disso as latas são lavadas, oxugadas, pintadas e rotuladas e mettidas em caixas prontas para embarque. Não há ninguém que tenha visitado uma região civilizada nestes últimos 15 anos, onde não sejam conhecidas as carnes conservadas de Chicago.

INSPEÇÃO

A Junta Commercial de Chicago tem um inspector geral nos entrepostos, que conta muitos prepostos para o auxiliarem, cujos deveres são examinar cada uma e todas as peças de carne, embalada ou não, segundo a sua qualidade.

Na inspecção das carnes mettidas em barriletes ou torças, toma-se como média do total uma amostra de cinco fardos, escolhida ao acaso pelo Inspector. O custo dessa inspecção para o fabricante é de 15 cents por mil peso de 1.000 libras e \$1 por barril ou torça de cinco amostras examinadas.

Isto é de 1.000 barriletes, cinco serão escolhidos como amostras e examinadas como uma média do total, e as despesas são cobradas sobre essas cinco barriletes, de maneira que se são examinadas 500 ou 5.000 barriletes, as despesas serão apenas de \$25,00.

Para o porco o Governo tem um sistema de inspecção e exame microscópicos. De cada animal morto três ou mais peças são tomadas para averiguar se estão livres da *trichina spiralis*. Depois do retalhamento, as peças são collocadas em pequenas caixas, numeradas e levadas à inspecção, onde são empregados mais de 40 bacteriologistas peritos, que examinam as peças, e se estiverem isentas da *trichina*, dão um certificado; sendo todo o animal é condenado. As despesas com o exame são suportadas pelo Governo dos Estados Unidos e o fabricante nada despende. A inspecção do Estado é do gado em pé, para averiguar quais as razões que não devem ser abatidas para a alimentação pública. Os inspectores acham-se à mão logo que o vaún carregado de gado chega aos entrepostos, e se há gado doente, estropiado ou atingido por qualquer doença, é promptamente condenado.

Gado algum que tenha a boca genmosa é então deixado que se abata para o consumo. Gado em tais condições é vendido para ser entregue aos homens das taxas, que fazem dello fertilizadores e graxas para sabão.

Há também a inspecção da Junta de Higiene da cidade que abrange quasi o mesmo terreno que ocupa a inspecção do Estado. Assim ver-se-há que é quasi impossível que um animal doente de qualquer espécie que seja, venha a cair nas mãos de qualquer fabricante.

O PORCO AMERICANO

Há tanto nos Estados Unidos como no estrangeiro um grande apreço, o que tende a se aumentar, pelo porco americano. Nós Americanos somos inclinados a nos ligarmos a nós próprios e, com razão, pois que creamos um producto suino admiravelmente aceitável, um producto macio e gordo, pro-

ducto enjas proporções na engorda são doidas ao trigo limpo, peculiar às nossas fazendas próprias para tal fim. Em parte alguma do mundo são os porcos engordados de todo com pasto tão limpo e tão nutritivo como na America. Nós preparamos o lançamos ao mercado nada menos de 24,000,000 de suínos anualmente, e mais do 1/4 delles são beneficiados em Chicago. A Inglaterra é o maior mercado estrangeiro para os nossos preparados; depois, vem a Alemanha. Só no que diz respeito ao producto suíno, exportámos todos os annos productos no valor de \$80,000,000.

O numero de suíno, é avaliado na America em cerca de 50,000,000 e do um valor total de \$ 211,000,000.

Há quem possa ridicularisal-o até desprezá-lo, poucos terão prejuizo usando-o como alimento, porém a vasta maioria da população do globo é amiga constante desse producto.

O que fariam os som o porco americano?

4^a Seção CREDITO AGRICOLA

A UNIÃO DA LAVOURA

Sob a forma de syndicatos agrícolas

Dr. WENCESLAO ALVES Leite de OLIVEIRA BRILHO

«Quaesquer quo sejam as resoluções firmadas pelo presente Congresso de Agricultura, por mais adequadas medidas quo consiga, por mais fortes e efficazes auxílios quo a lavoura conquiste nesta nobre cruzada, nada fleará de firme, nenhum elemento torta a obra quo for ali arcidictada, por mais bello e promissor quo seja o seu aspecto, por mais engenhos quo distingam a sua concepção, se ella não tiver por travejamento o por base uma arregimentação systematica da classe dos agricultores brasileiros.

Isolados, como têm estado estes, não podendo cada um dispor sonho do proprio esforço, dos exclusivos recursos para prover

aos múltiplos e cada vez mais complexos misterios da profissão, tudo quanto proponham o quanto consigam serão materiais renuldos sem nexo, sem coesão nem estabilidade e quo ao primeiro sopro desto pampeteiro — a crise, ao embate dessa ressaca — a esquecação, ruirão informes, semeando de novos tropeços a *via dolorosa* quo está percorrendo a lavoura nacional.

Por toda parte se reunem os profissionais para cooperarem a favor dos interesses comuns, e tanto mais o mais estreitamente se unem quanto mais soffrem e mais fracos se sentem, diante dos perigos quo os cercam, em face das dificuldades quo se antoñham à defesa dos seus interessos.

E instinctiva a união dos quo se sentem fracos à essa tendência, quo se manifesta nos próprios irracionalismos, apresenta na generalização o actividade quasi febril com quo se tem desenvolvido em todas as classes e em todos os palzes cultos, o attestado de quo não é um phénomeno fortuito nas sociedades e sim uma necessidade imperiosa criada pela complexidade quo as funções sociais vão adquirindo com os progressos da civilisação, com o povoamento das terras e com o entrelaçamento e consequente concorrência das nações.

Furtar-se à essa tendência é votar-se à pena do aniquilamento quo a natureza e a sociedade comunicam aos quo não se adaptam ás condições do meio e da época em quo vivem. Ceder, furtar-se ao movimento geral e adestrar-se no mecanismo, cujo uso o meio social do momento lhe impõe, é apparolhar-se para a vida e para a vitoria. Assim o têm comprehendido e têm feito todas as classes profissionais nestes últimos 20 annos e dentro todas sobreleva-se a da lavoura pela actividade desenvolvida e pelo extraordinario éxito assim conquistado.

A lavoura é, dentro as profissões, a mais precaria, o mais exposta a surpresas, a quo maior numero e mais variadas emergências tem a attender, pois que, além de receber a influencia dos phänomenos sociais, o domínio

das leis económicas, é a que mais diretamente depende da mobilidade dos fenómenos biológicos e da versatilidade do meio phísico. Essa condição que explica a contumácia dos clamores e reclamos que por toda parte e em todos os tempos a distinguem, torna-a mais carecedora que todos os recursos naturais e instinctivo da união para a conquista da força.

Essa verdade, já hoje reconhecida e que já dicta leis, passou por longo tempo desprecitada pela presumção, aliás plausível, de que o valor numérico da classe constitua factor suficiente de predominio. Da inanidade desse factor, porém, quando diversificado dos preciosos coordenadores da arregimentação, da tática, da unidade de vistas do sentimento e da ação, da união, em summa, está a história cheia de exemplos. Para os agrupamentos sem esse vínculo coordenador, o grande numero gera ainda maiores perigos do que aqueles de que procuram se prever e o mais desastrosos do que os desses perigos tornam-se os efeitos de uma desordenada defesa que se lhes oppõem.

Dissociada, desunida, a lavoura annulla a eficácia do seu valor numérico, pois não havendo ação conjunta, em cada caso, em cada ocorrência ella se apresenta como um contra muitos — o agricultor contra todos os óbices e todos os parasitas da lavoura. Dali a sua fraqueza e as suas constantes lamentações. Dali sua incapacidade de actuar sobre os elementos de que depende, atrelando-se aos seus interesses. Dali sua impotência contra a especulação que a arruina e que, no entanto, por mais pujantemente apparelliada que estivesse, se tornaria ridícula ante as forças congregadas da mais numerosa e mais oporosa das classes. Realizada quo seja a integração das suas forças, mas só por esse meio, a lavoura conquista a independência e a posição dominadora, que lhe competem como fonte primordial da riqueza e prosperidade dos povos.

Nos países cultos da Europa é isso uma verdade já sem controvérsia. Grandes esfor-

cios, muitas dedicações se tem empeçado para tramar e desenvolver a união dos agricultores sob a forma do syndicatos agrícolas e os efeitos, quer para o bem público, quer quanto à prosperidade, prestígio e força da lavoura, são de maior surpreendência.

Couvenidos de que o mesmo será alcançado por igual processo no Brazil, temos repetidas vezes chamado para o problema da união agrícola a atenção dos interessados e, no mesmo intuito, para promover a arregimentação, a união definitiva e permanente dos agricultores, vimos apresentar basos que se nos asseguram exequíveis e secundíssimas para a classe e para o paiz.

Não idealistas, não somos plantasistas, desejando e esperando que os agricultores brasileiros se unam para defesa de seus interesses.

Conhecemos perfeitamente as dificuldades de emprehendimento e comprehendemos até mesmo que, antes de mais detido exame, possam alguns bons espíritos terem-no por irrealizável.

Irrazavel, porém, assegurou-se por muito tempo à maioria dos agricultores o subaltrir a lavoura sem o escravo e no entanto a produção nacional duplicou com o trabalho livre.

Impossível, dizia-se, seria o Brazil resistir a canibismo inferior a 14; já o tivemos no entanto abaixo de 6. Nossos hábitos se foram modificando adaptando-se a essas dificuldades e constituirindo um *modus vivendi* que está ainda bem longe do aniquilamento. Seria, pois, injurial, além de injustiça, irrogada a nós mesmos, considerarmo-nos incapazes de modificar nossos hábitos assim de nos adaptarmos a um novo régimen, o da união agrícola.

Se o temos feito para o mal, para o sofrimento, por que sorriamo incapazes de o fazer para o bem, para a prosperidade?

Porque naquelle caso o fizemos passivamente, forçados pelas circunstâncias, e para este seria preciso a força do intelativa, de vontade e perseverança que nos falta? Por

que a linceria é um caracter brasileiro? Por que o individualismo, concretificado na formula «cada um por si», adhiero à nossa individualidade como um residuo hereditário da antiga filalgia de raça? Por que não conflitamos uns nos outros e em ningum, symptom esse de fraqueza?...

Mas esses são caracteres da raça latina que partilhamos com outros povos que, no entanto, conseguiram unir e arregimentar os seus agricultores.

Com relação à França, por exemplo, os como um Francez, V. Cayasse, ainda no corrente caracteriza os seus agricultores, procurando desse modo explicar o que elle considera ainda fraco desenvolvimento que ali tem tido a união agricola.

«Infelizmente o desenvolvimento do espírito de associação encontra nos camponezes numerosas dificuldades. O camponez é naturalmente cego e rebelde a toda idéa de cooperação, de mutualidade, de solidariedade; elle vê tudo pelo prisma de seu interesse pessoal e immedio que, para elle vale mais do que o interesse geral. Um outro obstáculo é o espírito de desconfiança que o caracteriza. Sempre em guarda contra o vilainho, elle oculta-lhe ciosamente seus melhores processos como se fossem segredos e desconfia dos conselhos que lhe dão. Muitas vezes o excesso de amor próprio o impede de seguir conselhos. Outros obstáculos ainda são a rotina inveterada do camponez, o que o torna refractario ao progresso social; a indiferença que tem por toda novidade; a força da linceria que oppõe a todo o movimento para diante. Os habitantes do campo são fáceis de convencer, porém muito dificeis de mobilizar, mesmo para a mais beneficia inovação. Devemos notar, no entanto, que muitas vezes a mais séria dificuldade é a falta de organisadores ou administradores tendo convicção, boa vontade e tempo, e alada as qualidades precisas para organizar a sociedade, dirigir-a e garantir o seu funcionamento regular.»

No entanto a França já possui hoje 2.500

syndicatos agricolas representando mais de um milhão de associados, além de muitas outras organizações em que os agricultores promovem a defesa dos interesses comuns. E tudo isso foi feito apenas em 17 annos, apesar de ser preciso lutar não só contra todos aqueles defeitos do carácter popular, mas ainda com a falta de provas, o factos que proyalmente mostrassem como e até onde se poderiam desenvolver os primeiros syndicatos e que demonstrassem que as vantagens dessa forma de união agricola eram de natureza a debellar crises e restaurar as forças do paiz.

Nós, porém, possuímos, para começar, um archivo vastíssimo de estudos em provas conquistados não só pela França, mas ainda pela Italia, Suissa, Bélgica, Alemanha, Dinamarca, Suecia e outros. Nestas condições, com o auxilio de longa experiença feita por outros povos, tendo diante de nós o terronj já desbravado e assim podendo antever os accidentes do caminho e a meta gloriosa que nos conduzirá à união agricola, não será logico afirmar que, una vez iniciado o emprendimento, havemos de vencer em menos tempo que a França os obices oriundos dos effeitos da raça que nos são comuns?

Dir-se-ia que diferenças de outra ordem tornam o problema mais difficult aqui do que lá. Quando assim fosse, fugir ao dever de dar-lhe solução seria covardia deprimente da nosso carácter. Essas diferenças, porém, não têm senão valor apparente, sód que na média não nos são favoraveis.

Assim as grandes distâncias que separam nossos agricultores, opondo-se à sua convivencia, é embaraço que será pratico e facilmente attenuado por um régimen que dispensa as reuniões frequentes dos associados.

A falta de instrução de nossas populações rurais, como impecilio para se fazerem ali compreender as vantagens da união, é do facto destrulda pola circumstância de que toda a vida social dos districtos rurais é dirigida por um pequeno numero de homens, que, por serem mais esclarecidos, arrastam a

todos os outros com suas opiniões, seus conselhos e exemplos. Decidam-se esses a promover a união da classe e o problema estará resolvido.

A ação empolgante da política, que divide as populações do interior, para todos os fins, por uma valla de odios, de intrigas, de clumes, de palhaçadas que vão além o erime, nunca permitirá, dizem, que a união se faça na classe da lavoura.

Não cremos que o povo brasileiro seja mais apalxonadamento político do que o francês o este no entanto já comprehendem que o interesse geral é torreno noutro em que podem hombrear sem constrangimento os mais exaltados inimigos políticos. Quando não o fizermos assim, ainda não seria isso obstáculo à união, pois que esta não exige que em cada localidade se forme um todo unico abrangendo a totalidade dos lavradores. Que se organissem em cada uma até mesmo tantos centros do trabalho mutuo quantas fossem as frações políticas, e os grandes resultados da união seriam conquistados.

Não é, pois, inexequível a união da classe. Difícil, sim, como é toda Iniciação, toda reforma de costumes, toda mudança do regimen. Não há, porém, cura fácil para moléstia grave nem por isso há quem hesite em submeter-se a tratamento penoso quando elle se torna necessário. Isso é o caso da lavoura.

Oppor-se ao tratamento será acto suicida.

A therapeutica preconizada existe e está ao alcance de todos. A cura só dependerá de se fazer uso dela. E' o que propomos ao Congresso de Agricultura que promova. Para isso lhe indico a organização da lavoura em syndicatos agrícolas, sob os moldes franceses.

A situação do lavrador brasileiro, qual quer que seja a sua especialidade, é hoje reconhecidamente a seguinte :

- 1.º Gastar muito para obter os productos.
- 2.º Gastar muito para os fazer chegar às mãos do comprador.
- 3.º Conclusão: o resultado da venda apenas

chega para atender a todos aqueles gastos, quando não deixa *deficit*.

Ora, é de uma logica axiomática que tudo quanto concorre para diminuir as despesas com a produção e com a remessa dos productos nos mercados influirá sobre o balanço respectivo no sentido de diminuir o *deficit*, produzir saldo ou aumentar saldo, independentemente do preço corrente baixo ou alto.

Não é menos certo que consegui esse resultado seria desde logo, o ainda que nada mais se fizesse, melhorar a situação económica da lavoura, pois que produzir mais barato equivale a vender mais caro, com a vantagem ainda de favorecer o aumento do consumo e portanto o desenvolvimento da industria.

Semelhante resultado é possível com os próprios recursos da lavoura. Para isso bastará que os lavradores se unam por circunscrição ilimitada para fazerem um comum e directamente suas compras e suas vendas.

Deste modo as compras serão feitas em primorria não em casas afeadistas por preços muito inferiores aos que a lavoura paga actualmente ao commercio a retalho, como reduzidas também serão as despesas de transporte, fretes e outras, e rateados depois todos os gastos proporcionadamente os pedidos de cada um, todos os agricultores assim associados, por menores que sejam as suas posses, participarão da grande economia assim realizada.

Do mesmo modo para as vendas. Reunida grande somma de productos, serão menores os onus do transporte, frete e outros e, feita a venda directamente no paiz ou exportados os generos por conta dos productores, todas as vantagens até aqui anseadas pelos intermediários serão passadas aos lavradores e deixarão de onerar os productos que assim aliviados poderão deixar saldos, ainda quando vendidos aos preços correntes.

Tudo isso pode ser feito por grupos de agricultores de cada localidade, sem forma contractual nem carácter permanente. E' claro, porém, que sendo-lhes dado esse caráter de permanencia assim de se organizar regularmente os serviços, serão alcançada

vantagens que ensaios esporádicos não poderão obter.

Semelhantes grupos com forma e organização societaria são os syndicatos agrícolas que preconisamos.

Tal como existe na Europa, o syndicato agrícola é uma associação livre de lavradores a quo se grupa toda sorte de adherentes à essa profissão para o fim exclusivo do tratarem dos interesses collectivos.

Sua organização é simplissima, pois basta que um grupo de profissionais acorde em formar um syndicato e formulados os estatutos regstral-o com a assinatura dos administradores em cartorio indicado por lei, assim de fazerem só publico. Segundo a lei francesa do 21 de março de 1884, satisfeita esta formalidade o seu outros onus, o syndicato fica investido de personalidade civil, podendo então possuir, transigir e estar em juizo.

Assim constituído, torna-se elle uma entidade especialissima enjo fim ampla, vasto, é promover tudo quo interesse collectivamente aos associados. Seus trabalhos são pols, múltiplos, proveuse, porém, entre todos, como primordial característico o quo por si só modifica o regimen agrícola em sua parte mercantil, o da compra e venda por conta dos socios.

No exercicio dessa função o syndicato tem personalidade própria e é, portanto, terceira pessoa, entre o productor e o comprador. Em relação aos interesses ou lucros, porém, ello confunde-se com os agricultores, pois que não tem, não pôde ter outros quo não sejam os destes.

Para viver o prosperar basta-lho uma coligação dos associados, a qual na Europa nunca excede a 5 francos por anno, e a participação de communicações mínimas sobre as transações realizadas. Assim constituído seu capital limitado, essas instituições se têm agigantado por toda a parte, conseguindo realizar capitais avultados e prestar inumeros serviços, tal é o poder da convergência de esforços, por pequenos que estes sejam. Com tais ele-

mentos e, portanto, som sacrifício para os agricultores poderão os syndicatos influir os seus trabalhos com evidente o seguro proveito para os associados.

Não é tudo, porém. Com o ser uma coligação de agricultores, o syndicato é apenas um germe da união agrícola já susceptível de evolução, afectando formas múltiplas e atendendo aos mais variados interesses da classe, já gorando outras associações, as quais, dotadas de funções proprias e especializadas, com elle collaboram na mais íntima connexão na obra complexa da defesa dos interesses da lavoura.

Assim, além daquella função commissarial semi-gratuita, nas operações de compra e venda, o syndicato pôde exercer a de intermediario de crédito e de auxiliar dos trabalhos profissionais.

Entre as organizações filhas e connexas destacam-se as Caixas do Credito Agrícola possessa e garantida, as cooperativas e as associações de seguros e de assistencia. Tais proliferações, porém, quo completam a trama da união o mutualismo da classe, como já se acha organisação em diversos países da Europa, aponas são indicadas aqui como aspirações do futuro, como phases e formas do aperfeiçoamento da idéa de união. A que, porém, acompanha de par os syndicatos organizados para operarem em pequenas circunscrições o quo constituem seu complemento necessário, é o syndicato central com sede na praça em que aquelles realizam as suas transações e quo não é mais do que a agremiação societaria desses syndicatos locaes.

Fundado o Syndicato Central, elle se constituirá o agente geral dos syndicatos filiados para todos os trabalhos e por essa forma, ficando habilitado a operar sobre quantidades muito maiores de productos para compra e venda, poderá realizar vantagens quo estariam fora do alcance dos próprios syndicatos locaes, operando então directamente com fabricas, com importadores, até mesmo com o estrangeiro, vantagens essas quo, voltando

em pro-rata nos syndicatos locais, aumentariam a economia feita pelos agricultores no custo da propriedade rural e nos gastos gerais de seus produtos.

A economia realizada por essa forma disfarçado poderia ser preludada, variando, como é natural, com a natureza do produto e com a localidade. Quem, porém, atender ao valor bruto da produção nacional e considerar que essa somma enoríssima se pulveriza, se vaporiza no longo percurso que fazem os géneros importados e exportados pelo agricultor, nas inúmeras estações por que passam e em que se attritam de encontro aos interesses particulares do lunumoráveis intermediários, ha de por certo concluir como se ova atingirá a uma cifra elevada e corresponderá a uma taxa suficiente para equilibrar o balanço da nossa lavoura e converter sens *deficits* em saldos.

A organização syndicataria conseguirá esse resultado que em seus efeitos equivale a uma notável melhoria nas condições dos nossos produtos, sem restringir os gastos pessoais nem atentar contra o conforto e bem-estar dos productores sem recorrer a imposições cortas, illudíveis, a troco de fátilveis esperanças de melhoria; sem cercear a liberdade de transigir, que é o corollario mais lógico do direito de propriedade; sem violentar a lei da oferta e da procura, que é a mais lógica dedução do espírito humano com relação aos factos sociais.

Em seu mecanismo, essa organização como que encurta a distância entre o produtor e o consumidor, suavizando o roteiro dos produtos, afastando de seu caminho todos os parasitas esgotantes de seu poder de troca e substituindo os intermediários commensais pelos próprios productores sob a forma syndicaria.

Demais, forma-se assim um apparelho privilegiadão apropriado no recebimento e transmissão dos auxílios com que os poderes publicos têm o dever de amparar a classe que cesteia as fontes da riqueza nacional.

Do facto, não podendo os syndicatos cen-

traos operar senão com os syndicatos locais que os constituem; não podendo também estes transligrar senão com os agricultores a elles ligados o solidariamente responsáveis pelos interesses collectivos e não lhes dando permitido emprestar senão para fins profissionais, rigorosamente fiscalizados; não tendo estas associações interesses de vida própria que se possam oppor aos dos agricultores, a mais segura garantia existirá para a mais justa, mais util e mais fecunda distribuição dos auxílios dos poderes publicos.

Assim, pois, a União poderá auxiliar os syndicatos contra os Estados e Municípios, os syndicatos locais, sem os perigos e a inoflicciao dos empréstimos até hoje feitos directamente aos agricultores, à custa do erário publico, por bancos officiaes ou officiosos. É o que se observa na França que garante ao seu primeiro estabelecimento bancário a somma de 40 milhões de francos para empréstimos às Caixas Regionaes do Crédito, que são criadas pelos syndicatos para o exercicio da função creditoria a favor dos seus associados, e essa medida tem proporcionado as maiores vantagens à lavoura, sem que aquelle lance e o Governo tenham tido o menor prejuizo.

Acresce ainda as vantagens dessa organização syndicaria que ella confere a essas aglomerações, graças à solidariedade da grande classe que elles representam, crédito suficiente para atrair diretos valiosos capitais ao serviço da lavoura e prestigio à autoridade para imporem à consideração e respeito da administração publica e do Poder Legislativo os legítimos direitos e interesses da classe agrícola.

Em summa, a unitaria agrícola, assim organizada, garante à lavoura uma grande economia à custa tão sómente dos desperdícios gastos com suas commensais e parasitas, prepara um mecanismo para a mais eficaz intervenção dos poderes publicos e confere à classe e poder das legiões arregimentadas.

Seus efeitos no Brasil começariam com os primeiros syndicatos formados e se mul-

tipificariam depois, lentamente, embora, para os que julgam estar assistindo à agonia da patria, mas em tempo, no entanto, para formarem a prosperidade geral com as lições aprendidas no sofrimento, pois no plano do evolução dos syndicatos agrícolas estão os delineamentos da evolução da riqueza pública.

Outras medidas poderão ter acção mais prompta e ser por isto aceitáveis. Nenhuma, porém, que se oponha ou exelua esta, deve merecer os suffragios do Congresso. Nenhuma que procure galvanizar o actual mecanismo mercantil da industria agrícola, o alimentar ou transigir com o individualismo de nossos agricultores, deve triunfar, pois não corresponderia à mais palpante necessidade da classe antes seria um desacerto e um desserviço que, ainda quando dissimulado por algum alívio momentâneo, se manifestaria depois, fazendo-nos sentir de novo a situação actual aggravada ainda pelos efeitos do tempo decorrido — seria a visita da sanha.

Existe um desacordo flagrante entre os hábitos e praxes da laboura e as condições do meio em que ella opera actualmente, por isso que aquelles não se modificaram no sentido e no grito em que estas diferiram. Aquelles hábitos e praxes constituiriam um regimento, uma educação que já não podem hoje produzir os efeitos de ontem. E' preciso, pois, modificar os, adquirir novos hábitos, firmar novas praxes.

Favorecido pela uberdade do solo e pelo braço escravo, o agricultor produzia fartamente para sens mistores e suas demissas e assim se habitou a viver desejidoro, imprudente, convencido da sua força, da suficiência da sua ação individual.

Os mesmos factores e mais a justificativa das grandes distâncias que os separam dos mercados, criaram os intermediários comerciais. Hoje que as condições são muito diversas, é isso ainda o regimento. O agricultor já renunciou às domaslas, já não satisfaz os seus misteres, sonão à custa do priva-

ções, já não é um forte e bom o sente, mas continua isolado, debatendo-se em vão contra dificuldades que o assoberbam e que elle, só, não pôde dominar, ou desfalecido contempla os progressos da sua ruina, sem mais energia para se lhe oppôr.

Com o desenvolvimento das culturas e concurrença internacional reduz-se a margem de lucros nos preços de venda dos produtos; elle, porém, continua a manter a mesma forma do commercio intermediário, o qual, por instinto de conservação, multiplicou seus artifícios de ganho que insensivelmente degeneraram no mais esgotante parasitismo da laboura.

E' esse estado de isolamento atrophiador, é esse individualismo que na phrase do escritor francês «é o maior inimigo de todo o progresso», que o presente Congresso deve condenar como elemento conservador da minoria physiologica da classe. E' contra esse mecanismo anachronico da parte mercantil da industria agrícola que se deve insurgir o Congresso.

Qualquer solução que não tenha para base ou que não estabeleça concorrentemente a renovação da laboura sob a forma syndicataria, deixará sem solução a sua situação económica, o que implica em agraval-a, pois que o mal progride.

Nenhuma disposição legal possuímos até hoje sobre syndicatos agrícolas e sendo conveniente que as transações que lhes competem comecem desde logo sob o influxo prestigiante da personalidade civil, sendo, além disso, necessário, attonta a crise da laboura, que o poder central venha em seu auxilio, concorrendo ao mesmo tempo para que ella se robusteça pela união e pela iniciativa, pensamos que o Congresso deve neste sentido appellar para o Poder Legislativo.

Em conclusão propomos que o Congresso do Agricultura resolva:

I.º Aconselhar à laboura nacional a promover por meio dos Srs. congressistas:

a) A união dos agricultores sob a forma de syndicatos agrícolas locais;

b) A organização do syndicatos contraes na Capital Federal e nas capitais dos Estados.

2.º Propor ao Congresso Nacional:

a) A promulgação de lei reguladora dos direitos eivis dos syndicatos agrícolas locais e syndicatos contraes;

b) Votação de um credito de 10 mil contos para auxilio à lavoura e industrias rurais, sob a forma de credito a cargo do Banco da Republica e suas filiaes para desconto de letras à taxa de 6 %, dos syndicatos contraes ou das caixas regionaes de credito mutuo que organisarem em sua sede, respectivamente, sendo aquella verba distribuida pelos Estados e Capitais Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas produções agrícolas.

SUBSIDIOS

Norma de estatutos para syndicatos agrícolas do Brazil

CAPITULO I

ORGANISACAO E FINS DO SYNDICATO

Art. 1.º Os abaixo assignados resolvem organizar um syndicato agrícola para o estudo e defesa de seus interesses profissionais.

Art. 2.º Serão socios do syndicato os proprietarios e moradores da freguezia do... que cultivarem o solo ou exercerem industria rural ou qualquer outra profissão que interesse à agricultura, sob qualquer forma ou título e que subscreverem os presentes estatutos.

Art. 3.º O syndicato tom por fim:

§ 1.º Adquirir para seus associados todos os generos destinados aos seus misterios profissionais.

§ 2.º Vender os productos para esse fim entreguas pelos socios.

§ 3.º Promover e auxiliar todas as medidas e trabalhos tendentes a facilitarem a produção, transporte e venda dos productos e abrir-lhes novos mercados.

§ 4.º Promover o aperfeiçoamento dos métodos de cultura.

§ 5.º Crear associações de credito agrícola

pessoal e pignoraticio, de seguros, cooperativas de produção e de consumo, a beneficio exclusivo dos seus associados.

§ 6.º Representar aos poderes constituidos em defesa dos interesses agrícolas.

§ 7.º Agir na mais ampla esfera de atribuições em defesa dos direitos e auxilio dos interesses collectivos.

CAPITULO II

SÉDE E DURAÇÃO

Art. 4.º O syndicato tom sua sede em..... e exercerá sua actividade durante o prazo de.....

§ 1.º A mudança de sede só poderá ser resolvida em assembleia geral por 2/3 dos socios presentes.

§ 2.º O prazo da duração poderá ser renovado indefinidamente por deliberação dos socios presentes à assembleia geral do anno anterior ao da terminação do prazo.

§ 3.º Resolvida a liquidação por 2/3 dos socios seu patrimônio revertará em beneficio de instituições similares, ou será aplicado à realização de melhoramentos de utilidade para a agricultura.

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 5.º O syndicato será administrado por uma directoria e um conselho administrativo.

Art. 6.º A directoria será composta de um presidente, dois vice-presidentes, um secretario e um tesoureiro.

§ 1.º Os directores deverão ser socios de nacionalidade brasileira e serão eleitos por maioria em assembleia geral.

§ 2.º O mandato será por.... annos, podendo ser reeleitos os que o tiverem exercido.

Art. 7.º Competem à directoria todos os actos administrativos e as mais amplas atribuições para realização dos fins do syndicato.

Art. 8.º São atribuições do presidente:

a) Representar o syndicato em julgo ou fóra delle;

b) Presidir às sessões da directoria, do conselho administrativo e das assembleias gerais;

c) Rubricar todos os livros e resolver com o tesoureiro sobre todas as transacções;

d) Autorizar pagamento das contas visadas pelo tesoureiro e com este assinar os balanços;

Art. 9.^o São atribuições do vice-presidente:

a) Substituir o presidente em seus impedimentos;

b) Organizar e dirigir os trabalhos do encontro, do estímulo e da propaganda;

Art. 10. Serão atribuições do secretário:

a) Redigir as actas das sessões da directoria, do conselho administrativo e das assembleias gerais;

b) Organizar e manter em boa ordem o arquivo;

c) Redigir a correspondência e, quando autorizado, assinalá-la em nome do presidente.

Art. 11. São atribuições do tesoureiro:

a) Organizar a escrivanaria, resolver com o presidente sobre as transacções e efectuar os pagamentos por ele autorizados;

b) Ter sob sua guarda o património e haveres do syndicato;

c) Organizar e assinar o balanço anual;

d) Recover os dinheiros do syndicato e assinar os cheques com o presidente.

Art. 12. A directoria se reunirá em sessão pelo menos duas vezes por mês, assim de tomar conhecimento dos actos praticados por cada um de seus membros no desempenho de suas atribuições e resolver sobre o seguimento e orientação que cada um deve dar aos seus trabalhos.

Paragrapho único. É necessária a presença de três directores para que a sessão tenha lugar.

Art. 13. O director que faltar a três reuniões sucessivas sem participação do motivo de força maior será considerado resignatário.

6056 — 13

Paragrapho único. Nesse caso, bem como em todos os outros de vaga na directoria, o presidente convidará para preencher-a um dos membros do conselho administrativo e esse exercerá as respectivas funções até a mais próxima reunião da assembleia geral que o proverá definitivamente.

DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 14. O conselho administrativo é constituído por dez membros do syndicato, eleitos pelo modo e prazo por que é eleita a directoria.

Art. 15. Compete aos membros do conselho fiscalizar e auxiliar a directoria em todos os actos e especialmente nos da propaganda.

Art. 16. É obrigatória a consulta ao conselho sempre que a directoria tiver de iniciar nova ordem de trabalhos de acordo com os presentes estatutos.

Art. 17. O conselho fará sessões ordinárias bi-mensalmente, e em dias préviamonte ilhados e extraordinárias sempre que for convocado pela directoria e quando julgar necessário.

§ 1.^o Nas sessões a directoria fará exposição dos factos ocorridos no bimestre anterior e consultará sobre as medidas que julgar convenientes.

§ 2.^o Para as sessões extraordinárias a directoria fará convocação com antecedência e indicação do objecto a tratar.

§ 3.^o Se nisto tiver lugar a reunião extraordinária no dia aprazado, será marcado outro e no caso de falta do número nesse dia ficará a directoria dispensada da consulta.

§ 4.^o O conselho se reunirá sempre com os directores, que terão voto deliberativo, sendo necessária a presença de cinco membros do conselho e de três directores, para que a sessão tenha lugar.

§ 5.^o O membro do conselho que faltar a duas sessões consecutivas sem participação do motivo de força maior, será considerado resignatário e substituído por outro socio, pelo processo indicado no paragrapho único do art. 13.

CAPITULO IV DOS SOCIOS

Art. 18. Os socios são obrigados: à cotisacão annual de 5\$; a cumprirem rigorosamente os compromissos que contrairam com o syndicato e comparecerem às assembleias gerais.

Art. 19. O pagamento da primeira cotisacão de cada socio será feito no acto da assinatura dos presentes estatutos, a qual valerá como sua inscrição; as demais terão lugar no maz do Janeiro do cada anno.

§ 1.^o O socio que não pagar sua cotisacão no maz indicado será avisado por escripto de que está ocorrido o prazo dos estatutos e se ao cabo de outros 30 dias não realizar o pagamento será eliminado.

§ 2.^o O socio que quiser retirar-se deverá avisar a directoria até o dia 31 de Dezembro e se não o fizer ficará obrigado à cotisacão do anno seguinte.

Art. 20. O socio é livre de recorrer ou não ao syndicato para as transacções e serviços que este tiver lhe ladeado.

§ 1.^o O socio que não satisfizer os seus compromissos será eliminado e disso a directoria fará lavrar um termo que levará ao conhecimento do conselho administrativo e da assembleia geral.

§ 2.^o O socio que incorrer na pena do paragrapgo precedente nunca mais poderá ser readmittido.

CAPITULO V DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Art. 21. Os socios se reunirão em assembleia geral ordinaria nos dias anniversarios da fundação do syndicato para julgamento de contas e conhecimento do relatório da administração.

§ 1.^o É necessaria a presença do 1/3 dos socios na primeira convocação, podendo a assembleia deliberar com qualquer numero na segunda.

§ 2.^o O socio que deixar de comparecer à assembleia geral, sem motivo provado de

força maior, pagará por cada vez que faltar a multa de 2\$000.

§ 3.^o A directoria não poderá em caso algum reenviar a multa do paragrapgo procedente.

CAPITULO VI

RECURSOS DO SYNDICATO

Art. 22. Os recursos pecuniarios do syndicato serão constituídos:

- pela cotisacão de que trata o art. 18;
- pelas commissões sobre os preços do compra e venda por conta dos socios;
- pelas taxas estabelecidas para outros serviços do syndicato;
- por empréstimos, subvenções e donativos;
- pelas commissões e multas consignadas nestes estatutos.

§ 1.^o As commissões não poderão exceder de 5 % para os goueros comprados e 2 % para os que forem vendidos por intermedio do syndicato e serão reduzidas à medida que se avolumarem as transacções desta.

Art. 23. O syndicato poderá adquirir os imóveis que forem necessários à instalação de seus trabalhos; não poderá, porém, destiná-los a outros fins como fonte de renda.

§ 1.^o É também vedado ao syndicato adquirir títulos de renda de qualquer especie.

§ 2.^o Toda a receita do syndicato será empregada em melhoramentos e desenvolvimento de seus serviços, e desde que as fontes de receita indicadas nestes estatutos excedam as necessidades de seus serviços, deverão ser reduzidas as respectivas taxas.

CAPITULO VII

OPERAÇÕES DO SYNDICATO

Art. 24. A directoria realizará as compras de que trata o art. 3º § 1º por grandes partidas, mediante concurrença ou não, devendo ter sempre em vista conseguir as vantagens das aquisições por atacado e exigir a responsabilidade do vendedor pela boa qualidade dos productos.

§ 1.^o Os socios deverão, sempre que for

possivel, fazer sens pedidos em épocas determinadas pela directoria, pagando nesse acto a porcentagem que esta tiver fixado sobre o total da encomenda e o restante no acto da entrega dos generos.

§ 2.º A entrega dos generos poderá ser feita parceladamente mediante prévia declaração do socio quo indicará a quantidade e épocas de entrega das parcelas.

§ 3.º Os pedidos serão feitos por escrito na séde ou nas agencias do syndicato, responsabilisando-se o socio pela importancia total até o maximo em que for estimada a encomenda.

Art. 25. A venda dos productos a que se refere o art. 3º § 4º será feita em grosso no paiz ou no estrangeiro.

§ 1.º O syndicato poderá adiantar sobre os produtos quo lhe forem consignados até 25% do minimo valor em quo forem os mesmos estimados, mediante taxa modica de juros.

Art. 26. O syndicato deverá associar-se a outros assim de organisarem syndicatos contraes com séde nas praças em que realizarem suas operações.

Art. 27. O syndicato poderá encarregar-se de beneficiar os productos quo lhe foram consignados.

§ 1.º O beneficiamento poderá consistir no tratamento industrial, na embalagem e na solocção e formação do typos commerciaes.

§ 2.º Os productos beneficiados receberão as marcas quo o syndicato tiver adoptado e pagarão a *pro-rata* do beneficiamento acrescida de uma commissão não excedente de 5% sobre o valor da quota parte do beneficiamento.

Art. 28. Para os fins do artigo precedente o syndicato poderá montar as necessarias instalações, havendo de terceiros as sommas precisas mediante a responsabilidade solidaria de um grupo de socios, quo provindenciarão para o resgate da dívida assim contrabida.

§ 1.º Os bens alquilridos para esse fim pertencerão de pleno direito aos socios correspondentes e poderão ser exigidos depois de

satisfacto o dílito acima referido ou por occasião da dissolução do syndicato.

§ 2.º O syndicato poderá cobrar em produtos até 1% além de os exportar directamente e promover o angamento do consumo por meio de criteriosa propaganda commercial.

Art. 29. Enquanto não existir uma caixa do credito fundada pelo syndicato em sua séde, este poderá manter uma carteira especial de credito para pequenos auxilios nos socios por emprestimos sob garantia pessoal ou pignoraticia.

§ 1.º Para a realização desses emprestimos a directoria atenderá ao grau de garantia offereida pelo committente e aos recursos da carteira e aceitará ou não a proposta, sem motivar as razões do seu acto.

§ 2.º Os emprestimos garantidos terão a clausula *constituti*.

§ 3.º Podem servir de garantia todos os bens moveis e imoveis e productos agrícolas pendentes ou em deposito, que não sejam de fácil e rapida deterioração e fraude e cuja designação será previamente farta e annunciada pela directoria.

§ 4.º Os emprestimos do presente artigo não poderão ter prazo superior a 12 meses, nem vencer juros maiores do 7% ad anno.

§ 5.º Os emprestimos serão exclusivamente destinados aos fins profissionais declarados na proposta, devendo o syndicato para isso exercer a necessaria fiscalização.

§ 6.º O desvio do fim indicado determinará a cobrança immediata da dívida, ficando o socio excluído do novas transacções pelo prazo de um anno.

§ 7.º Na reincidencia nesse acto de desvio o socio será eliminado.

§ 8.º Pela carteira de credito o syndicato poderá receber depósitos de dinheiro em conta corrente ou a prazo.

§ 9.º O serviço da carteira será iniciado mediante empréstimo contrahido para esse fim especial ou obtenção de um credito em estabelecimento bancario.

§ 10. O syndicato poderá conceder aos socios seu endosso em letras para transacções

com torcolros, mediante taxa do *det-credere* não excedente de 2 %.

§ 11. As rendas da carteira serão acumuladas para seu serviço exclusivo.

Art. 30. A carteira do crédito será liquidada logo que o syndicato tiver organizado a caixa do crédito de sua circunscrição, revertendo então para os fins gerais do syndicato os saldos verificados na carteira, subsistindo, porém, as operações de *det-credere*.

Art. 31. Os presentes estatutos serão registrados como exigirem as disposições da lei, ficando o original lançado em livro especial, assim de serem assignados pelos sócios inscriptos no acto da installação e por todos os que se forem filiando parcialmente.

Art. 32. Os presentes estatutos só poderão ser reformados em assembleia geral por 2/3 dos sócios presentes.

Paragrapho único. A directoria, de acordo com o conselho administrativo e por unanimidade de votos, poderá resolver sobre os casos não previstos e sobre as alterações nos estatutos, aconselhadas pela experiência, organizando para isso regulamentos que serão exentados até a proxima assembleia geral, a cujo julgamento devem ser submetidos.

Indicações para a organização dos syndicatos centrais

Só os syndicatos locais poderão ser sócios dos syndicatos centrais.

Reunidos, por seus directores, os syndicatos locais em número não inferior a quatro formularão os estatutos do syndicato central e elegerão a directoria e conselho administrativo desto.

As formalidades constitucionais da associação serão as mesmas que para os syndicatos locais.

Os directores do syndicato central deverão ter residência na sede, os membros do conselho administrativo deverão em sua maioria ser tirados dos administradores dos syndicatos locais.

Os syndicatos locais pagarão uma cotização inicial invariável a título de inscrição e

uma cotização anual proporcional ao numero de associados de cada um.

Seus atribuições em relação nos syndicatos agrícolas locais serão as mesmas que as destes em relação aos agricultores syndicados».

Organização Bancária e entreposto do café

DR. MATTOSO CAMARA

Quanto à organização bancária:

Considerando que a principal causa das dificuldades com que luta a lavoura, como todas as classes productivas do paiz, é a retração do crédito, que não só as entrega maliciadas à especulação estrangeira, mas ainda as obriga a favorecerem pela pressão da oferta, esta especulação que as asphyxia;

Considerando que, nesta conjuntura, a mais urgente e imperiosa necessidade do momento é habilitar a lavoura, por meio do crédito, com os recursos de que carece, armados para a resistência e defesa na venda de seus productos;

Considerando que não pode absolutamente existir crédito em um paiz, onde a beneficiação bancária está, por assim dizer, paralisada, pois os bancos, como tanto bem dizem os economistas, exercitam no organismo social as mesmas funções do coração no organismo humano;

Considerando que, nestes termos, a primeira providencia que o Congresso Agrícola deve reclamar dos poderes competentes é a imediata organização bancária;

Mas, considerando que boa organização bancária, principalmente na actual conjuntura, em que o crédito tem, por assim dizer, de ser novamente criado, não pode deixar de ter por centro um banco de emissão;

Considerando que para que o Banco possa funcionar nesse caráter é imprescindível que esse de voz a emissão pelo Estado, que emite quando precisa do dinheiro, sendo substituída pela emissão pelo Banco, regulada pelas necessidades da circulação;

Considerando que um Banco de emissão é o instituto que tem a faculdade ou o privi-

legio de emitir bilhetes pagavos ao portador e à vista em moeda corrente, sendo esta obrigação (que não deve em caso algum ser dispensada) o principal limite e o mais eficaz impedimento oposto à imprudência das emissões;

Considerando que para esse effeito, sendo a nossa moeda corrente o papel-moeda, enquanto não pudermos estabelecer com segurança o regimen metallico, devem as notas do Banco ser pagáveis ao portador e à vista na moeda corrente que temos;

Considerando que a emissão nestes termos, devendo ser limitada ao papel-moeda que o Banco tiver em carteira, não satisfaz por isso aos fins que se tem em vista, como bem comprehendem a Inglaterra estabelecendo no acto de 1811, ao lado da emissão do limite fixo, a illimitada e variante, dependendo apenas do ouro e prata que possa o Banco atrair para sua carteira, na proporção entre os dous metaes indicada no mesmo acto;

Considerando que esta medida, cujo objectivo é dar, com toda a segurança, a necessária elasticidade às notas do Banco, se recomenda no nesse caso com mais forte razão; porque é transitorio o regimen que instituimos, visando o regimen metallico, de que é preparo;

* Considerando que para o advento do regimen metallico é imprescindivel necessidade o resgate do papel-moeda, pelo menos até o ponto em que possa a emissão do Banco sobre elle faltar permanecer na circulação sem inconveniente nem perigo em qualquer eventualidade;

Considerando que esse resgate não pode ser feito de modo mais suave e eficaz do que pela obrigação imposta ao Banco de, na proporção que for estabelecida por lei, resgatar para ser incinerada quantidades parcelas de papel-moeda, a medida que for ampliando a sua emissão illimitada e variante sobre ouro e prata;

Considerando que, tomado o Banco por este modo a responsabilidade de uma dívida

do Estado, qual o papel-moeda, substituindo-o por notas suas, emitidas sobre ouro e prata, deve ser pelo Estado indemnizado do modo o mais suave e conveniente para o governo e que nenhum reune estes requisitos melhor do que o pagamento por meio de apólices de juros de 3% acanno;

Considerando que, sendo dada ao Banco, no intuito de facilitar-lhe a bem exercer as suas funções, satisfazendo com segurança as necessidades da praça, a faculdade de emissão illimitada sobre o ouro e prata que tiver em carteira, deve-se por todos os meios facilitar-lhe a aquisição desses metaes;

Considerando que, satisfaz a esse intuito a obrigação para o Banco de dar notas suas em troca de ouro e prata que lhe for apresentado, na proporção entre os dous metaes prescripta na lei e ao cambio do dia que indica a relação de valor entre a nota do Banco e os ditos metaes, sendo para esse effeito equiparados nos ditos metaes os títulos para o recebimento no estrangeiro em ouro e prata da venda dos productos nacionais exportados;

Considerando que esta obrigação de dar as notas ao cambio do dia se recomenda não só porque é esse cambio que indica a relação de valor, no momento, entre as duas quantidades, como ainda porque não é ileito em instituto dessa natureza dar em notas por esses metaes e títulos menos do que o valor pelo qual os venderia, mas principalmente porque é esse o meio de atrair para o Banco os dílhos metaes e letras, dificultando aos especuladores do cambio a cobertura, que é elemento essencial para o jogo;

Considerando que, sendo embora vedada ao Banco a especulação do cambio, deve todavia aquella obrigação corresponder autorização nos estatutos para pagar no exterior as contas do commercio importador, mediante a entrega aqui, no cambio do dia, de notas suas, que por este modo adquirem mais a qualidade de instrumentos para liquidação do commercio internacional;

Considerando que em organização dessa ordem não se pode deixar de prevenir crises

como as que na Inglaterra são debelladas pela suspensão do acto de 1811, na Alemanha pela applicação do systema conhecido sob a denominacão do maximo elástico, na França pela ampliação do maximo da emissão;

Considerando que, sendo grande a inconveniencia do momento, hadditar a favorecer o commercio intermediario com os recursos necessarios para a resistencia e defesa contra a especulação, libertando-os da continuidade da pressão da offerta, deve ser uma das principaes funções do Banco o adiantamento sobre *warrants*, conhecimentos, etc., dos produtos nacionaes depositados nos entrepostos, trapiches, etc.;

Considerando, finalmente, que uma organização desta ordem, a ser creada, demanda de tempo, trabalho, etc., e que já temos no Banco da Republica do Brasil instituto capaz de se transformar sobre estes moldes o que já merece a confiança publica, apesar da crise que atravessou, como demonstram os depósitos em suas carteiras de quantia superior a trinta mil contos;

A Comissão do União e Crédito Agrícola apresenta ao Congresso Nacional de Agricultura as seguintes conclusões, que lhe parecem não só urgentes senão momentosas;

A prompta organização do Banco da Republica com o carácter de banco oficial e com privilegio por oito a 10 annos para a emissão de notas pagáveis ao portador e à vista em moeda corrente (papel-moeda do Estado) sob as seguintes clausulas:

O direito de emissão pelo Banco constará de duas partes:—uma de limite fixo, adstrito ao papel-moeda do Estado em circulação, não podendo o Banco, porém, emitir senão valor correspondente ao que tiver em carteira;—outra ilimitada e variante, equivalente ao ouro e prata que tiver a carteira de emissão. A proporção entre os dois metaes será estabelecida por lei.

Enquanto não flear reduzido o papel moeda em circulação a..., corresponderá a cada emissão pelo Banco sobre ouro e

prata o resgate de uma determinada parcela de papel-moeda, que será incinerada. Como indemnização pelo resgate do papel-moeda, à medida que for se realizando esse resgate, o Governo entregará ao Banco apólices de juros de 3 % ao anno.

O Banco será obrigado a pagar em notas suas e ao cambio do dia o ouro e prata que lhe forem para este fim apresentados, guardada a proporção indicada entre os dous metaes.

Serão para este efecto equiparados aos dous metaes os títulos contra as praças estrangeiras para o pagamento dos generos exportados. Fica, porém, entendido que assim como terá o Banco o direito de examinar os metaes, verificando o peso, quilate, terá igualmente o de reenga dos títulos que não lhe inspiraram confiança.

O Banco será em seus estatutos autorizado a pagar nas praças estrangeiras as contas e facturas do commercio importador, numa vez que lhe sejam aquí pagos em notas suas, ao cambio do dia, os respectivos valores.

Nos casos de crise e pressão monetaria o Banco poderá, com annuencia do Governo, ampliar suas emissões, que em caso algum, excederão o valor por apólices correspondentes ao papel por elle resgatado. Por estas emissões o Banco pagará um imposto em escala mensal progressiva.

Reduzido o papel-moeda em circulação à quantia de... o decretado o regimen metálico, será este valor em papel moeda considerado dívida do Estado ao Banco e servirá de base a parte equivalente da emissão bancaria que não estiver garantida pelo ouro e prata em carteira. O Banco poderá, porém, se assim lhe aprouver, substituir parcial ou totalmente essa quantidade de papel por títulos dos actuaes da dívida publica interna, que, entrando para a carteira do Banco, passarão a vencer juros à razão de 3 % ac anno.

Entre as principaes funções do Banco será incluida a de adiantamentos à favorecer o commercio intermediario sobre *warrants*,

conhecimentos, etc., dos generos de exportação nacional recolhidos aos entrepostos, trapiches, armazéns, etc.

O Banco não poderá, durante um prazo, que será determinado pelo Governo, cobrar por esses adiantamentos juros superiores a 6 % ao anno.

Relativamente à crise do café:

Considerando que o excesso de produção de um género não deve ser medida pela quantidade produzida senão em relação ao preço, que é determinado pela oferta e procura em cada momento da transacção;

Considerando que não se pode dizer, em absurdo, excessiva uma produção que, não sendo comprada pelo preço A, é todavia esgotada ao preço B, o que indica que os compradores esperam colocar toda a quantidade produzida, tirando lucro que já lhes convém;

Considerando que as nações que produzem generos desta natureza têm, na produção delles, fontes de riqueza de primeira ordem, cuja destituição ou abandono, em parte ou no todo, em vez de ser aconselhada pelos poderes públicos deve ser por elles com extrema solicitude evitada;

Considerando que este abandono, esta destituição de fontes importantes da principal riqueza nacional, se não é contida, dá-se em escala muito maior do que a necessária para corrigir a desleiança do preço, quando este já não cobre mesmo os gastos de produção;

Considerando que, importando este facto extraordinário prejuízo para o Estado, não pode elle assistir com indiferença à sua consumação, escondendo-se para sua defesa na lei de selecção;

Considerando que não ha selecção possivel nesses casos, quando não é a capacidade do agricultor que está em jogo, mas o excesso da produção, a falta de recursos e de crédito, a completa desorganização económica do paiz; recursos e crédito som os quais não podem ainda os mais selectos attenuar os efeitos da baixa do preço, evitando a pres-

são da oferta;—desorganização da qual não são a laboura e todas as classes produtivas os autores, sento as victimas;

Considerando que, mais do que a quantidade produzida, determina a baixa sucessiva do preço do produto a pressão de sua oferta nos diversos momentos, por uma classe que, pela pressão do ditílio para conservar o manter uma fonte de riqueza nacional que é o Governo aconselhado a entregar à força dos factos, está desaparecida dos meios de resistência e de defesa contra a especulação estrangeira, que vem a ser assim pelo Governo favorecida, e que, sendo por isso no caso mais forte, caber-lhe-á necessariamente a vitória;

Considerando que na comparação do preço pelo qual é vendido o género no mercado productor, acrescido das despezas do transporte, seguro, juros, manipulações, etc. até a sua produção pelos retalhistas nos mercados consumidores, com o preço por que é vendido a retalho aos consumidores, tem-se medida segura para julgar da parte devida à especulação nos preços nos mercados productores;

Considerando que esta comparação demonstra até à evidencia a grande parte que tem a especulação no preço por que, pelos motivos assinalados, estamos aqui vendendo o café;

Considerando, se não nos é lícito evitar a baixa do preço, devida à abundância da produção, senão estendendo lentamente o consumo, devemos, antes de aconselhar o abandono de pés de café e até das fazendas, que constituem parte da riqueza nacional, procurar eliminar desde já os efeitos do excesso da especulação, que nas condições em que nos achamos, sem credito nem Raueos, são obrigados a favorecer pela pressão da oferta os próprios lavradores que, longe de terem concorrido para este estado de cousas, têm fornecido ao Governo, continuadamente, pela sua actividade e trabalho e pelo próprio desenvolvimento da produção nacional, do que hoje se lhes faz

carga, cada vez maiores elementos de riqueza e prosperidade;

Considerando que se assim não fizermos, quando vier a manifestar-se a ação lenta da propaganda para a extensão do comércio já não precisaremos dela, porque a sua deglória, pela destruição dos pés do café o abandonou das fazendas, já terá consumado sua obra;

Considerando que a influência da especulação sobre o preço do café é dupla, isto é, se faz sentir já por parte dos exportadores do gênero na compra d'elos, aproveitando-se da pressão da oferta determinada pela pressão do dinheiro; já por parte dos Bancos, do câmbio, elevando a taxa cambial para apanhar as letras abalvando-a para vendê-las;

Considerando que dali resulta esta constante oscilação do câmbio, perturbadora de todas as relações comerciais, e a que não pôde Governo algum ser indiferente;

Considerando que a manipulação do café no estrangeiro, para apresentá-lo como de procedência diversa, é um dos elementos para o descredito do café do Brasil e da própria Nação e, portanto, para a baixa do preço;

Considerando que, por este motivo é de toda conveniência que o café seja aqui vendido já devidamente classificado e assim exposto à venda nos entrepostos, eliminando-se quanto possível da exportação os tipos infílos, promovendo-se e favorecendo a sua manipulação para convertê-los em tipos superiores;

Considerando que esta medida já é por si um correctivo à superprodução, que, seja dito de passagem, é muito mal calculada pelos *stocks* em 31 de dezembro, quando todos sabem que seguramente 2/3 da produção é exportada no 2º semestre do anno civil;

Considerando que pela transformação do modo por que é feito o comércio do café, pôde-se converter em lucro para os lavradores parte dos gastos da produção, nos quais devem ser computadas todas as despesas até à exposição nos mercados consumidores;

Considerando que, sendo o Brazil o produtor de 3/4 de todo o café consumido no mundo, está por este simples facto em condições de dominar o mercado;

Considerando que, neste facto tem o Governo no café os elementos que o habilitam a atrair para o país, em especie, os capitais de que carecem todas as outras indústrias e o comércio e para corrigir o mercado do câmbio, dando-lhe a necessária estabilidade;

A Comissão de União e Crédito Agrícola indica ao Congresso do Agriculura Nacional as seguintes conclusões para serem apresentadas aos poderes competentes:

1.º O Governo estabelecerá por intermédio do Banco, organzado segundo as idéias já indicadas, entrepostos nos portos convenientes, onde será vendido todo o café destinado à exportação, sendo o preço da venda pago em ouro.

2.º O café será exposto à venda nos entrepostos devidamente classificado, segundo os tipos americanos, visto ser a América do Norte o maior consumidor do café do Brazil.

3.º O entreposto pagará por conta do Banco todas as despezas com que vier sobreencarregado o café que lhe for remetido até à entrada no mesmo entreposto, tales como frete, carreto, impostos, etc.

4.º Pelo café que receber o entreposto dará ao respectivo possuidor ou remettente um *warrant* ou conhecimento do depósito no entreposto, com declaração das despezas feitas e do saldo líquido calculado sobre a média do preço do tipo correspondente na semana anterior.

5.º O possuidor do *warrant* ou conhecimento poderá desde logo receber do Banco em notas do mesmo Banco o saldo líquido declarado no *warrant* ou conhecimento, dello descontada a porcentagem de 5 % para as despezas do entreposto, risco, etc., ficando o Banco investido do poder de vender livremente o café consignado no *warrant*.

6.º O excesso do preço pelo qual for pelo Banco vendido o café será creditado em

moeda corrente ao possuidor do *warrant* ou conhecimento, depois da deduzida a porcentagem de 2 % em beneficio do Banco pelo adiantamento do dinheiro.

7.^a O Banco poderá fazer o pagamento do que trata a clausula 5^a em notas emitidas sobre o café depositado, por antecipação do ouro que o deve pagar.

8.^a Relativamente a estas emissões, o Banco procederá exactamente como nas emissões sobre ouro e prata, resgatando parcella correspondente do papel-moeda do Estado para ser incinerada.

9.^a O Governo tomará as necessárias providências para que não possa ser exportado café inferior ao tipo n.º 7.

10. O Governo da União entender-se-há com os Governos dos Estados produtores de café para que:

1º, não sejam cobrados os impostos senão sobre o café exportado e no momento da venda para exportação;

2º, para que os ditos impostos sejam taxados em escala decrescente na razão da superioridade do tipo.

11. O Governo da União e dos Estados auxiliarão, pelo modo que entenderem mais conveniente, as empresas que se formarem para compra dos cafés de tipos inferiores, afim de pelo beneficiamento os converterem em tipos superiores.

12. O Governo da União, por intermédio dos seus agentes consulares, e por todos os meios ao seu alcance, auxiliará a propaganda do café para efeito de abrir novos mercados consumidores a esse producto.

13. A concessão dos empréstimos por intermédio do Banco com as obrigações indiciadas para o mesmo Banco durará por espaço de dois anos, podendo ser prorrogada, se na prorrogação concordarem o Banco e o Governo. Sala das sessões da 2^a Comissão, 23 de setembro de 1901.—Dr. Matoso Camara.

MEMORIA sobre impostos inter-estaduais — Necessidades do trabalho Nacional

JERONYMO DE CASTRO

Lavrador no Estado do Rio de Janeiro

«A Sociedade Nacional de Agricultura, promovendo a reunião do actual Congresso, bem mereceu da Pátria.

Nomea o Brazil se achou em situação tão crítica como presentemente.

Está profundamente abalado em seus fundamentos reais, quais a produção da riqueza e sua valorização.

A Sociedade Nacional de Agricultura convindon-nos para indicarmos quais as necessidades da lavoura e apresentarmos meios práticos e urgentes para debellar a crise.

Antigo lavrador do Estado do Rio de Janeiro, accordei o convite da Sociedade e propus-me com o presente modesto trabalho contribuir para a elucidação do problema.

Qual o facto principal, primordial da crise actual que, creio, ninguém nega?

A desvalorização de todos os productos agrícolas e, ainda, dos da Indústria, propriamente dita, extractiva.

Não sendo este facto contestado, ou sendo geralmente aceito, sempre estender as causas que o determinaram.

Por que é que o Brazil, económico no tempo do Império, realizava lucros reais na exploração agrícola, em geral, ao ponto de cobrir fartamente o custo da produção, acumulando até economias que se transformaram em riquezas, vulgarmente chamadas fortunas, e agora se arrasta dificilmente, não cobrindo o custo de produção ou apenas equilibrando a receita com a despesa, reduzindo o salário a um *minimum* quasi equivalente a um nada?

Eis ali o problema complexo.

Seria a aurea lei do 13 de Maio que, inaugurando o trabalho livre, determinasse que o custo de produção subisse e operasse o desequilíbrio entre a receita e a despesa?

Ninguém o dirá, porque, salvo certa des-

organização nos primeiros annos, em geral organizou-se o trabalho gerando frutas colheitas.

Seria ainda a superprodução que desvalorizasse os productos em obediencia à lei fetal da oferta e procura?

Sí a superprodução se pôde afirmar em relação ao café, não se pôde defender em relação aos outros productos, visto que as alfândegas attestam grande importação na maior parte dos nossos productos naturaes.

Teria mudado a climatologia devida a causas astronomicas? Tampouco não. O Deus criador, conquanto banido pela República, ainda permite que o grão depositado convenientemente na terra germe e produza sementes fructuosas.

Haveria diminuição da população? Tampouco não. Ela deve ter crescido nestes dez annos, atendendo que estamos em um paiz novo, de população reduzida e, portanto, à larga. Então como se explica tão radical transformação? Vivíamos todos em relativo bom estar, sonho em abundância, e, agora, o queixume é geral, de que a maior prova é a reunião desse Congresso.

Estar plenamente convencido que a verdadeira causa deste desequilíbrio é a Federação ou excessiva autonomia concedida aos Estados.

Para demonstrar a minha these, basla comparar o Brazil economico do tempo do Imperio com o Brazil economico actual.

Transportemos-nos áquelles tempos pelos quais todos suspiram, ainda os republicanos, que a si próprios se denominam historicos.

O Brazil economico, de então, era uma organização perfeita. Obedecia em primeiro lugar no principio da unidade, sem o qual não pôde haver ordem.

Um poder central superintendia com intelligence, assessorado por uma pleia de homens competentes em todos os ramos dos conhecimentos humanos, e oriundos de todos os pontos do Brazil aluda os mais longínquos, aos negócios publicos.

As necessidades geraes eram atendidas,

assim como as locais, de harmonia com a índole característica do Estado ou Província. As províncias atendiam muito regularmente aos seus negócios, e, muito livremente, quanto sob a superintendência do delegado do poder central, não necessário à unidade.

Na parte económica, que é a do que tratamos, havia o livre-câmbio interno, salvo pequenas restrições, já inconstitucionais, e contra as quais o povo clamava, solicitando a transformação dos onus que gravavam o producto e dificultavam a sua circulação em onus directos.

Havia o que podemos chamar mercado interno, conquanto imperfeito. Fomentava-se a riqueza pelo consórcio do braço com a mão-de-terra e valorizava-se o producto pela circulação livre ou quasi livre.

O excesso de colheite de uma província era livremente transportado para outra, onde não abundava.

O poder central, tanto quanto as urgências do Tesouro o permitiam, protegia pela tarifa aduaneira os productos naturaes da terra, que constituem a riqueza dos brasileiros, e, para prova, ali está a tarifa especial para o Rio Grande do Sul, e já tratava com especial cuidado de extinguir os anti-económicos impostos de exportação e substitui-los por outros que não atrofiassem a produção.

Havia o que podemos chamar livre-câmbio interno e razoável protecionismo externo.

O crédito era regularmente mantido por uma organização bancária muito regular, suportando gallardamente as crizes, muito naturaes a todas as nações, auxiliando até a gloriosa guerra do Paraguai, por cinco longos annos.

Pôde-se dizer, sem contestação, que quem trabalhava e poupava tinha crédito, que nunca falhou, muito embora a taxa de desconto fosse a relativa a um paiz novo.

Os estadistas, de que tantas sandades falam, mesmo os actuais dominadores da situação, eram homens competentes, experimentados, escolhidos por longo tirocínio em

cargos inferiores, quer políticos, quer administrativos.

Levavam para os conselhos do Governo a sua longa experiência, ainda patrocinada pelos pais da pátria, que se assentavam no Senado e no Conselho do Estado.

O povo brasileiro vivia feliz; quem produzisse, tinha certeza de colocar o seu produto por mais ou por menos. Havia crédito. Podia-se francamente sacar sobre o futuro uma voz que o capital fosse empregado reproductivamente com intelligencia e economia. Florescia a agricultura em lavoura, se assim quizerdes, e todas indústrias auxiliares.

Attendia-se muito regularmente à elevação da riqueza pelo desenvolvimento da viação ferrea, que é ainda a que temos, e, pelo melhoramento dos portos e navegação, quer marítima, quer fluvial.

Havia suficientes instrumentos para fomentar a riqueza e fazê-la circular, valorizando-a, animando o commercio e as indústrias de transportes.

Ensajavam-se novas culturas, à proporção que o melhoramento da viação approximava centros distantes, possuidores de aptidões diversas de produção, quer pela natureza geologica, physica e chimica do seu solo, quer pela sua climatologia, determinada pela latitude, longitude e altitude.

As finanças provincias andavam regularmente equilibrados, salvo crises naturaes ou politicas, e, com orçamentos restritos, attendiam, tanto quanto possível, às necessidades da administração publica, não descurando a viação vicinal, enquanto rudimentar.

As municipalidades funcionavam methodicamente, vigiadas sens orçamentos e principalmente suas tabelas de impostos, pelas assembleas provincias e pelo delegado do poder central, que as reprimia em seus excessos.

Emfim, o Brazil economico era um todo harmonico.

De repente inverteu-se a pyramide.

As novas idéas, que todo pretendem subvertor, sem razavel substituição, sopraram sobre o nosso caro Brazil, que foi violentamente saudido em seus fundamentos.

A 15 de Novembro derribou-se o sistema politico que nos regia o novos moldes, oriundos de uma philosofia abstrusa e que em seus principios traz o germen de aniquilarmos em tudo, substituiram a ordem de coisas existentes por outra.

O principio tudo foi destruir, prometendo construir mais bonito, arrancar o nosso caro Brazil da lethargia, em que diziam, vivia.

Nada tinham preparado, mas afinal, depois de longa gestação de 15 mezes e nove dias, surgiu a Constituição de 24 de Fevereiro, que nos infelicitá, e é a causa primordial da verdadeira pobreza em que nos debatemos.

Quebrou-se a unidade. Desapareceu o Brazil, e foi substituído por vinte Brazils em um Districto Federal desorganizado.

O trabalho nacional não podia deixar de sentir os efeitos de tantas lombras.

O crédito, tão sensivel como é, foi o primeiro a ser affectado. Manifestou-se no exterior, em primeiro lugar, e foi enfraquecendo no interior a ponto de annullar-se e muito logicamente.

A lavoura, ainda preocupada pelo temeroso problema da substituição do braço escravo pelo braço livre, foi subitamente collida pelos novos moldes, que vieram aumentar em muito suas dificuldades, que já eram ingentes. A ella, que não indemnizaram e que virá metade do seu capital aniquilado e suprimido, pediram novos impostos de um lado, e amarraram-na do outro lado, dificultando sens movimentos.

Tres poderes autónomos foram investidos de facultades de onerar o povo com impostos disparatados e cumulativos sem appellação nem agravo.

Nem ao menos respeitaram a discriminação das rendas determinadas pelos artigos constitucionais.

Cada Estado, cada Municipalidade, cada cerebro, inventava um novo imposto, interpretando os artigos constitucionais a seu modo, segundo as exigencias dos seus orgãos principaes ou de sua cobiça.

Os novos estadistas, surgindo já preparados o armados, como Minerva da cabeça do Júpiter, tudo determinavam de harmonia com os novos maldos, sem estudo, sem preparação, sem unidade de vistos, sem atenderem ás consequencias logicas dos seus actos, levados apenas pela preocupação de encher as areas dos tesouros, de modo a permitir que pudessem organizar as novas naçõesinhias com o luxo relativo á sua natural validade.

A golpes de positivismo, tudo positivaram, e nos reduziram a este estado positivo de fraqueza, miseria, desalimo e pobreza real, que é negativo.

Subitamente uma nova organização tributaria disparatada, se é que organização se pôde chamar, que melhor se pôde dizer ser anarchia tributaria, omconcentrada com a flutuação e depreciação do valor da moeda ou meio circulante, em consequencia do enfraquecimento do credito, caiu sobre a produção nacional.

Ella, que apenas ensaiava o braço livre pela evolução de um anno agricola, estudando com solicitude, diariamente, meios de que podia dispor, para obter os productos de que necessitava, e procurava agitar-se á nova ordem de coisas gerada pela lei de 13 de Maio, vinse, do um lado, insobredada com novos impostos, novas exigencias, onerando as despezas geraes, e dificultada, por outro lado, pelos impostos inter-estaduaes e até inter-municipaes, de ir oferecer á venda seus productos para valorizal-os, e obter dinheiro, até para pagar a nova sobre-carga de impostos.

O livre cambio interno foi pouco a pouco desaparecendo.

Os imperfeitos mercados internos que tinhamos desapareceram.

Os lavradores comprehenderam que não

doviam plantar, porque não podiam vender. O Governo Federal transformou, pouco a pouco, a tarifa das alfandegas em tarifa apenas fiscal, e não proteccionista, visto que della anfere o melhor de suas rendas, sem se preocupar com o mal, que está produzindo, com a atrofia de todos os productos verdadeiramente nacionaes.

O Brazil pela nova Constituição deixou de ter um ministro das finanças para ter apenas um ministro do Tesouro, preocupado com a arrecadação das rendas e com a distribuição da despeza.

Ele deixa assim de fomentar a riqueza nacional, quer agricola quer industrial, e os Estados com seus impostos inter-estaduaes dificultam a circulação desta mesma riqueza.

O que quoreis que sucedeisse?

A atrofia geral!

Fomentar a riqueza e fazela circular para valorizal-a, eis os intultos cardinaes da economia politica.

Vêde como todas as nações civilizadas se esforçam com sua politica colonial em obter mercados para seus productos, quer proprios, isto é, de sua produção, como os Estados Unidos da America do Norte e a Republica Argentina, quer industriais ou coloniaes, como as nações europeias.

No Brazil o contrario se observa. Retrogradamos à Idade Média com suas alfandegas interiores e barreiras.

O Brazil, que era uma nação forte e respeitada, enquanto jovem, transformou-se em vinte nações que se dizem irmãs, mas que se degladiam e se annullam pelas dificuldades que umas oppoem ás outras e a si proprias, com os impostos que dificultam a circulação da riqueza.

O Brazil, enja riqueza principal consiste na liberdade do seu solo, aliada á benignidade do seu clima, pelo menos em um futuro proximo, acha-se impossibilitado de desenvolver as culturas actuales e ensalar novas, e mesmo a polycultura pelo methodo intensivo, porque não tem mercados internos e ningunha trabalha para obter resultados.

dos negocíos dos seus esforços, ouvidos como estao pelas tarifas de transportes muito excessivas, pelos impostos inter-estaduais.

As tarifas de transportes, quando disparatadas podem se neutralizar, fazendo uso dos meios primitivos de que dispunhamos e ainda dispomos, antes do estabelecimento da viação ferrea.

Os impostos inter-estaduais e inter-municipais são uma ameaça constante, atrofizando toda a iniciativa.

Em geral estes impostos atingem a mais de dez por cento do valor venal do produto.

Enquanto este estado de coisas persistir é inútil clamor que não produzimos.

E' inútil publicar as estatísticas aduaneras, demonstrando a colossal somma anual que vai enriquecer as nações estrangeiras, só em generos alimentícios, que todos podem ser de produção nacional, cuja importação é talvez o maior factor para a baixa do cambio.

Compramos tudo em ouro, quando tudo podíamos comprar em papel.

Votorizamos o braço estrangeiro e abandonamos na miseria o braço nacional.

São imiteis os patrióticos esforços da Sociedade Nacional de Agricultura, animando com sua Revista, com seus conselhos e com suas exposições, a polycultura.

São imiteis os esforços dos Governos estaduais, estabelecendo escolas agrícolas e campos experimentaes.

São imiteis o até impossíveis os bancos de crédito real e o crédito agricola, em geral, porque, tendo nós terra e tendo braço, annullam o resultado do consorcio da terra e do braço, que é o producto.

Os similares estrangeiros, já devido a causas naturaes, que fazem baixar o custo da produção, já devido à barateza dos transportes, quer terrestres, quer maritímos, invadem nossos mercados do litoral e das fronteiras em consequencia de uma tarifa avulsa e não proteccionista e anti-patriotica,

Poderia particularizar e analysar um por um todos os productos, quer dentro os cereais, quer os provenientes da industria pecuária, e demonstrar como não é economicamente possível a sua exploração, enquanto a tarifa aduanera não for proteccionalista, fixa e durável.

Não o farei, para não me alongar, a imprensa e os discursos parlamentares têm assaz elucidado este ponto.

A situação actual da lavoura é de verdadeiro marasmo.

Produzimos, e não podemos colocar convenientemente o nosso producto.

Estamos quasi reduzidos a produzir apenas para o consumo proprio.

O meio real de obviar a estes males é voltarmos ao proteccionismo exterior e ao livre-câmbio interno.

Mas isto importa em uma revisão da Constituição, dirfós.

Estudeiem os competentes a matéria.

E' possível que dentro da Constituição actual se possa obter uma lei de discriminação de rondas, que facilite o livre-câmbio interno entre os Estados e os municípios.

Não temos já a lei do sello, e a lei proibindo a moeda falsa emitida pelos Estados, que foram geralmente respeitadas?

Organizem um sistema tributario, que não grave o producto da produção nacional.

Peguem-nos impostos sobre a renda, e impostos territoriais, e valorizem os productos para nos habilitarem a pagar impostos.

Assim animarão todas as iniciativas e teremos liberdade de procurar mercados.

Proteja o Governo Federal pela tarifa aduanera os productos nacionaes, todos os cereais, os productos da canna de açucar e os derivados da industria pecuária, substituindo o desfalque que dahl sobrevier por impostos directos sobre a renda.

Supprimam os Estados os impostos de exportação, substituindo-os por outros, os territoriais, por exemplo.

Legislem contendo as Municipalidades em seus justos limites.

Nem recebem que o suprimento não seja suficiente para abastecer os mercados.

E é um completo engano.

Si no primeiro anno o preço subisse muito, no segundo e terceiro a lei da offerta e procura obrigaria a baixá-lo para uns justos limites.

A terra do Brasil ali está e o braço nacionad é proporcional à população consumidora actual.

—Diré o que penso acerca da situação actual da lavoura do café, deixando a do assucar e das indústrias de criação e factérios para os mais competentes.

Bons factos geralmente aceitos produzem a crise do café :

A superprodução e a especulação.

A superprodução só pôde neutralizar alargando o consumo, razão pela qual aprovo a idéa da propaganda no exterior, principalmente na Europa, nos países do Norte, nos do Mediterrâneo e no Oriente.

Os syndicatos agrícolas, entregando dez por cento de suas colheitas em espécie, para ser vendido directamente por uma associação, quo disso se encarregue, e quo inspire toda confiança, devem dar bom resultado, comquando lento.

Este café deve ser do superior qualidade, gozar dos direitos de exportação e de uma diminuição nos frelos das estradas de ferro. A empreza é ardua, não é fácil, depende de muita dedicação e verdadeiro patriotismo.

A não se tratar do alargamento do consumo, a baixa cada vez maior do preço obrigará ao abandono da lavoura.

Em logar de se queimar café, queimar-se-hão cafeeiras pelo abandono.

A especulação é filha da superprodução, animada ainda pela desastrada política financeira do Governo.

Não cobrindo o preço actual do café o custo de produção, e isto á cerca de quatro annos, os lavradores foram-se arruinando com o intrito, alias invável, de não abandonarem suas fazendas, que ficaram desvalorizadas,

Compreende-se que gastaram o que tinham podido economizar, e vivem hoje *au jour le jour*, vendendo logo sons produtos, quo ás vezes nem entram nos paixões, para poderem pagar os salários e as despesas gerais.

Esta situação foi notavelmente aggravada pelo *funding-loan* ou contracto de Londres, obrigando o Governo a retirar da circulação em mil contos de papel-moeda, que editaram, porque a emissão de 800 mil contos, por mais que os sustentadores da política ingleza-judaica do Governo actual o quissem sustentar, não era de mais para um país tão vasto, já no régimen do assalariado.

A circulação metálica em um país novo, vasto, despovoado, sem reservas de qualidade alguma, é verdadeira utopia.

Aggravou-se ainda mais a situação pela liquidação violenta dos bancos nacionais, provocada por um acto impensado do Governo, sem razoável substituição.

Folgon a especulação, e muito generosa tem ella sido.

A Sociedade Nacional do Agricultura, no § 2º do art. 8º do Regulamento do Congresso de Agricultura, pelo *meios práticos e urgentes* de atenuar a crise.

A men ver havia mu moio, não do resolver a crise, mas de atenuá-la.

Este meio só a medo se pôde revelar, e não será aceito pelo Governo actual. Seria a retenção de cerca de quatro milhoes de sacas de café, armazenando-o.

Este serviço só poderia ser feito directamente pelo Governo em Santos, Rio, Victoria e Bahia.

O Governo dispõe de alfândegas, de cães, armazéns, quartéis, etc., etc.

Emitiria papel-moeda com lastro, saca do café, pagando cincuenta mil réis por cada saca de 60 kilos.

Retirada da circulação numa parte do stock, dando ao mesmo tempo crédito temporário ao lavrador para poder prosseguir em seus serviços.

A emissão não seria o maior mal, porque,

logo que o Governo vendesse o café, quemaria o papel correspondente.

A roturação dos compradores, a diminuição do consumo e o abalo cambial seriam os maiores inconvenientes, mas que se attenuariam largando o Governo a rédea, ou deixando balxar um pouco o preço, quando sentisse que entorpecia o commerce internacional.

O cambio baixaria, o que talvez fosse um bem, em lugar de ser um mal, visto estar o Governo, segundo afirma, habilitado pelo imposto em ouro adnanciero a solver seus compromissos no exterior.

Nem se diga que o Governo levava com as cartas na mão.

A minha prática de vinte e cinco annos me ensina que em cada lustro há uma colheita grande, duas que cobrem as despezas, ou regulares, e duas pequenas.

O excesso da offeria que elle armazenasse o venderia em doze meses até com lucro para cobrir os gastos da operação.

Após uma colheita grande, vem sempre uma pequena.

Mas, perante o Governo actual é uma heresia fallar em emissão de papel-moeda. Outro *meio pratico urgente* não me parece poder achar-se, aliás; a discussão da matéria pela imprensa e pelas conferencias nada tem adiantado.

Tenho concludo.

ESTUDO sobre a valorização da propriedade agrícola e do crédito rural

MAJOR ARTHUR DINIZ LAGARDE
Agricultor e industrial

DR. MANUEL PALLINO CAVALCANTE
Engenheiro agrônomo

Ullms. o Exms. Srs. Presidente e mais Membros do Congrosso Agricola.

A agricultura, fonte da riqueza publica, clama por auxilios do paiz, devendo por este facto inspirar sôrrio Interesso a todos os brasileiros que desejarem a prosperidade de nossa patria.

E' por conseguinte, por meio de observações

envidadas e determinadas, que podemos entrar no verdadeiro caminho o conhecimentos das causas que nos interessam, quando sentimos que o seu estado é perigoso e que sua existencia é duvidosa.

Tal é a situação da nossa Indústria agrocola; somos tocado já do sens males, e mais tarde os sens efeitos serão anunciatados pelos nossos sofrimentos; então clamaremos por Socorro, e a necessidade da vida nos trará fracos remedios e estes, a seu tempo, vagarosos alívios.

Cada voz mais se agrava o estado da nossa agricultura; esta notícia vai correndo ató o estrangeiro e lá se nutre por algum tempo em príncizo do nosso commerce. Não procuraremos pintar os males que affligem a nossa principal Indústria; empreguemos o nosso tempo em saber curar-los, buscando remedios que julgamos bons, para minorar tão grandes padecimentos.

Retardar por mais tempo a realização desto *desideratum*, continuar a deixar no abandono e entregue a si mesma a arte, que nutre e que abriga os homens, fôra um impardonável desleixo.

Não acompanhar o movimento agronomico quo caracterisa e illustra o nosso seculo, não cooperar com as demais nações nesta crnzada do civilisacão, fôra renegar e renunciar estoldamento ás inapreciaveis vantagens da região agrícola que nos coube em partilha. Se melhores e mais esclarecidos methodos, se instrumentos de trabalho mais economicos e expeditos não vierem diminuir o custo da produçao, nós veremos destruir minitas das nossas culturas, e esmagados por uma concorrência inevitavel, achar-nos-hemos quasi excluidos dos mercados estrangeiros, onde apenas nos será dado apparocer com aquellas produçoes, quo a excellencia do nosso clima monopolisa nas nossas mãos, a despeito da imperfeição dos nossos processos.

A agricultura é quem nutre e fomenta a população; quem alarga a área dos consumos; mas a riqueza e o poder dos Estados basêa-sa na força numerica da população e na ex-

tensão dos meios do consumo. Além disto a agricultura é ainda quem oria as matérias primas, quem fornece as artes, quem multiplica as substâncias; mas está demonstrado que quando o aumento proporcional das substâncias não precede o movimento crescente da população, esta não faz mais do que aparecer para se ilhar pouco depois.

As privações e as matérias destrutivas da humanidade sacrificam logo na infância essas existências efêmeras que a sociedade não pôde abrigar no seu solo.

Na ocasião de se instalar um Congresso do Agric平tura, que tem a missão especial de generalizar no país os princípios doutrinais, e as melhores práticas agrícolas, não pôde parecer inconveniente que nós estabeleçamos os nossos marcos, que assignarmos o nosso ponto de partida, que indiquemos, com o modo de ser da nossa lavoura, um dos principais obstáculos que se opõem ao seu desenvolvimento.

A natureza do trabalho obrigar-nos-há a percorrer rapidamente o objecto que nos propomos tratar.

Dentre os múltiplos tropeços que mais se opõem ao andamento e prosperidade da nossa agricultura, vem sem dúvida a grande extensão das propriedades agrícolas e a falta do crédito rural. Iremos pois fazer sobre este poderoso assunto breves considerações, assim de chamar sobre elle a atenção dos ilustres Membros do Congresso do Agric平tura e esboçar em succinto quadro, e com tescos traços, o estado da nossa agricultura.

VALORIZAÇÃO DO SOLO

A aspiração de Montesquiou, aventada no século XVIII, sólo ser realizada em nosso país, graças à idéa ora apresentada « não basta, diz o grande pensador francês, que em uma boa democracia as porções de terra sejam iguais: é melhor que sejam pequenas, como entre os antigos romanos ».

Até hoje só se cogitou em colonizar o país de modo, permitindo-se-nos a expressão, superficial, sem se levar em linha de conta

a maneira prática de firmar o colono ao solo, fazendo-o criar amor á terra que humedece com o próprio suor.

Em um país como o nosso, em que predomina a grande propriedade, a tendência natural é explorar o braço do colono, sem procurar o molo mais eficaz de rotel-o no país.

Resultado desta improvidência é o que todos prosencelam, custando-nos a experimentar onormissímos sacrifícios peculiares que do princípio bem aplicados estariam hoje dando benéficos resultados.

Não há quem desconheça a existência de dois elementos na propriedade, o social e o individual. Estes dois lados da propriedade, correspondem ao duplo aspecto sob o qual se pode considerar o homem, ora como indivíduo isolado, visando seu fim com a sua independência, ora como cidadão e membro da sociedade unido a seus semelhantes por multiplas relações e obrigações diversas.

Como chegar a este resultado senão pela pequena propriedade? Ao ter comprehendido esta verdade, é que a Suissa chegou a transformar em brilhante realidade a idéa de J. J. Rousseau, ou governo directo.

Naquele exemplar país, tão pouco citado por nós, a igualdade de condição é mantida e por isso a igualdade política não o tem até hoje conduzido ao despotismo, através da anarchia. O respeito á forma primitiva, diz Saveley, unico conforme o direito natural, permite só a perfeição da verdadeira democracia, sem lançar a sociedade na desordem.

A orientação rotineira dada pelos nossos legisladores desde os primeiros tentativas da imigração foi das mais desastradas; chegando-nos em assunto de tanta magnitude a este doloríssimo resultado—transformação do trabalho servil e atrofiado do negro, pelo trabalho servil e atrofiado do branco.

Urge mudar a face do problema, estabelecendo incentivo vigoroso para a exponente concorrência para o Brasil do verdadeiro agricultor, estabelecendo assim eficaz e defi-

nitiva sub-divisão da grande propriedade. O nosso plano ora apresentado é uma verdadeira exploração agrícola cooperativa.

Este plano de cultura do solo tem apologistas da estatura dos Rossi, Savoey, Stuart-Mill, Luiz Reyleaud, Miguel Chevalier e outros.

Não será possível aplicar a grande cultura à pequena propriedade? Pôde-se, pela associação!....

O espírito de associação é natural ao homem, ao homem de todos os tempos e de todos os países.

O espírito de associação ostender-se-há pela multiplicação do pequenos capitais e mais ainda pela difusão das luzes e instrução popular.

E' mister variar as cláusulas da associação, segundo os costumes e os usos do país, o gênero de cultura e a natureza dos produtos. As leis que regulam a propriedade territorial podem ser modilicadas, corrigidas pelos poderes competentes em harmonia com os possuidores do terra, em particular com as associações.

A associação deve banir o pauperismo, reunir em ordem regular os elementos sem coesão das sociedades modernas.

O progresso social não pôde consistir em dissolver todas as associações, mas substituir as associações forçadas, opressivas dos tempos passados, por associações equitativas, por ajuntamentos, não só com o intuito de segurança e defesa, mas com o fim communum — a produção.

A criação dos núcleos agrícolas nos diversos Estados da União, indubitavelmente facilitará a vida da população e bem assim a indústria agrícola dos pequenos proprietários.

Foram tais estabelecimentos que levaram a abundância, riqueza, civilização e prosperidade a insignificantes lugares, hoje opulentas povoações.

A importânciade um país não está na vastidão de seu território, mas sim na qualidade e saber da sua população.

As terras incultas nada produzem, por

mais amplos que sejam seus limites. Pelas razões adduzidas, comparando-se o grande Império Otomano com o diminuto Reino da Bélgica todas as vantagens relativamente são deste.

VANTAGENS DA SUB-DIVISÃO DA GRANDE PROPRIEDADE

A sub-divisão da grande propriedade é, sem dúvida, o principal requisito para a prosperidade exigida pela atrophizada lavoura.

Esse processo não destrói a grandeza da propriedade, ainda sómente o regimor seguido até então; pois, conservando o fazendeiro uma parte de seus terrenos, onde tenha os engenhos para o preparo e beneficiamento dos diversos produtos agrícolas, e cedendo o restante a pequenos proprietários que os cultivem, obtém em troca não só o valor dos mesmos, mas ainda determinados rendimentos annuais.

Com a sub-divisão da propriedade e a liberdade individual conseguiremos realizar este aphorismo: *Divisão do trabalho — Grande exploração — Pequena propriedade — Grande cultura.*

Adoptado o nosso sistema, a riqueza particular e portanto a riqueza pública, crescerá com o aumento da produção; o que é de fácil admissão, attendendo a que, trabalhando o pequeno proprietário, no interesse próprio, naturalmente produzirá mais do que o assalariado em proveito alheio.

Muito previdente será, pois, o fazendeiro que reservar uma parte de seus terrenos para a fundação de um Núcleo, dotado de fábricas, onde sojam convenientemente preparados para o consumo e exportação os diversos gêneros das colheitas parcelas dos pequenos proprietários.

Tal previsão transformar-se-há, não só em lucros para si, como em auxílio aos adquirentes de lotes de terra, que facilmente conseguirão beneficiar os seus produtos, sem a necessidade de possuírem apparelhos, cuja aquisição nem todos podem fazer. O local mais apropriado para o estabelecimento das fa-

bricas ou engenhos, afim de tornar-se a sede da população agrícola, deve ser proximo à uma estação de via férrea, ou porto de embarque, tendo lhealmento as comodidades mais utiles ao agricultor ou lavrador.

A divisão da grande propriedade, constituida deste modo, abrirá espaço no estabelecimento de muitas famílias, que por ali andam dispersas, sem localização, o que, atraídas por melhor existência e mais esperançoso futuro, virão espontaneamente povoar esses centros agrícolas.

Esfio se verificará que não ha tanta deficiencia de trabalhadores como se crê; mas sim profunda apathia da maior parte dos nossos colonos, originaria, sem dúvida, da falta de um pedaço de terra, cuja propriedade garantir-lhes a fixação, por tempo indeterminado, da falta de ambição e da descrença que lhes tem trazido o resultado negativo dos seus esforços.

Estes homens, até agora abandonados sem estímulo, sofrendo resignados os insultos da penuria, trabalhando apenas para ganhar o estritamente necessário à propria subsistência, podem, portanto, ser tirados desse estado precário vivendo-os ao sólo, ao qual se dedicarão com certo zelo desde que se lhes ministre vida mais proprieira.

Além das vantagens inumeradas, oferece ainda a sub-divisão da grande propriedade prompta e facil accommodação ao imigrante espontâneo que se destina à laboura.

Desta maneira cessarão as enormes despezas a que dão lugar os trabalhadores assalariados, ephemeralmente presos com promessas quasi sempre irrealizáveis.

Para isso evitar, cumpre, sem reluctancia, mudar promptamente o actual sistema de trabalho, aproveitando os braços existentes e atraíndo os imigrantes estrangeiros por meio de reais compensações, pois quando mesmo da geração presente, desfatuosa, rotineira e ignorante não se tirar todo o proveito do que é capaz o chão patrício, ao menos se preparará os descendentes desses trabalhadores para uma vida mais ampla e feliz.

Só a iniciativa, a energia e a dedicação, a par de uma criteriosa direcção do trabalho, bantrão as dificuldades com que luta a laboura.

A vista do exposto, vamos submeter á consideração dos Ims. Membros do Congresso Agrícola um projecto, quo nos parece mais adequado ás actuais circunstancias da nossa laboura.

Consiste elle na transformação de grandes propriedades rurais em Núcleos Agrícolas, pelo esforço da associação, dividindo-as em lotes ou pequenos sítios, de área bastante para accommodar numa família de trabalhadores, mediante condições de venda directa, pelo mínimo preço possível.

O trabalhador, identificando-se com o sólo, por meio tão simples, jámai abandonará a fazenda, concorrendo assim para que não fiquem ineritos tão preciosos tesouros.

Estes pequenos proprietários serão indubitavelmente os lavradores naturais, quo abastecerão com os seus productos as fábricas dos Núcleos e ao mercado; seus filhos estarão no caso de substituir os com superioridade, em vista da instrucção relativa que deverão adquirir nas escolas dos Núcleos.

Neste caso virá a applicação de instrumentos mais aperfeiçoados e o trabalho mais methodico, e tudo isto não só em proveito delles, como do proprio fazendelro; porque, cultivando as terras, estes homens não trabalham unicamente para si, mas também para o dono do estabelecimento e para o augmento da riqueza publica.

É evidente a vantagem que dahl resultará para o grande proprietário, quo assim exime-se do enorme encargo de manter trabalhadores temporarios, obterá uma renda indirecta, real e remuneradora, o quo jámai conseguiria com o regimón ató o presente seguido. Por este sistema, em breve estarão as fazendas cultivadas e progredindo.

Para facilitar o desenvolvimento do Núcleo agrícola, é mister que o grande proprietário compre todos os productos da pe-

quona lavoura e encarregos e de revender os mediante pequena commissão, pois isto consiste o recurso do pequeno lavrador, que pode com este auxilio obter prompto resultado, para attender ás suas urgentes necessidades, sem o quo ficaria elle baldio de recursos, enquanto não tivesse estabelecido nma cultura susceptivel do fabrico e de exportação, o que demanda muitas vezes oms o acurado trabalho.

Nisto consiste os primeiros recursos do pequeno proprietario quo pode obter em algums mezes o capital reclamado pelas suas necessidades; este resultado o ampará a ter paciencia e esperar das outras culturas mais demoradas resultado mais vantajoso: é um dos pontos a que deve attender com solicitude o grande proprietario, sem isto o desanimo não tardará a invalidir o Nucleo, quo será abandonado pelos cultivadores, occasionando uma serio de desgostos e sacerilios em pura perda.

Entendemos quo a divisão das grandes propriedades é, na actualidade, o unico sistema quo se pôde utilizar, para desenvolver o seu valor e reconstituir a fortuna dos fazendeiros; pois, como fiaa sobejamento demonstrado, além das vantagens individuais quo obterão de um tal sistema, favorecerão ainda o povoamento do nosso extenso territorio, augmentando assim a fortuna publica, pelo consequente desenvolvimento da agricultura nas grandes extensões de terra que jazem inutilizadas.

E' tambem nma medida economica, visto quo um tal proprietario, realizando a venda de terras improductivas, não só se exime da responsabilidade de um capital morto, mas torna-o util tirando uma renda daquelle quo permanecia sem proveito.

As idéas quo cogitamos pôr em prática sao de natureza altruistica e phillantropicas, pois concorrerão para o bem estar futuro de centenas de familias, quo sem isso não poderão jamais evitar o proletariado em que vivem.

Adoptalo este sistema quo as enta nas

leis da equidade, veremos como por encanto organizar-se o trabalho em toda a parte, a felicidade regressar no lar do cidadão e prosperar a nossa pátria.

PROJETO

O proprietario quo desejar por um pratico o sistema de divisão de sua propriedade deverá:

1.^a Dar uma fol descripção da propriedade quo se propõe dividir, em um prospecto publicado nos jornais de maior circulação, e affixá-lo em cartazes collocados nos centros populosos.

2.^a A descripção constará da quantidade e qualidade das terras, e culturas a quo se prestam.

3.^a Indicar o Estado, município e freguesia onde se acha situada a fazenda; quais as vias de communication e meio de transporte, preço da passagem e freto quo pagam generos de productos cultivados na zona.

4.^a O proprietario exporta nma planta da propriedade, na qual ficará demonstrado os lotes quo pretendo vender. Os lotes podem ser de qualquer dimensão, segundo as condições a ustadas entre o proprietario e o comprador.

VALOR E CONDIÇÕES

O preço será de dez reis, 10, o metro quadrado, seja qual for o numero de metros adquiridos pelo comprador, quo receberá seu lote medido e demarcado e bem assim escriptura publica, na qual ficará claramente discriminado o numero de metros, divisas, preço e condições do garantias reiprovações, regularizando os direitos da propriedade e forma de liquidação.

O comprador pagará no acto de realizar o negocio 20% sobre o valor da compra, e o restante em prestações semestraes ou annuaes; será facultado ao comprador rodar em qualquer época a importancia de suas prestações ou effectuar a compra à vista, offerecendo-lho vantagens de desconto.

Será facultado aos compradores a prazo,

transferiram a torceiros todos os direitos, onus e favores da propriedade por elle adquirida.

FAVORES OFFERECIDOS AOS COMPRADORES

a) Tirarem gratuitamente nas matas da fazenda as madeiras de lei que forem precisas para a construção da casa, cercas ou quaisquer outras benfeitorias, que desejarem realizar em seu lote, mediante aviso prévio ao proprietário da fazenda, que designará o lugar para a madeira.

b) Serão os adquirentes do lote supridos de mudas e sementes dos diversos productos susceptíveis de serem cultivados na fazenda.

c) Terão abatimento de 50% nos preços de beneficiamento dos productos agrícolas que necessitarem das machinas, engonhos ou apparelhos da fazenda (no 1º anno).

d) O comprador, fixando sua residencia no lote de terras por elle adquirido, ter-lhe-há facultado gratuitamente no 1º anno medico e medicamentos.

e) Tendo com (100) lotes habitados, o proprietário fundará uma escola de ensino primário, que será gratuita para os filhos dos possuidores de lotes.

f) Construirá capela, cemiterio, etc.

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS DOS PROPRIETÁRIOS OBTIDOS COM A SUB-DIVISÃO DAS FAZENDAS

Supponhamos que vamos operar em uma fazenda, que represente uma legua de extensão nos dous sentidos.

Verifica-se, pelo calculo abaixo, as vantagens que podem advir da sub-divisão de uma parte ou de toda a propriedade.

Representando a propriedade uma legua ou $6.600 \times 6.600 = 43.560.000$ metros quadrados, vendidos à razão de 10 réis por metro quadrado produz a importante somma de 435.600\$000.

Porém, se em vez de vendermos a totalidade da propriedade, admittirmos que o fazendeiro só venda dous terços ($\frac{2}{3}$), ou 29.040.000 metros quadrados, vendidos a 10 réis dar-lhe-hão 290.400\$000.

Fazia a sub-divisão da fazenda, de acordo

com o plano apresentado, ficará o fazendeiro com a respeitável extensão de 14.520.000 metros quadrados de terra, na qual ficarão encravadas todas as benfeitorias, como casas, engenhos, pastos, etc. Como os lotes de terra vendidos se acham na extremidade da linha divisoria da fazenda, essa divisão não poderá de modo algum prejudicar nesta a ação do trabalho; pelo contrario, cada lote será tributario o vrá trazer os bons productos, assim do serem beneficiados nos engenhos da fazenda o desse modo terá o fazendeiro todos os proveitos, sem ter o prejuizo de fornecer terras gratuitas, com a promessa da meação dos productos cultivados pelos agregados ou foreiros, que porperitamente desconfiam da honestidade do fazendeiro; evitar-se-há também com esse processo a carestia do producto obtido com trabalhadores, que não tendo interesse no augumento da produção e perfeição do producto, fornecem aos proprietários um restrito esforço, que faz simplesmente jus ao salario.

A experiência tem sobejamente demonstrado quo o producto obtido com trabalhadores assalariados não tem compensado os sacrifícios do tempo, do cuidados e do capital despendido.

Quanto às despezas a fazer-se com a subdivisão dos lotes, é apenas de 10% (dez por cento) sobre o preço apurado.

Supponhamos quo a propriedade agrícola que se propõe dividir tenha custado com contos de reis (100.000\$000), teremos de fazer o calculo seguinte :

Custo da fazenda	100.000\$000
Despezas feitas com a divisão	
do dous terços ou 29.040.000	
metros quadrados	43.560\$000
Lucro realizado	291.840\$000
Total.	435.400\$000

Ficará ainda a favor do proprietário lucros importantes, que cumple enumarar:

Um terço da propriedade ou 14.520.000 metros quadrados de terra.

Machinas, edificios, utensilios, gado, animaes e culturas existentes.

Ora, é facto verificado que qualquer grande fazenda, vendida inteira nas melhores condições possiveis, não produzirá a terça parte da importancia, que obtará se for dividida em lotes, principalmente so os pequenos proprietarios agricultores encontrarem na fazenda os elementos requeridos para prosperarem. Está exuberantemente provado, pelo grande numero de propriedades incultas e abandonadas, que os proprietarios não podem contar com a venda em globo da sua fazenda, mesmo por insimo preço.

Que fica então?

O pequeno comprador e a sub-divisão da grande propriedade, abandonada e improdutiva, impõem de um modo irresistivel pelo impulso da necessidade do tempo hodierno, e das actuaes condições do trabalho e economias.

Ao nosso ver, é o unico meio mais racional segundo as circunstancias presentes do paiz, que tem os grandes proprietarios a seu alcance para valorizarem os seus vastos terrenos e reconstituiram seu capital, assim de poderem dar ás suas fazendas ainda a prosperidade desejada.

E' forçoso convencermos-nos quo a principal causa do empobrecimento dos nossos fazendeiros é a posse de extensos terrenos improdutivos, que representa, é certo, um valor, porém nullo e anti-económico. Para maior clareza, juntamos ao presente trabalho uma planta topographica de uma fazenda quo idealisamos, na qual procedemos à divisão de duas terças partes, em pequenos sítios de 100.000 metros quadrados de superfície cada um.

E' claro quo este plano é susceptivel de alteração ou modificação, segundo o desejo, recurso ou extensão de terra quo possuir o fazendeiro.

CREDITO RURAL

Accepto e posto em prática o nosso projecto de sub-divisão do solo pelos grandes

proprietarios territoriaos, será indispensável quo algum banco da nossa praça organize o credito rural.

A nosso ver, deve o banco desprovar os velhos moldes e praxes usados ató hoje pelos bancos do credito, cuja morosidade do processo e avultadas despezas quo impunham aos mutuários, tornava-os inacessiveis aos pequenos agricultores.

A organização do grande banco do credito rural deve ser na Capital Federal; é necessário quo elle estabeleça agencias nos diversos Estados e Municipios om quo se constituirem Nucleos Agricolas, o quo trará incontestaveis melhoramentos.

Essas agencias bancarias fornecerão aos agricultores o capital necessário para a aquisição dos instrumentos, sementes, gado, e para o custeio, assim de quo possam desenvolver suas culturas, o quo facilitará a permuta, dando valor ao solo e ao trabalho, elemento este tão depreciado ainda entre nós.

O empréstimo deve ser facultado aos lavradores quo se dedicarem a polycultura, pois a diversidade dos produtos garante melhor reembolso do capital e juros, do quo os produtos de cultura exclusiva.

O adiantamento deve ser feito de preferencia pela agencia do municipio, a qual fornecerá de um a 25.000\$000, em conta corrente, garantida quer pelo ponhor do fructo pendente, ou por hypotheca do imovel, procurando sempre dar uma solução rapida e pouco dispendiosa, assim de attender ás necessidades urgentes do mutuário.

A criação das agencias bancarias tem a dupla vantagem de exercer fiscalização sobre os devedores, evitando prejuizos futuros do banco, tornando-se verdadeiras calcas económicas, recebendo em deposito o pecúlio dos operarios agricolas e industriaes.

Muito previdente será o banco quo organizar o credito rural se annexar a suas operações uma secção de seguros de vida para os agricultores, outra contra as intempéries quo possam flagellar as diversas culturas e

para os animaes do trabalho. Com este sistema cooperativo, o banco acataria os interesses mutuos, contra as eventuidades e os insultos do tempo.

Será facil conseguir se esse resultado para o estabelecimento do credito, pois com a adopção do nosso projecto, o agricultor já não viverá no isolamento, nem será indiferente ao progresso do Municipio em que residir, visto ser elle o centro de suas operações commerciaes, onde finalmente, em clubes e concelhos, serão disentidos os interesses agrícolas, servindo da ponto de reunião aos grandes e pequenos agricultores do Municipio, unidos pelo mesmo interesse.

De sa força collectiva e fecunda nascera a prosperidade da agricultura, o bem-estar do cidadão.

RESUMO

O Credito Rural será estabelecido quer por conta corrente garantida, quer pelos fructos pendentes e por hypotheca do immóvel.

a) Os emprestimos serão de 1:000\$000 a 20:000\$000.

b) Receber-se-ha em garantia, sob a forma do penhor agrícola, todos os productos de culturas armazenados, ou em fructos pendentes.

c) As condições do emprestimo serão conforme a qualidade e natureza do genero oferecido a penhor, mais ou menos susceptivel de deterioração.

d) O emprestimo não excederá da metade do valor do producto dado em penhor, se estiver armazenado, e de um terço, se o producto oferecido estiver pendente.

e) No podido ou proposta do emprestimo, o proponente mencionará qual a natureza do producto, qualidade e quantidade, valor estimativo ou cotação no mercado do genero oferecido em penhor.

f) Os objectos, generos ou productos dados em penhor para garantir o emprestimo, permanecendo em poder do devedor, este assignará termo de deposito. Se no prazo convenzionado o devedor não liquidar o valor do emprestimo, será elle obrigado a

pagar os juros da mora e reformar o penhor; porém o banco reserva o direito de exigir o immedio reembolso, se assim o julgar necessário para sua garantia.

g) Os emprestimos hypothecarios serão feitos de acordo com a lei que rego esta matéria.

Para todos os emprestimos ou operações do credito serão establecidas, no acto, as condições.

h) Será organizada uma seção do seguro da vida para os agricultores.

i) Seguro contra as intempéries, para as colheitas ou fructos pendentes.

j) Idem contra os incendios dos engenhos, armazens, casas rurais, machineis e utensilios.

k) Idem para o gado e animaes de trabalho. Todas mais operações, como descontos, cauções, letras, etc., ficarão a juizo da directoria do banco.

Um banco, que assim agisse, acantelando todos os interesses do agricultor, faria qual varia magica, brotar do solo e das florestas a cornucopia da riqueza, desatando fontes de produção e de actividade, quo tudo transformariam.

Surgiriam os pastos, as searas, o gado multiplicar-se-ia, as florestas virgens se transformariam em fonte de prosperidade e o homem, dirigindo todo esse maravilhoso monumento, seria muito outro polo novo meio em quo viveria.

Porém, sem o capital, como diz Rossi, o trabalho é a gloria.

CONCLUSÃO

Tem sido estabelecido por estadistas e publicistas os mais liberaes e os mais sinceraamente dedicados ao progresso social, que muitas primeiras garantias da melhor exploração do solo em proveito da generalidade dos productores e consumidores é o regimen que consagra o direito da propriedade territorial, isto é, o direito de possuir maior ou menor extensão de terra, de explorar a sua vontade esta extensão, alienar-a, trocar-a

dal-a, aforal-a, legal-a, arreadal-a, tudo conforme as leis que regem o exercecito do direito do propriedade.

A propriedade pôde ser nacional, municipal, collectiva ou individual. A terra forma uma propriedade excepcional, porque não é sómanto a posse que forma o regimen dessa propriedade, o sentimento é quasi quo sua verdadeira base.

Procura-se obter a propriedade do solo, não pelo rendimento com quo ella remunera o capital e o trabalho, mas porque é a primeira parte do lar que se val estabelecer, porque se vinculam as famílias nello estabelecidas, porque o pequeno proprietario dedica sincera afseção à casinha que erguen, à arvore que plantou, ao solo que regou com o suor de seu labor.

A terra lavrada pelo proprietario, como quo lhe incute os principios da economia, transformando-se em verdadeira calha econômica, que generosamente remunera as pequenas economias que lhe são confiadas, os labores diarios em fartas colhitas, quo levadas no mercado consumidor facilitam a acumulação dos pequenos capitais.

O solo, a propriedade, assim constituida torna-se um vínculo, um patrimônio do futuro, quo, transmittido de pais a filhos, faz estabelecer este laço indizível, que liga o presente ao passado.

A propriedade agricola adquirida por quem trabalhou o solo, por quem entre os labores diarios nella constituiu familia, prende e seduz por modo tal, que o homem nascido em estranhas plagas esquece os patrios lares e com ella se identifica, só a deixando no supremo instante.

Estas considerações nos provam que quanto maior for o numero dos proprietários agrícolas de um paiz, mais prospera e aporfolgada será sua agricultura.

A pequena propriedade agricola é o eloamento da ordem, da prosperidade, da abundância, da abundância e da economia no consumo, e redução nos salarios.

A pequena propriedade agricola, é, além

do tudo isto, a libertação do trabalho e a independencia do homem por seu proprio labor.

Desta verdade estão convencidos os homens mais eminentes quo não aprofundado este assumpto de economia social, e para quo os nossos antagonistas, os defensores das grandes propriedades agricolas não digam qui declamamos, nos escudaremos com as palavras do grande patriota francês Thiers.

O illustre estadista francês demonstrou que a pequena propriedade é a garantia do trabalho, é o estimulo das classes operarias, e, mais ainda, é a factor da prosperidade publica o privada, a incitadora das energias da iniciativa particular.

Depois de largas considerações, o grande patriota francês termina, dizendo: «A sociedade moderna consagrou, por lei escrita, o direito da propriedade, quo encontrou soha a forma de habito nas sociedades barbaras, e fez esta consagração com o fim de assegurar, animar e excitar o trabalho, quo é a fonte fundamental e base do direito da propriedade.»

Depois destas palavras do illustre libertador da França, tudo quanto dissemos seria ocioso.

O Governo, señor do grande extensão de propriedade nacional, os senhores do grandes propriedades territoriales meditam e se convencerão quo no fracionamento dellas está não só o interesse privado do cada um delles, mas, acima de tudo, o interesse geral.

Rio do Janeiro, 28 de agosto de 1901.
—Arthur Diniz Lagarde.—Manoel Paulino Cavalcanti.

INDICAÇÃO sobre a organização do serviço sanitário da polícia agraria

Dr. Ph. Acistides Cairo

O assumpto quo venho apresentar ao estudo do Congresso de Agricultura não é matéria nova, acha-se instituido em quasi, si não em todos os paizes cultos e é de tão intuitiva necessidade quo dispensa longa justificação.

Retiro-me à magra questão das molestias dos animais e das plantas—daquelas que já existem no País em larga escala e de outras novas, mais raras, e que estamos pondo a pôr importando do estrangeiro.

Como sabed, já não são um pequeno número as pestes ou molestias animais e vegetais que temos em nosso gado e em nossas plantas úteis. Deveis estar lembrado do dano causado, não há muito tempo (1898 — 1899), pela opizófaga dos surubis em alguns lugares dos Estados do Minas, São Paulo e Espírito Santo, e que causou grande alarme e desânimo entre os criadores, pelos prejuízos que sofreram.

Além dos estudos feitos pelo Dr. João B. de Lacerda, a Sociedade Nacional de Agricultura, logo que teve notícia, encarregou a um Ilustre bacteriologista de ir estudar a molestia.

O Dr. Salvador Barradas foi o comissionado pela Sociedade e após viagem pelas zonas infecionadas e aturados estudos no Instituto Bacteriológico desta Capital reconheceu a molestia como sendo o pneumoperiteíte do porco — *cholera-Hog* na América, Swine fever (bug.).

Expôz os seus estudos em conferência e terminou enviando minucioso relatório, com os conselhos higiénicos, prophyláticos e curativos, e estava em preparo do *serum*, quando teve de ausentar-se desta Capital.

Pois bem, até hoje nada mais se fez, e não será para admirar se em breve aparecer nova epidemia.

O mesmo poderíamos dizer, *mutatis mutandis*, com relação às pestes de cadeira, ao carbunculo, à febre apitosa, e demais epizootias.

Passemos agora aos vegetais: com relação às molestias de plantas úteis, deveis estar lembrado que no regimen passado ainda, só o aparecimento de uma molestia com marcha progressiva e assustadora nos cafeeiros do Norte do Estado do Rio, conseguiu chamar a atenção do Governo de então, que nomeou o ilustre Dr. Emílio Goeldi para estudá-la.

Com efeito, elle o fez de 1886 a 1887, com toda a profissionalidade e com vastos conhecimentos que possue chegou a identificar os resultados do professor Joubert, affirmando que a causa da molestia no cafeiro era um anguillula, que classificou — *Meloidogyne exigua*; deu alguns conselhos prophyláticos e ficou nisto; o Governo deu-lhe nova comissão, ficou esquecida a praga do café até, não se fez estudo posterior que viesse confirmar as proposições avançadas por aquello phytopathologista, algumas das quais falharam.

E' verdade que em S. Paulo, ultimamente (ha uns 3 anos), o aparecimento de praga semelhante em alguns cafezaços pôz em movimento o Governo, que mandon verificá-la por Ilustre profissional, o Dr. Fritz Noack.

Molestias de efeitos tão desastrosos devem ser merecer dos poderes competentes a maior solicitude e serem os estudos continuados effectivamente, até conseguir-se alguma coisa de útil.

Devemos procurar imitar também neste ponto o que tem sido feito e continuam a praticar vários países da Europa e principalmente, na América, os Estados Unidos do Norte, onde esse serviço está perfeitamente organizado, não se poupando despesas para chegar à causa das molestias e seu tratamento; empregando medidas prophyláticas e curativas os mais rigorosos, de modo a conseguir atenuá-las, si não extinguí-las de vez.

Sobre as molestias das videiras, poderíamos dizer a mesma coisa, principalmente com relação à mais devastadora, deixando de parte as molestias cryptogâmicas, e referindo-me sómente à que maiores danos causou à viticultura europeia, a terrívelmente daninha *Phylloxera vastatrix*.

Por antecipação, devo dizer que felizmente a selenita já encontrou os meios de destruí-la, ou pelo menos atenuar os seus malefícios efeitos, com o emprego de inseticidas (sulfureto de carbono) ou por meio de enxertos em variedades reconhecidas po-

sistentes à ferozidade de tão malvado inseto; tudo isto depois de muito estudo e longas experienças feitas especialmente na França.

E' verdade que esta descoberta causou grande sentimento a um notável médico, illustre professor em uma das nossas Faculdades, que em artigo publicado lastima ter-se conseguido descobrir o meio de exterminar tão abençoado inseto, o benfazejo phylloxera! Só o grande horror que tem do alcoholismo ponde levar o conceituado hygiénista a desconhecer ou repugnar as boas qualidades da uva da mesa e do bom vinho legítimo usado com moderação — está subentendido.

A primeira apparição da phylloxera entre nós passou despercebida; a sua existencia só mais tarde foi verificada em S. Paulo — Minas, Rio, Paraná — porém de procedencia ignorada.

Ultimamente, porém, há uns 3 annos, a procedencia das videiras phylloxeradas foi descoberta e a Sociedade Nacional da Agricultura tendo disso conhecimento empenhou esforços para que o introductor, si bem me recordo, americano do norte, não continuasse a vendê-las; pois ainda assim, denunciado pela Imprensa, o felizardo achou quem, de boa ou má fé, as comprasse em leilão.

Os poderes públicos allegaram falta de lei especial para esse fim. Provavelmente a disseminação da molestia phylloxerica só fez em grande escala por diferentes pontos.

Eu mesmo tive occasião de verificar a sua existencia em videiras que foram vendidas por aquelle negociante a um grande proprietário de Nova Friburgo, que sendo sabedor do ocorrido pediu conselhos à Sociedade Nacional de Agricultura, que encarregou a uma Comissão, da qual eu fazia parte, de formulá-las. Mandámos proceder à extinção in loco e consequente desinfecção, com assentimento e grande satisfação do ilustre proprietário.

Quero crer na sua extinção ali; mas compete às autoridades a sua verificação.

Aterrorizada com as consequências funestas que causa a importação de plantas pesteadas, que viriam aumentar as não poucas existentes entre nós, a Sociedade Nacional de Agricultura naquela época nomeou uma grande Comissão, da qual faziam parte os Illustres Srs. Barão de Capanema, Drs. Pereira Barreto, von Thering, Campos da Paz, Chapot Provost, Vort, Barros Franco Junior, e o abaixo assinado, afim de formular as bases de um projecto a ser endereçado aos poderes públicos organizando este serviço.

O parecer chegou a ser elaborado pelo professor von Thering, concordando com elle o Dr. Pereira Barreto e já tinha o assentimento, com pequenas modificações, de quasi todos os membros da Comissão; mas, por motivos ignorados até hoje, não chegou ao termo desejado.

Em todo o caso o trabalho já está iniciado e é aprovolável aiuda.

Do exposto vêm os Srs. Congressistas a necessidade urgente da organização de um serviço de *Policia sanitaria agraria*, pelo que concluo com a seguinte indicação:

O Congresso de Agricultura solicitará do Governo a organização de um serviço completo de *Policia sanitaria agraria*, criando uma repartição annexa ao Ministério da Indústria e Viação, composta de Profissionais em Veterinaria e Phyto-pathologia, com os ajudantes necessários e competentes micos, afim de proceder systematicamente ao estudo das molestias dos animais e de plantas já existentes no País e bem assim rigorosa fiscalização dos importados, sendo rejeitados ou obrigados a purgar *quarentena*, a juízo das autoridades, todos os que tiverem molestia susceptível de propagação. Naturalmente as leis e regulamentos deverão ser severos.

Sala das sessões, 25 de setembro de 1901.
— Dr. Philippe Aristides Coire.

Parecer

A Comissão abaixo assinada, tendo attentamente estudado os tres seguintes tra-

balhos apresentados ao Congresso de Agricultura, «Defesa, proteção e animação da vinicultura e viticultura no Brasil», do Dr. Aristoteles Ambrosino Gomes Calado, «Organização da polícia sanitária agrária», pelo Dr. Felippe Aristides Cairo; «Molestia das plantas cultivadas e meios de evitar o seu desenvolvimento», parecer apresentado pelos Srs. Drs. Von Thering, Luiz Pereira Barreto, Barão de Capanema e outros à Sociedade Nacional de Agricultura e por esta submetida à aprovação do Congresso, aceitando as conclusões gerais contidas nesses trabalhos que emanam do profissionais distintos e dedicados aos interesses do paiz, são de parecer que a 5^a Secção do Congresso de Agricultura adopte e submeta à deliberação do Congresso a seguinte proposta ou indicação aos poderes públicos:

«O Congresso de Agricultura indica aos poderes públicos da União as seguintes medidas justificadas pela necessidade de defender as actuais fontes da produção do paiz e de promover o seu robustecimento pelo desenvolvimento das culturas que encontram no paiz condições favoráveis de êxito:

1.^a Organização do serviço de Polícia Sanitária Agrária anexo ao Ministério da Indústria Viação e Obras Públicas, a cargo de profissionais em veterinaria e phytopathologia, tendo por fim: a) exercerem rigorosa fiscalização sobre animais e plantas importados, impedindo a entrada ou submetendo a quarentena e mais medidas preventivas da propagação de molestias contagiosas os animais e plantas suspeitados de serem portadores de germens infecções;

b) estudar as molestias já existentes nos animais e plantas do paiz indicando e fiscalizando sua prophylaxia e sua therapeutica.

2.^a Adherir á Convenção Internacional Phylloxera de Berne.

3.^a Isenção de impostos aduaneiros, excluindo a taxa de expediente para todos os adubos químicos ou commerciais e para os instrumentos, utensílios, ferramentas e ma-

chinas destinados a fins agrícolas e de indústrias rurais.

4.^a Distribuição gratuita de sementes e bacellos seleccionados com preferência para os de estabelecimentos nacionais em que estejam beneficiados pelas vantagens da aceleração.

5.^a Fundação de escolas práticas de pomocultura e especialmente de viticultura.

6.^a Criação de prémios de animação à fruticultura em geral e especialmente à viticultura e à vinicultura.»

Sala das sessões do Congresso de Agricultura, 30 de setembro de 1901. — Wencesllo Bello — Dr. Aristides Cairo. — Augusto Ramos. — Antonio Augusto Pereira da Fonseca. — N. Tolentino dos Santos.

PROJECTO de um Banco Emissor Único no Brasil para fixação do câmbio a 24 por mil réis, desenvolvimento agrícola e comercial, criação e exploração de indústrias, criação das escolas coloniais, conversão da dívida pública fiduciária, colonização e exploração de minas e metais preciosos, etc.

Art. 1.^a Fica criado, na Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil, um Banco Único Emissor, com o capital, ouro, 800 mil contos, dividido em séries de 10.000 ações de valor de 100\$ cada uma.

§ 1.^a O capital do Banco será convertido em apólices da Dívida Pública externa e em ouro, o qual, à proporção que for realizando, será depositado no Tesouro Nacional, vedando as apólices depositadas o juro de 5 % ao anno, no primeiro quinquénio, no 2º 4 % diminuindo de 0,5 % por cada quinquénio, até não pagar juro algum, porém é proibido ao mesmo Governo utilizar-se dele, ainda mesmo a título de empréstimo, excepto se for convertido em apólices, nas mesmas condições das da dívida pública externa.

§ 2.^a O Banco por essa forma constituído será o único emissor no Brasil, durante 80 annos de sua fundação e terá filiais em todos os Estados da República e em uma

ou mais capitais da Europa e dos Estados Unidos da America, conforme a conveniencia do mesmo Banco o fim que se tem em vista de manter as cambias brasileiras ao tipo de 24 por mil réis.

Art. 2.^o O Governo concede ao Banco o direito de emissão do triplo do seu capital depositado no Tesouro Nacional, em apólices da Dívida Pública externa, ou em ouro, a cambio de 24, sendo obrigado a recolher toda a sua emissão dentro do prazo de 80 annos, de seu privilégio.

Art. 3.^o Dous annos depois de sua instalação o Banco obriga-se a sacar, para os países estrangeiros, a cambias de 24 por mil réis, ou libras esterlinas a 10 mil réis.

Art. 4.^o O Banco será obrigado a crear em cada Estado do Brazil uma sucursal, bem como em alguns paizes estrangeiros em que houver mais transações com o Brasil, assim de serem aceitas as cambias, quo forem feitas por intermedio do Banco Emissor, vender e apurar o valor dos generos remittidos pelo mesmo Banco, para fazer face ao saque feito. O capital de cada sucursal no estrangeiro nunca excederá de 10 mil contos de réis ao cambio de 24.

Paragrapho único. O Banco, assim de não enfraquecer o capital da sucursal no estrangeiro, remetterá o equivalente do saque em generos do paiz e mais 5 % do valor de cada saque para as despezas; a mesma obrigação terá cada uma das diversas sucursais dos Estados.

Art. 5.^o O Banco reservará annualmente 20 % do lucro líquido de suas operações, o qual convertará em ouro, para fundo de reserva o atender ao troco das notas, de acordo com o art. 7^o.

Art. 6.^o O Banco obriga-se a crear em cada Estado da União uma escola-colónia, theorica e prática de agricultura e indústria, conforme a sua produção, pela fórmula dos Estatutos das Escolas, principalmente por uma, que será porto da sede do Banco, com a extensão de 64 leguas quadradas e empre-

gará para criação o custo das escolas a quarta parte da sua emissão.

Art. 7.^o O Banco obriga-se, depois do 1^o anno da criação das suas sucursais no estrangeiro, a trocar suas notas de emissão, no 1º quinquénio, com a porcentagem de 5 % em ouro, aumentando a mesma de mais de 10 % em cada quinquénio seguinte.

Art. 8.^o O Banco obriga-se a empreslar ao Governo a juros de 5 % ao anno, e ao agricultor ou alunos estabelecidos a 6 % ao anno.

Art. 9.^o O Banco obriga-se a não cencionar papel algum particular, quo não esteja completamente integrallizado o seu capital e em função a Indústria quo explorar.

Art. 10. O Banco obriga-se a só emprestar ao agricultor, que não for discípulo das escolas do mesmo Banco, metade do valor hypothecado ao mesmo Banco, obrigando-se o agricultor a cultivar os cereais necessários para seu consumo e de seus empregados, e a ontregar ao Banco em c/o os generos da exportação ao cambio sempre de 24, podendo amortizar a sua dívida, o minímo com 4 % ao anno, a julgo da Administração do mesmo Banco.

Art. 11. O Banco obriga-se a construir e custear as estradas de ferro, quo forem necessárias para suas colônias, bem como a adquirir e construir os navios a vapor, com suas competentes máquinas, para transporte de colonos e mercadorias, os quais navios serão construídos de forma a se transformar em navio de guerra.

Art. 12. O Banco obriga-se a mandar vir por sua conta os colonos quo forem preciosos para suas escolas-colônias, pagando-lha o Governo sómente um tanto, quo não conveniente, por aquellas famílias ou individuos que forem definitivamente estabelecidos pelo Banco.

Art. 13. As ações do Banco serão divididas em series de 10,000 ações, serão reservadas duas ou mais para serem tomadas pelos empregados, alunos e trabalhadores

do Banco e escolas, mediante o desconto mensal de 10 % em seus salários, até a completa integralização do 10 acções a cada um.

Art. 15. O Banco obriga-se a estabelecer os alunos de suas escolas que forem julgados aptos e merecidos, abrindo-lhes contas correntes com os juros mutuas de 6 % ao anno, pelos adiantamentos feitos para seus estabelecimentos e custo dos mesmos.

Art. 16. Os agricultores ou colonos que tiverem transacção com o Banco, enquanto lhes forem devedores, não lhes será permitido remetter os produtos da sua Indústria de exportação ou vendorem a outrem que não seja o Banco, sob pena de multa de 20 % e annullação da mesma venda, logo que conste ao Banco.

Art. 17. Os bancos e suas sucursaes encarregão um jornal diário, que será distribuído por todos os accionistas, mediante a contribuição anual de dozo mil réis, assim como os empregados do Banco e colonias, no qual jornal só tratará exclusivamente da agricultura, Indústria e exploração, preços correntes e finalmente de todos os negocios relativos á empresa, de forma que o agricultor tenha neste jornal um guia completo de suas transacções com o Banco.

Art. 18. Serão considerados nacionaes os alunos estrangeiros depois do 2º anno em diante.

Art. 19. A assembléa geral de accionistas elegerá a sua Directoria quatrienalmente, excepto o Presidente, para cujo lugar serão eleitos tres accionistas, para destes ser escolhido um pelo Governo.

Art. 20. Governo dispensará, em favor do Banco, todos os impostos da União, inclusivo o sello a que estão sujetas as sociedades anonymas, exceptuando o de 1 % sobre as cambiaes e 25 % sobre a exploração de minas de metaes preciosos.

Art. 21. O Governo garante o privilegio do Banco por oitenta annos.

Art. 22. O Governo dará curso forçado á emissão bancaria e escolherá toda a sua

emissão de papel-moeda, substituindo-a por papel emissor, ouro, prata, níquel e cobre.

Art. 23. O Governo fixará o padrao monetario no cambio de 24 por mil réis, revogando-se a lei de 1846.

Paragrapho unico. Reduzirá todo o ouro brasileiro em libra sterlina, com o toque e peso da libra sterlina Inglesa o preço de 10\$000.

Art. 24. O Governo creará um imposto de 1 % sobre toda a cambialida do Brasil para o estrangeiro, seja de que modo for feita a cambial, letras de cambio, ouro ou outro metal, ou generos do paiz, o qual imposto será dividido em duas partes: metade pertencerá ao Governo para pagamento de sua dívida e juros da mesma, e a outra metade pertencerá ao Banco Emissor, afim de attender á despeza com as suas sucursaes no estrangeiro, que serve de garantia á fixação do cambio a 24, a que elle se obriga.

Art. 25. O Governo creará um imposto de 25 % sobre a exploração de metaes preciosos no Brazil, pago no mesmo metal explorado, o qual será convertido em libras sterlinas brasileiras e suas sub-divisões, de acordo com o art. 23 paragrapho unico e art. 22 e este imposto será reservado no pagamento da dívida fiduciaria e seus juros.

Paragrapho unico. Se não houver exploradores de minas, que se queram sujeitar a este imposto, o Banco Emissor será obrigado a explorar por sua conta.

Art. 26. O Governo garante a concessão do privilegio ao Banco Emissor por 80 annos e, no caso de querer rescindir, será obrigado a pagar ao banco, em ouro, ao cambio de 24, toda a sua dívida em deposito e mais os juros de 5 % ao anno, no mesmo metal, por todo o tempo que faltar para completar o tempo do privilegio.

Art. 27. O Governo se obriga a pagar a multa de mil contos pela falta de cumprimento das clausulas dos arts. 20 a 25.

Art. 28. O Governo, sempre que for preciso, poderá arrendar os navios do banco,

bom como exigir o serviço dos operários e alunos das escolas, necessário para o serviço militar provisório, enquanto durar a necessidade, pagando-lhes soldo dobrado.

Paragrapho unico. Os alunos das escolas agrícolas e industriais, durante o tempo que pertencerem às escolas ficarão isentos do recrutamento, bom como do recenseamento para o serviço militar.

Art. 28. O Governo obriga-se a ceder as terras devolutas, que foram precisas para as colônias-escolas, bem como as que forem necessárias para estabelecimentos dos alunos, mediante o arrendamento anual de 500 réis por 100^{m²}.

Art. 29. O Governo iliscerá o Banco e suas sucursais por meio de empregados da Repartição de Fazenda da União, excepto do Tribunal de Contas, os quais iliscas vencerão uma gratificação paga pelo Banco e arbitrada pelo Ministro da Fazenda.

Art. 31. Os empregados que forem fiscaes são responsáveis por todas as transacções do Banco que não estiverem de acordo com a lei e privilégio do Banco, os quais são obrigados a apresentarem balanços mensais ao Tribunal de Contas.

§ 1.º Os fiscaes servirão por um somestre.

§ 2.º Nenhuma transacção será feita pelo Banco sem que seja ouvido o fiscal, a quem o Banco fornecerá todos os esclarecimentos precisos para a boa fiscalização, importando em nullidade da transacção a daquelle a que faltar o visto do fiscal respectivo.

Art. 32. O Governo nomeará igualmente, annualmente, dois empregados do Tribunal de Contas, para examinar a escripta do Banco e verificar se está de acordo com o balanço apresentado pelos fiscaes semestrais e se foi cumprida a lei.

§ 1.º Os empregados do Tribunal de Contas assim comissionados terão direito a uma gratificação, paga pelo Banco e estipulada.

§ 2.º Os empregados fiscaes não poderão ser os mesmos que funcionarem no anno anterior.

Art. 33. As notas de emissão nunca serão de menos do 5\$; todo o troco menor será em metal corrente.

§ 1.º A emissão será escripturada em um livro especial, numerado e rubricado pelo Presidente do Tribunal de Contas ou algum empregado do mesmo Tribunal, por elle autorizado.

§ 2.º A emissão em caso algum excederá ao triplo do capital depositado no Thesouro Nacional, em ouro ou apólices da Dívida Pública estrangeira ou nacional, si se provar que não pôde obter a dívida ao estrangeiro para depósito.

§ 3.º As notas de emissão serão numeradas por ordem de séries e cada valor terá uma cor especial.

§ 4.º As notas que forem trocadas com a porcentagem em ouro serão carimbadas pelo Tesoureiro ou seus fiéis, com a data da troca, afim de não sofrerem nova porcentagem em ouro, dentro do quinquenio.

§ 5.º As notas substituídas por dilaceração ou outra causa que autilise serão substituídas por outras do igual cor e numero, e elas serão incineradas na presença de uma comissão composta de dois Directores e do Iliscal do Governo, do que se lavrará auto, que será inscrito em livro especial para esse fim criado pelo Banco, numerado e rubricado da mesma forma do da emissão.

§ 6.º As notas emissoras que forem trocadas com a porcentagem em ouro serão escripturadas no livro competente, com a sua numeração e série, afim de poderem ser conferidas pela Directoria respectiva e fiscal.

Art. 34. O Governo garantirá a dívida que for necessário contrair no estrangeiro pelo Banco para criação de suas sucursais no paiz estrangeiro, contanto que não exceda de 1/10 do capital depositado no Thesouro Nacional.

Art. 35. Desde que o Banco possa distribuir dividendo superior a 12% ao anno, pagará ao Governo 20% do excedente a distribuir e esta quantia reverterá em bene-

fieldo da amortização da Dívida Pública e seus juros.

Art. 36. O Governo obriga-se a recolher toda a sua emissão em notas do Thesouro, dentro do prazo de dous annos depois da instalação do Banco Emissor, substituindo-as por notas emissoras do Banco, que o mesmo Banco emprestará ao Governo para esse fim a 2% ao anno e que serão amortizadas dentro do prazo de 20 annos.

Art. 37. O Banco Emissor não poderá rescindir o contracto com o Governo durante o prazo de seu privilegio, sob pena de perder todo o seu deposito existente no Thesouro Nacional e de recolher todas as suas notas de emissão dentro do prazo de dous annos.

Art. 38. No fim do prazo do privilegio se procederá à liquidação final do Banco, que unido ao deposito existente, serão resgatadas todas as notas emissoras em circulação e o saldo será distribuído pelos acionistas na proporção do valor nominal das suas ações.

Art. 39. Doz annos dentro do prazo para terminação do privilegio serão suspensas todas as transações que tiverem de durar mais do que esse prazo, assim do que na occasião de findar o prazo estejam liquidadas todas as transacções do Banco.

Paragrapho único. No fim do contracto o privilegio o Banco dispensará do pagamento metade da dívida pública do Governo depositada como garantia do mesmo privilegio e a outra metade vencerá os juros de 2% ao anno, até final liquidação. — *João Rodrigues Lins.*

MEMORIA sobre colonização, povoamento e culturas

Barão Andréa Guglielmi

Senhores— Tenho a honra de apresentar ao exame e à alta consideração do Congresso de Agricultura as minhas idéas e propostas relativamente à colonização, povoamento e desenvolvimento das culturas desse imenso, fértil e rico territorio brasileiro,

certo como é que na sua sabedoria indicari ao Governo as medidas a tomar para explorar todas as riquezas do solo e sub-solo, para assegurar o futuro económico do paiz.

E' necessário confessar que o Brasil se acha em más condições económicas, por falta de produção agrícola e industrial e desenvolvimento do seu commercio.

O valor da sua limitada produção, que foi causa do depauperamento da economia pública, é interrompido absorvido pela importação dos produtos estrangeiros de que precisa.

E' pobre a Nação que não produz e compra tudo aquillo que pôde obter do seu proprio seio.

A crise actual, que sem dúvida se tornará mais aguda para o futuro, deve-se à falta de produção. E a monocultura é condenada pela sciencia e pela prática, como o maior erro da economia pública e privada.

O imenso territorio do Brasil é apto a quasi todas as produções e às industrias agrarias, e nenhuma nação possue tão vasta riqueza de matas como as que existem no sub-solo deste paiz.

Si o Brasil se decidir a explorar o solo e o sub-solo do seu vastíssimo, fértil e rico territorio, em poucos annos ganhará a sua fortuna económica, e gradativamente será a nação mais rica do mundo; porque outra nação não ha de mais extenso territorio que possua tão grande área de terreno apropriado à cultura variada e tão excellentes requisitos de sub-solo e de clima.

Permiti-me, senhores, afirmar que o Brasil deve estender o executar um razoável projecto de colonização.

A colonização deveria ser feita de preferencia com a divisão das terras em pequenos lotes de 10 a 20 hectares, escolhendo a principio os terrenos melhores e de melhor clima, fornecidos de agua e proximos aos centros habitados e às estradas de comunicação, observando-se a regra de fazer cultivar nos lotes os productos mais renu-

neratários e apropriados ao terreno e ao clima.

O lote seria vendido às famílias de colonos, compostas de três ou de cinco pessoas (os homens em maioria) todos aptos ao trabalho.

O preço de cada lote poderia ser computado no máximo de 25\$ por hectare o pago em condições de facilidade, como por exemplo em cinco prestações anuais iguais, começando o pagamento da primeira ao final do terceiro anno de posse.

Fornecer gratuitamente, e de sua vez, a cada família no acto de posse do lote, todas as ferramentas agrícolas de que precisar para a cultura a fazer, e para o primeiro anno as sementes preferíveis as culturas do solo e do clima.

Convirá, entrosim, conceder a cada família, a título de empréstimo, a quantia de 250\$ para a montagem da casa e outras necessidades preliminares da instalação, somma que seria paga, também, em cinco prestações anuais, a começar do terceiro anno de posse do lote.

Incluir-se-hia nos contratos a cláusula formal de que cada família proprietária de um lote deverá completar a cultura do seu terreno em tempo não maior de tres annos, para os lotes de 10 hectares e de cinco annos para os lotes de 20 hectares, desenvolvendo as culturas remunerativas existentes e criando aquelles que melhor se apropriem ao solo e ao clima.

Entre as culturas existentes recomenda-se o desenvolvimento:

« do tabaco, do arroz, do algodão, da batata, etc., etc., e entre as culturas novas experimentar com seguro resultado :

« o trigo e todos os cereais, o canhão, o linho, o ramie, a forragem de diversas variedades, a cebola e o alho, etc., etc.

Deste modo é possível a colonização de bons colonos; porque introduzir o imigrante sem lhe conceder uma pequena propriedade é manter a vida em um círculo vicioso. O imigrante que aqui chega e não

se fixa, não trabalha para a prosperidade do Brasil; trabalha para o paiz de origem.

O sistema até agora praticado não tem atrativos para o colono, por lhe faltarem os elementos da co-existência, da fiel assinilação.

Por isso o Brasil não terá jamais colonização e povoamento, e nem desenvolvimento de riqueza, e nem produção alimentícia e nem progresso industrial, nem aumento de exportação e de comércio e nem diminuição de importação que absorve a riqueza nacional.

O Brasil possui nas visceras do seu imensurável território a maior riqueza do mundo; porque, à parte a exploração das suas ricas minas, os terrenos e o clima são de uma fertilidade excepcional, maravilhosa, e as experiências agrícolas por mim feitas no Estado de S. Paulo tem demonstrado que aqui se pode cultivar qualquer produto da terra.

A colonização é a pedra angular da restauração solidá e permanente da economia e da finanças pública e privada, e o benemérito Congresso de Agricultura faria obra patriótica ocupando-se seriamente desse assumpto.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1901.

— Dr. Andréa Guglielmi, ex-deputado à Câmara do Congresso Italiano.

— — —

MEMÓRIA

Barão Andréa Guglielmi

Senhores—Tenho a honra de apresentar ao exame e à alta consideração desse benemérito Congresso de Agricultura as impressões por mim recolhidas na minha não curta permanência no Brazil, sobre as condições da agricultura e da economia geral deste imenso e fértil território inexplorado, e a elas juntar o resultado das experiências e observações que fiz viajando pelo interior de diversos Estados da vossa República, como também propostas acerca do modo de promover a agricultura por meio da colo-

nisação e do povoamento, e da exploração do solo e do sub-solo para extrahir as riquezas de que tão largamente é dotado o territorio brasileiro.

Conjuntamente, apresento ao Juizo das commissões especiais desse Congresso as publicações por mim feitas em jornais e revistas, durante estes ultimos oito meses de minha permanencia no Rio de Janeiro.

Parece-me que assim, antes de voltar para a Italia, em Napolis, terei demonstrado a minha sincera gratidão ao Brazil, pela gentileza de sua hospitalidade durante quasi tres annos, em que me tenho dedicado a estudar as condições economicas relativas à grande collectividade italliana, que aqui mora e trabalha.

É necessário confessar que o Brazil se acha em más condições economicas, por falta de produçao agricola e industrial e desenvolvimento do seu commerce.

O valor da sua limitada produçao, que foi causa do depauperamento da economia publica, é inteiramente absorvido pela importação dos produtos estrangeiros de que precisa.

E' pobre a nação que não produz e compra tudo aquillo que pôde obter do seu proprio seio. Aceriso actual que, sem duvida, se tornará mais aguda para o futuro, devese à falta de produçao. E a monocultura é condenada pela sciencia e pela pratica como o maior erro da economia privada e publica.

O immenso territorio do Brazil é apto a quasi todas as produções e as industrias agrarias, e nenhuma outra nação possue tão vasta riqueza de minas como as que existem no sub-solo deste paiz.

Sí o Brazil se decidir a explorar o solo e o sub-solo do seu vastissimo, fertil e rico territorio, em poucos annos ganhará a sua fortuna económica, e gradativamente será a nação mais rica do mundo, porque outra nação não ha de mais extenso territorio, que possua tão grande área de terreno apropriado à cultura variada e tão excellentes requisitos de solo e de clima.

Permiti-me, senhores, afirmar que o Brazil deve estudar e executar um razoável projecto de colonização, fugindo ao perigo do intermediario, dos syndicatos e de outras sociedades estrangeiras, que desfrutariam a colonização em beneficio absoluto dos seus capitais e desprovento do trabalho e da riqueza nacional.

A colonização deveria ser feita de preferencia com a divisão das terras em pequenos lotes de 10 a 20 hectares cada um, escolhendo a principio os terrenos melhores e de melhor clima, fornecidos de agua e proximos aos centros habitados, e com estradas de comunicações, observando-se a regra de fazer cultivar nos lotes os productos mais remunerativos e apropriados ao clima.

Os lotes seriam vendidos às famílias de colonos, compostas de tres pessoas (dous homens e uma mulher), todos aptos ao trabalho.

O preço de cada lote poderia ser computado no maximo de 25\$000 por hectare e pago em condições de facilidade, como, por exemplo, em cinco prestações annuais e iguais, começando o pagamento da primeira ao fim do terceiro anno de posse e do adiantada cultura do lote.

Fornecer gratuitamente, e de uma vez, a cada família, no acto da posse do lote, todas as ferramentas agricolas de que precisar para a cultura do terreno, e para o primeiro anno as sementes preferiveis para o imediato desenvolvimento das culturas, escolhendo sempre para o bom resultado a melhor qualidade do solo e a favorabilidade do clima.

Convirá, outrossim, conceder a cada família, a titulo de emprestimo, a quantia de 250\$ para a montagem de casa e outras necessidades preliminares de instalação, somma que seria paga tambem em cinco prestações annuais, a começar do terceiro anno da posse do lote.

Incluir-se-ia nos contractos a clausula formal de que cada família proprietaria de um lote deveria completar a cultura do seu

terreiro um tempo não maior de tres annos para os lotes de 10 hectares, e de cinco ou seis annos para os de 20 hectares, desenvolvendo as culturas remunerativas existentes e creando aquellas que melhor se apropriadão ao solo e ao clima.

O Governo providenciará por sua parte para facilitar o transporte e a venda dos productos do exportação, e outros quo se adaptassem á transformação industrial e que contribuiriam para o incremento contínuo das industrias nacionaes.

Para obter com segurança e pralleo resultado o concurso dos colonos estrangeiros, é suficiente a propaganda opportuna, sério e criteriosamente feita, como, por exemplo, encarregar os representantes diplomaticos e consulares de divulgar, em exemplares impressos, as condições favoraveis à colonização e obter a mesma divulgação por intermedio das autoridades dos Governos em que esses funcionarios são acreditados. Obter o concurso da imprensa local. E assim o governo brasileiro poria em evidencia as vantagens para desenvolver a colonização e a cultura de suas terras.

Com estas normas atrahir-se-hia certamente para aqui imigración de excellentes colonos que, juntando as suas economias, não trepidariam em deixar a terra natal, na esperança de aqui achar melhor fortuna, adquirindo pequenas propriedades de terras quo, deixariam como herança aosseus descendentes. Com a colonização o Brazil deve e fia tambem e executar um projecto para explorar todas as riquezas das minas de que é abundante e variado o vasto territorio da Republica, fngindo tambem, para tal conseguir, ao perigo de se escandir em capitais estrangeiros, quo, como já disse, é empregado sempre para a consecução do mais exagerado lucro e com o maior dano para a prosperidade nacional.

Por nenhuma outra coisa acima indicadas é preciso coordenar a legislação existente, corrigindo-a ou ampliando-a, segundo é necessário e útil á vantagem da nação.

6056 — 47

O Congresso de Agricultura, convocado para disentir e assentar as bases de uma ação simultânea e solidaria, quo influirá certamente sobre as resoluções do Governo, saberá concretizar um schema do projecto razoável de exploração das industrias agrícolas e extractivas, e indicar também ao Governo a preferencia de meios próprios, talvez extraordinarios, para oxecutar o plano do desenvolvimento da grande, geral produeção naciona. Iniciativa própria e coragem: eis a divisa que devo tomar o Brazil.

A colonização é a pedra angular da restauração solidia e permanente da economia e da finança publica e privada; mas, é problema que devemos esperar em futuro proximo, depois de ser estendido o plano vasto e complexo, quo abrange ao mesmo tempo a parte técnica e a financeira para ser resolvido. Agora encaremos outros problemas de mais urgente exame, quo precisam ser resolvidos mais urgentemente, e que o Congresso de Agricultura não pôde deixar de tomar em consideração, indicando ao Governo as melhores normas a seguir para resolvê-los, seu perda de tempo. E são:

- a) a reforma tributaria;
- b) o commercio do eumbio;
- c) a valorização do café.

A reforma tributaria se impõe como uma necessidade económica e financeira, não podendo o regimen actual, quo é erroneo, imperfeito e filho de momentos ditílicos e de imperiosa necessidade, ser conservado como molida permanente.

As bases equitativas da reforma tributaria são circunscriptas à formula logica, quo é indicada pelos preceitos da economia publica, isto é, procurar o disserimirar a intetra taxável e estabelecer a medida da taxa.

Com estas normas não é possível errar, o a reforma tributaria será o equitativamento proporcionado e applicada sem protestos á potencialidade económica-commercial dos contribuintes.

E graças à exactidão deste processo taxativo, lógico e prático, pôde-se tomar em consideração as condições actuais do comércio e das Indústrias, e não sobrecarregá-las; o quanto for possível, procurar novas fontes (menos) taxadas, ou não exploradas; e o luxo e as especulações do mais relevantes lucros oferecem largo campo à applicação dos impostos.

Já disse na minha carta aberta dirigida pelo jornal *O País* (8 e 13 do corrente mês) ao Exm. Sr. Ministro da Fazenda Federal a minha opinião sobre este assunto, o permiti-me indicar a S. Ex. muitas fontes do que se pôde haurir a matéria taxável; como disso, também, que é necessário regular as relações entre os Estados e a União relativamente à propriedade das terras dvidutas e das minas, para organizar um plano geral e uniforme de desenvolvimento da agricultura e das indústrias agrárias e extractivas.

O Congresso na sua sabedoria não deixará de propor ao Governo as idéias que melhores lhe parecerem sobre essa matéria.

Mas, si a reforma tributária é necessária para dividir equitativamente os tributos e os impostos e para conseguir maiores e mais seguros recursos para o Tesouro Nacional, não menos necessárias para a economia geral do paiz são as providências a tomar para regular as bruscas oscilações da taxa cambial, e o Congresso, que no son patriótico exame abrange todos os problemas agrícolas, industriais e económicos, não pôde deixar de examinar também as medidas a sugerir ao Governo para que regule a taxa do cambio.

Porque, si o cambio é um phénomeno que se manifesta pelo desequilíbrio económico de uma nação e entra nas ligações do comércio commun, aqui as proporções assumidas não são o efeito unicamente desse desequilíbrio em que se acha há muitos annos o Brazil.

A causa é preciso ir procura-la, também, na desenfreada e illegal especulação, no livre arbitrio em que se deixam os bolsistas

e os banqueiros encorajados pela tolerância do Governo, o qual tem o dever de calcular quanto são danosas para as indústrias, para o comércio e para toda a vida económica da nação, as bruscas oscilações do cambio, que em outros países é regulado por normas da pura especulação comercial. A esta hora, aqui, o caminho já deveria ter volvido a um gradual melhoramento por muitas causas de fácil evidencia; e, entretanto, a taxa cambial continua a baratear o valor do papel-moeda, o *quadro* com frequentes oscilações, que vão ferir directamente a vida económica da nação.

Não faltam disposições legaes a applicar-se, e, si faltarem, o Governo tem o dever de reclamar-as dos poderes competentes e aplicá-las com punho firme; porque, agora, é preciso que o Brazil seja o árbitro e o regulador de si mesmo e do que mais convém fazer para defender a sua economia.

Parce-me, outrossim, que, como suprema necessidade de *satis publica*, o Congresso deve interessar-se séria o ellevezamento pela crise do principal, simo do muco producto que abrange a *magna pars* da economia nacional, isto é,—o café.

A crise do café se baseia sobre duas necessidades: alargar o consumo e levantar o preço.

São duas medidas dignas do mais ponderado exame.

Já disse que, para resolver a crise, é preciso—resistencia e propaganda, e confirmo essa minha opinião ante a sabedoria do Congresso.

A resistência no interior e a propaganda no exterior.

Para efectuar a primeira é preciso a intervenção absoluta do Governo, que só elle tem á sua disposição os meios necessários para sustentá-la. Para realizar a segunda é preciso o concurso de todos os que tem interesse a propagar as boas qualidades do café brasileiro, trabalhando conjuntamente, vendedores e compradores pelo mesmo resultado.

Já se tem escripto muito sobre esso assunto, e agora o Congresso o pôde bem concretizar as idéias mais praticas e realizaveis para o régimen a seguir affim de resolver a crise cafeeira.

Não há quem não veja que a produçao do café no Brazil terá ainda por muitos annos um período ascendente, pois que são numerosas as plantações de pôneia, idade que aumentarão do anno para anno a produção.

Tive occasião, viajando e estudando no interior do Estado de S. Paulo, de hear maravilhado à vista das numerosas e extensas plantações recentes de café, e por isso posso afirmar, com pleno conhecimento, que o perigo será maior para o futuro se não se adoptarem sollicitamente largas e reaes medidas de protecção e de propaganda.

E enquanto o Brazil não tiver colonisação e produção abundante de todas as culturas de que é susceptível este imborrindo sólo, é a economia do café que se deve attender com solicitude, pois que nella se acha incarnada, presentemente, a economia nacional.

Pôde-se discutir, ainda, por prazer de fazer academia, qual seja a melhor linha de conlecta do produtor, para diminuir as despesas de produção, como renhir bons tipos, limpar de todas as impurezas e imperfeições; qual o melhor meio de ensacal-o, acuatal-o e contra avarias; qual também o procedimento do Governo para diminuir despesas de transporte e isental-o da onerosa taxa de exportação, que presentemente pesa sobre o produtor; qual o meio de evitar as fraudes e falsificações na venda e consumo interno; e qual seja a organização mais racional e prática para a propaganda, pelo commerce directo no exterior; discutir o examinar, em summa, tudo quanto for melhor e mais útil e por em prática para aeroditar o café do Brazil nos mercados estrangeiros; onde é erroneamente conhecido, enorramente prejudicado pelas adulterações e pela liga de diferentes tipos e mistura de qualidades; tudo isto é, sem dúvida

alguma, útil, mas não resolve o problema, não conseguirá corrigir o mal da crise natural, ocorrendo para isso a adopção dos meios superiores ao alcance sâmente do Governo, que tem o dever de intervir, podendo facilmente achar no valor do café mesmo a garantia segura de qualquer operação financeira que precise fazer para organizar a resistência no interior.

Partindo, pois, das condições económicas minimo precárias, em que se debatem os productores de café, está claro que esses não se podem libertar por esforços próprios das actuaes necessidades, e que é preciso um remedio radical e salvador.

O Congresso tem suficiente autoridade para propor e recomendar ao Governo a sua salutar intervenção para protoger o principal produto da exportação, que constitue a maxima parte da economia nacional.

Senhores—Desejel tomar parte neste primeiro importante Congresso do Agricultura por grande amor que tenho a esta nobre Nação que me foi tão generosa de deferencia.

Regressando, daqui a mui meiz, ao meu paiz, lá, no grande centro da Itália meridional, em Nápoles, onde permanecon tanta recordações de interesses e de sympathias pelo Brazil, trabalharei como melhor puder e souber para divulgar que aqui é grande o campo para a actividade de quem quer empregar as suas energias no honesto e produtivo trabalho; fazendo votos, ao mesmo tempo, pela prosperidade e grandeza desta Pátria Brasileira, do que levo profundas e inesquecíveis recordações.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1901.—
Dr. Andria Guglielmini, ex-deputado ao Parlamento Italiano.»

PARECER

SOBRE A MEMÓRIA APRESENTADA À 5^a SECÇÃO DO CONGRESO DE AGRICULTURA, PELO SR. DR. ANDRIA GUGLIELMINI E EM QUE O MESMO SENHOR TRATA DA COLONIZAÇÃO E MINERALOGIA DO BRASIL

O que actualmente impede o desenvolvimento da mineralogia no nosso paiz, de

moço a tornal-a um auxiliar poderoso da economia e das finanças, e permitir nos representar o primeiro lugar entre as Nações que possuam indústrias extractivas, e, permita-se-me dizer, a falta de leis apropriadas que, garantindo uma recompensa áquelas que se dedicarem á exploração do solo, não exponham a nenhuma exploração certa os pequenos ou grandes proprietários do solo.

Refiro-me de um modo geral, não particularizando indústria nenhuma, porque embora os valores e denominadores divergem, tratando-se de sua aquisição, estão sujeitos aos mesmos princípios. Geralmente é o proprietário do solo que descobre as riquezas ali acumuladas pela natureza, mas algumas vezes também é o proprietário o descobridor, ou possuidor por tradição, de imensas riquezas, que não explora pela falta de recursos pecuniários, os quais não pôde obter por meio da associação do capital estranho *enquanto não estabelece o quantum* das responsabilidades inherentes à aquisição dos meios necessários à exploração de sua jazida e renda fixa desta; isto se dá, devido às dificuldades provenientes da deficiência da legislação aetral, em se tratando de desapropriações de aguas necessárias ás explorações activas, não faltando ao proprietário do solo por onde tenham de ser canalizadas, os quais, com a ganância de lucros fabulosos a obter com indemnizações, dizem-se prejudicados, quando na verdade são os seus terrenos, aridos e sem valor até aqui, providos de um elemento que lhes permite adquirirem abundante vegetação (refiro-me á agua, quando canalizada pelo sistema de barragem, em que a infiltração é possível).

E' sabido que as jazidas auríferas, de que é tão soberanamente dotado o nosso paiz, estão, na maior parte, situadas em lugares onde não é abundante, o falta mesmo o principal agente de benelcimento—a agua; esta pertence sempre a muitos, tendo, além disso, de atravessar terrenos do outros que

se consideram prejudicados com a passagem do preceito líquido.

Muitas vezes debati essa questão com o meu particular amigo Sr. major Luiz Gonçalves Pentea, agricultor dos mais ilustrados na zona da metade do Estado de Minas e que conhece a fondo a mineração do mesmo Estado, sendo sempre accordes que preparamos de uma legislação ampla que considerasse a avidez do explorador com a usura do proprietário.

A este respeito, citava-se o insucesso da importuníssima mina do Beijo coberto, Garmo, Itabira e tantas outras, cujas explorações plena não puderam ser levadas a effeito, devido aos óbices apontados.

A crise por que está passando o paiz, e que tem causas multiplas, fez com que todos os homens de responsabilidade políticas fossem lembrar ao Governo os meios que, obstante a miséria de fruidora da fortuna pública e particular, tivessem a regeneração. O desenvolvimento da indústria extractiva, tradicional entre nós e que pelo representar o primeiro lugar como meio económico, já foi lembrado ao Exm. Sr. Ministro da Indústria e Minas, o qual, com o humor que é, lhe notou pela causa publica, entreouvi e se importuníssimo e momentos a impôr o estudo de bons profissionais mestres, sendo um deles, cujo nome me ocorre, o ilustre Dr. Miguel Lisboa.

Parece-me não ser fora de propósito transcrever aqui a opinião externada pelo Exm. Sr. Ministro da Fazenda no seu relatório deste anno, apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Republica, e em que S. Ex., depois de patentear com os mais sólidos raciocínios os seus vastísimos conhecimentos sobre todos os ramos de administração publica e muito especialmente sobre aquele que dirige, manifesta-se de uma maneira erronea e infeliz, parece-me, quanto á mineração. Diz S. Ex., nesse relatório citado, pag. LV e LV: «Nada diror sobre os meios de fixar o desenvolver inúmeras culturas, que em nosso paiz podem dar resultados extraordinarios,

por ser i so mais da competencia do meu collega da Indústria. Pego, porém, libemente, para clamar a atençao para a exploração das nossas minas.

Embora os capitais para esses empreendimentos passem ser fornecidos em parte pelos estrangeiros, penso que a exploração deve ser feita por companhias nacionais. A exploração das minas é muito diversa da de estrelas de ferro, de portos e oitros, que só tem diretos, acréscimo vantagens de inestimável valor. Só uma estrada de ferro no porto é explorado por uma co-apartida estrangeira, os lucros directos dessas empresas irão para fóra do paiz, mas gozaremos de todas as vantagens (indiretas) desenvolvimento do commercio, das indústrias, da agricultura e outros elementos de civilização.

O caso muda com a exploração das minas, que não deixa vantagem alguma indireta, a não ser no mesmíssimo i pôsto de expectação para os Estados, e cujos produtos directos vão todos para o exterior, quando a exploração é feita por companhias estrangeiras.

E' o que se está dando entre nós: as nossas riquezas, o ouro do nosso sôlo está sendo drenado para fóra do paiz, sem vantagem alguma positiva para nós, que, enrelento, ainda auxiliam-s esas companhias com isenções de impostos nas Alfândegas.

Alguém, que por modicaria assignou *Speculator*, mas que pode bem ser um desses amigos nrs., que servem de tapele a S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda, procurando sempre por interesse e vaidosa ostentação complementar o quando em puldio disse no *Jornal do Commercio*: « (...) Li com muita atençao o relatório do Ministro da Fazenda, publicado». E mais abaixo: « Com a parte do relatório que se refere à mineração, não posso concordar. Não há capitais aqui para empregar neste negocio. Nego que o ouro

está sendo drenado para fóra do paiz, sem vantagem alguma positiva para nós. O custo do ouro é quase todo empregado no trabalho e despesas da mina, e como este dinheiro pago pela Empreza tem de ser gasto no lugar, a vantagem para o paiz é muito grande. Muitas empresas aqui não tem dividendo e outras tem pago dividendo muito pequenos de 5 ou 6 %, juros que não servem para atrair capitais a um paiz onde com dificuldade o homem garantir pôde obter dinheiro a 10 ou 12 %. Para desprezar diaheiro do fôr, que só dà 5 ou 6 % de resultado e deixar o ouro na terra, não parece o meio de melhorar o paiz. Os outros países não tem olhado desta maneira para o negocio da mineração.»

Na verdade, S. Ex. não meditou em que, Ouro Preto, Serra, Diamantina, Santa Barbara, S. João, Lajes e tantos outros centros importantes, que seria fastidioso enumerar, devem sua existência e importância actual exclusivamente à mineração que para ali atraiu capitais e braços para explorá-la, o Ouro Preto, que em mais tempo, não teria ainda hoje existencia. E o que seria de nós si não tivessemos esse meio de vida que ocupa milhares de operários? A criminologia aumentaria os seus negros quadros estatísticos, porque esses homens, fallos de recursos, com muita tendencia para a abastança, procurariam obter pela violencia aquillo que vão conquistando pelo trabalho. Mas não se trata só do ouro, é preciso lancarmos nossas vistas para o abandono em que estão as outras industrias extractivas.

O carvão de pedra, em via de permanente e lucrativa exploração no Estado do Rio Grande do Sul, existe em grande abundância nos Estados do Paraná, Santa Catharina, Minas Geraes e outros.

A jazida de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, situada a 4 kilomelros da freguezia do Cupim e a 54 de Ponta Grossa, tem sido descripta pelos mais notáveis homens de scienca, que por ali tem passado, como sendo riquissima, não só pela qualidade do preceloso combustível, como pela quantidade

(*) A redacção pertence ao autor citado, «Speculator».

o vasta zona que ocupa, pois desconde por uma vertente abalço até desaguar no río Bituya, ainda se encontra depois com as duas margens do mesmo Bituya. Na foz do río Ivaly se encontra também este mineral e o petróleo. Em Guaporévá e em outros lugares. (Vide memória do Dr. José Joaquim Pereira Branco e outros, no Dicionário Geográfico do Dr. Francisco Ignacio Ferreira, 1885.)

No Estado do Minas tive eu oportunidade de encontrar fragmentos de qualidade excellente e do peso de 50 e 100 grammas. Quei-teve occasião de ler o notável trabalho *Dicionário Geográfico das Minas do Brasil*, obra do Dr. Francisco Ignacio Ferreira, já citado, e tiver conhecimento da riqueza mineral de nossa pátria, sentir-se-ha tristó lendo o relatório e catálogo da exposição Industrial Iluminense, comemorativa do 4º centenário do descobrimento do Brasil, promovida pela benemerita Sociedade Propagadora das Bellas Artes e inaugurada em 6 de maio de 1900.

O unico Estado que se fez representar dignamente, mas de modo incompleto, foi o do Minas Geraes. Os demais brilharam pela ausencia.

A memória do Dr. Andréa Guglielmi já allude vagamente à mineralogia. S. S. traçou sítio e com propriedade de um modo de colonização, que, seja dito de passagem, é excelente, desde que se deem maiores vantagens aos nacionaes ou que se nacionalisem; entretanto, para corresponder na medida de muitas forças, ao empuho que nesta matéria mostrou o Exm. Sr. senador Nogueira Paranaguá, devo dizer mais alguma cousa a respeito.

Este assumpto, segundo penso, terá largo e proveitoso debate em breve; pareco-me, porém, não ser ondade dizer quais os meios adequados a produzirem o desenvolvimento da industria extractiva e tirar-lhe os embarracos que a impecem, o outro elles é preciso também mencionar que há centenas e centenas de concessionários de privilégios

de zonas ou datas para a extração de metais, lindha e outros, que apenas requereram tais favores com o seu manifesto de vendelos por alto preço e que, não efectuada a venda, não os exploraram em prejuízo do Estado e de quem os possa adquirir para explorá-las. Restringir as concessões e cobrar taxas elevadas aos recuperentes e concessionários de privilégios, também é um meio prejudicial quo, favorecendo a poucos, prejudicaria a maioria. *A meu ver, os concessionários de privilégios a conceder, deveriam ter um prazo não muito longo para iniciarem os trabalhos, como fossem: a confecção de plantas e outros reconhecimentos; e um outro prazo maior para dar princípio à exploração activa. Fimdo este último prazo, e não tendo o concessionário cumprido as obrigações que se tivessem estabelecido, a outro seria lícito requerer e ao Estado conceder novo privilégio. Quanto aos privilégios de datas, antigos, cujas explorações estiverem interrompidas, é justo que o Estado, atendendo à necessidade de os conceder a outros, lhes conceda ajuda o prazo maximo concedido aos novos concessionários.*

Tudo isto, está claro, num vez que o Estado é o dono do sub-solo e o pôde explorar ou fazer explorar por quem lhe parecer.

Sendo baixa a taxa de concessão e improveráveis os prazos para o inicio dos trabalhos, resultará dali a beneficia concurrencia e um meio de renda para o Estado. Atm de não querer o concessionário, poderia ainda o Estado fazer fiscalizar a execução dos contratos por intermedio dos collectores federais ou estaduais nos respectivos municípios.

Quanto ao meio de desapropriação, devê-se haver attender ao valor intrínseco das benfeitorias constantes de predios rústicos e arvores frutíferas que existam no logar do inicio de tais empreendimentos, ou que venham a ser danificadas por trabalhos futuros; pagando-se, além disso, durante todo o tempo quo durar a mineração, uma contribuição anual correspondente à maior renda quo

poderia produzir o terreno ocupado, si nello se plantasse a melhor cultura ali adoptada ou usada; devendo tornar-se como tipo a que for bem conhecida.

Para as desapropriações de aguadas para o uso da mineração, é preciso evitar que se continue a adoptar o seu valor estimativo de um modo muito elástico. Não quero de modo nenhum atentar contra os fórmulas e restrições do Direito, mas sómente indicar o que me parece conciliar os interesses do explorador com os do proprietário, não se fazendo também, como antigamente, em que era permitido prejudicar ao proprietário, de modo quasi exclusivo e absoluto em proveito do explorador.

A meu ver as aguadas devem ser desapropriadas, tomndo-se por base a sua força hidráulica transformada em cavallos vapor, devendo as observações científicas para tal fim, medido do volume ou quantidade dessas águas, que é um dos elementos constitutivos da determinação da força, ser feitas nas épocas médias e de secca ou normaes.

*Um meio também de desenvolver aceleradamente a industria extractiva é o estabelecimento nos nossos Conselhos e Legações na Europa, etc., de pequenos museus, onde estejam em exposição permanente, convenientemente catalogados, mencionando-se o resultado por 1,000 kilos de minério e o custo tanto quanto possível da extração de todas as nossas riquezas minerais. Sendo a esse respeito muito útil que esteja patente um exemplar do *Dicionário das Minas do Brasil* já citado ou de outro que, por mais recente, mencione as últimas explorações e resultados. Em defesa desta medida, que é contrária ao juízo expandido pelo Exm. Sr. Ministro da Fazenda em seu já citado relatório, en aponto a vantagem que o paiz terá quando estiverem bem conhecidas e divulgadas pelo estrangeiro as nossas riquezas minerais e o muito principalmente o curvão de pedra, o petróleo, o ferro, o ouro e o manganez.*

Ainda como elemento a combater a má ideia que se tem do resultado da exploração

falta pelo estrangeiro quanto ao ouro, direi que o meio é decretar a sua anordagem, quando exportado.

Isso não impedirá que, segundo as leis iminutáveis da offerta e da procura, continue a escorrer o resto ou renda líquida da exploração desse metal, que se daria da mesma forma, si explorados por nacionaes (sí estes tivessem capitais para isso), mas terá assim um meio de renda, para compensar os sacrifícios do Thesouro.

Capital Federal, 30 de setembro de 1901.

—*Joaquim Simões da Cruz* (relator). — *Aníbal Porta*. — *Christina Cruz*.

Addendum :

Feitas as considerações quo julguei acertadas sobre a memoria do Exm. Sr. Dr. Barão Andrade Guglielmi, relativamente à mineralogia, devo ainda accentuar quo o facto de tratar o presente Congresso sómento de agricultura, não quer isto dizer quo a discussão na referida memoria, sui parecer e conclusos por mim feitos, não sejam de interesse e de oportunidade para a lavoura; pois ninguém negará, de boa fôr, quo o desenvolvimento das industrias extractivas, muito contribui para animar e manter as outras. — *Simões da Cruz*.

Reforma tributaria e Cambio

Bacão Andrade Guglielmi

Senhores. Tenho a honra de apresentar ao exame e à alta consideração do Congresso de Agricultura estas minhas idéas e propostas, relativamente à urgencia de providenciar sobre a necessaria reforma dos tributos e impostos e a quotização da taxa cambial.

São dois os males que affligem actualmente o Brazil e sobre os quais é preciso clamar a attenção do Governo.

A reforma tributaria se impõe como uma necessidade económica e financeira, não podendo o régimen actual, quo é erroneo,

Imperfeito e filho de momentos diferentes e de imperiosa necessidade, ser conservado como medida permanente.

As bases equitativas da reforma tributária são circunscriptas à formula lógica, que é indicada pelos preceitos da economia política, que é a economia pública e privada, isto é: procurar e discriminar a matéria taxável e estabelecer a medida da taxa.

Com estas normas não é possível errar, e a reforma tributária será equitativamente proporcionada e aplicada, sem protestos, à potencialidade económica dos contribuintes.

E, graças à exactidão deste processo taxativo, lógico e prático, pôde-se o devese tomar em consideração as condições actuais do comércio e das indústrias e não sobre-carregá-las, enquanto for possível procurar novas fontes menos taxadas, ou não exploradas, e o lixo e as especulações de mais relevantes lucros oferecem largo campo à applicação dos impostos.

Já disse na minha carta aberta, dirigida pelo jornal *O País* (8 e 13 do corrente) ao Exm. Sr. Ministro da Fazenda a minha opinião sobre este assunto; mas, agora, parece-me mais próprio submetter ao juízo do Ilustrado Congresso as mesmas minhas considerações, que na sua sabedoria não deixará de propôr ao Governo as idéias que melhores lhe parecerem sobre essa matéria.

A reforma deve ferir o lixo, as especulações de mais relevantes lucros, os jogos e procurando outras fontes de renda que possa supportar o peso proporcionat da taxa.

A matéria taxável pôde-se haurir também em muitas fontes não exploradas, como por exemplo: apposição do sellos aos bilhetes de estradas de ferro, de teatros e outros lugares de diversões; de tomar por conta do Governo os jogos de loterias, quando não se quisesse absolutamente abolil-os, o que seria melhor, impôr uma coparticipa-

ção nos lucros das sociedades de seguro ou nas fábricas de fumo, taxar as operações de bancos, etc.

Não sei se nma revisão da Constituição Federal é necessária politicamente, parece, porém, que seria útil para reformar as disposições que regulam os direitos concedidos aos Estados em matéria fiscal e os reservados ao Governo da União, que ficaram quasi que exclusivamente restringidos aos impostos de importação.

Parece-me este o momento de estudar o applicar nma nova, mas equitativa e mais razoável repartição dos direitos fiscais entre os Governos dos Estados e da União, incriminada de providenciar sobre os demais serviços importantes de ordem geral.

Mas si a reforma tributária é necessária para repartir equitativamente os tributos e os impostos, outras providências urgentes devem ser tomadas para acudir à economia geral do paiz; e entre elles ninguém ha que não ache de maior urgencia as medidas para regular a taxa do cambio, que turba seriamente o comércio, as indústrias e toda a vida económica da nação no regimen interno e nos *rapportos* com o estrangero.

Si o cambio é um phänomeno que se manifesta no desequilibrio económico das nações e que entra nas funções do comércio comum; si o cambio é sempre a manifestação de um mal que mina a vida económica da nação que delle pad ee, o Governo tem sempre obrigação imperiosa de erral-o, para prevenir o gravíssimo perigo, que pôde degenerar em gangrena.

Os Governos bem avisados veem o modernizar as consequencias fúrestas do mal que se chama «cambio» e apressam-se em dar-lhe remedio.

As proporções aqui assumidas pela agiotagem no cambio da papel-moeda não são o efecto unicamente do desequilibrio económico em que se encontra o Brazil. A causa é preciso ir procurá-la, também, na desenfreada e ilegal especulação e ao livre arbitrio dos bolsistas e banqueiros, oncorajados

pela tolerância do Governo, que não pôde deixar de ver quanto são danosas para as indústrias, para o comércio e para toda a vida económica da nação as hincas oscilações do cambio, que em outros países é regulado por normas cunhantes de pura especulação commercial.

O mal do cambio aqui não pôde ser curado radicalmente, o por isso não pôde desaparecer. Desaparecerá no dia em que o Governo dessa nobre nação tiver a coragem de desenvolver a produção, a grande produção da solo e do sub-solo deste imenso, fértil e rico território, inexplorado; mas, entretanto, o Governo tem a obrigação de prever-se contra os efeitos desastrosos da especulação ilícita e arbitrarla do cambio.

O Governo não pôde ficar indiferente diante do desbarato do crédito nacional e do imenso dano que elle acarreta à economia pública. Não faltam disposições legais a aplicar-se, e se estas faltarem, o Governo tem o dever de reclamar-as dos poderes competentes e aplicá-las com punho firme para corrigir o abuso dos perturbadores.

Já existem disposições legislativas aplicáveis à fixação do curso do cambio. Examinou o Governo estas e outras coadjuvou toda a maioria legislativa assim de exercer uma ação direta sobre a determinação propriamente do valor que atribue à sua moeda fiduciária no território da União e desse modo tornar-se-há profissionalmente, para a vida comercial do país, árbitro e regulador do cambio.

O Congresso saberá reunir, valorizar e concretizar as propostas, que em relação a estes dois assuntos certamente recomendará à atenção do Governo federal.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1901.— Dr. Andréa Guglielmini, ex-deputado ao Congresso Italiano.

PARECER

A Comissão estudou interessadamente a memoria apresentada no Congresso de Agricultura pelo Exm. Sr. Barão Andréa Guglielmini. Na exposição feita, S. Ex. encar-

6056 — 18

oce de modo muito conselhiceiso na riqueza naturaes do Brazil e confessou declaradamente as excellencias de nosso solo, apto para o progressivo desenvolvimento de todas as culturas. S. Ex. repudiava por intelecto a monocultura, que julga nociva aos interesses da Republica, e supõe que pela polycultura devemos abrir caminho para a nossa regeneração económica.

Ponderadamente ajuda S. Ex. salienta a urgente necessidade de concedermos ao colono estrangeiro uma somma de garantias, que não nos parece demasiado, e para tal ponto faz convergirem as linhas principais de sua esclarecida memoria. Assinalando com criterio as culturas de onde pôde provir maior proveito, apenas julgamos que devia se interessar vivamente pela adopção dos modernos processos da mecanica agricola em substituição do velho processo em geral adoptado no Brazil.

Não se comprehende que em um paiz onde a escassez do loraço é manifesta, não se busque nas máquinas o meio de acelerar o trabalho e portanto desenvolver a industria pela multiplicação da produção, de enja. insinua-se que resulta o nosso pessimo estado financeiro e económico, como muito bem salienta o Exm. Sr. Barão Guglielmini.

As ponderações desse ilustrado senhor devemos recomendar ao presente Congresso de Agricultura, pois parece que, aíopladas nas suas idéas gerais, as medidas indicadas muito avançariam não só a situação do colono que para o Brazil viesse, como a do nosso proprio paiz.

Rio, 28 de setembro de 1901.— *Christino Cruz, — Joaquim Simões de Cruz, — Paula Ramos.*

MEMORIA — A evolução social, industrial e agrícola no Brasil.— As escolas práticas de agricultura e os pequenos Bancos.

FAUSTO PEDREIRA MACHADO

Segundo o programma que regulariza os trabalhos desta plenária assemblea, vejo determinadas ou prefixadas nas bases do suas

discussões ou estudos, em primeiro lugar, « a discussão das questões económicas que mais directamente interessam à agricultura e à industrialização dos diversos Estados » e em quinto lugar « a inauguração do Museu Permanente da Agricultura da Sociedade Nacional ».

Sobre a primeira these, seja-me lhe exponer com imparcialidade a minha opinião ignota, que julgo ser a opinião geral, a despeito do pequeno e insuficiente conhecimento que posso para a sua ciência. E fui animado a reclamar a vossa preziosa atenção pela certeza que tenho e pela convicção que nutro de que a história ou a evolução de um povo representa numa função importantíssima para a resolução de qualquer problema, principalmente quando tal subsiste, mesmo nas memórias fracas, a lembrança vivaz da marcha sinuosa de um paiz em uma época recente.

Tem sido, entre nós, uma preocupação condonável o emprego da injúria intelectual no serviço de uma crítica baralhada e contradeitora dos actos do Governo, tanto na Monarquia como na República, um verdadeiro mixto de Insinuações, erros, injúrias ou mesmo calúnias, imberbilmente pela sua gravidade, e por este motivo em son da opinião de alguns dos nossos r尔斯-sísmos estadistas e homens do trabalho, verdadeiros patriotas, que, desprezando a critica improductiva, entraram no exame da causa determinante se não autorizadora de supostos erros, frei mais longe buscando a causa das causas, permittam a expressão.

Sómente não posso comprehender que um economista qualquer se lembre de restringir a moeda em circulação, equivalente a determinado argumento de produção, ao limite de uma produção relativamente pequena.

Como observadores da depreciação da nossa moeda em quadras diversas sem ter por base as emissões, assim como da sua valorização occasionada pelos empréstimos e emissões necessárias e racionalmente lan-

gadas, exemplificando sómente a taxa do câmbio occasionada pela mudança das instituições, encontramos ligada a ella a elevação dos nossos produtos de exportação, seguida da preferencia para o desenvolvimento da produção do café, que agora atinge aos dous terços da produção universal. Esta sympathy interesseira pela rústica atraiu nem só capitais, como grande parte de todos os Estados para as afanadas terras rústicas. Nesta occasião fiz a minha propaganda contra semelhante disparate e consegui evitar o desastre de alguns amigos do norte, que tinham as malas prontas para o abrigado S. Paulo.

Antes, porém, de serem atingidos os dous terços fomos apropriadouros da elevação do seu valor, quasi em escala paralela ao câmbio, incrementando as fortunas com tanta celeridade que os dinheiros, não encontrando os braços e as commodities indispensáveis a um desenvolvimento mais assombroso da produção agrícola, procuraram collocação nas industrias que foram criadas pela iniciativa particular e auxiliadas pelos Governos daquella época. Esta superabundância de dinheiro trouxe a retirada dos capitais mais desconfiados para o estrangeiro e ainda mais cresceu a necessidade de recorrer à industria, organizando-se empresas gigantescas.

As nossas condições especiais, oriundas da exploração brusca sujeita à falta de operários techniques e de máquinas que aumentaram a nossa importação, acarretaram dificuldades de momento insuperáveis, que envergaram a ruína das empresas mais edosas.

O aumento da produção de uma só cultura, cujos effets e meios atenuantes só competiam aos Governos prever e aconselhar, diante das dificuldades criadas pelas revoltas ou recursos de prevalecer opiniões em um paiz em que a soberania popular não é consultada pelo voto, que se tornou um engodo ou uma pilha dourada, determinou aos Governos, que não tinham nem devem

ter recursos acumulados no Thesouro, a imporia necessidade de emitir o um dos governos mais aclamados com fervor pelos sens numerosos partidários foi, sem dúvida, o do Immortal Floriano Peixoto.

Havia, pois, na conclusão do meu raciocínio anterior apontado, na falta de previsão, de preparo e ensino prático, a causa das causas.

Sem maquinás e nem mesmo utensílios construídos no país, sem operários e sem administradores era inevitável a sua impotência para fazer caldiraçães à balança cambial; o hoje, que temos muitas maquinás em abandono e por preço reduzido, hoje, que vaguem pelas ruas das nossas capitais operários sem a devida educação teórica, hoje, que pelo meu raciocínio, baseado na história e concludente, somos levados à convicção de que a lavoura precisa desenvolver-se no lado da indústria, apesar com inapreciável antecipação, é um dever patriótico criar os braços que devem estreitar-as ou ao menos unificá-las no seu berço e por isso lembro, como uma medida de previdência, a criação de algumas escolas práticas de agricultura, em ordem a ser ministrada à nossa moçade nos sertões longínquos e remotos à educação agrícola-industrial, do que tanto precisamos.

Surja, pois, entre nós, um Mathieu do Dombasle que, raciocinando, empregando a sua experiência adquirida com os sacrifícios indispensáveis, estude e concretise em um modelo as normas dos países liberais e modestos como a Suíça, operosos e praticos como os norte-americanos, e desta forma, animando com o preparo a organização e sustentação reciproca das nossas forças produtoras, recompensando em exposições e concursos anuais aos espíritos criadores, tereis atingido o mais sublime ideal de um povo gigante nos seus recursos e na sua independência.

Não mais vos preocupeis com os elevadíssimos preços do café e de outros produtos, quando o Governo deve cuidar da elevação

do cambio, que também não pode ser brusca, para neste intervallo de tempo os recursos indispensáveis à attenuação do mal, *ex gratia*, à propaganda para o aumento do consumo; ido desde já adoptando a polycultura conjunctamente com a organização dos pequenos bancos agrícolas do crédito local.

Em todos os países, a última phase evolutiva se tem caracterizado pela divisão da propriedade e pelo estabelecimento da pequena cultura e até as doutrinas socialistas, que dominam na actualidade, conspiram contra a permanência do grande proprietário, vindo a impôr uma aliança entre os elementos agrícola-industriais e a força que os dirige—o braço humano.

Poderia entrar na demonstração destas teses, mas não seria prolixo em uma matéria na qual não mereço ao menos um lugar de discurso, o do enjo campo sul arredado pelas latas tralhoiras do carácter humano.

Declaro-me partidário da polycultura intensiva e alternada, simultânea à criação ou à indústria pecuária necessária ao consumo, como resultantes de uma educação social, industrial e agrícola e cooperativa da verdadeira e completa felicidade do agricultor.

Em relação ao quinto *desideratum* da actual Congresso e ainda em coerência com o mencionado desenvolvimento agrícola-industrial, venho pedir-vos licença para oferecer ao Museu que ides inaugurar os desenhos e memórias descriptivas, pareceres, etc., de dois apparelhos de minha invenção, os quais, estudados por engenheiros e profissionais notáveis, em confronto aos sens similares estrangeiros, mereceriam a comprovação das suas vantagens.

Ambos elles são auxiliares e complementares de quasi todas as nossas culturas e representam um novo compressor hidráulico e um novo apparelho de distilação continua.

Os seus desenhos, que por economia obtive do meu próprio punho, devereis expôr no vosso Museu Permanente e me é grato declarar-vos que o lucro das primeiras em-

comendas obtidas por intermédio da Sociedade Nacional de Agricultura são á mesma oferecidos com a condição de ser applicado o seu produtor a construção de uma pequena escola prática de agricultura.

Espero, pais, a aceitação do ponto que posso oferecer para o futuro engrandecimento da pátria, enjo m'ea alíerece é, foi o será a cultura racional do seu sólo ao lado da industria, que valoriza o aprofundar os gêns productos.

Belém, 18 de setembro de 1901. — *Pedro Pedreira Machado.*

—

SYNTHESE DA MEMÓRIA DIRIGIDA AO CONGRESSO AGRÍCOLA ORGANIZADO PELA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PELO AGRICULTOR E INDUSTRIAL FAPSTO PEDREIRA MACHADO SOBRE O TÍTULO — A REVOLUÇÃO SOCIAL AGRÍCOLA-INDUSTRIAL — A CRIAÇÃO DE BANCOS AGRÍCOLAS DE CRÉDITO LOCAL E PESSOAL — A FUNDAÇÃO DE PEQUENAS ESCOLAS DE AGRICULTURA OU O ENSINO AGRÍCOLA COMO INTEGRANTE DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

O autor deste trabalho, pouco dedicado às manifestações de erudição, que não possue, tem o hábito justificável de atacar de frente as questões, procurando resolvê-las do modo o mais prático e a sim reconhecendo a crise geral, mais económica, do que financeira, crise esta mais fácil de debellar que a primeira, porque o seu factor ou o seu produtor de obstrução está na razão dos sacrifícios impostos ao povo seguido a sua índole, não vem lembrar medidas no sentido de superar a primeira delas, mesmo porque entende que, a não serem os recursos de propaganda para o angamento do consumo e aperfeiçoamento do produto, postos em execução sem demora, tudo quanto se suggerir só poderá produzir efeito tardio, tal qual adviria do abandono da questão, entregando-a aos seus próprios elementos, isto é, à luta do mais forte contra o mais fraco, em que o último cederá o terreno.

E' certo, porém, que os actos da administração reflectem-se sobre toda a economia e eu não considero tão grande a nossa circulação que, por superabundante, exija uma

supressão tão grande o bico brusca, sem que se promovam *pari passu* o engrandecimento e o desenvolvimento agrícola ao lado das industrias, de modo a termos uma completa independência commercial proporcionada pela excellencia dos produtos agrícolas aproveitados pelas industrias.

Este progresso inadiável só poderá ser obtido com os recursos que von apontar; a educação prática e o esforço, que serão as bases de intervenção justa e equitativa do poder público, disseminador pelo território. Isto é, por todos os contribuintes.

Neste sentido aprovo a organização dos museus permanentes, espécies de exposição onde sojam anualmente conferidos pequenos e múltiplos prémios àquelas que iniciam nova era ao desenvolvimento da produção.

Estes prémios serão divididos e distribuídos segundo o aperfeiçoamento dos productos pelos recursos agrícolas e industriais.

Assim, além dos museus, das escolas práticas e dos bancos de crédito, torna-se imprescindível a organização de uma comissão técnica para estudar os inventos nacionais, confrontá-los com os similares estrangeiros ou nacionais, de modo a serem recomendados pela Sociedade, em seus boletins, aqueles processos ou máquinas de maior valee.

Assim, não querendo alongar-me, venho servir-me da oportunidade do Congresso para oferecer à Sociedade Nacional de Agricultura, com o fim de ser pela mesma aplicado o bico que advir das primeiras recomendas por seu intermédio obtidas à fundação de uma pequena escola prática de agricultura.

Fornecerei oportunamente o parecer dos eminentes profissionais que toem estudo os aparelhos de minha invenção, que tive a lembrança de submeter a este processo.

São representados por um aparelho de distilação contínua, funcionando automaticamente e com recirculação gravimétrica e um novo compressor hidráulico; o primeiro foi confrontado pelo Dr. Daniel Henninger e o

segundo pelo Dr. A. de Paula Freitas, Po no, entretanto, outros invocados do apelido à agricultura, entre os quais mencionarei: a prensa para canas, o concomitador e crystallizador das massas cozidas dos caldeiros de cana em infusão aos triplo-effetos, o círculo anti-frigão, denominado «em Infrisseção».

Rio da Janeiro, 28 de setembro de 1901.—
Fausto Pedreira Machado.

MEMORIA

PROFERIDA PELO CAVALEIRO BORGES JÚNIOR

Ao Congresso de Agricultura Nacional tenho a honra de apresentar a Memoria intitulada sobre o presente e futuro da favoura do Estado do Rio de Janeiro e os problemas a resolvêr-se tendentes a melhorar a sua situação económica, trabalho este que faz objecto de uma conferência realizada no dia 13 de outubro deste anno porante o Conselho Director do Club de Engenharia.

Noua essa apresentação não tenho outro interesse além o de recobrir dessa ilustrada e patriótica assembléa a sancção das idéias enunciadas neste documento, esperando que a mesma assembléa se pronuncie sobre as questões, que ali são expostas com relação ao povoamento do sôlo e a atracção de capitais, que se iniciem, firmando profundas raizes no território fluminense.

A Ilhação de Imigrantes e de capitais em países novos, como o nosso, são os dois principaes factores das fortunas públicas o particular, polo é, como se sabe, sob seu influxo que poderá o Brazil conseguir a sua emancipaçao financeira e económica.

A situação cada vez mais tensa da nossa agricultura, si não for conjurada ou melhorada por meio de providencias acertadas, que todos nos temos o dever de sugerir na medida de nossas forças, aproveitando-se todos os esforços tendentes a um mesmo objectivo, deverá produzir no paiz a mais tremenda *debacle*, levando em sens desastres o inquiado resto do que ainda possuímos.

A solngao da crise que opprime a favoura do café, que constitue a principal fonte de riqueza publica e continuará a selo por algum tempo ainda, depende da realização de medidas complexas, que muito convém sejam desde já estudadas, adoptando-si o plano que melhor convier aos grandes interesses ora em jogo, esperando tan urgente solngao mais da ação individual dos interessados do que da do Governo, cuja Intervenção deverá limitar-se ao que se acha exposto no meu modesto trabalho.

Nao tenho a pretensão de suppor que o plano que proponho seja original nem completo; o seu unico merecimento está na combinação das medidas que, sendo excentadas simultaneamente e rigorosamente, deverão com certeza produzir os desejados efeitos.

Eis o meu trabalho, para cujos fundamentos solicito conflanto a benevolencia da ilustrada assembléa.

Pelos resultados geraes do trâfego da Estrada de Ferro União Valenciana, confiada á minha direccão, comparados com os dos annos anteriores, a começar do anno de 1888, se evidencia que a prodnção do café, na zona percorrida pela mesma estrada, tem progressivamente decrescido e, como esta estrada tivesse sido construída em condições tecnicas favoraveis á exportação, facil é compreender-se que o gresso dos transportes, que se esperava tivesse lugar do seu ponto terminal para Desengano, passou de certo tempo á esta parte a ser efectuado em sentido contrario, augmentando as despezas de trâfego pelo maior consumo do combustivel e reclamando pessoal mais numeroso nas officinas para as frequentes reparações do material rodante.

A situação económica da compagnia está exigindo a maior attenção, o acredito quo ella se poderá melhorar, conjurada a crise que ameaça de extermínio o nosso principal elemento do trâfego, o café, cujas labours se encontram em grande parte abandonadas por falta de braços e suprimento de numerosario para o seu custelo, abandono que fará

forçamento como consequência o desaparecimento, em poucos annos, dessa cultura, que foi sempre considerada a maior riqueza do Brasil.

Pelas informações recentemente obtidas por Intermedio do eminente brasileiro e proveito jornalista Dr. José Carlos Rodrigues, sabe-se que o consumo do café está se estendendo em certos países da Europa, como a Russia, onde até bem pouco tempo não era conhecido; recelo, entretanto, aliás com bons fundamentos, que muitos dos agricultores, que se servem da Valenciana, não possam manter as suas propriedades por mais algum tempo, até que chegue a occasião em que a preciosa rubiaceia proencê conquistar nível, do qual divorcecer-se por factos económicos que, na opinião geral, justificam a depressão das suas cotações nos mercados consumidores, mas que atribui principalmente ao poderio dos grandes capitalistas americanos e europeus, que se estão aproveitando da nossa imprevidência, situação que poderia ser evitada ou conjurada com a organização do crédito agrícola pelo sistema allomão de calhas regionais, destinadas exclusivamente à valorização dos produtos do solo.

Sobre os meios de combater os grandes males que afligem a lavra, tem-se muito discutido em grandes assembleias de agricultores e em publicações firmadas por cidadãos competentes, e todos elles parecem estar de acordo em que a crise da lavra ou antes do café se poderá resolver, uma vez conseguidas as seguintes medidas:

1.º Suprimento de braços por uma larga imigração estrangeira.

2.º Criação de bancos agrícolas regionais para o fim de fornecerem ao lavrador os meios de poder usar eficazmente o crédito, encontrando os recursos do que venha a necessitar em um momento dado.

3.º Propaganda activa do produto nos diversos países da Europa onde o seu consumo seja relativamente pequeno.

4.º Redução de fretes nas estradas de ferro,

5.º Diminuição dos direitos de exportação.

Ser estar de pleno acordo com os que reclamam tais medidas como salvadoras da temerosa crise, que vai tomado proporções assustadoras, me parece, todavia, que alguma providencia só deveria tentar, no sentido de amparar-se tão grande massa de interesses em jogo, até que se pudesse conseguir o que de mais útil e vantajoso se mo afigura para o desenvolvimento e progresso da agricultura no nosso paiz e especialmente neste Estado, cujas condições financeiras se têm agravado por tal forma que só por meio de uma reação económica, operada por um espírito intelligent e resoluto, se poderia conseguir melhorias gradativamente, com a certeza de restabelecer-se, depois de algum tempo, o equilíbrio organizatório e fazer com que o Estado realquise os bons créditos de que sempre gozou e em virtude do qual conseguira manter-se ativo e prospero, sem que fosse desarranjoado no só serviço da pública administração.

Nos estreitos limites deste documento não poderei explanar assumpto de tão momentosa importância, de cuja solução depende a reconstrução financeira do Estado, que, com aumento incontestável da produção, encontrará os meios de promover o alargamento das suas fontes de riqueza, animando a construção de novas vías ferreas com os elementos de garantia que a sua situação, então prospera, possa oferecer ás existentes, que vão infelizmente arrastando vida difficultissima, aídeadas como está a maior parte delas de uma liquidação desastrosa, com prejuízo dos grandes capitais nas mesmas empregados!

E' esta a verdadeira situação em que geralmente se encontram as empresas particulares de viação ferrea, sobretudo as que, como a Valenciana, não gozam de garantia de juros ou qualquer outro favor dos poderes públicos.

A reação económica, que está reclamando o Estado do Rio para a sua rehabilitação

finançeira, pôde ser limitada ás seguintes medidas:

1.^a Parcellamento das grandes propriedades territoriais situadas á margem das estradas de ferro, rios navegáveis ou nas proximidades dos centros populosos.

2.^a Introdução de braços utiles de procedencia europeia, destinados á valorisação dessas propriedades, em cujos lotes poderão ser tambem locatisados nacionaes, que os pretendorem.

3.^a Introdução de trabalhadores asiaticos como um recurso de occasião para o fim de salvar a favoura extensiva, para aquelles agricultores que preferirem continuar com o regimen actual do trabalho a alienarem ás suas propriedades para serem utilizadas em beneficio da colonização.

4.^a Instalação de campos de demonstração e de escolas praticas de agricultura e zootecnia em diversas regiões do Estado.

5.^a Exposições permanentes em todos os municipios dos productos da Indústria agricola e pastoril.

A questão do parcellamento das grandes propriedades rurais se poderá resolver, entrando o Governo em acordo com os respectivos proprietarios, mediante as seguintes condições: Tomar a si: 1^o, o serviço da subdivisão dessas propriedades em lotes; 2^o, a venda dos mesmos lotes aos imigrantes que introduzirem em época propria e entregar aos primitivos donos das terras o producio da respectiva venda em prestações, que poderão ser assim reguladas:

10 % no fim do 2º anno; 20 % no fim do 3º; 20 % no fim do 4º; 25 % no fim do 5º e 25 % no fim do 6º, sendo facultado ao colono o direito de saldar o seu debito, antes do prazo, com o desconto de 8 %, por exemplo, sobre as prestações por vencer-se.

3.^a Fornecer aos imigrantes instrumentos aratorios e viveres até a primeira colheita, cuja despesa será por elles reembolsada, depois de pagas as terras, que continuaro a garantir aquelles adiantamentos até final pagamento.

Na sub-divisão dos lotes dever-se-ha proceder com o maximo cuidado, obtendo que todos elles fornecam agua para uso do colono e que a área dos que se destinarem a chefes de familia não seja inferior a seis hectares.

Dever-se-ha observar o sistema norte-americano do povoamento intercalado, isto é, fazendo povoar os lotes situados de um só lado e deixando desocupados os fronteiras correspondentes, que por este meio aumentarão de valor e poderão ser mais tarde adquiridos pelos mesmos colonos em condições mais vantajosas para o dono das terras, condições estes dependentes da estado de prosperidade em que se achar o nucleo colonial.

O sistema de povoamento do centro para a peripheria, conhecido por colonização divergente, é o que mais convém no Estado do Rio, e, para que possa elle realizar-se, bastará somente que haja um pouco de boa vontade da parte dos grandes proprietarios de terras incultas, que se encontram em grandes extensões, os quais poderão ter a certeza de que tudo terão a lucrar com o parcellamento das suas propriedades e com a sua venda a prazo realizada por intermedio do Governo, o que será uma garantia para a effectividade da transacção. Por sua parte o Governo, tendo igualmente certeza de que, por meio de fretes reduzidos nas estradas de ferro, poderá os colonos alcançar prompta e remuneradora venda para os seus productos, nenhum receio deverá ter de que os mesmos colonos deixem de pagar, nos prazos determinados, o valor das prestações a que se obrigaram.

Quanto maior fôr a área colonizada, tanto mais depressa se povoarão as zonas, que separam os diferentes municipios do Estado, tornando-se vivelhos de trabalhadores utiles e promptos para se empregarem, em corta época do anno, na colheita dos fructos da favoura extensiva, poupando assim aos grandes agricultores não pequenas despezas, a que são obrigados, para manterem os braços

necessários à garantia de suas colheitas ou para substituir os mesmos braços por instrumentos aperfeiçoados de cultura.

Deste que a população aumente, também crescerá o comércio e a Indústria e deste modo, em pouco tempo, ver-se-hão transformadas essas extensões incultas em verdadeiros núcleos da actividade e de trabalho, abastecendo os mercados consumidores, incrementando o tráfego das estradas de ferro e, finalmente, fornecendo ao Estado, pela criação e desenvolvimento de suas fontes de riqueza, os meios de equilibrar os seus orçamentos sob a necessidade de empréstimos.

Uma tal situação é que pôde convir aos legítimos interesses da União e do Estado, estabelecendo sobre a ficções indestrutíveis o edifício financeiro.

O encaminhamento de uma corrente imigratória de asiáticos e europeus para o Estado se impõe como indispensável e urgente, devendo, porém, ser restrita às necessidades da lavoura extensiva e aos recursos de que se possa dispor para a realização do plano de colonização projectado.

Para aquela poderá bem servir os asiáticos e para esta os europeus, dependendo o bom êxito dessa imigração da sua escolha, nos centros agrícolas, por pessoas que assumam efectiva responsabilidade nos contratos, que para esse fim tenham de celebrar com o Governo do Estado.

Quem visitar o interior da outrora província do Rio de Janeiro sentir-se-há dolorosamente impressionado pelo abandono em que já estão os estabelecimentos rurais de cultura do café, que não conheciam rivais.

Como causas desta decadência assinala-se:

1.º O golpe da abolição sem ser acompanhado de medidas paralelas tendentes a evitar a desorganização do trabalho.

2.º A inéria condenável dos antigos representantes políticos do Estado em não prepará-lo para essa tumultuária transformação.

A falta de expansão dos estabelecimentos

de crédito, dando em resultado a desleiança de capital, elemento primordial para a manutenção de todas as indústrias.

De todos os Estados da República foi sem dúvida o do Rio de Janeiro o que mais sofreu com a lei 13 de Maio, por ser o que possuía maior número de escravos, e o escravo, como se sabe, representava um elemento considerável em nossa estrutura económica; por esse motivo foi também mais sensível entre nós a desorganização do trabalho, porque acarretou, a par com outros prejuízos, o aniquilamento do nosso principal ramo de produção.

A grande lavoura resente-se, é certo, da falta de braços e a depreciação de suas terras limita o capital que possa trazer por empréstimo na razão direta de seus valores.

Este facto traz como consequência a necessidade do trabalhador barato neste período de preparação, que devemos encantar, para chegarmos à cultura intensiva. Não devemos esperar que cheguemos ao último descalabro para curarmos desta medida, que se impõe pela triste experiência colhida dos trabalhadores actuais.

Na quadra afflictiva que atravessa a nossa lavoura, nada há mais deprimente do que a depreciação do valor das terras, resultante da falta de produção, motivada pela escassez de braços e retrahimento de capitais.

São estes dois pontos que devem merecer a nossa atenção, para os debellar, no sentido de equilibrar as forças da produção e a distribuição da riqueza.

Manifestando-me pela introdução dos asiáticos, não quer isto dizer que seja apologistas de tal imigração, pois simplesmente a desejamos como um recurso de ocasião, isto é, como meio de salvar de uma rutina inevitável a maioria dos fazendeiros, a continuarem com o regimen actual do trabalho.

Sempre que me referir aos asiáticos será no carácter de meros elementos de trabalho, porque só nesse carácter é que ellos nos convém.

Sou o primeiro a reconhecer as grandes vantagens resultantes da imigração europeia, sobretudo da espontânea, e nesse intuito tive a satisfação de colaborar por espaço de 16 anos, como delegado da Inspectoria Geral de Terras e Colonização, na grandiosa obra do povoamento do solo brasileiro, tendo exercido muitas comissões honrosas e de confiança entre as quais a do comissário do Governo Geral incumbido da inspeção das colônias particulares e do Estado na antiga província do Paraná, em época crítica, quando se achavam em jogo grandes interesses da Fazenda Nacional e inspeção que produziu sens desejados efeitos.

Atentas as enormes diferenças com que estão lutando os agricultores deste Estado, me parece dever dos poderes públicos, quando não queiram ou entendam que devem tomar a iniciativa de resolver directamente a questão, que opprime a lavoura, facilitar aos interessados que mandem vir os trabalhadores que mais lhos convierem.

Ainda há bem pouco tempo o distinto cidadão e importante agricultor paulista Dr. Martinho Prado Junior, aliás muito componente em assuntos de imigração, declarou no Congresso Federal que, si no norte da República fecharem os portos aos asiáticos, a sua lavoura não poderá levantar-se do abatimento em que se acha, e acrescentou que o próprio Estado de S. Paulo tem igualmente necessidade delles para o desenvolvimento da sua agricultura, podendo, como elementos de trabalho, oferecer vantagens sem o menor inconveniente.

Ora, si o Estado de S. Paulo, para onde tem affluido grandes massas de imigrantes europeus e cuja lavoura, devido à excepcional fertilidade das terras, pôde pagar altos salários, necessita, na opinião do ilustrado Dr. Martinho Prado, do trabalho dos asiáticos, o que diremos do Estado do Rio de Janeiro, onde as fazendas de cultura se acham na mais deplorável decadência e enjós proprietários, desanimados, confessam d'ellas não auferirem renda nem ao

menos para seu custeio! E devemos cruzar os braços diante desse quadro desolador, que ameaça de morte a fortuna particular, só porque alguns teóricos afirmam que a importação do elemento asiático pôde trazer sérios inconvenientes ao paiz?!

Em contraposição a tão insistente assertiva, podemos citar opiniões autorizadas, como a do Ilustrado Dr. Salvador de Mendonça, nosso ex-ministro plenipotenciário nos Estados Unidos da América e a do projeto consultivo Dr. Ignacio da Cunha Galvão, ex-agente oficial de colonização, os quais demostraram com a proficiência, que todos lhes reconhecem, que o Brazil, mais do que qualquer outra nação amealhada, precisa do elemento asiático para suprir a falta que sente do trabalhador rural.

E assim se exprimiam elles antes de ser decretada a emancipação da escravidão, que veio do chôfre produzir o mais terrível abalo nas condições da produção agrícola! Quem tiver lido o importante trabalho do Eugenio Simon sobre a China, onde são estudadas todas as condições do asiático e a sua reconhecida aptidão industrial, verá que este não merece os epithetos que lhe são constantemente lançados por aqueles que detêm a todo custo desviar da importação de trabalhadores asiáticos a atenção do Governo e dos partidários.

Eugenio Simon, que residiu por muitos anos na China, no carácter de consul da França, depois de demonstrar que os chineses não são infelizes como se diz; que na sua pátria gozam de um certo bem-estar; que as estatísticas criminais das cidades mais populosas accusam poucos casos de homicídio; que raro é o chinês que não sabe ler, escrever, contar e desenhar; que ali são frequentes as associações de todas as espécies, conclui a sua interessante obra declarando que a China é o melhor abono da Indústria Industrial, persistente e activa da sua habitantes, e que em paiz algum se encontra em um tal grau iguais provas de força e de vitalidade!!

Joignaux, encarregado da seção agrícola da *Gazette du Village*, que se publica em Paris, tratando dos céus em um artigo sob a epígrafe—Une Chinolserie—faz as mais honrosas referências, todas favoráveis a esses inestimáveis trabalhadores agrícolas e, comparando-os com cultivadores franceses, consignou as seguintes phrases, que devem ser aqui textualmente transcritas:

« Quelle triste figure nous ferions devant eux, s'ils devaient quelque jour nous toucher sur les bras ! » (*Gazette* de 17 de Maio de 1891.)

Com tais opiniões emitidas por pessoas tão competentes eisentas da menor suspeição, cada vez mais devemos ter confiança na utilidade da introdução do trabalhador asiático na lavoura brasileira, até que se possa operar a reação económica a que devemos aspirar, no sentido de transformar a grande em pequena propriedade, indubitavelmente mais proveitosa à União e ao Estado.

No interior deu-se um fenômeno a que não posso deixar de referir-me, o que consistiu nas deslocações de grandes massas, que, desesperadas do destino da nossa agricultura, imigraram para a Capital Federal desamparando os seus enustos estabelecimentos, até então florescentes, para comprehendem outros meios de vida, arriscando os seus mígnados capitais, obtidos pela venda de suas propriedades depreciadas em empresas que se incorporaram, visando unicamente o jogo da Bolsa; esensisdo será dizer-se que na sua maioria ficaram sem dinheiro e sem fazenda, arrastando alguns a mais deplorável miséria!

Foi o mesmo fenômeno que se observou há anos na Dinamarca, abandonando os agricultores o campo para se fixarem nas cidades, tornando-se consequentemente consumidores, em vez de produtores, do que resultou aggravar-se a situação dos habitantes das mesmas cidades, que já começavam a sentir os efeitos dessa deslocação, dominados também pelo receio da alteração

da ordem pública, quando o Governo, reconhecendo a gravidade da situação, reolveu intervir, conseguindo do Parlamento verbas destinadas ao regresso de tão grande número de agricultores para as localidades de onde levaram salido, aos quais foram também concedidos auxílios pecuniários com garantia do sólo. A desorganização do trabalho perdura entre nós, apresentando-nos cada vez o seu aspecto mais terrível pelo desaparecimento do seu principal factor, o braço trabalhador, que se emprega em outros misteres, procurando de preferência os centros populosos. Esse exodo de braços se tem dado também no Estado de S. Paulo, que está hoje lutando com dificuldades no arredio de suas terras, apezar de tão preconizadas pela escassez e alto preço do trabalho.

O resultado será inevitavelmente a ruína da lavoura, como neste Estado, e por isso não foi sem razão que um dos seus distinguidos filhos pugnou no Congresso Federal pela introdução de trabalhadores asiáticos.

Os factos que se dão em nossa pátria não são mais do que uma reprodução dos que se deram em outros países, principalmente na Guyana Ingleza, que nos fornecem bons exemplos; ali, depois de ter-se experimentado imigrantes de várias procedências, acabou o Governo por adoptar o chin, com o que colhem os melhores resultados.

Sí a agricultura de S. Paulo luta com embarracos, o que diremos da que se estende pelo nosso Estado, onde está reconhecida a necessidade da cultura intensiva como a forma estável e definitiva?

Está praticamente reconhecido que, para essa grande transformação, necessitamos de braços europeus e, para conservação da lavoura extensiva, de braços asiáticos e, nesta segunda hypothese, só o chin ou o japonês agrícola pode prestar-nos este contingente, que julgamos útil e pela sua inteligência, resistência no trabalho e economia no custo da produção.

Não declamo, fallo em nome de uma convicção.

Ao lado da crise financeira, que tanto perturba o nosso mecanismo económico, temos a crise que opprime a lavoura, tão eloquentemente definida no alto preço do salario, que traz como consequencia a carestia dos generos de primeira necessidade, que chegamos a importar do estrangero em larga escala, importação que felizmente tem diminuído devido à baixa do café, que neste sentido foi providencial, obrligando os agricultores ao plantio de cereaes, que nunca devorriam ter abandonado e com o qual poderiam mais facilmente supportar a crise resultante da depreciação desse principal producto da nossa exportação.

Si os nossos agricultores tivessem adoptado a polycultura, abastecendo os seus estabelecimentos de cereaes e outros artigos de seu consumo, ali produzidos, ocupando-se também da pomocultura, da criação de porcos e fabricação de productos que se pradem a essa especie, da gallinocultura, horticultura e da industria dos lacticínios com os productos delles decorrentes, como por exemplo o queijo e a manteiga, deixando intacto o producto da venda do seu café para elles servir-se em época critica, teriam assim dado provas da sua providencia e levariam sobre osceiros à terrível crise, que os ameaça de completa ruina, ao passo que phenomeno inteiramente diferente só observa com relação aos pequenos lavradores, que vivem em posição relativamente feliz, com especialidade os que, cultivando com os próprios braços a terra, encontram na industria cafeeira, mesmo com os preços baixos, remuneração para o trabalho e o pequeno capital empregado, phenomeno este que vem por sua vez justificar a necessidade do parellamento das grandes propriedades territoriais.

Quanto ao imigrante europeu, sabe-se que, pela sua condição de homem livre e acostumado a viver em lugares onde o estado de civilisação faz apparecer certas necessidades, que muitas vezes deixam de ser satisfeitas por circumstâncias especiais,

quando se reconhece como proprietário independente e gozando de uma existência mais segura e rsenha, não tem repugnância em gastar uma parte de suas economias na aquisição do que lhe é necessário a apresentar-se decentemente com a sua família na sociedade e para isso lhe dedica-se do corpo e alma ao trabalho.

E como seus filhos sejam educados nestes mesmos princípios, ter-são outros tantos chefes de família, que mais tarde deverão concorrer para o augmento do commercio local, tornando-se pelo pagamento de impostos indirectos verdadeiros contribuintes do Estado.

O argumento que acabo de apresentar pode também servir de escóra contra o systema de colonização por parceria ensaiado sob os melhores auspicios e que no seu princípio den logo a concepção de grandes esperanças, mas que em breve tempo demonstrou que o estrangeiro diligente e laborioso, enquanto não possue a terra sujeita por seus braços e regada de seu suor, como proprietário não vive satisfeito, torna-se infeliz e em nada contribui para a opulencia dos locatarios de seus serviços, e os que se sujeitam a semelhantes condições são os da classe proletaria ociosa, que não tem a necessaria força moral para supportarem as mudanças e dificuldades que forçosamente devem encontrar em um paiz em circumstâncias inteiramente diversas do seu.

O melhor meio, portanto, de fixar o imigrante europeu só sólo é constituir o proprietário da terra; por esta forma conseguindo-se-ha povoar o territorio iluminoso, aproveitando grande extensão de terras que jazem incultas à margem das estradas do ferro, rios navegaveis e nas proximidades das cidades e vilas.

Para realização deste *desideratum* será indispensável que o governo fonde a si a iniciativa de contractar com os respectivos proprietários o parellamento das suas terras, promovendo a sua sub-division em lotes e vendendo-os a prazo aos imigrantes, nas

condições já acima expostas, limitando-se apenas a sua responsabilidade a constituir-se intermediário na transação e assim oferecer à mesma o seu apoio moral.

A medição e demarcação do lote, a introdução do imigrante e bem assim a sua collocação e sustento até a primeira colheita é que importa ao nosso Estado despezas que, por serem reprodutivas, não lhe serão recusadas, estou certo, pela assembleia legislativa, composta de cidadãos desejosos de bem servirem a causa pública.

Só por este meio se poderá conseguir em condições favoráveis o povoamento do território fluminense e a criação da pequena lavoura, desenvolvendo-se ao mesmo tempo a corrente de imigração espontânea, alvo a que devemos aspirar, sendo nessa ocasião que o suprimento de braços à lavoura extensiva se encontrará em condições razoáveis no mercado do trabalho, ficando, finalmente, satisfeita uma das mais urgentes e palpítantes necessidades da actual situação económica do Estado do Rio de Janeiro.

Precisamos incontestavelmente fixar o braço estrangeiro à terra e abandonar por uma vez o sistema de imigração assalariada por conta da União e dos Estados, substituindo-se a imigração pela colonização, alvo a que devemos attingir para o estabelecimento da nossa lavoura do café em bases perfeitamente sólidas, procurando nacionalizar-a, por assim dizer, além de que se possa evitá-las grandes oscilações no valor da nossa principal produção.

Só assim é que podremos atrair os capitais necessários ao desenvolvimento e prosperidade de nossas indústrias, formadas pelas forças vivas da nação sem necessidade de garantias e responsabilidades por parte do Governo, que poderá desenvolver o seu crédito e dar verdadeiro incremento ao aumento da riqueza particular e pública.

A instalação dos campos de demonstração e de escolas práticas de agricultura e zootecnia em várias regiões do Estado é bem assim as exposições permanentes, em todos

os municípios, dos produtos da indústria agrícola e pastoral constituem elemento complementar do plano que devo traçado, convindo que, a par desses produtos, figurem também os da indústria extractiva e de outras que se venham a criar, aproximando-se a riqueza da mão poderosa do explorador, quer este seja católico, acatólico ou judeu, americano, europeu ou asiático, pela razão de que em um país como o nosso, de grande extensão territorial e pouco povoados, a divulgação da doutrina nativista, sobre ser um atestado do desequilíbrio para os que sustentam a sua necessidade, deverá sempre ser considerada como um perigo à ordem social, que o próprio Governo Federal tem o dever, pela Constituição, de combater, punindo os que impatriolicamente a assumham.

E' por demais recomendável, para ser encarocida, a necessidade de tais instalações, que contribuem para a propagação das modernas doutrinas científicas e para o aproveitamento das forças ora esparsas em todos os municípios do Estado: os campos de demonstração para garantia do presente e as escolas práticas para prepararem os futuros agricultores, sendo destes que adquirirão os verdadeiros elementos para o desenvolvimento da cultura racional ou intensiva.

Seria, certamente, de grande vantagem e ao mesmo tempo um valioso auxílio para o Governo do Estado se as Municipalidades podessem tomar a si, ao menos nos primeiros anos, a instalação e custeio de um campo de demonstração, próximo às suas sedes, adquirindo para esse fim de 10 a 15 hectares de terra, os instrumentos de trabalho e mais acessórios, fazendo as indispensáveis construções, e assim como o estabelecimento nas mesmas sedes de uma escola prática de agricultura e zootecnia, para o fim de desenvolver o ensino profissional, de que tanto necessita o país, para se poder resolver os altos problemas de ordem económica, dos quais depende a sua grandeza e o seu progresso.

Com relação ao município de Valença, basta a criação de uma escola prática na sua sede, visto que o campo de demonstração instalado na fazenda de Santa Monica, em Desengano, sob a intelligente e zelosa direcção do Dr. Aristides Cairo, parece mais que suficiente para que os agricultores do município possam aprender os processos racionais de cultura, ali empregados por aquello competentissimo profssional, a quem em boa hora foi confiada a superintendência desse importante estabelecimento.

Quanto à utilidade das exposições permanentes nos municípios, é intuitiva e já elas começam a ser instituídas em alguns dos Estados e brevemente se o fará na capital do Minas, graças à iniciativa do Ilustre prefeito daquella cidade, o Dr. Bernardo Monteiro, espírito esclarecido, animado como se acha dos melhores desejos de corresponder à confiança dos que o investiram de tão honroso cargo.

Taes são em ultima analyse as idéas que tenho a honra de submeter á apreciação dos mais competentes no assunto, podendo pelo menos asseverar que procurei suprir em dedicação pela causa publica o que em intelligencia e saber devia faltar-me.

Finalizo fazendo um caloroso e sincero appello ao actual presidente do Estado do Rio de Janeiro, o Exm. Sr. general Quintino Bocayuva, a quem não falta talento, ilustração e patriotismo para prover de remedio eficaz aos males que affligem presentemente a lavoura, cumprindo-me assegurar aos que lerem este despretencioso trabalho que nesse apenas procuro dizer a verdade á importante classe dos agricultores, despida de rhetorica e sem visos de produzir ephemerios efféitos.

Como synthese das ideias contidas na presente exposição e consagradas á salvação da lavoura fluminense, propoulo que o Congresso de Agricultura Nacional adopte as seguintes conclusões :

1^a, que se solicitem medidas do Governo do Estado tendentes a promover o parecimento

das propriedades territoriais situadas à margem das estradas de forro, rios naveáveis e nas proximidades dos centros popululos;

2^a, que o mesmo Governo se incumba da subdivisão dessas propriedades em lotes, da introdução de imigrantes europeus para nesses serem localizados juntamento com os nacionais, que também os preterdem, e assim como do fornecimento dos instrumentos aráticos e suprimento de viveres até a primeira colheita, segundo as condições estabelecidas no projecto;

3^a, que ainda o mesmo Governo procure facilitar a introdução de asiáticos ágeis, afim de serem empregados temporariamente nos trabalhos da lavoura por aqueles agricultores que não quizerem alienar as suas propriedades para serem utilizadas em beneficio da colonização;

4^a, que, finalmente, o mesmo Governo procure facilitar a instalação de campos de demonstração e de escolas práticas de agricultura e zootecnica em diversas regiões do Estado e assim como as Municípios e estabelecimentos de exposições permanentes em todos os municípios dos produtos da Indústria agrícola e pastoril.

Valença, 28 de setembro de 1901.—*José de Carvalho Borges Junior, engenheiro civil.*

PARECER

Sobre a Memória apresentada ao Congresso de Agricultura pelo Exm. Sr. Dr. João de Carvalho Borges Junior

Srs. Membros do Congresso de Agricultura.

— A Memória apresentada pelo Exm. Sr. Dr. João de Carvalho Borges Junior, pertence ao numero daquelles que se impõem ao nosso espírito e nos obrigam a repetir a sua leitura.

O pesar que neste momento me afflige é o de não ter a presente «Memória» sido entregue em primeiro lugar aos Ilustres compatriotas da comissão, ilustres membros da Câmara dos Deputados do nosso país, certo como estou da competência sociologica, po-

ítica, económica e financeira do S. Ex., em contraste com os meus acanhados conhecimentos.

A «Memoria» do Exm. Sr. Dr. João de Carvalho Borges encerra uma série de medidas de ocasião, applicáveis a todo o paiz, e, especialmente, e na seguinte ordem chronologica, aos Estados do Rio, S. Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catharina, Minas Geraes e Espírito Santo; medidas essas muito dignas de serem meditadas pelos altos poderes desses Estados, aos quais, de certo, não falta competência para comprehendêrem o alcance que debaixo do ponto de vista político pôde ter o importante trabalho.

O Ilustre Dr. João de Carvalho Borges, como medida de ocasião salvadora da crise, propõe:

1.º «Que se solicite o apoio do Governo do Estado, no sentido de serem parceladas as propriedades rurais situadas à margem das estradas de ferro e nas proximidades dos centros populosos.

2.º Que o mesmo Governo se incumba da subdivisão dessas propriedades em lotes, da introdução de imigrantes europeus para nêles serem localizados juntamente com os nacionaes que também os pretendem, o assim como do fornecimento de instrumentos aratorios e suprimentos de viveres, até à primeira colheita, segundo as condições estabelecidas no projecto.

3.º Que ainda o mesmo Governo procure facilitar introdução de asiáticos agrícolas, assim dessearem empregados temporariamente nos trabalhos da favoreça por aquelles agricultores que não quizerem alienar as suas propriedades, etc.

4.º Que se solicite o auxilio das Municípios para a instalação de campos de demonstração e de escolas práticas de agricultura, zootécnica em diversas regiões do Estado e bem assim de exposições permanentes, em todos os municípios, dos produtos da industria agrícola e pastoral.»

A imigração asiática agrícola, que S. Ex.

propôz como medida de ocasião o salvadora da crise económica por que passa o nosso paiz, será também uma medida de alcance político nos Estados onde até hoje se adoptou a imigração exclusiva italiana ou alema, e a cooperação destes trabalhadores na exploração de nossas minas muito contribuiria para aumentar a fortuna pública e particular.

É preceiso deixar de tudo, não nos lembrarmos mesmo, de que imigrantes asiáticos que vieram ao nosso paiz deixaram aos nossos lavradores a mais triste impressão de sua incompetência em qualquer ramo da actividade humana.

Tive occasião de velhos em Ubi, um dos mais ricos e adelantados municípios do Estado de Minas Geraes, onde ainda tenho residência e interesses, podendo afirmar que não mudei o meu juizo a respeito dos homens asiáticos agrícolas, Japonezes e indus, descriptos pelo nosso ilustre Ministro Plenipotenciário Dr. Lisboa, em seu livro «A China e os chins». E muito do proposito em me retiro à opinião do Exm. Sr. Ministro Dr. Lisboa, do preferencia ao Sr. Dr. Eugenio Simon, porque o Sr. Ministro tem, além da responsabilidade de observador, a responsabilidade política.

Admirador entusiasta do colono hollandez, não posso deixar de particularizar para esta nacionalidade o desejo, que tenho, de que sejam elles, de preferencia a outros quaisquer, introduzidos em nosso paiz, e muito principalmente onde já existem colonos de outra nacionalidade, os quais é preciso fazer a similar ao nosso meio, por intermédio da imigração mixta, *desideratum* que só assim pôde ser realizado.

Devo, porém, chamar a atenção dos competentes para a elaboração de um novo sistema de aquisição de trabalhadores-colonos, assim de não incluirmos nos velhos moldes de os contractar a tanto por cabeça, o que dà sômente resultado aos especuladores de toda a espécie, que só visam enriquecer-se à custa do Thesouro. O melhor

systema é justamente esse que propôz o Ilustre Dr. Carvalho Borges, — parcelamento das grandes propriedades e a sua venda em lotes, e a preços fixos, aos colonos a introduzir.

A esse respeito, e como meio seguro de assimilação, eu proponho que, junto a cada um lote demarcado si adicionem mais um terço para ser dado gratuitamente aquelles colonos que adoptarem a nossa nacionalidade, ou a brasileiros que os desejarem e ali se estabelecerem para desempenhar os mistérios da lavoura.

Propomho ainda, que a primeira prestação a pagar seja a contar do 2º anno (inclusive) do estabelecimento do colono estrangeiro ou nacional, pois parece-me ser imprescindível que se lhe deixe primeiro constituir o capital de manutenção, indispensável a quem tudo tem de tirar da terra que cultiva.

Quanto ao 4º item — Estabelecimentos e campos de demonstração, — eu peço licença para, sem contestar o alcance benefico e o patriotismo demonstrado no brilhante trabalho de S. Ex., pedir que seja adoptado o projecto do Exm. Sr. Dr. Demoerito Cavalcanti—Estabelecimento de Fazendas Modelos para os productos da pequena lavoura e outros, cria de gado (zootechnia e veterinaria) do Exm. Dr. Carvalho Borges, do modo por que está elle concebido e que eu penso será de grande alcance e óptimos resultados, não só nos Estados do Norte, mas em todos aquelles Estados onde existir a pequena e a grande lavoura, sem os processos da nova selecção; porque é idéa praticável, original, e com possivel de fazer-se segundo os recursos de cada Estado, o que é muito para considerar-se na situaçao económica actual do nosso paiz.

E uma idéa semelhante á dos bancos municipais do mesmo Exm. Sr. Dr. Demoerito, igualmente praticavel, que, entretanto, não vi figurada nas conclusões da Ilustrada 4ª Comissão do Congresso, onde a idéa foi apresentada na forma da indicação—confor-

me vi exarada em um impresso avulso, e que eu atribuo ao facto lamentavel que afastou da nossa convivencia e nos privou de tão util concurso, o Ilustre congressista ; congressista cuja collaboração estava sendo aprovada na medida do seu merecimento e que eu, particularmente, atribuo ao fucto da aversão que S. Ex. tem aos livros franceses, tão adoptados e copiados p'los nossos economistas e financeiros de orelha, simples imitadores do que ha feito, sem lhe juntarem sliquor as modificações que proporcionam a mudança de um sistema qualquer, quando adoptado em um meio diferente daquelle para quo foi estabelecido.

Sala das sessões da 5ª Secção, 3 de setembro de 1901.—Simões da Cruz, relator.

A «Memoria» offerecida pelo Ilustre Dr. João de Carvalho Borges Junior, já estudada pelo digno relator Dr. Simões da Cruz, é um trabalho merecedor dos maiores encomios, o que certamente será apreciado devidamente pelo Congresso de Agricultura. E' minha opinião que as medidas propostas na referida Memoria devem ser aprovadas, aceitando-as o Congresso como dignas de serem solicitadas por elle aos poderes publicos.

Rio, 4 de outubro de 1901.—Christino Cruz.

Approvada na sessão de 4 de outubro de 1901.—Nogueira Paranaguá.—A. Varady, 1º secretario.

CONSIDERAÇÕES GERAES sobre o terceiro ponto do programma organizado pela Comissão Executiva do Congresso de Agricultura

DETERMINAÇÃO DAS MEDIDAS QUE CAREM AO LAVRADOR E AOS PODERES PÚBLICOS NA SOLUÇÃO DA CRISE

DR. CARVALHO BORGES JUNIOR

As questões, que devem ser disentidas no scelo do Congresso de Agricultura com o fim de estudar-se as necessidades mais urgentes da lavoura e os meios mais efficazes de minorar a crise por quo está ella passando actualmente, são de tal relevância que muito convém seja sobre as mesmas estabelecido o mais largo debate, de modo a po-

derem as conclusões, que tiverem de ser adoptadas, conter todos os elementos capazes de prover de remedio aos males que affligem a respeitável classe sobre a qual tem constantemente reposado a fortuna publica.

Com relação a esse ponto do programma, penso, aliás com bons fundamentos, que as principaes medidas a adoptar-se, dependentes dos poderes publicos e destinadas a melhorar a situação económica da lavoura, devem consistir na rigorosa execução da lei relativa à repressão da vadiagem, na decretação de uma boa lei de locação de serviços, que regule as relações dos agricultores com os seus colonos, assegurando os interesses de ambos; em apparellar a legislação do paiz com os elementos necessarios à reconstituição e desenvolvimento do crédito agrícola; na redução dos direitos de exportação e, finalmente, na decretação pelas Municipalidades de um forte tributo aos agentes compradores de café no interior.

Basta que se excepte rigorosamente a lei policial, destinada à repressão da vadiagem, fazendo com que assignem termo os trabalhadores rurais que deixem de cumprir as intimações feitas pelas autoridades para procurarem ocupação, sujeitando os contraventores ao tribunal correccional, para que volte ao serviço da lavoura, sem necessidade de constituir-se a polícia rural, em grande numero de braços validos que della se acham constantemente desviados.

Para os incorrigíveis, o remedio está em sujeitá-los ao trabalho nas colonias correccionais, que para esse fim forem criadas pelo Governo.

A falta de uma boa lei de locação de serviços e sua regulamentação tem sido um dos principaes factores da desorganização da lavoura, especialmente no Estado do Rio, desorganização que não pôde ser mais deplorável e que tanto tem concorrido para o aumento do custo da produção e para a perturbação económica da nossa vida agrícola.

A decretação, portanto, da lei de locação de serviços, desde que atenda aos interesses do agricultor e do colono, não deve ser considerada, como pretendem alguns, uma lei de exceção e conseguimento contrário nos principios da liberdade. Si é justo que se deem garantias no trabalhador, não é menos justo que se procure também garantir o proprietário agrícola, ficando assim resalvados os direitos de ambos.

A necessidade de reconstituir-se o crédito em geral com os elementos necessários à instituição e desenvolvimento do crédito propriamente agrícola se impõe como ineliminável, no sentido de se poderem constituir os syndicatos agrícolas e as associações de crédito mutuo moldadas nos sistemas adopados na Alemanha, sob a denominação de Schultz Delitzsche e Raiffeisen, estas com especialidade, que foram ali principalmente fundadas para pôr o crédito ao alcance dos pequenos agricultores, com o que conseguiu-se desenvolver assombrosamente a agricultura naquello paiz e assim como na Suíssa e na Bélgica.

As caixas Raiffeisen, alimentadas na Alemanha pela economia, são profissionais e autónomas, constituindo uma das suas principaes vantagens a circunstância de se operarem as suas transacções dentro de um círculo estreito, em que seus associados possam ser conhecidos e facilmente apreciados o valor pessoal de cada um.

Há longos annos se preocupavam os estados franceses com os meios de melhorar a sorte dos agricultores, facilitando-lhes dinheiro barato, para o fim de desenvolverem as suas culturas e assim aumentarem a produção, e promovendo, portanto, o bem-estar da classe.

O Ministro da Fazenda o Sr. Melo teve então a idéa de organizar o crédito agrícola e popular, comprehendendo os syndicatos agrícolas, e com os seus reiterados estudos e os exemplos fornecidos por outros países, chegou a estabelecer na França as pequenas caixas de crédito mutuo, que se approximam,

tanto quanto o permite a diferença dos meios e do carácter da grande Nação França, dos bancos populares alemães é Italianos, conhecidos estes pela denominação de bancos Wallenborg.

Reconhecida, pois, a utilidade dos syndicatos agrícolas e das caixas Raffelsen, já sancionadas pela prateleia adquirida em outros países, devo — esperar que o Congresso de Agricultura, inspirando-se nos sentimentos de justiça e do amor à nossa cara Pátria, procure solelhar do Poder Legislativo medidas que garantam o nascimento e desenvolvimento de laes instituições, promovendo deste modo os meios de iniciarem-sa os nossos agricultores nos recursos da cooperação e nos deveres da solidariedade profissional, com o que conseguirão em pouco tempo levantar a agricultura nacional pela sua emanelação económica.

A par desta necessidade, lembrei também a substituição da lei das fallências, viciosa e estimuladora da fraude, por outra que melhor consulte os interesses do comércio honesto, e assim como o estabelecimento legal de garantias concedidas ao domellio, segundo a legislação norte-americana (homestead), para o fim de criar um correctivo destinado a amparar ou minorar a situação a quo possa chegar o devedor agrícola, e, finalmente, a adopção facultativa e simplificada do sistema Torrens, no sentido de facilitar a mobíliação da propriedade territorial, transformando deste modo o capital por sua natureza fixo em capital circulante.

A medida relativa à redução dos direitos de exportação, instantemente reclamada pela lavoura, deve, a meu ver, também merecer a atenção dos poderes públicos, pelo menos enquanto durar a crise económica, quando não prevaleça a ideia, aliás mais esquiva, de serem pagos os mesmos direitos pelo exportador na occasião do embarque dos productos, destinados aos mercados estrangeiros.

Quanto á decretação pelas Camaras dos

6056-20

Municípios cafeeiros de um pesado tributo aos agentes compradores do café, me pareço essa medida igualmente indispensável, no sentido de evitar que os exportadores, sob a promessa de lucros apparentes à lavoura, continuem a formar avultados *stocks* de sacas, para virem depois aos mercados de exportação impôr preços vis, irrisórios, como as cotâncias actuais que vão, entre tanto, servir de base às futuras compras no interior, tornando-se os innovadores de tão astuciosa propaganda, com todos os artifícios engendrados pela especulação comercial, os dominadores do mercado e que sel-o-hão por muito tempo, si não surgir um sentimento de patriotica e energica reacção que venha salvar a lavoura de café de tão humilhante e difícil situação.

Propositadamente deixei de incluir entre as medidas que cabem aos poderes públicos, a redução de fretes nas estradas de ferro, também reclamada com certa insistência pela lavoura, por estar convencido de que seria a ruína de quasi todas as empresas de viação ferrea, principalmente das particulares que não gozam de garantia de juros ou qualquer outro favor do Governo.

Quando uma saca do café enxaya de 90\$ a 100\$ ninguém se lembrou de aconselhar às administrações das estradas de ferro que elevassem ao dóbce ou ao triplo as respectivas taxas de transporte; hoje, que o café, devido à retracção do consumo, passou a ser vendido a baixo preço, começam os agricultores a clamor pela redução de fretes, sem se lembrarem de que a satisfação de uma tal medida poderá acarretar sérios prejuizos a muitas estradas, em que o café representa o seu principal elemento de tráfego, cuja produção se acha sensivelmente reduzida, ficando assim as industrias do transporte acelerado, em muitas zonas cafeeiras, condenadas a uma vida difíllima ou à liquidação forcada.

Satisfitas que sejam as necessidades indicadas, o mais fleará por conta dos agricultores, que, no seu proprio interesse, deverão

promover outras, que pôdem ser assim exportadas:

1.^a Restringiram as suas culturas aos recursos de que possam dispôr ou com que possam contar, de modo a terem sempre as suas lavouras convenientemente tridadas, estimulando a sua productibilidade e forçando conseguintemente o seu rendimento, com a vantagem de não precisarem, para o custo de seus estabelecimentos, precipitar a venda de seus produtos, o que em grande parte tem concorrido para a sua desvalorização. Por isso mesmo organizaram os interessados a necessária resistência dentro do paiz.

2.^a Não se limitaram a uma só cultura, explorando novas e as especies que maiores garantias ofereçam ao capital agricola, melhorando o cultivo de cada planta de acordo com os principios agronomicos e do experimentação, adoptando em summa uma polycultura bem organizada, afim de evitarem as crises de produção por que estão passando actualmente muitos Estados do Brazil.

3.^a Beneficiarem, quanto possível, produções destinados à exportação, especialmente o café, e remetê-los bem acondicionados aos mercados, melhodisando essas remessas com o fin de regularizar a oferta e a procura.

Acetlo este conselho, poderão os agricultores alcançar para os seus productos preços razoaveis, que cubram os gastos da produção, deixando margem à remuneração dos capitais, que se acham immobilizados.

Desde que não sejam exportados tipos ordinarios de café, consumindo-se estes no paiz, e que haja fiscalização nessa exportação, estou certo de que o nosso principal producto virá ainda sobrepujar em qualidade aos melhores de outras províncias, lhe dando o Brazil a sua primazia como paiz cafeciro, pois todo o sacrifício feito neste sentido será a vitória completa e a posse do monopólio dessa riqueza.

4.^a Entrarem em acordo com os representantes brasileiros de syndicatos agrícolas

para que os seus cafés sejam vendidos directamente ao consumidor, cessando inteiramente a inconveniente prática de serem feitas essas vendas directamente ao exportador, cujo interesse consiste em forçar a batixa do café pela escassez da procura nos mercados de exportação.

5.^a Concorrerem anualmente com um certo numero de sacas para a propaganda no exterior, tendo por fin o alargamento do consumo nos paizes, que pouco ou nemhum café consomem, como, por exemplo, na Republica Argentina, Chile, Lodo o Mediterraneo e na Russia, com especialidade essa vasta e rica nação, em que o nosso café já está sendo conhecido e onde se espera que, depois de introduzido em todas as suas cidades, possa aumentar o consumo por tal forma que chegue a exceder do duplo ou mais a nossa produção actual.

Uma vez postas em prática as medidas dependentes dos poderes publicos, e continuando a classe dos agricultores a aggrimir-se, como está fazendo, consciente da sua força e com melhor compreensão de seus direitos, não há a menor dúvida de que as condições da vida agrícola se transformarão completamente, tornando-se ainda a lavoura uma fonte certa de renda para os capitais nella empregados.

E' caso, portanto, de felicitar-se a importante classe pelos esforços bem combinados que está empregando na defesa dos interesses comuns, ameaçada como se acha de uma ruina inovitável, desde que não seja conjurada ou attenuada a terrível crise económica, originada não só do facto reconhecido da retracção do consumo do café, a que muitos dão o nome de superprodução, como principalmente da ganância de desalmados especuladores, que se estão aproveitando desapiedadamente da nossa imprudencia, sem que dos fabulosos lucros, que estão auferindo, resulte o menor proveito para o consumidor!

O momento é de ação e por isso todo brasileiro deve dizer o que pensa sobre o

magno problema da salvação da lavoura, fornecendo cada qual valioso subsidio para a solução das questões que se prendem a assumpto de tanto interesse.

Taes são as considerações que entendi dever formular, sob o ponto de vista pratico, em desempenho do mandato de que me acho investido, assim de serem submettidas à esclarecida apreciação do Congresso e incluídas nas conclusões, independentes da sua aprovação, cabendo-me louvar a feliz ideia que teve a digna Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura de reunir os representantes da lavoura nacional para discutirem e resolverem sobre os meios mais efficazes, destinados a minorar a mais temerosa crise económica, de quo ha exemplo em nosso paiz.

Assim me manifestando, julgo ter cumprido um dever cívico e de amigo da respetável classe, que felicimento vae comprehendendo a necessidade de confiar mais nos seus próprios esforços do que da ação governamental, para libertar-se de tão afflictiva situação, de que estão dando exuberantes provas os movimentos de reacção que se estão produzindo por toda a parte, a exemplo do que em casos analogos fizeram os agricultores europeus, especialmente os da França e Alemanha, movimentos estes que todos nós devemos sinceramente applaudir, na esperança de que não tardará o nascimento de uma esplendida regeneração de todas as forças que animam a comunhão brasileira.

A' vista do exposto, propõe o abaixo assinado ao Congresso de Agricultura que sejam adoptadas todas ou em parte as seguintes conclusões:

Medidas que cabem aos poderes publicos:

- rigorosa excepção da lei policial destinada a repressão da vagabugom;
- decretação de uma boa lei de locação de serviços e sua regulamentação;
- apparelhar a legislação do paiz para o fim de garantir o nascimento e desenvolvimento dos syndicatos agrícolas e das caixas

locais e regionais de crédito mutuo (sistema Raffelsoen); prover ao estabelecimento legal de garantias concedidas ao doméstico e facilitar pela applicação prática do sistema Torrens a mobilisação da propriedade territorial; finalmente substituir a actual lei das falências por outra quo consulte a moral contumacial;

d) reducção dos direitos de exportação, no menos enquanto durar a crise da lavoura do café, quando não prevaleça a ideia de serem integralmente pagos os mesmos direitos pelo exportador na occasião de embarque da mercadoria para os mercados estrangeiros;

e) decretação pelas Camaras dos Municípios Cafeeiros de um pesado tributo aos agentes compradores do café.

Medidas que cabem ao lavrador:

f) restringir as suas culturas ao recurso de que possa dispôr ou com que possa contar;

g) não limitar-se a uma só cultura, adoptando uma polycultura bem organizada, de modo a evitar as crises de produção;

h) beneficiar, quanto possível, os productos destinados à exportação, especialmente o café, e remetter-lhos bem acondicionados aos mercados, methodizando essas remessas com o fim de regularizar a offerta e a procura;

i) entrar em acordo com os representantes brasileiros de syndicatos agrícolas para que seus cafés sejam vendidos directamente ao consumidor, cessando a prática por muitos admittida de serem essas vendas feitas directamente ao exportador;

j) concorrer annualmente com um certo numero de saecas para a propaganda do café, tendo por fim o alargamento do consumo nos países que pouco ou nenhum consumem.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1901.—
João do Ceará Borges Junior, engenheiro civil.

CONSIDERAÇÕES apresentadas ao Congresso Agrícola sobre interesses económicos ; medidas reclamadas pela experiência para elevar e melhorar a industria nacional em temerosa crise e profunda desorganização ; crédito agrícola

José FRANCISCO RAMOS

Todos reconhecerão que no Brasil a deflencia fundamental pelo lado económico tem determinado a fraqueza e contingência da vida nacional, nas suas multiplas relações, afectando, principalmente, as suas finanças e o seu comércio.

Pôde-se dizer que nesse assunto a existencia nacional não se completou, mantendo-nos em prejudicial dependência de elementos estranhos que não collaboraram, harmonicamente, para a formação e coordenação dos factores do nosso progresso.

Não produzimos tanto quanto é preciso, nem auferimos da produção os lucros e vantagens correspondentes.

Falta-nos autonomia e vigor, económica e commercialmente faltando, como todos reconhecem e sentem.

O Congresso de Agricultura prestará inestimáveis serviços ao paiz esforçando-se para obviar tão grandes males, difundindo e propagando as mais estudadas medidas que excentadas pelos poderes públicos, pelos particulares e associações podem melhorar e aumentar a nossa industria agrícola, valorizando seus produtos.

Para isso dispõe esse Congresso das aptidões de sua directoria e do esforço de todos os seus associados, além do apoio que vai tendo em todo o paiz e no estrangeiro.

A maior somma dos recursos materiais em todos os paizes provém das industrias, principalmente da agricultura, que fornece os productos mais necessários à vida das populações.

Não se pôde conseguir, estavelmente, o equilíbrio orçamentario indispensável ao crédito e bem-estar das nações, sem fomen-

tar-se as industrias, valorizando seus produtos pelo abrangimento do consumo nos incrementos do mundo, de modo que a oferta da respetiva produção esteja em relação cuja nunca excede a sua procura.

São felizes os povos que equilibram seus orçamentos pelo augmento das rendas públicas, adquirido pelo alargamento de suas produções, sem ser oneradas de novos impostos.

O augmento de produção valorizada determina o augmento do trabalho com lucro para o trabalhador, e consequentemente, para o paiz.

Prosperam sempre os povos que tiram de suas industrias os principais elementos de vida—satisfazendo as necessidades de seu consumo e exportando o mais possível—importando, sempre, somma superior em mercadorias, inclusive ouro, que é a medida commun de valores, com que são saldadas as transações internacionaes.

As nações que prosperam, em geral, importam mais que exportam, porquanto recebem o valor augmentado com o lucro da venda no estrangeiro dos generos de sua produção, representado em outras mercadorias que importam.

Os paizes ricos, os que dispõem de capital, que é o resultado do trabalho pela economia, importam mais do que exportam; isto é, recebem maior valor de mercadoria, inclusive ouro, do que o valor que exportam para o estrangeiro.

É manifesto erro acreditar-se que só enriquecem os povos que exportam mais do que importam. As nações que exportam mais do que importam, recebem o saldo a seu favor em outras mercadorias, como matéria prima, machinismos, ouro em especie ou cambiais, e o mais necessário para o desenvolvimento das industrias.

As nações ricas são as que, relativamente á sua organização do trabalho, têm abundância de capitais proprios, ou que, em

virtude da fertilidade dos seus solos e das garantias que inspiram as suas justas leis, probidamente cumpridas, são contros para onde afflhem capitais estrangeiros, que nelles beneficiam. Essas nações importam mais do que exportam, incluindo-se na Importação grande quantidade de metais preciosos, representando o saldo de frota entre as mercadorias importadas e exportadas.

Assim, as nações prosperas e ricas importam mais metais preciosos do que exportam; a menos que não tenham minas de exuberantes riquezas e layra constante.

Os economistas modernos evidenciam essas verdades demonstradas no « Bulletin de Statistique et Legislation Comparée », publicação annual francesa que tem longa existencia. Nesse boletim se verifica, tomando as medias decimais da importação e exportação, que são consideradas nações prósperas, por obterem saldos favoráveis nas suas transações com os outros povos : Inglaterra, França, Alemanha, Holanda, Bélgica, Áustria-Hungria, Suécia-Noruega, Dinamarca, Suíça e Estados Unidos. Todas essas nações importam mais mercadorias que exportam.

Exportam mais do que importam as nações que tem colocado suas ilhanças nas tristes condições de não pagarem que devem ou não satisfazerem seus compromissos, tais como : Russia, Turquia, Portugal, Grécia, Persia, Egypcio, Espanha, Pomi, Moxico, Costa-Rica, Guatemala, Venezuela, Chile, Haiti, Nicaragua, Honduras, Uruguai, República Argentina e Brazil. Em todos esses países o cambio, que é o balo da balança internacional de pagamento, denuncia que os saldos da exportação sobre a importação são insuficientes para satisfazerem os compromissos públicos, particulares, os empréstimos contrahidos pelos governos e empresas sociais, e as remessas de numerários dos capitalistas e das grandes populações de colonos estrangeiros. Dali a procura do ouro — a medida comum de valores — ; dali o encarecimento desse metal pela lei

do valor, dada pela relação entre a oferta e a procura.

Os países que tem saldo a favor da exportação de mercadorias, cujo valor não chega para satisfazer seus compromissos internacionais, tem cambio desfavorável. O Brazil acha-se nesse caso.

No decennio da Repúblia de 1889 a 1898 (segundo os dados oficiais) reduzindo-se a ouro as sommas em réis pelas medias anuais do cambio, verifica-se que nesse decennio, sua exportação foi £ :

Exportação....	275,365,825
Importação....	210,622,608

Saldo a favor da exportação..... 64,743,217

Saldo a favor da exportação..... 64,743,217

Doluzindo-se a somma média em ouro ou cambiais e mottos para o estrangeiro nesse decennio :

Pelo governo para satisfazer os compromissos nacionais segundo os dados do Tesouro..... 48,526,000

Pelos particulares : capitalistas, colonos, e outros, segundo os dados obtidos nos

.....

bancos, da somma dos saques reaos, tomadas em nossas pra- ças, ou das moedas em especie envl- adas pelas comp*, da Navegacão,	<u>56,482,000</u>	<u>105,008,000</u>
Saldo contra o palz.....		<u>44,264,783</u>

Esse saldo a débito ou *deficit* do nosso balanço internacional de pagamento nos mostra ferindo a rotina e levando a convicção ao nosso espírito, que precisamos produzir muito mais do que produzimos em progressão crescente para termos saldos e receber isto é, importarímos mais do que exportarmos.

Enquanto as condições económicas do paiz não melhorarem pela valorisação e elevação da nossa produgao, dando-nos saldo a favor nas nossas transações internacionaes, será impossivel melhorar estavelmente as condições financeiras do paiz, que assim continuará a favorecer a especulação exercida sobre a medida communis de valo-ros — o ouro — como tambem se exerce com todas as outras mercadorias sujeitas à procura, quando há delle escassez e vice-versa.

Em virtude dessa especulação, entre nós
sem nenhum correto, é que se comprára
em 1897, nas cinco principaes praças do
Brazil, segundo o mappa annexo ao rela-
tório do Ministerio da Fazenda deste anno em
cambios £.....,..... 75.339,701
Quando pela demonstração de
remossa de numerarios para
o exterior por conta do go-
verno e dos particulares, de-

duzindo-se o saldo do crédito da exportação sobre a importação do mercadorias só precisavamos tomar cambiais, no valor máximo de..... 10,000,000

O que dá para especulação da bolsa..... 65.339.701

Basta esto elevado algarismo—que é a medida mínima do cambio comprado e liquidado por diferença, em cinco de nossas praças, em um anno—para demonstrar a elevada especulação cambial que existe no país, criada e alimentada pelo desequilíbrio da nossa balança internacional do pagamento, por deficiência da produção nacional, o que determina a carença do ouro, com intermitências entre trocas.

A ciéncia económica que perscruta as causas dos phänomenos múltiplos da produção, circulação, distribuição e consumo, ensina que a valorisação e estabilidado do cambio dependem do equilíbrio da balança internacional de pagamento e ser esse equilíbrio função:

a) do desenvolvimento industrial e valorização de sua produção, para a satisfação de suas necessidades e para que as nações não vao pedir no estrangeiro as indispensáveis mercadorias que podem obter da fertilidade de seu solo e sub-solo e de suas outras riquezas;

b) numerário de valor estável ou circulação fiduciária com base metálica indispensável na múltipla criação e transformação da riqueza.

Temos vivido sempre com *deficit* orçamentário, isto é, gastando mais do que as nossas rendas e com *deficit* na nossa balança internacional de pagamento, isto é, sem a necessária produção para conquistarmos a nossa autonomia e independência.

Consequentemente, não podemos ter alta estavel de cambio; e as que temos tido tem

sido passigorias, determinadas pelos empréstimos externos realizados—augmentando o valor da nossa importação com o ouro recebido por esses empréstimos. Assim, a procura desse metal em moeda ou cambial para satisfação das compromissos internacionais determina a fatal exportação do que possa existir no paiz.

O papel-moeda-nota promissora — que como intermediário entre as trocas, não é convertido quando se precisa da medida comum de valores—é de efeitos perniciosos. Seu valor intrínseco é o do custo do papel e o trabalho da estamparia ou gravação. Deixa de ser um instrumento de troca valorizado para ser um título de crédito com valor determinado pelas relações entre os baveros e os débitos dos governos ou das associações que o emitiram.

Se o valor da nossa produção desse para satisfazer nossos compromissos internacionais e o papel-moeda que temos, ficaria limitado a ser o intermediário entre as trocas internas, ou dentro do paiz.

Desde, porém, que, ao contrário, tem o paiz avultado *deficit* internacional, o papel-moeda se desvaloriza na razão directa desse *deficit*, demonstrando a necessidade de tratar-se, com esforço e urgência, do principal factor do equilíbrio do nosso balanço internacional de pagamento — o desenvolvimento industrial do paiz, principalmente do agrícola e a valorização da respectiva produção.

A industria agrícola tem por objecto a exploração da terra e por fim a produção de substâncias precisas e úteis à vida do homem e dos animais. Essa essencial industria dá ocupação a mais de 3/4 da população operária do mundo.

No paiz em que a agricultura deprecia-se, o povo empobrece e sofre, porque, com se os productos, ella alimenta a humanidade, fornecendo ao comércio elemento da vida e à maioria das outras industrias a indispensável matéria prima.

Toda a industria exige:

—*Materia-prima*;

—*Machina*—que exercitando sobre a matéria prima certos trabalhos, modifica-a, transforma-a em novos corpos que se chamam *productos*;

Força motora—a muscular, a de água, a do fogo, a do vento, a do vapor e da electricidade.

Capital e Crédito—indispensáveis e importante alavanca.

Na industria agrícola a *materia prima* é a semente; a *machina* é a terra que, por leis providenciais ou naturaes, cria o aperfeiçoado produto que se chama *colheita*; a *força motora* é representada por instrumentos agrícolas e pelo trabalho reunido do homem e do animal, auxiliado pelo emprego das quelles motores mecânicos, o *capital e crédito*—mais necessários em agricultura do que nas industrias—deverão ser proporcionados à extensão do solo a explorar—para darem seguro e vantajoso resultado.

Dependente da intelligencia, actividade, o conhecimento technico e pratico, do quem empreza tales elementos, os resultados obtidos na industria agrícola, que tem sido e será em todos os tempos a base mais segura da estabilidade social, a fonte mais abundante das rendas públicas e a poderosa força determinativa do equilíbrio orgânico das nações. Para esse resultado a industria agrícola precisa não seguir a monocultura e adoptar a polycultura, cultivando os gêneros alimentícios indispensáveis à vida do homem e as forragens necessárias à criação dos animais a este uso; substituir, principalmente, nas terras sem humus, o *sistema extensivo* — quo consiste em plantar bastante em grande porção do terreno mal preparado e deixar maltratada a planta para colher uma porção della sem muito trabalho — pelo *sistema intensivo* — quo, ao contrario, consiste no plantio de um mesmo terreno dado, de forma a ter maior produção — applicando um método agrícola mais racional.

O sistema intensivo dá ao solo a máxima extruturação para obter abundantes colheitas; o sistema extensivo se limita a empregar só o trabalho para pôr em ação as forças espontâneas da natureza.

A proporção que a civilização osgota as terras virgens, acumuladas de estrumes naturais, o sistema extensivo vai deixando de ter applicação e sendo substituído pelo intensivo — que, pela estrumação, fornece às terras os elementos precisos para produzirem.

O sistema intensivo compreendendo todas as culturas que almejam a obtenção das maiores colheitas, com renda compensadora e tem sido aplicada nos países onde a civilização realizou todos os meios de ação e progresso — como: estradas de rodagem e de ferro, canais, docas, navegação, mercados, capital e crédito bem organizados. Nesse sistema aperfeiçoado — o intensivo — todas as conquistas da ciência e do gênio industrial acha-se realizadas. Representa a mais adiantada manifestação do sistema moderno de cultura, obtendo do solo a maior quantidade e a mais numerosa qualidade de produtos; regulariza, assim, a riqueza nos países e dos particulares; forma a melhor garantia contra as crises alimentícias; omnium — é o sistema que assegura às populações rurais o trabalho contínuo e largamente retribuído.

O exclusivismo da cultura erosão o regimen da dependência em que nos mantemos, obrigando-nos a importar do estrangeiro genros de prima necessidade que, facilmente, podemos produzir para nosso consumo e para lucrativa exportação em larga escala.

E' esse um dos principais factores da depressão cambial que tanto prejudica o país. E' preciso reagir contra esse exclusivismo de cultura que concorre para nossa má situação agrícola. Dizem os economistas: — «não ha boa situação económica, sem boa situação agrícola»—As leis sobre enjós principios repousam as regras de uma cultu-

ra nacional, são classificadas nesses quatro grupos: meteorológicos, fisiológicos, económicos e químicos.

Ficas tais são reveladas nas condições seguintes:

Ter-se em consideração durante a rotação das culturas, as propriedades mais ou menos esgotantes dos vegetais; preparar com a colheita de uma planta o terreno que vai servir à cultura da que lhe sucederá, evitar que as plantas da mesma família se sucedam assim ás de raízes palhares e feententes; intercalar as plantas que servem de alimentação ao homem e as que fornecem matéria prima à industria, com as que forem destinadas ao alimento dos animais; nunca abandonar as terras, sejam quais forem as suas condições depois da cultura; cultivar nas terras humidas plantas próprias a dessecá-las, nas terras secas e aridíssimas outras que as cubram de sombra.

As medidas aconselhadas pelos mestres e reclamadas pela experiência para melhorar e elevar a agricultura nacional, valorizando seus produtos, e utilização dos processos e são:

a.) conhecimentos profissionais práticos disseminados na lavoura, e instrumentos apropriados, e já aplicação dispensará grande somma de braços, realizando, concomitantemente, economia de tempo e de capitais.

—

E' preciso que os Estados e os municípios tomem com empenho a iniciativa da difusão do ensino agrícola que deve ser distribuído: nas escolas primárias (indirectamente), nas fazendas-escolas, orphelinatos, colônias agrícolas, escolas práticas de agricultura em seus diferentes ramos, compreendendo a industria de lacticínios, estações agronómicas e meteorológicas, escolas regionais, devendo servir de complemento a estas instituições: conferências, comícios, exposições agrícolas. E' também preciso o aproveitamento das águas do sub-solo, prin-

cipalmente nos Estados onde a agricultura definha e desaparece por carencia de chuva ou por secas periodicas.

Nos paizes onde a agricultura é bastante adiantada pelo beneficio influxo da sciencia que, derribando velhos preconceitos, fez desaparecer condemnados processos que a rotina temia em conservar; nos paizes onde a cultura da terra é feita do acordo com as legões da selvagem e subordina-se ás regras e dictames da economia rural, o objectivo principal do agricultor — é produzir muito e bem — com o menor emprego de capital, em menor lapso de tempo e com menos trabalho possível — ou por outra — produzir muito barato.

b) Divisão da propriedade e mobilização do solo pela applicação da lei *Torrens* ou pela inscrição das propriedades em registros publicos que fornecam os devidos títulos ao portador, afim de serem esses títulos com promptidão negociados e transferidos por endoso.

A lei *Torrens* promulgada pelo decreto n. 451 D de 31 de maio regulamentada em 5 de novembro de 1890, acha-se sujeita à uma comissão do Congresso para modificar as suas disposições de acordo com a Constituição de 21 de fevereiro de 1891, simplificando-a e expurgando-a dos senões, que forem observados.

O Congresso Nacional deve terminar esse trabalho para ser do novo regulamentado. Não sendo possível obter-se assim essa lei, os Estados devem crear os registros das propriedades, feitos á vista de títulos do incontestável direito pleno de posse e da respectiva planta.

Em alguns dos Estados já funcionam esses registros.

No caso de não ser executada a lei *Torrens*, em toda a Republica, para mobilizar o solo, isto é, tornar os imóveis do facil transferencia, parece conveniente suprimir todos os impostos de transmissão da propriedade,

sellos e direitos que são cobrados no valor de cerca de 7 %, o admittir a transferencia de direitos hypothecarios por endoso, livre de impostos, sellos e outras despezas, apenas com a transferencia no registo.

Esos onus podem ser substituidos por um imposto que sobre carregue, sómento, uma vez por anno a propriedade.

Calcula-se o valor approximado de todas as propriedades rurais exploradas no paiz, incluidas as de criação de animaes, as de cultura de café, cacau, algodão, fumo, caco, cereaes e as das industrias extraelativas da borracha, madeira, piassava, herbas medicinais, etc., na elevada somma de..... 10,000,000,000\$000
Estima-se o valor da producção ou renda dessas terras, anualmente, em..... 3,000,000,000\$000
O que corresponde ao juro annual d o 3 % daquelle capital, do qual só exportamos productos no valor medio annual de...
820,000,000\$000

São, pois, consumidos ou aproveitados no paiz productos nacionaes na importancia de.. 2,180,000,000\$000
O que dá para cada um dos 17,000,000 de habitantes em que é estimada a maxima população do Brazil, o consumo annual do mercadorias da producção nacional na importancia do.... 128\$25
Ou por dia..... \$31

Entretanto, é triste reconhecer, todo aquelle enorme capital empregado nas propriedades territoriales, acha-se paralysado e os seus possuidores não dispõem de credito!

Por falta de recursos e credito, os generos da producção nacional são oferecidos e vendidos ao paiz a preços baixos, em lugar de serem guardados e vendidos em occasião apropriada, por melhor preço. A industria nacional não consegue mobilizar os valores de seus productos e só pela venda efectiva destes obtém dinheiro.

E', pois, de toda a conveniencia não só mobilizar a terra pela transferencia de titulos hypothecarios, por endoso, na forma dos indicados processos, mas, tambem, os immoveis e o fructo pendente pelo credito movele e letra agricola, e os generos armazeados pelo certificado de depositos e *warrant*.

Nas republicas, só um regimen economico pode fortalecer o da distribuição das terras a quem queira trabalhar — sejam nacionaes ou estrangeiros. A vastidão do nosso solo pode ocupar todas as actividades que queiram trabalhar na obra do engrandecimento do paiz.

E' preciso realizar a divisão do solo criteriosamente, sem excessos para não amarrichar a divisão da propriedade territorial.

Fazemos do trabalhador e do colono intelligente e imigrando o possuidor da terra que cultiva — e vincentenlo ao solo.

A Republica cumprirá assim uma das partes mais importantes do seu programma economico — fazendo surgir a democracia rural onde floroseeu o feudalismo senhorial.

c) Estatistica agricola e commercial para conhecimento da media da producção e do consumo dos productos das industrias nacionaes, afim de que os seus verdadeiros valores possam ser determinados pelas relações entre a offerta e a procura.

Os preços dos generos são estabelecidos pelas relações entre a procura e a offerta, que só podem ser determinadas, quando se conhecem as quantidades e qualidades produzidas e consumidas dos mesmos generos.

Pela actividade com que se realizam as permittas, de acordo com essa lei eco-

nomica, assim como pelo saldo dos valores das mercadorias exportadas sobre os das importadas, é quo se refere o progresso industrial e commercial de um paiz.

Resulta desse saldo a capitalização da moeda e a subida do cambio, sobre os paizes estrangeiros.

A decadencia industrial e commercial determina-se polo intrasmo das compras e vendas nas praças mercantis e pelos constantes saldos, que, no balanço geral das transações, apresentam os valores das importações sobre os das exportações, fazendo baixar o cambio para fóra do paiz, por falta de capitalização nacional.

Consideram-se incluidas nesses saldos as diferenças entre os valores das moedas e cambiaes que sahem do paiz e dos quo entram; porquanto as moedas e cambios são mercadorias, enjos valores são determinados pela lei da offerta e da procura.

Esses principios demonstram a necessidade de formular-se a producção nacional e o seu valor, alim de augmentar-se o valor geral do capital a entrar para o paiz, diminuindo os capitais a sahir para o estrangeiro.

A diminuição da producção e a do valor dos productos do paiz, bem como a diminuição do consumo desses produtos, são causas principaes das crises economicas, determinativas das crises commerciaes e financeiras.

Manifesta-se a diminuição desse valor ora naturalmente, quando a producção é maior que o consumo, ora artificialmente :

a) quando, por falta de precisos trabalhos estatisticos, os mercados productores, desconhecendo o que, realmente, possuem, e, ignorando as necessidades do consumo, entregam sens generos por baixo preço aos especuladores que os illudem, figurando com notícias e telegrammas inexactos abundancia de artigos de que ha escassez;

b) ou quando, não tendo o mercado nacional recursos para resistir à pressão das baixas arbitarias, adrede preparadas pelos exportadores colligados, acha-se na contin-

gencia fôrçosa de entregar os productos indígenas aos preços inflados que a exploração lhes impõe.

A carença de conhecimentos positivos da produção e do consumo dos generos nacionaes ou a penuria de recursos da nossa lavoura e do commerce a esta ligado, é que tem facilitado a baixa, sem resistencia, desses generos, cujos preços descem, em logar de subirem, na razão da queda do cambio.

Para fazer respeitar os valores da produção nacional, sanando taes inconvenientes a que tem estado sujeito o nosso mercado, com prejuizo para os productos, o commerce e o paiz—é preciso que a União, os Estados e as Associações commerciaes ou Industriais, inclusive as da Envoura :

1º) Organizem trabalhos estatisticos, por onde se estudem o conheciam a verdadeira produção annual do paiz e a estimação que pôde ella ter determinado, sómente, pelo confronto entre as necessidades reaes da procura nos outros mercados e a produção nacional, tendo-se em vista a similar de outras nações que comnoso competem.

Desses trabalhos estatisticos obter-se-ha, com a possivel approximação, mediante os cálculos das médias das colheitas anteriores estudos analyticos e informações fidedignas, a necessaria informação sobre a quantidade e qualidade das colheitas futuras, bem como a existencia (*stock*) dos generos iguaes aos dessas colheitas, acumulados nos mercados estrangeiros, assim de avaliar-se a extração que podem ter os generos nacionaes, nos mercados consumidores e determinar-se-lhes o verdadeiro valor.

2º) Tenham estabelecimentos de credito, que no intuito de manter o mercado em alta natural, facilitem aos productores e aos negociantes as quantias precisas ao movimento corrente de suas transacções e a expansão de suas industrias, sob garantias dos generos em transito, em tulhas ou pendentes das arvores armazenados em docas, alfandegas e armazens ou estações de estradas de ferro.

3º) Estabeleçam, nas praças estrangeiras que mais importem os nossos productos, casas brasileiras filias ás mais respeitaveis da nossa praça ou directamente relacioná-las com estas, por intermedio das quais se possam exportar os generos nacionaes.

Assim cessará o monopólio da exportação de nossos productos, exercitado privativamente, pelas casas estrangeiras no Brasil, filias ás casas matizes, situadas nos mercados europeus e americanos, as quais exploram o commerce dos fructos da nossa cultura a preços dictados pelo arbitrio dos interesses de uma especulação sem correctivo.

Os artigos, que importam do estrangeiro, são na sua totalidade, recebidos directamente ou á consignação pelas casas estrangeiras, estabelecidas no Brasil, por onde se escocam, em sua maioria, se não na todo, os lucros auferidos nesse commerce.

Taes lucros affuem, em sua generalidade, para a pátria dos comerciantes, que utilizam esse ramo de negocio e que muito concorre para a nossa depressão cambial.

Não ha, entretanto, no estrangeiro, casas brasileiras que recebam os nossos generos para os vender por conta propria ou á consignação encaminhando para o Brasil os vantajosos proveitos desse commerce importante. E, certamente, de iniciativa particular a criação desse estabelecimento, que os poderes públicos da União e estados devem acorçoar.

Os trabalhos de estatística, que aparecem no paiz sobre a produção e consumo dos generos nacionaes, são organizados nas praças estrangeiras que importam taes generos e utilizam-se desses elementos em proveito proprio e com prejuizo dos productos nacionaes.

Si não curar-se das providencias apontadas, continuará os mercados brasileiros, sem orientação em constantes e arbitrárias pretensões, devidas ao domínio absoluto das praças estrangeiras, para onde se exportam e residem os nossos productos.

Com a realização do serviço regular da estatística comercial e agrícola, conseguindo os poderes públicos, o comércio e a lavoura o fundamento seguro sobre que deve reposer a organização financeira e económica do país e o meio seguro o progresso do fazel-e atingir, com dados certos, à maior prosperidade.

D) Regularização dos impostos, definindo-se o discriminando-se os que podem ser lançados e cobrados pela União, pelos Estados e pelos municípios— suprimindo-se, logo, os impostos inter-municípios e inter-estaduais e substituindo-se, gradativamente, o imposto de exportação pelo territorial ou outro que não afrophie a produção de nossas indústrias,

É preciso que o Congresso Nacional legisle, a respeito, discriminando os impostos da ação da União da dos Estados e Municípios.

A memoria apresentada a este Congresso de Agricultura pelo Sr. Dr. Jeronymo de Castro Alves Magalhães, bem evidencia os inconvenientes da colecta dos impostos inter-municípios e inter-estaduais, que dificultam a circulação dos produtos de nossas indústrias, para serem negociados.

É necessário— na crise por que está passando a lavoura— libertá-la, o mais possível, dos onus que a aggravam.

As principais fontes de receita dos Estados são os impostos de exportação e da transmissão da propriedade.

Os economistas, porém, condenam aquella contribuição, que, paga pelo productor ou pelo exportador, recarrega sempre sobre o preço do gênero, encarecendo-o e embaraçando o aumento de seu consumo.

O notável economista *Rene Storck*, na sua obra sobre os impostos, demonstra esta verdade :

« Não se pode afirmar que o imposto incide efectivamente sobre o productor ou sobre o consumidor. »

É natural e mais provável que a incidência efectiva coincida com a incidência legal; mas nem sempre dependendo das condições do mercado, subordinado à lei da oferta e da procura.

São fases as evoluções da incidência tributária que, afinal, o imposto, por assim dizer, funde-se no preço da mercadoria, não se podendo afirmar quem foi o tributado. »

Do imposto de exportação estão isentos os proprietários que não cultivam as suas terras e os que não exportam os produtos de suas indústrias, restando, somente, sobre o productor laborioso, o que é uma injustiça.

Além dos onus dessa contribuição, que concorre para elevação dos preços dos gêneros nacionais, o sistema da sua colecta ou arrecadação, executados pelos Estados, o torna mais vexatório e prejudicial aos productores, como bem demonstrou o Dr. Sylvio Rangel em seu minucioso trabalho, apresentado a este Congresso agrícola.

Os Estados precisam decretar o imposto territorial, gradativamente, de modo justo e equitativo, em substituição do de exportação e como meio seguro para parcelar os latifundios, criando a democracia rural. Não tem essa contribuição, perante a economia política, outra justificativa que não o angimento da valorização do solo pelos melhoramentos de ordem pública, e a obrigação que cabe ao proprietário de compensar a somma dispendida com tais melhoramentos, que o collocam em situação excepcional em face dos possuidores de terras que não foram igualmente beneficiados.

Se o governo dá ao proprietário viação fácil, vias navegáveis, canais, estradas de rodagem que approximam os centros de produção dos mercados consumidores, o proprietário deve dar-lhe, por sua vez, modesta contribuição que representa os juros do capital dispendido para valorizar outro capital— a terra.

Assim o imposto territorial não pode, com justiça, applicar-se a terras situadas a grandes distâncias das vias de comunicações sem

melhoramentos de ordem alguma, onde se tornem impossíveis explorações remuneradoras pelas dificuldades dos meios de transporte.

Estas considerações têm actuado no espirito dos nossos políticos que têm intentado estabelecer, entre nós, o Imposto territorial.

O conselheiro Lafayette, no seu fulminante relatório, em 1884, escreveu:— o Imposto só deverá compreender as propriedades territoriais sitas nos municípios servidos por ferro-vias ou navegação fluvial constante; admitindo como base para a sua aplicação o valor venal da propriedade.

E' preciso que o Governo realize tratados internacionais de comércio, em favor das taxas aduaneras e de convenções entre todos os países productores dos principais gêneros similares ao de produção nacional.

—

E) Trabalhadores aptos para o serviço das indústrias com remuneração proporcional aos resultados de seus trabalhos.

Não admira a falta de braços que há no país, desde que se attenda à enorme desproporção entre a superfície de nosso solo e a população que o habita.

Além disso, observa-se que a maior somma de actividade nacional não propende para a nossa primeira indústria—a lavoura.

Além das medidas para aumentar os trabalhadores reclamados pela lavoura—aproveitando os braços nacionais pela repressão da ociosidade e da empregomania—é indispensável—os governos estaduais e dos fazendeiros promoverem a colonização estrangeira, encaminhando para os seus territórios colonos milderados, ateis e habituados aos respectivos trabalhos, que se submettam ao sistema de parceria, com proveito para si e para os seus patrões, attendendo aos elevados salários pagos pelos serviços feitos a jornal, devidos à carestia da alimentação importada pelo não cultivo de cereais e pela falta de criação de animais.

Assim os colonos poderão elevar-se a proprietários, criando prosperos centros agrí-

colas, sob o influxo da produtividade e da distribuição metropolitana e colonial das terras.

Além de trabalhadores agrícolas, a lavoura precisa de maquinismos aperfeiçoados, cuja applicação dispensará grande numero de braços, realçando, concomitantemente economia de tempo e de capitais.

Sem pessoas e maquinismos não ha trabalho agrícola, é, pois, preciso facilitar à lavoura esses meios de trabalho e produção.

Torna-se necessário os Governos instaurarem premios anuais aos productores agrícolas, que apresentarem productos de grande aceitação, nos mercados consumidores.

—

F) Comunicações fáceis, viação regular e modica para que o comércio possa trocar os productos nacionais, dentro do país, com os dos outros povos do mundo.

Torna-se indispensável melhorar a nossa viação, no seu conjunto, attendendo, principalmente, às condições de justiça e equidade nos fretes, rapidez, segurança, conforto e policiamento.

E' o ro capital a criação de populações sem previa abertura de caminhos ou de fáceis transportes.

Para progredirem as populações é preciso que sejam os fretes dos transportes de mercadorias equitativos e modicos, o mais possível, de forma a estimular o aumento de seus habitantes e a troca de seus productos, com o que si tom a lugar as respetivas empresas.

A regular, activa, acelerada e moralizada viação do interior de um país deve prolongar-se no exterior, não só por meio de bens construídos e económicas ferro-vias internacionais de máxima velocidade, com precisão de serviço e horário, como também pela regular, rápida e confortável navegação, pela construção de docas e pela ilimitação das costas por pharões, assim de satisfazer os interesses marítimos e comerciais.

E' mister levantar a marinha mercante

nacional pela revisão das leis sobre cabotagem.

Pôde-se assegurar, que o paiz bem servido de viagão e de hospitaleiro necessário, ha de facilmente povoar-se o ser cultivado pela iniciativa particular, sem precisar quasi do recurso oficial.

6) Organização de syndicatos agrícolas, para darem realização prática ás medidas que satisfazem as verdadeiras necessidades da lavoura, inclusive o estabelecimento regular do crédito real e agrícola, para que os productos, com garantia de seus bens, possam dispor de capital e crédito de que tanto precisam para libertarem-se dos embargos que retardam os seus movimentos, com enorme prejuízo nacional.

Parco-nos que o plauo de syndicatos agrícolas, apresentado a este Congresso pelo distineto Dr. Oliveira Bello, deve ser aceito com as modificações que forem reconhecidas necessárias.

O lavrador isolado nada conseguirá, ao passo que, fortemente aggremitado, conforme aquella plauo, compenetrado, seriamente, do espirito de associação, tudo pôde consguir em prol da sua classe e do paiz.

Os syndicatos agrícolas, moldados sob o tipo dos congeneres franceses, podem consgnir o aperfeiçoamento nos processos de beneficiar e acondicionar os principais generos nacionais e tambem a regularização da exportação desses generos dos centros de produção para os nossos mercados de exportação, obtendo a criação de armazéns especiais que sirvam de entrepostos desses generos naquelles centros e nestes mercados. Esses entrepostos precisam ter crédito e administrações moralizadas e idóneas para que possam emitir os necessários certificados de depósito e *warrant*.

No Brazil o crédito acha-se desorganizado, com prejuízo do comércio e das indústrias; e a lavoura não terá facilidade de crédito

enquanto não for restabelecelo o crédito bancário do paiz, como bem evdença o Ilustre Dr. Mattoso Camara no seu trabalho, a respeito, apresentado neste Congresso.

Não tem o paiz, presentemente, nenhum banco emissor de nota converstível, verdadeira medida comum de valores, para regularizar, como é preiso, o nosso meio circulante, alargando o retrahindo a sua circulação, do acordo com as necessidades reaes das nossas praças.

Temos Estados sem nenhum banco; no passo que as nações entitas não eram colônias, mesmo nos desertos, sem estabelecerem logo institutos do crédito indispensaveis fomentadores do movimento industrial e commericial dos povos.

Os bancos nacionais de depósito e desconto que existiam, nesta Capital e em algumas dos principaes Estados, impulsionando o movimento nacional e prestando valiosos serviços ao poder publico, se não desapareceram, arrastam a vida ingloria das moratorias, das liquidações e da paralisação dos negocios.

Não temos institutos do crédito agrícola, e os poucos que existem de crédito real não podem prestar os serviços que são destinados a promover ás nossas indústrias, por carença de capital e de crédito.

Existe, ha pouco tempo, nesta praça, um banco hypothecario belga, que só faz empréstimo em moeda metálica com garantias de propriedades urbanas. O seu capital é estrangeiro e os seus títulos são tambem negociados nas praças estrangeiras de abundantes capitais, onde encontram fácil collocação como bons títulos de renda.

Lastinhamos que não existam, no paiz, muitos desses estabelecimentos, em pleno exercicio de crédito real, fazendo empréstimos hypothecarios e rurais.

A actividade e progresso da agricultura dependem da boa organização do crédito real e do crédito agrícola.

O credito real visa o melhoramento directo e a mobilização do solo ; o credito agrícola fomenta e auxilia as culturas e as operações anexas da laboura precisas á sua produção.

Os institutos de credito real são verdadeiros intermediários entre os capitalistas e os proprietários que preclamam de dinheiro, com garantia de bens, que hypothecados, os seus valores, são representados pela letra *hypothecaria* emitida por esses institutos.

Depende, pois, a vida desses bancos do seu elemento essencial, a letra hypothecaria que só pode ser implantada e aceitada na clientela, por uma instituição bastante moralizada, forte e prestigiada para impôr-se á confiança publica.

Presentemente não se pode cogitar no Brasil da realização prática do credito real com capitais nacionais.

Credito agrícola

São moveis pela lei, ordinariamente, os bens possuídos pela pequena e pela média laboura.

Poderá o credor achar-se garantido com esses bens, que não são susceptíveis da hypotheca.

Os frutos pendentes e os frutos armazenados, dados em penhor, não são reputados como verdadeira garantia, desde que ileam em poder do dono, que com elles obtém dinheiro por empréstimo, sujeitando-se ás leis penais vigentes.

Os capitalistas e banqueiros, em geral, entendem nada garantir o objecto penhorado, que ilea em poder do próprio dono.

Encontra o assunto o Dr. João Cardoso de Menezes, no seu Livro sobre colonização :

« O direito real que se chama penhor não é juridicamente constituido, senão depois da entrega *real ou symbolica* do objecto empenhado do credor, que ilea com a detenção ou posse natural dele. »

Se o lavrador dê um penhor os seus

instrumentos de trabalho, como realizará a colheita de que precisa para aendar ás necessidades de sua laboura ?

E' obviada essa dificuldade, sem desdescção ou independente da tradição real feita com a clausula *constitute*, por meio do depósito de um conhecimento nas mãos do credor e mediante inscrição no registro hypothecário. »

A comissão de Inquerito sobre a laboura em França, dizia : « O penhor deixado nas mãos do lavrador poderá algumas vezes ser deteriorado ou subtraído ; e, sem dúvida, estabelecido, sem publicidade, não cojoeará as outras pessoas ao abrigo de toda a fraude. »

Mas, por certas conveniências, o mutuante aceitando-o, seguirá a fô do devedor, fazendo com que este penhor imperfeito, no qual o direito de preferência não é corroborado pelo direito de retomada e sob quella elleazos, facilite credito ás pessoas, enja moralidade seja de natureza a tranquilizar o credor.

« Dentro desses limites o penhor é útil, permitindo a cultura entrar em relação directa com os capitalistas. »

Nos lugares onde elle não crê o credito fortifica-o e aumenta-o, sem oferecer nenhum inconveniente sério, desde que haja quem o aceite.

O penhor agrícola constitui, assim, mais um dos processos que afastarão para o mutuante o risco que o leva a retrair os capitais e facilitará o credito do mutuário, sem privá-lo dos instrumentos materiais do trabalho, que, por essa forma, ficarão servindo de garantia. »

—

Os capitais retrahidos da laboura, por desconfiança, acham lucrativa remuneração nos títulos commerciaes, industriais e da dívida publica.

O capital, sempre meticuloso, prefere o devedor comerciante, que ás vezes só tem o credito pessoal, ao lavrador, que tem a posse plena de sua propriedade territorial,

cultivada com fundada esperança de valiosa colheita.

E' que o negociante, além de sujeito ao código commercial, estando sob a diária inspeção ocular do credor, garante-lhe a pontualidade do pagamento e a rapidez da cobrança no peior dos casos.

D'onde se conclue a necessidade dos institutos do crédito agrícola, junto aos centros productores, para que sejam os títulos da favoura, que muito depende do crédito pessoal do mutuário, aceitos e procurados em concorrência com os bons títulos commerciais e públicos.

Jasseau, quando relator da comissão francesa de inquerito sobre a favoura, não acreditava que aquellas medidas sob o penhor agrícola, por mais sábias e providentos que fossem, pudessem trazer à agricultura, por menor taxa que ao commerce e às outras indústrias, os capitais do que ella precisava.

Reconheceu, praticamente, o contrario, verificando que a aceitação dos títulos agrícolas depende das causas económicas e morais, como abundância de numerário, os bons costumes e a solvabilidade dos cultivadores.

Dizia aquele relator—aproximar a agricultura, nas condições em que se acha, aos dous ramos de actividade humana, o comércio e as outras indústrias, tal é o núcleo fértil, verdadeiramente prático, tal é o núcleo problema, cuja solução possa ser aceita pela razão e pela sciencia.

O Brasil precisa, sem demora, realizar tão sabio e beneficente conceito, legislando para que os lavradores fiquem sujeitos ao código commercial, desde que as suas propriedades rurais sejam de valor superior a vinte contos.

—

Segundo as idéas do *Bucher*, os bancos populares pretendem formar um capital social inalienável, indissolúvel, que atravessasse a sucessão das gerações, criando um futuro

tranquillizador às classes operárias associadas.

Todos os lucros e prejuízos desses bancos são levados ao fundo de reserva, verdadeiro volante que regulariza os movimentos do tão simples mecanismo bancário.

O fundador dos bancos populares na Itália, commendador Luszatti, comparou esses estabelecimentos, no seu Início, a células de crédito que, reunidas, formam tecidos celulares, verdadeiros organismos fortes e punjantes, como os que existem naquele reino, onde os bancos populares de Milão, servindo de centro dos bancos das pequenas povoações no raio de suas circunscrições, têm adquirido proporções colossais de capital e crédito.

Os bancos populares do sistema Schulze-Delitzsch, difundidos na Alemanha e nos outros países da Europa, têm como principais clientes, os operários e as classes menos abastadas que vivem dos salários e de pequenas produções.

—

O burgo-mestre alemão *Federico Guillaume Rafféisen*, desejando bem facilitar crédito ao operário e ao agricultor-ensaladador, criou e propagou as caixas rurais de empréstimo.

Essas caixas são constituídas com a solidariedade e responsabilidade ilimitada de seus membros, a quem fazem empréstimos para empregos determinados e de necessidade, com remuneração comprovada, circunscrevendo, cada uma das caixas sua ação a território limitado, onde, funcionando nos centros, possa fiscalizar a devida aplicação dos dinheiros que empresta, o procedimento moral e o estado financeiro de seus associados devedores.

As caixas de tipo *Rafféisen*, que formam hoje a importante união de associação agrícola da Alemanha, são verdadeiras sociedades cooperativas de crédito popular agrícola ou sociedades mutuas de pessoal e capital variável, cujo fim é suprir recursos aos

sus membros para o cultivo da terra e exploração das indústrias rurais.

Os proprietários que têm garantias reais, associados a essas utéis instituições também se utilizam do crédito dessas caixas.

Considera *Woltemberg* as caixas rurais de *Raffeinser* a espinha dorsal do sistema de crédito popular, declarando que, assim como a série ligada de pontos formam as linhas, as superfícies e os volumes geométricos, assim também essas pequenas caixas autônomas, reunidas pelos laços da federação à caixa central respectiva como a União das caixas rurais agrícolas em *Nessecied*, formam poderosos elementos, verdadeiras forças impulsoras e indicativas do desenvolvimento material e moral das nações.

Louis Durand, autor do livro *Credito agrícola na França e no estrangeiro*—declara que esses institutos reaisam admiravelmente o *credito rural*, dando solução prática a tão difícil problema.

Despertam essas moralizadas caixas, no proletariado, o princípio da economia que acumulada e empregada, com segurança, ainda a jurosmodicos, formam sommas avultadas, transformando muitos dos seus associados em capitalistas, carentes de seus baveres e pugnadores da solidade e dos interesses do instituto, onde conseguiram fortuna.

O primeiro benefício dessas caixas foi o de pôr ao alcance das classes pobres, mediante diminuta contribuição, os capitais necessários para sustentarem e melhorarem o trabalho.

A quota máxima de entrada era de 1,50 de franco e a quotização mensal 0,25 de franco. Hoje ainda é menor a contribuição dos associados em algumas dessas caixas.

Essas diminutas quotas, que montam a milhões, em vista do grande numero dos contribuintes, são os elementos da formação do capital social, fundo em circulação e de reserva.

Ayuntam também as sommas depositadas em tão modestos e utéis institutos, que na-

pitalizam as contribuições e lucros que obtêm.

Tão pequeno capital, frutificando lenta e feericamente, neostuma o pobre ao espírito de sobriedade e à previdência; sendo bastante esse tenue elemento de crédito, esse modesto princípio de capital para dar ao associado idéia do que pode valer o resultado do trabalho, reproduzindo e poia economia.

Assim, essas caixas rurais geram confiança na iniciativa individual, na força e produtibilidade do trabalho de cada um, riusinando o povo a ter confiança no seu próprio valor e na influencia de seus recursos económicos sobre o seu bem-estar e sobre a riqueza social.

Gracias á essa instituição, o capitalista, que fecharia o seu cofre ao individuo isolado, não hesita em confiar fundos á associação, na qual os prejuízos dos sócios que falecem, enfermam ou fazem más negoces, são compensados pelos lucros dos muitos que prosperam, vindo esta prosperidade manter o equilíbrio, que sempre tem em vista a sua directoria.

Nos seus trabalhos sobre bancos, *Woloshki* reconhece que as economias dos habitantes dos campos ou do interior contribuem para alimentar o crédito industrial ou comercial mais, do que os capitais das cidades para satisfazer às necessidades agrícolas.

—

Os bancos communs de crédito só procuram averiguar a solvência dos pretendentes a empréstimos e as garantias que oferecem.

As caixas rurais de *Raffeinser*, porém, procuram saber ainda mais, a applicação que vai ter o empréstimo pedido, os meios seguros em que confia o pretendente para amortizar o pagá-lo no prazo estipulado, assim de bem reconhecer si pode elle desempenhar o compromisso que deseja contrair.

Essas caixas fazem transações por meio de cheques e de saques, entre si e com as caixas

contratos, às quais estão ligadas por contratos, depositando nelloas os seus fundos, e encarregando-as de promoverem as operações de *del credere* e outras, que lhes facilitam os recursos precisos ás suas transacções.

Com o organismo dessas caixas locaes, dirigidas e fiscalizadas pelo mais idoneo e providoso pessoal das localidades, constitue-se o poderoso sistema das mutualidades de *Raffeisen*, com apoio e movimento nas caixas centraes, que, por sua vez, fortalecidas pelos laços de união com as outras caixas, melhor dispõem de recursos e crédito para acelerar as operações criteriosas que animam o desenvolvimento industrial, artístico e comercial das respectivas zonas.

Taes caixas autónomas e descentralizadas funcionarão em circunscripções ilimitadas, ligadas pelos laços da federação ou dos contratos, no intuito de melhor ampliarem os recursos e créditos necessarios ao desenvolvimento das suas operações.

A experiência tem demonstrado que essa natural criteriosa organização do crédito, a quo mais facilmente se dissemina no interior dos países, fazendo empréstimos até sob a garantia do crédito pessoal, são as mais apropriadas para realizarem o crédito agrícola.

São inestimáveis as positivas vantagens que adquirem os países, onde têm medrado essas populares e adiantadas instituições do crédito, que servem beneficiamento ás classes médias sociaes, concorrendo para o parcelamento da terra, erando assim a pequena propriedade.

Em todos os povos civilizados existem caixas económicas, e onde elles medrarem, hão de medrar com melhor exito as caixas de *Raffeisen*.

Foi como responderam L. Wollemborg, Ludovic de Bosse e D'Andrimont aos que julgaram não poder prosperar, em muitos países tão democrática instituição de crédito.

A diferença essencial entre essas caixas

do povo e as caixas económicas dos Estados é que nestas o proletario, o operário e o agricultor não anferem, como naquellas, das sommas depositadas, qualquer socorro para fundação e melhora do seu trabalho.

Representam as caixas de *Raffeisen* o mais notável esforço feito pelas populações operárias e agrícolas para melhoramento da propria sorte.

Esse sistema de crédito é um elemento do progresso e um exemplo a seguir no mundo civilizado; e no nosso paiz é uma necessidade imperiosa a satisfazer para dar-se realização prática ao crédito agrícola anelostamente reclamado pela nossa lavoura.

O honrado Dr. Bernardino de Campos, quando Ministro da Fazenda, com nítida compreensão da necessidade de ampliar o valorizar a produção nacional, para melhorar a situação económica e financeira do paiz, em seus relatórios demonstrou com desenvolvimento a necessidade da criação, no Brasil, desse tão simples e útil sistema de crédito.

Não tenho legislação apropriada para adoptar-se, no paiz, esse tipo especial de crédito. Essa falta, será, porém, obviada, cabalmente, si o Congresso Nacional, baseado no seu patriotismo — entender adoptar — transformando-o em lei promulgada pelo poder executivo o bem elaborado projecto, a respeito, apresentado pelo Ilustre Dr. Fabio Leal Nunes a este Congresso agrícola.

Decretada essa lei, tão necessaria e reclamada, não será demorada a organização das mutualidades do tipo alludido, o que mais utilidade e benefícios pôde trazer á lavoura.

Existe no Senado Federal, dependendo de parecer da respectiva comissão, um projecto de lei, apresentado pelo senador estadual de S. Paulo, Lacerda Franco, autor de um trabalho impresso a respeito.

Outros projectos sobre o assunto têm sido apresentados a este Congresso agrícola, que os estuda.

E' indispensável que este Congresso, onde se acham reunidos homens praticos, com

verdadeira orientação das necessidades da lavoura, não deixe de obter, como um dos principais resultados de seus trabalhos o esforço, a lei especial que autorise a criação dessas beneficentes mutualidades.

Em satisfação do § 2º do art. 8º, do regulamento deste Congresso, extor-namos desenvolvidamente, as causas da crise da lavoura e os meios que reputarmos praticos para attenuá-las, com a precisa urgencia.

Como preceitua o art. 5º do regulamento interno deste Congresso, passamos a formular as conclusões do nosso trabalho.

Para attenuar e sanar a crise da lavoura, as medidas aconselhadas pelos mestres e recomendadas pela experiência, são, em synthese:

A

—Disseminação pela lavoura dos conhecimentos profissionaes praticos e da utilisação dos processos e instrumentos apropriados, cuja applicação dispensará, concomitantemente, economia de tempo e de dinheiro na exploração do solo pela polycultura.

B

—Divisão da propriedade e mobilização do solo pela applicação da lei *Torrens*, ou pelas inscrições das propriedades em registros públicos, que fornecem os devidos títulos ao portador, assim de serem esses títulos, com promptidão, negociados e transferidos por endoso;

C

—Criação de estatísticas agrícola e comercial para conhecimento da média da produção e do consumo dos productos da lavoura, assim de que os seus verdadeiros valores possam ser determinados pelas relações entre a procura e a oferta.

D

—Regulamentação dos impostos, definindo-se e discriminando-se os que podem ser lançados e cobrados pela União, pelos Estados e pelas Municípios, suprimindo-se, logo, os impostos inter-municípios e inter-estaduais, e substituindo-se gradativamente

o imposto de exportação pelo territorial ou qualquer outro que não atropile a produção.

E

—Aquisição de trabalhadores nacionais e estrangeiros, aptos para o serviço da lavoura, pelo sistema de parceria — a que os remuneraria, proporcionalmente, aos resultados reais de seus trabalhos.

F

—Facilidade de comunicações — viação regular e modica, com abalxamento, tanto quanto possível, das tarifas actuais, para que a lavoura possa, sem demora, trocar os seus productos dentro do paiz e no estrangeiro.

G

—Organização de syndicatos agrícolas que procuram a realiseração prática e urgente das medidas tendentes a satisfazer as verdadeiras necessidades da lavoura — inclusive o estabelecimento do crédito agrícola pelo sistema *Raffeinzen*.

Esses syndicatos, moldados sob o tipo dos congêneres franceses, devem procurar conseguir o aperfeiçoamento nos processos de beneficiar e acondicionar os principais gêneros nacionais e também a regularização da exportação desses gêneros, dos centros de produção para os mercados de exportação obtendo a criação de entrepostos, que emitam certificados de depósito e *warrant*.

Provado o excesso de produção de café sobre o consumo, tem sido lembrada a inutilização, pela queima, desse excesso calculado em 4 milhões de sacas, para valorizar a parte restante, exaltando-se, assim, a procura desse gênero nos mercados consumidores.

Não acreditamos na efficacia dessa medida, maxime nas deprimentes condições de dependência da nossa lavoura dos monopólios de seus productos.

Reduzidas a 10 milhões de sacas ou a menos, como se espera, as colheitas futuras, embora o consumo universal, que tem

augmentado em progressão crescente, estacione em 15 milhões de sacas, o excesso do café existente no mundo será devidamente valorizado.

No caso contrario, em logar da redução pela queima, julgamos preferivel fazer-se eficaz e criteriosa propaganda para o atargamento do consumo desse genero, util isimo à humanidade o consumido em tão diminuta quantidade.

A quantidadn de café a queimar, para valorizar a parte restante, pôde ser vendida, mesmo a preços insignis, e o seu producto applicado áquella propaganda e à realização de outras medidas tendentes a melhorar e valorizar toda a produçao desse genero.

Para isso os favradores, dispondo, cada um, de 20 % de suas colheitas, metade do que deviam queimar, teriam 2 milhões de sacas, que vendidas, ao preço minimo, de 1 £, ouro, por saca, obtoriam 2 milhões de libras.

Com esse capital bem podem ser desenvoltidos os syndicatos agrícolas e estabelecido, com base solidia, o credito agricola.

—

Reputamos as medidas mencionadas sob as letras G, F e D as medidas urgentemente reclamadas pela Lavoura.

Algumas das medidas apontadas dependem da iniciativa particular, outras dependem dos governos da União e dos Estados.

Para realização dessas medidas são precisos a propaganda tenaz, o esforço continuo e a boa vontade de toda a imprensa e dos brazileiros, que comprehendam ser indispensavel desenvolver o paiz as suas rendas naturalmente, pelo augmento da produçao, de forma a satisfazer as suas despezas e ter saldo para empregar no desenvolvimento progressivo de sua civilisação, libertando-se assim dos prejuizes do cambio e conquistando a verdadeira autonomia e independencia.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1901.—
José Ferreira Ramos.

REPRESENTAÇÃO da Associação dos Agricultores do Municipio de Valença à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Dra. SYLVIO RAMOS.

Hmrs. e Exms. Srs. Presidente e mais membros da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

A Associação dos Agricultores do Municipio de Valença, no exercicio de uma das suas attribuições organicas, vem respeitosamente solicitar da ilustre Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro providencias no sentido de serem dadas garantias contra o latrocínio e a vadiagem, que campeiam impunes e assotam as propriedades rurais do Estado, garantias, atâas, prometidas pela Constituição e cuja effectividade preocupa certamente os poderes publicos, como uma inelutável necessidade, a bem da civilização e dos interesses moral e material da sociedade.

Nhgnem, Exms. Srs., que conheça a vida actua da lavoura, nenhum de vós quo, porventura, percorra as nossas propriedades rurais, no intuito de colher os elementos praticos tão uteis para inspirar a conduta do legislador imparcial e patriota, ningnem, diremos nós, deixará de perceber o estado eminentemente desotador em que se acha a lavoura fluminense, victimada por uma serie de verdadeiras catamídades, cada uma das quais por si só seria bastante para o seu aniquilamento completo em curto prazo.

Não é nosso intuito, Exms. Srs., armar a effeito, ciregando as cores, já de si bem negras, do qualro dos infortunios que pesam sobre a lavoura do Estado; não pretendemos, com a exposição franca e leal da situação da agricultura fluminense, atrair as sympathias que inspiram as lagrimas, a compaixão que despertam os sofrimentos. Conscientes dos deveres ardios que nos impõe o patriotismo, não os enxipirímos cabalmente se delxassemos, indiferentes, correr á reveta os direitos que nos assistem como parte integrante do organismo estatal. E' assim

que vimos, não pedir auxílios ou favores que vão pesar sobre os cofres públicos ou contrariar interesses lícitos da comunhão, mas unicamente solicitar a efectividade das garantias prometidas aos cidadãos pelas leis orgânicas do País e do Estado e que só por estes — administradores dos bens comuns e indivisos da sociedade — podem ser dadas. Nos tornariamos demasiadamente enfadonhos. Exms. Srs., si proenrassemos, na medida de nosso bem limitada competência, fazer-vos uma exposição tão minuciosa quanto seria, talvez, necessário, dos males que pesam impiadosamente sobre a lavoura fluminense; demais, as queixas, mais ou menos fundamentadas que surgem por toda a parte e de que a imprensa diariamente se torna o célo, os desastres que dia a dia registra a história agrícola do Estado, seriam, por si só, elementos bastante valiosos para o vosso alto julgamento, si não tivessem no decrescimento assustador das rendas públicas a conlirmação positiva do aniquilamento da produção.

Muitas são, por certo, as causas determinantes do mal que ora atlige a agricultura; mas ao observador Imparcial e consciente, aquelles que com justiça sabem distinguir e apreciar os efeitos e as suas causas, não poderá escapar a causa eficiente da actual situação da lavoura, a razão primordial da aggravação dos males que sobre ella pesam — a sua completa desorganização.

Esta é efectivamente a causa primeira da perturbação económica de nossa vida agrícola.

Estudemos os factos.

Segundo nos ensina a sciencia económica, o capital, a terra e o trabalho são os grandes factores da produçao da riqueza; o elemento indispensável ao desenvolvimento desta, o regulador, si assim nos podemos exprimir, da lei da offerta e da procura, o nivelador, omittim, dos preços, é a circulação; a condição essencial à existencia de todo o regimen económico é, sem a menor duvida, a garantia efectiva e efficaç da ordem, da

propriedade e da justiça, sem a qual é impossível o progresso.

Em synthese, a condição para a produçao e o desenvolvimento da riqueza pública está exactamente no concorso harmonico dos factores — capital, terra e trabalho — servidos por uma ampla circulação, sob um regimen de ordem e de justiça, de garantias, emfim, dos direitos individuaes e collectivos.

Com excepção da terra, todos os outros elementos necessarios ao desenvolvimento normal da produçao, si não faltam por completo, escasseiam, pelo menos, de modo patente e indisentivel para a agricultura fluminense.

O capital foge de nós, o trabalho desaparece de dia para dia, pela completa desorganização em que está, a circulação é entrvada pela imprestabilidade da viação, quer estadual, quer municipal, pelas altas tarifas ferroviarias e pelos onerosos impostos sobre a exportação; a ordem e as garantias da propriedade periclitam a cada instante pela falta de agentes que as façam respellar, o latrocínio e a vadiagem, sem correctivos, enatilham das propriedades rurais para as tavernas, que surgem por toda a parte, consideravel porção dos produtos penosamente obtidos pelo agricultor desprotegido.

Tal é situação da lavoura fluminense.

Sem organização, sem garantias, a crise económica e financeira que assoberba a Nação cahe sobre ella com a impetuosidade da peste nos organismos depauperados, vence as suas ultimas resistencias, leva á cachexia e quiçá á morte, termo final de sua dolorosa existencia.

Diante deste quadro lugubro, que ninguém de boa fé ousará contestar, a Associação dos Agricultores de Valença vêm, Srs. Representantes do Estado, appellar para o vosso reconhecido patriotismo, solicitar de vossa sabedoria a decretação de medidas indispensáveis e urgentes à reconstituição da lavoura e que por sua natureza escapam à competencia e iniciativa dos lavradores.

Dos elementos que nos faltam para a reali-

zação deste objectivo — capital, trabalho, circulação e garantias da ordem e da propriedade — o primeiro é, certamente, o que menos nos preocupa.

Conhecemos a sua índole, sabemos quais as suas preferências. Ele virá célore para nós no momento em que se sentir bem em nosso meio, quando vir o trabalho garantido contra a vadagem e a depredação, quando os falsos amigos da lavoura abandonarem a vereda escabrosa na qual, sob pretexto do garantil-a, fazem della fugir o crédito.

De todos os elementos de que carece a lavoura, a circulação é, certamente, o de mais delicada solução. Para esta se faz necessário o concurso combinado da União pelas tarifas ferroviárias, do Estado, por estas e pelos impostos de exportação, e das Municipalidades pela organização e custeio da viação municipal.

Não pretendemos que de momento possa o Estado abrir mão do mais poderoso factor de sua renda, mas ousamos acreditar que o bom senso do legislador fluminense a serviço do seu patriotismo procurará gradualmente substituir os insuportáveis impostos sobre a produção e saberá prestar não forte às empobrecedas municipalidades para a restauração da sua hoje imprestável viação e neste caso, podemos afirmar, o agricultor fluminense não regateará o seu decidido concurso à obra das mesmas Municipalidades.

Restam-nos, finalmente, o trabalho e as garantias da ordem e da propriedade.

É verdade corrente que a lavoura arca com as dificuldades inherentes à falta de braços para o trabalho. Reconhecendo o facto e procurando minorar seu efeito, o governo estadual, não há muito, promoveu a Immigração para o Estado, fazendo vir com grande dispêndio levas de espanhóis e italianos que foram distribuídos pelas fazendas.

O resultado deste tentamen não se fez esperar.

Talvez não exageremos afirmando que

não existem hoje domiciliados no Estado dez por cento desses imigrantes.

A razão deste facto é óbvia.

Assim como não se começa a construção de um edifício pela cumioira e não se funde uma estatua sem preparar-lhe o molde, assim também não se conseguirá uma colonização laboriosa sem préviamento regular as relações dos colonos, *maxime* quando, provindo estes de classes de baixa educação de países onde o regimen da trabalho chega até à compressão pelas exigências, é certo, da ordem moral e material, são atraiados em um meio completamente oposto, o dos nossos trabalhadores agrícolas, em que a dissolução dos costumes, o desrespeito à lei e ao direito tendem a desenvolver-se, graças — é força dizer-o — à tolerância das autoridades e fruixidão das leis.

O sistema de colonização que se pretendem adoptar foi o de parceria ou simples trabalhadores, bem diverso do adoptado com vantagem nas antigas províncias do Sul, onde o imigrante ao chegar se tornava proprietário do lote de terras que lhe era distribuído. Ainda assim aquelles que acompanhavam este serviço alli sabem quantos milhares de contos de réis custou elle ao Tesouro público, quantas dezenas de milhares de individuos abandonaram seus lotes e emigraram e quantos milhares até hoje não pagaram os mesmos lotes, apesar dos auxílios que lhes eram prestados nos primeiros seis meses de sua estadia e do infinito preço (meio real por braça quadrada) por que lhes foram elles vendidos.

Alli foi o regimen da pequena propriedade que dominou; fez-se do imigrante ao chegar um pequeno proprietário integralmente autónomo; aqui, como em S. Paulo e Minas, a agricultura é constituída pela grande propriedade, o imigrante é um operário, um contractador de serviços.

A disseminação das condições é, pois, patente; e si em S. Paulo a providencia de sens governos, auxiliada pelo estado florescente de novas culturas de café e pela grande

alta dos preços desto, permittindo aos agricultores pagar elevados salarios, conseguiu deter em seu território grande massa de colonos estrangeiros, a crise que ora se estende até lá tem mostrado pelo exodo diário dessa população adventícia que alli, como aqui, o problema não está ainda resolvido.

Agora mesmo aquelle patriótico governo, sempre solícito em acudir os interesses da produção, na qual vê, com justiça, o mais logístico interesse do Estado, faz grandes sacrifícios para restituir à favorecida parte dos impostos que dela recebe, sob a forma de novos braços para substituir os que vão enlouquecendo.

Entretanto, Exmrs. Srs., esta Associação acredita com bons fundamentos que, quanto escasseiem os braços na favorecida fluminense, o aproveitamento dos que existem e que não se dedicam ao trabalho, tornando-se por isso improdutivos e mesmo ladrões à produção, elevaria ao duplo, quicô ao triplo, essa produção e redobriria de nimito o seu custo.

Quem inspirado nos sentimentos de justiça e despreocupado de preconceitos vir a que ponto chegaram na zona agrícola do Estado a vadiagem, o roubo, a embriaguez e toda a serie de vícios repugnantes, que florescem protegidos pela impunidade, desde o balcão das tavernas até o interior dessas verdadeiras poeiras a que dão o nome de casas; quem observar o grau a que attingiu o embriaguez pelo álcool, a prostituição dos costumes, a miséria moral, enfim, do proletariado agrícola, passará, certamente, ante o abandono a que tem sido entregue pelos poderes públicos essa infeliz classe de indivíduos, com prejuízo da riqueza pública, da moral social e manifesto desprezo do sentimento de solidariedade humana.

Constituída em grande parte por escravos e seus descendentes, aos quais, pela lei natural da atração se juntaram os brancos, os mestigos e até estrangeiros, essa massa de indivíduos saída de um regime de opressão, deslumbrou-se naturalmente

com a liberdade e caiu desprotegida no abysmo de todos os vícios, com a sofreruidão do fluminense com a descatela do inconsciente.

Dahi a situaçao em que hoje a vemos.

O generoso abolicionismo causou a melo caminho,

Atirou em escabroso penhasco intes intollerantemente cegos, ignorantes e embrutecidos pelo servilismo e foi descansar sobre os louros de sua mala vitoria.

Os governos, por seu lado, sentindo-se livres do espelho que não lhes dava responso, não mais quizeram pensar no misero negro e nos seus descendentes.

Comprehende-se, Exmrs. Srs., sem grande esforço que esses milhares de individuos, com raras exceções, criados nas senzalas com os mesmos intuitos que guiam a criação das alimarias nos pastos, atirados do chôfre no solo da sociedade, não seriam mais utóis do que estas lançadas em cultivadas setas.

A ignorância, o embrutecimento, os vícios immoderados, a serviço dos resentimentos mais ou menos justificados, são a consequencia fatal da imprevidencia dos governos e do abolicionismo e não affectam hoje aos, talvez, enlouquecidos de outr'ora, mas à sociedade inteira, à sua propria conservação.

Insistimos neste ponto por duas ponderosas razões: a primeira no intuito de lembrar à ilustre Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro a conveniencia de tirar de seu selo uma comissão de inquérito que sem provenções e preconceitos venha por si mesma julgar do que afirmamos; a segunda para respondermos com antecipação às apostrophes, aliás bem frácas, dos pretendidos defensores da liberdade, que consciente ou inconscientemente confundem-na com a depravação e com o menor prezzo dos direitos da sociedade, assim como confundem o azorragne do traficante de escravos com um contrato legal de locação de serviços.

Estes, seja-nos permitido dizer-lhe, gastam

o melhor do seu esforço na defesa lugloria o funesta da vadiagem, do roubo, do aviltamento de uma parte da Nação que tanto valem os seus protestos á, toda a iniciativa para coibir estes males, quando seus talentos e nobres sentimentos seriam realmente úteis à pátria pugnando em favor do levantamento moral desta classe, incentivando-lho o amor ao trabalho, o respeito á propriedade alheia, promovendo a instrução dos seus filhos, ensinando-lhes a respeitar e amar a família, dando-lhes sentimentos de previdencia para garantir o futuro seu e do seus filhos, elevando-os, enfin, à altura de homens livres.

Quizeremos também que esses filantropos, que, cercados das garantias que lhes são dadas nas cidades e que, aliás, são tão severos para com o visitante nocturno de seus poloios, viesssem assistir entre nós á elaboração desses futuros cidadãos que deixam a teta materna para pegar a botija de alcohol, que desde os mais verdes annos são aproveitados como mais flexivel e maneável instrumento das depredações nos vizinhos.

Na capital da Republica, no centro da civilização brasileira, onde estão acumulados todos os elementos de defesa do cidadão, reconhecon-se a necessidade urgente de garantir a ordem e a propriedade com leis mais sumárias e effeazos; e a lei Alfeodo Pinto foi, por assim dizer, em um instante elaborada e decretada.

Entre nós regula a lei commun sem um só agente que a possa fazer respeitar.

A força publica, concentrada na capital do Estado, não fornece aos municipios mais do que as praças indisponíveis á desleiente vigilancia das cadeias e isto quando as fornece; as autoridades rurais são deixadas sem força e sem prestigio para se fazerem respeitar e as atribuições dos representantes da justiça publica estão a todo o momento impondo-lhes o dever indeclinavel de exigir e fazer observar as formulas casuísticas do processo crime.

Traçase, porém, essa massa improductiva de cidadãos a collaborar conmosco na produção da riqueza publica, institua-se a polícia rural para prevenir ou reprimir o crime e a vadiagem, por um lado e á conter a prepotencia de alguns por outro, e a agricultura fluminense terá dado o mais importante passo para a sua restauração.

Assim pensando e crendo que a exposição, tão loal quanto verdadeira, que acaba de fazer, pesará no espírito esclarecido e imparcial do legislador fluminense, a Associação dos Agricultores do Municipio de Valença ousa esperar que essa illustre Assembléa se dignará promover a regulamentação neossarla a fazer cessar, quanto antes, a vadiagem e o latrocínio, os maiores males que pesam sobre a favonra fluminense, criando a polícia rural, elemento indispensável para fazel-os contor.

Certo de que o empobrecido erario do Estado não poderá, nas actuaes circunstancias, custear este servizo, esta Associação pede venia para apresentar a essa illustre Assembléa as idéas que seguem, fructo do seu estudo sobre a materia e que poderão servir de subsidio ao estudo e ás resoluções do poder legislativo na parte que diz respeito á sua competencia.

Taes idéas podem ser resumidas nos seguintes *itens*:

1.º Criação de matrícula nos municipios para todos os trabalhadores agrícolas, meeiros ou parceiros ou proprietades rurais, criados de servir, operarios de fábricas, artífices, feitores de serviços, administradores assalariados de propriedades agrícolas ou pastoris, com excepção das mulheres casadas, vivendo sob o tecto conjugal e os filhos menores sob o paterno;

2.º Criação de um imposto annual e proporcional para os individuos das classes acima especificados, pagável semestralmente á Municipalidade e destinado exclusivamente á manutenção da polícia rural;

3.º Criação pelas Municipalidades de cadernetas de matrícula em que serao pas-

sados os recibos do imposto e nos quais os respectivos proprietários poderão, si o quizerem, fazer registrar os seus contractos de locação de serviços, as contas correntes que tiverem com os contractadores de seus serviços, assim como os attestados de conduta, aptidão e moralidade que lhes aprovou e solicitar destes;

4.^º Criação da polícia rural por secções de distritos, a cargo de chefes que por economia poderão acumular os cargos de fiscaes dos distritos, subordinados todos a um fiscal geral, por sua vez subordinado ao Presidente da Câmara;

5.^º Esta polícia, que será essencialmente rural, será administrada pelo Presidente da Câmara sob a fiscalização de um Conselho Superior constituído pelo mesmo Presidente, pelo Juiz de Direito da Comarca, pelo Delegado de Polícia, pelo Juiz de Paz em exercício e pelo imediato em votos ao Vereador geral menos votado;

6.^º A juízo desto Conselho, em casos excepcionais, poderá ser a direcção desta polícia entregue à autoridade policial, que nunca a poderá retirar do respectivo distrito nem concentrá-la nos povoados; por mais de 24 horas;

7.^º Serão criadas nos distritos comissões auxiliares de três membros, sendo um nomeado pelo Presidente da Câmara, outro pelo Juiz de Direito e outro pelo Delegado de Polícia e que terão por fim informar ao Conselho Superior sobre a conduta, em seus distritos, das praças de polícia e sobre a boa ou má execução dada ao regulamento respectivo;

8.^º Será expressamente estabelecido que as multas cobradas em virtude do respectivo regulamento serão levadas a um fundo especial destinado à criação de asilos profissionais para os filhos de ambos os sexos dos individuos tributados pela lei.

9.^º Regulamentar para o Estado a lei Alfredo Pinto;

A Associação dos Agricultores do Município de Valença tem fundadas razões, Exms.

Srs., para crer que com a adopção das medidas indicadas, que o criterio das Municipalidades saberá executar, teremos concorrido efficazmente para desenvolver a produção e aumentar a fortuna publica, para levantar o nível moral da população rural, para implantar nesta o sentimento da ordem e o respeito à lei e à justiça, para, enfim, elevar a agricultura fluminense ao lugar que lhe compete como parte integrante de um povo que se julga digno de merecer o título de civilizado.

PARECERES

Exm. Sr. Presidente da Comissão do Crédito Agrícola— O trabalho apresentado pelo Sr. Sylvio Rangel e sobre o qual mandou V. Ex. que emitissemos parecer, é uma representação dirigida ao Governo e Assembleia Estadual do Rio de Janeiro pela Associação dos Agricultores do Município de Valença, reclamando modificação de medidas repressivas da vassouragem, no intuito de atrair braços para a lavra.

Somos, pois, de parecer que por intermédio da Sociedade Nacional de Agricultura seja a representação enviada ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Merecem certamente a atenção do Estado muitas das importantes considerações apresentadas pela digna Associação dos Agricultores de Valença.

Rio, 24 de setembro de 1901.—*Matoso Câmara.*—*José Ferreira Ramos.*—*Fábio Leal.*

—

Exm. Sr. Presidente da Comissão União do Crédito Agrícola.

O trabalho apresentado pelo Sr. Dr. Sylvio Ferreira Rangel, representante da Associação dos Agricultores do Município de Valença, contém diversos postulados sobre a situação da Lavrava do Estado do Rio de Janeiro.

E' incontestável o mérito do trabalho que foi submetido à nossa apreciação; mas, contendo ele assumtos que sahem da órbita

da Secção de União e Crédito, deixámos de dar parecer sobre esses mesmos assuntos, nos ocupando apenas dos especiais a esta Seção.

Assim, trataremos apenas das conclusões sob os ns. 1^a, 6^a e 11^a, que se referem às associações do crédito mutuo, sob o tipo Raiffaisen, para o custo da lavoura, cuja utilidade é incontestável, não podendo deixar de ser acolhida a idéa, devendo entretanto ser desenvolvida em um projecto para ser submetido à discussão.

Quanto às outras conclusões, parecem ser de tanto peso, que esta Comissão toma a liberdade de aconselhar sua publicação para no Congresso Geral serem devidamente discutidas e tomadas em consideração.

Rio, 25 de Setembro de 1901.—*Pabio Leal,
Matoso Camara, José P. Ramos.*

PROJECTO

ENSINO PROFISSIONAL AGRÍCOLA E BANCOS ESTADUAIS DE CRÉDITO AGRÍCOLA

Considerando que a lavoura, para se levantar do abatimento em que se acha e poder competir com os produtos similares nos mercados estrangolros, carece de instrução profissional e capital a juro modico, porquanto sem o concurso desses dois factores o agricultor não consegue « tirar da terra e da natureza os elementos quo lhe são necessarios pelos melhores processos e nas melhores condições de lucro », na phraso de L. Passy (Louis Dop. O Banco Central de Crédito Agrícola, pag. 60);

Considerando que, para a diffusão dos conhecimentos profissionais theoricos e praticos, segundo os métodos mais aperfeiçoados, faz-se mestre a criação de institutos de ensino, quer oficiais, quer particulares — auxiliados pelos poderes públicos;

Considerando quo existem já em alguns Estados institutos de ensino profissional agrícola, v. g. o antigo Instituto Bahiano de Agricultura, criado por decreto n. 2.500 A, de 1 de novembro de 1859, quo, por falta de recursos pecuniários, não podem assimilar

os processos da selvada moderna e reorganizar-se de modo a prestarem os mais profícuos serviços à lavoura;

Considerando quo incumbe aos poderes constituidos da União e dos Estados, eminentivamente, animar a agricultura do país, nos termos do art. 35 § 2º da Constituição de 24 de fevereiro;

Considerando que a instrução profissional e o crédito agrícola se acham tão estreitamente ligados que a cultura intellectual do agricultor esterilisa-se se elle não dispõe do capital para aplicar os conhecimentos adquiridos;

Considerando que, a exemplo do que se tem praticado em outros países, o crédito agrícola, para ser eficaz e aproveitar a todos os lavradores, deve partir da periferia para o centro, estabelecendo-se bancos regionais;

Considerando que, em virtude do citado artigo 35 § 2º da Constituição, a União e os Estados devem cooperar com os agricultores na fundação do Crédito Agrícola, não pela isenção de impostos e concessão de outros favores, como também pela garantia de juros;

Considerando quo, em alguns Estados, v. g., o da Bahia, o Governador e a Assembleia geral harmonizados e unileados pelo pensamento patriótico de animar, alentiar e salvar a lavoura, enfrentaram o problema do Crédito Agrícola, tocando projectos de lei, como o quo, junto oferecemos á apreciação do Congresso;

Considerando quo, para atrair aos Bancos de crédito agrícola os capitais retratados, é indispensável reforçar com a garantia de juros federaes as letras hypothecárias por elles emitidas e garantidas pelo Estado;

Considerando quo, tomadas as necessarias cautelas, não devem recuar a União e o Estado quo se agrava a sua responsabilidade pola garantia de juros; porquanto, conforme se lê no relatório do Ministro da Fazenda, do 1895 (Rodrigues Alves), a vida dos

nossos estabelecimentos de crédito demonstra a constante pontualidade da locoura no cumprimento de suas obrigações;

Considerando que os agricultores brasileiros são em geral homens honestos e só deixam de pagar os seus débitos por motivos de força maior; porquanto — consta do citado relatório — a carteira hypothecária do Banco do Brasil, criada em 1867, cujas operações elevavam-se a 76.263.213\$338, foi liquidada — produzindo — 74.629.809\$950, o relatório do mesmo banco, de 1891, afirma que de 168 dvedores representando 8.394.710\$310, achavam-se alvezados apenas seis em prestações vencidas, na importância de 10.721\$110;

Considerando que, com a dupla garantia de juros, as letras hypothecárias dos bancos agrícolas oferecem vantagens certas e seguras nos capitalistas:

Propomos as seguintes conclusões:

O Congresso Agrícola entende ser necessário à salvação, ao desenvolvimento e ao progresso da lavoura:

1.º Que se fundem nos Estados institutos de ensino profissional, onde se diffundam conhecimentos teóricos e práticos de agricultura, segundo os métodos mais aperfeiçoados, com o intuito de habilitar os agricultores brasileiros a tirarem da terra as maiores vantagens possíveis e nas condições as mais favoráveis do lucro.

2.º Que a União e os Estados, cumulativamente, auxiliem com subvenção, isenção de direitos e outros favores os institutos de ensino agrícola existentes no país e os que se crearem, por iniciativa particular, com elementos de vida.

3.º Que os Estados, com o fim de proporcionarem capitais à lavoura e às indústrias connexas, concedam garantia de juros, isenção de impostos e outros favores aos Bancos de crédito real que se fundarem em seu território para operar em empregos agrícolas ou industriais, mediante emissão de letras hypothecárias, na forma da legislação federal, ou penhor agrícola.

1.º Que a União, com o intuito de unir a agricultura no país, nos termos do art. 35 § 2º da Constituição do 21 de fevereiro, adde a garantia de juros federal à que for concedida pelos Estados, valorizando ainda mais o tornando títulos da primeira ordem as letras hypothecárias emitidas pelos Bancos estaduais.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 1901.
— *Ignacio Tosta, — P. Nodré, — Satyro Dias, — Paula Guimardes, — Paranhos Montenegro — J. J. Sabra, — Nicolau Tolentino, — Domingos Sergio de Carvalho, — Manoel Victorino.*

A Assembléa Geral Legislativa do Estado da Bahia decreta:

Art. 1.º Ao Banco que se fundar neste Estado, tendo por fim operar em empréstimos e adjutamentos à lavoura e indústrias connexas, é o Governo autorizado a conceder os seguintes favores:

1.º Garantias de juros de 7 %, no ano, durante o prazo de 20 anos, sobre o capital realizado, que, salvo ulterior deliberação do Governo, de acordo com a Diretoria do Banco, será de 5.000.000\$000.

2.º Garantia de juros e do amortização das letras hypothecárias que forem pelo Banco emitidas de acordo com a legislação federal em vigor.

3.º Isenção de quaisquer impostos que possam incidir sobre o capital e lucros de Banco ou sobre qualquer operação de caráter essencialmente bancário.

4.º Isenção de imposto de transmissão de propriedade dos imóveis que forem adjudicados ao Banco ou por ele recebidos em pagamento.

5.º Isenção de sellos e custas pertencentes ao Estado, nas execuções promovidas pelo Banco, quando o produto dos bens exentados ou o preço da ajuizada não exceder a importância do seu integral pagamento.

6.º Concurrença das letras hypothecárias com as apólices da dívida pública do Estado, como valores para os casos do canhão e fiança nas repartilhas públicas estaduais e municipais, nos juizados e tribunais do Estado, não

sendo, depois que essas letras começarem a ser emitidas, aceitos outros títulos para caução e fiança, salvo, além das apólices do Estado, as da dívida pública federal.

Art. 2.^º Observando o disposto na legislação federal, o Banco poderá funcionar logo que tenha realizado o capital do quinhentos contos de réis.

Art. 3.^º A taxa de juros dos empréstimos não poderá exceder do 9 % ao anno, pagáveis por semestres vencidos; e a de amortização será a que fôr estipulada, de modo que o empréstimo seja reembolsado em prazo que não exceda o máximo de 20 annos para os empréstimos hypothecários e de cinco annos para os pignoraticios. Esses prazos poderão ser modificados por decreto do Governo, si a experiência aconselhar a vantagem dessas modificações.

§ 1.^º Além dos juros, cobrará o Banco, por uma vez, a comissão de 1 % sobre a total importância do empréstimo.

§ 2.^º Salvo proposta do mutuário em contrário, serão anuais as prestações para amortização.

Art. 4.^º Os empréstimos só poderão ser contractados mediante as seguintes garantias:

1.^º De hypotheca de propriedades agrícolas, inclusive fazenda de criação ou efectiva cultura ou exploração e, accessoriamente, de prédios urbanos, não excedendo a importância mutuada de 50 % do valor dos bens dados em garantia.

2.^º De penhor agrícola:

a) sobre bens moveis ou semoventes, fructos pendentes, ou cothidos armazenados na propria fazenda do mutuário, até 33 % do valor delles;

b) sobre productos armazenados em trapechos ou entrepostos comerciais, até 60 % do seu valor.

3.^º De caução:

a) do títulos da dívida pública federal ou estadoal, das letras hypothecárias do proprio Banco com abatimento de 10 % sobre o valor da cotação;

b) de ações de companhia ou sociedade

anonyma que gozo do garantias de juros do Governo da União ou do Estado, de bilhetes de mercadorias e de debentures, companhias ou sociedades anonymas, com desconto de 20 % no valor da cotação, ou no valor do bilhete de mercadorias, baseado no preço corrente deste.

Art. 5.^º Nos empréstimos que realizar, o Banco deverá entregar nunca menos de 20 % em moeda legal e mais em letras hypothecárias de sua emissão.

Art. 6.^º O Banco, sempre que se julgar habilitado, poderá operar sobre essas letras, convertendo-as em moeda corrente, recobrando-as contra esta com abatimento nunca superior a 10 % de sua cotação.

Art. 7.^º Os empréstimos feitos pelo Banco devem ser destinados à movimentação e ao desenvolvimento das indústrias agrícolas e pastoril ou a indústrias connexas.

Art. 8.^º Além das operações já mencionadas, a seus devedores, para a venda de seus productos, bem como para a importação de machinismos e instrumentos destinados às indústrias a que se refere esta lei, percebendo por essas operações comissão moderada.

Art. 9.^º Para o empréstimo sobre penhor, no caso do art. 4^º, n. 2, letra a, além do que estiver por direito estabelecido, é indispensável que o mutuário apresente atestado de um ou mais de seus vizinhos lavradores, a juizo da direcção, declarando a quantidade e qualidade dos moveis, semoventes, fructos pendentes ou colhidos e a estimativa de seu valor, e abonando o mesmo mutuário. O signatário do atestado é responsável *in solidum* perante o Banco, no caso de falta de exactidão das suas declarações, assim como no caso de extravio dos bons dados em penhor, se não avisar ao Banco o tempo de poder este acauletar sous direitos.

Art. 10. O Banco será ainda obrigado:

1.^º A não concordar empréstimos sem a verificação prévia do que a venda média anual dos bens que forem dados em hypo-

theica é suficiente para o serviço da dívida hypothecaria.

2.^o A não exigir deposito, nem pagamento superior a 300\$ para as despesas de avaliação e outras anteriores ao contracto.

3.^o A não realizar emprestimos senão sobre bens agricolas e acessoriamente sobre propriedades urbanas sitas no Estado e sobre os títulos a que se refere o art. 4^o, n.º 4.

4.^o A permitir aos mutuários, se o não quizerem efectuar nas mesmas condições, o contracto do penhor agricola com outrem, desde que no contracto fique assegurado o serviço da dívida hypothecaria.

5.^o A converter em apólices da dívida pública do Estado 20 % do valor da sua omissão de letras até completar o seu capital, assim como o seu fundo de reserva, sondando as apólices depositadas no Tesouro do Estado, revertendo ao Banco os seus juros.

Art. 11. A emissão de letras hypothecarias será feita por séries de mil centos de réis limitada ao quintuplo do capital realizado, ficando o Governo do Estado autorizado a elevar-a ao docuplo, si a experiença demonstrar a utilidade desta medida.

Art. 12. Nenhuma omissão será feita sem prévia autorização do Governo do Estado, não se podendo dar começo à omissão da série immediata, enquanto não estiver entregue à circulação a série anterior.

Art. 13. Quando o emprestimo tiver sido feito em letras hypothecarias poderão ser feitas com estas letras, ao par, na mesma razão do emboço do emprestimo, as prestações de amortização. Também serão aceitas as mesmas letras ao par nos casos de pagamento antecipado do valor integral da dívida hypothecaria.

Art. 14. A responsabilidade do Estado será coberta e garantida pelo Banco com o capital e quaisquer fundos que possuir o mesmo Banco e com o seu activo, salvo preferencia das suas letras hypothecarias.

Art. 15. Dada a eventualidade da falta de

pagamento por parte do Banco, o Governo resolverá a sua liquidação ou se decidirá por outro alvitre que no caso lhe pareça mais conveniente, submettendo o seu acto à aprovação da Assembleia Geral do Estado, que resolverá definitivamente sobre o assunto. Qualquer, porém, que seja nosta hypothese a providencia tomada, passará imediatamente a cargo do Tesouro o serviço do pagamento dos juros e amortização das letras hypothecarias.

Art. 16. O Governo torrá entre os diretores do Banco, cuja numero não excederà de tres, um do sua livre escolha e confiança, que será o Presidente.

Art. 17. Si até o dia 1 de Janeiro do anno seguinte ao em que for promulgada esta lei nenhum banco se houver organizado, ou se achar em via de organização neste Estado, para fins nolla estabelecidos, poderá o Governo fazer dessa data em diante cobrar a contribuição do mais um por cento sobre o valor oficial na exportação de todos os productos agricolas, contribuição que fica desde já criada pela presente lei.

Art. 18. Esta contribuição será especialmente aplicada à constituição do capital do Banco e cessará logo que este attingir a cinco mil contos.

Art. 19. O producto desta contribuição será mensalmente levado a um ou mais estabelecimentos de credito que, oferecendo vantagens pelo depósito das quantias recolhidas, mais confiança mereçam ao Governo.

Art. 20. Logo que esse produto atinja a importância de quinhentos centos de réis será instalado o Banco. Neste caso, o maximo do juro para o mutuário será do 8 % ao anno.

Art. 21. Constituído desta forma o capital do Banco, a sua primeira direcção será designação do Governo.

Art. 22. Neste caso será também nomeado, depois de constituído o Banco, um conselho deliberativo composto do Presidente da Junta Directora da Associação Commercial desta Praça, do Director da Contabilidade do The-

sor do Estado e de 38 lavradores dos mais considerados do Estado.

Paragrapho nulo. A este conselho, além das atribuições que por lei competem às assembleias gerais das sociedades anonymas, pertence a de preencher por eleição, que recalhará sempre em lavradores, e por escrutínio secreto, nas suas sessões anuais ordinárias, as vagas que ocorrerem por qualquer motivo entre seus membros, excepto os dous primeiros indicados, salvo sempre ao Governo o direito de nomear um director, enquanto vigorar a garantia concedida no art. 2º.

Art. 23. O Governo é autorizado :

1.º A contractar com qualquer estabelecimento bancário da praça, que oferecer garantias, a organização de uma carteira especial para antecipar os serviços do Banco, com os favores desta lei, devendo a mesma carteira ser lhe transferida logo que esteja o dito Banco constituído e habilitado a funcionar.

2.º A estabelecer, no regulamento que der a esta lei, as limitações e garantias que julgar convenientes para acantilar os interesses do Tesouro. 3.º A aplicar à constituição do capital do Banco o remanescente de qualquer empréstimo que porventura contrahir, sendo fulta a expensas do Banco o serviço de juros e amortização relativa essa parte. 4.º A organizar os estatutos do Banco, que poderão ser reformados pelo conselho deliberativo ou assembleia geral num anno depois de começar este suas funções. Pelos estatutos poderá ser admittida a constituição mista do fundo capital, sendo uma parte formada por entradas de acionistas e a outra nos termos do art. 17.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário. — *Barão de S. Francisco.* — *Quintino Ferreira.* — *Austricliano de Carvalho.* — *Felix de Carvalho.* — *José Justino.* — *José Gabriel* (com restrições).

Dépêxa anual de um dízimo ou serviço de uma dívida de 100:000\$000

ANOS	PELO FUNDO DE 2% ACUMULATIVO DE AMORTIZAÇÃO	PELA AMORTIZAÇÃO DE 5% DO CAPITAL PRIMITIVO
1º.....	11:000\$000	11:000\$000
2º.....	11:000\$000	11:550\$000
3º.....	11:000\$000	13:100\$000
4º.....	11:000\$000	12:750\$000
5º.....	11:000\$000	12:200\$000
6º.....	11:000\$000	11:750\$000
7º.....	11:000\$000	11:200\$000
8º.....	11:000\$000	10:850\$000
9º.....	11:000\$000	10:100\$000
10º.....	11:000\$000	9:950\$000
11º.....	11:000\$000	9:500\$000
12º.....	11:000\$000	9:050\$000
13º.....	11:000\$000	8:600\$000
14º.....	11:000\$000	8:150\$000
15º.....	11:000\$000	7:700\$000
16º.....	11:000\$000	7:250\$000
17º.....	11:000\$000	6:800\$000
18º.....	11:000\$000	6:350\$000
19º.....	11:000\$000	5:900\$000
20º.....	8:670\$53	5:450\$000
	215:670\$53	193:700\$000

ANOS	CAPITAL	AMORTIZAÇÃO	JUROS
1º.....	100:000\$000	2:000\$000	9:000\$000
2º.....	98:000\$000	2:180\$000	8:820\$000
3º.....	95:820\$000	2:370\$200	8:623\$800
4º.....	93:117\$800	2:560\$058	8:409\$042
5º.....	90:853\$742	2:823\$194	8:176\$806
6º.....	88:030\$548	3:077\$251	7:922\$749
7º.....	84:957\$297	3:351\$201	7:445\$796
8º.....	81:599\$093	3:657\$082	7:343\$918
9º.....	77:913\$011	3:987\$130	7:044\$870
10º.....	73:975\$881	4:347\$791	6:755\$209
11º.....	69:744\$090	4:734\$732	6:425\$826
12º.....	65:179\$358	5:160\$187	5:839\$142
13º.....	59:741\$500	5:625\$335	5:374\$005
14º.....	54:093\$105	6:131\$316	4:8 88384
15º.....	47:961\$549	6:683\$44	4:314\$539
16º.....	41:278\$088	7:284\$973	3:715\$807
17º.....	33:993\$145	7:940\$320	3:365\$870
18º.....	26:072\$495	8:057\$270	2:344\$872
19º.....	17:397\$149	9:433\$251	1:563\$749
20º.....	7:932\$078	7:932\$078	716\$767
	100:000\$000	147:670\$35	
Total de juros e amortização...	215:670\$53		

ANNO	CAPITAL	AMORTIZAÇÃO	JUROS
1º.....	100:000\$000	5:000\$000	9:000\$000
2º.....	95:000\$000	5:000\$000	8:500\$000
3º.....	90:000\$000	5:000\$000	8:100\$000
4º.....	85:000\$000	5:000\$000	7:650\$000
5º.....	80:000\$000	5:000\$000	7:200\$000
6º.....	75:000\$000	5:000\$000	6:750\$000
7º.....	70:000\$000	5:000\$000	6:300\$000
8º.....	65:000\$000	5:000\$000	5:850\$000
9º.....	60:000\$000	5:000\$000	5:400\$000
10º.....	55:000\$000	5:000\$000	4:950\$000
11º.....	50:000\$000	5:000\$000	4:500\$000
12º.....	45:000\$000	5:000\$000	4:050\$000
13º.....	40:000\$000	5:000\$000	3:600\$000
14º.....	35:000\$000	5:000\$000	3:150\$000
15º.....	30:000\$000	5:000\$000	2:700\$000
16º.....	25:000\$000	5:000\$000	2:250\$000
17º.....	20:000\$000	5:000\$000	1:800\$000
18º.....	15:000\$000	5:000\$000	1:350\$000
19º.....	10:000\$000	5:000\$000	900\$000
20º.....	5:000\$000	5:000\$000	450\$000
		100:000\$000	91:500\$000
Total de juros e amortização...			191:500\$000

INDICAÇÃO

Venho apresentar à Illustrada comissão, incumbida de estudar o assunto — organização bancária —, não um projeto, que a mesma comissão, com outra competência formularia; mas a Indicação da criação de bancos municipais, destinados a auxiliarem a pequena lavoura, o, designadamente, o algodão, o cacau, o fumo, a manjuba e os cereais em geral.

Ou sejam os bancos directamente criados em díazos municipios, ou sejam caixas filiais do banco existente na Capital de cada Estado, a medida impõe-se nas condições actuais da pequena lavoura.

E' esta exactamente a lavoura que ainda não logrou auxílio directo dos Poderes da Nação; enquanto que as grandes culturas, desde longe, embora quasi sem utilidade, têm obtido favores mais ou menos amplos.

Os bancos municipais, ainda mesmo com capital modesto, viriam desenvolver todas as culturas indicadas, libertando o país da importação dos artigos que a nossa terra produz com largueza, sendo então suficientes para todo o consumo interno e a exportação.

A idéa não é nova, confessso; mas, enquanto não posso justificar o meu asserto, apresento-a sob minha responsabilidade, porque, até este momento, não me consta que alguém lembrasse o alvitre.

Os bancos municipais emprestariam mediante hypotheca, penhor agrícola ou simples garantia individual, quando a quantia não excedesse de 1:000\$, admitindo-se, em todo caso, umortização e juros os mais modestos.

A illustrada comissão indicaria se esses bancos devem gozar de garantia do juros dos Estados ou destos e da União conjuntamente.

Em summa, sujeitando-me de baixoamento ao criterio da comissão do — Culturas divorcadas — a vantagem dos muñhos que solicito para a pequena lavoura.

Capital Federal, 23 de setembro de 1901.—
Dr. Demócrata Cavalcanti.

PROPOSTA

Considerando que o maior flagelo da agricultura é a formiga saúva, que de alguns pontos do territorio já tem expulsado os productores, impidiendo toda e qualquer cultura, estendendo-se cada vez mais a área de suas devastações;

Considerando que o combate à saúva e a outros insectos nocivos à lavoura redonda em beneficio da produção, do fisco e das empresas de transporte;

Considerando que essa luta é actualmente dispendiosissima, mesmo para aquelles que dispõem de recursos, o impossivel para os proprietários de pequena fortuna por causa da carestia do material empregado;

Considerando que em toda a parte do mundo civilizado o exterminio dos parasitas da agricultura merece toda a sollecitude dos poderes publicos, porque importa em aproveitamento do trabalho, diminuição de sacrifícios, economia no custo da produção e consequente desenvolvimento da riqueza geral, proponho que o Congresso Nacional da Agricultura solleite dos poderes competentes

tos a isenção dos direitos e impostos para os insecticidas e máquinas destinadas à sua applicação e redução dos fretes nas estradas de ferro para o transporte desse material como um princípio de defesa común.

Capital Federal, 25 de setembro de 1901.—
Americo Werneck.

A comissão nomeada para estudar a proposta apresentada pelo Sr. Dr. Americo Werneck sobre a extinção dos insetos que flagelam a lavoura, e de acordo com as idéas sustentadas pelo proponente, é de parecer que o Congresso da lavoura solleto do Governo Federal a isenção de direitos para os insecticidas e as máquinas destinadas à sua applicação, bem como redução de fretes nas estradas de ferro.—*Oscar Varady.*

PROPOSTAS

Proponho que o Congresso Agrícola, pelos meios a seu alcance e junto ao Governo dos Estados e da União, se esforce pela realização das seguintes medidas:

1º. Organização de uma rede de estações meteorológicas em toda a República;

2º. Estabelecimento de poços alimentados por águas subterrâneas, nas zonas onde há escassez desse alimento, e munidos dos modernos aparelhos de elevar água à superfície do solo;

3º. Emprego dos modernos locomóveis nas estradas de rodagem, a exemplo do que se faz na Europa, nas zonas não servidas por caminhos de ferro, onde a produção agrícola sólgo o menos possível com o seu transporte aos escoadouros naturais.

S. R. — Em sessão a 25 de setembro de 1901. — *Pedreira Franco.*

Considerando que as tarifas de transporte, estabelecidas para cada classe de mercadorias, devem abranger o custo geral do ser-

viço prestado, e atender ao mesmo tempo ao seu valor venal, de modo que não se tire do produto mais do que elle pôde dar;

Considerando que o frete mínimo, estabelecido para os trens ordinários, destroem essa proporção, principalmente quanto ao valor do producto e a distância percorrida;

Considerando que os impostos do selo federais e estaduais, reunidos às taxas accessórias, denominadas de inscrição, aviso, expediente, carga e descarga, etc., alteram profundamente o régimen das tarifas, principalmente quanto aos pequenos despachos, pois gravam indistintamente todos os produtos e todos os transportes, representando ás vezes um aumento de 800 a 1.000 %;

Considerando que esse aumento proveniente dessas taxas, sendo pouco sensível nas grandes expedições, mata o pequeno comércio, a pequena lavoura e a pequena indústria, prejudicando o abastecimento dos povoados e a própria indústria dos transportes, cujos trens ordinários fazem a mesma despesa forçada, reboeando inutilmente seu peso morto;

Considerando que a taxa de carga e descarga só deve ser admittida para as mercadorias a granel, que exigem pessoal extraordinário, quando o serviço não é feito pelos interessados;

Considerando que na tarifa previamente estipulada deve estar comprehendida toda a remuneração dos serviços de transportes, e que a criação das taxas accessórias dá lugar a absurdos e prejuízos consideráveis, excedendo o limite da resistência comercial;

Considerando que a abolição dos impostos e das referidas taxas accessórias só redundaria em proveito do comércio, da riqueza particular e da receita das próprias estradas de ferro, porquanto elas impedem actualmente esse comércio, prejudicando inutilmente os produtores, sem vantagem real para o fisco e para as empresas, que deixam de perceber a renda, em consequência da falta de matéria tributada ou transportada;

Considerando que essas taxas já foram abolidas na rede mineira da Leopoldina, sem prejuízo para os transportes, segundo demonstrou a experiência ;

Considerando que as tarifas adoptadas para cada classe de mercadorias já representam em média por acordo reciproco uma remuneração razoável ao serviço geral;

Considerando que o aumento ou redução do frete deve ser estudado em relação a cada caso particular e não onerado indistintamente por taxas que destroem as bases da tarificação ;

Considerando que a somma dos impostos de sello (200 réis federal e 200 réis estadual) unida às taxas accessórias (100 réis de inscrição e 100 réis de expediente), para não faltar de outras que já representam um aumento de 30 %., sobre o serviço de transporte, quando o despacho é de 2\$, e que dali para baixo esse aumento atinge às raias do absurdo ;

Considerando que os impostos são indevidamente cobrados tantas vezes quantos são os redespachos do mercadorias em transito por diversas estradas de ferro, aggravando ainda mais a situação criada pelas taxas accessórias cobradas por cada uma delas :

Proponho que o Congresso Nacional de Agricultura solicite do Exm. Sr. Ministro da Viação, do Congresso Federal e dos Governos Estadoaes :

1.º A abolição do imposto do sello e de todas as taxas accessórias para os despachos inferiores a 2\$000 ;

2.º Abolição do frete mínimo nos trens ordinarios, prevalecendo a tarifa adoptada para cada genero, sem acréscimo de outras taxas ;

3.º Pagamento do sello numa só vez para os generos em transito até o ponto de destino, seja qual for o numero de redespachos ou de estradas de ferro por onde elles transitem;

4.º Abolição das taxas de carga e descarga, excepto para as mercadorias transportadas a granel, quando aquello serviço não for feito pelos interessados ;

5.º Redução do frete e rapidez do transporte para os generos de fácil deterioração, sobre as bases estabelecidas nas condições regulamentares da E. F. Leopoldina, rede mineira ;

6.º Responsabilidade efectiva na entrega do genero nas condições em que elle foi despachado.

Capital Federal, 25 de setembro de 1901.
—*Americo Werneck.*

PROJECTOS

PEQUENOS BANCOS

Sendo hoje convicção geral, que a desorganização do trabalho e consequente anemia não só da lavoura, como do commercio e outras industrias tem como unica o principal, ou, vordadeiramente, a morte do crédito em nosso País, apresento algumas das principais basos para a fundação de pequenos bancos estadoaes, reglonas e municipaós, segundo a importancia e as necessidades reclamadas em cada uma das circunscrições da Republica.

Art. 1.º Os bancos serão organizados e funcionarão de acordo com a lei que rego as sociiedades anonymas.

Art. 2.º Os bancos farão empréstimos à lavoura e às industrias sob hypothecas de immoveis, moveis de valor real, como fructos já colhidos e depositados, não sujeitos a deterioração, semoventes, fructos pendentes, também não sujeitos à deterioração, não cobrando mais do 10 % de juros, nem estabelecendo prazo de menos de 7 annos, salvo acordo com o mutuário.

Além dos juros, os bancos, apenas cobrarão de uma só vez a commissão de 1 1/2 por cento sobre o valor do empréstimo.

3.º Os empréstimos serão em moeda corrente, na proporção de douz torços ou mais em lotras e de um terço ou menos em moeda-papel.

4.º Os bancos poderão negociar as suas

próprias letras, mas nunca com abatimento ou desconto superior a 10 (dez) por cento à cotação oficial do dia.

3.^a A comissão das letras é limitada ao decuplo do capital realizado.

4.^a As letras terão curso legal dentro do cada Estado, e em todas as Repartições públicas, quer estaduais, quer municipais, e serão recebidas para qualquer fim.

Art. 3.^a Estes bancos poderão ter uma secção comercial, organizada convenientemente, e incumbida de operar como intermediária entre os produtos do País, os mercados estrangeiros e vice-versa.

Paragrapho único. Poderão ainda os bancos tomar a si a fundação de estabelecimentos agrícolas e pastoris, onde no lado dos serviços da lavoura e das culturas normais se ministre instrução sobre agronomia, zootécnica e Indústrias connexas, docentes ou acessórias.

Art. 4.^a Os bancos terão agências tanto na Capital Federal, como em outros pontos do País, que forem necessários e julgados convenientemente e caso, também, às necessidades acima elencadas, — outras fora do País.

Art. 5.^a O Governo Federal concederá aos bancos desta natureza os seguintes favores:

I. Garantia de juros sobre o capital realizado até o limite de cinco mil contos.... (5.000.000\$) e durante 25 anos;

II. Garantias dos juros e amortização das letras hypothecárias emitidas por estes bancos;

III. Isenção de imposto:

a) para imóveis pertencentes a estes bancos;

b) para as operações de ordem bancárias;

c) para os artigos que o banco tiver de importar, destinados à lavoura ou às indústrias ou estabelecimentos agrícolas ou pastoris que forem fundados;

d) para os móveis, somoventes e tudo o mais a que se refere o art. 2^a.

IV. Isenção de sollos e custas, impostos de transmissão de propriedade, das dívidas aos

Estados ou às Municipalidades das mesmas nas liquidações que os bancos tiverem de fazer em juízo.

V. Além da garantia do juro concedida ao capital dos bancos e às letras hypothecárias, concederá também uma subvenção anual, correspondente à metade das despesas de custeio que os bancos tiverem de fazer com os estabelecimentos rurais que fundarem.

Art. 6.^a O Governo Federal fiscalizará os serviços destes bancos pela forma e onus que julgar conveniente.

Art. 7.^a Os bancos, títulamente responderão poranto o Governo com todo o seu activo.

Art. 8.^a Si se chegar a verificar em qualquer tempo, que estes bancos deixaram de ser pontuais nos compromissos que assumem, o Governo terá com o direito de chamar a si todos os bens, serviços e funções dos mesmos, nomeando-lhes administração ou devolvendo-lhos a liquidação imediata. Neste caso, a efetividade das garantias asseguradas às letras hypothecárias será logo mantida pelo Tesouro Federal.

O meu intuito apresentando este projecto, não é que acredeite de achar em nello contidas todas as providências necessárias de regular o funcionamento de tais institutos, mas sim-simplesmente, sugerir algumas ideias gerais para servirem de certa base aos planos que já têm sido publicados e outros que venham a ser fundidos ou formulados para este mesmo fim.

Sala das Sessões do Congresso do Agric平tura, 30 de setembro de 1901. — M. Corrêa de Freitas.

Sobre tarifas moveis e redução de fretes

Considerando:

1.^a Que não tem justificativa nem razão de ser, no estado de desvalorização em que se acham os gêneros de produção nacional, a perduração de tarifas moveis, que tanto mais elevam os fretes quanto mais se despreza o valor da moeda brasileira e por-

tanto o preço dos genoros destinados à exportação e ao consumo interno;

2.^o Que essa elevação dos fretes ferro-via-rios e fluviais e marítimos é uma das causas esflelentes das angustias que apremiam no momento a industria agrícola nacional;

3.^o Que é do maior alcance e conveniencia geral desobrar a favoura dos altos fretes que ella está senão forçada a pagar em virtude das tarifas móveis;

Proponho quo o Congresso da Agricultura ora reunido delibere representar a os poderes federaos no sentido de older das estradas de ferro em trasiego e das companhias de navegação fluvial e marítima, a maxima redução de suas tarifas, dando-lhes em compensação favores especiaos, almda mesmo o espargamento do prazo das concessões para exploração de seus privilégios.

Sala das sessões do Congresso Agricola em 27 de setembro do 1901.—*Antonio de Medeiros*, representante da Sociedade de Agricultura do Ceará, lavrador e director do *Jornal dos Agricultores*.

Sobre a organização do ensino agrícola

Considerando :

1.^o Que a maior parte dos males que assligem a agricultura nacional se origina da falta de instrução agrícola;

2.^o Que é de grande proveito para o futuro do Brasil a maior dissominação possivel dos conhecimentos orgânicos;

Proponho quo o Congresso de Agricultura delibere :

1.^o Em cada Estado e no Distrito Federal deve quanto antes ser criada una Escola de Agricultura, revestindo a fôrma de internato, na qual será proporcionada aos meninos que se matricularem, e aos orphelhos e desamparados que para ella forem remetidos pelos respectivos julzes, a instrução agrícola completa, dando-se a cada um, no fim do curso, um título de regente agrícola;

2.^o Na Capital Federal será criada una Escola Superior de Agronomia, tendo anexos

cajpos de experiência e demonstração, e revestindo a dita Escola a fôrma do extez-nato, frequentado pelos tres alunos que melhores notas houverem obtido em cada uma das Escolas de Agricultura estadaos do Distrito Federal, e por todos quantos quizerem dedicar a esses estudos, independentes de certificados de exames preparatorios, mediante simples exame de sufficiencia, sendo a todos os aprovados expedido no fim do curso quinquenal um título de agronomo;

3.^o Em cada Estado e no Distrito Federal deverá ser criado um corpo de agronomos itinerantes, quo percorram as zonas agrícolas e dissominação praticamente as modernas noções agronomicas, ensinando ao mesmo tempo o manejo e o emprego dos mais aperfeiçoados instrumentos agrícolas e a applicação dos mais perfeitos methodos de cultura;

4.^o Em cada município do Brasil se realizem periodicamente concursos rurais, com exposições de produtos agrícolas e concurso, e onde, á vista dos specimens exhibidos, sejam pelos agronomos itinerantes feitas palecções de carácter pratico aos lavradores presentes, sendo polos Estados e pelo Distrito Federal conferidos premios aos lavradores que os houverem merecido.

Sala das sessões do Congresso de Agricultura em 27 de setembro de 1901.—*Antonio de Medeiros*, representante da Sociedade de Agricultura Cearense, lavrador e director do *Jornal dos Agricultores*.

Sobre Ministerio de Agricultura

Considerando :

1.^o Que é deplorável que em uma nação como o Brasil, oficialmente considerada como essencialmente agrícola, não exista um departamento ou ministerio exclusivo de agricultura;

2.^o Que é de intitiva conveniencia aos reaos interesses do Brasil a criação de um Ministerio da Agricultura;

Proponho que o Congresso de Agricultura delibere :

1.º A necessidade urgente de se crear no Governo Federal do Brasil um Ministério da Agricultura ;

2.º A grande conveniencia de ser o referido Ministério modelado pelo dos Estados Unidos da America do Norte, apresentados para esse fim os vallosos subsídios já apresentados ao governo pelo Sr. Dr. J. F. de Assis Brasil, representante do Brasil em Washington.

Sala das sessões do Congresso de Agricultura, em 27 de setembro de 1901.—*Antonio de Medeiros*, representante da Sociedade de Agricultura Cearense, lavrador e director do *Jornal dos Agricultores*.

Sobre franquia agrícola

Considerando :

1.º Que concurrerá para o augmento da producção nacional e para o impulsionamento da polycultura o transito livre postal, ferro-viário, marítimo e fluvial das sementes, mudas, plantas, livros e publicações, adubos e correctivos agrícolas, medicamentos insecticidas e parasitícidias, apparelhos, mecanismos e machinismos que interessem à industria rural e nella tenham conhecida applicação e emprego ;

2.º Que é da maxima conveniencia aos interesses do Brasil tornar fácil, rápida e barata a aquisição e utilização de tudo quanto se acha enumerado no paragrapgo anterior, e que em varios paizes no Velho e Novo Mundo, mórtemente nos Estados Unidos da America do Norte, gozam de absinta franquia todos os objectos destinados ao progresso agrícola :

Proponho que o Congresso de Agricultura delibere solicitar dos poderes federaes a isenção absoluta de taxas de porte e registro postal, ferro-viário, marítimo e fluvial para as mudas, sementes, plantas, livros e publicações, adubos e correctivos agrícolas, medicamentos insecticidas e parasitícidias, apparelhos, mecanismos e machinismos que interessa-

rem à industria rural e nella tenham conhecida applicação e emprego, convenientemente acanteladas as exigencias fiscaes em regulamento que deverá ser expedido pelo poder executivo nacional.

Sala das sessões do Congresso de Agricultura, em 27 de setembro de 1901.—*Antonio de Medeiros*, representante da Sociedade de Agricultura do Ceará, lavrador e director do *Jornal dos Agricultores*.

Sobre propaganda, no exterior, de generos de produção nacional

Considerando :

1.º Que é de extrema necessidade e urgencia para o Brasil alargar o consumo pela obtenção de novos mercados para os generos de sua produção ;

2.º Que com esforço contínuo e patriótico podem-se obter novos, grandes e futuros mercados para os productos rurais brasileiros ;

3.º Que, dadas as nossas condições especiaes, torna-se forçoso iniciar desde já a propaganda em varios paizes da Europa para o consumo do café, do mate, do açucar, das madeiras e do fumo produzidos no Brasil ;

4.º Que, enquanto não é uma realidade a federação agrícola, que só virá com o tempo, não pôde a Nação productora quodar-se, sob pena de prejuizos incalculaveis :

Proponho que o Congresso de Agricultura, sciente da altissima gravidade do momento, appelle para os poderes publicos federaes e estadaos para que se congreguem em supremo esforço e, votadas verbas suficientes e amplos recursos, inicie-se sem demora no exterior, oficial ou extra-oficialmente, uma campanha séria, patriótica, infatigável, sem solução de continuidade, no intuito de se angariarem novos mercados para os productos rurais brasileiros, de forma que elles conquistem o maior consumo e obtenham a mais alta valorização, o que por sem duvida virá reerguer a favonra nacional e salval-a do desmoronamento inovitável que se lhe anto-

lha, si dosdo já e sem demora não se tomar uma providencia nesse sentido.

Sala das sessões do Congresso de Agricultura, em 27 do setembro de 1901.—*Antonio de Medeiros*, representante da Sociedade do Agricultura do Ceará, lavrador e director do *Jornal dos Agricultores*.

Sobre o augmento da producção

Considerando :

1.º Quo é da maior necessidade o augmento da producção nacional de certos e determinados generos de consumo que ainda compramos em larga escala ao estrangeiro ;

2.º Que esso alargamento da producção, contribuindo para o predomínio da polycultura, é muito conveniente aos altos interesses do Brasil, que dest'arte deixari de ser tributário forçado de nações estrangeiras, que estão curiquecendo com a nossa freguezia ;

3.º Quo o augmento da producção do generos de consumo da primeira necessidade, que actualmente adquirimos no exterior e em ouro, concorrerá para a prosperidade económica da classe rural brasileira ;

4.º Quo um dos meios officentes e seguros para conseguir-se no Brasil o augmento da producção dos generos de consumo que importamos é proporcionar à lavoura nacional incentivos tangentes e de valia intrínseca :

Proponho que o Congresso de Agricultura delibere :

1.º Solicitar dos poderes federaes os meios praticos para obter-se o seguinte :

a) Realização, na Capital Federal, no dia 7 de setembro do 1904, de uma exposição dos productos agrícolas e industriais ;

b) Criação dos premios abalxó enumerados para os productores de arroz, banha, toucinho, carne secca, manteiga, alface, batatas, trigo em grão e em farinha, uvas, vinhos de pasto, etc., sondo :

1 de 50:000\$000 para cada maior e melhor productor de cada genero e que obtiver o primeiro logar ;

II de 30:000\$000 para os que obtiverem o segundo logar ;

III de 20:000\$000 para os que obtiverem o terceiro logar.

2.º Que essas exposições se reproduzam periodicamente em cada triénio que se seguir à primeira.

3.º Que, desde quo seja reconhecido pelo Jury da Exposição quo a producção nacional de qualquer genero de consumo da primeira necessidade basta para as exigencias internas do paiz, sejam estabelecidas taxas aduaneras prohibitivas para os similares do importação extrangoira por um período mais ou menos longo.

Sala das sessões do Congresso de Agricultura, em 27 de setembro de 1901.—*Antonio de Medeiros*, representante da Sociedade do Agricultura Cearense, lavrador e director do *Jornal dos Agricultores*.

Sobre pequena propriedade agricola

Considerando :

1.º Quo é do grande urgencia, vantagem e conveniencia a impiantação no Brasil do sa-lutar regimen da pequena propriedade agricola ;

2.º Quo de principio as pequenas propriedades agrícolas convém ficar localisadas nas proximidades das vilas do comunicação e na contiguidade dos grandes mercados :

3.º Quo o regimen da pequena propriedade agricola concorre por sem duvida para o progresso do paiz, para a valorisação do solo, para a aggrégation de energias spar-sas, para a localização do elemento nacional e para o advento da polycultura :

Proponho que o Congresso de Agricultura delibere :

1.º Ser necessaria e urgente, quer no Distrito Federal quer nos Estados, a fundação de nucleos coloniaes perto das capitais e das maiores cidades ;

2.º Ser conveniente e acertado colonizar nessos nucleos familias nacionaes e estran-

gelas, vendendo-lhes a prazo, pelo menor preço e com o mínimo juro, as pequenas propriedades resultantes do parcelamento das grandes áreas adquiridas, isentando os pequenos proprietários, durante certo prazo, de todos e quaisquer impostos;

3.^a Se para isso imprevedível a aquisição de terras pela Prefeitura do Distrito Federal, pelos Estados ou pelas Municipalidades auxiliadas pelos Estados, ou mesmo por empréstimos particulares com favores especiais concedidos pelos congressos estaduais, e funcionando tais núcleos sob a imediata fiscalização dos poderes públicos.

Sala das sessões do Congresso de Agricultura, em 27 de setembro de 1901.—*Antonio de Medeiros*, representante da Sociedade de Agricultura Cearense, lavrador e director do *Jornal dos Agricultores*.

— A Comissão abaixo assignada, nomeada para dar parecer sobre as cinco propostas apresentadas em 27 do corrente pelo illustre congressista Sr. Dr. Antonio de Medeiros, depois de estudá-las com o maior interesse, é de parecer que sejam adoptadas, depois de serem tomadas em consideração, as seguintes modificações, ampliações, additivos, e outros eliminativos ou substitutivos e restritivos:

Quanto à primeira, a Comissão aceita a idéia da criação de um Ministério do Agric平tura, contanto que este não obedeça absolutamente aos interesses de ordem política, como tem acontecido até agora, que, na escolha dos secretários para os diversos postos, tem-se attendido apenas à accommodação dos representantes políticos das diversas zonas, destinadas mais a manter o apoio parlamentar ao Poder Executivo, do que a attendor com competência e patriotismo aos ramos de serviços públicos que tem de dirigir. Ao contrário, será sobrecarregar o Tesouro com despesas da criação de uma repartição inútil, que só traria aumento do pessoal e de papelaria. Entretanto, se a lei que criar este Ministério previdenciar so-

riamente, que a escolha recaia em individuos que se recomendarão por suas provadas aptidões, actividade e amor ao ramo deste serviço, sem preocupações partidárias, e se também esta Repartição for modelada pela dos Estados Unidos da America do Norte, aproveitados os valiosos subsídios já apresentados ao Governo pelo nosso Ministro, Ilustrado e distinguido Sr. Dr. J. F. de Assis Brasil, nada será, sem dúvida, mais acertado que esta medida. Picando bem entendido que a Comissão só aceita esta idéia, no caso da criação deste Ministerio vir revestida das medidas garantidoras do exuto ao fim a que é destinada.

Quanto à segunda proposta, a Comissão nada tem a oppôr e pede que seja adoptada.

Em referencia à terceira, é também de opinião que seja adoptada, contanto que a propaganda se extenda também sobre produtos extractivos, quer de natureza animal, quer de natureza vegetal, pois a Comissão considera como principal problema para a nossa transformação económica o aumento consequente da riqueza pública, a conquista de mercados de consumo para os nossos produtos no estrangeiro. Portanto, entendo que deve ser adoptada.

Passando à quarta proposição do mesmo proponente, Dr. Antonio de Medeiros, a Comissão é de parecer que seja adoptada com as modificações, ampliações, addições, restrições, eliminações, ou substituições, seguintes:

Os prémios estabelecidos na proposta e mais alguns que lembramos, devem ficar sujeitos às seguintes estipulações de mínimo a apresentar pelos respectivos produtores.

— Quanto ao trigo em grão, de 10.000 alqueires de 40 kilos.

— Quanto ao teucinho, a 100.000 kilogrammas.

— Quanto à banha, a 100.000 kilogrammas.

— Quanto à manteiga, a 50.000 kilogrammas.

— Quanto ao milho (excluído o fabricado

do uva Izabella ou da variedade das labruscas,), a 500 pipas.

— Quanto à alfafa ou outra planta forrageira que contenha porcentagem dos principios nutridores em proporção igual ao da alfafa, o mínimo será de 700.000 kilogrammas ou de 70 toneladas metricas.

— Quanto às carnes congeladas ou conservadas por outro qualquer sistema que não ofereça nenhum dano à saúde, não tão pouco altere as propriedades nutritivas, como acontece com a carne seca, enjô consumo só se faz quasi que exclusivamente em nosso país, o mínimo a disputar o prêmio será de 100.000 kilogrammas.

Quanto à quina Calisaya, devem todas as plantas contar o desenvolvimento do tres annos e no minimo 3.000 pés, cultivados regularmente por um produtor.

Os prêmios serão de 50, 20 e 10 contos cada um, ficando entendido que o do 50 contos caberá aquella que apresentar o maximo do limite, e os dous ultimos de 20 e 10 contos para os que ficarem em segundo e terceiro lugar, isto é, aquelles que apresentarem proporcionalmente productos que só alcancem metade e quarta parte dos limites minimos acima estipulados por cada ramo de cultura.

— Quanto ao lúpulo, o minimo será de 2.000 kilogrammas da flor seca.

— Quanto à gomina de anil, o minimo será de 2.000 kilogrammas.

Estes prêmios serão de 50, 25 e 10 contos, nas condições e proporções já explicadas.

— Quanto ao vime, outro vegetal empregado na Europa e América do Norte, como arcos na industria de barreiras e outros vasinhos, cuja área não conte menos do dous ou tres annos de plantação e não seja inferior a 30 hectares.

Os prêmios serão de 20, 10 e 5 contos de réis.

— Quanto ao nosso linho indígena, como o da guachim ou outro que tenha apparencia e resistencia igual à do linho europeu, o minimo será de 4.000 kilogrammas.

Os prêmios serão de 20, 10 e 5 contos de réis.

Quanto a fructas, como uvas de diversas qualidades e origens, pêngos brancos e amarelos e de outras qualidades, maçãs, pêras, ameixas pretas e amarelas da família das rosáceas amygdalinas, damascos, castanhas, nozes, o minimo será de 10.000 kilogrammas.

Os prêmios serão em numero de 5 de 10 contos de réis cada um, e de mais 5 de 5 contos de réis cada um.

— Quanto à covada, o minimo será de 1.000 alqueires de 40 litros.

Os prêmios serão em numero de 10 de 5 contos de réis cada um.

— Quanto à batata Ingloza, o minimo será de 10 kilogrammas.

Os prêmios, em numero de 20, serão de 2.000\$ 00 a cada produtor.

A quinta e ultima proposição do mesmo Sr. Antonio de Medeiros acha-se prejudicada não só pela lei que concede favores no Dr. Clímaco Barbosa, para fundação de colonias de ensino pratico e correccional no Distrito Federal, como pelo projecto de Dr. Christino Cruz. Aliás a Comissão entende tambem que o pensamento do legislador nacional deve ser, de preferencia, levar o povoamento às zonas deshabitadas e não estabelecer colonias junto dos centros populosos, cujos torrões já se acham bastante parcelados e entregues à cultura intensiva.

As colonias nos suburbios têm ainda desvantagens de oferecer ao colono o derivativo das attonções que geram consequentemente o vicio e o desapego ao sol. A experiência já está feita em varios pontos do sul do Brasil.

Se o intuito do projecto é crear escolas agricolas, orphelinatos, postos agricolas zooteconomicos ou campos de demonstração, etc., já está aproveitado em outros planos, que obedeem melhor ou mais desenvolvidamente a esso pensamento.

São estas, portanto, as conclusões a que chegou a Comissão depois do detido exame

afim de que sejam adoptadas as medidas do projecto.

Sala do Congresso de Agricultura, 30 de setembro de 1901. — *M. Corrêa de Freitas.* — *José Thomas da Cunha Vasconcellos*, com restrição. — *Joaquim Simões da Cruz.*

O abaixo assinado, membro do Congresso, tem a honra de submeter á consideração do Exm. Sr. presidente da Mesa o seguinte projecto: «A' criação imediata de Bancos de Crédito Agrícola, na Capital Federal e nas capitais dos Estados, com sucursaes em todas as comarcas, para acudir ás urgentes necessidades da lavoura, que se acha nos paroxismos da morte e salvar também o comércio, que já está agonisante, cujo auxílio deverá ser feito em dinheiro, a juros de 7%, ao anno, o maximo, mediante garantia do governo e sob hypotheca dos bens rurais e agrícolas, ao Banco, pelo prazo de 20 annos, em prestações regulares, para o desenvolvimento da lavoura, cujos premios, serão pagos, nos fins das safras e vendas dos productos, tendo o lavrador, o direito de fazer no mesmo Banco o penhor agrícola ou sub-hypotheca dos fructos pendentes, para o serviço do custeio de sua propriedade agrícola, sendo os referidos bens avaliados e fiscalizadas, pelo mencionado estabelecimento bancário, até o ajuste de contas ou reembolso.»

Sala das sessões de Crédito Agrícola, Secretaria da Agricultura.

Capital Federal, 26 do setembro de 1901.
— *Augusto Ramos*, agricultor.

Para ser devidamente estudada pela Mesa e oportunamente votada em conclusões que se formulam. —
M. Victorino.

•.

Proponho que o Congresso de Agricultura manifesto, a quem de direito, o voto de seus representantes, no sentido de sejam promul-

gadas as necessárias leis, regulando e auxiliando:

1.º A fundação de Syndicatos Agrícolas, idéa por cuja realização se esforça a Sociedade Nacional de Agricultura, como base de toda a organização agrícola;

2.º O crédito agrícola — pela fundação de caixas locais e regionais do crédito agrícola mutuo, ligadas aos syndicatos agrícolas, destinados a promover o auxílio mutuo entre os agricultores, baseando-se por enquanto exclusivamente no penhor agrícola porfutamente constituído — e para funcionarem como caixas de depósito, de modo que o capital agrícola vá se constituir com as economias, assim reunidas, da propria agricultura, e seja nella aplicado com toda a segurança;

Que o Governo da União auxilie a fundação dessas caixas, emprestando por intermédio de um banco de sua confiança, com as necessárias garantias, uma parte do capital de estabelecimento, depois de realizada a outra parte;

Que as taxas desse empréstimo sejam inferiores ás das descontos comerciais;

Que seja revista a legislação sobre penhor agrícola, estabelecendo-se severa penalidade para os desraudadores.

3.º Instrução profissional agrícola:

Que o Congresso faça sentir aos Governos federal e estaduais a imperiosa necessidade de aplicar uma parte da verba destinada á instrução pública, ao ensino profissional agrícola, puramente prático e adequado ao nosso paiz;

Que o Governo da União subvençione também os estabelecimentos de instrução prática da agricultura, e offereça premios e distinções aos que melhores resultados apresentarem;

Que se constitua em cada Estado uma associação de agricultores e amigos da agricultura, para empenhar-se na propaganda e manutenção do ensino agrícola, e procurarem recrutar adeptos desse indispensável melhoramento.

4.^a Meio de facilitar a aquisição da pequena propriedade.

Que seja lembrada nos governos federal e estaduais a necessidade de localizar os colonos estrangeiros e os nacionais actualmente nomadizantes procurando todos os meios de facilitar-lhes a aquisição da pequena propriedade.

Que por uma ação conjunta dos proprietários rurais e dos governos da União e dos Estados, sejam apropriadas as boas terras das fazendas actualmente quasi abandonadas ou gravadas do hypothecas, na localização de famílias nacionais e estrangeiras, escolhidas e moralizadas, compostas exclusivamente de agricultores.

Que haja o maior cuidado e sinceridade na localização desses agricultores, de modo a satisfazer plenamente as suas legítimas aspirações, banindo todo e qualquer espírito de especulação nesse emprehendimento patriótico.

Que esses núcleos sejam estabelecidos nos lugares mais próximos de vias de comunicação e dos melhores mercados.

Que a vagabundagem seja severamente reprimida.

Sala das sessões da 1^a seção do Congresso, 26 de setembro de 1901. — *Antônio Vieira.*

Art. 1.^a Fica o governo autorizado a prestar com a importânciade 25 contos anuais, em cada um dos Estados e Distrito Federal, por espaço de cinco anos, todo agricultor que estabelecer estabelecimento agrícola, pelo sistema intensivo.

Art. 2.^a A área cultivada deve ser, no mínimo, de 60 hectares (nos quais devem ser exploradas as diversas culturas, de acordo com a votação que for julgada mais necessária).

Art. 3.^a O agricultor será obrigado a manter em pastageus e estabulos, dispostos o número de animais (cavallar, rouar, vacuum, lançero, suino, etc.) em quantidade bastante para lhe fornecer o adubo exigido pela respectiva cultura.

Art. 4.^a Entre os animais acima referidos deverão existir representantes das melhores espécies, que serão utilizados para a reprodução, não só pelo proprietário como por qualquer criador, tudo mediante clausula em regulamento prévio incluída.

Art. 5.^a Nos diversos trabalhos agrícolas, desde o preparo da terra, plantação, benfeitos, etc., até à colheita, deverão ser adaptados os aparelhos da moderna mecanização agrícola.

Art. 6.^a Só poderá ser permitido a qualquer pessoa interessada examinar o sistema de cultura, sendo o proprietário obrigado a ministrar informações pedidas sobre essa matéria.

Art. 7.^a Ficam isentos dos impostos de importação e expediente os aparelhos necessários para exploração agrícola, inclusive arame para cercas. Incidirá também no presente artigo os animais de espécie superior importados no sentido de dar cumprimento ao art. 4.^a do presente projeto.

Art. 8.^a Em regulamento especial o governo estabelecerá as condições garantidoras dos interesses próprios e dos do promovido.

Rio, 27 de setembro de 1901. — *Christino Cruz.*

A comissão, abaixo assinada, nomeada para dar parecer sobre a proposição, apresentada a 27 de setembro de 1901, pelo ilustrado e distinto congressista Sr. Dr. Christino Cruz, depois de ter estudado devidamente o referido projeto, entendo que está no caso de ser aceite, observando, entretanto, que todas as ideias que lhe servem de base, acham-se contidas perfeita e desenvolvidamente na Lei do Distrito Federal n.º 724, do ano de 1899, pela qual foram concedidos favores ao Dr. Clímaco Barboza, para a fundação de estabelecimentos modelos de lavoura intensiva.

A comissão aplaudindo todo o conjunto deste bem inspirado projeto, todavia, ofe-

reco como emendas additivas, que julga indispensáveis para tornal-o ainda mais completo o extensivo o seguinte:

Na parte relativa à Indústria pecuária, acrescentar também vários para avos domésticos das raças mais prolíferas e apreciaveis. Ao art. 1º, parece que é conveniente limitar sómente às terras reconhecimento cançadas a cultura intensiva.

Ao art. 8º *in fine*, convém aduzir que no regulamento, que expedir, o Poder Executivo restringirá o mais possível, a ação oficial, de modo a não criar embarracos à iniciativa particular.

Julga, portanto, a comissão que o projecto com as emendas acima está nas condições de ser adoptado.

Sala das sessões do Congresso da Agricultura, 30 de setembro de 1901. — *M. Corrêa de Freitas.*

Esforçando-mo também por concorrer o quanto possível com meu humilde contingente para a grande obra da transformação da nossa lavoura, por meio de ensino e medidas práticas adaptáveis ao nosso meio, enjô pensamento tem sido objecto constante das minhas preocupações, tendo convenientemente trasladado para aqui uma parte da patriotica e importantíssima obra «O Grande Problema», de meu velho amigo e conterrâneo, Ilustrado professor Rocha Pombo, uma das intelectualidades mais vigorosas e um dos espíritos mais operosos, em matéria de ensino, que possuímos em nosso país, — afim de que seja tomado em consideração e convertido em realidade as idéas contidas nesta proposta, aspiração que não só traduz um sonho meu de muitos anos, como acredite, o de todos quantos se interessam verdadeiramente por um futuro mais ilusório para nossa Pátria.

Assim, pois, proponho o seguinte

PLANO DE INSTITUTO ZOO-AGRICOLA

Art. 1º O Instituto Zoo-Agrícola tem por fim educar a moçidade e prepará-la para a

vida, habilitando cada homem a viver independente e a confiar em seu próprio esforço e aptidões.

Art. 2º O Instituto será estabelecido fora dos grandes centros de população, e a empresa deverá dispor de uma boa área de terras composta de campos e florestas.

Art. 3º Além dos edifícios e dependências destinados ao Instituto (internato, etc.), serão criados, a distância conveniente da sua sede, as secções complementares indispensáveis. Estas secções compreenderão: Os campos de experiência, as culturas normais, os estabulos, as oficinas, as fábricas, etc., reclamadas pela natureza da Instituição.

Art. 4º Tanto a administração do estabelecimento como a sua direção técnica serão feitas por um Director, auxiliado pelo número de professores e mestres que for necessário. Tanto o Director como os professores e mestres devem residir no Instituto e ter a sua vida económica domestica em commun com os alunos ou com os agregados. Além de Director, dos professores e mestres e respectivas famílias só haverá, independentes da administração, os auxiliares indispensáveis para a parte económica da empresa.

Art. 5º A receita do Instituto será formada:

1º Pelas subvenções e auxílios concedidos pelos poderes públicos;

2º Pela contribuição dos alunos abastados;

3º Pela contribuição dos assistentes temporários, também quando abastados;

4º Pelas operações feitas sobre os produtos de lavoura, criação, oficinas, fábricas, etc., do Instituto;

5º Pelas doações, legados, que forem feitos à instituição.

Art. 6º A receita líquida do Instituto constituirá um fundo especial destinado a auxiliar os alunos no momento de entrarem na fase de sua independência económica.

Este privilgio será regalado do fórum que se faça uma distribuição equitativa do referido fundo. Terão igualmente direito a ser admittidos por conta dessa reserva os prefeitos e agregados que houverem tido uma frequencia de 5 annos, pelo menos, no Instituto. O alumno ou agregado que depois de haver completado, aquelle o respectivo curso, e este o tirocinio respectivo, preferir continuar a viver sob o regimen do internato, poderá fazê-lo, contanto que fique com a sua economia pessoal ou doméstica independente o se sujeitem às garantias ou regalias que o Instituto se reserva.

Art. 7.^a Só podem ser admittidos no internato meninos até a idade de 11 annos e com mais de 8. Qualquer que seja a idade com que se internem, o menino não passará para o segundo periodo antes de completar 14 annos.

Art. 8.^a Além dos alumnos o Instituto admittirá, ainda gratuitamente e como agregados, nas *seções complementares*, os individuos maiores de 16 annos (e solteiros) que se sujeitem aos trabalhos que se deve exercitir nas secções a que se destinem, o sempre mediante contrato. O tirocinio para os agregados será de dous annos. Vencido o prazo do tirocinio, poderá o agregado continuar no Instituto percebendo uma gratificação, que será provisoriamente convencionada.

Art. 9.^a Também poderão frequentar as aulas ou as secções do Instituto, *assistentes temporários*, mediante a contribuição que se convencionar, exceptuando-se os verdadeiramente pobres.

Art. 10. O ensino do Instituto será dividido em duas secções ou períodos:

1.^a A secção fundamental ou 1^a secção, compreendendo: Portuguez, noções de história natural, francês, arithmetica, noções de geometria, geographia, história geral e do Brasil, noções do Código Commercial e da escravidão mercantil, desenho e musica, durante os tres ou quatro primeiros annos, ou até a idade de 14 ou 15 annos;

2.^a secção, compreendendo as matérias indispensáveis para os cursos internos de agronomia, de zootecnia, de industrias e manufatura diversa, de mechanica industrial, de agrimensura e de outras que se venham a erigir durante os quatro annos seguintes. Além da parte theorica se compreenderá em qualquer das aulas o ensino pratico das secções complementares respectivas. Nas mesmas secções, além das aulas primarias indispensáveis (nocturnas) haverá conferencias e preleções sobre os trabalhos que forem sendo executados. A essas preleções deverão assistir também os alumnos do 2º periodo, por turmas, conforme as conveniências dos respectivos cursos.

Os programmes do Instituto serão organizados do modo que o tempo disponível diariamente fique dividido em tres partes: uma parte para estudos e exerccios theoricos e duas para exerccios praticos, recreações, etc.

Art. 11. O Instituto conferirá certificados, que darão as mesmas garantias e privilegios académicos do agrônomo, do veterinario, de mechanico, de Industrial, de com商eante agricola, de agrimensor, etc., aos alumnos que houverem completado o curso respectivo; 2º de operario-agricola, de operario-criador, de operario-industrial, de artesão, etc., aos agregados que tiverem feito o tirocinio respectivo nas secções praticas.

Também fornecerá certificados aos *assistentes temporários*.

Art. 12. O Instituto terá também uma caixa económica, criada das necessárias garantias, para nella serem depositadas e acumuladas com juros as pequenas economias tanto dos próprios alumnos, agregados e assistentes-operarios, como as de todo aquello que residir ou que se entregue à cultura das terras.

Fica vasado neste plano apenas as idéas geraes sobre a criação de um «Instituto de Ensino Agricola», o qual que esta aspiração ficará completa com os valiosos subsidios

prestados em projectos de ensino, profissionalmente tratados por outros mais competentes nessa matéria ou extensas e ilustradas memorias. Entretanto, espero da benevolencia do Congresso, que, apesar da deficiencia deste trabalho, não se dignaria de tomar em certa consideração algumas das idéas acima articuladas. — *M. Corrêa de Freitas.*

As idéas contidas no presente projecto são de muita relevância e envolvem questões complexas para poderem ser estudadas rapidamente, com o pouco tempo que resta à comissão, e, especialmente, ao relator a quem foi incumbida tão ardua tarefa, a quem não pode corresponder, como era de desejar, porque lhe falta autoridade na matéria.

O Ilustre congressista Dr. M. Corrêa de Freitas menciona no seu excellento projecto a opinião autorizada e a elle favorável do ilustrado professor Roelha Pombo e isso bastaria para o recomendar ao estudo do Congresso de Agricultura.

Sou daquelles, que, mesmo não sendo autorizados no assumpto, devido à falta de competencia, pensam ser o ensino oficial superior obrigatorio mais pernicioso que útil.

A nula vantagem do ensino superior obrigatorio é, como já disso um distineto académico, a possibilidade, a certeza mesmo, da garantia da approvação annual, mediante as *collas* de sabbatinas, feitas por aquelles a quem é mais fácil esse meio de diplomar-se; os resultados que se seguem são os mais funestos, pois além dos desfóios já apontados criam uma classe de privilegiados incompatível com o idéu republicano.

Feitas estas ligeiríssimas considerações, don o meu voto ao projecto, mas tenho milha dúvida quanto à sua actual exequibilidade.

Parece-me que, para elle ser posto em prática desde já, devoria fazer parte do

programma a ser adoptado para as colonias correccionales e preventivas do Dr. Clímaco Barbosa. Mas, assim adoptado e executado, não nos seria certo esperar o concurso dos alumnos maiores, os quais de certo não queriam ser collegas dos ex-reclusos, embora já regenerados devido ao efecto moral que actuaria ainda em seus espíritos.

Sala das sessões, 5 de outubro de 1901. — Joaquim Simões da Cruz (relator). — Dr. Clímaco Barbosa.

Considerando-se as grandes distâncias entre os centros productores e os do consumo, mesmo em nosso paiz, e, levando-se ainda em conta o 2º transporte, que se faz dos nossos entopostos marítimos para os mercados estrangeiros, enjo percurso conta-se por milhares de milhas, sobre carregando-se assim os nossos productos extractivos e agrícolas (sendo estes de valores insignes, o que não acontece com os productos fabris no estrangeiro, que são de valores máximos), permitindo assim que estes possam suportar taxas mais elevadas, sem prejuízo aos seus produtores, ao passo que a natureza dos nossos não pôde tolerar senão despesas muito modestas, assim de que possa facilitar a sua exploração. Como ficou dito, lembro, portanto, a bem do desenvolvimento da nossa lavoura e exploração das nossas minas, como medida de protecção aos nossos productos, enjós preços são reduzidos e de atendimento às grandes distâncias dos mercados de consumo estrangeiros, que se adopte o seguinte :

Art. I.º Nas estradas de ferro do pleno domínio da União, como aquellas que por parte della gozarem de garantias de juros, o Governo estabelecerá — quando não sejam tarifas igualitárias, pelo menos tarifas diferenciais para os productos de exportação, devendo ser a razão da taxa de diferença a menor possível, de forma a proteger sempre os productos mais afastados dos entopostos marítimos. — *M. Corrêa de Freitas.*

Considerando que a base de todo o progresso agrícola é a mais perfeita união entre os lavradores, sem a qual não poderá haver unidade de vistos entre os mesmos, em completo prejuízo de seus membros, digo, interesses e, portanto, prejudicado, por esse fato, os verdadeiros interesses da nação;

Considerando que reina entre os lavradores a mais completa discordância possível, discordância esta oriunda de causas diversas, qual delas mais importante, como sejam:

a) deficiência de uma sólida instrução primária, base primordial de qualquer instrução superior;

b) falta de crédito, devida ao estado baixo dos preços dos produtos agrícolas e à dificuldade e carestia do custeio das lavouras;

c) pessimos sistemas de cultura e criação, por falta de verdadeira orientação, que meceja dos lavradores completa confiança;

d) profundo desanimo, proveniente das causas já apontadas;

e) medonha e estéril luta política pessoal, em que os lavradores, ovidando ou desprezando os seus verdadeiros interesses, delegam os seus poderes políticos a representantes que, apesar de serem, em grande maioria, lavradores, tratam de todos os assuntos, menos dos agrícolas, etc.;

Considerando que a fundação de clubs agrícolas e a multiplicação desses clubs, obedecendo todos ao mesmo sistema e com perfeita e igual unidade de vistos contribuem forçosamente para a união e solidariedade da *grand' classe*, desde que esses clubs sejam aliados ou filiados a uma sociedade central e portanto aliados também entre si;

Considerando que nesses clubs os associados se conhecem reciprocamente e podem portanto dirigir e sustentar caixas bancárias para pequenos empréstimos aos lavradores para o custeio imediato de suas lavouras, só para esse fim exclusivamente e sob penhor

agrícola sómente, com prazo máximo de 12 meses, espécie que moleja entre duas colheitas consecutivas;

Considerando que, pela falta de crédito, actualmente reinante, nenhum capitalista, ainda mesmo lavrador, quererá fornecer capitais para a criação dessas caixas, havendo portanto necessidade de proteção oficial e garantia de juros;

Considerando, finalmente, que a lavradora tem necessidade urgente e imprescindível de representantes exclusivamente seus, no Congresso Nacional e nas Assembleias Estaduais, para proteção de seus interesses:

Indico as seguintes conclusões, para delas a comissão respectiva aproveitar o que houver de útil aos fins deste Congresso:

CONCLUSÕES

I. O Congresso da Agricultura precisa solicitar dos Governos Estaduais e das Camaras Municipais a criação de mais escolas primárias do que as actualmente existentes.

Paragrapho único. Frequência obrigatória das mesmas escolas, salvo o caso de frequência de escolas particulares.

II. O Congresso da Agricultura promoverá entre os lavradores a fundação de clubs agrícolas, quer expedindo circulares a todos os lavradores, quer sollicitando dos clubs agrícolas existentes e da Sociedade Nacional da Agricultura uma propaganda onergica e eficaz para conseguir a multiplicação dessas utilíssimas associações.

§ 1.º Com esse intuito, os clubs agrícolas nomearão comissões que dirigindo-se aos centros agrícolas vizinhos, procuram e consigam efectuar algumas reuniões de lavradores, deixando fundado um club.

§ 2.º A Sociedade Nacional da Agricultura incumbe-se da propaganda nas zonas onde não existam clubs já fundados, nomeando para esse fim comissões especiais.

§ 3.^o Para conseguir facilmente os fins dessa util propaganda, a Sociedade collectará de quem do direito, auxílios directos, quer em passagens gráuitas nas ferro-viás e companhias de navegação, quer em sustento dessas commissões, quer em local para as conferencias e reuniões.

§ 4.^o Esses clubs serão aliados, ou filiados à Sociedade Nacional de Agricultura e farão visita os periodicamente por commissões de inspecção e propaganda da dita Sociedade.

III. O Congresso exhortará os clubs a se fazerem representar no Congresso Nacional e Assembléas Estaduais, embora com sacrifício, promovendo entre os lavradores do distrito a que pertencem, a candidatura e eleição de um ou mais de seus sócios que sejam independentes de partidos políticos.

Paragrapho único. Fora deste caso, os clubs não intervirão absolutamente em política, abstendo-se completamente de apoiar qualquer partido.

IV. O Congresso solicitará dos Governos Estaduais protecção e garantia de juros para as caixas bancárias de penhor agrícola, fundadas e dirigidas pelos clubs agrícolas e só para estas exclusivamente, nas seguintes condições:

§ 1.^o A garantia de juros será de 6 % sobre o capital.

§ 2.^o Esse capital será, no máximo, igual à importância da metade do valor dos produtos agrícolas, produzidos pelos sócios do club criador da caixa.

§ 3.^o Esse capital será constituído por ações de 20\$ no máximo para a sua facil formação e multiplicidade de accionistas, visto serem tales os mais pobres lavradores.

§ 4.^o O regulamento da caixa será aprovado pelo Governo protector, depois de ter sido aprovado pela Sociedade Nacional de Agricultura.

§ 5.^o A caixa só emprestará a lavradores sócios do club.

§ 4.^o O prazo máximo será de 12 meses.

§ 7.^o Os juros desses empréstimos serão de 10 %, capitalizados semestralmente.

§ 8.^o Nenhum lavrador poderá retirar por empréstimo mais do que a importância da metade do valor da sua produção, a julgo de uma comissão avaliadora nomeada pelo club; no caso de já estar começada a colheita ou encetados os trabalhos, o empréstimo será no máximo da importância de 50 % sobre o valor da colheita pendente ou já armazenada em casa do lavrador e dos animais e utensílios de serviço agrícola.

§ 9.^o As caixas serão obrigadas pela direcção do club ou pessoa do mesmo de nomeação da dita direcção, e serão fiscalizadas por empregados do conselho do Governo.

§ 10. As caixas poderão também receber depósitos até a quantia máxima de 50 % do seu capital efectuado, pagando destes depósitos juros capitalisáveis semestralmente.

§ 11. Além do contido nestes parágrafos, nenhuma caixa poderá efectuar transacções de outra especie, visto ser o seu único fim facilitar aos lavradores o meio fácil de manutenção e custeio de suas lavouras para reabilitação do seu crédito.

S. S., 28 de setembro de 1901.—*Carlos Augusto Xavier Machado.*

—

Sr. Presidente — Antes de tudo, tenho a honra de significar meu desvaneimento por achá-me fazendo parte desta distinta, tão ilustrada assembléa, tão nobremente presidida por V. Ex.;

E' o mais humilde e obscuro filho da primogenitura de Cabral, é o batalhador perigrino e incansável pelo desenvolvimento de sua querida pátria;

E' o agricultor assíduo, que traz o rosto bronzeado e as mãos callosas alaudado pelo renhido trabalho da lavoura paulista,

que feve o infurtário, do lhe interdiarem parte da fazenda, prejudicando-o sensivelmente!

E' o homem mais respeitador da Constituição, que nos rege, e que nunca renunciou à temeridades, aos grandes sacrifícios e está continuamente disposto a ajudar, a promover os elevados compromissos e a conquistar as glorias desen praz, porque sempre considerou acima de tudo a paz, o progresso e a defesa da nação...

Não é, portanto, merecedor do templo, ó Deus, um medíocre sacerdote do templo, cheio de patriotismo e almejaria, que vem trazer o seu pequeno contingente ao Congresso Agrícola Nacional.

Nesta triste emergencia tão calamitoso, com que, infelizmente, nos achamos a braços a tenebrosa e revolvente crise, em que estamos envolvidos, pela pessima direcção da orgulhosa supremacia e tiranias «nesta gravíssima situação» suggeriu-me a idéa de oferecer a esta seção do Credito Real e Agrícola o mesmo projecto, por mim elaborado e apresentado, ao primeiro Congresso dos Lavradores do Estado de S. Paulo, presidido pelo então secretário da Agricultura Dr. Alvaro de Carvalho, no governo do Sr. Dr. Campos Salles, que, sendo unanimemente aprovado pela compacta reunião dos Fazendeiros mais importantes e abastados, foi votado ao Congresso Estadual por um dos senhores *mais salientes*, obtendo o *credictum* daquella Câmara e do Presidente do Banco de Credito Real de S. Paulo, que dignou-se mencionar, em seu bem redigido relatório, cuja parte, peço permissão para ler:

«Maiores poderiam ser os serviços prestados desde já à Fazenda, si simultaneamente com a reforma do Banco de Credito Real se houvesse fundado pelo menos um dos estabelecimentos de credito agrícola, autorizado pela Lei n.º 682, de 14 de setembro de 1899, que confere ao governo a faculdade de garantir juros de 7 % ao ano, e pelo prazo de 20 anos, ao capital de seis

institutos das a natureza que se fundessem nesta capital e em vários pontos do Estado.

O credito agrícola, devendo visar especialmente o suplemento dos recursos necessários para as despesas do custeio das propriedades rurais, é hoje um factor indispensável à vida económica da industria agrícola, assegurando-lhe a normalidade dos trabalhos de exploração, e consolidando-se, consequentemente, uma garantia da estabilidade da produção, unica causa que por sua vez, só pode assegurar a regularidade no pagamento das prestações dos empréstimos hypothecários a prazo longo, que em regra são destinados a preencher a deficiência do capital fundamental da propria industria.

Esta modalidade do credito é um complemento indispensável à outra, resultando da harmonia do funcionamento de ambas um sistema completo do credito que, repousando sempre em garantias reais, fornece aos lavradores todos os recursos necessários ao manejo dos seus negócios. Mas, enquanto não se fundarem em moldes praticos e adequados às circunstâncias da Fazenda nacional, os institutos de credito agrícola, não será possível dar às operações hypothecárias todo o desenvolvimento que as suas condições actuais exigem.

O patriotismo do Congresso Legislativo do Estado assim comprehendeu, votando sucessivamente as leis que lhe pareceram capazes de atender à dupla necessidade do fórum do credito à Fazenda, mas nenhuma delas não encontrou ainda executores, e não é provável que os encontre, sem uma intervenção mais directa do estado, pelo menos, enquanto o mercado de capitais se conservar retrahido, como se acha, especialmente em relação a negócios com a Fazenda.

Estamos certos, porém, que em sua proxima reunião voltará o Congresso a encarpar-se de tão momento assumpto e saberá encontrar os meios praticos de animar os

capitalistas em uma empresa que oferece as mais solidas garantias, um grande campo de ação e a perspectiva de um grande futuro, o que viria prestar incalculáveis serviços a todas as fontes de riqueza do Estado.»

O meu simples projecto, não é mais do que uma fraca collaboração que, como insignificante membro, trago à luminosa apreciação o estado do Congresso, afim de ser dirigido aos poderes competentes. Eis o projecto:

A criação imediata do Banco de Crédito Agrícola, na Capital Federal e nas Capitaes dos Estados, consuecções, em todas as comarcas para acudir às urgências necessidades da lavraria, que se acha nos paroxismos da morte e salvar também o comércio, que já está agonisante, cujo auxílio deverá ser feito em dinheiro, a juros de 7º a no tempo *o maximo*, mediante garantia do governo e sob hypotheca dos bens rurais e agrícolas, ao Banco, pelo prazo de 20 annos, em prestações regulares para facilitar o desenvolvimento da lavraria, cujos premios serão pagos, nos fluxos e refluxos vendidos dos produtos, tendo o lavrador o direito de fazer no mesmo estabelecimento bancário o penhor agrícola ou sob hypotheca dos frutos pendentes, para o serviço do custeio de sua propriedade agrícola, sendo avaliados e fiscalizados pelo Banco, até o ajuste de contas ou reembolso.

Sala das Sessões do Crédito Real e Agrícola na Secretaria da Agricultura, Capital Federal, 26 de Setembro de 1901. — *Augusto Ramos, agricultor.*

—
A 5ª comissão do Congresso de Agricultura solicita a intervenção do Governo Federal para que sejam baixadas as exageradas tarifas do Lloyd Brasileiro, que atrofiam o desenvolvimento do comércio e lavraria nacional.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1901. — *Aníbal Porto,*

«Acerca-se «o também se solicite a intervenção do Governo para que sejam reduzidas as tarifas das estradas de ferro nacionais.»

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1901. — *Oscar Varady.*

Estendendo a indicação firmada pelos Srs. Hannibal Porto e Oscar Varady no sentido de solicitar do Congresso a intervenção do governo Federal a que sejam reduzidas as tarifas do Lloyd e das estradas de ferro, a comissão é de parecer que ella seja tomada em toda a consideração. Effectivamente um dos maiores males que afflige o productor nacional e desperta clamores inúlmos consiste no exagero dos fretes de transporte, exagero que chega ao ponto de desincentivar o productor e em muitos casos proibir o comércio, o portanto o desenvolvimento das culturas.

Em relação ao Lloyd, que recebe larga subvenção dos cofres públicos, é de estranhar que até hoje a compaunha não tenha correspondido aos sacrifícios do Estado. Trata-se de uma empresa de carácter nacional e por isso não destinada a servir a s intes esses geraes e estreitar as relações commerciales entre os Estados, facilitando a permuta dos gêneros. Assim, para harmonizar esses interesses geraes com os seus, devia a companhia custear ao menos duas linhas de vapores: uma de marcha rápida servindo exclusivamente aos portos das capitais, e outra destinada aos portos secundarios que já tenham adquirido ou tenham elementos para adquirir certa importancia commericial.

Não se pôde entretanto tratar dessas questões da indicação das tarifas sem concretizar as reclamações, por quanto o estudo em cada caso particular depende de base e a solução depende por sua vez do acordo com as companhias, em virtude do seu contratos.

Um bom sistema de tarifas representa uma média geral, fundada na harmonia de interesses, tudo em atenção à resistencia

commercial do genero, subordinada ao custo da produçao e ao lucro do productor.

Para certos generos de baixo preço, como os cereais, legumes, fructas, aveia, leite, ovos, etc., em conciliação de interesses chega ás vezes ao ponto da empreza sacrifilar seus interesses immedios na esperança do lucro sobre as cargas de retorno, consequencia directa das transacções efectuadas. Além disso, um bom sistema de tarifas, a remunerar nos lucros sobre certos transportes, costuma ser compensado por um lucro maior sobre os generos de resistencia, sem todavia attingir o abuso. O que não se admite em caso algum é a tarifa prohibitiva. Assim é por exemplo que, tendo consultado alguns interessados, a commissão verificou que é mais facil aos Estados do norte importarem do estrangeiro cereais, farinhas, alface, xarque, agnus mineraes metálicos, etc., do que os generos similares produzidos pelos Estados, e este facto vergonhoso é devido unicamente ao exagero dos fretes. A commissão verificou tambem que o assinar de Sergipe paga mais 50 % de frete do que o de Pernambuco, quando as distâncias percorridas repellem semelhante diferença.

Taes manobras, uma vez denunciadas, não continuarião de certo; a alta competencia do Exm. Sr. Ministro da Viação leva a crer que os es assumplos serão plenamente resolvidos de acordo com o interesse geral, ligado ao desenvolvimento da riqueza publica. Tão sóm ante é insistir: de um lado concretizar as reclamações; e de outro manter uma commissão permanente, incumbida de estudar essas questões em detalhe e servir de orgão dos interesses agrícolas perante os governos aos quais competir a solução.

As considerações com relação ao Lloyd estendem-se aos fretes das estradas de ferro, cujo sistema excessivamente desfeitoso matou o pequeno commercio. Comprehendo-se, por exemplo, o frete mínimo quando se aluga um vagão ou um trem, e nesse caso é natural que o preço atinja a lotação completa

6056 — 26

dos carros. Estabelecer, porém, um frete mínimo pelos trens ordinarios, importa um decretar que nenhum genero de valor inferior a 28 ou 38 possa ser transportado, por quanto o frete, o custo da produçao e outras taxas complementares, seriam insuficientes para desaniveler o productor ou comerciante. A commissão lamenta este facto tanto mais quanto a dívida proveniente do proprio commercio seria a unica capaz de collocar as emprezas de transporte a salvo das grandes crises, porque é uma renda segura, constante, das pequenas parcelas originadas de despesas pouco sensiveis e de multiplas necessidades de ordem comercial. O mesmo dirá a commissão dos impostos e taxas accessorias que, quando não possam ser suprimidos do todo, devem ser absolutamente eliminados para os transportes a baixo preço.

Um exemplo. Supponhamos um despacho de legumes, fructos, pão, carne, leito, enjôo valor vinal, incluindo o custo da produçao, seja de 500 réis ou 2\$000.

Em consequencia do feito minimo de 1\$ ou 2\$ já o genero não pode ser transportado sem prejuizo. E quando elle escapasse ao frete mínimo, esbarrarla nos impostos e taxas accessorias. Supondo que pela tarifa ordinaria o custo do transporte importasse em 200 réis, adicionando-se-lhe o sello federal de 200 réis por cada despacho, o sello estadual de 200 réis pelo mesmo despacho e as taxas accessorias de 100 réis de isenção, 100 réis de expediente, 100 réis de aviso, sem falar de outros impostos e taxas, vê-se que o custo do transporte, que em todo o caso exprime a remuneração de um serviço, fica elevado a quatro ou cinco vez e mais, não só absorvendo o lucro do productor como excedendo o custo do proprio genero. O absurdo é tão patente, que não vale a pena a commissão instar sobre elle para justificar a necessidade de estabelecer um limite para a applicação desses impostos e taxas, que matam positivamente o pequeno tráfego, — quando não é essa a missão do se-

melhantes emprazas collocadas à sombra do subvenções, garantias de juros e monopolios do povo. Tais anomalias teem subsistido unicamente por falta de reclamação.

Em resumo a comissão é de parecer que a proposta encerra matéria digna de toda a ponderação, espore dos poderes públicos providências imediatas e opina pela nomeação de uma comissão permanente na capital da Republlica com sub-comissões nas capitais dos Estados, encarregados todos do defensor os interesses agrícolas em relação às tarifas de transporte, eno exagero tem sido uma das causas principaes do nosso atraso económico.

Sala das comissões, 30 de outubro de 1901.
— *Carvalho Borges Junior.* — *Domingos Sergio de Carvalho.* — *Hercílio Bandeira.* — *Hannibal Porto.* — *Americo Werneck.* — *Ignacio Tosta.*

5a Seção

CULTURAS DIVERSAS

MEMORIA — Herva-matte

O matte é um verdadeiro succedaneo do chá, do qual posse todas as virtudes, em particular as inconvenientes.

O matte ou herva-matte é um produto da America do Sul, obtido pelo preparo adequado das folhas e dos ramos tenues ou talos da arvore da *congonha*, *ilex-matte*, *ilex-paraguensis* ou, segundo Augusto Saint Hiladre, *ilex-paraguariensis*, da familia dos Ilicineas ou Ilicaceas.

E' um producto alimentar, usado como bebedia diarria, em infusão, à semelhança do chá e do café, em alguns Estados do sul do Brazil e nas Repúblicas do Prata e do Chile, constituinte para muitos povos dessas regiões uma bebida indispensável e da primeira necessidade.

O seu uso data de mais de dois séculos,

segundo rezam as crónicas dos tempos coloniais, principalmente com referência às missões dos jesuítas hispanóes no sul da America Meridional.

O sabio botanico Martius, em sua monumental *Flora Brasiliensis*, affirma que os missionarios incumpidos da catequese dos Indianos guaranys no Paraguay, aprenderam com estes as virtudes do *cad*, vocabulo que significa *herba ou planta por esse nome*. Esta versão nos parece perfeitamente aceitável, porquanto as mais importantes missões jesuítas eram estabelecidas numa extensa zona de herva-matte, situada entre os rios Paraguay, Paraná e Uruguay.

Os jesuítas, que obtiveram do Governo da Hespanha, para a companhia de Santo Ignacio de Loyola, um privilegio, que vigorou até 1771, para a exploração de hervas, naturalmente aperfeiçoaram o modo de preparar e usar as folhas do matte, que eram primitivamente mastigadas no estado verde.

A arvore de herva-matte ou congonha, em seu pleno desenvolvimento e depois de modificado por uma cultura, mesmo rudimentar, tem em geral o aspecto de uma laranjeira frondosa, elegante, de tres a oito metros de altura; suas folhas são sub-coriaceas, oblongas, lanceoladas, de dimensões variadas.

A herva-matte, que constitue, desde mais de meio seculo, a principal fonte de riqueza do Estado do Paraná, vegeta espontanea e profusamente nos planaltos da serra acima, a 500 ou 600 metros sobre o nível do mar, em terrenos mais ou menos secos.

Embora não haja ainda um mappa florestal do Brazil, vamos dizer algo a respeito da distribuição geographica da mais preciosa das Ilicineas, que nas zonas de sua predilecção cresce em tal profusão, que não se tem cogitado de sua cultura; pois a herva quase apresenta em estado silvestre é mais que suficiente para o seu já não pequeno consumo.

Segundo Martius, é entre 20° e 30° de latitude sul, que nasce e se desenvolve prodigiosa e espontaneamente o matte, o que no

Brazil corre pondo ao sul de Matto Grosso e de Minas Geraes e nos Estados do S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

Acreditamos que se encontrem também alguns espécimes, embora degenerados, no extremo meridional do Goyaz.

O Dr. André Rebouças, em um opusculo publicado em 1875, sobre o acaparelhamento da herva-matte, fixa, como limite septentrional de matto no Brazil, o sul da Bahia.

No Brazil, é, incontestavelmente, o Paraná o Estado mais rico de herva-matte, seguidamente em escala decrescente Matto-Grosso, cuja exportação ultimamente aumentou pela iniciativa da poderosa Companhia Matto Laranjeira, que monopolizou a exploração das hervas nacionaes Rio Grande do Sul, Santa Catharina, S. Paulo, etc.

Nos mercados consumidores de herva-matte só o Paraná concorre com três quintas partes dos produtos, observação que já havia sido feita pelo professor Dr. Caminho em seu tratado de botânica.

No Paraná encontram-se árvores de herva em quasi todas as regiões da serra acima, excepto nos terrenos baixos e humidos e no cume das montanhas, notando-se que o matto das adjacências da Serra do Mar não é tão apreciado como o dos planaltos contráis, como o das comarcas da Lapa, Palmeira, Palmas e Guarapuava, que se estende até às margens do caudoso rio Paraná.

Já A. de Saint Hilario havia observado que no territorio que constitui hoje o Estado do Paraná, as árvores de *Ilex* aparecem quasi sempre ao lado do magestoso pinheiro, *araucaria brasiliensis*, porém o Dr. Luiz Couty diz que o pinheiro aparece um pouco antes que a herva-matte, conforme facilmente se observa subindo do litoral do Estado do Paraná à serra da Graciosa e à do Itupiava, em direção ao planalto de Corityba.

O Dr. André Rebouças observou também que o *Ilex* colhe-se com o pinheiro, porém é sua opinião também que a região daquello é

mais vasta, porquanto a araucária não se encontra além da serra do Piauí, em Minas Geraes. Fóra do Brasil, nas Missões Argentinas, no Uruguai e no Paraguay encontram-se muitos herbas, principalmente neste ultimo país, que, sob este ponto de vista, rivaliza com o Estado do Paraná.

As árvores de herva-matte ou congonha apresentam-se sob variedades diferentes, conforme as regiões, natureza do solo, idade da árvore e outras condições, que influem também sobre o tom das folhas, sendo algumas de um verde amarellado, outras de um verde escuro mais ou menos carregado.

Baseado nessas diferenças, o Conselho Caminho admittia as tres variedades seguintes do *Ilex paraguayensis*: a latifolia ou herva de folhas largas, a longifolia ou herva de folhas compridas ou alongada ou angustifolia ou herva-minda. Esta parece ser a mais apreciada e mais rica do princípio activo.

Além dessas variedades da herva legítima ou congonha verdadeira, há na mesma família botânica numerosas espécies com que se pode sophistication o matto; mas são falsificações grosseiras, hoje banidas completamente, graças ao inscrupuloso eprícho dos beneficiadores de herva e às justas exigencias dos consumidores.

As espécies mais conhecidas são a *orella de mico* e a caúna, *Ilex-pseudo buxus* Reiss, cujas folhas eram ontem ora fraudulentemente misturadas ás de herva-matte; pelo que os poderes públicos do Paraná tiveram de intervir, decretando uma proibição formal, com pesada multa nos contraventores.

Há, entretanto, uma *Ilex* que, não obstante a interdição legal, entra na composição de alguns tipos commerciais de matto de reputação secundária nos mercados do Prata.

Referimo-nos à congonhinha, *Ilex Chamoodrifolia*, arbusto de folhas alternas, coriaceas, dentadas, pequenas, que fornecem um matto mais amargo que o da congonha legítima, mas de um paladar pouco agradável e de uma cor e aroma menos persistentes.

Há, além disso, em S. Paulo, Minas Gerais e Bahia algumas outras hincinas, quasi todas conhecidas pelo nome de canzinha, que, em algumas localidades, são usadas também como o chá. As folhas da gnabiroba ou gavirova, da família dos Myrtaceos, também servem anteriormente no Paraná adicionadas criminalmente à herva-matto; porém é uma falsificação por completo desprezada, por demasiado grosseira.

Sendo tão vastas as zonas que produzem herva-matto com tanta profusão, é de admirar e lamentar que tenham-se procurado fundar essa industria extractiva, relativamente fácil e promissora de pinguis compensações.

Expondidas essas noções gerais sobre a herva-matto o mais resumidamente que nos foi possível, para não darmos maior vulto a este despretencioso trabalho, era nosso desejo entrarmos já no nosso principal objectivo — cultura, colheita e preparo da herva-matto; mas julgamos mais acertado, para não alterar a ordem natural das partes do nosso estudo, passarmos a tratar da utilidade do matto, fazendo preceder essa explanação synthética de uma exposição sobre sua análise chimica.

Analyse chimica — Do harmonia com os progressos scientificos, que tendem a substituir o empirismo inconsciente por fundamentos racionaes estatuidos pela sciencia, que tudo investiga, tem-se feito numerosas analyses, mais ou menos concordes da herva-matto. O Professor Caminhão em seu Tratado de Botanica se refere a diversas analyses, feitas desde 1836, na Europa por Frommendorff, Stenhouse, Roehleler, Lenôble e Arnaldo Schimpf.

Para o fim que collimamos, nos basta transcrever o livro «Analyses de Materia Medicina Brasileira», publicado pelo Dr. Theodoro Peckolt, abalizado chimico do Rio de Janeiro, a analyse por elle feita de diversos tipos de matto, principalmente do Paraná.

Eis, com toda a fidelidade, quanto à

theina ou cafeína (que só pôde chamar também mattoina ou paraguarin), porque são substancias isomeras, identicas) a analyse sobre o matto do Paraná, que o Dr. Peckolt chama *Hex Sorbilis*:

Em 1,000 grammas de folhas secas,	
dez que obtém cafeína	16,750
Doa folha fresca do matto	4,760
Do ramo seco e misturado com folhas	1,070
Do folha seca do matto paraguayo (<i>Hex Paraguayanus</i>)	7,678
Do ramo seco e sem folhas do matto	2,579
Do matto do Mato Grosso (<i>Hex Caia-beira</i>) a folhas secas da raiz	0,590

Quanto aos outros principios que elle encontrou em 1000 partes de folhas de matto do Paraná, elas a sua proporção :

Chlorophylta e resina medie	62,000
Acido resino	20,694
Acido matt-silicico	12,288
Materia saccharin	47,084
* extractiva amarela	2,033
* " azul orientalico	8,845
Strobilina	0,019
Albumina d'extrina e sicc	39,650
Materia lenticosa e aposema	799,72

E também do Dr. Peckolt o seguinte mappa comparativo da composição do chá verde, chá preto, café e matto, por onde se evidencia que o valor nutritivo do matto é semelhante ao dos productos com que é confrontado

EM 1,000 PARTES:	CHÁ VERDE	CHÁ PRETO	CAFÉ	MATTO
Óleo essencial	7,90	6,00	0,41	0,01
Chlorophylta	22,20	18,14	13,65	82,40
Resina	22,20	26,70	13,65	20,60
Tannino	178,00	128,8	13,39	12,23
Theina ou cafeína	1,50	1,10	2,66	2,10
Materia extractiva, cáranton, etc.,	364,00	390,00	273,67	2,8,84
Fibras e cellulosa	175,80	283,20	173,8	180,00
Cinzas	8,60	54,10	25,61	38,41

Desse quadro comparativo facilmente se deduz que o matto é menos excitante que o chá e o café, motivo por que é preferido por pessoas nervosas e por mulheres e crianças.

Conhecidos os elementos que entram na composição do matto, estamos habilitados a encetar o estudo de suas propriedades, sua utilidade, da importância e do papel preponderante a que está destinado, desde que por uma propaganda tenaz e intelligente esse precioso producto tornar-se universalmente conhecido.

Utilidade do matto — O matto é um produto nutritivo, de grande valor higienico, que entra como factor indispensável na alimentação dos povos que, por hábito ouvalizado ou para satisfazer necessidades, quicaram orumbas de influências mesolíticas, adoptaram o seu uso quotidiano. É uma geração da primeira necessidade para certas populações da parte meridional da America do Sul, para as quais a privação do matto é um dos maiores supplicios, se traduzindo por uma sede ardente, que não pode ser saída por outra bebida.

E o matto é uma bebida tonica, estimulante e diuretica, classificada pelos hygienistas e physiologistas, juntamente com o chá da India, café e álcool, como alimento respiratório, do pauperação ou economia, dos chamados pelo insigne professor Adolphe Gubler *dynamophorus*, isto é, que reparam as forças e não prejudicam os tecidos. Sustenta as forças do organismo, mitigando a sensação da fome, a tal ponto, que os nossos caiboclos do interior ou os gaúchos dos pampas podem, sem grande sacrifício, passar dias inteiros sem alimentação solidal alguma, contanto que não lhes falte a infusão do matto simplesmente, sem adição de outra qualquer substância, nem mesmo assucar. Essa influencia quasi magleia se exerce também sobre soldados em marcha, como já foi observado na guerra do Paraguai e nas campainhas diversas, de que tem sido teatro o Sul do Brazil e as Repúblicas Platinas.

Suas qualidades estimulantes e tonicas o tornam uma bebida alimentar de primeira ordem para enfermos e convalescentes, não conhecendo em até hoje nenhuma contraindicação bem averiguada no seu uso; daí o seu emprego nos hospitais e casas de saúde.

Talvez por contar meus enfermas em theina, o matto é menos excitante do sistema nervoso que o chá e o café, não produzindo, como elles, insomnia; é por essa virtude que elle se recommenda às mulheres e crianças, e às pessoas nervosas, neurasthenicas.

Repetimos aqui o que já tivemos occasão de dizer⁴: quem viajou alguma vez a cavalo, dias consecutivos, principalmente nos rigores do mês de estio, pelos nossos campos do interior, pelos do Rio Grande do Sul ou pelos pampas platinos, alimentando-se quase exclusivamente de carne (churrasco), sentiu necessidade imperiosa de gorver com avidez uma cana do appetecível churrarrão e o capaz de renunciar desdenhosamente ás cípocas bebidas formontadas que a civilização europeia tem introduzido entre nós.

E essa predilecção pelo uso do matto, repetidas vezes por dia, quase como um vicio, como o fumar, não se pronuncia sómerto sobre os naturaes do paiz; porquanto manifesta-se mesmo sobre o estrangeiro, o imigrante europeu, que no fim de pouco tempo converte-se também em um insaciável tomador de churrarrão. No Rio da Prata, diz o Dr. Caminhoá, a principio os estrangeiros provam esta substancia por comprazer com as pessoas que os convidam a tomar-a, e principalmente quando é servido por alguma interessante senhorita; depois de algum tempo é curioso ver-se o francês, o alemão, o russo e até o inglez, que de ordinário evita a adquirir hábitos diversos dos seus, a chuparem a boubilla, o por fim tornarem-se viciados a ponto de tornarem aquella bebida som assucar, e muitas vezes no dia!

⁴ *O Carioca*, revista de Curitiba, 8º fasc. de 1875 — Estado do Paraná, pelo Dr. Victor do Amaral.

O uso do matte amargo ou chimirrao ultrapassou as ralas de uma bebida alimentar, para constituir nra especie de vicio, a to las as horas, de modo que muitas pessoas nraica beber agua fria, ingerindo sempre sua sede com o chimirrao. Esse habito, tão simples, encerra um grande proveito hygienico, principalmente quando a agua não é do bom qualidado para ser bebida pura o pôdo conter germen's infecções, em tempo de epidemia.

Sendo de boa pratica, nessas occasões, aconselhar-se como meio prophylactico o uso só da agua fervida, e, como a agua fervida, embora fria, não tem o sabor de uma boa agua potável, deduz-se que o uso do matte como bebida ordinaria (em vez da agua fria) é um preventivo effeaz contra grande numero de molestias microbianas, tornando-se assim um grande factor hygienico. E não é de importância secundaria esta applicação do matte, quando se reflecte que em medicina os meios prophylacticos tendem cada vez mais a ampliar sua esphera de acção, circunscorrendo-se mais a orbita da therapeutica.

E não se supponha também que o matte, absorvido quente, torne-se intoleravel no verão ou nos paizes quentes, quando o organismo reclama bebidas geladas. Ao contrario do que sucede com o café e o chá, que augmentam o calor e a transpiração, a ingestão do matte parece produzir uma acção refrigerante. Este efecto, algnim tanto paradoxal, nós affirmando por experiençia pessoal, invocando o testemunho dos apreciadores do chimirrao.

Uma bebida hygienica e innoena, como o matte, é necessariamente um benéfico substitutivo das bebidas alcoolicas e uma arma poderosa contra o alcoholismo, com a qual as sociedades do temperança poderão colher enorme proveito em sua philantropica luta contra um dos maiores flagelos que degradam e dizimam a humanidade.

Além do uso alimentar a que temos alludido, o Dr. Caminhoa attribue-lho propriedades medicinaes, considerando-o, quando

tomado sem assucar, como tonico amargo, adstringente estomachico, e febrisfugo, ou pelo menos capaz de prevenir accessos intermitentes. Discordando de nos o saudoso Mestre quanto a esta ultima virtude, por considerarmos o matte inerte contra o impaludismo, em enjas zonas mosqueno elle não medra, talvez acreditemos na acção beneficia do infuso de matte administrado aos febrejantes para apazignar-lhes a febre.

Parece ser incontestável a sua acção estimulante sobre as tunicas musculares do estomago, acção moderada, favorando o tonus normal, sem ir ao ponto de traduzir-se por propriedades laxativas. O Sr. Henrique de Porville, em um numero de 1898 da «Nature», revista de Pariz, assim se exprime: «As bebidas mais favoraveis para a prompta evacuação do estomago (elle se refere à primolra parte do mechanismo da digestão) são o chá, o café e em primeiro logar o matte, que se toma em infusão, como chá quente.»

E' applicado também topicamente o infuso de matte em loções contra a conjunctivite catarrhal e contra infecções variadas da pele e das mucosas.

E' de uso popular (e bastante effeaz, posso atestar) o emprego d'v horva matte em pó finissimo contra o intertrigo e outros erythemas, principalmente nas crianças, e como absorvente e cicatrizante de ulceraes e feridas gangrenosas. Esta acção topical recebeu sanção scientifica nas interessantes investigações, feitas pelo praticado bacteriologista Dr. Domingos Freire, sobre os pós, em que o matte como hygroscopicó occupa o quarto logar na escala das substancias pulvinulentas por elle submettidas a estudo.

O Conselheiro Caminhoa, em seu já citado Tratado de Botanica, affirma também que o matte fornece matéria corante amarella escura aproveitável para usos da tinturaria.

Em summa, das propriedades do matte,

* Brasil Medico de 1891, pagina 153; Estudo therapeutico e bacteriologico dos pós, pelo Dr. Domingos Freire.

que havemos enunciado, se coune que elle é um poderoso emulso do café e do chá da India, aos quais tende a substituir, principalmente tomado em infusão fraca com açucar, à semelhança desto ultimo; e tanto mais fácil será essa substituição, quando é facto incontestável que o preço do matte é muito mais modico que o do chá e do café, que são produtos relativamente caros.

Do chá consideramos o matte um verdadeiro sucedâneo: pessoas habituadas ao uso inveterado do chá da India, ao almoço e à refeição da noite, com facilidade o substituem pelo chá do matte, e com tal vantagem, que no final de algum tempo não querem mais voltar ao uso do chá chinez, por preferirem o salutar aroma e sabor do matte.

A propósito do café, que pôde em muitos casos ser vantajosamente substituído pelo matte, suggero-se-nos uma consideração de outra ordem, que não deixá de ter alguma importância económica: o matte, produto mais brasileiro do que paraguaio (não obstante o seu nome, *Ilex paraguayensis*), não será um rival perigoso do café, a maior fonte de riqueza actual do Brasil? Os brasileiros, que consideram o café como a base de nossa riqueza, não arderão em justos zelos, encargando no matte um poderoso rival, a quem não se deve dar tregos?

Não, não existe tal antagonismo. Consideramos perfeitamente conciliável a existência de ambos, como passamos a demonstrar: o matte e o café podem coexistir numa mesma casa amistosamente, sem prejuízo um do outro, porque cada um tem o seu momento physiologico, para não dizer psychologico; há horas em que o maior tomador do matte não pôde dispor de uma chácara de café, assim como há ocasiões em que o maior apreciador de café aceitaria com prazer uma chavona de chá de matte.

Assim pois, o matte é um irreconciliável rival do chá da India, que elle procura desbanhar e o fará com vantagem, porque posse todas as suas virtudes, sem partilhar-lhe os inconvenientes; do café o matte não é um

onímio perigoso, porque podem ambos coexistir simultaneamente, prestando cada um, de por si, na alimentação do homem, serviços que um só com dificuldade poderá exclusivamente preencher.

Expostas peremptoriamente as propriedades do matte e enunciado com toda a singularidade o nosso modo de pensar sobre este producto cotejado com o chá, o café, nos propomos a transcrever opiniões valiosas do autores insuspeitos, que pela maior parte ainda só mostram mais optimistas que nós, em referencia ao producto, por excellencia, da nossa terra natal,

O eminentissimo jurisperito Dr. Mendo Soares publicou, em 1875, um folheto de propaganda, sob o epígrafe - O matte do Paraná — em que se pronuncia do modo seguinte: «O matte, em pó ou folha, que se toma de infusão, como o café e o chá da India, é uma bebida alimentar de primeira ordem, tendo sobre estes seus similares duas grandes vantagens: é menos excitante e é incomparavelmente mais barato.»

O Dr. Schnepp, inspector adjunto das aguas de Bonnes, tendo experimentado o matte na America Meridional, assim se exprimiu: «A herba dá uma bebida aromática e de bom sabor, que mitiga a sede, ilhudo a fome e repara as forças sem fatigar nem excitação. Tomada com leite e açucar é tão alimenticia como o chá da China e o café; com a vantagem, porém, de estimular brilhantemente o sistema nervoso sem produzir insomnio.

Só, independentes de outro qualquer alimento, a infusão de matte sustenta as forças e o vigor durante dias inteiros.

Seria de grande vantagem para os nossos colonos do Argel que, trabalhando longe de casa e em lugares onde nem sempre podem achar alimentos, vivem, como os viajantes, obrigados a trazer consigo a comida.

Em medicina, o matte é aconselhado em todos os casos que se trata de sustentar sem excitar as forças, e nutrir sem fatigar o estomago. »...

O Dr. Lankastor, superintendente da sociedade dos produtores animais e alimentícios do Mincen do South Kensington, em seu relatório acerca dos produtos do Brasil na exposição internacional de Londres em 1862, assim se refere:

«A³ questão palpitante para o Brasil é de se propagar o uso do matto como *bebida alimentar*. Demonstram as analyses chímicas que esta planta contém quasi o dobro de teína que o mesmo peso de grãos de café, e tanto como as folhas de chá.»

Esta planta, que nenhuma se consome na Europa, tem, entretanto, grande interesse para os que estudam a alimentação do gênero humano sob um ponto de vista filosófico. »

O pranteado physiologista Dr. Lutz Couly, professor emerito do Mision Nacional (do Rio do Janeiro), comissionado pelo Governo Brasileiro, apresentou ao Ministro da Agricultura, em 1880, um minucioso relatório sobre o matto, de onde traduzimos o seguinte trecho :

«O matto apresenta sobre o chá e café outras vantagens não menos sérias ; ainda que muito aromático e muito ralo, como é sabido, em alcaloide, em glyco-ídes e sobretudo em gommas resinas, é menos amargo que o café ; e não tem o gosto quasi aere, salino, do chá, mesmo bom, não agradável ; o matto sem assucar, bem preparado, torna-se depressa verdadeiramente agradável. Os colonos europeus, mesmo os que fazem do matto sua bebida habitual, rueda ajuntam à infusão, pelo menos a maioria das vezes, e todos sabem que as populações da América do Sul quasi unicamente ajuntam assucar. Em todo o caso, elle necessita, para ficar doce, muito menos assucar que o café.

Finalmente, o matto se exaure mais lentamente que o café ; o pó desse, depois de uma primeira infusão, perde quasi todas as suas propriedades, o que não acontece com o matto. Em todas as regiões da América do Sul, o matto que encho uma cuia servido sempre muitas vezes, do 6 a 10 ordinaria-

mente : diz-se sempre, e é exato, que as 3^a, 4^a e 5^a infusões são melhores e mais agradáveis que as primeiras, e tanto, bem entendido, que as 3 infusões sejam feitas sucessivamente, e sem dar ao matto o tempo de se resfriar. Isso está de acordo com o que verifiquei no laboratorio de pathology experimental ; vi o matto dar ainda um producto ativo na 6^a infusão ; e, entretanto, eu tinha deixado fervor cada vez muitos minutos, em lugar de refundir simplesmente com água não em ebullição. A preparação do matto deverá, pois, ser um pouco diferente da do café e do chá ; a mesma herba deverá servir muitas vezes e a água deverá ser um pouco menos quente.

«Resulta, por exemplo, das experiências que fiz quer em mim, quer em meu compadreiro de virgem, quer em animais, não sómente que o matto tomado em dô, ou um pouco mais forte, pode substituir o café, porém mesmo que apresenta muitas vantagens. Assim, o matto, em lugar de constipar, facilita, excita as evacuações e as miegas, produz mais facilmente insônia e as perturbações cardíacas ; tem uma ação antes levemente excitante que depressiva sobre o sistema genital. Pescinhas começadas e ainda não publicadas me provaram que o matto tinha uma ação pronunciada sobre as tréias chímicas respiratórias e sobre a propagação dos gases do sangue. As qualidades physiologicas do matto, já provadas pelo uso alimentar prolongado de muitos povos, serão, pois, fáceis de estabelecer directamente. »

Em um numero da *Gazeta de Notícias*, do jucero do corrente anno, vêm transcripto, sobre o matto, um capítulo do livro *A hygiene do c tomo*, guia prático da alimentação, pelo Dr. E. Moulin, secretario geral da Sociedade Francesa de Hygiene, do qual extractuamos os seguintes trechos :

«Eis uma substância que, pelas suas propriedade e principalmente pela sua ba-

razeza excessiva, poderia prestar os mais nobres serviços à hyggiene, principalmente nas grandes cidades, — se só conseguisse extinguir o seu uso na Europa.

O matto é a verdadeira bebida dos climas doceiros.

As suas propriedades tonicas e excitantes permitem que se suporte um jejum prolongado; é provável que fosse numa infusão do matto que o Dr. Tanner embolsou a sua famosa toucha imunda. O matto engana a fome do índio e do americano do sul e substitui os alimentos vegetais nessas populações, que vivem só da carne e desconhecem o pão. Esta substância não só remedia as insuficiências de um máo regimen alimentar, como suprime o cansaço, exaltando a energia moral. O seu poder digestivo e laxante, sudorílico e diurético, estimula a nutrição entorpelida e acelera as funções do organismo. Obtiver com o matto resultados maravilhosos no tratamento da diabetes. Numerosas observações, juntamente com experiências physiologicas, bem encaminhadas, provaram, além disso, que o matto excita a força muscular, aumenta os movimentos do coração e da respiração, produz uma sensação de bem-estar, de vigor e de lucidez intelectualmente muito agradável.

Pode, pois, redimento, attenuar a fadiga do calor dos tropicos e dar ao organismo enfraquecido a vital e a indeabilidade que lhe faltam. A sua ação excitante é, no entanto, menor que a do café, porque não causa a insomnìa, nem as palpitacões, nem a agitação nervosa, que este ultimo substancia proluz e tão pouco essa estranha sensação de angustia, analoga a uma dor moral, o que nós consideramos como a característica da ação do café tomado em demasia.

Além disto o matto tem um poder aphrodisiaco muito pronunciado, o que fez com que fosse proibido, outrora tempo, pelos frades paraguaios: « É uma herca do diabo, dizia o padre Antonio, que leva a actos licenciosos, e que tem causado no país inúmeros escândalos! »

605 — 27

Na realidade, o matto é um alimento saboroso, um combustível precioso para a imediata ação, um antidesperdecedor, ou summa: é um condimento congonere dos que acabamos de estudar, que modera as fermentações nutritivas e entraça o movimento desassimilador, equilibrando ás mil maravilhas o vigor orgânico.

Pôlo mesmo diz ir-se que é o alimento que mais activa como excitante da força muscular. Esta propriedade unica torna-o precioso para as classes laboriosas, para o cultivador e para o soldado. O matto, não só tonifica e mitre, como dá, segundo Marvau, o sentimento de satisfação produzido pelo primeiro período da embriaguez entre as pessoas que tem o vinho alegre. É o café do pobre, a bebida democrática por excelência. Sylvon e Ameries do Sul do flagello do alcool e o Paraguai de uma ruina certa.

...
S'ja como for, dou-me maravilhamento bem com a sua proscripção aos atónicos, talas as vezes que se trata de despertar a contractilidade lade sonnoleza das membranas digestivas e de abreviar a lentidão habitual dos actos gastro-intestinais.»

O numero do 30 de outubro do jornal *La Nación* de Buenos Aires traz sobre o matto um bello artigo do Sr. M. Cabral (Injo), cuja parte commercial provocou uma refutação, publicada, em um folheto — *Comercio da Herca-matto*, feito pelo distinto paraguaio Dr. Azovedo Macelo, que assim se exprime em relação à parte que se ocupa da importância do matto:

« É um artigo patriótico, verdadeiro artigo de propaganda em favor da industria horvatela, apropriadamente a exaltação da herca-matto como o alimento de primeira classe, que se identificou com o povo argentino desde antigas existências da grande República, como alimento saudável tão genuinamente nacional, que até nos actos os mais importantes da vila social argentina elle figura como o maravilhoso elixir que enno-

brecer as almas e inflammar o patriotismo, podendo ser considerado o fator da visibilidado desse povo nobre e generoso.»

Do alludido artigo de *La Nación* vamos transcrever, conservando a forma original, os tópicos seguintes, que se referem às qualidades alimentícias do mate:

«Si la yerba-mate fuera simplemente para la economía animal lo que el tabaco ó el opio, ya sería considerada dada su importancia comercial según las cifras presentadas. Pero en la yerba hay algo más que es algo mucho. Ella es un alimento do alivio. La experiencia de siglos lo confirma: Los guaraníes, do quíones apredioron á usarla los espanoles y portugueses, los conquistadores, sus hijos los americanos, o alimentaron ó alimontan con ella. Los vascos y los italianos, que más pronto se acilmatan que los demás inmigrantes, y por lo general vigorosos y activos son tomadores do mate.

• • • • • : : : : :
No piés, es un error menospreciar ó proscribir la yerba-mate. Evolucionose, en todo caso, en la manira ó forma de beberla. Por lo pronto, por qué no habría un mate ó calabaza por cabeza quando hay un pocillo, taza ó copo para otras bebidas? Tómese la infusión sin la bombilla, en cualquiera vasija de cerátil, porcelana ó oro, y frascos con cinceladuras artificiosas, si se quiere, pero no sea de perdicio este elemento confortante que brinda la naturaleza. No os paralójicos al afurrismo de Brillat Savarin: «hace más bien a la humanidad el que inventa un nuevo plato que el que descubro una estrella.» Rechazar la yerba-mate es rechazar un plato ya inventado, menos que descubrir la estrella.

Las sociedades de templanza deben aconsejar también el consumo. La yerba-mate tiene menos tanino y desarrolla menos urea que el té y el café, y en las naciones rioplatenses es más barata.»

Não obstante recordarmos que pareça estar-nos desviando do plano geral que tratamos para este nosso singelo trabalho, toda-

via não podemos nos eximir de fazer mais uma transcrição, que vem ainda mais patente a importância que se deve dar em nosso país à indústria da herba-mate.

Dois excertos do relatório do Sr. Eugene Seeger, consul geral dos Estados Unidos, que visitou ultimamente o Paraná, publicados pelo *Jornal do Comércio* da Capital Federal e pela *A Rúplica* de Curitiba, destacamos o seguinte:

«Por muitos motivos deve ser autorizada nos Estados Unidos a introdução da herba-mate. A vista do que tenho observado e da minha propria experiência, julgo-me autorizado a aconselhar o uso deste excellento estimulante e tonico para os nervos. É prominentemente bebeda de temperança, e as sociedades de temperança dos Estados Unidos prestaram valioso serviço concorrendo para vulgarizar-lhe o consumo. A herba-mate tem todas as qualidades estimulantes e fortificantes do chá e do café e é muito barata. No Estado Oriental e na República Argentina a maior parte da população, inclusive os famosos gaúchos das vastas campinas, tomam habitualmente a herba-mate em preferencia à água, chá e café, e raras vezes, bebem estimulantes alcoólicos. Naquelles parzes a embriaguez quasi não existe. São quasi incríveis os trabalhos que supportam o vigor que desenvolvem as pessoas que muitas vezes por grande numero de dias sucessivos se alimentam exclusivamente do mate.

Lá ha pouco tempo em *Harpers Weekly* um artigo sob a epígrafe *Que é que devem beber os nossos soldados em países tropicais?*

Respondo sem hesitação que o que devem beber é mate, pouco importando que o tomem frio ou quente, com ou sem açucar, contanto que tomem mate.

Pondo um remate aqui ao que nos cumpria dizer sobre a utilidade do mate, vamos nos ocupar da maneira de usarse de tão preciosa substância, porque não é indiferente o método de o preparar o mate para ser saboreado.

Modos de usar. — A maneira de se preparar a infusão de matto varia conforme a herva preferida é em folhas mais ou menos contínuas ou em pó mais ou menos tosco.

A herva grossa, isto é, a não reduzida a pó é a mais própria a ser usada como chá : a infusão costuma ser feita em um bule, ou cujo bico é conveniente se adaptar num ralo metálico para impedir a passagem do frangamento de folhas, e é habitualmente servido em chicanas ordinariamente com açúcar. É este o modo preferido no Rio de Janeiro, S. Paulo e nos lugares onde se toma o chá de matto em lugar da da Índia ; essa infusão, bastante aromática, prestase a ser misturada com leite, tornando-se uma bebida ainda mais agradável.

A herva em pó mais ou menos fino (em geral misturado com alguns pãosinhos de um milímetro mais ou menos de diâmetro) é a apropriada à confecção do matto sem assucar, mais conhecido pelo nome de matto chimarrão, *el cimarron* dos nossos vizinhos do Aquém e além Prata.

O chimarrão prepara-se em cabaçinhas ou enias, com uma abertura de uma pollegada mais ou menos de diâmetro, por onde penetra um tubo geralmente metálico (de prata, folha, etc.) terminado inferiormente por uma esfera fina, do maior diâmetro que o tubo, erivada de orifícios como um ralo ; por meio desse tubo, chamado no Brasil bomba e no Rio da Prata *bombillo*, é que se faz a aspiração ou sucção da infusão resultante da água quente que se despejou na enia cheia de herva até ao meio. Esgotada a primeira água, põe-se outra e assim sucessivamente, servindo-se a infusão até ficar a herva lavada, o que sucede quando não se forma mais espuma na superfície da infusão.

O grão do temperatuta da água do matto não é causa de somenos importância ; por quanto, si se fizer a infusão com água fervendo, o matto fica *estolido*, impraticável, tornando-se insolúvel a substância resinaosa que retém outros principios activo. A in-

fusão, pois, não deve ser feita com água em ebulição, porém com água bem quente, cujo grau thermico pôde variar. A concentração da infusão depende também, como é intuitivo, da maior ou menor dureza do contacto da água com a herva.

A natureza do vaso em que se faz o matto chimarrão não é indiferente aos tomadores de matto ; o chimarrão em chicanas ou caneca de lama ou porcellana, dizem elles, não tem o mesmo sabor agradável que o tomado em cana ou porongo. Ali deixamos consignada a observação, que nos parece mais o efeito de uma ação suggestiva.

Uma outra particularidade: um apoiador do chimarrão usando-o só, servindo sucessivamente uma enia sobre outra, logo se farta, ao passo que tomando com outras pessoas, a mesma enia *correndo a roda*, depois de esvaziada o novamente cheia, de mão em mão e de boca em boca, elle é capaz de absorver muito mais o proprio melhor o matto.

Comprehendendo o quanto há de anti-higienico, e por vezes repugnante, nessa velha usança, embora servindo-se de uma enia bordada, guarnecida de prata, ou numa bomba rica, bem cinzelada ! É um modo de usar, já secular, bastante enraizado, principalmente nas populações rurais, que há de persistir indefinitidamente.

O matto, usado à guisa de cist, é que há de fazer carreira no velho mundo, desde que torna-se conhecido por uma propaganda bem dirigida, pondo-se em realce o seu modico preço, que, embora de passagem, vamos dizer. Em um impresso, dedicado ao Contro dos Industriaes do Herva-Matto do Paraná, o Dr. Azevedo Macêdo calcula o preço do nosso matto no porto do Paranaguá, em Antonina em 590 réis o kilogramma mais ou menos.

Que me seja permitido, para terminar este capítulo, dar um quadro synoptico da exportação de matto do Estado do Paraná para fora do Brasil, nestes dous últimos decennios.

ANNOS	MONTES Kilos	BONOS ATRES Kilos	VAPOR DE Kilos	TOTAL Kilos
1880 . . .	3.678.823	6.440.873	2.570.191	12.690.887
1881 . . .	3.362.275	7.011.101	1.960.568	12.332.947
1882 . . .	3.042.155	7.136.917	4.068.147	14.247.219
1883 . . .	3.936.390	8.651.800	2.884.151	15.472.731
1884 . . .	3.308.538	9.032.485	2.180.397	14.521.420
1885 . . .	5.074.285	6.311.015	2.075.026	13.461.599
1886 . . .	3.301.993	8.711.017	2.459.517	14.524.579
1887 . . .	5.051.491	10.813.518	3.693.802	19.558.801
1888 . . .	4.592.056	10.367.921	3.356.259	18.255.236
1889 . . .	5.308.007	10.403.886	3.494.191	19.209.083
1890 . . .	4.317.501	11.729.191	4.516.947	20.532.942
1891 . . .	4.718.571	12.533.841	4.120.413	19.372.824
1892 . . .	4.740.985	11.577.181	4.034.560	19.351.726
1893 . . .	7.143.424	12.611.119	630.319	21.767.005
1894 . . .	5.552.811	10.901.557	1.825.133	18.262.501
1895 . . .	8.831.121	11.831.773	974.563	21.667.419
1896 . . .	8.073.271	16.721.808	1.300.861	25.095.930
1897 . . .	1.513.031	13.441.718	567.604	19.422.353
1898 . . .	7.012.120	14.379.910	493.781	22.521.414
1899 . . .	7.273.883	14.090.972	548.014	21.912.899

CULTURA

A plantação do matto, até hoje, não tem sido feita simão a título de cultivo ou por interesse científico; porquanto o herva-matto nasce espontanea e profusamente onde apraz à prodiga natureza, isto é, onde um conjunto de condições telluricas ou meteorológicas favorece a germinação e subsequente expansão de tão precioso vegetal.

Sendo, pois, do arvores inteiramente silvestres de nossas florestas que se faz a extração do matto, não deixa de despertar certa curiosidade o interesse saber-se como se formam es hervaes e o que se deve fazer para auxiliar o seu desenvolvimento natural. E' o que vamos tentar fazer, antes do abor-

darmos o problema da plantação da herva-matto.

Como já vimos, a cougonha ou Ilex vegeta na latitude quo lhe é própria, além do 500 metros sobre o nível do mar, em terrenos mais ou menos secos. Nasce espontaneamente, e quasi de uma manerla imperceptivel, quer no solo de uma mata virgem, quer num capoeira ou mata, em que a ação demolidora dos instrumentos de laboura, dos fogos das queimadas deixou de actuar: vê-se pouco a ponco freixo surgindo, como que por encanto, pequenos pés de herva-matto, principalmente si o terreno é desbastado por animais que, pastando, o desbravam e favorecem assim o crescimento do matto, enjas folhas não são appetecidas por nenhum animal doméstico.

Sob este ponto de vista, as terras do planalto central do Paraná, com exclusão dos imensos campos de criação, são divididas em terras de cultura ou mais propriamente de lavoura e em terras de hervaes, não obstante a herva-matto ter tendencias muitas vezes a invadir os antigos roçados ou velhas capoeiras.

Abandonado a si mesmo, o herval nascendo consegue, no fim de bons pares de annos, desenvolver-se, nesse *struggle for life*, podendo as arvores mais desembraçadas de algum tronco vizinho estranho attingir a grandes proporções; mas, si intervém a mão do homem roçando, isto é, decepando os arbustos e arvores intermedialrias quo lhe tolhem a expansão, então o herval se desenvolve mais luxuriantemente. Em geral é nosso trabalho rudimentar de limpar ou roçar o matto quo cresce no meio dos hervaes, quo consiste a cultura da herva-matto; mas a maior parte dos nossos hervaloiros, principalmente os pequenos proprietarios, nem esse insignificante serviço fazem, deixando seus hervaes no meio da floresta bruta e limitando-se a um insuficiente desbravamento do matto na occasião da poda ou colheita da herva.

Como ordinariamente costumam fazer desses terrenos pastagens de gado e outros ani-

maes domésticos, são estes os melhores auxiliares da limpeza dos hervaes. Nos enforrmos aqui especialmente aos hervaes do Paraná, não só porque os conhecemos *de vista*, como também porque é neste Estado que a indústria extractiva do matto tem tido maior incremento, a ponto de constituir o maior factor da sua riqueza actual.

Um herval bem formado e convenientemente tratado tem um aspecto pitoresco : assemelha-se a um bosque de frondosas laranjeiras, em alguns lugares bastante espesso e outros com as árvores mais afastadasumas das outras, tendo ordinariamente do meio árvores de espécies diferentes (pinheiros ou araucárias, myrtáceas diversas, lansíneas, etc.), tudo isso emergindo de um solo tapeteado de grama ou outras vegetações rasteiras que servem de pasto aos animais.

Próximo das habitações, vê-se também bollas árvores de herva no meio de quintas ou pequenas lavouras de milho e outros cultivos.

E' bem verdade que a herva-matto nas florestas nascce, vive e se desenvolve sem intervenção do homem ; mas comprehendo-se perfeitamente que os hervaes bem tratados, isto é, roçados de dous em dous annos no máximo, produzem muito mais do que aqueles que são abandonados no meio da toda a sorte de vegetação.

A cultura do matto tem consistido até hoje no trabalho elementar da limpeza dos hervaes, sem se procurar artificialmente multiplicá-lo, porque o crescimento natural de tão preciosa ilicina é mais que suficiente para o seu consumo actual, jazendo ainda nas vastíssimas zonas hervateiras do sul do Brasil e do Paraguai imensos hervaes ainda inexplorados, por falta de população e fácies vias de comunicação.

Existindo ainda em estado nativo um manancial quasi inexgotável do herva-matto, não tem havido necessidade de se fazer della uma verdadeira cultura ; mas, como seu consumo tende a aumentar, desde que por uma propaganda activa sejam conhecidas e pro-

clamadas no mundo intiero suas excellentes virtudes, e como, além disso, os hervaes naturais não podem suportar-se à ação destruidora do tempo, não é excludente cogitar-se da sua plantação.

Há vinte annos atraç, Luiz Conty, assim se pronunciava sobre este assumpto no referido apresentado ao Ministerio da Agricultura:

« Il y a donc, à ce point du vu encoré, grand intérêt pour le Brésil de augmenter une exploitation aussi simple, aussi facile pour le présent, et aussi sûre pour l'avenir ; et créer au matto des débouchés vaudrait beaucoup plus que d'essayer l'acculturation dans les meilleures conditions.»

Hoje as condições são diversas e, como o matto pôde ser considerado um produto rico, semelhante ao café, talvez uma tentativa de acclimação e cultura artificial da congonha não seja sem resultado.

Para a formação do hervaes artificiais, é preciso vocar-se a dificuldade de se fazer germinar o sementes de ilex, que não é tão fácil quanto no seio da natureza bruta, como passamos a ver.

Plantação de matto — E' este um problema de bastante importância económica, que tem dado lugar a opiniões controversas ; pois muitas tentativas de plantação de herva-matto, por meio de sementes, tem sido seguidas da insucesso.

O naturalista Do Candalh inscreve o matto na categoria das plantas cultivadas, porque a congonha naturalmente nas florestas nascce e cresce das sementes. Mas essa germinação das sementes, oriunda de reacções operadas no misterioso laboratório da natureza, obtem-se com dificuldade nas culturas artificiais, a ponto de homens eminentes descrerem da plantação da herva-matto.

Luiz Conty, em seu já citado trabalho, se exprime do modo que vamos reproduzir em francês para conservar a originalidade :

« Penser à faire actuellement des semis e

de plantations régulières d'ilex, serait à condamner, bien inutilement, en dehors des déceptions possibles, faciles même, nous l'avons vu, à de frais considérables du malin d'œuvre.

Les herbes exploités sont presque tous naturels, et la qualité de leur produits, les faits le prouvent, ne dépend même du mode de traitement...

Les difficultés de son semis, et de sa transplantation, rendront peut-être longtemps son acclimatation impossible en dehors de ses lieux d'origine; d'où un monopole naturel et qu'il n'y aurait même pas à défendre.

Hélo, não se pode negar, que tem-se conseguido vencer em parte essas dificuldades, fazendo, após extenso trabalho, germinarem, em culturas apropiadas, as sementes da herba-matto.

Herbert Spencer, em suas *Notas de um naturalista*, diz ser opinião geral que a semente de matto, para desenvolver suas propriedades germinativas, deve passar pela mola de certos pássaros. Era esse o meio do que serviam os missionários jesuítas no Paraguai para plantarem com exôto, nas grandes culturas que faziam; além das aves, como galinhas, gralhas, etc., afirma-se que davam as sementes de ilex aos escravos indios para os ingerirem e, depois de modificá-las pelos sucessos gastro-intestinaes, as plantavam.

Parece que o ponto capital é netrar-se, diluindo ou amolecendo o espérma coriaceo e membranoso da semente; dali os processos por meio de reactivos químicos e instâncias, empregados, entre outros, pelo sandoso paranaense Dr. Francisco Theresio Porto, pelo ilustrado Sr. Barão de Capanema, por F. P. Fontana, etc.

O operoso Dr. Emygdio Westphalen, em um artigo publicado em 1897, na «Gazeta do Povo», de Curitiba, alludindo a uma notícias dada pelo «Diário do Paraná», diz que não se precisava do tubo digestivo de hipótes ou quaírupedos, de emplumados ou implumes, da água quanto se de outro qualquer re-

activo; que basta collocar-se as sementes em terra vegetal trazida do matto ou artificialmente preparada, ubrigada do sol e convenientemente regada para conservar a humidade precisa, feita em época em que temperatura não seja baixa. Dessa maneira, diz elle, imitando a natureza, conseguiu uma boa sementeira, transplantando depois facilmente as mudas de matto para vasos e para o Passeio Público de Curitiba.

O Dr. Graciano do Azambuja, em um numero da «Revista Agrícola do Rio Grande do Sul», de 1899, assim se exprimo a este respeito:

«Para a elucidação do assumpto e para que ilquo apurado que a germinação das sementes de herba-matto não é mais um problema a solver, julgo de meu dever tornar público pelas columnas da «Revista Agrícola», que aqui no Rio Grande do Sul, há já bastantes annos, os directores da Companhia Hortelã de Santa Cruz, obtêm plantas de herba-matto por meio de sementeiras, possuindo muitos viveiros delas, o tornam lo a si a formação de herbas para quem as queira cultivar.

O processo de germinação, segundo me disse o Sr. C. Wogt, não é difícil, nem é um mistério, constindo principalmente na limpeza da semente logo depois de bem madura.

Na República Argentina, o maior empório do consumo do matto, a questão da fácil multiplicação e cultura do tão precioso vegetal, tem sido objecto de muitas preoccupações; por isso reproduzimos da *Nación* de Buenos Aires, de 1º de dezembro de 1897, o seguinte:

«Depois de varias tentativas, o director do museu conseguiu a germinação de sementes de herba-matto, nas culturas que fez no jardim botânico e jardim municipal. As plantações tiveram resistido a uma temperatura de 3° abaixo do zero com uma camada de geada por cima, sem sofrer a menor alteração. Em vista deste excellente resultado, a Intendência resolveu expôr à venda, em leilão, numa

parte das plantas de herva-matto, para que sejam aproveitadas pelos verdadeiros interessados para difundir-lhe em todo o território da Repúbllea, reservando-se o resto para a reprodução de tão apreciado vegetal.

As plantações que se conservam nos viveiros seem alcançado um metro de altura.

Resulta de todo o que havemos dito que não é mais um mysterio a plantaçao da herva-matto, por meio do somenteiras, restando apenas elucidar qual o melhor o mais conveniente processo para se obter a germinação facil das sementes. Nada podemos adiantar nesse particular, porque falece-nos experimientação propria.

Depois, só com o correr do tempo se poderá averiguar si a cultura artificial da herva-matto, nas zonas de sua predilecção ou nos lugares em que foi acclimada, corresponderá, em qualidade e quantidade do producto, aos hervaes naturaes de nossas florestas.

Para remate deste capitulo, devlamos nos ocupar já da duração e conservação dos hervaes, mas nos parece que saremos melhor comprehendidos, adiando isso para depois de termos tratado da colhita da herva-matto.

COLHITA

A colhita da herva matto, mais conhecida no Paraná sob a denominação de *cavar herva*, é uma operação complexa, que infelizmente ainda é feita por processos primitivos, os mesmos, um pouco mais aperfeiçoados, que eram empregados pelos Indígenas, sob a direção dos jesuítas.

O matto, para chegar ao ponto de entrar no mercado de consumo, tem de passar por duas phases essencialmente distintas: a primeira, que é a colheita propriamente dita, é efectuada no matto mesmo actualmente ou no seio dos hervaes; a segunda, é o preparo ou beneficiamento da herva para tornal-a apta a ser mais proveitosamente utilizada.

Cada uma dessas phases abrange uma série de operações, que serão descriptas minucio-

samente, as da primeira phaço no presente capitulo e as da segunda no capitulo immedio.

Pondo de parte o sistema vandalico do desrribado das arvores, não raro colorado, para aproveitar-lhes os ramos, a *fabrica* ou *fábrica* da herva no Paraná abrange as seguintes operações:

1º, a pôda ou corte da herva;

2º, o sapeamento;

3º, a dessecção;

4º a fragmentação.

Descreveremos em seus detalhes cada uma dessas operações da colheita da herva matto, tal qual é feita ainda hoje no Paraná pelos hervateiros ou hervórios, tanto nacionais como estrangeiros. Seja dito de passagem que os imigrantes, principalmente polacos, austriacos, estabelecidos nas prosperas colônias das margens do Iguassú e do Rio Negro, fazem na extracção da herva grande concorrência nos nosos caboclos, com os quais muito promptamente apropenderam a fazer herva.

I. A pôda — A pôda ou o desgallamento da herva consiste em cortar-se os galhos ou ramos das arvores do matto, deixando apenas o numero de folhas suficientes para que a arvore continue a viver. Isto é, do modo que não seja embarrada a respiração ou a função chlorophyllica do vegetal.

Alguns, por exemplo, levam o desgallamento ao ponto de deixar a arvore reduzida ao esqueleto lenhoso, o que prejudica nimilmente ao herval.

As pequenas arvores, de tres a quatro annos, são podadas do sólo mesmo por meio de um facão bem afiado de grandes dimensões ou uma foice de rebar.

Num herval criado, de arvores bem proporcionadas, o degallador trepa ou auxiliado por uma corda ruminante ou por meio de uma maneira (pequeno laço de couro que lhe põe os pés para facilitar a ascensão) o decepa os galhos, desde os do diâmetro de um dedo até os de um grosso bastão.

Os galhos e ramos cortados e caídos do balho das arvores no meio do matto, são em seguida apinhados e transportados para o *sapecador ou sapecadouro*, onde são empilhados com mais ou menos regularidade, conforme as dimensões de cada um, para, depois de formarem uma grande pilha, quasi sempre em forma de ferradura do cavalo, serem *sapecados*.

II. Sapecamento — O sapeamento é a operação de sapear a herva consiste em fazer passar, directamente, sobre as chamas do um fogo vivo, os ramos verdes recentemente cortados. Sob a ação imediata da brasa de uma temperatura elevada, as folhas incêndiam rapidamente e estalam, produzindo múltiplas erupções, em consequência da entumescença e ruptura da epiderme das folhas e do desprendimento rápido de vapores d'água e gases diversos, que se destacam violentamente do parenchyma das mesmas.

Esta operação é feita, como dissemos, no matto mesmo. O sapecador é feito no meio do herval, no local em que a floresta é menos espessa. Ali, depois de removidos e empilhados os galhos da herva, como já foi dito, fazem, com boa lenha, uma grande fogneira, sendo uma das faces protegida contra a ação directa do fogo por uma parede, especie de trincheira, constituida pela superposição de grossos paos verdes ou poneis inflamáveis. Desse lado é que fica a pessoa encarregada de sapear, a qual, depois da fogneira bem ateada, agarra com as mãos sucessivamente pequenos maços de galhos ou ramos e os faz passar rapidamente em todos os sentidos sobre as labaredas, de modo que em poucos segundos a operação da cada galho ou maço está terminada.

É preciso proceder com bastante precaução, agitando sempre os ramos, para não deixar se quermarem as folhas, que queimam por vezes chaminicadas.

Um homem pratico sapeca em poucas horas uma grande pilha de galhos de hera.

O sapeamento deve ser feito na mesma dia em que foi cortada a herva, porque, passado muito tempo, as folhas se desprendem com facilidade por seu pecelo e em grecas, sendo sapecadas, em vez de alquilarem a cor verde escura com tom amarelado.

O sapeamento parece ser uma operação indispensável para que a herva ultimamente possa secar bem, conservando sua cor própria; porquanto, si elle não se fizer, as gommas resinas das folhas da congonha, por um aquecimento brando, se liquefazem e se infiltram por imbibição nos elementos vizinhos, que adquirem a cor negra.

Sí, porém, as gommas resinas são expostas primeiramente a um calor muito intenso como a das chamas da fogneira do sapecador, se proluzem, conforme diz o Dr. Conty, molideações diferentes e talvez mais complexas: elas, em parte, se volatilizam pela formação de uma brasa produção de gases, e, em maior porção, se solidificam e se coagulam, de maneira que podem depois resistir a calor brando sem se liquefazerem.

É necessário se substituir esse processo primitivo e barbaro de sapeamento por algum mecanismo aperfeiçoado, que terá necessariamente por base fazer-se passar rapidamente os ramos de herva em uma estrutura superaquecida, onde as folhas não possam permanecer por muito tempo sem se inflamarem.

Depois de sapeada a herva, segue-se-lhe uma operação complementar, que consiste em *quebrar-se a hera*, isto é dos grandes galhos do matto sapeçado, lascam-se com as mãos os ramos menores de um centímetro de diâmetro para menos, e faz-se grandes feixes ligados por laços de cipó ou taquara.

Os galhos despidos dos ramos finos e folhas são abandonados no matto, onde depois de secos poderão ser utilizados como lenha.

Os feixes de matto, pesando ordinariamente duas a tres arrobas, são transportados para o carreiro, quasi sempre em cangueiros.

III. Desecção. — Para proceder-se à desecção é preciso que a herva, depois de sapeada e enfeixada, seja *encarijada*.

O carijo é um grão ou estrado de madeira fosca, sustentado por forquilhas à altura do um homem de barra estatura, em um plano horizontal ou mais alto no centro, onde se deixa um vão, com declive ligeiro para os extremos laterais. Sobre esse estrado são collocadas as feixes da herva, perpendicularmente com as folhas para cima, comprimidos moderadamente uns contra os outros, para receberem a ação do calor do fogo, que é ateado em baixo, sobre o solo.

Os carijos, ordinariamente de tres a quatro metros de largura e comprimento variável, são interlamente abertos de todos os lados e em geral cobertos contra as intempéries por telhas grosseiras de pinho talhadas a machado ou esteiras imbricadas de folhas de taquara (gramínea do gênero bambusa).

Quando são descobertos, é óbvio que as herbas fleam expostas a serem danificadas pelas chuvas, que desecaram o matto, amolheendo umas folhas e enegrecendo outras.

Chelo o carijo por uma ou mais sapeadas de herva, urge começar o dessecamento, nunca se deixando decorrer mais de dois dias sem se fazer fogo sobre a herva encarijada, sob pena desta sofrer em sua coloração.

O fogo faz-se no carijo ao rez do chão, por filas transversas e paralelas, separadas umas das outras por intervallo de meio metro, mais ou menos; esse fogo é alimentado com qualquer espécie de lenha, a que está mais facil, tendo-se em vista obter um fogo sem fumaça, sem preocupação de usar-se de lenha resinosa para propositamente comunicar-se aroma diverso à herva. Se utilizasse-se frequentemente do m de pinho (ponto de implantação dos galhos do pinheiro em seu caule), é porque é um combustível de primeira ordem; porém deve ser condenado, como todo o combustível enja fumaça vai empregar a herva de aroma estranho.

O fogo é mantido e vizilado com todas as

proteções, tendo-se sempre água do promídia, para impedir que as labaredas se oleiem com risco de incendiar no o carijo, acidente que não é muito raro.

O secamento da herva é folto habitualmente em sessões sucessivas, de 3 a 4 horas cada uma, quase sempre à noite, podendo também ser feito em uma só sessão, de mais de 24 horas, para que os ramos da cana-de-açúcar bem seco e quebradços.

É o praeço barbáro da secagem da herva, exposta a ser contaminada de toda a sorte de fumaça, muito prejudicial à sua pureza e coloração, emprestando-lhe um sabor e aroma empereumatado, que muitas vezes transforma o matto num produto detestável.

É de inadiável necessidade que seja completamente banido esse sistema selvagem e anti-económico, para ser substituído por outro mais racional e mais consentâneo com os progressos industriais modernos.

O Governo do Estado do Paraná oferece um bom premio ao autor do melhor sistema, mais expedito e económico, que substituir o anachronico carijo, incompatível com o nosso grão de civilização.

Sabemos que já há diversos sistemas de estufas ou secadeiros, disputando primazia, sendo mais conhecidos os do incansável engenheiro Francisco de Camargo Pinto e do artista Decio da Costa Mesquita.

Já temos visto no mercado algumas herbas preparadas em estufa, as quais tem uma evaporação de perto do 50 % mais que as do carijo, apresentando um aroma e sabor agradabilissimos, verdadeiramente deliciosos, com sens. talvez do gusto do hani chà da India.

Pelo movimento que se nota actualmente no Paraná, parece que dentro de poucos annos todo o nosso mítosorá ficará desfumado e passando o carijo para o domínio da arcoologia, como uma triste recordação do nosso atraso anterior. Ralard, então, para esse excellente e utilissimo produz了一 nova aurora.

IV. Fragmentação — Os feixes da herva, depois de bem secos, livres da mais leve partícula de humidade, devem ser fragmentados ou, para nos servimentos da gyrala dos hervateiros, devem ser malhados ou *concheados*. Essa fragmentação grosseira, feita ainda na floresta, junto do próprio carijo, é uma operação preliminar, não é operação ultima do preparo da herva-matte; esta, que é a moagem até à Trituração, será feita posteriormente nos engenhos, como veremos no capítulo seguinte.

Para se malhar a herva é preciso primeiramente preparar-se a *concha*, que é constituída do modo seguinte: em uma área, coberta ou não, anexa ao carijo, faz-se duas paralelas paralelas por meio de taboas superpostas por seus bordos, horizontalmente, até a altura de dous metros, mais ou menos, sendo as paralelas separadas uma da outra por um vão de pouco mais do um metro. E nesse vão ou espaço, cujo solo é forrado de couro de boi ou ramos de samambaia (feto macho), que a herva é malhada ou concheadas; para isso retiram do carijo os feixes de herva seca, ainda quente, os collocam na concha, transversalmente, para serem malhados ou batidos por um ou dous homens em cada extremidade da concha, muiildos de bastões de madeira longos e pesados, com a aresta inferior mais ou menos aguda, conhecidas pela denominação de facões de malhar herva.

Pela ação continuada dos facões sobre os ramos de herva, que vão sendo sucessivamente collocados na concha, o matte vai ficando malhado, isto é, vai se transformando numa mistura de folhas incompletoamento molidas e fragmentos de pôlos finos, de dez centímetros para menos de comprimento.

O producto grosseiro assim obtido, conhecido pelo nome de herva bruta ou concheadas, só pode ser utilizado em infusão; mas ordinariamente é ensacado para sofrer mais tarde a elaboração ultima nos engenhos. Da concha a herva, depois de expurgada das partes mais grossas, que são desprezadas, é colloc-

cada em grandes sacos de anágom para ser guardada no palo ou deposito; daí é transportada em cangueiro, carroça ou via ferrea para os engenhos, quasi sempre situados em centros populosos.

Há alguns annos, quando não havia no Paranhã estradas de rodagem e de ferro, quando o transporte era feito a longas distâncias, por meio de dias de viagem em cangueiros, a herva bruta não era acondicionada em sacos, mas em cestos ou jipes de taquara, forrados de folhas da mesma gramínea, ficando destarte um pouco mais protegidos das intempóries.

O matte em folha, que ainda há poucos annos, era exposto à venda em grandes jacás ou cestos no Rio de Janeiro, não era malhado; obtinham-se batendo-se os ramos secos de encontro a uma taboa ou uma superfície resistente qualquer, de modo a se desprendessem as folhas mais ou menos intonas por seu peso.

Eis-nos chegado ao fim da colheita do matte, que é constituída, como vimos, por uma série de operações distintas realizadas no seio mesmo das florestas, no meio dos hervais; porém são fetas, infelizmente, por processos primitivos, grosseiros, selvagens, não obstante os fôrmas de civilização que vai adquirindo o matte, cujo consumo tem aumentado progressivamente.

Por essas operações obtém-se, como já foi dito, a herva bruta ou concheadas; esta, para ser usada convenientemente, precisa ser elaborada ou preparada no engenho, como veremos no capítulo seguinte.

Mas, antes de tratarmos do preparo ou elaboração ultima do matte, vamos, sempre resumidamente abordar a certos assumtos que são corollários deste capítulo.

Qual será a quantidade máxima que produz uma boa arvore de herva?

Essa quantidade é muito variável conforme a idade e as dimensões da arvore. Anteriormente, quando a herva subia dos carijos

mais imprópria da pôs o pôs mais grossos, havia árvores que davam um cagueiro de herva, isto é, 100 kilogrammas, mais ou menos.

Hoje, que as hervas são vendidas, só depois de passadas em peneiras de malhas de otto milímetros, nos engenhos do Pará, estamos informados que as más frondosas árvores produzem, no maximo, 30 a 40 kilos de matto.

Época da colheita ou corte da herva. É variável a idade em que um pô de Ilex pôde ser proveitadamente podado pela primeira vez, dependendo de muitas circunstâncias.

Um herval novo, mesmo abandonado em uma floresta, cresce regularmente, de maneira que de quatro a cinco annos chega a em geral a altura de um metro e meio ou mais. Dessa idade já se pôde fazer a primeirinha colheita ou corte, devendo ser excentada com mais prêcação, porque da primeira pôlha, principalmente, depende o desenvolvimento futuro do herval.

Sí, porém, o herval fôr benelcito, pela derrubada de arbustos e árvores que, como vizinhos incomodos, lho entorpecem o vigor, muito mais rápida e viçosamente se desenvolverá.

A época do anno mais propícia à colheita ou fabrico da herva é nos meses mais frios; isto é, em maio, junho, julho e agosto, coincidindo essa phise do anno com os meses, cujos nomes não tem a letra r, o que serve de meio mnemônico também para os cortadores de madeiras de construção.

É a época da imaturação, em que a selva influenciada pelo fio da estação, acha-se entorpecida em sua circulação, menos aquosa e mais saturada de princípio ativo.

Pôrás desses meses, as folhas da Ilex não estão aptas a fornecer bom produto, e a árvore mesmo corre o risco de ser prejudicada em sua vitalidade. Todavia alguns hervateiros, mesmo dos mais cuidadosos, no minguante do mez de janeiro, fazem herva

de matto virgem ou dos bosques mais compactos.

Posta à margem a problemática influencia latente, é variável a colheita do herval bem abrigado, pelas frondes das árvores ox-traulhas, da ação rigorosa das geadas sobre a brotação, que vem depois de a pôda extemporânea das árvores de congonha; pois o broto novo, exposto sem proteção à influência do fio hibernal, crasta-se forçosamente, prejudicando o vigor da árvore inteira.

Além do perigo a que expõe os hervaceos, o matto colhido em janeiro é fraco, de má qualidade, de folhas pouco espessas, pouco aromatismo, embora os fructos (bagas) da congonha tenham atingido a completa maturidade; possuindo apenas de um bom prudêto a cor verde.

E por tais motivos que uma lei estadual no Pará proíbe terminantemente a colheita do matto fôra do período decorrido de maio a agosto.

E chegada a ocasião de dizermos algo em relação ao espaço que deve medear de uma pôda a outra de herva.

Deve-se deixar naturalmente decorrido o tempo necessário para que a árvore se torne novamente frondosa, se rovista de sua preciosa folhagem.

E' de tres em tres annos o limite mínimo em que se pôde cortar proveitadamente um herval; mas é preferível o espaço de quatro annos, em que a árvore torna-se mais longa e com uma ramagem mais densa.

Além de quatro annos as folhas aumentam pouco de numero, porém em compensação tornam-se mais espessas, mais aromáticas e mesmo com uma cor mais carregada.

Há quem, levado muitas vezes por negligência ou pela necessidade, commetta a selvageria de podar seus hervaceos de dous em dous annos; mas uma lei protectora deve velar esse procedimento, que se pôde qualificar de van ildeo, pelo danno que ocasiona aos hervaceos e à qualidade do produto imprestamente colhido.

Um horval abandonado por muitos annos sem ser podado, em vez de melhorar, prejudica-se em relação à sua folhagem, que diminui consideravelmente em beneficio do seu esqueleto lomhoso, que se desenvolve.

E' pois a arvore do matto um vegetal preciosissimo, da qual se pôde dizer em those, que quanto se colhe, maior produçao promette em futura colheita.

Duração das hervas — O assunto para o qual converge a nossa atenção neste momento é a duração das florestas nativas do Ilex, que com as inexhaustíveis florestas do pinheiro ou araucaria e as abundantes florestas do gêringueira (*Syntiphotnia elastica*) com elas mesmas as tres imensas riquezas vegetais, que a cormeópia da Natureza prodigamente espalha sobre o semidiviso solo do Brazil.

Um horval abandonado numa floresta bruta sem beneficio algum, no meio da vegetação luxuriante de nossas mattas, desafogando-se aponas dos arbustos vizinhos só por occasião da colheita da herva, tem uma duração indefinida; mas, os hervões tratados, isto é, rogados de tempos em tempos, si ganham na exuberancia da sua ramagem, parece que perdem um pouco em sua longevidade. E' rarissimo ver-se em um bosque espesso o inculto uma arvore seca de matto; outrossim não acontece num herval limpo e sem a vizinhança de arvores estranhas.

E' verdade que nestes ultimos, quasi sempre servindo de pastagens para animaes, devem-se levar em conta de que o solo assim pliado, tornado mais compacto e constituido ordinariamente em gramado deve *ipsa facta* se tornar menos favorável à nutrição das arvores de congonha.

Um facto por mim observado, que talvez pareça paradoxal, é que os pés de matto proximos das habitações, em lagaros onde se acumula grande quantidade de estrume de animaes misturados com detritos vegetais, como palha de milho, sabugo, etc., vegetam com menos vigo, e, no fim de poucos annos,

morrem. Por singular contraste, visto em sitios mais elevados arvores de herva com as raízes descobertas, ostentando-se garbamento frondoso.

E' fora de dúvida que as arvores do Ilex são dotadas do grau de longevidade, o que posso atestar por observações, *de visu*, no minicípio da Lapa:— arvores de herva, que conhecem há mais de trinta annos, em milha infantil, ainda hoje se aprimoram com sua bela folhagem, não obstante o tributo triunfal que pagam ao carijo.

A arvore do matto deve a sua longa duração, principalmente achando-se em estado agreste, ao facto de ser um vegetal saudável, isto é, pouco acessível a causas morbidas e mesmo à ação destruidora do insectos daninhos. Destes, ha um chamado *smoder*, que corrói circunferência os galhos da herva à semelhança de uma serra concentrada.

Mas as devastações mais nocivas nos hervões são produzidas por uma larva, muito prolífica, conhecida pelo nome do *cruquê* entre os nossos roceiros. Essas larvas, em poucos dias, deixam um horval despidão de folhagem, quasi reduzido ao esqueleto lomhoso; porém essa praga não tem, certamente, ação tão devastadora, como a dos gafanhotos no Rio Grande do Sul e Rio da Prata.

PREPARO

A herva matto, depois de colhida ou, para usarmos da expressão mais corrente no Paraná, depois de *fabricada* no centro dos hervões e transportada para os engenhos, situados em geral nas povoações (só Curitiba tem cerca de vinte), tem de passar pela elaboração última e ser preparada convenientemente para a exportação.

A herva bruta ou simplesmente cancheadas, saída dos carrijos, é, com o vime, uma mistura heterogênea de folhas grosseiramente moídas e fragmentos de pãos. Até há bem poucos annos, era recebida nos engenhos herva muito carregada de pãos volumosos, cuja maior parte era, na occasião da elaboração, lan-

cada fôrça, hojo mais racionalmente os compradores do herva para beneficiar, convencelaram só comprala coada em peneiras de malhas de oito milímetros; desse modo, elles não só illudem mais a si mesmos, comprando páos, que do nada servem, nem os vendedores, que davam-se ao improbo trabalho de transportarem a grandes distâncias uma mercadoria inutil.

O preparo do matto nos engenhos é a operação complexa conhecida no Paraná sob a denominação do beneficiar a herva.

Esse beneficiamento é feito por máquinas aperfeiçoadas, quo muito honram a Indústria paranaense; porqntanto, segnndo Informações fidêldignas, os engenhos do Paraguay e do Matto-Grosso nôo são montados com o mesmo capricho que os do Paraná.

Esses aperfeiçoamentos devem-se, sobre-tudo, á tenacidade do insatigável Dr. Francisco do Camargo Pinto, quo, quasi de anno para anno, propôe novas e mais úteis reformas.

Os engenhos, funcionaldo quer por motor a vapor, quer por motor hidráulico, são constituídos essencialmente por uma engrenagem de pilões, que moem a herva, secando-a; têm-se experimentado também com algum resultado, em vez do sistema de pilões, pulverizar a herva por meio de moinhos, enjas mós são substituídas por discos metálicos, movendo-se verticalmente (moinhos chamados *excelsior*).

Antes de pilar a herva, a fazem passar por duas operações preliminares.

A primeira é um novo desecamento para expurgar o matto completamente da humidade, quo tenha readquirido apóz a sua saída do carijo, por ser elle muito hygroscópico; esse desecamento realiza-se fazendo-se a herva passar por um apparelho especial constituido por um cilindro de ferro, de grande diâmetro, em rotação sobre um fogão que o aquece.

A segunda operação preliminar consiste em fazer passar a herva, conduzida por meio de condutores mechanicos, através de uma

peneira tambem mechanica, adaptada a um ventilador e engenhosamente dividida em seções de malhas mais ou menos apertadas, pela qual se separa a herva molda, quo não precisa mais ser pilada, dos grossos fragmentos de folhas, quo vão para os pilões, e dos páoshinhos, quo vão para o britador ou apparelho quo os secelona regularmente, reduzindo-os a uma mesma bitola.

Abstemo-nos, por exceder do programma quo nos foi traçado, de fazer a descrição em detalhe dos apparelhos quo operam essas transformações na herva-matto, para adaptá-la ao sabor dos mercados consumidores; limitamo-nos a dizer quo o preparo da herva varia, desde a fragmentação grosseira e irregular até à pulverização quasi completa, e quo a qualidade do producto depende também da maior ou menor quantidade do páos misturados com as folhas, donde se originam os tipos commerciaes distintos.

O estâdio quo serve de pauta aos exportadores de matto se resume no seguinte: a herva mais fina é mais apreciada em Buenos Ayres, a menos fina em Montevideo e a mais grossa nos mercados do Chile.

Vê-se, conforme judiciosamente pondera o Dr. Couty, quo as qualidades e o aspeulo exterior são regulados, não pela origem o logar de producção, porém pelas phantasias, transformadas em habito, dos logares do consumo. É essa uma singular anomalia, quo temido a desaparecer, á medida que o uso do matto for se alastrando mais, quo as suas salutares virtudes se tornarem mais positivamente reconhecidas e o impõham como uma bebida universal.

Em summa, os tipos commerciaes do matto, sahido do engenho, podem-se se reduzir á seguinte classificação: o fino e o entro-fino, mais proprios para matto chileno, e o grosso, mais apropriado a ser usado como chá.

Entre esses, há tipos intermediarios, segundo os caprichos dos fabricantes.

O matto em folhas mais ou menos quebradas, consumido em larga escala no Rio de

danoiro, não exige proprio algum esforço para entrar no mercado de consumo.

Elaborá-lo o matto nos engenhos, como vimos, vem à tona uma outra questão, que não é de somenos importância: é a que se refere ao acondicionamento da herva.

É preciso revestir a herva, dar-lhe um envolucro que conserve as suas propriedades, preservando-a da deterioração ocasionada por agentes exteriores, e que, ao mesmo tempo por seu aspecto exterior, a torna aceitável, sem repugnância nos centros mais civilizados.

Até há poucos anos a herva só era accommodada em cestos de taquara, que calham actualmente em completo desuso, e surrões (sacos de couro crú).

Os surrões ainda hoje não estão completamente banidos por alguns exportadores, que os preferem para o matto bom fino, destinado à campanha platina; mas o seu uso tende a desaparecer, porque não é um envolucro de boa aparência para uma substância alimentar.

O Dr. André Robonçás, em uma pequena monographia publicada pela antiga Associação Brazileira de Acclimação, do Rio de Janeiro, sobre o — Acondicionamento da herva matto — depois de verborar em termos engrelos a remessa do matto do Paraná em surrões para as exposições universais de Paris em 1867, de Viena em 1873 e de Philadelphia em 1876, assim se exprime:

«Envolvido em lascas de taquara ou coberto de couro, pôde (o matto) ir aos campos do Uruguai ou às pampas da Republica Argentina; mas por certo não está decente para se apresentar em um palacete, em um dia de grande gala. Os proletários agrícolas e industriais tecem, como as pessoas, os seus vestuários ou as suas *toilettes* do ceremonial; não se vai para um baile com a mesma roupa que se vai para o campo; assim também um producto não deve ser apresentado em uma festa industrial com os teseos envolvidos em que é remetido para o consumo da populações semi-barbaras.»

Hoje, felizmente, tem-se aperfeiçoado muito esses envolucros, do modo que a maioria parte do matto do Paraná é exportada em barricas de pinho, artisticamente talladas. E as barricas são um envolucro de preço modico; porque, como já dissemos, as flores das flores se confundem com as do araucaria ou pinheiro, os dois preciosos vegetaes paranaenses crescem, de ordinario, promiscuamente na mesma mata.

Além das barricas, aparecem no mercado bellos pacotes de papelão, de fáminas finas de pinho, de folha de Flandres, etc., revestidos de artísticos rotulos, que não temem os envolucros do chã chinês (¹).

Eis-nos chegados ao final da nossa despretenciosa monographia, escrita quasi ao correr da pena, mais para corresponder à gentileza de um honroso convito, num lapso de tempo limitidissimo, cheio de mil interrupções, inhórentes à afanosa vida de obsceno clínico.

Nos esforçamos principalmente por sermos fieis e pouco prolixos. Que nos sirvam osseus bons prediletos de motivos de indulgência para as innumeras faltas que, por fraqueza própria, havemos cometido.

Corityba, 30 de abril de 1900.—Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva.

PARECER

Foi presente à Comissão, para consultar com seu parecer, a «Memória» do Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, presidente da Sociedade de Agricultura do Estado do Paraná sobre a herva-matto, sua cultura, etc.

O seu illustre autor começa por fazer o historico do producto conhecido pelo nome de herva-matto, de sua origem e natureza, das legiões de sua vegetação espontânea, da

(¹) Entre os maiores exportadores de matto do Paraná, cujas marcas são ditas acima citadas, podem-se citar: Sra. Guimaraes & C.º, David Correia & C.º, Zelocato, Dr. Paula Navice, Dr. J. Reboleiro de Mello & Irmão, Laco Juttke & C.º, Mico & C.º, Gudilcione Xavier de Miranda, Laco Correia & C.º, etc.

arvore que a produz, do seu appellido vulgar e scientifico, da data do seu descobrimento e da descoberimento como bebita alimentar.

Enumera quem do produto se ha ocupado, d'entre estes, o sabio Martius, Drs. Conty e André Rebouças, o grande consumo que vai tendo a herva-matte nos mercados internos, a exportação vantajosa que já se lhe offerece, como provou com o mappa, em escala ascendente, que exhibiu desde 1880 a 1890 o que vai em augmento depois da iniciativa da poderosa Companhia Matto Laranjeira, que monopolizou a exportação dos hervaes nacionais.

Continuando o autor no desenvolvimento do assumpto, apresenta authenticada pelo exame de habobs profissionaes a analysa chímica do producto com todas suas composições e recomenda a utilidade do matte como um producto de muita nutrição, de grande valor hygienico, que entra como factor indispensavel na alimentação dos povos, fazendo certa por estas considerações e muitas outras a assertiva da epigraphe de sua «Memoria», «que o matto é um verdadeiro succedaneo do chá, do qual possue todas as virtudes, sem partilhar de seus inconvenientes».

Conseguido este resultado, é bem de ver a que grau de proeura chegari este nosso producto, o emprego do trabalho que advirá a nacionaes e imigrantes e com quanto de ronda não contribuirá para o Thesouro.

Em seguida ao que em breve resummo fice exposto, o illustre autor passa a escrever sobre a cultura dos hervaes e diz: que por enquanto é nenhuma, porque a herva-matte nasce espontanea e profusamente onde apraz à prodiga Natureza, conforme as condições do solo, e que tanto nasce nas matas virgens, quanto nas capoeiras; assim como, que facil é o beneficio dos hervaes, bastando a limpa para separar e extinguir outras hervas que os possam damnificar, sendo de optimo auxilio a esse serviço as pastagens do inímaos que desbastam o terreno e o limpam sem pro-

juzo dos hervaes, para enxas folhas nem um animal doméstico tem appetite».

Bem que seja espontanea a nascença e profusa produçao da *herba matte* e sou eu falso na lyxoinda um manuel quasi inexgotavel, todavia é bom acentuar do futuro sua plantação e cultura polo grande consumo que ha de vir a ter, logo que conhecidas suas propriedades nutritivas e hygienicas.

Sobre a *Colheita*, informa o Author ser uma operação complexa, feita inda por processos primitivos, os mesmos, um pouco aperfeiçoados, que eram dos indigenas ao tempo dos Jesuitas. Muito se extende o Autor acerca dos modos e maneiras dessa colheita rudimentar e como convém que seja substituída por mecanismos adequados que a melhorem e que rolinzam o trabalho e seu serviço com resultado dobrado de facilidade e perfeição.

Sobre o *Preparo* da herva-matte, o Author cita o que já está em uso e pratica por Engenhos à vapor ou hidráulicos conhecidos nos Estados do Pará e Matto-Grosso.

A Memoria do Dr. Victor Ferreira do Amaral é, pels, um trabalho substancioso, aemado e muito importante ao conhecimento, cultura e aproveitamento de um producto que em proximo ha de vir contribuir grandemente para o paiz e ocupar vantajosa collocação dentre os domais de que o Brazil é exuberante e portanto à Comissão parece que a Memoria oferecida deve ser aprovada e mandada à publicidade.—Francisco M. Sodré Pereira.—Wenceslado Bello.—E. Jacy Monteiro.—José Pessoa Guerra.—Dr. Aristides Caire.—Eduardo Augusto de Caldas Brito.

MEMORIA.—Cultura das plantas textis—Aperfeiçoamento da cultura do algodoeiro, e modo de desenvolvê-la.

DR. GUSTAVO D'UTRA

Poucos países ha no mundo que possuam uma flora tóxica tão rica e variada como o Brasil.

Entretanto, fora do algodoeiro, que nem é cultivado em todos os nossos Estados, nem

tom nos que o exploram a latitude que fôra para desejar, em vista da excellencia dos seus filamentos, nenhuma outra planta capaz de fornecer fibras à industria é ainda seriamente explorada!

E, contudo, é tal a opulencia da nossa flora que, sómuito do grupo dos vegetaes textis, crescem em todo o nosso vasto territorio centenas de plantas filamentosas mais ou menos preciosas por seus prestatios industriais, desde as malvas arbustivas, as ortigas que ornam os caminhos e bordam os ribeirões até as hastes e espôs que enredam os murtos, e desde as arvores mais elevadas, sempre ornadas da bromelias uteis, até às palmeiras graciosas e rurais, que tantos e tão variados productos fornecem.

Entre outros, figuram, principalmente, os bellissimos exemplares dos generos *Astrocarpion*, *Attalea*, *Leopoldinia*, e tantos outros de apreciaveis qualidades textis, insollizamento não utilisados ainda largamente nem industrialmente bem aproveitados.

Imenso o catalogo desses vegetaes tão utiles à industria e à propria agricultura por suas muitas applicações, fallaremos aqui sómiente de alguns, aquelles precisamente que, prestando se a uma cultura facil, de perfeita adaptação ao nosso clima e pouco dispensiosa, dão productos já conhecidos no comércio e bem aceitos pela industria.

Dos delles, um rigosamente fibroso e outro mais propriamente filamentoso — o linho e o algodão — ambos insubstitutiveis nos usos do seu destino industrial, ocupam, cada um de seu lado, disputando-se a primazia, o primeiro lugar no quadro dos melhores e mais valiosos representantes da flora textil universal. Três principaes factores intervém no cultivo do primeiro e de todos os sens suecôaneos mais ou menos legitimos: a preparação do solo, nella comprehendida a rotação das culturas, o emprego racional das sementes melhoradas e o aperfeiçoamento do tratamento das hastes, por um dos tres systemas conhecidos de maceração.

Nos ultimos trinta annos, a cultura do

linho no nôrdo Interio tem diminuido consideravelmente e até desaparecido em algumas regiões; aquil, em consequencia da baixa dos preços, alli pela infertilidade das terras, que hoje impõe ao cultivador europeu um largo ex-pagamento da cultura no mesmo terreno por muitos annos, acold pela falta d'água na localidade, o quo impossibilita o aperfeiçoamento do producto.

Não nos esqueçamos, porém, da temerosa concurrença que lhe fez o algodão, que tem, hoje, invadido todos os cantos do mundo e todas as grandes fábricas de tecido, retribuindo, cada anno, o cultivo das plantas textis do mais antiga exploração.

E à rica malvaca sobram qualidades para uma tal preferencia, independentemente da barateza do producto e da extrema facilidade com que se faz sua flação.

Não é, pois, de admirar que o algodãoiro se tenha tornado um regulador capaz de fixar, nos mercados, limites que só em condições económicas anormaes podem ser ultrapassados.

Entre nós, o linho tem por si condições favoraveis de temperatura, liberdade de terreno, intolligença de operarios estrangeiros e nacionaes e obtenção de productos de qualidade e commendavel; mas há ponderosas considerações a fazer no quo concerne á evidente falta de iniciativa, de confiança dos capitalistas, do aperfeiçoamento de processos e apparelhos, aliás facéis de executar e adquirir, de existência de mercado e de possibilidade de exportação.

A nossa industria acha-se ainda no mescadouro; e não devemos olvidar esta verdade, que a melhor disposição para uma exploração duplamente remuneradora da tais culturas reside inteira em uma folz cooperação entre o cultivador e o industrial.

Um não quer se abalar em ao cultivo sem prova certa de encontrar quem lhe beneficie o producto; o outro está sempre espetanto.

Aqui não pôde deixar de intervir a necessaria e salutar divisão do trabalho, sem a

qual terá o cultivador de linho dos processos propriamente rurais, o que seria altamente inconveniente, porque impediria o aperfeiçoamento paralelo do cultivo e do tratamento, cada um dellos devendo caber a classes diferentes.

O industrial não sa dá pressa em fazer preço em qualquer negócio antes de conhecer o produto e de consultar o mercado importador.

Só o espírito de associação seria capaz de superar tais dificuldades.

Entretanto, este, que não existe ainda com a aceitação que fôr para desejar, poderia manifestar-se em cada localidade, onde a ação municipal, sabiamente inspirada, agisse com ordem a pôr de intelligencia cultivadores e industriaes.

Si nma tal solução for facil ou efectiva, pôde-se ter a certeza de que nenhuma outra providencia a adoptar será capaz de produzir igual resultado—qual o do crer-se o desenvolver-se a nova industria, que sera insuficiente para, sob o ponto de vista dos interesses privados e nacionaes, produzir consideravel somma de benefícios geraes.

Desta guisa flearam devidamente conciliados os factos de ordem agricola, com os de ordem economica; e a nossa incipiente industria teria dado um gigantesco passo na senda do trabalho nacinal, apparellando assim o terrono para nma emulação quo não tardaria de manifestar-se dentro do paiz.

Desde então, podriamos contar com um mercado interior e com elle nos satisfarmos, até que as circunstancias nos deparassem o momento opportuno de tentar algumas remessas para o estrangeiro.

O mais seria obra do tempo e dos progressos incessantes da cultura e da industria identificados na mais estreita reciprocidade de interesses.

O que é facto, hoje, é quo o algodão vai restringindo a produção do linho e do canhamo, cujos tecidos os daquelle malvaeca tem substituindo em larga medida.

Por outro lado, a navegação a vapor tem tornado quasi nulo o emprego das vellas e cabos de fibras vegetaes; mas, apesar do tudo, a cultura do linho não pôde desaparecer como tem desapparecido a das plantas tintoriaes, em consequencia da produção de cores fornecidas pelo carvão de pedra.

O linho é insubstituivel na confecção de certos tecidos, quo o innumero futebro ainda consome sem excluir o de algodão, sendo para notar quo os doce são cada vez mais procurados.

Em capítulos sucesivos, ocupamo-nos do linho, do canhamo, da juta, da ramie, da piteira, do linho da Zelandia, do amanaz, da bananera textil, do linho africano e, por ultimo, do algodão, sobre cada um dos quins proençaremos das noções, assim sobre o cultivo como sobre a extração das libras, tendo em vista tornar o te rápido estudo util e pratico.

Com relação áquelles quo ainda não cultivamos ou de quo apenas temos incompleta experiência possuid, adentramos processos e coelhos quo são muito preconisados em outros paizes e quo se não podem ser considerados como artigos de fe, mas deixam do ter sua utilidade compativel com as condições economicas e o espírito nacinal.

Relativamente ao algodão, porém, quanto expendemos está de inteiro acordo com a sua exploração, entre nós; e si em alguma coisa destoamos das praxes se midas é porque preferimos a processos menos vantajosos aquelles quo, por mais racionaes e economicos, podem contribuir para o aperfeiçoamento da cultura.

O algodão é, de todas as plantas textis, aquella que mais prontamente pôde contribuir para o fortalecimento da polycultura, tanto quanto para imprimir à nossa industria um enho novo de aperfeiçoamento e prosperidade.

Campinas, 20 de abril de 1900.

G. F. V. R. P. D'UVA.

O linho cultivado (*Linenus Linotessimum*) fornece dois importantes produtos: a *filaga* ou *linhaga*; sendo, porém, o primeiro o que dá maior amplitude à sua cultura.

Das diversas variedades que fomos experimentado em S. Paulo o que, ao que sabemos, vingam muito bem em outros Estados meridionais do Brasil, as melhores são o *linho legitimo do Riga*, o de *Pshoff* e o *linho real melhorado*, todos de proveniencia russa, os quais são também os mais estimados na maior parte dos países que cultivam esta util *linhaga*. Qualquer destas variedades dá-se bem, entre nós, nas terras mais silicosas que argilosas, ricas de humus, ou férteis, e bem expostas ao sol.

Em geral, todas sofrem com o frio e a geada, preferindo sempre, entretanto, os climas meridionais, onde há a temer, também, os efeitos do calor excessivo e das chuvas pesadas e muito prolongadas. As temperaturas extremas são sempre prejudiciais ao linho, que, em Campinas, cresce à altura de 1^o, 10, sem ramificarse, vegetando exuberantemente sob uma temperatura de 19^o, 7 c. (média de nove anos).

Este desenvolvimento notável elle adquire em solo lavrado em abril, em todas as direções, à profundidade de 0^m, 15—0^m, 20 e ao qual se tem incorporado, pelo menos, 25.000 kilogrammas de esterco de curral, depois de bem decomposto e em estado pulvрnento, para não inchar a terra de herbas daninhas, que possam provir de grãos porventura existentes no adubo.

Melhor será que as lavouras prévias sejam feitas na estação anterior à da sementeira, que é feita naquelle mez em solo superficialmente lavrado dias antes, o gradado, se preciso, efectuando-se, no dia seguinte ao da conclusão da lavoura de sementaria, a sementeira a lanço ou a granel, na proporção de 500 kilogrammas de grãos por alqueire (21.200^{m2}) para se obter fibras, de 200 kilogrammas para se obter grãos e de 300 kilogrammas para um e outro producto simultaneamente.

Estas quantidades de grãos não são muito grandes, como pode parecer aos inexperientes, principalmente quando a razão de ser da cultura reside exclusivamente na produção de fibras, que serão tanto mais finas e preciosas quanto mais approximadas crescerem as plantas, sendo que as plantações *mais ralas* só fornecem um produto grosseiro, dando, entretanto, a maior quantidade de linhaga ou óleo.

Fazia a sementaria, por meio de um tridente curvo de ferro, de cabo longo, na pequena cultura, ou de uma grade de madeira virada do lado oposto, nas plantações maiores, cobrindo toda a semente lançada à terra, ao mesmo tempo que o talha levemente comprimida e toscamente nivelada.

Em oito ou doze dias, conforme a qualidade das sementes e o estado de frescura e mobilização do solo, nascem o linho todo por igual, procedendo-se, logo que as plantinhas estejam mais fortes, à limpa de todo o linhal, trabalho que se faz, insubstituivelmente, à mão, e com todo o empenho, uma ou duas vezes, sendo extirpadas todas as plantas estranhas que tenham nascido de promiscuidade com o linho.

Si nesta delicada phase do vegetação, o solo se apresenta seco de mais, torna-se indisponível rogar o linhal, assim como, mais tarde, quando seja excessivo o calor. Esta prática tem a vantagem de imprimir à vegetação um acentuado vigor.

Crescendo o linho uniformemente até à floração e, tanto que se expandam as flores, brancas ou azuis, procede-se à colheita, si se tem em vista obter filaga, operação que se executa simplesmente arrancando o linho com as respectivas raízes, sem quebrar as hastes, e amarrando logo em seguida, tiradas as plantas estranhas porventura existentes, os felhos poquenos, que o cultivador fará logo conduzir para o local onde terá de ser submetido à secagem, ficando de pé os felhos, dous a dous, abertos na parte inferior e encostados um ao outro na superior. Nesta

posição ellos manteem-se estavens e secam por ignal; mas tambem podem seccar fleando encostados a varas dispotas horizontalmente e mindando do poigão, conforme as noce dades da operação.

O linho destinado á produçao do óleo é colhido quando as capsulas começam a amadurecer, entrando á seccar a baganha, isto é, os seus envoltórios; mas a colheita, neste caso, faz-se não arrancando os pés, mas cortando-lho rente á terra.

O que deve produzir, ao mesmo tempo, illaga e linhaça é colhido quando as hastes começam a amarellecer da ba e para o tergo superior, epocha em que as capsulas, pela maior parte, estão maduras,

O linho que foi posto a seccar, se foram desfeitos os felzes, para melhor expol-o ao sol, é do novo enfiado e conduzido para a cura, onde serao e tendidos ou dispotos com certa arte e por modo quo as raizes fiquem encobertas e as sementes expostas ao sol para que fiquem os caules ou baganhas bem seco, alim de proceder-se a nma *ripagem* completa.

A *ripagem* con isto, simplesmente, na batidura das hastes para fazer-se por completo a separaçao dos grãos, operação esta que se exenta por meio de nma ripa ou de um bordão, chamado *ripageo* pelos praticos.

Os feixes ou *marchos*, extrahidos todos os grãos, são desfeitos, sendo novamente efeixadas em maior porçao as hastes, formando *medas*, que, por sua vez, reunidas em numero de vinte, formam outros feixes ainda maiores, para ser então o linho submettido ao processo da maceraçao por immersão n'agua e cujo fim é promover nma fermentaçao, sob a ação de nma certa temperatura. Esta operação tem por effetto dissolver a matoria gommosa que incrusta as fibras e as renno em fitas mais ou menos largas, sendo ao mesmo tempo separadas aquellas, o quo so dá e se reconhece pela alteraçao da limpidez e cor da agua, quo se torna murkada e turva.

A baganha que fica apes a debulha é mo-

lhada com um mangual levo, sobre um lençol de lona, para separar-se toda a baganha, sendo, finalmente, padejados o joelhados os grãos e em seguida guardados.

A maceraçao faz-se por tres systemas diferentes: no gereno ou relento, em agua estagnada e em agua corrente.

A curtimenta no relento consiste em expôr-se o linho, estendido sobre um gramado bom maldo, á ação do orvalho, do ar e do calor. Para quo ella so faça por ignal e totalmente, torna-se necessário virar, todos os dia, o linho por meio de varas descascadas e limpas, mas de modo quo elle nao se enreda ou mistre, convindo molhal-o quando não ha orvalho. Esta operação dura uns 40 dias; mas ás vezes o linho achá se bem curtido em 20 a 25 dias, conformm corra o tempo, e isto so reconhece pela facilidade com que se quebram os talos, pela separaçao completa da materia cellular e pela uniformidade da cor das fibras e hastes. Então, apinha-se o linho, quo é primeiro posto a seccar e depois submettido á ação do mao e da espadelha. Este processo dà uns 18% de illaga de cor acinzentada, illa o flexivel, ainda que ponco resistente, deixando multa estopa.

A curtimenta em agua estagnada, tida com razão como detrimensto à salubridade local, além de inutilizar as aguas que bebem os animaes, d'entretanto magnifico resultado, porquanto nenhum outro é mais rapido nem fornece illaga melhor, nem tão lisa.

O linho, depois de esfoliado e enfiado, é posto em tanques feitos nas proximidades do fontes ou regatos, estando a agua perfeitamente limpida e expurgada de ferro, calcareo e folhas, etc., e fleando os feixes dispotos horizontalmente em canadas cruzadas.

Sendo a fermentaçao, neste processo, muito activada por causa da temperatura, quo é mais elevada, preciso é quo o linho seja retirado d'aquei logo que a curtimenta esteja completa, ob pote de perder algumas das suas melhores qualidades, como fibra; bastando, em tempo secco, para que aque-

bem curtido, num submersão por espaço de 36 a 48 horas.

A enrfilmenta om agua corrente do rios, regatos, *levadas*, etc., constro na immersão do linho acoarrado om felxes de 10 *medas*, amarrados a pedras, por espaço do quatro a cinco dias no verão, e seis a 10 dias no inverno; podendo-se immorgr felxes nagua que encho as enrfilouras establecidas em lugares romângosos, sondo conservados do pé os felxes, firmados sobre num canhada de palha destinada a roer as substancias trazidas pola agua que entra pelo fundo distposto em forma de grado.

Os felxes são cobertos tambem de palha, sobre a qual assentam taboas, sustentadas por pedras; terminando geralmente a maceração com o apparoelamento de bolhas na superficie d'agua.

Concluida a maceração, os felxes são separados em medas, que serão postas a secar immodatamente, de pé, ou inclinados, abertos na parte inferior. Quando o linho estiver seco, será novamente amarrado em molhos, que serão guardados em lugar enxto, para ser vundido.

Este processo é o que dá o linho fino, chamado linho em rama, cuja fibra é bem reputada pela excellencia de suas qualidades.

O linho sofre ainda outras operações, que não são propriamente rurais, e que cabem aos Industriaes que dispõem de apparelhos que não possuem os simples cultivadores.

Não terminaremos estas notas sem chamar a atenção dos cultivadores para algumas observações.

As sementes de linho degeneram mui facilmente, de modo que, de tres em tres annos, deve se substituir as da colheita local por outras estrangeiras, especialmente de proveniença russa, que se encontram à venda no commercio.

Elle também não pode ser cultivado muitas vezes sucessivas no mesmo terreno e só deve voltar a elle, com vantagem para a qualidade da flaxa, de longe em longe, ou no fim do intervallo ou periodos de seis a

sete annos. Durante o intervallo, o gólo será ocupado com outras culturas, de preferencia cereais, abstendo-se o cultivador de plantar raízes tuberosas hortenses, especialmente nabos, ou mesmo batatas, mandioca, etc. A pulha de café bom decomposta, assim como os resíduos do caroços de algodão e os phosphatos em geral, estes nas terras ricas de matéria orgânica, são excellentes adubos para esta preciosa fibra, que não só vegeta muito bem em S. Paulo, como fornece fibra de qualidade muito regular, apesar de dizer-se que a fibra produzida fibra da Europa e da Virgina, no norte da America, é sempre grossa e sem grande valor.

Por experiência própria, podemos assegurar que o linho produzido em Campinas tem excellentes qualidades textis para a confecção de tecidos finos.

CANHAMO

Esta *Urticaceae cannabinaea* (*Cannabis sativa L.*; *C. indica Lam.*), originaria da Ásia, é um dos melhores sucedaneos do linho, sendo hoje cultivada nas regiões quentes, temperadas e frias do globo, assim pelas fibras que se extraem das cascas de suas raízes, como pelos grãos, que fornecem óleo e constituem um bom alimento para as aves da criação doméstica.

O genero comporta uma milha especie, de que tem resultado, pelas influências climáticas e agrologicas, diversas variedades, que são principalmente cultivadas pelas suas apreciáveis qualidades textis.

As melhores são o *canhamo ordinario*, o grande, o gigante, o chamado de Anjou e o indiano, quasi todos já por nós experimentados em S. Paulo, comportando-se admiravelmente, em Campinas, e de Anjou, que cresce à altura de 1m,50 a 2 metros e produz magnifica fibra.

Esta planta desenvolve-se menos nas regiões tropicais, onde o clima é muito quente, produzindo uma fibra grossa e menos abundante; entre nós, porém, o producto é,

sob todos os pontos de vista, satisfactorio, e se recomenda sobretudo pela qualdade da fibra, que é fina e tem um bello brilho acinzentado ou prateado.

O frio muito intenso, assim como o calor excessivo o prolongado, lhe é muito desfavorável; e, todavia, elle vegeta bem melhor nos sólos desabrigados. Nas zonas mais meridionais, elle ainda continua a crescer, depois da floração, que é abundante, achando-se as flores nos diversos individuos da mesma plantação situadas, mas sesseis, na inserção das folhas (*canhamo femea*) e outras amarellas, dispostas em paniculas (*canhamo macho*).

As terras silico -- argilosas, ricas de humus e alcalis são excellentes para esta cultura, principalmente quando a tæs qualidades reúnem outras condições, tæs como bastante imundade, camada arável bem expessa e frável na superficie e um certo grão indispensavel de mobilidade, em consequencia de lavoras bien feitas.

Entretanto, sempre que a maior parte de tæs condições existam, as terras argilosas, profundamente lavradas, tornam-se favoráveis ao canhamo, como nol-o tem demonstrado a pratic nos campos de demonstração do Instituto Agronomico, em Campinas, produzindo magnificas fibras.

As lavoras devem ser profundas e cravadas, para que o solo fiquo uniformemente frondo, o que se torna necessário, em vista das dimensões e ramificações das raizes; sendo executadas com o *brabant* simples, especialmente nas terras novas, já destocadas, na estação anterior à da sementeira, que pôde ser feita, entre nós, em março o abril e em agosto e setembro, como a do linho, trigo, cevada, couteio, etc., com os quaes pôde alternar perfeitamente o canhamo.

O linho, como fcon dito, não pôlo ser cultivado na mesma terra muitos annos seguidos; mas com o canhamo dá-se exactamente o contrario, visto que pôde ocupar o mesmo solo indolnidamente, desde que se o

mantenha em pó do constante fertilidade, mediante judiciosas applicações de adubos, servindo-lho os dos cavallos, mimos, ovelhas, etc., por sua maior energia e promptidão de effetto.

Semeado a granel em Campinas, o canhamo nasce de 8 a 14 dias, conforme o estado plestico do terreno, florescendo mais ou menos dois meses após a sementeira, isto é, em maio e novembro; tendo atâ agora, nas primeiras culturas experimentaes, crescido á altura de 1 a 2^m.20 com ponceas ramificações na base. Elle amadurece, para fibras em 4 meses, sendo preciso, mais uns 20 dias para effectuar-se a maturidade dos grãos. Conforme o destino da cultura ou a qualidade do producto que se quer obter, semelhase maior quantidado de grãos em área dada. Para colher semente de boa qualidado, o cultivador não deve empregar mais de 80 a 100 litros por hectare; para filaça muito fina 620 a 720 litros por alqueire, ou mais 250 a 300 por hectare; para filaça mais comprida e forte, embora um pouco menos macia, 120 litros por hectare ou cerca de 240 por alqueire.

Em geral, os limites são por hectare 100 a 300 kilogrammos de sementes e, por alqueire, 210 a 720 kilogrammos.

As melhores sementes são as escolhidas na colheita anterior, obtidas das plantas mais desenvolvidas e robustas e que cresceram um pouco afastadas; sucede, porém, que ellas, no fim de alguns annos, entram a degenerar e por isso torna-se indispensavel substitui-las por outras, não obtidas na localidade das culturas existentes, mas importadas do estrangeiro, onde sempre se encontram boas sementeiras colhidas de plantas propostamente cultivadas para produzil-as, como sucede com o luho, e, em idignas palzes, com o fumo. A mudanca deve ser feita de cinco annos.

Tendo em vista, não mais a natureza do producto, porém a da terra a submeter ao cultivo do canhamo, o lavrador deve semear sempre mais nas terras arenosas, para il-

ceram mais approximadas as plantas, o mesmo nas terras francamente barrentas; e assim procedendo é que lhe será possível obter sempre uma fibra macia, flexível e como tal, de manipulação fácil, o que não põe contributo para dotá-la de qualidades mais apreciáveis por parte dos Industriaes que melhor cotação lhe dão.

Como o Linho, se não ainda mais do que elle, o canhamo dispensa custosos manhos, os quais reduzem-se simplesmente a dous, consistindo na extirpação das plantinhas noivas que nascem na cultura, sendo um feito logo que nasce o canhamo e outro quando voltam as hortas daninhas. Este ultimo fica dispensado nas plantações muito cerradas; não podendo o matto viçar à sombra do canhamo, que presteamento cresce e assorberá a pequena vegetação silvestre.

O canhamo apraz-se em viver em terrenos humidos, de modo que, se houver seca durante a vegetação, torna-se indispensável regal-o, causa facil quando ha agua na vizinhança, porque não cesta muito conduzil-a em fletes através da plantaçao durante alguns dias e quantas vezes for isso necessário.

A colheita do canhamo faz-se cortando o com um canivete ou podão curvo e bem afiado.

O macho está bom de ser cortado quando as sumidades entram a amarellecer, tendo já se dissipado quasi todo o pollen das flores; o femea, porém, só amadurece vinte a trinta dias depois do primeiro, fazendo-se o corte logo que as capsulas tomam uma cor castanha escura e as folhas amarellecem e entram a cair. Comprehende-se que não se deve fazer de uma só vez toda a colheita de hastes.

As que forem sondas cortadas serão logo amarradas em molhos, que, reunidos a outros, formarão marochos ou grandes feixes; ficando os do canhamo macho expostos ao tempo por dous ou tres dias e os do femea por tanto tempo quanto baste para que as sementes acabem de amadurecer. Os feixes devem ser, no campo, mudados de posição

o lugar frequentemente, sobretudo quando chover.

Estando o canhamo seco, procede-se à separação das sementes pela batedura das hastes ou passando-as pelos dentes de um pente de ferro.

Os grãos serão ainda expostos ao sol e, mais tarde, polvilhados e limpos. Os que se destinarem à semeadura deverão ser conservados em finas camadas sobre tabuleiros, recolhido ao armazém ou celeiro, para não adquirirem brulho, nem perderem as facultades germinativas.

A curtimenta do canhamo faz-se pelos mesmos processos já ilustradamente descritos com relação ao linho. O canhamo, antes de ser submerso n'água em feixes, deve ser exposto ao sol, conservando-se nos curtidouros por espaço de 8 a 15 dias; mas o macho é tirado d'água mais cedo, sobretudo se foi cortado bem maduro. Em 6 a 8 dias, seca o canhamo, estendido ou posto obliquamente sobre um gramado, ao ar livre. Estando seco, é amarrado em feixes e armazenado para ter destino, cabendo, quando muito, ao cultivador as manipulações da maçagem e cardadura.

A bonificação definitiva do canhamo, como do linho, pertence mais propriamente à industria, que dispõe de pessoal e apparelhos adequados ao tratamento completo da matéria textil de todas as qualidades.

O canhamo, cujo custo de cultura é insignificante, como se poderá julgar pelo que a respeito acabamos de expender, produz, entre nós, mais de 1.300 kilogrammas de fibra e de 400 kilogrammas de grãos por hectare, sendo a sua produção média na Europa de 9.000 kilogrammas da primeira e 250 das últimas.

Ello é mais produtivo de fibras, entre nós, do que o linho, de que se obtém por alquedro de terra, em média, segundo os cálculos das nossas primeiras experiências, só iniciadas no anno próximo passado, 11.800 kilogrammas de palha e 15.700 kilogrammas de grãos, obtendo-se da fibra proprieda-

mento dita 2,400 kilogrammas, por simples processos manuais.

JUTA

A juta, de que são principalmente cultivadas duas espécies (*Cochrora capsularis* e *C. olitoria*), as unicas também enjas fibras são utilizadas na fabricação é uma Tiliaceae textil das Índias Orientaes e da África tropical, digna de ser cultivada em todo o norte, onde vegeta com grande vigor, produzindo fibra tão boa e abundante como a que obtém alguns países que se entregam ao seu cultivo, embora não cresça tanto como na província do Bengala e diversos lugares do Calcutá, que fornecem quasi todo o canhamo consumido hoje no mundo industrial. Muito semelhante ao verdadeiro canhamo, sua cultura lhe é inteiramente identica.

A semeadura dos grãos é feita, depois do tempo seco, em terra profundamente lavrada, susceptível de reter, durante a vegetação, bastante humidade, fazendo-se, na mesma ocasião, a estrumação, quando necessária; convindo-lhe terrenos de qualquer natureza, mesmo aquelles que são aproveitados, entre nós, na cultura do arroz do montanha. A juta exige terrenos muito humidos. É indispensável que as levanturas sejam executadas em tempo próprio, não só para se tornarem mais fáceis e menos despendiosas, como para facilitarem bem os migalhados os prisionas e torrões, operação que se faz por meio do rolo e da grade, o que se torna absolutamente indispensável nas terras argilosas; visto como as sementes são muito minúsculas e em muitos casos são lançadas a granel, desba dando-se, depois as plantas em excesso.

De agosto a setembro, pôde ser feita, com excellente êxito, em S. Paulo, a semeadura dos grãos; e, apesar de ser a juta uma planta muito mais robusta que o linho, é preferível antes semear os grãos mais unidos do que afastados, ficando conservadas no campo as plantas mais robustas e sendo ex-

trupadas as mais frágeis ou que se acham excessivamente approximadas.

Cada planta tem desenvolvida mede na base, em Camplias, por exemplo, não o molar a dois centímetros, crescendo à altura de 1/2 a 2 metros, ramificando-se do topo inferior até o vértice.

E' tal o tão prompto o desenvolvimento da juta, que tornam-se absolutamente desnecessários os amanhos, não se podendo cultivar a tão cinda como o linho.

A colheita é feita um pouco antes da floracão, que é abundantíssima; ou, o que parece ser melhor, quando as plantas estão em plena flor, sondando menor o rendimento; porém as fibras são incontestavelmente de superior qualidade, tornando-se mais apreciáveis, sobretudo, por sua flexibilidade. O corte feito quando a planta está completamente madura, ou quando os fructos começam a secar, rende extraordinariamente; mas, em consequencia da floracão das hastes, as fibras ficam duras, asperas ou rudas. Corta-se a juta rente à terra com pequena foice curva; em seguida, são separadas todas as folhas e capsulas, enfiando-se as hastes em numero de 50 ou 100 para cada molho.

A extração da casca opera-se do mesmo modo descripto anteriormente com relação ao linho e ao canhamo. Os feixes são postos em envidouros em numero de 10 a 15 para cada um, e cobertos com folha, exactamente como se faz com o canhamo.

A maceração dura 8 a 12 dias, conforme a temperatura da agua, devendo o operário, de sexto dia em diante, examinar constantemente o estado das hastes.

Ordinariamente, bastam 8 dias de submersão, quando não se faz questão de obter fibra muito fina. No caso contrário, porém, elle demora ainda sob a agua umas 24 a 36 horas para operar-se completamente a separação das fitas formadas de fibra cortical do linho, fibra que então adquire uma cor acinzentadamente branca.

Daqui se vê que a qualidade da fibra,

depende da época da colheita e da duração do processo do curtimento; dependendo disto também o preço do produto.

Quando termina o curtimento o operário tira do cimo das hastes a palha e, com corte gelto, os feixes, que são logo desatados, fazendo à mão a separação, do pô para o verkle, da unha parte da casca interna e, batendo depois com a extremidade oposta da haste sobre um cépo de madeira, extrahe, por um movimento de vai-vem, as camadas corticais exteriores, do modo que, assim, a verdadeira casca é obtida em estado de pureza.

O producto obtido é logo lavado, para ficar expurgado das impurezas e parte da madeira resinosa que não se dissolvem, operação que se faz batendo com força com as madeixas de juta sobre a superfície da água corrente.

A que tem perdido as matérias solúveis é extendida em forma de leque sobre a água, em lugar romântico, tirando o operário, à mão, as matérias estranhas que aparecem.

Feito isto, elle torce as madeixas, uma a uma, e as expõe ao sol, para secar, sobre vasos, dessecadas, bem limpas, ou sobre hastes de bambu, ou ainda sobre cordas duplas.

Terminada a secagem, que deve ter sido bem feita, mudando-se, de quando em vez, de posição as madeixas, procura-se reunir as fibras em maços, cujo peso varia à vontade do cultivador.

Tal o produto como elle exporta ou vende à indústria, a quem incumbe dar-lho as últimas e necessárias manipulações para utilizá-lo na confecção dos tecidos mais ou menos grossos, de que, principalmente, são feitos os sacos em que se faz o acondicionamento dos diversos productos agrícolas, como café, canela, algodão, etc. O processo da cultura e o tratamento que ali falam ligeiramente descriptos, o que são tão simples como baratos, aplicam-se igualmente às duas espécies de juta acima nomeadas, não fazendo os industriais questão da proveniência natural das fibras que compram, apesar

de saberem distinguir bem as diversas variedades e comérciaias. Se querão ha, é do preço segundo a qualidade.

Na preparação definitiva das fibras é quanto faz a separação em lotes, segundo o cumprimento. As mais longas são sempre as que alcançam melhor preço.

A fibra bom trabalhada tem uma cor parda clara, em consequência da ação do ar, que lhe tira a alvura e o brilho adquiridos pela maceração; dando-se com esta fibra o contrário do que sucede com o linho e o canhão, que, como se sabe, tornam-se, pelos derradeiros tratamentos, cada vez mais alvos, e especialmente a primária.

O rendimento da juta por alqueijo é cinco vezes maior do que o do linho, sendo o trabalho industrial e a cultura muito menos longos ou demorados do que as que o linho impõe.

O comércio distingue tres tipos de juta, independentemente da especie que a produz: o da juta de filamentos de cor branca perfeita, fortes e compridos; o do filamentos encardidos, pouco resistentes e mal limpos, e o do filamentos de cor parda, muito curtos e ainda menos resistentes, atribuindo naturalmente a cada tipo preços diferentes, cujo valor, variável, com as condições do mercado, decresce na ordem das qualidades nomeadas. A juta é beneficiada em machilhas, constando todo o trabalho de tres operações, que são: a *cardagem*, cujo producto é cotado baixo, a *penteadura*, e a *flaçao* ao comprido, que dá menos estopa e producto dotado de suficiente tenacidade.

A embalagem é feita em prensa hidráulica.

A Inglaterra produz de juta a metade do peso do todo o algodão universalmente colhido; mas este malvaceo é muito superior e merece por todos os títulos ser cultivada entre nós, de preferencia à juta, cujos filamentos podem e devem ser substituídos pelos de algodão no fabrício, ao menos, dos sacos em que expedimos os nossos produtos; não nos sendo difícil obtê-los por preço

razoável, numa vez que as machinas que trabalham a juta podem, facilmente, adaptar-se ao algodão.

RAMIE

Esta Urticáea (*Bachmeria tenacissima*), originária do sul da Ásia e da Oceania, fornece matéria textil muito estimada, não só pela resistência, como pelo brilho, que a torna própria para certos tecidos delicados de imitação à seda.

São muitas as espécies conhecidas: as mais cultivadas, porém, são a *Bachmeria utilis* ou *tenacissima* e a *B. nivea* ou *candidans*, sendo a primeira das regiões tropicais, e a última das partes temperadas da China, as quais distinguem-se à primeira vista, aquela, pela cor verde de ambos os lados de suas folhas e esta pela cor vermelha da lâmina superior e branco na face da inferior.

A verde dá hastes mais longas, menos ramificadas e fibras mais macias e resistentes, preferindo os climas mais quentes, enquanto a nivea ramifica-se muito, de hastes curtas e menos fibras, todavia, a vantagem de suportar, sem maior prejuízo, o frio mais intenso e prolongado. A verde dá quatro a cinco cortes no ano, e a nivea dous a três, sendo esta mais acessível às geadas fortes.

A cultura desta planta é tão fácil, como a das anteriores, oferecendo ella maiores vantagens quando se dispõe de machiúas de decorticar as hastes verdes em secas, porque a bela matéria filamentea que se obtém é sempre vendida p alto preço.

A ramie pode ser multiplicada por mudas produzidas em viveiro, por sementeira de grãos, por estacas em pedaços de hastes, por mergulhos enraizados ou por filhos que nascem da base das touceiras ou mesmo das raízes.

As mudas, das primeiras plantações, e os filhos em rebentos radicados, depois, constituem os meios mais seguros de multiplicação.

A plantação, entre nós, pode ser feita

6056 — 30

quasi todo o ano, convindo, porém, melhor fazê-la de setembro em diante, em sulcos paralelos e rasos distanciados de 1^m, guardando as plantas o mesmo espaçamento em cada linha ou rego, mas por modo que elas não se correspondam em todas as linhas, alinhando-as para cada pé o espaço de um metro quadrado. Os pontos desocupados serão plantados no segundo ano com filhos tirados das primeiras touceiras, embora se tenha de desbastar um pouco a plantação no terceiro ano, e para dar-lhe ar e luz e facilitar o crescimento e a maturação das hastes. O solo deve achar-se constantemente limpo de capim e ervas daninhas de toda a espécie, estando sempre frouxo em volta das touceiras. D'aldí vê-se que são precisos repetidos amanhos pelo menos nos primeiros anos, quando a ramie não tem ainda so apoderado de todo o terreno. Quando isto suceder deve-se meter o arado entre as linhas para impedir que as touceiras se encontrem, produzindo um número excessivo de hastes curtas e pouco rendosas em fibra de boa qualidade e em estado de colhita em tempo certo.

Esta planta vive bem nos terrenos silico-argilosos contendo cal e humos, e terrenos frescos; e, por mais que se diga que ella prefere os terrenos arenosos, fracos, as terras calcáreas, a verdade é que, entre nós, ella desenvolve-se admiravelmente bem, e melhor do que em outro qualquer terreno, nos solos silico-argilosos humíferos e frescos, nos quais não só crescem muito, como se multiplicam abundantemente as hastes. Ela exige terras frouxas e bem fundas, tendo um desenvolvimento sempre acanhado nas silhistas ou argilosas, principalmente quando são baixas e entretêm muita humidade. A cal, a potassa e o azoto são os principais elementos de prosperidade desta cultura, que exige o emprego de adubos depois de cada corte.

Os estrumes azotados e potassicos são os que mais lhe aproveitam, postos em regos abertos, com pequeno arado, entre as linhas,

devendo-se misturá-las com a terra secca do próprio sulco.

A irrigação, quando possível, é muito necessária nos sólos e areias secos, facilitando extraordinariamente a vegetação da ramie. Para se poder avallar o rendimento por hectare, seria necessário levar em conta as influências climáticas locais e o número de cortes possível na localidade.

Entre nós, não devemos contar com mais de 3 cortes anuais, sendo que o primeiro é quasi improutivo no primeiro anno.

De anno para anno, a produção vai crescendo, para diminuir com o exgotamento do solo e o numero do cortes, ou antes, a edades das toleiras.

Dados sobre a produção em diversos países não faltam; mas entre nós, não existem ainda elementos que permitem um cálculo exacto, não nos dando ainda as nossas experiências elementos para isso.

Entretanto, comportando um alqueire de terra 70.000 plantas, admitindo que cada toleira produza hastes, com o peso de 150 grammas, o que, evidentemente, é muita pouca, o supondo, ainda, que se realizem todos os annos três cortes, a produção será de 41.500 kilogrammas de hastes; e como o rendimento em fibras secas regula 25 %, a produção será 7.785 kilogrammas por alqueire.

A fibra, neste estado, ainda sendo vendida a 400 réis por kilogramma, renderá por alqueire 3:150\$, de que, abtendo um terço para custo de cultura e fabrico, ficarão líquidos 2:100\$000.

Está, porém, admittido pela experiência, nos países tropicais, que se pode obter por alqueire em condições favoráveis 15.171 kilos de hastes, por cada corte, ou 45.510 kilogrammas por três cortes em um anno, o que dá, mais ou menos, 11.327 kilogrammas de fibras secas. Daria nisso tal resultado um lucro beta considerável.

A ramie não pode ser submetida ao tratamento pela maceração, que lhe prejudicaria consideravelmente as fibras. A decora-

ção das hastes, nos países onde a mão de obra é insignificante, ainda se faz à mão; mas hoje há grande numero de máquinas, de modelos diferentes, que fazem muito bem a operação do descascado das hastes, quer em estado verde, quer no estado seco. No primeiro caso, procede-se ao trabalho imediatamente, após a colheita e quando muito, tres a quatro dias depois, sendo uma das melhores máquinas de descascar verde ou em fitas a do Laborie-Berthot, que exige uma força de dois cavalos-vapor para produzir 150 kilos de fibra seca por dia, sendo o seu custo de 2.500 francos.

Das que descascam no estado seco, dando um produto mais delicado e mais abundante que dispensa o tratamento químico, que exige a fibra obtida de hastes verdes, uma das melhores é a do Favier, que fornece uma casca despojada de madeira e de bellissima aparence. Essa máquina, para cuja desfiliação nos fallece espaço, transforma 215 kilogrammas de hastes secas em 43 kilogrammas de fibra, exigindo apenas força de um cavalo.

O tratamento químico e outras manipulações a que a fibra tem de ser submetida, para bem prestar-se a qualquer das aplicações do seu destino, escapam à competencia do cultivador e, de direito, competem ao industrial.

As cascas bertas e secas vendem-se na França, actualmente, por o s. 10 o kilogramma.

PITEIRA

As plantas que chamamos piteira, agave, gravatá gordo, cravoatá gigante, e que tomam os nomes da cabatta, na America Central, e de hennequin, no Mexico, são bellas *Amarillidaceas*, da tribu dos *Agavaceas* e dos géneros *Agave* e *Fouquieria*, originários da America do Sul e principalmente cultivadas, porque do maior numero das espécies extrahe-se boa fibra textil e, de algumas, o suco contido no eixo floral, para o fabrico do pulque ou maguey, bebida de origem mexicana,

de grande consumo nos países de sua produção.

As piteiras são plantas vivazes, acanthes, providas de numerosas folhas radicais de 1 metro mais ou menos de comprimento, terminadas em rija ponta, armadas de espinhos nas bordas, espessas ou carnosas, cheias de uma substância mucilaginosa que espuma, quando são maculadas. Do centro das folhas, dispostas alternadamente, ou em rosetas, emerge grosso eixo do 5 a 8 metros de altura, simples na base e provido, no topo superior, de ampla panícula pyramidal carregada de copiosas flores de cor verde glauca ou amarellada, que aparecem no fim de 5 anos, muitas das quais abortam, desenvolvendo-se em outras numerosos bulbos nerosos ou sambotos, que dos pedunculos se desprendem já com raízes aereas que se transformam em terrestres tanto que elas cahem no chão, fazendo-se assim a multiplicação vivipara de algumas piteiras.

As espécies mais importantes sob o ponto de vista textil são: as *Agave Americana*, *Milleri*, *mexicana*, *lurida*, *Telli*, *viripara*, principalmente a *henequem* (*Agave jacquiniana*, *Scholl*), que fornece a mais preciosa fibra, largamente explorada no Mexico, e as *Fourecroya cubensis Huic*, que é a nossa *Agave viripara*, do Arruda Canane, e *Fourecroya fistula*, abundantissima em todo o Brasil, produzindo magnificas fibras, que são muito mais delicadas e fortes antes da floração, embora não sejam tão longas como as que fornecem as folhas colhidas na época da flor.

Todas estas plantas crescem vigorosamente em todos os terrenos um tanto elevados, não sendo raro encontrarem-se em rochedos quasi nus, sendo certo, que as terras encharcadas ou que entretêm permanente humidade lhes são altamente desfavoráveis.

Sua multiplicação pratica é feita por modo de rebentos radicais ou filhos, que se plantam em covas alinhadas e distanciadas, em todos os sentidos, de 2^m,50 — 4^m,00, conforme a espécie, sendo a *americana* a que requer maior espaçamento.

Nenhum enidado impõe a cultura destas plantas, que vivem exuberantemente entre-gares às prodigalidades da natureza tropical. Do segundo ao terceiro anno, após a plantação começa a colheita das folhas, que são cortadas, uma a uma bem rente ao coleto, realizando-se a colheita em cada planta, que dá 7 a 10 folhas, tres vezes no anno, obtendo-se 1600 folhas de 54 plantas ou 48 kilogrammos de fibras, por processos primitivos.

Ordinariamente, não se colhem senão as folhas inferiores, fornecendo cada planta não mais de 8 a 12.

As folhas cortadas são conduzidas para o local destinado à sua manipulação, que só começa 24 horas depois, sendo então divididas em fitas de 0^m,05 — 0^m,06, de modo a destacar-se o envolucro das fibras, que, distendidas sobre um taboleiro, são raspadas com uma especie de espadella de ferro que lhes tira o parenchyma, sendo o tecido fibroso exposto ao sol para obtenção dos fiamamentos.

Uma mesma folha dá filamentos de grossuras e qualidades diversas, os da canaada exterior, são grosseiros, fortes e duros, servindo especialmente para os trabalhos de cordoaria; os da canaada interior, são finos e depois de bem maculados tornam-se brancos e com leve brilho de seda, prontando-se à confecção de tecidos leves; mas os das canaadas intermediarias são os que dão fibras mais finas, aplicada, entretanto, na confecção de telas menos delicadas.

As fibras destas plantas têm, ordinariamente, o comprimento médio de um 1^m,50, são brancas, às vezes encardidas ou amareladas, finas, muito fortes e brillantes, sendo mais leves cerca de 20 % do que canhamo da Europa e recebendo facilmente as cores que lhes dão tinturaria. Elas entram na confecção dos diversos tecidos sem mesclada ou misturada com algodão, naturalmente depois de maceradas em água quente, por espaço de 24 horas, sendo ainda mordulhadas em água fria do fonte por algumas horas e, por fim, em água do arroz, tudo isso para o

efetto de embranquecerem e tornarem-se mais cholas.

Palcos ha onde a extração das fibras só se faz após esmagamentos das folhas a macte, as quais são, depois, maceradas n'água e, em seguida, fortemente batidas para lhes tirar todo o parenchyma. Depois disto são submetidas à ponteadura, que dão filamentos brillantes e limpos.

Em outros, as folhas intermediarias da planta são as unicas aproveitadas, porque não são tão duras como as inferiores, nem muito feitas como as inferiores.

A macagem é feita à pedra ou a macte, macando-se cada vez um mólho de 12 folhas, amarradas pelas respectivas extremidades. Depois disto, sobre um taboão lucinado, põe-se cada folha por sua vez preso à extremidade superior, e, em seguida, faz-se passar sobre as folhas esmagadas uma raspadeira dentada de ferro para eliminhar a parte succosa, isolando-se assim as fibras em toda a sua extensão. Esse trabalho, havendo necessidade, pôde e deve ser repetido uma ou mais vezes, até à completa limpeza dos filamentos, que, só então, são lavados em agua corrente, perdendo o suco espumoso e caustico que conteem. Deve-se ter o cuidado de não tocar na flaca, enquanto houver aquelle suco, pois que elle produz nas mãos do operador incommodo prurido. Logo que a agua fique clara, e parocondo bem limpos, os filamentos são postos a secar e depois a alvejar mediante uma curtimenta bem cuidada.

O famoso *henequen* provém na America Central da *Agave Sisalana*, e dá o conhecido canhamo do *Sisal*, o, no Yucatan, o verdadeiro *henequen*, de que o commerce distingue duas especies. No Mexico, a extração das fibras, em vista da importancia que tem tomado a Indústria do *henequen*, é feita por molo de máquinas que despojam as folhas, com a roda de palhetas metálicas de que são armadas, da parte pulposa e mucilaginosa.

As folhas são passadas duas vezes na máquina, que é movida a vapor ou tração ani-

mal, ocupando cada um dois homens o limpando por dia até 7.000 folhas, que podem produzir 280.000 kilos de flaca seca e uma quantidade extraordinaria de estopa. Esta grande porção de resíduos constitue um desfecho que vai sendo corrigido, ultimamente, nos apparelhos similares, como os de Berthet e as máquinas desfibradoras, ainda mais novas, do Thibaud, Villamar e Pietro, as quais limpam em poucas horas milhares de folhas. Importa notar que neste momento estão sendo experimentados no Mexico tres novos apparelhos, destinados a dar à Indústria, que ali constitue o seu principal elemento de riqueza, outros aperfeiçoamentos, de que as anteriores carecem, para poderem produzir fibras de melhor apparencia e superior qualidade.

Pelos processos usuais o menos aperfeiçoados só excepcionalmente obtém-se mais de tres kilos de fibras por 100 folhas.

O custo actual de uma arroba de fibra do *henequen* é de 400 réis; são 16 centavos por libra.

A *Agave Americana* já está introduzida no Brazil, encontrando-se no Amazonas a A. vivipara de Linneu, das Guyanas; sendo quo abundam em todo o paiz as duas piteiras e as *Foerocoya gigantea* e *Cubensis*, quo dão excellentes fibras.

São plantas quo merecem ser exploradas, entre nós, sobretudo a *A. rigidula*, variedade *sisalana*, a melhor de todas.

LINHO DA ZELÂNDIA

Da família das *Liliaceas* temos já acclimado no sul do paiz o linho da Nova Zelândia (*Phormium tenax Tarts*), planta textil originária da Australia, muito mais propria para a Indústria das cordoalhas do que para a dos tecidos de delicada trididura, apesar de dizer-se que, no clima essencialmente marítimo do seu paiz natal, cujo estio é, entretanto, menos quente do que, por exemplo, o da França, ella dá fibras com que são foltos tecidos extremamente finos e fortes.

Entre nós, o linho da Australia é mais do que uma variedade de folhas amarelladas lignificadas nos jardins como plantas ornamentais, não lhes atribuindo nenhum valor industrial; entretanto, da cada uma de suas folhas extrahem-se umas 20 fibras, que são, inegavelmente, mais fortes do que as do canhão ou do próprio linho, sendo ainda mais extensíveis que as do qualquer dos dous.

É bem conhecido, entre nós, esse vegetal de rizomas subterrâneos e vivazes e de abundante fibração, assumindo, durante a floração, um porte que lembra o do cortes gravatáis. Sua folha, lisas, de um verde glauco, corlaçadas, em tanto encorvadas nas pontas, são uniformes, e tem uns seis centímetros de largura, e, às vezes, dois metros de comprimento, podendo uma só, torcida em corda, suportar o peso de duas arrobas.

Elas dão 22 % de fibra bruta, estado em que a fibra é exportada para a Europa pelos países que a produzem.

As fibras obtidas pelo mesmo processo adotado na extração das do ananaz, tem o mesmo aspecto das ultimas e podem ser exportadas da mistura com elas, apesar da sua rudeza.

Segundo estudos do Dr. Hugo Müller, as folhas do linho australiano são essencialmente compostas de tecidos de tres formas diferentes, conforme a séde: epiderme, camada celular e camada fibro-vascular. As duas últimas formam a zona funicular, separada, to lavar, por parenchyma de grandes células de paredes muito delgadas. Os feixes fibro-vasculares são mais desenvolvidos do lado externo da parte inferior da folha, situados imediatamente abaixo da epiderme. Os feixes fibrosos das outras partes da folha são mais finos e menos desenvolvidos, resultando da irregularidade de distribuição delles que o producto extraído pelas máquinas é diferente do que se obtém pelo processo de raspagem das folhas por meio de conchas de ostra, com as quais tiram os tecidos parenquimatoso e a epiderme adherentes aos feixes vasculares.

As fibras, assim obtidas, são macilidas húmidas, até extração de maior quantidade e, depois, levadas e estomatadas, por meio de conchas, até que fiquem sem nenhuma tona ou casca. Para usos menos grossolos, o processo é também mais delicado e, então, obtém-se fibras mais macias.

O principal no tratamento, neste caso, consiste em conservar-se a fibra bruta, durante quatro dias, imersa em água morna, para ser depois batida a macete, voltando ainda a água para ser novamente macerada, trabalho este que se repete e dura uns 20 a 40 dias.

Por este processo obtém-se 25 % das fibras contidas nas folhas.

A decorticação mecanica por meio de cilindros compressorres ou macotes, sob um fluxo d'água constante, permitte a obtenção do grande quantitativo de fibras em algumas horas.

Depois de separam das folhas, na máquina, o tecido esponjoso e de obtidos, portanto, os feixes fibrosos, estes são lavados e curtidos ao sol; mas a vantagem de maior trabalho, isto é, da obtenção do maior quantitativo de fibras não obtidas pelo trabalho manual, que é demorado, fatigante e um tanto rustico.

E, entretanto, é importante notarmos que a extração não deve ser feita senão por máquina; porque não se pode negar o facto de perderem suas qualidades as fibras preparadas, quer pela maceração em água fria, quer em lixiviás alcaldinas fracas, visto como as células do liber da folha são envolvidas por pequena quantitativo de matéria intercellular, de modo que elle é facilmente atacado.

E por esta razão que achamos esta fibra mais própria para confecções menos delicadas. A melhor fibra, isto é, a mais forte e abundante é a grosseira, cujos filamentos acham-se quasi intactos, conservando suas propriedades naturaes.

A água salgada ataca promptamente a fibra.

Quanto à cultura do Phormium, que se

multiplica facilmente pelos rebentos radicais, nada há que mereça menção especial. Todos os terrenos lhe servem, de modo que não sojam excessivamente humidos, porquanto então as plantas teriam seu desenvolvimento muito moroso, *filtrariam* muito, dando folhas pouco numerosas e curtas e fibras menos resistentes. Nas terras férreas em que dominava o elemento silicoso dava-se o contrário, sendo estas as que produzem folhas mais longas. A plantação pôde ser feita em qualquer época do ano, sem maior prejuízo, à distância de 2 a 2^{1/2} m em todos os sentidos. Os filhos muito numerosos são extirpados.

A colheita só deve começar 18 a 20 meses depois da plantação, sendo cortadas sómente as folhas maduras, do meio para baixo das rosetas das plantas que tem de dois anos de idade em diante.

A plantação é feita em cova, exatamente como na cultura do ananaz. As fibras desta plantação não são tão longas como se tem dito, pois que seu comprimento não excede de 12 metros com um diâmetro máximo de 0,017"; e não tem a mesma tenacidade que indica o qualificativo lítimo que lhe deram os botânicos.

Entre nós, sorria, dada a carência da mão de obra, mais vantajosa a exploração do culhamo, da juta e principalmente do ananaz cultivado *in sylvestre*, cujo producto textil é mais abundante e muito procurado, pelas aplicações que tem actualmente na indústria de tecidos finos.

ANANAZ

Com este título reunimos aqui diversas *Bromeliaceas textilis* do Brasil, conhecidas sob diferentes nomes vulgares, posto que as nossas referências sejam atinentes principalmente ao ananaz, enjas fibras prestam-se à confecção de tecidos muito delicados, como batista, musselina, etc., e são actualmente muito procuradas à razão de 18 o kilogramma.

O ananaz *sylvestre* (*Bromelia sylvestris*, o

mesmo) Ananassa *attività* L., o abacaxi (*B. sativa pyramidalis* Arruda Camara), o ananaz de agulha (*B. muricata Ar. Camara*), o gravatá *communis* (*B. Karathos L.*), o gravatá de rede (*B. Sagenaria Ar. Cam.*), a macambira (*B. lacimosa Ar. Cam.*), o eucrôn (*B. caryegata Ar. Cam.*) e outros que não são originalmente nos os, fornecem fibras longas, algumas das quais tem mais de tres metros, brancas e brillantes, que todas entram na confecção de tecidos diversos.

São, porém, o ananaz *sylvestre*, o manso e o abacaxi os que fornecem fibras mais delicadas e valiosas, sendo por isso mesmo muito procurados. Os filamentos extruídos das folhas do ananaz são alvos, finos, longos e brillantes. Por suas qualidades superiores, e ainda pelo custo de sua extração, assim como pelo trabalho demorado e paciente da sua utilização no fabrico dos tecidos, é sempre elevado o preço da matéria prima, sendo muito caros os costos de toda a operação, os quais são em sua contextura de uma dolha dezoa e regularidade irrepreensíveis, reunindo ainda suas propriedades numa quasi diafaneidade que admira, sobretudo as que são tecidas em filamentos exclusivamente do ananaz, como os apreciados e incomparáveis tulips, fabricados em diversas províncias das Philippinas.

As fibras do ananaz misturadas com fios muitos meios de algodão fornecem também bellíssimos tecidos.

Apestar de muito tenros, os fios da no sa bromeliacea, reunidos, adquirem grande força de resistência. Experimentas conhecidas mostram que uma corda feita de fibras de ananaz, com 0,078 do circunferência suporta bem um peso de 2.000 kilogrammas.

A corda de linho da Zelandia quebra-se com o peso de 120 kilogrammas, ao passo que a do filamento de ananaz só se rompe com 160 kilogrammas.

A obtenção das fibras, infelizmente, não pôde ainda ser feita por processo muito expediente, por causa mesmo da natureza das folhas ou, antes, dos próprios filamentos.

As folhas, de que elas são extraídas, são as maduras, não servindo as verdes, porque são muito curtas e frágeis, nem as inferiores ou secas, que nenhum valor industrial tem. As folhas recentemente cortadas são extraídas sobre um tabuleiro polido e por meio de uma faca cega ou romba raspa-só-lhes toda a polpa da superfície extrema do modo a liberarem a si os filamentos, que são destacados cuidadosamente pela extremidade da folha, mediante o auxílio de uma faca.

Deste modo elas são extraídas à mão em toda a sua extensão; e, depois de lavadas ligeiramente e enxutadas ao sol, são reunidas em foles fibrosos, conforme a grossura, trabalho que requer muita paciência. As madeixas assim obtidas, são amarradas nas respectivas extremidades para que os fios se não enrolem e guardados em caixas no abrigo da humidade e do moho, que os depreciam.

Dirímos apenas duas palavras sobre a cultura dos amazões textis.

Todos conhecem estas interessantes bromélias e sabem que elas são plantas vivazes, de raízes fibrosas, que só formam haste na época da floração.

Suas folhas são lineares, inteiras, espinhosas nas bordas e cobertas de um pó mais ou menos glauco, nascendo do centro da roseta por elas formadas, do segundo para o terceiro ano, uma espécie de haste dura, carnosa e succulenta, que sustenta o fruto, coroado de folhas estreitas e tendo na base numerosos *filhos*, que servem para a sua multiplicação, sendo porém preferíveis os que emergem da haste subterrânea, porque crescem mais depressa e produzem frute mais cedo.

A plantação faz-se em qualquer época, mesmo nos terrenos silicosos, mais fracos e frescos.

Muitas espécies crescem rapidamente nos terrenos um pouco sombreados, produzindo folhas muito longas.

Um alqueiro do terreno comporta em plantação feita à distância de um metro, em todos os sentidos, umas 23.000 plantas, podendo ser

iniciada a colheita das folhas um anno depois, para obter-se maior rendimento em fibras, e dali em diante todos os annos.

Recentemente, tem havido grande procura de fibras do amazônia, cujo preço por kilograma tem subido de 18 a 1\$800.

Eis ali um ramo da indústria a que se podem dedicar com muito proveito mulheres, velhos e moços.

BANANEIRA TEXTIL.

A planta textil que tem este nome é uma *Musa textilis* indígena das Filipinas e Malaia; mas não é esta a única bananeira que dá fibras, pois estas, embora menos sólidas, também são extraídas das espécies: bananeira do S. Thomé, ou pacobaná (*M. sapientum*), ensote, da terra (*M. paradisiaca*), ana (*M. Cavendishii*), mandacá, róxa (*M. violacea*), etc.

A *M. textilis*, vulgarmente chamada *banana-de-corda*, é a que dá o conhecido *cânhamo de Manilla* em fibras de abaca, produto que tem na indústria europeia extenso consumo no fabrico de cordas, cabos para transmissão, tecidos grosselhos, etc.

As fibras da bananeira são extraídas dos troncos, que são formados pelas porções embrionárias da base dilatada das folhas, do modo a liberarem tais partes solidamente enroladas ou embrulhadasumas nas outras. Essas camadas concentricas, sem ligação entre si, são formadas de um tecido de células muito grandes, cheias de ar com paredes constituidas de láminas fibro-vasculares que se estendem da base do tronco à das folhas, cujos poeires percorrem.

As camadas exteriores são sempre grossas e mais abundantes de fibras. Tal a disposição das fibras, por exemplo, na bananeira da terra, cujos cachos são enormes, sendo muito conhecidos e apreciados os seus fructos. Os da bananeira da corda, porém, não são comestíveis. Ela produz sementes; a sua multiplicação faz-se de preferência por meio de *filhos radicados*. Esta é a que fornece a ma-

Hora fibra, que é também extraída dos *troncos* cada um dos quais pesa cerca de 33 kilogrammas; correspondendo à declina parte do peso de cada tronco, a porção fibrosa envolvida por tecido cellular, muito abundante do suco (cerca do 90% do aguado) e da qual se obtém mais de um kilogramma de fibra textil limpa e, mais ou menos, 700 grammas de fibras descoradas.

Calcula-se, nas Philippinas, que exploram largamente esta bananeira, que a colheita por hectare regula 21.000 kilogrammas de matéria textil, das quais 12 a 15 kilogrammas correspondem à fibra limpa e 7 a 8.000 à fibra descorada.

O corte dos troncos é feito ordinariamente de dous em dous annos.

A extração das fibras é feita nos troncos das bananolas que levam três annos de idade, as quais se conservam privadas de suas flores, o que, na opinião dos praticos, concorre para a melhoria dos filamentos. De cada tronco ou pedaço do *basto* separam-se as camadas ou *bainhas*, que são em seguida divididas em largas fitas, ordinariamente de 10 centímetros, as quais são penteadas com uma lâmina de ferro armada de longos dentes agudos, fixos em um banco ou tronco de madeira. Os fios brutos assim obtidos são postos ao sol e, depois de secos, veadados aos industriais, que os beneficiam em máquinas apropriadas.

Cada basto dá 1/2 libra de fibras, produzindo dous homens, por dia, 28 libras brutas.

Cada bananeira de corda, ou sua touceira, dura 10 a 12 annos em exploração contínua.

Para obter-se fibra de superior qualidade, que se vende sempre por preço mais vantajoso, convém escolher as *camadas* do que devem ser extraídas as mais delicadas, que são pelas a enxugar à sombra durante um dia e depois separadas ou divididas em fitas mais ou menos largas. As fibras de segunda qualidade são obtidas do mesmo modo, mas provêm das camadas mais externas e centrais. As intermediárias são as que dão filamento mais delicado. As fibras são raspadas

sobre uma delicada taboa lisa por meio de uma faca de bambu, sendo depois massadas com um malho de madeira.

As fibras obtidas em toda a sua extensão são cortadas em duas ou tres partes e postas a fervor em uma quadrilonga de ferro contendo Hxlvla de soda e cal, depois do que são retilíneas para outra vasinha, alim de proceder-se à lavagem, em agua abundante, dos filamentos separarlos da massa bruta.

Esses filamentos são curtidos à sombra da relva e depois enfiados, imprensados e expostos à razão de 10 libras por tonelada.

As fibras das bananeiras de corda e de terra, segundo experiências feitas nas Indias pelo Dr. Forbes Royle, são mais resistentes e leves de que as do caubámo europeu, sendo as da bananeira de corda mais fortes do que as da bananeira da terra.

A cultura da bananeira de corda é facilíssima. Sua multiplicação por grãos é muito demorada; porém, sendo feita com os turões que brotam das cônchas, é não só mais fácil, como mais prompta e segura.

A plantação é feita em covas distanciadas de tres ou meia metros, tendo em cova 0^m,15 de profundidade ou largura. A melhor época de fazer-se o plantio é de setembro em diante, tendo sido as covas preparadas em julho ou agosto. Nos dous primeiros annos, até que as touceiras fiquem bastas e impeçam a vegetação do matto rasteiro, são indispensáveis repetidos amanhãos, sendo o produto das carriças lançado às touceiras à guisa de estrume. Qualquer terreno serve bem para esta cultura, que parece prosperar as terras altas ou enxutas. As touceiras de mais de tres annos de idade, quando são muito vigorosas, podem dar dous cortes no anno. As cônchas de madeira e a varredura dos torreiros imprimem grande vigor às bananeras de qualquer espécie.

LINHO AFRICANO

Com os nomes de Sansevieria, murga, rabo de tigre, língua de vaca, cascavol, etc., são conhecidas diversas espécies do san-

vira, tais como a *seylanica*, *Guineensis latifolia*, Angolensis, etc., Iliaceas africanas e asiáticas, algumas das quais crescem nos nossos jardins como plantas de ornamento e no estado selvagem principalmente as espécies *guineensis* e *taniginosa*.

São bem conhecidas, entre nós, essas plantas de cujos rhizomas, quasi sempre à flor da terra, emergem folhas verdes, sarapintadas em largos zigzags de uma espécie de substância peleca mais ou menos acinzentada, quasi cylindricas na base, carnosas, convexas na límina inferior pontudas e largas no vértice, variando-se o comprimento de 0^m.70 a 1^m.50.

As internas são canaliculadas, mas carnosas e sempre mais longas do que as exteriores, que são mais ricas de tecido fibroso. Do centro das folhas emerge, em abril, em S. Paulo, um longo eixo em volta do qual na cor flores brancas ou avermelhadas, conforme a espécie, e aromáticas, ás quais sucedem fructos bacciformes e vermelhos quando maduros.

Esta planta vive perfeitamente bem nas terras arenosas frescas, onde sua multiplicação faz-se por si mesma, mediante os rhizomas, que crescem em todas as direções produzindo novos vegetais.

Nos lugares sombrios as folhas são mais carnosas do que nos terrenos solaneiros, onde é maior o rendimento em matéria fibrosa, que é ali mais grosseira.

Sua plantação faz-se bem em qualquer época do ano, dentro de regos rasos e paralelos, distanciados de 1^m.25, deixando os rhizomas separados entre si de 0^m.80. A colheita começa a ser feita do segundo ano em diante cortando-se as folhas rente às raízes.

Esta planta não exige mais de duas limpas no primeiro ano, e dispensa qualquer amanhão nos anos seguintes: durando cada plantação indefidamente e produzindo sempre cortes abundantes, mormente quando não adubadas as toceras com cinzas ou corteço velho de galho.

6506 — 31

O meio mais fácil de adubar esta planta é aplicar-lhe a materna fertilizante num mal em regos minúsculos por meio de bombas portáteis, assentes sobre o carro que conduz o tremel cheio do líquido fertilizante.

As estreumações azotadas muito fortes promovem uma ilharga muito abundante; porém as fibras extrahidas das folhas são pouco tenazes e estas amadurecem mais tarde.

A colheita é feita na época da florção, o que surjam os eixos florais, sendo poupadadas as folhas carnosas do centro.

Há diversos meios de extrair-se a fibra da Sisalveria. Os principais são os seguintes:

As folhas cortadas e enxofradas são postas de maceração em água para apodrecer até certo limite o abundante tecido celular, sendo obtidos os filamentos por simples raspalha com uma faca de bambu, ou *raspilha*.

Outro processo consiste em raspar as folhas trincas com a *raspilha*, presas por uma extremidade a uma taboa bem lisa e fielhada, sendo os filamentos ligavelmente levados em água de sabão e postos a oxugar à sombra.

Este processo é moroso, mas dá fibras mais resistentes, posto que não sejam tão alvas como as do primeiro.

Da fibra bruta assim obtida consegue-se, por meio de um trabalho ministrado pacientemente, separar filamentos longos, alvos, lisos e brilhantes, que se aplicam a tecidos menos grossos. Ordinariamente, cada 1.000 kilos de folhas, colhidas em ponto de sazão, obtém-se 40 de fibras brutas, próprias para cordas e tecidos grosseiros. O rendimento, porém, torna-se muito maior por área dada, visto como do quinto para o sexto ano em diante pôde-se realizar, em 12 meses, dois cortes de folhas, sobretudo se a espécie cultivada for a S. Zeylanica, que é também a mais apreciada nas Indias, sendo explorada principalmente em Ceylão. Segundo o Dr. Roxburg, o prodotto de dois cortes anuais d1, por hectare, 1600 kilogrammas de fibra.

mentos, que elle, segundo experienças, reconhece mais fortes no ar e menos corrutivos n'água do que o canhamo da Russia. Entretanto, as cordas feitas com as fibras do gansivera são um pouco mais fracas do que as de piteira.

As folhas das plantas cultivadas dão filamentos mais resistentes do que as selvagens e as que se desenvolvem na sombra.

As fibras, vistas ao microscópio, são lisas, lisas, de paredes finas e grossura regular em toda a sua extensão, sendo, porém, os fios filamentosos mais grossos e mais longos na espécie *tatifolia*.

As folhas da espécie *Zeylanica* são muito carnosas e constituídas de abundante parenchyma arredondado, através do qual se acham numerosos fios ou grupos de fibras de todas as dimensões. Os fios fibro-vasculares, que são os mais grossos, têm uma forma mais ou menos oval, sendo as fibras de secção polygonal.

Há mais de um apparelho para extrair-las; porém todos consistem em dois cilindros de madeira superpostos, através dos quais passam as folhas, que assim são esmagadas e depois postas a macerar, para separar-se o parenchyma e recolher-se a fibra, que é tratada como ficou dito acima.

Segundo Semler, obtém-se de 40 folhas desta planta, 500 grammas de fibra, o que permite a obtenção de um grande rendimento por hectare. Quanto ao preço da fibra bonificada regula coreia de 70 a 75 centavos por 100 kilogrammas.

ALGODÃO

Chegamos, finalmente ao algodão, utilissima e bella malvacea originaria da America e da Asia, e vantajosamente representada no Brazil, onde todos os algodoeiros do mundo podem ser facilmente cultivados, e o valioso vegetal de alvos e setinosos filamentos recomenda-se, ao menos, por um valiosissimo tipo indígena ou sub-spontâneo, *Gossypium brasiliense*, que alguns autores

consideram como variedade do *G. barbadense* e outros do *G. acuminatum*, o que é um erro.

Aqueles que não admitem a espontaneidade do algodoeiro no Brazil, não podem, entretanto, negar o facto de o haverem os espanhóis, por ocasião da descoberta da America, encontrado já cultivado e utilizado pelos indígenas, facto categoricamente afirmado pelos historiadores da época. Seja, porém, como for todas as espécies e variedades conhecidas podem com vantagem maior ou menor, ser cultidas entre nós, o tanto basta para que possamos tirar do tão precioso vegetal, por uma cultura racional e melhor cuidada, produto que rivalise em todos os sentidos com o similar de todas as procedências que maior nomeada tem conquistado no mercado e na Indústria.

No entraremos em largas considerações acerca da discriminação das espécies e variedades hoje conhecidas. O problema é ardido e da solução difícil pela obscuridade e confusão que reinam entre os autores, cujas divergências não podem ser facilmente discriminadas hoje, entre outras razões, pelo facto de existirem diversas plantas, visivelmente diferentes entre si com os mesmos caracteres que Linneu atribuiu a espécies determinadas, que elle designou por nomes específicos, e ainda pela razão de se ter feito a introdução de grãos asiáticos na America e vice-versa, resultando daí o aparecimento, nas culturas dos dois continentes, de tipos novos, que para uns são espécies e para outros não passam de formas ou variações botânicas e verdadeiras variedades.

Enquanto alguns botânicos dão à America 10 espécies, outras a contemplam apenas com três, que são os *G. barbadense*, *reli-giosum* e *hirsutum*, e outros ainda não admitem mais de uma espécie, o *G. barbadense* — classificando todos os outros como simples variedades.

Limitar-nos-hemos, assim, a apontar sómente os que são cultivados entre nós e cuja exploração, dada, como é notorio, a excellencia das qualidades da matéria fla-

uentosa, só excedidos, talvez, pelo algodão da Georgia, merece ser feita do molo mais aperfeiçoado e económico do que ha sido até agora, para o efeito de podermos ganhar terreno na luta da concorrência com os productores estrangeiros, e, para, ao menos, podermos abastecer o mercado nacional, fornecendo à nossa industria matéria prima de primeira qualidade, abundante e, sobretudo, irrepreensivelmente bonificada.

Da perfeição e alargamento da cultura está dependendo o desenvolvimento progressivo da nossa industria de tecidos, de que até 1890 contavam-se apenas, em todo o paiz, 134 fabricas, existindo em 1899, na Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro, segundo um interessante trabalho do Ilustre capitão de mar e guerra José Carlos da Carvalho, 18 fabricas que funcionam com 280,066 fios e 9,900 teares, produzindo 119,310,000 de metros; sendo o valor da produção anual de tecidos nestas fabricas computado em cerca de 80,000,000\$ e a produção diária de 500,000 metros de tecidos.

Os algodões cultivados em Pernambuco, Maranhão, no Ceará, na Bahia, em Alagoas e na Paraíba pertencem às espécies *G. acuminatum* ou *peruvianum* e *Barbadense*; os de São Paulo às espécies *G. herbaceum* e *hirsutum*.

Como é sabido, os algodões dividem-se, na tecnologia comercial, em *fibra longa* e *fibra curta*.

Em geral, os algodões asiáticos tem grãos esverdeados, pouco numerosos, envolvidos em uma banagem muito adherente; e os americanos — grãos lisos, pretos, muito numerosos, cobertos de filamentos muito ávidos e flexíveis, tendo dado variedades precoceas e tardias, todos permanecendo nos climas quentes e ameaçados e branqueando nas regiões temperadas. As duas espécies principais das tipos do esteira e europeus) approximação, sem que estes parem, contudo, os principais caracteres distintivos da raça primitiva.

G. Barbadense dá fibra longa e o *G. hirsutum* — fibra curta ou grãos lisos ou pretos, quasi sempre pela degenerescencia da planta. O primeiro (*Sea Islands*) quando deixa o litoral e penetra nas terras interiores, modifica-se notavelmente e então produz plantas de grãos verdes. O *hirsutum* dá na Europa fibras longas, como o Lulsharia, que os tem compridos e sedosos em grãos de cor grisalha.

O algodão *parrêira* (Paraíba) ou baiano (Sul da Bahia) produz fibras muito aderentes aos grãos, que são cobertos e longas, brancas e nas vezes, amarelladas, conforme a variedade.

Como valor industrial figura em primeiro lugar o algodão de fibras longas tão largamente cultivado na Carolina do Sul e na Georgia; dependendo o maior valor do algodão, em geral, do comprimento da fibra, do seu diâmetro e do sua resistência, o para certo grau de fabricação da homogeneidade, som a qual elle não pôde satisfazer a exigencia de qualidades técnicas especiais, como, além daquelas, a aptidão para tomar uma cor uniforme, transformado em tecido de mistura com a seda. Quasi todos os algodões do Brasil são de seda longa, principalmente os do norte, que roubam boas condições técnicas e melhor seriam ainda se fossem objecto de uma cultura racional e mais esmerada.

Esta planta, por diversos títulos, preciosa e cultivada na América do Sul, até 30° de latitude austral na costa oriental e de 23° no occidental, vegetando admiravelmente tanto no litoral, como no interior, em todas as localidades onde reina, no verão uma temperatura média de 25° com uma mínima absoluta de 10° C. Ela resiste-se do calor excessivo nos lugares onde a temperatura é uniforme e crescente, não restando orvalho e não ha brisas frescas, como sucede no nosso litoral, especialmente nos Estados do Norte.

Também sofre muito o algodoeiro nas regiões onde rehauam chuvas pesadas, constan-

tes a prolongadas, que entreteem a terra sempre muito húmida, facilitam a vegetação daninha adventícia e por ella, concorrem para a apparição de pragas, como pulgões, lagartas, etc. Nas terras do *reconcavo*, onde as condições meteorológicas são um pouco diferentes, vegetam melhor os algodões da semente curta.

Aqui como ali, as chuvas moderadas são muito úteis no começo da vegetação, ordinariamente do mês de setembro em diante. As que aparecem na época da floração e dessemenada das capsulas são sempre prejudiciais.

As primeiras auxiliam a germinação e dão à plantas o primeiro impulso; as últimas, quando, moderadas, contribuem para uma floração abundante e, portanto, para uma produção maior da colheita de superior qualidade.

Todas as fases de vegetação do algodoeiro devem realizar-se no período de três a nove meses, no máximo, conforme a variedade e o clima que é um factor decisivo nesta cultura, dependendo das condições dele, diversas para cada localidade, o aperfeiçoamento do próprio algodão, cujas sementes, em uma cultura aperfeiçoada, devem ser submetidas a uma escolha prévia, rigorosa, porque, se não reunem boas condições, abastardam a planta e depreciam o produto em pouco tempo.

As primeiras capsulas, colhidas antes do aparecimento das geadas e da queda das chuvas pesadas repetidas, dão sempre melhor semente; mas o algodão só pode não reunir todas as condições textis.

Cada variedade, porém, intelligentemente cultivada com vistas da sua seleção rigorosa, só pode, no fim de alguns anos, melhorar consideravelmente e fornecer, portanto, excelente fibra longa, resistente e homogênea.

Um dos meios de aperfeiçoamento da cultura reside na seleção das sementes, trabalho que incumbe aos campos do experiente e demonstração antes que ao lavra-

dor. Esta seleção, porém, deve ser feita, a par das boas e rationais práticas da cultura, com vistas exclusivamente do modificar para melhor a própria natureza das fibras, que, nas plantas degeneradas, não são iguais em todas as capsulas e até em uma mesma capsula.

A sementaria faz-se em sulcos ou covas, à profundidade de 0^m,08 a 0^m,10 e distância de 0^m,4 a 2^m,50, conforme a variedade, germinando os grãos em dez a quinze dias.

Antecipa-se a germinação de uns quatro a cinco dias, inserindo os grãos em uma solução a 10 % de níquel sulfureto, que tem a vantagem de deitar toda a lâmina das sementes.

O grão, em número de três a seis para cada cova, também devem ser misturados com gesso ou cal antas do semeado, para evitar-se a multiplicação de insectos daninhos que nelles depositam os ovulos, como, por exemplo, o besouro das maças (*Athous minus grandis Boh.*), que é muito comum e perigoso nos países tropicais.

A primeira vista parece que o algodoeiro só deve ser cultivado em qualquer terra; mas, a experiência mostra que, entre nós as silico-argilosas, ou de salão, e as do alluvial, principalmente estas, quando são fundas e férteis, são as mais vantajosas.

As terras sem fundo, frias, excessivamente compactas, acidas e pobres de sais alcálcicos não são boas para os algodoeiros arboreos-contes.

Tem máxima importância o preparo da terra, porque o algodoeiro é uma planta exigente, de raízes longas e muito perseguida pelas lagartas, cujos ovos são depositados nas herbas daninhas e nas próprias folhas caídas do algodoeiro, que elas devoram às vezes de um modo desastroso, como os cracadores (*Aletia argillacea Hubner*), em S. Paulo, Minas, etc.

A primeira laboura deve ser bem funda e a segunda cruzada, sendo indispensável o emprego da grade e até do rollo para esborrar bem os prismas levantados pela char-

rum, especialmente nas terras um tanto argilosas.

Como a plantação faz-se do 15 de setembro em diante, as labouras prévias devem ser executadas em julho ou, o mais tardar, em agosto. A terra lavrada deverá ser separada por caminhos de 1m,50 em volta das diversas parcelas ou tabuleiros, para facilitar a passagem do pessoal e dos veículos utilizados na estrumação, colheita, etc., e impedir a invasão geral pelas lagartas, que não atravessam os caminhos, quando elas acham-se sempre limpos, como deve ser, o ainda que o algodão, no penúltimo período do vegetação, esteja um pouco sujo.

Tanto as covas como os sulcos devem ser abertos nas linhas previamente indicadas por um riscador mecânico, convindo que a plantação seja feita em ordem e a igual distância para que a vegetação possa ser uniformemente bonefleckada por todos os agentes naturaes, que lhe são muito benfícios.

As distâncias são marcadas, segundo as exigências da variedade a cultivar.

As cinzas de madeira são um prodigioso adubo para o algodoeiro, assim como os resíduos dos seus próprios caroços, hastes e galhos, e o esterco de gado bovino, para as terras enxutas; servindo melhor o dos carneiros e inames para os que se conservam habitualmente humidos, por força de sua natureza ou situação.

As terras fracas exigem por alqueire, pelo menos, 150,000 kilogrammas de esterco animal. As variedades que percorrem o ciclo vegetativo em poucos meses, como os arborescentes praecees, exigem adubos de ação prompta, não lhes convindo aquelles em que há excesso de azoto ou que são aplicados em uni grande quantidade; porque as plantas ramificam-se de mais, adoecem, há excessiva produção de folhas, as maçãs não se abrem todas e iningua, por fim, a produção.

Os amanhos devem começar logo que os algodoeiros apresentem as primeiras folhas, segundo a espécie e todas as vezes que o solo estiver sujo ou começar a erver.

Muito pouco, quasi nada, há esperar do algodão que não são muito bem tratados.

O matto, os parasitas cryptogâmicos e as lagartas da raiz da haste (*Apato manichus*), das folhas e das maçãs (*Heliothis armigera*, Hübner e outras), e as saúvas aniquilam em pouco tempo as esperanças e os primeiros trabalhos do cultivador.

A incisão dos olhos terminais, é às vezes necessária para obrigar as plantas menos ramificadas a uma fructificação mais copiosa; um sonho, na maioria dos casos, indispensável tal prática.

As irrigações, quando possíveis, são indispensáveis nos lugares onde frequentemente rolam secas; e som elles a cultura, ali, seria impossível, conservando-se as plantas contrafeitas, desnidradas e entangoidas.

O tratamento dos algodoeiros contra as lagartas que lhes devoram as folhas, ou lhes falam as maçãs deve ser prévio e feito por meio de pulverizações, como o da Vormorel, que custa entre nós 70\$ o ó da uma manipulação simples.

Os arsenitos, principalmente o verdete, são empregados com vantagem, mesmo em pó misturado com cal ou farinha de trigo, contanto que a operação seja feita antes de aparecerem os insectos. Sua aplicação em suspensão n'água só dá bom resultado como processo preventivo. A colheita, qualquer que seja a variedade, deve começar em dia de sol, depois que este dissipou todo o orvalho do algodão, e logo que as capsulas estão completamente expandidas, recolhendo-se o algodão em sacos ou jácas para não sujar se de terra ou não apalar fragmentos do folhas secas. O nosso algodão, em geral, poeça pelas impurezas que contém.

O produto da colheita deve ser exposto ao sol no terreiro para secar bem, estando prompto para ser recolhido a armazém acoitado quando os grãos estalam nos dentes do operário, que pôde colher por dia numa menor de 30 a 40 kilos, sendo um pouco difícil.

A colheita é repetida de seis em seis dias,

ou toda vez que ha boa porção de algodão a apañhar.

Os algodoeiros do tipo *herbaceo* produzem, entre nós, pela cultura usual, mais de 200 arrobas de algodão por alqueire e os tipos *arboreo* põem mais de metade; sendo certo quo, por nma cultura mais racional ou económica, maior será a produção por alqueire.

O algodão *herbaceo* é colhido com menos despeza do que o arboreo pela facilidade e presteza com quo se faz a separação dos capulhos, serviço em que podem ser empregados meninos, que vencem um jornal mais moderado, como convém ao productor.

A exiguidade do espaço não nos deixa ir muito além das considerações quo ali deixamos sobre ramo de cultura tão importante e quo, actualmente, tanto morcego ser desenvolvida entre nós. Entretanto, ajuntaremos ainda algumas rápidas observações.

Tratando-se do aperfeiçoamento da cultura do algodoeiro e dos meios de desenvolvê-la, torna-se necessário o melhoramento do proprio algodão quo é um producto de fácil degeneração.

A selecção de quo fallamos no principio, consiste, pelo modo como a comprehendemos, em cultivarmos as espécies ou variedades actualmente mais reputadas em cada localidade e, por isso mesmo, mais vantajosamente cotadas no mercado, procurando attentamente em cada planta as capsulas quo oferecem os melhores filamentos. Os grãos quo dão o melhor algodão são os quo devemos tomar para semente. O cultivo das plantas procedentes de tais grãos feito nas mais favoráveis condições possíveis, tomaremos das capsulas maiores e melhor conformadas os grãos quo estão cobertos de fibras mais delicadas, os quaos servirão ainda para nova sementeira.

Repetindo domesmo modo e com as mesmas vistas o processo, durante alguns annos, chegaremos por fin a obtenção de um producto quo, por suas excepcionaes qualidades — fibras longas, alvas, brillantes, resistentes e

homogeneas — terá merecido preferencia em todos os mercados para onde quer quo o mandemos, do par com unha cotação satisfactoria e suficiente para assignalar a bondade no genero, e estimular os productores. Não vemos outro meio tão efficiente para a consecução do resultado quo collinhamos, isto é, o aperfeiçoamento do producto. O mais depende da boa vontade e intelligencia do cultivador e da perfeição dos processos culturais, de quo demos acima rapida noção. Escolha de sementes são das melhores variedades, tratamento prévio das sementes como melo de impedir a propagação dos terríveis inimigos do algodoeiro, plantação methodica em solo adaptado ás exigencias particulares do cada variedade e na distância e época que lho convem, por melo do apparellhos expellitos, e colheita bem feita, tratamento accioado o completo do producto, enfileiração e acondicionamento esmerados do algodão, taes são as medidas quo convém adoptar, para o aperfeiçoamento e a precisa animação ao cultivo da malvacea de quo nos ocupamos. Até aquí a questão cultural, ha, porém, outra, de carácter económico, a qual depende de innumeros factores e diversas circumstâncias, cujo estudo profundo pede demorado exame e consequente desenvolvimento, quo não cabem, evidentemente, na limitada extensão deste trabalho, por esta e outras razões obvias, resumido e imperfeito.

Enunciaremos, todavia, alguns pontos capitais da mesma e momentosa questão, e taes são:

Reduçção do custo de produção para se poder identificar o producto nacional com o da Norte-America, quo regula o curso do mercado universal, no caso de uma exploração verdadeiramente industrial.

Produção de genero quo, por suas qualidades naturaes ou adquiridas prestos e também a uma utilisação industrial, pelo menos de flos em numero inferior do 40 a 60, como sucede com o do Egypto, quo quasi rivalisa com o da Georgia, escolhido para produzir

flo acha de numero 120, correspondendo assim, com apreciável vantagem económica, a superiores exigencias technicas da fabricação de productos aperfeiçoados da industria actual.

E, finalmente, a questão do modo e onsto do transporlo da mercadoria, do acordo com as exigencias da exploração, guardada a preceia subordinação ás circumstancias particulares do cultivador.

Com a acertada propaganda que ora se levanta e que ja vai produzindo alguns fructos, no que concerne ao ambicionado régimen da polycultura, que é, certamente, a mais poderosa alavanca da prosperidade agricola nacional, o que se faz mister é que, entre nós, onde os progressos agrícolas são tão morosos não deixem de perseverar com emorga, não só aqueles que propugnam a causa da prosperidade da fortuna agricola pelas variadas e multiplicadas produções naturaes, senão principalmente os que, dominados de um longavol sentimento de patriotismo quo bem se unisa com uma feliz intulção das nossas necessidades, acham-se actualmente empenhados em ramo de produção tão remunerador quanto indispensável á expansão da nossa industria de tecidos.

PARECER

Encarregado de dar parecer sobre o trabalho do Exm. Sr. Dr. Gustavo d'Utra, venho fazel-o só em cumprimento do processo regimental do Congresso, pois quo o nome do Ilustrado autor, mui digno director do Instituto Agronomico de Campinas, é por demais conhecido como uma das notabilidades em sciencias agronomicas, quo ontre nós maior numero de excellentes trabalhos tem escripto sobre Agricultura theorica e practica, trabalho, enja lectura estou ha mais de vinte annos acostumado a apreciar.

A melhores mãos não podia a Sociedade Nacional de Agricultura commetter o tra-

balho de escrever sobre cultura do plantas textilis.

Na apreciação do trabalho do autor, quo devia ser confiada a pessoa mais competente, o abaixo assinado nada tem a declarar, pois todos os conceitos nello exarados são o fruto do vasto cabedal scientifice e conhecimentos praticos quo posse o illustrado autor, quer relativamente ás plantas exoticas, ponce cultivadas entre nós, mas das quaes tem completo conhecimento pela variada lectura, quer tambem daquellas já cultivadas em larga e cala o das quaes o autor falla com experencia propria, resultado de acradas observações de longos annos.

Son, portanto, de paroer quo o Congresso de Agricultura, attendendo à grande Importancia da bem elaborada Monographia sobre cultura de plantas textilis do Sr. Dr. Gustavo d'Utra, incansável batallador na propaganda dos conhecimentos agricolos, o na qual o autor tratá magistralmente não só do cultivo como da extracção das fibras do linho, do canhamo, da juta, da ramie, da piteira, do linho da Zelandia, do ananaz, da banana-textil, do linho africano, e finalmente, com muito mais desenvolvimento, do algodoeiro, dê a este trabalho a maior vulgarização, distribuindo-o largamente entre os leitores, que muito lucrarão com a sua leitura.

S. S., 27 do setembro do 1911.

Dr. P. Aristides Caire.

Franisco Maria Soárez Pereira P.

Dr. Wenceslito A. L. de Oliveira Bello.

Eduardo Augusto de Caldas Braga.

Joaquim Pessoa Guerra.

E. Jacy Monteiro.

MONOGRAPHIA — Cultura dos Tuberculos

Dir. Ph. Augusto da Cunha

Attendendo ao convite feito pela Diretoria do Congresso Agricola, aceitei do bom grado o theme que me foi indicado — *Cultura dos tuberculos*, entendendo á sua alta Importância, no subilo valor tanto para a subsistência do homem como dos outros animaes.

Os tuberculos, tuberas, ralzes tuberosas, contribuem inquestionavelmente de modo notável para a alimentação animal e acredito mesmo que regula concorrerem, simão em igual quantidadão, pouco inferior á fornecida pelas gramineas e leguminosas.

É sabido que, na Europa, por mais de uma vez, a batata Inglesa, só por si, livrou da fome populações inteiras, em época de escassez de cereaos.

Entre nós as diferentes raizes tuberosas, como em toda a parte, constituem um auxilio essencialissimo á alimentação, principalmente das classes menos favorecidas da fortuna, atendendo so a que as diversas plantas que as fornecem pertencem á diferentes famílias botânicas, variáveis quanto ao modo, épocas de vegetação, etc., sendo que algumas têm a propriedade de se conservarem por longo tempo sob a terra, servindo de pão natural, de reserva a ser utilisada à medida das necessidades, como sucede com alguma das variedades de mandioca, inhames, etc.

Antes de encetarmos o estudo especial da batata Inglesa e da mandioca, faremos uma sucinta descripção da outras raizes tuberosas, aliás de grande valor nutritivo, tais como a nossa batata doce, o cará ou inhame da Costa, o inhame da terra ou taro, a tayoba, o mangarito, o topinambour, a ararita, o jacatnpuá, o alliú, o xuxiú, etc., deixando de parte todos os demais tuberculos usados no velho continente, como a beterraba, o nabo, a conoura, o turnepo, a rutabaga, etc., por de mais conhecidas, e cuja cultura é profumente tratada por muitos autores.

CAPITULO I

DA BATATA DOCE

Coco d'ulis edulis — Batata éulis (Chois) — É uma planta da família das convolvulaceas, propria das regiões tropicaes, o quo se acha espalhada por quasi todo o Universo, menos nas regiões muito frias, porquanto tem as geadas.

É uma planta muito conhecida, de haste loteira, rasteira, quo se estende até uns ou tres metros, emitindo ralzes no ponto opposto á inserção das folhas, quando em contacto com o solo. As folhas são lisas, de forma e dimensões diversas, conforme a variedade; a flor é campanulada, de cor mals ou monos branca arroxeadas no limbo, sendo mais carregada na porção interna do tubo da corolla; a ralz tuberosa varia de forma, cor e tamanho também conforme a especie, crescendo as vezes em terrenos bons até 0,30 o mais do comprimento e 0,10 a 0,20 do diâmetro.

Planta cultivada ha tantos annos, não é de admirar que haja grande numero de variedades, que são mencionadas nos diferentes tratados; mas aqui apenas trataremos daquellas quo sabemos serem cultivadas entre nós, as quaes podem ser reduzidas aos seguintes tipos, segundo a cor quo apresentam: roxa, vermelha, amarella e branca, quo geralmente se differenceiam bem pelas folhas e raios, cuja cor e forma variam.

A batata roxa desenvolve-se bem, chegando ao tamanho de 0^m.10; a sua pele é clara, a massa de cor mals ou monos violacea, ilhecando depois de cozida completamente roxa. Tem excellente gosto; é uma das mais apropriadas para doce, que é muito delicado. Não é de grande rendimento.

A batata vermelha, também chamada reia de caboclo, coração magoad — tem a massa branca avermelhada, com listras ou veias rosas, coberta de uma pellicula parda, rosada; é uma das mais communs e considerada brasileira. Tem a massa muito consistente e enxuta.

A batata amarela tem mesmo essa cor, pôde adquirir grande volume e tem a grande vantagem de se conservar sob a terra, do um anno para outro sem deteriorar. É mais doce do que a seguinte.

A batata doce branca — batata de Demerara b, de tres meses — de Angola, tem as folhas grandes, cordiformes, roxas enquanto novas e depois verde escureas.

Nem sempre é tão bon para se comer como as outras; porém é muito precoce, dã até de tres meses quando plantada em época apropriada; produz abundantemente e os tuberculos são muito grandes, às vezes de 0,º15 a 0,º20 de diâmetro ou mais; tem a forma mais ou menos arredondada, às vezes oblonga.

E' hejo a preferida, a mais cultivada pelos lavradores, que a aceitam como uma das melhores, destinando-a também à alimentação dos animais, principalmente dos suínos, sendo um grande recurso, pelo que todo lavrador deve plantar dessa variedade em grande quantidade.

A batata de cinco pontas, assim chamada pela divisão das folhas, é de cor branca, amarellada, de forma alongada, dando em penas de 4 a 5 batatas; é muito produtiva e bem boa para a meia.

A cultura da batata doce é facilhima; vegeta bem em qualquer terreno, preferindo o liso, liso, mais ou menos arenoso, antes plano do que montanhoso.

Pôde-se plantar em círculos equidistantes de 0,º50 a 0,º60 para cada lado, ou em montículos de terra de um metro de base por 0,º50 de altura, no cimo do qual se enterram tres pedaços de rama, ou melhor, tendo sido a terra bem lavrada, formar-se uma linha de terra amontoada com a enxada ou com o arado amontonar próprio e sobre a parte elevada fazer-se a plantação.

Esta pôde ser feita com os tuberculos, mas é preferível, o é como geralmente se usa, com pedaços de rama de 0,º20 de comprimento mais ou menos. Havendo grande abundância de rama alguns cultivadores preferem fazer minas rodilhas, que enterram,

dizendo aumentar assim a produção do tuberculos.

Outros cortam a ponta da batata, enterram-na e quando vem a brotação separam os brotos, que são plantados nos competentes lugares definitivos. Plantase em qualquer época do anno, sendo a preferivel de julho a dezembro o desto intervallo, como mais favorável, o fim de agosto ou principio de setembro, sendo certo que a plantação nessa ultima época é de desenvolvimento muito mais rapido. No fim do um mes mais ao menos, quando começam a brotar as folhas novas, devo se dar a primeira capina, quando repetida mais tarde conforme lhe necessitar para mantê-las no limpo até que as suas ramas cubram todo o terreno impedindo assim o desenvolvimento de herbas ruins.

Depois da ilorseor, quando as folhas chegam a amarellar, e mesmo a cair, é chegada a occasião da principal colheita.

Algumas variedades levam tres a quatro meses para amadurecerem, outras, porém, levam muito mais, geralmente seis a oito meses para chegarem ao estado de serem colhidas. A batata rexia leva pelo idenos novo meses. A batata branca pôde ficar na terra de um para outro anno sem apodrecer.

A colheita é feita à enxada, seelho ou cavardeira quando a plantação é em terreno não bem preparado; mas quando a cultura tiver sido feita em terra lavrada, melhor será empregar o arrancador próprio da batatas que facilita muito o serviço.

A observação tem demonstrado que a qualidado do terreno, seu estado de humidade ou secura, a qualidado ou quantidado de estrume, podem influir de modo notável sobre o sabor da batata doce; assim muita chuva a torna *aguada*, sem sabor; muito frio a torna peg. josa; muito estrume, dã-lhe mau gosto; portanto, convém ser elle usado com circunspeção e pareimola, do contrario será melhor não empregal-o, mesmo porque a batata doce não é lá muito exigente.

A batata veia de caboclo ou coração magoado devo ser secca ao sol por alguns dias para melhor se conservar e tornar-se mais saborosa.

A batata roxa cortada em rodelas ou fatias, secca ao forno pôlo tambem conservar-se por longo tempo.

A produçao varia muito, conforme a especie, a qualidade e preparo do terreno, sendo de todas a mais produtiva a do Demerara, que regula dar de trinta a quaranta mil kilos por hectare.

A analyse chimica demonstrou a existencia de amido (amyo) na batata doco entre 7 a 17 %, — matoria saccharina, do 1,45 a 3,30 %, dextrina de 3 a 5 %, conforme a idade, terreno e variedade.

Pela composição chimica sabe-se que a batata doco branca é a mais propria para o fabrico de polvilho, quo pôde substituir o da mandioica e tambem do ur liquido fermentado usado pelos Indigenas.

A batata roxa é a mais rica em substancias saccharinas e azotadas, a mais pobre em amido, portanto a mais propria para a meza e para doco especial, por seu sabor.

E' tambem mais nutritiva.

Entre nós, não ha quem ignore os usos culinarios das batatas doces, quo são utilissimas tanto assadas, cosidas, fritas, como servom para confecção de varios doces de calda, em massa mais ou menos nuelle, ou secca, etc.

As pontas das ramas com as folhas novas servem de legume cosido ou como caruru e por muitos apreciado. O seu cozimento (decocto) é de uso popular como collutorio ou gargarejo nas inflamações das gengivas.

Tanto os tuberosos como as ramas e folhas são excellentes forragens para os animaes e do grande valor nutritivo; são usados crus ou cozidos com um pouco de sal.

Nas analyses de forragens feitas no Instituto Agronomico de Campinas a batata branca deu o seguinte resultado:

Em 100 partes de substancias secas, contém :

	TOTAL		
	Proteína	Graxa	Materia livre de azoto
Tuberculos	6,23	1,42	87,50
Folhagem	22,26	7,61	45,69

	DIGESTIVEL		
Tuberenos	3,81	0,31	59,00
Folhagem	15,58	1,67	25,51

Relação das materias alimenticias ou coeficiente de digestibilidade.

Tuberculos	I:	15,7
Folhagem	I:	2,2

Donde se conclui quo a folhagem da batata é uma forragem muito nutritiva, superior à quanto capim ha.

CAPITULO II

DO CARÁ OU INHAME (DIOSCOREA)

Do antemão devo fazer notar ao leitor quo existe uma grando confusão a respeito do vocabulo *inhame*. Na maior parte dos paizes o creio que, mesmo no norte do Brazil, empregam o nome *inhame* referindo-se a varias espécies de plantas da familia das Dioscoreaceas, a que pertencem aquellas, a quo em muitos logares do Brazil, principalmente no Sul, são conhecidas pelo nome generico de *Cardi* reservando o nome de *inhame* ás plantas da familia das Araceas ou Aroideas do genero *Arium* ou *Colocasia* e a quo no estrangeiro denominan *taro* ou *talo*.

Com quanto não tenhamos a pretenção de reformar a nomenclatura, desejaríamos que se pudesse uniformisal-a de modo a facilitar a compreensão, tanto mais que o aspecto de uma é inteiramente diversa da outra. Parece-me quo será muito dilleil Ineutir no espirito dos nossos conterraneos o chamar-se os nossos carás de *inhames*, visto como é muito geralmente ou exclusivamente conhecido este ultimo, como sendo a planta não trepadeira, de folhas grandes.

Assim, pois, darei noticia em primeiro lugar das principaes *dioscoreas*, Inhamos estrangeiros, alguns já bem espalhados entre nós, e depois das *dioscoreas* brasileiras, conhecidas pelo nome de *Cará*, e para evitár mais confusão não empregarei mesmo a palavra Inhamo e sim, a não ser o do cará, usarei o nome científico *dioscorea*, gênero a que todos os carás pertencem.

As *dioscoreas* são plantas próprias dos países quentes, onde são cultivadas por causa de suas raízes tuberosas, que são mais nutritivas do que a batata ingleza, fornecendo abundante e excellente alimento aos habitantes das regiões tropicais. A maior parte é originária da Ásia, algumas da África e outras da América.

Os caracteres gerais das *dioscoreas*, consistem em serem plantas tropadeiras, de caules volvíveis mais ou menos longas, tendo raízes tuberosas de forma e tamanho variáveis desde alguns centímetros até um metro e mais, com peso de grammos até 18 ou 20 kiles e mesmo mais.

Vejamos as principaes variedades exóticas, algumas já aclimadas entre nós.

A *Dioscorea alata* — Linn, inhamo ou cará branco, originária da Ásia e Oceania, já muito cultivada na África e América.

O caule é longo, quadrado, inerme, alado, isto é, guarnecido nos ângulos de uma espécie de membrana, crespa como uma renda um tanto avermelhada; as folhas são largas, cordiformes, as flores são pequenas, amarronzadas, grupadas em cachos axillares.

Dá grandes tubérculos, longos de 0^m 60 a 1^m 30 e pesam geralmente de 4 a 5 kilos.

Levam sete meses a crescer e se deixar-se por mais tempo na terra chegam a pesar 10 kilos. Na quem diga que em circunstâncias especiais esta variedade só dar tubérculos de 2^m 20 com o peso phenomenal de 100 kilos !

E' branco, avermelhado no interior, muito selenito e nutritivo; um tanto aere quando crua, porém assucarado e agradável ao paladar quando cozido, é de fácil digestão.

A *Dioscorea globosa*, originária da Índia diferenciando da *Dioscorea alata*, por ter o tubérculo arredondado, com longos caules volvíveis, tendo suas aças membranosas longitudinalmente, garnecidas de nódulos ou falsos esplubos na parte inferior; as espigas de flores masculinas são longas e pendentes, ao passo que as femininas são simples e eretas — são aromáticas.

A *Dioscorea Japonica*. Inhamo do Japão, é cultivado em grande escala naquele país e na China, e já se acha espalhada em França na Algeria e muitos outros lugares.

Tem os caules delgados, lisos com entroncamentos ligados, folhas muito mais longas do que largas e ponteadas de pardo na parte inferior. É muito productiva; em Lendas obtém-se até 60.000 kilos por hectare; porém, para isso exige terreno muito profundo e três anos para o tubérculo chegar a seu completo desenvolvimento, de comprimento descomunal, que dificulta o seu arranqueamento, tendo grossura proporcional,

Há uma outra *Dioscorea* do Japão, que foi introduzida entre nós pelo Conde de Nova Friburgo — é o cará amarelo; as suas tuberas são arredondadas, achatadas dos lados, de massa amarela clara e muellaginosa. É usado cozida como alimento, perdendo pelo calor a suculenta e coloração amarela.

A *Dioscorea batata* — Den, Inhamo da China; é diferente do Japão por ter caule e pentes ramos arredondados, inermes, estriados com entroncamentos de tamanho variado, manchados de roxo; por suas folhas tanto ou mais largas do que longas, pontudas, porém, não acuminadas, flores masculinas em espigas axillares.

Os tubérculos desta variedade tem forma muito diferente; assemelha-se a uma clava ou massa alongada, cuja parte entumecida é a inferior, sendo a superior adelgizada; numerosas raízes nini delgadas e obrem-n-o quasi todo.

O tamanho varia de 0^m, 30 a 0^m, 35; os tubérculos crescem verticalmente no solo, chegando a grande profundidade (mais de

metro), si encontrar terreno fróxio, o com peso de muitos kilos.

Os tuberculos são cobertos de uma pellicula parda; dentro, a massa é alva, tenra, quebradiça, e quando se corta deixa correr um líquido leitoso, viscoso, que desaparece pela coção.

Depois do cozido reduz-se completamente a uma polpa fofinha; presta-se a todos os preparados culinários como os demás.

Esta variedade foi introduzida em França em 1851 e do jardim das plantas foi propagada a sua cultura na Argélia, onde Mr. Hardy obteve de 31 a 35.000 kilos por hectare e Decalso 60.000 k. Temos desta variedade no paiz.

A sua cultura é facil; não sendo possível a lavra bem profunda, fazem-se de longe em longo covas bem fundas, que se enchem de terra vegetal até exceder mesmo o nível do solo, e sobre esse montículo planta-se pendão de tuberculos.

A *dioscorea sativa* — Linn., chamado inhame preto, creonho, ordinário, é originario de Java e das Ilhas Philippinas. O caule de 4 a 6 metros de comprimento é retondo, espumoso em baixo e liso em cima; suas folhas cordiformes e alternas; os tuberculos crescem bem, chegando a pesar 4 a 5 kilos; tem a massa branca ou amarellada.

A *dioscorea aculeata* — Linn., Inhame da Costa ou Card de Chinch, é cultivada nas Antilhas, na India, Oceania e já se acha muito aclimada entre nós. Caule redondo, espinhoso e muito ramificado. As raízes, tuberosas, muito grandes, mais ou menos arredondadas, de 0^m, 60 a um metro de comprimento de 0^m, 15 a 0^m, 20 de diâmetro, pesando de 7 a 9 kilos e às vezes mesmo 14 kilos. A massa é branca amarellada e de tangerina. É usada como alimento, contém muito amido (vid. analyse).

A *dioscorea triphylla* — Linn., chamada Coursconshi na Jamaica — inhame da India.

O caule é ovoido, as folhas opostas e triblobadas; os tuberculos ovoides, tem 0^m, 22 de comprimento e 0^m, 07 de diâmetro. Passa

por ser o menor e o mais delicado de todos os inhames *dioscoreas*.

E' muito produtiva, dando até doze tuberculos, mas duas variedades, a branca e a vermelha. Já temos dessa variedade no paiz.

A *dioscorea atropurpurea* — Roxb., oriunda da Ilha da România, é chamada entre nós *Card mandioca*, pela semelhança que tem com essa raiz, sendo porém coberta de raízes fibrosas muito compridas. A raiz tem 0^m, 30 de comprimento e 0^m, 03 a 0^m, 01 de diâmetro, coberta de uma pellicula roxa avermelhada e a parte carnosa branca com peso de 500 a 700 grammas.

A *dioscorea vulgaris* — Miq., Cará de Angola, ou Inhame de Coriolá, dos Africanos, é trepadeira com raiz de 0^m, 23 a 0^m, 50 de comprimento sobre 40 do diâmetro, lisa como mandioca com pellicula fina, pardacenta.

A parte carnosa ou massa é amarela, compacta, muito mucilaginosa, ficando depois de cozida, branca e firmeza. E' a mais rica em amido, tem 23,87%. E' um bom alimento, devendo ser cultivada em grande escala.

Há ainda muitas outras variedades de *dioscoreas*, pouco conhecidas, mas quasi todas boas, prestando-se à alimentação.

A *dioscorea hastifolia*, a única e muito cultivada na Australia Occidental, muito robusta.

D. monilifera, do Tívolé, de bom sabor.

D. oppositifolia, L., da India e China.

D. pentaphylla, Indias. E' espinhosa.

D. purpurea, India, Bengala — E' considerada como uma das melhores.

Entre as variedades brasileiras, temos o *Caratinga* (*Dioscorea piperifolia*, Willdvar, *triangularis* em *D. sub-hastata* — Velloso).

E' encontrado em estado selvagem nas matas do Rio de Janeiro, sendo também cultivado.

Tem folhas cordiformes, acuminadas, de 0^m, 08 de largura e comprimento. A raiz é oval, de 0^m, 16 de comprimento por 0^m, 08 de largura, com excrencias tuberculosas, pesando mais ou menos 500 grammas; a parte carnosa é de cor branca, mucilaginosa.

E' usada como bom alimento, muito nutritivo.

Como tubérculo ralado, misturado com farinha de milho, fazem-se pães, chamados *broôs*, que depois de cozidas são bem agradáveis.

Cardimimosa ou Card doce — *Dioscorea brasiliensis* — Willvar — D. quinquelobata — Velloso — D. triloba Linn. E' natural dos Estados do Norte e cultivada em quasi toda a República.

E' planta trepadeira, de folhas cordiformes com 3 ou 5 lóboz. A raiz tuberosa é arredondada ou comprida, cheia de pequenos tubérculos, ponteio *barbado*, de casca membranosa aspera, parda e a parte carnosa de cor branca amarellada. A raiz cresce bastante, chegando algumas vezes a alcançar o peso de dous kilos. A raiz é utilizada cozida, servindo de bom alimento, muito nutritivo, rico em azoto.

Card barbado — *Dioscorea dodecaneura*, Voll. D. *hebantha*, Mart. Habita os terrenos secos dos Estados do Rio, Minas, Matto Grosso etc.

Caule anguloso, folhas cordiformes, grandes raiz tuberosa, de forma e tamanho variaveis, com ou sem pequenos tubérculos na superfície, que é coberta por uma pele parda cheia de radículas fibrosas, semelhantes a flos de cabellos, donde veio o seu nome; a massa é branca e secca.

A raiz pesa de 250 grammas a 1^o, 500. E' muita rica em amido. Vde a tabella.

E' um dos mais cultivados por causa de sua tubera que, cozida, é muito nutritiva e de sabor agradável; pôde ser conservada por muito tempo deixando se secar ao sol.

Card sapateiro ou sapato, card do ar, batata de rama, card de espinha, card moela, é a *Dioscorea bulbifera* — Linn. — Com quanto seja numa variedade da Índia, achasse tão vulgarizada entre nós que pôde ser considerada brasileira. De caule trepador, liso, arredondado, fino, extenso, tem suas folhas cordiformes aguçadas. A raiz variando de 9^m,05 a 9^m,10 de diâmetro, de forma oval, arredondada; de casca grossa pardu-

centa com pequenas tuberosidades e pequenas radículas, tem a massa carnosa, amarellada e muellaginosa. O peso varia de 200 grammas a dous kilos.

Dá também no sarmento, nas axilas das folhas uma *batata* aerea, arredondada ou oval, mais ou menos achata da um lado, coberta de uma pellicula cinzenta, lisa, lustrosa, e a massa carnosa amarellada.

O peso varia de 100 a 200 grammas.

Cultivam com muita facilidade.

A composição da batata do ar differe dos tubérculos subterrâneos, contendo aquella, além de tudo chlorophylla e um acido tanínico (veja o quadro das analyse do Dr. Peckolt).

As tuberas aereas ou cardas do ar são usadas cozidas de diversas maneras, sendo muito mais nutritivas do que as raízes tuberosas.

Segundo Peckolt as raízes no esfôrco crua, são empregadas nas afecções que oxigenam um diuretico energico e que não produzem irritação alguma. O suco é dado na dose de uma colher de sopa de 2 em 2 horas como diuretico e a matéria extractiva na dose de 0,1 (um decigrammo). Das tuberas raladas faz-se uma cataplasma para resolver furunculos.

Card roxo — *Dioscorea Guyanensis*-Gries.

Habita os Estados do Norte e Goyaz.

Já se cultiva bastante no Rio de Janeiro.

E' trepadeira, de folhas coracinas, cordiformes, trilobadas. — A raiz tuberosa tem uma conformação irregular, cheia de aufrações, altas e baixas, achata, arredondada tomando até formas exquisitas.

Tanto a pellicula como a massa são roxas. E' cultivada por causa da sua raiz, por alguns apreciada.

Card pé de anta ou Bravand — *Dioscorea aculeata*, Linn. (var. *Brasilensis* — Peckolt).

As raizes desta variedade brasileira tem de 0^m,30 a 0^m,40 de comprimento sobre 0^m,10 a 0^m,20 de diâmetro, são lisas e terminadas em balço por uma tuberosidade com a forma de um pé com dedos disformes,

dondo o seu nome. A parte carnosa é branca ou amarellada, contém muita mucilagem. É bem rica em amido. É bastante cultivada, e a raiz cozida constitui bom alimento.

Card liso — card sem barba — *Dioscorea piperifolia*, Wild-var. legitima — Grieseb.

Tem a raiz tuberosa, arredondada, cheia de tubérculos, com poucas raízes capillares, pesando às vezes 2 a 3 kilos; tem a massa branca, incolor, amigdalinosa. É bastante cultivada para alimentação pois contém bastante níquel, 18,21%.

Card côco — *Dioscorea hastata* — Vell. Habita o Rio do Janeiro e vizinhanças. Trepadeira herbácea, folhas cordiformes, raiz tuberosa grande, do tamanho do um côco da Balia, tem raízes finas, pele amarellada e massa esbranquiçada — Cultivada. A raiz é comestível.

Card branco — *Dioscorea Cliffortiana* — Linn. *Dioscorea heptaphylla* — Vell. Habita o Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas. Trepadeira do caule arredondado, liso; folhas lisas, cordiformes, com salinellas marginais; raiz tuberosa conica, pardacenta, com poucas raízes fibrosas, massa carnosa branca pesando 300 a 400 grammas. As raízes tuberosas, cozidas servem de alimento; contém bastante amido.

Card Inhame ou Tiaga — Inhame bravo — *Dioscorea adenocarpa*, Mart. *Dioscorea ovata*, Velloso — Habita os Estados de Minas, Alagoas e Goyaz. Trepadeira do caule liso, com folhas inteiras membranosas, cordiformes com a face superior de cor verde-esverdeada salpicada de pontos pretos sendo na parte inferior mais pallida. As flores pequenas, fruto capsular, oval, semestres pequenas, aliadas. A raiz tuberosa, grande, comprida ou arredondada, coberta de uma polícia amarellada com a parte carnosa de cor branca amigdalina. A tubera é usada cozida como alimento, mas se brotar de novo no mesmo lugar, sem haver sido transplantada, torna-se amarga; servindo então só para alimentar suínos.

Card do Pard — *Dioscorea cayennensis*, Lam.

Caule trepador muito liso, coberto de pequenos pontos semelhantes a espinhos; raiz tuberosa pequena e comprida como mandioca, pele esbranquiçada e massa branca. A raiz é alimentícia, farinacea, de sabor agradável.

Card tinga bravo — Dioscorea sinuata — Velloso. Habita o Rio de Janeiro. O Dr. Pockolt aconselha o cultivo desta, melhorando-a, attendendo a elevada proporção do azoto contido nas raízes tuberosas 1, 173 % o que seria um excelente alimento.

Habita ainda o *card de pele branca* — *Dioscorea conferta* de Velloso, muito comum e cultivado; o *card cascas*, *Dioscorea laxiflora* (Mart) de Alagoas, Ceará e Goyaz, o *cardambu* *Dioscorea trifoliata* (Komth) de Pernambuco e Alagoas, todos ellos produzindo raízes tuberosas comestíveis.

A cultura dos carás em geral é pouco exigente: gosta de terra de allevião; convém ser bem roçada e profundamente, e quando não possa ser feito em todo o terreno, pelo menos nos lotares em que tem de ser plantados convém fazer uma cava ou buraco profundo maior ou menor conforme a variedade fôr de tubérculos grandes ou pequenos. Sobre ella faz-se ainda uma elevação ou monticulo de terra, do 0^m, 70 a 0^m, 80 de base e 0^m, 50 a 0^m, 60, em sua parte mais alta, e ali se plantará o pedaço de card, sendo este melhor quando já tiver começado a gretar ou brotar.

Para a plantação é sabido que aproveitam-se as extremidades ou tubérculos pequenos que em occasião própria gretam com muita facilidade e que serão cortados em tantos pedaços quantos forem os gretos ou rebontos. Nas variedades de caule muito volvível e longo convém fixar estacas, que servirão de tinter para a planta se ourolar.

O rendimento varia conforme a qualidade, podendo ser de 5 a 10 kilos por metro quadrado. Reconhece-se que a planta chegou ao seu completo desenvolvimento quando as folhas começam a cair depois de terem amarollecido. A colheita que é feita ao cabo

de um ou dois annos, conforme a variedade, é facil para os carás de tuberculos pequenos, porém, para os monstruosos é bastante difícil, porque a raiz tuberosa penetra a uma grande profundidade, e sendo necessário arrancal a com todo o cuidado, de modo a não ferir-a, o que causaria a deterioração em pouco tempo, para isso fui convém ir cavando ao rodor e em occasião que a terra esteja algum tanto molhada.

Como vimos de ver ha uma grande variedade do *Dioscoreas* estranhas e nacionais (Carás) apresentando caracteres mais ou menos tictos, quer quanto à forma, tamanho e gosto dos tuberculos, como em seu aspecto exterior, caulo volumoso espinhoso, inerme, quadrado, redondo, etc. Entre nós as variedades mais communs cultivadas: são: o cará mimoso, o barbado, o liso, o sapateiro ou do ar, etc. mas todos elles em pequena escala nas lavouras e sómente quasi

para gasto da casa, sendo uma raridade encontrar-se em abundância no mercado e os poucos que aparecem por preço elevado. No entanto deveria ser cultivada em grande escala pela facilidade de cultura, principalmente em clima como o nosso, por ser muito productiva, nutritiva e agradável ao paladar, de qualquer modo que seja preparado: em sopa, cozido, etc.

O cará com farinha de trigo produz um pão muito agradável.

Tal é a sua importância em outros países, quo diz Raoul:

«O inhame (*Dioscorea*) forma a base da alimentação dos habitantes de varias ilhas do Pacifico, sua importância alimentar é tal quo nas Novas Hébridas o tempo é contado pela colheita do inhames (dioscoreas).

Na Nova Caledonia, em toda a parte se notam plantações do inhames.

Analyse de variedades de carás, feita pelo Dr. Theodore Peckolt

Em 100 partes de raízes tuberosas encontrou:

CARÁ (Variedades)	Cará-tigre	Cará-de-Angola	Cará-de-Brasil	Cará-de-Costa ou Guiné	Cará-barbado	Cará-liso (sem barba)	Cará-mani-locas	Cará-sapateiro (raiz tuberosa)	Cará-sapateiro (tubera aerea)	Cará-pe-de-anta	Cará-branco	Cará-tigre bravo	Cará-mimoso
Humidado	grs. 55,380	grs. 67,129	grs. 67,231	grs. 68,430	grs. 71,750	grs. 71,420	grs. 99,081	grs. 71,400	grs. 74,030	grs. 68,091	grs. 75,630	grs. 81,280	
Amido.	20,059	23,870	20,505	18,460	20,210	17,710	16,532	11,500	15,030	10,410	8,000	7,400	
Substs. saccharinas—Glycose	0,370	0,500	0,601	0,353	0,370	1,000	0,451	0,470	1,410	0,461	2,130	1,3 0	
Substancia gordurosa	0,020	0,110	0,034	0,200	0,100	0,030	0,104	0,230	0,010	0,032	0,470	0,100	
Idem albuminosa	2,470	1,030	1,876	1,010	1,900	2,870	0,830	0,530	1,080	2,160	1,760	0,820	
Urina, azotado—Cará glutina	1,409	0,320	0,210	0,395	0,370	0,911	0,525	2,394	0,056	1,002	0,578	0,401	
Dextrina, pectina, mucil., etc.	2,121	3,890	1,871	0,717	2,850	3,090	3,113	2,870	3,011	0,541	3,490	2,020	
Materia extractiva	0,810	—	—	3,180	—	0,430	1,442	—	—	2,810	—	1,360	
Sais inorgânicos	2,950	—	—	4,861	2,717	1,420	—	2,520	4,051	2,945	—	6,713	
Cellulose.	—	—	3,154	—	—	—	—	—	0,303	—	0,144	1,120	—
Resina	—	—	—	—	—	—	—	—	0,461	1,160	—	0,430	—
Ácido rosinoso	—	—	—	—	—	—	—	—	0,031	—	—	—	—
Chlorophylla	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

M. Perret cita 44 variedades de inhames caledonianos, cuja cultura é feita do seguinte modo:

Em julho ou agosto os indigenas põem fogo as herbas que cobrem o terreno destinado a plantação; depois sorribam-n'ó, os terroam-n'ó (este serviço ultimo é feito por mulheres e crianças). Amontoam a terra

fina, leve, em taboleiros de bastante altura e nos quais executam a plantação, enterrando pedaços de inhame de 0ⁱⁿ,10 a 0ⁱⁿ,12 de profundidade em linhas ou em quincuncos separados uns dos outros um metro. Quando aparecem os caules armam a terra com pequenas estacas (*tutores*) ás quais se ata o ramo da planta, antes quo a haste tenha mu-

metro de altura atingia-se a terra com esmero e substituem-se as primeiras estacas por varas muito altas.

Repetem-se as saúcas cuidadosamente, levantam-se as armentas que se abatem e sobretudo dirigem os caules do modo a se enraizarem bem nos tutores ou encaustas. No final do setimo mês os tuberculos da *Dioscorea alata* estão bastante desenvolvidos para poderem ser aproveitados; deixando mais tempo, podem se obter tuberculos de um metro de comprimento, pesando 10 kilos.»

E' mais ou menos o processo seguido entre nós.

CAPITULO III

INHAME OU TARO

Colocasia antiquorum Schott.

O nome Inhame no Sul do Brasil se refere sempre a uma planta da família das Araceas e não como fazem os estrangeiros que assim denominam as *Dioscoreas*, que são os *nossos cardos*, plantas de caule sempre trepador, dando àquele o nome de *Taro* ou *talo*, assim também conhecida na Oceanía, — Nichols e Raoul preferem empregar os nomes de *Tanies* e *Tayaces* para as espécies americanas, entre nós as tayobas são plantas próximas aos inhames.

O INHAME BRANCO, tão vulgarizado em todo o Brasil, é oriundo da Ásia Menor, provavelmente aqui introduzida pelos Portuguezes. Tem um rhizoma tuberoso, donde partem peciolos de mais ou menos um metro, evaginantes na base, sustentando grandes lâmbos ovaes, arredondados, chanfrados na base e do cor verde escuro; a inflorescência é em spadice, protegida por uma spatha oblonga e tubulosa, o fruto é uma baga pequena.

A raiz tuberosa tem 0^m, 40 a 0^m, 60 de comprimento por 0,15 a 0,20 de diâmetro, coberta por uma pellicula preta entremeada de pequenas radículas.

A tubera é constituída por uma massa branca, da qual corre, quando cortada, um

sueco aero, irritante, que aplicado sobre a pele produz sensação de ardor.

Regula ter 5% de amido.

A sua cultura é fácil; enquanto possa dar bom em qualquer lugar não muito seco, preferem terreno de alluvião, lugares húmidos, grotas e margem de corregos.

As tuberas são alimentícias; raladas e misturadas com fubá do milho fazem-se broas e com farinha de trigo, pães de resto bem agradável e durante muitos dias sem tornarem-se duros.

E' crença popular que o uso do Inhame cozido como alimento ou torrado e reduzido a po, para ser fedo e como caldo cura moléstias entanças e até a propria morfia.

Tanto os peciolos com as folhas como as tuberas cozidas de mistura com milho são empregados com grande vantagem na engorda dos suínos.

INHAME BRANCO ROSADO — *Colocasia esculenta* Kih. Difere do precedente por ter o peciolo arroxeados e as folhas riscadas e marginaladas da mesma cor.

DA tuberas maiores que o branco. Não é grande causa como alimento para o homem; mas é bem regular para os animais.

INHAME MANGARAZ — *Colocasia Fontanisii*, Schott. Tem os peciolos e folhas de cor roxa carregada; as tuberas pequenas e muito boas para uso culinário.

INHAME MIRIM — *Colocasia nymphoides* — Engl. A tubera é pequena, cozida, bem como as folhas novas servem de alimento.

INHAME BRAVO — DA TERRA — *Colocasia acris* Regel e Schott. Esta variedade muito selvagem cresce até em terrenos secos, mas só serve para engorda de suínos. A tubera é considerada útil para cura da morfia.

INHAME GIGANTE — *Colocasia macrorrhiza* — Schott, *Ariom macrorrhizum*, Linn. É natural do Coylao, e de lá muito (1858) cultivada entre nós.

E' o maior dos inhames, tanto nas partes aéreas, como as tuberas, fatoe atingem a 1^m, 50 de comprimento sobre 0^m, 30 de diâmetro. E' também uma variedade muito selvagem.

gem. O seu suco é muito aereo; em contacto com a pele produz um intenso prurido seguido de erupção eczematosa.

A sua cultura em grande escala tem sido abandonada por não ser considerada boa nem mesmo para engorda dos suínos.

INHAME VERMELHO — *Alocasia indica*, Schott Koch — *Arum indicum Roxb.* É oriunda da Ásia e muito cultivada entre nós. O rhizoma tuberoso atinge a 1 metro a 1^m.30 sobre 0,15 de diâmetro, podendo pesar 15 a 20 kilos. É mais utilizada para suínos depois de bem cozida; como alimento para o homem só pode ser utilizado enquanto quente, tornando-se depois de frio de sabor desagradável o mesmo um tanto aero.

Como acabamos de ver, há uma grande variedade de inhames, convindo escolher o melhor. Todo agricultor deve plantá-lo em abundância em suas lavouras, aproveitando os lugares húmidos, encharcados, grotas, margens de rios e correlos, onde prosperam facilmente, serviço que uma vez feito dispensa grandes cuidados, pois toma conta do lugar; sua produção é enorme encontrando as condições do terreno adequado, de terra fofa, onde haja bastante humidade, sendo que mesmo desenvolve ainda que as suas raízes sejam banhadas por água corrente. Geralmente precisam de um ano para seu completo desenvolvimento.

Para sua propagação impregnam-se pedaços de rhizoma, sendo melhor o da parte superior, deixando ficar inseridas porções de peciolas ou mesmas folhas novas, ou então os pequenos tubérculos ou rebentos.

Pode-se plantar em qualquer época do ano, fazendo no terreno a limpeza do matto para facilitar a plantaçāo e posteriormente as mordas necessárias até a planta tomar conta do terreno.

O inhame é um galho que se tem na fazenda para a engorda dos suínos, para cujo fim se aproveita não só as tuberas raspadas da pellicula, como os peciolos e folhas cozidas simples ou misturadas com milho, batatas doces, etc.

Como alimento para o homem é muito apreciado por alguns povos, principalmente portugues, das Ilhas da Madeira, Açores, etc., onde cultivam em grande escala, o entro nos principalmente pelos indígenas.

Para isso não convém escolher a época própria da colheita, quando as tuberas estão enxutas, como dizem e não *aguadas*, devendo deixar secar ao sol por alguns dias, para então guardá-las em lugar seco e arejado.

De algumas variedades extraí-se amido, um pouco semelhante ao da araranta.

INHAME TAYOBÁ — *Colocasia esculenta* — Schott — *Arum esculentum*. É uma variedade do inhame que muito se aproxima das Tayobás verdadeiras. As suas raízes tuberosas são constituídas por muitos pequenos tubérculos.

As tuberas são mais saborosas do que as dos outros inhames, mas não tão nutritivas como a verdadeira tayoba, do que vou me ocupar no capítulo seguinte.

CAPITULO IV

TAYOBÁ VERDADEIRA TAYA

Xanthosoma violaceum, Schott.

Muito cultivado nos países tropicais. Do rhizoma tuberoso que se nomeia ao inhame é por isso conhecido por inhame de Tayoba, partem as folhas ovais, oblongas, com a face superior de cor verde escura e a inferior esbranquiçada, os peciolos são grossos, carnosos, de 0^m.10 a 0^m.40 de comprimento. O rhizoma tuberoso é de cor pardenta, coberto de raízes fibrosas e composta de tubérculos de vários tamanhos, que servem para se comer e para replantas.

As folhas novas da tayoba são depois de cozidas ou em guisado, caruru muito apreciado como verdura sadia e por alguns até aconselhado aos anêmicos e opliados.

As tuberas são usadas na arte culinária de diferentes modos, em sopa, guisado, cozido, sendo muito apreciadas com molado.

Contém 8,5 % de amido no rhizoma tuberoso e 17,368 % nas tuberas. As folhas contêm todo o substancia azotadas.

E' facto de observação que a colheita das folhas novas, para ser utilizada como legume, prejudica enormemente o desenvolvimento das tuberas.

E' uma das araceas quo muito convém ser cultivada em maior escala, fornecendo elle um legume, de grande valor nutritivo tanto para o homem como para os suínos e demais tendo a fama de possuir virtudes medicinaes.

Naturalmente depois da Tayoba, devemos passar no estudo do seu proximo parento, o Mangarito.

CAPITULO V

MANGARITO — *Xanthosoma sagittifolium*, Schott. Arum ou *Caladium sagittifolium*, da familia das Araceas.

E' natural das Antilhas, introduzido no Brazil pelos Hollandezes e hoje cultivado em quasi todos os Estados tropicaes. E' vegetal, quo attinge como as suas congeneres, inhames e tayobis, a um metro de altura na variedade grande, de folhas ovais, sagittadas, intumescencia em spadice, por uma spatula tuberosa de 0^m,06 a 0^m,07 de comprimento e 0^m,03 a 0^m,04 de largura.

Há varias espécies do Mangarito; de todos o mais estimado é o *M. branco*, quo muito se assemelha à tayoba branca em seu facies.

Tem rhizoma tuberoso, oblongo, achataido na parte superior, com epiderme parda e a parte carnosa branca. Ao redor do rhizoma principal, se agrupão pequenos tuberculos arredondados, de massa clara e isentos de sucto leitoso.

As folhas do mangarito branco são comestíveis com as novas da tayoba. Nas tuberas bom como o rhizoma servem de alimento e bem nutritivo. Misturado com farinha de milho serve para a confecção de pães, a que chamam *brotas*. O seu amido pódo substituir o da araruta.

MANGARITO PRETO DEDO DE NEURO — quo

tem o rhizoma tuberoso, grando, coberto de pequenas tuberas da cor prata, com a parte carnosa amarella escura e leitosa.

MANGARITO ROXO — quo só differe por ter a pello castanha na parte externa e arroxeadas na interna; a parte carnosa branca e ponco leitosa.

Há ainda um Mangarito branco comprido e de pequeno diametro e alongado.

Do Mangarito roxo e preto só se aproveitam para a mosa as tuberas.

A analyse dos mangaritos feita pelo Dr. Th. Peckolt deu o seguinte resultado:

Em 100 grammas do tuberas frescas:
Amylo — 11 gr. 334 % no Mang. branco e 11,8 % no roxo.

Mangar. gluten (subst. proteica) — 2 gr. 190 branco e 2,319 % no roxo.

O Mangarito roxo, apesar de não ser tão delicioso e saboroso como o branco é mais nutritivo.

O modo de propagação é feito por meio das popetas tuberas, quo existem em quantidade na variedade branca, e o processo de cultura semelhante a das tayobas requere ronda a terra lovo, aronosa, não precisando torreno humido como os inhames. Não são de grande rendimento; o seu cultivo é mais como variedade de cultura. E' muito apropriado cozido para ser comido com melado de cana, tendo um sabor muito especial e exquisito.

CAPITULO VI

DO TOPINAMBUR — Topinambur, Tupinambá, também chamado — Batata Carvalha, é o *Helianthus tuberosus* de Linné, da familia das Syrphtheras ou Compistas.

E' planta sul-americana; sognudo uns, matutinal do Chile; porém, considerada pela maioria dos descriptores como planta brasileira. E' muito semelhante ao conhecido Girasol, *Helianthus annuus*, em ponto muito menor tanto em caule, como nas folhas e flores.

Foi introduzida na França em 1517, onde lhe deram o nome de *Poire de terre*.

Apesar de suas vantagens económicas, muito decantadas no Velho Mundo, onde todos os tratados sobre agricultura tecem-lhe os maiores elogios, como planta culinária, forrageira e industrial, da facil cultura e resistência, elle não se tem vulgarizado entre nós, como era natural e a sua existência como planta útil é mesmo ignorada pela maioria dos lavradores.

Provavelmente, entre mesmo aquelles que dele tom conhecimento, satisfazem-se com as vantagens obtidas com a falsa cultura de suas duas rivais universalmente conhecidas na zona tropical, como muito rendosas a batata doce e a mandioca.

Admirador destas duas plantas salvadoras da fome de muita gente entre nós, bem como da batata inglesa, acho, contudo, que será de enorme vantagem, não digo a aceleração, porquanto o topinambur é nosso patrício, mas sim a sua vulgarização; a sua propaganda deve ser novamente tentada, como já foi na Europa, principalmente depois que Tonissaint Gantier demonstrou que o tapinaimbô dá, de 8 a 9 % de álcool a 10%; sendo ainda o bagaço aproveitado para o gado.

Considerando que prospera perfeitamente nos terrenos mais ordinários, quasi estéreis, secos, em que outra qualquer planta não vingaria em lugares sombreados, que resiste à geada, que pode ser conservada na terra por longo tempo sem se alterar, que se reproduz facilmente no mesmo lugar, sem ser preciso replantar, só pelos pequenos tuberculos que escapam à colheita, à ponto de ser por alguns, considerado uma praga de difícil extinção; que serve de alimento ao homem e de excellento forragem para os animais, engordando e aumentando sensivelmente o leite das vacas e principalmente das ovelhas, que todas as partes da planta são aproveitáveis; que é planta não sujeita, indomine a molestias, adaptando-se com facilidade a qualquer condição climática, julgo-a digno de ver ocupar o seu lugar entre as plantas de raízes tuberosas úteis,

o que deve merecer a atenção do nosso agricultores.

Exige para a sua cultura racional os mesmos terrenos e cuidados agrícolas do que as batatas em geral quanto à plantação. O melhor terreno será o leve, fôto, arelento, com lavaia profunda, procurando sempre evitar a humidade, que é seu pior inimigo.

Planta-se também do mesmo modo, a enxada ou por molo da charrua em linhas, utilizando-se os tuberculos inteiros, grandes ou mesmo pequenos, sendo preferido os de tamanho médio, regulado o peso de 50 a 60 grammas. O espaço entre linhas deve ter de largura 0^m,70 a um metro e os tuberculos ser plantados de 0^m,60 a 0^m,80 de pé a pé.

Plantado em linha, distando um pé do outro 0^m,50 a 0^m,60 e sendo as linhas separadas de 0^m,80, um hectare leva mais ou menos 21.000 pés.

A quantidade de tuberculos necessária para plantar um hectare ronda de 12 a 20 hectollitros, segundo o tamanho dos tuberculos. Não convém ser plantados muito juntos, principalmente sendo o terreno fértil, porque os caules e folhas, desenvolvendo-se muito, vem prejudicar o rendimento dos tuberculos; a sua plantação em linhas bem distantes seria conveniente entre plantas sensíveis ao sol ardente e que são beneficiadas com alguma sombra.

A plantação só pode também ser feita com os rebentos a grelos ou perfilhos que nascem das pés; mas não é tão boa; só deve-se utilizar desse meio na falta de tuberculos, havendo pressa na multiplicação.

Poucos dias depois de plantados, convém dar uma gradagem, depois uma monda do melhor molo que se puder, quando as plantinhas tiverem 0^m,15 a 0^m,20 de altura. Desnecessário é dizer por muito sabido, que si quiser o ter melhores e maiores colheitas devem-se empregar os estercoes e adubos químicos, devendo naturalmente ser o aumento de produção proporcional à boa e racional adubaçâo, sendo os mais económicos o esterco do curral, as cinzas, os ossos pulverizados,

bagagens diversos, etc., especialmente os que contém ácido phosphorico e potássio, como o estrume composto de Ville.

A época da plantação é de julho a setembro, vindo a florescer em março ou abril, podendo-se colher em maio ou junho.

A colheita dos tuberculos pôde ser iniciada logo que as folhas começarem a murchar, mas como elles se conservam bem dobalho da terra, hasta le fazendo à medida que for necessitando.

E' essa uma grande vantagem, dispensando o armazém.

Conservado no solo durante o tempo frio e seco torna-se o tuberculo mais compacto, menos *aguado*, mais gostoso e nutritivo.

Os tuberculos, depois de arrancados, devem ser guardados em lugar bem seco, arejado, não convindo flearem acumulados uns sobre os outros, porque são susceptíveis de se aquecer, fermentar e apodrecer com facilidade.

O mesmo acontece ficando expostos por alguns dias ao tempo, ao sol e à humidade. E', provavelmente ignorância desto facto que muitos têm perdido a planta.

O melhor modo de os conservar sem ser no solo, consiste em, depois de arrancados, misturar-los com muita terra bem seca, e formar montes de um metro de altura cobertos com sapé ou palha qualquer ou então dispor-se uma camada de tuberculos de 0^m.20 a 0^m.25 de espessura e uma de areia de 0^m.05 a 0^m.07 até à altura de um metro, a não ser assim, o melhor é como já dissemos e repetimos, conservá-los sob a terra, sendo condição essencial que o terreno em que tiver sido plantado seja bem arejento, leve, seco e pereneável do modo a não roer humidade alguma.

Não é conveniente cortarem-se os ramos e folhas muito verdos para forragem, pois que assim muito diminuirá o rendimento em tuberculos.

Querendo utilizar-se as hastes e folhas

para aquello fui pôde-se cortar mais tarde o conservá-las secas.

O rendimento varia naturalmente, consoante à natureza do terreno e perfeição da cultura.

E' calculado em 7.000 kilos de ramação secca por hectare, o de verde tanto quanto a de tuberculos.

Este varia entre 8 a 30.000 kilos por hectare, mesmo muito mais, em condições especiais de cultura.

E' assim que o rendimento do topinambur tem atingido a 40 e 60.000 kilos por hectare, empregando-se o adubo elítico de Ville, destinado especialmente para essa planta e que é assim dosada para cada hectare :

Superphosphato	400 kilog.
Sulfato de cal (gesso) ...	400 »
Nitrato de potassio	200 »

Em uma pequena plantação que fiz no Moyer, nesta Capital, sem estrumação e em terreno não muito leve, regulei dar um kilo por cada pô.

Os tuberculos de topinambur distillados dão 6 a 7 % de álcool absoluto, por 100 kilos de tuberculos e 5 litros 30 por 100 kilos de caules verdes (Poreira). Ora, dando um hectare de terreno ordinário, no mínimo, 8.000 kilos de tuberculos e cada 100 kilos, seis litros de álcool, teremos 480 litros de álcool, podendo-se ainda aproveitar as folhas e bagaço para o gado.

Calcula-se agora o rendimento da cultura em boas condições, dando na media 30.000 kilos e no maximo 50 a 60.000 kilos por hectare, que rendimento colossal não será? Nada menos do 3.500 litros de álcool!

Comquanto o topinambur seja planta pouco oxigenante, pela grande superfície foliacea, é natural, todavia, que no fim de alguns annos haja necessidade de estrumação, o que se deprehende facilmente pela quantidade de substâncias extraídas do solo pela planta; assim, numa colheita média de 30.000 kilos de tuberculos o igual quantitado de caule e folha tiram do solo :

Tuberculos em azoto, 129 kilos.

Tuberculos em matérias inluvias, 360 kilos.

Folhas e caules em azoto, 159 kilos.

Folhas e caules em matérias inluvias, 810 kilos.

A observação e analyses evidenciam que a batata topinambor é mais rica que a batata ingleza em principios gordurosos e saccharinos, e portanto mais do que as beterrabas.

A sua composição chímica é a seguinte:

	Tuberculos	Caules e folhas
Água.....	48,00	80,0
Azide e assucar.....	13,25	9,8
Lenhoso celuloso.....	4,5	3,4
Materias graxas.....	0,20	0,8
> azotadas....,	2,70	3,3
Sais.....	1,20	
	100,00	100,0

Os tuberculos servem para a alimentação do homem, os ingleses os proclam muito, têm um gosto algum tanto semelhante ao da alcachofra.

Como já disse, uma das mais notáveis vantagens consiste em sua riqueza nutritiva aproveitada pelos gado cavallar, vacuum, ovelhum o galo.

Convém, sómente, observar a maneira, pela qual são mais bem aceitos por cada um delles, se enxom cozidos os tuberculos, se caules e folhas secas ou ensiladas.

Os tuberculos devem ser lavados para limpeza da terra adherente, antes de serem dados aos animaes.

Não convém dar demasiada porção de cada vez aos animaes, porque podem causar perturbações gastro-intestinais.

Entra tambem na confecção do pão, que dizem ser excellento, muito sadio e nutritivo. Eis o que a esse respeito dizem: « Este pão não tem sómento a vantagem de se obter mais em conta, principalmente no interior onde só com dificuldade

se obtém a farinha de trigo, mas também se conserva por mais tempo fresco e contém quasi as mesmas propriedades da farinha do trigo puro.

O processo de panificação é muito simples, quasi o mesmo que se emprega para a confecção do pão do trigo com batatas diversas, aypim, cará, etc.

Cozem-se os topinambores e machucam-se bem mundo, exprime-se a parte aquosa, e mistura-se com um pouco de farinha de trigo e levadura (fermento). Deixa-se assim a massa coberta durante duas a tres horas, e depois de bem amassada formam-se pãos, que vão ao forno a cozer.

Em diversos lugares da Alemanha misturam um pouco de cebolinha, que lhe dá um sabor especial, agradável para elles, que o torna mais digestivel, impedindo a ereção de bolor, ainda que a temperatura torne-se humida.

Finalmente o topinambor, como planta industrial dá um bonito rendimento no fabrico de aguardente ou alcool 6 a 7 % como vinhos aítraz.

O processo para fabrical-o é o seguinte:

Colhidos os tuberculos, quando maduros, isto é, tendo a planta percorrido o ciclo vegetativo, e portanto, quando os tuberculos devem conter mais matérias saccharinas, lavam-se, calham-se, como se faz com a mandioca, espremem-se e o líquido resultante é posto a fermentar com levadura, por espaço de 2 a 3 dias; terminada a fermentação, distillase.

Si o líquido distillado tiver um cheiro um tanto desagradável, distillase de novo, juntando um pouco de clorureto de calcio, que faz desaparecer o cheiro especial e o gosto às vezes um pouco amargo.

Fiz essa exposição do uso que fazem no estrangalho de topinambor sómente para mostrar a quanto pôde-se prostrar esta planta, mas não que julgue que algum dia precisemos fazer alcool d'elle, pois que temos a canna de açucar, incomparavelmente muito superior para es o fim.

CAPITULO VII

ARARUTA — (*Martanta arundinacea*, Linn.). É uma planta da família das Cannaceas, grupo das Helleonaceas, ou segundo classificação dos outros botânicos, da família das Amomaceas ou Marantaceas, grupo das Seltaminas, supõe-se ser originária das Antilhas, América do Sul, e mesmo do Brasil, onde é cultivada pelos indígenas *agoutiquepe*.

É cultivada por causa da raiz ou rhizoma tuberoso, que fornece muito polvilho, a que nossos indígenas dão o nome de *arú* e os ingleses *arrow-root*, raiz de flechas, pelo emprego que faziam, servindo para os fermentos fortes por setas envenenadas (herbárias) virtude esta por alguns outros atribuída à *Canna indica*.

A maior parte do amido da araruta, que é vendido como sendo araruta, da *Martanta arundinacea*, não é mais do que amido de outras plantas, marantas diversas, — *indica*, *humilis*, — *lutea*, — *nobilis*, etc. cultivadas nas Antilhas, nas Guyanas e outras partes da América. Também da Europa vem ao mercado muito amido, como da araruta, sendo, porém, de plantas de famílias diversas, tais como encruma, arum, alstroemeria, etc. do trigo, da batata e entre nós da mandioca, etc.

É fácil reconhecer a frande pela análise química e exame microscópico.

As ararutas estrangeiras de maior fama no comércio são as das Ilhas Bermudas de S. Vicente, do Natal e da Jamaica, considerada pelos ingleses como a unica e legítima *arrow-root*.

O preço do polvilho de araruta legítima é relativamente elevado em nosso mercado por não existir em quantidade suficiente para o consumo, e no entanto a sua cultura é facilíssima, muito rendosa, não exigindo cuidado especial algum, a não ser as modas necessárias durante os primeiros tempos, enquanto novas; uma vez desenvolvidas crasta-se a extinguir; os pequenos rhizomas

que ficam no solo são suficientes para continua reprodução.

Qualquer terreno serve, logo que seja leve, poroso, um tanto arenoso e não seja húmido em demasia.

Planta-se em agosto ou setembro em distâncias de 0^m.30 a 0^m.40 os pequenos rhizomas ou pedaços dos grandes, tendo dous ou tres olhos (gommos).

É algum tanto moroso o seu desenvolvimento; leva às vezes, mais de um anno, quatorze a dezoito meses para completar o ciclo vegetativo, cujo termo se reconhece, quando depois de florecer e às vezes fructificar começam as folhas a amareloecerem e murcharem; nesta ocasião ou peneira depois as raizes estão em completa maturidade e portanto em estado de serem arrancadas.

Elas se conservam seis a oito meses sem apodrecerem. As formigas não perseguem esta planta. A sua produção varia de acordo com a perfeição da cultura, de oito a 10.000 kilos por hectare, os quais deverão dar, conforme a variedade de 1.200 a 2000 kilos de amido, que vende-se por barato a.....

O processo da extração do polvilho é o geralmente usado para as outras plantas de raízes tuberosas que fornecem amylo.

Arrancam-se os rhizomas chegados à maturidade; são os lavados cuidadosamente e desembranqueados da pellicula ou escama que os envolve e depois são reduzidos a polpa ou massa, de um dos modos seguintes: em uma prensa entre cilindros; socados em pilão; ralados, raspados ou covados em cedavelras próprias, machinismo como se usa para a ralé da mandioca.

A polpa assim obtida é lavada, passada em penela grossa, depois por malas finas, tamizes, ou coada em pannos ou toalhas apropriadas, em vasilhas.

Deixa-se assentar o polvilho no vaso, gamela ou cesto apropriado, decanta-se a água, lava-se novamente, se preciso for, para ficar bem claro, decanta-se de novo e põe-se a secar ao sol bem quente, ficando deste modo

muito mais claro, mesmo alvo, do que seco & sombra.

Há muitas variedades do araruta, sendo as mais conhecidas entre nós as seguintes:

ARARUTA COMMUM, que forma teneiras que attingem à altura de 1^m a 1^m,25; as folhas têm 0^m,10 a 0^m,15 de largura e 0^m,25 a 0^m,30 de comprimento.

Têm os tuberculos de forma conica ou fusiformes, com a superfície annellada, de 0^m,15 a 0^m,25 de comprimento e 0^m,03 a 0^m,04 de diâmetro em sua porção mais dilatada; são cobertas de membranas foliaceas, encamadas imbricadas—umas por cima das outras, como telhas. A massa ou pélpa é branca & dura; dá bom polvilho e bem claro. Em Minas dão-lhe o nome de araruta caetê, por se parecer algum tanto com esta planta, na folhagem.

ARARUTA ESPECIAL, que forma teneiras, tendo cada folha uma haste ou pecíolo com 0^m,50 de comprimento; as folhas têm 0^m,10 a 0^m,15 de comprimento e 0^m,05 a 0^m,06 de largura. Os tuberculos são arredondados, com diâmetro médio de 0^m,04 a 0^m,06; são annellados e a sua massa muito alva; é menos rija que a *commum*.

ARARUTA DE S. PAULO — é um arbusto de 0^m,60 de altura, tem um caule principal de 0^m,01 mais ou menos de grossura, que se divide em ramificações terminadas por pequenas folhas de 0^m,05 a 0^m,06 de comprimento e 0^m,01 a 0^m,02 de largura.

As raízes tuberosas desta variedade têm uma porção central de 0^m,25 a 0^m,30 de comprimento e 0^m,05 de diâmetro, exteriormente arroxeadas e annelladas e da qual partem outras raízes secundárias, menores, brancas e lisas com 0^m,10 de comprimento e 0^m,03 de diâmetro mais ou menos. Está bem claro que nem sempre as raízes têm essa disposição.

A massa é também branca e macia.

Parce-me que esta variedade—araruta de S. Paulo, é a quo em Minas (Queluz e vizinhanças) denominam araruta bambu ou taquarinha, baseando-me na seguinte descri-

pção quo desta me foi fornecida por pessoa habilitada e fidéligna:

«É um lindo arbusto de meio metro de altura, esgalhado, com hastes lignaes, semelhante ás do bambusinho ou taquarinha do capoeira, o bem assim as suas folhas.

As raízes são em forma de cenoura de Roraima, compridas e brancas como novo. Quando a terra é boa, sofa, profundamente mobilizada, o pé do um anno dá uma cenoura comprida de dois palmos o metro, sem exagero. Sendo, porém, de mais do anno dá uma pena de cinco ou seis tuberculos menores.

As raízes aprofundam-se de dois a três palmos pelo interior da terra; é necessário para arrancá-las inteiras o uso de uma pá-carota ou instrumento apropriado. Em grandes culturas pôde-se empregar um arado do sub-solo; o polvilho é o melhor de todos; quasi não deixa resíduo no fábrico do amido».

ARARUTA PALMEIRA — Imediatamente assim chamada em alguns lugares do Estado de Minas, pois parece antes uma bananeira do matto, apresenta-se em grandes teneiras, com dois metros mais ou menos de altura. Os rhizomas todos veem à superfície do solo, enterrando-se aqui e acolá, mas aparecendo sempre ao redor do pé principal e em todos os sentidos.

Produz extraordinariamente; o polvilho bem lavado é algum tanto azulado; é mais fibrosa, deixando portanto mais resíduo ou bagaço no fábrico.

Costuma dar um litro a litro o metro por pé ou seca.

Há uma outra variedade em Minas a quo dão o nome de araruta Imbiry. Essemelhante a araruta Palmeira, sómento tem o caule roxo, sendo o daquella verde, e o polvilho é um pouco amarellado.

Produz muito amido.

Não tenho dados suficientes para poder afirmar pertencerem todas estas últimas variedades citadas ao mesmo gênero da araruta verdadeira—Maranta, antas me parecem as duas últimas pertencerem ao gênero

—canna; o que é certo, porém, é terem todas elas raízes tuberosas ou rizomas que produzem muito polvilho e podem ser cultivadas com bastante proveito.

As analyses da araruta dão uma média de 22,5 % de amylo (polvilho).

As analyses feitas em S. Paulo, no Instituto Agronômico de Campinas, das três variedades, commun, especial e de S. Paulo, deram o seguinte resultado:

A commun . . . 25,68 % de amylo

A especial . . . 20,30 % > >

A de S. Paulo . . 19,48 % > >

Por estas analyses vê-se que a mais rica em amylo é a commun, que pôde dar 250 kilos por tonelada metriza (mil kilos) de raiz.

O Dr. Pockolt, em analyse feita da araruta cultivada em Cantagallo, achou: em 1.000 kilos da raiz fresca 219 grs. 80 de amido, quasi igual à que Schier achou na araruta em S. Domingos.

E' quasi igual à da batata ingleza.

Tem mais amido e matéria azotada do que a da mandioca.

Como já dissemos, a parte útil desta planta é o rizoma, do qual se extrahe grande quantidade de amylo ou polvilho, excellente alimento de fácil digestão.

E' de uso conhecido o emprego desse polvilho para mingões, confecção de doces diversos, celebres biscoitos da araruta simples ou com leite de côco, tão caros em nossas confeitarias e muito apreciados pela leveza e gosto delicado.

Tendo todas estas propriedades e sendo bastante nutritiva, é aconselhada para dieta dos doentes convalescentes e das crianças, cozida com leite, sob a forma de mingões ou de biscoitos.

Alguns comem a raiz assada em cinza quente ou brazeiro. Com o polvilho faz-se gomma para collar e engommar roupa.

Em therapeutica pôde servir para cataplasmas febulentes e emolientes.

«A raiz torrada é de emprego popular contra febres intermitentes, e os Indígenas

usam do suco da raiz e mesmo do polvilho humido contra a pleada dos insectos e nas feridas produzidas por setas horvadas.»

Iguoro si estas propriedades podem ser atribuídas à nossa araruta (*Maranta arundinacea*). —

Nichols e Raoul tratam em um capítulo especial de uma planta brasileira, a *Canna edulis*, Ker, a quo dão o nome de *Tous les mois*, e quo parece ser um dos nossos Morés do Norte; canas muito comuns entre nós e usadas para ornamentos dos jardins e das quais há um grande número de híbridas de cores variegadas.

Eis em resumo o que dizem os mencionados autores:

«Uma espécie de arroio-root, chamada *Tous les mois*, foi importada em Inglaterra de Salut Kitts em 1836, e, reconhecendo-se que ella fornecia um excellento producto alimentar, começou a entrar nos mercados. E' cultivada actualmente em grande escala na Australia. Os granulos do amylo de *Tous les mois* são mui grandes e vistos, como os da batata ingleza, a descoberto, sem necessidade do microscópio.

O *Tous les mois* é obtido das rizomas carnudas dos tubérculos da *Canna edulis*, família das Amoniacées, planta vivaz, parente das *Maranta* e que vegeta em estado selvagem no Brasil, na Trindade e no Perú, sendo ali conhecida pelo nome de *achiras* e é comida como a batata doce.

E' o *batisier* dos franceses.

As flores são brilhantemente coloridas, na *canna edulis* de um vermelho vivo e em outras variedades de cores muito diversas.

Sendo ornamentais, são cultivadas em estufas na Inglaterra. As sementes são redondas, duras e pretas; parecem chumbo de caça muito grosso; os indígenas, dizem, o empregavam como projectis.

O *Tous les mois* é muito solúvel em água fervendo, por isso e pelo tamanho dos seus granulos, os medicos o recomendam como

uma das melhores folhas alimentares para as crianças e doentes.

A sua cultura é igual à dos seus similares.

Pela descrição vê-se que se trata de planta muito comum e antiga entre nós, a de flor pequena, vermelha, e da qual há hoje inúmeras variedades com bellissimas cores e que servem para ornamentação dos jardins. Nunca tive notícia, porém, do emprego do seu rhizomas para extração do amido.

Temos também uma planta muito comum, verdadeira praga, na margem dos corregos e rios, logares humidos e frescos, o o *Hedychium coronarium*, conhecido vulgarmente pelos nomes de Lirio o Borboleta.

O Sr. José do Vasconcellos tem feito grande propaganda, apresentando no mercado diversos produtos feitos com o amido, aproveitando as diversas partes da planta para outros usos, cordas, farrapos, etc., para o que montou uma fábrica à margem da Estrada do Ferro União Valenciana, município de Valença, Estado do Rio.

Além disso há uma variedade infinita de Caetés, imbirys, bananeiras do matto, etc., que dão raízes tuberosas ou rhizomas que fornecem amido.

CAPITULO VIII

JACATURÉ OU JUCUTURÉ

Pachyrhynchus angulatus, Rich. *Pachyrhynchus angulata*, Linn — É uma planta da família das leguminosas, tribo das Phaseolatas, natural do Brasil, e que se encontra em vários Estados.

É uma planta trepadora semelhante ao feijão, cujas folhas são compostas de três foliolos, sendo o central quadrado e os dois laterais oppostos, triangulares, tendo o lado interno recto e os dois outros mais ou menos curvos; são lisas na parte superior e com nervuras bem salientes na folha inferior. Da uma raiz muito grossa da qual se extrai grande quantidade de feijão, 9,89 %, que serve de alimento; com o polvilho faz-se um excellento mingau, muito delicioso. O polvil-

ho é usado contra dysenteria, hemorroides e afecções inflamatórias.

A batata era possuir um sabor agradável, semelhante a coco.

Em Minas guardam a raiz de Jacatupé na fumaça (em forno) durante muito tempo e usam-na assada como alimento.

As sementes são consideradas venenosas e empregadas contra os ratos, o bem assim as folhas, que são consideradas pelos indígenas e o povo em geral como embotamento venenosas.

O Dr. Peckoll, porém, baseado em suas analyses, opina contra essa idéia, assegurando que é óptimo alimento para os animais.

Há muitas variedades do Pachyrhynchus estrangulados, todos elles dando raízes bulbosas, contendo maior ou menor quantidade de amido, nas Filipinas, na Nova Caledonia, onde é designado pelo nome de *Maniacu*, que significa enjoadivo.

Na Cochinchina o Tonkin há também um Pachyrhynchus cultivado por causa das suas raízes feculentas.

CAPITULO IX

APIU' OU APIOU'

ARRACACHA ESCULENTA — Do Candolle. É uma planta da família das Umbelliferas, natural dos planaltos da parte oriental da América Meridional, e cultivada nas Antilhas, tendo sido importada pelo enião barão de Nova Friburgo (Dr. Bernardo Clemente Pinto Sobrinho), que a fez cultivar em suas fazendas do Nova Friburgo e do Cantagallo, pelo que é conhecida naqueles logares pelos nomes de batata do barão ou por corruptela batata barba.

Há mais ou menos trinta anos conhigo essa batata em Friburgo com os mesmos o também o do astú.

Outros, ignorando do mesmo modo o verdadeiro nome, baptizaram-na com o da planta com a qual achavam mais semelhança — batata salsa, batata alho, batata cenoura (Minas), e em alguns logares batata salsa,

presumindo on provir esta ultima denominação do ter ella sido, em primeiro lugar, cultivada na Colonia Suissa da Nova Friburgos, e ser pelos colonos suíssos e seus descendentes ainda hoje muito cultivada e apreciada, não só para comer, mas também para fazer polvilho, que usam para diversos lns e até para gomina.

A raiz é tuberosa, partindo da maior, central, 8 a 10 tuberculos longos de 0^m,15 a 0^m,30 e de 0^m,04 a 0^m,06 de grossura, lisos, cobertos de uma pellicula delgada, esbranquiçada, que se destaca facilmente do tuberculo, enja parte carnosa ou massa tem a cor amarellada ou esbranquiçada, conforme pertence à variedade amarella ou branca, duas unicas que conheço.

Prospera abundantemente em terra macia, fofa, arenosa ou mesmo silico-argilosa; planta-se do mesmo modo que os demais tuberculos, mas aproveitando-se os pequenos tuberculos ou antes brotos ou perfislos que nascem sobre o tuberculo central e dos quais partem as folhas.

Esta planta prefere clima fresco, grande altitude; dá regularmente em clima temperado; recela o clima quente em demasia, convindo ali escolher os lugares mais frescos — noruegas.

Lova otto mezes mais ou menos a amadurecer.

Geralmente está em ponto de ser arrancada em junho e julho.

O Dr. Peckolt analysou esta planta, e em 1.000 grammas de tuberas frescas encontrou:

Humldado	753.290
Substancia amarella gerdura	2.700
Substancia albuminosa . . .	5.360
Amide	26.670
Assucar mannita	8.430
Extracto	40.680
Clnza	17.880

As folhas têm um cheiro especial.

O mesmo doutor, analysando-as, encontrou um óleo essencial de cor amarelo-claro e

choiro semelhante ao de limão e folhas de alpo.

A tubera é muito nutritiva; serve também para os animaes, principalmente para ongorda de suinos.

Na arte culinaria é preparada do mesmo modo que as batatas, em sopa (que é excelente), ensopada, frita em rodellas, etc.

Tem mi gosto algum tanto oxquisito, que desaparece havendo pratica da parte do preparador, podendo variar segundo o gosto.

Julgo de grande conveniencia tornar-se conhecido mais este tuberento alimenticio, tanto que é elle de grande rendimento e facil cultura; sómente é necessario plantar-se em lugar fresco em clima quente, pois ella resente-se algum tanto do sol ardente no verão. O Dr. Peckolt, que em sua Monographia não menciona o nome scientifico desta planta, aponas presume ser *Apium l* — acaba de me referir que posteriormente recebeu da Allemânia, para onde havia enviado a planta *afia*, para ser classificada, a comunicação de que ella era a *arracacha esculenta*, de Do Candolle. Na realidade assim parece, pois tendo oportunidade de encontrar, lendo em o autor portuguez D. de Moraes um capitulo sob o titulo *Alpo do Perú* ou batata de *arracacha*, achei a descrição tão semelhante ao que sabia, bem como outra Intolaramente igual em Sagot, sob o título *arracacha esculenta* — De C., assinado por M. E. Raoul, que julguei util a sua transcripção, que vem completar o assumpto.

« Alpo do Perú ou batata de arracacha — Arracacha esculenta De C. É seguramente esta umbellifera aquella do que algum pre volte culinario se pôdo tirar nos paizes quentes.

Chamam-lhe os ingleses Ceneura do Perú (*Peruvian carrot*); é o *Apio* dos hispanhos.

É uma boa hortaliça dos altos platós do Venezuela, da Nova Granada e do Equador, a uma altitude de 1.500 a 2.000 metros e enja semente os vleiristas franceses vendem com o nome de *pomme de terre celeri*.

Com efeito a planta parece com o aipo, a ponta dos hespanhoes lhe daram esse nome.

A raiz é um tuberculo comprido, grosso, círundo, dando 8 a 10 tuberculos secundarios, unicos que são aproveitados para alimento, porque o tuberculo principal é duro e de qualidão inferior.

Nesse tuberculo nascem olhos, que num dado momento se separam delle com facilidade e que enterrados dão origem a novas plantas. Estes desenvolvem-se em toda a costa de terreno, preferindo todavia uma terra fertil, bem mexida e movele, e nella que o aipo do Perú adquire todo o seu crescimento. Noilm de 8 a 10 mezes pôde-se colher. Esta ralz é boa e ponce doce; tem gosto aromatico particular, a que todavia é necessário estar acostumado. Mas, chegado o paladar a habituar-se a elle, é depois tida por excellente. Os amigas gostam muito dos tuberculos e da rama desta planta.

Conhecem-se tres variedades de arracachá:

1.^a *Amarela*. É a mais productiva, a mais rustica e tambem a mais sorraria.

2.^a *Branca*. A mais procurada, como mais temporâa e de melhor qualidade.

3.^a *Roxa*. Semelhante à precedente.

O arracachá mais reputado é o Lipacon, ao norte do Santa Fé do Bogotá.

Para reproduzir a planta, não serva o tuberculo principal, nem tão ponce a semente, que demandaria tres vezes mais tempo para dar resultado, mas sim os olhos que nascem dos tuberculos.

Para obter talos tenros, cobrem-se ou amontoam-se os rebentões novos quando sahem à flor da terra, que por essa forma se assemelham ao aipo, tornando-se assim um bom legume.

Para os preparar para alimento, cozem-se em agua e sal; tambem se preparam com assucar.

Equalmente se extrahe delle amido.

Emilm, mediante fermentação, prepa-

ra-se com elle uma bebida conhecida pelo nome da cerveja do «arracachá».

Conhego sómente as variedades amarella e branca; a roxa nunca vi.

CAPITULO X

ENCONTROS XI-XII^a

Cocoum flexuosa Linn. — Família das Cneurbitaceas.

É planta trepadeira, segundo alguns originaria da India, cultivado em quasi todos os Estados do Brasil e muito comum em todas as hortas do Estado do Rio de Janeiro e mesmo em muitas chácaras da Capital Federal.

Seu esqueleto ramoso é tortuoso e longo; as folhas não tanto cordiformes, lobadas, são asperas, o têm gavinhas; flores brancas em cacho; o fructo ovalado, oblongo, de 0^m,10 a 0^m,12 de comprimento com a maior extensão para baixo; é ali dividido em duas partes, tendo no centro uma saliencia; tem a superficie mais ou menos rugosa dividida em gommos.

O fructo é coberto de pelos, ou aculeos, ou liso; é constituido por uma massa muito aquosa, tendo no interior sementes brancas, lisas ou elypticas.

Há tres variedades bem diversas pela folhagem e principalmente pelos fructos: o branco, o verde pelludo e o verde liso.

Os de fructos verdes, polludos, são mais saborosos do que os brancos ou lisos.

A sua cultura é muito facil. Plantase em qualquer época, principalmente de agosto a dezembro, o fructo intelecto desde que esteja começando a gretar, deixando que fique sór da terra a parte gretada em terreno bom.

Preduz bem em qualquer lugar e abundantemente em terreno humido e gordo; tendo um apoio, árvore, cerca ou latada em que possa trepar, desenvolve-se muito e fructifica abundantemente durante longo tempo.

O fructo enquanto pequeno serve para conservas.

Depois de desenvolvido é um bom legume; come-se cozido de qualquer modo, gulzado, com molho de manteiga, ou molha branco, em salada, etc. Quando a planta é um tanto velha, a raiz engrossa extraordinariamente, constituindo uma espécie de batata, que é também alimentícia e ainda mais saborosa, segundo alguns, do que o próprio fructo, e prepara-se do mesmo modo.

Tanto o fructo como a raiz dão amylo, sendo que o polvilho da raiz, abundante nos pés velhos, é o mais delicioso que conheço; com elle só faz um mingau saborosíssimo. O modo de preparar o polvilho é o mesmo que para os outros tubérculos; ralar ou reduzir à polpa, desmanchar em água, coar, lavar bem, decantar a água, depois de deixar assentar bem o polvilho e pôr a secar.

O xuxú é um grande alimento, quer crua, quer cozido para a engorda dos suínos, que muito os aprociam, e portanto de grande vantagem a plantação, tanto mais que a cultura e colheita não demandam trabalho, podendo ocupar terrenos que não servem para outra planta.

CAPITULO XI DA BATATA INGLEZA

A batata (*Solanum tuberosum Linnei*), planta da família das Solanaceas, impropriamente chamada Inglesa, porquanto não há a menor dúvida ser ella originaria da América do Sul, já existindo cultivada na costa occidental na época de sua descoberta, foi observada em primeiro lugar no Perú e no Chile; e do supor existir em estado primitivo em alguns Estados do Brazil; ainda hoje se vêem espécimes silvestres.

A sua descoberta foi tão importante que levou um escriptor a dizer que «como tesouro foi tres mil vezes mais precioso

do que todas as minas do Mexico e do Perú».

Exceptuando-se os cereais, planta alguma veio prestar tão relevantes serviços à humanidade como a batata. As datas de sua divulgação nos diferentes países da Europa variam muito, e não são bem gabidas; no entanto, segundo escrivem os autores, foram:

Na Italia em 1510; na Espanha em 1550; nos Países Baixos em 1589, por Gérard; na Belgica em 1599; na Irlanda em 1615, pelo almirante Walter Raleigh; em França em 1616; na Alemanha em 1701; na Escócia em 1726; na Suécia em 1728; na Suisa em 1730.

Não foi sem grande dificuldade a sua vulgarização, pois pertencendo ella a uma família botânica, onde existe grande numero de plantas venenosas, eram atribuídas a seus tubérculos propriedades nocivas à saúde, e d'ahi temaz oposição geral à sua introdução; mas, finalmente, tendo elle servido para livrar da fome e miséria a população da Alemanha em 1772, e por várias vezes em França, quando houve escassez de cereais, como em 1793 e 1816, foi aceita como excelente planta alimentar.

Em França deve-se a vulgarização da batata ao sabio agronomo barão Parmentier, (*) que como pharmaceutico militar em serviço no exército de Hanover, tendo sido feito prisioneiro, achou-se durante o seu captiveiro reduzido a se alimentar de batatas, ficando assim conhecedor de suas vantagens como legume.

Louvou muitos anos para ser introduzida nas hortas reais e mesmo era cultivada por alguns apenas para os seus animais.

(*) Parmentier, (Augustin) nascido em 1737 em Montpellier, foi pharmaceutico militar, depois chefe do Hospital dos Inválidos, Membro do Instituto de França. A sua morte, a 17 de dezembro de 1813, foi muito sentida e em atenção aos elevados serviços prestados à Patria foi-lhe erigida uma estatua em sua cidade natal.

Parmentier, tendo feito da batata assunto de seus estudos químicos, descobriu que nos tuberculos existiam substâncias das mais ricas e nutritivas, semelhantes às dos cereais, que podiam servir para a nutrição dos homens, sem causar dano algum à saúde, como propagavam, sendo uma planta útil e que se acclimava perfeitamente bem no país, dando resultados econômicos espantosos.

Para exaltar a curiosidade e cobiça, poiz guardas durante o dia vigiando a planta preciosa cultivada em seu pomar perto da Pariz; à noite retirava os guardas, dando assim occasão a que os transeuntes se atrovessem a ir furtar tão vigiada planta, que devorla provavelmente ser de grande preçoidade.

Tanto fez ello que chegou afinal a vencer o prejuizo; conseguindo convencer das enormes vantagens da batata ao rei Luiz XVI, que apresentou-se num bollamauha entre os seus cortozaos, com um ramo do flores de batata ao peito, colhidas no jardim cultivado pelo proprio Parmentier.

Este acto foi suficiente para que todos os elegantes da época procurassem imitar os costumes rocos, e começassom a propagar a cultura da planta americana, fazendo além disso uso dos tuberculos em suas mosas.

Sendo uma planta que se submette facilmente às condições da pequena e grande cultura, que supporta os mais variados climas, que não exige condição especial do solo, de adubos, rotação, etc., produzindo mais ou menos em toda a parte, conforne as circunstâncias, mas sempre provando a sua rusticidade, muito maior seria ainda a sua cultura e consumo no mundo inteiro si não fôra o apparocimento de diversas molestias, que vieram de algum modo diminuir, atenuar, o entusiasmo em sua grande plantação.

Entre nós data o seu cultivo desde o meado deste seculo que finda. Os colonos suíssos que vieram para Nova Friburgo cultivaram, durante muitos annos, batatas em

grande escala, com o que suppliram a enlão villa do Morro Quininde, chegando mesmo a exportar algumas.

Com o apparecimento da praga nas batatas, mais ou menos em 1860, aquelles colonos abandonaram o cultivo em seus lotes (*quincas*) e vendoram estes ou mesmo desprezaram, emigrando quasi todos para as afamadas terras do município de Cantagallo, onde se entregaram à cultura do café, no que foram muito felizes, pois quasi todos acumularam fortuna.

Há alguns annos a esta parte reconheceu a cultura da batata em Nova Friburgo, Theresópolis e outros lugares do Estado do Rio, Minas, etc., e teria augmentado muito si fosse adoptada a cultura intensiva, mais racional, e em Ingares não muito longe da centros consumidores, e mercados mais serios do que os da Capital Federal, em relação a certos generos alimentieiros.

O consumo da batata dita bugloza ou *batalinha* é relativamente pequeno no Brazil, podendo ser isso attribuido a varios motivos. Assim é que a batata consumida no paiz vem-nos quasi toda do estrangero; chega a nosso mercado muitas vezes estragada se não grelada, quando, logo a principio acha-se em bom estado e de boa qualidade para a mosa, custa muito dinheiro e portanto só utilisada pelos abastados, mais ou menos favorecidos pela fortuna. Em geral, as que são fornecidas nos hotois, restaurantes, casas de pago são da peior especie, das mais ordinarias, baratas, daquellas que na Europa são empregadas como forrageiras e industriaes, o que portanto não podem ser agradáveis ao paladar. As batatas nacionaes do Minas, S. Paulo, as de Petropolis, Theresópolis, Nova Friburgo, etc., no Estado do Rio, são vendidas na Capital Federal de 300 a 600 réis o kilo e ás vezes mais. Em Friburgo desde muito cultivam em geral especialmente duas variedades excellentes, muito bom reputadas no mercado: Uma lisa, sem *olhos* profundos, em forma de rima, sobre o comprido, de pele branca, muito farinhosa;

o contra de pello rexia, mais ou menos arredonda la e com *outros* mais visíveis; a esta denominam *batata ouro* e aquella batata prata; ignoro sua origem primitiva.

São na realidade excellentes batatas para a mesa, acredito mesmo que si essas boas variedades podessem ser vendidas nessa capital, à razão de 300 réis o kilo no maximo e mesmo a 200 réis, o que ainda devorá dar resultado compensador ao cultivador que empregar uma cultura racional e aperfeiçoada, em sítios de transportes baratos e commodos, o seu uso em nossas mesas augmentaria grandemente, tornar-se-ria muito mais generalizado. — Parece incrivel, mas é certo que ha muita gente boa entre nós que desconhece o valor delicado quo tem una boa batata, própria para a mesa.

Além disso existe um outro motivo o assaz valioso para a difícil vulgarização da batata inglesa, é a facilidade e habito de cultura da suas duas rivais, a batata doce e o aypim ou mandioca manja, que suprem com vantagem no interior a falta da batata inglesa, sendo que, aquellas incontestavelmente dão produtos tão bons com tanta facilidade e abundância como já demonstrámos para a batata doce e o faremos adiante para a mandioca, que não será facil serem substituidas pela *batatinha*, como por desdém denominam a *inglesa*.

A cultura da batata na Europa tornou-se geral em quasi todos os paizes.

Em França ella ocupa uma superfície de 1.500.000 hectares de terreno, produzindo annualmente 100 milhões de quintais; ella ocupa o terceiro lugar entre as principaes culturas do paiz, vindo logo depois do trigo e da vinha.

Aimé Girard, que se dedicou especialmento a durando longos annos ao estudo desta cultura, chegou à conclusão de que a batata, mais do quo os cōrœas e a beterraba, agradece os benefícios da cultura, o foi seguido os seus sabios conselhos quo muitos dos seus collaboradores conseguiram obter em anno, em quo a secca excepcional causou danños

serios, numa colheita por hectare, em terra fértil de 30.000 kilos a 36.000 kilos e em terra pobre de 22 a 25.000 kilos de batatas ricas, que vendidas a 3 fr., 50 o quinto (100 kilos) deu numa receita bruta de 1.200 fr. com uma renda líquida de 400 fr. a 500 fr. aos primeiros e 800 fr. brutos com um lucro de 250 a 300 francos aos do terreno pobre.

«Bellas colheitas assim, diz elle, todo o cultivador pode obter segundo os preceitos rationaes de cultura intensiva indicados pela scienzia agricola.»

Natureza do solo — Quasi todo o terreno serve para a plantação da batata; visto dar rendimentos notaveis em terrenos de natureza muito diversa.

Os terrenos silicosos e argilo-silicosos são os que dão maiores rendimentos; porém, mesmo nos argilosos, seguindo processos rationaes obtém-se grande rendas.

Dependo isto, entretanto, das condições meteorologicas de occasão; si o anno correr chuvoso os terrenos argilosos tornam-se maus, e ao contrario, si for excessivamente seco, os terrenos leves, arenosos, são os que perdem as suas boas qualidades. Qualquer que seja a natureza do terreno, é condição essencial, que elle possa, ou seja susceptivel de adquirir uma surriba em grande profundidade, um revolvimento o mais completo possível; quanto mais compacto o solo, menos conveniente à cultura da batata, como acontece para os tuberculos em geral.

A fertilidade do solo exerce realmente uma influencia consideravel sobre as colheitas, mas não se segue daqui que a sua pobreza seja causa do abandono; em terrenos pobres, mas bem lavrados, pode-se obter colheitas abundantes de 22 a 25.000 kilos por hectare.

O ponto essencial a considerar, como já disse, na escolha do terreno é a natureza do sub-solo; sendo este permeável, e como correndo seco, os resultados serão excellentes; si o anno for chuvoso ao contrario e o sub-solo impermeável, a colheita será igualmente

boa o vice-versa. — E, pois, quasi todos os solos aráveis à boa profundidade, que possam ser bem subridados sendo o trabalho de cultura feito racionalmente, são susceptíveis de fornecer boas colheitas de tubérculos.

Preparação do solo — Como ao arrancar-se as batatas, elas são vistas mais ou menos na superfície da terra, muitos lavradores julgam suficiente uma lavra superficial, não haver necessidade de lôsar bem a terra, bastando só mais tarde amontoá-la ao pé da torreira.

E' isso um erro muito prejudicial, uma falta capital.

A batata, bem como a beterraba e os demais tubérculos em geral, a lavra profunda é imprescindível, ella é essencial em uma cultura intensiva.

Nada mais fácil de compreender-se a razão; pois só assim as raízes que muitas vezes se estendem a mais de metro, poderão com facilidade, encontrando a terra fróxua, ir à buscar a agna e as substâncias fertilizantes necessárias à sua vegetação.

Aquellos que, em vez de uma lavra do 0^m,12 a 0^m,15 de profundidade, a fizorem do 0^m,10, não torão de se arrepender; verão com certeza o resultado favorável na colheita.

Tendo sido demonstrado por pessoas competentes que em igualdade de circunstâncias, de condições de estrumação, etc., quando o rendimento no primeiro caso (lavra superficial) regula do 20 a 25.000 kilos, no segundo (lavra profunda) atinge a 30 ou 35 mil kilos por hectare; portanto, uma diferença para mais de 10.000 kilos, sómente por haver-se aprofundado a lavra, o que se conseguiu facilmente usando a charra Brabant ou outra que vai a 0^m,25, seguida da pequena charra de sub-solo, sem alveia que, só, revolva bem a terra a mais 0^m,15 no mesmo lugar sem trazer a terra para a superfície.

A lavra profunda deve ser feita no inverno para dar-se a segunda na primavera com estrumação passando-se depois a grade.

Adubação — E' esta uma questão importante e delicada; em primeiro lugar precisamos saber se ella é necessária. Em nossos terrenos do primor qualificado julgamos desnecessário o estrume, comprando, se o fizéssemos em regra, deveria dar maior colheita, mas que não compensaria de modo notável o trabalho.

Na Europa, até bem pouco tempo, julgava-se desnecessária a estrumação; dizia-se que a batata sendo pouco exigente dispensava o adubo, deixando ella no solo ou na atmosfera os elementos necessários para a sua alimentação.

Experiências feitas por notáveis agronomos vieram provar que a batata é bastante exigente, e que sem estrume ella só pode dar colheitas poquenas, não há dúvida, mas que dando-se ao terreno estrume em abundância fornecerá elle altos rendimentos, e que os tubérculos adquirirão grande riqueza em semente.

Do mesmo modo que para quasi todas as plantas, os elementos fertilizantes são: o azoto, o ácido phosphórico, a potassa, a cal, etc. Não convém, nem se pode aconselhar uma fórmula fixa de adubo; depende muito dos antos especialmente do terreno, sua constituição geológica, composição química que o lavrador deverá fazer conhecer pela análise em laboratórios especiais, para não empregar componentes no adubo, do que não carece, evitando assim despesas superflusas. O emprego do estrume de curral ou estrebaria por si só já aumenta consideravelmente a colheita; em certos países da Europa só com o seu emprego tem-se elevado o rendimento de um hectare a 40 e mesmo a 50.000 kilos. E' o que preferimos aconselhar especialmente aos lavradores que o podem obter em suas lavouras, com diminuta despesa.

O lavrador que quiser fazer uso de um adubo mais completo deverá mandar proceder à análise de seus terrenos, e depois pedir indicações práticas sobre a natureza, proporção dos adubos químicos necessários.

às terras analysadas; compralos em casa da toda confiança e mandar preparar o adubo composto em sua fazenda à medida das necessidades.

Evitará o mais depressa possível os adubos preparados que nos vêm do estrangeiro e que não tenham sido analysados por pessoa competente, do contrario sairá logo perdido, como tem acontecido a muitos.

Na Europa, em alturas proximas às grandes cidades, os cultivadores preferem ao estrume de curral ou estrebaria, os monturos, lixos e dejectivos da cidade, dizendo que são os que melhor resultado dão.

O que convém mais fazer, por ficar mais barato e com esplêndido resultado é adicionar ao estrume de curral os adubos chimicos complementares que elevarão os rendimentos até 30 ou 40.000 kilos, empregando-se a seguinte proporção em terreno de composição média e no mínimo por um hectare:

	kilos
Estrume de gado	15.000
Superphosphato de cal	200
Sulphato de potassio	150
Nitrato de potassio	150

Girard emprega entre os seguintes limites:

	kilos
Estrume de curral	25 a 35.000
Superphosphato de cal	300 a 600
Sulfato de potassio	250 a 300
Nitrato de soda	200 a 300

Os estrumes devem ser espalhados em todo o terreno e não postos em cada cova, pois, as ralzes, à proporção que forem crescendo devorão ir encontrando por todo o seu trajecto os principios fertilizantes e absorverão.

Escolha da planta — Si o modo de preparar o terreno com lavra profunda e com empregos de adubos, tem grande influencia para as boas colheitas, também não a tem menor a escolha da batata a plantar. A batata pôde-se reproduzir por semente e

às vezes mesmo melhorando a qualidade, mas este meio só é praticado por agro-nomos pacientes e cuidadosos. O modo comum é empregar-se os tuberculos e na escolha delles devemos ter o maximo cuidado.

É um hábito nosso, quasi geral entre os cultivadores, não se prestar a devida atenção na seleção das sementes, apesar de saber-se que os bons produtos quasi sempre dependem da boa qualidade de seus progenitores. Na especie animal é isso por demais conhecido.

Em geral gasta-se o melhor e quando se precisa é do resto que se vai aproveitar para planta.

É um costume que convém desapareça, pois a qualidade hereditaria está mais que provada.

Em cada tuberculo existem qualidades que devem se reproduzir; sendo ella de grande renda, fornecerá certamente uma colheita abundante e rica e reciprocamente, donde se tira a conclusão de que devo ser nos pés ou touças de grande rendimento quo se deve escolher os tuberculos para planta.

As observações têm demonstrado que existe uma relação quasi constante entre a exuberância da vegetação e a produção dos tuberculos de boa qualidade, isto é, si as hastes são altas, viçosas, cobertas de folhas verde-escuras, os tuberculos nos pés serão numerosos e pesados e si, ao contrario, as hastes são rachiticas, a folhagem do um verde amarelado, os tuberculos serão em pequeno numero e de pouco peso. Nada mais fácil, pois, ao cultivador, de que marcar as touças de vegetação vigorosa para na occasião da colheita apanhar os tuberculos separadamente e reservá-los para a futura plantação.

Mesmo entre estes convirá fazer ainda nova seleção; os tuberculos muito pequenos não dão rendimento sufficiente; conviria pôr dois a tres em cada cova; entre os tuberculos do tamanho médio e os grandes o resultado de produção é quasi o mesmo, pelo que não ha necessidade de esporдиçar o grande, quan-

do o médio produz o mesmo resultado. Os tuberelos grandes poderiam ser cortados em pedaços contendo dois a três olhos, como alguns fizeram, e outros chegam até a plantar com um simples olho, pensando tirar resultado com essa economia mal entendida; quando muito esta última prática poderia ser permitida em se tratando de multiplicação de uma variedade, da qual se tenha poda porção de tuberelos e assim mesmo por pessoa caprichosa e habilhada. Mas, a prática confirma a teoria relativamente às vantagens da plantação de tuberelos perfeitamente sãos, sem lesão alguma. Os cortes nos tuberculos são feridas expostas, são portas de entrada de espórios de cogumelos, produzindo a podridão e do outros germens de molestia; principalmente si coincide com um anno chuvoso, portanto propício ao aparecimento de tais molestias cryptogâmicas.

Há variedades delicadas que especialmente muito se ressentem dos cortes. Portanto, é de boa prática e recommendável, sempre que for possível, empregar para planta, tuberculos inteiros, de tamanho médio e de toucios escorridas.

Também devemos fazer boa escolha da variedade a plantar conforme o fim a que for destinada: meza, forragem ou industrial.

A produção varia conforme a qualidade plantada, e cultura mais ou menos bem feita e também as condições meteorológicas da ocasião. Regula uma média de 20 a 25.000 kilos por hectare, que deverão produzir, vendido barato por 100 réis o kilo, o rendimento bruto de 2:000\$ a 2:500\$ e isto no curto espaço de tres a quatro meses em uma superfície de um hectare — um quadrado de 100 metros de cada lado! podendo ser vondido pelo dobro em princípio da safra ou quando há falta no mercado, rendendo então de quatro a cinco contos de réis; sendo que actualmente, mesmo em Friburgo, é ella vendida em primeira mão a 300 réis o kilo e a 400 o 600 réis na Capital Federal.

Varietades. — Existem actualmente mais de 300 variedades de batatas, que se podem

classificar em dois grandes grupos: Batatas da grande cultura, forrageira e industrial e batata hortelã, culinária, própria para meza da qual cada dia aparecem novas variedades com diferentes características, quanto ao tamanho, gosto, delicadeza da massa etc.

Para a grande cultura escolhem-se as variedades que produzem muito, que dão grande rendimento em fécula, ainda que o gosto não seja agradável, que sejam de fácil cultiva, e de maior resistência às inclemências.

Os catálogos estrangeiros trazem os nomes das mais famosas, algumas das quais tem sido ensaiadas entre nós, tales como a *Early-rose*, a *Magnum bonum*, a *Gigante*, *La Bretagne*, a *Richter's Imperator*, etc; todas precoce, muito productivas e de boa conservação.

Entre as variedades próprias para meza, que devem ser de fácil conservação, de gosto delicado, ainda que de produção menor, média, são citadas como as mais recommendáveis: a *Vitelotte*, a *Morjolin*, a *Royale*, a *Quarantaine de La Halle*, a *Violette*, a *Prince de Galles*, a *Victor*, (a mais precoce de todas as variedades conhecidas, productiva e de excellento qualidade etc.)

A *batata de Sutton* e a *Magnum bonum* são conhecidas há mais de vinte annos; foi aconselhada por San Bartholomé, como a mais productiva que se conhece (35.000 k por Hct.) resistiu às pragas, é de superior qualidade, extremamente delicada e muito farinacea. Já é conhecida e cultivada entre nós.

Em geral, aquil plantam-se batatas escolhidas entre as portuguezas, francesas e de Nova Zelândia que aparecem em nosso mercado.

Em Nova Friburgo há muitos annos cultivam duas variedades muito boas a que denominam batata lisa ou rlim e a batata ouro.

Plantação — Depois do terreno preparado convenientemente deve-se tratar da plantação, para o que tem-sede attender a regras, mais ou menos precisas, atinentes à época, regularidade e distância.

A época naturalmente varia com o clima; entre nós, nos Estados do Sul, pôde se plantar quase todo o ano; mas, em geral, são preferidas três épocas: A primeira, no inverno, no mês de junho nos terrenos silicosos e secos e no mês de agosto nas terras mais frescas; a segunda, na primavera, isto é, ilum do setembro e princípio do outubro; a terceira no outono, isto é, em março.—A plantação feita em junho em Friburgo é também por muitos adoptada com bom resultado e do mesmo modo que as das outras, no fim dos três meses, está pronta a ser arrancada.

A maior parte dos cultivadores aqui entre nós ainda plantam sem regra, nas pequenas lavouras com a enxada ou capoeira roçada, na qual puxaram fogo—no máximo plantam duas vezes seguidas no mesmo lugar; deixam descansar um ou dois anos.

A cultura feita por meio da charrua é mais económica, rápida, mais regular e de maior rendimento.

Em uma cultura racional praticada methodicamente deve haver toda regularidade em sua plantação, conservando-se igual distância entre as covas. Esta distância não deve ser, nem muito grande de modo a ficar espaço aberto depois do completo desenvolvimento da planta, nem tão aproximado que logo as ramos de uns enfram os outros. O espaço deve, pois, ser calculado de modo que, sobre a suportação dada, haja um número de covas tal, que cada planta possa desenvolver sua vegetação aeréa em toda a liberdade, à vontade, mas que chegada à seu termo do desenvolvimento, aproxime-se da outra do modo a cobrir perfeitamente todo o terreno.

Está calculado que são necessárias 330 covas por acre (3,3 por metro) ou 33000 por hectare para as variedades de grande florlhagem; e 400 covas por acre, 4 por metro ou 40.000 por hectares para as variedades comuns para realizar aquello desideratum.

Sendo o peso médio, a preform, das batatas segundo as variedades a plantar, de 30 grammas para as pequenas e de 50 grammas para as maiores, devorá cada hectare lavoura do

1.100 a 1.600 kilos, ou por medida, 20 a 22 hectolitros pouco mais ou menos, para poder ter uma boa produção.

Estando o terreno preparado convenientemente, abrem-se regos com o arado próprio ou simplesmente com um pequeno sulcador, distantes uns dos outros 0^m,60 a 0^m,70 (distância suficiente para dar passagem a um animal puxando a capinadeira mecânica) e logo em seguida vem outros trabalhadores, geralmente crianças espertas ou mulheres, collocando as batatas escollidas inteiros, si de tamanho modiano, cortadas si muito grandes, e mais de uma, si muito pequenas na toira virada, distantesumas das outras 0^m,30 a 0^m,50 e a uma profundidade de 0,10 a 0,15 momento. J. Chaboulier aconselha, depois de estudos durante seis anos, a plantar a 0^m,06 de profundidade como dando melhores resultados. Hoje nas culturas extensas já empregam aparelhos ou trichinas que vão semeadas as batatas ao mesmo tempo que vão sulcando e com certa regularidade, mas, elas ainda não são tão práticas e económicas que o seu uso possa ser aconselhado.

Um trabalhador habil e intelligente em pouco tempo se habilitaria a fazer as covas igualmente distâncias, mas se quisesse poderia usar um cordel com marcas de 0^m,40 ou 0^m,40 ou de 0^m,50 ou 0^m,50 estendido ao longo do sulco ou loiva. A perfeição do trabalho depende da habilidade do plantador, que sendo caprichoso poderá até plantar em quincunço com a distância de 0^m,60, permittindo assim ser capinhada com a onxada de cavalo ou capinadeira mecânica em todos os sentidos.

Amanhos ou mondais — Todos os cultivadores sabem perfeitamente que as lavouras devem estar sempre no limpo. Não se pôde de antemão dizer quantas mondais são necessárias, dependendo isso naturalmente do tempo, clima, etc.

Osumanhosserão dadas tantas vezes quantas sojam precisas para evitar o crescimento das horvas ruins e que vêm roubar os principios fortificantes que deverão servir à nutrição das batatas. Logo que estas se deson-

volvam bem, de modo a folhagem cobrir perfeitamente o terreno, não haverá mais necessidade de capina visto como não nascerá mais matto que possa danificar a plantação.

Estas capinas entre nós são geralmente feitas por instrumentos manuais, enxadas, sachos, etc., mas não resta a menor dúvida sobre a grande vantagem dos processos mecânicos, que dia a dia mais se aperfeiçoam; para o que existem, as enxadas mecânicas ou capinadelras, os cultivadores, entre os quais lembramos como bons o universal, o cultivador de Bajae, o do Planet Junior, etc.

Dá-se uma gradagem logo no princípio da germinação, 15 a 20 dias após a plantação, e às vezes antes de um mês, quando o broto estiver com uns 0,5 a 10 fôrda da terra, devendo-se dar uma sachá aperfeiçoada, seguida de outras, se necessário fôr; a gradação leve de Howard ou a Planet serve bem para esse fim.

Depois de mais desenvolvida a planta a carpideira de cavalo será passada entre as linhas, completando-se o serviço com a capina à mão, enxada pequena ou sachó, entre os mini próximos aos pés, onde não puder ser feita com a máquina ou que esta deixou escapar, como muitas vezes sucede; por último faz-se a amontoada, chegar terra aos pés, que poderá também ser feita à enxada ou melhor pelo uso do amontoador de duas rúbeas (buttoir dos franceses) com menos dispêndio. Alguns negam a vantagem da amontoada, mas, esta é necessária sempre que seja preciso para evitar que os tubérculos fiquem expostos na superfície da terra, o que muitas vezes sucede com as variedades de grande produção, ficando então os tubérculos verdes de inferior qualidade.

No fim de três meses pouco mais ou menos procede-se à colheita, que só deve ser executada depois de estarem os raios e folhas bem murchos ou secos, fumados, os tubérculos coibidos pelo demais conservam-se mal, perdem em peso e em selenia.

As observações tem demonstrado que em quanto existe parte da planta verde, os tubérculos ainda estão aproveitando; arran-

cados tarde dentais podem também se estragar.

A colheita pode ser feita a ouxaça, sachó comprido, cavadeira, ou por meio de charrua ou arados especiais. Na mesma o arranador de batatas, cuja alveia tem aberturas, é um excelente apparelho que muito adianta o serviço.

A charrua ou arranador devorá funcionar bem fundo no correr das linhas, de modo a levantar a terra, descobrindo os tuberculos, que serão apanhados e amontoados por mulheres e crianças, para depois de secas serem transportados para depósitos ou celeiros. Convém passar imediatamente depois de retirada as arrancadas, a gradação para que, renovando o terreno, se descubram muitos tuberculos que escaparam à primeira colheita.

A conservação da batata exige bastante cuidado e certas precauções. Em primeiro lugar elas não devem ser machucadas, arrancadas brutalmente, pisando-as. Os tuberculos não devem ser amontoados uns sobre os outros à grande altura, que exceda do um metro, porque pode haver aquecimento e consequiva decomposição; havendo bastante espaço convém espalhar bem, e quando não, remecer os montes de vez em quando.

Devem ser conservadas em celeiros, caves ou em abrigos, simples telhados, choças feitas de folhas de sapé, palmeiras, etc., no próprio local, quando há muito calor ou humidade. Quanto mais seco,claro e arejado melhor; em lugar húmido, com pouca claridade, gretam muito depressa, as batatas devem ser recolhidas bem secas, e até para melhor se conservarem usam alguns secá-las no forno ou em estufas depois de bem lavadas. Entre nós pouco se cuida da conservação, porque logo depois da colheita tem-se pressa em enviar-as para o mercado, o que não é boa prática principalmente quando as há em abundância na ocasião, obtendo assim um prego muito baixo.

O modo de transporte varia; do estrangulero comumente elas nos vêm em calxotes do

madeira leve, com fendas ou aberturas para ventilação.

Entre nós, enviam para o mercado quasi sempre em jacás, balaios feitos de taquira ou bambú, e quando para porto mesmo em sacos, o que não é bom sistema porquanto sendo atirados de um lado para outro durante o transporte, nas baldeações ficam machucadas e apodrecem em grande quantidade. Em geral cada jacá, meia carga, como chegam os batateiros pesa 30 kilos, custando de 6\$ a 10\$000₀, conforme a procura.

Molestias da batata. — Como quasi todas as plantas culturais, a batata não faz excepção, é também sujeita a varias molestias. A peior delas, a da qual especialmente tratarei, por ser a que maiores danos tem causado, foi notada em França de 1842 a 1845 e é produzida por um cogumello micróscopico, o *Bryotricha peronospora* ou *Phytophtora infestans*.

Entre nós apareceu esta molestia, a quo o povo chamava simplesmente praga da batata ou ferrugem, em 1860 mais ou menos, e fez com que os colonos suíssos do Nova Friburgo abandonasssem a cultura incipiente que estava bem animada.

Os spóros deste cogumello, trazidos pelos ventos à superfície das folhas, penetram o seu mycelio no parenchyma, nutrindo-se à custa do suco da planta, que se oxgota e acaba por morrer. Este parasita fructifica, notando-se na pagina inferior filamentos brancos carregados de spóros novos quo se espalham, propagando o mal com rápidos extraordinaria. Reconhece-se facilmente pelo apparoamento de manchas brancas na pagina inferior das folhas, quo depois tornant-se quasi pretas na parte superior, estendendo-se progressivamente sobre toda a folha quo sêca, e mesmo ao caule, indo até aos tuberelos.

A mancha branca, como penugem ou mofo quo se nota na parte inferior da folha, é devida à fructificação do cryptogamo; é um signal característico da molestia, como no *mildio* das videiras. Para seu desenvolvimento concorrem muito ou são necessarias épocas chuvosas, ar saturado de humidade,

com algum calor, que não precisa ser excessivo, 14° a 15° para cima, mas geralmente necessita 20°.

Felizmente já é bom conhecido o tratamento quo se deve por em prática, afim de impedir o apparoamento ou mesmo a propagação da molestia; é o mesmo quo se emprega para a videira atacada de *mildio peronospora*.

E o emprego das caldas cuprireas, cujas fórmulas variam muito, conforme o autor. Entre outras são recomendadas a calda cupro calcarea assucarada de Perrot, quo se prepara pondo em uma vasilha de madeira 50 litros de agua, na qual se dissolvem 2 kilos de molago; e logo depois 2 kilos de sulfato de cobre; em outra vasilha com 50 litros de agua, desmancham-se 3 kilos de cal recentemente extineta e penolrada, e misturam-se os dous líquidos.

Uma outra formula é a calda cupro sodica, na qual a cal é substituída pela soda; assim, dissolvem-se 2 kilos de sulfato de cobro em 50 litros de agua de um lado, e em outros 50 litros de agua 3 kilos de crystaes do soda (soda do commercio) e depois misturam-se os dous líquidos.

Ou simplesmente: Agua — 95— Sulfato de cobro, 3 e cal 2.

Esses líquidos são aplicados por meio de pulverizadores especiais, dos quais os melhores são os de Vermoril, um pequeno de mão e outro maior para ser carregado às costas, L'Eclair; este é muito bom, presta muito serviço; ha dolles, modificados por diferentes autores e quo se prestam igualmente para o seu indicado.

Além destes os ha também para serem transportados sobre animais, quo só com o andar fazem funcionar o apparelho; são empregados nas grandes culturas. A quantidade de líquido necessário para um hectare do terreno regula de 15 a 18 hectolitros.

Esse tratamento deve ser empregado como preventivo em toda a cultura de batatas, ou pelo menos logo quo apareçam os primeiros symptoms, as primeiras manchas em al-

gumas folhas, pois qualquer demora pôde ser causa da perda total da plantação.

Nem todas as variedades são igualmente sujeitas à molestia, algumas são mais resistentes.

Há outras pragas que causam danos aos batatas, mas não sendo comuns entre nós deixo de tratar delas.

Preparados e resultados económicos.— Todos conhecem o uso culinário da batata Inglesa; ella sujeita-se a todas as operações manipuláveis da cozinha e entra nas mais variadas combinações à vontade do mestre cozinheiro que procura agradar aos mais exquisitos paladares. A batata pôde ser utilizada assada, cozida em água ou em vapor; della se faz uma boa sopa simples ou com caldos de carne de vaca, aves, etc.; faz-se empopado simples ou composto; usa-se em purê ou pirão, em omelletes, fritas em gordura ou em manteiga, em croquettes, bôlos, temporada como salada, etc. e de outros modos com que a arte culinária, principalmente a francesa, sabe variar.

Com a batata fabrica-se também pão, entrando em sua composição, $\frac{1}{3}$ de farinha de trigo, $\frac{1}{3}$ de fécula e $\frac{1}{3}$ do raspar frescas da batata Inglesa.

Como planta forrageira ainda não é usada entre nós, que nem a temos em quantidade suficiente para o consumo de nossas mesas, nem plantamos a qualidade mais apropriada para aquelle fim, visto termos outros tuberculos que a substituem e com grande vantagem.

Em diversos países da Europa, porém, como a Alemanha, França, Inglaterra, etc. e nos Estados Unidos da América, ella serve de grande auxiliar na alimentação dos animais. E' ella considerada forragem de primeira ordem, pois que 100 kilos de batata podem substituir 50 kilos de feno, 35 kilos de aveia e 150 kilos de palha.

A's vacas dão batatas crusas associadas à palha ou ao feno; aos cavalos, carneiros, o suínos dão batatas cozidas.

A ração regular, por 100 kilos do peso do

animal por cabeça e por dia, dols a três kilos de tubérculos aos bois; quatro a cinco kilos aos carneiros; sete a oito nos suínos e 10 aos cavalos.

Na indústria é a batata grandemente aproveitada para a fabricação do amido— quasi o único geralmente consumido em toda a Europa e mesmo exportado para o eslovaco-giorgio, e para o fabrico de álcool e aguardente que se faz em grande escala, principalmente em França e na Alemanha. Tendo nós visto aí o rendimento de batata por cada hectare, sabendo também a sua porcentagem em amido, podemos facilmente calcular quais os resultados económico-industriais que deixa a cultura dessa solanacea nos países em que a fazem racional e sistemáticamente, seguidos os preceitos da agricultura moderna.

E' evidente que em um país como o nosso, que possui a incomparável mandioca, com sua grande raiz folicenta, não é preciso fabricar amido da batata Inglesa, e que também possui a mais rica planta saccharinizada, a incomparável canna do açucar, que produz abundante, mesmo extraordinariamente, não precisa fabricar álcool e aguardente de batata que é muito inferior em tudo e por tudo ao prodígio da canna do açucar.

CAPÍTULO XII

DA MANDIOCA — *GATROPHIA MANIHOT LINN.*
MANIHOT UTILISSIMA Pohl.— *JANIPHA MANIHOT*— KUNCH., E. H. H.

Não resta hoje dúvida alguma de que a verdadeira pátria da mandioca é a América, opinião de A. de Saint Hilario, Humboldt, Moreau de Jones, etc. Foi Pison quem, em primeiro lugar, forneceu notícias científicas sobre a mandioca em 1646, dando-a como planta indígena do Brasil. A sua cultura mais espalhada na Ásia e na África, na opinião acordada de todos os viajantes e botânicos modernos mais notáveis em ultramar, que a cultura dessa planta no Brasil, no México e nas Guyanas já era feita pelos indígenas muito antes da invasão europeia, o

domais os diversos nomes indígenas pelos quais os habitantes Indígenas as divergas variedades do mandioca, não deixam palhar a menor dúvida sobre a natureza util ephorblacea, não existindo na História documento algum que positivamente demonstre não ser essa planta brasileira; o mesmo que não o seja encontra-se ali clima tão apropriado que prospera tão bem em melhor mesmo do que em outra qualquer parte do mundo.

A descrição deste vegetal podia muito bem ser dispensada, visto como é por demais conhecido, mas em todo o caso daremos uma ligalha descrição para ficar completa.

O mandioca é planta da família das ephorbiáceas, do gênero *Jatropha* ou *Mauritia*.

É um arbusto de raízes grossas tuberosas contendo um suco leitoso, mais ou menos venenoso. A sua haste, que atinge a altura de um metro 50 a dois metros 50 é lenhosas, nodosa, tenra, ipobradilea, com grande medula, com pequenos ramos guarnecidos de folhas alternas, palmadas, longamente pecioladas com três ou sete lóbulos de tamanho variado.

As flores são monoicas, dispostas em cachos ou rachados compostos, amarellas ou roxeadas. Ha flores femininas e masculinas no mesmo individuo; as masculinas tem a corolla dividida até o meio em cinco segmentos e dez estames reunidos em coluna, e as femininas tem as divisões até a base.

O ovário com estilete e estigma duplos; o fruto é uma cápsula espinhosa, lisa e encravada, com seis ângulos salientes, tres loculos cada um com uma semente oleosa, de cor cintzaluzidia, manchada de escuro, semelhante à da mamona. As raízes das plantas cultivadas são tuberosas, oblongas, tendo externamente uma casca fina, delgada, membranosa, de cor parda, o que se desprende facilmente; sob esta existe uma outra casca mais grossa, branca, amarellada, coriácea fibrosa, quebradiça leitosa, envolvendo o corpo da raiz, que é branca, tenra, atravessada no centro por um longo cordão fibroso, que vai de uma

extremidade à outra. O tamanho da raiz varia desde alguns decímetros até dous metros de comprimento e 0^m,10 a 0^m,15 e mais de grossura.

São em grande número as variedades de mandioca. As espécies do Brasil enumeradas na *Flora Brasiliensis* da Martius são muitas. Dellas cita o Dr. Peckolt em sua excepcionável monographia com seus nomes científicos, 99 variedades, distribuídas pelos Estados do modo seguinte:

Goyaz, com 41 espécies; Minas, com 27; Bahia, 11; Rio do Janeiro, 10; Paraná, 7; Matto Grosso, 7; S. Paulo, 7; Pernambuco, 6; Ceará, 4; Piauhy, 2.

O Sr. Barão de Capanema em suas excursões científicas pelo norte do Brasil, há muitos anos, só do Ceará trouxe para o Rio de Janeiro, 22 variedades que distribuiu a vários agricultores, mas dellas não pôde agora obter notícias exactas.

Pode-se dividir em dois grandes grupos principaes as inúmeras variedades; segundo servem somente para a indústria de farinha e feijão ou si servem também para mesa.

1.º *Mandioca brava* — amarga, vermelha ou venenosa.

Mandioque utilissima do Polli-*Jatropha manihot Linnae* ou *Janipha manihot-Kunth*.

Todas as variedades deste grupo que vamos citar só servem para fabricar farinha, amido e para forragem; não servem para mesa por serem amargas.

As mais conhecidas deste grupo são:

Mandioqua assai ou de quatorze palmos—Rio de Janeiro.

A raiz alcança um enorme tamanho. O Dr. Peckolt diz ter colhido uma da grossura da coxa de um homem de 3^m, a 5^m, de comprimento que pesava 16 kilos, — mais também o *Jornal* publicou que se achava em 1871 na Exposição de Campos uma raiz que pesava 10 arrobas!! A raiz conserva-se na terra por longo tempo, a casca da raiz é preta, é muito leitosa, é cultivada só para fabrico de amido e dá regular farinha.

Dá 20,5% de amido.

Mandioca da grêlo rôvo — Estado do Rio. As raízes são pequenas. É uma das mais venenosas; apesar de dar boa farinha, é pouco rendosa e não vale a pena ser cultivada.

Mandioca barroso — Alagoas. A raiz cresce muito; tem a casca grossa; dá boa farinha.

Mandioca caboclinha — Alagoas e Pernambuco. A raiz é curta e grossa, de massa muito enxuta; dá boa farinha.

Mandioca cravella — Pernambuco. As raízes parecem-se com as do aipim; tem casca grossa e muito leitosa. É de grande rendimento, dá 25,2% de amido. Amadurece em dez meses e dá boa farinha.

Mandioca cambaia — Rio de Janeiro. As raízes parecem-se com as do aipim; tem casca grossa e muito leitosa. É de grande rendimento, dá 25,2% de amido. Amadurece em dez meses e dá boa farinha.

Mandioca mandipalheta ou mandioca branca — Rio. Raízes de tamanho regular, muito leitosas; dá bem em qualquer terreno e amadurece em 12 meses. É de grande rendimento, dá 26 a 27% de amido. Fornecem boa farinha.

Mandioca saracura — Rio de Janeiro e Minas. As raízes se assemelham à mandioca branca, mas são mais arredondadas; são muito leitosas (leite de consistência de manteiga). É uma das mais venenosas.

A massa é compacta e enxuta; é talvez a mais rendosa, pois que dá 36,69% de amido. A sua farinha é boa. Amadurece em 12 meses.

Mandioca Piçoy — Rio. A raiz é leitosa; tem 0,50 a 1 metro de comprimento e 0,05 centímetros de diâmetro. É muito cultivada em serra abaixo para fabrico de farinha. É também de bom rendimento 21,3% de seiva; chamam-na também *Piçoy Manioba*.

Mandioca manaioba — Estados do Norte e Minas. Raiz regular; amadurece em 12 meses; dá boa farinha.

Mandioca manibrá — Goyaz, Matto Grosso. Muito semelhante à manaioba.

Maniba latifolia — Minas. Raízes de tamanho regular em tanto arredondadas; amadurece

em 12 meses; é muito venenosa e dá farinha regular.

Mandioca paraty — Rio. Raiz pequena; dura 8 meses.

Mandioca periquito — Alagoas. De raiz bastante grossa, produz excelente farinha.

Mandioca Martinga — Minas. A raiz é regular, só serve para farinha, pois é muito venenosa, mas tem a vantagem de amadurecer em 8 meses.

Mandioca Maria molle — Rio. As raízes são muito grandes, semelhantes às da mandioca assú; tem o diâmetro de 0,09 são leitosas e muito venenosas. Dá muito boa farinha.

Mandioco S. Peleinho ou dos Ilhos — Pará. As raízes são pequenas, porém, grossas, tem a grande vantagem de dessecarem-se por si mesmas, deixando-se secar por algum tempo. Dá produção regular em 8 meses, porém, muito melhor em 12 meses.

Infestamento é pouco comum esta espécie.

Mandioco Manipeba — Alagoas, Ceará, Bahia. É uma variedade de enxaimel que nasce de distâncias em distâncias numa batata, enraizando-se pela terra tão profundamente, que dificulta o arrancamento.

Extrai-se da sua raiz boa farinha, mas é tão venenosa e amarga a raiz que nenhum animal a come.

Pode-se conservar na terra por um longo tempo, até 8 anos; continuando ella sempre a crescer, chegar a grandes alturas mesmo no meio da caatinga.

É muito elogiada pelos agricultores do Norte.

É isto o que a respeito da *Manipeba*, escreve o Dr. M. A. de Macelo: No Ceará há uma espécie de mandioca, chamada *Manipeba*, que é verdadeiramente pródigo da Província para os habitantes das províncias, sujeitas às secas. A manipeba se acha no abrigo de todos os inconvenientes (secca, humidade e sombra).

Sendo ella plantada em terrenos ligelros, isto é, um tanto arenosos ou peneiros,

ronles, conta-se por certo com um colheito natural para os tempos calamitosos.

Nos últimos tempos coloniais, as autoridades impunham multas aos habitantes do Ceará, que não tivessem em suas terras um certo número de pés da manjuba e ainda hoje algumas cidades mantêm o mesmo princípio que infelizmente nunca passa de teoria. Na seca de 1825, me lembro de examinar uma plantação de manjuba que tinha abandonado havia dez anos e achou um verdadeiro tesouro dentro de uma capoeira do matto grosso, porque cada pé de mandioca lhe rendia almoços de optima farinha. «Em maio de 1843 mandei plantar na minha fazenda da Timbamba (Crato) uma porção de manjuba, duas nobinas que caíram em todo o resto do mesmo ano, foram suficientes para fazer prosperar a planta, que só levou duas capinas, depois das quais abandonei o meu colheiro guardando-o para tempos urgentes. Na seca de 1845 (no fim do anno) recorri ao granel que se achava trancado em uma densa capoeira. As tuberas não tinham ainda tomado as grandes proporções que adquiriram com a idade, mas, deram um rendimento que foi admirado pelos rotirantes, que em grande numero se agrupavam à roda do forno para cozer farinha, da qual não vendi uma só pacotela, dando do esmola numa grande parte.

A respeito da manjuba tive de fazer mais duas observações que confirmam o que disse acima, sobre sua propriedade em resistir aos contraves que se oppõem ao desenvolvimento de outras espécies de mandioca. Uma plantação de manjuba em montinhos levantados em um ipu (terra paludosa) nada sofreu de uma enxurrada que alagou as plantas já adultas. Depois de algum tempo as tuberas estavão em perfeito estado e muitas delas foram achadas a descoberto, depois de terem passado por muitos dias mergulhadas na agua.

Junto ao tronco de um formoso ingá, que com a sua imensa e cerrada copa assombra numa grande circunferência, creou-se

naturalmente um pé de manjuba, e ali vegetou por mais de 8 annos solitariamente, pois as mesmas herbas silvestres deixaram de prosperar na sombra da ingazeira. Com o fim de aproveitar a maniva para semente, mandei arrancar a manjuba que já tinha formado tuberas colossais. As rucas, porém, foram o que mais atraiu a minha atenção. A maniva, ao sair da terra dividio-se em varias hastes tortuosas, como é costume, as quais foram se subdividindo assim da podrem melhor penetrar os interstícios das folhas da Ingazeira até chegarem à sumidade de sua copa e ali participarem livremente da irradiação do sol e de outros benefícios atmosféricos. De todas as espécies de mandioca, parece ser a manjuba a que contém em maior proporção o gluton, matéria amigdala.

Durante a fabricação da farinha dessa mandioca, toda a casca fica coberta de amido que se suspende com os gases evaporados no acto da torrefação da farinha.

E' digna de desenvolver-se a sua cultura. Consta-me que já houve dela aqui no Sul; não a conheço, talvez mesmo alguém a tenha, mas não é muito comum.

II Grupo. — *Mandioca doce.* — *Mandioca mansa.* — *Mandioca branca.* — Aipi ou Aypim ou Macaxera no norte do Brasil, é a *Manihot aipi*, — Pohl, *Manihot palmata*, Muell Arg. *Jatropha dulcissima* Genell. Entre as principais variedades mais conhecidas, citaremos:

O Aypim ou Mandioca doce, Macaxera; é a comum, cultivada em quasi todo o Brasil.

As raizes chegam a grande tamanho, pesando de 500 grammas a um kilo; a pellicula é fina, despega-se com facilidade, a casca carnosa tem um milímetro de espessura.

E' comestível; é a mais rica em amido das mandiocas doces tem 28, 18 % do amido.

Mandioca ou aipim manteiga. — Estado do Rio, é a mais comum no Distrito Federal.

A raiz é menor do que a do Aypim comum, mas é muito tenra e boa para se comer; no borrhão ou cozida em poucos instantes está prompta a ser comida; tem a massa muito solta, delicada e é muito agradável ao paladar. As raízes não crescem muita, raras vezes excedem a 0^m,40. É recomendável.

Mandioaca amarela. — Pernambuco, Alagoas, Minas e outros Estados. A raiz é mais ou menos do tamanho da do Aypim, de casca fina, branca; a massa é de cor amarela, serve para farinha, é um pouco dura para se comer.

Mandioaca Pão do Chile. — Variedade já muito espalhada entre nós, devido a ser uma das melhores variedades para a mesa; muito tenra, fácil de cozer, geralmente muito enxuta e um tanto adocicada.

Não é muito productiva, o as suas raízes também não são muito grandes.

Mandioaca Mandy. — Rio. As raízes são curtas, tendo uma das pontas muito mais grossa do que a outra, havendo uma diferença de uns 0^m,10 entre os diâmetros da uma e outra ponta. A casca que é fina separa-se com facilidade; a massa é compacta e muito alva.

É comestível, porém, é de todas as mandiocas doces a mais pobre, tanto em substâncias azotadas como em hydrocarbonetos; portanto, não tem grande vantagem a sua cultura.

Mandioaca Malha fome. — Muito comum nos Estados do Rio e de Minas. É uma das mais recomendáveis. Dá abundantemente em todos os terrenos; tem a raiz do tamanho da do Aypim, com a pellicula mais adherente; a casca carnosa tem dous milímetros de espessura; é muito lótosa.

Servo não só para comer como para se fazer farinha. É uma das mais ricas em substâncias azotadas e contém bastante amido, 21, 85%.

Mandioaca suissa. — Rio, principalmente em Nova Friburgo. As raízes são tuberosas redondas, semelhante ao cará. A casca se

para-se com facilidade; é comestível; é a mais rica em substâncias azotadas das mandiocas analisadas pelo Dr. Th. Peckolt.

Mandioaca Milagrosa. — Alagôas. As raízes são longas e grossas, massa compacta, serve para comer e fazer-se farinha.

Mandioaca S. Sebastião. — Rio. A raiz é pouco maior do que a do Aypim, com a casca muito adherente e tão boa como elle para se comer.

Mandioaca Sabord. — Minas. É muito boa variedade, muito apreciada em Minas e S. Paulo.

Mandioaca Pacari. — Pernambuco. Raiz pequena, parda escure, massa amarela; preferem-na para comer do que para a farinha.

Mandioaca Pipoca. — Alagoas. Come-se e dá boa farinha.

Mandioaca ou Aypim Cambraia. — É recomendável.

E. Raoul, em um artigo sobre mandioca na obra de Sagot, cita duas qualidades do bom uso alimentar cultivadas nas colônias francesas do Oceano Índico e da Pacifico, nos seguintes termos, que transcrevo em português:

1º *Manihot soso*. — De uma palavra malgache significando cozido em consistência do creme etc.

2º *Manihot bouquet*. — Carro avermelhado, de 1^m,20 de altura máxima, formando um bouquet pelo facto da approximação dos peciolos, que são vermelhos, folhas verdes, sem raios. Produção no fim de 18^o mês, raízes podendo-se conservar em terra até tres anos, só depois desto lapso de tempo tornam-se leiosas. Não fructifica, pelo menos sob o clima da Reunião, da Nova Caledonia e mesmo do Tahiti. Rendimento no fim de 18 mezes: cincos a 15 kilos por tonneira, que, à razão de 10,000 pés ou tonças por hectare, dão um rendimento de 150,000 por hectare. Cita excepcionalmente um rendimento de 25 k. por tonça.

Seria para desejar que pudessemos obter essa variedade, senão sór oxagero; não encontro variedade alguma entre nós que dê tão extraordinario rendimento.

A cultura da mandioca — é feita geralmente entre nós de modo o mais rudimentar; nem sempre os lavradores escolhem os terrenos mais apropriados. Dizem ellos que todo e qualquer terreno serve para plantação da mandioca; em poprema parte elles tem razão, porque assim acontece, não ha dúvida que mesmo em terreno argiloso, compacto, a mandioca pôde dar raízes alguma tanto desenvolvidas, mas, também é sabido que si esse mesmo terreno fosse lavrado, melhorado pelos mesmos mecanismos muito mais daria. No primeiro caso as raízes não pôdem se desenvolver bem, ficam finas, longas, fibrosas, pobres em amido.

E' de observação prática que, plantando-se em igualdade de circunstâncias, a mandioca em terreno leve, silicoso, ou silico-argiloso, e ao mesmo tempo em outro terreno compacto, de solo argiloso, as tuberas serão muito mais volumosas e numerosas no primeiro caso do que no segundo. Além disso é sabido por todos que na estação chuvosa o solo argiloso, não sendo permeável, retém quantidade excessiva de agua, capaz de determinar a podridão das raízes; de onde a necessidade de preparar o terreno. Sabemos mais que os terrenos argilosos, e massapés no verão, com o sol ardente de outubro a março muitas vezes fendem-se em diversos sentidos, e portanto ficam as raízes das plantas sujeitas à ação nociva dos agentes exteriores em excesso, grande quantidade de agua, quando chove, entra pelas rachas do terreno, o pôde determinar a deterioração das raízes e bem assim os raios solares abrazadores penetrando pelo interior das fendas podem d'umnifilar as tuberas, causando a morte das raízes secundárias na peripheria.

As plantas ressentem-se defluidam, si não vêm a morrer, o que não é entretanto, muito pône provável, visto a resistência natural dessa grande planta.

Também os terrenos demasiadamente silicosos, inteiramente arenosos, tem seus inconvenientes, pobreza em princípios minerais fertilisantes; além dessa insuficiencia,

sendo o terreno muito móvel, havendo grande desenvolvimento das hastes, estas ficam muito suscetíveis de serem arrancadas pelos ventos. Apesar da fama do planta esgotante, ella não o é tanto assim; temos visto ser cultivada no mesmo lugar sem emprego de estrumes; e com rendimentos bem satisfatórios durante longos annos. É óbvio, porém, que começando a diminuir a produção e querendo-se continuar a cultivar no mesmo lugar ter-se-há o recurso do emprego de adubos, nos quais devem entrar a potassa, o nêcto phosphoric e principalmente a cal.

A reprodução da mandioca por semente do fruto pôde-se dar, porém não é pratico o mesmo difícil.

O modo pratico da propagação é por meio da haste, rama ou *marica*, que deve ser nem muito nova, nem muito velha, dividida em pedaços, tóros, toretes ou estacas de 0^m,15 a 0^m,25 de comprimento, contendo pelo menos dois a três olhos ou gemmas. A prática ou-sina que não é conveniente cortar se a maniva ou manabiba de um só golpe, porque assim custa mais a enraizar; geralmente usam de uma faca ponco cortando, com a qual dão tres a quatro pancadas leves em redor da maniva no tamanho indicado, deixando tres a quatro olhos. A prática de fazer pequenas incisões ou golpes nos gemos das estacas é útil, porque facilita o enraizamento. Deve-se plantar os tóros logo depois do plenos; si deixar-se passarem dias, arrisca-se a perder a maior parte.

A estaca que ao ser cortada não deixa correr leite não serva para se plantar, porque geralmente não nasce.

As estacas melhores são, como já disse, as que não sejam demasiao verdes, nem muito velhas, e geralmente da mandioca do um anno; são melhores as da gemma pequena, porque em pedaços menores têm maior numero de gemmas ou botões e as da parte inferior ou média do caule, ordinariamente mais grossos e portanto mais fortes para germinarem.

Nunca se deve plantar em dia chuvoso; a

lavagem do leito dificulta quasi sempre o enraizamento.

Algumas ou mesmo a maior parte das variedades de mandioca podem ser plantadas em qualquer época do anno, parém é fôrta de dúvida que a melhor é a indicada pela propria natureza, isto é, naquelles mezes em que o arbusto acha-se geralmente despido das folhas, de junho a setembro, mez este em que começa a brotação. Sendo possível, deve se preferir o mez de agosto para plantação, tendo mostrado a observação que a mandioca plantada neste mez nasce e desenvolve-se com mais velo e presteza.

O sistema de plantação communmente adoptado é abrir por meio de enxadas covas mais ou menos profundas, distantes 0^m,60 a 0^m,70 unhas das outras, nas quaes se lançam duas ou tres estacas ou toretes de 0^m,10 a 0^m,12, que são postos horizontalmente ou com pequena inclinação, cobertos depois com pequena camada de terra boa. Alguns empregam estacas longas de 0^m,50, mas, não ha vantagem alguma nesta pratica.

Em terrenos fracos, em terras de sambambaiá convem plantar em cova alta de 0^m,30 e sobre essa cova amontoa-se terra da proximidade até formar uma pequena elevação e sobre esta repetam-se duas ou tres estacas até dous toros de seu comprimento. Em terreno muito leve, fofa, alguns plantadores simplificam o modo de plantar, ilencendo ou enterrando na terra apenas a estaca da mandioca, sem abrir cova ou apenas abrindo um pequeno buraco ou furo com um pão rijo ou ferro de ponta aguda. Não é sistema a aconselhar o é mesmo conhecido pelo nome de *plantação de preguiçoso*, mas com isso não pretendo avançar que em certas e determinadas boas condições não possa o preguiçoso tirar boas colheitas.

Em terreno com tendência à humidade as covas devem ser mais rasas do que em terreno seco.

Pôde-se e deve-se mesmo, por ser mais vantajoso e económico, fazer a cultura da

mandioca por meio do arado e demais maquinás agrícolas.

Neste caso temos a considerar si o terreno é novo, tiver sido roçado há pouco e quemado, mas cheio de ideos que precisam ser arrancados.

Sí não tiver tocos e não estiver muito duro, emprega-se uma charrua forte, penetrando 0^m,25 a 0^m,30; estando a terra dura não se poderá nprofundar tanto de uma vez; convém empregar-se primeiramente a charrua sulcando em profundidade de 0^m,15 a 0^m,20 e depois outra mais profunda transversalmente à primeira.

Si o terreno a lavrar tiver sómente hervas de menos de um metro de altura, um pasto, por exemplo, espera-se que haja alquima chiva, quanto baste para amolecer o terreno e empregar-se logo uma charrua pesante para se lavrar a grande profundidade, ainda que seja necessário mais do uma junta do bois. Com esta operação obteremos as seguintes vantagens a um só tempo: limpar do malto a terra, rovolve-a, expondo-a ao ação dos agentes atmosféricos e adubando-a no mesmo tempo, servindo de a libo o mato, folhas secas, detritos da superficie revirada e enterrada pelo instrumento. Deixa-se passar algum tempo, um mez ou mais, até apodrecer bem o matto, passa-se depois a grada e o rolo sí necessário só para quebrar alguns toros e nivelar a superficie do terreno.

Na plantação com o arado sulcador, de duas alçoeas, abre-se os sulcos, em linhas paralelas, guardando entre si a distância de 1^m,20 a 1^m,50, tendo de profundidade 0^m,10 a 0^m,15.

A mobilisação, o aconselhamento do terreno, sendo útil a qualquer planta, como sabemos, constitue para as de raizes tuberosas, como a mandioca, uma das condições principais, esclarecendo para o desenvolvimento desembargado da suas raizes, não só physicalmente, destruindo qualquier impedimento que pudesse dificultar o seu crescimento, como eliminando, permitindo

a penetração do ar e os demais agentes atmosféricos tão necessários ao desenvolvimento das plantas. Deixa-se a terra assim preparada ainda algum tempo e depois procede-se à plantação, escolhendo manivas bem vigorosas, que bonham mais ou menos um ano e, depois de picadas em pedaços de 0^m.15 a 0^m.20, do modo acima descripto, fazendo pequenas incisões para facilitar o enraizamento, são os toros collocados no fundo do rego, 2 a 2 ou 3 a 3, com intervallo de 0^m.20 entre si, sondando neste ultimo caso (*de tres*), um no centro, ao longo do sulco e os dous outros no sentido transversal.

Entre cada grupo de dous ou tres toros ou estacas deve mediar um espaço de um metro pouco mais ou menos, conforme a variedade a se plantar seja de maior ou menor desenvolvimento de hastas e raízes. Cobre-se depois o sulco com uma pequena camada de terra.

Quando se faz a plantação em terreno fortemente inclinado, a parte inferior das estacas deve flear para o lado do baixo, no sentido da inclinação do morro. Logo que os pés ou toros começam a brotar, tornando-se bem visíveis na superfície da terra, deve-se dar a primeira monda ou capina: é isso bem sabido dos agricultores, que tinham o seguinte risco com relação às capinas da mandioca: «A primeira assim que me viros; a segunda, quando puderes, e a terceira si quizeres». Acho que os dous últimos conceitos deverão ser substituídos por estes: «As capinas seguintes sorão em numero de duas ou mais, tantas quantas forem necessárias para evitar que as hervas ruins ou mattos abafem ou prejudiquem a mandioca, até esta tomar conta do terreno.»

Na realidade, em terreno que foi bem preparado, geralmente duas a tres mondas são suficientes para darem tempo às mandiocas desenvolverem-se tanto que abafem ou sombriem o terreno de modo a não mais nascerem plantas daminhas.

As mondas são feitas comunmente por meio de onxadas nos terrenos não preparados,

mas em cultura adiantada tendo sido o terreno convenientemente lavrado, deve-se empregar as carpideiras mecânicas ou cultivadores, entre os quais lembram o do Bajac e do Planot Junior, que preenchem perfeitamente bem o fim a que são destinados.

Com o emprego destas máquinas só poderá escapar algum matto ou capim existente entre os pés na lomba e que será extirpado à mão ou onxada pequena em sache; já na segunda capina pode-se chegar um pouco de terra no pé da planta; na terceira, porém, convém observar se as raízes estão muito superficiais, para não se empregar a onxada mecânica que pode maltratá-las. Para o serviço da capina deve-se preferir tempo seco, um dia bom quento, por tornar-se mais fácil, melhor o proveitoso, morrendo todas as hervas novas, com mais certeza.

Na ocasião da limpa deve-se ter o cuidado de destruir os brotos ou rebentos mais fracos nascidos da mesma estaca, deixando flear só a haste mais vigorosa, o que dará em resultado maior desenvolvimento das raízes. O decote geral da haste da mandioca não é de vantagem notável, a não ser em aproveitamento como forragem, e isso mesmo, segundo opinião geral, não sendo feito nas proximidades da colheita, que prejudicaria as raízes que tornar-se-iam mais ou menos aquosas, *aguadas* como dizem. O decote, porém, convém muito quando aparecem na ponta das hastas lagartas que danificam a planta.

Não há época certa para a colheita da mandioca; varia segundo a época em que foi plantada e também segundo a espécie, pois nem todas gastam o mesmo tempo a se desenvolver; por isso deve o lavrador saber o tempo que leva, a variedade que plantou a chegar a seu completo desenvolvimento, a flear *madura*, boa para se colher, tempo variável entre seis e vinte meses, ou então fazer examingar por pessoa entendida antes de ordenar a colheita. É sabido também que há variedades que depois de maduras não convém flear sob a terra porque se estragam,

mas que há muitas outras que podem ficar três ou mais anos na terra sem se deteriorar, algumas melhorando mesmo em qualidade e quantidade do tuberosas, o nesse caso o lavrador poderá ir colhendo à medida das suas necessidades, para oito ou quinze dias sómente, não convindo por mais tempo porque pôdem se estragar.

A mandioica amarela e periquito da Bahia pôdem ser colhidas com quatro meses; a paraty, a maratunga e outras com 8 meses; a cambahá, com 10 meses; a mandioica brava, a saracura e outras com 12; a manjopeba do Ceará, com 1, 2 e até com 8 anos.

Alguns avaliam a maturação da raiz pela floração ou antes pela queda das sementes maduras.

Mas isto só a prática de cada localidade poderá ensinar, visto depender de circunstâncias tão diversas o desenvolvimento mais ou menos rápido das plantas.

Quando o terreno é excessivamente frouxo, basta puxar a haste com alguma força para arrancá-la com as competentes raízes; mas, geralmente, é necessário o emprego de um instrumento, enxada, sacho, cavadoira, principalmente para as espécies de raízes de grandes dimensões e em terreno compacto.

Pôde-se empregar um instrumento aratório qualquer como o arranador do batatis, quebrando-se antes as hastas bem baixas de modo a permitir trabalhar a parte dianteira mais facilmente.

E' boa norma logo que se tiver arrancado a mandioica em uma certa porção de terreno, aproveitá-la enquanto limpa para ser replantada imediatamente, de modo que quando se chegar no final do quartel, si elle for grande, estará todo oce replantado, e a primeira parte muito adiantada e talvez mesmo já em estado de ser novamente colhido.

Nenhuma planta de raiz tuberosa dá um rendimento maior que amido do que a mandioica e nenhuma outra dá em igual extensão do terreno tanto alimento. A mais bela plantação de arroz ou mesmo de trigo não pôde

nutrir tantos homens como em uma superfície igual de terreno plantado de mandioica.

Um hectare plantado de mandioica deve dar, segundo a variedade e a porção da cultura, 160 a 250 hectolitros de farinha—200 a 300 sacos.

Plantada em distância de um metro do pé a pé, leva o hectare 10,000 pés, cada mandando no mínimo quatro kilos, o que não é de admirar, teremos 40,000 kilos. É sabido que a mandioica rende no mínimo em farinha a quarta parte do peso bruto; teremos portanto 10,000 kilos ou 183 kœch, 36 litros de farinha ou 229, 5 sacos por hectare que vendida a 100 reis o litro ou \$8000 o saco, por barato, ou \$183 o kilo, dará 1:836\$000, ou ao preço medio da farinha regular, \$367 o kilo, que corresponde a \$200 o litro ou 16\$000 o saco, dará um rendimento bruto de 3:762\$000. (Um saco de farinha, de 80 litros, regular pesar de 44 a 45 kilos, conforme a qualidade).

Vejamos agora o resultado em amido: — Si reduzirmos toda a mandioica de um hectare ao polvilho, teremos, baseado nas analyses, o seguinte resultado: a do maior percentagem, como a mandioica Saracura, 36 % dará em 40,000 k. produção media de um hectare, 14,400 k. de amido ou 230 hect. 40 litros ou 288 sacos, que vendida a razão do 400 rs. o kilo ou 250 rs. o litro ou 20\$000 o saco, dará um rendimento bruto de 5:760\$000 (Um kilo de polvilho corresponde em medida a 1 litro, 6 ou 1 litro pez 630 grammas portanto o saco de 80 litros poza 50 kilos.)

Mas, para não parecer que exageramos, tomemos para cálculo a porcentagem media das principais variedades, entre 10 % e 36 %, seja 25 %; teremos em 40,000 kilos de mandioica, 10,000 kilos de amido ou 160 hectolitros ou 200 sacos que vendido pelo preço acima, produzirá o rendimento bruto de 4:000\$000. Alinda podemos fazer por menos, querendo atender a eventualidades, a muitas circunstâncias que pôdem sobrevir, e trazer perdas variáveis, e portanto façamos o cálculo com o rendimento mínimo de 20 %. O hectare dando no mínimo 40,000 kilos, to-

teremos 8,000 kilos do amido ou 128 hectolitros ou 160 sacas, que vendido polo mesmo preço dará um resultado bruto de 3:200\$000.

Admittamos que se despenda com a cultura e preparo, etc. a quantia de 1:20\$, ainda fica um saldo de 2:000\$000.

No mercado do Rio o prego do polvilho bom, a varejo, regula de 500 rs. a 1\$000, conforme a abundância na praça.

Convém notar que o rendimento de 40,000 kilos de mandioca por hectolitro é o cálculo mínimo; que só se dará em caso de má plantação, muita fúria ou acidentes inesperados, pois que deve regular a colheita em 60,000 kilos (6 kilos por cada pé, que não é desproposito algum, quando se menciona de 10,15 e mais kilos) sempre que a plantação for bem feita, de qualidade redonda em terreno rico, sendo então neste caso o resultado quasi duplo do que acima fallamos. E assim que, si por exemplo fizermos o cálculo mais aproximado do máximo de 60,000 kilos da mandioca saracura, que dá 36% de amido, teremos 21,600 kilos de amido ou 268 hectolitros ou 360 sacas, que à razão dos mesmos 400 rs. o kilo 300 o litro ou 24\$000 o saco (podendo dizer mais conforme o estado do mercado) dariam o resultado bruto de 8:640\$000 por hectare.

O ilustrado Dr. Thoodoro Peckolt, quem melhor estudou as mandiocas do Brazil sob todos os pontos de vista científicos, verificou que a mandioca com a cultura diminui a parte fibrosa da raiz aumentando a quantidade do amylo. Assim, em experiências feitas em Cantagallo durante anos, enja leitura aconselhamos em sua excellento monographia, viu que a raiz lenhosca da mandioca branca do matto dou 5,193% de amido; com a cultura da mesma do um anno, aumentou a 10,951%; com a do segundo anno, 11,413%; com a do terceiro, 13,469% em 100 grammas da raiz fresca, tornando-se sombre menos fibrosa.

A raiz fibrosa da mandioca do matto encrava 40,406% de fibras, com a cultura

do primeiro anno perdeu 27,534 de celulose, ficando portanto com 18,672%.

No illº do segundo anno perdeu da celulose 4,827, ficando com 14,045 e no illº do terceiro anno perdeu da fibra lenhosca 0,996% e ficou com 13,049.

Para verificar o aumento progressivo do amido, segnndo a idade da planta da princípio da cultura até um anno, fez numerosas analyses que demonstraram que 100 grammas da raiz fresca do alpim,

em 1 mezes contém 3,031 de amido

» 6 »	» 16,321 » »
» 8 »	» 20,272 » »
» 10 »	» 21,029 » »
» 12 »	» 28,180 » »

Na analyse da mandioca matafome encontrou em 100 grammas de raiz, cultura de 10 mezes, 18,400 de amido — a cultura de 16 mezes — 21,850 de amido.

Em a monographia já citada, o Dr. Theodore Peckolt traz 14 tabellas de analyses a que elle procedeu, sendo que a mais interessante para nós é a de numero II, que trata dos hydrocarburetos e valor nutritivo de 17 variedades de mandioca e que reproduzimos, na pagina seguinte.

A aguia da mandioca, principalmente de algumas, varieidades amargas, é venenosa; todos os animaes que a bebem morrem quasi instantaneamente; costumam empregar como antídoto, sendo ompregado imediatamente, em acto contínuo, Internamente uma solução de barro (argila) em agua, ou uma boa dose de aguardento.

A parte venenosa verificada no suco da raiz até agora, com certeza é o ácido cyanhídrico, enja existencia foi reconhecida por varios químicos desde 1836. O Dr. Peckolt diz que este ácido existe mesmo em quantidade diminuta no alpim e outras mandiocas doces.

A mandioca quanto mais rica em seiva lenhosca (latox) maior é a quantidade de ácido cyanhídrico que se forma; parece existir em maior porção na casca carnosa do que na massa, sendo esta também lenhosca.

Tabella n. 11 do Dr. Theodoro Pockolt
OS HYDROCARBURETOS EM GERAL, SEGUNDO EM VALOR PRIMITIVO

EM 100 GRAMAS DA RAIZ FRESCA	AMIDO	GLICOSE	GOICERA	DIVITINA	BROMMA
Mandioca saracura	36,690	1,330	0,160	3,600	31,770
» aipim	28,180	2,010	0,840	2,600	31,700
» Mandiopalha	26,970	2,100	0,920	2,520	31,810
» A. n.	26,500	2,500	0,110	2,810	31,927
» Cândida	25,240	2,380	0,100	1,740	29,690
» Mata-fome	21,850	1,490	0,060	3,610	27,010
» Pury	21,381	1,689	—	2,881	25,935
» Mandioca	11,514	1,718	—	3,339	19,591
» Serra-tau	11,015	2,293	—	3,688	19,991
» Branca ou doce	11,370	4,070	0,240	1,907	19,587
» Sursa	10,571	2,214	0,162	4,218	17,495
» Morandy	10,000	2,828	0,493	3,326	16,347
» Maria-molle	10,000	1,935	0,143	2,760	14,868
» Moody	7,010	3,829	0,243	3,362	15,441
» Branca do Matto	5,491	0,390	0,452	7,365	13,403
» Vermelha do matto	3,000	1,602	—	2,902	7,591
» de orelo roxo	2,000	1,255	0,042	4,245	7,542

De todas as mandiocas doces analysadas, o aipim é o mais rico em amido e em segundo lugar a mandioca Matafome, que contém também bastantes substâncias azoticas, porém não tanto como a mandioca sarsaca.

As mandiocas virmellas ou amargas são geralmente mais ricas em amido e mais pobres em albumina do que as brancas, estando em primeiro lugar a mandioca *saracura*, que tem quasi 37 % de amido, e a pior, a mandioca de grêlo roxo, pauperrima em hydrocarburetos, apenas vestigios de amido, menos do que a raiz lenhosa da mandioca selvagem, só rica em acido cyanhidrico; nem devo ser cultivada.

« Nos terrenos das montanhas altas, serras dos Órgãos, por exemplo, sendo a planta exposta a uma temperatura baixa, diminui consideravelmente o amido e aumentam-se as substâncias gommosas, outros, em terrenos limidos, pondo o amido e aumenta em matérias gommosas e extractivas.

A agua das mandiocas doces torna-se mais

septololiptina e a das mandiocas amargas mais acido cyanhidrico e manihotina, encerrando exclusivamente uma substância orgânica *sal genaris* o acido manihotílico. — Dr. Pockolt, loc. cit., diz elle também que na *mandioca puba* o amido e a matéria fibrosa transformam-se em amido solúvel ou uma substância semelhante à *balsorina*, formando ainda acido succínico e lático, que dão a esse produto um gosto pleante de queijo.

• •

Os usos da mandioca são innumeros.

A mandioca é uma planta que deve ser cultivada em muito maior escala, pelas grandes múltiplas vantagens que oferece, tanto para a alimentação humana, como sendo um recurso precioso para o gado em geral, não se esquecendo os seus industrias.

Sendo esta a parte principal do trabalho, ser-lhe-á pouco mais minucioso, começando por mencionar os diversos usos que já lhe

davam os indigenas, segundo a referencia dos autores.

A mandioca pôde indubitablemente festejar o seu 4º centenario, senao mais, pois os indios já faziam uso della antes da descoberta do Brazil.

Algunhas tribus apenas cortavam a raiz em pedaços, secavam ao fogo para conservala e della se utilizavam pura ou socada. Os Guaranys e Tupinambás já ralavam e a trituravam entre pedras, exprimiam em suco, que chamavam *malopa* ou *tipity*, secavam a massa, que era passada em uma especie de pomeira, *etami*. O suco que sahia era evaporado até a consistencia de xarope, juntavam pimenta, que chamavam *Tucupim* e era o condimento predilecto delles. Faziam bolos de massa ralada e assados sobre o fogo, a que chamavam *Mben* (beljú). Quando nao deixam torrar a massa no fogo, ficando sómente ligada e pouco consistente, chamam *Membécia*, *Poqueça*, quando a massa é temporda e embrulhada em folhas de bananeira antes de ir ao fogo.

Curabó, quando a massa é adubada com castanhas do Maranhão ou de Sapucaia.

Cica é um bollinho pequeno de farinha muito fina, temperado e torrado.

Puba, quando a raiz é macerada em agua até que se desenvolva um cheiro desagradável, caracteristico, perdendo entao a mandioca o principio venonoso, lava-se bem, seca-se e pulvoriza-se, tornando-se um pó claro.

Tambem preparavam os indigenas uma especie de cerveja feita com a massa mastigada por indias moças e posta a fermentar em um vaso, ou potes que eram ontorrados; osto liquido servia para as grandes festas. Havia de varias qualidades: o *cavieñe*, feito de mandioca branca; o *haomy*, feito de mandioca vermelha, e o preparado com aipim ou *macajira*. Os indigenas da Guyana Franceza e do Amazonas preparavam tambem varias bebedas com a mandioca: o *vicou*, *cochiry*, *Paya* e *voua-paya*—todas feitas de massa da mandioca fermentada, misturada com batata doce e mel de abelhas.

Tambem estes indigenas, bem como os das Antilhas, preparam com o suco da mandioca uma especie de condimento a que denominam *cabion*, do seguinte modo: o liquido separado do polvilho, depois de coado por um paano, é fervido lentamente, espumando continuamente e pondendo algumas pimentas.

Não espumando mais, é sinal de que a parte venenosa separou-se; fervo-se de novo o liquido ate engrossar como xarope; tirado logo, deixa-se esfriar e guardese em vaasilhas bem fechadas.

Dizem que é muito bom para temporar guizados, assados, sobretudo galinhais, patos, etc., que tem um gosto excellente e que excita o appetite.

Nos Estados do Norte do Brazil são usados alguns preparados da mandioca, desconhecidos no sul: assim elles tem o *tacaed*, que se prepara do seguinte modo: Põe-se a tapioca desfeita em agua fria, em agua fervendo salgada, obtém-se uma gomma cozida, o *tacaed*, que é servido em cunhas, cobrindo-se o raingão com uma camada de *tucupy* muito aplimontado—*tucapy* é uma especie de molho feito do suco da mandioca condensado, com alho e sal da cozinha.

Arabé é a mostarda paraense; é preparada com a massa da mandioca molho espremida e depois socada com sal, alho e pimenta ate ligar.

A *carimá* que se prepara com a mandioca em agua, desaseada, amassada em uma gamella, espremida com a mão, socada em pilão, novamente espremida e passada em peneira fina, levada ao forno em temperatura regular, vai-se amassando e espalhando a massa com a mão e resumindo ate secar.

No sul, alguns chamaam carimá a um produto assim preparado: desasea-se a mandioca e corta-se em fatias ou laminas finas, que são postas a secar ao sol, sendo depois socadas e penelradas; dà um producto excellente para confecção de doces, bolos, etc.

Crocira é o bagaço, apurado em raspas da mandioca que ilham nas peneiras grossas,

durante o fabrico da farinha; com ella se preferia tambem um riungão e seiva para doces diversos.

A *farinha d'água ou pacinha gorda*, que se faz com a mandioca deixala amolecer em um poço de agua corrente exposta ao sol durante quatro a oito dias. Estando ella bem mole, é tirada da agua, descascada, lavada, amassada, esprimida e coada a massa em uma panela para ser levada ao forno assim de ser cozida; agita-se a massa com um redor de madeira, depois de torrada. Graças do forno, põe-se a esfriar para ser guardada.

.

Vou tratar agora do preparo dos produtos a extrair dos tuberculos da mandioca, não sendo muito minucioso; o trabalho não comporta. Farei apenas uma ligeira descrição ouçantes a enumeração das diversas manipulações por que passam, sem entrar em detalhes circunstanciados, quer relativamente a uma fábrica do farinha, degerevendo peça por peça, quer para o fabrico do amylo, como se tivesse de descrever a montagem de uma fecularia, cujos apparelhos seriam mais ou menos os usados para a preparação da fécula extraída de outros tuberculos.

Teria então de entrar tambem no cálculo das despesas com a competente montagem do estabelecimento, seu custo, pessoal, rendimento etc., etc., o que argumentaria grandemente o trabalho, muito além do desejado, e que na realidade pouco adiantaria, visto que só serviria para dar uma idéa e nunca um plano definitivo.

Os produtos da mandioca mais geralmente usados são: a farinha e o amylo ou polvilho e com os quais se confeccionam as tapiocas.

A farinha seca—de pão ou farinha de mandioca do comércio, prepara-se do seguinte modo: As raízes recentemente arrancadas são raspadas, lavadas e raladas, ou *cercadas* em uma roda dentada (cylindro dentado) ou cavadeira movida a mão, por agua ou a

6056 — 37

vapor. Depois de raladas são compreensões, e pressas em prensas, que varia de fôrto, conforme a necessidade e aperfeiçoamento da fábrica; depois de bem esprimida a massa, é pressada por uma panela mala ou menos fina e lança-la em um facho quente, onde sortagitada continuamente em todos os sentidos, com uma colher ou pá de madeira, do gosto a não se deixar os grãos se ligarem, o isto até secar bem ou torrar, tudo por igual. Pode-se usar de torradores mecânicos. Depois de concluída a torrefação, traça-se do facho ou torrador, e escondida em baldeiros até esfriar, sendo então guardada em barricas, sacas ou depósitos especiais.

Nas grandes fábricas são empregados hoje maquinismos mais ou menos aperfeiçoados, que muito facilitam as diferentes operações; máquinas para lavar e descascar, cavadeiras simples e duplas automáticas, batidores, raladores, prensas de diversos fôrtos, torradores mecânicos, pôntolas mecânicas, etc., e que se encontram nas principais casas de máquinas agrícolas neste capital.

As máquinas de descascar geralmente não produzem o efeito desejado. Não faremos descrição desses apparelhos, que alongaria muito o trabalho, nem mesmo descrever a montagem de uma fábrica, pois que isso dependeia das circunstâncias variáveis.

A qualidade da farinha depende de alguma tanto da variedade da mandioca, porém, mais certamente do maior ou menor cuidado na manipulação, principalmente no cavar, imprensar e torrar. Quero crer também que a qualidade do terreno e talvez o clima exerçam alguma influência, pois se assim podemos explicar a grande aceitação que tem a farinha de certos lugares, como ontem nos é reportada uma das melhores a farinha do Magé, principalmente a do Succiú — Estado do Rio — tão justamente famada.

Dentre estas aparece no mercado da Capital a fabricada por um lavrador residente em Surubý, o Sr. Serafim José do Barreto.

E' a melhor farinha que conheço e que

geralmente uso. Tendo recebido uma porção daquele fabricante, apresentei uma amostra em sessão da Sociedade Nacional de Agricultura, e foi por todos os presentes reputada excellente, bem granulada, clara, saborosa, do gosto especial, algum tanto, ligeiramente adoecido.

Pedindo algumas informações áquella Industrial sobre detalhes do fabrico, fui-mo dito que naquella zona as variedades do mandioca empregadas como dando maiores vantagens são por elas designadas pelos nomes do mandioca *moy mamão, branca campista, Sebastiana e Iandim*.

O cálculo que fazem sobre a produção é que um alqueire de medida, 40 litros, de rama (maniva) plantada deve dar no mínimo deus sacos de farinha, às vezes muito mais.

Disse-me olo que o processo empregado no fabrico é mais ou menos o geralmente usado em fabricas pequenas; sendo, porém, as diferentes operações feitas com muito carinho.

E' assim que escolhe bem as raízes, só se utilizando das sós, que não estejam danificadas de qualquer modo; desseca-as perfeitamente, lavando-as bem em seguida; são cevadas a massa resultante vai para a prensa, onde é bem exprimida, até ficar totalmente enxuta (convém reparar só a quantidade que possa ser torrada ou torrada no mesmo dia, pois que curada a massa para o dia seguinte pôde azedar, ficando a farinha amarga); vai depois a massas para o forno, alimentado com bastante fogo, com o fim de engrossar a porção que for secando; tirada do forno é passada em preneira fina especial (de metal); os caroços ou bolinhas maiores que ficam na preneira são moidos ou passados por um moinho semelhante ao usado para moer café torrado; a farinha passada é novamente peneirada.

O fabricante, por falta de dados, não pôde afirmar, mas achou-se propenso a acreditar que o sabor especial que tem o seu produto não é só devido à manipulação, mas sim em

parte às condições especiais do terreno ou clima daquella localidade; pois em outros lugares tem sido empregado o mesmo processo de fabrico, obtendo-se farinha superior, é verdade, porém não tão clara, nem tão saborosa.

O preço pelo qual elle vende a sua farinha em primeira mão no mercado desta Capital é, há muitos annos, de 28\$ a 30\$ o sacco de 44 kilos ou 635 a 680 réis o kilo.

O amido ou polvilho da mandioca é extraído do mesmo modo como as demais sementes.

Depois de lavada a mandioca, é desmanchada em água, coa-se em pano; deixa-se depositar o amido no fundo da vasilha, lava-se bem, decanta-se e põe-se a secar o amido sobre toalhas à sombra.

Quando se passa o polvilho ainda húmido em peneiras, o faz-se secar a fogo brando, agitando continuamente, obtém-se a *Tapioca*, que é um produto excellente, muito apreciado entre nós e também na Europa, principalmente em Pariz, onde é geralmente conhecida pelo nome de — *Tapioca du Brésil*.

Já em 1856 o Brazil exportava para a França 327,328 kilos de tapioca.

Apparece no mercado sob forma mais ou menos granulada ou em *beijos-chatos* ou em forma de cartuchos.

O Dr. Th. Peckolt que se dedicou ao estudo desta planta fez algumas preparações e recomenda experimentar as seguintes, e diz :

1.º *Farinha dos doentes* — Prepare-a, cozinhando a mandioca levada por meio de vapor. Depois de separada da casca fina, é secada, exposta ao ar, sobre paus ou esteiras, para secar levemente; então é seca em temperatura de 100°. A massa completamente seca foi moida e passada em peneira fina. Obtém-se uma farinha excellente e nutritiva, em sopa é muito saborosa, e misturada com um pouco (1/3) de carne salada, dê um pão de gosto agradável; podendo-se também usar diretas partes degta fa-

rlinha, uma parte de farinha ralado e uma parte de farinha de trigo, que dão um pão.

2.^a *Cecadinha fina de mandioca* — Limparam-se bem as raízes, cozinhãm-se um poneo sem deixá-las ficar molles, deitam-se depois sobre peneiras para escorrer; depois de enxutas são cortadas em fatias finas, que se cobrem com uma camada fina de sal da cozinha (quatro partes de sal sobre 100 de fatias) e seca-se o producto em estufas; depois de completamente seco, secada o passado em panelas de metal, para formar granulos pequenos, dos quais se separa o pó por meio de uma peneira fina.

Esses grãos finos, com cinco partes de caldo de carne ou leite fervido durante seis minutos, formam uma sopa muito recomendável para as crianças e convalecentes. O mesmo Doutor dá aluda o processo para o fabrico de um *sagü artificial*.

Com a mandioaca simples cozida misturada à farinha de trigo se prepara também um pão bem agradável, sómente não muito levo.

Já Martins havia reconhecido a vantagem dessa mixtura e aconselhava o fabrico do pão de mandioaca com um poneo de farelo de trigo, como excellente producto.

Do mesmo modo que com os outros tuberculos, batatas, coprumbô, etc., pode-se fabricar aleoal o aguardente, com a raiz da mandioaca pôde-se também fazê-lo, mas é claro que entre nós, não devemos nos encantar com isso, pois como já tive ocasião de dizer, quem tem a canna do assucar tão produtiva, não precisa andar se aproveitando de outras plantas para o fabrico de aguardente, salvo seja, apenas como aproveitamento de cecasão, sem dispêndio maior.

De toda essa exposição parece não restar a menor dúvida que se deve cultivar em grande escala a mandioaca, quer a doce ou aypim que serve para as nossas incas e para o gado, polendo para este se utilizar também as folhas e hastes (manlyas) que não têm perigo algum, como as variedades bravas, venenosas, cujas raízes produzem muita fa-

rlinha e amido, o que também servem de farragom, tanto as raízes como a parte aerea, tendo apenas o especial cuidado de não ser dada em estado fresco aos animaes e sim depois de minrelhas dormidas, como dizem.

E' certo que a raiz da mandioaca brava mesmo fresca pôde ser dada aos animaes, sem causar danno, se elle vier acompanhada do barro ou terra.

Tanto para os animaes como para os outros animaes, a mandioaca, em todas as suas partes é considerada boa alimentação. Assim são consideradas de grande valor nutritivo pelos sertanejos que costumam dar fortes rações de raízes aos seus animaes, dias antes de empreenderem grandes viagens, com plena convicção de que resistirão muito mais.

Convém notar que este juizo é feito em relação às folhas e ramas e não às raízes ou tuberculos, que elles aconselham não se dar em demasia, por predispor a suar muito, tornando-se frouxes, se não houver o cuidado de adjuntar algum milho à ração de mandioaca.

As cascas das raízes e os resíduos que fleiam da fabricação da farinha são também aproveitados e constituem um bom alimento; os resíduos, crueiras, secas ao sol podem ser guardados por algum tempo, constituinte uma reserva alimentar de algum valor.

As raízes, como já dissemos, deterioram-se facilmente no fim de alguns dias depois de arrancadas; querendo, porém, conservá-las por bastante tempo, sem que percam de suas qualidades nutritivas, devem ser cortadas em rodéllas, que se expõem ao sol por alguns dias, virando de vez em quando para secarem igualmente.

Essas fatias secas, que nas Antilhas, na Mauritânia e outros lugares, chamam *cassave*, são conservadas em depósitos secos, em armazéns sem humidade.

Quando se quiser utilizar-as para os animaes basta pol-las de molho durante algumas horas em agua simples, ou melhor com um poneo de sal.

O ilustre Dr. Gustavo d'Ura, em um bem

elaborado artigo no Boletim do Instituto Agronomico do S. Paulo, tratando da Mandioca como forragem, depois de mostrar a necessidade que temos de procurar boas forragens para certas épocas do anno em que ha falta de pastos naturaes, lembra a mandioca, colocando-a entre as boas ralzes forrageras, e as *forragens concentradas*, niquellas em que os principios mais proveitosos á alimentação dos animaes (materias azotadas, substâncias graxas, o hidratos do carbono) se acham todos associados em certas proporções. Cita a opinião de Ph. Bonnaire, quo diz: ella é relativamente pobre de materias azotadas, mas não obstante é a forragem quo pôde formar materias hydrocarbonadas pelo mais baixo preço, admittida a relação de 1:5 para o valor relativo da fécula e da matéria azotada e nessa taxa media na ralz de 35 % de fécula o 1 de matéria azotada.

Na arte culinária, a mandioca doce ou aypim pôde ser aproveitada ob inúmeras formas, variando conforme os usos de cada localidade e habilidade do cozinheiro.

Apozar de muito conhecido entre nós, em memorem os principaes acerques em que pode ser transformado o farinheiro da mandioca.

O primitivo é mais expedito, por não despendor sinao do logo, é a mandioca assada em brasas, no borralho ou em forno, para ser comida simples ou melhor com manteiga ou melaço. Despida da casca fina e grossa e depois cozida faz parte integrante do nosso prato de carne cozida. Deste modo é também comida com melaço, cozida e depois reduzida a polpa faz uma exemplidada sopa simples ou com carne de vacao ou com gallininha; um prato de sopa assim feita, que é de facil digestão allimenta um convalescente; não conheço sopa de massa alguma que seja superior a essa do aypim. Faz-se também um ensopado simples ou misturado com carne. Cozida inteira e depois de fria dividida em fatias transversaes (rodellas) ou melhor longitudinalaes, sondas fritas em

gordura como se faz com as batatas, alquimem um abacaxi especialmente agradavel. É exemplidada a pura ou angú de mandioca doce ou aypim; tambem faz-se bolos, etc. Convém lembrar que para ser assim apreciada é preciso que ella esteja enxuta, que não esteja *aguada*.

Além disso ha variedades mais saborosas, mais enxutas e macias, como sejam a mandioca manteiga, aypim, pão do Chile.

Dos produtos da mandioca amarga temos a farinha, que tambem pôde ser feita com a doce, da qual existe de primeira qualidade, fina, ate a grossa, ordinaria, muito fibrosa, sem gosto algum.

A farinha aparece quasi sempre em todas as mesas brasileiras, desde a do pobre ate a do rico.

Há mesmo muitas pessoas que della fazem uso, desde um dos primeiros pratos, o do feijão, ate o ultimo, o doce ou melado; é o substituto do pão.

A farinha mexida com agua quente, sal, gordura ou manteiga ao logo, produz a *parrada*, tão apreciada com a carne secca - do venlo ou a do gol, assada. Todos conhecem o *pão* de farinha, companheiro inseparável do prato de carne cozida e das *migas* de peixe. Tambem faz-se bolos.

Alé na therapêutica a farinha presta seus valiosos serviços; com ella faz-se cataplasmas ondulentes e a muito conhecida cataplasma americana.

O outro produto principal da mandioca é o *polvilho* ou *amylo*, que tem grandes aplicações; com elle faz-se doces, mufás, biscoitos, etc., passando muitas vezes como de araranta; o polvilho da mandioca puba ou *carona* dà doces muito justamente apreciados.

Com o polvilho faz-se geralmente a goma que as engomadeiras empregam para endurecer a roupa. A goma tambem serve para collar papéis, etc.

A *tapioca* é ainda producto mais delicado; apresenta-se no mercado sob a forma granulada ou de beijus chatos ou em fétio de car-

tuchos; estes podem ser comidos simples; mas qualquer das formas, a tapioca posta em fogo bem quento e adocicada convenientemente transforma-se em uma especie de mingão instantaneo, de gosto excellente.

O mingão da mandioca simples ou com ovos é uma boa morena, numa sobremesa muito apreciada; é alimento bom, leve de facili digestão, e especial para convalescentes.

• • •

Eis os principaes usos da mandioca e dos seus productos; fui talvez demasiado extenso em seu estudo e de seus preparados, mas ainda não tanto quanto acho que ella merece, pois ella é o pão tropical, é a riqueza, a fartura do pobre e o regalo do rico, é o patio do fazendeiro, do lavrador grande e do pequeno, do criador em geral e especialmente dos que engordam suinos; na pequena lavoura, proxima aos grandes mercados a mandioca doce ou ayplim dá grande resultado vendida para consumo.

Devido à facilidade e rapidez admiraveis com que se faz a sua multiplicação e em qualquor terreno, a presteza da sua vegetação, a raridade em mesmo quasi ausencia de molestias que a damnifiquem de modo notavel, de cultura ao alcance de todos, da produção enorme, sem necessidade de ser arrancada em época fixa, dando tantos productos apreciaveis, para homens e animaes, de modo a ser aproveitada toda a planta, é muito natural que a batata ingleza não possa competir com ella e portanto não tenha tido tão grande incremento entre nós como em outros paizes; sendo a mandioca, repto, a mais preciosa das raizes tuberosas, e que produz a maior quantidade de amido do que outra qualquier planta na mesma extensão de terreno e com muito menos despesa.

Por isso acho que cumpri o meu dever dando larga importancia a quem inovaavelmente a morece. Ainda assim lastimo não ter podido entrar na descrição dos aparelhos e mesmo de maia fabrica da produ-

clos da mandioca, o que demandaria muito maior extensão no trabalho, o que não nos era permitido, segundo aviso da commissão e por isso dei por terminado o trabalho, ficando satisfeito si com a sua leitura algum interessado possa aproveitar alguma cosa.

PARECER

A monographia sobre cultura dos tuberculos é uma collecta de innumerous informações sobre todos os tuberculos presentemente cultivados no paiz e outros muitos enje cultivo convém para o desenvolvimento da nossa produção.

É um trabalho criteriosamente organizado, methodico, claro e que renno as indicações esparsas em varios trabalhos tanto nacionais como estrangeiros e acrescenta ás observações dos diversos autores, no paiz como em outras regiões tropicais, as observações feitas pelo autor em sua longa prática e ininterrupta dedicação pelos interesses agricolas.

Nessas condições, consideramos a monografia do Dr. Felippe Aristides Cairo um trabalho precioso para a vulgarização de conhecimentos sobre culturas que interessam umas á grande produção, como é a mandioca e a batata ingleza, e outras á pequena lavoura e á varias industrias rurais.

Assim, a commissão encarregada pelo Congresso de Agricultura de dar parecer sobre a referida memoria, entendo que ella deve ser publicada e largamente distribuída pelos agricultores brasileiros.

Capital Federal, 26 de setembro de 1901.

*Francisco Maria Soárez Pereira, presidente.
— Dr. Wenceslito A. L. de Oliveira Bello, secretario.— Eduardo Augusto de Caldas Brito.
— Joaquim Pesssoa Guerra. — E. Jacy Monteiro Júnior.*

MONOGRAPHIA — Melhoramentos dos terrenos de cultura
G. MESES

INTRODUÇÃO

A Illustrada Comissão eleta dentro os membros da «Sociedade Nacional de Agricultura» para promover a organização do 1º «Congresso de Agricultrura e Indústria Rural», enja reunião solene deve ser realizapso em 14 de julho de 1900, quarto centenario do descobrimento do Brasil, acaba de distinguir-me com o honroso convite, constante de seu ofício n.º 854, de 2 de dezembro de 1899, facultando-me da redacção de um dos promptuários de propaganda agrícola, destinados a serem submetidos à alta consideração daquelle Congresso e distribuídos — naquella memorável data.

Sorprehendido por tão inesperada distinção entendi que não podia nem devia recusar-lhe a minha modesta cooperação, qualquer que fosse o serviço exigido; e, como o soldado que se move ao Impulso do patriotismo é à voz do comando, acendi pressuroso ao lisonjeiro appello, sem medir dificuldades, e sem que me entubisse o antino a desproporção entre o anonoado do menudo balde científico e a magnitude do emprendimento.

Foi-me designada por aquella digna Comissão thesis correspondente à 1ª Secção do programa geral dos estudos propostos, cabendo-me a ardua tarefa de resumir, dentro de limites previamente traçados — a monographia dos melhoramentos dos terrenos de cultura, devendo tal estudo pôr em acidente relevo o valor económico dos instrumentos mecânicos para tal fim empregados.

Não entrarei na explanação do assumpto tão complexo quanto atractivo e acessível à compreensão dos que lidam na lavoura, sem fazer antes, embora de relance, ligelro retrospícto sobre o passado da nossa lavoura, confrontando-o com o estado, em que ainda infelizmente, se acha essa principal indus-

tria do paiz, ao Alvarezcer do seculo que desonta.

Há um fredo que dominha a todos, quando se fala a causa da nossa atraço agrícola, e esse fredo é a falta absoluta de ensino profissional. A perpetuidade da monocultura é da lavoura estonsiva, que tem retardado, pelo menos de um seculo, os nossos progressos agrícolas, só por si basta para justificar este conceito.

Todas as fibras da nossa constituição social acham-se, mais ou menos, enlaçadas com a produção dos campos; todos comparam-se em considerar-nos como um povo *essencialmente agrícola*, e, entretanto, é a agricultura a scelencia e arte que menos ostentamos, o a que, menos dedicamo-nos a costa actividade intellectual. Entendemos de tudo; discorremos sobre história, política, literatura, jurisprudencia, medicina, engenharia, com uma cópia de dados e de saber, que captivaram a atenção do scien. Agassiz em sua exursão pelo Brazil. Perguntai, porém, aos que agricultam exterminando os terrenos, o que sabem acerca dos phenomenos meteorologicos e terrestres em sua relação com a vida das plantas, e verificareis o quinhão de culpa, que cabe aos organizadores do ensino publico em nosso paiz, onde, para a maioria dos lavradores, a agricultura encerra-se ainda, como outr'ora, nessa fórmula singela — *a terra e o broço*.

Eis porque, quando confrontamos a nossa lavoura com as de povos menos favorecidos pela natureza, envergonhamo-nos de nossa inferioridade, convencidos, como flemos, de que, se alguma cosa colhemos, é porque aprovou ao céo dotar o nosso paiz com a humidade e o calor necessarios à vegetação.

* * *

Os processos de lavoura, predominantes no paiz desde os tempos de seu descobrimento no seculo XVI, não se modificaram no ultimo quartel do seculo XIX, nem pelos progressos da agronomia, nem pela abolição do elemento servil e nem pela concur-

rença inverval, que supplantou o monopólio da agricultura intertropical; constituiu aquelles processos ainda hoje o mesmo sistema de cultura extensiva, que excepcionais condições de um país novo impuseram outras raças nos antepassados.

Seas circunstâncias económicas engrossas do país fossem hoje, como então, determinadas pela barateza da terra e do mato do ouro; si aquele modo de exploração do solo o justificasse hoje, como então, pelo relativo atraço das ciências e por produções agrícolas, de que em nos dias só nos podemos dar uma ideia os indústrias extrativistas amazônicos, sem competidoras nos mercados europeus; compreender-se-ia até certo ponto o paradoxo dos que pretendem—ser aquello o mesmo sistema fructuoso de exploração agrícola no Brasil.

Ora o que vemos é que as condições em que actualmente se efectua entre nós o trabalho rural, são outras e mais diversas do que foram em remotas eras, o que a lavoura extensiva, em presença da evolução científica do século que findou, e pelo progressivo desaparecimento das causas que a mantiveram, não tem na actualidade as mesmas justificativas que já teve.

Bem longe vão os tempos em que duas forças brutas—a terra virgem e o braço escravo—bastavam para a fundação de lavouras produtivas, embora dessa produção ephemera, que, enriquecendo os proprietários de festeis latifundiários, empobrecia os herdeiros de tais propriedades, desvalorizadas pelo mesmo sistema vampiro de produção, não podendo, portanto, contribuir para a acumulação das riquezas pela anominalidade desse regime económico.

O capital e a ciência, factores do progresso e da riqueza agrícola, não actuavam, então, para o restabelecimento das actividades perdidas do terreno, que a exportaneidade e abundância das colheitas deixavam por toda parte sálfos exaustos.

E nem os nossos maiores contaram já mais do melhorar-sos, deante do vantagens tais,

contudo que lhes deparava a ilimitada posse do solo, di largada em herança, adquiridas hereditariamente, ou por concessões régias gratuitas, e serviço não remunerado de servos africanos, empregados aos milhares no desbravamento das florestas; circunstâncias especialíssimas, que permitiram aos primeiros exploradores desta exuberante região da América, conquistadas ao desconhecido pela intrepidez de Cabral, surpreender a velha Europa com produções sem rivais, nunca dantes exploradas, com tanta facilidade e nem em tão extensa escala.

Poderemos nós, os descendentes brasileiros da actualidade, colher hoje das mesmas terras, pelo mesmo sistema, a mesma abundância de produtos?

Ninguém, por certo, o alegará; pois sabem todos que agricultura extensivamente terras desapropriedades, e à custa de elevados salários, é, muitas vezes, perder trabalho e tempo; sendo esse o emprego mais anti-económico que o pôde fazer do capital, hoje que a produção não constitui mais um monopólio ou não só baseia, como outrora, na liberdade nativa do terreno virgem e na excepcional, hoje impossível, economia da mão de obra gratuita.

Em compensação, porém, temos agora a nosso favor—os ensinamentos de uma longa experiência a par dos mais avançados conhecimentos técnicos da arte agrícola. As ciências que, por seu atraço, puseram influência sobre os destinos das lavouras tropicais, progrediram depois de um modo assombroso, desvendando aos homens de todas as profissões os mais reconditos segredos da natureza; o assim é que, por suas sucessivas conquistas e modernas aplicações à agricultura, corrigiram muitas práticas viciadas, deram à economia rural bases mais sólidas e combateram vitoriosamente os erros inveterados, oriundos de crenças descrepitadas e radicadas entre os lavradores por tradições sociais; criando, finalmente, a agronomia, ciência que emunciona, racionaliza

lhou, enrandeceu o nobilitou todas as indústrias agrícolas contemporâneas.

Os monopólios agrícolas, que tanto favoreceram os nossos avós, embora perdurassem ainda algum tempo para nos, enquanto exploravam, com despozas, relativamente pouquias, as lavouras da canna de açúcar, do café e outras, desapareceram, como por encanto, sob o influxo da concorrência estrangeira. Isto é, por sua superioridade, quer se trate da indústria agrícola, quer da pastoral, já não há prejudicado de sobre para que, arrependidos da nossa imprevidência, nos appareçhamos de modo a poder aparar-lhe os golpes e oppôr-lhe resistências, servindo nos dois mesmos artifícios o mesmo, que constituiu o segredo e a força dos fundeados nos grandes certames industriais.

Relançando a vista sobre o passado,obre o decadente presente da nossa indústria rural, ilisso, com unica verdade, o ilustre contemporâneo Dr. Carlos Travassos, em luminosa conferencia realizada perante a « Sociedade Nacional de Agricultura » — : « esta pátria, que nos é tão cara, nada ha feito, o tudo esculpido por fazer. A Serra Baixa, no século passado, em tempo ainda colonial, iniciou o movimento agrícola com a cultura da canna ; o vallo do Paraíba no século que se vai, fundiu a riqueza do paiz com a cultura do café; e o secular, que se approxima, vai incontrar-sa na maior miseria. Riqueza que devia se perpetuar, se não dominasse entre nós a mais supina ignorância dos principios mais comensinhos da agronomia ; e si a introdução do braço escravo não fosse naquelle tempo um facto julgado dentro das leis naturaes e abençoado por todas as religões. »

Estamos em uma época em que o trovem firmar-se de vez a produção rural — vegetal e animal — sobre as bases estabeleis de uma agricultura intelligent e previsora, e não em eventualidades de circunstâncias económicas, que podem mudar de um momento para outro.

Já a experiência demonstrou-nos quão insecuras são os monopólios da monocultura,

que, dominante em nossos campos desde os tempos coloniais, sente-se hoje aílida em seus fundamentos.

Admitida a doutrina de livre-concorrência, outro deve ser o nosso modo de agir no campo aberto ás lutas do progresso agrícola. Deveremos, não sómente aperfeiçoar a produção de generos, que tem similares em outros países, como também desenvolver, quanto possível, a polycultura, além de colocar a nossa produção no abrigo das empresas agrícolas e da concorrência estrangeira.

E tempo, pois, de, inspirando-nos no exemplo de algumas das repúblicas americanas e no explendor do nosso próprio clima, nos apoderarmos malores vantagens, neocupando para passar a evolução agrícola moderna.

E tempo, emlin, de ocuparmos, entre os países productores do mundo, a posição predominante, a que nos dão incontestável direito as nossas riquezas naturaes, além de podermos enfrentar desassombroadamente a livre concorrência, qualquer que seja e de onde quer que venha.

Não devemos esquecer que a America Central, a Ásia, a África e Oceania possuem zonas tão privilegiadas para a cultura do café, como as melhores do Brazil; acrescendo que o cultivo da preciosa rubinaca tem recebido em varios países notáveis melhoramentos, principalmente nas Indias neerlandezas (possessões Hollandeas da Oceania) e nas Indias orientaes inglesas. Em sua bella obra : *O Brasil e Java*, allude o escriptor holandês Van Heffen Laérne, a este facto, dizendo — que as províncias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas, não obstante possuirem terras de extraordinaria fertilidade e vegetação de incalculável explendor, não apresentam, como Java e Iolo (o Archipelago Índico), aquella diversidade de culturas, aquella ampla sucessão de plantas e culturas, valorizadas por produções diferentes e dentre as quais sobressai a do café ; e isto em todas as 35,000 povoações javaneze.

Não menos exposta à crise se no afirma

a laboura da cana, cuja produçao tem correntes, quer nos paizes do cultura similar, quer na Europa, onde o cultivo da beterraba (*beta vulgaris*), aperfeiçoando-se além de todas as previsões, tende a exceder os limites da industria saccharina continental.

A época é de expansão colonial, e de livre permuta, o, portanto, de luta para as indústrias. A Inglaterra alarga, à custa de ingentes sacrifícios, e em beneficio de sua agricultura, as suas já bastante dilatadas de seus domínios coloniais. A Rússia converte o seu valor bellicoso em actividade agricola, multiplicando em seu vasto território a laboura da beterraba, menos riscosa e facil que a da cana, porém, mais aproveitada. A França impulsiona uma e outra na Europa e em suas colônias da África e América, ao mesmo tempo que promove, por meio de explendidas instalações de usinas centrais, os melhoramentos de produção saccharina Indígena. A Ásia, que sempre primou nos merecidos pelo renome do café de Moka, mais afannado, do que superior ao nosso, cultiva também em grande escala a cana e o sorgo a sucarado. E não é duvidoso que as seleções, fadas maravilhosas de nossos dias, consigam ainda descobrir novas plantas saccharinás, sucecionais ou auxiliares das que são actualmente exploradas.

Não comprehendem-se ainda, no Brasil, que a grande laboura pôde conservar-se grande moisma depois de parcelada; e que desorganizada, como se acha em sua primitiva integridade, nenhum attractivo oferecerá à imigração transatlântica, e quanto não abandonar o sistema extensivo e o regime dos salários, e não se dispuser a por em prática os únicos meios capazes de fixar ao solo o colono, isto é — a permanência do trabalho pela intensividade da cultura e o interesse directo do colono na co-participação dos lucros da empresa agricola, pela divisa da propriedade cultivada, em condições vantajosas para unir as partes contractantes;

transformadas desde então as sedes das fazendas em fábricas centrais para beneficiamento das matérias primas produzidas pelos socios agricultores; e estes obligeados a não empregarem na exploração das terras outro sistema de laboura a não ser o *intensivo*. É o princípio da associação do *capital e do trabalho*, correndo as despezas dos grandes melhoramentos por conta dos proprietários dos latifundiós parcelados, e as despezas da produção por conta dos socios lavradores.

E, sem dúvida, este processo de exploração que torna na Inglaterra menos odiosa aos outros do socialistas e proletários a grande propriedade, ainda hoje feudalizada entre as mãos de um pequeno numero de millionários. Ali sabem que o solo, segundo as leis naturaes, pertence à humanidade, que o habita; mas, não, e insurgem contra as leis do paiz, que garantem a posse da grandes extensões territoriaes a proprietários, que os fazem valer com grande proveito para si e para seus socio, pregiros ou arrendatários.

Por mais que se estigmatizem os erros dos nossos antepassados, a historia ha de sempre invocar em favor delles circunstancias atenuantes. O que fizeraui teve a sua razão de ser.

A abundância e a barateza da terra e do braço e mais que tudo — a crença de que a produção de certos generos seria para sempre o monopólio exclusivo dos paizes tropicais, porque então só a Árabia produzia o café e eram ainda desconhecidos muitos productos da cultura Indígena americana, como o assucar de cana, que não teve um sucessor na beterraba, senão em época muito moderna — aquellas circunstancias, dizemos, foram punto para que os nossos maiores nro. só preocupassem. Preditar que elles exponencialmente só desprendessem das vantagens e facilidades caracteristicas do meio e da época, em que viveram, para proporcionar melhor horizonte aos seus sucessores, seja exige um impostível da natureza humana.

O que, porém, a história não registraria, nem como uma falta sumamente grave, ou erro excepcional de prompta reparação é — que permittissemos ainda por tanto tempo na prática do um sistema de trabalho rural cujos defeitos e inconvenientes nuncas fizermos sentir tanto, quanto hoje. As condições do nosso meio económico e agrícola, tem variado, impondo-nos imperiosamente profundas modificações nos métodos de trabalho, sob pena de contribuirmos, si as não fizermos, para que os interesses materiais e morais da nossa pátria, fiquem expostos às eventualidades e peripeias de oscilações económicas e commerciais.

E que, entre sistema de agricultura podemos nós adoptar que satisfaga a todas as necessidades do presente e do porvir, senão o da lavoura intensiva com todo o seu corolário de melhoramentos etc... E' ella que aumenta e assegura a produção dos campos; deposita nelles germens duradouros da riqueza e prosperidade; incorpora ás terras capitais que se reproduzem ao infinito, sob a forma de valores permutáveis; e fomenta e fixa ao sólo uma população útil, laboriosa e morigerada, inicié capaz de fornecer a grandeza de uma nação, e dar á indústria agrícola uma estabilidade, que a torné independente das variações dos mercados.

E' certo que os braços escasseiam entre nós; que a colonização, tal como a temos, longe de melhorar as condições técnicas do trabalho rural, apenas tem servido para perpetuar em nossas fazendas as mesmas práticas obsoletas e empíricas dos tempos idos. Mas, o que mais nos falta, não são os braços, e sim reformas; não novos descendentes de florestas, senão unicamente melhor utilização dos terrenos cultivados, não aumento da exportação com baixa do lucros; mas, antes de tudo diminuição do custo da produção; e tudo isto temos: braços, polycultura, melhoramentos do solo, elevação do produto bruto e de liquido — quando fundarmos uma agricultura variada, fácil, livre de vicissitudes, accommodada no

nossa meio económico, e digna de um céulo de progresso e civilização.

Estas considerações nos concitam a melhorar o património agrícola que nos legaram; e desde que este é constituído por propriedades vastíssimas, mas sem valores capitalizados no sólo, teremos forçosamente de enveredar pela senda larga da lavoura científica, conseguindo por aproveitar-nos do engenho e mecanismo das instituições do crédito agrícola, para reerguermos a lavoura nacional, e repararmos por completo as improvidências dos nossos antecessores.

Com capitais destinados a longo prazo e juro moderado, pôde a lavoura suprimento grande parte dos braços que lhe faltam, e aumentar a ação dos ponceos que lhe restam, criando forças auxiliares. Com o auxílio da mecanica agrícola, com fortissimos, alternação de culturas, e outros recursos da lavoura intensiva, empregá-se pouca terra para obterem-se grandes colheitas.

As pequenas áreas de terreno pedem poucos braços; e quando ponceos braços produzem muito, todos os braços procuram esse trabalho remunerativo, e, por consequencia, abundam.

E' fóra de dúvida que a cultura intensiva, uma vez adoptada no paiz, bastará só por si para atrair definitivamente uma corrente espontânea de imigração, que os nossos governos, empregando artifícios tão perigosos quanto impotentes, nuncas conseguiram estabelecer, apesar dos enormes sacrifícios, impostos aos cofres nacionais.

Exportando com as suas colheitas toda a riqueza de elementos fertilizantes, acumulada durante séculos em seu solo virgem, riqueza que os autores computam em toneladas de *azoto*, *ácido phosphorico* e *potassa*, com relação ás regiões do globo, onde predominou a agricultura vampiro e depauperante, como na America, Australia e Indias, sem meter em conta o continente africano, — o Brazil estorilhou a fecundidade de todas as terras situadas em torno de seus grandes centros de população.

Hoje, para modificarmos aquellas práticas seculares, e entrarmos no regime da *lei agronomica da restituição*, forçoso será impormos, por meio de demonstrações práticas, o conhecimento daquella lei fecunda, que monospresada outrora, firmou-se em dados positivos e palpáveis, depois dos trabalhos de Lavoisier, Saussure, Liebig, e Boussingault, produzindo verdadeira evolução na agricultura moderna.

Há, sem dúvida, dificuldades, que parecem, à primeira vista, insuperáveis aos que se propõem introduzir melhoramentos agrícolas no Brasil.

Como primeiro ospanalho aponta-se a presença de selvas seculares e troncos de vegetação colossal, que parecem desafiar a audacia do agricultor e mais, de que em outra parte, na região amazônica, onde, na frase pitoresca de um colono hispaniol, «cada arvore é uma catedral faltada no granito».

Aqui são as zonas montanhosas, onde floresce o café, que se afiguram inacessíveis à ação fertilizadora dos instrumentos agrícolas. Ali é o flagello da seca que imutiliza periodicamente todo o esforço humano. Além são as indústrias extractivas, que, por suas facilidades e excessivos proventos, seduzem as populações rurais, e as convidam a internarem-se pelas brenhas, em prejuízos dos feudos e civilizadores trabalhos da agricultura.

Estas circunstâncias, porém, não detiveram já mais o passo à indústria rural europeia que, em seu evoluir através dos séculos, teve de adaptar seus meios de ação às condições das áreas geográficas de suas variadíssimas culturas.

Também o velho mundo teve florestas vírgens, como ainda tem regiões montanhosas e climas flagelados por inundações e rigorosos estios.

Também ali as indústrias manufatureiras, oferecendo sedutoras vantagens a os que falam na gleba, os atraíram nos grandes centros industriais das cidades, despojando os campos.

Entretanto, todas as boas práticas agrícolas implantaram-se ali, e aperfeiçoaram-se umas após outras, novos gêneros de cultura foram introduzidos; um material agrícola, cada vez mais apropriado nos fins da indústria, foi a pouca o pônei, estabelecido, e medida que a química agrícola e a mecanica se desenvolviam, e o conhecimento das leis fundamentais da agricultura se generalizava.

A fertilização do solo por meio de deposições animais foi praticada desde tempos inmemoráveis; as estrumeações variaram depois em sua composição, conforme os climas, a natureza das terras e das plantas cultivadas; pois desde os tempos de Pallas-dins e de Columella já se acumulavam em estrumeiras detritos orgânicos, animais e vegetais, de toda sorte; eram conhecidos os efeitos dos correctivos ou adubos aplicados aos terrenos; sendo mais tarde promovidos os *estumes verdes*, e, enfim, os *estumes químicos*, que constituem uma das mais belas conquistas da ciência.

Sí os fertilizantes químicos minerais não vieram substituir por completo o estrume humífero da natureza animal e vegetal, tornaram-se, todavia, poderoso auxiliar delle, e permitiram ao agricultor experimentar grandeza vontade a fertilidade das terras, de conformidade com as exigências das plantas.

Outra conquista não menos notável da agronomia moderna, foi reivindicar para a indústria pastoril a parte que lhe cabia na agricultura, como ramo proeminente da ecologia rural.

O animal já não é mais nos tempos modernos um mero produtor de estrume, ou um *mal necessário* para o agricultor, como pensava Mathieu de Donibesle, mas um instrumento vivo de produção, e fonte de renda tão importante, como a própria fazenda.

Sem podermos abstrair da indústria pastoril attentas as aflições que a prendem à indústria agrícola, diremos que a *química*, a *mecânica* e a *zootecnica*, de mãos

dadas, tem contuplicado as forças da agricultura; e, esta, não sente mais tributar-lhe do *poder ou alqueice*, o nem da rogra onívora inflexível dos atântamentos ou rotação de culturas, transformou a terra arável em perfeito apparelho—*physiologico-mecânico* do produgão, regulada, não sómente por leis naturaes, mas ainda pela Intelligença do lavrador.

Nós temos, portanto, sobre os povos, cuja civilisação procedem do mito a nosse, a grande vantagem de acharmos tudo estudado e experimentado, e praticamente resolvidos os mais difíceis problemas; não nos cabendo, ao menos quanto à agricultura, senão o trabalho de applicárnos ás necessidades de noura lavoura tudo quanto de mara exato e engenhoso, pôde ser apontado pela scienzia ou pela arte.

No momento actual, não ha semelhantes soluções possiveis para as lutas, em que se encontra a lavoura dos diversos países do mundo civilizado, o nem é difícil vaticinalo; a derrota será inevitável para aquellas que se conservarem estacionárias e resisteirão ás novas idéas; enquanto que marcharão triunfantes na vanguarda do progresso, dominando os mercados, os que, mais providentes e ciosas do seu interesse, adoptarem o sistema intensivo de cultura, cujos processos, comprovados deslo muito tempo pela scienzia, com a precisão das balanças dos laboratorios, e a evidencia dos resultados colhidos na grande e na pequena lavoura, não são mais hoje em dia objecto de incertezas e duvidas, senão meios infalíveis de prosperidade agricola.

Nesse presupposto, a nossa principal preocupação, deve ser o desenvolvimento da instrucção agricola no paiz.

A propria instrucção já é em si mesma um melhoramento moral; e, como tal, elle deve preceder e facilitar a adopção dos melhoramentos materiaes.

Estes, com refugio á agricultura, ha de sempre depender da instrucção das classes agricultoras, da somma de conhecimentos,

mais ou menos complexos e variados, que possua o lavrador.

Aos governos da União e dos Estados cabe a alta missão de dotar a Republica, não sómente com instituições de crédito agricola, mas ainda de ensino profissional. E' pela scienzia e pelo capital quo se ha de debellar a rotha, e produzir nos domínios da agricultura nacional, a beneficia revolução scientifica que almejamos.

PRIMEIRA PARTE

SUMMARY: As plantas, a atmosphera e o solo. Elementos de matérias orgânicas. Princípios minerais dos terrenos. Composição e funções do solo arável.

Tendo de desdobrar nos olhos do lavrador a sucessão de trabalhos atinentes aos melhoramentos dos terrenos de cultura, julgamos conveniente consubstanciar, em algumas páginas, noções científicas, que facilitem a compreensão dos processos estudados e descriptos.

Sem uma luz que oriente o raciocínio os lóbulos espirituais á matéria elles se perderiam nos meandros da galoria, que terão de percorrer, se quizerem integrar-se da parte especialmente relativa ás modificações físicas, químicas e mecânicas, do que são susceptíveis os terrenos aráveis.

Não ha noções, por mais elementares, que não mereçam ser consideradas, quando se trata de pôr em evidencia os fundamentos teóricos das práticas aconselhadas a pessoas ativas á scienzia.

Quantas faltas commette hoje o lavrador que não commetteria se melhor conhecesse as necessidades das terras e das plantas?

De quantos eriços rolearia as suas plantações, e com que esmero cultivaria os terrenos, se mais adiantado conhecimento tivesse das noções fundamentaes da agronomia?

Quem é que, por exemplo, colhendo o phänomenon da vida aérea e subterrânea dos vegetaes, tolera que tanto crinham os des-

poem as plantas cultas de seus orgãos foliares, ou espodiem, como lenteis, substâncias fertilisadoras dos terrenos?

Achando-se as plantas em relação com a atmosphera por suas folhas, e com o solo por suas raízes, é sendo uma necessidade indispensável para o agricultor conhecer a evolução da vida vegetal, sob o duplo ponto de vista do ar atmosférico e do solo, nada parecemos mais racional, do que começar o nosso trabalho por estes conhecimentos fundamentais, expostos sob forma de rudimentos.

• •

Envolveer as funções vitais das plantas, por meio de um conjunto de operações, tendentes a melhorar as condições do solo arável, é um de obter dello melhores e mais abundantes productos; — tal é, em resumida synthese, o príncipe e o escopo da agricultura científica.

Neste enunciado evidencie-se que o agricultor, para compreender os phenomenos da vegetação, deve conhecer, ao menos sumariamente, a natureza íntima das plantas e as influencias que sobre elles o solo exerce á atmosphera; queremos dizer que elle ha de ter noções da estrutura anatômica e das funções physiologicas dos vegetaes; da ação meteórica do calor, da luz, de electricidade, do ar e da agua; e, finalmente, da composição e das funções do solo, bem como das reações chimicas quo se operam em seu seio entre os fluidos gazosos do ar e os elementos orgânicos e mineraes, preexistentes na terra, ou nella introduzidos pelos extrumes.

O estudo dos terrenos de cultura deve merecer-lhe particular attenção, porque o solo desempenha a função e de principal laboratorio da produgão agricola; é elle quo serve de sustentáculo aos vegetaes, é o seu seio quo germinam as sementes, e nello quo as plantas hanno a maior parte dos materiaes nutritivos, quo as fazem crescer e fructificar; é elle, enfim, quo, mais acessível á ação do homem, do quo a atmos-

sphera, prestasse, por sua tangibilidade e maleabilidade, a ser modificado, transformado, melhorado e adaptado pelo agricultor às exigências das culturas.

• •

Pôde-se facilmente conhecer umha planta — a parte dos elementos nutritivos que absorvem suas folhas na atmosphera, como aquella que suas raízes sugam nas encimas vegetaes da terra. Basta inclinar-a para obter-se de um lado — gasez, que voltam á atmosphera de onde provieram; e do outro — cinzas, ou elementos mineraes do solo.

A parte combustivel da planta contém : carbono, hydrogeno, oxygeno e azoto; estes elementos, reunidos e agrupados por diversos modos, formam o que se chama *materia organica*. A parte incombustivel ou torrosa, encerra os seguintes principios mineraes : ácido phosphorico, ácido sulphurico, clorio, ácido silicio, ou sílica, potassa, soda, cal, magnesia, ferro e manganez. Além destes elementos, encontram-se ainda nas terras vestígios de argila de lithium, de rabiudum, de coesium, &c, algumas vezes, de zinco, cobre, bromo, fôdo e fluor.

• •

Os antigos agronomos consideravam o humus, como a fonte essencial da fertilidade do solo, e mesmo como o unico elemento útil da terra. Thaer e Hombsch professavam que o humus constituiria o alimento exclusivo das plantas e elemento insubstituível de seu desenvolvimento. Esta foi a unica é a opinião dos agricultores encanecidos na práctica da laboura intensiva.

Mas, de todos os materiaes constitutivos do solo arável é o humus aquelle, cuja ação tem sido mais discutida. Ha controvérias entre physiologistas e chimicos quanto á maneira como elle intervém na alimentação dos vegetaes. As opiniões se dividem em dois campos diametralmente opostos.

Para uns, a cuja frente se acha San-Sure, o humus é um reservatorio de substâncias

nutritivas; as matérias orgânicas que elle contém, o principalmente os *ulmatos* ou *humatos alcalinos*, são absorvidos directamente pelas raízes das plantas, e tornam-se por sua assimilação, um poderoso auxiliar da nutrição que elles recebem do ar e da água. O humus é, pois, para estes, como para os antigos agronomos, um alimento directo.

Para outros, e entre estes o famoso chimico alemão Zustars de Liebig, o humus não é absorvido, e, portanto, não pode servir directamente do alimento às plantas. É a fumegação do humus, segundo a doutrina deste chimico, fornecer, por sua continua decomposição, gaz acido carbonico, que as raízes absorvem à medida que elle se forma, e concorra para a nutrição vegetal de concerta com o acido carbonico que as folhas trazem na atmogphera.

Esta doutrina, que reduz a base poneia contra a influencia do humus, não foi geralmente aceita, sendo diffcil admitir-se que um corpo tão facilmente solúvel nos alcalis, não seja absorvido, como o são todas as dissoluções e não concorra de modo directo para a nutrição das plantas.

Mulder combateu a opinião de Liebig e declarou que os diferentes acidos pretos do humus são absorvidos sob a forma de gases pelas raízes das plantas; que estes saem se metamorphoseam em tecidos vivos para formar os elementos dos órgãos vegetais; e desse modo contribuem essencialmente, como alimentos directos das plantas.

Soubeiran confirmou a opinião de Mulder, provando, por meio de interessantes experiências, que o humus é absorvido directamente em estado de *humato de ammoníaco*. Braconnot e Sprongel, considerando o humus como intermediário entre as plantas e os elementos minerais do solo, não negam a sua directa intervenção como elemento de nutrição das plantas.

Liebig contestou a idéa de que o humus possa ser absorvido em estado de *humato de cal*, mas não negou que o seja, sob a forma

de *humato de ammoníaco*, conforme provou Soubeiran.

O que, porém, Liebig e seus partidários não conseguiram jamais demonstrar foi o facto vulgarmente conhecido—que em uma terra sem humus a vegetação é sempre fraca e pouco produtiva.

«Ha, com efeito», dizem Gorardin e Du Breuil, acido carbonico fornecido às raízes pelo humus, mas não é o humus propriamente dito que o produz, porque este é quasi insensível à ação do ar. É o fumoso que, por sua transformação em detrito carbonizado e depois em humus, dá lugar a esta produção.»

A analyse revelou a Malaguti que sobre *dois litros* de urmato de ammoníaco, empregados em regra de plantas submetidas a experiências, duas gramas e o meia de *acido ubnico* haviam desaparecido, passando para o organismo das plantas. Não pôde haver dúvida sobre este resultado e aquello a que chegou Soubeiran. A matéria solúvel (urmato ou humato) penetra na planta, e resiste para elle as condições de uma boa alimentação.

De quanto precede deprehende-se que o humus age directamente como alimento, numa vez que se converte em *ulmato* ou *humato de ammoníaco*. Iremos é elle uma fonte mescolável de acido carbonico pela combustão lenta do fumoso e dos detritos carbonizados; absorve o vapor aquoso do ar e mantém no solo sua humidade necessária; como matéria porosa condensa e retém o ammoníaco atmosférico; modera a putrefação das matérias azotadas, de modo que a parte nutritiva e solúvel delas não é apresentada às plantas senão gradualmente e na proporção de suas necessidades; e, finalmente, fixa o ammoníaco proveniente desta putrefação.

Eis um conjunto de assertos, que instituem a alta e encarecida idéa, que os antigos agronomos conceberam do humus, e a agro-nomia moderna sustenta contra a opinião de homens da cultura de Liebig; menos,

todavia, no que respeita à exclusão de outras matérias fertilizantes.

.

O ácido carbonico do ar é o principal depósito do *carbono*, de que se alimentam as plantas. Este gaz, que é o resultado da combinação do carbono com o oxigênio, existe na atmosfera na proporção de 3 litros para 10,000 de ar, é decomposto e desdobrado em seus dois elementos primitivos pelos órgãos verdes das plantas, ou pola ação da chlorophilla, sob a influência da luz solar. O carbono fixa na planta e passa a fazer parte da sua matéria orgânica, enquanto que o oxigênio, libertado da primitiva combinação, volta à atmosfera em estado gaseoso. A fixação do carbono e a eliminação do oxigênio pelas plantas é fenômeno que sómente se opera durante o dia, com intensidades que variam conforme a luz e a temperatura, sendo mais intenso onde, como em nosso clima, a luz é mais viva e o grão de calor mais elevado.

Durante a noite é o efeito inverso que se produz: as plantas respiram, isto é, absorvem e fixam em seu tecido o oxigênio e exalam o ácido carbonico.

Todos os órgãos vegetais, todas as partes verdes das plantas — entretanto que germinam, folhas, botões, flores, frutos e raízes — exercem sobre a atmosfera esta dupla ação de assimilação e desassimilação; predominando as folhas nesta função, porque a elles cabe desempenhar, não só o ácido carbonico diretamente absorvido pelas suas estomates, como também aquela que lhes é transmitida pelas raízes.

Por isso quando uma molestia, como a *mildew*, um acidente, como a geada, ou um pratica insensata atrofiam ou despojam as plantas de suas folhas, perturbam-se ou cessam de desempenhar as funções de assimilação ou nutrição aerea, a planta deflagra a produção, silenciosamente pelo trabalho subterrâneo das raízes, atreza-se, e não atinge mais suas proporções normais,

Para darsse ao lavrador uma idéa da parte que tem a atmosfera na produção das colheitas, basta dizer-se que uma cultura de trigo, produzindo 20 hectolitros de sementes, absorve, segundo os cálculos de Muntz e Girard, mais de 1,800 kilogrammas de *carbono*, correspondentes a 7,000 kilos, de ácido carbonico, contidos em 16 milhões de metros cúbicos de ar; e uma cultura de beterraba, dando 40,000 kilos, de raízes, pode absorver 3,500 kilos, de *carbono*, correspondentes a 12,000 kilos, de ácido carbonico, contidos em 30 milhões de metros cúbicos de ar atmosférico.

As fontes naturais do ácido carbonico são imensíssimas; o produzem os vulcões, as combustões de toda sorte que se dão na superfície do globo, as combustões lentas de todas as fermentações, a respiração de todos os animais que povoam a terra, e as exalações das próprias plantas. Ello existe no ar, na terra que o contém em grandes quantidades, e ainda nas águas, em que elle é solúvel. Não é, pois, possível que as plantas não o tenham sempre ao alcance de seus órgãos foliares ou de suas raízes. D'ahi se vê que o agricultor não tem que preocupa-se com o *carbono*, de que carecem as suas plantas, vi-lo como este elemento é perfeitamente tento à disposição dos vegetais, e em proporções suficientes, pela prudigia natureza.

.

Outro tanto se pode dizer do *hydrogeno*, que é, como o *carbono*, parte constituinte da matéria orgânica.

O hydrogeno acha-se na atmosfera em estado de combinação com o oxigênio, formando a aérea.

A aérea é um composto de 8 partes de oxigênio para 1 de hydrogeno. A separação desses dois elementos não se dá nas condições meteorológicas ordinárias.

É aí a influência da electricidade, ou de uma alta temperatura, que o hydrogeno se desprende d'aquella combinação. Entretanto, os modernos phytólogos, desde Priestley ate-

Doherty, admitem que a agua é só o seu hydrogénio às plantas por uma assimilação analoga e concomitante da do carbono. Isto quer dizer que há decomposição simultânea do ácido carboníaco pela água pelo ação da matéria verde das células chlorophylleanas da planta, sob o influxo da luz solar; libertando em liberdade o oxygenio, que entra na composição da água e do ácido carboníaco.

Sí exceptuarmos os climas sujeitos a secas periódicas, a abundância da agua na natureza excede, quasi sempre as exigências das plantas, que sem ella não podem viver e prosperar.

Todos os tecidos vegetais contém agua em grandes proporções ; e sendo a agua elemento imprescindível da vegetação, convém que o agricultor a forneça pelas rágas artificiais, todas as vezes que uma estação inlementar ameace as culturas.

Menos fácil de remediar é o acréscimo ocasionado pela geada, que paralisa o movimento circulatório da seiva pela congelação desta, e rompe os tecidos vegetais pelo brusco augmento de volumes da mesma agua da vegetação congelada ; resultando d'á d'á o desfloramento ou a morte das plantas, do mesmo modo como resulta da brusca evaporação da seiva pelo calor do fogo ; duas causas opostas de efeitos identicos.

Mas, a função da agua na agricultura é mais complexa, do que parece ; não se limita somente a fornecer às plantas o *hydrogenio*, que, aliás, elles podem também tirar da *ammoniaquea* que é do ar, produto da decomposição das matérias orgânicas, que o contêm na proporção de 1/3 do seu peso. A agua, enriquecida de substâncias orgânicas e saes solubéis, circula nas plantas, como o sangue nos animais. Evaporando-se pela superfície dos órgãos vegetais, durante a evaporação, deixe no interior dellos os principios nutritivos, que ella continha em dissolução ; e esta circulação não cessa, no correr da vida vegetativa, porque, à medida que o líquido nutritivo se volatiliza pelos órgãos foliares, nova seiva penetra pelas raízes,

Considerada como dissolvente o vento dos elementos do nutrimento vegetal, a agua influencia tanto sobre a produção agrícola, que uma terra abundantemente estacionada apenas dará medíocres colheitas, se lhe faltar a ação fecundante desse agente meteorico ; enquanto que um terreno pobre o *congado*, desde que seja convenientemente irrigado, pode, por sua produção, exceder a expectativa do lavrador. E com o auxilio da agua que as plantas utilizam as substâncias fertilissimas, previistantes ou depositadas na terra pelo agricultor.

As aguas, quer provenham de mananciais terrestres, como rios e lagos, quer das regiões atmosféricas sob a forma de chuvas, orvalhos, condensações nocturnas, nevoeiros e humidade aérea, impregnam-se do ácido carboníaco e de saes ammoniacas nitrícos ; e infiltrando-se pelos terrenos, dissolvem os carbonatos, os cloruretos, os sulfuretos, matérias orgânicas e gazes ; e arrastando mecanicamente pela superfície do solo — todos, argilas, matérias leves e detritos de todo sorte, formam nas grandes depressões do solo depósitos de aluviação, que constituem terrenos fertilissimos.

O mesmo vapor d'agua, que se mantém na atmosfera, sem jamais condensar-se, formando nuvens, constitui um corpo aterrizante, que absorve as irradiações solares, e modifica a irradiação terrestre, conservando ao solo um temperamento favorável à vegetação.

Nenhum corpo simples de empêna na natureza papel mais importante, do que o *oxygenio*. Pode-se dizer que elle é o elemento por excellencia de todo os corpos orgânicos e inorgânicos. Faz parte do ar atmosférico, e é indispensável à vida dos animais superiores, como dos microorganismos *aeróbios*, sendo que os mesmos *anaeróbios*, que o não absorbem directamente do ar, o encontram nas matérias orgânicas, nas quais proliferam fora do contacto do ar. Não menos necessário à vida dos vegetais superiores

como dos microfitos, os antigos chamavam o oxygeneo—*or vital*, porque tudo quanto respira—animal ou planta—lhe deve a vida.

O oxygeneo entra na composição da água; faz parte do organismo animal como do vegetal.

Todas as matérias minerais que constituem a crosta terrestre, bem como os destroços desta,—pedras, areias, argilas e terras diversas—que formam o solo cultivável são corpos queimados pelo oxygeneo e reduzidos a oxydor o saes. A proporção em que elle entra na composição de diversos minerais é aproximadamente de 40 % em peso.

Por outro lado, sabe-se que um volume de ácido carbonico contém um volume de oxygeneo; que na água — oito partes delle se combinam com uma de hydrogeneo; e, assim, que a atmosphera o contém em estado livre na proporção de 21 por 100 de ar.

To das as partes das plantas respiram, e por conseguinte precisam de oxygeneo para continuarem a vida. Sem elle, sofreriam, como os animais, os efeitos da asphixia.

Não podem, pois, as plantas prosperar em terrenos privados do oxygeneo, tais como as terras pantanosas ou mal saneadas, onde existem substâncias que lhes roubam esse elemento da vida.

Entretanto, por meio de correctivos apropriados, drenagens, estruções químicas, meteorização pelos instrumentos agrários, pôde-se obter completo saneamento do solo, restabelecendo nello as condições normais de uma boa terra de cultura. Assim é que se conquistam para a agricultura terrenos outrora impróprios para qualquer prodnégio vegetal.

O oxygeneo é sobretudo indispensável à germinação das sementes. Seria impossível fazê-las vngar onde não existisse ar oxygénado. D'ahi a necessidade de arrancarem-se cuidadosamente os terrenos, antes de semeá-los, afim de tornal-los accessíveis à ação benfica dos agentes atmosféricos; d'ahi também as vantagens da laboura mecanica, que resolve esse problema com uma

economia de tempo, de braços e do capital, a que o trabalho braçal não poderia jamais attingir.

Resumindo o que já expendemos com relação aos tres elementos — *carbono, hidrogeno e oxygeneo* — fornecidos em quantidades illimitadas e restituídos às fontes do quo elles emanam, pela ação exclusiva da natureza, sem intervenção do agricultor, — esses tres elementos desempenham na produção agricola função preoiniente; pois, não sómente constituem a trama dos tecidos de todos os orgaos vegetaes, mas ainda entram na composição de principios intermediarios, elaborados nesses orgaos, tais como o açucar, o óleo, o amido, as fibras, toxins e outras matérias extractivas, que servem de base a importantes industrias.

Assim, o *carbono, hidrogeno* e o *oxygeneo*, exportados com as colheitas, não exigem restituições por meio de estrumes; são elementos que se oferecem gratuitamente e se reproduzem sem a intervenção do homem; fertilisantes, que nada custam ao agricultor e cuja transformação em produtos em nada empobrece o solo, visto como elles provêm da atmosphera, onde incessantemente se renovam pela eterna lei das decomposições e recomposições sucessivas da matéria, que desloca-se, transforma-se, desdobra-se em sous elementos simples, os quais, agrupando-se em proporções diversas, formam outros tantos corpos, sem jamais perdorem um átomo sequer da sua substância primitiva, ou do seu peso.

.

Isto, porém, não sucede com as plantas, cujos produtos extractivos, além daquelle tres elementos do ar, encerram quantidades mais ou menos notáveis de *azoto*, porque este ultimo elemento, si bem que abundante na atmosphera, só pôde ser utilizado pelos vegetaes, depois de achar-s' no solo, fazendo parte de saes solvíveis e assimilaveis pelas raizes.

Com efeito, o azoto é o elemento que mais avulta na mistura gazoosa, que compõe a atmosfera; elle faz parte do ar na proporção de 79 por 100 em volume; mas, no seu estado de liberdade, não está directamente à disposição das plantas, como o está o oxygénio, que, aliás, é menos abundante do que elle, no ar atmosférico.

E' sómente depois de combinado e incorporado à terra arável, sob formas, de que adianto traremos, que as plantas o podem absorver. D'ahi resulta que os vegetais ávidos de principios azotados, esgotam mais facilmente o sólo, do que aquelles que proferem os principios carbonados.

Os elementos azotados, também chamados *proteicos*, *albuminoides* ou *compostos quaternários*, por conterem os quatro elementos: *carbono*, *hydrogeno*, *oxygénio* e *azoto*, exercem função importantíssima, quer sob o ponto de vista da constituição íntima dos vegetais, dos quais são a matéria viva ou *protoplasma*, quer da alimentação dos animaes, aos quais fornecem os materiais que entram, como elementos plásticos, na composição do sangue e estrutura dos tecidos orgânicos. E' com os elementos azotados que o trigo, por exemplo, elabora o gluten do pão, que as leguminosas produzem a legumina ou caseína vegetal, e com elles, em summa, que os vegetais cream a *protein* ou principios albuminosos, fonte da vida orgânica.

O azoto combinado apresenta-se na natureza sob tres estados diferentes: unido ao *oxygénio*, formando *nitratos* e *nitritos*; ao *hydrogeno*, formando o *amoníaco*; e a *substancias carbonadas*, formando *materias orgânicas*.

E' pelos seus compostos minerais que o azoto se forma directamente assimilável; e dis porquê a matéria orgânica — vegetal e animal — dos estrumes não pode servir de alimento às plantas, senão depois de decomposta e mineralizada.

A vegetação ininterrupta de florestas e campos, que, nas condições naturaes, man-

tem-se indetinidamente luxuriando, sem necessidade de estrumes, faz ver que o azoto livre do ar, apesar da sua fraca utilidade para com os outros corpos, intervém no desenvolvimento dos vegetais, na proporção em que se acha nelles contido. O mecanismo dessa intervenção era ainda ignorada, quando há mais de cem annos, Cavendish demonstrou a influencia da electricidade sobre a uniao do azoto com o oxygénio do ar, dois gases antagonicos por suas propriedades e incapazes de se unirem nas condições ordinarias.

Desde então verificou-se que as descargas eléctricas, produzindo a combinação dos dois gases, dão lugar à formação do *ácido nítrico*, quo, dissolvido pelas aguas pluviaes, precipita-se com estas das regiões atmosféricas para o solo, onde por subsequentes combinações com bases mineraes preexistentes na terra, tais como a *soda*, a *potassa*, etc., veem formar nitratos solúveis e assimilaveis.

Mas, a quantidade de azoto por este meio fornecida, é tão diminuta que não explicaria satisfactoriamente a nutrição azotica da vegetação espontanea. Sob o clima da Europa o azoto nítrico proveniente da atmosfera pela electricidade, não excede a 2,8 por hectare e por anno. Aguas pluviaes da zona equatorial da America do Sul, analysadas por Muntz e Girard, deram em média 2,5 do ácido nítrico por litro, o que equivale a 6,5 de azoto por hectare, para cada metro d'água caída. Isto prova que a nitrificação do azoto do ar é menos abundante na Europa, do quo sob o equador, onde, aliás, as ações meteoricas são tambem mais intensas; mas a deficiencia dessa fonte de azoto subsiste nos climas tropicais, por isso mesmo que a vegetação é aqui mais oxibiente. E', pois, evidente que a electricidade só por si não poderia alimentar de azoto essa vegetação quo, no estado de natureza, não recebe, como as plantas cultivadas, o por meio de estrumações, avultado subsídio de matérias azotadas, como suplemento ao

stock de matérias orgânicas, que naturalmente se acumulam na camada vegetal do solo. D'ahl a bem fundada convicção, de que outra fonte de azoto devia existir para a vegetação espontânea.

A descoberta do fenômeno da *symbiose* veiu espargir a mais viva luz sobre esta questão até então obscura e duvidosa.

Helbregelel e Wilfarth foram os primeiros a demonstrar a presença de organismos microscópicos nas nodosidades características das raízes de plantas da família das leguminosas, tais como feijão, ervilha, alfafa, e outras; microorganismos dotados da faculdade de fixar o azoto gázoso do ar, e fornecê-lo às plantas, sob essa e outras formas assimiláveis.

Brod, Schloesing e Laurent confirmaram por suas experiências a existência desse fenômeno.

Bertholot e Dehérain foram mais longe e atribuíram a organismos, que vivem normalmente na terra, função análoga a dos microphytos das leguminosas, cuja função fixadora do azoto livre e gázoso do ar é hoje universalmente reconhecida.

Admitida a *hypothese* do que a séde destes microorganismos é a própria terra onde vivem e proliferam em imensas multidões, é fácil crer que a sua ação fertilizadora se estende a todas as espécies vegetais e não sómente às que apresentam nodosidades em suas raízes. Os antigos agronomos não conheciam esta teoria, e nem os recursos da ciência teriam permitido descobri-la; então; mas, não é menos certo que alguns séculos antes das primeiras investigações pastorianas, já a prática agrícola havia assignado a existência de *plantas fertilizantes* e *plantas depauperantes*, distinguindo entre aquelas as *leguminosas* pela propriedade de enriquecerem o solo com elementos tomados à atmosfera. O facto em si já era bem antigo e conhecido. Aos naturalistas modernos coube a glória de determinar-lhe a causa e de explicá-la.

O azoto necessário à vegetação provém,

pois, quasi todo da ação benéfica destes fôrmenos vivos que facilitam a sua absorção pelas plantas, indo buscar-a, quer na atmosfera, quer nas matérias orgânicas do solo.

É claro que o trabalho fertilizador destes seres influencia profundamente, ininterrupto quanto à atmosfera que é inesgotável, pode, pelo contrário, cessar, quanto ao solo, todas as vezes que lhe faltam matérias orgânicas, sempre ricas do elementos azotados.

Sí tal falta se desse na atmosfera o homem seria impotente para remediar-a. Felizmente, porém, tem o agricultor em suas mãos os meios de modificar os terrenos, consoante as necessidades da sua indústria; e cíis porque basta amanhalar os estrangular os para regularizar o seu funcionamento, estreitando entre as plantas cultivadas e os microphytos, que por elas e para elas vivem, essa espécie de associação que os avigora na luta pela vida, o que a ciência synthetisou nesta palavra — a *symbiose*.

• •

Vejamos agora qual a origem e ação fertilizante das substâncias minerais, que se acham no solo, à disposição dos vegetais, e que, pela incineração destes, aparecem sob a forma de cinzas.

Dirigindo-nos a homens práticos, seremos nesta exposição tão pares de fórmulas científicas e de termos tecnológicos, quanto o somos na enumeração dos elementos fornecidos às plantas pela atmosfera.

Entre os ácidos existentes na terra destaca-se o *ácido phosphórico*, que de todas as substâncias minerais é o que mais influencia, não sómente sobre a vegetação, senão ainda no desenvolvimento do arcabóego ósseo dos animais.

Os compostos deste ácido — os phosphatos — achaam-se no solo quasi sempre em estado insolúvel; mas a acidez das raízes permite que ellos se dissolvam ao seu contacto, e entrem na circulação vegetal.

Pela analyse chimica verifica-se que os phosphatos, existindo em todas as partes da planta, concentram-se principalmente nos fructos e nas sementes. Quando ha falta delles no solo, como não raras vezes acontece, tanto deflham as plantas, como os animais que dellas se alimentam.

O acido phosphorico provém de rochas, que o contêm em proporções designadas. Logo que estas se desagregam e decomponem-se pela ação corrosiva das águas e dos agentes atmosféricos, formam terrenos em que esse elemento é quasi sempre insuficiente. Terras ha em que a sua falta é absoluta. Em tais casos convém incorporá-lo no solo sob a forma de estrumes fosfatados.

Foi no começo do século XIX que Theodoro de Saussure, por suas invaluáveis pesquisas sobre a constituição dos vegetais, verificou nas cinzas destas notáveis proporções de acido phosphorico, e emitindo a opinião de que o *phosphato de cal* é tão indispensável às plantas, como o carbono, o oxigénio e o azoto. Só o phosphato de cal, pensava elle, seria impossível formar-se o esqueleto dos animais, e nem os vegetais poderiam existir sem o concurso desse sal essencial à constituição dos seres organizados.

A prática precedeu a teoria na applicação dos phosphatos. Antes dearem classificados entre os *astrângos químicos* de 1^a ordem, já eram empregados em larga escala desde meados do século passado. Em 1822 a Inglaterra importou, segundo Liebig, 30,000 kilogrammas de ossadas colhidas nos campos de batalha das guerras napoleónicas (Waterloo e outras), e pelo menos avultado de ossos desenterrada nos campos de Sebastopol (Criméa) e, emfin, de quantos puderam os ingleses revolver, para delles extrair elementos de fertilidade, com que opulentasse o solo britânico; e isto porque na mesma Inglaterra, como na Alemanha, se havia reconhecido que o phosphato de ossos previamente pulverizados era mais eficaz, do que os phosphatos puramente mineraes ou terrosos provenientes das jazidas,

os quais, aliás, são hoje utilizados, sob diversas denominações e fórmulas, na cultura intensiva dos países mais adiantados na indústria agrícola.

O acido sulphurico existe em todos os solos, quasi sempre em estado de sulphato de cal. Todas as plantas contêm enxofre procedente da decomposição dos sulphatos. As *erucíferas* e *leguminosas* são as que o contêm em maiores proporções. Pela decomposição dos sulphatos o enxofre combina-se na planta com a matéria orgânica, formando produtos complexos. Sendo solúveis na água, os sulphatos penetram facilmente no organismo vegetal pelas raízes.

O acido sulphurico abunda no sulphato de cal, e é a este composto que se recorre para adubar e corrigir os terrenos pobres de sulphatos.

A potassa acha-se nas plantas combinada com ácidos vegetais. É encontrada na natureza nas rochas feldspathicas, bem como nas jazidas de chlorureto de potassum. As águas do mar a contêm em proporções notaveis.

A cal, combinando-se com o acido phosphorico, ou com o carbonico, entra por larga parte no peso das colheitas, bem como na formação do esqueleto animal. Além de servir como elemento de nutrição vegetal, tem ação de importância capital na decomposição e mineralização dos estrumes. A cal é um dos elementos mais energicos da terra, onde se acha em estado de combinação com o acido carbonico, formando carbonatos, ou com a matéria orgânica. A absorção da cal pelas plantas é tanto mais segura quanto maior é a quantidade de acido carbonico dissolvido na água, que é também o dissolvente dos carbonatos. Os estrumes desenvolvem na terra essa produção de acido carbonico, que, aliás, tem sua fonte

permane na atmosphera. Sem cal não pôde haver boa cultura.

O *cloro* é outro elemento mineral que aparece sempre nas plantas, principalmente sob a forma de cloruro de sodium ou sal comum. O mar é o grande reservatório deste elemento. O ar, impregnando-se delle nas regiões marítimas, o transporta constantemente para as terras mais afastadas do littoral.

A *silica*, ou ácido silíceo, existe em fortes proporções em certos vegetais, mórtemente nas graminíneas e nos fétos. Sabe-se hoje que a função deste elemento é secundária. Saechis obteve pés de milho de tamanho normal que não continham sequer vestígios da silica.

A *soda* existe mais ou menos em todos os terrenos.

É bem conhecida a eficácia do *nitrato de soda*, como estrume. Este elemento mineral provém da decomposição das rochas, como todos os elementos congenores; mas é o mar que o contém em maior abundância.

A *magnesia* acompanha frequentemente a cal e mostra-se em todas as cinzas vegetais. O manganez figura nas plantas em proporções ilimitadas. E assim também a *alumina*, não obstante ser esta tão abundante na terra, como a silica.

O *ferro* é nos vegetais um agente da formação da *chlorophylla*. A sua ausência produz nelles a *chlorose*, que é debellada pelo sulfato de ferro, aplicado sob forma de négra.

Do que procede, vê-se que os elementos minerais indispensáveis aos vegetais podem ser classificados do modo seguinte, por ordem de importância:

1.º Azoto, ácido phosphórico, potassa (pondo abundantes no solo).

2.º Cal, magnesio, ácido sulphúrico (menos abundantes que aquelles).

3.º Silica, cloro, alumina, ferro, manganez e soda (em proporções superiores às necessidades limitadas das plantas).

Esta classificação é o resultado de experimentações que se fizeram em épocas diversas, o enjo fim científico e pratico foi, por assim dizer, consultar as próprias plantas sobre as suas preferências com relação aos diferentes principios minerais, mais ou menos neceários à nutrição vegetal.

Cultivaram-se plantas em agua contendo elementos minerais de cada uma das classes acima mencionadas. Obtiveram-se por este modo plantas perfeitamente desenvolvidas, sem a intervenção do solo e nem do humus.

Supprimindo-se nas experiências um ou outro dos principios minerais adicionados à agua, viu-se imediatamente perfeitar mais ou menos a vegetação, conforme a maior ou menor importância do elemento subtraído; e assim, à vista de repetidas e pacientes experimentações, conseguiu-se discriminar a importância e ação relativas de cada um.

Realizaram-se depois estas experiências em condições mais aproximadas da grande prática, operando-se, não já sobre a agua, mas em terrenos artificiais, adredevidamente formados de areia pura lavada. A estes terrenos juntaram-se as diversas substâncias, objectos das experiências, tales como o azoto, o ácido phosphórico, a potassa, a cal e outros menos importantes.

O resultado foi obtém-se desses elementos minerais, em terreno morto de areia lavada, e sem o auxilio do humus, colheitas comparáveis às que produzem os terrenos naturais.

Sí a atmosphera escapa à ação direta do homem, quanto ao modo como ella influencia a vida aerea das plantas, tem, pelo contrario, o agricultor poderosa interferência

no fineelamento da vida vegetal pelas modificações que pôde imprimir às condições do solo. E' polo resultados da *cultura intensiva* que se manifesta quanto pôde o agricultor intelligent, e conhecedor do seu ofício, influir sobre os resultados das suas culturas, bem como sobre o futuro da agricultura nacional, cuja prosperidade não pôde deixar de ser sonho a resultante dos esforços isolados de cada lavrador.

O estudo do solo tem, pois, para os que se dedicam a esta indústria, a mais transcendente importância, quer se considere o meio tellurico em sua constituição physica com relação aos melhoramentos mecanicos e químicos, destinados a facilitarem às raízes a sua irradiação em todos os sentidos, em serviço da nutrição das plantas, aumentando na terra a permeabilidade e a propriedade de reter as águas e os gases, etc., quer se attenda à sua constituição propriamente chímica, cuja importânciá é ainda maior, por que todo o vigor e exuberância da vegetação provém antes de tudo dos principios inerentes e orgânicos que fecundam a terra, e cuja abundância ou deficiência são premissas da boas ou ruins colheitas.

• •

Resultados da desaggregação lenta e contínua das camadas geológicas, que formam a crosta terrestre, os terrenos do cultura tem composição elementar idêntica à das rochas, de que elles emanam.

As rochas, de contextura, densidade e composição, muito diferentes, provêm,umas das formações *plutónicas*, de origem interna, e constituem o que os geólogos denominam *rochas eruptivas*; outras resultam de formações *neptunianas*, ou de depósitos acumulados no fundo das águas, denominadas rochas *sedimentárias*, que são de origem externa; produzidas, aquellas pela ação do fogo que as teve em estado de fusão, até que pelo resfriamento se crystallizam, ou, passando ao estado sólido; e estas pela ação das águas, que cobrindo as depressões do globo

nellas depositaram abundantes sedimentos. As rochas eruptivas comprehendem duas series: a sério antiga ou primitiva (rochas graníticas e outros) e a sério moderna (rochas vulcânicas).

As sedimentárias abrangem cinco grupos principaes, que se subdividem em numerosos sistemas de formações que não se mostram sempre e por toda parte superpostas por ordem de antiguidade conforme seria mais natural; pois é comum verem-se terrenos primitivos, de origem interna, a descoberto na superfície da terra, nas catarinhas, e escarpamentos das montanhas, ilhando os depósitos sedimentários no sopé destas.

A complexidade dos materiais ou partículas, que de tão diversas rochas se desprendem pelas causas conhecidas para formar a terra lavrada, mais ou menos densa, mais ou menos pulverulenta, resulta a diversidade de composição, a heterogeneidade dos terrenos de cultura. Um certo numero de rochas eruptivas produzem solos que oferecem grandes analogias de composição. Os que provêm de rochas graníticas, contêm, como elles, *feldspaths* (silicato duplo de alumina e de potassa), *quartz* (silicona cristal de rocha), e *mica* (silicato de alumina).

Os terrenos oriundos de rochas graníticas schistosas ou *gneiss*, encerram maiores proporções de *mica*.

Os que procedem de rochas schistosas ou *mica-schistos* abundam mais em *quartz* e *mica*.

Prodominam o *quartz* e o *feldspaths* nos terrenos produzidos pela decomposição lenta das rochas porphyricas.

Em todas estas rochas que nada mais são, do que modificações das graníticas, faltam a cal e o ácido phosphorico. Dali a proverbial pobreza das regiões onde predominam as rochas graníticas.

Quando, porém, os terrenos dessa procedencia são artificialmente adubados com a cal e o ácido phosphorico transformam-se, como por encontro; de estérveis, que eram,

tornam-se ferteis; a sua flora modifica-se; e, não raro, abundantes colheitas se produzem ali onde outr'ora a vegetação mostrava-se fangulda e rachitica.

E' principalmente nesses terrenos que cabe a applicação de estrômios chimicos *calcários* e *phosphatados*. Convém, entretanto, dizer que os terrenos graníticos tão pobres do cal e do ácido phosphorico, são, todayia, ricos de potassa.

Os terrenos de origem vulcanica contém geralmente menos potassa do que os graníticos; mas levam vantagem a estes, quanto às proporções de cal e de ácido phosphorico que os fertilizam.

Em geral, os terrenos de origem vulcanica, quer produzidos por *lacas*, por *bassotos*, ou por *trachytos* constituem sempre terras fias do grande fertilidade e aptas para a produção de colheitas de todo o gênero.

Os terrenos gredosos, provenientes de rochas de *grés* ou *grêdo* (pedra de areia), exclusivamente compostos de *quartz*, são, por sua natureza, estérveis. Prestam-se mais à produção florestal, do que à horta.

As rochas calcáreas são o resultado dos depósitos de carbonatos produzidos no fundo das aguas, que os tinham em dissolução pelo ação do ácido carbonico. Estas rochas são de naturezas diversas e comprehendem tipos muito diferentes, desde os calcários mais compactos e duros, como o marmore, até os mais friáveis, como a pedra calcarea commun.

O carbonato de cal entra na composição das rochas calcáreas nas proporções de 80 e 90 por 100, acompanhado de um pouco de carbonato de magnesia, oxydo de ferro, alumina, quantidades a preceyais do ácido phosphorico, e pouca potassa, variando estes dous

últimos elementos em algumas rochas, que contêm mais potassa do que ácido phosphorico (Muntz).

Os terrenos calcários não podem, pais, deixar de ser ferteis. São, todayia, estérveis aquelles nos quais predominam os carbonatos duplos de cal e magnesia (dolomite).

• •

Indicado em breves termos a origem geologica dos terrenos, vamos agora classificá-los sob o ponto de vista agrícola, completando assim as noções geognosicas, que devem proceder o estudo dos melhoramentos do solo arável.

Os terrenos lavrados podem conter elementos da decomposição de mma, de aluminas, de mimitas, ou de todas as rochas a que já nos referimos. Mas, seja qual for a procedencia d'elles, não se prestarão à agricultura regular, si não couvirem, como elementos básicos - a areia, a argila e o calcaro.

A proporção em que cada um destes elementos entra na formação dos terrenos, dependem as propriedades physicas, e o bom funcionamento dos mesmos terrenos, como apparelhos de elaboração dos produtos agrícolas. Essas proporções são variaveis, como a composição das rochas, cujos detritos dão origem às terras.

D'ahi a classificação dos terrenos agrícolas em quatro grandes classes: *terrás argilosas*, *arenosas*, *calcáreas*, e *humíferas*; podendo-se acrescentar uma quinta classe — a das *terrás magnesianas*, nas quais predominam saes de magnesia, e que, embora estérveis por sua natureza, são susceptíveis de melhoramento.

As quatro classes mencionam os variedades, que o seguinte quadro indica:

<i>Terrás argilosas</i>	<table border="0"> <tr> <td rowspan="3" style="vertical-align: middle;">{</td><td style="vertical-align: middle;">do argila pura</td></tr> <tr><td style="vertical-align: middle;">argilo-ferruginosas</td></tr> <tr><td style="vertical-align: middle;">argilo-calcáreas</td></tr> </table>	{	do argila pura	argilo-ferruginosas	argilo-calcáreas
{	do argila pura				
	argilo-ferruginosas				
	argilo-calcáreas				
	<table border="0"> <tr> <td rowspan="2" style="vertical-align: middle;">{</td><td style="vertical-align: middle;">terrás fortes</td></tr> <tr><td style="vertical-align: middle;">terrás frágeis</td></tr> </table>	{	terrás fortes	terrás frágeis	
{	terrás fortes				
	terrás frágeis				

<i>Terras arenosas,</i>	{ de areia pura arenó-argilosas (inconsistentes) selicosas, pedregosas, gratinhas, vulnerárias arenó-argilo-ferruginosas arenó-humíferas
<i>Terras calcáreas,</i>	{ areias calcáreas terrás gypsosas turfoas marcasas
<i>Terras húmíferas,</i>	{ turfas pasturas.

Das substâncias que entram na composição do solo arável, uns são inertes, insoluvel, e de efeito apenas mecânico, figurando entre estes, como *elementos mecânicos* — a *areia*, *pedregulho*, a *argila*, o *calcáreo*; outras são solúveis, e constituem elementos nutritivos, directamente assimiláveis, e ac-

tivos, tales com — o *luminis salável*, o *ammoniaco*, o *ácido azotico*, as *materias salinas solúveis*, o *ácido carbonico gázoso*, etc.

Para representar os elementos da terra, considerados sob o aspecto de suas propriedades ativas ou inertes, organizou George Ville o seguinte quadro:

<i>Elementos mecânicos,</i>	{ areia pedregulho argila calcáreo
<i>Elementos assimiláveis activos,</i>	{ orgânicos, minerais,
	{ luminis azoto, ácido phosphorico, sulphurico, carbonico chloro Silica alcalis-potassa, soda, etc. terrás alcalinas; cal e magnésia Oxydo de ferro Manganês
<i>Elementos assimiláveis em reserva,</i>	{ detritos orgânicos luminis carbonifero minerais não decompostos.

Não se pôdem considerar fortes terrenos que não reúnam, em proporções convenientes, as três ordens de principios, constantes deste quadro; e para verificar-se a presença destes elementos na terra não há outro recurso senão o da analyse chimica.

Mas, a analyse chimica qualitativa e quantitativa é operação delicada que quer conhecimentos e aptidões especiais, e, só pôde ser realizada por chimicos em seus laboratórios.

Entretanto, está ao alcance do agricultor intelligent fazer um exame muito sum-

nário, porém bastante para adquirir por si mesmo uma idéia aproximada das propriedades físicas e químicas de seus terrenos.

Eis em Ilheiros traços o processo praticado de uma analyse mecânica da terra. Quando o terreno não apresenta homogeneidade da estrutura, extraíose de diversos pontos dele, na profundidade de 10 a 15 centímetros, algumas amostras; e misturando-se estas, obtém-se uma amostra média da composição do terreno.

Submetidas à desecação 100 grammas desta amostra, em uma estufa, ou capsula de porcellana, aquecida a 150 ou 160 graus centígrados, verifica-se pela diferença do peso tomado antes e depois de completa evaporação, — qual o estado hidrométrico, ou quantidade de humidade contida na terra.

Para diferenciar os elementos diversos do terreno em questão, faz-se ferver durante uma hora 100 grammas de terra em 500 grammas d'água pura ou destilada. O líquido fervido contém em dissolução substâncias solúveis, e em suspensão todas as partículas finas da terra, ficando no fundo do vaso, depois do repouso e esfriamento, os elementos grosseiros e inertes, como seixos, areias silílicas ou calcáreas.

Decantase para outro vaso o líquido turvo e secam-se o pesam-se os sedimentos sólidos do fundo do vaso, adicionando a este peso, o das matérias orgânicas leves, que sobreviviam no líquido, durante a fervura sem decompor-se.

Filtrando-se depois o líquido, vê-se que ele encerra uma matéria terra abundante e tenacissima, que lhe adherente ao papel do filtro, e um líquido filtrado perfeitamente limpo. A matéria terrosa contém: *haumas*, *argila*, *carbonatos de cal*, de *argivesia*, *oxydios de ferro*, e *phosphatos de cal*. Dessecada esta matéria terrosa em temperatura não excedente de 150° a diferença de peso dá englobadamente o peso total approximado de todos aquelles principios fertilizantes minerais contidos na terra. Si se quizer determinar

separadamente a proporção do humus, ou matéria orgânica decomposta, que acopinha os elementos minerais, calcula-se um peso dado da matéria terra pesando-a antes e depois da calcinação. O peso perdido representaria a proporção do humus, confundida na terra que se analisa. Si durante a calcinação desprendesse o cheiro de chifre queijado — a matéria orgânica é de natureza animal; si o cheiro for de lenha que arde — a matéria orgânica é de origem vegetal.

Finalmente, o líquido limpo filtrado conterá todas as substâncias solúveis, cujo número, natureza, e quantidades relativas, só uma analyse química rigorosa e completa poderá determinar.

.

Processos muito mais sumários ainda permitem distinguir um dos outros os terrenos calcareos, argilosos e arenosos. A effervescência que produzem os acidos em certas terras, é indicio seguro de que elas contêm suficientes proporções de cal ou de carbonatos e phosphatos, fontes de acido carbonico, ou de acido phosphorico tão pouco abundante em outros terrenos, quanto útil à vegetação.

Quando pela lavagem da terra fixa em suspensão grande quantidade de argila, pode-se affirmar que o terreno é compacto, e que não lhe falta a potassa. — A proporção da areia será obtida pelo mesmo processo de lavagem.

A vegetação espontânea serve também de critério para julgarem-se das qualidades dos terrenos, bastando conhecer as espécies vegetais que nellos vegetam, para fazer-se a diagnose das suas propriedades mais características. A este propósito, refere Gilardin que certo agricultor, querendo comprar umas terras, seu pai, cégo, manifestou o dessejo de acompanhá-lo. Chegados ao lugar, o cégo mandou que o filho prendesse a sua besta de sela à haste de um certo arbusto. Respondendo-lhe o filho que não havia ali plantas daquella espécie, logo o cégo pediu o

entulho e montou, dizendo no filho « visto isto, não pensas em tal negócio, o voltemos para a casa ». No seu conceito não podia ser boa terra daquella tipo, na qual só se vêem espontaneamente plantas daquella espécie. Se é permitido dizer-se que a história do globo achava-se gravada na estratificação da crosta terrestre, não é menos lícito pensar-se que a adaptação espontânea das plantas a determinados terrenos em identidade do clima, é uma prova fôrte ligão, que a natureza oferece ao agricultor. Se não fosse a predilecção que manifestam os leguminos e as gramíneas dos prados indíferas pelos terrenos calcareos, não se teria adoptado com tanto fundamento o acerto o emprego da cal no cultivo de tais plantas.

Infolizmente observações o estudo de te genero, tão comum onde se pratica a havoura intensiva, são menos presados no sistema extensivo, segundo o qual os *cincos dias derribados* capêam e distorcem os desfeitos ou a pobreza dos terrenos.

Nenhum exame ou análise de terras pôde dispensar a experimentação direta por meio de ensaios de culturas e estrumizações comparadas. O processo é longo, mas os resultados nada deixam a desejar, visto como mostram praticamente o grau de fertilidade das terras, indicando, não sómente os elementos úteis que elas encerram, como também aqueles que elles faltam, e lhes devem ser adicionados suplementarmente. Para proceder-se methodicamente, dividisse a terra em parcelas. Em cada uma experimentasse uma determinada estrumização, deixando uma parcela em seu estado natural, sem estrumização alguma, para servir de *testemunha*, ou do ponto de comparação. Devem medelar entre as parcelas grandes espaços ineritos, afim de que as matérias fertilizantes aplicadas em umas não influiam sobre a vegetação de outras, o que influiria o resultado dos ensaios. Tal é uma das mais importantes experien-

cias que se fazem nos campos práticos de demonstração, modernamento instituídos, e cuja poderosa ação, como meio de propaganda agrícola, pode ser attestada pela bondade influência que exercem tais instituições sobre os progressos agrícolas das localidades, onde funcionam.

.

umas palavras mais sobre a *materia humica*, e encerraremos esta primeira parte do nosso resumido trabalho.

Quando se menciona a areia, a argila o calcareo, como elementos constitutivos de todos os terrenos cultiváveis, devo-se acrescentar um quarto elemento - o *humus*, que, em proporções variáveis, existe em todas as boas terras.

Assim como os terrenos são o resultado da desagregação da *materia inorgânica*, isto é, dos mineraes que constituem as rochas, assim também o humus é o produto dos detritos da *materia orgânica*, isto é, dos destroços de seres organizados, vegetais e animais, cujas sucessivas gerações se perpetuaram na superfície do globo, depois que a vida se tornou possível para elles. Desde então os vegetais depositaram nos terrenos, sob a forma de matéria orgânica vegetal, uma parte do *carbono*, que tornou à atmosfera, contribuindo os animais com despojos e defecções que completam a composição essencialmente orgânica desse quarto elemento constitutivo dos terrenos de cultura, elemento cujas camadas são mais ou menos profundas, conforme as condições mais ou menos favoráveis de sua acumulação e conservação no solo.

Tal é a origem da *materia humica*, cuja função é tanto mais preponderante nos fenômenos da vegetação que ella não sómente influencia o indiretamente na nutrição das plantas, mas ainda modifica, por sua presença, as propriedades físicas das terras, e assimilando-lhes uma fertilidade, que os elementos minerais só por si não lhes poderiam dar.

A prodigiosa fecundidade do solo cevrenso, apesar triunfos de rigorosa secca, não se explica, senão pelos acumulos de matérias orgânicas, que, privadas durante aquello tempo da humidade necessaria a uma boa fermentação, conservam-se intactas até que as aguas da primeira estação chuvosa favoreçam a sua decomposição e putrefação, sob a influencia dos agentes químicos, e mais ainda de organismos microscópicos.

As diversas formas que revestem as matérias orgânicas do solo dão origem a um certo numero de substâncias carbonadas,umas neutras e outras acidas. Todas essas substâncias conteem carbono, hidrogênio, oxigênio e quantidades variáveis de azôto, que nellas se acham intimamente combinados, e não podem ser separados a frio pela ação dos ácidos ou dos álcalis.

Combinadas com bases, como a cal, a magnésia, a potassa, a soda, o oxydo de ferro e de alumínio, as substâncias do humus imprimem à terra a cõr característica, mais ou menos escura, que lhe conhecemos.

Por estes dados vê-se que o humus é elemento indispensável às reações químicas, que se dão no solo, entre matérias orgânicas e minerais; e que, sem elle, não poderia a terra funcionar regularmente, como máquina de boa produção agrícola.

O humus toma o nome de *materia alomica* quando se forma em presença do oxigênio do ar; e de *materia humica* quando se produz no seio das aguas, fora da ação directa daquelle gás.

Entretanto, as propriedades do solo que o contém sob qualquer das formas, não diferem sensivelmente.

Uma parte das substâncias húmicas dissolvendo-se nos álcalis é assimilada pelas raízes, outra parte é o exsasse, durante algum tempo, intacta, como que formando um fundo de reserva ou *stock* de alimentação; mas o estado de transformação permanece, em que tais substâncias se velam,

desde que se põem em contacto com os elementos minerais do solo, se tornam, de um momento para outro, solúveis; o isto dá-se instantaneamente por parte. A fumegação do humus, é, pois, importantíssima sob o ponto de vista químico. O azoto que elle encerra transforma-se gradualmente em amoníaco, e sobretudo em nitrat e assimiláveis. Por combustão lenta de sua fermentação no solo produz o ácido carbonico, que, como já vimos, serve de alimento aos vegetais. Demais, segundo Grandjean, elle combina-se com diversos principios fertilizantes, tales como o ácido phosphoric, a potassa e outros, afim de oferecer-lhos às plantas em estado mais assimilável.

Risler demonstrou que o humus tem ação sobre o calçado e os fosfatos; que elle communica ao solo a propriedade de absorver e retener elementos úteis, como o amoníaco, a potassa, e outros; impedindo que estes sejam arrastados pelas chuvas, ou fiquem perdidos para a vegetação. E' principalmente em relação às bases—cal, magnésia, potassa, soda, oxydo de ferro e alumina, que elle exerce esta ação favorável.

As qualidades físicas que o humus comunica às terras são tão menos importantes que as químicas; pois elle torna os terrenos mais frouxos e permeáveis, o modifica completamente o solo, qualquer que seja a sua natureza, dando corpo às terras leves, e tornando menos compactas e fortes as argilosas, colorindo todas daquella cõr escura, que facilita a absorção das irradiações caloríficas do sol, tão necessária nos climas frios e temperados.

Pelas razões expostas, o emprego exclusivo dos estrumes químicos ou minerais, tende a fazer desaparecer do solo a *materia humica*; sendo, portanto, de boa prática renovarem-se oportunamente os estrumes húmicos, todos as vezes que se enriqueçam estrumes minerais.

O humus, depois de exercer os elementos inorgânicos da terra, as diversas reações que referimos, desaparece, dando, como

últimos produtos da sua decomposição—o *ácido carbonico* e a *água*.

De tudo quanto acabamos de expôr, uma noção importante fica para sempre gravada no espírito do leitor,—é que, além dos elementos fertilizantes que o solo naturalmente oferece, ou pôde artificialmente receber por intervenção do agricultor, muitos outros lhe são impreteramente fornecidos pela atmosphéra, depósito inesgotável de elementos da vida vegetal e animal; servindo de veículos entre o ar e o solo as próprias plantas, os diversos agentes meteoricos, luz, calor, electricidade, humidade, etc., poderosamente secundados pela ação misteriosa e surprehendente dos micro-organismos telluricos.

SIGUNDA PARTE

SUMMARIO — Estudo dos melhoramentos dos terrenos de cultura como auxílio da mecanica agricola — Valor económico dos instrumentos de lavoros na organização do trabalho rural

É bem raro que as camadas superficiais da terra, taes como existem na natureza, reunam todas as condições essenciais, que se requerem para uma boa cultura.

O agricultor que se dispuser a empregar capitais na exploração do solo, deve começar por estudar os terrenos sob o ponto de vista da sua composição physica e chímica, atir de modifical-lhes a contextura, e enriquecer-lhos dos elementos, que porventura lhes faltem, ou sejam nelles insuficientes; revigorando-lhes as forças de modo a compensarem por sua produção os sacrifícios pecuniários resultantes dos melhoramentos realizados.

Por quatro meios diversos se podem melhorar os terrenos, e tornalos tão fecundos e productivos quanto possível. Esses meios comprehendem:

1.^a As operações destinadas a introduzir ou conservar na terra a humidade indispensável à vida das plantas;

2.^a As operações mecanicas, cujo fim é aumentar a permeabilidade e a ação absorvente da terra, revolvendo-a em profundidade e envolvente, o reduzindo toda a camada vegetal a um estado de dissoluibilidade molecular ou pulverização, que a torna apta a receber, com maior intensidade, a ação fecundante dos agentes meteoricos, e das reacções chímicas, que estes provocam em proveito da vegetação, bem como a facilitar a expansão das raizes em seu incessante trabalho subterrâneo em procura de alimentos apropriados à natureza de cada planta.

3.^a Os correctivos ou adubos, por meio dos quais se mantêm em suas justas proporções e se equilibram os elementos constituintes dos terrenos, de modo a tornar menos compactos os argilosos, menos soltos os arenosos e menos excessivos em carbonatos os calcários.

4.^a Finalmente, os estrumes ou substâncias fertilizantes, que se apresentam sob as formas —sotida, líquida e gazosa, de natureza orgânica ou mineral— e se transformam em principios nutritivos, os quais, não preexistindo no solo senão em proporções insuficientes, devem ser mecanicamente incorporados às terras, e tantas vezes renovados ou restituídos a estas, quantas desapareçam consumidos pelas colheitas.

Estas quatro ordens de melhoramentos agrícolas comprehendem, pois, a *drainagem*, a *irrigação*, a *lavoura mecanica* com os seus vários processos, a modificação das propriedades physicas dos terrenos, e, em último, o emprego das substâncias fertilizantes.

Drainagem e irrigação

Sem a presença de um certo grau de humidade na terra, não poderão as raizes das plantas sugar as matérias solubres nutritivas que entram na composição da seiva vegetal, e des quais é a água o dissolvente e o veículo. Exceptuadas as plantas aquáticas, nenhuma outra pôde prosperar onde haja falta ou excesso d'água. Dali a necessi-

sidade de esgotarem-se os terrenos muito humidos, ou do irrigarem-se os muito secos.

O grande conjunto de trabalhos d'arte e operações necessárias para drenagem e regas artificiais de terras, que, por suas desfavoráveis condições oxigena estes melhoramentos, excede, sem dúvida, às posses da maioria dos lavradores, o que não pode ser entendido o executado sobre grandes extensões territoriais, sem a intervenção dos poderes públicos, gerais, e federais ou municipais.

Como exemplo de tais grandes obras hidráulicas, podemos citar o monumento agudo de *Quixada*, no Ceará, bem como as colossais represas construídas pelos ingleses na Austrália e em outras possessões britânicas da Índia.

Entretanto, há casos, o bem frequentes, em que estes trabalhos podem ser praticados com vantagem, por um modo simples e pouco dispendioso, pelos próprios lavradores e proprietários rurais. Assinalaremos estes casos, deixando aos interessados o cuidado de recorrerem aos tratados especiais, quanto ao modo de execução prática, relativa a cada espécie.

Quando o excesso de humidade provém da impermeabilidade das camadas inferiores dos terrenos, duas operações se tornam necessárias: elevar as águas à superfície por meio de perfurações, e dirigí-las para fora dos terrenos por uma drenagem superficial, se o permitir alguma declividade ou fazê-las desaparecer em um poço aberto, praticado dentro mesmo do terreno, em um ponto para onde possa facilmente convergir todas as águas.

O encharcamento das terras pôde também resultar da elevação dos terrenos adjacentes. Convém, então, defender os terrenos cultivados por meio de diques construídos com terras provenientes do fosso de cunhavação, que se cava ao redor desse dique, em sua base deve assentar sobre camadas de terreno impermeável.

A posição das terras abaixo do nível de

um curso d'água visível, pôde também tornar excessiva nela a humidade.

Os trabalhos de saneamento devem ser executados durante a estação seca. Quando há nos terrenos estagnação de águas, empregam-se com vantagem machineiras apropriadas, taes como bombas, molas ou rodas de aletrizes, o parafuso arquimédico, tangidos pelo vento ou a vapor.

Não há, porém, processo de saneamento que melhor satisfaça o sentido, do que o moderno sistema de *drenagem*. A arte de drenar começou, como todas as artes e indústrias, por processos empíricos, sugeridos pela necessidade a antigos agricultores; mas, hoje esta arte obedece a regras, que a tornam um dos ramos mais importantes da engenharia civil e rural.

Não cabe, por certo, aos ingleses a glória da Invenção da drenagem, conforto elles o apregoam; pois a história nos atesta que os Gregos, os Etruscos e os Romanos conheceram e praticaram a drenagem, bem como a irrigação, desde tempos imemoriais. Entretanto, não se pode, sem flagrante injustiça, recusar à engenharia britânica o mérito de haver revivido, melhorado e generalizado, nos tempos modernos, o exercício aperfeiçoado desta arte.

Os antigos abriam nos terrenos humedos vutas equidistantes, de profundidade proporcional as camadas da terra que prestavam um esgotar. A abertura superior era mais larga que o fundo. A este dava-se certa inclinação, afim de facilitar-se a saída das águas acumuladas nas vallas. Mais vezes estas ficavam abertas, formando extensos vasos, em prejuízo da área cultivável; outras vezes eram entupidas com pedras de dimensões diversas, po tas no fundo as de maior calibre, sobre esta primeira camada outra de pedras menores; depois uma terceira camada filtrante de partículas mais finas; finalmente, uma ultima camada de terra vegetal, onchendo a parte superior até ao nível do terreno. Os materiais empregados eram de naturezas diferentes—destroços

do lagos, pedras, fragmentos de tijolos, telhas, cimento mineral, caliga, galhos de árvores, forcas de varas, achaes de madeira, dispostos de modo a deixarem entre si interstícios capazes de formarem o enxolho tanto mais poroso quanto profundo a camada destinada a conduzir as águas subterrâneas para fora dos terrenos saudados.

Entre os inconvenientes destes processos de drenamento, apontam-se os seguintes : as vallas vazias diminuem a superfície arável dos terrenos, o dificultam o transito dos instrumentos agrários e dos animais, sendo preciso construir-se pontes sobre os fossos ; as vallas entalhadas acabam por obstruir-se no fim do certo tempo, deixando de produzir os efeitos desejados.

O escoamento das águas superficiais por meio do arado, é outro modo de saquear terrenos, antigamente usado, e que ainda hoje praticam em terras argilosas.

Lavraram-se os terrenos, dividindo-os em largos canteiros, separados por profundos sulcos. Todo o excesso de humidade escava-se dos canteiros para estes sulcos colectores, que a conduzem para terrenos mais baixos.

Os agricultores latinos do tempo de Columela e de Palladins deram, por certo, um grande passo para o melhoramento da drenagem, quando empregaram no fundo das vallas de esgoto, em vez de pedras foscas e soltas, grandes tijolos de ladrilho e sobre estes tijolos de barro cozido, acabando de encerar as vallas com a mesma terra dellas extraída, garantindo a franca passagem das águas pelo canal formado pelos tijolos.

Para imprimirem à drenagem o enxolho seletivo e a perfeição a que ella attingiu, os infelizes nada mais fizeram, do que substituir telhas e tijolos por tubos de ferro fundido. O alto preço, porém, dos tubos metálicos, deu lugar a serem estes mais tarde substituídos por tubos de lona, muito mais económicos e duráveis, e ainda mais perfeitos sob todos os pontos de vista.

Modelados em máquinas especiais, os tubos

de lona dispõem os canais de ajuntamento *canalha*; pois são preparados de tal modo que as extremidades de um se encaixam facilmente nas daquelas que lhe são imediatas. Estes tubos, chamados *drainos*, intrincam-se obliquamente em tubos colectores de maior calibre ; e, collocados paralelamente no fundo das vallas perfeitamente niveladas, e pouco distantesumas das outras, constituem uma rede de esgolo de grande efeito e duração.

As águas provenientes da drenagem são muitas vezes aproveitadas para um fundo diametralmente oposto, isto é, para irrigação de terrenos secos de nível inferior.

As grandes obras de drenagem, exceptuadas segundo os preceitos da arte, depois de previamente sondado e nivellado o terreno, só bem que dispendiosas, representam, todavia, despezas reproduziivas, e tom sobre a fertilidade da terra, ação tão benéfica quanto complexa.

Um terreno drenado é tão diferente, do que elle era antes dessa operação, que bem se pôde considerar como um novo terreno artificiadamente formado ; fizes são as profundas modificações que sofrem as suas propriedades físicas e químicas.

Os melhoramentos que a drenagem introduz nos terrenos de cultura, são os seguintes :

1.º As terras drenadas são mais fáceis de cultivar ; lavraram-se e semearam-se mais cedo na primavera, e mais tarde no outono ; são menos humidas na estação das águas e menos secas no rigor do estio. Numas estão saturadas d'água, e por isso as plantas nellas vegetam com vigor.

2.º A drenagem diminui as despozas de cultura, facilitando o funcionamento dos instrumentos agrários, pelo afrouxamento da coesão molecular da terra ; e aumenta a superfície cultivada, suprimindo os regos de esgolo, que nos terrenos não drenados se abrem com o arado para derivação das águas, que os encharcam.

3.^a As águas pluviais, infiltrando-se rapidamente nos terrenos drenados, os enriquecem de todos aqueles elementos da fertilização, que, nos terrenos não drenados são arrastados para fora pelas enxurradas.

4.^a A maturidade das plantas adianta-se de alguns dias pela elevação da temperatura dos terrenos drenados. Segundo Parkes e Molden, estes acusam sempre uma diferença de 5 a 7 graus para mais, sobre os não drenados.

5.^a A drenagem equivale a uma lavra profunda, porque, aumentando a porosidade do solo pelo esgotamento das águas estagnadas, facilita a penetração do ar, e assim entretem a circulação dos fluidos gázosos da atmosfera, enja influência sobre a vegetação é preponderante.

6.^a Favorece a formação do ácido carbonico e as dissoluções dos elementos minerais que fazem parte da nutrição das plantas.

7.^a Desembarraça os terrenos dos principios nocivos que se formam nas águas estagnadas; e permite que as matérias fertilizantes, naturaes ou artificiales, atuem com maior promptidão e energia.

8.^a A saúde dos animais melhora visivelmente sobre os terrenos drenados. Não menos manifesto é o efeito desse melhoramento agrícola sobre a saúde do homem. As febres epidémicas desaparecem dos países, onde se praticam tais sementamentos em grande escala.

9.^a A drenagem aumenta o valor produtivo das terras na razão de 13 até 200 por 100 e por hectare.

Recomendando aos lavradores este efeitos e poderoso meio de valorizar os terrenos humidos, apontamos-lhes entre as outras especiaes sobre este assunto — o «Tratado Completo de Drainagem das terras aráveis» por Barral.

.

Se a humidade superabundante do solo é nociva à vegetação, a excessiva secunha dele não o é menos.

No primeiro caso removessa o mal pela drenagem, no segundo pela irrigação.

A irrigação tem, pois, por fim reparar nos terrenos a falta de humidade, ou da água que o calor evapora, restituindo aos terrenos a necearia frescura e aos tecidos das plantas a arma indispensável à circulação da seiva e à nutrição vegetal.

A irrigação é outro poderoso meio de fertilização dos terrenos de cultura. Ela molha e melhora a natureza do solo pelos elementos contidos nas águas que se aproveitam para as rágas; pois, as mais limpidas, como as das chuvas, arrastam sempre preciosos sedimentos e sais dissolvidos, que se infiltram na terra. Quando as irrigações são continuas; essas águas acabam por dar a terrenos medíocres a fertilidade própria das terras de alívio, graças às matérias fertilizantes que trazem em suspensão e depositam em espessas camadas, sob a forma de vase, limo ou lodo.

A irrigação facilita a germinação das sementes; apressa a decomposição dos estrumes; serve de veículo às matérias nutritivas, — introduzindo-as e fazendo-as circular nos tecidos vegetais; e, enfim, actua tornando o terreno mais permeável ao ar e às raizes.

E principalmente durante o rigor do estio e nos climas tropicais e temperados, que mais se faz sentir a necessidade da irrigação. E ali, e niquella estação, que os terrenos mais se desecam, as plantas mais sentem a falta da humidade, perdida pela evaporação. As rágas artificiales suprem entao a falta das chuvas, com a grande vantagem de serem reguladas, conforme as necessidades das culturas.

A irrigação dos prados é uma das bases da riqueza agrícola do Piemonte, Lombardia, Inglaterra e Hollanda, onde a metade do solo cultivável é consagrada a pastagens irrigadas.

Independentemente das substâncias solubis que os cursos d'água dissolvem e levam para o mar, ellos contêm ainda em suspen-

são grandes quantidades de detritos orgânicos e minerais tonussímos, que constituem um limo enriquecedor fértil.

Os terrenos formados por depósitos sedimentares, provenientes de águas correntes, são dotados de fertilidade surpreendente.

O Nilo deposita, por hora, 5.008 metros cúbicos de limo, O Mississipi 2.712, O Ródano arrasta, por anno, em suas águas, 21 milhões de metros cúbicos de limo, O Danúbio 60 milhões.

Imaginem-se a quantidade fabulosa de elementos fertilizantes que o Amazonas despeja no Atlântico no decorrer de um anno !

Fica-se apremi da verdade, estrovo Hervé Mangon, dizendo-se que 20.000 metros cúbicos de água impregnada em irrigações produziriam em substâncias alimentícias o equivalente de uma roça de açoiteiro.

As águas do Sena, perdendo-se sem terem servido a irrigações, lançam no mar, de 2 em 2 minutos, esse equivalente, ou trinta vezes tanto por hora !

O limo depositado na superfície dos prados produz o feno, que se transforma em carne para o homem, ou em estrume para as culturas.

O feno colhido em terrenos irrigados com água doce misturada com a salgada, consegue que se acham as águas pluviais em seu encontro com o mar, é muito salutar aos gados, e estes o comem com avôrza.

Convém aproveitar para as rágas dos terrenos as águas provenientes da drenagem, porque estas contêm azotados que os tornam extremamente fertilizantes.

A irrigação é tanto mais necessária às culturas, e do que tanto mais energética sobre o desenvolvimento das plantas, quanto mais elevada é a temperatura e a luz solar mais intensa. Este melhoramento agrícola é, pois, de efeitos mais rápidos e acentuados nos climas cálidos, do que nos temperados; sendo, em geral, dispensável nos climas frios.

Por suas tendências a desenvolver de preferência os órgãos foliares das plantas, a

irrigação aproveita mais os prados nativos e artificiais, do que as plantas graminíferas, tales como os cirenos, as leguminosas, oleaginosas, etc.

Os terrenos que, por sua natureza, mais lucram com a irrigação, são os permeáveis, ou os que se aquecem facilmente, como os arenosos e os calcários.

A hora do dia influí sobre os resultados da irrigação. Esta deve ser praticada, quando a reclame as culturas, pela manhã, ou, melhor ainda, à tarde. A água freia largada sobre as plantas, à hora do maior calor expondo-as a uma transpiração brusca, compromete o seu vigor.

As grandes empresas de canalização d'água para irrigação de vastas regiões, assoladas pela seca, competem aos poderes públicos. Não está, porém, fora do alcance do lavrador tirar o maior proveito possível das águas, do que dispõe a sua propriedade, por processos económicos e facéis. As águas são obtidas, ou por derivação de algum curso d'água corrente, ou de um reservatório (águeda) de dimensões proporcionadas ao volume d'água necessário.

Os principios fundamentais que regulam os diversos sistemas de irrigação, são os seguintes :

1º, fazer chegar as águas por linhas entubadas;

2º, drená-las com igualdade sobre as vertentes ou declives da terra;

3º, fazer sair pelos canais de esgoto, situados na fogueira inferior dos planos inclinados, todas as águas servidas, ou não absorvidas.

A rede de irrigação compreende: o canal de derivação que vem dos mananciais; os canais de irrigação propriamente dita, que primeiro recebem as águas trazidas por aquelles; os rios secundários ou pennas d'água, que a distribuem pela superfície dos terrenos; e, enfim, os canais collectores, que as levam para levar-as aos canais de esgoto, situados em nível inferior ao de todos os outros canais.

ta tres systemas de irrigação :

- 1º, irrigação direta por meio de máquinas ou pela mão do homem ;
- 2º, por submersão ;
- 3º, por infiltração.

A irrigação por qualquer destes modos pode determinar grande aumento da produção, quer revigorando as plantas pela frescura, quer dissolvendo os estrumes; quer, emfin, servindo de veículo às dissoluções das matérias fertilisantes, cuja assimilação torna-se, então, possível.

A irrigação para ser completamente eficaz exige, pois, o concurso simultâneo da água, dos estrumes, do calor e da luz.

.

A lavoura mecanica

A divisão molecular ou pulverização do solo por meio de certas operações mecanicas tais como a *terra*, a *gradagem*, o desborramento e compressão da camada vegetal do solo por meio da *rolagem*, as *capinas*, e mais trabalhos complementares das culturas, não são menos favoráveis ao desenvolvimento da produção vegetal.

Já fizemos ver como é que, por meio de trabalhos hidráulicos de drenagem e irrigação, se suprêm as faltas ou se restringem as demissões da agitação, que a natureza põe à disposição dos vegetais. Vamos agora expor as razões que justificam a necessidade de modificar-se os terrenos com o auxílio dos diversos e poderosos instrumentos da mecanica agricola.

O primeiro orgão que se desenvolve na planta embrionária, apóz a germinação da semente, é a raiz.

Este orgão da nutrição subterrânea, a princípio tenro, filamentoso, e delicado, não poderia alongar-se, ramificar-se e mover-se no solo em procura de princípios nutritivos que já não lhe pôde fornecer a própria semente, senão fosse a permeabilidade da terra. É evidente que quanto mais frondosas e porosas forem as camadas desta, tanto melhor desempenharão as raízes as suas funções,

sendo, então, mais activa nos terrenos a circulação do ar atmosférico, do encontro entre as raízes e os próprios órgãos aéreos da planta. Demais, os estrumes têm a presença contínua do fluido atmosférico, não poderiam sofrer as modificações, que os convertem em substâncias assimiláveis e nutritivas. E tudo isto depende do estado de desagregação molecular do solo.

A sim, a primeira condição dos terrenos, nos quais vai o lavrador colher os germens de suas futuras colheitas, é a de serem bastante permeáveis para não embaralharem a evolução desses diversos fenômenos da nutrição vegetal.

As operações mecanicas destinadas a afrouxar e meteorizar o solo aumentam a sua fertilidade, facilitando o prolongamento das raízes; permitindo ao ar atmosférico penetrar facilmente na camada cultivável; e estimulando ali a ação absorvente e a decomposição dos estrumes.

A ação fundamental das *lavouras* é, pois, imprimi-las condições de fertilidade que elle não tinha em estado de natureza;

As lavouras propriamente ditas, juntam-se outras operações de ordem secundaria, mas tendentes todas a exaltar as forças produtivas dos terrenos, taes são — a desentonação das herbas daninhas por meio da monda ou capina; a subversão do sub-solo para trazer parte delle à superfície, quando, por sua composição especial, possa contribuir para o melhoramento da terra arável; e emfin, a incorporação dos estrumes e dos adubos aos terrenos.

O efeito das lavouras mais ou menos profundas não é sómente deslocar lateralmente a terra de modo a desunir-lhe as partículas para facilitar a absorção dos gases fertilizantes. Outro resultado se tem em vista, o é revolver de tal sorte a terra que as partes existentes no fundo da camada arada, sejam trazidas à superfície, e as partes superficiais reviradas para o fundo, assim de ficarem alternativamente expostas à ação fe-

emundante do ar essas duas partes da terra vegetal, na sucessão das lavouras animais, a que são submetidos os terrenos.

A camada superficial sempre mais fértil, por sua exposição ao ar, pela decomposição das matérias orgânicas que contém, é assim posta em contacto com as raízes das plantas, enquanto que a parte inferior, por muito tempo privada da beneficia influência da atmosfera, vem reparar as perdas sofridas na profundidade em que se achava, sob a ação absorvente e esgotante das raízes que a sugavam.

Os instrumentos empregados na lavoura mecânica têm aplicações diferentes. Convém, pois, examinar o trabalho executado por cada um, bem como as circunstâncias em que deve ser preferido este ou aquelle.

.

O arado

As lavouras executadas pelo arado, menos perfeitas, do que as que exigiam manualmente os jardineiros como auxílio da pá, do saco, e do ancinho, são, todavia, incomparavelmente mais económicas, e sobretudo mais rápidas e expeditas.

O arado é o principal instrumento da lavoura. Outrora rudimentar o informe, como o é ainda em países menos adiantados representa hoje, pelas modificações que incessantemente o tem melhorado, um instrumento de alto valor, senão absolutamente perfeito, pelo menos capaz de satisfazer a maior parte das necessidades da cultura.

Desde os tempos mais remotos, o homem procurou melhorar as propriedades da terra afim de torná-la mais produtiva. Os primeiros ensaios de lavoura mecânica foram tentados de um modo tão incompleto, que reduzia-se a arranhar a superfície do solo com o auxílio de instrumentos muito primitivos.

Os modernos processos de cultura intensiva, o cultivo de plantas de raízes profundas, as operações de desmontes e destocas-

mentos, criaram a necessidade de levantar muito abalro das camadas superficiais da terra.

O sub-óleo levou também de ser revolvido o meteorizado até onde podem chegar as raízes das plantas mais geralmente cultivadas. Dahl a construção de instrumentos poderosos, mais ou menos complexos, e diferentes pelas disposições das peças que os compõem, e cuja concepção, sugerida pelos progressos da mecânica, não podia acindir ao espírito dos antigos agricultores. Entretanto, não se pode negar que a Idéa de lavrar a terra por meios mecânicos é tão antiga, como os primeiros povos agricultores; e que o numeroso e variadíssimo material agrícola moderno, não foi senão o resultado das progressivas modificações, que lentamente transformaram o rudimentar *gancho* primitivo em instrumento modelo da lavoura.

O mais primitivo instrumento de gênero é o *poco*, espécie de gancho, com que arranhavam a superfície da terra antes de comifar-lhe a semente. Não menos antigo é o arado representado na fig. 2º o que evidentemente derivou-se do primeiro (fig. 1º).

A ponta A destes dois utensílios actua sobre o solo, sendo os mesmos puxados pelos braços longos, que nos arados modernos denominam-se *flexa*, *langa* ou *timo*.

A *rabiça* C (fig. 2º) constitui o primeiro melhoramento introduzido no arado primitivo.

O antigo arado da Seilla (fig. 3º) e o etíope (fig. 4º) assemelham-se muito ao da fig. 2º.

O indio denominado *charrat* é já um apparelho mais aperfeiçoado e de grandes dimensões, a julgar-se pelas indicações da fig. 5º.

O arado chinês (fig. 6º) é mais completo ainda, tendo a *aveca* e a rébia de metal, embora em uma só pega.

A fig. 7º representa um arado antigo do sul da França, de origem romana. Enfim, a fig. 8º dá a forma de um arado de Roma.

de construção mais recente, porém ainda rudimentar.

A imperfeição desses instrumentos primitivos resulta aos olhos quando os comparamos com uns dos tipos dos bens arados dos tempos modernos e, entre os mais simples, com o arado Dombaslo (fig. 9^a), que por suas disposições, solidez e peso, constitui já um grande passo dado pela mecanica agricola, preenchendo as condições requeridas para uma boa lavoura em termos ligérios.

A construção dos arados foi se tornando cada dia mais científica e aperfeiçoada. O *copo* ou *cama*, que nos antigos arados era um pranchão de 27 ou 28 milímetros de comprimento, servindo ao mesmo tempo de *rêmula* e de *alveca*, é hoje a peça principal (uma peça unida) que serve de receptáculo de todas as outras e repousa no chão quando o instrumento está parado ou desliza pelo fundo do sulco, quando ello funciona. A sua extensão é adelgazada para receber a *rêmula*, ferro agudo e cortante, destinado a abrir a terra horizontalmente e no sentido da marcha do arado.

A *longa, flecha* ou *tímão*, que é a peça mais longa do instrumento e sobre a qual se exerce a força de tração produzida pelos animais de tiro, acha-se presa ao *copo* por duas peças verticais, que solidificam a união do *tímão* com o mesmo *copo*.

As duas *rabiças*, bifurcação da extremidade posterior do *tímão* (o antigo arado só tinha uma) encostam-se solidamente no *copo* e nelas que segura o conductor para dirigir o arado, suspensando-as, quando convém aproveitar o sulco ou abaixando-as para diminuir-lho a profundidade; e pesando sobre elas, ora à direita, ora à esquerda, para evitar que o apparelho vire para mim ou outro lado.

A falta de peso idóneo para a boa direção de arados simples, que requerem conductores peritos e de força bastante para manobrar o instrumento diariamente e du-

rante muitas horas, levou os construtores a adaptarem ao arado simples um trem dianteiro com rolas, sobre o qual prende-se a extremidade anterior do *tímão*, apendice este destinado a imprimir a marcha do arado mais firmeza e regularidade, descançando o ponto em que as forças do conductor. O instrumento assim modificado tomou o nome de *charra*.

Um encaixe folto no *tímão* recebe o *segão* que é uma lamina cortante, firmada por meio de enxadas, em direção obliqua de traz para diante, destinada a preparar o caminho para que a relha não ache embarracos que a detinham na direção do sulco que tem de abrir, rasgando a terra, que a *alveca* tem de atirar para o lado.

A *alveca*, peça outrora de madeira, hoje de ferro fundido ou batido, de forma curva e helicoidal, está collocada ao lado do *copo* e em posição de receber a terra cortada pela relha.

Os arados simples ou sem trem-dianteiros são preferidos nas lavouras de terrenos feios ou leves. Os arados charras ou muiados do trem-dianteiros são indispensáveis nas lavouras das terras fortes e argilosas.

Outro melhoramento feito nos arados modernos é o regulador da profundidade que se quer dar ao sulco. Servem para regular essa profundidade, que deve ser uniforme, o próprio trem-dianteiro, o varão ou corrente de ferro a que se pendem os tirantes por onde puxam os animais e que se denomina *vara do tiro*.

Com este limitado numero de peças variam muito as formas dos arados. O arado Arnelin difere do Dombaslo pelo maior comprimento do *copo*. Esta disposição é, sobretudo, necessária quando o arado trabalha em um solo pedregoso. Cada vez que a ponta da relha embotta ou gasta-se deve ser aguçada de modo a constituir sempre uma parte afilante capaz de penetrar no solo e cortar horizontalmente o terreno.

Quando um apparelho deste gênero é conselhado a um pratico experimentado; quando

o terreno não apresenta grandes desigualdades de estrutura; istando bem graduado o regulador e dando-se à linha da tração a inclinação mais conveniente, o arado se manterá no solo de maneira a cavar sempre na mesma profundidade, sendo com tante a largura da pega cortada, durante todo o percurso do apparelho; e o operário poderá então abandonar o arado a si mesmo, não intervindo por sua ação sobre as *rabiças*, sinal para modificar, até certa medida, a direção da resultante dos diferentes esforços de resistência.

Sí, pelo contrário, o apparelho não é bem regulado quando ao seu modo de tração, a rilha tende constantemente a sair fora do solo ou a penetrar demais nesse, e o apparelho a deslocar-se lateralmente; e é por meio de esforços, às vezes consideráveis, exercidos sobre as rabiças, que o condutor conseguiu chegar a bom resultado, mas a custo de muita energia muscular, cuja aplicação forçada vem aumentar a fadiga causada pela marcha contínua dos vai-vens do trabalho durante dias inteiros.

Por todas estas razões o arado propriamente dito é cada dia menos empregado; sendo preferidos principalmente nas regiões onde são raros os bons condutores de arado, as *charruas* ou arados munidos de transdianteiros.

Como especímenes do arado composto a duas dianteiras citaremos o de Howard (fig. 109). Nesta charra o transdianteiro serve, não sómente para firmar a marcha do apparelho, sítio também para regular a profundidade do sulco e facilitar o seccionamento dos estrumes. A roda de maior diâmetro assenta no fundo do sulco procedentemente aberto, enquanto a menor roda fica do sulco na superfície do solo.

E' evidente que a profundidade da lavoura dependerá da distância existente entre os pontos em que assentam as duas rodas ou da diferença entre os diâmetros das mesmas, tendo ambas o mesmo eixo.

O regulador propriamente dito é formado

por uma pega horizontal que roda em torno de um ponto do *timão*; desta pega desce uma haste vertical terminada embaixo por um anel de qual vêm prender-se a *cara do timão*.

Por outro lado, parte de um ponto da barra do *segolo* um corrente suplementar, cuja extremidade livre munida de um peso de forma cônico serve para arrastar e por em contacto com a *alcaça* os estrumes que esta ilheu soltarão ao rovar a terra cortada pela rilha.

Em um arado americano, denominado — *pescoco de cysne* — do Dreere, o *segolo*, em vez de ser rectilíneo como nos outros, é constituído por uma barra cortante circular, espécie de disco que gira em torno de um eixo horizontal.

A charra funciona como o arado simples supprimindo-se o trem-dianteiro. Entretanto, este apêndice, além das vantagens já enumeradas, tem de mais a mais a de girar facilmente quando se manobra nas extremidades do terreno para voltar à extremidade oposta abrindo novo sulco. Em qualquer dos casos, porém, os reguladores collocados no cabeçalho dos arados permitem regular de automático, quer a profundidade, quer a largura dos sulcos.

O ferro e o aço entram cada vez mais na construção dos arados, muitos dos quais são inteiramente compostos de peças metálicas, remindo, porém, à vantagem da solidez o inconveniente do peso.

Para tornalos menos pesados o facilitar os concursos em regiões onde as indústrias mecânicas se acham pouco desenvolvidas, continua-se a construir arados de madeira rija, munidos de peças de ferro e aço. O arado do Tombasle, já citado, é modelo da construção em madeira, conforme o fabrica a Casa Meixmoron, de Namey, a saber: *timão* e *rabiças* de madeira, tudo mais de metal.

* * *

Os arados e charras, cujas estampas dadas, servem para a preparação dos terrenos

em *leiras estreitas e elevadas*, como convém aos terrenos humidos; em *canteiros largos*, separados pelos regos de esgotos, que se fazem para evitar que os mesmos se tornem encharcados ou humidos; e enfim em *lares rasas* executadas no nível do solo, conforme se pratica nos terrenos enxutos. O primeiro sistema, o do *leira* muito usado outr'ora, tem hoje menos aplicação, depois que generalizou-se a prática da drenagem. O segundo modo de lavra pôde também não ter razão de ser em terrenos drenados. Nas regiões da cultura intensiva, quando a profundidade da camada arável é suficiente e as partes húmidas são convenientemente drenadas, preferem-se os dois primeiros gêneros de lavras à preparação da superfície do solo em seu nível natural (labour à plat).

Opera-se, então, revolverendo a terra, sem separá-la em partes, sempre no mesmo sentido e em toda a extensão do campo. Este modo de lavrar a terra torna muito mais fácil o emprego dos diferentes instrumentos complementares da lavoura, tais como capinadores, estrumadores, ceifadores, etc.

Mas, as lavras rasas exigem, para sua mais fácil e rápida execução, arados diferentes daquelas de que nos temos ocupado. Os arados de arroça fixa obrigariam os condutores a perderem na abertura de um sulco o trabalho e o tempo que poderiam empregar em aleir os dols; o que seria diminuir de metade o efeito útil do instrumento, fazendo um sulco e voltando sem fazer nenhum, para recomençar do primeiro ponto de partida o segundo sulco e assim por diante.

Este inconveniente foi sobejamente observado pela construção dos dois tipos de charras — a *charria dupla* e a de *direita movele*.

Ransomes construiu um arado, no qual um só *segão*, uma *rêtha* e duas *cicecas* acham-se dispostos sobre o mesmo *timo*. Com o auxílio de uma manivela collocada detrás da charra obtém-se trabalho ininter-

rupto, sem perder tempo para qualquer das extremidades do terreno que se dirija o instrumento. As charras duplas temem todas as peças em *duplecta*, constituindo duas charras unidas por um só timão móvel, que suspende uma parte do instrumento enquanto a outra lava a terra. Há ainda arados deste gênero, nos quais as peças principais rodam em redor de um eixo horizontal, mudando-se facilmente para o lado em que devem romper a terra. Estes instrumentos considerados depois, como muito complicados, foram sucessivamente abandonados e substituídos pelas verdadeiras charras de peças móveis (*bascule*), principalmente pela *charria dupla* que representa duas charras completas, situadas simetricamente com relação ao eixo central.

O arado duplo (dols a dols) merece ser considerado pela engenhosa combinação de suas partes (fig. 12^a).

Tem dols timões unidos, não lateralmente, mas longitudinalmente, formando um com o outro no ponto em que se encontram um ângulo muito obtuso, muito aberto, de tal sorte que, enquanto trabalha um, flea o outro suspenso; bastando para produzir essa manobra o peso do conductor, que para goiar-e tem de sentar-se, ora em um ora em outro, a cada sulco que tem de aleir; não havendo necessidade de voltar-se o instrumento sobre si mesmo no fundo de cada sulco; bastando mudar os animais motores de um a extremidade para outra do duplo arado que, obedecendo sómente aos movimentos de tração e de *bascule*, não se desloca nunca nos pontos de parada ou de partida. Esta disposição é mais fácil de compreender-se pela inspeção da estampa do que pela simples descrição. Não diremos a estampa do arado duplo (*tête à tête*) porque esse só é adoptado nas lavras a vapor.

Quanto ao duplo arado que gira em torno de um eixo horizontal e a que já acima nos referimos, podemos apontar, como tipo, a *charria brabant dupla*, que se classifica em dois grupos: a de timão fixo e a do timão

movel. Sendo este o unico apparelho deste tipo actualmente usado nas lavras da cultura intensiva, onde quer que seja, impraticável a lavra a vapor, daremos a e tampa da *brahant dupla* do Uniao movel do Bajao (de Llancourt). A do Uniao fixo não differe destas, snão pelo systema de manobra, quo muda a posição das peças em vez de mudar a do Uniao. (Vide fig. 13^a.)

No intuito de diminuir as despezas do mão de obra, encarregando um só condutor da direcção de muitas charruas puxadas por um mesmo conjunto de animaes, verificou-se que a tração exigida por um apparelho de muitas réulas é um pouco inferior à somma dos esforços necessários para arrastar cada um do seus elementos tomados isoladamente.

Essas diferentes vantagens fizeram adoptar arados de duas, quatro, seis e mais réulas.

A charrua de tres réulas de Ransomes (fig. 14^a), pôde lavrar uma largura de terreno de tres vezes 0⁰,25 ou 0⁰,75, a uma profundidade de 0⁰,18, empregando dois homens e tres ou quatro juntas de bois, conforme a natureza do terreno. A dupla-réula do Grignon é de um só thuño (fig. 15^a).

Quanto às charruas de maximo numero de réulas (polysoe) não podemos deixar de mencionar nesta rápida exposição a famosa charrua de Fowler, bem como as de Howard e de Debain, movidas a vapor por meio de cabos metalicos. Quando se dispõe de numerosos animaes de tiro e se quer operar rapidamente, sem empregar numero possivel, as charruas multi-réulas impõem-se por suas grandes vantagens, mormente quando se pôde substituir a força muscular dos animaes motores pela do vapor, como se pratica em algumas das grandes propriedades rurais da Inglaterra.

Há alguns annos tem-se procurado adaptar uma machine a vapor da fraca potencia a uma almeijaria das que podem ser movidas por animaes, alli de impulsivar por meio de cabos um apparelho de multiplos rebates;

constituindo-se assim um sistema menos moroso de lavra exclusivamente mecanica, embora de efecto menos rapido do que a dos grandes arados a vapor.

Por outro lado, Chretien e Felli o fizera em 1876, no Departamento de Marno, em França, os primeiros ensaios da applicação de correntes electricas, como força motora de arados. Uma machine a vapor, installada em lugar distante 500 metros do campo da experiência, acionava duas machines dynamo-electricas produzindo a corrente necessaria para impulsivar duas machines receptoras situadas a 250 metros uma da outra. Um arado-baseado de dupla réula estava disposto de modo a lavrar a terra sobre essa distancia de 250 metros por meio de dois apparelhos electricos montados sobre carroças de quatro rodas e accionando cabos postos em contacto com o arado. Este moveu-se traçando sulcos paralelos; mas, pareceu que a complexidade dos apparelhos empregados — não menos que a exortia do processo, foi parte para que não prosseguissem os experimentadores aquellas notaveis experiencias. Ficou provada a possibilidade da *terra pela electricidade*, mas ignora-se ainda si aqueles apparelhos tão delicados poderiam ou não sofrer deteriorações em sens trabalhos em pleno ar (fig. 16^a).

A extrema divisão da propriedade em França, não permitindo, snão com raras exceções, a applicação do vapor à preparação do solo, difficultaria, não menos, o emprego da electricidade. Talvez esteja reservada à America do Norte ou à Inglaterra a solução prática deste problema.

Arados especiais

Embora não caiba nos limites deste trabalho a descrição dos principais tipos de apparelhos agrarios, mencionaremos, ao menos, alguns com o nome de seus autores, ativo de que os interessados procurem estudos minuciosamente nas obras especiais, sem perder a occasião de vel os funcionar no campo.

Diferem na forma e nas dimensões dos arados já descriptos— os que se empregam nas *lavras profundas*, nos *deslocamentos*, *preparação do subsolo*, culturas das vinhas, o tratamento destas por meio de *charras sulphuroosas*.

Para lavras profundas, Bajac construiu uma charra do tipo *brabant dupla* de timão móvel, com dous gavetas em vez de um, como na brabant ordinaria, e de peças bastante fartas para resistirem a esforços consideráveis; tendo, em vez de *rabilas*, uma alavanca para fazer girar o apparelho em cada extremidade do campo (fig. 17^a).

A charra Bonnet (fig. 18^a) pôde, com o auxilio de um arado ordinario, resolver o problema do aprofundamento das lavras. Uma charra ordinaria abre um sulco de média profundidade, pon lo de lado sobre o solo a primeira camada de terra. O arado Bonnet acompanha aquella, operando dentro do sulco já aberto, e preparando uma camada mais profunda, cuja altura adicionada à da primeira completa a profundidade total da layra. A *aceea* do arado Bonnet é de forma particular, adaptada à estreiteza do fundo em que trabalha.

Bajac construiu também uma charra *bascule* de grandes dimensões, munida de dous assentos sobre os quaes se coloca alternativamente o conductor, que, por seu peso, faz *basculear* o apparelho, e dispõe de reguladores para modificar a direcção da máquina e profundidade do sulco. A força motora é um cabo preso ao timão da charra, e puxado por um apparelho qualquer de tração (fig. 19^a).

O mesmo constructor dotou a agricultura com um possante arado para *destocar* *atos*, munido de trem dianteiro, tres fortes socos destinados a cortarem em níveis diferentes as raizes, que porventura poderiam embaraçar o trabalho subterrâneo da relha, aliás muito soldada e resistente.

Outro tipo de arado de subsolo é o denominado *toupeira*, que revolve a camada inferior, sem trazelá a superficie; operação

que aliás, pôde ser exercitada pelo *brabant dupla*, munindo-se esta de relhas toupeiras, fixadas ao eixo de cada um das charras, que compõem o apparelho duplo (fig. 20^a).

A charra dos vinhedos é destinada a preparar o terreno entre dois rengnes ou copos (fig. 21^a).

A charra dita *sulphurosa* tem por fim fazer penetrar profundamente no solo certos productos químicos medicamentosos, tais como o *sulphurato de carbono* para destruição da phylloxera—, nos grandes vinhedos, cujo valor permitta recorrer a esta operação (fig. 22^a).

:

Instrumentos complementares da preparação do solo

Quando, depois das primeiras lavras deixam-se os terrenos expostos à ação benfica dos agentes atmosféricos, convém, antes de semealos, submettelos a novos amanhos. Esse trabalho pôde ser exercitado pelos mesmos arados ordinarios; mas já estando o solo bastante revolto e pulverizado, instrumentos de maiores dimensões fazem esse trabalho com mais presteza e economia. Para o se fizer construiram-se arados denominados *escarificadores*, *estípuladores*, o *capinadores*, conhecidos todos pelo nome genérico de *cultivadores*. São arados que pôdem operar sobre uma largura de 1^m a 1^m,50, sem exigir grande tração; permittindo por conseguinte andar quatro ou cinco vezes mais depressa, de que com o auxilio dos arados comuns.

Qualquer que seja o modo de construção dos es apparelhos, elles se compõem sempre de um quadro triangular, ou rectangular, dividido por nortas travessas paralelas, sobre as quaes fixam-se pequenas e numerose as relhas, destinadas a travarem sulcos no terreno. As distâncias das relhas sobre cada travessa pôde ser alterada à vontade, contanto que fique entre elles espaço suficiente para deixar passar qualquer obstáculo que encontrem, e sejam dispostos de

modo que as relhas, collocadas adiante, venham cortar os espigões deixados. Infelizes pelas relhas do diâmetro,

A fig. 23^a mostra um cultivador de colheita de arrozaria triangular. O de Béjaie tem o mesmo numero de relhas, mas sobre arranjo rectangular. O do Dombasle, da construção mais antiga, é todo de madeira, tendo sómente as relhas do ferro. Os de Bodin, de Hiddell, de Ransomes e Sims, e de Emile Picenat, são apenas variantes daquela primeira tipo.

• •

Grades

Os fins da gradagem são: 1.^a Completar o trabalho dos arados, dos cultivadores, e dos rolos desdorreadores, ponteando a superfície arada em diversos sentidos, de modo a expurgá-la de raízes, pulverizar os torrões deixados por anteriores operações, tornando assim alinha, igual, sua e portanto em melhores condições para receber as sementes;

2.^a Abrir sulcos superficiais para distribuição das sementes por processos mecânicos ou manuais;

3.^a Cobrir as sementes depois de lançadas na terra;

4.^a Arejar o solo quando brotam as cereais, servindo, então, para capinar e impedir que com as plantas cultivadas brotem as daninhas;

5.^a Para limpar prados naturais do mato, que prejudica o seu desenvolvimento normal.

A fig. 24^a representa a grade Valeourt, que pode ter dimensões variáveis. As grades articuladas produzem efeitos mais completos, do que as simples. A grade zig-zag (fig. 25^a) as flexíveis formadas de redes metálicas (fig. 26^a) de grossas malhas, são proprias para os terrenos ondulados, nos quais traçam sulcos paralelos, destruindo todas as desigualdades da superfície.

Merece menção a grade *serpentines* do Puzenat.

Para as gradagens energicas empregam-se as grades de *discos estrellados* de Smitle

(fig. 27^a) ou norueguesa de *estrellas móviles* Bajac (fig. 28).

A rolagem

A rolagem tem por fim desdorrear e compactar a superfície rovolvida pelo arado; operação que precede a gradagem ou a semeadura. A fig. 28^a mostra um rolo simples, de cilindro de madeira, postando de 300 a 350 kilogrammas, enja pressão (por metro de comprimento do rolo) de 750 a 2.000 kilogrammas. Em muitos o cilindro é composto de discos móveis que facilitam a rolagem. O mais conhecido é o do Crosskill (fig. 29^a). Os rolos *ovícos*, cobertos de pontas agudas são empregados de preferencia nos terrenos fortemente argilosos, mas o barro adere nos interstícios das pontas, e é preciso limpá-los com frequencia. Empregam-se também cilindros de barra de ferro, de seção quadrada, ajustadas ao mesmo eixo, e girando independentementeumas das outras, conforme as desigualdades dos terrenos.

Todas estas disposições foram, finalmente, postas de lado para dar lugar ao rolo Crosskill de construção mais recente, composto de grande numero de discos estreitos, ligados de stilettas, destinadas a agirem sobre os torrões deixados pelo arado. A figura (fig. 29^a bis) representa um *padeirador*, instrumento que pôde desempenhar as funções do *grade* ou de *rolo*, sem porém, dispensar o trabalho destes.

Quando se trata de levantar a superfície de um terreno de ladeira, onde as terras descerem por efeito das chuvas, pode-se restabelecer a primitiva camada superior por meio da *pala a cavalo*, utensilio de madeira ferrada na parte anterior, que serve de cortante, tendo na posterior um longo braço para a manobra do instrumento. Ao conductor cabe o trabalho de encher a pá onde ha acumulo de terra, para mais adiante despejá-la nas depressões do terreno; bastando para isso duas manobras; levantar o braço ou cabo da pá, enroscar-a e encobrá-la, e abaixá-la para

levar a terra até o lugar onde deve ser despejada (vide fig. 30^a.)

A semeadura

Depois de bem preparada a terra, trânsito de depositar nela as sementes. Esta operação obedece ás regras que não se podem infringir, sob pena de perder-se todo o trabalho, tempo e despesa, empregados nas anteriores operações da cultura. É preciso que as sementes germinem em boas condições; que as plantas, que delas provêm, desponham com igualdade, e a um só tempo; e tenham as raízes suficientemente enterradas em camadas de terra bastante humida para podessem prosperar. Experiências feitas por Gasparin permitem-lhe determinar qual a profundidade, em que devem ser depositadas as sementes para bem germinarem. Em profundidade demasiada as temidas plantinhas mal podem vencer a resistência da terra que as opprime. Se a profundidade é insuficiente a semente seca e deixa de germinar, no menos dentro do prazo normal. Para evitar qualquer destas alternativas, e segundo deduzio Gasparin de suas experiências, a melhor profundidade para as sementes dos cereais é de 0,01 a 0,05 (centímetros); sendo certo que nestas condições, de 150 sementes semeadas, 140, pelo menos, se desenvolvem perfeitamente.

O processo mais simples de semear é gradear a terra para abrir ligeiros sulcos paralelos, e lançar com a maior igualdade possível as sementes sobre toda a superficie, cobriindo-as em seguida por meio de uma segunda gradagem perpendicular à direcção da primeira. É este o antigo processo da semeadura a mão ou a mão, cujo bom resultado depende da perícia do operário.

Este sistema rotineiro tende a desaparecer diante das vantagens dos semeadores mecânicos, que simultaneamente abrem sulcos equidistantes e nesses depositam as sementes com uma regularidade e presteza

que não se poderiam seguir pelo processo manual.

A meadura mecânica reduz a uma só etapa três operações: abertura dos sulcos, distribuição das sementes, e soterramento destas com ligeira camada de terra. De modo, está verificado que os meadadores mecânicos economizam *metade ou dois terços* da quantidade da semente empregada pelo sistema rotineiro. Por outro lado, a plantação em linhas e planícies facilita os subsequentes trabalhos de cultura, tais como capinas, *abacelamentos, estrumacções intercalares, irrigações e colheitas*.

Todo bom semeador mecânico deve realizar as oito condições seguintes:

1^a, distribuição regular das sementes em sulcos abertos pelo próprio semeador;

2^a, repartição igual das sementes em cada sulco;

3^a, afastamento das linhas, podendo variar, à vontade, para um mesmo instrumento, dentro de limites bastante extensos de 0^m.10, 0^m.12, 0^m.15, e mesmo 0^m.30 (centímetros);

4^a, variação possível da quantidade semead por hectáreas, entre 60 e 325 litros de sementes;

5^a, regularidade da profundidade, qualquer que seja a consistência do terreno;

6^a, cobertura imediata das sementes no mesmo instante em que são depositadas nos sulcos;

7^a, facilidade de cascular completamente o aparelho do seu conteúdo, quando se tenha de semear sementes de natureza diferente;

8^a, facilidade de guardar o parallelismo das linhas ao retroceder das extensões do campo.

Os semeadores mecânicos de James Smyth & Filho são os mais procurados, porque preenchem as principais condições acima enumeradas, (vide fig. 31^a).

A superficie, que um operário robusto o perito pode semear à braço, é de 4 a 5 hectáreas por dia. Um semeador mecânico pode

fazer o triplo trabalho de sotear, semear, e cobrir com terra as sementes sobre 10 hectares em um dia.

Uma dupla grada do Vaucourt, puxada por 4 cavalos pôde cobrir em um dia a semeadura de 6 hectares. A superfície semeada depende da largura das semeadoras, que varia ordinariamente em 2^m,50 podendo semear por dia 5,5 hect.; 3^m,00 de largura semeando 7,8 hect.; e 3^m,50 de largura distribuindo sementes sobre 9 a 10 hectares por dia.

Precisou-se combinar um semeador de estrume pulverulentos com o de sementes. O semeador Garrot foi construído em vista desse dous efeitos simultâneos, mas a prática não cancelou este método de estrumação, preferindo empregar instrumentos completamente distintos para as duas operações.

Os distribuidores mecânicos do estrume tem grandes analogias com os semeadores de sementes, variando sómente em suas disposições, conforme se trata de estrumes líquidos, sólidos, pastosos, pulverulentos, ou pasthosos. Para distribuição do estrume sólido só apontar o apparelho construído por Hartt; e para a dos estrumes líquidos o sistema da régua por meio de pipas, ou cilindros, munidos de bomba e projector, (fig. 32).

• • •

Entre a germinação das sementes e a maturação das plantas, tres operações se executam, a saber: a divisão da crosta que endurecida, impede a penetração do ar necessário ao desenvolvimento das raízes, e, rachando, rompem as radículas; a capina ou destreinão das plantas daninhas, parasitas das culturas, que devem ser arrancadas e expostas à ação do sol.

E finalmente o abacelamento ou adegro de terra aos pés das plantas, alii de garantir-lhes a necessária frescura e revigoramento das raízes.

Nos terrenos semeados em linhas paralelas, todo esse trabalho, pôde ser executado

por um único apparelho o *capanador mecânico ou enrada a cavalo*, que limpa rapidamente os intervallos que separam as plantas, fazendo o abacelamento por pequenos arados, destinados a baixar a terra intercalar para os pés das mesmas plantas.

A estampa 33º mostra um capanador mecânico para um cavalo, arrastando a traz de si uma pequena grada, e a 33 (bis) um arado de abacelar.

• • •

Não menos eficazes e completos são os recursos da mecanica agrícola com relação ás operações da colheita. A necessidade de efectuarem-se estas operações o mais rapidamente possível já se fazia sentir, ha séculos, des do tempo dos Gáulezes, antos que se construiram os primeiros apparelhos aperfeiçoados de colher. Plínio e Palladius indicam bem claramente como era construído o carro gáulez que servia para efectuar a colheita dos cereais. «Nos vastos domínios das Gálias, escreveu Plínio, uma grande caixa, cujo bordo é armado de dentes, e forma um cesto de duas rodas, é conduzida pelos campos de trigo por um boi que a impello diante de si.

As espigas arrancadas pelos dentes caem dentro da caixa. Outros lavradores colhem o trigo cortando pelo molo os colmos com uma pequena lâme para depois separarem as espigas. Alguns, arranca-se o trigo com a raiz; e aquelles que empregam este processo pretendem que por elle dão ao solo uma espécie de layra, enquanto que não fazem senão tirar-lhe o succo».

Palladius é mais influencioso em sua descrição.

«Os habitantes das planícies da Gália, diz elle, tem um método de colher, que poupa a mão de obra, por isso que não exige senão um dia de trabalho de um boi para fazer uma grande tarefa. Elles empregam uma carroça montada sobre duas pequenas rodas. A superfície da carroça, que é plana, acha-se garnecida de pranchas re-

viradas para fóra, de tal sorte que a sua parte superior é mais larga que a inferior; q' estas taboas que formam a caixa da carroça, são mais altas adiante, do que atrás. Sobre estas taboas ou pranchas estão distalhadas, por ordem, pequenos dentes, separados uns dos outros, cujo numero é proporcional à quantidade de espigas. Os dentes são recurvados para cima. Atraz da carroça existem dous varões curtos, semelhantes aos das lideiras mas quais os melhores se fazem conduzir. E' nestes varões quo atrelam por meio do nm Jugo e correias um boi, q' o leva contra a cabeca voltada para a carroça. E' mestor quo o boi seja manso, e não ande mais depressa, do que convém. Pasando essa carroça através da ceifa, todas as espigas são arrancadas pelos dentes, e acumulam-se no carro, separando-o da palha que fleia fóra. O carro dirige a marcha do carro, elevando-o ou abalizando-o, segundo a exigencia dos casos; e não são precessas mais do que algumas horas para dar cabo de toda uma colheita. Este methodo é bom para as regiões cujo terreno é igual e plano, bem como para aquellas onde não se considera a palha como objecto de necessidades». (Citação de Tresca, L. 8^a cap. II).

A ceifadora gauloza (fig. 34^a) foi desenhada em vista das precedentes descrições.

«É evidente, diz Tresca, que um apparelho tão grossoiro, arrancando sómente as espigas, e deixando por terra os colmos, em consequencia da marcha do carro e do animal, não preencheria senão imperfeitamente o fim quo já naquelle tempo se tinha em vista.

E provavelmente por essa razão quo os romanos não o adoptaram nunca, e que este primeiro ensaio de ceifa mecanica feito por muito tempo esquecido, até quo Patrick Bell em 1827 fez reviver a idéa, construindo a primeira ceifadora, a melhor que, entao funcionou na Inglaterra e nos Estados Unidos da America, embora ainda do sistema gaulo, de impulsão dada pelo maior collocado atrás. Só mais tarde Ogles e

Brown Imaginaram a attrelagem lateral, tal como é universalmente adoptada hoje».

A fig. 35^a representa a ceifadora de Bell impellida de traz para diante por uma parelha de cavalos. Depois da Exposição Universal de 1851, os tres tipos de machine de ceifar de Patrick Bell, Mac-Cormick, Hussey, começaram a espalhar-se sobretudo na Inglaterra e Escocia, para suprir a falta de braços, quo se tornava cada vez mais sensivel em épocas de colheitas.

Cortar e enfeixar as plantas colhidas, sem intervenção do homem, foi o primeiro triunfo da mecanica nessa importante operação agricola. Mas não havia isto, era preciso quo a mesma machine amarrasse os feixes e os depositasse em pontos determinados ao alcance dos carros de transporte, e isto conseguiu Walter-Wood, exhibindo na Exposição de Vienna em 1873 a sua *ceifadora, enfeixadora e Byadora*.

Mac-Cormick e Walter-Wood imprimiram ás machine de ceifar os mais improvistos melhoramentos. Outros constructores continuaram a sua obra e vulgarisaram o emprego das ceifadoras mecanicas; e si se mede o caminho percorrido desde os ensaios de Ogles, Brown e Bell, até a época actual, ficou admirado do progressos realizados, quo tanto distanciam as ceifadoras modernas do primitivo carro gaulo, que aliás, foi um progresso com relação aos processos manuais então em voga na antiga Gallia.

As ceifadoras modernas dividem-se em cinco grupos:

1º, as que cortam o doppio a colheita sócio o solo, sem enfeixá-las;

2º, as que cortam e automaticamente formam os feixes, sócio atalhos;

3º, as ceifadoras quo servem alternativamente como qualquier das precedentes, pela addileção ou suppressão de um certo numero de pegas;

4º, ceifadoras ligadoras, quo cortam, separam em feixes, e intem automaticamente os feixes, por meio de fios de ferro, barbante, ou palha;

5º, enfim, ligadoras independentes, destinadas exclusivamente a atar os folhos depositados sobre o solo por ceifadoras propriamente ditas.

Para a colheita do tuberculoz podem ser apontados os *arrancadores mecanicos*, de Bajac, Condolier & Filho, Buequay, Amiot Lennaire.

Se nos ingleses combina a iniciativa de roçar a idéia da ceifadora gauleza, devendo à America do Norte a criação das ceifadoras modernas aperfeiçoadas. Hoje os produzem com notável perfeição os principais construtores de diversos países, mas principalmente da Inglaterra, Canadá, Estados Unidos e França.

A fig. 35º representa a ceifadora *Fororita*, ultimo tipo criado pela casa construtora de *Walter Wood*.

35
Fororita

No corte, descecação, o conservação do feno em *médas* empregam-se, pelo processo manual, cinco fenedores para cada ceifador; e como este não pôde cortar senão um torque de hectare por dia, serão precisos 15 dias do trabalho de fonação por hectare, para cada turma de seis pessoas.

Para obviar este inconveniente construiram-se apparelhos mecanicos, podendo, com o auxilio de um só homem e um cavalo, fazer o mesmo feabatho que, em igualdade de tempo, fariam 18 a 20 pessoas empregadas nessas operações.

As *fenedoras mecanicas* secam o feno ceifado; os *ancinhos mecanicos* o ajuntam em montões para ser disposto o conservado em *médas*. A *secadora de Nicholson* e ancinhos pichados por cavalos—excentam a fenação, sobre grandes extensões de campo, com o mais restrito pessoal.

Melhor do que em *médas* de pyramidaes armações, é a conservação do feno por meio de compressão. A compressão do feno em fortes primsas hydranthes offerece as seguintes vantagens:

1º, o feno conserva todo o seu aroma e toda a sua força nutritiva;

2º, não se conspura da poeira e conserva as suas sementes;

3º, exposto à chuva, não se molha, senão por fora, secando fuellmente;

4º, a densidade que adquire o torna muito combustivel;

5º, a redução de seu volume ao setimo do que elle ocupava nos armazens—traz enorme redução do espaço que dantes tomava nas granjas ou nos wagens; o que é vantagem inapreciavel, quer para guardalo, quer para transportalo aos mercados;

6º, omelho, a compressão permite conservá-lo sem alteração, durante annos inteiros.

Convém mencionarmos ainda uma apparelho de grande utilidade para os proprietários que se dedicam à industria pastoril. Queremos falar do *regenerador dos prados*, de Bajac, destino a arejar as raízes das gramíneas, que constituem as pastagens naturaes. Este instrumento, não sómente estimula a vitalidade das plantas forraginosa escarificando o solo, como as desembarraca da allorria que as atrofia, predispondo-as a adquirirem maior desenvolvimento.

Nesse instrumento (fig. 37º) onze lâminas, de forma curva, estão dispostas sobre um conjunto de quatro travessas, collocadas em um quadro metálico de forma rectangular, que assenta sobre duas pequenas rodas de locomoção, formando o trem-diantelho e atraç sobre duas rodas grandes de eixo fixo. No espaço entre as duas ordens de rodas funcionam as lâminas cortantes, que movem-se quando os animais deslocam o apparelho. Com pequenas modificações construiu Pittor outro apparelho deste genero. O emprego de qualquer destes *Regeneradores* as grades articuladas, com que até hoje se limpam de ferrugem os velhos prados naturaes.

Na instrumentação agricola ocupam também lugar distinto os *apparelhos insecticidas*, hoje muito numerosos, empregados pela phytopathologia para aplicar às plantas

materias modamente os em e fado pulvrento, pastoso, ou líquido, além de libertá-las da ação malefica dos parásitas da tua sorte e espécie, vegetais e animais, que são o flagello da vegetação.

Entre os aparelhos insecretores figuram a *charria sulphurosa*, do que já tratamos (fig. 22^a) destinada a introduzir no solo o *sulphureto de carbono* para combater ou prevenir a invasão do *phyllloxera* nos vinhedos. Os *pulverizadores mecânicos* servem para projectar, sobre os caules e folhas de plantas afectadas de pestes parasitárias, diferentes produtos tais como suco do tabaco (mel de fimo) e outros, que actuam sobre os insectos e parásitos criptogâmicos da vinha, da batata, e de certas árvores frutíferas, como a laranjeira. Estes aparelhos, ora de pequenas dimensões para serem manobrados pelo braço do homem, ora de grandes proporções para serem movidas por animais, são actualmente empregados com proveito em operações desse género.

Eis em quadro tão resumido quanto possível, os principais instrumentos do material agrícola moderno, relativos aos trabalhos do exterior de uma propriedade rural, que são os que directamente se relacionam com os melhoramentos dos terrenos; não cabendo aqui tratar da instrumentação do interior das fazendas, onde as transformações da matéria prima e o beneficiamento dos produtos agrícolas, exigem aparelhos e instalações de outra ordem.

:

Os correctivos ou adubos

Compreende-se sob o nome de *correctivos ou adubos* todas as misturas, adições, subtrações, que se fazem no solo para melhorá-lo, modificando-lhe as propriedades físicas mineralógicas, ou químicas. Assim, aumentar a tenacidade das terras soltas ou leves, enfraquecer a compacidade ou cohesion das terras fortes, aumentar a superioridade das pedregosas pela distrição de rochas

o remoção de pedras soltas; que as atraiam umas com o restabelecer o equilíbrio da composição química do solo, corrigindo-a pela aplicação do dezes convenientes de areia, de argila, ou de calcário; formar os terrenos mais aptos a absorverem o calor, a luz, e os gases atmosféricos, fazendo os trabalhos, que constituem o melhoramento das condições constitutivas do solo ainda infértil.

São os correctivos que restabelecem a harmonia nas proporções dos principios constituintes dos terrenos de cultura; modificam a sua estrutura, facilitando a penetração dos fluidos áreos; melhoram as suas condições hidrométricas, e a propriedade de absorver e reter os gases; e, em fim, comunicam-lhes, em uma justa medida todas as qualidades physticas, sem as quais elas se tornariam impresentáveis para uma cultura intensiva.

A correção de umas terras pelas outras — é um dos mais vantajosos meios de aumentar a riqueza territorial do seu país; porque a verdadeira causa da infertilidade de um grande número de regiões ou zonas incultas, reside, não nas condições meteorológicas e topográficas, mas na viciosa constituição íntima dos terrenos.

Convém, pois, melhorar mineralogicamente e quimicamente o solo, tanto quanto permitam o estado e os recursos geológicos da localidade. Assim o comprehenderam os países mais adiantados em agricultura. O norte da França, a Belgica e a Inglaterra, devem, em grande parte, a sua prosperidade agrícola às modificações introduzidas no solo pelos adubos ou correctivos.

Os correctivos podem ser divididos em três classes: *silicosos*, *argilosos* e *calcários*. Como adubos silicosos ou arenosos, são preferidas as *areias do atlântico*, as do mar, e a vase, que, impregnadas de saes, de detritos vegetais e animais, misturadas com elementos calcáreos e argilosos fluentemente divididos, adquirem propriedades preciosas. Essas arenas, contendo quaisquer sempre mais

carbonato de cal, do que sillerá em razão dos abundantes destroços de conchas que encerram, devem ser consideradas antes como adubos calcários, do que silicosos.

A utilidade das areias pedregulhos, os seixos em certos terrenos é tão real que Thouira dita numa sentença, que condenou um engenheiro do governo a repôr sobre um campo, de que elle as havia extrahido, uma grande quantidade de pedras de diversos tamanhos, empregadas no calçamento de uma estrada vizinha. Plínio nos faz saber que no território de Syria e certos estrangeiros, por haverem removido as pedras dos seus terrenos naturalmente pedregosos, os tornaram por tal modo impróprios para a cultura do trigo que fogo o foi redituar-lhes a mesma proporção de pedras.

A cal e a marga calcária actuam muito mais energicamente, do que a areia, para diminuir a tenacidade das argilas; o a despeza é menos considerável, porque para produzir o mesmo efeito emprega-se menor quantidade de calcário, do que da areia.

Assim como se corrige um solo argiloso juntando-se-lhe areia, assim também melhorasse um arenoso ou calcareo adicionando-lho a argila. Esta operação é mais difícil por ser a argila muito compacta, inconsistente e tenaz. Conseguisse, todavia, incorporar-a aquellas outras terras, reduziendo-a a pó antes de aplicá-la como correctivo; o que, aliás, é de necessário quando se emprega para o mesmo fim a *casa* ou *timo*, ou a marga argifosa. Os agronomos latinos conheciam o processo de corrigir as terras fracas com elementos das fortes. Columela o menciona como excelente prática. Arthur Young, escrevendo sobre a economia rural de seu país, refere que em algumas localidades da Inglaterra preferem, para esta operação, a argila à marga. Segundo o Dr. Lister o uso do adubo argifoso data de 1690. Thaer, agrônomo tão célebre na Alemanha, quanto Arthur Young na Gran-Bretanha, diz que não se pode alcançar um efeito verdadeiramente melhoro-

rador da argila ou barro destinado a servir de correctivo, senão depois de traver elle esteja exposto, durante alguns annos, as influências da atmosphera, como a estão as argilas ou barros, que fazem parte da argamassa das paredes, muros diques, valados, da vinheta das habitações, ou dos palcos das fazendas. A argila de tales argamassas esfarellase facilmente, e mistura-se melhor com terras arenosas ou calcáreas. Quando o sub-solo dos terrenos arenosos ou calcários são impermeáveis e compactos, basta trazer à superfície as camadas argilosas do fundo para melhorá-las. Na Inglaterra quemam ou calcinam a argila, e assim a tornam excelente adubo mesmo para as terras argilosas. Não é, pois, sem fundamento que Boileau e Puvis, em França, preconizam a argila calcinada, como o melhor correctivo para todos os terrenos compactos, porque ella adquire pela calcinação propriedade de uma areia finíssima com vantagens e predações que a areia comum não tem. A doze a empregar é de 25 a 333 hectolitros por hectare, de quatro ou de cinco annos.

A vantagem da argila sobre a areia é que, depois de calcinada, além de agir mecanicamente como a areia, desempenha ainda importante função química por sua facilidade de absorver o reter em seus poros as matérias gazoas e o amoníaco do ar, em proveito da vegetação, servindo ainda como reservatório de sais alcalinos, principalmente de potassa e de sódia, por isso que todas as argilas encerram fragmentos das rochas alcalinas, de que elles provém.

Os adubos calcários são os mais importantes e mais frequentemente empregados. Comprendem a *marga calcária*, a *cal*, as *caligas das moliceiras*, o *falso ou calcareo foraminífero* (sernambi), as *areias calcáreas* e as *conchas elas* de todas as espécies.

Os adubos calcários convêm sobretudo aos terrenos frios e húmidos, e às terras argilosilicosas. Os resultados destes correctivos, são: um aumento de produção de 25 a

50 %, o mina cultura mesmo perdeu da terra, porque esta torna-se mais fraca, menos tenaz e consistente quando húmida, e menos dura quando seca.

A necessidade da calagem das terras pobres de elementos calcáreos torna-se mais evidente quando se conhecem as proporções de cal contidas nas cinzas das plantas cultivadas, ou a quantidade de saes calcáreos que cada colheita anual tira ao solo. A esse respeito pode ser consultado o interessante quadro organizado por Du Breuil e Girardin, pelo qual vê-se, por exemplo, que a batata tira ao solo 1,8 por cento de cal, ou 2 kilos e 200 grs. por hectare; o trigo muito mais—11,1 por cento, ou 8 kilos 400 grs. por hectare; o milho 5,8 por cento, ou 3 kilos 200 grs. por hectare; a herbilha 10,1 por cento, ou 3 kilos e 100 grs. por hectare; a alfafa mais de que todas as outras plantas, isto é—51 por cento, ou 150 kilos e 200 grs. por hectare, etc., etc.

Estes factos, revelados pela análise química, demonstram que os terrenos privados do princípio calcáreos não podem ser produtivos enquanto não lhes forneça diretamente esse elemento indispensável que além de servir de alimento às plantas, actua ainda pondo em liberdade certos princípios minerais do solo, tais como a silice, a potassa, a soda, o ácido phosphórico, que, sem a intervenção da cal, ficariam inertes ou perdidos para vegetação; contribuindo ao mesmo tempo para transformar o azoto das matérias orgânicas e do ar em carbonatos de amoníaco e em azotatos alcalinos solúveis, duas formas quo melhor se prestam à assimilação do azoto. A influência da cal é tal que a adição de uma doze igual a um milésimo da cana-de-açúcar em cal, duplifica a força de absorção das plantas, e triplica quasi a quantidade dos princípios salinos quo elas habitualmente encerram.

Não se incorpora a cal ao solo se não depois da extinta ou reduzida a pó seco; para o que abanlora-se a cal durante 15 ou 20 dias sobre o terreno, cobrindo-a levemente de terra, até que se *extinga* o *extinga* bastante. Mistura-se depois com terra, e espalha-se com uma pá sobre a superfície do terreno, ao qual é, em seguida, incorporada por meio de repetidas gradagens, completando-se a operação com o auxílio do arado.

:

Estrume orgânico

Os melhoramentos por adição de matérias orgânicas ou minerais, que concorrem diretamente para nutrição das plantas, constituem o quarto meio de fertilização. É a estrumização da terra.

Quando se considera esta operação, assalta logo o espírito a fertilização do solo pelo elemento fertilizante mais conhecido na prática, o *humus natural* ou preparado em estrumoiras nas fazendas. Com relação ao valor desse elemento de fertilidade, considerado como *quarto elemento constitutivo de todas as boas terras*—já em anteriores páginas consubstanciamos a controvérsia, do que seria triunfante a prática tradicional. Ocupar-nos-hemos agora dos estrumes orgânicos em geral.

Os estrumes que se incorporam ao solo contêm matérias *sólaveis* ou *insólaveis*, predominando, quasi sempre estas últimas. As soláveis, podem ser imediatamente assimiladas pelas plantas; as insoláveis, para lhes servirem de alimentos, têm de prévia mente transformar-se em compostos solúveis ou gazoosos, por via de fermentação, sob a tripla influência do calor, da humidade e do ar. Esta transformação é mais ou menos prompta, conforme a natureza das matérias orgânicas. As substâncias animais se desorganizam rapidamente, enquanto que as vegetais, mórbente as que são ricas em *lignoso*, resistem por mais tempo às ações físicas e químicas, que devem convertê-las em princípios *sólaveis* ou *gazoosos* assimiláveis.

O efeito útil dos estrumes depende da duração de sua decomposição na terra.

A prática e a teoria estão de acordo sobre este princípio: «os estrumes agem tanto mais útilmente, quanto mais proporcionado for o desenvolvimento das plantas a decomposição delles».

O agricultor dispõe de meios para modificar a ação dos estrumes, quer no sentido de retardar a decomposição dos que são muito actívos, quer no de acelerar a dos relativamente inertes.

Considerados sob este ponto de vista, os estrumes são classificados em dois grandes grupos *estrumes quentes* e *estrumes frios*. Os primeiros são de ação rápida, como o sangue, a carne, as defecções animais, os excrementos humanos, o guano, a colombina, os bagaços de sementes, etc.; os segundos são os de ação lenta, tais como as matérias vegetais, os escleros dos bovinos, os trapos, os destroços de lã, seda, algodão, ossos, chifres, cabelllos, pomas, estrumes líquidos, etc.

Entretanto esta classificação não tem de ser absoluta, porque a constituição do solo pode influir sobre a duração das matérias fertilizantes, quer abrandando a energia das urinas, quer estilitizando a inércia de outras. Assim os terrenos arenosos favorecem a decomposição e salubridade das matérias orgânicas, pondo-as, por sua porosidade, em contacto directo com os agentes meteorológicos; ao passo que os argilosos, por sua tenacidade, differeitam a ação daqueles agentes de decomposição. Mas está nas mãos do agricultor corrigir os defeitos ou modificar as propriedades dos terrenos, por meio de adubos, lavras, culturas, e amanhos, que impeçam os estrumes de solubilizarem-se ou volatilizarem-se nos terrenos arenosos, antes que as plantas cheguem ao termo da sua vegetação; e tornem os argilosos acessíveis à ação atmosférica.

Os ácidos que se formam pela fermentação dos estrumes orgânicos são nocivos às plantas; mas com presença do carbonato de cal, quer existente no solo, quer aplicado como correctivo, aquella acidez da terra

estranhada vai sendo neutralizada pelo elemento calcáreo, à medida que os ácidos se formam. Isto porque convém associarem-se aos estrumes orgânicos correctivos os estrumes *ácidos*, tais como a marga, a cal, as cinzas, afim de retardar e manter no solo a aciduidade favorável à vegetação.

Pelo conjunto de noções exaradas neste trabalho vê-se que as estrumizações devem variar, conforme variam as condições dos terrenos e das plantas que se cultivam.

Há plantas que esgotam as terras, conhecidas pela denominação de *plantas deputadoras*, como em geral os cítricos, trigo, milho, etc.; e outros que as fertilizam — *plantas fertilizantes*, tais como as leguminosas, que subtraem à atmosfera elementos com que enriquecem o solo. Para compreender o quanto podem exigir os estrumes são estas últimas, basta dizer-se que 1.000 de trigo (*trifolium pratense*) deixam no solo 718 kilos de principios tomados à atmosfera, entre os quais figura o azoto por 15 kilos; quantidade de azoto, que nada resta ao agricultor e que equivale a 750 kilogrammas do estrume ordinário.

No cultivo das plantas graminíferas e leguminosas, em suas sementes predominam os principios inerentes — *albúmina glutinosa*, *legumina* e *phosphat* — *terrosa*, empregam-se de preferência, em fertilizantes, estrume normal, o sangue, as urinas, e, em geral as defecções do homem e dos animais, sempre ricas de azoto e *phosphatos*. No das plantas, que produzem — *pêra*, *maçã*, *uva*, *azeite*, etc., principios formados pelo coacimento quasi exclusivo da água e do ácido carbonílico, preferem-se os extremos palhosos, os detritos vegetais, o humus não decomposto, e, em geral, os estrumes puros azotados.

Em teorema o aphorismo *similitia similibus* tem inteira applicação à estrumização da terra. Num rigor convém estrumar cada espécie de planta com os detritos da própria espécie; aplicar a cada pastagem as defecções da espécie animal que nela se passenta; fertilizar as culturas de plantas

alimentares destinadas no homem com desejos humanas; das plantas granferas com o *gatão*, *columbina*, o *dejeções requeñadas* das propriedades, que delas se alimentam. Em viticultura demonstra-se praticamente este verdadeiro — que não é a quantidade, mas sim a qualidade dos restantes que influem sobre a qualidade do vinho.

•

Encontro de avaliação de estrumes

A diversidade das novas substâncias fertilizantes que o comércio oferece à agricultura criou para os agricultores a necessidade de verificarem por si mesmo, ou por intermédio de químicos, o valor intrínseco destas substâncias. Para esse exame ou analyse, há dois métodos bem distintos — o *método agrônomo*, e o *método químico*. O primeiro, mais ao alcance dos praticos, foi proposto e empregado pelo sabio e conscientioso Mathim de Bonnasse. Esse processo, baseava-se a partir de um campo onde o solo é uniforme. Traçava-se ali um quadrado de dois metros de lado, e em seguida deste um outro quadro semelhante. Solcia o primeiro espalhava-se uma quantidade determinada da substância que se quer conhecer; e cultivavam-se os dois quadrados da mesma maneira, empregando a mesma quantidade de sementes, dando-lhes os mesmos adubos, collocando, entim, as duas culturas em condições tão iguais quanto possível.

Qualquer que seja a riqueza da substância, como estrume ou como adubo, o efeito ha de necessariamente manifestar-se, comparando-se sobre tão exiguo espaço a vegetação das plantas mescidas em áreas tão vizinhas.

A cor verde mais intensa das folhas, a maior altura dos caules, a diferença do comprimento das espigas, não podem escapar aos olhos do observador atento; e este modo de experimentar um estrume ou muitos estrumes comparativamente entre si, apresenta muito mais certeza, do que

uma experiência comparativa feita sobre grandes extensões de terra, caso em que se tira a prova pelo andar os produtos da cada cultura submetidos a experimentações. Com efeito, neste último caso, os resultados podem ser influenciados por um grande numero de circunstâncias, independentes das quais que se tem em vista apreciar. Tanto é isto certo que, se na cultura ordinária quisermos colher o peso separadamente os produtos de duas partes do mesmo terreno, iguais entre si, cultivado, adubados e semeados da mesma maneira e no mesmo dia, acharemos quasi sempre grandes diferenças, que falsamente se poderia atribuir a diferença de estrumes.

Pelo contrario, quando a observação é limitada a alguns metros quadrados, sendo inteiramente semelhantes todas as outras circunstâncias nas partes dos terrenos que confina com este pequeno espaço bem delimitado, um homem experiente que lance a vista sob todo o campo da experiência e os terrenos, que o rodeiam por todos os lados, não pôde enganar-se sobre os resultados.

Operando assim sobre pequenos espaços, podem-se multiplicar as experiências, e adquirir-se, por este meio, a certeza, que seria impossível conseguir por uma experiência isolada.

Para ter-se, em vez de um, muitos elementos de comparação, pede-se também medir e pesar os produtos obtidos em experiências feitas mesmo em pequena escala.

O método químico consiste em determinar, por experiências bem simples, as proporções de matérias orgânicas suscetíveis de imediata deposição e assimilação, e de substâncias minerais, solúveis e insolúveis, que encerram os estrumes sujeitos a analyse. Começa-se por secar, a 100 graus centígrados, um peso determinado do estrume oferecido como amostra, 50 ou 100 grammas, por exemplo; a diferença de peso depois da completa evaporação, indica a proporção de agua, que deve ser deduzida do peso real do estrume, porque esta agua

nenhuma influencia tem sobre o seu poder fertilizante.

Tomasse depois 10 grammas da substancia secca, e calcine-se esta em uma capsula do platina, aquecida ao rubro em um bruto de areia. O peso perdido pela calcinação dará a quantidade da matéria orgânica destruída pela ação do calor, ou convertida em produtos gázozos, que desaparecem.

Depois da calcinação ficará no fundo da capsula—*as cinzas*, cujo peso dà a proporção das matérias minerais.

Emilm, para ter-se a relação entre as substâncias minerais *solveveis* e *insolúveis*, dissolvem-se as cinzas em agua fervente, decantasse o líquido depois do fuso, e secasse o resíduo insolúvel. O peso deste dà, por diferença com o das cinzas, a proporção relativa das matérias solúveis e insolúveis.

Tom-se, pois, por este methodo os dados mais essenciais para estabelecer-se approximadamente o valor comparativo de estrumes diversos. Esses dados são: o peso da agua, das matérias orgânicas, e dos sais *solveveis* e *insolúveis*.

Quando se trata do fraude nos estrumes, este methodo de exame é insuficiente. Forçoso será recorrer, então, a uma verdadeira analyse do laboratorio. O chimico fará a dozagem da agua, das substâncias minerais fixas, dos sais ammoniacais, do azoto das matérias orgânicas, da potassa, dos sais solúveis das cinzas, do acido phosphorico, e, emilm, das matérias inertes. Só então se terá uma idéa exata do valor do estrume.

Segundo Bonsingant e Payen, o que valora o estrume é a proporção da matéria orgânica *azotada*.

O acido phosphorico, não menos necessário que o azoto, só pode também servir para fixar o valor comparativo dos estrumes.

Um estrume não é completo, senão quando oferece as plantas—carbono, azoto e sais minerais.

O estrume normal das estrumeiras é mo-

exemplo do estrume completo, mixto de milhares de substâncias vegetais, animais e minerais. E' em vista desta mistura de principios fertilizantes diferentes que se considera o estrume normal, como o primeiro de todos os estrumes, e que, como tal deve servir de base à fertilização de todos os domínios agricolas. Constituído com elementos heterogêneos numa massa homogênea, que contém ao mesmo tempo estrumes quentes e frios, e fornece à terra o humus, é um fertilizante mixto, um estrume tipo—o estrume por excellencia.

A opinião do célebre chimico alemão Justus de Liebig—« que o estrume normal deve todo o seu valor às substâncias minerais que encerra »—doutrina por demais absurda, e em parte venida pelas experiências de uma prática soecular, foi recentemente levantada, e calorosamente preconizada pelo o Illustre professor do Museu de História Natural do Paris, o sabio George Ville, que, com raro talento, conseguiu reabilitar e tornar aceita a doutrina de Liebig, sem prejuízo das estruturas intactas.

Os *estrumes químicos* que elle recomenda compõem-se de *sulfato de amoníaco*, *nitro-sulfato de potassa* e *de soda*, *phosphato ácido de cal*, *carbonato de potassa*, *chlorureto de potassio*, cujas respectivas proporções variam conforme a natureza das colheitas que se tem em vista.

O que sobre tais divergências diz Seubert é uma verdade que em si resume esta questão:

« Os agronomos tem razão de apreciar muito o valor do humus nos estrumes; Liebig fez bem em solicitar a influencia dos sais como estimulantes da vegetação, e como elementos constituintes essenciais de alguns principios elementares; Bonsingant e Payen tiveram razão para dizer que o valor de um estrume cresce com a sua riqueza em matéria azotada; mas muito mais razão ainda tem aquelle que proclama que o estrume por excellencia é que encerra ao mesmo tempo

os três elementos essenciais, a saber: o *hincus*, os *sacs*, e a matéria azotada».

Atrelagem dos animais de tiro

Os motores animados, cavalos, mares ou bois, não podem ser jingidos aos instrumentos agrários, senão por meio de tirantes, que os coloquem a certa distância dos instrumentos, lhes facilitem os movimentos laterais, e lhes equilibrem as forças, repartindo-as com igualdade, afim de fazê-las convergir para a linha do tiro, que deve ser a resultante de todos os esforços musculares dos animais motores. Não é, pois, indiferente dar aqui as disposições desses arreios.

As figs. 38^a—dão o modelo dos tirantes para dous e tres animais.

Para jingir o boi servem-se, desde tempos imemoriais quer da *canga*, quer da *colteira*, quer do *jugo frontal*. Si se trata de um animal isolado um *meio-jugo* é atado no frontal do boi, e nas duas extremidades dessa pega prendem-se as correntes que vão ter ao instrumento. A fig. 39^a representa este modo de atrelagem.

Para puxar um carro o *jugo* é aplicado à parelha ou junta de bois (fig. 48^a). Convém notar que esta ultima disposição tem o inconveniente de não deixar a cada animal a necessaria independencia; a quo assim associados ficam tolhidos em seus movimentos, e não dão, como effeito util, um valor igual à somma dos esforços, que desenvolveriam, se agissem isoladamente.

E' certo que a *colteira* (dos mares e cavalos) aplicada nos bois, torna-os mais independentes uns dos outros; mas essa independencia é igualmente garantida pelo *jugo-simples* ou *meio-jugo*, que constituem o arreio mais adequado à conformação dos bovídeos.

Valor economico dos instrumentos agrários

Seja-nos permitido extraer do interessante e substancioso *Manual de Mecânica*

Agrícola do conselheiro Burlanapu os seguintes cálculos e considerações, que bem salientam a ação económica e ao mesmo tempo civilizadora do material agrícola moderno. «Um jornal do Illinois, diz elle, noticia h̄a pouco que um agente do Mac-Cormick tinha vendido em uma só localidade, em uma estação própria, 250 colhedoras. Uma máquina de segar puxada por dois cavalos, e servida por dois homens, o uma creança faz tanto serviço como 12 trabalhadores; resultando daí uma economia de cinco operários.

Deste cálculo pôde-se concluir que a localidade, que comprou as 250 máquinas de Mac-Cormick, economizou, durante uma só estação, o trabalho de 1250 homens.

Ora, segundo o mesmo jornal, contam-se no Estado do Illinois pelo menos 10,000 colhedoras mecânicas empregadas na cultura; logo, se fizermos o cálculo, como procedentemente, a ação destas máquinas representa o trabalho de um exército de, pelo menos, 50,000 homens valhlos durante uma só estação!»

Supondo que cada máquina trabalha 30 dias, e avaliando os trabalhos dos operários rurais com um dollar por dia, resulta uma economia de 1.500.000 dollars (perto de oito milhões de cruzados); mas, como em muitos dos condados do Estado é difícil obter obreiros por menos de tres dollars por dia, a economia se eleva realmente ao triplo, isto é, a 4.500.000 dollars (cerca de vinte e tres milhões de cruzados).

Autoridades respeitáveis avaliam, para os Estados Unidos, que a economia realizada pelo emprego das colhedoras mecânicas equivale o trabalho bruto de 300.000 operários, e em dinheiro um benefício do vinte milhões de dollars (quasi 100 milhões de cruzados!).

Não temos fallado até aqui senão em duas máquinas; o que seria se quissemos meter, em linha de conta todas as economias que resultam do emprego das máquinas de batir, descascar, e reduzir a farinha; os so-

meadores, os searifladores, as onxadas mecanicas, urados, olharras, ventiladores, etc. & Ellas se elevaram a um algarismo, que excederia os calculos mais leoninos.

Devemos lembrar que tais resultados foram obtidos em um pequeno numero de annos; agora que a via esta fragada no campo da mecanica agricola para todos os inventores, nao se pode duvidar que elles a tornarao mais larga e mais extensa, sobre tudo pela applicacao do vapor a todos os trabalhos rurais.

Nao encarando a questao senao pelo lado da economia pecuniaria, ja ella sera um objecto da maior importancia; devose, porem, considerar sob um ponto de vista mais elevado o em relacao á civilisacao geral. Nao é possivel, por mais que se faga, dar a devida importancia a uma foliz transformacao, que affecta ao genero humano e as reflexoes sobre tal assumpto nos levaram muito longe. Contonhar-nos-homos em dizer que dando a actividade do espírito e intelligencia uma nova direccao; que fazendo regressar para outras artes uma parte dos esforços, que exigem os trabalhos da agricultura, devoso necessariamente prover o futuro do meu bem estar material e intellectual superior áquelle que o mundo tem ate hoje experimentado.

Passando a dar alguns pormenores e das comparacions com relacao ao trabalho bracial e dos diversos apparelhos mecanicos, limitam-nos-hemos a indicar as relacoes dos seus effeitos utiles.

Um arado puechado por dous bois ou cavallos, lava, a 20 centimetros de profundidade, em 10 horas, a area minima de 350 metros quadrados (35 ares). A relacao entre a onxada e o arado é de 1:11,5; isto quer dizer que enquanto a onxada revolvo 100 metros quadrados de terreno (um are), o arado prepara 1150 metros quadrados.

A grada tirada por dous cavallos, e dirigida por um homem e um menino, podre gradar em 10 horas o terreno de um alqueire (300 ares).

O rolo exige dous ou tres cavallos, e um homem para comprimir a mesma area de terra lavada no mesmo espaço de tempo (um alqueire em 10 horas).

Um espalhador mecanico, servido por um cavalo e um menino, faz o servizo de 20 onxadeiras adestradas, espalhando em 20 horas (dous dias de 10 horas) a area de um alqueire.

No Estados Unidos calentase que a cortadora mecanica, independentemente da economia de mano de obra, tem a extraordinaria vantagem de fazer em tres semanas o que antigamente se fazia em cinco. Assim é que o segador mecanico alli empregado para a collecta do milho, o servilo por dous cavallos e um homem, corta em 10 horas a forragem de dous alqueires de terreno (60 ares). Um moinho mecanico junta, no mesmo espaço de tempo, o fejo cortado sobre igual extensao (dous alqueires).

Um semeador, servido por um cavalo e um homem bascula para semear 100 litros de milho ou feijão em um alqueire (300 ares), em 10 horas.

Um homem, armado de onxada, capina em 10 horas 750 metros quadrados de terreno (7,5 ares). Um capinador mecanico com um cavalo, um homem faz no mesmo espaço de tempo 15,00 metros quadrados, (150 ares). A relacao entre a onxada e o capinador mecanico é de 1:20. Um homem robusto arranca em 10 horas de trabalho 720 Kilogrammas de batatas inglesas. Um arranador mecanico, puechado por um cavalo arranca no mesmo espaço de tempo 30,000 Kilogrammas de batatas. A relacao é de 1:20.

Um homem corta em 10 horas o capim de uma area de 3.000 metros quadrados. Uma colhadora mecanica com dous cavallos corta em 10 horas o capim de 59.000 metros quadrados, ou de tres hectares. A relacao é de 1:18.

Em trabalho publicado «Relatorio da Escola Agronomica de Campinas», pelo agro-nomo alemão Sr. Ernesto Lehman, citado

pequeno e distinto) enlernando engenheiro agrônomo Dr. Antônio Gomes Carmo em sua *Reforma da Agricultura Brasileira*, encontram-se interessantes dados comparativos entre o trabalho rural europeu e o nosso.

Confrontando o trabalho braçal no velho e novo mundo por meio de utensílios rotineiros, demonstra o autor que foram precisos 32 homens armados de foice nacionais para rogar um carrasquinho de 25080 metros quadrados, enquanto que bastaram 16 homens adestrados no manejo da segadeira europeia para fazer o mesmo serviço, em identidade de tempo.

Outra experiência acabou de provar a inferioridade da foice brasileira comparada com a europeia. Dois italianos armados de segadeiras, e dois operários nacionais do foice das nossas, trabalhando de parélla, durante 14 minutos, roçaram aquelles 160 metros quadrados, e estes, apenas 167.

No plantio do milho foram experimentados operários italianos e brasileiros, empunhando todos enxadas nacionais. Os italianos empregaram 29 serviços para cavar e plantar, os nacionais, para o mesmo trabalho, sobre igual extensão, apenas 14 serviços. Desta vez coube a vantagem aos nacionais.

Quadro dos rendimentos médios do trabalho dos instrumentos da lavoura mecânica

	Comprimento dos sulcos	Número de anções	Área lavrada em acres
Amanhão profundo de 25 cent.....	400 metro	2.e.-	33 acres
Idem idem de 25 cent.....	400 ->	2.e.-	400 -> -
Idem de 25 cent., revirando a terra a 15º graus.....	1500 ->	6.e.-	-52 -> -
Idem, idem.....	300 ->	6.e.-	-35 -> -
Gradagem leve.....	400 ->	3.e.-	-132 -> -
Gradagem pesada.....	1000 ->	2.e.-	-170 -> -
Rolagem leve.....	400 ->	1.e.-	-300 -> -
Rolagem pesada.....	100 -> -	3.e.-	-300 -> -
Semeadura em linha.....	400 -> -	1.e.-	-200 -> -
Capina.....	400 ->	1.e.-	-150 -> -
Abacelamento.....	400 -> -	1.e.-	-150 -> -
Corte mecânica.....	100 ->	2.e.-	-500 -> -
Aninhagem do lençóis.....	400 ->	1.e.-	-511 -> -
Desengomamento mecânico do mesmo.....	100 ->	1.e.-	-504 -> -
Arranqueamento de batatas.....	400 ->	1.e.-	-700 -> -

Do *Censo da Economia Rural*, de Leontiney.

Possue a França em culturas 32 milhões de hectares, em cada um dos quais empregaria um homem, se trabalhasse pelo sistema extensivo ou pelo intenso sem o auxílio da mecanica. Entretanto, com a cultura intensiva o os apparelhos que ella emprega, bastam-lhe quatro milhões de homens para cultivar aquella extensão. (Conde do Gasparin. Tratado de Agronomia).

Assim, entre a laboura extensiva ou bracial e a intensiva ou mecanica a relação do efecto útil é do 1:8; Isto é que, enquanto o braço humano prepara o beneficio um hectare, a força mecanica cultiva oito hectares no mesmo espaço de tempo!

Em vez de um—oito hectares.

(As figuras a que se refere o autor não chegaram ao poder da Sociedade).

MEMORIA — Cultura dos cereaes e grãos sob o ponto de vista da grande e da pequena laboura

O. MUNKEN

Pensamos quo, no espirito dos membros da Ilustrada comissão encarregada da organização e do programma do Congresso de Agricultura, o título acima enunciado não se pôde referir a um o tudo descriptivo dos processos geralmente empregados na cultura dos cereaes e grãos, mas quo a referida comissão tinha mais especialmente em vista a discussão do lado economico da questão e por isso nos conformaremos com este espirito, limitando-nos, nesta monographia, a estudar a produçao dos cereaes e grãos alimenticios unicamente sob este ponto de vista, fazendo seguir estas considerações de algumas observações de ordem mais técnica.

Todo o homem que fixar um momento o seu pensamento sobre este assumpto não poderá deixar de fazer a si mesmo esta primeira pergunta: O Brazil deve ser produtor de cereaes? Tem elle materialmente vantagem nisso? Ou convém que se limite a produçao dos fructos mais proprios dos

paizes quentes? A esta pergunta, ha uma só resposta. Sim, deve o pôde produzir os cereaes do quo precise.

Um paiz que, como o Brazil, posse uma diversidade de climas tão grande quo nenhum outro talvez lhe possa ser comparado, climas quo permitem a cultura das plantas da zona tropical, subtropical e temperada, quo posse uma semelhante extensão de costas em quo são numerosos os pontos capazes de servirem de portos, regado por uma admiravel rede de arterias fluviaes, nao só por tanto pôde, mas deve suprir as suas proprias necessidades, sob o ponto de vista da produçao dos productos agricolas de primeira necessidade, por variadas quo sejam as suas necessidades.

E de fach, o Brazil é dotado pela natureza de elementos quo lhe permitem a produçao espontanea dos productos mais diversos, quo lhe permitem, além disto, obtolos nas condições mais vantajosas de clima e do solo, quo lhe permitem, em uma palavra, conservar-se absolutamente independente do estrangeiro para as necessidades da sua alimentação.

Com effeito, posse no norte, uma vasta zona perfeitamente adequada à produçao da canna de açucar, do algodão, do cacau; no centro igualmente uma vastissima zona propriâ à cultura do cafoeiro e da vinha; no sul, regiões igualmente muito extensas, onde prosperam todos os cereaes alimenticos necessarios ao homem ou aos animaes domesticos. Posto que estas diversas produções sejam localizadas, especializadas nas regiões que lhes sao mais convenientes, temos a firme convicção de quo é possivel ao Brazil substituir por completo os productos alimenticos quo recebe do estrangeiro por productos similares do proveniente natural, sem que seja preciso para isto a intervenção directa dos poderes legislativos por meio de medidas aduaneiras, bastando para isto que a produçao dos mesmos fructos seja feita de uma maneira methodica, e consideravelmente augmentada.

limitando a pergunta, como o fizemos, à produção dos cereais e grãos alimentícios, a resposta será mais fácil ainda. O Brazil pôde e deve produzir todos estes grãos, porque o seu sólo e o seu clima lhe permittem. Temos especialmente em vista a produção do trigo, do milho, da cevada, da aveia, do centeio, do fôljoão. Para elucidar o assunto, porém, convém examinar: 1º, se o Brazil tem as condições climáticas e agrologicas necessárias para estas culturas; 2º, se ha, para elas, conveniente em aumentá-las a produção actual; 3º, se pôsne os meios necessários para isto, e quais os que lhe convém empregar para chegar a suprir as suas necessidades.

No Estados brasileiros, o único que conhecemos suficientemente para falar com conhecimento de causa, é o do Rio Grande do Sul. Embora limitado a este Estado, o nosso estudo não deixará de confirmar a nossa afirmativa, dizendo que o Brazil pôde produzir todos os grãos alimentícios necessários ao seu consumo. Como o veremos mais adiante, as diferenças são de ordem puramente técnica.

Ainda mesmo que nenhum outro Estado brasileiro se prestasse para a produção dos cereais, o que não é o caso, pois o milho e o fôljoão dão em todos, a produção do Rio Grande do Sul poderia corresponder às necessidades do país inteiro.

A República Oriental do Uruguai que goza entre os países do mundo que colhem a menor quantidade de trigo em quantidade absoluta, produziu em 1897, segundo estatísticas autorizadas, 3.625.000 hectolitros do precioso cereal. Para igualar esta produção com um rendimento médio de 10 hectolitros, isto é, o rendimento mais baixo dos diversos países produtores de trigo da Europa, seria suficiente uma superfície de 332.500 hectares cultivados em trigo. Esta superfície comparada com a que é actualmente cultivada, é enorme; não podemos avallar a diferença por falta de documentos estatísticos relativos à extensão de terras cultivadas em

trigo; basta, porém, comparar este ultimismo com a superfície de 236.553 quilômetros quadrados do Estado do Rio Grande do Sul, da qual mais de metade poderia ser aproveitada pela cultura, para compreender que a diferença é enorme e permite ao Rio Grande dedicar-se simultaneamente à cultura dos outros cereais necessários, não só ao seu próprio consumo, como no do resto a população brasileira. A França, com uma população inferior a 40.000.000 de almas, conseguiu em 1899 colher mais que o trigo necessário ao seu consumo, e a extensão do seu território é pouco superior à do Rio Grande. Acresce ainda que supuzemos uma produção de 10 hectolitros por hectare, que é muito insignificante e pode ser aumentada; supuzemos a cultura dos grãos alimentícios limitada ao território do Rio Grande do Sul, quando é notório que vários outros Estados mais septentrionais se prestam também para esta produção.

Não pôde haver dúvida que o Rio Grande do Sul se presta pelo seu clima e pelo seu solo para a cultura de todos os cereais e grãos alimentícios que mencionamos precedentemente.

O Sr. Dr. J. P. do Assis Brazil salientou, no seu utilíssimo livro: *A cultura dos campos, de uma maneira clara*, que o Brazil possui grandíssimos tratos de terreno com aptidão para produzir o trigo necessário para o seu consumo, baseando-se para fazer esta demonstração sobre documentos meteorológicos que tornam evidente a sua proposição no que ella se refere à questão de clima. Julgamos desnecessário reproduzir estes documentos e consideramos a prova como amplamente feita e os interessados poderão procurar na referida publicação os dados exactos.

É sabido, aliás, que a cultura do trigo e do milho teve uma importância muito maior no Estado do Rio Grande do Sul, que já mereceu o nome de celeiro do Brazil. A que se deve atribuir a decadência que se nota hoje nela a produção? Não pôde ser devida a

uma alteração do clima, pois embora seja admissível que o clima actual não seja exactamente o mesmo de há 50 anos, não pôde ter-se modificado de modo a facilitar a cultura dos cereais e do trigo em particular.

Infelizmente não nos consta que existam dados climatológicos exactos daquela época, de modo que uma comparação exacta se torna impossível. Entretanto, a julgar pela opinião dos anciãos, parece ter se dado, realmente, uma modificação que diz respeito mais, especialmente às chuvas, que não parecem ter a mesma regularidade de outrora ou são mais torrenciais. Seja esta modificação exacta ou não, os dados meteorológicos que temos coñido possivelmente na estação meteorológica do Lycée de Agronomia durante um período interrompido de sete anos (*) nos permitem afirmar que o clima actual do Rio Grande do Sul é favorável à cultura de todos os cereais principais, como da maioria dos grãos alimentícios, porque é semelhante ao de todos do globo em que todas estas culturas são prosperas, porque não se caracteriza por excessos frequentemente repetidos de chuva ou de seca capazes de aniquilar as produções de uma maneira habitual. É preciso contar, porém, com os anos desfavoráveis, pois os há em toda a parte.

Será por que o solo rio-grandense é pouco e não permite uma boa vegetação, mesmo adoptando-se processos racionais de cultura? Nem isto podemos admitir, pois é de conhecimento vulgar entre os camponeses rio-grandenses que o trigo produz em muitos lugares na proporção de 35 por um. Dizem os mesmos, sem que possamos verificar o facto, que rendimentos muito superiores são frequentes, o que sustentam a acreditar, porque o preparo das terras e todas as outras operações relativas à cultura dos ce-

reais são habitualmente executadas de modo muito deficiente e que dificilmente se pode admitir que estas terras, embora riquíssimas, possam dar rendimentos superiores às terras cultivadas da madeira mais intensiva no velho continente.

Ora, o rendimento de 35 por 1 é obtido na Europa sómente por meio das adubações minerais e com processos de cultura muito aperfeiçoados.

Com todo o respeito que considero para determinar a multiplicação não é das melhores, pelo que é da cultura se estabelece pela diferença entre o preço de venda e o custo; só o rendimento bruto depende da quantidade e difida, o custo não depende sómente da quantidade de sementes empregada na plantação, mas principalmente na área cultivada; portanto, o verdadeiro meio de apreciar a facilidade de produção consiste em melhorar o rendimento na unidade de superfície. Entretanto, já provado que o rendimento de 35 por 1 seja frequentemente obtido. Embora se admitta que não seja superior a 20 por 1, ainda deixaria a cultura do trigo níveis elevados se é feita methodicamente e de maneira extensiva. O trigo só pode, a justo título, considerar como o cereal mais exigente e onde o trigo, os outros cereais também dão, uma vez que estejam satisfeitas as exigências climáticas.

De que a cultura dos cereais seja rendosa não se deve concluir que ella seja muito mais lucrativa que outros processos de exploração, por exemplo, a criação.

Convém acalmar os espíritos desprovidos contra os cálculos feitos teoricamente, como tivemos ocasião de ver em uma publicação da Sociedade Brasileira para Animação da Criação e Agricultura.

Nesta mesma publicação que a cultura do trigo só pode dar um rendimento bruto de 2508 por hectare, ao passo que a criação não dá mais que 8,2 réis (oitenta réis e dous desditos). Tal comparação é simplesmente fantástica, pois não se fala em conta o

(*) Vide Contribuição para o estudo da climatologia do Rio Grande do Sul, por G. Münzen - Annuario do Rio Grande do Sul, por Graciano A. de Azambuja.

capital empregado e que o rendimento bruto não pôde servir de base de comparação; o único modo certo de apreciar um empreendimento qualquer consiste em comparar os lucros com o capital, para estabelecer os juros que o mesmo capital rende; a exploração mais lucrativa será sempre a que faz render o juro mais alto ao capital empregado. No presente caso não temos a menor dúvida que pela criação se pôde auferir lucros mais elevados do que pela agricultura, desde que seja feita em condições favoráveis de moço.

Pensamos, porém, que os dois métodos de exploração do solo se deveriam prestar um auxílio mutuo, o que, se por um lado a criação pôde auxiliar a agricultura, por outro lado, é pela agricultura que se ha de valorizar a criação.

Voltando aos motivos qui fizeram decadir a exportação dos cereais no Rio Grande do Sul, re-fazemos apontar as causas a que deve ser provavelmente atribuída. Parecem-nos ser de ordem técnica e económica. A ferrugem, a má qual dade das sementes, o preparo por demais rudimentar das terras, a cultura prolongada no mesmo local sem fertilização, a mudança das condições económicas da produção, fatores são, ao nosso ver, as causas que originaram a redução tão pronunciada da cultura dos cereais no Rio Grande do Sul, nos centros em que antigoamente era avultada. O seu simples enunciado não é suficiente para torná-la patente e convém que as elidemos em separado.

Tem-se atribuído, talvez, à ferrugem uma ação exagerada neste sentido; porém, essa ação é inegável. Basta para se convencer disto ver a maioria das sementes de trigo, neste Estado, na época da floração, no Rio Grande do Sul, em annos normais, o trigo semeado em fins de maio ou princípio de junho, época que reputamos a mais favorável na região meridional do Estado, nascer dentro de 80 ou 100 dias, principia a perfilar em fins de junho, a subir em meado

de agosto, aparecendo as espigas em meado de outubro, e floresce 10 ou 12 dias depois para amadurecer definitivamente em fins de novembro ou princípio de dezembro. Estas épocas devem ser um pouco modificadas nas regiões da maior altitude do interior do Estado, em consequência da temperatura mais baixa.

Ora, no período que separa o momento em que o trigo principia a subir até o florescimento, a atmosfera conserva-se, na região do litoral, constantemente humida. Embora isto não seja direcitamente prejudicial ao trigo, pois elle vegeta no contrário muito bem, se torna indirecitamente nocivo, pois que favorece sobremodo o desenvolvimento e a propagação da ferrugem. Pensamos, portanto, que a ferrugem será sempre um obstáculo na cultura dos cereais plantáveis, como o trigo e o cevado, assim como da cevada e da aveia, plantas estas que são todas invadidas pela ferrugem, mas não um obstáculo insuperável. Para combater o trigo, julgamos que os cuidados dos agricultores deverão ser dirigidos neste sentido: o emprego de sementes provenientes de serraias não atacadas pela ferrugem, e de preferência de qualidades barbadas, selecionadas pela escolha das variedades menos atacadas ou mais resistentes, o emprego das substâncias tóxicas como o sulfato de cobre ou da cal, como meio preventivo.

Não podemos dizer o mesmo relativamente à cultura do milho que é certamente, no Rio Grande, um dos cereais de rendimento mais seguro, além de constituir, nas fazendas de grande ou de pequena lavoura, a base principal da cultura. O que causa mais frequentemente prejuízos nesta cultura é a seca dos meses de dezembro, janeiro e até, às vezes, fevereiro; nunca temos notado que a ferrugem lhe cause prejuízos totais e geraes.

Nos annos em que chove bastante no verão sua vegetação e sua produtividade são muito satisfatórias. Na cultura do feijão a ferrugem causa, de vez em quando, pro-

Julzos avultados, quando a primavera e o princípio do verão correm muito chuvoso, mas trata-se de circunstâncias excepcionais, ao passo que, para o trigo e similares, o fenômeno repete-se quase todos os anos.

A má qualidade das sementes, por si só, seria um motivo suficiente para explicar a diminuição enorme da produtividade dos cotonais no Rio Grande. E' por demais conhecida a influência muito grande dos reproduzidores na multiplicação, quer dos animais, quer dos vegetais, para que não seja necessário insistir sobre o assunto. Esta feita, há muito tempo, a demonstração desta influência, enja consequencia é uma demonstração certa, assim como é demonstrada a influência contrária da seleção. As experiências do sabio agrônomo o agricultor Florimond Desprez, recentemente falecido, fizem esta demonstração. Não parece ter existido, em época alguma, entre os plantadores, o hábito de escolher as sementes especialmente para o plantio. Contentavam-se em trocar suas sementes entre si, de tempos em tempos, pensando por isto, combater enfraquecimento a degenerescença. Não nos é possível nos limites deste estudo rápido, entrar em pormenores sobre os resultados fecundos da seleção do que somos fervente apologistas, e que, se não a considerarmos uma panacéia universal, deve ser certamente tida como uma das causas mais poderosas do progresso agrícola.

A julgar pelos processos de cultivação do solo ainda empregados hoje, pelos vestígios ainda numerosos do material aratório empregado há 50 anos e que são representados tipicamente pelo arado de pão que ainda se vê em muitas localidades do Rio Grande, afixado (felizmente) em um canto, é fácil formar-se uma idéia do quanto era rudimentar a máquina agrícola usada pelos antigos plantadores de trigo, neste Estado, na época em que ello merecia o nome de celeiro do Brasil. Era preciso, realmente, que as condições económicas da produção estivessem ultimamente favoráveis para que ella

dêsse lucros aos agricultores. Como é óbvio, razoavelmente, que terras apenas manhadas na superfície possam ter conservado durante tanto tempo a sua produtividade. Uma camada de terra lavrada na espessura de cinco a seis centímetros não pode, por boa que seja, produzir indefinidamente abundantes colheitas. A fertilidade inexgotável não passa do seu mytho, e a esterilização não pode deixar de se dar, cedo ou tarde, principalmente quando a camada lavrada é tão pouco espessa. Si se acrescentar que a adubação das terras ora é ainda desusada, não é de admirar que o Rio Grande tenha deixado de produzir as ricas safras de trigo mencionadas por A. St. Hilire na sua viagem no Rio Grande do Sul.

Não hesitamos em afirmar que os defeitos do material aratório empregado é uma das causas mais poderosas da produtividade decrescente das terras cultivadas em trigo. Esta transformação necessária é infelizmente uma das mais difíceis de se conseguir, porque, entre as populações rurais, mais do que em outras, o hábito é uma segunda natureza. A diferença apreciável do custo de uma charrua aperfeiçoada e de um arado rudimentar vem ainda tornar mais difícil o estabelecer, na convicção do lavrador, que Isto seria mais proveitoso o fazer de uma vez um sacrifício para adquirir um bom instrumento; é difícil convencê-lo de que este sacrifício, relativamente pouco elevado, si tomar em consideração a sua maior duração, será altamente compensado pelo aumento do rendimento. Mas um material agrícola aperfeiçoado é uma característica certa de uma população agrícola instruída; e tais transformações não se fazem em um dia.

Pensamos, portanto, que querer introduzir ousadamente instrumentos aperfeiçoados nos centros de favoutra em que se nota esta deficiência do material aratório, é correr o risco de errar e de obter resultados absolutamente negativos. E' preciso se lembrar que tales máquinas são delicadas, devem ser manejadas com cuidado, que um para-

fuso mal apertado, uma poça mal collocada, bastam para impedir o bom funcionamento.

Entregar um instrumento destes a um trabalhador que o desconhece completamente, não pôde dar senão resultados contraprodutivos. Depois de ter experimentado limitadamente, elle declara peremptoriamente que não presta. Convém, pois, proceder a estes melhoramentos de uma maneira progressiva, na pequena lavoura. Sómente o fazendorro abastado, que residir na sua propriedade, que dirigir pessoalmente os trabalhos da cultura, poderá conseguir, si possuir os conhecimentos técnicos necessários, a modificação completa de um material aratorio deficiente, substituindo-o por um bom, adequado às necessidades da cultura methodica, prolongada, remuneradora.

Apointamos ainda como uma causa de esterilização momentânea das terras cultivadas em cereaes, a cultura prolongada no mesmo lugar sem restituição de materiais fertilizantes. É um facto innegável que a terra cultivada sem adubação vão se despenetrando progressivamente, de modo que chega um dia em que ella deixa de conter os elementos indispensáveis para a nutrição dos vegetaes em quantidade suficiente para as necessidades dos mesmos. Se, apparentemente, há casos que parecem estar em oposição com este princípio fundamental, como terras cultivadas durante muitos annos sem que se veja baixar a productividade, é porque as reservas de elementos assimiláveis que estas terras virgens contém são tão grandes que elles não chegaram ainda a ser exgotadas.

Tais casos são muito raros, e habitualmente, no fim de poucos annos, as colheitas vão diminuindo até o ponto de não serem mais remuneradoras. Supponos, mas não passa de uma suposição, que tal se deu entre os agricultores do-grandenses. Hoje ainda se encontra, em muitos pontos do Estado, terras abandonadas porque sua fertilidade tinha esgotado a ponto de não remunerar mais a cultura; no norte do

Estado, em nucleos coloniais de colonização relativamente recente, vimos em varios pontos terras completamente esterilizadas pela cultura, e que, antigamente, eram cobertas de frondosas matas. Não é na zona montanhosa, porém, que a cultura dos cereais tinha tomado a importancia que teve; a sua recente ocupação pela colonização estrangeira o prova. E' nas zonas de campinas descobertas onde as povoações se constituiram em primeira lugar; naquellas zonas basta habitualmente romper a terra para poder plantar imediatamente. Por outra parte, como as terras não faltam, bastaria deixar momentaneamente em repouso as terras cuja productividade está diminuindo, para lavrar outras, voltando as primeiras depois de alguns annos de pausio, para deixá-las recuperar a productividade perdida. Este sistema denominado pausio, é a base da rotação das culturas e pôde deixar de ser applicado sómente no caso em que o agricultor possuir abundantes adubos.

Estamos assim naturalmente levados a tratar deste ponto tão importante da adubação. Os meios empregados para a fertilização das terras são os adubos produzidos na propria fazenda e os adubos orgânicos ou minerais trazidos de fora. Haverá para o agricultor brasileiro conveniencia em adubar as terras que cultiva por um ou outro destes meios? As situações são tão numerosas e variadas que a solução não pôde ser unica.

Ilimitando, porém, o assumpto ao Rio Grande, julgamos que o primeiro é o unico meio applicável, isto é, que o unico meio pratico de obter este resultado atejado, a fertilização pelos adubos da terra cultivada, consiste em aproveitar as dejecções dos animais domésticos.

E' indubitável que, no estado actual das coisas, este aproveitamento não se faz. Entretanto, não exige um trabalho muito complicado. A criação a campo, sendo o sistema geral neste Estado, não se pôde pensar

em aproveitar o estrume do gado da terra, mas todo o agricultor ou criador tem algum cavalo a trato em uma ponta de vacas leiteiras, ou algumas juntas de bois magros que diariamente vêm junto à casa e até são encerrados de noite. Não seria muito difícil o aproveitamento desse estrume, que daria, pelo menos, para adubar uma hora bastando extensa. Quanto à adubação das terras cultivadas pelo método extensivo, não é aplicável no Rio Grande da grande fazenda, pensamos que a agricultura ainda não está organizada para isto. O emprego dos adubos não deixa de constituir um aumento apreciável da despesa e, portanto, do custo do produto, de modo que se puzermos em paralelo o agricultor que cultiva terras sem adubação e aquello que cultiva terras de exploração antiga, suscitando a sua productividade pela fertilização artifical, o produto podendo ser igual nos dois casos, a comparação estará em favor do primeiro caso, porque o profundo será obtido com um custo menor.

Consideramos, entretanto, que as terras, uma vez conquistadas pelo agricultor não devem ser abandonadas, e pensamos que as terras que tiverem empobrecidas pela cultura não devem por isto ser deixadas sem cultura por um tempo indeterminado, mas apenas momentaneamente.

Em consequência, enquanto a fazenda brasileira for feita pelo método extensivo, haverá conveniencia em procurar o aumento da produgao no aumento da superficie cultivada e não na ampliação dos processos indispensáveis de fertilização que caracteriza a cultura intensiva, as culturas ricas de grande rendimento ou as que exigem grandes despesas de estabelecimento, como os cafés, os vinhedos. A adubação, isto é, a restituição ao solo do que lhe foi tirado pela cultura, é o ideal desejável de que o agricultor deve procurar approximarse o mais possível, mas que as condições e meio nelesempre lhe permitem atingir. E' dizer que, si a cultura intensiva tem a

sua razão de ser nos centros mais populosos do Brasil, na proximidade das cidades, o para determinadas culturas, pensamos ao contrario, à vista do valor relativamente pouco elevado da terra e a excesso da mão de obra, que o futuro da cultura dos cereais e grãos alimentícios está na cultura extensiva.

Finalmente, para encerrar este assunto da particularidade das causas determinantes da redução da cultura dos cereais no Rio Grande do Sul, devemos mencionar a molhamento profunda das condições económicas da produção; entre estas salientase a questão da mão de obra.

No tempo em que a cultura dos cereais era prosperala neste Estado, a agricultura não empregava mão de obra assalariada; o braço escravo era quasi o exclusivamente empregado nos trabalhos da fazenda. É facil compreender que isto tenha constituido para o fazendeiro brasileiro uma situação privilegiada e que possa ter produzido quantidades importantes de cereais, abastecendo uma parte a região do país, atraindo-se habitado também para transpor do interior para os pontos de embarque os cereais que exportava para outras regiões. Mas do dia em que foram ministrando os trabalhadores escravos pelas liberações espontâneas, pela concessão da liberdade do ventre, e finalmente, foram completamente suprimidos pela emancipação total, foram completamente cortada e interrompida a produção de que a crise que a agricultura brasileira estavá travessando seja em parte devida ao profundo abalo que uma modificação tão radical nas condições da produção agrícola não podia deixar de causar.

A concessão foi que os fazendeiros riograndenses foram diminuindo, na mesma proporção em que escravizava o braço escravo, as suas seções de cereais. Estes escravos, uma grande parte emigraram para as cidades, aprendendo ofícios se foram mogos ou vivendo muitas vezes na mais completa ociosidade, embora tivessem de支撑ar

serias privações. Este elemento de trabalho, os escravos, homens de cor, não podia ser tão rapidamente substituído por outro.

Com efeito, o trabalho manual sendo até então o triste apanágio do escravo, o homem branco habituou-se a considerá-lo como uma causa aviltante e, soamente com uma relutância que ainda se nota hoje, consentiu em raros casos a tomar o lugar do negro para fazer, mediante salário, os trabalhos de lavagem nas fazendas da produção de cereais. Para o estrangeiro imigrante, não podia existir a mesma prevenção, mas, salvo raras exceções, o imigrante europeu não se tem, no Rio Grande, instalado nas fazendas como trabalhador jornaleiro. A facilidade com que um agricultor morigerado o trabalhador só pode constituir proprietário nos centros da colonização oficial ou particular, os excellentes resultados que esta colonização dá para os próprios colonos e para o aumento da prosperidade nacional, era o é, aliás, uma causa suficiente para afastá-lo das fazendas. Resulta destas considerações que a diminuição cada vez maior, sem que tenha presentemente substituto possível, da mão de obra do escravo, é, no nosso modo de pensar, uma causa também poderosíssima da decadência a que nos referimos na produção dos cereais.

Pensamos que a esta causa só deve acrescentar outra de ordem também económica, é a valorização constante dos produtos da indústria bovina, causada pelo aumento da população e principalmente pelo desenvolvimento das vias de comunicação. O fazendeiro que antigamente se dedicava à produção dos cereais, vendendo obrigado pela falta de braços, a reduzir suas culturas até o ponto, muitas vezes, de não suprir as necessidades do seu consumo, procurou estender a criação que exige, relativamente à agricultura, de muito menos mão de obra. A situação é tal, hoje, que o fazendeiro riograndense que possui os capitais necessários tira maior resultado dos seus capitais pela criação do que pela agricultura porque esta

não está methodizada. Não queremos dizer por isto, que não se deva pensar em desenvolver isto, nem que possa haver vantagem nisto. Bem, ao contrário. Mas na situação actual, é um facto.

Se só tem dado uma valorização dos produtos bovinos, não é menor real que os produtos vegetais e especialmente os cereais também se tem valorizado, mas até agora, o colono, isto é, a pequena lavradora somente, tem tirado benefício desta valorização.

O conjunto da produção em cereais talvez não esteja tão inferior como se pensa geralmente em comparação do que era antigamente. Limitando-se à produção dos cereais panificáveis, parece, realmente ser, inferior, mas é preciso tomar em consideração que a população do Rio Grande tem aumentado de um modo extraordinário e que o consumo dos mesmos cereais tem fogoamento aumentado paralelamente, e a principal base de comparação que nos seja possível adoptar é a estatística de exportação. Não só segno fôrçosamente da diminuição na exportação uma diminuição na produção. O que é inegável, porém, é que as fazendas que antigamente produziam muitos cereais panificáveis, os produzem hoje em quantidade relativamente insignificante; é principalmente em relação à produção do trigo que esta decadência se manifesta.

A produção destes cereais tem-se deslocado e pertence hoje mais especialmente ao elemento colonizador; se as estatísticas da exportação demonstram uma diminuição nestes produtos é que o aumento da produção indubitable nos centros coloniais antigamente inexplorados não pode suprir as necessidades sempre crescentes do consumo, o que as importações em trigo e farinhas provam de uma maneira irrefutável. Quanto aos outros grãos alimentícios, como o milho e o feijão, temos a convicção absoluta que a sua produção tem aumentado, mas na falta de estatística da produção agrícola não o podemos provar por meio de algarismos.

Elzemos estas últimas considerações unilateralmente por mostrar que a situação não é tão má como se poderia pensar ou conseguem da diminuição dos algarismos da exportação. Mas Ilex de pé argumento que o Brazil não produz o necessário para seu consumo.

Quanto à conveniência económica para o Brazil de desenvolver a produção dos cereais, até satisfazer as necessidades do seu consumo, nenhum espirito esclarecido a poderá negar. Encarando momentaneamente os proveitos que resultariam deste incremento para a prosperidade nacional, suas vantagens são evidentes. Um dos meios mais poderosos de contribuir para a alta do embaio, é aumentar a produção nacional em todos os seus ramos, quer para diminuir a importação, quer para aumentar a exportação; o resultado, em qualquer caso, equivale a uma diminuição do ouro exportado para o estrangeiro. Em caso de guerra, a falta de produção nacional de um gênero de primeira necessidade é um perigo enorme. Basta, para se convencer disto, lembrar-se da alta que sofrer o preço do trigo e das farinhas às primeiras notícias da guerra hispano-americana, e, entretanto, as comunicações marítimas com o segundo daqueles países, nunca chegaram a ser interrompidas. O simples raciocínio, que não se realizou de um bloqueio dos portos norte-americanos foi suficiente para que se manifestasse em todos os países que não produzem trigo para seu consumo, a alta do trigo e, portanto, das farinhas e do pão.

Si o Brazil tivesse a infelicidade de se ver em luta com outra potência a dificuldade quase insuperável de abastecimento por via terrestre deixaria muito problemática a possibilidade de se poder importar os cereais durante uma guerra marítima. O patriotismo deve, pois, levar todo o brasileiro a considerar a produção nacional destes produtos como um dos elementos mais seguros da prosperidade.

Somente os governos, porém, se podem deixar guiar por considerações desta ordem, na sua administração. Não se pode esperar dos partilhadores, da massa dos agricultores ou dos grandes proprietários de terras, que se dedicuem à cultura do trigo, por exemplo, por puro amor à pátria, si esta produção não lhes garantir lucros. Estamos convencidos de que pouco pode um governo no sentido de provocar uma produção de utilidade nacional, quando os partilhadores não estão naturalmente propensos a praticá-la. Temos como exemplo, em França, a cultura das plantas oleaginosas que está declinando todos os dias devido à vulgarização dos óleos minerais, a cultura do milho e do canhão que também estão diminuindo sensivelmente apesar dos prêmios concedidos pelo governo aos cultivadores. O mesmo se dize com a cultura da «garance» que tem desaparecido por completo, devido ao emprego na indústria de outros colorantes.

Nem as subvenções, nem os prêmios de exportação podem substituir como incentivo o lucro da produção. Teríamos maior confiança na fundação de associações agrícolas particulares, que vulgarizassem os conhecimentos agrícolas e facilitassem as informações, na criação de syndicatos de agricultores que diminuissem a dificuldade da compra de sementes selecionadas e de instrumentos agrícolas. O único auxílio administrativo útil é a franquia de direitos à importação de máquinas agrícolas e não como a da tarifa actual que isenta dos direitos em uma página e os impõe em outra. Aproveitamos a ocasião que nos é dada hoje para recomendar este assunto, especialmente à atenção do congresso, convencido de que muito poderá a Sociedade Nacional de Agricultura no sentido. Actualmente são isentos de direitos, entre as máquinas agrícolas, unicamente as trichilhas aratorias e neste numero estão contados somente as charruas ou arados; a classificação oficial não admite como ma-

china aradora, um cilindro, uma carpideira. Pensamos que esta especificação carece de lógica e que o legislador leve evidentemente em vista facilitar a importação das máquinas agrícolas, em geral.

Em uma palavra, a conveniência do se desenvolver a cultura dos cereais e grãos alimentícios só é econometricamente para o país; resta examinar se existe para o particular.

Resolvemos a questão pela afirmativa desse que sejam preenchidas certas condições primordiais de que passamos a estudar.

A dúvida sómente pode existir para o trigo e similares, pois a cultura dos outros grãos alimentícios, como milho e feijão, se desenvolve diariamente e dá lucros aos seus produtores.

Estas condições primordiais não são mais que a remoção de certas diferenças de ordem técnica e comercial. As primeiras são culturas, as outras são relativas à saída do produto.

As diferenças culturais podem ser removidas pelo próprio agricultor. Enumeramos mais acima quais eram, ao nosso ver, os defeitos da cultura do trigo como é feita actualmente, apontamos os meios de remediar a esses defeitos. Devemos apresentar algumas considerações sobre a colheita e a trilha dos cereais.

Muito teríamos a dizer mas não podemos, nesta monographia que consideramos antes como um estudo económico, entrar em pormenores completos porque seria preciso fazer um estudo detalhado da cultura de cada uma das plantas denominadas cereais.

Pensamos que, enquanto não se usar o machinismo moderno, não haverá esperanças de podermos ver se desenvolver a cultura do trigo.

Uma cultura em grande escala feita por meio do trabalho braçal absorveria por inteiro o lucro da produção na cultura extensiva; além disto não há materialmen-

te brigos que cheguem para estes trabalhos.

A cultura está no alto preço da mão de obra, e, ainda mesmo que fosse mais barata, a sua excessiva impossibilitaria por completo a execução dos trabalhos em devido tempo.

Em relação a este assunto diremos uma palavra sobre a reforma do material aradorio; é preciso usar de arados mais poderosos, e, portanto, mais rendosos, mas não se limita a isto a reforma. A colheita feita com a louca, a trilha, a pata do animais, são processos incompatíveis com uma cultura racional e extensiva.

Sí estes meios são adaptados às condições actuais da produção que visa só o consumo, são completamente inaplicáveis à grande cultura. Sem coladeiras e trilhadeiras mecânicas não há cultura extensiva do trigo.

Se você que a reforma é radical e exige uma somma elevada de capital, comparativamente ao que está aplicada actualmente a esta produção e que se reduz a pouco mais do nada. Eis a principal diferença. Será invencível?

Não o pensamos, mas para alastar esta diferença, é preciso um passo decisivo que ninguém se atreve a ser o primeiro, a dar.

Mais adiante apresentaremos uma solução da questão. Queremos examinar primeiro quais são as diferenças económicas que se opõem à essa transformação.

É fácil fazer o seguinte raciocínio: O consumo existindo para o trigo ou seus produtos derivados, e a produção nacional sendo insuficiente, os mercados tem que se abastecer no estrangeiro.

O trigo estrangeiro deve chegar ao interior do país onerado de numerosas despezas de comissões, fretes, seguro e direitos aduaneiros, as quais seriam menores ou nulas para o trigo nacional; este trigo nacional pode, portanto, ser posto pelo produtor ou seu intermediário no posto de

consumo ou de beneficiamento por um preço inferior ao do estrangeiro e ainda dar lucro ao produtor. Este raciocínio carece de fundamento, e o motivo que o torna erroneo é que o produtor não está actuando com condições de apresentar ao moleiro um gênero igual ao do estrangeiro. O trigo tritado a pata do animal e misturado em uma proporção elevada de terra, de pedras e outras matérias estranhas que impossibilitam o moleiro de pagar-lhe, nos pontos de desembarque do trigo estrangeiro, pelo mesmo preço que o que recebe de fora.

Por conseguinte, enquanto os agricultores não possuirem o material nece-sário para tritar trigo sem estragá-lo e para limpá-lo perfeitamente, não pode esperar que o moleiro lhe pague o preço correspondente ao do trigo estrangeiro, e a diferença é grande.

Os carreiros que fleam por conta do produtor ou do intermediario ainda vêm diminuir o valor ou dinheiro que o agricultor recebe pelo seu gênero.

Desaparecendo este defeito da qualidade, não podemos admitir que o moleiro deixe de pagar um preço semelhante ao do estrangeiro porque as transações feitas à vista, no interior do paiz, são sempre mais fáceis do que as que se fazem com o estrangeiro.

Quais são, pois, as soluções que se podem propor para esse problema assim complicado? Os elementos da solução são, como vimos, a transformação dos processos de plantação, colheita e acondicionamento do produto, para reduzir o preço do custo e obter um produto vendável, capaz de suportar a concorrência como o similar estrangeiro.

E' fácil ver que estes elementos se reduzem a um só, o emprego de um capital muito mais importante do que o que é actualmente aplicado à esta cultura.

Resumiremos agora a solução que admitemos como meio de conseguir esta transformação nas condições da produção de

trigo, e, em geral dos cereais. Dous casos se apresentam:

1º, a produção pela pequena lavoura, isto é, nas colonias;

2º, a produção nas grandes fazendas, isto é, pela grande lavoura.

No primeiro caso os lavradores não possuem habitualmente o capital necessário para fazer estas reformas do material e nem podem encontrá-lo sem envidar-se sememente. O crédito agrícola é, alias, de uma realização extremamente difícil por cum a dos longos prazos de empréstimo e dos juros muito grandes que corre a instalação ou os banqueiros, os quais se veem obrigados a cobrar juros muitas elevados o foro da propriedade com o serviço prestado.

E' na cooperação que podemos poder encontrar a solução. O sistema já fez suas provas com outras produções agrícolas, especialmente na indústria da lataria. O agricultor que não possui os recursos para comprar uma mofadoira mecanica pode associar-se com mais um ou dois agricultores, ficando a máquina sucessivamente à disposição de cada um deles. Si não pode comprar, por si só, uma trituração e os aparelhos de limpeza das sementes, que constituem com uma duzia do seus vizinhos, um syndicato que fará a compra. Nada mais fácil que unir os aparelhos para trabalhos que não precisam ser feitos em época determinada. E' mais fácil ainda estabelecer-se, na proximidade mais próxima, um estabelecimento com as máquinas, alias, pouco dispendiosas, que são mais fáceis para limpar as sementes de trigo, de modo a torná-las apresentáveis ao moinho, ou por conta dos próprios agricultores ou por conta de um particular que tomaria a si este empreendimento.

O consumo local seria facilmente suprido deste modo, mas ainda é preciso que haja um mombo na localidade, pois a não ser assim, o trigo terá que ser encaminhado para cidade onde o presta favor, occasionando um frete elevado e depois terá que voltar

na forma de fiminha. Os construtores fabricam os aparelhos e accesorios do moinhos por preços muito diversos; não há aldeia que não possa ter um moinho proporcionado com a importancia de sua produção ou do seu consumo, desde que possa ser remido o capital necessário para a compra do machinismo. Ainda nesse caso a cooperagao pode resolver a dificuldade quando não haja no particular para compreender a installação do moinho. Não resta dúvida que o estabelecimento de moinhos em relação com a densidade da populaçao e o numero de productores seja o meio mais effeitoz de provocar a produçao.

Quanto à produçao para exportaçao da localidade, o estabelecimento de moinhos é mais pratico ainda, pois há sempre vantagem em transportar o producto beneficiado em vez da matéria prima.

Na segunda hypothese, achamos porue provável que a cultura do trigo se desenvolva, faz cedo nas grandes fazendas de criaçao, onde, entretanto, estaria mais no seu lugar, em razão das facilidades naturais de situaçao, de solo e de clima; seria preciso para isto, que os criadores tomem a iniciativa de empregar na agricultura parte dos capitais que applicam à criaçao com grande proveito.

Pensamos, pois, que o problema ficará resolvido de preferencia na zona colonial, isto é, pela pequena laboura, segundo o metodo extensivo e não intensivo, pela cooperagao ou pelo estabelecimento de moinhos localizados nos centros de produçao.

Pelotas, 28 de junho de 1900.—G. Minssen, leitono lyceu riograndense de agronomia.

PARECER

A monographia apresentada a este Congresso sobre a — *Cultura dos cereais e grãos sob o ponto de vista da grande e da pequena laboura* — lo Sr. G. Minssen, distinto professor do Lyceu riograndense de Agronomia, é, a meu ver, um trabalho interessante e de valor, que merece detido estudo por alor-

dar uma das questões mais sérias e vitais da crise econômica que nos assombra.

A questão é encarada pelo seu lado econômico; e o seu autor demonstra com vantagem a necessidade de abandonar-se a laboura rotineira, rudimentar, primitiva, pela substituição de meios rationais e aperfeiçoados, para que o Brasil possa suprir as suas necessidades de alimentação.

Embora limitado no Rio Grande do Sul o criterio o estudo, que me cabe a honra de dar parecer, sobre as culturas de cereais panificaveis, penso ser de interesse geral, de palpítante interesse para os agricultores, momento para os que habitam zonas de clima identico ao daquele Estado.

O Sr. Minssen mostra, com competencia, as causas da decadência da produçao riograndense, em relação as culturas de cereais panificaveis, e apresenta os meios de debelar os males para que o Rio Grande do Sul possa adquirir novamente a posição de celeiro que já ocupou nos tempos da Colonia e nos primeiros annos da nossa nacionalidade.

Entre as medidas mais importantes do seu bem elaborado trabalho lembra duas que reputo do grande alcance: auxílios maiores offerecidos aos poderes administrativos no sentido de isentar-se de impostos as máquinas agricolas, por quanto as framprrias que já temos não satisfazem inteiramente as necessidades da laboura e a criação de associações particulares para a diffusão dos conhecimentos agricolas e a criação de cooperativas, de syndicatos agricolas.

Sou, portanto, de parecer que esta Memoria deve ser publicada e vulgarizada entre os agricultores, e tomada na devida consideração pelo Congresso pelos conceitos úteis e praticos que ella encerra.

Rio, 28 de setembro de 1901.—Eduardo Augusto de Caldas Brício,—Francisco Maria Sodré Pereira, presidente.—Dr. Wenceslito Alves Leite de Oliveira Bello, secretario.—Dr. Ph. Aristides Caire,—José Quirino Pessoa Guerra,—R. Jacy Monteiro.

MEMORIAL — CULTURAS DIVERSAS — Ensaio
e execução destas por meio de «Colonias
prevencionais e correccões agricolatas»

Dra. ELMACO BARBOSA

Srs. Presidente e mais membros da 5^a secção especial do Congresso de Agricultura — A maioria deste memorial, sonante por um esforço de boa vontade, pôde ser sujeita à apreciação judiciosa de VV. Exs., o que fazendo, saúdado ombora das atribuições inherentes ao vosso encargo, que é «Culturas diversas», provareis a vossa boa vontade o patriótico empenho em prestar as favouros do paiz, actuais e futuras, o melhor de vosso caríndios, para que unas não morram e outras nasçam, concorrendo todas para a salvagão económica de nos a pátria, e, portanto, para a garantia da sua independência política.

Em todo o caso, o assumpto a que se filha este memorial, assumpto que em sua primeira parte já está convertido em lei do Distrito Federal, é tão vasto, tão complexo, atendem a tantas necessidades da favoura, que, mesmo postas de parte algumas, nello atendidas, enfrentávose-hás com o dispositivo da lotra b do art. 2º da lei citada, no qual, tratando-se de «Campos de demonstração e experimentos», nas quais serão ensaiadas e executadas as culturas nacionais ou estrangeiras mais proprias ao consumo geral, etc.; «Culturas diversas», matéria de vosso encargo, acha-se altí clara, nítida e exuberantemente compreendida.

A obra patriótica, económica e humanitária, do Distrito Federal, e para a qual elle concorre com diversos favores directos e indirectos, emoldurada no decreto municipal n.º 724, oferecida à vossa leitura, já não constitue objecto de críticas desencontradas, já é um plano cuja realização está entregue, neste distrito, ao seu autor, signatário deste memorial.

Ella foi consagrada officiosa e oficialmente pelos cidadãos mais eminentes quer social, quer intellectualmente de nossa pátria, pela

Imprensa, pelo Centro da Iavoura, Commercio e Indústria do Minas, pela Sociedade Nacional do Agriculatura, o finalmente por Iluminoso parecer do Senado Brasileiro, parecer aceito por 31 senadores em sessão de 25 presente, entre os quais se achava o Ilustre e patriótico presidente desta sessão do Congresso de Agricultura.

Não é portanto o juizo sobre o plano ilustrado que seu autor o signatário desse veiu impetrar de vós, convencido embora de que tal julgo não podia deixar de ser lhe favorável; é sim, sobre a sua praticabilidade e os bens que havia de produzir em outros territórios da União, em o em que Estados e particulares devem promovê-lo, auxiliá-lo directa e indirecamente, casundo, União e Estados, no plano económico-social artilhado em moldes identicos no da Lei do Distrito Federal, e assentado por elle e por elles, da criação de estabelecimentos correccionais para menores delinquentes.

Aém de longe a aspiração publica da instituição de estabelecimentos apropriados, onde a criação delinquente purgue a pena correccional a si imposta, que não na promiscuidade de outros criminosos, de encontro sao victimas, e de entre os quais salte por do que enlrou, material, moral ou criminalmente faltando.

O espetáculo hediondo, pungente e mesmo criminoso qual se observa nas cadeias da Capital e dos Estados, de hombrecaria, dormirem e viverem na mesma prisão, menores delinquentes e criminosos de profissão, para os quais o crime, encarado por qualquer de suas faces, entrou em seu ser, entendendo-lhe uma impulso de que sao escravos, impulso que se communica por todos os processos e meios aos pequenos delinquentes, não pode, não deve continuar.

Si por um lado é só é uma affronta inominável a todas as leis socias, por outro converte-se elle em um esgotamento de forças que, conglomerada, edificadas, aproveitadas, como podem produzir estas creaçoes, con-

stiu esse facto um erro imperdoável, economicamente falando, é uma Incuria, um desperdício, um crime que, anulando a crença, reflete-se sobre a sociedade.

Tal coaviego assobrou a conselencia dos governos de todos os países cultos, e elles trataram de estabelecer Institutos apropriados, onde os menores, cumprindo as penas correacionaes attribuidas ás suas pequenas faltas, sujeitam-se a uma aprendizagem de oficio útil à Indústria manufatureira ou agrícola.

Entre nós, até hoje, nada se tem feito neste sentido, apesar de haverem estabelecidas no Código Criminal de 1890, as disposições dos artigos 30 e 309, § 2º, que determinam que *os delinquentes maiores de 9 anos e menores de 14 que agirem com discernimento, e os maiores de 14, rados e capciosos, sejam recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais*.

São passados 12 annos depois que se promulgou o dito código e ainda estamos no mesmo regimen de abandono, sem traduzir-se em facto o que se escreveu em lei, pois nem governo, nem particulares, não puderam tomar a si a realização de tales medidas.

Doze annos de agonia, na phrase do poeta; doze annos de desperdício das forças produtivas, devem dizer os economistas, os industriais, os agricultores; doze annos durante as quais, si tales estabelecimentos estivessem fundados e em funções, certamente seria elevadissima a somma de resultados de toda a ordem que elles teriam proporcionado á lavora, á industria manufatureira, á polícia, á moral; ao paiz enfim, que não teria chegado ao grau de intensidade da crise que o agravou. O que ali escrevo não é nem uma objurgatoria; nem uma reprimenda; é antes uma supplica para que se cumpra este devoe, imposto agora pelas necessidades que nos apavoram.

Felizmente as conselencias sás despertam a este grito; a Imprensa atira ao palz constantes reclamas em favor da criação de

taes Institutos a lavora, em quasi agonía, numerosas vozes supplices para que se aplique a ella tales asilos, e o Governo actual esbanja nas páginas patrióticas da sua Mensagem, e do Relatório da Justica, a doce, a encantadora promessa de que endará disso *e jõ, custe o que custar*.

Transponto para aqui, e com aplausos e desvaneamento, o que sobre o assumpto escreveram o Exmº Presidente da República e o Ministro do Interior.

Diz-se a quelle, em sua Mensagem deste anno, dirigida ao Congresso Nacional, em referência á imprevidente negligéncia da represão da vadiagem dos menores que infestam a Capital Federal: «A aprovação e correção desses menores pelo trabalho da lavora ou Indústria, em estabelecimentos apropriados seria de effeizes e proveitosos resultados.»

Com referência ao mesmo assumpto, escreveram o Sr. Ministro da Justica em seu relatório do anno vigente: «A fundação de estabelecimentos industriais para a execução da pena de prisão disciplinar imposta aos menores, vagabundos e vagabundos, constitue medida de carácter inadiável que sempre terá a effeito *custe o que custar*.»

Então fagamos. Pardon, nos molos de executar a obra para que seja ella económica, durável, de effeitos reais e promptos, é quo aparecem as dificuldades, dificuldades que pela irridura exposta neste memorial desaparecem, e rapidamente.

Comigo por afirmar que na fundação de tales Institutos a ação governamental é mais protectora e fiscalizadora, do que económica, sendo que arredada ella de grande dispêndio, não deve nunca eximir-se da protecção indirecta e da fiscalização constante. Assim o pensam todos os que se ocupam desta matéria, assim acaba de exprimir-se em artigo vibrante de Intelligenzia, de eco-economia e de patriotismo o ilustrado redactor da *Tribuna*, como vê-se de suas palavras: «... e mo daõ lindo, (referindo-se aos congressistas) concorrer para a passagem

de uma lei breve e rápida, criando estes serviços, enja regulamentação deve ser attribuída ao Governo.

De que em paiz algum taes serviços são feitos directamente pelo Governo, de que o estabelecimento e manutenção da Colónia dos Dous Rios pelo Governo, foi um dosas-tre, e que muito custou no Governo, resulta que tais estabelecimentos devem ser criados por particulares, protegidos e fiscalizados porém pelo Governo, para que tenham a eficácia e resultados que devem se devo esperar.

Todos comprehendem que um instituto desse, feito e dirigido pelo Governo, ainda mesmo que elle se vazasse completamente nos moldes exigidos pela scienzia, no que respeita ao aperfeiçoamento da laboura, o que seria muita dispendiosa, seria também uma colmeia de empregados felizes apenas, porque contavam certos os pingues ordenados, e não tinham perante o paiz a menor responsabilidade, pelanegativa dos efeitos desejados, e de taes estabelecimentos esperados.

Não assim o particular: ve a costa como sua, que o é, empregou nella seus capitais, enjo angimento dependo de seu carinho, de sua actividade, de seu zelo, e, pois, trabalhando para si, trabalha para o paiz.

Entbara a illustrada commissão, a que se sujeita á apreciação deste memorial, comprehenda quanto elevados são os infinitos de creações taes, quão benéficos e económicos são os resultados que destas se deve esperar, releva lembrar que para tudo isto devem elas fundar-se nos moldes que determina a scienzia da laboura e industrias correlatas. Não podem ser uma prisão, com os horrores que tal nome e fuis de perturam, mas devem ser um antro de angustias com que se victimem os desamparados a elles recolhidos.

Os que a ella vão abrigar-se são creaçõez; e a creaçā é como a arvore, que quanto mais forte em comigo, tanto mais entidado, perseverança, mimo caroce, para poder

crescer, levantar o seu caule, e buscar, nos raios do sol e nas gotas de orvalho que a iluminam e banha, o vigor necessário à purificação da sua fronde, ao desdobramento de suas flores nos fructos sazonados que a valorizam; assim a criação abandonada, inconsciente, delinquente, delinquent, vai purgar a sua pena; si a casa onde se pune a sua falta, não lhe é antes alerjor ao seu abandono, antes levantamento da sua consciencia e seus deveres, antes templo de virtudes, sacário de amor, banho de moral, do que possilga de immundícies, cellula de infecções, nunca mais ella, preparada para as lutas sãas e productoras da vida, poderá entrar na comunhão de bons pares, e concorrer com elles no engrandecimento e defesa da sua pátria; continuará um desclassificado, um peso, um mal.

Ora, si isto é assim, penso que taes estabelecimentos demandam de muitos concursos para serem o que delles se deve esperar; e estes concursos são dispendiosos, não os deve tomar a si o Governo, porque não é esse o seu encargo, e sim lhe compete protegê-los, animá-los, fiscalizá-los.

Para obedecerem, pois, ao typo de normalidade que devem guardar taes casas de correção para menores delinquentes, que devem ser applicados á Agricultura, as quais se convertem assim em escolas práticas da agricultura, o que devem elas ter, aqui o lembro, por abundância de informações, antes, do que por suspeita de não saber-o, esta illustra commissão: Edifício Central de residencia para os asyliados, pessoal administrativo, pessoal tecnicico, pessoal inferior, museu, biblioteca, enfermaria, o tudo mais que concorre para um estabelecimento em boa ordem, como hygiene, asselo e todo o conforto possível, sem que dahi resultem grandes despendos; vestuário limpo, económico, apropriado ao trabalho; mobiliamento sólido, durável; bateria de coziúha e o quanto mais indispensável au serviço interno destas casas; serviço meteorológico, campos de demonstração e experiência,

onde os asylados possam aprender como se ensaiam e cultivam diversas plantas nossas e exóticas, aplicando a estes ensaios e cultivação definitiva os métodos que a seleção aconselha, os quais elles aprendem *de visu*, intuitivamente;

Collecção ou coleções de instrumentos e máquinas agrícolas, em que manejo e mecanismo devem conhecer para poderem exercer mais tarde as funções de um operário agrícola educado e conselhante do serviço a desempenhar;

Laboratório de analyses, onde se estudem, pela química, os elementos de que se compõem as nossas e plantas estrangeiras, os elementos de que elas carecem para viver em um *habitat* próprio ao seu desenvolvimento; quais os fertilizantes químicos ou naturais a juntar ao terreno em que se as vai cultivar, e as quantidades desses fertilizantes necessários. Tudo entim o fazer-se segundo lo determina a ciência, para que a terra se preste às produções a elle pedidas;

Ponto zootécnico onde se estudem os processos de produção, os meios de seleção, a mesticagem das diversas raças de animais auxiliares da agricultura, as molestias que os assilgam, os meios de erradicá-las; usinas para beneficiamento dos diversos produtos agrícolas, em que manejo e contacto poderá a erhâga preparar-se para, quando da sua saída, poder dirigir e servir-se das máquinas componentes destas usinas, montadas em outras.

Por este rápido apurado comprehende a donta comissão não dispêndiosa, complicada em seu mecanismo, exuberante de resultados são tais institutos, de onde se infere não poderem elles ser de atribuição governamental.

Do como fazel-sos por meio de particulares ofereço o plano adiante, plano que se deve moldar no traçado pela lei n. 724 do Distrito Federal, que como base ao plano geral que a União, os Estados e particulares devem adoptar ofereço à vossa consideração.

Da leitura da lei que ajunto como do-

ministro justificativo conchusse que esta beleza: A criação e educação do brago agrícola moderno, aproveitando para isto os menores abandonados e viajões — art. 1º;

O ensino profissional agrícola, de conformidade com os elementos que a seleção aconselha — art. 2º, letra b;

Facilidade de introdução de máquinas agrícolas, plantas, mudas, sementes, adubos e outros materiais próprios de construções agrícolas — art. 2º, letra c;

Conhecimento do tempo, noção esta indispensável a um cultivador intelligente, e que deve preparar-se para chegar com as temperaturas, mudanças de tempo, frieza de estados atmosféricos indispensáveis às suas culturas — letra d do art. 2º;

Introdução de novas raças pastoris e pecuárias para melhoramento e desenvolvimento das respectivas indústrias agrícolas, e manufactureiras delles dependentes — letra e do art. 2º;

Os syndicatos agrícolas, na parte em que elles se fundam para a obtenção de instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento da propriedade, instrumentos estes de alto custo para um só, são supridos pela di posição da letra f do art. 2º;

Quanto toca ao serviço que é agricultura moderna prestam as analyses químicas de terras, plantas e adubos, é sabido por todos, e está contido na letra g do art. 3º.

A letra h do art. 3º facilita aos pequenos lavradores e a outras pessoas que de novo se queiram entregar ao cultivo da terra, os braços e instrumentos a esse cultivo necessários, e em sua essencia é também um syndicato para o trabalho agrícola, em proveito distribuído entre aqueles que pedem o trabalho, os pequenos lavradores e aqueles que o exentam — os asylados.

As incumbeências que a si toma o executor do decreto n. 724, do Distrito Federal, pelo dispositivo da letra i do art. 3º demonstram que qualquer pessoa pode fazer-se pequeno agricultor, ainda mesmo conservando tempo para misteres urbanos.

As exposições agrícolas, pequenas, regionais, ficas de realizar no alcance de todas as vésperas o intelligenças as mais acanhadas, são um estímulo, um incentivo, um convite para explorações agroindustriais, porque é nelas que se vê do quanto é prodiga a terra, se cultivada convenientemente, e quanto este cultivo é produtor de riqueza — letra d' do art. 3º.

Todos compreendem que a actualidade já não comporta a cultura devastadora do outrora, e que a sua extensibilidade não tem mais razão de ser, em vista da necessidade da divisão da propriedade rural, dos ensinamentos da ciência e do revestimento florestal de nossas terras, não só como resultado do valorizá-las, mas ainda em garantia às culturas que nelas se praticarem; daí o art. 4º da lei basicia.

O art. 5º visa a divisão dos grandes latifundiários rurais, improdutivos para seus possuidores, onerosos para os poderes públicos que a ellos levam os eximinhos, sem que por elles venham produtos; o também inconserváveis depois do desaparecimento do brago esteravo.

O art. 6º contém as informações, as lições práticas ao alcance de todas as intelligenças, e como faes mais proveitosa do que as apparatusos elo paucas técnicas incompreensíveis para nínios.

Assistência pelo trabalho que dignifica a infância desamparada, medida do policiamento, crónicas e educação de braços nacionais para os nossos labores agrários, instituição de fazendas modelo, estudos agronómicos, desenvolvimento das industrias pastoril e pecuária, divisão da grande propriedade, syndicatos para o trabalho do campo, para aquisição de instrumentos e máquinas agrícolas, obtenção prompta e barata de sementes e plantas apropriadas às nossas diferentes zonas, desenvolvimento do plantio de cereais, forragens e leguminosas e do tanto quanto a bom dinheiro compramos no estrangeiro por nosso interesse pela desagregação de nossas forças,

pela fulta do aproveitamento de pequenos capitais, tudo, tudo ali está assentado. Para a sua execução prompta, fácil, é indispensável o concorso dos poderes públicos, quer direta, quer indirectamente, porque na opinião sensata e patriótica do Ilustrado ex-ministro da Fazenda senador Bernardino de Campos: «Não bastam auxílios Indiretos e a iniciativa particular, ainda acanhada, aliás improvável, para incrementar o trabalho agrícola; é necessário o concorso de outros elementos por parte dos poderes públicos, que não se podem furtar a esta exigência, atenta a responsabilidade que lhes cabe na crise lamentosa do momento.»

Isto dizia-se em 1897; hoje é o desconhecido que nos apavora.

Effectivamente, querendo os poderes públicos, esse múltiplos problemas estarão resolvidos dentro em pouco; o a adaptação das novas culturas estará effectuada em nosso país, concorrendo isso para melhoria de nosso comércio, para o aparecimento de novos produtos de exportação.

Eis como:

Anxiando a União, pela dispensa do imposto federal, isenção de direitos aduaneiros, transporte gratuito nas estradas do ferro para os objectos dispensados dos direitos aduaneiros e que serão aplicados às colônias, dispensa do imposto de transmissão de propriedade no Distrito Federal.

O que nesta capital faz o Governo Federal, façam nos seus Estados os respectivos governos. Aqui como nos Estados, sejam anexadas às colônias preventivas, que se fundarem, as correções, fazendo os respectivos governos os edifícios necessários para elas, e servindo-se para a direção e mais serviços destas do pessoal e material daquelas.

Nesta manha o Governo atraiu os capitais indispensáveis a tais estabelecimentos, serve-se delles na applicação necessária às duas categorias de estabelecimentos —

preventivo e correccional; de pende sómente o necessario à construção do edificio central da casa correccional, edificio este que é de sua propriedade, a cuja posse o domínio volta-se em qualquer tempo; e fato é ilustra a regulamentação correccional.

Cumpre assim o Governo a sua palavra, attende as aspirações do paiz e da laboura, e tudo isto sem fustos, sem elevadas quantias, e entrase em regimen novo, legal e promissório.

De uma lei breve e rápida, sem embarracos em artigos, que mantenha em um do seus artigos a ação regulamentadora fiscalizadora dos governos, depende isto, e isto é bem pouco, se governos e congressos quizerem. O projecto de lei aqui está:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.^a As pessoas naturaes ou juridicas que em qualquer Estado da União, ou no Distrito Federal, organisarem asylos agricolas infantis, de conformidade com o disposto nos arts. 2^o, 3^o, 4^o, 5^o, 6^o, 9^o e 12 do decreto n. 721 do Distrito Federal gozaraão dos seguintes favores:

a) dispensa de qualquer imposto federal em que incidam para o seu adema estipulado, ainda mesmo dos que são devidos pelas sociedades anonymas e seus diretores;

b) isenção de direitos aduaneiros e de expediente para instrumentos e machineas applicáveis ás industrias agrarias, plantas, mudas, sementes, adubos, animais de raga, instrumentos de physica e chimica, reagentes, livros, arames diversos, postes, telhas de zinco ou outros materiaes de construção agrarias, não fabricados no paiz; material Decauville para estradas de ferro, ou outros que importarem para montagem, serviço e desenvolvimento de tais asylos;

c) transporte e passagens gratuitas nas estradas de ferro do Governo ou por elle subvençionadas por qualquer título, para os objectos constantes da letra *b* de te artigo, e pessoal administrativo dos mesmos asylos;

d) franquia postal para os boletins e outras informações meteorologicas;

e) dispensa do imposto de transmissão de propriedade no Distrito Federal.

Art. 2.^a Fica o Governo autorizado a:

I. Contratar com o Dr. Clímaco Barbosa, ou companhia que organizar para a execução da lei n. 721 do Distrito Federal, a fundação, manutenção e direcção de uma ou mais colonias correccionalaes numexas de cestas preventivas, que são objecto da lei municipal citada, na qual os quais são admitidos e mantidos menores delinqüentes, enquanto durar a pena correccional a elles imposta, passando depois para o regimen comum das colonias preventivas.

II. Despendar com a fundação de cada colonia correccional até a quantia de 12:000\$, e mais 45\$ mensais para sustento de cada menor delinqüente, em prazo sujeito ao cumprimento da pena.

III. Conceder ao mesmo Dr. Clímaco Barbosa ou companhia que organizar para a execução da lei municipal referida a subvenção ménica de 2:000\$ por colonia preventiva a fundar, obrigado o contractante ou companhia a receber nellas menores de 10 a 12 annos não delinqüentes.

Art. 3.^a No contrato que, para a execução do art. 2^o de ta lei, o Governo firmar com o Dr. Clímaco Barbosa ou companhia, ficarão estipuladas as condições de admissão, manutenção, existência moral e material dos delinqüentes, o que tal lo será fiscalizado por pessoas idóneas nomeada pelo Governo.

Art. 4.^a Sempre que o Dr. Clímaco Barbosa ou companhia, tenha de fundar uma de suas colonias, informará o Governo que julgará da necessidade de anexar a esta uma colonia correccional, conforme o disposto nos ns. I e II do art. 2^o desta lei.

Art. 5.^a O edificio ou edificios das colonias correccionalaes, construídos a expensas do Governo Federal, erão propriedade da União, e volverão ao seu domínio e posse, terminado o prazo da lei n. 721 do Distrito Federal, ou de outras que a esta se refiram.

Art. 6.^o Revogam-se as disposições em contrário.

A disposição do primeiro período do art. 1º desse projecto estatua o molde pelo qual se deve fundar os asylots do que nos ocuparmos, molde do qual não se deve fugir para ter-se estabelecimentos capazes de prestarem reais e bons serviços à lavoura moderna.

E' sobre esta base que se devem assentar as leis que pelos respectivos Estados forem promulgadas para o alinhado fim. Feito isto, os Estados, concederão ainda o disposto nas letras c e d desse mesmo artigo juntando-a ainda á essas leis que se estabelece o *multatilis mandatix* nos arts. 2^o, 3^o, 4^o e 5^o, nos quais se entrega a quem de direito a posse o domínio do que lhe pertence, a regulamentação e fiscalização que nestas casas deve exercer o Governo.

A União concorre para tudo com os favores estipulados nas alíneas a, b e d, como o faz com os estabelecimentos congêneres, fundados no Distrito Federal, onde a elas correspondem os dispositivos do art. IV, I, II e III do art. 2^o, e arts. 3^o, 4^o e 5^o do projecto que se oferece.

Adoptado este projecto pelo qual vê-se que a União concede favores indirectos na medida de suas atribuições, como devem fazer os Estados, em sua alçada, aos particulares que individualmente ou colligados queiram collocar seus pequenos capitais em empresas tão remuneradoras como essas, é de presumir que tais capitais affluirão a estas collocações, pagando-se o Governo mais tarde pelos transportes a fazer-se das produções effectuadas, pelos Impostos de consumo, e pelos melhoramentos ecrimais.

Assim o queriam todos quantos tem carença de generos alimentícios para seu consumo, para os animais de serviços e lactíferos, os industriais que recebem de fóra as matérias primas para suas manufaturas, e os próprios governos ainda, pois necessitam de alimentar soldados e cavallos, sendo obrigados a pagar mais caro generos que culti-
vados aqui e nos respectivos Estados fic-

riam mais baratos. O prompto sucesso o que para todos tais colonias podem produzir é inconfundível; é de crer portanto que todos os esforços se congreguem para fundá-las.

A colonia correccional não pôde viver sem ser amoxida á preventiva; se os suspeitos ou menores delinquentes, puraça a pena, voltam ao regimento do abandono do vicio e do crime; é prelso que o pequeno delinquente salha que após a sua internação correccional será elle internado preventivamente, além de ser entregue ás doces fadigas do trabalho pelo qual prepara o seu futuro, não fôr o tempo de pensar nos desvarios que farão á sua desgraça e a vergonha do paiz.

Colonia correccional no lado de colonia preventiva, assim o entendem os juristas, os educadores sociais, os economistas, os legisladores,

Vou terminar: desde 1878, em lucta persistente e tenaz, a minha intelli encia entregou-se ao estudo dos males que — em a nossa patria, ma os chronicos, actuaram, que um cargo encheram, mas cujos efeitos não se quam tão largos, si en tivesse sido attendido e auxiliado desde aquella data. A minha actividade na obtenção do unidos meios que considero auxiliar importante de nossa agricultura — colonias infantis agrícolas — não desmaiou um só instante, desde 1897 quando iniciei a nova campanha em favor destas colonias, campanha enja vitoriosa, encheu-me de satisfação, porque o objectivo do Distrito Federal a lei que deverá servir de modelo para os outros Estados.

Agora que as aspirações de nosso patriótico Governo, acudindo aos reclamos geraes do paiz, aceitam as minhas ideias, os meus trabalhos, não é possível que eu me desligue de tudo isso.

A nossa Constituição garante a todo a propriedade em todas as suas manifestações, materiais ou intellectuais.

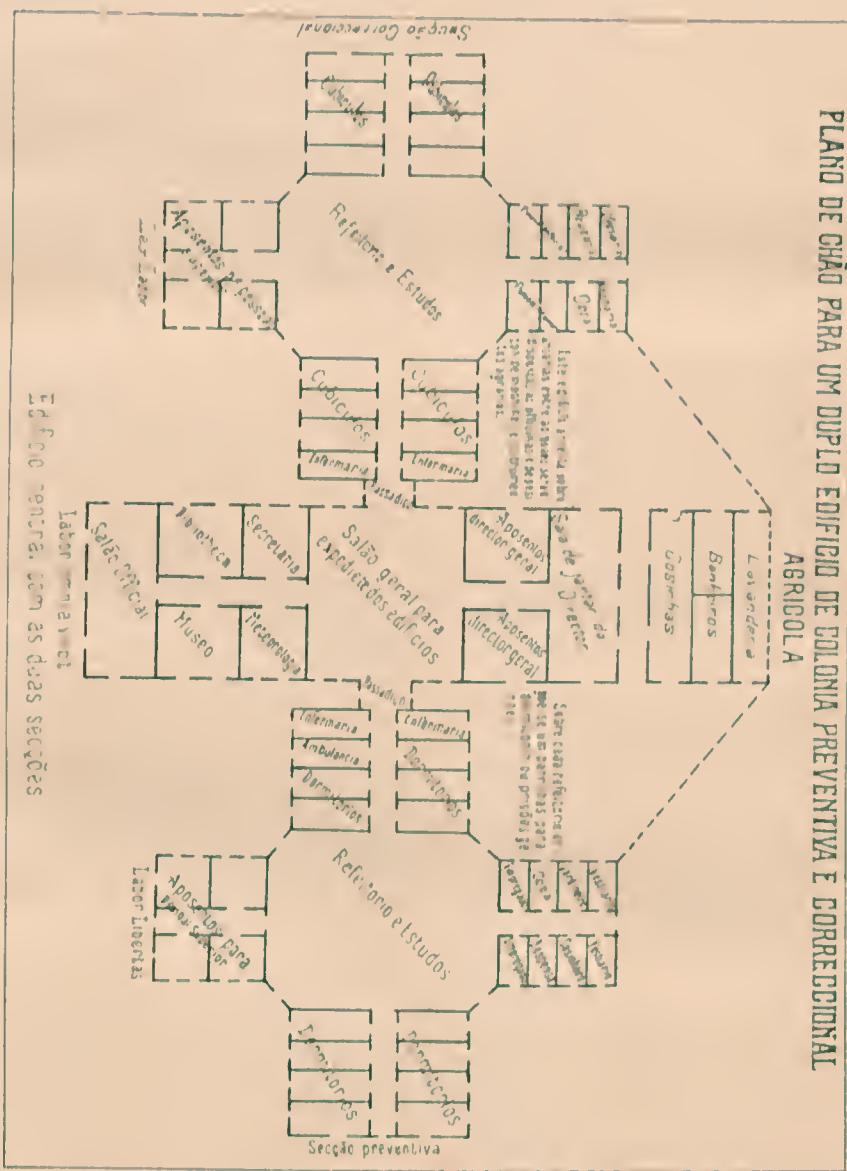
Dali a lei que aprouento em projecto à comissão, a cujo criterioso estudo sujeita-se em meu nome.

Dr. Clímaco Barbot.



Scielo₀

PLANO DE CHÃO PARA UM DUPLO EDIFÍCIO DE COLÔNA PREVENTIVA E CORRECCIONAL



22 de junho de 1912. São as duas secções

LOGIST

PARECERES DE HOMENS NOTÁVEIS BRAZILEIROS
SOBRE O ASSUNTO

Hlm. Sr. Dr. Clímaco Barbosa—Li com a devida atenção o projeto do Conselho Municipal, n.º 205, pelo qual é concedida ao Dr. C. Barbosa, ou companhia que incorporar, autorização para organizar quatro colônias infantis agrícolas.

Ninguém poderá seriamente contestar a excelência e utilidade da empreza. Basta ponderar que esta lei, por objecto amparar e educar a infância desvalida, e criar estabelecimentos de produção e ensino agrícola.

A organização que o projeto dá ao pensamento parece-me digna de approvação; contém um conjunto de provisões, que, protegendo os direitos da infância desvalida e assegurando os legítimos interesses da municipalidade, e os dos Imóvedores, armam a empreza dos meios apropriados para realizar os intuições que se tem em mente.

São estas em geral as ponderações que me suggerem a leitura do projeto.

Sou com muita estimma de V. S., amigo affectionado e obrigado. — *Lafayette Rodrigues Pereira.*

Rio, 17 de novembro de 1898.

A honorabilidade e a competência jurídica e administrativa do conselheiro Lafayette são bastante conhecidas, o que o faz responsável em todas as suas opiniões.

PARECER DO SR. DR. EUNÁPIO DURÓ, PÚBLICISTA, JURÍSCONSULTO, EX-DEPUTADO GERAL

Hlm. Sr. Dr. Clímaco Barbosa—Li o projeto que envionho à respeito da organização de colônias infantis agrícolas; penso que ello será de grande utilidade para as classes pobres, que vivem do trabalho em um paiz sem industrias, e que não ministram actividade ao homem todos os meios de satisfazer as necessidades da vida.

Assim me pareço escondido oscrever, aqui, uma longa discussão sobre este importante e sumpto de economia social para demonstrar

traz-lhe a vantagem, a qual, por assim dizer, está entrando pelos olhos de todos os outros.

Abrir tais escolas e nellas preparar os futuros obreiros da prosperidade nacional é um serviço que não precisa ser encarregado pela eloquencia e sciencia de economistas competentes; qualquer espírito dotado de bom senso pode julgal-o com incontestável competência.

Queira aceitar a expressão de meu sincero respeito.

PARECER DO SR. DESMACHADOR GAVIÃO PEIXOTO, LAVRADOR CAPITALISTA EX-DEPUTADO GERAL E EX-PRESIDENTE DO ESTADO DE RIO DE JANEIRO

Hlm. Sr. Dr. Clímaco Barbosa — A utilidade e vantagens de seu projeto para organização de colônias infantis agrícolas, são óbvias e dispensam demonstrações quer se encarem pelo lado económico financeiro, quer pelo lado higienístico e moral. Entretanto, o só para fazer-lhe a vontade em escravar alguma coisa sobre elle, se tivesse tempo para fazê-lo, mas regresso amanhã para S. Paulo, e em vespertas de viagem minha chega o tempo e sempre falta o tempo.

PARECER DO EXM. DR. FRANCISCO DE SÁ, DEPUTADO AO CONGRESSO NACIONAL, EX-MINISTRO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS

A fundação de colônias infantis agrícolas, é o capital do projecto que tenho sob os olhos, é a solução mais racional e eficaz do duplo problema da assistência à infância desamparada e da propagação dos methodos científicos da cultura do solo.

Consoante ao plano do projecto, as crianças admitidas às colônias, ali receberão ensino intuitivo da agricultura, em campos de demonstração e experiência, nos quais terão sob as vistas, os resultados das culturas ensaiadas, a relação com as aptidões da terra e do clima, o manejo e as vantagens das máquinas empregadas na favore-

do galo, a escolha dos adubos segundo a natureza nos terrenos e das plantas.

Esses campos, pela simplicidade de sua organização, pelo carácter essencialmente prático dos trabalhos que são desempenhados, pela facilidade da sua difusão, pela acernuidade dos ensinos, estão hoje reconhecidos, como o meio mais eficaz de democratizar a instrução agrícola pelas populações della europeias.

Elles não aproveitam sómente aos assentados das colônias, o que aliás já seria de grande utilidade; convenientemente instaladas, em ponto onde seja fácil o acesso à frequencia dos lavradores, elles chamarão a atenção destes para os processos da cultura nacional, e constituirão poderoso incentivo para o abandono da rotina que tanto tem enfraquecido os processos da nossa indústria agrícola. Além disto serão centros de distribuição larga e barata, de instrumentos, semeados e adubos de qualidades e resultados alli mesmo patenteados.

Pelo art. 3º alíneas b e c do projecto, as colônias constituirão semelhantes de trabalhadores, que nas favoritas vilaças irão aplicar os ensinamentos recebidos, concorrendo assim para difundir os e colhendo elles proprios, o salario correspondente ao seu trabalho, as vantagens imediatas da sua apropriação.

O plano do projecto merece, pois, as simpatias de quantos vêm na reforma dos nossos métodos de cultura a base indica da transformação económica de nosso paiz.

II - O PROGRAMMA DIGNO DOS DESSELOS DOS PODERES PÚBLICOS.

E quando a estes a iniciativa particular offerece o seu concurso, proporcionando-lhes o meio de realizar essa obra in **SEGURITAS SEM GRANDES RISCOS**, corrigindo o dever de animal-a proporcionando-lhe, em favores razoáveis, a compensação do esforço, o premio da onusia, do empreendimento e a justa remuneração do capital despendido.

—

PARECER DO SR. BARÃO DE PARANAPACABA, EX-DIRECTOR DO TESOURO NACIONAL E CHEFE DA REPARTIÇÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

A escravidão deshonrara no Brazil a profissão agrícola.

Ao escravo cabia quasi exclusivamente o cultivo da terra, em quanto o proprietário rural, descansando sobre essa máquina de produção gozava na inércia dos benefícios que ella lho acarretava.

Deu essa usança em resultado uma geração parasita, que vivia do alheio suor, sem se preocupar do aperfeiçoamento da cultura e do aumento da produeção.

Pecava assim o plantador o hábito e a vocação do trabalho. Os que não possuíam terras aráveis e os meios de fecundá-las pelo braço do captivo, procuravam no funcionalismo e no comércio os recursos de subsistência. Todos consideravam como baixo e degradante o mister de lavrar a terra, mediante salário. Raro se encontravam pequenos lavradores, que com suas famílias exploravam modestas situações.

Quão longe está o agricultor brasileiro do apreço que gozam os de outras nações da Europa, e principalmente da Inglaterra, onde o presidente da Câmara dos Lords se assenta sobre uma saca de lã, emblema da importância que se liga à indústria mãe e maxima de todos os povos.

Abolido entre nós o captivério, o que aconteceu? Vejamos.

Se os proprietários rurais do Brazil (ou o governo por elles) houvesse estudado a história da emigração nas terras da América, onde houve escravos, veriam que entre nós, como lá, a escravidão, segundo atesta *Leroy Beaulieu*, tinha adormecido os plantadores e immobilizado a plantação o que a emigração foi para aqueles países uma fonte de fecundos resultados, forçando os respectivos habitantes a saírem da apatia, na qual os entretinham a faculdade da produção e o seu insigne contributo do fabrício...» Veriam mais que, extinto o tráfico nas colônias inglesas, os colonos se queixavam por

sorrerem na produção, como no Brasil acontecem sem que empreguem, como depois de realizada a abolição, massculos e Intelligentes esforços para melhorarão do posíao. Veriam, finalmente, que tão os donos das plantações só terrependeram da criminosa Imprevvidencia de não forem convertido os ex-escravos em apropilizes trabalhadores, prendendo-os aos engenhos por meio de alarios a breve prazo em contratos de locação, celebrados com brandas e vantagens cláusulas, para os locadores, despidos e da asperezas rudo, e em que tratavam emancipados, e do desdém, que lhe a ponto de se reuniarem a celebrar com elles ajustes.

Longe de, com estas medidas, prenderem os libertos com suas famílias ao terrão fecundado com as lagrimas e snores do cativeiro, afastavam-nos de si, levando a uns privados da cooperação, que nela lhe podia ser proveitoso, pols de outros elementos da trabalho livre, nacional ou estrangeiro, não podia, de prompto dispor.

Foi essa uma das principaes razões porque entre nós se do organizou o trabalho agrícola em seguida à abolição. Contra ineria tão condenável bradei nas *Theses de Colonização* e em outras subsequentes *Memorias*, aconselhando a fundação de escolas profissionaes de ingenuos, e de meios agrícolas, semelhantes aos que na Goyanna estabelecerá o Intelligent e pratico Saed-Garrigo, governador da Ilha da Rennião. Perdeu-se inúbia voz no tohn-boim da inimida politica, com a do *clamoribus in deserto*.

Achamo-nos actualmente a braos com aterradora crise.

A favaia exausta, sem recursos para pagar os altos salarios de trabalhadores exóticos, que lhe absorvem todo o lucro da produção, abandonou as sítuações, muitas das quais estão já convertidas, em cerrados matagais.

A idéa da fundação dos orfanatos agrícolas, que adoptada e ampliada em tempo para os libertos e ingenuos, teria produzido gravemente a transição do regimen do tra-

balho, contam o germon de uma instituição, que pôde salvar a noiva agonizante agricultura.

Bon p'rabens a V. S. por e a generosa Iniciativa.

N'um livro, que publiquei, tinha eu, entre outros projectos, formulado o do estimo agrícola nas escolas primarias. Nenhuma Importância ligaria a essa sugestão.

O seu projecto encerra essa idéa, careada da todas as provisões complementares, que a tornam excepcional o problema.

Toda a despesa, que se fizer com a educação profissional dos *aprendizes* agrícolas, que serão os agentes do trabalho livre nos camp's, e por meio da cultura intensiva, terá larga e remuneradora compensação no aumento dos productos colhidos, graças ao aperfeiçoamento da cultura por meio dos modernos machinismos, intelligentemente manejados por maos adestradas e dirigidas na prática por lieçoes competentes.

Entre o mar e as montanhas que limitam o Estado do Rio de Janeiro desdobra-se umplissimo valle. Da serra de Friburgo desce em etadupa, que florea em jaetos de alvisima espuma, o rio Macacu. Chegando este rio á planicie, estreita na povoaçao, a que deu o nome, quedando-se turvo e carregado junto a essa localidade, que é sua excepcional insalubridade, davem a denominacão *Maremas Brasileiras*, o a que hoje a comissão do saneamento, bem como a de outros lugares, esfripou os elementos deletérios.

Nessa dilatada zona de maravilhosa uberdade deve ser estabelecido um dos seus azyllos em perspectiva.

Contlo que em breve prazo surgirão dessas immeasas planicies um celeiro abundante, que, por preços reduzidos, graças á barateza do transporte, abastecerão o mercado dos generos de primeira necessidade, que hoje importamos do estrangeiro.

Por osses multiplos hectares de terreno apaiulado, onde coaxavam o latracos, o em enja superluele se estendia espessa canuda do esverdecido limo, hão de em breve ver-

dejar as searas e fervor a colmeia humana no incessante labor da vida e na febre da produtividade.

E será V. S. o autor do tantos benefícios pela realização do seu bem concebido plano,

Permita-me uma observação.

Não sendo excluídos de suas escolas os menores, que fomham pais e mães vivos, parecemos-nos que o título Orphanato Agrícola deve ser substituído pelo de Asylo Infantil Agrícola.

— ORPHANATOS AGRÍCOLAS

Do presidente do «Centro da Lavoura, Commercio e Indústria», de Minas, recebi o Sr. Dr. Clímaco Barbosa a seguinte carta:

«Aeuso com summo prazer recebida a vossa carta do 2 de novembro, acompanhando um projecto denominado «Orphanatos agrícolas», projecto este de tanta utilidade que o Conselho Municipal do Distrito Federal acordou, enviando-o à sanção do digno Dr. prefeito.

Sem absolutamente entrar em apredações, provavelmente de ordem económica, que levaram o digno Sr. prefeito a vetá-lo, penso em todo caso que o Seu Ido, conhecendo melhor do espírito dessa nova instituição, reconsiderará, em sua sabedoria, o acto do Ilustre e digno prefeito.

O «Centro da Lavoura, Commercio e Indústrias», de Minas, fará chegar em tempo uma representação ao Senado de nossa pátria, nesse sentido.

Não ignoras, pois alhures é matéria da medida XIX, votada no Congresso Agrícola de Juiz de Fora, que entra em seus elevados interesses a instalação agrícola.

Vosso projecto, embora adstricado ao Rio de Janeiro, merece toda a nossa solidariedade moral.

Seu alcance económico, político e social é indissensível, pois, além de endiar das crianças desvalidas, instruindo-as, aconselhando-as e preparando-lhes um futuro seguro e honesto, viza além — a transformação necessa-

ria da nossa agricultura, dando-lhe justamente o auxílio de um pessoal idoneo e preparado.

Até hoje faz-se sentir, após a abolição da escravidão, a falta de estabelecimentos como os Imaginados por V. Ex. A abolição, trazendo o benefício da garantia da liberdade para uma classe infeliz, não completou sua obra humanitária e social, pois a tanto custa atrair, sem preparo, à luta da vida, milhares de homens.

São livres perante a lei, mas escravos indefesos de sua ignorância borga, de suas nece-sidades puramente materiais, e, para que não dizeto, sujeitos à dura lei do forte contra o fraco.

O vosso projecto seria, pois, o inicio de uma era civilizadora, e o complemento necessário da abolição. Em nome do Centro, de que sou actualmente presidente, congratulo-me com V. Ex. e dir-lhe-hemos o contingente de uma força moral, representada por 20 e tantos mil lavradores mineiros, perante o Senado de nossa pátria.

Pelo «Centro da Lavoura, Commercio e Indústrias», de Minas, subscovo-me de V. Ex., criado obrigado e admirador, Dr. Laiz de Melo Brandão, presidente, — Juiz de Fora, 7 de novembro de 1899.»

APRENDIZAGEM DO TRABALHO AGRÍCOLA

É o objectivo principal do projecto n.º 205, do Conselho Municipal, para cuja realização falta apenas a sanção do Dr. prefeito.

Si a esta aprendizagem ajuntar-se que a ella serão entregues as malhas de crianças viadas, que infestam as nossas ruas, fazendo o desumano da polícia, que, embora veja nesses os possíveis agentes de futuros crimes, não pôde nem deve recolher-sa à prisão alguma, pois são irresponsáveis por sua idade, pelo desamparo em que vivem, e justo concorrer que a idéa é de grandes vantagens e mérito, portanto, o aprovação do governo municipal.

O plano delineado em tal projecto é de

tamanho alcance, visa fins tão elevados, provê a tantas necessidades, tão nosso conhecidas, que não podemos deixar de dar-lho o nosso apoio, certos de empreirmos um devo imperioso de patriotismo e do humanitário.

Parece-nos que essa nossa aprovação, e outra não pode ser a de ninguém, será compartilhada pelo nosso governo municipal, para não lhe faltar com o agazalho a que tem direito.

COLONIAS INFANTIS AGRICOLAS

Foi aprovado pelo Conselho Municipal e vai subir à sanção do prefeito um projecto que facilita ao Dr. Clímaco Barbosa a criação de colônias infantis na zona suburbana deste município.

Sabe-se que temos entre nós alguns asilos de caridade, onde são recolhidas crianças pobres, mas além das dificuldades e trabalhos para sua admissão, elas não vizam os fins, não são do mesmo alcance que se descreve no projecto actual.

Effectivamente tal projecto proporciona asilo e educação de trabalho honroso, como é o da agricultura, às crianças que, à falta de amparo social, por ali vivem nos charcos do vício e nos preparos do crime.

Evidente é a importância que resulta do aprendizado da cultura da terra, que, unica indústria a ser entre nós explorada actualmente, não deve continuar abandonada, pois são patentes os males que tal procedimento nos tem acarretado.

Por outro lado, o pecúlio que as crianças educadas em tais colônias vão constituir, como remuneração do seu trabalho, será mais uma esforça a adicionar à riqueza do país.

São, portanto, estas colônias que vão trazer-nos novos agentes de produtividade agrícola, de que tanto carecemos para os nossos usos quotidianos; são elas que vão valorizar a imensa fácia de terras que temos em nosso subúrbio, em quasi perfeito abandono e que, enliveladas, podem concorrer para o

aumento das rendas municiplas, para o nosso consumo e para a diminuição da importação.

E, pois, qualquer que seja o lado por onde se encare o projecto, parece merecedor dos favores públicos e particulares.

O PROJETO CLIMACO

A ardosa propaganda do Dr. Monteiro Pinto, que tantos aplausos e animações tem encontrado por parte da imprensa e do público, nos impõe o dever de salientar os nomes de todos aquelles cidadãos benemeritos, que à mesma causa têm dedicado actividade e intelligência.

Ora, neste numero acha-se o Dr. Clímaco Barbosa, que há cerca de vinte anos procura resolver o magnifico problema do aproveitamento do trabalho infantil, subtraindo à ociosidade e ao vicio as centenas de crianças largadas ao abandono, pela miseria ou indiferença dos progenitores.

Ainda hontem o *Jornal do Commercio*, na *gacetinha*, forneceu aos seus leitores desenvolvida notícia acerca de uma instituição francesa, que acaba de obter o premio Montyron.

E essa instituição o orfanotório do padro José, estabelecido em Saint Joseph du Lac e destinado a fornecer instrução e afeição ao trabalho agrícola as crianças privadas do amparo, pela falta dos pais ou sua penuria.

Pois bem, o Dr. Clímaco Barbosa de há muito tem em vista o estabelecimento no Distrito Federal de uma instituição congener, o seu projecto, pacientemente elaborado e no qual se attende a todas as circunstâncias que possam concorrer para o bom exito do lonyável empreendimento, foi judiciosamente ponderado.

O projecto do Dr. Clímaco Barbosa, isto é, as colônias agrícolas infantis, enja fundação elle requer, moreeon a sanção do passado Conselho Municipal, porém foi embarragado na sua execução por um *veto* do Dr. Cesario Alvim.

Acreditamos que o Ilustre Sr. Prefeito, agindo por e a teor, não se inteirou perfeitamente das vantagens económicas-sociais que o projecto continha, parecendo-lhe ver no mesmo mais uma excentragão do que o interesse pelas crianças e pelo progresso do Distrito Federal.

Os resultados alcançados na Europa por instituições similares, como essa que ora é distinguida pelo premio Montyson, um dos mais honrosos e cobiçados, devem, porém, fazer reflectir o Senado Federal, ao qual vai ser submetido o *veto* do Sr. Prefeito, e talvez ainda vejamos aproveitado o trabalho conscientioso de um philantropo digno do mais súbilo apreço.

Não levanta que as crianças enfermas encontrem nela assistência solícita e carinhosa, como essa que o Ilustre Dr. Moncorvo Filho quer que elas tenham; é mister que no reenperarem a vida saiam conduzidas a um meio onde a cura se completa e de todo fiquem imunes. Contudo os governos que fhost corromperão outra vez o organismo débil, como da infecção dos vísceros que lhe depravaram o carácter ainda ductil. Ora, salvo mais ajitado parecer, acreditamos que as colônias agrícolas infantis, onde o menino far-se-á homem, o homem são do espírito e do corpo, ou lo entrard pobre e andrajoso e sahirá com um peccílio ou dhuolho para aparecer com dignidade na vida; onde será recebido honrado e deixará o estabelecimento mundo de valiosos conhecimentos teóricos e práticos, todos de provada utilidade para o labor a que se destina, e, o que é mais, onde adquirirá vigor e armársesi de coragem precisa para a luta com a natureza, acreditamos, dizemos nós, serem elas o meio mais adequado para que a obra de civilidade que o Dr. Moncorvo Filho tem em vista seja realmente útil.

Voltaremos a este importante assunto, procuraremos dar a estes leitores idéia sucinta do projecto do Dr. Clímaco Barbosa,

ORFANATOS AGRÍCOLAS

Está sendo elaborado no Conselho Municipal um projecto relativo à criação de colônias infantis agrícolas, onde deverão ser recolhidas as crianças que excederem a lotação da Casa de S. José e Instituto Professional, ou outras quaisquer, maioras do 12 annos.

Pleinarão criações quatro colônias, onde será estabelecido racionalmente o ensino agrícola, de modo a iniciar as crianças nos variados trabalhos que se prendem ao cultivo da terra.

Os estabelecimentos serão situados na zona suburbana, de modo a facilitar a aquisição de terrenos próprios para explorações, onde serão executadas as culturas nacionais e estrangeiras, que mais se prestarem ao consumo geral, nomeadamente a de cereais, frutas, forragens, etc.

Será organizado um serviço meteorológico, havendo também usinas para manipulação dos produtos dos plantadores, um laboratório de analyses químicas e um posto zootécnico para adaptação da indústria pastoral e pecuária.

O Juiz de orfãos estabelecerá um salário para as crianças, correndo por conta da companhia que tomará a si este trabalho a manutenção das mesmas.

Quando os cultivadores, cujas propriedades estiverem próximas de nuna das colônias, precisarem de trabalhadores, o concessionário ou a companhia poderá fornecer, dentre as crianças que julgar mais aptas, as que forem necessárias, estabelecendo prévio acordo sobre o salário.

Poderão ser feitas também construções agrícolas, montagens de mecanismos, armários, drenagens, captação de águas para irrigações, devendo esses trabalhos ser feitos pelas crianças, sempre que suas forças o permitirem.

O prefeito dividirá a zona suburbana em quatro circunscrições, para em cada uma ser estabelecida uma colônia.

Durante 20 annos a companhia ou o concessionário gozará da garantia do juro e amortização do 7% sobre o capital de 2.000.000\$ que levantará; preferência em igualdade das condições em serviço a engenheiros nas zonas vizinhas das edoulas; direito de despropriedade, na forma da lei, para dilatar os seus terrenos, etc.

Haverá um fiscal, nomeado pelo prefeito, afim de verificar a execução da lei, o qual venceará o ordenado mensal de 500\$, pagos pelo concessionário.

O contrato deverá ser lavrado 30 dias depois da promulgação da lei, o qual resoluído si dentro de tres annos não estiverem fundadas as edoulas, entrando o concessionário ou a companhia, nesse caso, para os cofres municipais, com as garantias que houver recebido.

No final do prazo reverterão ao patrimônio municipal os edifícios, campões, estações meteorológicas, que tiveram sido estabelecidos para o serviço e execução do contrato.

O projecto traz as assinaturas dos Srs. Carlos Barbosa e Alfredo Magioli.

E' incontestávelimento de uma utilidade real a criação de escolas dest'a natureza, de onde os futuros lavradores sahirão preparados para imprimir decisivo impulso á cultura do nosso uberrimo solo.

Deixáço do ponto de vista moral, logo se deprehende a necessidade de tais instituições, onde o estímulo bem estabelecido fá-las desenvolver o gosto pelo trabalho honesto, livrando centenares de meninos, cujas aptidões são as mais das vezes aproveitáveis, da vadiagem, que leva ao jogo, à embriaguez, ao roubo e à perdição completa de energias, que poderiam ser eficazmente utilizadas.

— IMPRENSA —

O DIA

Não há muito tempo, referindo-me à situação verdadeiramente desoladora em que se acha a infância desamparada nesta ci-

dade, eu invocava para ella a proteção dos poderes municipais, lembrando a noce suadade de fazermos o que em todos países civilizados se faz; crearmos estabelecimentos de ensino profissional onde os menores vadios e abandonados fossem recolhidos.

O no. 80 IIIº tre collega do *Pai*, apoiando a Idéa, dividiu, entretanto, o com muito criterio, os menores em questão, entre os delinquentes e os que ainda não haviam praticado delitos. Para o resto neceçário seria que se instituíssem estabelecimentos que fossem apenas de instrução; para aquelles seria necessário que os estabelecimentos tivessem também um carácter correctivo.

Feita esta distinção, estavam determinadas as competências: a criação dos estabelecimentos de instrução incumbiria ao poder municipal; a dos de correção aos poderes federaes.

No relatório que o Sr. Dr. chefe da polícia dirigiu ao Sr. Ministro do Interior, a idéa da criação de um estabelecimento a que fossem recolhidos os menores delinquentes, hoje sepultados na podridão moral da Casa de Detenção, já era exposta e defendida com fundamentada convicção e generoso ardor.

Felizmente essas sugestões não foram vãs. Na mensagem com que alrei hontem a sessão do Congresso, o Sr. presidente da Republica sugeriu a conveniencia de se fundar um estabelecimento disciplinar e industrial, a que sejam recolhidos os menores de 17 annos, e de se instituir uma colonia penal agrícola e industrial para os maiores desta idade.

E' de esperar que, tendo chegado até ali, chegaremos á vitória definitiva.

Não é possível que vivamos toda a existencia a clamor contra vícios e desertos e a recair os elementos noce saindo á sua correção. Não é de hoje que a imprensa aponta os males orfudos da promiscuidade dos mo-

nuores com viciosos incorrigíveis e criminosos inveterados, na Casa de Detenção.

Não é de hoje que a Imprensa chama contra o espetáculo deprimento da via-dragão dos menores nas ruas da cidade.

"Alô agora foi o governo surdo a esse clamor,

Ele-o, porém, que o ouve, que o reconhece justo, que declara com verdade o razão que não dispõe dos recursos necessários para eliminar esses males e pede-os ao Congresso.

Não podemos senão esperar que o congresso não se demore em attendê-lo e habilitá-lo em lhe a sairmos de tal situação lamentável e humilhante.

;

Fazemos os mais ardentes votos para que os poderes municipais se inspirem neste exemplo e se convençam finalmente de que a instrução do povo não aproveita sómente a indivíduo que a recebe, mas, sobretudo, à collectividade que a subsidia.

A imprensa tem interesse directo e imediato em que os poderes municipais dirijam a sua atenção para esse ramo de serviço público, e não fosse senão por amor desse interesse, seria natural esperar della uma ação vigilante, contínua e eficaz no sentido de expôr a miséria, a degradação, o abatimento moral a que a falta de instrução diariamente conduz.

A situação financeira da municipalidade era de falso de tal sorte prevarica, que nada se podia esperar dela. Parece, porém, que essa situação vai melhorando sensivelmente; e desde que ella tenha atingido a normalidade, cuido que é não só nosso direito, mas nosso imprescriptível dever reclamar as medidas que estão na sua algada e são indispensáveis ao progresso moral e material desta cidade.

Pangloss.

—

A *Tribuna*, que se está tornando cada vez mais interessante como jornal moderno, que é — espero que os patrões me paguem esta

reclamação à parte — deus-nos nestes últimos dias duas informações que se completam o que ilustram com cores fortes o que eu tenho dito muitas vezes nesta seção sobre vadios, adultos e menores. Três dias, um dos seis *reporters* acompanhou o Sr. Dr. chefe de polícia na visita que fez à Detenção e saiu de lá muito impressionado com o numero e o estado moral dos menores que encontrou presos.

Um de 15 anos de idade dava três demonstrações de intelligence, que a atenção do Sr. chefe de polícia se fixou sobre elle. S. Ex. chamou-o e ouviu-o: o pequeno fallava bem, claro e correcto, era sympathético e muito vivo. Mas, pai do céu! em que havia elle aplicado essa intelligence! No estudo do código penal, capítulo do roubo: conhecia de cor o texto dos artigos e paragraphos e produziu perante a autoridade policial uma habil defesa do crime que lhe imputavam.

Entretanto, outro *reporter* acompanhou o delegado da 1^a circunscrição em uma visita feita às casas de dormida da rua da Misericórdia e saiu de lá *enquadrado* de tantas sordidez e de tanto vício: corpos sujos amontoados, empilhados, em aposentos escuros, sem ar e sem luz; a confusão depavorável do vulgar e do criminoso com os miseráveis vencidos da vida; uma mistura *baroque* de populações de alforques e de freqüentadores de xadrez, a empoeirar a cidade e a constituir um perigo público...

;

O que ressalta de desolador é que a polícia não pode mais que velo, conhecer a sua existência e lamentá-la tão estérilmente, como nós o fazemos. Faltam-lhe todos os meios de corrigir essa situação.

Houve um momento em que tivemos a esperança de que alguma cosa se faria, ao menos em favor dos menores. O Sr. Dr. Euzebio Galvão, quando chefe de polícia, pensou em levar avante o estabelecimento de asilos correcionais para menores e de colônias correcionais para adultos.

O Sr. Dr. Epitácio Pessoa, Ministro do Interior, apoiou tão fortemente a Idéa, que obteve que ella fosse consignada na mensagem presidencial.

Infelizmente, a politicagem afastou estes cavalheiros das repartições que dirigiam ruelas que elles tivessem conseguido que o congresso dásse um minuto de atenção a estes assuntos e continuamos como estamos.

—

O actual Sr. Dr. chefe da polícia tem anunciado o seu propósito de dar cabô da vadiagem, da capoeiragem etc., etc., aplicando o código penal.

Desde que as leis foram feitas para serem cumpridas, não ha senão que dizer bem dessa resolução; mas evidentemente isso não basta, não resolve o problema, não satisfaz as nossas necessidades.

Não ha nada mais difícil do que fazer, nos termos da nossa legislação actual, condenar um gatuno; não ha delegado da polícia quo o não saiba e, o que é pior, não ha gatuno quo não tenha a certeza de que da lei actual não lhe virão dissabores.

Quando mesmo, porém, por acaso elle não escapa pela porta da falta do flagrante on do *habeas-corpus* por um milhão de razões, o quo lho acontece é gramar na Correção uns tres ou quatro meses de cadeia, que elle intilisa para o descauso quo o livrará da neurasthenia e o habilitará a volver mais tranquillo e mais robusto ao exercicio da profissão.

Precisamos de colonias correccionalas e de alterações substanciais nas leis do processo. A um sujeito quo é frequentador habitual do xadrez por ebrio, por vadio e por gatuno não vejo porque a sociedade não pôde recolher a nuna colonia agricola, para no amanho da terra aprender quo o homem tem de ganhar o pão com o suor do seu rosto...

Pangloss.

—

MINORES VADIOS

(19 de setembro de 1901)

Está a ser apresentado ao estudo da comissão respectiva o orçamento do interior, contendo á alta capacidade do Ilustre deputado fluminense Dr. Nilo Peçanha. A reportagem da *Tribuna* já informou aos seus leitores de quo o Ilustre relator desse orçamento pensa que não é legal a criação de serviços nessa lei: ellos devem ser criados em leis especiais e só depois se consignará no orçamento a verba necessaria ao seu custeio. Assim, de facto deverá ser o parecer quo é mais ou menos o que dispõe uma recente reforma do regimento da Câmara, feita sob inspiração ou proposta do Sr. A. Montenegro quando Deputado pelo Pará.

O que vai resultar, porém, desse respeito á lei é quo o orçamento do interior virá desprovido de recursos para serviços quo se tornam cada vez mais urgentes e quo o governo se encontrará ainda por anno em situação de lamentar estérilmente, como nós, quo não lhe seja possível prover de remedio á males quo são clamorosos.

Nós admittimos perfeitamente a teoria de quo as autorizações na cunha do orçamento são um mal; mas somos forçados a reconhecer quo mal muito maior é fletarmos sem recursos para ajudar a estados e situações verdadeiramente funestos á sociedade. Ora, si o Congresso não elabora as leis especiais reguladoras de serviços indispensáveis porque todo o tempo é pouco para discussão de projectos de interesse individual quo abarrotam as ordens do dia e ocupam as comissões ou para as discussões pessoais quo se disfarçam como relevantes questões políticas e, si não quer dar ao governo a autorização de o fazer, sob pretexto de quo isso é de sua primitiva competência, si não faz nem deixa fazer — elle corre muito o risco de não passar só por inútil, mas também por pernicioso.

Os quo vivem nesta cidade e se ocupam com os interesses e o futuro do povo não

tem mais que abrir os olhos para verem que as ruas da cidade estão cheias de menores sem ocupação, educando-se no vício ou no crime, tornando-se imitantes e prejudiciais a si mesmos e à sociedade. Os jornais estão fartos de referir factos que comprovam que essa é a somente obra do gatuno que infestam a cidade e que a polícia, no estado actual, é impotente para reprimir e para corrigir esses preceos viciosos. O espectáculo que se observa na Casa de Detenção, onde são recolhidos os menores delinquentes, tem sido exposto e anunculado por toda a Imprensa repetidamente em termos que não podem ser mais vehementes; e aliás, a veleidade da palavra é totalmente desnecessária, quando a simples exposição do facto subjleva a censurabilidade em toda a conselheira honesta.

Ao conhecimento do Congresso essa situação tem sido levada não só pelo bello depõimento inauim da imprensa, mas pelas próprias páginas da mensagem presidencial, onde lhe tem sido sugeridas as medidas que ella reclama. É indispensável que só errem colónias agrícolas correccionalas e estabelecimento do ensino profissional; aquellas para que os gatunos que em grande número aqui trabalham, seguros da impunidade que a legislação actual lhes garante, aprendam no correr dos anos a *cavar* a vida, cavando a terra; e essas para que recolham os carentes de menores, que ainda não praticaram delitos, mas que se preparam para isso pela vagabundagem, e submettendo-os à disciplina e ao trabalho os transformem em unidades sociais verdadeiramente úteis.

Nenhuma nação maltrata as forças sociais, como nós o estamos fazendo. Isto não é uma questão de sentimento, de caridade ou de philanthropia; é uma questão de consciência, de economia e de defesa nacional. Não é possível continuarmos a ver com olhos indiferentes esse rapazão vagabundo, guinguando à frente das bandas de música nas horas em que os ladrões não se ocupam no

officio de vigias — do *guélas*, como se diz ou *orgot* do galinho — ou só que elles por sua própria conta não se ocupam em furtar as amocadas das portas das lojas.

—

O Congresso não deu todavía nenhuma atenção a esse assunto. Apesar da solicitação em mensagem, nenhuma lei especial foi elaborada; e como no orçamento não se incluem verbas senão para serviços já criados, nem se quer conceder autorizações ao governo, a competência é que teremos ainda um pouco pelo menos de lamentos estérveis. Não nos resignamos a essa dura experiência.

O que falta na Câmara é apenas quem tome a iniciativa do projecto de lei sobre a matéria. Estamos certos de que todos os seus membros sentem que esta situação não deve ser prolongado e *não devia tardar concorrer para a passagem de uma lei breve e rápida criando esses serviços, cuja regulamentação deve ser atribuída ao governo.* O illustre relator do orçamento do Interior gosta do prestígio suficiente para promover a passagem dessa lei e a comissão de legislação e justiça tem todos os elementos necessários para confeccioná-la com urgência.

A alívio destes esforços bastaria para assegurar-lhe o éxito e desta forma levaria o governo habilitado para no começo do anno vindouro sanar moralmente as ruas da cidade, que carecem tanto dessa como da limpeza material.

Por esta forma parece que tudo se concluiava; as necessidades inegáveis da cidade e os esternulos respeitáveis do Congresso. Não haverá no seio delle um espírito o meu coração em que esta sugestão encontre eco sympathetic?

—

PARECER sobre o memorial do Dr. Clímaco Barbosa, relativo a colônias correccionalas e preventivas para menores, e applicação destas ao ensaio e execução de culturas diversas.

O memorial apresentado à 5^a Secção do Congresso de Agricultura, sob o título—Culturas diversas, ensaio e execução dellas por meio de colônias preventivas e correccionalas, pelo ilustrado Sr. Dr. Clímaco Barbosa, é um estudo que, ao mesmo tempo honrando a competência do seu autor, atinge a utilidade de uma providencia, que as conlheções do paiz estão a exigir, e não pôde mais ser procrastinada.

E' questão vital para este e outros paizes, não só a repressão da vadiagem nas cidades e vilas, mas ainda o aproveitamento do concurso dos menores sem educação, para fins de utilidade.

No Brazil, que em mais conheço, quem não herda fortuna, para fazer-se negociente, grande agricultor, litterato *avulso*, doutor, ou empregado publico, dâ, infallivel e naturalmente, para batedor de carteira ou soldado de polícia, não faltando na industria de degollador, cangaceiro ou fadrão do cavalo, qual tem-se desenvolvido muito em todos os Estados, e, a idêntica particularmente, na região entre os Rios Doce e Parahyba.

Imagina o ilustrado Sr. Dr. Clímaco Barbosa que as colônias preventivas e correccionalas podem ser feitas por particulares, mediante auxílios directos e indirectos dos Poderes Publicos.

A comissão pensa igualmente que é preferível a iniciativa dos particulares, embora convenida quo é nôdo, no Brazil, todo o esforço do Individuo sem o baújo do Poder Público.

E o autor do memorial não iludiu-se a este respeito, quando exigiu, nas conclusões do seu importante estudo— subvenção, dispensa de impostos e outras medidas que facilitam a ação do contractante da fundação das colônias.

Sí o parecer do eminentíssimo conselheiro Lafayette R. Pereira, enja autoridade em tudo em que a Intelligencia do homen pôde retolver o devidor, ninguém contesta, não tivese o amparado o plano do Dr. Clímaco Barbosa, a comissão encarreteria o esforço do Ilustre congressista, recordando que o aproveitamento das forças da Infância desencapada, já foi utilizada por um estadista de idéas praticas, enjo mérito do administrador probo o patriótico só a cegueira do ódio partidário poderia negar.

A comissão refere-se ao venerando Sr. Barão de Lucena, um pernambucano da velha tempera; tão altivo o soberano, quão empreguedor, um pernambucano que sabia honrar o nome e as tradições da nobre terra do seu nascimento.

Foi S. Ex. quem, arcando com as maiores dificuldades, eriou a colônia Isabel, em Pernambuco. Isto passou-se no mesmo tempo em que S. Ex., o ex-presidente da então do pauperada província, fundara asilos, concertara estradas e pontes, o concertara as finanças do Tesouro, enjo estado não honrara a presidência de seus antecessores de todas as políticas, posto que muito dignos & muitos outros respeitos.

E o quo era a colônia Isabel, pelo plano de seu fundador benemerito? Era a colônia agrícola que o Dr. Clímaco Barbosa, chama— preventiva; era o paraíso dos meninos até então casados num primitivo collegio de orphãos, e de outros que a arte deixara em abandono dos confortos da vida.

Pois bem, a colônia Isabel, hoje Frei-Canea, não é sómento um abrigo, é tambem um centro de aprendizagem.

Sob a direcção de um frade da ordem dos Capuchinhos, cresceu e prosperou tanto, que merecia os elogios do quantos presidentes seguiriam-se ao Ilustre presidente fundador.

Essa colônia existe, e não inveja, *sereatis servandis*, os proveitos das suas congêneres de outros paizes.

O governador, Dr. Barbosa Lima, mudou-lhe o nome, mas não lho alterou, de todo, o

regimen, porque a S. Ex. também não faltaria fino administrativo e intuitos patrióticos.

Todas ou quasi todas as culturas foram ali ensaiadas e prosperaram; aliimina uma usha de assinar, a qual, si não é u melhor do Estado, poneo deverá em aperfeiçoamentos e capacidade as melhores.

Com um numero limitado de colonos, a colonia Isabel abriga, no limite de suas forças, esses pobres desamparados, enja triste condição no mundo os teria arrojado à miséria e à todos os vicios, si não fôra o generoso impulsiono do inelylo Iterio de Lameira, cujo nome escrito em letras de ouro, no portão de todos os edifícios mais uteis de Pernambuco, mal signifcaria a gratidão que lhe daremos.

O Estado, cujos encargos não se limitam à repressão dos crimes quo, aliás si fosse completa, muito aproveitaria a um dos postulados da Humanidade, jamais corresponderia tanto ao seu ideal, quanto uncaminhando para o bem, o lado bom da indole humana; ao mesmo tempo que reprimisse, com a mais onergica severidade, as manifestações das suas depravadas tendências, ao mesmo tempo fizesse applicação do lado bom ao proveito geral e económico do paiz.

No seu ponto de vista, o memorial do Sr. Dr. Clímaco Barbosa, é completo.

A providencia das colônias *preventivas* ao lado das *correcionais*, é o que se pôde desejar no sentido da regeneração dos viciosos irresponsáveis.

Com a mira no aproveitamento de meios de desenvolver as favours, a commissão crê que a educação dos menores para os trabalhos de agricultura, em colônias bem organizadas, seria um beneficio imunitinável nesta terra, onde sómente *uma parte mínima da população produz, enquanto todos consomem*.

E, si receios a commissão podesse ter pela maneira de executar um plano tão completo, como esse do Dr. Clímaco Barbosa, esses receios desapareceriam, pois, é nos

regulamentos para execução de tal plano, regulamento em quo a ação dos Poderes Publicos se effectua, por meio de fiscalização, que fixarão patentes os meios e moldes de sua efectividade,

Por isso, o mais, considerando quo :

Polos dispositos nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 9º e 12º da lei municipal n. 724, do Distrito Federal, são atendidas as multiplas necessidades de quo carece a nossa agricultura, desde a criação do brago, ensino pratico racional, e o mais que nas referidos artigos está patente;

Também, que as colonias correccionalas agricolas não podem, para os fins a que são criadas, arredar-se do molde estipulado na lei citada;

Outrosim, que colonia correccional deve nascer no lado de colonia preventiva, por ser esta a quo recebe, melhora e aprovelta, para os fins desejados, a criança que saiu d'ella;

A commissão opina e aconselha que o Congresso Nacional de Agricultura solicto da Representação Nacional a adopção de uma lei, autorizando o governo a contratar com o Dr. Clímaco Barbosa, ou compunha que organizar, para a execução da lei municipal n. 724, uma ou mais colônias *correccionalas* connexas ás *preventivas*, que são objecto desta lei. Si a commissão aqui aponta e determina a pessoa do Dr. Clímaco Barbosa, é por ser justo que elle ponha em execução o plano a quo se dedica de longa data, e a quem não ha regalhar eleglos pela proficiencia tão manifestada em seu memorial, patenteando assim um raro esforço, nestes tempos de indiferença pelos mais vitais interesses da pátria querida de nós todos.

Accorda esta primeira indição, propõe ainda a commissão que se ofereça no juizo do Congresso Nacional, o projecto estampado no memorial do Dr. Clímaco Barbosa, porque, convertido elle em lei, ficará applicável, dentro das normas constitucionais quo nos regem, a todos os Estados da União Brasileira.

indica, fluidamente, a commissão, que seja publicado, em avulso, o memorial a que se refere este parecer.

Capital Federal, 25 do Setembro de 1901.
—Dr. Democrito Cavalcanti (relator). — *José de Carvalho Borges Júnior.*

Não concordo com alguns considerandos apresentados pelo Ilustrado relator, e discordo das conclusões de seu parecer.

Nada tenho a dizer contra a lei que a Municipalidade, na sua sabedoria, decretou o que ainda está em vigor, pela qual o Sr. Dr. Clímaco Barbosa, com a sua reconhecida competência, pôde estabelecer no Distrito Federal colônias infantis, agrícolas, com todos os favores que na mesma lei lhe foram concedidos. Julgo, porém, que o Congresso da Lavoura não deve recommendar ao Governo Federal uma medida que diz respeito a determinada pessoa, ou a Companhia que organizar e penso que, sendo necessárias as colônias correccionalas agrícolas e industriais para menores delinquentes, sua administração não pôde ser confiada a um particular, devendo sim ficar a cargo do governo.

Assim, entendendo, apresento a seguinte conclusão :

Que o Congresso Nacional de Agricultura, represento aos poderes competentes, reclamando o estabelecimento de colônias correccionalas agrícolas em todos os Estados da República, nas quais serão recebidos os menores delinquentes, vagabundos e crianças abandonadas, aos quais será facultada educação e ensino profissional, agrícola e industrial.

Rio do Janeiro, 28 de Setembro de 1901.
— Oscar Vrady.

PARECER

A commissão incumbida de estudar o memorial oferecido pelo Sr. Dr. Clímaco Barbosa, relativo a colônias correccionalas e preventivas para menores e aplicação destes ao ensaio e execução de culturas diversas, depois de demorado estudo sobre o mesmo projecto, bem avaliando as vanta-

gens das rorofidas escolas correccionalas, apresenta a seguinte conclusão : « Que o Congresso Nacional de Agricultura represente aos poderes competentes, reclamando o estabelecimento de colônias correccionalas agrícolas em todos os Estados da República, nos quais serão recebidos os menores delinquentes, vagabundos e crianças abandonadas, aos quais será facultada a educação e ensino profissional agrícola e industrial. »

Oscar Vrady, relator.—Dr. Democrito Cavalcante.—Carvalho Borges Júnior.—Dr. Nagacira Paranaguá.—Augusto Ramos, »

—
INDICAÇÃO apresentada pelo congressista *André Pereira*, representante do governo do Paraná.

Cabendo-me a honra de representar o Exm. Sr. Governador do Estado do Paraná neste Congresso e, proenrando, com a ponderado dos meus conhecimentos corresponder à confiança com que me distingui o mesmo Exm. Sr., e traduzindo o seu pensamento, venho trazer o meu fraco concurso ao grandioso commettimento patrioticamente levantado por tão consplêus cidadãos.

O Estado do Paraná procurando sempre marchar na vanguarda do progresso tem, incontestavelmente, na comunhão brasileira, direito a um dos primeiros lugares.

Com inauditos sacrifícios e patriotismo dos seus filhos tem conseguido, em tão curto espaço de tempo, tornar-se conhecido e admirado o seu progresso, não só no nosso paiz como também no estrangeiro, onde os seus produtos, elevão o seu nome.

Nesta capital mantém uma Exposição permanente dos seus produtos, com o fim especial de fazer a propaganda da herva mate que no interior quer no exterior.

Essa tentativa já foi iniciada na Europa pelos seus respectivos contractantes e os benefícios resultados não tardarão a sentir o efeito desejado, mas essa tarefa é por do-

mais posada para um Estado enja vida, pode-se dizer, começou nestes dois últimos lustros.

E' pois, chegado o momento opportuno do corrermos em seu auxilio o este benemerito Congresso muito pode fazer em seu beneficio, que será tambem para a collectividade, solicitando do Governo da União, nesta occasao em que se pretendo crear uma Comissão permanente na Europa para tratar da propaganda e do desenvolvimento do consumo do nosso café, que seja elle tambem encarregada da propaganda e introdução da herva matto nos seus mercados.

Seria de incomensuráveis vantagens para o Paraná que o matto concorra com o chá da India e seja introduzido nos exercitos e armadas europeos, no quo muito poderia auxiliar-nos os nossos representantes diplomáticos.

As suas qualidades alimenticias e therapêuticas já são bem conhecidas e além disso o seu custo sendo muito inferior ao do chá da India é de incontestáveis vantagens a sua adopção.

A exportação da herva matto é, por enquanto, quasi o unico manancial onde o Estado do Paraná tira elementos para a sua vida económica e na crise quo actualmente atravessamos torna-se urgente não só a criação de nova fonte de renda como também do augmento da actual alíquota de poder attender o seu desenvolvimento já promovendo a imigração, já alargando e aumentando a sua rede de comunicações, factores principaes do progresso das nações do continente americano.

Outra fonte também do alto valor é a da exportação do pinho; é doloroso vermos a immensa quantidade de pinho quo diariamente importamos quando o temos em tamanha quantidade e tão bom ou melhor quo o nosso concorrente e, além disso, a sua importação vem prejudicar-nos porque são milhares de libras sterlinas quo constantemente se escoam para fóra do paiz, correndo assim para o desequilibrio financeiro,

celro, ao passo que se dessemos preferencia ao nosso producto essa importante verba giraria no desenvolvimento do commercio e industria, cujos provontos tambem caberão a União.

Este Congresso poderá, pois, interceder ante o governo da União solicitando o seu concurso afim de quo nas construções ou reconstruções dos edifícios federaes ou municipaes seja empregado, de preferencia, o pinho nacional.

Assim, tento a honra de apresentar a seguinte indicação :

1º A Comissão de propaganda do Café terá tambem a seu cargo a da herva matto, da maneira quo julgar mais conveniente.

2º O Congresso sollicitará dos ministérios da guerra e da marinha o seu auxilio no sentido de ser adoptado nos corpos do exercito e nos navios da armada o matto nacional. O Congresso sollicitará do Governo da União e do Conselho Municipal desta Capital o seu auxilio afim de quo seja adoptado nas construções ou reconstruções dos edifícios publicos o pinho nacional.

Rio do Janeiro, 23 de Setembro de 1906.—
O Congressista, Leandro Pereira.

PARECER

A comissão nomeada para emitir seu parecer sobre a indicação apresentada pelo Congressista Sr. Leandro Pereira, digno Representante do Governo do Paraná, relativa a conveniencia de ser a comissão permanente da propaganda do café na Europa tambem incumbida da propaganda da herva-matto e bem assim admitido seu uso nos corpos do exercito e armada nacionais e finalmente, adoptado o pinho nacional nas construções e reconstruções dos edifícios publicos, á cargo da União e da Municipaldade da Capital Federal, vem, no desempenho desse dever e com perfeito conhecimento da causa, submeter à esclarecida apreciação da Mesa da 5ª Socção o resultado de seu estudo sobre a alludida indicação.

O utilissimo arbusto Indígena, que é abundantemente encontrado nas florestas, que se estendem desde a Serra do Mar o Campos Gerais até à comarca do Guarapuava do Estado do Paraná, e que é também cultivado em uma vasta extensão da América Meridional pertence ao gênero *Ilex*, comprehendendo varias espécies.

O gênero *Ilex* é o gênero tipo da família das Liliáceas, sendo os vegetais dessa família grupados numa secção designada por De Candolle sob o nome de Aquisfoliaceas, ao lado das Celastrinae.

A herva-matto do Paraná constitui a espécie denominada *Ilex brasiliensis*.

Das analyses chimicas feitas por profissionaes competenterissimos sobre tão precioso producto resulta que contém elle menos óleo essencial que o café e o chá, o que importa dizer que é menos excitante e conseguintemente mais apropriado às pessoas nervosas, às mulheres e crianças, e assim como que a resina, que encerra, existe em maior quantidade que a encontrada no café e em menor que a do chá, o que o torna mais diuretico que o primeiro, rivalizando com o segundo como estimulante.

Pelas suas qualidades alimenticias e therapeuticas constitui uma bebida saborosa e salutar, podendo ser empregada vantajosamente, tanto no reglmen ordinario da vida como nas prescrições dieteticas dos enfermos.

Os indios Guaranys utilizavam o matto mastigando-o e só depois do aparecimento dos jesuitas na Republica do Paraguay foi que se tornaram bem conhecidas as suas vantagens, estabelecendo-se ali grandes plantações e promovendo-se o seu desenvolvimento.

Os jesuitas foram os primeiros a observar que a torrefação desenvolvia no matto um perfume agradável, comunicando-lhe novas propriedades.

Durante algum tempo o Paraguay passava pelo maior produtor de matto e da melhor qualidade; hoje, porém, o Brasil excede-lhe

o entre os seis Estados Meridionais é o Paraná o que mais se salienta.

Pelas vantagens, tanto hygiénicas como económicas do matto, tende a augmentar o seu uso, sendo o Chile e as Repúblicas do Prata os países que maior consumo dão a esse importante ramo de comércio, que só espera novos mercados para consideravelmente se desenvolver. Para isso é muito convidativa estabelecer-se exposições permanentes nos países europeus, a exemplo do que se está procedendo na Capital da Uruguai, do modo a tornar bem conhecido nos mercados estrangeiros essa planta e as vantagens do seu uso.

Neste sentido poderiam os nossos agentes consulares prestar relevantes serviços, promovendo o alargamento do seu consumo e o desenvolvimento do seu comércio.

O matto é bebida de pobre pela sua barata e facilidade com que pode ser preparado, excluindo apenas as folhas ou o pó e água fervendo.

Nos Estados do Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul e bem assim nas Repúblicas do Paraguay e do Chile, constitue o matto, por assim dizer, a base da alimentação do povo e tão radicado está na população o uso dessa bebida alimentar que o pobre prefere passar sem comer a deixar de tomar a enla de matto que, lisonjeando-lhe o paladar, sustenta as forças como o pão e o vinho. Na Europa o povo bebe chá de illia, infusão desagradável ao olphato e ao paladar, sendo diaphoretico quando o matto é diuretico, antepasmódico quando o matto é estimulante, sem qual lado alguma alimenticia, quando o matto a apresenta em alto grau, na opinião insuspeita e autorizada do notáveis clínicos, em cujo numero estão os Drs. Schnepp e Lancaster.

A vulgarização do seu uso seria, portanto, do incontestável vantagem para as classes menos favorecidas da fortuna e assim como para as corporações, como exercito e armada, compostas de milhões de individuos, cuja alimentação, se acha a cargo dos

respectivos Governos, que assim podriam realizar não pequena economia com a substituição do matto pelo chá.

Com relação ao pinho, considerado como uma das madeiras de lei que mais avultam nos planaltos do Paraná, não pôde ser de modo algum contestada a sua utilidade nas construções e na marcenaria.

Esta espécie denominase Araucaria Brasiliensis e é superior ao similar estrangolero, apresentando mais resistência e elasticidade que este, segundo as experiências feitas em Louvain nas grandes oficinas dos caminhos de ferro do Governo da Bélgica.

O pinho nacional, justamente considerado o rei das florestas do Paraná, constitue em suas diversas aplicações uma grande riqueza; assim é que, estando imerso em nenhuma exposição ao ar livre, oferece grande resistência e duração; disposto em grandes traves suporta o peso de fortes construções e, aplicado aos misterios da marcenaria, presta-se aos mais elegantes e variados objectos trabalhados ao torno e à mão.

As substâncias rosinhas, que constituem por assim dizer o sangue desses gigantes, são abundantíssimas e da mesma natureza provavelmente das resinas do pinho europeu, extraíndo-se delas o pixe, o alecrão, o breu, o pez de Borgonha e outros productos químicos, cuja exploração deveria largamente remunerar os capitais que se houvesse de empregar em tão importante indústria.

As cinzas do pinho, ricas de potassi, também oferecem preciosos contingentes para a fabricação do sabão e os nós do entroncamento dos ramos produzem magnífico carvão, equiparado pela duração da comburencia ao próprio carvão mineral.

Sob o ponto de vista industrial e económico, o pinho do Paraná oferece incontestavelmente grandes vantagens, visto como, além das propriedades que vêm a Comissão de assinalar, pôde ser obtido por preço inferior aos similares estrangoleros e em quantidade a abastecer aos mais exígentes mercados.

Do acordo, portanto, com as considerações expostas, a Comissão, baseada no estudo cuidadoso do assunto, tem a honra de propor que sejam adoptadas as seguintes conclusões:

1.º Que o Congresso de Agricultura Nacional solicite o auxílio do Governo da União, no sentido, não só, de ser a propaganda do matto na Europa confiada à mesma Comissão, que terá de ser incumbida da propaganda do café brasileiro, como também de ser o mesmo produto adoptado nos corpos do exercito e armada;

2.º Que se solicite igualmente do mesmo Governo e da Prefeitura do Distrito Federal no sentido de ser o pinho nacional preferido ao similar estrangolero nas construções e reconstruções dos edifícios públicos.

Sala das sessões da Mesa da 5^a Secção, em 30 de setembro de 1901.— *José de Carvalho Borges Júnior, relator.— Dr. Clímaco Barbosa.— Dr. José Antônio Duarte.*

SERICULTURA NO ESTADO DE MINAS GERAES — Aos colonos e pequenos proprietários

ANILCAR SAVASSI

Desejava, conforme proposta que fiz ao Exm. Sr. Dr. Carlos Prates, digníssimo inspector de Terras e Colonização do Estado de Minas Geraes, em meu relatório do anno próximo passado, traduzir um opusculo sobre o sistema de crear o bicho da seda na Itália. Mas, pela diversidade de clima, época da criação do precioso e remunerador inseto e diversos outros motivos que não vêm a pelo mencionar, sou forçado a divergir de idéas, descrevendo apenas o sistema mais prático e simples pelo qual podemos colher satisfatório resultado.

Precisarei ser o mais minucioso e claro possível na exposição dos conselhos que ouso dar e que tom por fim facilitar a iniciação da sericicultura ao bom patriota, até então privado de um guia prático pelo qual sa pudesse orientar.

Se forem aceitos os meus debeis conselhos, e animados, portanto, da vossa benevolencia, multiplicarei os meus esforços, limitando-me, por enquanto a rogar toda vossa attenção ao que von expor-vos, e serel sobejamento recompensado em saber que de algum modo concorri na medida de minhas frácas forças para a fomentação de tão útil e benfica industria qual-a da criação do do bicho da seda.

::

Todo o bom patriota deve na esphera de sua accão concorrer para a prosperidade nacional, procurando sempre introduzir e desenvolver em seu Paiz toda a industria que so lhe deparo vantajosa como a de que agora me occupo.

As industrias não devem ter partido a não ser o de procurarmos sempre o seu aperfeiçoamento. Cumpre não nos desalentarmos; revistamo-nos de força de vontade até chegarmos ao fim desejado, e, certo, conseguil-o-hemos com a industria em questão, porquanto a minha affirmação é illha de acurada observação e de experiencias cautelosamente feitas.

Ocioso é descrever a procedencia do precioso insecto, pois que outros mais competentes já o fizaram. Limitar-me-hei apenas a narrar o modo pelo qual devemos tratá-lo, crendo que neste pequeno — gula — encontrará o leitor o *quintal sati* para a sua orientação.

::

Antes, porém, de entrar nas muições dades do assumpto, necessário é dizer em que consiste a alimentação do Bombyx Mori e a facilidade com que no Brazil a obtemos.

::

O alimento primitivo, o unico que aconselho e com o qual podemos tratar da criação do referido bicho é a amoreira branca, que entre nós vinga com mais facilidade do que em qualquer parte do velho continente, onde depende de tratos cuidadosos, ao passo

6053 -- 48

que aqui o seu plantio é facilissimo, bastando para isso enterrar um simples galho.

To lo terreno presta-se à cultura da amoreira branca, do que só evidencia que não ha outra industria mais fácil de tratar do que a sericicultura.

No Nucleo Colonial «Rodrigo Silva» do qual sou obscuro director, iniciéi só há dois annos a plantação da amoreira em grande escala, e em tão curto prazo já se podem colher folhas em abundância e não são poucos os proprietários de cidadãos que também em suas hortas continuam a obra progressiva dos colonos.

E, pois, a divulgação da plantação da amoreira branca que recomendo a todos aquelles que desejam ver o nosso Brazil se não na vanguarda a que tem já pelas suas immensas riquezas naturaes, ao menos caminhando a *pari passu* com outros paizes.

A sericicultura, que fez grandes progressos em diversas nações europeias, onde foi, pode-se dizer, a solução da pobreza, será, estou certo, no nosso paiz uma fonte de riqueza.

Termino aqui o meu simples prefacio, convencido de que, comprehendendo qual é a minha intenção, os amigos deste torrao não deixarão de prestar benevolia attenção ao que von expor.

::

SYSTEMA DE CHOCAR OS OVOS OU SEMEATES

As larvas de que falei no começo desto opusculo nascem de ovos ou semeates enjolamido e o de uma cabeca de alfinete.

Pessimo, direi melhor, damnosíssimo é o habito de fazer nacer a semente com o calor do corpo humano, como também o do pol-a perto do fogo, porquanto com estes methodos irracionais dão-se constantes mudanças de temperatura.

O calor que a semente requer para seu nascimento racional é de 16 a 17 e até 18 graus thermometro *Réaumur* no maximo, se de raça italiana chamada *nostrana*. Por ali imagino-se a que mudanças de temperatura

submettem a semente aquelles que a põem no corpo, ou porto do fogo. O resultado dos methodos Irreacionaes não tarda a se fazer sentir durante a criação; só o bicho não morrer antes do nascimento.

A semente de *raça japonêsa* reclama uma incubação de 18 a 20 e até 21 graus. *Relaxar.*

Com isso obtém-se completo nascimento, salvo se a semente estava deteriorada.

O melhor e mais fácil sistema para fazer nascere a semente, como usam os sua malorria os camponezes na Itália, é o seguinte: Põe-se a semente no entremelio das coelhas da cama, collocando-se ao redor panos de lã, devendo ser envolvida em panno de linho limpo e linsíssimo, sendo preferivel tê-la em um quarto agazalhado de forma a conservar sempre a mesma temperatura.

Apenas se perceber que a semente branqueia, devem-se logo encher de agua quanto algumas botijas e collocá-la ao redor do invólucro.

:

NASCIMENTO

Notando-se, pois, a semente branqueiada, estenda-se sobre a mesma um papelão furado e sobre este colloquem-se ramos de amoreira, afim de que os sirgos possam subir.

Com este methodo obter-se-ha completa igualdade no nascimento.

Antes de proceder a limpeza dos sirgos, deve-se primeiramente examinar se estão todos accordados, porque estando em parte dormindo, soffreriam muito a ponto de lhes ser impedida a mudança da pelle e não se teria mais regularidade na criação.

Apenas estiverem cheios de sirgos os ramos de amoreiras que se collocarem sobre o papelão furado, transportem-se para o lugar que lhes for destinado.

Se a época da criação do sirgo for quente, é necessario no começo subministrar alto a 12 refeições cada 24 horas.

O serventor habil deve ter cuidado, mesmo com prejuizo da alimentação dos

sirgos que nascem um dia antes, em conservalos todos ignes, de modo que possam alimentar-se em tempos ignes, mudar a pelle, amadurecer e fazer o casulo.

A proporção que o sirgo for crescendo, sente sempre mais necessidade de ar, por isso se recomenda que se conservem as janelas abertas nos dias e horas mais quentes, mas de modo que não sejam atingidos dos raios solares. Ao mesmo tempo é necessário defendê-los das grandes ventanias, que produzem entre elles maior estar geral.

Quando se mudar o papel onde estão collocados os bichos, só deve-se tornar a pollo depois de estar bem enxuto, e, não sendo possível fazê-lo ao sol, faga-o ao fogo.

:

NUTRIÇÃO DO INCHO DA SEDA, SUAS MUDAS, ETC.

A vida do bicho da seda varia de 30 a 35 dias.

Quanto mais elevada for a temperatura, mais comem os bichos, e portanto, com mais rapidez se executam os phenomenos vitais do insecto.

Durante o tempo de sua existencia os sirgos reposam quatro vezes: a estes periodos de repouso dê-se o nome de *muda*, porque é então que as larvas mudam de pelle. Durante este periodo os sirgos nada comem e ficam quietos, com as cabeças levantadas.

Não se devem molestar os enquanto estiverem dormindo; espera-se que a *muda* termine. Logo que despertarem do sonno, os bichos começam a aniar, procurando alimento, que não se lhes deve dar senão depois de 24 horas, até que todos tenham mudado a pelle afim de evitar desigualdade.

A vida do bicho da seda divide-se em cinco idades, as quais duram conforme a temperatura do local onde são criados e as rações que se lhes dão. É conveniente que durmam sobre pouca folha, pois que esta é danosa à cultura.

As mudas, que põem diferenças umas das outras, dividem-se como se segue:

A primeira idade (da 1^a à 2^a muda) quatro dias.

A segunda idade (da 1^a à 2^a muda) cinco dias.

A terceira idade (da 2^a à 3^a muda) quatro dias.

A quarta idade (da 3^a à 4^a muda) seis dias.

A quinta idade (da 4^a à 5^a muda) oito ou nove dias.

∴

PRIMEIRA MUDA — SEGUNDA IDADE

Entre a primeirra e a segunda muda os srgos duplcam o triplicam de volume, por isso é precelso telos separados sobre esteiras, afim de não impedir o seu desenvolvimento e evitar alguma doença.

A nova pello é de um cor escura que dentro em pouco se torna candida; o appetito do bicho começa a augmentar e progride até approximar-se de outra muda.

Do mesmo modo que no nascimento, assim tambem nessa idade e sucessivas, afim de manter a igualdade, é necessario esperar, antes de dar a primeirra ração, que estejam acordadas quatro quintas partes dos mesmos e sem receio de quo os bichos acordados sefram, separando-se em seguida sobre outra esteira os pences que flearam dormindo.

∴

SEGUNDA MUDA — TERCEIRA IDADE

Faz-se o mesmo quo se indicou para a primeirra muda.

∴

TERCEIRA MUDA — QUARTA IDADE

Chegados os srgos a este periodo, reclamam ar livre quo é salubre ao bicho, não sendo mais necessario cortar-se a folha; deve-se dala como salo da arvore.

∴

QUARTA MUDA — QUINTA IDADE

O seriecultor, uma vez quo os srgos tenham passado para a quarta muda, deve ter tudo prompto para construir o bosque.

Não se deve desanimar, porque qualquier desculpo poderia comprometter o bom exito da colheita.

Se por acaso se formar uma tempestade o atmosphera se tornar pegada ou fria, devom-se fechar logo as janelas.

Durante toda a vida da larva deve ser observada a precauão aconselhada.

O modo, como disse na descripção da primeirra muda, de mudar o bicho do seu leito para logar limpo é o seguinte: collocam-se sobre elles folhas de amoreira inteiras; as lagartinhas sobre estas, que deverão ser transportadas delicadamente para o logar conveniente.

O srgo no momento da confecção do casulo é 85 ou 90 vezes maior do quo ao nascer; é necessario, pois, que o seriecultor tenha cuidado de ir augmentando o local onde vivem as larvas á proporção quo o srgo se desenvolver em idade, isto é, da primeirra muda á quinta.

∴

BOSQUE

Quaesquer ramos servem para construir o bosque, uma vez quo estojam bem secos, onxutos, limpos e não tenham cheiro de especie alguma.

Não se deve construir-o muito espesso afim de quo não sómente o ar, mas tambem os srgos maduros possam livremente circular e não se impeçam reciprocamente no proprio trabalho.

O bosque é collocado sobre as esteiras em quo se cretrem os bichos.

Subido quo tenha ao bosque, o srgo precisa de todo o ar possivel, deixando-se, portanto, as janellas abertas.

O bicho da seda faz o casulo em 24 horas, mas é necessario deixar completalo para isso são precisos oito dias sem tocá-lo.

Dopois dos oito dias da formação dos casulos, deve-se tiralos do bosque e tratar logo de, ou vendelos ou suffocar a chrysalida para evitar quo esta os furo.

. . .

SYSTEMA DE SUFFOCAR AS CHRYSALISADAS

Não só podendo ou não se querendo vender imediatamente os casulos dentro dos 12 dias da sua formação deve-se suffocar a chrysalida.

A saída da borboleta (o que acontece entre os 12 e 15 dias da formação dos casulos) desvaloriza-os completamente e impossibilita a sua regular fixação.

O systema do suffocação são diversos:

1.^a Suffocação no sol.

2.^a Suffocação em uma estufa ao ar quente e seco.

3.^a Suffocação em uma estufa ao ar quente e humido.

4.^a Suffocação em uma estufa com vapores d'água.

5.^a Suffocação em um forno cuja temperatura ordinaria não ultrapasse 100 centígrados para evitar alteração da seda. Um bom systema o talvez o melhor é a suffocação ao ar quente (90 centígrados) e humido; este systema evita a enorme diminuição do 65 % no peso.

O tempo necessário para os systemas 2^a, 3^a e 4^a é de 30 minutos de demora, todos os quais estendem-se os casulos sob esteiras para secarem bem e pôde-se guardalos no depósito aos mesmos destinados, sem risco de serem prejudicados.

. . .

CONSIDERAÇÕES DIVERSAS

É erro inqualificável cultivar muitos bicho's da seda para obter maior producto. Não é a superabundância dos sirgos que produz grande colheita, mas a quantidade proporcionada à possibilidade de tratamento; são mais productivos 30 grammas de sementes bem cultivada do que 120 grammas que não o sejam.

Quem eria a porção de que pôde tratar,

tem menos despezas, colheita abundante e bella, põe o trabalho e grando resultado.

E' nocivo ao bom desenvolvimento do sirgo a poeira, por isso quando se quer varrer a sala destinada à criação do preioso Insecto, deve se borralha levamente.

A semente bem conservada emprega na incubação 15 ou 20 dias antes de nascer. Devem atender bem a isto os cultivadores que, sem esperarem o espaço de tempo necessário para o nascimento do bicho, forçam a temperatura e estragam a semente.

É conveniente que a semente seja distribuída, enquanto entre nós não for divulgada a sericicultura, por pessoa idonea, o que é facilissimo fazer 15 ou 20 dias antes da época em que a amoreira começa a brotar.

Entre nós podem-se fazer tres colheitas annuais, a saber: 1^a, dos primeiros dias de agosto até principio de setembro, 2^a, da segunda quinzena de setembro a fins de outubro e a 3^a, dos primeiros dias de novembro a meiado do dezembro.

Poderíamos, conforme opinam muitos, obter mais de tres colheitas, mas deve-se convir que, sendo mais do que isso, prejudicaria, ou, por outra, enfraqueceria a ponto tal a amoreira que só forneceria o primitivo alimento dos sirgos durante dois outros annos.

A folha da amoreira não deverá ser, nem apreciada do sol, nem molhada do soro ou da chuva.

No primeiro caso é necessário estendê-la para se refrescar, no segundo fazel-a enxugar sobre pannos ou esteiras, nunca pô-la sobre o soalho ou chão, evitando desta forma empalha e transformar o boni andamento dos sirgos.

Como já disse, não se devem conservar fechadas durante o dia as janellas e portas

quando os sirgos estiverem fazendo o casulo, afim de evitar a suffocação dos mesmos, o que os inhibira de completar o seu trabalho quo daria em resultado a depreciação do casulo. É necessário, pois, attender não só ao que acabo de expor como também não tocar o casulo antes de estar maduro, isto é, depois dos vinte dias da sua formação.

:::

Todos aquelles que possuirem pés de amoreira em grande quantidade, podem, para obter sementes dos sirgos e possuir práticas para tratar-los e quaisquer outras informações a respeito, dirigir-se a mim que promptamente serão servidos.

Nota—Do que acabo de expor neste trecho — o sericicultor só tem a despesa da pessoa praticá que me incumba de mandar, se precisa for.

:::

Parece-me ter demonstrado bastante como deve proceder o sericicultor. Resta-me agora demonstrar as vantagens da Indústria sericicola, e é principalmente para esta parte que chamo — a atenção do leitor, seja qual for a sua profissão.

:::

VANTAGENS E OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Tomemos como exemplo dos nossos cálculos uma criação de 35,000 sirgos, provenientes de 30 grammas de sementes.

São necessários 800 a 850 kilos de folhas frescas de amoreira para a criação de 35,000 sirgos, 25 serviços de creanças, mulheres ou homens idosos impossibilitados de serviços pesados, mais 15\$00 para despesas imprevistas, como se segue :

30 grammas de ovos, preço máximo 15	
Rivas,.....	13\$700
Folhas frescas.....	20\$000
Despesas imprevistas.....	15\$000
25 serviços a 2\$000.....	50\$000
Despesas da produção.....	98\$500

30 grammas de sementes produzem de 50 a 70 kilos de casulos, que se vendem a 4\$000 por kilo, preço razoável.

Fazemos o cálculo de uma média :
60 kilos de casulos a 4\$000,..... 240\$000
Despesas para a criação,..... 98\$500
Temos um saldo ou lucro de,..... 141\$500

:::

Roleva notar, afim de bem comprehender as vantagens da bella indústria, segundo o cálculo supra, que é conhecido por todos os sericicultores, que o lucro do 141\$500 se obtém no curto espaço de 30 dias, utilizando-se tão somente o trabalho de creanças, mulheres e velhos, sem impedir a estes que se ocupem das obrigações domésticas.

Continuemos. Segundo cálculos feitos por competentes, sabe-se que 30 grammas de sementes ou ovos produzem 44,400 sirgos, os quais, vingando todos, bem nutritos e de raça milaneza (*nostrana*), podem produzir 88 a 90 kilos de casulos.

Este resultado é bem possível, uma vez que os sirgos sejam de raça de casulos grandes — *nostrana* ou *japoneza*.

Em vista do que acabo de expor, o leitor deve estar convencido que o lucro é superior a 141\$500 por 30 grammas de ovos.

Para um kilo são necessários em media 400 casulos de raça *milaneza* e 500 casulos de outras raças inferiores.

O exagero do total da despesa da produção torna-se patente sendo o pequeno sericicultor lavrador porque figuram 13\$500 para compra de ovos que o sericicultor pode conservar de um ano para outro e obtê-los de um só kilo de casulos avaliado em 4\$000; figuram 20\$000 para aquisição de folhas frescas, para a criação do bicho, podendo ser também de lucida esta parcela, porque entre nós a amoreira não precisa de tratamento, e o trabalho do coelha está incluído na parcela dos serviços.

A parcela de 15\$000 para despesas imprevistas, a qual, posto que exagerada, deve ser conservada.

A somma de 50\$000, representando as despesas de mão de obra, para quem confere a facilidade com que se eria o bicho da seda, a condição dos colonos e do pequeno lavrador do nosso Estado, é também exagerada; não só porque a mão de obra de que necessita o sericicultor (creanças, mulheres e velhos) é abundantíssima em nossas regas e sem ocupação remuneradora, como também, sabendo o sericicultor, escolhe para a criação do bicho uma época em que não se vê a bracos com outras preoocupações.

Voltemos agora nos nossos cálculos e vejamos o que podemos esperar da sericicultura, uma vez introduzida como devo em nosso Estado. Para exemplo citó sómente a colônia «Rodrigo Silva», deixando a outros fazerem o cálculo do todo o Estado.

Sendo, conforme disso em outra parte deste opusculo, evidente a possibilidade de tres criações anuais, é lógico que 141\$500 de resultado que obtém numa família de colonos ou pequeno lavrador, multiplicados por tres dariam um total de 424\$500 de lucro, o que multiplicado por 230 famílias que compõem o núcleo «Rodrigo Silva», perfaz a elevada somma de 97:635\$000 anuais! o isto, sem prejuízo do bom desenvolvimento da viticultura, linho e cereais que os mesmos tem cultivado até a data presente.

Não estaria por ventura em outro grau de prosperidade o núcleo «Rodrigo Silva» si, desde a sua fundação, se tivesse tratado de introduzir com atitude a plantação da amoreira? A' parte os comentários, pois que o magistério resultado os dispensa!

Parce-me obra eminentemente económica e philanthropica a propagação da sericicultura.

Até hoje, infelizmente, só se tem escrito muito a respeito, mas ainda não houve quem tratasse seriamente deste assunto tão importante.

Ninguém ignora as dificuldades que atravessam não só o nosso Estado como todos os

mais da Federação, e, como já disse, si não se tratar com atitude de introduzir todas as industrias que se nos deparam vantajosas como a sericicultura, quanto antes, havemos forçosamente de atravessar momentos ainda mais tristes.

Eis, em pañidos braços, o methodo pratico, racional e de facilíssima applicação entre nós, que bebi nas lições da experiença adquirida com operários europeus intelligentes e que de longa data se dedicam a esta lucrativa profissão.

Não tive a pretenção de compor um tratado teórico sobre este assumpto contados históricos e demais informações, talvez esta demasiado superior aos meus limitados conhecimentos e de que geralmente só têm desempenhado ontem mais habeis, mas o que ali fixa é suficiente para qualquer ensaiar a referida Indústria com resultados plenamente satisfatórios, desde que guarde rigorosamente a observância dos conselhos dados. Si, pois, tiver algo de aproveitável o meu trabalho, sentir-me-hel sumamente satisfeito e convençido de que baldados não foram os meus esforços em bem de uma empreza tão promissora.

Barbacena, março de 1901.

Amílcar Savassi, director do nucleo colonial «Rodrigo Silva».

SERICULTURA — Prémios a conferir. Tarifas especiais para os produtos do bicho da seda.

HISTÓRICO

Desde D. João VI tentou-se introduzir no Brasil o cultivo do bicho da seda, tentaram este a que dedicou-se o Marquez de Lavradio, em tempos remotos, e mais proximamente o Sr. capitão Ribeiro Rezende: o principal motivo, uma sonharia que tem direito à uma citação especial; os apontamentos para a propaganda do *Bombyx mori* no Rio de Janeiro seriam incompletos e altamente ingratos, si não contivessem o seu nome. Refl-

ro me à Ex.^{ma} Senhora D. Marla da Motta Telxelha de Rezende.

Foi o ta heróica que, affrontando a indifferença e inoreia com que neste paiz, essencialmente agrícola, como diziam, o hoje, melhor dito—ilustramento agrícola, se trata de assumtos do riqueza nacional, assumtos de uma comprehensão facil, mas aos quaes não se liga, por *canceras*, o menor interesse, taxados, como são, os que à elles se dedicam, do visionarios, e, como tais, obrigados à recorrerem-se ao triste convívio de suas ilusões perdidas.

Foi D. Marla da Motta Tolxeira de Rezende a mais convenedora propagandista da Indústria serica entre nós: quer distribuindo lagartos da seda, quer promptificando-se à ensinar o demonstrar praticamente esta criação o cultivo: fazendo por mais de uma vez funcionar seu pequeno tear em pleno Somado, concorrendo á todas as exposições nossas, sem quo nos convencemos de ser o cultivo da seda uma industria rendosa o facil.

Não foi sómerto entre nós que esta soñadora de um brilhante futuro para nossa pátria, expoz as suas convicções, as suas lições e atirou os seus arrojos, dos quaes ainda não esquecen-se, pois dizem, na solidão dos desconsertos e da sua edade, ainda se entrega, com o mesmo afán á este ensinamento, que a levou á Exposição de Philadelphia, onde fez brilhar o nome brasileiro nas scintilações dos casulos do seu *bombyx*, quo ella, pelas suas machinas, convertia em fitas, entre as quaes prendia a atenção dos circumstantes, e deixando, no molo da sociedade americana, plantada a lição quo não aproveitamos.

Permitta pois tão respeitável matrona quo, do ponto recondito onde trabalho, á pensar agora em si e nas angustias de nossa pátria, eu lho envio sinceras, ainda quo humildes saudações, porque exprimom, antecipadamento, as do creanças desamparadas, quo ageitarei ao trabalho, om bem d'ellas e da pátria, ensinando-lhos este cultivo, para

cuja aprendizagem será sempre invocado seu querido e respeitável nome.

O QUE TÉMOS DESTA INDÚSTRIA

E' nos Estados do Sul do Brasil quo alguma com a progride a Indústria da sericicultura o principalmente no Rio Grande do Sul, onde expositores diversos exhibiram, no ultimo certamen industrial e agrícola do Porto-Alegre desde a seda em casulos até sua flaga final, produções estas quo começam a adaptar-se em Santa Catharina e Paraná.

Si em Minas, S. Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal tomos alguns exploradores deste prodneto, não seguo-so quo ello se tenha acclimado entre nós com a pujança e lucres quo pôde dar-nos, vistas as condições de nosso clima, onde vigorando sempre a amoreira, podemos obter duas creações do bombyx, annualmente.

DO BICHO DA SEDA

O pouco quo sobre esto brilhante, embora pequeno industrial, cujos productos primordiaos fazem um gozo para o rico e um desespero para o pobre, um atavio para os reis e um sonho para a plebe, um coxim onde se adormonta o viejo, ou a veste candida quo enfaela a donzella, está escripto em fulminosas paginas, das quaes compilo apenas o necessário para, em linguagem breve e chã, convencer ás mesmas de quo temos riqueza fácil de obter o quo despresamos.

O bicho da seda, originario da Asia, desde 2050, antes de nossa era, utilisara-se na China, o todos os povos do mundo o eram, desde que temham terrenos onde medro a amoreira, principalmente a branca, de cujas folhas elle se alimenta, oxputando depois esse filamento quo, mais tarde, se transforma nas roupas da mulher elegante, na purpura dos reis e nas casulas papais.

NASCIMENTO DO BICHO DA SEDA

De um diminuto ovo nascce esto bichinho, quo se desenvolve na dependencia do calor animal ou artifcial, ou solar, e quo também

o mata, para que lhe bordemos a riqueza de suas roupagens, as quais transformam-se em muro, si vendidas, ou em vestimentas luxuosas, si compradas.

Rápida é a sua vida, pois no díminuto prazo de 45 dias passa elle todas as evoluções que terminam na morte, deixando em poucas horas de afecto as primeiras de seu amor, o ovo, base da sua reprodução, ou em poucas horas do sofrimento, o casulo, base da sua riqueza.

Como a criação e desenvolvimento do bicho da seda tem por inicio a amoreira branca de quo elle se nutre, occupar-me hei apenas do plentio desta, sem o quo a sericicultura não tem razão de ser.

CULTIVO DA AMOREIRA BRANCA

A amoreira branca, *morus alba* do Linneo, é uma dicotiledónea, da família dos Moracos, originaria da Ásia Menor, hoje muito estendida em todos os países de climas diferentes, e quo, portanto, muita se poderia espalhar entre nós, si tivessemos um Sully para crear a nossa sericicultura, como fez elle na França.

Poucos ou nenhumas são os cultivos desta planta verificados entre nós, no Distrito Federal, apesar de tentar propagá-la, de todos os modos, o nosso confrade o Sr. Antônio A. Pereira da Fonseca, quo gratuitamente fornece a quem quiser, sementes e mudas desta planta, que desenvolvida em no qualque cultura rendosa, constitui uma riqueza si a seu lado prover-se o bicho da seda em larga escala.

As folhas da amoreira, em alguns países, vêm ao mercado como qualquer produto agrícola; Isto quer dizer quo o bicho da seda pode crescer dentro de nossas casas, apenas carecendo de termos o seu alimento, quo o plantador nos traz à porta.

Um alqueire de terreno comporta uma plantação de 1.000 pés de amoreira, as quais ficando distanciadas entre si quatro metros em todas as direções, ainda permitem a seu lado quaisquer culturas inter-

calares, de onde vê-se quo o amoreiral não demanda de um terreno especialmente dedicado á si. Pode esta plantação fazer-se como ensombramento de caubilhos, divisões de áreas para outras culturas, e até por enfeiteamento de ruas, quando os nossos edifícios assim o entenderem, e as *adoraceis* creanças, ruínas quo fazem o nosso encanto distritivo e pornográfico, o permitirem, e os carroceiros deixem de tirar das árvores publicas o açoite com quo tangem as suas almarlas, mal-inteligentes do quo nimilos, no caso vertente, pois não destroem o quo não construiram.

Per semente, galho, ou alporca aérea ou subterrânea, faz-se esta cultura quo muito daria si fosse substituir os velhos e improdutivos cafezeiros.

A divulgação deste plantio seria de grandes vantagens para este país, a sua animação por todos os modos é uma obrigação quo compete aos poderes públicos, e quo a ella não se devem faltar, pois lhe resulta dali uma fonte de renda.

Plantem todos os que têm terreno, por quo, mesmo sem cuidados, dentro de tres annos, estaremos preparados para a criação desse círculo, que por sua vez, estabelecerá entre nós as diversas industrias quo delle podem emanar.

* * *

Pelo exposto e mais, considerando:

Que os governos geral e estadual como animação á adaptação o progresso da sericicultura entre nós, devem, na órbita de suas atribuições, cereais-a de todos os benefícios e favores possíveis, propomos:

1º Estabelecimento de prémios aos criadores do bicho da seda e suas aplicações industriais.

2º Aplicação de tarifas especiais mínimas nas Estradas de Ferro, de madeira á não ser tarifa idêntica para casulos e sedas.

3—outubro—1901—Dr. Clímaco Barboza,—Carvalho Borges,—Hannibal Porto.

MICROBIOLOGIA applicada às indústrias vinícolas

SEU FUTURO NO BRAZIL

CONFERENCIA REALIZADA PERANTE O CONGRESSO DE AGRICULTURA PELO EXM. BR. DR. SUSSELA GARCIA, MINISTRO PLENIPOTENCIARIO DA REPUBLICA DO URUGUAY. (*)

Sr. Presidente, homensos congressistas:

Hendo os tempos mais remotos, so conhecido pelo nome de fermentação, de fervura, fervor, o phénoméno que o passo nos sucos assucarados do fructas expostas ao ar ambiente e destinadas a produzir bebidas como a cerveja, o vinho, a cachaça, etc., phénoméno que consiste em uma ebullição com elevação de temperatura e desprendimento, em meio de uma massa agitada, de ácido carbonico e álcool, por desdobramento da matéria assucarada.

Considerado a principio como puramente químico, indefinível, o phénoméno da fermentação alcoólica constitue hoje um phénoméno physiologico de ordem complexa, explicado pela ação íntima de um ser organizado e vivo que se designa comunmente pelo nome de fermento ou levadura e mais particularmente pelo de SACHAROMYCES MYERS, para distinguilo de outros fermentos que provocam no assucar act fermentações láticas, butíricas e outras.

Os sacharomycet são células ovais ou redondas de 800-7. (microm) de vida mais anaerobia, que se multiplicam por geminatio e em condições especiais por cormilação, distinguindo-se assim dos fungos inferiores, seres mais elevados em organismo e que se desenvolvem melhor em presença do ar, passando por todos os estádios da vida vegetal: germinação, vegetação, fructificação, dotados de mycelium, orgão do fructificação e esporos. As levaduras, ao contrário, não tem mycelium, nem esporos, são simples

células isoladas ou grupadas. Além disso, as duas exercem ação da decomposição sobre o assucar.

Uma das bebidas mais antigamente preparadas com auxilio da fermentação foi o vinho de cebada, segundo depois pela cerveja.

O mosto ou líquido de cebada era simplesmente exposto ao ar; porém o produto a elaborar-se podia receber o的帮助 os fermentos lácticos ou butíricos que produziam líquidos ácidos, inapropriados ao paladar.

Para preparar bem esse producto, o homem foi induzido a somear mosto de cebada com levaduras obtidas em operações precedentemente purificadas pela lavagem, do melhor modo possível.

Aactualmente nas cervejarias, onde as fermentações proseguem de uma maneira indefinida, utilizam-se as levaduras; porém não na forma precedente, senão em culturas puras das *Saccharomyces cerevisiae* de diferentes espécies, conforme se trate da fermentação, à baixa ou à alta temperatura, o que communica à cerveja um sabor particular, independente do que provém da adição do lúpulo.

E' a sumo que a fabricação da cerveja se faz de uma maneira regular e constante pela transformação da cebada em cerveja, sob a continuidade de ações químico-physiologicas.

E' para admirar que este processo não tenha sido adoptado na fabricação do vinho, justificando as palavras do Duhaut, em 1877, estranhando que maguen se houvesse preocupado em somear a vindima, ou o suco da uva por meio de levaduras, para dirigir a fermentação alcoólica e obter melhores vinhos.

Este estudo do consas foi provocado pelo facto de que, apesar de todos os orros e desfalcias de preparam ou de insucessos, em muitos países, se tem obtido o vinho de uva, o vinho de maçãs ou cedra, o vinho de peras, a uguardente de vinho, de maçãs, de cerasas, finalmente o álcool, base de todas as bo-

(*) A Conferencia foi acompanhada de demonstrações microscópicas e de apresentação de alguns vinhos preparados com o suco de várias fructas do Brasil.

bidas e da grande variedade de leveduras conhecidas.

Como diz, porém, Jacquinem, não se trata de produzir *quant' même*, importa hoje romper com a rotina, afastar os erros do passado e seguir a marcha do progresso.

Para prosseguirmos nesta senda é necessário darmos conta, em linguagem clara e desprolengosa, do phénomeno da fermentação que precede a elaboração de todas as bebidas alcoólicas que compreendemos sob o nome genérico do vinhos, ao qual se pode juntar, em cada caso, o nome do fruto do que precede o suco assucrado.

O fermento que produz a cerveja é o *Saccharomyces cerevisiae*.

A levadura que faz fermentar o mosto da uva se compõe de várias espécies, o *Saccharomyces Misoideus*, *apicidatus*, *pastorianus*, etc., e cada um delas possui diversas propriedades, que actuam em sentido determinado, dando ao vinho suas qualidades essenciais.

Guy Lussac fez crer durante longo tempo que a levadura existia no estado latente no interior do grão da uva, sendo suficiente o contacto do ar para torná-la activa.

Fremy opôs que na produção do vinho era o próprio suco que ao contacto do ar, dava nascimento aos grãos da levadura pela transformação da matéria albuminóide.

Pasteur, porém, demonstrou que a origem dos germens da levadura não existia senão na superfície dos grãos da uva, no exterior do fruto, acompanhado de esporos ou sementes de diferentes bactérias e poeiras atmosféricas.

Estabeleceu esta base científica, confirmada pelos progressos da microbiologia aplicada às indústrias que nos ocupam, não era lícito deixar de encarar-se, nos últimos tempos, a vinificação senão como um processo regular, subordinado aos mesmos princípios da elaboração da cerveja.

Desde logo, houve necessidade de reconhecer que o suco fermentável não podia chegar às cubas de fermentação carregado do

bacterias do fermento chamado selvagens todos capazes não só de paralysar a fermentação, senão de originar *a posteriori* todas as enfermidades, como acidez, amargo, etc., tão magistralmente estimuladas por Pasteur.

As uvas não podem ser trituradas quando estão imprevididas de poeiras atmosféricas, como ocorre em São Juan e Mendoza, regiões, aliás privilegiadas para a vinificação, sem produzir, como ali, as maiores perturbações na marcha e nos produtos da elaboração.

Nos logaros em que as circunstâncias do combustível o permitem, o mosto deve ser esterilizado à luxuosa temperatura para não alterar, posteriormente, o sabor do vinho, antes da fermentação.

Quando isto não se realize, a mão do homem deve sempre intervir para regularizar o phénomeno da fermentação, fazendo predominar na massa fermentável a maior quantidade de fermentos leves, além de que estes, por seu número e sua energia, dominem o campo reciproco de ação, isto é, dominem na luta pela vida aqueles germens que se oponham à fermentação ou deixem elementos para enfermidades posteriores no vinho.

Isto não se pode concretizar senão juntando aos mostos fermentáveis levaduras puras cultivadas nos melhores armazéns conhecidos.

Eis ali, senhores, os dois princípios que caracterizam todo o progresso da vinificação moderna, asepsia, diremos, limpeza, purificação do mosto e applicação de levaduras seleccionadas puras.

As applicações práticas foram precedidas pelos trabalhos fulminantes e os methodos aconselhados por Mrs. Hansen, Jacquinem, Kommer, Martinan, Riehl, determinando o isolamento das melhores levaduras em institutos microbiológicos de aplicação industrial de levaduras acclimatadas para todas as regiões, até levaduras para comunicar o *bouquet*, o sabor das melhores adegas.

Não podemos neste momento entrar em detalhes sobre esses trabalhos, assim como não podemos, por sua extensão, expor os grandes resultados obtidos na França, na Argélia, na Austrália, na Alemanha, com a aplicação da levaduras em mosto de pisco valor os próprios mostos sujeitos em estado de concentração, por exemplo, da Itália à Alemanha.

Isto seria ultrapassar o breve tempo concedido às comunicações do Congresso. Deixarei, não faremos mais do que o boçar de uma indústria geral tão interessante quanto.

Como autor de da clínica industrial, fomos propagandistas na República Argentina destes progressos e realizamos experiências na alega modello dos Srs. Benegas e Filhos, de Mendoza, onde foram obtidos os melhores resultados com levaduras que reproduzimos e multiplicamos, levaduras puras do Margau, Santerne, etc., trazidas do Instituto Le Claire de França.

Tendo em conta estes antecedentes, sentimos verdadeiro prazer ao observar a marcha, ainda que lenta, da fabricação de vinhos no Brazil, em estabelecimentos existentes no Estado do Minas, com auxílio do amparo das postas, gentilmente, à nossa aprovação pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Sentindo os invadidores brasileiros a luta entre a vidreira e as enfermidades cryptocisticas em seu país (1) concentraram principalmente sua atenção nas cepas de resistência conhoedas às enfermidades parasitárias e cultivando as americanas, japonicas, e outros obtiveram variedades e produtos que constituem uma verdadeira esperança nesti industria.

Os esforços intelligentes do Sr. Antônio Augusto Perola da Fonseca merecem especial menção.

Por outro lado o isto importa comen-

tar, fizemos applicação intelligentemente a indústria das levaduras puras aplicadas à fermentação dos mostos das uvas indíleadas e, em verdade, os resultados obtidos taos como os que provavam, ainda mesmo em mostos reconstituídos elaborados, não tem o menor paladar *foss* e é nova americana; pisco ou nadir se percebe, dollo; sendo um presteio ligeiro de uma segura e boa elaboração vinícola no Brazil.

Sejamos, heito estimular estes esforços, em nome do progresso e do aperfeiçoamento, que contam aqui tão intelligentes adeptos.

Nas industrias, como em todo trabalho humano, é conveniente estabelecer a marcha a seguir sobre bases seguras e o futuro mais certo em toda industria é aquello a que se chega por lento e paciente labor. Começava vo sa vinificação sem ostentar numerosos produtos; porém os principios da vossa elaboração são os principios da sciencia microbiologica applicados à arte vinícola.

Perseverar nessa senda é pensao que imita se chega tarde quando se chega bem o futuro da vossa vinificação compõe-se todos os vossos esforços.

Mas, ao expandir tão humildemente minhas idéias perante este Congresso, como uma homenagem tributada à Sociedade Nacional de Agricultura, de que me honro de ser socio honorario, permiti-me chamar vossa atenção para dous assumpções de grande importância industrial e prática no Brazil:

1.º Sobre a vantagem e utilidade do emprego das levaduras puras na fabricação do álcool;

2.º Sobre uma industria que está destinada a ser entre vós de um mérito e valor extraordinários, comparável à propria vinificação: refiro-me à preparação de bebidas agradáveis, hygionicas do pisco álcool e baratas, para o povo, principalmente pela fermentação dos sucos do grande numero de fructos que se contam em grande quantidade em vosso país, banana, abacate, cajú, tamarindo, jaboticaba, amêndoa, laranja, as-

(1) Cryptogamas microscopicas das vidreiras por J. de Campos Dornas.

sim como do ceará, arroz, mandioca, milho, etc.

Tendo em conta a fabricação actual do álcool no Brazil, devemos observar que aqui, segundo os processos recentes, é igualmente necessário regularizar a fermentação, si so quer obter maior quantidade de álcool suscetível da menor rectificação.

Sabe-se que a quantidade de aguardente teoricamente necessária à fabricação de um hecatólitro de álcool de 90° é de 139 kilos. Por meio das levaduras puras com as reduções das rectificações pôde aumentar-se essa somma a 2, 3 e 4 kilos mais do aguardente por hecatólitro de álcool, porém com uma levadura que tinha servido o por isso mesmo contaminada, só empregaram nos casos mais favoráveis, 10 kilos mais do aguardente, nos casos menos favoráveis, 15 kilos mais do aguardente. Temos a sim, não empregando levadura, um dispêndio maior de 10 a 15 kilos de aguardente que pode economizar-se com imensa vantagem, quer para aumentar a própria produção de álcool, ou para aumentar a produção total do aguardente, salvo a sua perda actual pelas levaduras puras.

Este sistema, ou seja a aplicação das levaduras puras, depois de ter conseguido patente, passou já à prática nas importantes distilações do mundo, onde se fabricam em conjunto por dia mais de 2.500.000 hecatólitros de álcool. O sistema dá, pois, com 142 a 147 kilos de aguardente, 1 hecatólitro de álcool rectificado.

Quanto aos sucos de vossas frutas que são por si só de um paladar agradável e muito original, fermentados por meio de levaduras de diferentes classes ou da pectina que elas mesmas contêm bem cultivadas, serão uma revelação preciosa no terreno das bebidas puras e de pouca proporção alcoólica, deslindadas e proclamadas pela higiene, não só como a mais saudável e não também como uísque meio pratico para combater o uso das bebidas impuras e o alcoolismo. O espírito que combate, tão meri-

torialmente, o alcoolismo está hoje conveniente que o meio mais acelerado de obter seu objecto é vulgarizar bebidas da ordem emanilada o que se serve já em muitas cidades gradativamente, no publico, como melo do doswell o desde logo o afastar o mais tarde das bebidas puramente alcoólicas.

A idéa de fermentar os sucos assucrados e empregados como bebidas não é nova no Brazil como se deprehende das bem inspiradas obras dos oradores Drs. Luiz Pereira Barreto e Bonilla do Toledo.

Da que pedir? levar-se agora é do movimento, do aperfeiçoamento dos produtos por meio dos progressos achares.

Aqueles resultados podem servir com indicações preciosas para o desenvolvimento da indústria nova.

Das considerações expostas surge necessidade de um ensino que propague os progressos da fermentação alcoólica pelo caudilho das demonstrações práticas.

Com elle virão os bellos desenvolvimentos da boa e saudável vinificação, o maior rendimento e maior pureza dos produtos das distilações, a preparação no Brazil de todas as bebidas procedentes daquelas inumeros fructos, que, fermentados por levaduras puras seleccionadas, darão ao publico, em breve tempo, bebidas tão higiênicas, baratas que o afastem das noçivas, que desprimem sua força e seu carácter, encaminhando-o para a degradação e a demência.

Aqui, cabrá divisar um futuro muito vasto, no qual a ciência, o labor industrial, ao amparo de vossas riquezas naturais marquem em vossa pátria uma era dilatada em benefícios, para a economia nacional, o interesse industrial, a saúde pública e o bem da humanidade.

Assim, permiti-me apresentar ao Congresso de Agricultura a seguinte conclusão prática:

O Congresso de Agricultura declara de conveniência e utilidade que a Sociedade Nacional de Agricultura estude e estableça

os meios de ensinar e propagar a applicação methodica dos fermentos e levaduras puras as fermentações, para fabricação do vinho, do alcohol e dos sucos assucarados do fructo do Brazil, destinados estes ultimos à obtenção das bebidas menos alcoólicas, mais baratas e mais hygienicas.

Cultura do caco

Considerando que a laboura do caco, pouco desenvolvida entre nós, está destinada a ser um dos maiores factores da riqueza particular e pública em nosso paiz, porquanto, apesar de só poder ser vantajosamente cultivada em terrenos festeiros on a margem dos rios, a vasta extensão do nosso territorio comporta o plantio do caco em alta escala;

Considerando que as nações da Europa, ao em vez do que acontece com o assucar, que quasi todos produzem superabundantemente, offerecem mercados desembaraçados ao caco, que alimenta a industria do chocolate;

Considerando que a importação do caco na Gran-Bretanha tende a aumentar pela grande procura desse producto, conforme declarações officiaes feitas pelo Ministro da Fazenda no departamento britannico (relatório do consul do Brazil em Londres, de 13 de junho de 1901, dirigido ao nosso ministro das relações exteriores, *Diário Official* de 6 de dezembro do corrente);

Considerando que, segundo o quadro junto, organizado com as dades fornecidas pela Junta Commercial (*Board of Trade*) de Londres, a importação do caco na Gran-Bretanha tem aumentado de 1898 para cá e o Brazil vai conquistando o mercado britannico, sondando a sua exportação em 1900 superior á dos Estados Unidos, Columbia e Equador, e sendo a tendencia do preço antes para aumentar do que para diminuir;

	1898 Libras
Do Brazil.....	1.705.960
Do Equador.....	1.362.893
Das possessões portuguezas...	6.925.332
Dos Estados Unidos.....	344.786
Da Columbia.....	749.235
Das possessões inglesas.....	19.849.107
De outros países.....	8.803.300
Total.....	42.833.983
	1899 Libras
Do Brazil.....	2.862.288
Do Equador.....	4.107.303
Das possessões portuguezas...	8.675.881
Dos Estados Unidos.....	196.273
Da Columbia.....	1.064.110
Das possessões inglesas.....	19.639.494
De outros países.....	6.927.832
Total.....	43.473.211
	1900 Libras
Do Brazil.....	3.267.491
Do Equador.....	3.119.619
Das possessões portuguezas...	11.883.121
Dos Estados Unidos.....	481.429
Da Columbia.....	701.879
Das possessões inglesas.....	21.190.186
De outros países.....	9.000.587
Total.....	52.047.318

Direitos da alfândega 1 d. por libra, caco em casco 2 d. por libra.

As mudanças nos preços durante o anno do 1900 foram as seguintes, a saber:

	Por 102 libras
	s d s d
Janeiro.....	61/- a 70/-
Fevereiro.....	70/- » 72/6
Março.....	68/- » 72/6
Abrii.....	67/- » 70/-
Maiô.....	70/- » 71/-
Junho.....	71/- » 72/-
Julho.....	71/- » 75/-

Agosto.....	73/.	a	75/6
Setembro.....	73/6	>	75/6
Outubro.....	75/.	>	75/6
Novembro.....	75/.	>	75/6
Dezembro.....	69/.	>	71/.

Considerando que só o Estado da Bahia do julho de 1893 a agosto do corrente anno, exportou para varios paizes da Europa e da America 52,814,517 kilos de cacao no valor de 63,031,663\$887 (Dados officiaes fornecidos pela Directoria das Rendas do Estado da Bahia);

Considerando que convém fazer-se a propaganda do cacao entre os nossos agricultores, tornando bem conhecidas as vantagens que o seu plantio proporciona, e aproveitarem-se, desde já, os actuaes plantadores para, dia a dia, alargarem as suas conquistas nos mercados consumidores;

Propomos as seguintes conclusões:

O Congresso Nacional de Agricultura emitte o voto de que:

1.º A Sociedade Nacional de Agricultura, prosseguindo na missão de propagandista, procure tornar bem conhecidas em nosso paiz as immensas vantagens da cultura do cacao;

2.º Os lavradores do cacao, onde já existe a cultura, mais ou menos desenvolvida, se agrimitem formando syndicatos agrícolas, com o fim de estender o plantio, aperfeiçoar o preparo do producto e alargar o comércio com a Gran-Bretanha e os outros paizes consumidores.

Sala das sessões, 30 de setembro de 1901.—
Ignacio Tosta, — Domingos Sergio de Carvalho,

Francisco Sodré, — José J. Seabra, — Paula Guimarães, — Satyro Dias, — Paranhos Montenegro, — Tolentino dos Santos, — Carlos Rainha.

PARECER

Fazendo um estudo demorado do trabalho apresentado pelos Srs. Drs. Ignacio Tosta, Domingos Sergio de Carvalho, José J. Seabra, Paula Guimarães, Satyro Dias, Paranhos Montenegro e Tolentino dos Santos, à 5ª com-

issão, apontando medidas que devem ser imediatamente praticadas como meio de proteção à lavoura do cacao, cumprimo fazer algumas considerações sobre o assumpto, antes de lembrar alguma coisa mais, que possa interessar praticamente.

O cacao, cuja plantação começou em 1740, no Pará, teve como primoros mercados consumidores Lisboa e o Porto, unicos até 1808 para os quais era exportada a produção daquella época. Até em 1850 a sua plantação extendia-se por espaço de 80 leguas, aproximadamente, ocupando muitas lhas e grande extensão da parte marginal do Baixo Amazonas, desde Montalegre até Obidos.

Além deses, outros cacaoeiros ocuparam as margens do Tocantins, em extensão de 100 leguas. Quem percorrer hoje essa região, outrora, coberta pela preciosa plantação indígena, ficará entristecido por ver quanto reduzidíssimas são all as plantações, pelo abandono completo em que desde há muito jazem, trazendo como consequencia, si não so fizer sentir a ação effeaz de alguém, a completa eliminação da futura cultura. Em 1755 começou a ser plantado o cacao na Bahia, nas comarcas do littoral e no Recôncavo de Nazareth e nesse tempo a concorrência ao Pará era insignificante.

E' a lavoura que mais convém ao paiz e a que maiores vantagens pôde proporcionar ao lavrador, pela economia de capital e de braços, principalmente destes, tão escassos e caros nos nossos centros agrícolas.

A produção compensa largamente qualquer cuidado, pois que mil cacaoeiros dão anualmente 50 arrobas de fructos, em condições de venda, de contados os estragos feitos pelas aves e animaes daninhos.

No Amazonas pôde-se calcular a produção anual de cada cacaoeiro em duas libras por arbusto e assim sendo sobreponha a todos os outros ramos de lavoura, bastando tres annos para produzir fructos. Acresce que aos seis annos, quando chega ao seu completo desenvolvimento, dispensa completamente o pessoal encarregado do cuidado.

Dando tão compensadores resultados com pequeno dispêndio, justo é que, sejam aproveitadas as terras frescas, tão abundantes no Amazonas, Pará, Espírito-Santo e Bahia, tanto mais quanto, mulheres, meninos e até invalidos podem ser empregados no plantio e amadurecimento do cacoal e na colheita e tratamento das amendoas.

São tantos os usos do caco que é oito hoje empregado na fabricação da mantega, do chocolate, do leite e das tinturarias, tornando-o por essas múltiplas aplicações à Indústria, procurado na Espanha, Itália, Alemanha, França, Holanda e Inglaterra, em proporções sempre ascendentes.

Não querendo tornar-me prolixo neste parecer, peço, entretanto venha para chamar a preciosa atenção do benemerito Congresso de Agricultura, no que concerne ao modo de exportação desse cheio produto de exportação da nossa flora. Para isso transcrevi uma notícia do importante monografia publicada sobre a lavoura do caco em 1852 e trouxe uma ideia exata do sistema ainda hoje adoptado no Amazonas e no Pará, com manifesto prejuízo para os interesses dessa zona caacoeira. Eis-a: « O mño trato que sofre o caco do Amazonas desde que saiu do pato do lavrador até chegar à Europa, é quanto a mim o que altera a qualidade, fazendo não ter naquele mercado melhor preço e reputação. Segundo o costume do paiz os carregadores mandam às fazendas pequenas embarcações a receber dos lavradores o caco, que tem de embarcar para a Capital e quanto pôdem obter vão depositando a granel em armazéns juntamente com os mais generos, que tem de ir a fretes, como salsa, cravo, óleo de copayba, potes de manteiga de tartaruga, ou de azeite da andiroba e outros generos: o que embara vai a granel no meio dos generos, ou esses no meio delles, e o que hea em armazém para segunda e terceira viagens, continua a sofrer a mesma sorte. »

Sendo esta ainda hoje a situação, convém aconselhar os meios de melhorar-a assim de

que o nosso produto tenha a primazia, a que lhe dá direito a sua superioridade qualitativa, nos mercados consumidores, pois que até os presentes dias o caco de Caracas é considerado o melhor e tem maior procura, para o fabrico do chocolate.

Conclui-se do que fica perfunctoriamente dito que deverão, como medidas protectoras serem adoptadas as seguintes resoluções:

1.º Inclusão do caco no numero dos produtos da lavoura nacional passíveis de redução das tarifas terrestres e marítimas;

2.º Solicitação ao Governo dos Estados interessados directamente no cultivo desse ramo da lavoura, a menor redução possível do imposto de exportação;

3.º A Sociedade Nacional de Agricultura estudará e propagará o modo melhor e mais prático de ser exportado o caco, conservando as excellentes propriedades que lhes são inherentes;

4.º Desenvolvida propaganda, procurando alargar o consumo com a criação de novos mercados estrangeiros. — *Hannibal Porto*, relator. — *Cleto Nunes*.

Pequena cultura

Considerando que a pequena cultura nas circunvoluições da Capital Federal constitui o meio de vida de muitos milhares de habitantes desfavorecidos da fortuna;

Considerando que essa lavoura atravessa actualmente também uma phase angustiosa de privações e prejuízos e que os poderes públicos tem o dever de auxiliar no que deles depende a essa laboriosa classe, cujo trabalho representa uma produção de muitos milhares de contos de réis anualmente;

Considerando que do desenvolvimento da sua pequena cultura dependem a hygiene, a boa alimentação e a economia de vida da Capital Federal, o que interessa a todo o povo;

Considerando que entre as causas que impedem esse desenvolvimento sobressai-se a dificuldade de comunicação entre o pro-

ductor é o consumidor, o que torna necessária a classe dos intermediários e anima a gananciosidade destes que entregam ao consumo os géneros por três, quatro e muitas vezes o preço que pagam ao lavrador, entorpecendo assim o consumo com prejulzo da economia e hygiene da população e sacrificando os interesses do pequeno lavrador;

Considerando que esses intermediários são em sua maioria estrangeiros, que não se fixam no paiz nem fazem circular os capitais e só aguardam a aquisição do pequeno povoado para se repatriarem, ao passo que os lavradores, nacionaes ou não, concorrem para o povoamento e riqueza do capital;

Considerando que os produtos da pequena lavoura, além de necessários às classes abastadas constituem o recurso da classe operaria e que assim o encarecimento desses géneros, dificultando a vida do operário, concorre para elevar o preço da mão de obra e portanto, para obstar ao desenvolvimento das indústrias;

Considerando que o meio mais adequado a melhorar a sorte da pequena lavoura é a multiplicação de mercados e praças disseminados pela capital e em que o lavrador possa comerciar directamente com o consumidor, com economia para estes e lucros para si;

Indico que o Congresso do Agriculturna propõe aos poderes municipais da Capital Federal que organize a multiplicidade de mercados e praças livres ou feiras em que os pequenos lavradores possam, sem acréscimo de onus, expôr os seus produtos diariamente e vendê-los a retalho.

Capital Federal, 28 do setembro de 1901.
— Dr. Wenceslito Alves Leite de Oliveira Bello.

PROPOSTA

Considerando a urgente necessidade de se criar novos ramos de produção, animando da preferencia aquelles que são susceptíveis de satisfazer de prompto as exigências do consumo;

Considerando que se acha em neste caso a

cultura da batata, o fornecimento de palhas do cigarro, a Indústria do lacteículo e a maioria necessária à fabricação dos phosphoros;

Considerando que a produção da batata já chega por duas mil toneladas, e que a elevação dos direitos aduaneiros consolidaria essa cultura de fácil desenvolvimento, emançipando-nos integralmente e derrocando o domínio dos especuladores que adquirem do nosso produtor o mencionado género a baixo custo para vendê-lo por alto preço com mercadoria estrangeira, ignorando assim a mercadoria nacional para sustentar a importação;

Considerando que por este processo conseguiremos os negociantes eliminhar do mercado a palha de cigarro nacionais, aliás superiores à estrangeira;

Considerando que essa ultima Indústria era exercida em geral por moços, de ordinário pobres, motivo bastante para protegê-la assim de oferecer a actividade feminina um campo de trabalho, com proveito para a moral e economia doméstica;

Considerando que a Indústria nacional deve consumir de preferencia a matéria prima do paiz, e que portanto não se comprehende em que da boa doutrina, a importação da madeira destinada à fabricação dos phosphoros;

Considerando que essa protecção desabrida à matéria prima estrangeira traz-se em perseguição à riqueza florestal do paiz, cujo valor cumpre aproveitar, o que a não ser assim convém deixar entrar de uma vez o phosphoro fabricado;

Considerando que a manteiga é um produto do leite e que a margarina vendida como manteiga constitue fraude punida pelo Código Penal;

Considerando que é proibido o comércio dos géneros alimentícios falsificados, nocivos ou não, o que tendo proibido o comércio desses géneros, não podem estes ser trazidos sem grave violação da lei;

Considerando que a margarina inunda o mercado, occultando-se sob rotulos falsos, o

que demonstra a sua entrada por contrabando com prejuízo manifesto do produto legítimo;

Considerando que a manteiga fabricada com margarina não pode nem deve ter entrada na Alfândega, o que ao Poder Executivo por intermédio da Repartição de Hygiene compete providenciar a respeito do comércio dos géneros falsificados, propõe-se que o Congresso Nacional do Agricul-tura solleite do Governo:

1.º Elevação dos direitos aduaneiros sobre a batata, que pode ser abastecida integralmente pela favorecida nacional em curto espaço de tempo. 2.º Direitos prohibitivos na Alfândega sobre a palha de cigarro, sobre a madeira destinada à indústria dos phosphores e sobre a manteiga falsificada com a margarina.

3.º Fiscalização efectiva do comércio de géneros alimentícios, especialmente da manteiga nacional ou estrangeira, aplicando-se rigorosamente os preceitos do Código Penal e dos Regulamentos Sanitários.

Capital Federal, 27 de setembro de 1901.—
Americo Werneck.

PARECER

A comissão abaixo assinada, nomeada para dar parecer sobre a patriótica proposição apresentada em 27 de setembro de 1901 pelo Ilustríssimo Sr. Dr. Americo Werneck, é de opinião que seja adoptada, unicamente com as seguintes modificações e ampliações:

1.º Para o art. 1º traslado-se a indicação relativa à manteiga fabricada com a margarina.

2.º Ao art. 2º acrescento-se — tanto os paliotes como a madeira destinada à indústria dos phosphores, como o pinho ou outra que se importar para qualquer fim diverso que seja.

Ao art. 3º acrescente-se:— Além da manteiga nacional e estrangeira, incluam-se também bebidas, conservas alimentícias ou aperitivas ou condimentícias, e outros géneros destinados à alimentação pública.

Também julgamos como medida comple-

mentar de protecção por meio de tarifas, a pequena indústria da palha do cigarro, em condições de poder suprir completamente às necessidades do consumo, tanto em quantidade como em qualidade, que possam competir com o similar estrangeiro, que o Governo concede prémios a aquelas que estabelecerem fábricas no país, com máquinas aperfeiçoadas, além do que se obtém integralmente o resultado desejado.

Acetadas que sejam estas modificações e ampliações lembradas aqui pela comissão, esta é de parecer que o projecto seja adoptado.

Sala das comissões do Congresso de Agricultura, 31 de setembro de 1901.— M. Corrêa de Freitas.

PROJECTO

Levando em conta as sabias e patrióticas medidas, que todos os países civilizados mantêm, para a imperável conservação da sua flora, mananciais d'água, fauna, o que, com notável rigor, especialmente se faz nos Estados Unidos da América do Norte, onde não só por parte da União, mas ainda pelos poderes Estaduais e Municipais a legislação é severíssima e a execução e fiscalização as mais eficazes.

Levando ainda em conta, quanto aos pequenos passaros, cuja destruição não só offende as Leis e sentimentos de Humanidade, como cruelmente elimina os habitantes do espaço, e nos priva de admirar o grandioso espetáculo da dominação das alturas, a beleza de suas formas e cores, como das emoções que encerram as harmonias de sons cantos, orquestração sublime das matas, que tediosas quando desertas, com elles são até meios de atração para os homens das cidades. Acresce que tão nefanda destruição é exclusivamente numa tárta de selvageria, herança das morlas eras do barbarismo, e nunca sem dúvida, um factor para as riquezas sociais, e nem mesmo, porventura justificável como meio de subsistência, porquanto tal destrui-

ção tem por fito a diversão e não a alimentação;

Attendendo mais, que a grande quantidade de pequenos passaros são indispensáveis auxiliares da laboura, pela extermínatio que fazem dos parasitas, insectos e lagartos, verdade experimentalmente patenteada pela Inglaterra, quo, Indagando das causas da diminuição dos cereais na Colonia do Cabo, verificou estar na falta de pequenos passaros, o quo deu lugar a extraordinaria multiplicação de Insectos, Lagartos e parásitos, nraq; que saiu fazendo vir da Australia milhares de passaros para a mesma Colonia. Nesse humilhatorio e utilissimo Intuito proponho:

Art. 1º O Governo expedirá regulamentos destinados a acantilar as varias ordens de interesses, que se prendem à conservação das matas e a procreação de quadrupedos, aves e pelxes, cingindo-se as seguintes condições:

I. As matas situadas nos cumes dos montes, serras e onteiros, e margens dos rios, pelo menos na parte superior do seu curso até as nascentes respectivas, sob pena de rigorosas multas que forem cominadas e até da prisão no caso de reincidencia.

II. Fica proibida a caça de quadrupedos e de aves nas épocas de procreação, isto é, de agosto a fevereiro, também sob penas rigorosas.

a) Prohibir em absoluto, em todas as épocas a destruição de passaros, cujo tamanho não seja superior ao sable, considerando este como inferior.

III. Quanto aos pelxes, não sendo ainda possível suspender a faculdade da pesca na época da desova, pelo menos determinar a extinção das cérulas de qualquer matrozoa, fojos, das reles do arrastão e das de pequena malha.

a) Prohibir completamente o emprego de venenos, como o tlimbó, etc., bem como da dynamito e de outros explosivos, quer nas balas, quer nos rios.

IV. Para que as medidas a adoptar não se tornem platônicas, como em regra infeliz-

mente acontece em nosso paiz, nos ditos regulamentos se determinará que as matas cominadas, pertencerão *in toton*, tanto no agente do Poder Público, a quem se incumbir a conservação das matas e protecção dos animaes, como ao particular que deminas os infraactos.

V. Nesse regnlamento o Governo tomará medidas que estimulem a criação do gado das protectoras do animaes, como se pratica em todos os países civilizados. — *M. Corrêa de Freitas.*

EMENDA AO PROJECO DE PROPAGANDA DO CAFE NO ESTRANGEIRO

Attendendo que a herba matto, produto espontâneo do nosso paiz, quo não encontra similar em outro qualquer a não ser em pequena escala no Paraguay, o quo nem é susceptivel de acclimatação em outras regiões do globo;

Attendendo mais, que sendo um produto de facil extração, e portanto bastante remunerador, com a vantagem de poderem nello se empregar, todos os pequenos cultivadores, como acontece nos Estados do Sul;

Attendendo ainda quo este ramo da indústria já criada e consideravelmente desenvolvida em sous processos fabris, dá trabalho a quase metade das populações do Paraná e Santa Catharina, o quo o valor da exportação desto produto para as Repúblicas do Prata e do Chile, attingem a cera de 60:000\$000 contos, sem contar com o quo é tambem exportado do Rio Grande do Sul e Matto Grosso, cujo valor, pelo menos desse ultimo, aproxima-se ao dos Estados do Santa Catharina e Paraná;

Considerando quo o desenvolvimento desta industria no momento em quo se abram novos mercados do consumo, será um dos grandes factores da nossa transformação económica, e sem temer futuras concorrentes, por não encontrar similares, como acima já disse, pols, a exportação quo hoje se encontra por dezenas de milhões, com a

abertura de novos mercados passará a con-
tar-se por bilhões de kilogrammas;

Considerando finalmente que este ramo
quai que constitue a única e principal Indus-
trial da tres Estados da União, parece ra-
zoável e de equilíbrio que as forças do Go-
verno não se limitem a amparar apenas as
industrias actualmente mais fortes;

Em summa, considerando-se mais, que
pela analyse das maiores autoridades medi-
cas de Viena e Paris, etc., foram contesta-
das as suas propriedades nutritivas, como
alimentício do pompanço, — que proclamaram-na
riquíssima em principios azotados, e por ex-
cellencia diuretico, do que temos testemunho
frigante na boa cor e robustez dos fru-

bantes das campanhas dos Estados do Sul do
Brazil, e os do Rio da Prata que fazem uso
quasi exclusivamente desta bebida.

PROONTO

Art. Os favores concedidos à propaganda
do café nos mercados estrangeiros se esten-
derão tambem á da herva-maté, dentro e
fóra do paiz.

I. A propaganda deste produto ainda que
no par da do café, contudo devorá constituir
uma seccão especial para este Imu.

II. Para o que, o mallo concorrerá com a
mesma porcentagem do seu valor como auxí-
lio à mesma propaganda. — *M. Corrêa de
Freitas.*

cm 1 2 3 4 5 6 Scielo 0 11 12 13 14 15 16

ÍNDICE

PÁG.	PÁG.
«Aperfeiçoamento da cultura da cana de a sucar, tendo em vista o aumento da sua riqueza arquearia» — Dr. Paulo de Amorim Salgado	4
«Parecer»	16
«Memória» — Dr. José Maria Carneiro da Cunha	17
«Parecer»	22
«A Indústria Aucarreira do Brasil» — Dr. Antônio Ramalho	21
«Exposição feita perante a Comissão do Conselho de la otra, commercio e propaganda do açucar» — Emmanuel Goncalves	26
«Parecer»	32
«A Indústria aucarreira no Brazil» — Dr. Augusto Ramalho	31
«Parecer»	47
«Carta» — P. Izidoro Roiz da Costa	49
«Relatório sobre a representação da <i>Revista Agrícola</i> da Sociedade Agrícola de Agricultura»	51
«Proposta»	56
«Proposta»	56
«Indicação»	58
«Conselhos apresentados pelo Sr. E. Gourdeau»	59
«Carta» — Dr. J. Pacheco Pereira	59
«Parecer»	63
«Carta» — Dr. W. H. Crossman & Bro.	63
«Dos impostos sobre o açucar das minas subvençionadas no Estado de Pernambuco» — Dr. Paulo de Amorim Salgado	69
«Parecer»	73
«Parecer»	73
«Instituto profissional de la medicina» — Dr. Padua Rezende	89
«A união da lavoura sob a forma de syndicatos agrícolas» — Dr. Wenceslao Bello,	89
«Organização bancária entreposto de café» — Dr. Mattoso Gama	100
«Importos interestaduais — Necesidades do trabalho nacional» — Jerônimo de Castro	105
«Estudo sobre a valorização da propriedade acriola e do crédito rural» — Arthur Dantz Lagarde, Dr. Manoel Panlino Cavalcante	111
«Indicação sobre a organização do serviço sanitário de polícia agrária» — Dr. Plácido Gómez	119
«Parecer»	121
«Projeto de um Banco emissor único no Brazil para fixação do cambio a 21 d. por mil reis, desenvolvimento acriola e comercial, criação e exploração de indústrias, criação das escolas coloniais, conversão da dívida pública fiduciária, roteirização e exploração de minas e metais preciosos, etc.» — J. Rez Lins	122
«Colonização, povoamento e culturas» — Barão Andréia Guichelmani	126
«Memória» — Barão Andréia Guichelmani	127
«Parecer»	131
«Reforma tributária e cambio» — Barão Andréia Guichelmani	135
«Parecer»	137
«A evolução social, industrial e agrícola no Brazil. As eséndas práticas da agricultura e os pequenos Bancos» — Fausto Pedreira Machado	137
«Memória» — Dr. João de Carvalho Borges Júnior	141
«Parecer»	149
«Considerações sobre o 3º ponto do projeto reformado pela comissão executiva do Congresso de Agricultura» — Dr. Carvalho Borges Júnior	151

PAG.	PAG.		
* Considerações apresentadas no Congresso Agrícola, sobre interesses econômicos, medidas reclamadas pela experiência, para elevar e melhorar a indústria nacional em tempos de crise e profunda desorganização; crédito agrícola — do Dr. Ferreira Ramo	156	* Cultura dos cereais e grãos solos o ponto de vista da pequena fazenda — Dr. Minson	312
* Representação da Associação dos Agricultores do Município de Valença à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro — Dr. Sylvio Ribeiro	172	* Parecer	333
* Pareceres	177	* Culturas diversas — Ensaio e exceção de la, por meio de Colombia preventiva e correcionais terapêuticas — Dr. Clímaco Barbosa	354
* Projeto	178	* Parecer	361
* Indicação	183	* Parecer sobre o memorial do Dr. Clímaco Barbosa, relativo a colônias preventivas e correcionais para menores —	371
* Proposta	183	* Parecer	373
* Proposta	184	* Indicação apresentada pelo Congresista Leandro Ferreira	374
* Projeto	185	* Parecer	374
* Herva Mattos — Dr. Victor Ferreira do Amaral	202	* Sericultura no Estado do Minas — Amílcar Savari	376
* Parecer	222	* Serricultura — Primeira conferência	382
* Cultura das plantas têxteis, aperfeiçoamento da cultura do abacô-direiro, o meio de desenvolver a — Dr. Gustavo d'Utra	223	* Microbiologia aplicada às indústrias vinícolas. Seu futuro no Brasil — Dr. Suelyda Guarechi	385
* Parecer	247	* Cultura do caco — (proposta)	389
* Cultura dos tuberculos — Dr. Phil. Antônio Cláudio	248	* Parecer	390
* Parecer	253	* Pequena cultura — (indicação)	391
* Melhoramento do terreno de cultura — G. Muniz	254	* Proposta	392
		* Parecer	393
		* Proposta	393
		* Recomendação ao projeto de preparação do café no estrangeiro — (proposta)	394

SUPPLEMENTO D'A LAVOURA

Actas da Directoria
e do Conselho Superior

JANEIRO A DEZEMBRO

III

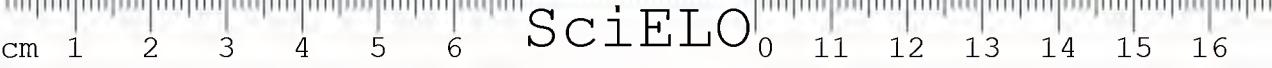
1902



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

1910

50 (1-99)



SciELO

SUPPLEMENTO D' «A LAVOURA»

ACTAS DA DIRECTORIA



Acta da 138^a sessão da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura em 13 de fevereiro de 1902

PRIMIDENCIA DO DR. ANTONINO FLALHO

Aos 13 dias do mês de fevereiro do anno de 1902, às 3 1/2 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Antonino Flalho, João Baptista do Castro, Wenceslão Bello, Aristoteles Calça, Aristides Calre, E. Jacy Monteiro, Angusto Bornacchil, José Sand e Pablo Leal, o Sr. Presidente declara aberta a sessão, dando por empossada a nova directoria da Sociedade, eleita na assembléa geral de 4 deste mês.

São lidas, postas em discussão e aprovadas as actas das sessões 129^a, 130^a, 131^a, 132^a, 133^a e 134^a de outubro e novembro de 1901.

Na discussão da acta da sessão 130^a, do 26 de outubro, diz o Dr. Wenceslão Bello que pôde parecer da leitura que ouviu, ter a directoria da Sociedade reduzido os honorários do director de culturas para que este fosse constrangido a se retirar do cargo, quando entretanto foi o próprio director de cultura quem espontaneamente teve aquella idéa. O 1º secretário rola a acta, e depois de algumas explicações com que concorda o Dr. Bello, dá-se este por satisfeito.

EXPEDIENTE

Ofício do Sr. Alberto do Aranjo Ferreira Jacobina, comunicando que, por motivo de força maior, teve de se ausentar desta Capital, não lhe sendo possível comparecer à presente sessão. — Selento.

Carta do Sr. Casemiro Jorge remetendo um exemplar do *Correio de Itabira*, do Itabira do Mato Dentro, Estado de Minas Geraes, em que faz publicar um artigo sobre «criação do bloco da seda», o pedindo a transcrição desse artigo no boletim da Sociedade. — Ao Sr. Secretário geral.

Circular da Associação dos Agricultores do Município de Valença remetendo um prospecto e um projeto de estatutos da Associação Cooperativa Agrícola da Paraíba, solicitando que subscreva a Sociedade algumas ações da referida Cooperativa.

Não obstante a directoria da Sociedade aplaudir muito sinceramente a instalação de syndicatos e cooperativas, em cuja propaganda tanto se tem empenhado, não lhe é todavia permitido fazer parte de associações dessa natureza.

Ofício do Sr. Arthur Diniz Lagarde, remetendo à apreciação da Sociedade várias amostras de tecidos impermeabilizados, de que tem privilégio pela carta patente n. 3,466, de 13 de dezembro de 1901, do Governo da República, aplicados à feitura de sacos para transportar café, malas, capas, etc., conforme é exposto na circular impressa que também acompanhou o aludido ofício.

A directoria nomeia uma comissão composta dos Srs. João Baptista do Castro, Aristides Calre e Wenceslão Bello para dar parecer.

ORDEN DO DIA

São propostos e aceitos os seguintes assuntos efectivos : Dr. Alfredo da Barros Madureira e Joaquim Lopes Bastos, residentes na Capital Federal, J. Martins, do Estado do Rio, Dr. Alelde Xavier do Gonçalves e Dr. José Thotonio Pacheco, do Estado de Minas Gerais e o Dr. Daviho dos Santos Pimentel, do Pernambuco.

O Sr. Sergio do Carvalho pôde a palavra para comunicar que, logo depois do encerrado o Congresso de Agricultura offerece ao 1º Secretario da Sociedade, assim de lhe fazer entrega de todos os papéis, memorias e documentos do mesmo Congresso.

Justamente nessa occasião devia o cargo do 1º Secretario o Ilustre consocio Dr. Sampalo Corrêa e o orador vinho obrigado a continuar na posse daquelles papéis, que preclavam ser postos em ordem, alguns copiados, outros catalogados, servigo esse tão pequeno, de que, não podendo tomar, encarregou os Srs. Paquet e Victorino Porfirio, etendo no primeiro ordenar o catalogar os papéis, e no segundo transladar as notas das ses 503 para o Livro especial.

E não é só isso : muitas memorias ainda estão por publicar, bem como os Anuários.

Julga que a direcção desse servigo compete à Secretaria da Sociedade.

Os Srs. Antonino Fialho, Wenceslao Bello e outros: Não há tal ; compete ainda à comissão executiva do Congresso.

O Sr. Wenceslao Bello: penso que a directoria da Sociedade não deve tomar deliberação alguma a respeito do andamento desses trabalhos do Congresso de Agricultura sem que tenha primeiro uma conferencia com o Exm. Sr. Presidente da Republica.

Fizeram-se despesas e despesas ainda temos que fazer. Precisamos publicar os Anuários e as Memorias, que ainda não foram publicadas.

Conforme ordenar o Sr. Presidente da Republica assim faremos.

Proclamam saher se a directoria da Sociedade compete ultimar os trabalhos da Congresso e em que condições poderemos fazel-o. A Imprensa Nacional fará a publicação dos Anuários e das Memorias ?

Julga por conseguinte de melhor nível que a directoria peça a S. Ex. o Sr. Presidente da Republica uma conferencia para tratar do caso.

Senhorelha à discussão e votação essa proposta, é aprovada, ficando o 1º Secretario incumbido de escrever ao Ilm. Sr. Dr. Thomas Cockrane pedindo que obtenha do Exm. Sr. Presidente da Republica designação de dia e hora para uma conferencia com a directoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

O Sr. Augusto Bernaceli propõe, e a directoria aprova, que se consigne em acta um voto de louvor ao Dr. Sergio de Carvalho pelos inestimáveis serviços que prestou como 1º Secretario do Congresso de Agricultura e que se ratifique os actos praticados por esse operoso consocio no desempenho daquele cargo, como sojam entre outros, a nomeação dos Srs. Paquet e Victorino Pereira para o servigo que lhes foi distribuído.

O Sr. Aristides Cairo, agradecendo a confiança que nesse depositaram, elegendo-o para o cargo de director das culturas, propõe que a directoria da Sociedade faça uma visita à Fazenda de Santa Monica, assim de ver em que estado se acham essa Fazenda e quais os trabalhos que devem ser feitos ou modificados.

A directoria aprova esta proposta e marca o dia 19 para a visita à Fazenda de Santa Monica, determinando ao 1º Secretario que offereça a S. Ex. o Sr. Ministro da Viação no sentido de obter passos de Idia e volta para essa visita.

O Sr. Wenceslao Bello temba que a directoria cumpra dar conhecimento aos directores da Sociedade das funções que lhes competem.

Está organizando regulamentos especiais para os diversos serviços da Sociedade, e esses regulamentos, ou regimentos internos, trará em breve ao conhecimento da Sociedade.

O Sr. Antonino Fialho refere-se ao facto de serem os empregados da secretaria obrigados a servir junto à Tesouraria e incumbidos da escripturação da Fazenda de Santa Monica.

O Sr. Wenceslao Bello — Tudo ficará providenciado.

Em obediencia aos estatutos da Sociedade aprovados na assembleia geral de 4 de fevereiro, a directoria nomeou o Dr. João Baptista de Castro, encarregado da guarda e direcção da Biblioteca e Museu da Sociedade, encargo que S. Ex. aceita e agradece.

Passando-se a tratar do outro assunto o Dr. Wenceslão Bello apresenta a seguinte proposta que é aprovada:

PROPOSTA

Propõe que a directoria permita que sócios que estão em atraso com suas contribuições, façam as respectivas entradas de acordo com as novas disposições dos estatutos, e em meios sucessivos à lota, em substituição do pagamento do diploma, e as diversas anuidades.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1902. — *Wenceslão Bello.*

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente dá por terminados os trabalhos, olevanta a sessão e para constar se lavrou a presente acta para os devidos effetos.

EM TIPO

O Sr. 1º Secretário apresenta à directoria um exemplar do *Diário de Pernambuco*, n. 15, anno 78, do 19 de januário ultimo, no qual, sob o título « Um propagandista » achou-se estampado um artigo em muitos pontos referentes à Sociedade, e tão cheio de inverdades e invenções, que julga não dever passar sem protesto.

O Sr. Wenceslão Bello propõe, e é aprovado, que seja autorizado o 1º Secretário a replicar o referido artigo em nome da directoria da Sociedade. *Antônio Flávio, Wenceslão Bello, Ph. Aristides Cairo, Júlio Leal, Augusto Bernacchi, João da Silva Gandra, Manoel Galeão, Domingos S. Carvalho, E. Jacy Monteiro.*

EM MENDA

O Dr. João Baptista de Castro, foi encarregado da direcção e guarda da Biblioteca inicialmente, o Museu ficou a cargo do Dr. Wenceslão Bello e não como acima foi transcripto na presente acta.

Acta da sessão n. 162 - 143º da Directoria, em 18 de fevereiro de 1902

PRESIDENCIA DO SR. ANTONINO FLALHO

No dia 18 de fevereiro de 1902, às 3 1/2 horas da tarde, reunidos os Directores Antonino Flalho, João Baptista de Castro, Wenceslão Bello, Aristides Cairo, Sergio de Carvalho, Augusto Bernacchi, João da Silva Gandra, Jacy Montreiro e Aristoteles Calçada, e achando-se presentes os Srs. Dr. Vito de Bellis, Ilustrado membro da Camera dos Deputados do Remo de Itália, Nicola Ancora Lopes, redactor da *Tríbuna Italiana* de S. Paulo, Emilio Gnutti, redactor da *Fanfilda*, e José Martinelli, o Conselheiro Dr. Carlos Leoncio de Carvalho, convidados a tomarem parte na reunião, é declarada aberta a sessão.

Depois de fazer apresentação oficial dos ilustres visitantes italianos que vieram honrar à Sociedade Nacional de Agricultura, dignando-se assistir à modesta reunião desta associação, o Sr. Antonino Flalho, presidente, tendo á sua direita o cavalleiro De Bellis, pronuncia conciso discurso, referindo-se em termos elogiosos à missão do deputado italiano exaltando os serviços que a laboriosa colônia italiana tem prestado ao Brasil e manifestando os votos que faz, para que de dia a dia mais se consolidem os laços de sincera amizade que unem o nosso paiz à Itália, cuja sauda com todo o entusiasmo.

Pede em seguida a palavra o cavalleiro De Bellis, que lastimando não poder pronunciar-se em português, afim de responder como lhe cumpria, as gaudações do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, vem todavia, traduzindo o pensamento de algumas palavras do S. S., agradecer os conceitos e votos que pôde compreender referentes à sua amada Pátria!

Com relação ao Brasil trazem com toda a sinceridade, independente de ideias ou do seu caráter, a impressão que por todo o parte teve e que é a melhor possível.

Ha de sempre repetir: Sóis um povo adorável!

A'quelles que quizerem dizer mal do Brasil e dos brasileiros replicarão: « Calai-vos, não os conheçais, porque se os conhecesses, haveríeis de os amar ».

Leva consigo o sentimento puro da verdade em prol do Brasil,

Termine referindo-se a salutar influencia da agricultura nos mazes cultos; e dirigindo-se ao Presidente e Directoria da Sociedade manifesta toda a sua sympathia por essa Instituição, cujo prospere futuro será a grandeza e prosperidade da Pátria Brasileira.

Ao terminar o seu discurso foi o Ilustrado Deputado vivamente saudado por todas as pessoas presentes.

Dada então a palavra ao Conselheiro Leonel de Carvalho, S. S. começa explicando a dupla missão que o trouxe à Sociedade: « fazer a apresentação do cavalheiro Dr. Vito de Bellis e seus Ilustres companheiros, e, pessoalmente, comunicar a instalação do Centro Agrícola Commercial do S. Paulo como consta do ofício que entreza a Directoria.

Quanto à primeira parte sente-se intolivamente satisfeita e jubiloso quer pelo fidalgo acolhimento prestado aos Ilustres visitantes, quer pelas expressões que ouviu do Dr. de Bellis com relação ao Brasil e aos brasilienses.

Quanto à segunda, vem unido as suas palavras às da Centro Paulista: oferecer e garantir a solidariedade de todos os companheiros em beneficio da causa da agricultura nacional, em que tão esforçada e nobremente tem se empenhado a Sociedade Nacional de Agricultura.

O Sr. Autônomo Paulista agridece as atenções tributadas à Sociedade Nacional de Agricultura, e, reportando-se às palavras do Conselheiro Leonel de Carvalho quer accentuar as mais aluda no tocante à propaganda agrícola: « espôr conflante na cooperação efectiva do Centro Agrícola Commercial Paulista bem como na das Associações Congregações para se prosseguir sem interrupção e com toda a tenacidade contra a rotina, no que esta tem de prejudicial».

Digno de sincero aplauso tem se mostrado o Conselheiro Leonel de Carvalho, já pelos serviços que prestou por ocasião do Congresso de Agricultura na discussão da magna questão da sustentação agrícola, entre outras, já pelo interesse que tem revelado em beneficio do tudo que diz respeito ao progredimento intellectual e material do nosso país.

Soubemos, há dias, da fundação de uma associação agrícola na Bahia, devida principalmente aos esforços do Ilustre Dr. Ignacio Tosta, e essa notícia encheu-nos de satisfação.

Agora mais outra futura agremiação nasce em S. Paulo, o Centro Agrícola Commercial; e essa boa nova que nos trouxe o Conselheiro Leonel de Carvalho, é justo motivo para se reduplicar o nosso jubilo.

Com toda a gentileza e sobejâ generosidade o Sr. Conselheiro Leonel declarou em aparte ter sido essa instituição criada sobre o influxo da Sociedade Nacional de Agricultura, o que demasiado nos surpreende.

O Centro Agrícola Commercial de S. Paulo é uma associação co-irmã da Sociedade da Agricultura, e nos merece o mais franco apoio e toda a solidariedade nossa na defesa dos legítimos interesses da pátria comum!

* * *

Tendo de se retirar o deputado De Bellis com seus companheiros, o Sr. Presidente levanta por alguns momentos a sessão; e após os cumprimentos e despedidas a Directoria da Sociedade acompanha até a saída os ilustres visitantes.

Na mesma occasião pede também permissão para se retirar o Sr. Conselheiro Leonel de Carvalho.

* * *

Reabre-se a sessão.

E' apresentado, Isto o despachado o seguinte expediente:

Ofício da Câmara Municipal de Valença, dirigido ao Sr. Ministro da Viação e por este remetido à Sociedade, relativo ao estabelecimento de colonos existentes em terras da Fazenda de Santa Monica, na vizinhança das nascentes das águas que

abastecem a povoação do Desengano. — Ao Sr. Director de Culturas para dizer a respeito.

Ofício do Sr. Conselheiro Leoncio de Carvalho comunicando a instalação do Centro Agrícola Commercial do Estado de S. Paulo destinado a colaborar com a Sociedade Nacional de Agricultura para a exceção das súblas reuniões votadas e brilhantemente discutidas pelo Congresso da Agricultura. — Agradeça-se o seu silêncio.

Dous ofícios do Sr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva, nm, dirigido ao Presidente da Sociedade e o outro, à redação da *Lavoura*, comunicando a sua eleição para o cargo de Presidente da Sociedade Estadual de Agricultura.

Ofício do Sr. Optaciano da Costa Alves, procurador do Gremio Commercial do S. Paulo, agradecendo a remesas das publicações da Sociedade e oferecendo os serviços do Gremio, Circular da Secretaria do Club Literário Uniao, do Mogy das Cruzes, Estado de S. Paulo, pedindo para a sua biblioteca as publicações da Sociedade.

Carta dos Srs. Jens Sord & Comp., proprietários do estabelecimento « Hortulânia », oferecendo à Sociedade uma caixa com sementes de cereais e outras plantas utiles, de Haago & Schmidt, de Erfurt, na Alemanha, em nome destes senhores.

Carta do Sr. José Alves Brasil, do Arrosoal de Sant'Anna, Estado do Rio, pedindo informações sobre a viticultura.

Carta do Sr. Fidelis do Panta Xavier, da cidade da Lapa, Estado do Paraná, pedindo sementes. — Remetase a chamar sobre a distribuição de sementes.

. . .

Em seguito do expediente o 1º secretario apresenta à Directoria os seguintes papéis pedindo informações a respeito, papéis que encontrou sem despacho na Secretaria, o que a Directoria resolve conforme vai transcripto em acta.

Carta do Sr. A. Henault, desta Capital, oferecendo à Sociedade para ter em depósito e exposição algumas máquinas agrícolas da casa Charles de Maximeron do Dombrasle, de Nancy, França, da qual é representante.

Carta do Sr. F. Arroyo, de Oran, Argélia francesa, África, sobre a propaganda do café do Brasil. — Dirija-se ao Sr. Demetrio Ribeiro, actualmente na Europa por conta e ordem do Governo em serviço dessa propaganda.

Ofício do Sr. Presidente do Estado do Maranhão, remettendo algumas informações prestadas pela Repartição de Estatística desse Estado, em resposta ao questionário formulado pelo Departamento da Agricultura dos Estados Unidos da América do Norte e enviado pela Sociedade. — Agradeça-se. A Directoria aguarda resposta de outros Estados da União sobre o assunto do alludido questionário.

Ofício do Sr. Dr. José Borges Ribeiro da Costa remettendo o resultado da analyse a que se procedeu no Laboratório Nacional de Analyses em nove amostras de vinho nacional enviado pela Sociedade. — Agradeça-se. JÁ foram tiradas cópias dessas analyses e remetidas ao *Jornal do Comércio* para, por obsequio, publicá-las. Os outros diários derão notícias a respeito.

Requerimento do Sr. Amorim Faría da Cunha apresentando à Sociedade uma amostra de café torrado e molido, em massa sólida, solúvel, denominado (Café comprimido Cunha (Privilegio n. 3405 — D. O. de 26-9-901) e pedindo seja nomeada uma comissão para dar parecer sobre o invento. Foi nomeada uma comissão que estudou o produto apresentado.

Uma comunicação escrita, sem data, dirigida ao Dr. Sergio de Carvalho pelo Sr. Telles Sampayo relativa a objectos que estavam no Instituto Dr. Domingos Freire.

Ofício do Sr. A. Levin representante da Svenska-Centrifug Aktie Bolaget, de Stokolmo, Suécia, oferecendo-se a fornecer à Sociedade os apparellhos para a Indústria de lactéries dessa fábrica, mediante condições.

O Sr. Levin já foi convidado a vir entender-se pessoalmente com o Presidente da Sociedade sobre o assunto, visto que algumas das condições impostas não podem ser aceitas. Entretanto, reiterando o mesmo convite, a Directoria nomeia uma comissão composta dos Srs. Aristides Caix, Wenceslao Bello e Baptista do Castro para novamente estudar a questão. Flea o Sr. Silva Gandra incumbido de transmitir pessoalmente o convite ao Sr. Levin, independentemente da comunicação do Sr. Secretario.

Circular do Sr. Emílio do Barros, Consul do Venezuela, pedindo resposta a um longo questionário sobre cultura, produção e exportação do café — A' comissão composta dos Srs. Aristides Calro, Wenceslão Bello e João Baptista do Castro para responder.

Ofício da Liga Brasileira contra a tuberculose remetendo um memorial sobre um invento a a pressa hidráulica.— A' comissão dos Srs. Sergio do Carvalho, Augusto Bornmeier e Jacy Monteiro para dar parecer.

O Dr. Sergio do Carvalho apresenta uma carta do Sr. Manoel Galvão lembrando a reunião de um congresso de lavradores de cana, negociantes e fabricantes de açucar a efectuar-se em um dos Estados do Norte, no corrente anno, afim de se resolver melhormente acerca da Indústria açucareira — Idéa que tem sido bem acolhida pelos interessados do S. Paulo e de Campos.

Na mesma ocasião o sobre o mesmo assunto folhe rompeu também numa carta do Sr. Augusto Ramos, do S. Paulo, patrocinando a causa.

Deseja, diz o Dr. Sergio, ouvir a Directoria a respeito.

O Sr. Wenceslão Bello acha inopportuna a idéa. Devemos evitá-la os esforços para que sejam postas em execução as deliberações do Congresso de Agricultura, e para isso precisamos quanto antes fazer a nomeação das comissões estaduais.

A reunião de um Congresso no Norte deve ter por fim especialmente promover a efectividade das medidas adoptadas no Congresso de Agricultura.

O Sr. Sergio do Carvalho: não concorda com o pensamento do Dr. Wenceslão Bello.

O Congresso de Agricultura deliberou sobre medidas gerais; o caso agora é particular.

Com relação às comissões estaduais e aos serviços que essas comissões poderão prestar à agricultura, confia nos Estados do S. Paulo, Bahia, Pernambuco, e poucos mais; nos outros a propaganda é nula.

O Sr. Wenceslão Bello: sem que se manifeste razão de força maior, a reunião do Congresso Agrícola no Norte, actualmente, não tem razão de ser.

O Sr. Sergio do Carvalho: não há tal; trata-se presentemente de uma questão toda especial, cuja solução não pode demorar.

O Sr. Wenceslão Bello: propõe e aprovado, que seja transferida a discussão do assunto para a próxima sessão.

O Sr. Aristides Calro: pede informações sobre a resposta de uma carta do Sr. Barão de la Barre relativa a uma remessa de café feita para a Hespanha. (Essa carta está em poder de um dos membros da antiga Directoria da Sociedade).

O Sr. João Baptista do Castro apresenta uma importante comunicação que receberam do Syndicato Central dos Agricultores do França, o pedido o parecer da Directoria da Sociedade. A' comissão dos Srs. J. B. do Castro, Aristides Calro e Wenceslão Bello.

O Sr. Wenceslão Bello apresenta a seguinte proposta que é disentida e aprovada:

« Atendendo a urgência das resoluções sobre diversos ramos da produção nacional, proponho que se dê para a ordem do dia da próxima sessão a execução das comissões estaduais para execução das resoluções do Congresso de Agricultura. »

Antes de terminar a sessão o Dr. João Baptista do Castro pede que a Sociedade envolva esforços junto das autoridades contra a quadrilha do salteadores que infestam as matas dos Estados do Rio da Janeiro e Minas Geraes.

Prometto voltar ao assunto.

ORDEM DO DIA

Por proposta do Dr. Wenceslão Bello são nomeados membros do Conselho Superior do Agrícola os seguintes Srs.: Dr. José Cardoso de Moura Brasil, Dr. Fabio Nunes Leal, Dr. Amaro Ferreira das Neves Armond, Dr. Manoel do Mendonça Guimarães, Dr. Horácio Rodrigues Antunes, Comendador Domingos Theodoro do Azvedo Junior, Dr. J. Mattoso Caixara, Dr. José Mattoso do Carmo Corrêa, General José Pereira Ramos, Antônio Augusto Pereira da Fonseca, Coronel

oornello da Sônsa Lima, Dr. Edmundo Augusto de Caldas Brito, Luiz do Lago, Dr. Sylvio Ferreira Rangel, Dr. José Agostinho dos Reis, Dr. Antônio Vaz Pinto Coelho da Cunha, Dr. Manoel Victorino Pereira, Dr. Oscar Varady, Dr. Bellarmino da Gama e Sonsa, Dr. João do Carvalho Borges Junior, Carlos Raulino, Dr. Joaquim Xavier da Silveira Junior, Dr. Noemio da Silveira, Senador Manoel de Moraes Barros, Dr. José de Barros Franco Junior, Senador Joaquim Nogueira Paranaiguá, Conselheiro Carlos Leonel de Carvalho, Dr. João Joaquim Pizarro, Dr. Joaquim Cornello da Fonseca Lima, Dr. Latz da Silva Castro, Dr. Demetrio Cavalcante de Albuquerque, Dr. Bernardo José de Figueiredo, Dr. Antonio de Paula Rodrigues Alves, Dr. Joaquim Ignacio Tosta e Dr. Antonio de Padua Assis Resende.

E' proposto e aceito como socio efectivo o Rev. Pedro Joaquim Marins Telles, Vigário do Aleixo do Itapeineriba, Estado do Espírito Santo.

Nada mais havendo a tratar o Presidente levantou a sessão às sete horas da tarde e para constar ne houve a presente acta, para os devidos efeitos. — Wenceslao Bello — João Baptista de Castro — Augusto Bernacchi — Antonino Fialho — Aristides Caire — João da Silva Gandra.

Acta da sessão n.º 135 — 142 da Directoria em 25 de fevereiro de 1902

PRESIDÊNCIA DO DR. JOÃO BAPTISTA DE CASTRO

No dia 25 de fevereiro de 1902, às 3 1/2 horas p. m., reunidos na sede social os Srs. Drs. João Baptista de Castro, Wenceslao Bello, Aristoteles Calaga, Aristides Calro, Domingos Sergio de Carvalho, E. Jucy Montelro, Augusto Bernacchi, João da Silva Gandra, Fabio Nunes Leal e Mancei Galvão, o Sr. Dr. João Baptista de Castro, 1º Vice Presidente, na ausencia do Presidente, declara aberta a sessão.

E' lida e approvada a acta da 135ª sessão de Directoria, de 3 de dezembro do anno de 1901.

São propostos e aceitos como socios o Sr. Narelso Acufia, residente em Assunção, Republica do Paraguay; e efectivo o Sr. José Guilherme de Sonsa, residente em S. Luiz, Estrada do Ferro Leopoldina, Estado do Rio.

EXPEDIENTE

Telegramma de S. Ex. o Sr. Presidente da Republica, agradecendo as felicitações que lhe foram dirigidas. (Arquivado).

Carta do Sr. Dr. Thomaz Cockrane, marcando dia e hora para Directoria conferenciar com o Exm. Sr. Presidente da Republica. (Scierto).

Carta do S. Ex. o Sr. Dr. Olyntho do Magalhães, Ministro do Exterior, remetendo duas caixinhas com amostras de assucar preferido pelos consumidores na Republica do Chile. (Agradeça-se).

Ofício do Sr. Governador do Estado da Paraíba, remettendo informações do Conselho Municipal da Villa da Conceição sobre as espécies de algodão cultivadas no referido município. (Agradeça-se).

Ofício da Camara Municipal de Munaratiba, Estado do Rio, e do Governo Municipal da Vitoria, Estado do Espírito Santo, inscrevendo-se como socios contribuintes da Sociedade Nacional de Agricultura. (Agradeça-se).

Ofício do Secretario da Camara Municipal de Santos, Estado de S. Paulo, acengando o agradecendo a comunicação da eleição da Directoria da Sociedade. (Arquivado).

Telegramma do Dr. Antonino Fialho, comunicando não poder comparecer à sessão. (Inteirada).

Ofício do Sr. Jens Sand, 1º Tesoureiro, comunicando que tendo de se apresentar temporariamente na sede social, entrega a calxa da Sociedade ao 2º Tesoureiro João da Silva Gandra. (Inteirada).

Ofício da Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro, agradecendo a comunicação da eleição da Directoria da Sociedade. (Arquivado).

Ofício do Gremio do Commercio do S. Paulo no mesmo sentido do precedente e comunicando o resultado da eleição da nova Directoria desse Gremio. (Arquivado).

Circular da Sociedade Pernambucana e Auxilio, de Maceió, Estado de Alagoas, pedindo as publicações da Sociedade. (Satisfação).

Carta do Sr. Olympio Eller, de Jaraguá, Estado de Alagoas, remetendo um volume com seis caixetas a duas pequenas e duas — contendo amostras de assucar desse Estado; e um ofício da Revista Agrícola Alagoana acompanhado de preciosas informações sobre a produção do assucar do Estado de Alagoas. (Agradecimento.)

Tres manuscritos do Sr. Manoel Galvão, acompanhados de varios retalhos do *Jornal do Commercio* sobre Indústria assucareira em nosso paiz, propondo a reunião de um Congresso no norte do Brasil, para o qual especial se disentir a questão do assucar etc.

A comunicação dos Srs. Aristides Caldeira, Jacy Monteiro, Sergio de Carvalho e Wenceslau Bello.

Memorandum do Sr. Thadous Pisa, oferecendo à Sociedade um apparelho formidável. (Agradecimento).

Carta do Dr. Oscar Varady, apresentando à Directoria o Sr. Manoel Galvão, que se tem revelado conhecedor profundo das questões sobre Indústria assucareira em nosso paiz. (Inteirada).

ORDEM DO DIA

O Sr. Sergio de Carvalho: Apresenta aos seus colegas da Directoria o Sr. Manoel Galvão, natural de Alagoas, cavalleiro distinto, conhecedor da Indústria assucareira no Brasil, que ainda ultimamente publicou sobre o assumpto alguns artigos no *Jornal do Commercio* defendendo a idéia da reunião de um Congresso do lavradores da canna e Indústrias e negociantes de assucar a efectuar-se no norte do paiz.

O Sr. Presidente, em nome da Directoria, felicita o Sr. Manoel Galvão e agradece a honra de seu comparecimento à sessão da Sociedade.

O Sr. Manoel Galvão: sente-se penhorado pelo acolhimento que recebeu da Sociedade do Agroneura.

Expondo desenvolvimentamente as condições da Indústria assucareira no norte e o estado adhetíssimo em que se acham os lavradores e fibrileantes, pelo qual a Sociedade que ampare e leve a effeito a idéia da reunião do Congresso em um dos Estados do norte antes de se iniciar a proxima safra.

O Congresso de Agricultura não estudou bem a questão do assucar: esqueceu-se dos *banguês*, dos engenhos de tachas que representam 80% do total das engenhos do nosso paiz.

Os Srs. Aristides Caldeira, Jacy Monteiro e outros: por saber desse facto aconselham o Congresso a introdução de apparelhos aperfeiçoados nos engenhos.

Em vez de 10 engenhos mal apparelhados, antes um só, bem montado; e para isso organizem-se os syndicatos.

O Sr. Manoel Galvão: nossos engenhos de *banguês* o coelhamento de fabricação é muito baixo; pouco mais é de 5%.

E se encararmos outras culturas, além da da canna de a sacar, reconheceremos o mesmo estado alheto do lavrador: o milho está deprecado e o algodão deprecadiissimo.

Espera que a Directoria da Sociedade depois de examinar detidamente a questão responda sobre a reunião do Congresso do Norte.

A vista do pedido que acaba de ser feito o Sr. Presidente nomeia uma comissão composta dos Srs. Wenceslau Bello, Aristides Caldeira, Sergio de Carvalho e Jacy Monteiro, a qual serão presentes os artigos e mais documentos do Sr. Manoel Galvão sobre a Indústria assucareira, assim de dizer a respeito.

O Sr. Sergio de Carvalho: é do conhecimento de todos os seus colegas da Directoria o cuidadoso interesse que o Sr. Dr. Olympio de Magalhães, Ilustre Ministro dos Negocios Exteriores, tem dedicado a varios assumptos atinentes ao desenvolvimento da produção nacional, como sejam o estudo da questão dos novos mercados no estrangeiro, para os produtos brasileiros, a exportação do assucar etc.

Ainda hoje recebemos de S. Ex. duas caixinhas com amostras do assucar produzido pelos consumidores na Republica do Chile, para que a Sociedade neomelhore os engenhos nacionaes a fabricação do assucar desse qualidado afim de se tentar a sua introdução naquella merece-lo.

Vem portanto propor que se concreto em seta um voto da favor ao Sr. Ministro do Exterior e que uma comissão da Directoria da Sociedade se dirija a S. Ex. manifestando todo seu reconhecimento pelos avrigas que S. Ex. tem prestado no paiz.

Essa proposta é aprovada com aplauso e um unísono som disensão.

O Sr. Silva Gandra, em nome do Sr. Thadeu Piza, oferece à Sociedade um aparelho do sistema Gabba melhorado. — *Agradecemos.*

O Sr. Director de Culturas, mandará experimentar e o aparelho na Fazenda Santa Monica.

O Sr. Wenceslao Bello apresenta um projecto de regulamento das diversas funções da Directoria ou regimento interno da Sociedade o pede que o Sr. Presidente nomeie uma comissão, para examinar esse trabalho e organizá-lo definitivamente.

São nomeados para esse fim os Srs. Wenceslao Bello, Aristides Caldeiro e Jacy Montalvo).

O 1º secretario pede à Directoria que dê as suas ordens sobre a distribuição das sementes remetidas de Erfurt pelos Srs. Lange & Schmidt.

O Sr. Wenceslao Bello propõe e é aprovado que de todas as variedades das sementes recebidas, seja uma porção entregue ao Director de Culturas para experimental-as na Fazenda Santa Monica e outra porção reservada para o Museu da Sociedade, fazendo-se então com o restante distribuição pelos associados e sócios.

O Sr. Aristides Caldeiro pede à Directoria que se manifeste relativamente à Fazenda de Santa Monica sobre os trabalhos feitos e por fazer nessa propriedade.

Ten dinnecado em seus traços gerais um plano de serviço que vão apresentar a deliberação da Directoria e que passa a ler :

«Plano de Culturas em Santa Monica — O Director de Culturas mantendo as mesmas idéas expandidas em o relatório de 1900, relativamente à Fazenda de Santa Monica, propõe o seguinte plano de culturas a adoptar :

Mantener o trato dos cafés existentes de parceira, por meiação ; obrigando os colonos a beneficiá-los convenientemente, dando as carpas necessárias, procurando ensinar-lhes a melhorá-los pela pôla, estrumação etc.

Nas partes ainda aproveitáveis e que não tenham colonos, fazer o serviço de administração.

Proceder quanto antes à plantação de caféses digo cafeeiros de várias espécies (Maragogipe, Bourbon, Amarelo da Botucatú, commun etc.) para experiência e demonstração no terreno já preparado em parte para esse fim (antigo pasto no morro do Bon Sucesso).

Cultivar cereais, adoptando método intensivo — como milho, — não só para despesas da Fazenda como mesmo para exportação ; arroz em grande extensão, para o que tem excellentes terrenos ; feijão, escolhendo as variedades mais adequadas à zona e mais procuradas nos moreados.

Cultivar canas de assucar das principaes variedades, reconhecidamente boas, ensaiando outras para estudo comparativo, para o que convém manter um viveiro com a respectiva nomenclatura.

Cultivar o algodociro, para cuja fibra temos mercado fácil.

Engajar a pomocultura em geral, especialmente a viticultura, enxertando boas variedades europeias e americanas nas Rupestris estranjeras e nacionaes existentes em viveiros na Fazenda.

Plantar amoreiras para futura sericicultura.

Augmentar o gado do serviço, que é insuficiente, e obter pelo menos umas 10 novilhas ou vacas, que servirão para ensaio de lacticínios e bem assim para início de criação, achando que devemos preferir de raça acaracú, que serão posteriormente cruzadas com outras da raça estrangeira.

Procurar desenvolver a criação de ovelhas e outros animais se para isso houver oportunidade e meios.

Procurar obter boa raça de ovinos, de cuja exploração poderá-se ter uma boa fonte de renda, procurando-se fazer a cogarda económica, para o que é necessário grandes plantações de mandioca, batatas doces, manjão, inhames, xuxu etc., que muito auxiliarão ao milho e cana.

Tratar de dividir e melhorar os pastos, plantando as gramineas reconheci-

das boas, como o jaraguá, gramine Pernambucana, Colonia, bem como forragens para corte, entre outras a alfafa, a canna ubá etc.

Começar a semi-estabilização para argumento do e tece, de que se procurará obter a maior poggão para o seu emprego nas culturas dos campos e casas.

Em occasões oportunas fazer pequenas culturas experimentais de plantas utiles, melonnes e o tranjelras.

Precurar, pelos meios no nosso alcance, aumentar a renda adventícia.

Por ultimo, raplto o que por mais de uma vez tenho dito: sem a extinção da formiga saiva, & inutil qualquer tentativa de cultura, pelo que devemos envolver todos os esforços para eliminá-la, sendo extinguida, pelos melhores sistemas que forem aparecendo, machinas, insecticidas, formicidas, etc., etc.

Estou mesmo disposto a ver se posso olter a criação e propaganda da sua terrível inimiga, a formigalha Paraguaya (Pronolops fulva), que sól, do ha muito, fazer desaparecer a terrível saiva, e que me tem sido confirmado por diversas pessoas.

Quanto à Fazenda Grande, da Penha, depende do que for resolvido em Directoria para apresentar ou não um plano de culturas.

Sala das sessões, 25 de fevereiro de 1902 — Dr. Aristides Caire, Director das culturas.»

Fica sobre a mesa.

O Sr. Wenceslau Bello: Julga Interpretar o pensamento do seu companheiros da directoria, que foram em visita à fazenda de Santa Monica, declarando que alguma causa se verificou ter sido falta, para melhor, nessa propriedade, que foi entregue à Sociedade nas melhores condições possíveis, no estado de completo abandono.

Só não podemos mostrar grande melhoria nos casas, mostraremos a cultura do cereais, milho e arroz, cultura falta a máquina, em terrenos de pasto, abandonados, e que se acham actualmente aptos a receber qualquer planta; isso mesmo merece menção.

Houve degnudo, é certo, no regulimento de certos serviços incluidos pelo Dr. Aristides Caire, quando director de culturas, em 1900; mas, varias foram as razões desse descuido.

Julga que a directoria da Sociedade deve convidar S. Ex. o Sr. Ministro da Viação o Srs. deputados, para uma visita à fazenda de Santa Monica. (A directoria resolveu aprovar essa idéa.)

O Sr. Aristides Caire pede, outrossim, que a directoria se manifeste relativamente à fazenda da Penha.

Falam sobre o assumpto os Srs. Wenceslau Bello e Jacy Montelro.

(A directoria resolve adiar a discussão para ulterior sessão.)

O Sr. 1º secretario comunica à directoria da Sociedade que o *Correio da Manhã* inaugurou uma coluna do seu jornal, dedicada especialmente às questões atinentes à agricultura nacional.

A directoria da Sociedade recebe essa noticia com sincera satisfação e nomora uma commissão composta dos Srs. Wenceslau Bello, Aristides Caire e Jacy Montelro, para transmitir ao *Correio da Manhã* o seu aplauso e congratulação.

O Sr. Jacy Montelro apresenta dois requerimentos de empregados da secretaria: um, do Sr. Luiz Ferreira, pedindo um inez de licença, e o outro, do servento Francisco Manoel Guerra, pedindo aumento de ordenado.

A directoria resolve conceder a licença no primeiro, e, relativamente no segundo, adiar o despacho.

E encerra-se a sessão.—Dr. Ph. Aristides Caire,—Jodo da Silva Gandra,—Augusto Bernacchi,—Alberto Jacobina — Domingos N. Correia.

**Acta da sessão n.º 166 — 168º do directorio em 4 de março
de 1902**

PRÉSIDENTE D. DIR. ANTONINO FIALHO

No dia 4 de março de 1902, às tres e meia horas da tarde, presentes os Srs. Antonino Fialho, Wenceslao Bello, Domingos Sergio do Carvalho, Aristides Calhe, R. Jacy Monteiro, Augusto Bernacchi, Joao da Silva Gandra, Fabio Leal e Manoel Galvão, o Sr. presidente declarou aberta a seção.

São propostos o aceito como ociosos: — correspondente, na Itália, o Sr. Barão Gaglianini, o efectivo, o Sr. Manoel Galvão, industrial, residente nesta capital.

EXPEDIENTE

Offícios e cartas de congratulação, pelo motivo da eleição da directoria da Sociedade, enviados p. los Sr., Secretário da Agricultura do Estado do S. Paulo, director do Instituto Agronómico e director-proprietário da *Revista Agrícola* do mesmo Estado, coronel Olympio Pinheiro da Silva, e deputado Joao Augusto Neiva.

Offício de felicitações, do Presidente da Câmara Municipal da Januária, Estado de Minas.

Offício da Superintendência Municipal de S. Bento, Estado de Santa Catharina, pedindo 50 sacos de sementes do trigo, para planta.

Offício do Presidente do Conselho Municipal da Vila do Batalhão, no Estado da Paraíba, remettendo um enxuto com amostras de algodão cultivado nesse município. — Agradeço-o.

Offício da Intendência Municipal da Vila do Rosário, Estado do Sergipe, remettendo cem mil réis, sendo: cincuenta, para pagamento da annuidade de associada, e os outros cincuenta, para aquisição de sementes, e pedindo, outrosim, varias informações sobre a industria pastoral. — Satisfação.

Offício do Director de Propaganda da Sociedade de Agricultura Alagoana, pedindo folhetos e sementes. — Satisfação.

Cartas da Sociedade de Medicina e Cirurgia, do Rio de Janeiro, convidando a directoria da Sociedade Nacional de Agricultura a assistir à sessão do 16º aniversário daquella instituição. — São nomeados para representar a Sociedade os Srs. Drs. Aristides Calhe e Augusto Bernacchi.

ORDEN DO DIA

O Sr. Antonino Fialho: comunica o que se passou na conferencia tida com o Exm. Sr. Presidente da República, que mais uma vez, manifestou a sympathia que lhe merece a Sociedade Nacional de Agricultura.

Com relação ao pedido para a instalação do Museu, S. Ex. prometteu providenciar para que em breve a Sociedade possa ver realizada, efectivamente, essa instalação.

O Sr. Augusto Bernacchi: comunica ter comparecido, em nome da Sociedade, à missa da virtuosa esposa do Sr. marechal Jeronymo Jardim.

O Sr. Antônio Fialho agradece.

O Sr. Wenceslao Bello: pede cancellamento de um offício que apresenta, dirigido em dezembro a um ilustre consocio, em termos indelicados, por quem não podia estar autorizado a fazer comunicações dessa ordem em nome da Sociedade, ocorrendo ainda a circunstância de que não constaram da acta os factos arguidos nesse offício, como ali se afirma.

Pede, entretanto, que a esse consocio offício o 1º secretario, dando as desculpas precisas e explicando o caso.

O Sr. Presidente: recorda o que a esse respeito ocorreu, o reprova, entretanto, o modo por que foi feita a comunicação e manda cancellar o offício.

Nomeia uma comissão composta dos Srs. Wenceslao Bello, Aristides Calhe e Jacy Monteiro, para organizar um projecto de regulamento para aquisição e dis-

tribuição de sementes e plantas, assim de ser presente ao Ministério da Indústria o Vilação, conforme pedido o Sr. Dr. Alfredo Malá, para que o Governo faça efectiva a autorização consignada na lei 834, do 30 de dezembro de 1901 art. 18, III.

O Sr. Sergio do Carvalho lembra também a questão da importação de animais, e aproveita a ocasião de estar com a palavra, para pedir que a directoria da Sociedade Interceda, junto do Sr. Ministro da Fazenda, pelo andamento da publicação d'A *Locura* na imprensa Nacional, visto que se acha muito atrasada a publicação desse boletim agrícola da Sociedade, estando, aliás, compostas e prontas as respectivas páginas, faltando unicamente fazer a tiragem.

Antes de encerrar os trabalhos, o Sr. Presidente convida os membros da Comissão executiva do Congresso da Agricultura para uma reunião na sede social, no dia 5 de corrente.

Convoca-se a sessão, — Dr. João Baptista de Castro, — Dr. Ph. Aristides Cairo, — João da Silva Gandra, — Augusto Bernacchi, — Alberto Jacobina, — Domingos S. Carvalho.

Acto da sessão n.º 102 — 120º da directoria em 11 de março de 1902

PRESIDÊNCIA DO DR. ANTONINO FLALHO

No dia 11 de março de 1902, às tres e meia horas da tarde, presentes na sede social os Srs. Antonino Flalho, João Baptista de Castro, Wenceslão Bello, Domingos Sergio do Carvalho, E. Jacy Montenegro, Aristides Cairo, Augusto Bernacchi, João da Silva Gandra, Manoel Galvão, Carlos Raulino, Henrique Luiz Cavaleanti de Albuquerque e José Soares Pereira Junior, assume a presidência o Dr. Antonino Flalho e declara aberta a sessão.

Por não se acharem prontas, deixam de ser lidas as actas das sessões anteriores.

EXPEDIENTE

Ofícios de congratulação, pela eleição da directoria da Sociedade, dos Srs. Director do Instituto Commercial do Distrito Federal, Director da Escola Polytechnica do S. Paulo, do general Director da Biblioteca do Exército, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio do Janeiro, e do Presidente do Governo Municipal da Victoria, Estado do Espírito Santo. — Sciente, archive-se.

Ofício do Sr. Dr. Paulo de Amorim Salgado, comunicando ter obtido a publicação da réplica da Sociedade ao artigo do Sr. Antonio Salles, do *Diário de Pernambuco* de 19 de janeiro, no *Jornal do Recife*, na parte editorial, e remettendo à Sociedade doze exemplares desse periódico. — Agradeço-se.

Carta do conselheiro Francisco Maria Sodré Pereira, agradecendo a comunicação sobre a eleição da directoria. — Sciente, archive-se.

Carta do Sr. José Theodorico Pacheco, agradecendo a sua nomeação de socio efectivo.

Carta do Sr. Rodrigo Pereira Barreto, comunicando ter remetido a sua anuidade de socio efectivo.

Carta do Sr. Director do Asylo Agrícola Santa Isabel, no Desengano, felicitando a Sociedade pela eleição da Directoria.

• • •

O 1.º secretario apresentou ainda dois números do periódico «A União» que se publica na cidade da Paraíba do Norte, Estado da Paraíba, contendo uma notícia sobre a importante reunião que teve lugar naquela cidade, promovida pelo Ilustre propagandista o Dr. Manoel Pereira Pacheco, para o fim de se organizar um centro agrícola, industrial e mercantil, no referido Estado.

ORDEM DO DIA

O Sr. Sergio do Carvalho: traz ao conhecimento da Directoria uma carta que acaba de receber do Sr. Comendador Bethencourt da Silva, honrado velho Director do Lyceu de Artes e Ofícios, na qual S. Ex. pede que sejam desocupadas as salas que serviram ao Congresso de Agricultura e Museu, visto que nesses mesmos salas proclamaram ser instaladas algumas aulas da Lyceu.

O Sr. Antonino Pialho: estamos em grande falta realimento não tendo desocupado as salas do Lyceu. A culpa, porém, dessa falta não cabe sómente à Sociedade do Agricultura.

Desde muito tempo que a Directoria da Sociedade tem se esforçado por adquirir do Governo ou mesmo particularmente, à expensas suas, um predio para a instalação do Museu do Agricultura o não o tem conseguido.

Esperamos que em breve poderemos realizar o nosso intento.

O Sr. Presidente propôe o é aprovado que a Directoria se entenda a respeito do caso com o Sr. Comendador Bethencourt da Silva.

Em seguida é apresentada, discutida e aprovada a comunicação do Sr. Director de Culturas sobre a questão das águas que abastecem a povoação do Desengano e a que se refere em ofício da Câmara Municipal de Valença lido em sessão anterior, remetido pelo Sr. Ministro da Vilação à Sociedade para informar.

Essa comunicação será levada ao conhecimento do Sr. Ministro.

O Sr. Antonino Pialho: comunica ter sido nomeado seu correspondente da Sociedade do Agricultura Alagoana, honra que em parte cabe à Sociedade Nacional de Agricultura.

Fazem idênticas comunicações os Srs. Augusto Bernardino e Sergio do Carvalho.

E' lido o submetido à discussão o parecer relativo à organização de um congresso de lavradores da canna, fabricantes e negociantes de açucar no norte do paiz.

O Sr. Antonino Pialho: opina pela reunião em Pernambuco e não na Bahia como propõe o parecer, pelo facto de ser aquelle Estado o mais possante produtor de açucar do Norte.

Desse que examinou o alludido parecer tirou essa opinião.

No mais, concorda com o parecer.

O Sr. Jacy Monteiro: era também dessa opinião; pelas razões apresentadas pelo relator do parecer concordou, porém, que a reunião do Congresso tivesse lugar na Bahia e não em Pernambuco.

O Sr. Wenceslao Bello: na qualidade de relator do parecer em discussão, expõe as razões que militavam a favor da indicação da Bahia para ponto de reunião do Congresso Assucareiro.

A esse Congresso terão de comparecer não sómente os representantes do norte como os do sul do paiz, era por conseguinte de justiça que se procurassem compensar as viagens, e a reunião em Pernambuco obrigaria os representantes do sul a um percurso muito maior e mais despendoso.

O Sr. Sergio do Carvalho: refere-se a uma váría do *Jornal do Commercio*, que não emanou da Sociedade e que precisa de uma explicação, atentas as relações de sincera cordialidade que nos ligou ao Estado de Pernambuco.

E' bom de ver que em se tratando do interesse geral do paiz, a Sociedade não pode ter, como realmente não tem, predileção por um Estado em detrimento do outro.

O Sr. Antonino Pialho: magrou-nos de facto a leitura dessa «váría»; e interpretando o pensamento da directoria da sociedade, peço ao Sr. secretario geral que explique o caso à Ilustrada redação do *Jornal do Commercio*, que tanto nos movece, assim de se rectificar a noticia.

Encerra la a discussão e annunciada a votação é aprovado unanimemente o parecer da respectiva commissão sobre a reunião de um Congresso no norte para tratar da Industria do açucar; e também aprovado que se dê a maior publicidade a esse parecer.

O Sr. João Baptista do Castro: incumbido pela Directoria da Sociedade de encetar relações com os syndicatos agrícolas da Europa, assim de, conhecendo e acompanhando o movimento dessas associações que tão extraordinários benefícios prestou aos agricultores do velho mundo, pôde a sociedade prosseguir na propaganda das instituições dessa natureza em nosso paiz, o que tanto se tem empre-

nhado, apresentando factos, dados estatísticos etc., incluiu essas relações com o podoroso syndicato central dos agricultores do França, ao qual endereçou uma carta cuja cópia val fer do copador.

(Carta n.º 1810, do 4 de dezembro de 1901).

Recebemos há poucos dias e já foi lida em sessão anterior resposta a essa carta, que embora não satisfaga plenamente, trata do assumpto da maxima importância relativamente à propaganda do café. (Lê).

Pensa que devemos remeter ao referido syndicato amostras do café, secos, hidratados, genuinamente brasileiros.

O Sr. Antônio Flálio: atendendo à importância do assumpto, nomea uma comissão composta dos Srs. Drs. Baptista de Castro, W. Bello e A. Calro, para estudar o assumpto, ficando desde já encarregada de promover os meios de satisfazer o pedido do Syndicato Central dos Agricultores do França, remettendo os tipos de café brasileiro tanto comerciais como naturais.

O Sr. Wenceslito Bello: chama a atenção da Directoria para duas notícias cuja idéa se identifica perfeitamente com as da Sociedade sobre syndicato agrícola, publicadas pelo *Jornal do Commercio*.

O Sr. João Baptista de Castro: finto mal que a Sociedade prosegue nesse tentamen, já tendo incluído a troca de relações com o Syndicato Central dos Agricultores do França, como há pouco expôz.

O Sr. Serafim de Carvalho: propõe o que a Directoria aplaudiu, que se fizesse o *Jornal do Commercio* pelos inestimáveis serviços que continua a prestar à propaganda agrícola.

O Sr. Sergio do Carvalho: apresenta o Dr. Henrique Lda. Cavalcante do Albuquerque que vem trazer ao conhecimento da Sociedade informações sobre os prejuízos que à favorece a Indústria confinária a cana no norte, como em toda a parte, os Impostos Inter-estaduais.

O Sr. Cavalcanti do Albuquerque: fazendeiro e fabricante de açúcar e açucarante em Pernambuco, faz uma exposição detalhada dos vexames que sofrem essa Indústria no norte com os impostos Inter-e estaduais, que há de acabar por sufocá-la da todo, se a tempo se não der remedio prompto ao mal.

Entre outros muitos factos semelhantes, cita o do imposto de duzentos réis ouro, por litro de álcool importado no Pará; tornando pell-mell que a Sociedade estude o questão e envide todos os esforços no sentido dearem abolidos os impostos Inter-estaduais, com o que prestaria um benefício relevantíssimo à causa da Indústria agrícola.

O Sr. Wenceslito Bello: essa questão de impostos Inter-e estaduais consta das soluções do Congresso de Agricultura.

* * *

A solução da questão depende do governo dos Estados e diferentemente nos diversos Estados.

O Sr. Antônio Flálio: para que efectivamente possa ser resolvida e executada a conclusão 37º do Congresso de Agricultura, que tratou do café, pensa que seria conveniente ouvir a directoria, em conferência, alguns dos ilustrados jurisprudentes e publicistas que tem estudo o assumpto, como sejam os Srs. Drs. Amphilopho de Carvalho, Ruy Barbosa, Manoel Victorino e outros.

O Sr. Wenceslito Bello: por vezes já se tem tratado, digo trazido, à discussão questões como as dos impostos inter-estaduais que se prendem ao Congresso de Agricultura, as questões capitais que precisam ser resolvidas, facilitando desse modo a tarefa, já difícil, desses commissões o estabelecendo em tudo harmonia e método na realização das medidas aconselhadas.

O Sr. Antônio Flálio: pedo ao Dr. Wenceslito Bello que apresente algum trabalho nesse sentido.

* * *

Passando a tratar de outros assumptos, a Directoria resolve:

1.º Ir em comissão emprestar o Sr. conselheiro Antônio Augusto da Silva, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas;

2.º Nomear uma comissão composta dos Srs. Sergio da Carvalho, Wenceslao Bello e Alencio Brantzen, para solicitar o Sr. Dr. Xavier da Silveira, prefeito do Distrito Federal;

3.º Encarregar o 1.º secretário de redigir um ofício que será dirigido ao Sr. Dr. Alfredo Malo, ex-Ministro da Vila, agradecendo os serviços prestados por S. Ex. à Sociedade Nacional de Agricultura.

Em seguida, dvidamente justificada, é aprovada a seguinte proposta, subscrita pelos Srs. João Baptista da Costa e Jacy Monteiro.

Proposta:

« Atentas às condições existentes em que se encontram vários municípios da mata de Minas e parte dos Estados do Rio e Espírito Santo, no tocante à falta de garantias para os lavradores, agravando-se estas zonas infestadas pelos bandidos saqueadores que não mais só limitam a prática do roubo de animais, proponhos que a Sociedade Nacional de Agricultura interceda junto dos poderes dos Estados referidos, para promover as medidas repressivas que a situação exige.

O Sr. Aristides Cairo: faz a seguinte comunicação:

« Trago no conhecimento da Directoria que visitei a Fazenda Santa Monica no dia 6 do corrente.

Percebi parte dos cafezais, que estão necessitando de trato.

Continua-se a plantar feijão entre o milho.

O milho está quasi em estado de ser colhido.

Continua a colheita do arroz.

Autorizei a fazer o concerto da banqueta e a preparar o terreno em frente ao obrado (antigo jardim) para servir a pequenos ensaios de culturas.

As formigas sativas continuam a danificar as plantações, sendo muito sensível no viveiro de videntes, a máquina «Insecticida Brasil», achando-se estragada sem o fundo, mandei-a vir para ser reparada aqui na Capital.

A coleção das variedades de canhas desapareceu; será preciso obter nova.

Existe a febre aphtosa no gado de Deonáu e mesmo já apareceram alguns casos na fazenda, felizmente benignos.

Mandei sequestrar os doentes e aconselhei o tratamento curativo e preventivo.

E' necessário enviar alguns medicamentos para esse ill: creolina, sulfato de cobre e ácido antisfurico.

Em cumprimento à ordem da Directoria, estudei a questão da agua potável que é fornecida ao De engano, do enjo estudo apresento o parecer em separado.

Encerra-se a sessão.

Em tempo:

Na primeira parte da «Ordem do dia» desta sessão o Dr. Wenceslao Bello apresentou as propostas de comissões estudiosas, que foram aprovadas:

Bahia — Sociedade Bahiana de Agricultura.

Dr. Joaquim Ignacio Tosta.

Barão do S. Francisco.

Conselheiro Francisco Maria Soárez Pereira.

Pernambuco — Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco.

Dr. Paulo de Amorim Salgado.

Dr. Cornelio da Fonseca.

Senador Hereniano Bandeira.

Dr. Joaquim Pessoa Gnebra.

S. Paulo — Centro Agrícola e Commercial do S. Paulo.

Conselheiro Carlos Leoncio do Carvalho.

Dr. Cândido Rodrigues.

Dr. Augusto Ramos.

Dr. Augusto Carlos da Silva Telles.

Dr. Gustavo d'Utra.

Alagoas — Sociedade Alagoana de Agricultura.

Dr. José Duarte.

Dr. Manoel Messias de Gusmão Lyra.

Dr. Alfonso de Mendonça,
Luiz do Amorim Leão,
João Baptista do Castro, — Venecílio Bello, — Alberto Jacobina, — João da Silva
Gandra, — João Antônio Tavares, — Domingos Sergio de Carvalho, — E. Jacy Monteiro

**Acto da sessão n.º 108 — 142º da Directoria, em 18 de março
de 1902**

PRESIDENCIA DO DR. ANTONINO FLALHO

No dia 18 de março do 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Antonino Flalho, João Baptista do Castro, Venecílio Bello, Aristides Calre, E. Jacy Monteiro, Augusto Bernacchini e João da Silva Gandra, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

E' lida e aprovada a acta da sessão 143º da Directoria.

E' proposto e aceito socio efectivo o major Julio Henrique do Carmo, desta Capital.

EXPEDIENTE

Carta do Sr. El-Roy de Castro, de Assunção, Paraguai, remetendo dois folhetos do que é autor, com os títulos «Poetas Mexicanos» e «Arbitragem obligatória». — Agradeça-se.

Carta do Exmo. Sr. Dr. Susviela Gnarchi, Ilustre ministro oriental oferecendo os seus serviços ao Congresso Asuncionero a efectuar-se no Norte. — Agradeça-se.

Offício do Sr. Director Geral da Direcção de Indústria, do Ministério da Viação, remettendo, por ordem do Sr. Ministro, uma brochura relativa ao Instituto Agronomico de Giembloix, Belgrado. — Agradeça-se.

Carta do Sr. R. Reyndner do Amaral, em resposta a um pedido do ramo batatinha mexicana e bulbilhos de piteira (ag. sisalana) que lhe fora dirigido pela Sociedade. — Agradeça-se.

Offícios dos Governadores dos Estados do Pará e Santa Catharina, da Secretaria do Conselho Municipal do Serinbaon, Estado do Pernambuco, e da Intendência Municipal do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, agradecendo a comunicação da eleição da Directoria da Sociedade. — Selante.

Offício da Câmara Municipal da vila da Misericórdia, Estado da Paraíba, remetendo dois volumes com sementes do algodão cultivado nesse município. (Aguarda-se o recebimento dos citados volumes).

Comunicado do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, agradecendo a remessa da «A Lavoura». — Selante.

Carta do bibliotecário da Faculdade de Direito do Recife, Pernambuco, pedindo os fascículos I a 6 d'«A Lavoura». — Não pôde ser attendido por se achar esgotada a edição de sos números.

Carta do Dr. J. dos Reis Magalhães, da Sociedade Bahiana de Agricultura, pedindo um diploma em branco da Sociedade para amostra.

Carta do 1º secretario do Club Agrícola de Barreiros, em Pernambuco, pedindo sementes de jatobá, soja e ontina. — Satisfaga-se.

Carta do Sr. Dr. F. M. Draenert agradecendo a comunicação da eleição da Directoria e participando haver remettido dois folhetos sobre o clima do Brasil. (O 1º secretario comunica não terem sido recebidos esses folhetos).

Offício do Sr. Bernardino Machado, da Villa da Palhoça, Estado de Santa Catharina, agradecendo a remessa de publicações da Sociedade.

O Dr. Aristides Calre: apresenta uma carta do gerente da Fazenda de Santa Monica comunicando continuar a grassar na fazenda e arredores a febre apitosa, se bem que benigna, e pedindo a remessa de creolina, mercurio doce e outros medicamentos.

A Directoria autoriza o Sr. Director de Cultura a fazer aquisição desses medicamentos pedidos.

ORDEN DO DIA

O Sr. Augusto Bernacchi: refere-se em termos elogiosos ao major Julio do Carmo, que acaba de ser admitido no seio da Sociedade, o recorda os esforços que S. S. quando intendente Municipal, empregou para bem servir à causa da agricultura, pugnando pela criação dos campos de experimentação agrícola e defendendo sempre tudo quanto se referia ao desenvolvimento da pequena lavoura do Município.

O Sr. Wenceslao Bello: pede desculpas por não ter trazido o resultado da sua comissão sobre syndicatos nem o trabalho referente às comissões estaduais, o que fará na próxima sessão.

O Sr. Silva Gandra: faz idêntica comunicação relativamente ao questionário do Sr. Consul de Venezuela.

O Sr. Aristides Caire: comunica que o Dr. Assis Brasil, ministro brasileiro na América do Norte, deverá partir para os Estados Unidos, no dia 20; e lembra, o que é imediatamente aprovado, que a Directoria deve ir em sua despedida cumprimentar o ilustre ministro que tantos benefícios tem prestado ao país e a esta Sociedade.

O Sr. Augusto Bernacchi: participa ter comparecido com o Dr. Aristides Caire à sessão magna da Sociedade de Medicina e Cirurgia.

O Sr. Jacy Monteiro: repete a comunicação que fez na sessão anterior e que por um lapso deixou de ser inscrito na respectiva acta, relativamente à noticia dada em telegramma nos diários desta Capital, da descoberta feita pelo Sr. Loesller, de Berlim, de um poderoso preservativo contra a febre aphtosa, preservativo experimental com êxito completo.

E comunica outrossim que a República Argentina já fez seguir para a Alemanha, afim de estudar o caso um especialista na matéria, conforme deram contra outros telegrammas.

O Sr. João Baptista do Castro: apresenta à apreciação da Sociedade as seguintes amostras de produtos fabricados com fibras nacionais.

1^a amostra do estopa de linho oriundo do Rio Grande do Sul, que fornece à Indústria da cordoaria em S. Paulo e Rio de Janeiro, sendo o novelo de barbante exhibido, confeccionado com a referida matéria prima bruta, o que é muito auspicioso para tal indústria;

2^a uma amostra da fibra de uma árvore denominada « mandioquinha do mato » proveniente da municipalidade de Pombal, Estado de Minas Gerais, oferecida pelo Sr. comendador J. C. Pardal; 3^a uma pequena amostra do Sissalhemp, proveniente do México;

4^a uma dita de Manilha Kemp., proveniente das Ilhas Filipinas—18—3—902 —J. B. Castro.

Encerra-se a sessão.

Antônio Fialho, — Aristides Caire, — João da Silva Gandra, — Wenceslao Bello, — João Baptista do Castro, — Domingos Sergio de Carvalho e E. Jacy Monteiro.

Acta da 169 — 148^a de Directoria em 1 de abril de 1902

PRESIDÊNCIA DO DR. JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, 1º VICE-PRESIDENTE.

No dia 1 de abril de 1902, às 11 1/2 horas p. m., presentes os Srs. João Baptista de Castro, Aristides Caire, Domingos Sergio de Carvalho, E. Jacy Monteiro, Augusto Bernacchi, Alberto Jacobina e João da Silva Gandra, assinou a presidência o Dr. João Baptista de Castro, 1º vice-presidente, e declarou aberta a sessão.

É lida o posta em discussão a acta da sessão 147^a de 25 de fevereiro.

O Sr. Bernacchi: pede a palavra para reclamar contra um lapso que notou na redacção da acta.

Quando o Dr. Aristides Cairoiou a exposição, contendo o plano de serviços da Fazenda Santa Monlea, o orador, concordando plenamente com as opiniões expostas pelo Director do Culturas, manifestou-se com tola a franqueza favorável ao aproveitamento das casas, já preparadas, em número superior a mil ; existentes na encosta do morro próximo à residência da Fazenda, para o plantio do café ; o bravamente sido lembrado o alívio de se encarregar um sub-goronto de cuidar do cafezal que se encontra muito distante da sede da Fazenda, opondo-se a essa medida que viria dividir o serviço do goronto, cuja responsabilidade deve caber a este último.

Ningnem mais pedindo a palavra é encerrada a discussão da reunião, o, em seguida, submetida à votação é aprovada.

Passa-se a leitura, discussão e votação da acta da sessão 145^a do Directorio do 4 de março.

E' aprovada som dispensação.

EXPEDIENTE

Ofício da Associação Commercial do Porto, Portugal, remettendo o « Reitorio » dessa associação correspondente no anno de 1901. —Agradeça-se.

Ofício do Consul Geral do Brasil no Havre, França, agradecendo a comunicação sobre a eleição da Directoria e oferecendo os seus serviços à sociedade. —Agradeça-se.

Carta do Dr. Joaquim Ignacio Tosta, da Bahia, referindo-se à organização da Sociedade Bahiana de Agricultura ao Comício Agrícola realizado na Capital daquele Estado e ao Congresso Assinareiro.

Essa carta acompanhou uma circular do presidente da Sociedade Bahiana de Agricultura dirigida aos agricultores do Estado pedindo amostras do café, fumo, cachaça, sisal, etc., para serem enviadas para as Repúblicas Argentina, do Chile e do Uruguai. —Agradeça-se.

Ofício da Câmara Municipal de Palmeira dos Indios, Alagoas, agradecendo a comunicação relativa à eleição da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

No mesmo sentido : ofícios das Camaras Municipais de Mogi das Cruzes e Jaboatão, Estado do S. Paulo. —Arquivo-se.

Ofício da Directoria Central do Governo Municipal de Lages, Estado de Santa Catharina, inscrevendo essa municipalidade no rol dos soelos efectivos da Sociedade Nacional de Agricultura. —Agradeça-se.

Carta do Sr. Barão de S. Francisco ao Dr. Sergio de Carvalho, remettendo um exemplar do Regulamento Geral da Escola Agrícola da Bahia de 1893 :

A' comissário dos Srs. Sergio de Carvalho, Fabio Leal e Wenceslao Bello.

Ofício do Club de Engenharia agradecendo a comunicação referente à eleição da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

Ofício do Club Calceirão do Livramento, Rio Grande do Sul, no mesmo sentido do precedente. —Arquivo-se.

Circular do Club Literario da Villa de Collares, Estado do Pará, pedindo as publicações da Sociedade. —Satisfaga-se.

Circular do Club Literario de Estância, Estado de Sergipe, comunicando o resultado da eleição da sua nova administração. —Agradeça-se.

Carta do Sr. A. A. Poreira da Fonseca em resposta a ofício da Sociedade.

Memor indum do Sr. Olympio Esther, do Jaraguá, Alagoas, remettendo um calxoto com diversas latas contendo amostras do a sucar, oferecidas pela Sociedade do Agricultura Alagoana. —Agradeça-se.

Carta do Sr. Americo Silvestre, de Farlas, do Capioba, Bahia, reclamando « A Lavoura », que não tem recebido. —Providencie-se.

Cartas do Sr. José A. Boltonel, agradecendo a participação relativa ao resultado da eleição da Directoria e remetendo uma amostra de trigo do Sr. Joaquim da Costa Sena, Estado do Santa Catharina. —Arquivo-se o agradeça-se.

Carta do Sr. Adolpho Lion Teixeira da Campanha, sobre amostras do vinho de sua fabricação que foram analysadas no Laboratorio Nacional de Analyses e outros assuntos. —Responda-se.

ORDEM DO DIA

O Sr. Sergio do Carvalho: reporta-se à carta do Sr. Dr. Joaquim Ignacio Tosta, lida no expediente; e entrando em justificativas considerações sobre os resultados praticos que advirão à propaganda da agricultura com a instalação do conselho agrícola da Bahia e a criação da Sociedade Bahiana de Agricultura, tornava pedindo que a Sociedade Nacional de Agricultura manifeste todo o seu apoio e solidariedade à nova associação que no Estado da Bahia ha de sempre pugnar pelos legítimos interesses daquele departamento brasileiro.

O Sr. Aristides Cairo: apresenta a conta dos salários do encarregado da Fazenda Grande da Paulista; e torna a repetir malha uma vez o pedido já formulado para que a directoria diga sobre o caso dessa propriedade rural.

A directoria autoriza o pagamento; e, quanto à segunda parte, pede ao Dr. Cadro aguardo solução.

O Sr. Jacy Monteiro: lembra que é preciso iniciar as experiências com os feitos impermeáveis trazidos à Sociedade pelo Sr. major Dinz Lagarde, como ficou combinado.

O Sr. Aristides Cairo: declara que já se entendeu a esse respeito com o major Lagarde, explicando quais as principais experiências a que deveriam ser submetidos os sacos feitos com os referidos tecidos, o que convindava mesmo S.S. a comparecer na sede da sociedade.

O Sr. João Baptista da Castro: precisamos remeter os alludidos sacos, devolvendo cheios dos gêneros, para transporte dos quais não faltam como o café, milho, farinha, etc., nos portos do norte e do sul do país, devendo desses portos voltar aqui,—até de ser então examinado o estado em que se achavam aquelas gêneros e estudadas as alterações que, por ventura, vinhão a sofrer.

Cô. que eram essas experiências principais que deviam ser feitas, como se combinou.

O Sr. Jacy Monteiro: essas eram as mais importantes e práticas; outras, porém, havia a fazer e para encetá-las devemos aguardar a presença do Sr. Dinz Lagarde ou de um representante de S.S.

O Sr. Jacobina: a respeito do assunto comunica que duas importantes casas importadoras desta praça estão, por experiência, fazendo as remessas dos gêneros em sacos do tecido impermeável do major Lagarde.

O Sr. Sergio do Carvalho: refere-se em termos elogiosos aos Srs. Ignacio Tosta, Satyro Dins, Cornelio da Fonseca, José Durro e outros representantes da Nação, cujos serviços à causa da agricultura não podem ser esquecidos; e lembra que, não tenho sido possível trá-la directoria, como ficara combinado, visitar esses ilustres conselhos ou recebê-los a bordo por ocasião da sua volta dos Estados da República nos trabalhos do Congresso Federal—fusso a cada um envia-lo um cartão de felicitações e bons vindos.

E' aprovada sem discussão o unanimemente essa indicação.

O Sr. Aristides Cairo: julga conveniente que se apresse o convite ao Sr. ministro da Viação e congressistas para a visita à Fazenda do Santa Maria; dentro em breve tempo será feita a colheita dos cotonetes; e após essa colheita perderá a oportunidade a visita à Fazenda.

O Sr. Augusto Bernacchini: traz ao conhecimento e deliberação da directoria da sociedade várias indicações e propostas que passa a expor:

Em primeiro lugar refere-se à notícia publicada pelos diários desta Capital e relativa à petição que os pequenos lavradores do Distrito Federal pretendem apresentar ao ilustríssimo Prefeito Municipal, solicitando que lhes seja permitido vender, na praça General Osório, pela manhã os produtos das chácaras e hortas.

Em apoio; o ampliação desse pedido já o Congresso de Agricultura, em sua 70ª conclusão, manifestou a necessidade de multiplicação na Capital Federal e demais cidades da Repúblia, de praças livres ou feiras para a propria favore, em que o agricultor possa vender a retalho os seus produtos.

Não procede a falta de hygiene que nessas feiras só tem verificado, para impedilhas; a Município não tem meios de fazer observar o maximo assento nessas praças de venda de gêneros agrícolas.

Propõe, portanto, que a directoria da sociedade officie nesse sentido ao Sr. prefeito amparando a petição dos lavradores do Distrito Federal (*approvedo*).

Em segundo lugar, referoso aos telegrammas de Buenos Aires do que a imprensa denotava, comunicando que havia sido feita a redução do 40% do imposto sobre o café brasileiro e rebatizado o imposto sobre o fumo nacional; o propôe que por esse facto seja solicitado o Governo o ministro brasileiro Dr. Cyro de Azevedo. (Aprovado, aguardando a direcção a confirmação desses telegrammas).

Em terceiro lugar, propõe que a direcção da sociedade se manifeste com relação ao estado actual em que se debalam os interesses agrícolas da zona percorrida pela Estrada do Ferro União Ituana e Sorocabana.

A direcção da Sociedade, lastimando os prejuízos que tem sofrido a referida zona cafeeira, conta que o Governo providenciará no sentido de tomar o melhor essa situação (*aprovado*).

Em quarto lugar, le a notícia do *Correio da Manhã*, de 29 de março, sob o título *Gado empestado*, e pede que a direcção da sociedade providencie a respeito no que lhe compete. (A direcção aguarda a confirmação dessa local).

O Sr. Aristides Caire apresenta a seguinte informação sobre sua ultima visita à Fazenda Santa Monica:

«Visitei a Fazenda de Santa Monica a 22 do mes proximo passado. Dovido às continuas chuvas pouco serviço pôde efectuar-se.

Continha a colheita do arroz o semear-se um pouco de sêjão do cor.

Está em concerto a banqueta, empregando-se caixas de madeira, onde não pôde ser reparado de outro modo.

Mandou preparar o terreno em frente ao sobrado para semear as sementes colhidas pela casa Hango & Schmidt.

Dovido às grandes chuvas desabou uma parte do muro do terreiro de pedra, que carece ser consertado.

Continha a fibra apitosa no gado bovino, porém de carácter benigno e que tem facilmente cura á medicação empregada, tendo só runido os medicamentos aconselhados para tal illn.

* * *

Sobre a Fazenda Grande da Penha tenho a dizer que o cidadão que estava encarregado de tomar conta, achando-se doente, pediu exoneração e sendo-lhe pago, retirou-se, ficando provisoriamente encarregado de tomar conta outro cidadão, antigo morador na fazenda.

Tive notícia pelo Dr. Belo haver sido morto pelo trem da Estrada do Ferro do Norte um dos bois da fazenda e que foi autorizado o nosso consocio Dr. Bernardo do Flignefredo a encarregar algemem a aproveitar a carne, vendendo-a do que prestará conta.

E' encerrada a sessão.—Antônio Biatho,—João Baptista de Castro, Domingos S. de Carvalho,—Augusto Bernacchi,—Alberto Jacobina,—Wenceslão Bello, Ph. Aristides Caire,—Sylvio Rangel,—Jens Sand,—João da Silva Gandra, E. Jacy Monteiro.

Acta da 12^a sessão, 1^ª de Directoria realizada em 8 de abril de 1902

PRESIDENCIA DO DR. JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, 1º VICE-PRESIDENTE

No dia 8 de abril de 1902, às 4 horas p. m., presentes os Srs. João Baptista de Castro, Wenceslão Bello, Aristides Caire, Domingos Sergio de Carvalho, E. Jacy Monteiro, Augusto Bernacchi, Alberto Jacobina, João da Silva Gandra, Joaquim Ignacio Costa, Moysés Montt, Antonio Tavares, Demetrio Schonert e G. A. Henri, assumiu a presidencia o Dr. João Baptista de Castro, 1º vice-presidente, e declara aberta a sessão.

E' lida o aprovada sem discussão a acta da sessão do 11 de março.

A direcção resolve adiar a leitura do expediente para ulterior sessão.

ORDEM DO DIA

O Sr. Sergio de Carvalho: dá sinceros parabens à Sociedade Nacional do Agricultra, pela satisfação de ver honrando a sessão do directorio os Ilustres consocios Dr. Joaquim Ignacio Tosta e coronel João Antonio Tavares.

Recorda e enaltece os serviços prestados com sobreja dedicação ao Congresso do Agricultra por esses prestatímos companheiros, enja presença, neste momento, no seio da sociedade dove ser justo motivo de júbilo para a directoria desta associação.

Termina, pedindo que se inserava em acha um voto de congratulação pelo facto do comparecimento do Dr. Ignacio Tosta e do coronel Antonio Tavares à sessão do directorio da sociedade.

O Sr. Lenardo Tosta: agradece em seu nome e em nome dos agricultores do Estado do Bahia, as homenças referencias e amistosas palavras do Dr. Sergio de Carvalho.

Comparece à sessão do directorio para comunicar pessoalmente animadoras notícias sobre o trabalho e resultados praticos da propaganda agricola em seu Estado Natal.

Obedecendo aos Intuitos do Congresso do Agricultra, reuniu na Bahia o Comício Agricola, enja instalação levo a fortuna de ser coroada de pleno exlto, com a presença do governador do Estado e demais autoridades, todos solleitos em prestar o seu apoio à idéa.

Foram votadas 39 conclusões nesse encontro, de acordo com as resoluções do Congresso de Agricultura e affirmando toda a solidariodade à Sociedade Nacional de Agricultura.

Refero-se em seguida o orador à criação da Sociedade Bahiana de Agricultura, sua instalação, organização, intuitos e meios de acção, refere-se ainda à elaboração dos estatutos dessa instituição, seus artigos capitulos etc., e termina congratulando-se com a Sociedade Nacional do Agricultra por mais esse passo dado, essa vitória, na realização dos desejos dos propagandistas da Agricultura no Brasil.

O Sr. Wenceslão Bello: pede a palavra para ampliar o discurso do Dr. Sergio de Carvalho; a presença do Dr. Joaquim Ignacio Tosta em sessão do directorio da Sociedade Nacional de Agricultura, e as informações que S. S. acaba de fazer, devem ser recebidas como prova inconcussa de que a propaganda agricola em nosso paiz é uma realidade!

Já se tem feito alguma causa. O exemplo da Sociedade Bahiana de Agricultura é digno de ser imitado.

Dovemos dar a maior publicidado aos estatutos dessa nova associação que, nos termos em que expoz o Sr. Dr. Ignacio Tosta, poderá servir de norma às demais associações congêneres.

O Sr. João Antonio Tavares: agradece as palavras do Dr. Sergio de Carvalho e referindo-se à sua missão junto ao Congresso de Agricultura, comunica ter prestado conta dessa missão à Camara Municipal de Campos, da qual viora como representante, expondo succinctamente os trabalhos efectuados no Congresso, suas deliberações, etc.

O Sr. Sergio de Carvalho: aproveita a occasião para apresentar o Sr. Moysés Montt, cidadão chileno que se tem dedicado à propaganda agricola.

O Sr. Presidente agradece o comparecimento dos ilustres consocios e do Sr. Montt à sessão.

. . .

Entra em discussão a questão da conferencia sobre assucar, sua industria e commercio, que terá lugar em junho na Bahia.

E' aprovada a preliminar da nomeação de uma comissão promotora dessa conferencia; e o Sr. Presidente nomeia para esta comissão os seguintes Srs. Drs. Silva Mariz, deputado pela Paraíba, Cornelio da Fonseca, por Pernambuco, José Duarte, por Alagoas, senador Coelho e Campos, do Sergipe, conselheiro Sodré Pereira e Ignacio Tosta, deputados pela Bahia, Manoel Galvão, Augusto Ramos, de São Paulo, Antonino Flávio, Wenceslão Bello, Sergio de Carvalho e João Antonio Tavares.

Dão-se por comunicados os presentes.

Em seguida o Sr. Presidente convida os membros da Directoria e sócios presentes para formar uma comissão no dia 10 comunicar ao Sr. Ministro da Viação o que acaba de ser resolvido com relação à conferência do assunto e ouvir S. Ex. a respeito do mesmo.

O Sr. Sergio do Carvalho: refere-se à Isenção dos direitos de importação, lembrada pelo Congresso de Agricultura na sua 51^a conclusão votada, para as lampadas, candeeiros e material empregado na iluminação ou produção de força motriz por meio do álcool.

O Sr. Ignacio Tosta: promete estudar o assunto para de melhor modo sor prento no Congresso.

O Sr. Sergio do Carvalho: apresenta uma comunicação encravada do conselho Domotrio Schonert, contendo preciosas informações sobre a ameaça que aguarda a Importação de café brasileiro nos portos da Turquia.

O Sr. Presidente nomeia uma comissão composta dos Srs. Sergio do Carvalho, Alberto Jacobina e Aristides Caire, para dar parecer sobre o caso.

Proclamado retirar-se, pedem dispensa de sua presença os Srs. Dr. Joaquim Ignacio Tosta e Coronel João Antônio Tavares.

O Sr. Jacy Montelro: Informa à Directoria sobre a próxima exposição que deve ser efectuada em Petrópolis, organizada pela Associação Agrícola e Pastoril, a qual a Sociedade deve prestar todo o apoio.

A Directoria resolve que se oficie à referida Associação, oferecendo os serviços da Sociedade e manifestando o testemunho de solidariedade e aplauso à idéia da próxima exposição.

Em seguida o 1º Secretário transmite o pedido que teve a honra de receber do Sr. Campos da Paz, filho do Ilustre fundo Vice-presidente da Sociedade, para que a Directoria envide os seus bons ofícios no sentido de serem vendidos a alguns Estados vizinhos do país os exemplares que ainda restam do "Manual prático do viticultor brasileiro" o que se acham depositados, por favor, em caixotes, no saguão da Repartição da Estatística.

A Directoria resolve satisfazer o pedido.

O Sr. Director de Culturas apresenta a seguinte comunicação:

Sessão do 8 de abril de 1902.

No dia 3 do corrente fiz a visita à Fazenda Santa Monica. Ponco se fez durante a semana, aliás por causa das contínuas chuvas e, demais, ser semana santa o fazendeiro ferido.

Terminou-se a maior parte da colheita do arroz, isto é, o primeiro corte; faltou pouco para se concluir a reparação da banqueta.

Encetou-se a colheita do milho. Já desapareceu completamente a febre aphtosa do gado bovino na fazenda.

Morreu de desastro a egua "Nivem", deixando dois produtos — uma potranca de um anno e uma bestinha de meia o mês.

Mandou apressar o preparo do machilismo de beneficiar o arroz.

Anteriormente mandou serrar taboas e regoas para reparos necessários na Fazenda.

Sala das sessões, 8 de abril de 1902.—Dr. Ph. Aristides Caire.

Encerra-se a sessão às 6 horas da tarde. Antonino Fialho, — João Baptista de Castro, — Joaquim Ignacio Tosta, — Dr. Ph. Aristides Caire, — Augusto Ramos, — Alberto Jacobina, — Domingos S. do Carvalho, — João da Silva Gandra, — E. Jacy Montelro.

**Acta da 172^a sessão — 180^a do Directorio de 15 de abril
de 1902**

PRÉSIDENCIA DO DR. ANTONINO PIALHO

No dia 15 de abril de 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Antonino Pialho, Wenceslão Bello, Aristides Calro, Domingos Sergio de Carvalho, E. Jacy Monteiro, Augusto Bernacchi, Alberto Jacobina, João da Silva Gandra, conselheiro Dr. Carlos Leônio de Carvalho e Sampaio Corrêa, abriu a sessão o Dr. Antonino Pialho.

E' transferida a leitura do expediente.

ORDEN DO DIA

O Sr. Wenceslão Bello: apresenta um projecto de regimento intorno discriplinando os serviços dos diversos cargos da Directoria e dando outras providências; e pede que o Sr. presidente inclua esse trabalho na ordem do dia de uma das próximas sessões para ser discutido.

(Adoptado).

O Sr. Aristides Calro: participa que por doento deixou de fazer a visita semanal à Fazenda da Santa Monica.

Pôde entretanto informar que já se encerrou a colheita do milho e que a machilna de beneficiar arroz foi consertada e está dando melhor produto.

A pergunte feita pelo Dr. Wenceslão Bello responde que não obstante os convites nem um lavrador foi visitar a Fazenda.

O Sr. Sergio de Carvalho: refere-se à lei n. 508, de 14 de dezembro do 1901, promulgada pelo presidente do Estado do Rio de Janeiro sobre prémios para o assucar; e, depois de varias considerações, propõe, o que é aprovado, que se oflele ao Sr. general Quintino Bocayuva, presidente daquelle Estado, folleitando S. Ex. por esse acto.

O Sr. Wenceslão Bello: propõe e é aprovado, que se nomeie uma comissão para promover em todo o país uma campanha contra os Impostos inter-estaduais.

O Sr. presidente nomeia para essa comissão os Srs. conselheiro Leônio de Carvalho, Sampaio Correa, Sergio de Carvalho e Wenceslão Bello, que aceitam e agradecem a nomeação.

O Sr. Augusto Bernacchi: refere-se ao facto da adulteração de alguns géneros de produção nacional, a manterça por exemplo, não aproveitando por conseguinte de modo algum ao consumidor a elevada tarifação, quasi prohibitiva, dos géneros similares estrangeiros estabelecida no intuito de fazer progredir a indústria do país.

Os Srs. Jacy Monteiro e Aristides Calro: adulteração feita pelo vendedor à retalho, pelo fabricante, não.

O Sr. Sergio de Carvalho: trata da questão das farifas do assucar na Estrada de Ferro Central do Brasil.

Os Srs. conselheiro Leônio de Carvalho e Sampaio Corrêa agradecem a sua nomeação para o conselho superior da Agricultura.

E encerra-se a sessão. — Antonino Pialho, — João Baptista de Castro, — João da Silva Gandra, — Jens Sand, — Domingos S. de Carvalho, — Alberto Jacobina, — Aristides Calro, — Augusto Ramos, — Emmanuel Couret, — Geraldo Martins, — E. Jacy Monteiro.

**Acta da 173^a sessão — do Directorio 181^a, de 22 de abril
de 1902**

PRÉSIDENTIA DO DR. ANTONINO PIALHO

No dia 22 de abril de 1902, às 3 1/2 horas da tarde, presentes os Srs. Antonino Pialho, João Baptista de Castro, Wenceslão Bello, Aristides Calro, Domingos Sergio de Carvalho, E. Jacy Monteiro, Augusto Bernacchi e João da Silva Gandra, é aberta a sessão.

E' lida e aprovada a acta da sessão 147^a, do 25 de março.

São aceitos como sócios efectivos os Srs. Dr. José Cesario de Miranda Ribeiro, residente em Niteroy e o Dr. José Couto, residente em Barbacena.

E' lida o despachado o seguinte expediente:

Carta do Dr. Alfredo Maia acusando o ofício do 19 de março do corrente anno.

Ofício da Comissão do Culto Clivelo Glorificação de Tiradentes convocando à directoria a assistir as festas do 21 de abril.

Ofício do Governo do Estado do Piauhy acusando a circular do 15 de fevereiro do corrente anno.

Ofício do secretario da Sociedade Perseverança Auxílio dos Empregados no Commercio de Maceló acusando a circular de 15 de fevereiro do corrente anno.

Ofício do secretario do Governo Executivo Municipal de São Miguel das Gerais, Estado de Minas Geraes, acusando a circular do 15 de fevereiro do corrente anno.

Ofício do presidente da Câmara Municipal de Sant'Anna dos Ferros, Estado de Minas Geraes, acusando a circular do 15 de fevereiro do corrente anno.

Ofício da directoria da grande Associação Beneficente do Senhoras em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, acusando a circular de 15 de fevereiro do corrente anno.

Ofício do presidente da Câmara Municipal de Sousa, Estado da Paraíba, inscrevendo-se como socio, e pedindo diversas sentenças.

Ofício do presidente da Câmara Municipal da cidade de Condéoba, Estado da Bahia, inscrevendo-se como socio.

Ofício do presidente da Câmara Municipal de Thomasina, Estado do Paraná, inscrevendo-se como socio e acusando a circular do 15 de fevereiro do corrente anno.

Ofício do presidente da Associação Commercial do Amazonas, em Manaus, partilhando a eleição da nova directoria.

Ofício do presidente da Sociedade Bahiana de Agricultura na cidade da Bahia, partilhando a instalação dessa Associação e a eleição da respectiva directoria.

Carta do secretario da Sociedade Bahiana de Agricultura, na cidade da Bahia, remetendo um diploma.

Carta do Dr. Paulino Resendo declarando aceitar o lugar de membro do Conselho Superior.

Ofícios dos Drs. Bernardo José do Flignelredo e A. do Paula Rodrigues Alves declarando aceitar o lugar de membro do Conselho Superior.

Carta do Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva remetendo 500 exemplares do erratas, para serem addicionadas em sua memoria sobre a « Herba Matto ».

Carta do Alfredo Osorio do Corqueira pedindo a remessa de sementes.

Carta do Alberto F. Rodrigues pedindo numeros d' A Lavoura.

Carta de E. Courret, de Campos, declarando que só no fim de maio poderá enviar as amostras de assucar e álcool. Cartão de J. C. Rodrigues, agradecendo.

Cartas do Dr. Augusto Ramos, de S. Paulo, fazendos varios considerandos sobre a conferencia assucareira que se tem de realizar na cidade da Bahia, em 25 de Junho proximo futuro.

ORDEM DO DIA

O Sr. Sérgio do Carvalho: volta a tratar da questão das tarifas, via Estrada do Ferro Central; propõe que a Directoria da Sociedade solicite do Ministério da Viação seja modificado a tarifa estabelecida para o assucar transportado desta capital por aquella ferrovia.

Refere-se om seguida à industria de lactecinios nos Estados de Minas Geraes e Rio de Janeiro e à vantagem que adviria à Indústria se fosse admittido o transporte de leite e de manteiga pelos trens nocturnos da Central, conforme a Directoria da Sociedade expôe ao Sr. Ministro da Viação.

O Sr. Aristides Cairo, Director de Culturas, traz a seguinte comunicação:

Sessão de 22 de abril de 1902.

Visitou a fazenda de Santa Monica, a 19 do corrente.

Durante a semana, de 14 a 19 efectuaram-se os seguintes trabalhos:

Concluíram-se os reparos da banqueta; beneleceu-se arroz; ceifou-se parte do campo n.º 4 com a cestadeira globo que tem funcionado muito bem.

Está-se procedendo ao preparo do terreno (antigo jardim) para viveiro e sementeira, tendo existido um ponce, visto procurar-se diminuir sendo extirpar toda a trirriza.

Foz-se a limpoza da horta o pomar em parte.

Fizeram-se reparos na cerca do curral. Em consequencia da secca de 15 dias, suspendeu-se a lavoura ha pouca onofada, visto achar-se o torreno muito compacto e não render o serviço.

A secca já vao cansando dainho aos feijoas.

Já chegaram à fazenda a machina de matar formiga concertada, o o quebra-dor de sambuco.

Sala das sessões, 22 de abril de 1902. — Dr. Ph. Aristides Caire.

Tendo de se retirar alguns membros da Directoria, o Sr. Presidente encerra a sessão. — *Antônio Fiuza, — Wenceslado Bello, — Aristides Caire, — João da Silva Gandra, — Jens Sand, — Domingos S. da Carvalho, — Augusto Ramos, — Immanuel Courte, — Geraldo Martins, — Alberto Jacobina, — E. Jacy Montauro.*

Acto da 1233 sessão - 132º do Directorio, em 29 de abril de 1902

PRESIDENCIA DO SR. DR. JOÃO BAPTISTA DA COSTA, 1º VICE-PRESIDENTE

No dia 29 de abril de 1902, às 3 1/2 horas da tarde, na sede desta Sociedade, pregentes os Srs. Domingos Sergio da Carvalho, Aristides Caire, Alberto Jacobina, Antônio Carlos Simões da Silva, João Baptista de Castro, João da Silva Gandra, Vaz Pinto e Augusto Bernacchini, abre a sessão o Sr. Dr. João Baptista de Castro. E' transferida a leitura da acta.

E' lido e despachado o seguinle expediente :

Ofício do Ministro da Viação sobre a conservação das águas da Fazenda de Santa Monica, que abastecem a povoação do Desengano.

Ofício do director da secção de Indústria do Ministerio da Indústria e Viação, perguntando se a Sociedade pôde dar execução a um pedido de sementes feito pelo chefe da comissão de Águas e Irrigação do Quixadá.

Carta da Directoria da Escola Agricola em Assunção, Paraguai, envlindo diversas publicações.

Carta do Encarregado de Negocios do Brasil em Washington, Estados Unidos da America do Norte, participando ter embarcado no vapor *Tennyson*, dous volumes com plantas para a Sociedade (mudas de agave sisalana).

Carta do Consul do Brasil em Nova-York, juntando conhecimento dosses dous volumes.

Carta do tesoureiro da Sociedade Brasileira para Animação da Criação e Agricultura, em Paris, agradecendo a remessa da *A Lavoura*.

Ofício do Presidente da Camara Municipal de Macajuba, Estado do Pará, inscrevendo-se como socio.

Ofícios do Presidente do Estado do Maranhão, do Conselho Municipal da Vila da Princesa, Estado da Paraíba, do Conselho Municipal do Itaporanga, Estado de Sergipe, acusando recebimento da circular de 15 de fevereiro do corrente anno.

Ofício do presidente do Conselho Municipal da cidade de Alagoas, Estado de Alagoas, inscrevendo essa municipalidade como associado.

Ofício do Presidente do Conselho Municipal da cidade de Reisnâo, Estado da Bahia, inscrevendo essa municipalidade como associada e pedindo diversas sementes.

Ofício do Presidente do Conselho Municipal da Vila de Utinguadas, Estado da Bahia, accusando recebimento da circular de 15 do fevereiro do corrente anno.

Ofício do Presidente da Camara Municipal de Araras, Estado de S. Paulo, pedindo inscrever essa municipalidade como associado.

Ofício do Presidente do Conselho Municipal da Vila S. Joaquim da Costa Serra, Estado de Santa Catharina, accusando recebimento da circular de 15 de fevereiro do corrente anno.

Ofício do Presidente da Intendencia Municipal da cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, accusando recebimento do ofício da Directoria da Sociedade, de n. 1936, de 28 de fevereiro do corrente anno.

Officio do Presidente da Camara Municipal da Villa da Pedra Branca, Estado de Minas, pedindo inserção da sua municipalidade como associado.

Officio do Presidente da Camara Municipal da villa da Jamariá, Estado da Minas, envlando a quantia de cincuenta mil réis correspondente à anuidade do corrente anno à pedido para inserir a sua municipalidade como associado.

Officio do Director do Gymnasio Fluminense, em Petropolis, pedindo a remessa da *A Lavoura*.

Officio de Francisco Izidoro Rodrigues da Costa, representante do serviço de propaganda da Sociedade Alagoniana, em Macoló, acusando o recebimento do sementes.

Circular do Dr. Francisco Portella, partilhando a fundação da Sociedade Brasileira Exportadora do Café.

Carta do Secretario do Club Commercial Literario e Recreativo em Estrela, Estado do Sergipe, acusando recebimento da circular do 15 de fevereiro do corrente anno.

Carta da Gerencia da Companhia Agricola de Juiz de Fora, pedindo sementes.

Carta do Secretario do Club Catharinense, nesta Capital, pedindo sementes.

Circular do Director da Biblioteca do Gymnasio Parahyba, no Estado da Paraíba, pedindo a remessa da *A Lavoura*.

Carta do Dr. Joaquim Ignacio Tosta, declarando aceitar o lugar de membro do conselho superior.

Officio do Joao de Carvalho Borges Junior, de Valença, declarando aceitar o lugar de membro do conselho superior.

Carta de A. Honanit, desta Capital, acerca de alguns instrumentos agricolas.

Officio de Manoel Galvao acusando o recebimento da sua nomeação como socio efectivo e membro da comissão promotora da Conferencia Assucareira.

Carta do Dr. Marcondes Ferreira, do Ceará, pedindo sementes.

Carta de Clara Domor, da cidade de Blumenau, Estado de Santa Catharina, fazendo comunicações sobre o plantio da batata.

Carta de Alcides Xavier do Gouveia, pedindo a remessa do diploma.

Carta de Alfredo Osorio de Corqueiro, secretario do Club Agricola de Barreiros, em Pernambuco, sobre a remessa de sementes.

Carta do Antonio Carneiro Junior, reclamando a remessa da *A Lavoura*.

Cartao de Jens Sand & C., desta Capital, oferecendo um catalogo de plantas, endereçado, da casa Hauge, Selmaadt & C., de Hufurt.

Telegramma do coronel Jose Antonio Tavares de Campos, declarando não poder comparecer à sessão da Conferencia Assucareira.

Carta do Dr. Bernardo Jose de Figueiredo, remetendo a quantia de cincuenta e um mil réis, do que produziu o boi morto pelo trem da linha da Estrada do Ferro do Norte, pertencente à fazenda da « Penha ».

Carta do Antonio Jose Maria Mounerat, pedindo informações sobre adubos chumicos, a quantidade a empregar-se para diversas plantações, etc.

Carta de Joao Baptista Lopes o Jose Soares Pereira Junior, pedindo à Directoria da Sociedade para Ilos informar se já existe crédito aberto pelo Ministerio da Industria para frete e seguro de animais de ração.

ORDEN DO DIA

O Sr. Sergio do Carvalho : diz que acaba de ser lido no expediente, o officio do Sr. Director Geral da Directoria da Industria do Ministerio da Industria e Viação perguntando se a Sociedade pôde fornecer sementes de súlfur o de sója à Comissão de Árido e Irrigação do Quixadá ; é de surprehender que a Sociedade tenha enviado esforços no sentido de serem consignadas no orçamento deste anno varias medidas em beneficio da agricultura do paiz e não se tenha empenhado em promover os meios de tornar efectivas essas medidas, deixando de requisitar a abertura dos respectivos créditos, abandonando essas idéas.

Assim é quo a verba de cem contos para a aquisição e distribuição de sementes, assim como, para passagens e seguro de animais de ração e reprodactores, acha-se até agora intacta e inactiva e a Sociedade não obteve ainda do Ministro da Industria e Viação a abertura desse crédito em parte ou no total.

Aproveita a occasião em que está com a palavra para referir outro facto que val ficando no esquecimento : resolvou a Directoria da Sociedade nomear o seu representante junto à Companhia Assucareira e organizar as respectivas instruções

para esse representante, sobre as quais tem de ser elle ouvido. Os dias entretanto estão se passando sem que o dê cumprimento a essas resoluções.

O Sr. Alberto Jacobina: lembra igualmente, entre outras questões de urgente resolução ultimamente proteladas, as que dizem respeito à Fazenda Santa Mônica, cujas condições de administração dependentes do regulamento da Sociedade, ainda não disentido nem aprovado, acham-se indeterminados.

O Sr. Presidente: não se pode acusar a Directoria de haver abandonado o propositadamente demorado a solução dessas questões. Somos poucos aqui a trabalhar, onze pessoas somente, algumas das quais com muitos afazeres estranhos; e do dia para dia aumenta o número de serviços que pesam sobre os nossos homens.

Não nos podemos multiplicar e fazer mais do que estamos fazendo.

Pensa entretanto que por isso mesmo é forçoso se adoptar um método para o andamento dos trabalhos da Directoria da Sociedade.

O Sr. Augusto Bernacchi: refere-se ao Controlo do Agric平tura o pede informações sobre as despesas feitas com a organização desse certame: se já se acham todas pagas, o que falta pagar, como e quando serão publicados os respectivos anuários tão ansiosamente esperados por todos.

O Sr. presidente: informa que todas as despesas feitas constam dos respectivos livros de escrivanaria e que todas as contas, quer as que já estão pagas quer as que ainda não o são, foram devidamente estampilhadas e postas em ordem, remetidas ao Sr. Ministro da Fazenda, podendo a todo o tempo ser examinadas.

O Sr. Sergio de Carvalho: já o disse numa vez e repete que está terminada a sua missão de secretário do Congresso do Agric平tura. Não obstante a deliberação da directoria sobre o assumpto determinando que a Comissão Executiva do Congresso compita ultimar os respectivos trabalhos até a publicação dos Anuários, ratifica esse seu proposto, como declarou na sessão do 13 da presente.

O Sr. Jacy Montouro: V. Ex. não pode duvidar resolução tomada pela directoria da sociedade; a directoria continua portanto certa de que V. Ex. não abandonará a ultimação dos trabalhos do Congresso do Agric平tura.

O Sr. Augusto Bernacchi: voltando a tratar de questões atinentes à Fazenda de Santa Mônica, lembra a noção adiada de se pedir ao Congresso Nacional o crédito necessário para o desenvolvimento das culturas nessa Fazenda, visto ter ficado tão reduzido o capital depositado no Banco da República com a crise ultimamente havida.

O Sr. Alberto Jacobina: fa falar também sobre o assumpto; pede entretanto que seja adiada a discussão para a proxima sessão, desde que se trate de questões da máxima importância e se achara adiantada a hora.

E' aprovado o pedido.

O Sr. Joao da Silva Gandra: propõe que se oficie ao director do Instituto Agro-nómico do Estado de S. Paulo, em Campinas, pedindo alguns exemplares dos folhetos do mesmo Instituto, que tratam da questão da estrumação dos calezaes, a fim de poder a sociedade satisfazer os pedidos que nesse sentido tem recebido.

E' aprovado a proposta.

Sendo a hora bastante adiantada, encerra-se a sessão.

José Baptista da Castro. — João da Silva Gandra. — Dr. Aristides Caire. — Alberto Jacobina. — Augusto Bernacchi. — Domingos Sergio de Carvalho. — E. Jacy Monteiro.

Acta da 178^a sessão — 183^a do Directorio de 6 de maio de 1902

PRESIDENCIA DO SR. ANTONINO FIALHO

No dia 6 de maio de 1902, às 3 1/2 horas p. m., na sede da sociedade, presentes os Srs. Antonino Fialho, João Baptista da Castro, João da Silva Gandra, Alberto Jacobina, Sylvio Rangel, Jens Sand, Aristides Caire, Augusto Bernacchi, Wenceslito Bello, Domingos Sergio de Carvalho e Jacy Monteiro é aberta a sessão pelo Dr. Antonino Fialho.

E' lida o aprovada a acta da 148^a sessão do directorio, realizada em 1 de abril do corrente anno.

E' transferida a leitura do expediente para ulterior sessão.

ORDEM DO DIA

Entrou em discussão e é em seguida aprovado o regulamento da directoria da Sociedade de acordo com o parecer da respectiva comissão.

O Sr. presidente: consulta a directoria sobre a escolha do representante da Sociedade na Conferência Assucareira da Bahia. Julga que acertada será a escolha e indicação do Dr. Augusto Ramos, professor da Escola Politécnica do S. Paulo e que tão bons serviços prestam ao Congresso do Agric平tura, dissentindo com soberba proficiência os assuntos referentes à Indústria de assinar.

Sendo recebida essa indicação com aplauso e sem contestação alguma, o Sr. presidente resolve nomear, em nome da directoria o Dr. Augusto Ramos, representante da Sociedade Nacional de Agricultura junto a Conferência Assucareira a realizar-se brevemente na Bahia, o que é aprovado unanimemente.

O Sr. Bernacchini: voltando a tratar do assunto cuja discussão iniciou na última sessão, justifica uma proposta, que apresenta, no sentido de se pedir ao Congresso o auxílio necessário ao desenvolvimento da Fazenda de Santa Monica.

Dissentida essa proposta pelos Srs. Antônio Fialho, Aristides Cairo, Ferreira Jacobina e Wenceslão Bello, propõe este último diretor, o é aprovado, que seja nomeada uma comissão à qual seja remetida a proposta do Dr. Augusto Bernacchini, a fim de apresentar um projecto, devidamente documentado e ampliado para ser levado ao conhecimento e deliberação do Poder Legislativo.

O Sr. presidente nomeia para formarem essa comissão os Srs. Wenceslão Bello, Aristides Cairo e João Baptista de Castro.

O Sr. Sylvio Rangel: uma vez que se estão dissentindo assuntos relativos à Fazenda de Santa Monica, pede a palavra para intervir na discussão.

Como já foi dito, pensa também que é preciso justificar documentadamente e fazer acompanhar de uma exposição detalhada com descrição das despesas feitas e por fazer, qualquer pedido de crédito para a Fazenda de Santa Monica.

Os relatórios até agora publicados sobre os trabalhos executados e resultados obtidos nessa Fazenda não são animadores.

É preciso que se culde dos cafezaes e da erilação.

O Sr. Aristides Cairo: apenas foi publicado o relatório do primeiro anno e esse anno consumiu-se em trabalhos de desbravamento, pode-se dizer.

Falta publicar o segundo relatório que mostrará alguma coisa de novo feita com relação aos cofres; é preciso notar que se acham elles muito distantes do centro da Fazenda.

Foi iniciada a limpa de alguns desses cafezaes e abriram-se mil e tantas covas para novas plantações em pastos velhos, próximos a Fazenda.

O Sr. Silvyn Gaudra: comunica que o Sr. Coronel Dr. Alfonso Faustino possue em sua propriedade em Santa Rosa, Niltheroy, uma variedade de caco de frutos vermelhos, pouco comum.

Pediu alguns frutos dessa variedade para trazê-los ao conhecimento da directoria e que espera realizar brevemente.

Indica que se oficie ao Dr. Faustino, pedindo alguns frutos dessa variedade de caco.

O presidente agradece.

O Sr. Sergio do Carvalho: propõe que seja nomeada uma comissão para formular as instruções que devem ser dadas ao representante da Sociedade na Conferência Assucarreira, desde que já se fez a nomeação do nosso representante.

São nomeados para essa comissão os Srs. Antônio Fialho, Wenceslão Bello e Sérgio do Carvalho.

O Sr. Wenceslão Bello: apresenta um carta, que lhe, dirigida pelo Dr. Rossi, do Blumenau, Santa Catharina, ao Sr. Jens Sand sobre interessante assunto de entomologia agrícola.

A directoria resolvo que se oficie ao Sr. Dr. Rossi pedindo completar as suas informações e remeter espécimes dos insectos nocivos a que se refere a aludida carta.

O Sr. Aristides Cairo lê a comunicação sobre a sua visita à Fazenda de Santa Monica: «no dia 3 p.p., fui à Santa Monica. Continuam os mesmos serviços: colheita do arroz do sôca; beneficiamento do arroz.

Terminou-se a colheita de milho e enetou-se a de feijão.

Procedeu-se a roçado para facilitar a lavra em lugares onde não pôde ser efectuado com a colfadelha.

Continua paulatinamente a lavra de outono, não podendo fazer-se mais, visto o estado do gado, sendo que alguns que sofreram mais da febre aphtosa ainda não podem trabalhar.

Do acordo com o presidente, preparou-se um terreno para semear um pouco de trigo; precisa-se de sementes.

Ainda continua o serviço do carpinteiro nos reparos do curral.

Pequenos amanheços no pomar.

Continuado a atacar as formigas saívas.

Estão em consertos os dous molinhos de fubá, que devem deixar resultado.

Não funcionando regularmente a máquina de beneficiar arroz do Sr. Xavier, acho conveniente convocar o autor a levar uma vez consertá-la ou substituir por outra que funcione bem.

As despesas do mês p. p., foram maiores do que a dos outros meses, visto ter de se fazer as colheitas que não podem ser adiadas.

O Sr. 1º secretário, traz ao conhecimento da directoria a agradável notícia da proxima realização da « Festa das Arvores », que terá lugar, pela primeira vez, em nosso país, na cidade de Araras no Estado de S. Paulo, pela iniciativa do digno Inspector do 2º Distrito Agronomico desse Estado, o Sr. Dr. João Pedro Cardoso, e propõe, o que é aprovado, que a esse inspector sejam enviadas entusiasticas felicitações por aquelle facto.

Encerram-se a sessão.

João Baptista da Castro, — Aristides Cairo, — Alberto Jacobina, — João da Silva Gandra, — Augusto Bernacchi, — Domingos S. de Carvalho, — E. Jacy Monteiro.

Acto da 126ª sessão, 134º da Directoria em 14 de maio de 1902

PRESIDENCIA DO SR. DR. ANTONINO FIALHO

No dia 14 de maio de 1902, às 3 1/2 horas p. m., na sede da sociedade, presentes os Srs. Antonino Fialho, João Baptista de Castro, Joaquim Ignacio Tosta, Augusto Bernacchi, Philipe Aristides Cairo, Augusto Ramos, Domingos Sergio de Carvalho, Alberto Jacobina, Gandra o Jacy Monteiro, é aberta a sessão pelo Dr. Antonino Fialho.

E' lido e despachado o seguinte

EXPEDIENTE

Ofício do Ministro do Paraguai, acusando o da Directoria de n. 2.042, de 6 do corrente (archivado).

Ofício do ministro da Vilação, declarando que o café embarcado para Europa a ordem do Dr. Demetrio Ribeiro, é livre de todos os impostos (sciente).

Ofício do Presidente do Estado do Rio de Janeiro, declarando não poder mandar representante à Conferência assucareira, que se deve realizar em 25 de junho p. f. na Capital da Bahia.

Ofício do Secretario do Governo do Estado de S. Paulo, declarando que se fará representar na Conferência Assucareira que se deve realizar na Capital da Bahia, em 25 de junho p. f. (sciente).

Ofício do Director Geral do Ministério da Industria, Vilação e Obras Públicas, enviando cópia do ofício do Consul Brasileiro em Montevideo, acerca da conveniencia de estabelecer na exportação dos productos do Brasil marcas indeleveis, assim como já o pratica a Repùblica Oriental.

Envia mais um exemplar n. 6, de 31 de março de 1902 da *Revista de la Asociación Rural del Uruguay* que em um dos seus artigos trata do carbunculo nos couros do Rio da Prata (sciente, agradeça-se).

Ofícios dos Presidentes das Camaras Municipais de Aratuípo, Estado da Bahia, Villa S. João do Triunfo, Estado do Pará, da Labrea-Estado do Amazonas, accusando a circular de 15 de fevereiro do corrente anno (archivado).

Officio do Presidente da Camara Municipal do Catolé do Rocha, Estado da Paraíba, encorrendo-se com o socio (agradeça-se).

Officio do Gereito da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, enviando dous exemplares de Jornal do Recife em que se acha publicado o «manifesto à Lavoura» (à comissão promotora da Conferencia Assucareira).

Officio do Presidente da Associação dos Agricultores do Municipio do Valença, Estado do Rio de Janeiro, fazendo diversos considerandos sobre a criação de cooperativas agricolas e pedindo o auxilio da Sociedade Nacional de Agricultura junto ao Governo, para o estabelecimento de leis adequadas a essas instituições.

Officio do Manoel Gaião, juntando uma carta do Dr. Augusto Ramos sobre a Conferencia assucareira (selante).

Officio do Secretario do Club Agricola do Alto Imbá, em Santa Maria Magdalena, Estado do Rio de Janeiro, neeu ando a remessa de sementes e facilitando a sociedade pola franca atitude quo tem tomado em prol da industria assucareira (arquivo-se).

Officio do Director de propaganda da Sociedade de Agricultura Alagoana em Maceió, Estado de Alagoas, accusando a remessa d'A Lavoura e diversos folhetos (arquivo-se).

Proposta do Manoel Heleno Rodrigues dos Santos Junior para coordenar e imprimir os annais do Congresso do Agricultura (à comissão exentiva do Congresso).

Carta de José Theophilo Carnelro sobre a tradução quo tem quasi prompta do Livro *Guide de plantation de Cannes* por N. Bressot (responda-se).

Carta do Coronel João Antônio Tavares, enviando a relatio dos fezendeiros do canna e assucar do municipio de Campos, Estado do Rio de Janeiro (A comissão não assucareira).

Carta do Dr. Antonio Marques da Silva Mariz, deputado pela Paraíba do Norte, enviando uma lista dos lavradores do canna de a circular (à comissão assucareira).

Carta do Dr. Joaquim Ignacio Tostes, deputado pela Bahia, enviando uma lista dos fazendeiros do canna de assucar em Igapó e Cachoeira, no Estado da Bahia (à comissão assucareira).

Carta de A. Blanchini & Irmãos, de Novo Treiro, Estado de Santa Catharina, accusando o recebimento d'A Lavoura e fazendo diversos considerandos sobre a agricultura nesse Estado (agradeça-se).

Carta do Tesoureiro da Camara Municipal de Araripe, Estado do S. Paulo, enviando a quantia de 50\$000, annullado do corrente anno (agradeça-se).

Carta do Avelino Novaes Teixeira, da Fazenda de Saito Grande, Estação Joaquim Egídio, ramal ferreo campineiro Campinas, Estado de S. Paulo, partilhando quo em breve fará inauguração dos novos mecanismos para o fabrico da farinha de mandioca, e pede a Sociedade do re ponder a elneq que itos quo formula sobre o cultivo dessa planta (responha-se).

Carta do Seraphim Júlio Meno, de Mogo, Iquitos, Republica do Perú, pedindo a remessa d'A Lavoura, que em breve fará uma remessa duma colleccão completa do Boletim de Agricultura editada em Lima no anno de 1901, a qual oferece à Biblioteca da Sociedade (agradeça-se).

Carta do Coronel João Antônio Tavares, do Campos, Estado do Rio de Janeiro, accensando a circular de 23 do maiz passado sobre a conferencia assucareira (arquivo-se).

Carta do A. J. Ballesteros, de Buenos Aires, pedindo a remessa d'A Lavoura e de outras publicações (satisfaga-se).

Circular da Directoria do Centro Itabirano, cidade de Itabira, Minas Gerais, pedindo remessa d'A Lavoura (satisfaga-se).

Circular do Centro de Ciencias, Letras e Artes em Campinas, em S. Paulo, pedindo a remessa d'A Lavoura (satisfaga-se).

Circular do Secretario do Clube Recreativo dos Artistas em Amargosa, Estado da Bahia, partilhando a eleição da nova Directoria (agradeça-se).

O Sr. Aristides Caldeira, 16 a comunicação relativa a sua visita à Fazenda de Santa Monica: A 10 do corrente fiz a visita semanal. Não choveu durante toda a semana, estando o terreno improprio para a lavoura, quo está sendo efectuada no campo n. 3. Está-se deslocando um terron em um morro para ser lavrado logo que chova.

Está prompto o terreno para semejar o trigo, regulando uns 14 a 18 ares, quo será brevemente medido; esperam-se só as sementes.

Continua a extrair trigo no terreno para semear em frente à casa. Tem feito muito, tanto que se tem o apelo de suspender o serviço, só não fizer o que já está feito e ser em frente à casa, muito à vista, o que causaria uma impressão nos visitantes.

Fizera-se mais pequeno serviço.

A respeito do ofício do Sr. Antônio Cândido Rodrigues, comunica o Dr. Augusto Ramos que o Governo do Estado do S. Paulo, tendo podido no Centro da Lavoura e Comércio desse Estado para indicar uma pessoa que pude ser o representante do Estado na Conferência Assucareira, essa associação o indicou e essa indicação foi aceita pelo Governo.

Sobre o ofício da Asociación dos Agricultores do Vale do Rio Grande resolve a Directoria enviar ao Congresso uma cópia desse ofício acompanhada de uma mensagem da Sociedade.

Sobre a carta do Sr. Ayotino Teixeira, lembra o Dr. Sérgio de Carvalho a tradução que fez, o que se acha publicada na A Lavoura de um trabalho do Dr. Bertoni, do Paraguai acerca da cultura da mandioca.

O Dr. Sérgio de Carvalho: quisera que continuasse a presente sessão somente para as manifestações do congratulação e alegria com que pretendo saudar ao Dr. Augusto Ramos; duas notícias, porém, que tem de transmitir à Directoria importam que assim seja: faleceram há dias um irmão do estimado conselheiro Carlos Moreira e a Pátria Brasileira está de luto com a horrível catastrofia que abalou para sempre o Ilustre aeronauta Augusto Severo.

Propõe que se lancem em acto votos de pesar por esse duplo fato.

O Sr. Presidente: interpreta o sentimento da Directoria, dando por aprovada a proposta do Dr. Sérgio de Carvalho e determina ao Sr. Secretário que nesse sentido oficie ao Sr. Carlos Moreira e ao Sr. Simões Pedro Vello, assim como ao Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

Anunciam-se em seguida a entrada da Ordem do dia. Conferência Assucareira.

O Sr. Presidente declara que continua em discussão o programa referente a essa conferência.

O Dr. Sérgio de Carvalho: refere-se em termos elogiosos ao Dr. Augusto Ramos, cuja presença à sessão da Directoria é mais uma prova do seu amor à causa da agricultura e do progresso do país e do sua estima a esta Sociedade, o que muito nos penhora.

O Sr. Presidente: reforça relembrando as palavras do Dr. Sérgio de Carvalho, e, congratulando-se com os seus companheiros da Directoria, agradece ao Dr. Augusto Ramos o ter aceedido ao convite para ser o Representante da Sociedade na Conferência Assucareira e o interesse que tem manifestado em acompanhar a Sociedade Nacional de Agricultura prestando à mesma relevantes serviços.

O Sr. Augusto Ramos: sente-se desvaneecido diante das palavras que acaba de ouvir e da manifestação de sympathia de que é alvo por parte da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura. Agradece de todo o coração aos seus companheiros da propaganda agrícola em encontro à encontrarão sempre a postos.

O Sr. Alberto Jacobina: achando-se presente o Dr. Augusto Ramos que representará a Sociedade na Conferência Assucareira, e demorando-se esse ilustre conselheiro poucos dias no Rio, recela que não haja tempo para ser bem discutido o estudo diante de seu representante o plano de instruções que a Directoria da Sociedade organizou para ser apresentado e defendido naquella conferência, pelo que é urgência para a discussão das mesmas instruções.

Não pode ocorrer o recelo que nutre, devendo o Dr. Augusto Ramos comparecer a referida reunião como representante também do governo do Estado do São Paulo e da Escola Politécnica da Capital desse Estado, de que se veja muitas vezes S. S. embarcado na defesa dos interesses dessas três representações, pelas diferenças do ponto de vista em que cada uma possa encarar a conferência.

Basta citar a respeito um exemplo: a extinção dos impostos Inter-estaduais é questão fechada a capital para a Sociedade Nacional de Agricultura — pensarão do mesmo modo o governo do Estado do S. Paulo?

Uma vez que a Sociedade é iba a prioridade do convite para seu representante ao Dr. Augusto Ramos, como ele próprio o declara o já que é inevitável que S. S. acumule com suas três representações, de ejerá ter certeza de que o programa da Sociedade será sempre preferido em caso de antagonismo.

O Sr. Augusto Ramos: tem cogitado mais de uma vez nessa situação, nesse antagonismo a que acaba de se referir o Sr. Ferreira Jacobina. Julgo por isso mesmo que o assunto deve ser discutido já.

Reixa à Directoria da Sociedade decidir sobre o programma a seu representante a quo devo obedecer e ao qual nunca prejudicaria as outras incamboneis que leva para a Bahia.

Em seguida é disentido o programma de Instruções para o representante da Sociedade na Conferencia Assucareira, o redigido nos seguintes termos é aprovado, sendo no mesmo representante entregue uma cópia dessas Instruções:

«A Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura, de acordo com a comissão promotora da Conferencia Assucareira, convocada para 25 de Junho do corrente anno, na capital do Estado da Bahia, indica as seguintes medidas para serem apresentadas aquella conferencia por seu representante, Dr. Augusto Ramos, que as aprova e promette defendê-las.

Medidas de resistência actual

1.º Emprestimo por parte do Governo da União:

a) mediante garantia de mercadoria, açucar ou alcohol, em depósito, devendo ser feita a restituição das quantias adiantadas à medida que as mercadorias forem vendidas e retiradas do depósito;

b) mediante responsabilidade solidária ilimitada de pessoas idóneas para esse fim associadas.

2.º Criação de premios de exportação, por parte dos Estados, para o açucar, mediante um imposto especial lançado sobre esse produto.

Medidas de prevenção

1.º Organização de syndicatos agrícolas e formações de cooperativas assim de mantearem usinas de repressão destinadas a substituirem os engenhos de moendas simples (bangnês), sendo levantados os capitais precisos, mediante responsabilidade solidária dos associados.

2.º Representação solene aos poderes públicos da União e dos Estados, pedindo:

a) ao Congresso Federal:

Promulgação de leis regulamentares dos Syndicatos Agrícolas e das cooperativas e que facilitem as operações dos *warrants*.

Meidas indiretas que promovam o melhor aproveitamento da riqueza saccharina das canas, quanto aos apparelhos de extração, e que tendem a limitar a criação de novos engenhos de tacha.

Isenção do Imposto de Importação para os apparelhos destinados à utilização do alcohol.

b) aos Congressos e Governos da União e dos Estados, pedindo medidas que tendam a suprimir os impostos Inter-estaduais e Inter-municipais, bem como a redução dos fretes do açucar e do alcohol nas estradas de ferro e no Lloyd Nacional.

Rondon — Folha 39 v. 1. 29 — suprime-se as palavras moendas simples e diga-se de «tacha».

N. B. O programma de Instruções para o representante da Sociedade, na Conferencia assucareira, se bem que discutido nesta sessão só foi votado e aprovado na sessão do 20 de maio.

Fica portanto consignado nesta acta que «discutir-se o programma de instruções que serão dadas ao representante da Sociedade na Conferencia Assucareira, ficando adiada essa discussão». E no final da acta da sessão do 20 de maio consigne-se todas as palavras de F. 39 v. até F. 40, desde «Em seguida é discutido etc, até no Lloyd Nacional. E. Jacy Monteiro.

João Baptista de Castro — Ph. Aristides Caire — Augusto Ramos — João da Silva Gandra — Domingos S. de Carvalho — Alberto Jacobina — E. Jacy Monteiro.

**Acto da 120^a sessão — 155^a do Directoria em 16 de maio de 1902
(sessão extraordinária)**

PRÉSIDENTIA DO DR. ANTONINO FIALHO

No dia 16 de maio de 1902, às 4 horas p. m., presentes os Srs. Antonino Fialho, conelheiro Francisco Sodré, Joaquim Ignacio Tosta, Ph. Aristides Caire, Alberto Jacobina, Wenceslao Bello, Augusto Ramos, Manoel Galvão, Augusto Bernacchi, João Baptista de Castro, João da Silva Gandra, Silva Muniz e E. Jacy Monteiro, o Sr. presidente declara aberta a sessão.

E' lida e aprovada a nota da 149^a sessão do directoria em 8 de abril do corrente anno.

E' trazida a leitura do expediente para ultior sessão e dada a palavra ao Dr. Wenceslao Bello que, depois de breves considerações, apresenta um nome da respectiva comissão e lê o programma da instruções que tem de ser dadas ao representante da sociedade na Conferencia A sucareira da Bahia.

Por vários dos directores o voto precento são distribuídas as diversas proposições do referido programma, discussão que, pelo adiantado da hora, é adiada para a proxima sessão.

Encerram-se os trabalhos.

João Baptista de Castro — Wenceslao Bello — Ph. Aristides Caire — João da Silva Gandra — Alberto Jacobina — Augusto Bernacchi — Domingos S. da Carvalho — E. Jacy Monteiro.

Acto da 150^a — 156^a do Directoria em 20 de maio de 1902

PRÉSIDENTIA DO DR. ANTONINO FIALHO

No dia 20 de maio de 1902, às 4 horas p. m., presentes os Srs. Antonino Fialho Wenceslao Bello, Aristides Caire, João da Silva Gandra, José Sand, Domingos Sergio do Carvalho, Augusto Ramos, Emmanuel Couret, Manoel Galvão, Alberto Jacobina, Graldo Martins e E. Jacy Monteiro, é aberta a sessão pelo Dr. Antônio Fialho.

E' lida e aprovada a acta da 150^a sessão do Directoria de 15 de abril do corrente anno.

E' lida o seguinte expediente:

Ofício do director da Secretaria do Ministerio da Indústria comunicando que, o Sr. Ministro, atendendo ao exposto em ofício de 21 de março ultimo desta sociedade, resolvem ceder à mesma o uso do edifício da antiga fábrica.

Ofício do Director da Secretaria do Ministerio da Indústria acusando o ofício de n.º 2013, de 21 do passado, no qual a directoria desta sociedade envia cópia do telegramma da Associação Commercial do Amazonas pedindo redução nas tarifas do Lloyd para os produtos nacionais.

Ofício do Director da Secretaria do Ministerio da Indústria comunicando, de ordem do Sr. Ministro, ter a directoria dos telegraphos, ordem de passar, como ofícios, os telegrammas referentes à Conferencia A sucareira.

Ofício do Governador do Estado do Rio Grande do Norte, comunicando a nomeação do deputado estadual coronel Luiz Emygdio Pinhoiro Camara para representar aquele Estado na Conferencia A sucareira.

Ofício do Presidente do Estado da Paraíba, accusando a circular do 15 de fevereiro do corrente anno.

Ofício do Director da Secretaria Geral dos Negocios do Estado do Sergipe, comunicando, de ordem do Sr. presidente, que aquello Estado se fará representar na Conferencia A sucareira.

Ofício do Secretario do Interior do Estado de Alagoas, accusando, em nome do presidente daquello Estado, o recebimento do ofício de 16 de abril ultimo o po-

dindo com urgencia o programma da Conferencia Assucareira, alli do quo possa instruir o seu delegado porante aquella reunião.

Telegramma do Governador da Bahia declarando que prestará todo o seu apóio à Conferencia Assucareira quo se realizará na capital daquele Estado em 25 de Junho p. f.

Telegramma do Governador do Estado da Bahia dirigido ao Dr. Ignacio Tosta a quem fez igual comunicação.

Carta do Dr. Manoel A. dos Santos Dias Filho, do município de Escada, Estado de Pernambuco, pedindo bacellos de vidoleas e informações sobre seu plantio.

Ofício do chefe da Comissão do Azeite e Imigração de Quelimana, Estado do Ceará, acusando o recebimento circular do 15 de Fevereiro do corrente anno.

Ofício do Presidente da Associação Commercial da Bahia, necessando recobrimento da circular convite para a Conferencia Assucareira e oferecendo os salões daquella Associação para nello ter lugar a referida conferencia.

Circular do 1º secretario da Sociedade Bahiana de Agricultura, Bahia, remetendo a lista dos directores e dos membros do conselho superior daquella sociedade.

Ofício do presidente da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, Curitiba, comunicando que o governo daquele Estado distribuiu, por Intermedio daquela sociedade, vinte e tres mil kilos de sementes de trigo pelos agricultores paramenses egradocendo as sementes remetidas pela sociedade.

Ofício do presidente da Sociedade da Agricultura Maracanã de Macaé, acusando o recebimento do ofício do n.º 2.028, de abril proximo passado e comunicando ter aquella sociedade uma comissão para representá-la na conferencia assucareira.

Carta do director da Escola Polytechnica do S. Paulo, comunicando que foi escolhido o Dr. Augusto Ramos para representante daquella escola na conferencia assucareira.

Carta do Sr. José Couto, de Barbacena, Minas Geraes, necessando o recobrimento da carta de 26 de abril ultimo e oferecendo algumas sementes.

Carta do Dr. Francisco A. do Carvalho Lima Junior, de Bonfim, Estado do Espírito Santo, pedindo diversas sementes.

Comunicação da Repartição dos Telegraphos, dizendo que os telegrammas para as redações da *Cidade* e do *Comércio*, de Recife, deixaram de ser entregues por não existirem mais aquelles jornais.

Carta do Sr. Gonçalo Roffenberg, de Maromim, Estado de Sergipe, pedindo cinco kilos de sementes da capim Jiraguá.

Carta do Dr. Carlos Moreira desta capital agradocendo em seu nome e no de sua família os pesames pela morte do seu irmão.

O Sr. Aristides Calvo apresenta as informações relativas a Fazenda de Santa Monica. Lê: Comunico que visitei a Fazenda Santa Monica a 17 do proximo passado. Continuam os mesmos serviços da terra do outono que vão regularmente, não podendo fazer-se grandes vantagens por falta de gado de serviço.

Alguns colonos iniciaram a colheita do café.

ORDEM DO DIA

Continua a discussão sobre o programma de instruções quo têm de ser dadas ao representante da Sociedade na Conferencia Assucareira.

O Dr. Augusto Ramos apresenta duas indicações: a primeira é um additivo ao programma de instruções da Sociedade: desde que julga medida necessária nos apparelharmos desde já com engenhos aperfeiçoados e de bom rendimento, propõe quo se indique ao governo do Estado os meios tendentes a impedir, por modos indiretos, a instalação de engenhos de assucar enluminados, antiquados, facilitando entretanto a criação de fábricas bem apparelhadas com machinismos os mais aperfeiçoados.

A segunda indicação diz respeito à necessidade de se obterem informações exactas sobre a safra actual e a do proximo anno no norte do país, para que se possa entrar com esses dados no quo se houver de decidir na Conferencia Assucareira.

É lorgoso saber no certo se temos ou não temos excesso de produção de açúcar.

Julga conveniente que a sociedade comissionne pessoa capaz desse encargo, e lombra para essa comissão o Sr. Manoel Galvão, que se encontra presente o que se promptifica a ir no Norte colher os dados necessários a respeito.

O Sr. Wenceslão Bello: prefere que se proponham medidas animando o aperfeiçoamento dos engenhos, em vez de medidas coercitivas contra a rotina. Tem-se segura esperança que a Conferência Assucareira não cogitará de proteger engenhos de *banguas*.

O Sr. Emmanuel Courret: como medida indireta que julga dever ser indicada propõe que a sociedade inclua em suas instruções a necessidade de ser levado o prego à cana de assucar nos engenhos pelo seu valor em assucar puro, pelo seu teor sucrelhar o não pelo peso bruto.

O Sr. Wenceslão Bello: essa medida já está aconselhada nas reuniões do Congresso da Agricultura, será portanto reiterada nas presentes instruções, se assim approuver a directoria da Sociedade.

Com relação à segunda indicação do Dr. Augusto Ramos, pensa que é exiguo o tempo para poder ir um próprio ao Norte colher informações sobre a safra.

O Sr. Sergio de Carvalho: nele inscreve o alvitre de se mandar um emissário no Norte, embora reconheça na pessoa desse emissário indicado qualidades superiores para desempenhar o encarregado.

Não ha tempo para o desempenho do serviço. Julga que muito mais se fará e mais depressa enviando telegrammas nos Estados, às Municípios, aos produtores.

O Sr. Emmanuel Courret: as informações recebidas em respostas aos telegrammas, viriam corroborar os dados obtidos pelo emissário da Sociedade.

O Sr. Wenceslão Bello: depois de se referir às observações dos Srs. Dr. Augusto Ramos, Courret e Galvão, pede licença para considerar e colocar a questão de outro modo se o representante da Sociedade afirma que necessita impreterivelmente dessas informações relativas à safra, assim collidas, isto é, obtidas por emissário particular, dá a esse pedido o seu voto, não tem outra opinião.

Pensa que se deve satisfazer o representante da sociedade.

O Sr. Ferreira Jocobina: refere-se ao que disse o Dr. Wenceslão Bello sobre exigir o representante essas informações.

A convocação da Conferência Assucareira obedece a um plano de propaganda, já no Congresso de Agricultura ficara determinado que se realizassem outros congressos e conferências.

Na que terá lugar proximamente na Bahia vão-se tomar providências de prompts resultados. Julga que para o caso não haverá urgência de informações tão minuciosas e exactas sobre a safra actual. Para outra conferência ou reunião assucareira que se tiver então de efectuar serão apresentados dados os mais exactos possíveis e que se não poderão tomar de momento.

O Sr. Augusto Ramos: pode a retirada de seu requerimento.

Submetido a votos esse pedido do Dr. Augusto Ramos, a maioria vota contra, sendo portanto mantido o primeirão pedido, isto é, que seja enviado um emissário aos Estados do Norte da Republica, alli de obter dados exectos sobre a safra do assucar.

Encerrada a discussão sobre o assunto, o Sr. presidente submette a votação como proposta, o pedido para que seja enviado ao Norte o emissário encarregado de colher os dados da safra.

O Sr. Wenceslão Bello: já dei o seu voto, numa vez que o representante da Sociedade julga necessária a ida desse emissário, aprova a.

Os Srs. Jens Sand, Silvyn Gandra e Aristides Caire: votam a favor do acordo com as palavras do Dr. Wenceslão Bello. O Sr. Sergio de Carvalho abstém-se de se pronunciar; o Sr. Jacy Monteiro vota contra, unicamente por julgar exiguo o tempo para o desempenho da semelhante tarefa.

O Sr. Ferreira Jocobina: vota contra. Pensa que a situação comercial do assucar deve provar exuberantemente o equilíbrio ou desequilíbrio entre a produção e consumo do assucar no país, nada adiantando por conseguinte a viagem do emissário para que sejam aconselhadas na Conferência Assucareira, medidas protectoras do gênero.

O Sr. presidente: não obstante ser dispensado o seu voto no caso vertente, declara todavia que, repetindo as palavras do Dr. Bello, vota a favor do pedido.

O 1º Secretario: comunica que as vinte e tres mudas de «*Agave Sisalana*» recebidas do México por Intermedio do Sr. Reyner do Amaral, foram distribuídas pelos seguintes senhores:

Dr. Viriato Ulrich Mecaronthas, 6 ; A. A. Perolra da Fonseca, 5 ; Dr. João Baptista do Castro, J. da Silva Gandra, Dr. João do Barros Branco Junior, Jens Sand, 2, cada um ; coronel Antônio do B. M. da Barros, Dr. Moura Brasil, Dr. Aristides Calmo e coronel Cornolli Linha, 1, cada um.

Nada mais havendo quo tratar, o corra-se a sessão.

Em tempo:

As instruções dadas ao representante da Sociedade para a Conferência Assucarreira, foram aprovadas nessa sessão do 20 de maio e não na do 11 desse mês como, por engano, foi consignado na respectiva acta.

João Baptista do Castro, Wenceslito Bello, Ph. Aristides Cairá, João da Silva Gandra, Alberto Jacobina, Augusto Bernacchi e Domingos S. de Carvalho.

**Acta da sessão 184^a (extraordinária) e 185^a de Directoria,
em 21 de maio de 1902**

Em 21 de maio de 1902, às 4 horas p. m., presentes os Srs. Antonino Fialho, João da Silva Gandra, Manoel Galvão, Joaquim Ignacio Tosta, Wenceslito Bello, Domingos Sergio do Carvalho, Alberto Jacobina, Augusto Ramos, Emmanuel Concret e Jacy Monteiro, é aberta a sessão pelo Dr. Antonino.

Não havendo leitura da acta nem expediente, é dada a palavra ao Sr. Emmanuel Concret quo diz: ter conferenciado com o Sr. Presidente da Republica, Dr. Campos Salles, em nome da comissão que repre sentava, sobre o convénio que se projectava disponer nos lavradores do címaco 11, todo do Rio de Janeiro, ouvindo em tal occasião, de S. Ex., manifestações franca e plena acusaciona a que, com o Sr. Ministro da Fazenda, havia feito e tabelocado, em acordo com a Directoria do Banco da Republica.

Nada mais havendo quo tratar é encerrada a sessão.

Emonds: om voz do convénio, dera-se auxílio.

João Baptista do Castro — Wenceslito Bello — Ph. Aristides Cairá — João da Silva Gandra — Alberto Jacobina — Augusto Bernacchi — Domingos S. de Carvalho — E. Jacy Monteiro.

Acta da 182^a — 183^a de Directoria, em 28 de Junho de 1902

PRESIDENCIA DO SR. ANTONINO VIALHO

No dia 28 de Junho de 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Antônio Fialho, João Baptista do Castro, Wenceslito Bello, Aristides Cairá, Sergio do Carvalho, Jens Sand, João da Silva Gandra, Alberto Jacobina e Jacy Monteiro, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

E' lido o seguinte expediente: Propostas para sócios:

De João Baptista do Castro e Wenceslito Bello, proposto os Srs. Arthur Fernandes Dias, Augusto Celso de Moura e Dr. Luiz Lombardi; de João da Silva Gandra e Jens Sand propondo o Exmo. Sr. Viceconde de Quissamã. (Aprovados).

Telegrammas

Dos Governadores e Presidentes dos Estados da Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte, nomeando representantes juntos à Conferência Assucarreira na capital da Bahia, a realizar-se em 25 do corrente mês.

Dos Presidentes das Associações Comerciais dos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe e S. Paulo, nomeando representantes à Conferência Assucarreira a realizar-se na capital da Bahia, em 25 corrente mês.

Do Inspector Commercial do Cuiabá — Estado do Mato Grosso — remettendo dados estatísticos da safra do assucar de 1902 a 1903.

Do Presidente da Sociedade da Agricultura do Paraná, com sede em Curitiba, enviando dimes sobre a safra do açúcar.

Do Dr. Paulo de Almada Salgado, do Cabo, Estado do Pernambuco, dando conta do resultado seu factorio da reuniao sobre a representação na Conferência Assucareira, realizada na Capital da Bahia, em 25 do corrente mês.

O Vice-presidente da Sociedade Bahiana de Agricultura, na Capital da Bahia, pedindo diversas informações sobre a Conferência Assucareira.

Do *jornal das Notícias*, da capital da Bahia, oferecendo na coluna do seu jornal para a propaganda da Conferência Assucareira.

Do Secretário da Sociedade do Acrelândia de Alagoas, com sede em Maceió, enviando dados estatísticos sobre a safra do açúcar.

Circular — Do Director do Museu Nacional de Buenos Aires, pedindo remessa d'«A Lavoura».

Carta — Do Albino Cantens — La Plata — Buenos Aires, pedindo publicações da Sociedade.

Offícios

Do Moysés Montt, pedindo diversas amostras do café, a fim de enviar ao Consulado do Chile, em Madrid, e oferecendo diversos livros para a biblioteca da Sociedade.

Do Governador do Estado da Bahia, acusando recebimento dos ofícios ns. 1.196 e 1.198 de 16 abril proximo passado, sobre a Conferência Assucareira.

Do Dr. Pedro Augusto Borros, Presidente do Estado do Ceará, acusando recebimento do ofício n. 2.006, de 16 de abril proximo passado, relativo à Conferência Assucareira e declarando não poder nomear representante.

Do Presidente da Câmara Municipal de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, enviando a quantia de 5 \$, anuidade do corrente ano.

Do Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, Estado de Minas, fazendo diversos Considerandos sobre a Lei Municipal n. 146, o declarando ter dado ordem para pagamento da anuidade do corrente ano.

Do Presidente da Câmara Municipal da Eada, Estado de Pernambuco, acusando a circular da Conferência Assucareira.

Do Presidente do Club Comercial, Literário e Recreativo, em Estância — Estado do Sergipe — encerrando a cirenlar da Conferência Assucareira, e nomeando seu representante o Dr. João Tillenmont Funes.

O Vice-presidente da Sociedade Bahiana de Agricultura, acusando o ofício de 29 de abril proximo passado, relativo à Conferência Assucareira.

Do Emmanuel Couret, de Campinas, participando que a comissão Campista vai prestar informações em reunião geral de lavradores e fabricantes do assucar, do resultado de sua missão no Rio do Janeiro, sobre a crise na sucandrade.

Do Antônio Rodrigues Peixoto, acusando a cirenlar da Conferência Assucareira e fazendo diversos considerandos sobre a crise de assucar e de outros produtos.

Circulares

Da Comissão do Gabinete Municipal do Litorânea da cidade do Pombal, Estado de Minas Gerais, pedindo a remessa d'«A Lavoura».

Do secretário da Sociedade Fraternidade ou Instrução Commercial, em S. Félix do Estado da Bahia, partilhando a eleição da Directoria para o anno de 1902 a 1903.

Da Directoria do Centro de Seções, Letras e Artes da cidade de Campinas, Estado de S. Paulo, enviando o programma social.

Cartas

Do Alfredo Osorio do Correia, acengando o recebimento de diversas remessas e o envio de um numero do jornal *A Província* em que foi publicado o manifesto da Sociedade Auxiliadora da Agricultura do Pernambuco à Lavoura.

Do Dr. Anchieta Ramos, sobre a Conferência Assucareira.

Do Manoel Galvão, partilhando seguir para o norte no vapor Alagôas n.º 6 do corrente mês.

Do Dr. João Pedro da Veiga Franco, enviando dizer os trabalhos sobre a Lavoura.

Do Luiz Lombard pedindo seja lhe cripto como socio.

Do Arthur Fernandes Dias, pedindo a inscrição de socio, e enviando a quantia de 30\$ Jata e um número do corrente ano.

De Zeniba Ramos & Comp., partilhando estar dando exceção a encomenda de assinar para Monteviâdo.

Do José Theophilo Carneiro, fazendo observações sobre a publicação das monografias «A cultura do milho» — «A cultura da mandioca».

De Luiz Anacleto Remuit pedindo dizer os números da *A Lavoura*.

Do guarda livros da Companhia Agrícola, de Luiz de Fóra, enviando com recibo a gema dos segmentos.

Do Alberto F. Rodrigues, director da Biblioteca Pôloense, reclamando «A Lavoura».

Do Sonador Pedro Vello agradecendo presentes.

Bilhete postal

Do Augusto Celso Moura pedindo remessa da «A Lavoura».

Do director do Museu Paulista pedindo remessa do fascículo «Molestias do Cafeeiro» pelo Dr. Aristides Cairo.

Carta de J. C. Rodrigues, agradecendo.

O Sr. Aristides Cairo apresenta a notícia da sua ultima Inspeção à Fazenda de Santa Monica (16):

Visitei a fazenda de Santa Monica, nos dias 26 e 31 de maio proximo passado. Continua a lavra no campo n.º 2, sómente nas partes baixas, visto como nas elevadas achasse muito compacto o solo, por falta de chuvas.

Semearam-se a 22, 50 kilos de trigo de Santa Fé no campo n.º 4, semente ceida pelo Moinho Inglez.

Continua a extirpação da trincheira no terreno para viveiro, em frente à casa, tendo sido, em a parte pronta, semeadas, em canteiros, as sementes de celeres e forragens provenientes da casa Haago & Schmidt.

Plantaram-se com kilos de batatas (da Inglaterra) do Perú, produto da uma primeira plantação.

Na visita de 31, verifiquei que germinaram bem as sementes, tanto do trigo no campo, como as do viveiro — tendo chegado um pouco, o que foi benefício.

Visitei também a Fazenda Grande, na Penha, combinando com o cidadão encarregado de vigília, gratificá-lo com a quantia de 10\$ mensais.

O Sr. 1º Secretário : refere-se ao manifesto da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, remetido pelo Dr. Paulo de Amorim Salgado e pelo consocio Alfredo Osorio de Carneira, e pelo instruções a respeito.

O Sr. Presidente : comunica que, sendo presente o alludido manifesto, publicado nos jornais do Pernambuco, à comissão promotora da conferência usucareira, ficou resolvido que fosse encargado essa publicação ao Dr. Cornelio da Fonseca para dar parecer a respeito, visto que a Directoria da Sociedade julgou de melhor utilidade, por deferência à mesma comissão, já constituída, não deliberar sobre questões afimintos à indústria do assucar sem ouvir a essa comissão.

Espera portanto o juizo do Sr. Dr. Cornelio da Fonseca para seu governo.

E, até esta data não havendo a Directoria da Sociedade ou a comissão promotora da Conferência Auxiliadora recebido o parecer do Dr. Cornelio da Fonseca, propõe (o que é aprovado) que se offere ao Sr. Dr. Paulo de Amorim Salgado, comunicando o ocorrido.

O Sr. Sergio de Carvalho: propõe que, além de se offertar ao Dr. Paulo de Amorim Salgado, dando conta do que ocorre na respeito da representação da Sociedade Auxiliadora da Agricultura do Pernambuco, se offere ao Exmo. Sr. Presidente da Republica, que irá receber a puebla mesma representação remetida directamente do Pernambuco, apoiando-a e reforçando-a. (Está approvado).

O 1º Secretário : apresentou um folheto do Sr. Adolpho Lion Teixeira, membro honorario da sociedade e vinicultor na cidade da Campanha, Estado de Minas Geraes, sobre vinicultura, ao qual se refere uma carta do mesmo Sr. já apresentada em sessão anterior.

(A' comissão dos Srs. Ferreira Jacobina, Silva Gandra e Sergio de Carvalho, para dar parecer.

O Sr. Ferreira Jacobina : lembra a necessidade de haver maior regularidade na apresentação das actas, do modo que não flesssem tão atrasadas como se acham actualmente.

O 1º Secretario : diz que bem contra sua vontade virá se atrasar esse serviço, por circunstâncias imporosas.

Espera que, em breve, serão apresentadas regularmente as actas das sessões.

O Sr. Sergio de Carvalho : a propósito, lembra também outro caso sobre que é forçoso regular a situação : refere-se no Director de Culturas, que tem feita as visitas à Fazenda do Santa Monica, o qual é o diretor o serviço dessa Fazenda em obediência ao Regulamento da Directoria da Sociedade, quanto aos deveros, não se tendo resolvido causa alguma quanto aos seus direitos.

Propõe reunião do Conselho Suprvisor para dia 6 do corrente afim de se decidir a questão. — É aprovada.

Estando com a palavra, vai tratar de outro assunto de não menor importância.

A Sociedade Interessa-se junto ao Poder Legislativo pela concessão dos prémios para a sericultura. E os prémios foram consignados em dous orçamentos consecutivos e até o presente não se tornaram efectivos.

A concessão desses prémios deve ser feita de acordo com um regulamento, que é preciso organizar e apresentar ao Governo. O Estado de Minas já tem muita causa estudada a respeito do assunto : seria pois conveniente que se offecisasse ao Sr. David Campista pedindo o que há publicado sobre prémios à sericultura e respectiva legislação. — É aprovada essa indicação.

O Sr. Ferreira Jacobina : de algum tempo para cá tem se acumulado muita matéria para serviço da Directoria e não nos tem sobrado tempo para dar conta de tantas obrigações.

Para regularizar o caso, apresenta a seguinte proposta :

« Com o fim de obter solução prompta dos trabalhos que tomou a seu cargo o enjo andamento tem sofrido com a presença de novos serviços de urgente importância, a Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura resolve não incluir matéria alguma na ordem do dia de seus trabalhos, salvo a deliberação expressa, por votação da Directoria, reconhecendo a urgência do assunto, enquanto não o permitir a solução de nua, pelo menos, das cinco seguintes questões mais urgentes, dentro as muitas que dependem do estudo e são comissões :

1.º Resolução sobre a norma e orientação a imprimir aos serviços relativos à fazenda de Santa Monica e sobre os recursos necessários à sua exploração.

2.º Regulamento dos mercados para a pequena lavoura no Distrito Federal.

3.º Organização do ensino agrícola no país.

4.º Apresentação e defesa perante o Congresso Nacional da lei em discussão na Sociedade, sobre licença do serviço agrícola.

5.º Aproveitamento da verba votada para distribuição de sementes e introdução de reprodutores da raça e organização do respectivo serviço.

As novas medidas e serviços que forem apresentados de ora em diante só poderão entrar em ordem do dia, salvo a deliberação acima, a proporção que se resolvem as questões de que trata a presente proposta, cujas vagas serão preenchidas uma a uma. — Fica sobre a mesa para ser discentida em ultiior sessão.

O 1º Secretario : proce à leitura de uma minuta organizada pelo Dr. Wellington Bello, para a ordem dos trabalhos da Conferência Asuncionista, assumptos que deverão ser discentidos, etc., minuta que será enviada, como proposta, à Sociedade Bahiana de Agricultura. (Lê) — Fica sobre a mesa para ser discentida posteriormente.

O 1º Secretario : apresenta uma comunicação do Sr. senador Dr. Benedito Leite, do Maranhão, acompanhada de uma série de quesitos sobre cultura e comércio do arroz. — A comissão dos Srs. Arístides Caldeira, Silva Gandra e José Sand para responder.

O Sr. Director de Culturas : refere-se à cultura do milho que pretende desenvolver na Fazenda do Santa Monica.

Aguarda a discussão do plano geral de serviços dessa fazenda para voltar ao assunto.

O Sr. Sergio de Carvalho : recorda os serviços prestados pelo Sr. Emmanuel Courret à lavoura de canna e indústria do açucar, e, ultimamente, ainda o interesse com que patrocinou a causa dos lavradores e fabricantes de Campos.

Propõe que a Sociedade felicite esse Ilustre consocio. — É aprovado, tendo na occasião redigido o telegramma ao Sr. E. Courret, em Campos.

O Sr. Sergio do Carvalho: propõe, e é aprovado, que a Directoria vá em comissão conferenciar com S. Ex. o Sr. Ministro da Viação sobre vários assuntos pendentes de solução, entre outros o pedido de passagem no Lloyd para os membros da Conferência Assucareira.

O Sr. Aristides Caire: seria conveniente insistir na questão das tarifas da Central junto do Sr. Ministro.

Há poucos dias ainda, um pequeno calcote contendo quatro pés de videiras e uma pequena unha-maca, o pagando 10 Réis, da Central para Entre Rios, pagou do fute 85700 Réis. I Por tal preço torna-se quase impossível a introdução de fruteiras e desenvolvimento da promocultura exótica no interior dos Estados vizinhos.

O Sr. Jacy Monteiro: não lhe sendo possível, por seus afazeres na occasião, comparecer à Conferência, pede que seja lembrada a questão do transporte do leito e mautolga pelos trens nocturnos.

O Sr. Sergio do Carvalho: comunica à Directoria o passamento da pessoa da família do prezado consocio Dr. Neves Armond, e propõe (o que é aprovado) que ao mesmo consocio a Directoria envie pesames.

O Sr. João Baptista de Castro: — O último numero do « Bulletin du Syndicat Central des Agriculteurs de France », que a Sociedade hoje recebeu, trouxe a dolorosa notícia do falecimento do grande patriota francês M. Welche, presidente do referido syndicato. Iumerosos e dos mais relevantes foram os serviços prestados à propaganda e progresso dos syndicatos agrícolas em França por M. Welche.

Deante da noticia da tristeza acontecimento, propõe que a Sociedade offere à Directoria d'aquello Syndicato Central mausoléu tendo todo o seu peso pelo traspasso de M. Welche. — É unanimemente aprovado.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a sessão.

Antônio Piauí — Alberto Jacobina — D. S. de Oliveira — João da Silva Gandra — Dr. Th. Aristides Caire — Wenceslau Bello — João Baptista de Castro — E. Jacy Monteiro.

152^a Sessão — 153^a da Directoria em 10 de junho de 1902

PRESIDÊNCIA DO DÍC. JOÃO BAPTISTA DE CASTRO

No dia 10 de junho de 1902, às 3 horas p. m., presentes os Srs. João Baptista de Castro, Joaquim Ignacio Tosta, Alberto Jacobina, João da Silva Gandra, Sergio do Carvalho, Aristides Caire, Augusto Bernacchini e Jacy Monteiro, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

São lidas e aprovadas as actas 152^a e 153^a, de 29 de abril e 6 de maio do corrente anuo.

E' lido o seguinte expediente:

« Comunicado do Sr. R. Hudson, de Marlow, Danesfield, Engl. remettendo um catalogo dos animais de raça e reproductores e vaillares, bovinos, suínos e lanugeros; »

Recebo da Royal Society Agr. of England qual é associada a Sociedade Nacional de Agricultura, correspondente à contribuição anual de 1902.

Carta do Sr. Manoel Ronz Vieira, de Montevideu, Uruguai, acusando o recebimento de alguns productos brasileiros que a Sociedade remeteu para propaganda e referindo-se aos impostos exagerados que naquella Republica vizinha posam sobre os nossos produtos.

Carta do Sr. Acuña, do Assunção, Paraguai, agradecendo a nomeação de socio correspondente da Sociedade.

Offício da Superintendência Municipal de Manicoré, Estado do Amazonas, acusando o recebimento da comunicação da eleição da Directoria da Sociedade.

Offício da Associação Commercial de Maceló, Estado das Alagoas, confirmando telegramma remetido dando conta dos resultados da safra e exportação do assucar.

Ofício da Associação Agrícola o Pastoril, em resposta à ofício da Sociedade;

Cartão do Sr. Adolpho Lion Teixeira, membro honorário da Sociedade, fazendo a seguinte corrigenda no folheto sobre vinicultura, que ultimamente remetem:
na pagina 11, onde se lê 10% lê-se 400 %;

Carta do Dr. Nove Armand agradecendo as manifestações de pesar da Sociedade, por motivo do falecimento do esposo da sua família;

Ofício da Comissão dos Lavradores da Cana do Estado do Rio de Janeiro agradecendo as provas de solidariedade que a Sociedade lhe dispensou;

Carta do Sr. E. Courret sobre assumptos relativos à Conferência Assucarolra;

Ofício do Sr. Manoel Galvão comunicando ter ombreado para o norte e pedindo entrosim que o lhe remettesse para o Recife a ajuda do custo que lhe não tinha sido possível receber em posses da tesouraria da Sociedade;

Ofício do Sr. P. Xavier de Almeida agradecendo sua inscrição do socio efectivo;

Cartão do Sr. A. F. Rodrigues, de Pelotas, comunicando já haver a Biblioteca Pelotonense recebido as publicações da Sociedade;

Carta do Sr. João Carlos Junior, da cidade de Castro, pedindo que a Sociedade obtenha do governo conceder-lhe privilégio para o estabelecimento de uma colônia próxima ao logar das Sete Quedas.

É proposto o aceito como sócio correspondente em Santiago, Chile, o cidadão Sr. Moysés Montt.

.

O Director de Culturas lê as seguintes comunicações relativas à sua visita à Fazenda de Santa Monica:

Comunico que fiz a visita à Santa Monica, a 17 do corrente.

Infelizmente continua a seca, que tem dificultado a lavoura e, a continuar, tem de suspender o trabalho.

Fiz a colheita do feijão que foi muito pequena, devido à irregularidade do tempo; muita chuva a princípio nas primeiras semanas após o plantio, e depois muita falta dela.

Está em concerto (ligeiros reparos) o caminho para os cafezeiros assim de poder ser transportado o fruto colhido.

O trigo e demais sementes dos vinhos em geral germinaram bem.

Estão prompts os pequenos serviços de carpintaria no curral, mangedoura, etc., suspendendo os outros pequenos reparos não muito urgentes para não aumentar de peso.

ORDEN DO DIA

O Sr. Ignacio Tosta participa que seguirá no dia 12 do corrente para a Bahia afim de dar começo nos preparativos da Conferência Assucarolra, reunindo a Sociedade Bahiana de Agricultura, entendendo-se com o governo do Estado a respeito da mesma Conferência.

O Sr. Presidente agradece em nome da Sociedade o auxílio oferecido e devotados serviços prestados pelo Sr. Dr. Joaquim Ignacio Tosta e a franca solidariedade e sympathia que S.S. desloca no Congresso de Agricultura, tem para com esta associação manifestado.

Faz sinceros votos para que S.S. tenha boa viagem e possa ver coroada do mais completo éxito a Conferência Assucarolra da Bahia.

(Retirado a sessão, o Sr. Dr. Ignacio Tosta, acompanhado por todos os directores.)

Reaberta a sessão, o Sr. Jacy Monteiro propõe o ó unanimismo aprovado que se consigne em acta um voto de reconhecimento ao Sr. Dr. Ignacio Tosta pelos serviços prestados à causa da Agricultura.

O Dr. Aristides Caldeira pede que seja adiada a discussão do plano geral de culturas e mais serviços da Fazenda de Santa Monica, visto que se acham ausentes todos os directores.

(É satisfeita o pedido.)

O Sr. Aristides Caldeira desejava saber entrosim o que a seu respeito ficara resolvidos na sessão do Conselho Superior. Aguardará, porém, a presença também daquelles directores.

O Sr. Ferreira Jacobina: veio pedir informação sobre uma que não que reputa do mais alto interesse: o Governo do Estado de S. Paulo, segundo telegrammas publicados pelos Jornais desta Capital, mandou perguntar ao Governo do Estado da Bahia qual o programma da Companhia Assucareira, dando isso em ressalva ser publicado um programma da Sociedade Bahiana de Agricultura, alias muito bem apelado, se se tratasse de um Congresso propriamente dito, mas que no caso da Conferência Assucareira, como foi planejada pela Sociedade Nacional de Agricultura, não tem aplicação e não traduz o pensamento desta associação.

E desse fato, que do modo algum não pode ser agradável, justamente depois de haver seguido daqui para S. Paulo o representante da Sociedade com as respectivas instruções e programação adoptadas pela Sociedade Nacional de Agricultura.

O Sr. Presidente: — Cumpro-nos ouvir, antes de formular qualquer Juízo, o nosso representante. Pôde muito bem ser que o facto não se tenha dado como notícias nos Jornais. Até aqui temos feito quanto nos cabe e nos tem sido possível fazer. O *Jornal do Comércio* de hoje publicou o projecto de regulamento da Conferência Assucareira, que vai ser presente à deliberação da Sociedade Bahiana de Agricultura.

O Sr. Sergio de Carvalho: abunda nas mesmas idéas do Sr. Presidente; e, a respeito, vai escrever ao Dr. Augusto Ramos, informando-se do ocorrido.

O 1º Secretário: pede que a Directoria determine sobre o modo por que deve responder à carta do Sr. Courret, lida no expediente:

O Sr. Sergio de Carvalho: penso que não se pode dispensar, na Conferência Assucareira, a presença do Sr. Courret, cujos conhecimentos profundos de tudo quanto diz respeito à Indústria de usucaria são de muito valor.

Propõe que se passe um telegramma a esse ilustre consocio insistindo por sua presença na Conferência Assucareira.

(Essa proposta é aprovada unanimemente, com aplauso; e é redigido o respectivo telegramma.)

Não mais havendo o que tratar encerra-se a sessão. *Antônio Fialho*, — *Alberto Jacobina*, — *D. S. de Carvalho*, — *João da Silva Gandra*, — *Wenceslau Bento*, — *João Baptista de Castro*, — *F. Jacy Monteiro*.

Acto da 1883ª sessão, 160ª da Directoria, em 13 de Junho de 1902 (extraordinária)

PRIORIDADE DO DR. DR. E. CAPITA DA CASTRO

Em o dia 13 de junho do 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. João Baptista de Castro, Alberto Jacobina, João da Silva Gandra, Sergio de Carvalho, Augusto Ramos e Jacy Monteiro, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

E' lida e aprovada a acta de 14 de maio do corrente anno. E' transferida a leitura do expediente para ulterior sessão.

São propostos e aprovados os socios efectivos os Srs. Apollonio Zenaides, do Alagoa Grande, Paráhyba do Norte, e Marcondes Foraz, de Fortaleza, Ceará, e como associada a Associação Commercial do Amazonas, com sede em Manaus.

O Sr. Presidente: tendo regressado da América do Norte a esta Capital o Sr. Reyndor do Amaral, a quem devo esta Sociedade serviços de não pequeno valor, nomeia uma comissão composta dos Srs. Ferreira Jacobina e Augusto Bernacchi para visitar e apresentar as bons vindos a esse Ilustre e estimado senhor.

O Sr. Sergio de Carvalho: propõe que seja nomeada uma comissão para se entender com o Sr. Ross e Silva a respeito da Companhia Assucareira o pedir instantaneamente a S. Ex. que empregue os seus bons officios no sentido de se fazer representar o Governo do Estado de Pernambuco na illudida Conferência.

(Aprovada esta proposta, o Sr. Presidente nomeia para a referida comissão os Srs. Augusto Ramos, Aristides Caire e Ferreira Jacobina.)

O Sr. Ferreira Jacobina: comunica que no dia 18 devem ter lugar as exequias por intenção do Dr. Augusto Severo e a trasladação do corpo desse Ilustre brasileiro para o cemiterio do S. João Baptista, e pergunta como a Sociedade se fará representar nessas cerimónias?

O Sr. Presidente — A Sociedade se fará representar por todos os membros da Directoria que puderem estar presentes e acompanhar as cerimónias.

O Sr. Jacy Monteiro: lembra o caso ocorrido, conforme os telegrammas a respeito publicados, relativamente ao pedido de informações do Governo do Estado de S. Paulo ao da Bahia sobre o programa da Conferência Assucareira e o que muito instante se referiu na sessão passada, estranhando-o o Sr. Ferreira Jacobina.

O Sr. Augusto Ramos: ficou surpreendido no ler os referidos telegrammas. Acredita ter havido engano na notícia dos jornais.

Quando seguiu desta Capital e chegou a S. Paulo achava-se ausente o Sr. Dr. Antônio Cândido Rodrigues, Secretário da Agricultura do Governo do Estado; o teve por sua vez novamente do seguidor viagem, quando regressava o Dr. Cândido Rodrigues, o que quer dizer que não pôde estar com o Secretário da Agricultura.

Pensa que há, como já disse, engano na notícia dada pelos telegrammas.

O Sr. Aristides Calro: propõe que continue em adiamento a discussão do plano de cultura da Fazenda de Santa Monica.

(É aprovado o adiamento.)

O Sr. Presidente: — O Dr. José Bonifácio de Andrada, do Barbacena, nosso Ilustre consócio, publicou há dias um magnífico artigo sobre syndicatos agrícolas, artigo que os Srs. Directores naturalmente conhecem. Julga que devemos nos congratular com esse presado consócio pelo serviço que prestou à propaganda dos Syndicatos agrícolas, na qual tanto se tem empenhado a Sociedade.

Determina que o Sr. secretário oficie ao Dr. Bonifácio de Andrada aplaudindo S. S., e agradecendo o serviço que presta à propaganda. Espera que este seu acto seja aprovado.

(A directoria aprova unanimemente, com aplauso.)

ORDEN DO DIA

O Sr. Presidente: declara que continua em discussão a proposta do Sr. Ferreira Jacobina, apresentada na sessão anterior.

O Sr. Silva Gandra: propõe que se organize um quadro com os nomes das pessoas nomeadas para as diversas comissões e com a data de criação do assumpto de cada comissão, e que fique esse quadro exposto na sala das sessões, assim de diariamente, saborem os directores das comissões de que fazem parte e dos serviços que lhes cabem.

O Sr. Jacy Monteiro: — Desde muito tempo tem a secretaria um livro especial para esse fim, que substitui perfeitamente o quadro a que se refere o Sr. Gandra. É o Livro 4º «trabalhos especiais, comissões», que, inelucionalmente, precisa ser posto em dia.

O Sr. Presidente: — À vista da declaração do Sr. secretário, julga mais acertado que se continue a escrivanatura do Livro 4º da secretaria, pelo qual os Srs. directores poderão ver as comissões a que pertencem os trabalhos especiais determinados pela directoria.

E' novamente lido, discutido e aprovado o parecer sobre a situação do café brasileiro na Turquia depois da lei municipal, elevando os impostos para o comércio ambulante.

Antes de terminar a sessão declara o 1º secretário que tem deixado de incluir no expediente das últimas sessões os telegrammas referentes à Conferência Assucareira, que são em número avultado, por se ter de fazer obra com os alludidos telegrammas e fearem por isso separados dos demais papéis do expediente.

Em qualquer das actas das sessões vindouras dará a relação completa desses telegrammas.

O Sr. Sergio de Carvalho: aproveita a ocasião para declarar à directoria que muitos desses telegrammas trouxeram os dados relativos à safra do açúcar, enjas informações a sociedade pedira por telegramma a vários Estados.

Está, portanto, confirmado o que havia previsto na sessão de 20 de maio, quando afirmara que essas informações podiam ser obtidas por telegrammas e julgava desnecessária a ida ao norte de um emissário especial para as colher.

E' nada mais havendo que tratar, encerra-se a sessão. — Antonino Filho. — Alberto Jacobina. — Dr. S. de Carvalho. — João da Silva Gandra. — Dr. Ph. Aristides Calro. — Wenceslado Bello. — João Baptista de Castro. — E. Jacy Monteiro.

**Acto da sessão 180^a - 181^a do Directorio - em 17 de Junho
de 1902**

No dia 17 de Junho de 1902, às 3 1/2 horas da tarde, presentes os Srs. João Baptista de Castro, Domingos Soeiro de Carvalho, Aristides Cairo, Augusto Iltuachchi, João da Silva Gandra, Wenceslito Helle o Jacó Montelro, assumiu a presidencia o Dr. João Baptista de Castro e declarou aberta a sessão.

E' apresentado o lido o seguinte expediente:

Ofício da Directoria Geral da Indústria do Ministério da Vlação, comunicando que o Sr. Ministro, atendendo nos pedidos da sociedade, autorizou ao director da Estrada do Ferro Central a aceitar despacho do leito e da manteiga nos trens nocturnos que se destinam a esta Capital.

(Ofício ao governo agradecendo e comunicando aos interessados na Indústria do Leite.)

Ofício do Ministro das Relações Exteriores, remetendo o relatório apresentado aquelle ministerio pelo consul do Brasil em Génova, João Antonio Rolz Martins, sobre a viticultura e a produção do vinho na Itália.

Ofício-circular do governo municipal da Vila Rica, Espírito Santo, comunicando a reeleição do Sr. Joaquim C. da Silva ao cargo de presidente do mesmo governo e remetendo o relatório dos negócios municipais.

(Agradeça-se.)

Carta do Sr. Dr. Victor Ferreira do Amaral em resposta à comunicação da secretaria.

Ofício da superintendência municipal de Joinville, Santa Catharina, solicitando ser inscrita no rol dos associados da sociedade o pedindo somente.

(Agradeça-se; quanto às senhoras, comunicando que o remeterá o que for possível.)

Circulares da comissão municipal de S. João da Boa Vista e do Club dos Lavradores dessa localidade no Estado de S. Paulo, remetendo um exemplar do projecto do lei adoptado pela mesma comissão municipal de agricultura para a locação de serviços agrícolas.

(Agradeça-se.)

Telogramma do secretário do interior, do Estado do Alagoas, comunicando que o Dr. Euzebio de Andrade, representante daquela Estado na Conferência Assucarreira, embarcará no vapor *Mandos* e pedindo providências sobre passagens para o mesmo senhor.

Ofício do superintendente municipal de Hunytyá, Estado do Amazonas, acusando recebido a circular de 15 de fevereiro do corrente anno.

Ofícios do presidente e secretário da Câmara Municipal de Itabira, Minas Geraes, oferecendo à sociedade uma amostra de Linda seda, resultado da Indústria do Sr. Casemiro Jorge, syrio, residente naquela cidade.

Ofício do Conselho Municipal do Brejo Grande, comunicando anuir ao convito feito pela Sociedade Nacional de Agricultura, e ter nomeado representante, na Conferência Assucarreira o deputado coronel José Pires de Oliveira e Silva.

Ofícios do inspector da agricultura do Estado de S. Paulo, oferecendo à Sociedade Nacional de Agricultura três exemplares da *Tribuna do Poco*, e 10 cartões ignaes nos que foram distribuídos por occasião da primeira festa das árvores, e agradecendo os cumprimentos endereçados por tão agradável acontecimento.

Ofício do presidente do Grêmio Litterario Le Mondo Marche, da cidade do Natal, Rio Grande do Norte, anunziando ao convito da coparticipação na Conferência Assucarreira, a realizar-se na Capital da Bahia, e comunicando favor indicado o pharmacist Pedro Soares do Amorim para representá-lo.

Ofício do 1º secretário do Club Agrícola de Barreiros, Pernambuco, comunicando estar a sociedade intérada do convite que lhe fora feito para representar-se na Conferência Assucarreira, devendo, em oportunidade adequada, ser escolhido o representante.

Ofício do 1º secretário do Club Agrícola Alto Limão, pedindo à Sociedade Nacional de Agricultura para ser, com outros cavalheiros, intérpretes junto ao Dr. Barrow, gerente da Estrada do Ferro Leopoldina, do pedido que ao mesmo senhor faz no sentido de uma redução nas tarifas do café.

Carta do Sr. Marcondes Ferraz, Fortaleza, agradecendo a romênia e do sômonte e pedindo os numeros d'A *Lacoura*, correspondentes aos meses de Ja-

meiro, sovereiro, abril e maio de 1900 e mais ainda os de novembro e dezembro do anno de 1899, o aprestando num roçada empregada no norte para resguardar as sementes armazenadas da ação destruidora dos insectos.

Carta do Sr. Apollonio Zomilios, Alagoa Grande, Estado da Paraíba, dando permissão para ser proposto socio da Sociedade Nacional de Agricultura.

Carta do Sr. Antônio Gómes Leite, Santo Amaro, Bahia, na qual manifesta a sua adhesão e dá todo o seu concerto à realização da Conferência Assucareira.

Carta do Sr. Joaquim Ignacio Loureiro, Maceló, agradecendo ao convite feito para colaborar na Conferência Assucareira.

Telegramma do Dr. Amorim Salado comunicando haver a Sociedade Auxiliadora nomeado cinco membros para representá-la na Conferência Assucareira e que o ministro da Escada indicado tres representantes.

Telegramma do Sr. Angelo Roselli, presidente da Associação Commercial do Rio Grande do Norte, pedindo urgência na disposição das passagens para os representantes da Levantura e Commercio na Conferência Assucareira e comunicando o embarque do Dr. Augusto Loopoldo Raposo da Cunha, no vapor *Mandos*.

Telegramma da Associação Commercial da Paraíba, pedindo pa sagem para o seu representante na Conferência Assucareira.

Telegramma do presidente da Sociedade de Agricultura de Alagoas, comunicando a partida de cinco representantes no *Mandos*.

Telegramma do presidente do Club Commercial da Estância, Sergipe, acusando o recebimento dum telegramma da Sociedade Nacional de Agricultura o prometendo scientificar à Imprensa os interesses a concessão feita pelo Sr. Ministro da Viação.

Telegramma da Associação Commercial do S. Paulo, comunicando dever aqui chegar em 16 o em Janeiro Samuel das Neves, para quem pede passagem.

Carta do Sr. Hünanit, pedindo resposta da carta que remeteu à sociedade para que este fique com as máquinas agrícolas do Ch. Melviner do Dombaslo.

Carta do Sr. Casemiro Jorge, syrio, agricultor, residente em Itabira do Mato Dentro, Minas Gerais, remetendo uma amostra do solo e flada.

São propostos e aceitos como sócios efectivos os Srs. Feliberto Freire, Dr. Sylvio Anacleto de Souza Bastos, Alexandre Bastos Freire e Adolpho do Faro Rölemborg, residentes em Itaporanga, Estado de Sergipe.

O director de culturas lhe a seguirá comunicação referente à visita à fazenda Santa Monica:

«A nova visita à Santa Monica foi a 14 do corrente. Houve uma pequena chuva que veio melhorar um pouco o estado seco em que se achava o terreno, ressentindo-se já as plantas dos efeitos benéficos.

Tendo a chuva, ainda que pouca, melhorado as condições do terreno, continua a lavra. Tomo estado também em serviço a estufa «Globo», colhendo os capins altos para fertilizar a lavra.

A plantação de trigo por enquanto vai perfeitamente.

Algumas variedades de canna já estão flochando (florescendo.)

O Jaraguá está todo florido e alguns com as sementes quasi maduras.

Continua a colheita do café, feita pelos colonos.

O 1º secretário pede de culpas à directoria por ter ficado atrasado o serviço de actas e expediente por circunstâncias de força maior.

(E' desculpado.)

O Sr. Wenceslau Bello: tendo estado doente e não tendo podido comparecer à Sociedade, agradeço em primeiro lugar a visita do Dr. Aristides Calra feita em nome de seus companheiros; o pedo algumas informações sobre o movimento social, aquisição de sócios, circulares expedidas, etc.

(Prestam as informações necessárias os Srs. Silvia Gandra e Jacy Monteiro.)

O Sr. Augusto Bernacchi: pede explicações sobre o que tem sido a comissão nomeada para estudar o plano dos serviços do Santa Monica e a proposta que em tempo apresentou relativa à mensagem que deve ser dirigida ao Congresso.

O Sr. 1º Secretário: informa que essa comissão não tem sido possível se reunir.

Proseguindo-se na escripturação do Livro 4º da secretaria, que torna apresentar em sessão, ter-se-há em dia a inscrição dos nomes e assumptos das diversas comissões nomeadas e facil sorte fazer lembrar os trabalhos que faltam iniciar.

O Sr. Wenceslito Bello: a continuação da escripturação desse Hyro 4º é uma necessidade.

Cumpro-nos além disso obedecer ao regulamento: é preciso que seja nomeado o presidente de cada comissão.

Não podendo se demorar mais na sessão por se achar ainda adontado, pode haver para se retirar.

(Retira-se o Dr. Wenceslito Bello.)

O Sr. Aristides Calro: volta a insistir sobre a questão dos serviços do Santa Monica.

Como vão lido, as contas não podem continuar.

Ainda não se discutiu nem se deliberou conta alguma sobre o plano que apresentou.

Já duas vezes pediu o adiamento da discussão desse plano por se acharem ausentes alguns directores cuja opinião desejava ouvir.

Mas vao desse modo passando o tempo. A sua responsabilidade aumenta.

O Sr. Presidente: Julga conveniente se determinar um dia em cada semana ou mais de traz para a reunião das comissões nomeadas; e lembra ao secretário que offere aos membros dessa comissão a que se referiram o Dr. Augusto Bornacelli e Dr. Aristides Calro pedindo que resolvam sobre o caso urgido.

O Sr. Aristides Calro: faz parte da comissão a que se referiu o Dr. Augusto Bornacelli, mas por si só não pôde fazer.

Com relação à Fazenda Grande, da Penha, tem de obedecer à determinação da directoria, nada fazer, deixar as contas no *stata quo*.

O Sr. 1º Secretario: comunica ter-se visto obrigado a suspender do serviço o Sr. Gomes Ferreira; e, expondo o ocorrido, propõe a dimissão do mesmo empregado.

(A directoria approva sem discussão.)

O Sr. Silva Gandra: traz no conhecimento da directoria que recebeu do Sr. Ferreira, que também serviu à tesouraria, o balanço, contas e dinheiro, tudo em boa ordem e conforme, até o dia 9 de Junho, data em que se retirou aquelle empregado.

E' apresentado pelo Sr. Silva Gandra, relator, o parecer em resposta ao questionário remetido pelo Sr. Eustálio do Barros, consul geral da Venezuela, sobre assuntos relativos à cultura e comércio do café.

(Fica sobre a mesa até a próxima sessão.)

O Sr. Sergio do Carvalho: várias comissões tem sido nomeadas e não se tem reunido.

A questão dos syndicatos agrícolas reclama sacrifício e abnegação. E' forçoso cuidar dessa propaganda.

Julgo necessário nos dirigirmos a todos os jornais do interior e ao clero: proclamemos lovar a convicção a todos para o engrangamento da classe agrícola com a formação dos syndicatos.

O Sr. Presidente: apoiado. O clero e o professor primário, pela sua natural influência no interior do país, seriam excellentes propagandistas.

O Sr. Sergio do Carvalho: outra questão magna que não devemos deixar de ter na maior atenção é aquella a que se referiu o director de culturas, a questão da Fazenda de Santa Monica.

Não tem sido possível a directoria visitar regularmente os trabalhos nessa Fazenda, mas é forçoso cumprir os a visita.

Em seguida o Sr. Sergio do Carvalho apresenta aos seus companheiros do directório o Sr. Paul Philippe François Michéa, portador de uma patente do Governo Brasileiro, concernente a «novos modos de preparar o mate».

O Sr. Presidente oferece ao Sr. Michéa o salão da sociedade para o caso de querer S.S. realizar alguma conferência sobre a matéria.

E, após uma palestra havida entre o Sr. Michéa e os directores presentes sobre o assunto da aludida patente do Sr. Michéa e apresentação de alguns produtos obtidos pelo mesmo senhor, é encerrada a sessão, às 6 horas da tarde.—Antônio Pialho,—Alberto Jacobina,—Carlos Raulino,—Jólio Baptista de Castro,—Wenceslito Bello,—Dr. Ph. Aristides Calro,—Jólio da Silva Gandra,—E. Jacy Monteiro.

* * *

**Acta da 182^a sessão — 102^a do Directorio — em 25 de Junho
de 1902**

PROPRIEDADE DO DR. JOÃO BAPTISTA DE CASTRO

No dia 25 do junho de 1902, às 3 horas da tarde, presentes os Srs. João Baptista de Castro, Domingos Sergio de Carvalho, Wenceslito Bello, Aristides Calro, Augusto Bernaechli, Jono da Silva Gandra e Alberto Jacobina, assume a presidencia o Dr. João Baptista de Castro e abre a sessão.

São lidas e aprovadas as actas das sessões de 16, 20 e 21 de maio.

São propostos e aprovados como sócios efectivos o Dr. Francisco da Rocha Lima, do Santo Amaro, Bahia, pelos Srs. Augusto Bernaechli e Alberto Jacobina, e o Dr. Artur Baptista de Castro, pelos Srs. João Baptista de Castro e Wenceslito Bello.

EXPEDIENTE

Ofício do Sr. Ministro do Exterior, remetendo o relatório sobre viti-vinicultura na Itália, organizado pelo comitê geral do Brasil em Génova.

(Agradeça-se. Fica nomeada uma comissão composta dos Srs. Aristides Calro, Silva Gandra e Aristoteles Calra para estudar o relatório e dizer a respeito.)

Ofício da Secretaria da Associação Commercial do Amazonas, pedindo semestralmente o pedido de inscrição no número dos associados da Sociedade.

(Agradeça-se. Quanto às somentes, remete-se ao Ministério da Viação, devidamente informado.)

Ofício do Presidente do Conselho Municipal de Almas, Estado da Bahia, comunicando que esse município se fará representar na Conferência Assucareira.

(Intervado.)

Ofício da Secretaria da Câmara Municipal de Leopoldina, pedindo inserir essa municipalidade como associado da Sociedade a começar de 1 de julho.

Carta do Clube Catelral do Livramento, Rio Grande do Sul, comunicando o resultado da eleição da directoria.

(Agradeça-se.)

Ofício do Dr. Francisco da Rocha Lima, do Santo Amaro, Bahia, pedindo inserir-se no rol dos sócios da Sociedade.

(É proposto e aprovado. Communique-se.)

Carta do consócio Vicente Aguiar Poreira, do Alogr do Itapemirim, Estado do Espírito Santo, remetendo ordem para pagamento de suas anuidades e aplaudindo a propaganda dos syndicatos agrícolas.

(Agradeça-se.)

Carta do Sr. Santos Dias Filho, do município de Escada, Pernambuco, comunicando que esse município se fará representar na Conferência Assucareira.

Carta do Sr. Garcia Dias Pires de C. e Albuquerque aderindo à ideia da Conferência Assucareira e solicitando que no programma dessa conferência seja incluída a visita à fábrica do açúcar do Rio Fundo e à zona assucareira do Santo Amaro.

(Devido effectuar-se nesta data a abertura da Conferência Assucareira, não há tempo para satisfazer o pedido.)

Carta dos Srs. Borlido & Comp. pedindo o pagamento de 209\$, Importância da compra de uma correia para a Fazenda de Santa Monica.

(Desde muito tempo está autorizado o pagamento dessa despesa. Entregue-se ao Sr. tesoureiro para satisfazer.)

O Sr. 1º Secretário apresenta o ofício da Secretaria da Viação mandando entregar à Sociedade o edifício da antiga Ilhearia para nello se installar, ofício que por várias circunstâncias deixou de ser incluído no expediente das sessões anteriores.

(Pede ordens a respeito.)

O Sr. Augusto Bernaechli propõe que seja nomeada uma comissão para tomar efectivamente posse desse edifício, com plenos poderes para dar os passos necessários a respeito, o que se agradeça ao Sr. Ministro da Viação.

(É aprovada essa proposta.)

O Sr. 1º Secretario: comunica que foi, em companhia do Sr. Silva Gandra e Arlindo Caire, no dia 18 deste mês, entregar o com a casa P. Lambert, na rua nova do Ouvblor n.º 27, a respeito de uns instrumentos agrícolas do Charles Melmonor de Dombasle, da Nancy, França, que haviam sido doados à Sociedade Nacional de Agricultura, quando esta associação tinha sede na Casa da Moeda, em 1897, o que mais tarde, por circunstâncias que não valem a pena repetir, foram entregues pelo então Presidente ao Sr. Lambert, instrumentos que o Sr. A. Hoorn, representante do Ch. Melmonor de Dombasle, nesta Capital, novamente havia oferecido a esta Sociedade, como consta das cartas do mesmo senhor do dia 13 de junho e 18 de abril do anno corrente.

A postos com a qual nos entendemos, na casa Lambert, declarou-nos que não está mais em seu poder, desde muito tempo, nem um só destes instrumentos. Esses objectos, disse-nos mais, estiveram em uma casa da rua Theophilho Ottoli, daí não sabe para onde foram.

O Sr. Silva Gandra: traz ao conhecimento da Directoria que tem recebido as anuências de vários sócios residentes na Capital Federal.

Pede autorização para se dirigir directamente aos sócios do interior, lembrando o cumprimento das obrigações determinadas nos Estatutos.

E' concedida essa autorização.

E' discutido e aprovado o parecer sobre a situação do café brasileiro na Turquia, depois da lei municipal elevando os impostos do comércio ambulante.

O director de culturas apresenta a seguinte comunicação relativa à visita à Fazenda de Santa Monica:

Comunico que a 21 do corrente fiz a visita somana à Fazenda de Santa Monica.

O serviço de lavoura vai paulatinamente na parte baixa, onde acaba de ser feita a segunda colheita de arroz (socá) e está se completando o deslocamento desta parte que faltava para tornar-a arável com facilidade e persolgo.

Não tenho atacado, como desejava, a lavoura entrado com mais actividade no desbravamento dos terrenos incultos porquanto há recomendação e necessidade de restringir as despezas o mais possível. Continua a colheita do café, que, como já disse, é insignificante.

Foi mordido o trigo na vargem dos coqueiros e tanto este como as demais sementeiros que vingaram vão desenvolvendo bem.

Mais uma vez lembro a necessidade de, quanto antes, ser beneficiado o arroz que nas tuilhas só tem a perder, e por isso convido a Directoria a assistir ao finalamento do machinismo Xavier, de beneficiar arroz, no dia 27 do corrente, no meio dia, na rua da Alfândega n.º 92, afim de verificar de vista a sua bondade e resolver sobre a vantagem de permitir que exista em Santa Monica o que não funciona bem, por outro lado pelo mesmo fabricante, em melhores condições.

O Sr. Baptista do Castro: refere-se à necessidade da propaganda agrícola no Estado de Minas Geraes.

Discurso sobre as riquezas desse Estado, demonstra o lugar saliente que lhe cabe na comunhão brasileira.

E' preciso, diz S. S., que alguém tome a iniciativa da criação das sociedades agrícolas no Estado.

Na administração do Governo do Estado está um homem superior, intelligente, ilustrado e progressista. Cumpro à Sociedade Nacional de Agricultura dirigir um ofício ao Dr. Costa Senna, pedindo que S. S. tome a iniciativa da criação dessas associações, que S. S. ponha-sa à frente da propaganda agrícola.

E' aprovada esta Indicação.

O Sr. 1º secretario: apresenta o 16 um ofício do Sr. Cornelio da Fonseca, deputado por Pernambuco e membro do Conselho Superior, solicitando uma sessão do Conselho Superior para apresentar um projecto do auxílio à lavoura.

A directoria resolve convocar sessão do Conselho Superior para o dia 1 de Julho, às 3 horas da tarde.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a sessão.

Em tempo: na folha 59, linha 34º, onde se diz: é aprovada essa proposta — acrescenta-se: o nomeada a seguinte comissão para dar cumprimento ao apro-

vado: Wenceslao Bello, presidente, Ferreira Jacobina e Augusto Bernacchi, — R. Jacy Montelro, 1º secretario.

Antônio Fialho, — Alberto Jacobina, — Carlos Raúlio, — João Baptista de Castro, — Wenceslao Bello, — Dr. Ph. Aristides Calre, — João da Silva Gandra, — E. Jacy Montelro.

Acto da 189ª sessão — 103º de Directoria, em 8 de Julho de 1902

PRESIDÊNCIA DO DR. ANTONIO FIALHO

No dia oito de julho do 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Antonino Fialho, Baptista de Castro, Wenceslao Bello, Aristides Calre, Sergio de Carvalho, Ferreira Jacobina, João da Silva Gandra, Jacy Montelro e Miguel Nogueira, é aberta a sessão.

São lidas e aprovadas as actas das sessões de 3, 10 e 13 de junho.

É proposto e aprovado como socio efectivo o Sr. Hugo Mello Mattos, residente em Theophilo Ottoni, Minas Geraes.

O Sr. Sergio de Carvalho (pela ordem): propõe inversão da ordem dos trabalhos da sessão, adiando-se a leitura do expediente.

É aprovada.

O Sr. Wenceslao Bello: pede a palavra para trazer ao conhecimento da Directoria que uma comissão do «Centro do Commercio do Café do Rio de Janeiro» procurou a comissão da Sociedade encarregada de dar parecer sobre a petição que o aludido Centro dirigiu a S. Ex. o Sr. Ministro da Viação, relativa à aplicação de tarifas diferenciais para os cafés despachados directamente das estações da E. F. Central para a praça do Rio de Janeiro — tendo se realizado na sede desta Sociedade, no dia 3 do corrente mês, demorada conferência entre essas duas comissões.

Nossa conferência ficou combinado, como conclusão, dirigir a comissão da Sociedade um ofício ao Centro do Commercio, contendo uma série de quesitos aos quais podia resposta.

Esse ofício já foi feito e endereçado ao Centro do Commercio, de quem aguardamos a competente resposta.

Havendo sido o assumpto discutido em sessão do Conselho Superior, juiga de melhor alvitre que a resposta do Centro do Commercio é o novo parecer, que será annexado ao primeiro já aprovado, sobre essa resposta, sejam em Conselho Superior discutidos e tomadas quaisquer deliberações a respeito do caso.

É aprovado.

O Sr. Antonino Fialho: foi procurado por uma comissão de lavradores do Santo Antonio do Padua, Cantagallo e outros municipios do Estado do Rio, que veio pedir sua intervenção junto à administração da Estrada do Ferro Leopoldina, no sentido da redução de tarifas dessa ferro-via.

Seja tomar compromisso alguém, prometteu todavia acompanhar e secundar os passos que essa comissão desse nesse sentido.

Já teve occasião de conversar, a respeito do assumpto, com o Sr. Frederico Barrow, que prometeu estudar o caso e fazer o que fosse possível.

O Sr. Aristides Calre: esteve também com o Sr. Barrow, que lhe repetiu o que havia prometido ao Dr. Antonino Fialho.

O Sr. Ferreira Jacobina: pede informações sobre os trâmites que seguem os pedidos dos soementes e do pagamento de seguros e despesas do viagem dos animais de raça e reproductores, dirigidos à Sociedade; se esses pedidos devem ser trazidos ao conhecimento e deliberação da Directoria ou não; como deve ser feito esse serviço, que a Sociedade foi comunitado pelo Sr. Ministro da Viação.

O Sr. Jacy Montelro: — S. Ex. o Sr. Ministro da Viação determinou que esses pedidos fossem dirigidos à Sociedade Nacional de Agricultura, à qual competia, por indicação de S. Ex., o que muito nos honra, examinar os respectivos pedidos e informar a respeito.

Esse serviço, julgo, deve caber à secretaria da Sociedade.

Quando o secretario tenha duvidas sobre qualquer informação a dar, consultará pessoa competente, um de seus companheiros de Directoria, atujo do oriental-o.

A secretaria fará então um ofício com as informações necessarias, resultado do exame do pedido, parecer a respeito, etc., para ser dirigido ao Sr. Ministro

com o requerimento do petiçãoario, ofício que será assinado pelo presidente da Sociedade.

O Sr. Antônio Flávio: ratifica o que acaba de expor o 1º secretário. Julga que justamente esses devem ser os trâmites a seguir com tais pedidos.

O Sr. Ferreira Jacobina: propõe que a Sociedade oficie aos Srs. Sebastião Mendes e José Bittencourt, importantes negoçantes desta Capital e muito relacionados no interior do país, pedido que sejam portadores, junto do seu committentes e fregueses do interior, da noticia de que se acha aberto o crédito para a aquisição dos sementes e pagamento do seguro e passageiros do milhares de raças.

O 1º secretário: — Não sómente a esses senhores, senão a todos os interessados no assumpto, devem se dirigir idênticos pedidos.

Convém até mandar imprimir circulares para serem distribuídos profusamente.

A Directoria resolve que se comuniquem o facto a todas as pessoas que estejam em relação com os criadores do interior do país e em geral aos interessados na matéria, dos quais tenha notícia a secretaria da Sociedade.

O Sr. Ferreira Jacobina: pode ainda a palavra para apresentar duas indicações.

A primeira diz respeito ao que referiu o Sr. Presidente, partilhando haver sido procurado por uma comissão de lavradores dos municípios do Santo Antônio de Padua, Cautagalho e outros, para que a Sociedade intercedesse junto à Administração da Estrada do Ferro Leopoldina, no sentido de redução das tarifas desse ferrovia: pode que a Sociedade dirija ofício às câmaras municipais desses municípios, que ainda não se inscreveram no rol dos associados da Sociedade Nacional de Agricultura, solicitando que se inscrevam.

A segunda indicação se reporta a uma proposta que apresentou na sessão do 3 de junho, sobre serviços urgentes e trabalhos de comissões que até agora não tiveram ainda andamento. Nesse sentido apresenta a seguinte proposta: (6)

Propõe que fique atribuído aos Presidentes das comissões nomeadas pela Directoria da Sociedade, cujos trabalhos se acham em andamento, o dever de comunicarem o resultado dos respectivos trabalhos em todas as sessões da Directoria.

(A secretaria da Sociedade fará selento da presente deliberação as comissões nomeadas.)

O 1º Secretário: com relação à primeira indicação, cumpre comunicar que foram dirigidas a todas as câmaras municipais do país uma circular pedindo que essas impropriedades se inscrevam como sócios da Sociedade Nacional de Agricultura. Dirigirão novas circulares.

Quanto à segunda indicação e proposta nada tem que dizer — aprova-a.

Submetidas à discussão e votação as indicações e proposta do Sr. Ferreira Jacobina, são aprovadas.

O Sr. João Baptista de Castro: — precisamos ter aqui catálogos diversos de estabelecimentos de criação, para que possamos informar os pedidos relativos à importação de animais de raça e reproductores, que nos são dirigidos.

(É aprovada essa indicação.)

O Sr. Sérgio do Carvalho: — refere-se à necessidade de se decidir o caso da fazenda Santa Monica, cujos serviços precisam ser desenvolvidos e cujo futuro precisa ficar amparado e desfondido, como tantas vezes tem pedido o Director de Culturas.

Propõe que as duas comissões nomeadas — a que tem de estudar o plano de culturas e a que tem de formular o projecto e mensagem que se tem de dirigir ao Congresso, sobre a proposta do Dr. Augusto Bernacchi — activem com urgência os respectivos trabalhos; e desde que estes estejam promptos, convocar-se a Directoria para se reunir em sessão extraordinária todas as sextas-feiras, até se terminar a discussão do assumpto e subsequente votação, não se tratando nas referidas sessões de nenhuma questão extraída, com exceção de qualquer medida urgente sobre os Syndicatos Agrícolas.

Em segundo lugar lembra a medida aconselhada em uma das conclusões do Congresso de Agricultura, com relação à remonta do exército; e propõe que seja nomeada uma comissão para conferenciar com S. Ex. o Sr. Ministro da Guerra. Essa comissão aproveitará o ensejo para referir a S. Ex. a vantagem da introdução da manteiga nacional nos hospitais militares e quartéis.

Em terceiro lugar vem dizer algumas palavras sobre a conferência assinatura, cujo exílio foi completo, e outro resultado não era de esperar, atendendo

aos elementos que concorreram a prestigiar aquella certame, a prosseguir do que de mais escolhido puderam dar os Estados e municípios associados e as associações agrícolas.

Propõe, por conseguinte, que se consigne na acta da presente sessão um voto de aplausos a todas as corporações e pessoas que tomaram parte na aludida conferência, aos governadores, intendentes, cidades, fazendeiros e industriais.

Pado permissão para salientar o procedimento nobre, generoso e altamente patriótico de duas entidades que vincularam seu nome à Conferência Assucaroura: quer se referir ao Sr. Mistriz da Viação e ao Sr. Governador do Estado da Bahia.

Em sessão do Conselho Superior já teve ocasião de comunicar o valioso auxílio e prestígio que a Sociedade Nacional de Agricultura e a Conferência Assucaroura mereceram do Sr. Ministro da Viação: S. Ex. franqueou o Telegrapho Nacional à Sociedade e concedeu passagem gratuita nos vapores do Lloyd a todas as pessoas que fizeram parte na Conferência.

Vem tornar pública uma proposta que, sabe, está já formulada no pensamento dos seus companheiros da Directoria: propõe que a Directoria da Sociedade vá em comissão emprestar o Sr. Ministro da Viação e agradecer a S. Ex. os serviços que tão generosa e patrioticamente se dignou prestar-nos, em benefício do progresso agrícola do país.

Com relação ao Sr. governador do Estado da Bahia, não vem rememorar o acolhimento cavalheiresco e fidalgio que do S. Ex. mereceram os representantes dos Estados associados e associações que compareceram à Conferência; mas vem lembrar que do Sr. Governador do Estado da Bahia partiu o primeiro voto contra os impostos Inter-estaduais, voto de enorme valor para esta Sociedade que já declarou guerra de morte a tais impostos. Propõe que também se envie a S. Ex. uma mensagem de agradecimento, salientando a questão da extinção daquelas imposições.

Em quarto e último lugar vem propor que a Directoria realize uma sagração especial para receber os representantes que da Conferência Assucaroura voltam a esta Capital, principalmente o representante da Sociedade o Sr. Dr. Augusto Ramos.

São aprovadas unanimemente e com aplausos todas essas propostas e indicações.

A Directoria nomeia os Srs. João da Silva Gandra, presidente, e os Srs. Ferreira Jacobina e Jacy Montelro para conferenciarem com S. Ex. o Sr. Marechal Ministro da Guerra.

O Sr. Antônio Fialho: refere-se aos relevantes serviços prestados pelo Dr. Sérgio de Carvalho à Sociedade e à propaganda agrícola desde que se levantou a idéia da reunião da Conferência Assucaroura, até o encerramento dessa Conferência.

Propõe que se lance em acta um voto de reconhecimento ao mesmo Ilustre consocio.

(Essa proposta é aprovada com aplausos.)

O Sr. Sérgio de Carvalho: agradece, Julga, porém, não haver razão para tão honroso voto.

Aprova-se a occasião, em estando com a palavra, para solicitar à Directoria a auxiliar o Sr. Fausto Podeira Machado, jovem industrial brasileiro, na instalação e experiências do alambique de sua invenção.

A tesouraria da Sociedade, infelizmente, não pode comportar semelhante despesa, aliás pequena, pelos encargos que tem.

A montagem do alambique importará em cerca de quinhentos mil réis: talvez fosse possível obter do governo esse auxílio.

O Sr. Aristides Cairo: — Na Fazenda de Santa Mouca se poderiam fazer essa instalação e as experiências só se concertassei numas moendas que lá estão e se fizessem outros pequenos serviços, o que acarreta despesas que a verba da Fazenda não pode suportar.

Si o Governo consente em autorizar as despesas de instalação do referido alambique na Fazenda de Santa Mouca lucrará com isso a Fazenda.

O Sr. Presidente: pede ao Sr. Director de Culturas que estude o caso para se resolver ultiamente.

O 1º Secretario: propõe que seja nomeado para auxiliar os trabalhos da Secretaria o Sr. Carlos Loureiro, com a gratificação de 220\$ por mês, desde que a Sociedade não está em condições de supportar maiores despesas e fazer maior

ordenado, sendo augmentado de 20\$ os honorários mensaes do Sr. Facó, que ha muito tempo nhl trabalha.

A directoria approva depois de consultar o Sr. thesoureiro a respeito dessa despesa.

O Sr. João Baptista de Castro : apresenta a seguinte justificação que é approvada :

Considerando a necessidade de promovermos por todos os meios e fôrmas ao nosso alcance a maior união possível dos agricultores brasileiros, em vista de realizarmos um dia os Syndicatos Agrícolas, conforme as conclusões do Congresso de Agricultura, para o que é essencial a legislação adequada, indico :

que a Sociedade Nacional de Agricultura, ao corresponder-se com as associações similares, as municipalidades e os próprios governadores dos Estados, promova a fundação de sociedades agrícolas municipais e estaduais, o que constituirá um grande avanço quando tentarmos de, legalmente, organizar os referidos Syndicatos Agrícolas. — 8 de Julho de 1902 — J. B. de Castro.

O Sr. Aristides Cadre: participa à Directoria que se encontra nesta Capital, do regresso do Chile, o Sr. Dr. Joaquim Antonio de Oliveira Botelho, conselheiro do Brasil em Valparaíso, que muito bons serviços tem prestado à Sociedade, relacionando-a com várias associações chilenas e pessoas concetradas daquela Repúblca.

Propõe que a Directoria offere ao Dr. Oliveira Botelho, apresentando a S. S. as boas vindas.

(É aprovado.)

O Sr. Silva Gandra: a propósito da necessidade de se dar andamento urgente a certos serviços afetos à Directoria, vem pedir informações sobre o que se ha feito com relação ao predio da antiga Ilhacharia, dalo pelo governo à Sociedade para sua instalação.

O 1º secretario: comunica que já procedeu a uma ligeira vistoria no referido predio, o que no estado de estrago e ruína em quo se acha inteiramente esse proprio nacional, não se poderá adaptá-lo à instalação da sociedade, sem concertos e modificações interiores, quo, muito modestos, não importarão em menos de uns cincuenta contos de réis.

O Sr. Ferreira Jacobina: informa quo a comissão nomeada para tornar efectiva a posse do edifício da antiga Ilhacharia, ainda não deu os primeiros passos nesse sentido, por falta absoluta de tempo.

O Sr. director de culturas apresenta a seguinte comunicação relativa a essa ultima visita à Fazenda de Santa Mouica:

Tenho de dar informações de duas visitas que fiz à Fazenda, sendo que uma, a de 28 de Junho, devia ser lida na sessão passada (de 1 do corrente), na qual não houve tempo.

Continua a seca, ha quasi duas mozes, contrariamente ao que tem sucedido nosta capital onde tem chovido regularmente o ainda toda a semana de 24 a 28 de mez proximo passado.

Pelo que, repeti o que tinha dito em anteriores comunicações, a lavra continua difícil, sendo apenas possivel na parte baixa, onde o terreno permitiu, mas justamente onde as herbas más (os matos) tomaram grande desenvolvimento, de modo a engasgarem muito os arados, perturbando o serviço.

Isto não teria acontecido se tivessemos gado suficiente trabalho, pois que a lavra de Outono já devia de ha muito estar terminada.

Si continuar a seca, prevejo que o serviço ficará muito prejudicado, não sendo possível a lavra nos morros sínko depois do una boa chuva.

Continua o destocamento.

Mondou-se o trigo do campo n. 1 com mais perfeição e economia, tendo este sido plantado com o semeador em linha o não a lanço como o outro.

Fez-se a amontão (chegou-se terra) a una pequena plantação de batatas, — da Ingloza amarela, — da semonte proveniente do Peru.

Capinou-se um partido de batata doce e fizoram-se mais alguns pequenos serviços, — como limpza de pasto, extirpações do Angola no terreno já lavrado, estrumeira, etc.

Continua a ser tratado convenientemente o viveiro das sementes de Haoge & Schmidt, que germinaram e continuam a se desenvolver bem, à excepção de umas quatro variedades de centeio, que não germinaram.

Mandei plantar um pouco do tupinambour quo obtive om minha chacara, a ver si conseguimos propagar novamente a cultura dessa planta americana, si

não brasileira, que tondo a desapparecer, ou pelo menos, não é mais muito comum entre nós, quando ella na Europa, uma vez plantada é do difficil extinção, o do uma rusticidade sem igual, dizem todos.

A outra visita foi feita a 5 de Julho e verifiquem ainda estarmos nas mesmas condições, quanto à falta do churras. Ainda assim vamos prosseguindo na lavoura, extinção do capim do Angola, das formigas saúvas, etc.

As plantações de batatas e trigo vão se desenvolvendo bem. A do trigo no campo n.º 1 está começando a sentir um pouco da seca pelo que mandei fazer o rego para condução da agua para irrigação.

Comunico que morrem no carnetro, de moléstia cujo diagnóstico não pondo ser feito.

Aproento, de conformidade com o regulamento, a nota dos serviços e despesas mensais de junho, afim de ser examinada pela directoria, e aprovadas as despesas, seja autorizado o pagamento.

Nada mais haverá que tratar, encerra-se a sessão.

Antônio Pialho, — Alberto Jacobina, — Carlos Raulino, — João Baptista de Castro, — Wenceslado Bello, — Dr. Aristides Coire, — João da Silva Gandra, — Dr. Jacy Monteiro.

Acto da 100ª sessão — 13-21 de Directoria em 15 de Julho de 1902

PRUDENCIA DO DR. ANTONINO PIALHO

No dia 15 de julho de 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Antonino Pialho, Wenceslado Bello, Alberto Jacobina, João da Silva Gandra, João Baptista de Castro, Aristides Coire, Carlos Raulino, Sergio de Carvalho e Jacy Monteiro, o Sr. presidente declara aberta a sessão.

São lidas e aprovadas as actas das sessões de 17 e 25 de Junho e 8 de Julho.

São propostos e aprovados como sócios efectivos os Srs. Drs. Balthazar Bernardino Baptista Pereira, Nietheroy; Charles Borthraud, Minas; Nilo Peçanha, Estado do Rio.

E' lido o seguinte expediente:

Carta da Société Nationale d'Horticulture de France, Paris, convidando a esta sociedade a fazer-se representar na assembléa geral de 26 de Junho do corrente anno;

Ofício da secretaria da industria e viagem encaminhando o capitulo das informações e papéis fornecidos pela legislação de Madrid, sobre o commerce do café na Espanha;

Carta do presidente do Conselho Municipal da Vila Duro, Estado do Goyaz, encusando o recebimento de sementes e pedindo outras;

Ofício do Club da Lavoura do Batatros, comunicando o adiamento do Congresso Agrícola a realizar-se em Ribeirão Preto no dia 21 do corrente, e convocando esta sociedade a fazer-se representar;

Carta do director de propaganda da Sociedade de Agricultura Alagoana, agradecendo a remessa de sementes;

Carta do presidente e vice-presidente da Sociedade Scientifica Protectora da Infância, convidando esta sociedade a assistir a instalação solene da mesma;

Carta do presidente do Gremio Litterario Recreativo da Casa Branca, pedindo a remessa de jornais, livros, etc, como auxilio à sua bibliotheca;

Carta do 1º secretario do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, agradecendo o «Manifesto à Lavoura»;

Carta da bibliothecário do Club Romeiros do Porvir, pedindo a remessa d'A Lavoura;

Carta do Sr. Aleides Gouveia, de Theophilo Ottoni, remetendo um artigo publicado no «Minas Geraes» sobre a cultura da poya;

Carta dos Srs. C. B. Knapp, R. Jendy e S. Morrison, desta capital, oferecendo os serviços seus, como especialistas em escripturação por molo de máquinas e tachygraphia;

Carta do Sr. Azevedo Machado, de Petropolis, comunicando o lugar para onde deve ser endereçada A Lavoura;

Carta do Dr. Benjamin Flores, de Belo Horizonte, participando a proxima instalação da Sociedade de Agricultura Mineira;

Carta do Sr. Geraldo Martins, de Niterói, pedindo a remessa de um sacco de Jaraguá e um kilogrammo de soja do Jajéo para a estação do Rodolo;

Carta do Rovm. Pedro Joaquim Martins Teixeira, da villa do Alegro, pedindo que se remetta um cento de bacellos (ao director das culturas);

Carta do Rovm. Luiz Pasquale, de Aracaju, pedindo bacellos e sementes;

Carta o relatório do Dr. Bernardo Dias Ferreira, sobre os serviços feitos em Santa Monica (ao director das culturas);

Carta do Sr. Mario do Oliveira Barbosa, fazenda do S. Luiz do Rio Poco, pedindo sementes de algodão vulgarmente conhecido por herbeiro;

Carta do Sr. Francisco Guimaraes Alves Nogueira, de Florianópolis, agradecendo as sementes remetidas e pedindo outras;

Carta-ofício do Sr. Felisberto de Oliveira Freire, do Itaporanga, Estado do Sergipe, impetrando a intervenção da sociedade em favor da isenção de direitos de importação sobre uma bomba e máquina de irrigação que, como agricultor, mandou vir da Inglaterra (a directoria respondeu intervir a favor);

Ofício do vice-presidente da Câmara Municipal de Valença, Estado do Rio, declarando ter o Sr. ministro da Vírgem comunicado a recomendação que fizera à esta sociedade no sentido de não serem prejudicadas as águas dos correos que abastecem a população do Dossoguano;

Ofício do presidente do Conselho Municipal de Romanópolis, Bahia, pedindo dous kilos de sementes de feijão da China;

Ofício do sanitário do Club Agrícola do Alto Tietê, pedindo 50 grammas de sementes de soja;

Ofício do chefe da comissão de açude e irrigação Quixada, Ceará, pedindo a analyse de uma porção de terras enviadas;

Ofício do Centro do Comércio de café do Rio de Janeiro, respondendo aos quesitos formulados pela comissão respectiva;

Carta do oficial da marinha José Martin, Maranhão, pedindo exemplares d'A *Lavoura*;

Carta de Arens Brinck, Rio, enviando folhetos especiais sobre arados e outros aparelhos para a lavoura;

Carta do Dr. José Joaquim Pizarro, Rio, scientistando ser indispensável a analyse chumbe do inquérito Michéa, para poder elaborar o seu parecer;

Carta dos Srs. Libânia & Tavares, de Sant'Anna do Sapucahy, pedindo esclarecimentos sobre a raça capriola que melhor convém importar.

O Sr. director de culturas lhe a seguinte comunicação relativa à Fazenda Santa Mônica:

Visitei, a 12 do corrente, à Fazenda, o ainda a encontrarei no mesmo estado quasi desolador devido à secca. Há mais de dous meses que não caiu uma gota de água, pois a última chuva, ainda assim muito diminuta, foi a 11 de maio — o tempo das secas abrasadoras, que mal parece estar-se no verão.

O resultado desta secca antecipada já se nota, viajando pela Estrada de Ferro Central, podendo se observar o estado dos pastos devorados pelo fogo, isto que geralmente só costuma dar-se no mês de agosto o segulho.

Continua a lavoura, destocamento, extirpação do capim de Angola. As plantações do trigo estão se resentindo dos efeitos da secca. Conclui-se o riego para condução de água para irrigação do campo.

O trigo do campo n. 1 está já sendo irrigado, ainda que já um pouco tardivamente, mas espero que ainda assim aproveitará.

Os colonos continuam a colher café.

Verifiquei o produto das colheitas.

Milho — Plantaram-se 14 alqueires ou 560 litros em 37 hectares, mais ou menos. Produziram 87 carros de 20 alqueires cada um, isto é, 1.740 alqueires — 696⁶, 90 litros — ou 870 sacos de 80 litros, regulando do 124: 1.

Em geral, é o milho bem desenvolvido. Em alguns lugares mais pobres, do solo muito ordinário, as espigas foram naturalmente pequenas e muitas chôcas (não grana).

Nas pequenas porções em que foi feita a estrumação simples, o resultado foi muito melhor; igual simão superior em rendimento e qualidade ao colhido em terra superior, nova (capoeirão), como o da margem do Parahyba, em frente à estação do Vassouras, devendo regular 3 1/2 a 4 carros por hectare.

Arroz — Plantaram-se 14 1/2 alqueires ou 580 litros em 5 hectares mais ou menos. Produziram 800 alqueires em casca, isto é, 57:1. Convece notar que faltou muito.

Foram seleccionados para somonho 92 alqueires ou 3.680 litros, sendo: 39 alqueires — 1.200 litros do catteto branco; 24 alqueires — 960 litros; douradinho; 20 alqueires — 800 litros; paçholinha; 18 alqueires — 720 litros; japonêz.

Já se tem cedido uma boa porção e ainda há muitos pedidos para plantio.

As demais particularidades relativas à cultura ficam especificadas no livro especial, que se está reorganizando.

Felجو — Faltou muito e em consequência da irregularidade da estação quasi nada produziu; de 41 alqueires plantado, colheram-se apenas 40.

Apresento duas amostras de arroz de Santa Monica beneficiado no machinismo Xavier.

Pelas amostras, verá a directoria que é bem bom o resultado; que não pôde ser melhor para uma máquina singela, seu grande complicado e, portanto, de preço relativamente baixo.

Os Srs. directores Gandra e Jacy Monteiro inscreveram comigo a uma das experiências. Bem, portanto, saber se deve efectuar-se a compra segundo a proposta feita pelo mesmo Sr. Joaquim da Silva Xavier, isto é, sem maior despesa para a sociedade.

Apresento mais um polvilho extralido em Santa Monica dos rhizomas de uma sementeira, chamada em Minas — araruna palmeira.

Um metro quadrado produziu 1¹,100 grammas de polvilho e acredito que dará muito mais quando feito em melhores condições e em ocasião opportuna.

Comunico mais que recebi um ofício da vice-presidente da Câmara de Vila-
lenga, relativamente às uvas do Iosengano, podendo cumprir o determinado pelo Sr. ministro da Indústria.

Desejo ouvir a opinião da directoria — achando que devemos saber o que deseja a Câmara do Vassouras, tendo ella sciencia de parecer remetido ao ministro.

A directoria aprova que se faça a troca do apparelho Xavier para beneficiar arroz, conforme indicou o Dr. Aristides Cairo.

O Sr. Carlos Raulino; em nome e a pedido do Sr. Joaquim da Silva Xavier, vem trazer ao conhecimento da directoria uma pequena rochação.

O que foi publicado no Relatório da Fazenda de Santa Monica sobre o descascador de arroz «Xavier» parece uma censura aos apparelhos desse fabricante.

Possuo, entretanto, o primeiro apparelho construído, o descascador «Xavier» n. 1, que há muito tempo funciona em sua fazenda dando os melhores resultados.

O Sr. Jacy Monteiro: — Si ha censura refere-se esse somento ao descascador assentado na Fazenda de Santa Monica, e não a todos descascadores desse fabricante; o tanto que vai ser instalado outro machinismo do mesmo Sr. Joaquim da Silva Xavier.

O Sr. Ferreira Jacobina apresenta o justifica as seguintes propostas:

N. 1. Proponho que sejam imitados, dentre os membros das comissões abalço, os presidentes responsáveis polo respectivo serviço, para regularização desses trabalhos e nominados os substitutos para as vagas que nulas existirem:

1.^a Comissão nomeada em 28 de maio do 1901 para fazer propaganda dos syndicatos agrícolas, composta dos Srs. Barão de Capanema, Baptista de Castro, José Carlos de Carvalho, Fábio Leal e Wenceslão Bello.

2.^a Comissão nomeada em 10 de dezembro de 1901 para estudar as condições em que se acha a fazenda da Penha, composta dos Srs. Baptista de Castro, Jens Sand e Silva Gandra.

3.^a Comissão nomeada em 15 de abril proximo passado contra impostos interestaduais: composta dos Srs. Leoncio de Carvalho, S. Corrêa, Sergio de Carvalho e Wenceslão Bello.

4.^a Comissão para dar parecer sobre o projecto Bernacchi (Santa Monica): Wenceslão Bello, Aristides Cairo e Baptista de Castro.

5.^a Comissão—ofício Benedito Lichte, sobre arroz: Aristides Cairo, Silva Gandra e Jens Sand.

6.^a Comissão sobre o relatório viticultura na Itália: Aristides Cairo, Silva Gandra e A. Calaça.

O Sr. Presidente: submette a proposta à approvação da casa e, depois de aprovada, propõe os seguintes presidentes para essas comissões e os seguintes membros para preencher-lhes as vagas:

1.^a Comissão—syndicatos: presidente Wenceslão Bello, e para preencher as vagas dos Srs. Barão de Capanema e José Carlos de Carvalho, Sergio de Carvalho e Ignacio Tosta.

2.^a Comissão — fazenda da Peinha: presidente Baptista da Castro.

3.^a Comissão — impostos Interstaduais: presidente Sérgio de Carvalho; para completar o numero de cinco membros indica o Sr. Ferreira Jacobina.

4.^a Comissão — projecto Bernacchi: (Santa Monica): para auxiliar os trabalhos, eleva a cinco o numero de membros, propõendo para isso os Srs. A. Flalho e Silva Gandra; para presidente dessa comissão a directoria propõe o Sr. Antônio Flalho.

5.^a Comissão — ofício Benedito Lotte (arroz): para presidente Aristides Cairo.

6.^a Comissão — relatório viticultura (Italia): para presidente Silva Gandra.

Submetidas a votos, numa por uma, as propostas do Sr. Presidente são sucessivamente aprovadas, lembrando o Sr. presidente que, numa vez organizadas definitivamente essas comissões, esperava ouvir semanalmente em sessão os seus presidentes sobre o andamento dos respectivos serviços.

O Sr. Ferreira Jacobina: apresenta, em additamento a esta proposta, uma segunda, restabelecendo comissões dissolvidas e criando novas.

Proposta n.º 2. Proponho que a directoria nomeie as comissões necessárias para o prosseguimento dos seguintes trabalhos, há tempo interrompidos:

1.^a Regulamentação dos mercados para a pequena lavoura do Distrito Federal.

2.^a Organização do ensino agrícola no país.

3.^a Exame e modificação de tarifas e fretes das estradas de ferro.

Depois do disertada essa proposta, é unanimemente aprovada; e a directoria resolve nomear os seguintes senhores para formarem as respectivas comissões:

1^a, Ferreira Jacobina (presidente), Wenceslão Bello, Baptista de Castro, Sérgio de Carvalho e Silva Gandra;

2^a, Antônio Flalho (presidente), Dr. Christino Cruz, Wenceslão Bello, Sérgio de Carvalho e Ferreira Jacobina;

3^a, a comissão já nomeada para dar parecer sobre a questão de tarifas a que se reportou o pedido do Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro.

A directoria resolve ainda anexar à comissão nomeada para estudar o plano de culturas e serviços em geral da fazenda de Santa Monica, composta dos Srs. Antônio Flalho, Aristides Cairo e Wenceslão Bello (o que por um lapso não foi consignada na acta) a comissão que tem de dar parecer sobre a proposta Augusto Bernacchi.

O Sr. Sérgio de Carvalho: refere-se às vantagens que adviriam à Indústria de canna de usinhar si se introduzisse e se desenvolvesse no país o emprego do álcool como força motriz e na iluminação.

Essa questão foi estudada no Congresso de Agricultura e consignada novamente ainda nas conclusões da Conferência Assucareira.

Julga da maior conveniência, nesse sentido apresenta a respectiva indicação, — que a directoria da sociedade procure se entender com o Sr. director da Estrada de Ferro Central o Sr. ministro da Viação num de ver si se conseguiu que a iluminação dos carros, estações e mais dependências dessa ferrovia sejam iluminadas por meio das lampadas a álcool.

Com relação às estações talvez já não seja possível, pelo contracto estabelecido para a iluminação a acetileno.

O Sr. Ferreira Jacobina: não acha que o contracto para a iluminação a acetileno seja o impedimento para a instalação da iluminação a álcool da Central, mas sim o contracto pelo qual a companhia *Light and Power*, que actualmente está explorando as cachoeiras do Sapucaia, é obrigada a iluminar as estações dessa Estrada.

O Sr. Baptista de Castro: O Dr. Silveira Freire, sub-director da Central, pretende fazer encomenda de um motor a álcool de 3 HP e vai introduzir a iluminação a álcool na estação de Entre Rios, a título de experiência.

O Sr. Sérgio de Carvalho: seria também conveniente que o mesmo pedido que a directoria vai fazer ao Sr. ministro da Viação fosse ao Sr. ministro da Guerra relativamente à iluminação dos quartéis e outros estabelecimentos pertencentes a esse ministerio.

A directoria resolve aprovar a indicação apresentada pelo Dr. Sérgio de Carvalho, constituindo a respectiva comissão os Srs. directores que possam se reunir no dia designado — quinta-feira, 17 — para trair conferenciar com o Sr. director da Central o ministro da Viação.

O Sr. Baptista do Castro apresenta e justifica a seguinte indicação:

Tendo na devida consideração o estudo o projecto encerrado do Ilustre governador do Estado do Rio, o Exm. Sr. general Quintino Bocayuva, no tocante à crise por que está passando o principal produto da nossa cultura — o café — no que diz respeito ao nosso comércio de exportação, sendo esse produto, como é sabido, o principal artigo do permita de nossas relações commerciais internacionais, indica que esta sociedade nomeie uma comissão para estudar o plano apresentado o publicado no *Jornal do Comércio* e sobre o mesmo manifeste a sua opinião. — Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1902. — J. B. Castro.

E' aprovada a indicação e nomeada a seguinte comissão composta dos Srs. Baptista do Castro (presidente), Wenceslito Bello, Ferreira Jacobina, Silva Gandra e Aristides Caldeira.

O Sr. Serrado de Carvalho: lembra que em breve regressará a esta capital os companheiros e conselhos que foram tomar parte na Conferência Assunção, e que esta sociedade, por sua direção, deve ir recebê-los com linguagem (aprovado sem discussão).

Apresenta o enredo para lembrar também a conveniência de se estabelecer na Fazenda Grande da Penha um grande viveiro de plantas, arvores frutíferas e outras, para distribuí-las pelos agricultores, como meio de propaganda. Ideia que lhe foi sugerida pelo conselheiro Augusto Pereira da Fonseca.

A direção resolve estudar o assunto oportunamente.

O 1º secretario: traz ao conhecimento da direção que recebeu de seu mestre e amigo o Dr. Joaquim Cândido da Costa Senna um cartão mencionando o recebimento do ofício que lhe foi dirigido no sentido de se fundar uma sociedade de Agricultura Estadual em Belo Horizonte e comunicando que o *Mês das Geraes* do 12 deste mês insta em duas colunas uma notícia.

O Sr. Baptista do Castro: participa ter recebido do Dr. Costa Senna identica carta.

O Sr. 1º secretario: informa à direção que no *Jornal do Comércio* de 12 do corrente veiu estampado o contrato provisório celebrado pelo governo do Estado do Rio para as obras de dessecamento e saneamento da baixada do Rio de Janeiro, serviço cuja realização importa um considerável benefício para a lavoura desse Estado vizinho, que tem as suas terras alagadas em enormes áreas e que de dia a dia está vendo a inundação desses terrenos cada vez mais se alastrar invadindo os campos de cultura.

Indica que a sociedade envie um ofício ao Sr. general Quintino Bocayuva, governador do Estado, manifestando o seu appreço pela effectividade das referidas obras e fazendo votos para que esse serviço possa ser executado promptamente e sem interrupção.

E' aprovada a indicação.

No expediente foi lido o ofício do Club Agrícola de Batatas, dando parte da transversa, para o dia 21 do corrente, do Congresso Agrícola, que terá lugar na cidade de Ribeirão Preto. Sómente por esse ofício sobre da realização projectada do alludido congresso, que outro qualquer ofício anterior, atentamente ao assunto, não se recebeu.

Pelo que a direção resolve sobre o pedido de se fazer representar a sociedade nosso congresso, conforme consta do mesmo ofício.

Discutido o caso e não tendo a sociedade no Estado de S. Paulo, na cidade de Ribeirão Preto ou imediações, pessoa de intimidade, socio efectivo, a quem, sem obrigar a sacrifício, possesse commetter a incumbência de representá-la no certame em questão, e oferecendo-se para essa representação o Sr. director Ferreira Jacobina, o Sr. presidente e mais directores apoiaram o oferecimento e a direção resolve nomear esse conselheiro para o cargo de representante da sociedade junto ao Congresso Agrícola de Ribeirão Preto.

Antes de encerrar-se a sessão o 1º secretario distribuiu com os directores presentes o catalogo de sementes e plantas da Companhia Hortelã de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Sul, que a secretaria recebeu.

Nada mais havendo que tratar, encerram-se os trabalhos. — J. B. Baptista do Castro. — Wenceslito Bello. — João da Silva Gandra. — Dr. Philipe Aristides Caldeira. — Augusto Bernacchi. — Augusto Rimos (coronel). — Augusto Rimos. — Jacy Monteiro.

**Acto da 101^a sessão, 103^a do Directorio em 22 de Julho
de 1902**

PRUDÊNCIA DOS SRs. ANTONINO FLALHO E BAPTISTA DE GAIATRO

No dia 22 de Julho de 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Antonino Flalho, João Baptista do Castro, Wenceslao Bello, Domingos Sergio do Carvalho, Aristides Cairo, Augusto Ramos, coronel Augusto Ramos, Antonio Cândido Ferreira Paula, Augusto Bernacchi e Jacy Montolvo, é aberta a sessão.

E' lida e approvada a acta da sessão de 15 de Julho, depois de algumas observações do Sr. Presidente, Wenceslao Bello e Jacy Montolvo.

Pausa se à lectura do seguinte expediente :

Ofício do consul dos Estados Unidos da Venezuela no Rio de Janeiro, comunicando o recebimento do ofício desta sociedade, de 7 do corrente, e agradocondo :

Carta do presidente da Sociedade Rural Argentina, de Buenos Ayres, pedindo A Leitura ;

Ofício da Intendencia Municipal de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, pedindo somentes ;

Carta do Sr. J. B. de Barros Franco, Estação da Pedra do Rio, pedindo somentes do arroz ;

Carta do Sr. Francisco Azarias de Querroz Botelho, Caxambú, apresentando um additivo ao projecto Quintino, sobre a valorização do café ;

Ofício do Sr. Manoel Gulyão, Bahia, comunicando o que havia feito na conferencia assináriolo ;

Carta do Sr. Torquato Alves, cidadão do Pará, comunicando o bom êxito que teve o plantio da manigoba ;

Carta do Sr. Bromburg & Comp., chamando a atenção da sociedade para o decreto n.º 302, de 27 de dezembro ;

Telegramma do Dr. Iguaçú Tosta, Bahia, pedindo transferência da passagem para o representante de Sergipe.

COMMUNICAÇÕES E INDICAÇÕES DOS SRs. DIRECTORES

O Sr. Wenceslao Bello: - Fazendo parte de tres comissões, vem dar conta do ocorrido á cerca das mesmas comissões.

Relativamente ao pedido da antiga Ucharia, informa à direcção que a comissão respectiva esteve na Secretaria da Viação, em conferencia com o Sr. Dr. Leandro da Costa, que declarou que o Ministério da Viação desocupará a parte que ainda ocupa na antiga Ucharia, logo que o Corpo de Bombeiros desocupe também a parte em que se acha o respectivo posto.

Dali foi a comissão entender-se a esse respeito com o Sr. coronel Jardim, comandante daquele corpo, a quem comunicou o que ocorreu na Secretaria da Viação.

S. S. promptamente promoveu desalojar o posto de bombeiros, desde que obtivesse local competente para sua nova instalação.

Foi para esse fim lembrado o *Pedagogium*, pavilhão terreo, local que o Sr. coronel Jardim necessitava.

Tendo ido o Dr. Augusto Bernacchi, que faz parte da comissão, procurar o Sr. Dr. Xavier da Silveira, Prefeito do Distrito Federal, para tratar do caso, soube de S. Ex. que o edifício do *Pedagogium* acha-se todo ocupado, não sendo portanto possível a instalação aí do aludido posto.

A Repartição dos Telegraphos já desocupou a parte da Ucharia de que se estava utilizando.

Com relação à comissão dos syndicatos comunicou que já se iniciou a propaganda pela imprensa. No *Jornal do Commercio* já sahiram publicados alguns artigos e outros há prompts para serem dados à luz da publicidade. Os jornais do interior estão cuidando do assunto; e várias pessoas mesmo tem se interessado pela questão da propaganda da idéia dos syndicatos e cooperativas agrícolas.

Quanto à terceira comissão, da que é presidente, informa que recebeu resposta do Centro do Commercio de café do Rio da Janeiro aos quesitos que a comissão respectiva apresentara ao referido centro.

Pede convocação do conselho superior, como fôlego determinado, afim de, em reunião com a directoria, ser feita a leitura do parecer elaborado sobre a resposta do centro e se deliberar sobre as respectivas conclusões, para que possa esse parecer, conjuntamente com o primeiro já aprovado, ser remetido ao Sr. Ministro da Vlação.

A directoria dá-se por inteirada das informações prestadas; e, quanto ao ultimo pedido, feito pelo Dr. Wenceslao Bello, resolve convocar sessão do conselho superior para o dia 24, às horas da costume.

O Sr. Aristides Calre lê a seguinte comunicação relativa nos trabalhos da Fazenda Santa Monica:

Visitou a Fazenda do Santa Monica a 19 do corrente.

Ainda continua a seca, tendo já o fogo começado a devorar os pastos, como sucede anualmente nesta época, casnando a maior das vezes propositalmente por vadios.

Continua a lavra no campo de cultura do arroz, parte bastante humida.

Ainda se está destacando.

E' sensivel a diferença entre o trigo que foi irrigado e o outro; aquelle está viçoso, tendo-se manifestado o beneficio logo em seguida. Uma parte do outro parece perdida.

Sinto não ter levado também a água ao outro quartel de trigo; o que talvez ainda o faça se verificar que a despesa será pequena, sendo que servirá para as demais culturas futuras.

Consegue a ser condizido o estrume de curral para os campos de cultura.

Relativamente à utilização dos estrumes químicos, resolve a directoria que, embora não se tenha a analyse das terras da Fazenda do Santa Monica, sejam ellos empregados convenientemente, deixando-se sempre parte da cultura como pastão, conforme lembra o Dr. Aristides Calre.

O Sr. Aristides Calre: apresenta em seguida uma relação de sementes, bulbos e plantas que julga de grande utilidade serem introduzidos em nosso paiz e distribuídos pelos lavradores.

Pode nos concosco que Indiquei mais alguma planta de valor enjo nome fosse esquecido nessa relação.

O Sr. Presidente: ratifica o pedido do director das culturas. Essa relação deverá ser dirigida ao Sr. Ministro da Vlação, acompanhada de um ofício da sociedade justificando as vantagens da introdução dessas plantas em nosso paiz.

Quanto à despesa exacta a efectuar não se pode previamente determinar. Si algum dos Srs. directores tem a dizer sobre o caso, sor-lhe-ha concedida a palavra.

Accorda a directoria em que a relação de sementes e bulbos de plantas que a sociedade pretendo importar seja directamente remetida ao Sr. Ministro da Vlação, com um ofício justificativo, conforme Indicou o Sr. presidente, sem se determinar exactamente, o que não é possível, a despesa respectiva.

O Sr. Wenceslao Bello: Indaga sobre pedidos de importação de animaes de raça; si a sociedade não tem recebido pedidos dessa ordem.

O Sr. Jacy Monteiro: informa que há pedidos nesse sentido—não propriamente de animaes já encomendados, mas de pessoas que pretendem importal-os.

De animaes já importados recebeu a sociedade comunicação do Sr. João Baptista Lopes, que mandon vir da America do Norte porcos *Poland Chine*. Esse requerimento já foi remetido ao Sr. Ministro da Vlação, devidamente informado.

Quanto aos outros, serão remetidos á Secretaria da Vlação, para que conste o pedido feito.

O Sr. Presidente: em outra sessão já se referiu á necessidade que tem a sociedade de possuir catálogos de animaes de raça e reprodutores.

Lembra que o Dr. Sergio de Carvalho poderia obter excellentes catálogos dos criadores da Republica Argentina, onde tem amigos e pessoas de suas relações.

O Sr. Sergio de Carvalho: promete mandar esses catálogos. Aproveita a ocasião para lembrar que é forçoso discutir-se o plano de culturas da Fazenda Santa Monica.

O Sr. Aristides Calre:—O presidente da respectiva comissão ausentou-se da sessão por motivo de serviço da sociedade; pôde que se adie, mais num vez, a discussão do assumpto.

A directoria resolve adiar a respectiva discussão.

O Sr. Sergio do Carvalho: participa que já regressaram da Conferencia Assunçao e se acham nesta Capital o Dr. Ignacio Tosta e o Dr. Augusto Ramos.

Pede que a directoria determine o dia da sessão especial para receber seus Ilustres convidados.

A directoria resolve que a referida sessão especial seja realizada no sábado, 26.

O Sr. Augusto Bernacchi: pede informações sobre o que fez o assentado com relação ao diploma do Dr. Moura Brazil.

O Sr. Jacy Monteiro presta informações: está resolvido que o primeiro diploma distribuído, o n. 1, seja conferido no Dr. Moura Brazil. Resta resolver a dúvida se lhe será conferido o diploma do presidente honorário ou vice-presidente honorário.

Pelos antigos e plurífolios estatutos tinha a sociedade um presidente e dois vice-presidentes honorários, que eram respectivamente o Dr. Luiz Ferreira Barreto, que ainda o é, e os Srs. Frederico Albuquerque e Pedro Soares Caldeira, que já são falecidos.

Com o falecimento de Frederico do Albuquerque, que foi substituído no respectivo cargo honorário pelo Sr. Barreto de Caparéma, este, em sua modestia, pediu que dessa notícia não dessermos publicidade.

Conservou-se vago no depósito o lugar do benemerito brasileiro Pedro Soares Caldeira.

Os novos e fatuos não cogitam do assumpto; e a alguns dos últimos directores se afigurava que, tendo já a sociedade um presidente honorário, não parecia ter segundo, subsintendo só o assumpto, o Dr. Wenceslao Bello e outros directores justificarem a opinião que não importa o número de presidentes honorários, uma vez que o caso nos novos estatutos não ficou determinado. E propõe portanto que no Dr. José Cardoso de Moura Brazil seja conferido, na categoria do presidente honorário o diploma n. 1, da Sociedade Nacional de Agricultura.

Essa proposta é aprovada unanimemente e com aplauso.

O Sr. Augusto Bernacchi: lembra uma conversa que teve com o Dr. Wenceslao Bello acerca da Huncharia, na qual se tratavam meios de se efectuarem os concertos desse antigo edifício, entre outros o de angariar para esse fim donativos por meio de subscrições.

O Sr. Wenceslao Bello: essa indicação foi realmente categórica, não ficando nada assentado. Nessa mesma ocasião lembrou que seria talvez possível obter construtores capazes de fazer alguma dívida de seus serviços em benefício da propaganda. Até mesmo os materiais poderiam ser obtidos pelo preço do custo.

Pede que a indicação Bernacchi fique sobre a mesa para ser convenientemente estudada com os additivos que apresentem.

E' aprovado o pedido.

O Sr. Sergio do Carvalho: lembra o pedido feito pelo filho do Dr. Campos da Paz relativo à compra por alguns Estados da União dos exemplares do *Manual do Viticultor Brasileiro*, daquelle ilustre e devotado propagandista.

O Sr. 1º Secretario: ainda não tendo sido possível saber ao certo quais os Estados que já adquiriram exemplares do referido *Manual*, aguarda essas informações para então oferecer ao governo dos outros Estados.

O coronel Augusto Ramos: declara que está pronto para comparecer às sessões e prestar seus serviços.

O Sr. presidente agradece.

O Sr. 1º Secretario: traz ao conhecimento da directoria que não tendo podido seguir para Rio Preto, por motivo de força maior, o Sr. Ferreira Jacobina, representante da Sociedade, foi passado ao Congresso daquela cidade um telegramma dando conta do ocorrido e enviando saudações.

O Sr. Silva Gandra comunica que entregou ao Dr. Augusto Ramos a quantia de 200\$, que o mesmo Dr. Ramos adiantara ao Sr. Manoel Galvão.

O Sr. 1º Secretario: comunica que por um lapso deixou de incluir na acta do dia 11 a deliberação da directoria de se dar uma ajuda de custa de 200\$ ao Sr. Manoel Galvão, ao partir para a sua missão do Ir ao Norte colher dados sobre a safra.

E, estando adiantada a hora, encerra-se a sessão. — *Antônio Fialho*, — *Ignacio Tosta*, — *Wenceslao Bello*, — *Ph. Aristides Caire*, — *Jodo da Silveira Gandra*, — *José Baptista de Castro*, — *Augusto Bernacchi*, — *Augusto Leopoldo R. Camara*, — *Hector de Sá*.

. . .

Acto da 1928 sessão — 1906 da Directoria (especial) — em 26 de Julho de 1902 §

Em sessão especial, reoplui-se, no dia 26 de Julho do 1902 a Sociedade Nacional do Agronegócio, sob a presidência do Dr. Antônio Flávio, achando-se presentes os Srs. Ignacio Tosta, Augusto Ramos, Baptista de Castro, Weocedão Bello, Aristides Cairo, Sérgio de Carvalho, Jacy Montalvo, Raposo Câmara, Pedro Beltrão, Ferreira Jacobina, coronel Augusto Ramos, José Sand, Silva Gandra, Pereira Lima e outros membros da Sociedade.

O Sr. Antônio Flávio diz que convocara aquella reunião com o propósito de prestar homenagem a dois dos mais ilustres membros da Conferência Assucareira da Bahia, o Dr. Ignacio Tosta, dígnio presidente da Sociedade Bahiana do Agronegócio, e o Dr. Augusto Ramos, que se dignara de aceitar a missão de representar a Sociedade no setor daquela importante assembleia.

A Sociedade Nacional do Agronegócio sente o jubilo ao receber em seu seio os dois ilustres e esforçados propagandistas que conquistaram mais um título ao apreço e admiração de seus concetos pela correção com que desempenharam na respectiva missão, num colaborando esforço com a Sociedade de que é digno presidente para cibrá cumprimento do programa da Conferência Assucareira, outro defendendo e propugnando as medidas concretizadas nas instruções que a Sociedade confiou à sua solenidade e à sua competência.

Sandando os dois ilustres propagandistas, dava a palavra no Dr. Augusto Ramos para expor o ocorrido naquella assembleia, no que entende com as instruções e, em geral, com os trabalhos da Conferência.

O Dr. Augusto Ramos: começa por assinalar o éxito inenarrável da Conferência, que, pelo concurso lisonjeiro das classes interessadas na solução da crise, pela presença dos representantes oficiais dos Estados assucareiros e pela importância das resoluções adoptadas, avultará sempre como um dos mais notáveis acontecimentos da nossa vida económica.

O orador refere em traços largos o acolhimento ilogico e generoso que lhe foi prodigalizado na Bahia, graças ao seu ilustre governador e à gente ilustríssima Sociedade Bahiana que se esmerou em flores e homenagens do apreço aos seus hóspedes.

Diz que a Sociedade Bahiana do Agronegócio cumpriu desveladamente o encargo que lho cometera a Sociedade, mercê das estimulantes, do devotamento do seu dedicado presidente Dr. Ignacio Tosta, secundado por seus dígnos companheiros do directório, entre os quais lhe enaltece sedentiar o Dr. Rui Magalhães.

Das questões debatidas na Conferência Assucareira merecem especial menção a dos impostos interestaduais e intermunicipais a dos syndicatos agrícolas e a dos prémios de exportação.

Tratando da primeira das questões enunciadas, lembra a atitude elevada e patriótica assumida pelo Dr. Severino Vieira e diz que todos os representantes dos Estados bateram-se contra essas contribuições vexatorias e inconstitucionais e alguns fizeram declarações muito positivas.

Apresentaram-se diversos projectos sobre syndicatos, questão que assumia a maior preponderância no seio daquella assembleia, entre os quais um apresentado pelo Ilustre Dr. Joaquim Ignacio Tosta, que mereceu aclamação, não havendo opinião divergente sobre a matéria.

Com relação aos prémios, deve dizer que havia contra ellos prevenção manifesta de alguns conferencistas, tornando-se preciso ao orador, para o cumprimento das instruções que lhe foram confiadas, desenvolver o assumpto e explicar os intuiitos dos que reclamavam aquella providencia.

O projecto apresentado sobre o assumpto foi remetido à comissão respectiva onde, por circunstâncias justificáveis, foi demorado, sendo apresentado no penultimo dia de sessão.

Não tendo sido possível, pela urgência do tempo, estudá-lo convenientemente, lheou resolvido levar-o à sessão plena, que se prolongou até 3 horas da madrugada.

Approvedo, foi entregue a uma comissão de 16 membros, que já se achava constituída, e da qual foi destaqueada uma comissão especial de três membros, do que fez parte o orador; o respectivo parecer foi inserto nas lumíneas do Diário da Bahia, e será publicado em folhetos.

Pensa que os prejuízos só podem ter oportunidade no corrente anno; mais tarde não serão justificáveis.

Depois de estudar detidamente a questão diz que a Sociedade Nacional de Agricultura deve estudar e interceder junto aos governos estaduais em favor de sua adopção, nos termos propostos pela comissão ou em outros que o seu critério sugerir.

Passa a referir-se a excursão que com outros conferencistas realizou à zona do Rio Fundo, em Santo Amaro, e diz que voltou muito mal impressionado, quanto ao que viu na indústria existente.

A opinião a que se refere foi muito bem montada, porém nela se em completo abandono, com graves prejuízos dos lavradores da zona, sem dúvida nenhuma das mais férteis e faturáveis do município.

Descreve a situação do referido estabelecimento, que oferece aspecto verdadeiramente desolador e joga que com boa vontade em um ou dois meses se poderia transformar aquelle foco do infecção que é a usina do Rio Fundo, onde, além do estado lamentável em que se acham enrustidos apparelhos, só vê grande quantidade de canas totalmente perdidas, em sua fábrica poderosa capaz de remover ou atenuar as dificuldades com que luctam os operários, lavradores que vivem naquelas terras uberrimas.

Informaram ao orador que faltava não só a empresa cessionárla, sim também o seu comercial da praça da Bahia que arrendava a referida fábrica, garantida pelo Governo da União.

Lembra a necessidade de imediata combinação da União, do Estado e dos lavradores para salvar a usina que nunca teve falta de cana, que ainda alli se vê aos montes, porque a usina não há pôde morrer sem pagar.

Para o dho, é muito justo, que os lavradores tomem conta da usina para moer suas canas e declare que ellos pedem a intervenção da Sociedade Nacional de Agricultura para solver a situação milletiva em que se acham.

O Sr. Tosta: a companhia tem outra fábrica no Iguape, que há dois annos não moe, tendo causado nos lavradores o prejuízo de duas safras.

O Sr. Baptista de Castro: pensa que assim como o Governo tem resgatado estradas de ferro com garantias de juros, poderia também resgatar essas usinas.

O Sr. Tosta e Augusto Ramos: provavelmente é o que se dará.

O Sr. Augusto Ramos: voltando a tratar da Conferência assinareira, diz que foi proposta e aceita a reunião de uma conferência, em 1904, em Pernambuco, o que, no seu entender, será de grande alcance.

Houve idéias de se pedir auxílios directos ao Governo para salvar a mesma safra, attenta a situação desoladora da Indústria assinareira e a possíma organização comercial, chegando-se até a cobrar ao lavrador 30 %.

É lógico, porém, que o Governo não poderá adiantar dinheiro sem garantias e, portanto, não se pôde contar com esses auxílios.

O orador e o Sr. Courret, digno representante do Estado do Rio, e um dos mais afamados conferencistas propuseram que o Governo lançasse um imposto de 50 réis sobre o assucar masecav e 100 réis sobre o branco para os seguites fins: indemnizar os Governos estaduais que aborrram os impostos interestaduais, pagar os prejuízos e indemnizar o Governo da União da quantia que adiantasse aos lavradores.

O orador faz outras considerações sobre o ocorrido na Conferência Assinareira e entrega ao presidente da Sociedade Nacional de Agricultura a penha de ouro com que foram assignadas as conclusões da mesma conferência, oferta que fazia por seu intermédio a Sociedade Bahiana de Agricultura.

O Dr. Antonino Fialho: louva o esforço e o devotamento com que o Dr. Augusto Ramos desempenha a missão que lhe foi confiada e formula os mais elevados conceitos em relação ao Dr. Ignacio Tosta, Ilustre presidente da Sociedade Bahiana de Agricultura, a quem se devo em grande parte o brilho que teve a conferência assinareira da Bahia.

Pede ao Dr. Tosta, como presidente que é da Sociedade Bahiana de Agricultura, se digna manifestar suas impressões sobre a conferência assinareira.

O Dr. Ignacio Tosta: começa congratulando-se com a Sociedade Nacional de Agricultura pelo éxito da conferência, que assumiu as proporções de um grande acontecimento, encerrando todos de surpresa e constituindo um dos testemunhos mais eloquentes da iniciativa individual.

Assinala que, n'correr dos trabalhos da conferência, dominou sempre a mais carinhosa cordialidade, a mais perfeita identificação de vistos, não tendo

surgido algontamento nenhuma preconização regional, nem nenhuma distinção do norte e sul.

Chego à Bahia no dia 15 e no dia imediato reúni a directoria e o conselho superior da Sociedade Bahiana de Agricultura, tendo sido a alludida reunião assaz numerosa.

Reforço o que se passou com a aprovação do regulamento e regimento da conferência aceitos sem discussão e as sessões preparatórias n'quelle — os emblemas, cujos trabalhos correram com a maior regularidade, tendo sido eleito presidente da conferência o clérigo lavrador e distinto propagandista Dr. Paulino do Amorim Salgado.

Sem poder adiantar nenhuma constatação ao que expôz o Dr. Augusto Ramos em relação nos trabalhos da conferência, alludiria apenas a imaginação quanto dos impostos interestaduais e intermunicípios, salientando a atitude insinuante pelo Dr. Severino Viela e no entusiasmo que despertou o projecto sobre a matéria, o qual foi acalorado delirantemente.

As sessões da conferência foram concorridíssimas, comparecendo a algumas cerca de 500 pessoas. Os assuntos em discussão foram debatidos com a maior amplitude e com fino pratico, tendo sido instituída uma comissão executiva, escolhendo-as de quaisquer faltas para concretizá-las nas conclusões que, em breve, serão publicadas em avisos.

Todas as reuniões tiveram dependentes em sua execução da Sociedade Nacional de Agricultura.

Alludindo ao convenio sobre impostos interestaduais e intermunicípios, pensa que a Sociedade deve dirigir-se aos Governadores, pedindo-lhes querem assinal-o.

O secretario da Sociedade Bahiana de Agricultura vai extrair cópia de todos os documentos para remeter à Sociedade Nacional de Agricultura.

Os trabalhos da conferência foram stenographados e serão publicados em anexas.

Termina oferecendo a Sociedade Nacional de Agricultura uma photographia da comissão executiva.

O Sr. Sérgio de Carvalho; secretario geral, sauda, em nome da sociedade, os drs. Augusto Ramos e Ignacio Tosta, exaltando os serviços prestados à propaganda agrícola e, em particular, à Conferência Assucareira da Bahia e termina oferecendo-lhes, dous artisfios bouquets de flores naturais, respondendo o Dr. Ignacio Tosta.

O Sr. Sérgio de Carvalho; diz que é de toda a vantagem constituir-se no solo da sociedade uma comissão executiva, para velar pelo cumprimento das medidas votadas pela Conferência Assucareira, o que foi aprovado, sendo indicados os seguintes Srs. Antônio Fialho, Ignacio Tosta, Wenceslao Bello, Silva Mariz, Cornelio da Fonseca, Christino Cruz, Augusto Ramos, Sérgio de Carvalho, Emmanuel Courret, Baptista de Castro, Aristides Calre e Manoel Victorino.

O Dr. Augusto Ramos propõe que se conceda o título de socio benemerito à Sociedade Bahiana de Agricultura, sendo aprovado.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a sessão.

Antônio Fialho, — Wenceslao Bello, — Aristides Calre, — Ignacio Tosta, — Moraes Barros, — Sylvio Rangel, — Geraldo Dannemam, — Domingos S. Carvalho, — João da Silva Gandra, — Christino Cruz, — Alberto Jacobina.

.

Acta da 19^a sessão — 167^a de Directoria — em 29 de Julho — de 1902

PRESIDENCIA DO DR. ANTONINO FIALHO

No dia 29 de Julho de 1902, às 3^h, horas p. m., presentes os Srs. Antonino Fialho, João Baptista de Castro, João da Silva Gandra, Ignacio Tosta, Henrique de Sá, Aristides Calre, Augusto Bernarchi, Wenceslao Bello, Augusto Leopoldo Rapozo da Camara, J. G. Pereira Luna, Augusto Ramos, Silva Mariz, Christino Cruz, Demócrato Cavalcante e Jay Montelero, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

Deixa de ser lida a acta da sessão de 26, que, por muito longa, não foi possível transcrever em tempo para o respectivo livro.

E' adiada a Cultura do expediente.

São propostos e unanimemente aceitos como sócios efectivos os Srs. Dr. José Coelho dos Santos — S. Pedro de Itabipoca, coronel Nominato Porcelha da Silva — Esquiro Santo, coronel Micael Eugenio de Palva — Cachorro da Itapemirim, coronel Antônio da Silva Marins — Cachorro da Itapemirim, Dr. Augusto Leopoldo Raposo da Cunha — Natal, J. G. Pereira Lima — Rio de Janeiro, Pernambuco, Dr. Ignacio do Barros Barreto — Pernambuco, Bureau de Sozinho — Lins, Dr. Christino Cruz — Capital Federal, Dr. Heitor da Silveira — Capital Federal; Dr. Aristides Cairo — Bahiana de Agroicultura como socio benemerito.

O Sr. Wenceslao Bello: comunicar que foi, com os seus companheiros do comissão, entregar ao Sr. Ministro da Fazenda o parecer relativo à questão das tarifas diferenciais, motivada pelo requerimento do mesmo Sr. Ministro dirigido polo Centro do Commercio de Café do Rio de Janeiro, e que S. Ex. exponhamos nisto pediu que esse parecer fosse dado à publicidade.

O Sr. Aristides Cairo apresenta a seguinte comunicação sobre sua ultima visita á Fazenda do Santa Monica:

Fiz a visita á Fazenda no dia 25 p. p. Alinda não chovem. Continua a lavoura na parte humida e fazem-se roçadas nessa parte para facilitar a lavoura. Continua a extração de tócos. Continua o concerto da barqueta e limpeza do rego. Elizaram-se mais alguns pequenos concertos de ceras etc.

Resolvi mandar fazer o rego para irrigação do outro campo de trigo, com esperanças de que anha aproveito.

Lembro á directoria a necessidade de compras de novilhas para inicio da criação, nimas 15 ou 20, conforme o preço pelo qual podemos obter, não excedendo de 1:500\$000 a 2:000\$000, sendo que o capital empregado nesse sentido não tem risco de prejuizo, pelo contrário deve dar grandes juros.

Conforme tenho dito por vozes, o gado do serviço é insuficiente; precisava mais nimas 8 ou 10 juntas para regularizar o serviço, ampliando-o cada vez mais; mas não me animo a pedir por enquanto, atentando ao estado das finanças.

Contemporizemos por mais algum tempo a ver os meios de que poderemos dispor.

No dia 27 fui á Fazenda Grande da Penha, foi feita a monda do vinhedo conforme havia determinado, tendo-se gasto a quantia de 25\$00.

No proximo mês de agosto deve-se proceder á poda, devendo-se aproveitar os sarmentos para serem distribuidos em bacellos.

Relativamente ao pedido do vitelos para a Fazenda do Santa Monica, a Directoria resolvo commetter ao Sr. Director do Culturas a inembocia de as adquirir.

O Sr. Baptista de Castro: acha de todo justo o pedido que faz o Dr. Aristides Cairo para que a Directoria visite frequentes vezes a Fazenda do Santa Monica, principalmente na presente quadra, isto para a lavoura.

O 1º Secretario: traz ao conhecimento da Directoria que teve a honra de receber na Sociedade a visita do Sr. José Alexandrino de Oliveira, 1º oficial da Secretaria do Estado do Ministerio das Relações Exteriores, encarregado da revisão, publicação e distribuição dos Relatórios Consulares e Diplomáticos.

O Sr. Alexandrino de Oliveira veio pedir os Relatórios sobre viticultura e outros, remetidos á Sociedade, para serem publicados, sendo que o primeiro que saíra impresso sarà o Relatório sobre cultura e comércio de trigo nos Estados Unidos, devendo seguir-se o Relatório sobre viticultura na Suíça e assim os demais.

Alguns desses trabalhos pretendia a Sociedade incluir nos Annaes do Congresso de Agricultura, tanto que já tinha retirado as respectivas cópias. Uma vez, porém, que ellos vão ser publicados em folhetos para distribuição — tanto melhor que se adianta desse modo a tarefa.

O Sr. Alexandrino de Oliveira prometeu remeter á Sociedade varios exemplares dos Relatórios que fossem sendo publicados para que esta Sociedade os distribuisse.

Comunicou ainda o 1º Secretario que já regressou da Europa e acha-se nesta capital o Sr. Aranjo e Silva que com muita distinção ocupou o cargo de Consul do Brasil em varias cidades do velho e do novo continentes e que sempre mostrou amigo dedicado da Sociedade Nacional de Agricultura, que de S. S. recebeu sementes e informações preciosas.

Propõe que a Directoria mando cumprimentar e dar as boas vindas a esse Ilustre patrício.

A Directoria resolve incumbir dessa missão o Director 1º Secretario.

O Sr. Sergio de Carvalho: devendo realizar-se a primeira sessão da comissão executiva das conclusões da Conferência A sucarola, o não havendo mais assunto urgente da Directoria para ser resolvido, pede que se encerre a sessão, afim de se dar começo aos trabalhos da referida comissão.

E encerra-se a sessão. — *Antônio Mallo, — Wenceslao Bello, — Dr. Aristides Cairo, — Ignacio Tosta, — Manoel de Moraes Barros, — Sylvio Rangel, — Geroldo Dommemann, — João da Silva Gandra, — Christina Cruz, — Alberto Jacobina, — Domingos S. Carvalho.*

Acto da 108º sessão — 102º de Directoria — em 23 de agosto de 1902

PRESIDÊNCIA DO DR. ANTONIO MALLO

No dia 5 de agosto de 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Antônio Mallo, Joaquim Gomes do Aranjo Porto, Wenceslao Bello, João Baptista do Castro, João da Silva Gandra, Aristides Cairo, Domingos S. de Carvalho, Noves Armond, Carvalho Borges Junior e Jacy Monteiro, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

E' lido o despacho o seguinte:

EXPEDIENTE

Carta do Secretario do Departamento do Agricultura y Ganaderia do Montevideo, pedindo *A Lavoura*.

Carta do General Quintino Bocayuva, Presidente do Estado do Rio, agradecendo o oficio de felicitações que a sociedade lhe endereçara.

Oficio do Dr. Leandro da Costa, procurando saber si a sociedade recebeu qualquer proposta no sentido de fazer apresentar productos brasileiros na Exposição Industrial de Osaka, no Japão.

Oficio de Vicente de Aguiar Paiva, estação do Alegro, propondo os Srs. Dr. José Coelho dos Santos, Coronel Nominato Fernandes da Silva, Coronel Antonio da Silva Marins e Coronel Misael Eugenio de Palva para sócios efectivos da sociedade.

Carta de Casemiro Jorge, de Itabira, agradecendo o oficio n. 2085.

Oficio do Dr. Leandro da Costa, comunicando ter o Ministro da Viação mandado indemnizar o Sr. João Baptista Lopes da Importância do frote o seguro despendida com a aquisição de cinco porcos Polon Chine.

Oficio do Presidente do Conselho da Intendencia do Municipio do S. Miguel, Rio Grande do Norte, agradecendo a inclusão do nome da Manufpalidade na lista dos associados desta sociedade.

Projecto da Câmara Municipal de Catiguazes, sobre meios de debellar a crise produzida pela baixa dos preços do café.

Teogramma do Dr. Reis Magalhães, da Bahia, comunicando ter o Governador de Pernambuco declarado que promoverá a supressão dos impostos inter-estaduais e inter-municípios, desde que os demais Estados procedam igualmente.

Oficio do Engenheiro Firmino Alves Pereira, comunicando desistir, do dia 15 em diante deste, do arrendamento da caleira de Santa Monica.

Carta de João Hosannah de Oliveira, pedindo sementes para o Senador Antônio Lemos, Intendente Municipal de Belém, Pará.

Carta do João Vieira de Rozendo, Calçado, Espírito Santo, pedindo o auxilio moral da Sociedade para a venda de gengibre, que cultiva.

Carta de Apolonio Zenaides, Alagôa Grande, Paraíba, pedindo estacas de bambu e sementes de algodão.

Carta do Emmanuel Comrot, Campos, acusando o recebimento de um teleggramma o sciencificando que aqui se achará a 1 de agosto.

O 1º Secretario: comunica que foi cumprimentar o Sr. Araujo e Silva, ex-Consultor do Brasil em New Castle e actualmente Secretario da Associação Commercial do

Rio de Janeiro, o agraciar-lho os bons serviços que presta à sociedade, quer como Consul na Republica Argentina, quer na Europa - com o que mostram-se S. Ex. Imbuissamento penhorado. Comunicam outros sim que sómente agora conseguiu saber onde se achava residindo o Sr. Dr. Oliveira Baptista, ex Consul brasileiro em Valparaíso, a quem deve também uma visita por parte da sociedade.

O Sr. Sergio de Carvalho: refero-me à necessidade de se realizar uma exposição internacional de aparelhos a álcool nesta Capital, como já se tem feito em quasi todos os países avançados.

Discurso sobre o assunto; recorda o que a respeito ficou consignado nas conclusões do Congresso de Agricultura e da Conferência Agrícola. Declara que se pôde contar com o apoio do S. Ex. o Sr. Ministro da Viação, que já foi feita a mostra favorável à idéia.

O Sr. Baptista de Castro: e não podermos deixar de apelar para os poderes públicos, desde que se trate de um certame internacional.

Submetida à votação a indicação do Dr. Sergio de Carvalho, é aprovada, sendo então nomeada a seguinte comissão para levar a effeito a exposição dos aparelhos a álcool :

Sergio de Carvalho, presidente; Silva Gandra, Wenceslao Bello, Baptista de Castro e Joaquim Monteiro.

O Sr. Sergio de Carvalho: refero-me ao artigo ultimamente publicado pelo Jornal do Comércio sobre as crianças abandonadas, que por toda parte são encontradas diariamente nesta Capital, vendendo bilhetes de loterias e metade duzia de jornais, atraídas ao vicio e aos maus costumes.

Amparar essas crianças é praticar um acto de humanidade. Desde muito tempo honro a idéia de se criar na Fazenda da Santa Monica uma escola prática de agricultura, justamente para receber menores desamparados e aplicá-los aos trabalhos rurais, dando-lhes educação e ensino necessários, para que mais tarde podessem viver por si e serem úteis à sociedade.

Vêm, polo que acaba de expor, apresentar duas indicações à directoria, e que são as seguintes:

1.º Que uma comissão da Directoria vá cumprimentar a redação do Jornal do Comércio e manifestar os aplausos desta sociedade à redação desse periódico pelo artigo publicado em defesa das crianças abandonadas;

2.º Que seja estudado o caso da criação da Escola Prática de Agricultura na fazenda Santa Monica.

(São aprovadas ambas as indicações.)

Vem, por ultimo, trazer ao conhecimento da Directoria mais uma informação. Leu o relatório sobre o comércio de café na Espanha, que foi enviado à sociedade para delo ter conhecimento. É um trabalho bem feito, contendo ótimas informações. Julga de muita vantagem que se solleto do Sr. ministro a necessária permissão para ser publicado o alludido relatório. (Aprovado.)

O Sr. Antônio Flalho: comunica que dias antes de partir para a Europa, em comissão do governo o Sr. Dr. Dométrio Ribeiro, incumbido de fazer a propaganda do café brasileiro no velho continente, teve com S. Ex. diversas conferências sobre o assunto e a S. Ex. pediu que promovesse se entender com o Syndicato Central dos Agricultores da França, afim de ver se seria possível a propaganda do café por intermédio do referido Syndicato, do qual era associado à Sociedade Nacional de Agricultura.

Não tendo a sociedade, até a presente data, recebido comunicação alguma a respeito, julga de seu dever trazer ao conhecimento da Directoria esse facto, para que em não diga que a Sociedade de Agricultura não tentou a propaganda por mais esforço que estava a seu alcance.

O Sr. Aristides Cairo: comunica que na proxima semana vai se proceder à distribuição de bacelos de videiras e procede à leitura do que se segue:

Foi a visita sennanal a 2 de agosto.

Felizmente, nesta visita tive por companheiros, collegas de Directoria Dr. Baptista de Castro e João Gandra, e os deputados federais Drs. Ignacio Tosta, Christino Cruz, Silva Muriz e também o socio Nicolau Marcos, interessado no machilismo Xavier.

Os visitantes acharam a fazenda em excellentes condições, não só para um campo de demonstração prática, como também possuindo um estaleiro muito apropriado para nello ser adoptada uma escola prática de agricultura, ou pelo menos, um estabelecimento para receber meninos a serem educados para a vida rural.

Continua a socia. Fizeram-se mais algumas lauras e semearam-se adubos.

O machinismo Xavier não funcionou como era de esperar, devido à pequena velocidade, pelo que necessita aumentar-se numa das rodas do transmissor.

O Sr. Noves Armond: comunica que em setembro, conforme já anunciaram os jornais, deve-se realizar nesta Capital uma exposição de flores em benefício das *crianças* infantis. Pede à direção da sociedade, em nome da comissão organizadora desse certame, que envide todos os seus esforços para auxiliar o engrandecor a referida exposição.

O Sr. Antônio Pialho: agradece a comunicação. Transmite aos conselhos presentes o pedido do Dr. Noves Armond e promete enviar telegramas, com os seus companheiros da direção, em prol da exposição de flores.

E encerra-se a sessão.—Dr. Wenceslado Bello.—João da Silva Gandra.—Ph. Aristides Cairo.—Emmanuel Couret.—Moraes Barros.—Aristóteles Colaço.—Augusto Leopoldo R. da Câmara.—Augusto Bernacchi.

Acta da 200^a sessão — 168^a de Directoria — em 12 de agosto de 1902

PRESIDÊNCIA DO DR. ANTONINO PIALHO

No dia 12 de agosto de 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Wenceslado Bello, João Baptista do Castro, João da Silva Gandra, Manoel de Moraes Barros, Oscar Varady, Augusto Leopoldo R. da Câmara, Ph. Aristides Cairo, Heitor do Sá, Domingos S. de Carvalho, Napoleão Reys e Fábio Leal, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

Por não estarem promptas, deixaram de ser lidas as actas das duas sessões anteriores.

E' apresentado e lido o seguinte

EXPEDIENTE

Ofício do Dr. Leandro da Costa, comunicando ter o Ministro da Indústria e Viação deferido o pedido do José Soares Perotra, sobre importação de animais;

Ofício do Dr. Leandro da Costa, remettendo um aviso do Ministério do Exterior e uma nota da Legação Francesa sobre esterilinoto no comércio de aves;

Telegramma de Umbellino Gonçalves, presidente da Associação Commercial da Bahia, agradecendo a comunicação que lhe fôr feita;

Ofício do presidente da Associação Commercial do Maranhão, respondendo aos telegrammas e ofícios à mesma endereçados sobre os representantes na Conferência Assutreira;

Carta de Luciano José de Almeida, diretor da Escola Prática de Agricultura, Luiz do Queiroz, Piracicaba, pedindo *A Lavoura*.

Carta do Apolônio Zenaides, Alvaro Grando, Parahyba, pedindo reconhecer a amostra do feijão que remette;

Carta do Sr. Hannibal Porto, pedindo sementes para serem distribuídas aos lavradores do Estado do Amazonas;

Carta do Araripe José Villa Nova, pedindo sementes;

Carta de Francisco Azizias de Quelroz Botelho, comunicando que a Câmara de Caxambu associa-se a esta sociedade;

Cartão postal do bibliotecário Laminense, Lamim, agradecendo a remessa d'*A Lavoura* e de opusculos;

Telegramma do Dr. Reis Magalhães, comunicando constar nos esforços da sociedade em prol da lavoura do norte;

Carta do Club Caixelral do Livramento, agradecendo;

Carta do Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, pedindo informações sobre sua monografia apresentada ao Congresso de Agricultura;

Telegramma da Messia de Gusmão solicitando a cooperação da sociedade junto do Governo em favor da lavoura alagoana;

Telegramma do Antônio Bernardino, comunicando a instalação da Sociedade de Agricultura Paraibana;

Telegramma do Pedro Ligrampanti, comunicando terem seguido os bacellos;

Ofício do Napoléon Reys, pedindo que a sociedade consiga do ministro da Indústria e Viação transporte gratuito para 500 milhas do ouro e pôrtugus que tem de ir para o Conselho Distrital de Lameim;

Ofício do Napoléon Reys agradecendo a comunicação que lhe fora feita de ter sido aceito socio.

Em seguida o 1º secretário procede à leitura da informação prestada pelo Dr. Baptista do Castro sobre questões atinentes à exportação e comércio do gengibre, em resposta a uma carta sobre o assunto dirigida à Sociedade.

O Sr. Presidente: submette à discussão e votação a referida informação, que tem de ser dada com nome da Sociedade, sem lhe a mesma aprovada.

O Sr. Baptista do Castro: aproveita a ocasião para tornar a questão da propaganda do café brasileiro por intermédio do Syndicato Central dos Agricultores da França. Espera que dentro de pouco possam ser remetidas ao referido syndicato algumas amostras de café como o tempo foi pedido.

O Sr. Senador Moraes e Barros: a propósito da cultura e comércio do gengibre, vem lembrar outro produto a tratar do qual é cultivo e grande rendimento, cuja propaganda a Sociedade devia aconselhar; quor se referir as diversas variedades do araratiá, cuja goma ou turínia podia ser com vantagem exportada, encontrando facil mercado.

O Sr. Aristides Caire: traz todo o seu apoio à indicação do Sr. Dr. Moraes e Barros. Refero-se às experiências de cultura de algumas variedades de uraruta feitas na Fazenda de Santa Monica, com muito bom resultado.

A Directoria resolve aprovar a indicação do Dr. Moraes e Barros.

O Sr. Wenceslau Bello: lombra à Directoria que vai ser encetada a distribuição de bacelos de videiras e sementes de plantas nortistas, serviço esse que compete à secção do Museu, da qual é director, não obstante não estar ainda organizada a referida secção. Para poder dar execução a esse serviço, no que será conduzido pela secretaria, contorno o oferecimento que teve do Sr. 1º secretário, precisa que a Directoria o autorize a tomar pessoal si o caso exigir.

(E' concedida a autorização pedida).

O Sr. Oscar Varady: veiu secundar o pedido do Dr. Neves Armond, feito na última sessão, no sentido de enviar a Sociedade Nacional de Agricultura os seus esforços para o êxito da exposição de flores que se vai realizar nesta capital.

(A Directoria ratifica o que havia prometido ao Dr. Neves Armond.)

O Sr. Wenceslau Bello: refere-se à comissão nomeada para tomar posse da Ilhearia e dar as providências necessárias para a instalação da Sociedade nesse antigo edifício.

Dois dos membros dessa comissão, por motivos de força maior, tem estado impedidos de comparecer à Sociedade, não podendo dar cumprimento ao serviço que a mesma comissão compete.

E esse impedimento podendo-se prolongar, pole à Directoria que lhe dê mais um compêndio para o auxiliar nos passos que tem de dar para execução da missão que lhe coube.

Indica para o cargo o Sr. João da Silva Gandra.

A Directoria, aceitando as razões expostas pelo Dr. Wenceslau Bello, nomeia o Sr. João da Silva Gandra para fazer parte da aludida comissão.

O Sr. Jacy Montoiro: comunica que aguarda o parecer e respectivo projecto de um constructor, que lhe havia sido indicado, sobre as obras de adaptação a fazer no edifício da antiga Ilhearia, afim de apresentá-lo à Directoria. Até agora não mais compareceu à Sociedade o referido senhor.

O Sr. Aristides Caire apresenta a seguinte comunicação sobre a visita à Fazenda Santa Monica:

Fiz a visita no dia 7 p. p. Felizmente chover bastante nas noites de 2 para 3 e 5 para 7, humedecendo o terreno das montanhas, o que permitiu as lavras naquelas localidades, morros de Bom Sucesso, Pyreneos, Asilo e partes dos Alpes. Finalizou-se por esta vez o reparo da Banqueta, fez-se limpeza das valeltas, drenos, trabalhou-se na roda do engenho e fizeram-se concertos de semeadores, arados e grades.

O Sr. Baptista do Castro apresenta a seguinte proposta que é unanimemente aprovada:

Tendo a Sociedade Nacional de Agricultura, pela imprensa, notícia do falecimento do ilustre agricultor e violento, Adolpho Léo Teixeira, ocorrido na cidade da Campina, Estado de Minas Gerais, onde era morador há longos anos, e, acreditando devidamente os trabalhos desse operoso brasileiro, modelo do vir-

tudes e de uma constância que não é vulgar, pois conseguiu cerca de quarenta anos da sua existência à viticultura e vinicultura em Minas, obtendo prêmios em várias exposições pelos seus produtos vinícolas, encarregado ainda recentemente de ensaiar os fermentos selecionados e adquiridos pelo Estado de Minas, do que teve as provas esta Sociedade;

Proponho: que seja lançado em acta um voto de posseosa homenagem à memória do operoso agricoltor e vinicultor Adolpho Lion Teixeira; que se oficie à família do falecido pelo luctuoso acocelamento, fazendo votos para que sejam aproveitados os trabalhos legados pelo Ilustre morto aos seus descendentes que sabem, estamos certos, imitar os nobres exemplos de tão distinto varão.

Encerrasse a sessão. — Wenceslao Bello, — Aristides Caldeira, — João da Carvalho Borges Júnior, — João da Silva Gandra, — Augusto Hernachchi.

Acta da 201^a sessão — 189^a do Directorio — em 19 de agosto de 1902

No dia 19 de agosto de 1902, às 3 1/2 horas da tarde, presentes os Srs. Antonino Flávio, Wenceslao Bello, Sylvio Rungel, Aristides Caldeira, Ignacio Tosta, Moraes e Barros, Dr. J. J. Pizarro, João da Silva Gandra, Napoleão Reys, Christino Cruz, Alberto Jacobina, Jesus Sand e Sergio de Carvalho, o Presidente Dr. Antonino Flávio abriu a sessão, servindo de secretário, na ausência do 1º, o Sr. A. Jacobina 3º secretário.

Foram lidas as actas das sessões de 26 de julho e do 29 do mesmo mês e aprovadas sem discussão.

O Dr. Wenceslao Bello e Aristides Caldeira apresentam e é aceito socio o Dr. Benedito Raymundo da Silva.

Em seguida procede-se à leitura do expediente, finda a qual tem a palavra sobre assunto nesse contido o

Sr. Sergio de Carvalho: diz que a Sociedade não pode ser indiferente à questão dos impostos onerosos sobre o suco, que acabarão por exterminar essa indústria. Acha que a Sociedade deve intervir nesse assunto.

O Sr. Presidente: diz que a Sociedade procurará publicar a representação lida pelo Secretário e apresentá-la ao Congresso, caso o approve a Directoria, representação sua com apoio da Idéa.

O Sr. Ignacio Tosta: previne da necessidade de urgência, pois qualquer medida sobre o assunto só pode ser apresentada em 2^a discussão do orçamento da receita e essa discussão vai começar.

O Sr. Presidente: encarrega o Dr. Sergio de Carvalho de redigir a representação da Sociedade ao Congresso e compromete-se a apresentar a emenda.

O Sr. Wenceslao Bello: como presidente da comissão nomeada para dar parecer sobre o projecto Quintino, comunica que o trabalho está pronto. Lembra a necessidade de se o apresentar ao Conselho Superior conforme fez combinado. Pergunta à Directoria se é preferível ler em sessão ou publicar antes?

O Sr. Sergio de Carvalho: propõe a publicação previa com declaração de faltar a aprovação do Conselho Superior.

O Sr. Presidente: submette à aprovação e é aprovada a publicação prévia e, depois, resolve convocar o Conselho Superior logo após a publicação.

O Sr. Wenceslao Bello: comunica que, na qualidade de Lento da Secção de agronomia da Escola Polytechnica, aproveita a oportunidade na reforma do programa dessa escola para propor modificação no sentido de tornar mais atraente o útil o curso de agronomia.

Acha indispensável ao lado do ensino prático da agricultura no Brasil, a criação do curso científico para formar o pessoal capaz de interpretar scientificamente os fenômenos agrícolas e colaborar na administração agronómica do país.

Procurou o apoio da comissão da agricultura da Câmara o qual bem aceita a Idéa.

Pede ao Sr. Senador Moraes e Barros, presente à sessão, o seu auxílio no Senado.
(O Senador Moraes e Barros promete auxiliar.)

Continua dizendo que o método a seguir no programa não virá emparellhar com os cursos da Europa mas sim dar feição correspondente às nossas necessidades, simplificando a parte de engenharia e desenvolvendo a parte da agronomia do curso que é o seguinte mais ou menos:

1º anno, Physica, chimica inorgânica, sens processos de analyses, topo-

graphia, legislação de terras, principios gerais de colonização, desenho topográfico, planos cotados, curvas de nível ;

2º anno. Chimica organica, seus processos de analyse, mineralogia e geologia, botanica geral e systematica, cartas geologicas.

3º anno. Physica e chimica agricolas, zoologia geral e systematica, economia politica, finanças, desenho organographico ;

4º anno. Agricultura e sylvicultura, zootecnica e veterinaria, direito constitucional e administrativo, estatistica, contabilidade e suas applicações.

Haverá exercícios praticos para todas as cadeiras da applicação.

Os preparatórios são os mesmos que os do curso actual da Escola Polytechnica.

Este programma foi aprovado pola Congregação da Escola.

O Sr. presidente propôe um voto de louvor ao Dr. Belo.

O Sr. Sergio de Carvalho: faz considerações sobre a propaganda do café, lembrando a necessidade de convergir esforços de propaganda na Espanha. Fala sobre a cultura e preparo do fumo da Bahia e cacau, e propõe que a Sociedade peça ao Governador da Bahia contractar com Venezuela e Cuba pessoas capazes para ensinar nas fazendas processos de preparação para o cacau e o fumo.

O Sr. Aristides Calro lê a seguinte comunicação relativa à sua ultima visita à Santa Mônica :

Fiz a visita a 14 de agosto.

Continua a lavra no antigo pônar e encotou-se a 2ª lavra no campo que ficará pronto, para brevemente receber os remontes de milho e arroz. Preparam-se cantais para viveiros de videiras.

Concluiu-se a roda do eugênio. Foram removidos para a Sociedade distribuir 12 sacos de arroz em casca, seleccionado, para planta, das quatro variedades.

Lê também o relatório que foi encarregado de fazer para distribuição dos bacellos, do teor seguinte : «Quasi todas as castas de videiras pogam bem, plantados os bacellos de pé franco, mas quem já tiver videiras communs, melhor será oxertar as boas variedades próprias para vinho e mesa.

O plantio só pode ser feito no proprio lugar em que tem de ficar definitivamente ou, sendo em grande quantidade, a plantação em viveiros facilitará o trato.

Em qualquer dos casos deve-se preparar convenientemente o terreno, mobilizando e estrumando com esterco do curral bem curtido, cal e cinzas e até mesmo adubos químicos, entre os quais a escoria Thomaz.

Deste modo preparado, quasi todo terreno presta-se ao cultivo da videira, menos os lugares sombrios e humidos. Convirá regar e cobrir as plantas se houver muitos dias de sol.

Se os bacellos chegarem um tanto secos será bom deixá-los de molho em agua ou areia hidratada, durante 24 horas antes de plantar ou oxertar.

Para as videiras do luxo deve ser preferido o enxerto em porta-garfo (cavalo) das mais resistentes, taes como as *Rupestris*, *Riparia*, algumas hybridas como a *Campos da Paz* e *Rupestris Paulista*, o quo facilita o desenvolvimento e fructificação.

Logo que os brotos ou pampanos tonham 0^m,10 a 0^m,15 convém fazer-se o tratamento preventivo das molestias cryptogamicas (ferrugens) por meio de pulverizações com soluções eópicas do acetato bibasico de cobre a 1/2 por cento, isto é, 50,0 para 10 litros d'água (Dr. Pereira Barreto) ou com calda bordaloza, borgonhosa ou outras formulações recomendadas pelos autores.

Estas pulverizações, feitas com apparelhos especiais como o pulverizador do Vermorol e outros, devem ser repetidas de 8 em 8 dias, principalmente si o tempo correr chuvoso.

Mais tarde, na occasião da fructificação, convirá fazer as pulverizações com enxofre.

Os maiores conselhos e detalhes sobre o cultivo da vinha podem ser obtidos consultando o livro do Dr. Campos da Paz «Manual do Viticítor Brasileiro» ou o Catalogo do Estabelecimento Agrario de Pirituba, onde vêm os conselhos dados pelo Dr. Pereira Barreto ».

Discriminação do expediente lido :

Ofício do Ministro da Indústria e Viação autorizando a Sociedade fazer encomenda do súlfato argilaúna e soja, e remeter a comissão do Açude do Quixadá.

Ofício do Dr. Leandro da Costa devolvendo a conta do açucar e do álcool enviados ao Prata para propaganda, e pedindo a mesma em duas vias ;

Telegrama do Presidente da Sociedade Sergipana de Agricultura agradecendo o esperando o concurso desta Sociedade em prol da lavoura ;

Telegramma do Presidente do Clube Agrícola do Barreiros comunicando ter sido aprovada a Indicação Estadual;

Telegramma do Vivatros, membro do Syndicato Agrícola de São Luiz do Maranhão, agradecendo os serviços desta Sociedade e dando instruções sobre a cotação do azeite;

Carta do Dr. Alberto Diniz Junqueira sabendo se a Sociedade se incumbiu de adquirir animais;

Telegramma do José Bezerra congratulando-se com esta Sociedade e comunicando a inauguração da iluminação a álcool da cidade de Nazaré;

Ofício do secretário da Associação dos Empregados no Commercio agradecendo a Sociedade contra os impostos interestaduais;

Telegramma do Presidente da Associação Commercial do Natal comunicando não existir associação agrícola;

Cartão postal do Luiz Job pedindo sementes de trigo;

Carta do Virgílio de Abreu pedindo instruções sobre o cultivo do trigo;

Carta do Coelho Cunha & C. de Istudo d) em contraste da cachaça;

Carta do José Theotonio Pacheco pedindo bacellos e videiras, mudas de canas e sementes;

Ofício do presidente da Associação dos Agricultores do município de Vassouras comunicando a sua instalação;

Ofício do secretário da Sociedade Bahiana de Agricultura pedindo o auxílio da Sociedade em favor da representação dos lavradores do fumo.

E nada mais havendo a tratar encerra-se a sessão.

Em tempo: O Sr. Jacy Monteiro comunica que esteve na sede da Sociedade o antigo consócio e excelente companheiro José Ribeiro Bastos de Freitas, que, tornando a residir fixamente nesta Capital, veio oferecer seus serviços.

Wenceslão Bello, — Dr. Ph. Aristides Caire, — João de Carvalho Borges Junior, — João da Silva Gandra, — Augusto Bernacchi.

Acto da 202^a sessão — 120^a da Directoria — em 26 de agosto de 1902

PRESIDENCIA DO DR. WENCESLÃO BELLO

No dia 26 de agosto de 1902, às tres e meia horas p. m., presentes os Srs. Ignacio Tosta, Domingos Sergio de Carvalho, Wenceslão Bello, José Ribeiro Bastos de Freitas, Aristides Galiza, João da Silva Gandra, Aristides Calro, Augusto L. R. da Camara, Manoel de Moraes Barros, Emmanuel Courto, Augusto Ramos, Augusto Bernacchi e Jacy Monteiro, assume a presidencia o Dr. Wenceslão Bello e declara aberta a sessão.

Foi lido e despachado o seguinte

EXPEDIRANTE

Telegramma do Dr. Susviela Guarech, agradecendo e fazendo votos pela prosperidade da Sociedade;

Ofício do Governador do Amazonas pedindo sementes;

Convites do Ministro das Relações Exteriores solicitando da Sociedade o seu comparecimento à transladação e exequias aos diplomatas chilenos;

Ofício do Dr. Loandro da Costa remetendo o aviso do Ministério do Exterior acompanhado de uma nota da Legação Francesa sobre enjôo conteúdo pede parceria da Sociedade;

Ofício do Presidente da Sociedade Estadual do Agrícola do Paraná, comunicando favor dado a maxima publicidade ao telegramma e pedindo sementes;

Telegramma do Presidente Municipal de Guarapuã pedindo autorização para encaminhar um pedido de sementes e animais;

Ofício da Associação Commercial de Macaé, respondendo ao telegramma de 10 e dizendo confirmar no exato da Conferência Assucareira;

Circular do Director secretario da Associação Commercial de Macaé, comunicando a posse da nova directoria;

Carta de Antônio do Magalhães, pedindo A Lavoura;

Carta do Sr. Augusto Roberlo Wallerstolm Paes, acusando o recebimento de um telegramma, lembrando a conveniencia de um campo de demonstração na zona em que se acha o a Ida do Dr. Sergio de Carvalho para verificação da mesma zona;

Circular de Adolfo Lopes Vilela, pedindo o auxilio da Sociedade na Exposição de Flores;

Carta do Modesto do Aranjo Lacerda, partilhando a proxima fundação de uma Sociedade Agricola e pedindo *A Lavoura*;

Carta do Barão do Suassuna, agradecendo a remessa da *A Lavoura* e a inclusão do seu nome na lista dos sócios;

Cartas de Vicente do Aguiar Paiva, pedindo instruções sobre o cultivo do trigo e propondo sócio;

Carta do Dr. Alviro Perolra Jorgo, pedindo informações sobre o modo por que deve agir para obter o diploma de sócio fundador da Sociedade;

Carta do Cesario Cartaxo pedindo um catálogo de sementes e de animais da raça;

Carta de R. E. Ferreira de Carvalho devolvendo as provas da sua monographia;

Cartão de Camandoinha Campos, enviando um jornal onde se lê um estudo sobre *Empetrum Robundianum*;

Carta do Carlos Manoel de Jesus, acusando o recebimento de impressos e agradecendo;

Ofício de B. Piquet Carneiro, comunicando enviar o ofício n.º 18, de 21 de março endereçado no Ministro da Vinção sobre pedido de sementes;

Ofício do Inácio J. de Almeida, agradecendo a remessa de impressos desta Sociedade;

Ofício de Joaquim Henrique Costa Rois, pedindo bacellos de videiras;

Ofício do Dr. Elias Antônio do Moraes, pedindo bacellos de videiras;

Ofício de Vicente Ferreira do Moraes, pedindo bacellos de viola;

Carta da família Bernacchi, agraciando.

O Sr. Aristides Cairo le a seguinte comunicação relativa à sua ultima visita à Fazenda de Santa Monica:

Visitou a Fazenda a 21 do corrente. Continua a lavra no pomar; está se procedendo à 2ª lavra no campo.

Procede-se a capina à encadada em parte da várzea do Vassouras onde existem muitos tócos e não pode ser feita a machuma.

Começou-se a abrir as covas para plantar o café no morro. Plantou-se manjericão, quantidade de manjúva que ocupou mais ou menos dous hectares de terreno.

No dia 22 visitou, em companhia do Dr. Wenceslão Bello, o Horto Vinte e da Fazenda Grande e deu-se começo à pôla, de modo a poder-se aproveitar para grande numero de exertos que devemos fazer na proxima sexta-feira, das melhores, sendo de todas as melhores variedades que temos.

Os porta-garfos estão em excellentes condições. Lembro a conveniencia de experimentarmos em Santa Monica para o serviço do arados, cavalos e para isso poderímos aproveitar aquelles julgados inutilizados para o exercito e que são vendidos muito barato; nesse sentido deveríamos nos entender com o Ministro da Guerra.

Approximando-se a época da reunião do Conselho Municipal devemos ir lembrar ao Sr. prefeito a inclusão no orçamento da verba para a Fazenda Grande da Penha.

O Sr. Silva Gandra: comunica ter comprado com os seus companheiros de comissão as exequias realizadas na Catedral no dia 23 por intenções dos ministros e secretários chilenos.

O Sr. Wenceslão Bello: a propósito dessa comunicação lembra que a Sociedade Nacional de Agricultura tem no Chile varios sócios honorários e correspondentes, aos quais não foram feitas as respectivas participações por não estarem promptos os diplomas da sociedade; numa vez, porém, que estes estão agora prontos, pede que sejam quanto antes extraídos os diplomas dos sócios chilenos para serem remetidos aos seus destinatários. (É aprovado o pedido.)

O Sr. Aristides Cairo: lembra à Directoria que será conveniente nomear-se uma comissão para se entender com o Sr. prefeito do Distrito Federal acerca da Fazenda Grande da Penha.

A Directoria nomeou para essa comissão os Srs. Drs. Aristides Cairo, presidente; Wenceslão Bello e Augusto Bernacchi.

Encerram-se a sessão. — *Baptista de Castro*, — *Wenceslão Bello*, — Dr. Aristides Cairo, — *José da Silva Gandra*, — *Domingos S. de Carvalho*, — *Augusto Bernacchi*.

**Acto da 203º sessão - 121º de Directoria - em 22 de setembro
de 1902**

PRÉSIDENTIA DO DR. WENCESLAO ALVES LEITE DE OLIVEIRA BELLO (2º VICE-PRESIDENTE)

No dia 2 de setembro de 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Wenceslao Bello, presidente; Aristides Cairo, João Baptista do Castro, João da Silva Bandra, Augusto Bernacchini, Carvalho Borges Junior, Domingos S. Carvalho, Hector do São B. Jacy Montelot, assumo a presidencia o Dr. Wenceslao Bello, 2º vice-presidente, e declaro aberta a sessão.

São lidas e aprovadas as actas das sessões de 12 e 19 de agosto.

E' lido e despachado o seguinte:

EXTRATO

Ofício do Governador do Estado do Pará pedindo que a Sociedade aquirá um reprodutor de boa raça para tração;

Carta do Dr. Olyntho do Magalhães pedindo a sociedade a distribuição dos relatórios consulares;

Ofício do 2º Secretário da Câmara dos Deputados pedindo informações sobre o projecto Quintino, relativo à valorização do café;

Ofício do Dr. Leandro da Costa pedindo informações sobre o assunto da carta que remette ao professor D. J. Hansen, da Academia de Agricultura em Bonn sur lo Rhein;

Carta do Dr. Leandro da Costa pedindo ao presidente para assinar duas contas;

Ofício do Presidente da Assembleia Constituinte de Campos louvando a Sociedade na campanha contra os impostos interestaduais;

Ofício do Secretário da Sociedade do Agricultura Alagoana comunicando ter sido proclamado socio benemerito esta sociedade;

Ofício do Secretário da Sociedade de Agricultura Paraibana comunicando a sua instalação;

Carta de Pedro Ligament explicando a dúvida que havia sobre a remessa de bacellos;

Carta de José Libânia de Sonza, pedindo instruções sobre máquina de mondar arroz;

Ofício de Eduardo da Silva Aranjo pedindo plantas, árvores frutíferas, etc;

Carta de Antônio José Pereira Junior pedindo instruções sobre qualidade do gado vacuno;

Telegramma de André Maria Pinheiro agradecendo e comunicando haver telegraphado ao Presidente da República pedindo para auxiliar a lavoura;

Carta de Napoleão Reys, pedindo sementes;

Carta de Bocceiro Badaro pedindo sementes;

Cartão de Antônio Joaquim Oliveira e Costa remetendo a anuidade da Intendência Municipal de S. Miguel do Pau Forro;

Ofício de Lourenço José de Santiago pedindo um cabrilo de raça;

Carta de Aluísio Accioly comunicando o recebimento de diversos números da *A Lavoura*.

O Sr. Serviço de Carvalho: a propósito do ofício do Sr. Ministro da Viação remetendo para informar uma requisição do professor J. Hanson, relativa as medidas tomadas em nosso país para o aperfeiçoamento das raças de animais e respectivas estatísticas, sempre lembrar que, desde muito tempo, a Sociedade Nacional de Agricultura tem se esforçado para que sejam criados os cargos de veterinários nesta Capital e nos Estados; e ainda ultimamente essa questão foi apresentada e discutida no Congresso de Agricultura que formulou em uma de suas conclusões a necessidade da criação da polícia sanitária, sob a direção do projecto veterinários para esse fim contractados pelo Governo, bem como insistiu na necessidade da estatística do gado em toda a República, com força obrigatória,

sob pena de multa, promulgando-se para esse fim a respectiva lei. Sabo que em São Paulo já se iniciou o serviço do veterinário; fóra daí nada mais se ha feito.

O Sr. Helton do Sá em São Paulo, além do estudo feito na Escola Polytechnica, na cadeira respectiva, da qual é professor o Sr. Robert Hottinger, que já está em exercício, existe o estudo incluído na ese da Agricola de Piracicaba.

O Dr. Hottinger já fez exercícios com alunos no interior, para colher elementos sobre a febre aphtosa e outras epizootias, e na escola de Piracicaba também pratica destes estudos para alunos.

Há intuito igualmente por parte do Governo da criação de postos zootecnicos. Todas as publicações a respeito para orientar os interessados são feitas pelo Boletim da Agricultura, órgão mensal da Secretaria, e composto por todos os empregados do serviço agronômico de Campinas e dos Inspectores de Agricultura.

No mesmo tempo há publicações anônimas sobre todos esses assuntos, como um último sobre a febre aphtosa, feito pelo Dr. Gormano Veart.

Importa também a Secretaria *seram* antipestoso do Stuttgart, para o carbunculo e o rongot dos porcos.

A Directoria resolve nomear a seguinte comissão para estudar o assumpto e oficiar ao Sr. Ministro da Viação:

Drs. Sergio do Carvalho, Augusto Bornacchi e Aristides Cairo.

O Sr. Jacy Monteiro: tendo se reembido, na sessão passada, em que foi lido, idêntico ofício do Sr. Ministro da Viação relativo a um pedido de Informações sobre o emprego dos açacharimetros no comércio do assucar, e não se havendo nomeado a respectiva comissão para responder ao caso, pelo que a Directoria o faça na presente sessão.

São nomeados para essa comissão os Srs. Jacy Monteiro (presidente), Dr. Aristides Cairo e Silva Gandra.

O Sr. Sergio do Carvalho: refere-se com muitos encorajamentos à reforma do curso de agronomia da Escola Polytechnica elaborada pelo Dr. Wenceslao Bello e cujo programa foi apresentado ainda em uma das nossas últimas sessões.

Indica que a Directoria da Sociedade oficie à Congregação da Escola Polytechnica aplaudindo a idéa da alludida reforma.

O Sr. Augusto Bornacchi: se é considerada a referida reforma como obra feita, intangível, aprova a indicação do Dr. Sergio do Carvalho; se é aberta a discussão sobre essa reforma, tem idéas assentadas a respeito e modificações a propor, principalmente quanto à seriação das matérias do curso.

O Sr. Presidente: a reforma do curso de agronomia tinha que obedecer ao programa geral da escola e às cadeiras existentes. Julga não ser caso de discussão, nem esse intuito teve a indicação do Dr. Sergio do Carvalho.

Submetida à votação, é aprovada a indicação do Dr. Sergio do Carvalho.

O Sr. Sergio do Carvalho: pensa que a Sociedade deve se congratular com a presença do Ilustre conselheiro Dr. Helton do Sá, Inspector de agricultura do Estado de São Paulo, na sessão da Directoria.

Nenhum outro Estado comprehendeu tão perfeitamente o assumpto agrícola o progresso que se tem ali notado em matéria de agricultura, o desenvolvimento dos vários serviços agronómicos, em grande parte é devido aos esforços dos inspectores da agricultura.

Sauda o Dr. Helton do Sá e o Estado de São Paulo.

O Sr. Helton do Sá: agradece penhorando as palavras generosas do Dr. Sergio do Carvalho, e sente-se verdadeiramente satisfeito por ver que são com justiça reconhecidos os serviços que o Estado de São Paulo tem despendido em prol da agricultura.

O Sr. Presidente: comunica que na ausência do Dr. Antônio Fialho e do Dr. João Baptista de Castro foi conferenciar com o Sr. Ministro da Viação relativamente às obras que a Sociedade pretende iniciar no edifício da antiga Huchuria, para a instalação do Museu de agricultura e as demais dependências da Sociedade.

No mesma ocasião pediu a S. Ex. que se dignasse attender ao requerimento do Sr. Napoleão Reys, que sollicitava o transporte gratuito do quinhentas mudas de eucalyptus para a cidade de Lameiri, em Minas Geraes, ao que S. Ex. prometeu attender.

Assinou ainda um ofício dirigido ao Sr. Ministro da Fazenda acompanhando um requerimento no qual o Sr. Felisberto Freire, de Alagoas, pedia isenção de direitos para a importação de uma bomba de irrigação e respectivo motor.

A Directoria approva os actos praticados pelo Dr. Wenceslao Bello.

O Sr. Aristides Cairo lô a seguinte comunicação relativa à sua ultima visita à Fazenda da Santa Monica.

Visitou à Fazenda no dia 27 de agosto p. p. Continham as lavras nos campos e na vagem do pomar. Continham a abrir as covas para plantio do café.

Nos logares já preparados, a tubulação com escoria Thomaz, começou; Impeza de drenos, extraíndo capim de Angola.

Capinou-se o trigo. Continua o dessecamento nos campos ns. 5 e 6. Fizeram-se reparos nos instrumentos aratários.

Durante o mês fui visitar por vezos o Horto Videolo da Ponta, sendo a de 22 com o Director, Dr. Wenceslao Bello, dando-se princípio à pôda.

A 29 foi, além do Dr. Bello, o Director João da Silva Gandra, dando-se comoço à enxertia de boas qualidades.

Está se procedendo à cerva um pouco profunda, de modo a se extraír toda a grama miúda que existe em quantidade, para enjoroso chamei possam extraír ordinário.

Dos sementes podadas vieram para a Sociedade 4.000 bacellos do Herbemont de 0^m, 50 e foram remetidos outros tantos para a Fazenda Santa Monica.

O Sr. Heitor de Sa: communica que está prompto a mandar todas as publicações pertencentes à Secretaria de Agricultura de S. Paulo, o que fará de muito bom grado.

A Directoria aceita e agradece.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a sessão. — *João Baptista do Castro.* — *Aristides Cairo.* — *Ignacio Tosla.* — *Augusto Bernacchi.*

Acta do 200º sessão — 172^a de Directoria — em 19 de setembro de 1902.

PRESIDENCIA DO DR. ANTONINO FIALHO.*

No dia 19 de setembro do 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Antonino Fialho, João Baptista do Castro, Aristides Cairo Augusto Bernacchi, Wenceslao Bello, Domingos S. do Carvalho, João da Silva Gandra e Jacy Montolvo, o Sr. presidente declara aberta a sessão.

E' lida e aprovada a acta da sessão de 26 de agosto.

Passa-se à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Carta do Presidente da Sociedade Rural Argentina convocando esta Sociedade a assistir a Exposición Nacional y Feria;

Carta das famílias Petermann e Schuller, Gembloux — Belgica, comunicando o falecimento de Mr. Dr. Arthur Jules Petermann;

Ofício do Dr. Leandro da Costa pedindo informações sobre o assunto do documento n. 2.292 de 1902, da Secretaria da Viação;

Ofício do Dr. Leandro da Costa comunicando haver o Sr. Ministro da Viação tomado conhecimento dos requerimentos dos Srs. Rodolfo do Abreu, Arthur Torres e J. Modesto Leal;

Ofício do Dr. Leandro da Costa comunicando ter o Sr. Ministro da Viação concedido autorização para fazer oncommoditys de sementes;

Ofício do Sr. Presidente do Governo Municipal de Guarapary accusando o recebimento do telegramma em que se autorizava o encaminhar dos pedidos de sementes para esta Sociedade;

Ofício do Presidente da Associação Commercial do Maranhão comunicando a publicação do telegramma que lhe fora enviado;

Ofício do Presidente da Sociedade de Agricultura Parahybana envlando à Sociedade uma representação dirigida ao Presidente da República contra as novas tarifas da Estrada de Ferro Conde d' Eu;

Ofício da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco comunicando a remessa do diploma de socio benemerito conferido a esta Sociedade;

Telegramma da Associação Commercial do Natal agradecendo e pedindo informações sobre a entrada dos vapores do Lloyd no porto do Natal;

- Carta de M. da Silva Pontos, Consul Geral do Brasil em Lisboa, remettendo um boletim da Direcção Geral da Agricultura do Portugal ;
- Carta do 1º Secretario do Instituto da ordem dos Advogados Brasileiros agradecendo a remessa d' *A Lavoura* ;
- Circular do Presidente da Sociedade Comercial Beneficente do Pernambuco comunicando a posse da sua Directoria ;
- Circular do Presidente da Sociedade Sergipana de Agricultura comunicando a instalação solene da Sociedade ;
- Telegramma do Presidente da Sociedade Sergipana de Agricultura comunicando a proxima instalação da mesma e convidando esta Sociedade a fazer-se representar ;
- Circular do Presidente da Sociedade F. Paladinos da Domocracia pedindo jornaes e opusculos ;
- Carta do secretario da Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro comunicando a remessa de uma cópia da representação dirigida pela Associação à Camara dos Deputados sobre a creação de um registro especial para documentos elvis ;
- Telegramma de Vileiros, membro do Syndicato Agrícola do Maranhão, julgando desatendida a reclamação feita, visto não ter o Banco da Republica providenciado conforme prometido o Dr. J. Martinho ;
- Carta do Napoleão Reys pedindo sementes para o Sr. Francisco Pereira Ferraz ;
- Carta do padre Henrique Mourão pedindo bacellos de videiras ;
- Carta do Dr. Francisco M. Sodré Pereira agradecendo as condolências que se lhe transmittiram ;
- Memorandum do James Andrew junior pedindo que se lhe indique onde se encontra um trabalho do Dr. Pereira Barreto, sobre forragem ;
- Carta do João do Prado Jordão acusando o recebimento de bacellos de videiras e agradecendo ;
- Carta de Antônio Augusto Maia perguntando se a Sociedade aceita o offerecimento feito para fornecer videiras e sementes de forragem ;
- Offício do Dr. Modesto Aranjo Lacerda enviando uma Chorographia resumida da Comarca do Alto Rio Doce ;
- Carta de Francisco Azarias de Queiroz Botelho pedindo bacellos de videiras e sementes e indagando se a Sociedade pôde encarregar se da importação de dons suínos ;
- Carta do Ednardo da Silva Frangt offerecendo à venda sementes de jaraguá e de gordura róxo ;
- Carta do Francisco Paula Braga pedindo bacellos ;
- Carta do Bundello Joaquim Nogueira pedindo bacellos ;
- Carta de Jaegher comunicando ter recebido os bacellos e pedido publicações ;
- Carta do Dr. von Ihering offerecendo à *A Lavoura* um artigo sobre as « abelhas sociais indígenas do Brasil » e pedindo informações sobre a apicultura nos Estados do norte ;
- Carta de Sebastião Luiz Wanderley pedindo jaraguá ;
- Offício de João Xavier de Barros pedindo um cavalo de raça Inglesa ;
- Carta do A. Henault pedindo resposta às cartas do 18 de abril e 13 de junho ;
- Offício de Amílcar Savassi pedindo bacellos e *A Lavoura* e comunicando que das sementes de sorgo enviadas parte vingou ;
- Carta de J. Martin remettendo 50 sacos de jaraguá ;
- Carta de Fernando Mello pedindo bacellos de videiras, sementes de forragens e mudas de árvores frutíferas ;
- Carta do Dr. Aristoteles Calaça comunicando a remessa de 3.860 bacellos ;
- Cartão do Dr. Ignacio Testa, agradecendo ;
- Carta do Albuquerque Cavaleante remettendo um vale postal na Importância de 3'8, para sua amaldiçao e joia ;
- Carta do Francisco Xavier Carnelio de Albuquerque pedindo sementes ;
- Carta de Manoel Montalvo pedindo bacellos ;
- Carta de José Bonifácio agradecendo os bacellos remetidos ;
- Carta de Francisco José Monteiro Bastos pedindo sementes ;
- Carta de Carlos Rezende acusando o recebimento da carta e indicando a residência da Exma. Sra. sua Mão ;
- Carta de João Francisco de Assis pedindo sementes ;
- Telegramma de Leandro Díaz esperando providências solicitadas na Conferencia Asunciareira ;

Carta do Apolônio Zenaidos pedindo um casal de galos sul-só, ração Schwitz;
 Carta do Dr. Sylvo Rangel pedindo Jaraguá;
 Carta do José Theophilo Carnelio pedindo sementes;
 Carta do Ignacio Rabolho pedindo sementes.

Com relação à representação dirigida pelo Presidente da Sociedade do Agriculatura Parahybana ao Sr. Presidente da República, por Intermédio desta Sociedade, a Directoria resolvo ir em comissão dar cumprimento ao pedido.

O Sr. Antônio Fialho: traz ao conhecimento da Directoria ter sido procurado pelo Sr. Dr. Nilo Paganini, Deputado federal, que na qualidade de membro da comissão de orçamento, lembrara-se de propor à Câmara a passagem da Escola Quízico do Novembro para a Fazenda Santa Mônica, com os mesmos favores que até agora gosa aquella escola.

O Sr. Sorgio de Carvalho: a esse respeito comunica que tendo tido ciência de que na Câmara se ia apresentar proposta nesse sentido, veiu à Sociedade procurar o Sr. Presidente para conferenciar a respeito. Tendo podido niente antecipar conversar com o Dr. Wenceslão Bello, que encontrou na sede da Sociedade, e nalguns momentos, voltou logo à Câmara e falou ao Dr. Nilo Paganini apoiando a idéia, sob condições que em nome dos companheiros da Directoria apresentou.

O Sr. Wenceslão Bello: na qualidade do presidente das comissões da Directoria da Sociedade, vê dar conta do andamento dos trabalhos dessas mesmas comissões:

1.º Da comissão dos syndicatos agrícolas: essa comissão está organizando, auxiliada pelo Dr. João Baptista do Castro, uma coleção de tipos de café brasileiro, para remetter ao Syndicato Central dos Agricultores do Brasil;

2.º Da Comissão da Hidráulica: esse próprio nacional ainda se acha ocupado pelo Corpo de Bombeiros, que ali tem Posto.

O Sr. Silva Gandra: foi entender-se a respeito com o Sr. Coronel comandante do Corpo, o qual prometeu remover esse posto logo que fossem iniciadas as obras no alludido predio.

O Sr. Dr. Leandro da Costa: declarou também que removeria o depósito de papéis que ali se acha quando as obras começasse.

Pediu ne sa occasião que a Sociedade reservasse no referido predio um pequeno comodo para servir da Agência de Imigração, que actualmente está funcionando em um pequeno escriptorio alugado pelo Governo. Ao Sr. Dr. Leandro da Costa declarou ser possível satisfazer esse pedido, que traria ao conhecimento da Directoria.

(A Directoria aprova satisfazer o pedido.)

Já foram convidados alguns construtores para que apresentem os seus projectos e orçamentos, do acordo com as indicações ministradas pela Sociedade, quanto ao numero de compartimentos, suas dimensões relativas etc.

O Sr. Aristides Caire: tendo o Sr. Senador Benedito Leite remetido à Sociedade, para que informasse, um questionário sobre a cultura do arroz, do cuja resposta foi incompleto, o não podendo dar cumprimento a essa incumbência sem que lhe fossem prestadas certas informações sobre o mesmo questionário, pediu ao Sr. Benedito Leite as referidas informações. Aguarda a resposta do S. Ex. para cumprir o trabalho de que foi incumbido.

O Sr. Silva Gandra: comunica que se acha atrasada a escripta da Sociedade. Pede que a Directoria o autorize a contratar um guarda-livros para pôr em dia a escripturação.

(A Directoria autoriza o Sr. Thesouro a chamar possor de sua confiança para o referido serviço de escripturação das contas da Sociedade.

O Sr. Wenceslão Bello: de acordo com a autorização que teve da Directoria, da Sociedade a emitir o pessoal strictamente necessário para o serviço de distribuição de sementes e plantas. Chamon para esse serviço os Srs. Acetoly Monteiro e Leovegildo Pires Simões que, auxiliados pelo pessoal da Secretaria, já tom feito distribuição de grande numeros de bacelos de vidouras, plantas e sementes.

(A Directoria aprova o acto praticado pelo Dr. W. Bello, adquirindo pessoal para o serviço de distribuição de sementes, plantas etc.)

São propostos e aceitos como sócios efectivos desta Sociedade os Srs. Dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, Manoel Gonçalves Correa, Bento Angusto Cruz, Major Miguel Antônio Bruno, Major Firmino Dias Toste, Capitão Gonçalo M. de Figueiredo e Dr. José Caetano Rodrigues Horta.

O Director de Culturas: visitou a fazenda nos dias 4 e 12 do corrente mês.

Continua a segunda lavra nos campos que estão prompts a receber sementes, esperando a chuva.

Faz-se a limpeza das valeltas, a extração do capim de Angola.

Encetou-se a plantação de videlras em vivero. O trigo está espigando, porém, em um dos campos está sendo alçado do ferrugem.

Na visita do 12 verifiquê estar se procedendo à abertura das covas para cafta.

Plantou-se numa boa porção de tubérculos de Inhame, em os logaros humildes.

Continuou o mesmo serviço, removendo o quelmando, depois de seco, o capim de Angola, que tem sido difícil de extinguir.

Terminou-se o plantio das videlras e fizera-se alguns enxertos.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão. — *João Baptista da Castro, — Domingos S. de Carvalho, — Dr. Ph. Aristides Calro, — João da Silva Gandra,*

Acto da 200^a sessão — 17^{as} de Directoria — em 30 de setembro de 1902

PRESIDÊNCIA DO DR. J. B. DA CASTRO

No dia 30 de setembro de 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. João Baptista da Castro, Augusto Bornacchli, Jens Sand, Aristides Calro, Domingos S. de Carvalho, Ignacio Tosta e Jacy Montolivo, é aberta a sessão.

E' lida e aprovada a acta da sessão de 2 de setembro.

Passa-se em seguida à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Cartão do Ministro do Chile agradecendo os cumprimentos;

Carta do Dr. José de Saldanha da Gama agradecendo o ofício quo a Sociedade lhe endereçara;

Ofício do Dr. José de Saldanha da Gama acusando o recebimento do ofício quo lhe fôr dirigido e agradecendo o diploma de socio honorário;

Cartão postal do Dr. Jawodry pedindo os estatutos desta Sociedade;

Carta de Antônio J. Ribeiro pedindo bacellos de videlras e sementes;

Carta de Hidfonso Monteiro Barros pedindo bacellos de videla e sementes;

Carta do Francisco de Paula Motta pedindo bacellos de videla e sementes;

Carta de Fortunato Pereira Campos pedindo informações sobre o preço do gado lanígoro e caprino;

Carta de Antonio Gomes Lelte dando informações sobre a safra do assucar;

Carta de Sergio Ivo pedindo sementes;

Carta de Carlos da Silva e Souza pedindo bacellos de videlras;

Crenlar de Laemmert & Comp. remettendo um bolotim para inscrições no seu almanak.

Carta do Moinho Ingloz oferecendo 50 saccos do trigo;

Carta de Antonio Cláudio da Fonseca pedindo sementes e árvores frutíferas.

Requerimento de Joaquim Gilmerio Dantas Blão pedindo transporte de um touro do Estado de Minas para o da Bahia

Carta de Antonio C. Dantas pedindo instruções sobre a melhor máquina para extinguir formigas.

Carta do Dr. Aristoteles Calaça remettendo a conta dos bacellos pelo mesmo fornecedor.

O Sr. Augusto Bornacchli: teve notícia, pelos jornais, de que se acha enfermo o Sr. Dr. Antônio Augusto da Silva, Ministro da Viação. Vem por isso propor que seja nomeada uma comissão para, em nome da Sociedade, fazer uma visita a S. Ex.

O 1º secretario: informa que S. Ex. o Sr. Ministro acha-se restabelecido o que a Directoria enviou em tempo a S. Ex. um cartão de visita, fazendo votos pelo seu restabelecimento.

O Sr. Augusto Bernacchli: pede continuar com a palavra para tratar de maiores assuntos. Reforço se no passamento do grande vulto Emilio Zola, que à humanidade prestou inestimáveis serviços e à sociedade em geral: propõe quo se lance em acta um voto de pesar e quo no mesmo sentido se oficie ao Sr. Ministro da França nesta Capital. (Aprovado.)

Em seguida apresenta um resumo da seção editorial do *Correio da Manhã* de 21 de setembro, no qual, a propósito das vantagens que se apregoam de um preparado contra a extinção da saúva, denominado *Parmicida Schomaker*, o declara dispensável a intervenção dos poderes públicos, reclamada para o caso ainda há pouco pela Sociedade Nacional de Agricultura.

O Sr. 1º secretário: vem justamente ao encontro de uma reclamação que tinha em mente apresentar, a comunicação que temia de fazer o Dr. Augusto Bernacchini. Além da publicação a que S. S. se referiu, a *Gazeta do Notícias*, na 1ª página do seu número de 4 deste mês, chamando a atenção dos agricultores para um artigo do Sr. Rodolpho Schomaker, inventor do *Parmicida Schomaker*. Insere que no momento em que a Sociedade Nacional de Agricultura pede intervenção dos poderes públicos, etc. Quer o que publica o *Correio da Manhã*, quer a informação da *Gazeta do Notícias* não se refere de modo algum à Sociedade Nacional de Agricultura.

Expõe-se o facto pela teimosia do Sr. Ennes do Souza em usar o alias do nome desta Sociedade; essa tal sociedade a que se referem os aludidos jornais é a suposta associação (7) da qual só diz presidente porpetuo o Dr. Ennes do Souza e sob o nome da Sociedade Nacional de Agricultura o *Jornal do Comércio* de 26 de agosto último publicou na seção *Associações* uma notícia de uma sessão phantastica, presidida pelo Sr. Ennes do Souza; no dia 11 do setembro, na *Gazetinha*, estampa uma representação do Dr. Ennes do Souza dirigida à Comissão Legislativa da Câmara dos Deputados do Estado de S. Paulo, como si o fôra pela Sociedade Nacional de Agricultura; no dia 19 do corrente publica outra notícia de uma sessão do Sr. Ennes do Souza com o título Sociedade Nacional de Agricultura.

No *Correio da Manhã* de 20 do corrente mês do setembro, o próprio Sr. Ennes do Souza, em um artigo assinado, a propósito de uma publicação editada em folhetos e na impresa baiana em 1885, escreve que essa publicação foi reeditada na *Lavoura*, boletim da Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira que (diz S. S.), «tenho a honra de presidir desde a sua fundação, em 16 de Janeiro de 1897».

Não tem qualificação semelhante procedimento: depois de lavrada a sentença unânime da Corte de Apelação, que confirmou o fato da Câmara Civil, condenando o Sr. Ennes do Souza na ação judicial que lhe moveu a Sociedade.

Arrogantemente, menosprezando a lei, o Sr. Ennes do Souza ilheu-se com objetos e dinheiros que lhe não pertenciam, não pagou sequer as custas do processo, que perdeu, e, ainda hoje, dois anos depois da sentença da Corte de Apelação, insiste em se apropriar do nome desta Sociedade.

A nossa longanimidade tem limites: propõe que se publique um protesto formal contra esse abuso do Dr. Ennes do Souza. (Approvedo unanimemente, sem discussão.)

O Sr. Aristides Caldeira a seguinte comunicação relativa à Fazenda de Santa Monica:

Visitai a fazenda a 29 do corrente. Tendo chovido bastante durante a semana, plantou-se milho nos morros e arroz nas planícies.

Plantaram-se mais quatro carroças de maniva de aiplim no morro destinado à plantação de café.

Sonecou-se capim jaragua nos morros queimados. Concertaram-se cercas. O trigo sulfatado molturou consideravelmente o está espigando. Fizeram mais serviços de lavra e gradagem.

Verificou-se que com mais água, aumentando a velocidade, a máquina Xavler funciona muito melhor, pelo que temos que aumentar as caixas.

O Sr. Sergio do Carvalho: propõe que se faça em acta um voto de profundo pesar pelo falecimento do eminentíssimo brasileiro Dr. Silviano Brandão, cujos mortos enaltece. Em segunda refere-se à digna atitude do Dr. Christino Cruz na Câmara dos Deputados, interessando-se pelos assuntos que dizem respeito ao progresso do país e, ultimamente ainda, apresentando um projecto de criação de um novo ministério — o da Agricultura. (Ambas as propostas são unanimemente aprovadas.)

O Sr. Baptista do Castro apresenta e justifica a seguinte proposta que é aprovada:

Considerando o alcance que terá a orientação eminentemente prática e altamente patriótica que se inicia no governo actual do Estado de Minas Geraes, com a convocação de um congresso que se reunirá em Belo Horizonte, sob o appello do Exmo. Sr. Dr. Francisco Sales, Presidente do Estado, ao qual serão chamados a comparecer os Srs. agentes executivos de todos os municípios do vasto território mineiro;

Considerando ainda tal reunião como promissora do mais fecundo exemplo do que o de reunir, digno de ser generalizado, no patriótico empenho de apertar os laços da nossa federação, corrigindo-se os desfôtos de uma malofixa compreensão da autonomia municipal, prolongamento do mesmo vínculo entre os próprios Estados da União Federal, cujos resultados tanto fôrem a afrouxam os laços da União Nacional nas relações sociais e económicas entre nós:

Considerando ainda que o Exmo. Secretário das Finanças do Estado, Sr. Dr. J. C. de Miranda Ribeiro, Ministro da Corte de Apelação e nosso consócio, incumbiu-se de formular à Sociedade Nacional de Agricultura o pedido de todos os trabalhos elaborados por ocasião do Congresso de Agricultura e os da Conferência Assmenvoira, na Bahia, assim de lhe serem expedidos para Belo Horizonte, no inquirível e não menos patriótico intuito de promover a fundação das associações agrícolas locais, que viriam a elevar o movimento em prol da organização dos syndicatos agrícolas, por cuja realidade tanto nos esforçamos, sancionada que seja a tal correlata, em elaboração no seio do Congresso Federal;

Considerando, finalmente, a relevância de tão assignados serviços, que nos fazem anguciar seguras esperanças de emancipação e fortaleza, derivadas da união solidária dos agricultores em torno dos seus mais legítimos interesses e justas reivindicações, tudo impulsionado também pelos poderes competentes, na parte que a cada um couber interpor;

Propomos que a Sociedade Nacional de Agricultura, em ofício assinado pelos membros da sua Directoria e mais consócios presentes, manifeste os seus mais sinceros aplausos ao governo do Estado de Minas Geraes, nas pessoas dos Exmos. Srs. Drs. Francisco Sales e Antônio Carlos de Andrade, pelas patrióticas iniciativas já referidas, oferecendo os seus serviços para a consecução do tão elevados intentos, si a essa grande obra for chamada a cooperar, além de satisfazer o pedido formulado pelo Exmo. Sr. Secretário das Finanças do Mias.

Sala das sessões, 30 de setembro de 1902. — *José Baptista de Castro.*

O Sr. Sérgio do Carvalho: aprovoita a occasião para mais uma vez lembrar a necessidade de se publicarem os *Anais do Congresso de Agricultura*. Para esse serviço foram apresentadas, conforme presume, duas propostas. Convém estudá-las e decidir o caso.

O Sr. Presidente nomea os Srs. Sérgio do Carvalho, Silva Gandra e Jacy Monteiro para, em comissão, estudarem estas propostas, apresentando o respectivo laudo para ser disentido e votado em sessão da Directoria.

O Sr. Presidente: informa que o Sr. Dr. Ignacio Tosta recebeu do Sr. Teul uma importante comunicação escrita sobre questões attinentes à fabricação do assuar. Essa comunicação enio original estava escrito em Inglês, já se achou traduzido; e essa tradução, que apresenta, julga de vantagem ser publicada na imprensa diária desta Capital.

O Sr. Augusto Bernacchini: pede informações à directoria sobre o que se ha deido com relação à Fazenda Grande da Penha.

O Sr. Aristides Cairo: a esse respeito traz ao conhecimento de sons companheiros de Directoria que a comissão nomeada para conferenciar com o Sr. Prefeito do Distrito Federal, depois de haver dirigido a Sua Ex. um ofício, foi a Prefeitura; nesse mesmo dia pedia demissão do cargo do Prefeito o Sr. Dr. Xavier da Silveira.

O Sr. Presidente: pensa que a mesma comissão deve entender-se a respeito de sua missão com o novo Prefeito, o Sr. Coronel Leite Ribeiro.

O Sr. Augusto Bernacchini: refere-se à criação do serviço municipal de bromatologia e veterinaria nesta Capital. Faz sinceros votos para que os bons intentos do Conselho Municipal e creando esses serviços, sojam coroados do melhor exito.

O 1º Secretario: a respeito da criação dos cargos de veterinários, sempre informa à Directoria que a Sociedade Nacional de Agricultura tendo, desde muito tempo, insistido na necessidade de se ter nesta Capital veterinários diplomados, profissionais capazes de prestar reaes serviços no exame das vacas de leite e dos animais de corte destinados à alimentação publica, dirigiu um ofício ao Sr. Prefeito lembrando a vantagem de se mandar contractar no estrangeiro veterinários seniores de sua profissão, técnicos perfeitos, à semelhança do que fez o Estado de São Paulo, com efectivo proveito.

Mal sabia a Sociedade Nacional de Agricultura que já estavam nomeados os veterinários para os lugares criados.

Em seguida é apresentado, lido e aprovado o parecer da respectiva comissão sobre o invento de bomba hidráulica do Sr. Fausto Pedreira Machado.

Encerram-se os trabalhos, — João Baptista de Castro, — Wenceslado Bello, — Dr. Ph. Aristides Cajre, — Sylvio Rangel, — João da Sílea Gandra, — Domingos Sérgio de Carvalho.

Acta da 210^a sessão — 12.º do Directorio — em 2º de outubro de 1902

PROLIFERACIA DO DR. ANTONINO FLALHO

No dia 7 de outubro de 1902, às 3 ½ horas p. m., presentes os Srs. Antonino Flalho, João Baptista de Castro, Ph. Aristides Cajre, Jens Sand, João da Silva Gandra, Napoleao Reys e Jacy Monteiro, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

São apresentados e aceitos como sócios efectivos os Srs. Dr. Raul Franklin, Reydner do Amaral, Secretário de Legação, e Coronel Jesuíno da Silva Mello, Director do Instituto Benjamin Constant.

E' lido o seguinte

EXPLDIENTE

Carta do Dr. Leandro da Costa agradecendo as condolências quo lhe foram dirigidas;

Carta do Dr. José Caruso Macdonald pedindo sementes;

Projecto do João Maria da Silva Lutz, de tarifas sobre cereais, vinho etc.

Carta de Domingos da Silva Lopes comunicando a remessa de jornaes onde voiu o seu plano sobre valorização do café;

Carta de Napoleão Reys pedindo sementes;

Telegramma da Associação Commercial do Magéas protestando contra o aumento de tarifas do Lloyd e pedindo o apoio desta sociedade;

Carta de Wladimir Motta, pedindo sementes e agradecendo a remessa do publicações;

Carta do Dr. Bonifácio Castro propondo para socio o Sr. José Barbosa Seuna;

Ofício do Carlos Prates enviando folhetos sobre silvicultura sobre a lei n. 333, do Estado de Minas;

Telegramma da Sociedade do Agricultura Alagoana pedindo providências sobre o aumento de fretes no Lloyd;

Carta do Dr. Theodoro Peckolt agradecendo o diploma de socio honorario;

Telegramma do Angelo Rozelli comunicando a chegada àquele porto do vapor *Planeta* e agradecendo;

Carta de Manoel Marcellino de Mello remetendo um pedido de animais e um atestado de idoneidade;

Carta de Alberto Rangel remetendo a mensagem do Governador do Amazonas e pedindo a *Lavoura*;

Ofício de Julio Celso de Albuquerque Bello comunicando a eleição da nova Directoria;

Ofício do Presidente do Governo Municipal de Guarapary pedindo sementes para lavradores cujos nomes constam de uma relação annexa;

Carta de Bernardo da Silveira pedindo instruções sobre o meios de fazer um pedido relativo à aquisição de animais;

Telegramma de Amorim Salgado pedindo a intervenção da Sociedade junto do Governo para que sejam concedidos favores iguais aos da Campos;

Telegramma do Fernando Werneck requisitando dons sacos com batatas;

Carta de J. C. Rodrigues agradecendo;

Cartão postal de Jerônimo Pinto;

Carta do José Bonifácio enviando um pedido de animais e sementes;

Ofício de Joaquim J. R. Oliveira Júnior pedindo instruções sobre a maneira de encaregar um pedido de animais;

Carta de Décio Borges pedindo sementes para diversos lavradores e comunicando a proxima organização de um syndicato agrícola;

Carta de Gonçalo M. de Figueiredo agradecendo a sua inclusão entre os sócios desta sociedade;

Carta do Hampshire & Comp. pedindo informações sobre a época da exposição dos apparelhos a álcool.

O Sr. Sergio do Carvalho: continuando a Sociedade Nacional de Agricultura a receber diariamente reclamações das associações agrícolas do Norte contra o agravamento das tarifas do Lloyd, pensa que se faz mister ir a Directoria desta Sociedade se entender a respeito do caso com os Srs. Directores do Lloyd e o Sr. Ministro da Indústria e Viação.

Passando a tratar do outro assumpto, lembra a conveniencia de não se declarar nas notícias para a imprensa o nome dos signatários das propostas apresentadas e aprovadas em sessão, para tornar bem patente o carácter de collectividade que nos reino e anima, e afastar a presunção de personalidade que sempre condenamos; convém mais que tais notícias ou comunicados sejam dados sempre em nome da Directoria ou da Sociedade unicamente.

(Ambas essas indicações são aprovadas unanimemente.)

O Sr. Antônio Flávio: comunica que recebeu na Sociedade a visita do Dr. Silva Freire, Sub-Director da Estrada do Ferro Central do Brasil, o qual lhe ofereceu um bom elaborado trabalho concorrente à Indústria das aplicações do álcool.

Podendo ter o Dr. Silva Freire levado esse trabalho à imprensa, que de bom grado o publicaria, como houve até pedido, ficou ironicamente ponderado com a bondade do S. S. em preferir trazer directamente o alludido manuscrito à Sociedade Nacional de Agricultura, que muito agradeceu.

Pensa que por seu turno a Directoria deve agradecer ao Dr. Silva Freire o subsídio que vem prestar à questão do álcool. (Aprovado.)

O Director de culturas: tem recebido de alguns lavradores servidos pela Leopoldina, varias reclamações contra o serviço dessa ferro-via. Mais de uma vez tem-se entondido a respeito do caso com o Sr. Barrow, que o tem recebido sempre com todas as atenções e delicadeza, prometendo attender ao que fôr de justiça e estiver ao seu alcance.

Traz outrossim ao conhecimento da Directoria que o Sr. Marechal Ministro da Guerra, com quem se entendeu a respeito, está pronto a ceder à Fazenda de Santa Monica alguns cavalos que não se prestam mais ao serviço do Exército.

Em seguida apresenta duas propostas para o arrendamento da caleira da Fazenda de Santa Monica: a dos Srs. Manoel José Marques & Comp. e a dos Srs. Gustavo Valle, Porto Junior e Vieira de Freitas.

(Lidas e discutidas essas propostas, a Directoria resolve aceitar a dos Srs. Manoel José Marques & Comp. e rejeitar a outra.)

Por último, lê a sua communicação sobre a visita à Fazenda de Santa Monica: «Visitei a Fazenda a 4 de outubro.

Continuando as chuvas regularmente, tem se plantado milho e arroz e continua-se a ultimar o preparo dos terrenos para o plantio do cereais, passando o semeador de torrões Croskill e em seguida a grada.

Está-se benelcerando o café.

Mandei para a Fazenda mudas de diversas gramíneas — gramas do Pernambuco, Jaguare, Larga Cabelluda o Parahyba para serem plantadas, visto lá não haver destas variedades bem reputadas para pasto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a sessão. — João Baptista de Castro. — Dr. Ph. Aristides Caire. — Domingos S. de Carvalho. — João da Silveira Gandra.

Acta da 211^a sessão — 178^a de Directoria — em 14 de outubro de 1902

PRESIDENCIA DO DR. JOÃO BAPTISTA DE CASTRO

No dia 14 de outubro de 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Domingos S. de Carvalho, Aristides Cairo, João Baptista de Castro, João da Silveira Gandra, Jens Sand e Jacy Monteiro, assume a presidencia o Dr. João Baptista de Castro, e declara aberta a sessão.

E' lida e aprovada a acta da sessão de 19 de setembro.

E' proposto e aceito como socio efectivo o Sr. Antônio Franco dos Santos, lavrador, residente em Ouro Fino, Minas Geraes, apresentado pelo socio Dr. Boaventura Castro.

E' lido o seguinte

EXPEDIENTE

Cartão do Vice-Presidente da Republiken, Dr. Rosa e Silva, agradecendo ; Convite do Ministro da Justiça para as exequias do Dr. Silviano Brandão ; Ofício do Dr. Leandro da Costa comunicando haver o Ministro autorizado à Sociedade a acção judicial de ementes ;

Ofício do Dr. Leandro da Costa comunicando ter o Ministro despachado o requerimento de José Ricardo Augusto Leal favoravelmente ;

Carta de Adolpho Schmidt pedindo ementes ;

Carta do Boecacio Badaró agradecendo a remessa de sementes a *A Lavoura* ;

Carta de Gustavo Huttig pedindo bacellos de videiras e enviando 10\$ para de posse e transporte ;

Carta de Fidells do Souza Lobo pedindo jaraguá ;

Carta do Firmilino Antoni Bruno do Marinho pedindo jaraguá ;

Carta do Gerardo Bruno de Martino pedindo jaraguá ;

Carta do Angelo Carlos Bissarrio pedindo jaraguá ;

Carta de Vicente Pedro Martins agradecendo a remessa de sementes ;

Telegramma da Auxiliadora de Pernambuco pedindo que a Sociedade repre-sonto contra o aumento de fretes ;

Telegramma de Octavio do Amaral pedindo sementes de algodão horbachco ;

Ofício do Presidente do Club dos Lavradores de S. João da Boa Vista agrade-cendo a remessa de Relatórios Consulares ;

Ofício de Alexandre de Mello Cabral comunicando que a quantia de 50\$ remetida é para a annuidade da Câmara Municipal da cidadela da Estrela do Sul ;

Carta do Dr. Bonifácio Castro propõe um socio efectivo ;

Ofício de Napoleão Reys pedindo a protecção da Sociedade para o viti-vimencillor Antonio Gomes Gonçalves, residente em Laranjal ;

Circular do Pe. Antônio da Silveira comunicando a eleição da Directoria do Club Commercial, Literário e Recreativo ;

Carta de Antônio Dias Barbosa prestando apoio à Sociedade Nacional do Agri-cultura ;

Carta de Ferreira Netto pedindo sementes ;

Cartão do Coronel Manoel Rodrigues Campos pedindo jaraguá e outras for-ragens ;

Carta de Antônio José Maria Monnerat pedindo soja, trigo, plantas e vi-dellas.

O Sr. Sérgio do Carvalho refere-se em primeiro lugar à representação da Sociedade de Agricultura Parahybana, que por motivo de força maior ainda não foi possível ser levada ao conhecimento do Chefe da Nação.

Indica que se pega dia e hora para uma conferência com S. Ex. o Sr. Presi-dente da República, assim de desobrigar a Directoria dessa incumhência que lhe commetem a Sociedade de Agricultura Parahybana. (Approved.)

Em segundo lugar comunica que conferenciou com o Ministro das Relações Exteriores relativamente à exposição de apparelhos a álcool ; S. Ex. lhe declarou que a esse respeito já havia dirigido circulares ao ministro e aos consules brasi-leiros assim de favorecerem a remessa dos referidos apparelhos. Essa exposição contudo está ameaçada de não se realizar, com o imposto de expediente que a Câmara dos Deputados acaba de lançar sobre os ses apparelhos, impostos de 10 %, dos quais 2,5 % serão cobrados em ouro, o que corresponde a um imposto total de 13 %.

Julga acertado ir a Directoria do Senado se entender com a Comissão do Orçamento alim de ver si aquella medida deixá de ser atendida nessa outra casa do Congresso.

Nessa mesma occasião se tratará tambem da emenda apresentada pelo Sr. Dr. Ignácio Tosta taxando o álcool artifical ou synthetico, medida infelizmente rejeitada pela Câmara.

Por ultimo indica que a Directoria reprova a Câmara dos Deputados a favor do projecto de moeda e alíquota. (Approved.)

O Sr. Baptista do Castro indica que a Sociedade oficile no Syndicato Central dos Agricultores do Brasil pedindo que também se intores e pela na imposição e remessa de apparelhos a álcool para a respectiva exposição. (Approved.)

O Dr. Aristides Cairo : visitei a 10 de outubro a Fazenda.

Tom havido chuvas pesadas. Continua a levra da vargem de Vassouras, ultimando o preparo do terreno para plantação.

Continua o plantio de milho e arroz, extirpação do angola e beneficiamento dos regos e drenos, procurando nivelar as margens com o resto do terreno.

Plantou-se batata ingleza e preparou-se o terreno para plantio de cafeeiros.

Encerra-se a sessão. — João Baptista de Castro, — Napoleão Reys, — Wenceslao Bello, — Mendonça Guimaraes, — Aristides Cairo, — João da Silva Gandra.

Acta da 212^a sessão—120^a da Directoria—em 21 de outubro de 1902

PRUDÊNCIA DO DR. JOÃO BAPTISTA DE CASTRO

No dia 21 de outubro do 1902, às tres e meia horas da tarde, presentes os Srs. João Baptista de Castro, Aristides Cairo, Wenceslao Bello, Napoleão Reys, Antônio Carlos Simões da Silva, João da Silva Gandra, Joaquim Ignacio Tosta, John L. Lewis, Domingos S. do Carvalho e Jey Monteiro, assumiu a presidência o Dr. João Baptista de Castro e declara aberta a sessão.

E' lido o seguinte

EXPEDIENTE

Ofício do presidente da comissão executiva da Exposição Municipal do S. Paulo, Germano Vert, convidando a Sociedade a se fazer representar;

Carta do secretario geral da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, do Pernambuco, remettendo cópias da Representação e Memorial ao Congresso Federal;

Carta de Vicente do Aguilar Palva fazendo considerações sobre a sericultura e a verba para aquisição de sementes e animais;

Carta do Dr. Alexandrino Froire do Amaral determinando o dia 18 para a conferencia com o Prefeito;

Carta de Manoel Ribeiro do Nascimento Vasconcellos pedindo instruções sobre a cultura da bananilha, ou uma obra que disso trate;

Ofício do Francisco Pereira Passos agradecendo o diploma de socio honorario;

Carta do Adolpho Schmidt & Comp. agradecendo a remessa de jaraguá;

Carta de Annibal Esteves enviando uma série de artigos para publicação n'A Lavoura e pedindo sementes;

Carta de Chispim Mira apresentando o Sr. Alves Nogueira;

Carta de Ernesto do Aguiar Leite pedindo sementes de jaraguá e guiné;

Carta de Francisco de Assis Alves pedindo jaraguá e guiné;

Carta de Constantino Xavier pedindo bacellos de videiras e A Lavoura;

Carta de Fr. Telles Ribeiro indagando a quanto monta o débito de suas anuidades;

Carta de João de Mattos & Comp. pedindo sementes de arroz e jaraguá;

Ofício do Antonio David de Souza Costa pedindo sementes de trigo branco e de manjoco;

Ofício do agente executivo municipal do Pombal enviando uma nota contendo nomes de lavradores para quem se deve expedir as sementes;

Carta de Octavio F. do Amaral pedindo jaraguá;

Carta de Alexandre Ribeiro Pinto Cardoso pedindo informações sobre o preço de um garrote;

Ofício do secretario da Associação Commercial do Maciço contra o levantamento dos fretos no Lloyd Brasileiro;

Ofício de Arthur Thompson pedindo sementes e informações sobre o custo do gado vacuum;

Carta do Antonio Cândido Ferreira Paula agradecendo a remessa de publicações;

Ofício de Carlos Novaes pedindo informações sobre o projecto que crea o Ministerio da Agricultura.

O Sr. Baptista de Castro: apresenta aos seus companheiros de directoria e demais associados o Sr. Lewis, representante da Exposição do S. Luiz, que, em com-

panhia do Sr. Buchanan, veio à Sociedade tratar do assuntos atinentes à mesma exposição, e referir as dificuldades que tem encontrado em obter produtos do Brasil para aquelle certame.

O Sr. Sergio de Carvalho: diante a questão, o termine propondo que se nomeie uma comissão para estudar o caso.

O Sr. Wenceslao Bello: apela as palavras do Dr. Sergio de Carvalho, mas não basta dizer que há toda vantagem em concorrer o Brasil à Exposição do S. Luiz. Sendo a questão já conhecida, convém que a comissão proposta apresente, quanto antes, um parecer, devidamente justificado, sobre o caso.

O Sr. Ignacio Tosta: julga que se deve também, desde já, lançar a idéa na imprensa, demonstrando as vantagens do comparecimento do Brasil à Exposição Americana.

São aprovadas a indicação do Sr. Dr. Sergio de Carvalho e a do Dr. Ignacio Tosta, sendo em seguida nomeada a comissão para tratar do assunto e apresentar parecer, o que foi resolvido ser feito com toda urgência, visto já estar em discussão na Câmara dos Deputados o orçamento da Viação.

Essa comissão ficou composta dos seguintes Srs.: Drs. Joaquim Ignacio Tosta, presidente; João Baptista do Castro, Wenceslao Bello, Dr. Aristides Cairo, Domingos Sergio de Carvalho, E. Jacy Montoiro, João da Silva Gandru, Antonio Carlos Simoens da Silva e Napoleão Reys.

O Sr. Sergio de Carvalho: refere-se ao próximo regresso do Sr. Barão do Rio Branco a esta capital, e propõe que seja nomeada uma comissão para comparecer ao desembarque de S. Ex.

Aprovada a proposta, é nomeada a seguinte comissão: Drs. Antonino Flávio, Baptista do Castro, Sergio de Carvalho, Augusto Bernacchi, Napoleão Reys e Simoens da Silva.

O Sr. Ignacio Tosta: refere-se à questão da extinção dos impostos interestaduais.

Apresenta um telegramma que recebeu do Sr. Dr. Severino Vieira, governador do Estado da Bahia, no qual S. Ex. participa que continua a agir, no intuito de extinguir os referidos impostos, ou, em último caso, está disposto a defender, perante o poder judicial, o direito da livre entrada dos produtos da Bahia nos outros Estados, e lembra, finalmente, a grande vantagem de uma lei federal a respeito do caso.

A Directoria agradece a informação que acaba de prestar o Dr. Ignacio Tosta, e aplaude, mais uma vez, a atitude do Sr. Governador da Bahia com relação à questão dos impostos interestaduais.

O Sr. Simoens da Silva: pede licença para apresentar e oferecer à Directoria da Sociedade e demais conselhos presentes algumas amostras de vinho moscatel o tinto, da fábrica do Sr. Domingo Tombo, de Belgrano de Mendoza, na Repúblia Argentina, fábrica que teve ocasião de visitar e que muito apreciou. (A Directoria agradece.)

O Sr. Sergio de Carvalho: informa à Directoria que, a respeito de alguns dos vinhos do Sr. Adolpho Llon Teixola, da cidade da Campanha, Minas Gerais, que a Sociedade há tempos recebeu, obteve a opinião de um ilustre negociante desta capital, opinião inuspiada, que muito honra aquelle produto nacional.

Declarou-lhe o aludido negociante que os vinhos que experimentou, do Sr. Llon Teixola, são superiores aos vinhos comuns do mercado e podem ter grande comércio.

O Sr. Aristides Cairo: visitou a fazenda a 17 do corrente; continuam os mesmos serviços da semana passada, isto é, segunda lavra, gradagem, destorramento com o *croxhill*, limpeza de regas, extirpação de angola, plantio do milho e repantino, plantio de feijão e de aracá-palmeira. Estruturação das covas para café.

Com relação à escolha dos semeadores ou plantadores, escreveram-nos carta ao Dr. Assis Brasil, nosso ministro em Washington, que, sempre pressoroso em prestar seus serviços à Sociedade e ao país, promptamente lhe respondeu, informando sobre o caso.

Apresenta e lê a carta do Dr. Assis Brasil.

A Directoria resolve autorizar o Dr. Aristides Cairo a fazer a aquisição dos semeadores norte-americanos que julgar necessários à Fazenda de Santa Monica.

O Sr. Aristides Cairo: pede licença para continuar ainda com a palavra; convida seus companheiros de Directoria e os demais conselhos presentes a visitarem a Fazenda de Santa Monica; pede mesmo que se dê notícias aos jornais; convidando

os interrogados e os lavradores em geral a visitarem a Fazenda de Santa Monica; já se inicia o trabalho mecânico de lavra das terras e nesse sentido manda constata para ver. (Approved.)

O Sr. Jacy Monteiro: pode informações sobre o que se lhe resolvido com relação à Huncharia, visto que a Prefeitura mandou desapropriar esse e os demais predios contíguos além do os demolidos.

O Sr. Wenceslão Bello: comunica que o Sr. Coronel Lotte Ribeiro, Prefeito do Distrito Federal, lhe declarou que a desapropriação pretendia unicamente os predios situados entre a Câmara dos Deputados, a Repartição dos Telegraphos e o quarto de milha formado pela Huncharia, e predios contíguos, não estando portanto a Huncharia e esses predios contíguos incluídos na lei.

Referiu-se em seguida ao facto da exceção da lei sobre premios aos criadores de gado para cárto, promulgada pelo Governo do Estado do Rio, (Lei n. 501, de 1º de dezembro de 1901, art. II.)

Em nome de seus companheiros da comissão, aproveita a occasião para manifestar o seu reconhecimento ao Sr. Governador do Estado do Rio pela honra que lhes dispensou nomeando-os para constituir a comissão julgadora do respectivo concurso.

Concorreu apenas ao premio de 20:000\$, que obteve, o Sr. Commandador Domingos Theodoro de Azevedo Júnior que apresentou um lote de 20 bois nascidos e criados em fazenda no Estado do Rio. Nenhum outro co-criador se apresentou.

A lei sobre o caso, do modo por que está escrita, sente-se de alguns senhores que convinha se fizessem desapparecer. Mesmo como está, porém, é de grande alcance e de reais vantagens, e com proveito podia muito bem ser adoptada em outros Estados da Republica.

O acto de exame do gado apresentado e a outorga do respectivo premio, deviam ser revestidos de solemnidade e não de modo tão simples e sem cerimonia alguma como foram.

A concessão desse premio é um incentivo que deve animar os criadores do Estado; deve ser feita com formalidades e cerimônias adequadas ao acto.

Pensa que a Directoria da Sociedade deve officiar ao Sr. General Quintino Bocaynva, felicitando S. Ex. pela execução da referida lei. (Approved.)

Aproveita a occasião em que está com a palavra para se referir ao facto da transferencia da Escola Quinze de Novembro para a Fazenda de Santa Monica.

Logo que os jornais deram essa noticia, veio à Sociedade o Sr. Conego Amador Breiro que, com o orador, conferenciou a respeito.

Pensa que a Sociedade prestará relevante servilho ao paiz tomado mais esse encargo, mas receberá também enorme responsabilidade com a aquisição dessa Escola.

Propõe que a Directoria da Sociedade faça uma visita à Escola Quinze de Novembro e estude acuradamente o caso. (Approved.)

Encerra-se a sessão.—Antônio Fialho.—Wenceslão Bello.—Domingos Sergio de Carvalho.—Dr. Aristides Cairo.—João da Silva Gandra.—Jens Sand.—João Baptista do Castro.

Acta da 213^a sessão — 127^a da Directoria — em 28 de outubro de 1902

PRÉSIDENTIA DO DR. WENCESLÃO BELLO

No dia 28 de outubro de 1902, presentes os Srs. Wenceslão Bello, Dr. Aristides Cairo, Domingos S. de Carvalho, João da Silva Gandra, Christino Cruz, Emmanuel Couret, Ignacio Tosta, Mendonça Guimarães, Napoleão Reys, Antonio Carlos Simões da Silva e E. Jacy Monteiro, assumiu a presidência o Dr. Wenceslão Bello e declarava aberta a sessão.

E' lido o seguinte

EXPEDIENTE

Carta do General Quintino Bocaynva agradecendo as congratulações que lhe foram dirigidas;

Telegramma do Dr. Borges de Medeiros affirmando o apoio da bancada rlo-grandense ao projecto Sarzedello sobre a extinção dos impostos inter-estadoaes;

Teogramma do Dr. Gonçalves Ferreira comunicando haver so dirigido à banca da Pernambuco pedindo para apolar o projecto Serzedello;

Carta do Secretario do Presidente da Republica designado dia e hora para uma conferencia pedida pela Sociedade;

Carta do Director da Biblioteca Nacional pedindo que a Sociedade mando buscar um pacote de publicações a ella destinadas;

Circular do Centro Paranaense comunicando a fundação de uma biblioteca e pedindo publicações;

Memorandum de Rocha & Comp. pedindo sementes;

Carta do J. Leão Balreira comunicando que as 10 duizas de cadeiras emprestadas ao Jornal do Commercio voltaram todas, uma, porém, quebrada. Das emprestadas ao Dr. Abilio Borges faltou uma;

Teogramma da Associação Commercial de Maceló pedindo que a Sociedade auxille a entrada livre dos sacos devolvidos;

Carta do Araréo José Vilia Nova pedindo sementes a porcos;

Ofício do Dr. Loandro da Costa comunicando haver o Governo deferido o requerimento do J. G. Cardoso;

Carta do José Alves Cyrino pedindo jaraguá o gume;

Teogramma da Auxiliadora de Pernambuco dando informações sobre o agravamento de fretes e pedindo providências;

Carta da Directoria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional convocando para uma reunião;

Carta de E. Courret comunicando a sua proxima vinda;

Carta de Joaquim Tavares Junior pedindo jaraguá;

Carta de Antônio Augusto Machado pedindo jaraguá;

Carta de Ansgusto Pereira Torres pedindo jaraguá;

Nota do Vasconcellos & Comp. dando relação de plantas distribuídas;

Carta de Martiniano de Hollanda Cavalcante pedindo sementes;

Ofício do J. C. Fonseca Pereira comunicando a remessa do doz amostras do algodão;

Carta do J. B. do Castro comunicando não poder comparecer à sessão por doente;

Carta de John Lewis pedindo que a Sociedade responda às questões constantes da carta do Agente do departamento de agricultura em Washington;

Projectos da Câmara do Estado do Rio sobre o serviço agronómico do Estado.

O 1º Secretario: informa que por um lapso deixou de incluir na acta da sessão anterior duas resoluções da Directoria, a 1ª nomeando uma comissão composta dos Srs. Drs. Wenceslao Bello, presidente, Manoel Victorino, Sérgio de Carvalho e Aristides Caure, para dar parecer sobre o projecto de criação de um Ministério do Agricultura, apresentado à Câmara dos Srs. Deputados pelo Sr. Dr. Christino Cruz, parecer que foi pedido pela Comissão do Agricultura da referida Câmara; e a 2ª aprovando a redacção final do protesto que a Sociedade apresentou contra o abuso que faziam do seu nome.

O Sr. Wenceslao Bello: expõe as razões que por força maior inhibiram a Directoria da Sociedade de comparecer à conferencia que havia sido pedida ao Exmo. Sr. Presidente da República e que S. Ex. marcara para o dia 27.

O Sr. Sérgio de Carvalho: essa conferencia tinha principalmente por intuito a entrega da representação da Sociedade do Agriculatura Parahybana referente no Lloyd Brasileiro e a companhia arrendataria da Estrada de Ferro Conde d'En. Sobre o caso da Conde d'En obtivemos entretanto informações que não estão de acordo com o que allega a Sociedade do Agriculatura Parahybana e que nos foram ministradas por pessoa de confiança. Cumpre portanto aguardar que melhor se faça a luz sobre o assunto.

O Sr. Silva Gandra: apresenta uma carta que recebeu do Dr. João Baptista de Castro remettendo-lhe varias comunicações do Sr. John T. Lewis sobre a Exposição do S. Luiz e pede que seja nomeada uma comissão para dar parecer sobre o assunto das referidas comunicações.

É aprovado o pedido e nomeada a seguinte comissão: Drs. João Baptista de Castro, presidente; João da Silva Gandra e Aristides Caure.

O Sr. Wenceslao Bello: comunica que recebeu do Sr. Major Pedro Cunha, membro da Assemblea Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, um exemplar dos projectos de lei apresentados à mesma Assemblea sob os ns. 1235 e 1272, o primeiro concedendo uma subvenção de 10.000\$ a cada um dos cinco primeiros campos de demonstração que se fundaram no Estado por iniciativa municipal — e o segundo

creando o serviço agrônomo no Estado e requer que se nomeie uma comissão para dar parecer sobre esses projetos de lei, assim de satisfazer o pedido que neste sentido fez o Sr. Major Pedro Cunha que deseja ouvir a Sociedade a respeito.

E' nomeada a seguinte comissão: Drs. Christino Cruz presidente, Aristides Calro e Sergio de Carvalho.

O Sr. Wenceslao Bello: Fico suspenso, como os seus mais companheiros da Directoria, no ter sciença de que o Sr. Prefeito Interino sancionara a lei votada pelo Conselho Municipal mandando desapropriar além do sereno domóldos todos os predios naturalmente existentes entre a Camara dos Deputados, a Secretaria da Vlação, a rua de S. José e a Repartição dos Telegraphos, incluindo portanto o antigo edifício da Huelcharia cedido à Sociedade, quando, entretanto, poucos dias ha, teve a esse respeito uma comissão da Directoria da Sociedade uma conferencia com o Sr. Prefeito interino, conforme consta da acta da sessão anterior.

Nessa ocasião fui a comissão da Directoria expondo as condições preceitas em que se achava instalada a Sociedade, um duas milhas sul da Repartição de Estatística, sem local para estabelecer o seu Museu de Agricultura, comunicou ao Sr. Prefeito que pretendia encetar as obras de reconstrução do edifício da antigua Huelcharia afim de adaptá-lo aos serviços da Sociedade.

Não parecia justo portanto que logo agora se pretendesse demolir aquelle edifício, o qual, se naturalmente apresenta mau aspecto, dentro em pouco seria reconstruído e melhorado.

Parocemos que o Sr. Prefeito concordara com o que dizíamos, declarando mesmo S. Ex., que a primitiva lei do Conselho Municipal concernente a alludida desapropriação comprehendia unicamente os predios situados entre a rua de S. José, a Repartição dos Telegraphos, a Camara dos Deputados e a Huelcharia e edifícios contiguos.

Compreendiida, porém, a Huelcharia na lei publicada, julga que se faz mister ir a Directoria novamente conferenciar com o Sr. Prefeito e com o Sr. Ministro da Vlação sobre o caso.

Disentido o assumpto, é aprovada a indicação do Sr. Wenceslao Bello.

O Sr. Director de Culturas: visitarei a fazenda a 25 do corrente mez. Continua o serviço de lavras, capina de milho e replanta nas faias.

Plantou-se algodão no morro. Fez-se drenagem e concerto da banqueta. Preparou-se o terreno para sementeira.

Em seguida o Sr. Manoel de Mendonça Guimarães apresenta o lé uma representação sobre questões atinentes à industria do assucar, e pede seja dirigida ao Senado Federal.

Disentom o assumpto os Srs. Ignacio Tosta e Emanoel Courret e varios membros da Directoria da Sociedade.

E' aprovada a referida repre sentação.

O Sr. Ignacio Tosta: cumpro redigir ontrosim a representação que tem de ser dirigida ao Ministro da Fazenda pedindo um empréstimo para a Industria do assucar do norte do país, a semelhança do que já se pediu para o município de Campos. E' preciso determinar o *quantum*, as bases do empréstimo, os juros, as garantias etc. Já foi pedida e determinada a conferencia com S. Ex. o Sr. Presidente da Republica para se tratar o caso.

Disentem o assumpto os Srs. Dr. Christino Cruz, Mendonça Guimarães, Emanoel Courret e Ignacio Tosta.

Ficam combinadas e redigidas as bases da referida representação.

Encerra-se a sessão. — *Antônio Piatto, — Dr. Ph. Aristides Caire, — Wenceslao Bello, — João da Silva Gandra, — João Baptista de Castro.*

Acta da 214^a sessão — 128^a da Directoria — em 4 de novembro de 1902

PRESIDENCIA DO DR. JOÃO BAPTISTA DE CASTRO

No dia 4 de novembro de 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Sylvio Rangel, Carvalho Borges Junior, Napoleão Reys, Ph. Aristides Caire, João Baptista de Castro, João da Silva Gandra, Ignacio Tosta, Domingos S. de Carvalho, Antônio Carlos Simões da Silva o Jacy Monteiro, é aberta a sessão.

E^a lida e aprovada a acta da sessão 20.^a — 173^a do Directoria — de 30 de setembro ultimo.

E^a lido o despachado o expediente constante dos nrs. 1580 a 1597 do respetivo protocolo.

A carta do Dr. A. Gomes Carmo, referente aos campos de cultura que o mesmo estabelecem em Itagnahy, é entregue à comissão que tem de dar parecer sobre os projectos de lei nrs. 1236 a 1272 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio.

Para dar parecer sobre o projecto de organização bancaria para auxílios à lavoura formulado pelo Sr. José Maria Fernandes Carreira, de Campos, Estado do Rio, é nomeada a seguinte comissão: Dr. Joaquim Mattoso Duque Estrada Camara, presidente, Democrito Cavalcanti de Albuquerque e Fábio Nunes Leal.

São propostos e aceitos como sócios: correspondente, o Dr. Daniel Monfallet, medico, ex-professor do Instituto Agricola e ex-chefe de clínica do Hospital Veterinário da Quinta Normal de Agricultura, de Santiago, Chile; e efectivos: os Srs. Drs. Antônio Lopes do Amaral, Fabrício de Mendonça Uehôa, Arthur Thompson e Joaquim Antonio de Oliveira Botelho.

O Sr. Director de Culturas: visitou a fazenda no dia 30 de outubro. Elas os serviços feitos durante a semana de 27 de outubro a 1º de novembro. (Sol abrazador não choveu.) Continua o serviço de lavoura no antigo pomar e também no campo.

Plantação de milho e feijão no antigo pomar. Plantio de canna não é diversa de pequenas culturas.

Continua ainda a extirpação do Angola, limpeza de drenos e da banqueta.

Já se está capinhando o milho com os Planots Junior.

O Sr. 1º Secretario: tem lembrança de já haver sido resolvido que os projectos e quaisquer outros documentos apresentados oficialmente em sessão do Directoria ou do Conselho Superior para se ro os mesmos darse parecer, ficam pertencendo ao Archivo da Sociedade de onde não poderão ser retirados. Propõe entretanto que seja retirada a alludida resolução. (Approvedo.)

Comunicava, em seguida, que no dia 29 foi ao Senado entregar pelo soalimento ao Exmo. Sr. Senador Nogueira Paranhos a representação sobre Indústria assucareira e pedir a S. Ex. que obtivesse da Mesa daquela Casa do Congresso a publicação da referida representação no *Diário Oficial*, pedido que S. Ex. prometeu satisfazer. E, continuando com a palavra, apresenta as seguintes propostas que são aprovadas:

1.^a Que a Directoria da Sociedade vá em comissão fazer uma visita ao Exm. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente eleito da República;

2.^a Que se consigne em acta um voto de agradecimento à Exma. Sra. D. Vordiliana Prado, socia benemerita da Sociedade Nacional de Agricultura, por haver S. Ex. mandado gratuitamente a esta Sociedade uma grande quantidade de bacellos de videira, de qualidades escolhidas, para a distribuição que a Sociedade pretendia fazer, como efectivamente fez; e que se offere à mesma Exma. senhora transmitindo esse voto de agradecimento;

3.^a Que seja convocada uma sessão do Conselho Superior para o dia 8 do corrente afim de se discutir o projecto de auxílios à lavoura do Sr. Dr. Cornelio da Fonseca, deputado federal.

O Sr. Director de Culturas: refere-se à sempre decantada questão dos prejuízos causados pelas formigas saúvas; lembra a necessidade de se estudar o caso scientificamente.

Cita alguns factos que observou com as formigas denominadas paraguayas que atacavam e destruíam as saúvas.

O Sr. 1º Secretario: pensa que a resolução do problema da destruição da formiga saúva deve-se encontrar ou na applicação de uma substância malefica que produza um morbus contagioso nos formigueiros, ou na descoberta do outro insecto que destrói a saúva.

Com relação a outros inimigos da lavoura ambos esses processos têm sido em pregados com proveito.

O Sr. Presidente: já é tempo realmente de se levar por outro caminho o estudo da destruição da formiga saúva, que não o da applicação dos formicidas até agora empregados.

Compro estudar essa magna questão scientificamente; pensa que se deve nomear uma comissão da Directoria da Sociedade que estude acuradamente o caso e proponha os meios de que se deve lançar mão para tentar, mais uma vez, a destruição da formiga saúva, o maior flagelo da lavoura do país.

O Sr. Sérgio do Carvalho; os Srs. Alípio de Miranda Ribeiro e Carlos Moreira, da Missão Nacional, por sua competência e estudos poderão sobre o caso prestar-nos muito bons serviços.

O Sr. 1º Secretário: a Sociedade Nacional de Agricultura já mereceu dos Srs. Carlos Moreira e Alípio de Miranda Ribeiro trabalhos técnicos que honram as páginas d' *A Lavoura*.

O Sr. Presidente: a comissão que será nomeada estudará o assunto.

Approvada a indicação do Sr. Presidente, são nomeados os Srs. Aristides Calre, presidente, Sérgio do Carvalho e Wenceslão Bello para em comissão estudarem o caso e proporão as medidas que julgarem necessárias para a solução do problema.

O Sr. Presidente apresenta um croquis e photographias do estabulo e estruturas económicas que o Sr. José Couto, de Barbacena, construiu em sua propriedade rural.

Conforme sonho do Sr. 1º Secretário, ainda não se agradecem por força maior ao Dr. José Couto a remessa de sementes que fez a esta Sociedade.

Propõe que se oficie portanto àquele Ilustre conselho agradecendo as sementes que nos remetton e solicitando-o polos melhoramentos que tem estabelecido em sua propriedade rural, que podem servir de exemplo aos agricultores do país. (Aprovado.)

Em seguida, é submetido à discussão e votação, sendo aprovado, o parecer da comissão composta dos Srs. Drs. João Baptista do Castro, Aristides Calre, João da Silva Gandra e Wenceslão Bello sobre os projectos do valorização do café, do Sr. Fausto Pedroira Machado e outro.

O Sr. Silva Gandra: participa que em companhia do Dr. João Baptista do Castro compareceu à reunião do dia 26 de outubro no Lycée de Artes e Ofícios, convocada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Encerra-se a sessão. — *Antônio Pialho, — Dr. Aristides Calre, — João da Silva Gandra, — Wenceslão Bello, — João Baptista do Castro.*

Acta da 215ª sessão — 129º da Directoria — em 11 de novembro de 1902

PRESIDENCIA DO DR. J. BAPTISTA DO CASTRO

No dia 11 de novembro de 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Wenceslão Bello, Ph. Aristides Calre, João Baptista do Castro, M. do Mendonça Guimarães, João da Silva Gandra, Napoleão Roys, Antônio Carlos Simões da Silva e E. Jacy Monteiro, é aberta a sessão.

E' lido a acta, e, sem debate, aprovada a da sessão de 7 de outubro do anno vigente.

E' lido o despachado o expediente relativo aos ns. 1598 a 1612 do respectivo protocolo.

O Sr. Wenceslão Bello: comunica ter lido em comissão entender-se com o Sr. Ministro da Viação acerca ainda do caso da Ilhecharia e saber sobre o andamento de alguns papéis da Sociedade, entre outros o que se refere ao pedido de despacho no Lloyd para quaranta sacas de sementes de trigo para planta que tem de ser remetidas à Câmara Municipal de S. Bento, em Santa Catharina, conforme pedido dessa Câmara.

Refero-se em seguida à questão da distribuição de sementes e plantas importadas do estrangeiro e expõe as vantagens que haveria com o desenvolvimento do serviço do cultivo e seleção dessas sementes efectuado que fosse na Fazenda de Santa Monica, não somente quanto ao lado económico mas também com relação à propaganda de sementes escolhidas e já acclimatadas ao nosso país como se fazia.

Propõe que à Directoria da Sociedade proencere o Sr. Ministro da Viação para se entender sobre o caso. (Aprovado.)

O Director de Culturas: a visita foi feita a 8 do corrente. Continua o serviço de lavras, gradagem e plantio do milho no antigo pomar. Prepara-se, a enxada, um pequeno terreno onde não pôde ser feito a charrua. Prossegue a capina do milho a Planot e a monda das sementelhas.

As formigas continuando a tudo devastar, foram atacadas com a máquina Cardoso.

Tendo o Sr. Schomacker oferecido para ir à Fazenda fazer aplicação do seu formulário, o fez nesse dia em dous formiguelos grandes; o resultado deverá ser verificado depois de 30 dias.

Esta a terminar o benefícioamento do café. Infelizmente não tem chovido. As roças estão se ressentido.

Plantaram-se algumas mudas de capim moirão para experiência.

O Sr. Jacy Monteiro: traz à Directoria a dolorosa noticia do passamento do Dr. Manoel Victorino Pereira, ilustre membro do Conselho Superior da Agricultura da Sociedade.

Em resumidas orientações lembra os relevantes serviços prestados à causa da agricultura do país pelo Dr. Manoel Victorino, e próprio que se inscrevia em nota um voto de profundo pesar por esse luctuoso facto e se suspenda a sessão.

O Sr. Wenceslão Bello: ratifica as palavras do 1º Secretário.

Relembra desenvolvimentamente o auxílio prestado pelo Dr. Manoel Victorino aos trabalhos do Congresso de Agricultura, do qual foi muito proeminente. E termina propondo que a Directoria procure adquirir o retrato do Ilustre morto para inaugurar-o na sala das sessões da Sociedade.

(Todas as propostas são unanimemente aprovadas.)

O Sr. Presidente antes de encerrar a sessão, cumpro o dever de comunicar que, au ter notícia do infânto passamento do Dr. Manoel Victorino, tomou as providências no sentido de se fazer representar a Sociedade no enterro do seu saudoso conselheiro, tendo desde logo convidado aos companheiros da Directoria para comparecerem a todas as manifestações de pesar que se realizassem nesta capital por intenção do illustre morto e determinado que em seu atalho fosse depositada uma grande coroa de flores naturaes como lembrança da Sociedade, o que efectivamente se fez.

Encerra-se a sessão.—Antônio Pialho,—Dr. Aristides Caire,—Jens Sand,—João Baptista de Castro,—João da Silva Gandra.

Acta da sessão 216^a — 180^a da Directoria — em 18 de novembro de 1902

PRESIDENCIA DO DR. JOÃO BAPTISTA DE CASTRO

No dia 18 de novembro de 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. João Baptista de Castro, Aristides Caire, Wenceslão Bello, Napoleão Roys, Domingos S. de Carvalho, João da Silva Gandra, M. de Mendonça Guimarães, Carvalho Borges Junior e Jacy Monteiro, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

E' lida e aprovada a acta da sessão de 14 de agosto.

E' lido e despachado o expediente constante dos ns. 1613 a 1638, do respectivo protocollo.

São apresentados e aceitos como sócios efectivos os Srs. Dr. João Manoel Carlos do Gusmão, Manoel Luiz Moreira e Machado, Estácio & Comp. desta Capital.

O Sr. Napoleão Roys apresenta algumas amostras de vinho do cajú « Alvarante » fabricado polo Dr. Alvaro Joaquim de Oliveira, desta Capital. (A Directoria agradece.)

O Sr. Baptista de Castro: refere-se á necessidade de se apressar a remessa de amostras de café brasileiro ao Syndicato Central dos Agricultores de Franca; convinha insistir com os comissários e fazendeiros que nos enviassem amostras de bons cafés.

Pensa que de grande vantagem seria também a remessa de vários tipos de café nacional a alguns syndicatos norte-americanos, visto que já estamos em relação com o Sr. J. Hanley, presidente das associações agrícolas desse país.

Tem escripto e fallado a muitos fazendeiros sobre o assunto; muitíssimo poucos tem atendido.

O Sr. Silva Gandra: comunica que o Sr. Pereira da Fonseca ofereceu, para a propaganda, sementes de trigo.

O Sr. Sergio de Carvalho: refere-se as attenções que a Directoria da Sociedade mereceu do Dr. Antônio Augusto da Silva, ex-Ministro da Viação, e à boa vontade que S. Ex. sempre manifestou para com a propaganda agrícola e para com todas as medidas que interessavam o progresso da agricultura do país.

Propõe que se envie a S. Ex. uma mensagem de agradecimento e que a S. Ex. seja conferido o diploma de membro honorário da Sociedade.

O 1º Secretario propõe que o mesmo título seja conferido ao Dr. Manoel Forraz do Campos Salles, ex-Presidente da República.

(São aprovadas ambas as propostas.)

O Sr. Sergio de Carvalho: Insiste sobre a necessidade de se obter local para a instalação da Exposição de apparelhos a álcool, caso se consiga a verba para esse certamen.

Pensa que essa Exposição deve ficar marcada para se inaugurar em Junho ou Julho do proximo anno.

Disentem o assumpto os Drs. Wenceslao Bello e Baptista de Castro, abundando nas mesmas idéias do Dr. Sergio de Carvalho.

O Director de Culturas: comunica que visitou a fazenda a 14 do corrente.

Com a chuva cahida, ainda que em pequena quantidade e em dias anteriores, as plantações melhoraram.

No madrugada de 14, tendo chovido regularmente, foi encetada a plantação do café de varias qualidades no morro do Alpes.

Continuou o serviço de preparo do terreno do antigo pomar, duas lavras, gradagem, destocamento etc.

Fez-se colheita de arroz, milho e feijão; planta e replanta de milho. O machilismo de arroz necessita mais força para dar bom resultado.

O 1º Secretario: comunica que a Directoria da Sociedade recebeu do Ir. Carlos Lessa um convite para assistir, no dia 14 de corrente, no Clube de Engenharia, às experiências de uma nova máquina de torrar café, de recente invenção, experiências às quais deixou de comparecer por força maior.

Apresenta em seguida o original manuscrito do Sr. José Theophilo Carneiro de Albuquerque, do Estado de Pernambuco, contendo a tradução completa e anotada do «Guide du planteur de cannes» de N. Basset; e pede que a Directoria da Sociedade nomeie uma comissão para dar parecer sobre o pedido do mesmo Sr. Theophilo Carneiro, para que seja publicada essa tradução.

São nomeados para essa comissão os Srs. Drs. Aristides Caire, Sergio de Carvalho e Silva Gandra.

É lida e aprovada a acta da respectiva comissão sobre os projectos de lei ns. 1235 e 1272, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, alim de ser enviado à mesma assembléa, conforme pediu o Sr. Major Pedro Cunha.

É inserido em acta um voto de profundo pesar pelo falecimento da Exma. Irmã do Dr. Antonino Fialho e convidada a Directoria da Sociedade a comparecer à missa que por intenção da mesma fuiadado ha de realizar.

Encerra-se a sessão. — Antonino Fialho, — Dr. Aristides Caire, — Jens Sand, — João Baptista de Castro, — João da Silva Gandra, — E. Jacy Monteiro.

Acta da 212ª sessão — 181º da Directoria — em 25 de novembro de 1902

PRÉSIDENCIA DO DR. ANTONINO FIALHO

No dia 25 de novembro de 1902, ás tres e meia horas p. m., presentes os Srs. Antonino Fialho, Wenceslao Bello, Domingos S. de Carvalho, Aristides Caire, Oscar Teixeira do Figueiredo Córtes, João da Silva Gandra, Jens Sand, João Baptista de Castro e Jacy Monteiro, é aberta a sessão.

É lida e aprovada a acta da sessão de 21 de outubro.

São apresentados e aceitos como sócios efectivos os Srs. Bernardino Monteiro do Barros, fazendero em Sobral; Coronel Oscar Teixeira de Figueiredo Córtes, do S. José d'Além Parahyba, Minas Geraes; Dr. Antonio Vicente Calmon Vianna e F. Lumay, desta capital.

É transferida a leitura do expediente.

O Sr. Wenceslao Bello: depois de se referir aos relevantes serviços prestados com elevado patriotismo pelo Sr. Dr. Joaquim Ignacio Tosta à Sociedade Nacional de Agricultura e à digna atitude que S. Ex. assumiu entre os seus pares, na Câmara dos Deputados, propondo, discentindo e defendendo varias medidas do mais alto interesse para a favorecer e classes annexas do paiz, depois de salientar ainda a dedicação que o S. Ex. mereceu o Congresso do Agricltura, ao qual dedicou todos

os seus esforços e Intelligença, propõe que seja conferido o diploma de membro honorário desta Sociedade à S. Ex. o Sr. Dr. Joaquim Ignacio Tosta e Ilio seja dirigida uma menção agradecendo aquelles serviços.

(Essa proposta é unanimemente aprovada com aplauso.)

O Sr. Antonino Flalho: diz que o Sr. Wenceslão Bello o procedeu nisto mesmo sobre que ia falar. Outras mais que pudessem ser as homenagens prestadas ao Dr. Ignacio Tosta, está certo que a Sociedade Nacional de Agricultura gostosamente as prestaria, cumprindo um dever de justiça, em reconhecimento dos serviços prestados pelo deputado baiano.

Como sempre sucede em qualquer collectividade, houve, certamente, o que é de lastimar, um pequeno grupo de collegas seus no Congresso, muito dignos aliás, e merecedores de encumios por outros serviços que prestaram, pequeno grupo que, entretanto, votou contra algumas medidas propostas em prol da lavoura; mas a bancada mineira, por exemplo, e os companheiros da comissão de agricultura e muitos outros deputados estiveram sempre ao lado do Dr. Ignacio Tosta, na causa que este defendia. A todos osses devemos também o nosso reconhecimento.

Término propondo que a entrega do diploma ao Dr. Ignacio Tosta tenha lugar em sesão especial da Sociedade.

(Foi aprovada essa proposta e determinado o dia da referida sessão.)

O Sr. Wenceslão Bello: propõe que seja então convidada para essa sessão a comissão de agricultura da Câmara dos Deputados. (Aprovado.)

O Sr. Antonino Flalho: aproveita estar com a palavra para lembrar a visita que devemos nos ministros com que temos de conferenciar sobre questões de interesse vital para a lavoura nacional.

O Sr. Baptista do Castro: relatando os serviços prestados pelo Dr. Ignacio Tosta em prol da lavoura, o Dr. Wenceslão Bello salientou muito jubilosamente os que se referiam à conquista em benefício da organização e instalação dos syndicatos agrícolas em nosso país, desde as sessões do Congresso de agricultura até a promulgação da respectiva lei.

Acompanha inteiramente tudo que disse o Dr. Wenceslão Bello com relação ao assunto.

E a propósito lembra, mais uma vez, que convém activar a remessa de amostras de café para o syndicato central dos agricultores de França.

Seria também conveniente que se anunciasse pelos jornais o que nesse sentido tem em vista a sociedade o se pedisse nos fazendeiros que nos remetesseem amostras de seus cafés.

Do mesmo modo torna-se preceito não demorar a abertura das relações desta sociedade com a América do Norte.

A carta do Sr. Hanloy já foi publicada; precisamos responder-lhe e travar relações.

E paremos ali: façamos o mesmo para com outros países: para exposição de aparelhos a álcool, por exemplo, além do que puder fazer o Ministro das Relações Exteriores, poderão nos prestar muito auxílio os syndicatos da Alemanha e do França.

Lembra finalmente que o anno está a findar e cumpre à sociedade mandar renovar a sua cotização de membro do syndicato central dos agricultores de França. (Aprovado).

O Sr. Wenceslão Bello: aplaudindo o que acaba de referir o Dr. Baptista do Castro, propõe que essas questões attinentes aos syndicatos agrícolas fiquem adstritas à respectiva comissão aliás de lhes dar andamento.

O 1º Secretario: conforme consta do livro 1º e da acta da sessão do Directorio de 15 de julho de 1902, essa comissão compõe-se actualmente dos Srs. Wenceslão Bello, Presidente, Baptista de Castro, Fabio Leal, Sergio de Carvalho e Ignacio Tosta.

O Director de Culturas: declara que o Sr. Bernardo de Figueiredo desistiu do contrato de arrendamento dos pastos da Fazenda Granda da Penha, a favor do Sr. Carlos Custodio Nunes, a partir de 1 de outubro do corrente anno.

Reconhecendo idoneidade na pessoa do Sr. Nunes, que também é membro desta sociedade, aceitou o referido ajuste que submette à sanção da Directoria.

Foi aprovada a resolução do Director de Culturas, sob condição do Sr. Nunes declarar em officio que aceita todos os encargos que decorrem do referido acordo.

O Sr. Coronel Figueiredo Cortes: tendo de adquirir alguns carneiros para serem empregados em sua fazenda como reproductores, pede que a Directoria informe si

poderá obter transporte gratuito dos alludidos animais na Estrada de Ferro Central.

O Sr. Antônio Flalho: expõe o que sobre o assumpto resta a ler. Promette entretanto que procurará obter do Sr. Ministro da Viação o transporte em questão.

O Sr. Baptista de Castro: congratula-se com a Directoria da Sociedade por ver presente à sessão o Coronel Fligueiro Cortes, membro da importante família do lavradores e por sua vez fazendeiro importante também em Minas Gerais.

O Sr. Fligueiro Cortes: agradece o promette enviar todos os seus esforços em prol da propaganda agrícola.

O Sr. Director de Cultura: visitou a fazenda a 21. Durante a semana foram feitos os seguintes serviços: plantação de milho e capim no pomar e no campo, de sítio e do café.

Lavraram-se o morro no campo. Concertaram-se machinismos agrícolas. O milho metheron com a chuva que caiu.

Encerra-se a sessão. — *Antônio Flalho, — Dr. Aristides Caire, — Jens Sand, — João Baptista de Castro, — João da Silva Gandra, — E. Jacy Monteiro.*

Acta do 218º sessão — 182º da Directoria — em 9 de dezembro de 1902

PRESIDENCIA DO DR. ANTONIO FLALHO

No dia 9 de dezembro de 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Antônio Flalho, Aristides Caire, João Baptista de Castro, João da Silva Gandra, Jens Sand, M. de Mendonça Guimarães, J. A. do A. e Vasconcellos, Augusto Ramos, Ignacio Tosta e Jacy Monteiro, é aberta a sessão.

E' lido e despachado o expediente de ns. 1639 a 1710 do respectivo protocollo.

Não ha leitura do acta.

São apresentados e aceitos como sócios efectivos os Srs. Dr. Antonio Cavalanti Sobral, Dr. Agostinho Cesario de Fligueiro, João Barbosa Rodrigues Junior, Antonio Cândido Ferreira Paula, Coronel Raymundo Barbosa do Souza e Dr. Otto Raulino.

O 1º Secretario: comunica que por aviso n. 161, de 19 de novembro, dignou-se o Sr. Ministro da Viação conceder transporte gratuito na Estrada de Ferro Central para as plantas e sementes que a Sociedade Nacional de Agricultura honrar de distribuir — prestando S. Ex. com esse acto valioso auxilio à propaganda agrícola.

Representando a distribuição de sementes que a sociedade faz por intermédio das estradas de ferro-vasas, pela exportação que é de esperar, dos produtos resultantes da plantio e cultura das referidas sementes, — propõe que se oficie aos directores das demais estradas de ferro que deem tráfego muito com a Central, expondo a questão o polido a mesma concessão de gratuitade para o transporte de sementes e plantas distribuídas pela Sociedade. (Aprovado).

O Sr. Director de Culturas: visitou a fazenda de Santa Monica a 28 de novembro e 6 de dezembro.

Tendo chovido bastante, as plantações melhoraram consideravelmente, mas a capina ficou atrazada, tondo-se desenvolvido as herbas más em quantidade.

Fez-se a lava no morro do Campo, onde plantou-se abóbora, capinhou-se o milho e fizeram-se concertos de cercas, banquinetas e machinismos agrícolas.

O Gerente, por motivo de moléstia, teve de se ausentar por alguns dias da fazenda. As chuvas foram pesadas em demasia.

Durante a semana de 1 a 6 de dezembro pouco serviço foi feito, pois que chovou quasi todos os dias, pelo que o serviço do capina dos cereais achou-se algum tanto atrazado, sendo claro que se não pôde empregar as capinadeiras e que o serviço a enxada pouco adianta, servindo apenas para mudar o malto do lugar.

Comtudo capinou-se, replantou-se arroz, milho nos morros do campo e o mandioque; fez-se limpeza das sementeiras, plantou-se ainda algum caá Maragogipe vindo da fazenda do Dr. Moura Brasil e continuou-se a atacar as saúvas que danificam as plantações.

O viveiro do videoiras já sofreu varios ataques.

O Sr. Antônio Fialho: sobre a questão do transporte gratuito pela Central, de animais destinados à reprodução e adquiridos por lavradores e criadores do paiz, conforme tem sido pedido à Sociedade, não pôde o Ministro da Viação atender no pedido.

O Sr. Baptista do Castro: refere-se em breves palavras ao pagamento do Dr. Prudente José de Moraes Barros, o homem justo e bom, em cujo governo foi a fundada a Sociedade Nacional de Agricultura que de S. Ex. receberam então os primeiros auxílios.

Propõe que se faça em acta um voto de profundo pesar o que a Directoria da Sociedade faça-se representar nas exequias que por intenção do Ilustre morto terão lugar nesta Capital.

O Sr. Antônio Fialho: assim que soube da infame notícia do falecimento do Dr. Prudente de Moraes dirigiu telegramma de condoleâncias ao Dr. Manoel Moraes Barros, Ilustre irmão do morto.

O Dr. Aristóteles Calaça envia à Directoria as primeiras uvas de sua colhita do anno. (A Directoria agradece.)

Encerra-se a sessão. — *José Baptista do Castro, — Wenceslao Bello, — Ph. Aristides Caire, — Angusto Bornacchi, — E. Jay Montelro,*

Acta da 219^a sessão — 182^a de Directoria — em 11 de dezembro de 1902 — Sessão especial

PRESIDÊNCIA DO DR. ANTONINO FIALHO

No dia 11 de dezembro de 1902, às 3 1/2 horas p. m., presentes os Srs. Antonino Fialho, Dr. Joaquim do Carvalho, Ignacio Tosta, Domingos S. de Carvalho, Dr. Ernâni Cosar Continho, J. Padua Rozendo, Pequeno Filho, Feliciano Penido, Christino Cruz, Augusto Raúnos, Antonio de Melodros, Augusto Bornacchi, J. A. do A. Vasconcellos, Jeps Sund, João da Silva Gandra, Carlos Raúlio, Wenceslao Bello, Mendonça Guimaraes, Aristides Calre e Jay Montelro, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

E transferida a fala da mesa e do expediente.

O Sr. Antonino Fialho: refere-se aos serviços prestados pelo Dr. Joaquim Ignacio Tosta à causa da lavra, desde as sessões do Congresso de Agricultura; dessa época até o presente o Ilustre deputado baiano, diz S. Ex., tem-se colocado sempre ao lado da Sociedade Nacional de Agricultura, cujos ideias tem sido extremo defensor.

Como membro do Congresso Federal esforçou-se em pugnar sempre pelo benefício do paiz e principalmente em prol dos agricultores, do qual deu mostra patente nos últimos dias ainda dos trabalhos legislativos com a vitória da campanha dos syndicatos agrícolas que a ele em grande parte se deve.

Não precisa insistir nas vantagens e no grande alcance desse projeto de lei quanto ao impulso que pôde imprimir ao progresso da lavra e Indústrias connexas do Brasil.

O Dr. Ignacio Tosta colaborou aluda em todos os projectos de iniciativa desta Sociedade.

Deu mesmo outra felção à Camara dos Deputados, pôde-se até dizer, pela importância que ligava ás questões agrícolas e o entido e o carinho com que as tratava.

Outro meio não tinha a Sociedade Nacional de Agricultura para testemunhar o seu apreço ao Dr. Ignacio Tosta senão o conferir-lhe o diploma de socio honorário, o que neste momento faz.

Em teseas palavras traduz todo o seu entusiasmo e estima, e de seus companheiros, pela posse do distinto Deputado baiano.

O Sr. Ignacio Tosta: sómente do pé pôde agradecer as generosas palavras do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Aproveita a ocasião para discorrer mais nua voz acerca da instituição dos syndicatos agrícolas; e para que seu espírito se não desvie no correr do assunto, pôde leciona para ler o que havia escrito para apresentar aos bons companheiros da Sociedade Nacional de Agricultura.

(Lê o que foi publicado *in extenso* no *Jornal do Commercio* de 15 de dezembro de 1902 e está constante do livro 16-5 desta Sociedade.)

Ao terminar a leitura, o Dr. Ignacio Tosta abraçado por todas as pessoas presentes.

O Sr. Antonio da Mota: as palavras que o Dr. Tosta acaba de proferir deviam ser ouvidas por todos os lavradores.

Calaram tanto no seu espírito essas palavras que diz do coração que com um companheiro desse ordem, desse valor, a vitória da causa da lavoura é certa.

Em nome do *Jornal dos Agricultores* saúda com effusão o Dr. Tosta.

O Sr. Wenceslho Bello: ouvimos com o acatamento que nos merecem as palavras do Dr. Ignacio Tosta.

A modestia com que S. Ex. se manifestou realçou mais ainda o espírito que as animava. S. Ex. referiu-se a trabalhos anteriores aos seus; mas a esses trabalhos subiu o Dr. Tosta, proyecta e patrioticamente, dar salutar impulso: de então para cá foi S. Ex. o apostolo da propaganda agrícola.

Muito devemos também à illustre comissão de agricultura do Parlamento: seja consignado um voto de louvor a essa comissão e a cada um dos seus membros em particular pelo esforço e carinho com que amparavam a idéa dos syndicatos agrícolas e outras medidas em beneficio da classe agrícola do país.

Antes de encerrar a sessão, o Sr. Presidente apresenta como sócios efectivos e como tais são acolhos os Srs. Deputados: Monsenhor João Tolentino Goedelha Mourão, do Maranhão; Dr. João Henrique de Souza Gayoso Almendra, do Piauhy; Dr. Erminio Cesar Coutinho e Manoel Gomes do Mattos, do Pernambuco; Dr. Joaquim Joaquim de Carvalho, do Sergipe; Dr. Manoel Caetano de Oliveira Passos, Engenho Gonçalves Tourinho e Neolito Tolentino dos Santos, da Bahia; e o Dr. Joaquim da Silva Leite Fonseca.

O 1º Secretario: participa que por motivo de molestia deixam de comparecer à presente sessão os Directores Drs. João Baptista de Castro e Domíngos Sergio do Carvalho, os quais pediram que declarasse que de coração se associam às homenagens prestadas ao Dr. Joaquim Ignacio Tosta. E apresenta a seguinte comunicação escrita que acaba de receber do Dr. João Baptista do Castro que se destinava à imprensa. (L.) :

SYNDICATOS AGRICOLAS

Ao Dr. Ignacio Tosta

Não seré talvez o ultimo a vir manifestar ao benemerito Dr. Ignacio Tosta todos os aplausos e agradecimentos do que é merecedor pela campanha que acaba de vencer no solo da Camara Legislativa da União, acompanhando e impulsinando a passagem da lei que virá preencher uma grande lacuna que se verifica na nossa legislação, onde não existiam garantias especiais amplas, de amparo e protecção para as associações agrícolas profissionaes, consultando as necessidades e aspirações das idéas mais modernamente consagradas por homens eminentes das varias nações cultas, inspirados na solidariedade e mutualidade dos productores e trabalhadores do solo.

Creio poder falar tambem em nome da lavoura mineira, nessa justa manifestação cabendo-me ainda a satisfação intima de haver dado os primeiros passos na propaganda dos Syndicatos Agrícolas no Brasil, assistindo com indizivel e não menos grata satisfação os progressos quo a Idéa realizou em tão curto período, conquistando numerosos adeptos no solo da Sociedade Nacional de Agricultura, para onde a levei, e que a comprehensão da sua nobre missão limita perfeitamente a mesma atitude assumida pela sua congenere francesa: a Société des Agriculteurs de France, quando impulsionou a fundação dos Syndicatos Agrícolas naquella nação, após a lei de 1884.

Lá se vão 18 annos, o sómente agora é quo nos devotamos ao estudo das suas instituições, graças á crise quo nos sufiloca actualmente.

Oxalá a agricultura brasileira possa aproveitar praticamente a realização dos Syndicatos Agrícolas, tanto para vencer a actual crise, como para prevenir futuras dificuldades.

Carahy, 11 de dezembro de 1902.

Encerra-se a sessão.— *João Baptista de Castro*.— *Wenceslho Bello*.— *Ph. Aristides Caire*.— *Augusto Bernacchi*.— *João da Silva Gandra*.— *A. Gomes Carmo*.— *E. Jacy Monteiro*.

**Acta da 220^a sessão — 18^a de Directoria — em 23 de dezembro
de 1902**

PRESIDENCIA DO DR. ANTONINO FIALHO

No dia 23 de dezembro de 1902, às 3^{as}, horas p.m., presentes os Srs. Antonino Fialho, Domingos Sergio de Carvalho, Wenceslao Bollo, Aristides Caldeira, João Baptista do Castro, João da Silva Gandra, Antônio do Medeiros e Jacy Monteiro, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

São lidas e aprovadas as actas das sessões de 28 de outubro e 4 de novembro.

São apresentados e aceitos como sócios efectivos os Srs. Jorge Heggendorf, do Estado do Rio, e Dr. José Joaquim Monteiro Bastos, de Minas Góres.

São lidos e despachados os papéis de ns. 1.711 a 1.745 do respectivo protocolo, dentro os quais se destaca um longo ofício do Sr. Dr. Doméstico Ribeiro, que por conta do Governo se acha na Europa em comissão da propaganda do café.

O Sr. Director do Culturas: no dia 5 de dezembro fui com o collega Dr. Oliviera Bello à Fazenda Grando da Penha

Foi feita a applicação de Formicida Schomacker em dois formigueiros e foram postas em vasos de barro 10 videntas das enxertadas e que vieram com cachos.

Foi capinado o vinhedo e foram substituídas algumas estacas deterioradas, com o que se despendeu a quantia de 25\$000.

Pagou-se ao fiscal 20\$000, correspondentes aos meses de outubro e novembro, e à olaria 11\$000, custo dos 10 vasos e carroto.

Não tendo havido sessão na semana passada, tenho hoje de fazer a comunicação de duas visitas feitas à Fazenda de Santa Monica.

Durante a semana de 8 a 13, continuou-se a capina de milho no campo e nos diferentes morros e do algodoal. Plantou-se mais algum milho e drenou-se a vagem do Pomar.

Na semana de 14 a 21 continuou a capina.

Não choveu durante a semana e, com alguns dias de sol, que tem sido abrasador, as plantações de milho se ressentiram, e só continuarem dias de tão ardente sol, ficara comprometido o milho que está espigado.

Infectamente continua doente o gorense J. Martin, pelo que o servilé tem sido um pouco mais irregular, visto não haver facilidade em encontrar um auxiliar regular, chefe do serviço dos chamados «fertores de turma».

Visitei a 22 a Fazenda Grando da Penha, examinando o estado dos enxertos de vides, providenciando relativamente a colheita de mangas.

O Sr. Wenceslao Bollo: refere-se em termos laudatórios ao patriotismo procedimento do general Quintino Bocaynva, presidente do Estado do Rio de Janeiro, impondo veto à resolução da Assembleia Legislativa desse Estado que taxava com o selo de trezentos réis todos os volumes que entrassem no território do Estado.

Discurso sobre as razões do alludido voto, as quais enaltece; e declara que a Sociedade Nacional do Agricultura não deve deixar passar em silêncio esse facto, principalmente quando na pone o Estado do Ceará sancionou nessa lei criando impostos em grande número, ato esse que, bem contra a sua vontade, não pôde merecer aplausos da Soledade.

Traz ainda no conhecimento da Directoria a notícia da aprovação da lei da Assembleia Legislativa do Estado do Rio que concede favores à lavoura por intermédio dos syndicatos agrícolas e cooperativas que no Estado se crearem. E termina enviando à mesa as duas indicações seguintes:

1.^a Que se oficie ao Sr. Presidente do Estado do Rio aplaudindo o voto acima referido; 2.^a Que se oficie à Assembleia Legislativa desse Estado aplaudindo a aprovação da lei que concede favores à lavoura por intermédio dos syndicatos e cooperativas agrícolas.

Ambas essas indicações são unanimemente aprovadas.

O Sr. Antonino Fialho: tem acompanhado com todo interesse o movimento dessas questões agrícolas que se têm agitado no Rio de Janeiro, Estado do qual é representante na Câmara dos Deputados.

Não devemos esquecer outros projectos mais que foram aprovados na Assembleia Legislativa do Estado e que aguardam sanção — o da criação dos campos de demonstração e o que se refere à destruição da formiga saúva, por exemplo.

O Sr. Wenceslao Bollo: pede autorização à Directoria para mandar conciliar

a balança romana que a Sociedade possuo, assim de ser utilizada no serviço de distribuição dos sementes o bem assim adquirir mais uma balança Roberval para o mesmo serviço.

(E' concedida a autorização).

O 1º Secretário comunica que já foram remetidas ao Ministério da Viação algumas contas de fornecimento de plantas e sementes dos Srs. Vasconcellos & C., Schmitick & C., Jons Sand & C., Aristoteles Calaça.

Tom agora em mãos as contas do Vilniorin Andrloux & C., de Paris, (primeiro fornecimento de batatas e outras sementes) e de Haage Seimmidt, de Eriart, Aldeanha (batatas), que a Sociedade precisa pagar, ultim de se requerer ao Ministério da Viação o reembolso dessa despesa.

O Sr. Ilhesouretro: pede autorização à Directoria para o pagamento das contas, que apresenta, de Vilniorin e do Haage.

(E' concedida a autorização).

O 1º Secretário: refere-se em sentidas palavras ao infeliz passamento do governador Moraes Barros, membro do Conselho Superior da Sociedade e um dos seus dedicados e prestimosos amigos.

Propõe que se inscreva em acta um voto do mais profundo pesar por motivo desse triste facto.

(Aprovado unanimemente).

Encerram-se a sessão. — *José Baptista do Castro*, — *Wenceslao Bello*, — *Ph. Aristides Cairo*, — *Augusto Bernacchi*, — *José da Silva Gandra*, — *A. Gomes Carneiro*, — *E. Jacy Monteiro*.

Acta da 182ª sessão — de Assembléa Geral ordinaria — realizada no dia 4 de fevereiro de 1902

PRESIDENCIA DO DR. ANTONINO FIALHO

No dia 4 de fevereiro de 1902, às 3 1/2 horas p. m., na sede da Sociedade Nacional de Agricultura (edifício da Directoria de Estatística), presentes os Srs. Antonino Fialho, Cornetto de S. Lame, E. Jacy Monteiro, Aristoteles Calaça, João da Silva Gandra, Dr. A. Vaz Pinto Coelho da Cunha, Domingos Sergio de Carvalho, Carlos Raulino, Alberto Jacobina, João Drumond Junior, Wenceslao Bello, Aristides Cairo, Luiz D. do Lago, Fabio Leal e Augusto Bernacchi, assume a presidência o Dr. Antonino Fialho e declara aberta a sessão.

Não ha expediente.

O Sr. Antonino Fialho expõe os fins da reunião da Assembléa Geral que foi convocada para tratar da reforma dos Estatutos, apresentação de contas e eleição da nova Directoria que tem de funcionar até a Assembléa Geral ordinaria do proximo anno de 1903.

Tendo sido em uma das sessões passadas de Directoria nomeada uma comissão para rever os Estatutos e modificá-los de acordo com o desenvolvimento que a Sociedade tem tido e conforme tem aconselhado a prática dos vários ramos de serviços a cargo da mesma Sociedade, concede a palavra ao relator daquella comissão para ler o projecto dos novos Estatutos, alias já conhecido de muitos dos conselhos presentes, assim de submeter em segunda esse trabalho à discussão e deliberação da Assembléa.

O Sr. Wenceslao Bello: expõe de um modo geral os vários artigos do projecto de novos Estatutos e mostra as lacunas dos estatutos vigentes cujas ideias aprováveis foram conservadas.

Em segunda, é separadamente esses artigos, assim de facilitar a respectiva discussão. (1º).

O Sr. Sergio de Carvalho: propõe que se substitua o título de director de propaganda pelo de secretário geral.

(E' aprovada a emenda).

O Sr. Augusto Bernacchi: julga deficiente o numero de membros do Conselho Superior, que o projecto propõe seja de vinte e cinco.

Apresenta nesse sentido a seguinte emenda: em vez de vinte e cinco, diga-se trinta e cinco.

(E' discutida e em seguida aprovada essa emenda).

O Sr. Aranjo Jacobina: Julga do vantagem que se conserva a distribuição dos serviços da tesouraria pelos dous tesoureiros, conforme se acha consignado nos actuais estatutos; e apresenta emenda nesse sentido.

(Disentido esse ponto o deunto das razões expostas principalmente pelo Dr. Wenceslão Bello, o Sr. Aranjo Jacobina retira a emenda que representava).

Sr. Augusto Bernacchi: não concorda também com o numero de faltas, por ausência, estabelecido no projecto em discussão para ser considerado dignatário do respectivo cargo o Director ou Membro do Conselho Superior que as commetter.

Propõe que o numero de faltas a que o projecto se refere seja de tres para os Membros do Conselho Superior e de quatro para os Membros da Directoria.

(É disentida e aprova la a emenda).

O Sr. Vaz Pinto: o projecto não diz conta alguma a respeito da remuneração que a justo título deve caber ao Secretario Geral e no 1º Secretario pelos serviços materiais dos respectivos cargos.

O Sr. Antonino Fialho: os cargos da Directoria são gratuitos; mas o Director de Culturas, que tem viagens e mais despezas obrigaças a fazer, o Secretario Geral, que tem a seu cargo a direcção e organização da revista agronómica da Sociedade, e ainda o 1º Secretario enjo serviço material e considerável o que acarreta despesas, devem a precisam receber, a título de indemnização de despezas e prejuízos que lhes causam os serviços materiais do cargo, uma pequena gratificação, cuja importância será determinada pelo Conselho Superior da Sociedade, o que vai ser regulamentado.

Não é assumpto dos estatutos propriamente dito.

O Sr. Vaz Pinto: depois das explicações do Sr. Presidente dá-se por satisfeita o deixa de apresentar uma emenda propondo justamente essas gratificações para indemnização de despezas ao Director de Culturas e aos dous Secretários.

Em seguida são disentidos ainda varios artigos de sômenos importância; submetido depois à votação, é aprovado o projecto dos novos estatutos, com as emendas consignadas e aprovadas na presente acta.

São em seguida apresentadas, disentidas e aprovadas as contas da Thesouraria, que constam do respectivo balanço publicado n'A Lavoura, ns. 11 e 12, tomo V, de novembro a dezembro de 1901, pag. 346. Procede-se logo depois à eleição da Directoria que dá o seguinte resultado:

Para Presidente — Dr. Antonino Fialho 14 votos (reeleito).

Para 1º Vice-Presidente — Dr. João Baptista de Castro 15 votos (reeleito).

Para 2º Vice-Presidente — Dr. Aristoteles Ambrosino Gomes Calçada 11 votos (reeleito); Dr. Fábio Leal 1 voto.

Para Director de Culturas — Dr. Philipe Aristides Caire 14 votos; Dr. Fábio Leal 1 voto.

Para Secretario Geral — Dr. Domingos Sergio de Carvalho 14 votos; Dr. Fábio Leal 1 voto.

Para 1º Tesoureiro — Dr. Augusto Bernacchi 14 votos; Dr. Fábio Leal 1 voto.

Para 2º Tesoureiro — João da Silva Gandra 11 votos (reeleito).

O Sr. Antonino Fialho: agradece a generosidade e confiança da Sociedade elegendo-a o novo seu presidente.
E nada mais havendo a tratar encerra-se a sessão. — Antonino Fialho, — João Baptista de Castro, — Philipe Aristides Caire, — Aristoteles A. Gomes Calçada, — João da Silva Gandra, — Domingos Sergio de Carvalho.

Sessão 183º — 8º de Directoria do Conselho Superior — em 6 de Junho de 1902

PRESIDENCIA DO DR. WENCESLÃO ALVES LEITE DE OLIVEIRA FRELO

No dia 6 de junho de 1902, às 3 horas e 45 minutos p. m., presentes os Srs. Wenceslão Bello, João da Silva Gandra, Alberto Jacobina, Aristides Caire, Sergio de Carvalho, Lourenço do Carvalho, Jens Sand, Dr. A. Vaz Pinto Coelho da Cunha, João Baptista de Castro, Nogueira Paranaguá, Augusto Bernacchi, Cornelio da

Fonseca, J. J. Pizarro, Joaquim Ignacio Tosta e Jacy Monteiro, assumiu a presidencia o Dr. Wenceslao Bello e declarou aberta a sessão.

Pelo adiantado da hora deixa de ser lida a acta da 7^a sessão do Conselho Superior o é adiada a leitura do expediente para a proxima sessão de Diretoria.

O Sr. Wenceslao Bello: agradece o comparecimento dos membros do Conselho Superior.

Refero-se ao pequeno numero de luctadores e propagandistas que compõe a Directoria da Sociedade; lembrou-se, por isso, esta Instituição de reorganizar o seu Conselho Superior, constituindo-o de elementos escolhidos entre os conselhos que mais serviços tem prestado à propaganda agricola e à Sociedade Nacional de Agricultura, afim de suprir a insuficiencia dos directores e poderem ser resolvidas muitas questões de interesse social e agricola da mais alta relevancia que, presentes à Directoria, esta por si só não deve resolver.

Em obediencia aos Estatutos expõe, em seguida, a resenha dos principais trabalhos efectuados pela Sociedade, a começar pelo Congresso de Agricultura, sua instalação, organização das diversas secções, seções plenárias, resoluções aprovadas etc.

Refero-se às Comissões Estaduais de Agricultura, algumas das quais já foram nomeadas pela Directoria, e à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, cujos serviços à causa do progresso agricola do paiz devemos esperar que logo de ser os mais profícuos e eficazes.

Depois disso, a laboura chamou principalmente a atenção da Sociedade; continuadas eram as queixas que nos chegavam dos Estados assucareiros, desoladoras notícias, desalentadora a situação da Indústria do açucar.

Dahl a idéa da reunião da Conferência Assucareira, que terá lugar na Bahia em 25 de junho.

A Indústria de lacticínios continua a merecer cuidados; o ultimamente aínda a Directoria da Sociedade obteve de S. Ex. o Sr Ministro da Viação proveitosa medida que muito favorece a essa industria: o transporte do leite e da manteiga pelos trens nocturnos da Estrada de Ferro Central.

Com relação à laboura do café a Directoria da Sociedade tem em mãos, para ser devidamente estudado, um valioso trabalho do Dr. Augusto Ramos.

Prosseguindo em sua fulta de tentar a propagação dos productos nacionaes nos países estrangeiros o obedecendo aos dictames do Congresso de Agricultura, que aconselhou como prática o nill a ação commercial, a Sociedade fez uma grande remessa de aguardente, álcool e açucar, de vários tipos e diferentes procedencias, consignada a um importante negociante brasiliense domiciliado em Montevideu.

Na Fazenda Santa Monica prosseguem os trabalhos de cultura; e, tendo o actual Director voltado a assumir o respectivo cargo, apresentou um plano geral para continuação dos referidos trabalhos, do inicio de novos serviços da Fazenda.

Eis o que no momento me ocorre de mais importante trazer ao conhecimento dos Srs. Membros do Conselho Superior.

ORDEM DO DIA

O 1º Secretario procede à leitura da minuta do regulamento para a Conferência Assucareira, que será enviada à Sociedade Bahiana de Agricultura, incumbida da direcção dessa conferência na capital da Bahia. (16).

O Sr. Sergio do Carvalho: pensa que essas indicações traduzem perfeitamente o pensamento da Sociedade. Julga entretanto necessário insistir num ponto: é forçoso evitar que se desvie a discussão nessa conferência; cumpre excluir terminantemente todo o qualquer assumpto teórico.

O Sr. Jacy Monteiro: as indicações que acabo de ler são claras com relação a esse ponto.

O Sr. Ignacio Tosta: precisa em primeiro lugar de uma informação, mesmo porque partirá por estes dias para a Bahia, onlo tem de reunir a Sociedade Bahiana de Agricultura, afim de só dar inicio aos trabalhos preparatórios da Conferência Assucareira; precisa saber se essas indicações, que formam a minuta de regulamento, podem ou não ser alteradas.

O Sr. Wenceslao Bello: a Sociedade Nacional de Agricultura não podia de modo algum protender impor a sua vontade à Sociedade Bahiana de Agricultura.

Tendo daqui partido a idéa da reunião da Conferência Assucareira e obedecendo essa idéa a um plano methodicamente preestabelecido, julgou do seu dever a Directoria desta Sociedade organizar na base da Conferência Assucareira, confiando as no alevantado critério da Sociedade Bahiana de Agricultura.

O Sr. Ignacio Tosta: refere-se aos dois artigos capitais do Regulamento da Conferência Assucareira. O mais é secundário : dia para a reunião, organização da mesa etc.

Encerrada a discussão o submettida a votos, a Directoria aprova a minuta para regulamento da Conferência Assucareira, que será levada ao conhecimento e deliberação da Sociedade Bahiana de Agricultura, redigida nos seguintes termos:

« A Sociedade Nacional de Agricultura, confiando a patrótica Sociedade Bahiana de Agricultura a direção dos trabalhos da Conferência Assucareira, convocada para 25 de junho próximo futuro na capital do Estado da Bahia, oferece ao seu esclarecido julgamento as seguintes indicações relativas à marcha dos referidos trabalhos.

FINS DA CONFERÊNCIA

Art. 1.º A Conferência dos Estados Assucareiros do Brasil convocada pela Sociedade Nacional de Agricultura para o dia 25 de junho do corrente anno na capital do Estado da Bahia tem por fim :

a) Promover, entre os referidos Estados e a União, medidas de prompta execução, que habilitem a lavoura de canna e a indústria do assucar e aguardente a resistir à crise que as assoberba no momento actual.

b) Promover, entre os mesmos Estados, a União e os próprios produtores, medidas que provinham e evitem a rotulação da situação anomala, ruinosa e abrumadora em que se acham aqueles ramos da produção nacional.

DOS TRABALHOS DA CONFERÊNCIA

Art. 2.º As pessoas que quizerem tomar parte na conferência deverão lançar sua assinatura em Livro para esse fim destinado.

Art. 3.º Reunidos no dia 24 de junho em sessão preparatória, os membros da conferência resolverão sobre a marcha a seguir em seus trabalhos e elegerão a mesa directora da conferência, composta de um presidente, dois vice-presidentes e dois secretários.

Art. 4.º Instalada a conferência no dia 25 de junho, será iniciada a discussão sobre as questões e propostas relativas ao duplo fin da conferência, com exclusão de todos os assuntos teóricos e dos que visarem outros interesses ou intuições.

§ 1.º A mesa directora organizará proposições que condensem as medidas aconselhadas e que serão submettidas à votação nominal dos membros da Conferência.

Art. 5.º Poderão ser nomeadas comissões para a relação de projectos e representações relativos às medidas que tiverem sido aprovadas, bem como para promoverem nos Estados, ou junto aos Poderes da União, a realização dessas medidas.

Art. 6.º As actas das sessões e as discussões havidas serão dadas à publicidade.

Art. 7.º Terminados os trabalhos, a Sociedade Bahiana de Agricultura archivará os papéis e documentos relativos à Conferência, envolvendo as respectivas copias à Sociedade Nacional de Agricultura, afim de também recolher-se no seu arquivo e desemponhar a parte que porventura lhe couber para o éxito da Conferência.

O Sr. Wenceslão Bello: apresenta ao Conselho Superior o Regulamento dos serviços da Directoria, justificando plenamente a necessidade e vantagens desse mesmo regulamento.

Refere-se em seguida à ajuda de custo ao director de culturas e às verbas para despesas mindas da Secretaria e da Lavoura, pedindo ao Conselho que as determine.

O Conselho Superior julgou dever eximir-se de arbitrar essas despesas, commettendo à Directoria, que conhece melhor os encargos e trabalhos da Sociedade, a autorização de determinar o quantum necessário a esses serviços.

O Sr. Wenceslão Bello: em nome da directoria, propõe que ao Director de culturas lhe seja dada uma ajuda de custo de quatrocentos mil réis e ao secretario

goral e no 1º secretário uma verba de cento e cincuenta mil réis por mês a cada um para despesas invidas dos serviços a seu cargo. (Aprovado).

O Sr. Ignacio Tosta: propõe que se nomeie uma comissão para desenvolver a propaganda dos syndicatos agrícolas, ouvidando os agricultores a respeito etc.

O Sr. Baptista do Castro: a sociedade já tem nomeada uma comissão permanentemente para cuidar dessa questão. Pensa que o governo podia prestar valioso auxílio, facilitando missagem nas estradas de ferro e companhias de navegação a os membros da Sociedade que se prestassem a fazer propaganda, conferências, etc.

O Sr. Ignacio Tosta: depois do que acaba de ser exposto, retira a sua proposta.

Lembra entretanto que convém conseguir a approvação do Congresso para o projecto sobre syndicatos e cooperativas, que lá existe.

O Sr. Presidente: consulta a assembleia se não seria conveniente aumentar o numero de membros da comissão a que está entregue a propaganda dos syndicatos agrícolas, attendendo à importância do assumpto.

O Sr. Augusto Bernacchi: propõe que essa comissão seja composta de sete membros.

O Sr. Presidente: propõe o justifica a respectiva proposta, que seja de cinco membros essa comissão, indicando para completá-la os Srs. Drs. Joaquim Ignacio Tosta e Domingos Sergio do Carvalho. (É aprovada a proposta do Dr. Wenceslao Bello, ficando preindefinida a do Dr. Augusto Bernacchi).

O Sr. Sergio do Carvalho: comunica ao Conselho Superior que o Sr. Ministro da Viação tem empenhado os seus bons ofícios em facilitar os trabalhos da Conferência Assucareira, concedendo missagem gratuita nos vapores do Lloyd aos representantes dos Estados e municípios, franqueando o telegrapho ao serviço da sociedade etc.

Refero-se em seguida à distinção dos segmentos e importação de animais do reino, a cujo respeito a Directoria tem conferenciado com o Sr. Ministro, que prometem resolver em breve a questão.

E encerra-se a sessão às 6 horas da noite.—Antônio Pialho,—João Baptista do Castro,—Dr. J. J. Pizarro,—Sylvio Rangel,—Carvalho Borges Junior,—João da Silva Gandra,—Jens Sand,—Dr. Neves Armond,—Urbano de Gonçalves,—Alberto Jacobina,—Cornelio da Fonseca,—Aristides Caire,—Democrito Cavalcanti,—Wenceslao Bello.

Acta da 208ª sessão — 14º do Conselho Superior — em 23 de setembro de 1902

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1902, presentes os Srs. Antonino Pialho, Wenceslao Bello, Aristides Calro, Moraes Barros, Ignacio Tosta, José Agostinho, Augusto Raúos, João Baptista do Castro, João da Silva Gandra, Domingos S. do Carvalho, Democrato Cavalcanti, Carlos Rezende e E. Jacy Monteiro, assume a presidência o Sr. Antonino Pialho e declara aberta a sessão.

O Sr. J. Baptista do Castro: discurso sobre os syndicatos. Julga que essas instituições é que salvam a lavra.

Quanto à limitação das culturas, julga que essa medida devia ser tomada por acordo mútuo entre os lavradores, ou então adoptada sómente pelo Estado onde se dê a superprodução do café.

A medida entretanto não deixa de ser útil.

Historia o que se tem passado com o café, a questão dos tipos, dos Internados; elia o que diz Von Deden Luerne: «Java não deve se arrepiar da concorrência porque, quanto maior a quantidade, pelor a qualidade», aconselhando Java a continuar apurar e melhorar a qualidade de seus cafés; e termina fazendo um apello aos lavradores para que se unam, afim de que possam levar de vencida as dificuldades e os atravessos que assobrem a classe a que pertencem.

O Sr. Democrato Cavalcanti: diz que quer unicamente justificar o seu modo de ver.

Não podia deixar de aprovar as conclusões do parecer no que diz respeito à critica ao projecto Quintino.

Rende toda a justiça e louva imensamente os intuitos do general Quintino. Mas nota que elle fez um projecto onde não se trata do lavrador, do principal interessado. O projecto é inviável. Occorre que nenhuma das oradoras notou que a comissão não indicou um meio de resolver de prompto a crise.

A comissão defendeu-se perfeitamente. Vem também em apoio da comissão; a crise é complexa, não poderá ser resolvida assim do momento e por um único meio.

Foi também objecto de larga discussão a superprodução e a limitação das culturas.

Há talvez um mal entendido; não pôde haver superprodução para um produto que tem sempre saída nos mercados, e que além disso não tem ainda expansão bastante nos países estrangeiros.

Pensa que o assumpto está debatido; propõe uma modificação na solução 4^a.

O Sr. Augusto Ramos: dá uma explicação relativa à superprodução do café e aos stocks.

O Sr. Carlos Rezende: apresenta um additivo.

O Sr. Wenceslito Bello: discorre sobre a história do trabalho agrícola no Brasil. A Irreversão, diz, é a causa da crise. Tinhamos fazendeiros, mas não agricultores. Já hoje, porém, val se modificando. O monopólio do Governo poderia vir de momento fazer alguma coisa ou muito, mas só de momento. Depois, o monopólio não melhorará o produtor, mas sómente o produto.

A crise voltará talvez pelor.

O Sr. Sergio do Carvalho: apresenta em nome de alguns companheiros uma emenda.

O Sr. Moraes Barros: apresenta igualmente uma sub-emenda redigida nos seguintes termos: «Na impossibilidade de indicar medida prompta para debellar imediatamente a crise, a comissão aconselha a organização da união agrícola nos termos exarados no parecer e nos moldes dos syndicatos agrícolas, já consagrados por esta sociedade, pelo Congresso de Agricultura e pela Conferência Assucarateira da Bahia, a propaganda comercial couplada aos mesmos syndicatos, dificultar a exportação para o estrangeiro dos tipos inferiores do café, que serão isentos de impostos quando destinados ao consumo do país». — *Sergio de Carvalho.* — *Demócrata Cavalcanti.* — *E. Jacy Monteiro.* — *Moraes Barros.* — *Wenceslito Bello.* — *José Bapista de Castro.* — *Aristides Caire.*

O Sr. Augusto Ramos: aceita a emenda como solução remota. Como medida imediata apresenta a sua emenda.

O Sr. Agostinho dos Reis: pede uma explicação antes da votação: fallou-se primeiro em taxar os efeitos inferiores, depois em isentar do Imposto.

Não concorda que no Brasil só o café ordinário.

O Sr. Antonino Pialho: vota também contra a emenda; o general Quintino pediu medida prompta e nós não aconselhamos isso, nem cousa alguma.

Votação: 1^a conclusão aprovada, salva a emenda A. Ramos; 2^a, 3^a e 4^a conclusões aprovadas.

Encerrou-se a sessão. — *Antônio Pialho.* — *Wenceslito Bello.* — *Ph. Aristides Caire.* — *Nunes Armond.* — *Heitor de Sá.* — *Alfredo Dias.* — *Napoleão Reys.* — *A. Pereira Franco.* — *Alberto Jacobina.* — *Bernardo Horla.* — *Silva Castro.* — *V. Marcondes.* — *Baldo de Capanema.* — *Carlos Raulino.* — *Jean Martin.* — *J. Alves de Souza.* — *José da Silveira Gandra.* — *Aristoteles Calaça.* — *Augusto Bernacchi.*



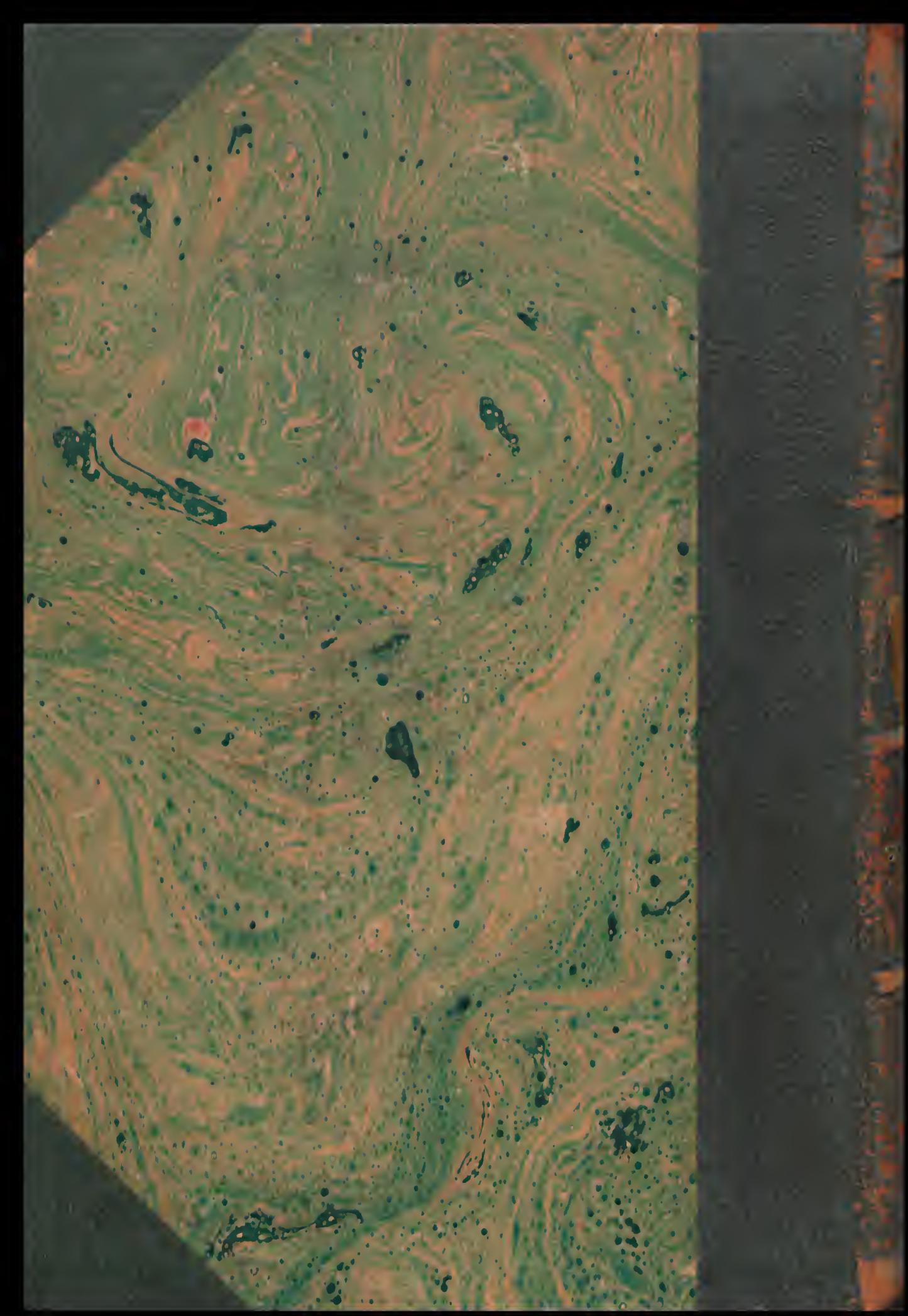
SciELO

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16

Scielo₀

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16

SciELO₀



cm 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19

SciELO